Santa Catarina, um estado mais competitivo

BALANÇO GERAL DE 2017

Secretaria de Estado da Fazenda
Diretoria de Contabilidade Geral

GOVERNO DE SANTA CATARINA

VOLUME 2
Anexos do Balanço Geral do Estado

17 DE
NOVEMBRO
DE 1889
ESTADO DE STA. CATARINA

2017 Estado de Santa Catarina
Balanço Geral

VOLUME 2

Anexos do Balanço Geral do Estado
Exercício de 2017

Gestão: João Raimundo Colombo

GOVERNO
DE SANTA
CATARINA

17 DE
NOVEMBRO
DE 1889
ESTADO DE STA. CATARINA

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO GERAL

2017

Gestão: João Raimundo Colombo

Eduardo Pinho Moreira
GOVERNADOR DO ESTADO

Paulo Eli
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Marco Aurélio de Andrade Dutra
SECRETÁRIO ADJUNTO DA FAZENDA

Graziela Luiza Meincheim
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL

17 DE
NOVEMBRO
DE 1889
ESTADO DE STA. CATARINA

COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO DO BALANÇO GERAL

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA (SEF)

DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL (DCOG)

GERÊNCIA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA (GEINC)

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO VOLUME 2 DO BALANÇO

Graziela Luiza Meincheim – Diretora da DCOG
Gilceu Ferreira – Gerente da GEINC

Andréa Terezinha Vitali – GECOC
Cíntia Fronza Rodrigues – GECOC
Flávio George Rocha – GENOC
Geraldo Catunda Neto – GEINC
Graziela Gesser – GECOC
Janice Vilsélia Pacífico da Silveira – GEINC
Kely Cristina da Silva Truppel – GEINC
Raquel Costa Pereira – GECOC
Roberto Mosânio Duarte de Carvalho Júnior – GEINC
Rogério Felipe Pereira – GEINC
Rosangela Della Vechia – GEINC
Sandro Robson Pontes – GENOC

COLABORAÇÃO

ASSESSORIA DA DIRETORA

Isis Paz Portinho
Michele da Silva Espíndola
Vagner Alonso Pacheco

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA (GECOC)

Andréa Terezinha Vitali (Gerente)
Cíntia Fronza Rodrigues
Graziela Gesser
Raquel Costa Pereira

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE FINANCEIRA (GECOF)

Vera Lúcia Hawerroth Santana (Gerente)
Ana Maria da Silva
Solange Maria Lourenço Cardoso de Oliveira

GERÊNCIA DE ESTUDOS E NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL (GENOC)

Flávio George Rocha (Gerente)
Emanuella Seemann Hunttemann
Michele Patrícia Roncalio
Roberto Fialho
Sandro Robson Pontes

GERÊNCIA DE SISTEMA DE GESTÃO FISCAL (GESIF)

Marcelo Inocêncio Pereira (Gerente)
Carmem Lúcia Massulini
Djalma Lúcio Ferreira da Silva Arena
Elizabete Salazar da Silva
Ivan Grave

COORDENADORIA DE INFORMAÇÕES DA GESTÃO FISCAL (COINF)

Maria Luiza Seemann
Alice Luciane Rhoden
Heber Lima da Costa
Mário Wendhausen Gentil

COORDENADORIA DO SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE DE OBRAS PÚBLICAS (CSIOP)

Tatiana Borges
Luciano da Silva Spindola
Márcio Studart Nogueira

COORDENADORIA DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE CUSTOS DE SANTA CATARINA (COSIC)

Gilmar de Oliveira Amorim
Jorge Luiz Alves
Marcelo Fernandes Pedrosa

CONTADORES DA FAZENDA ESTADUAL RESPONSÁVEIS PELA CONTABILIDADE DOS ÓRGÃOS E DAS ENTIDADES ESTADUAIS

Adalberto Cervino Ventura
Alexandra Mara de Brito
Anderson Pereira
André Amaral Medeiros
André Conceição Costa
Ângela Coelho
Arcangelo Felisberto
Bruno Hubacher da Costa
Carlos Eduardo Osório
Cintia Salvador Sorgen
Cristiano Severo Martins
Daniela de Souza Pereira Savi
Dielis Heder Fiorentini
Eliana Amorim Rosa
Elisa Mayer
Ercí Velho de Melo Petronilio
Everaldo Elias Vieira
Fabiana Santana Correa
Guilherme Cerutti Bueno
Gutemberg Salles Afonso
Isac Garcia Fernandes
Isair Sell
Ivana Kretzer Santos
Jefferson Fernando Grande
Júlio Cesar Siqueira
Laizy da Silva
Luana Claudia Torres
Marcelo Carlos Botelho
Michely Bernardini Schweitzer
Nadieg Sorato Pacheco
Ozemar Nascimento Willmer
Paulo Guilherme O. Belvedere
Patrick Estevão Imeton Pereira
Priscila Tais Schulle
Rinaldo José Valese
Sandro Medeiros Alves

OUTRAS ÁREAS ENVOLVIDAS

Assessoria de Comunicação – SEF
Diretoria Administrativa e Financeira – SEF
Diretoria de Administração Tributária – SEF
Diretoria de Auditoria Geral – SEF
Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública – SEF
Diretoria de Gestão de Fundos – SEF
Diretoria de Planejamento Orçamentário – SEF
Diretoria do Tesouro Estadual – SEF
Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A. (CIASC)

INFORMAÇÕES

Gerência de Informações Contábeis e Transparência da Gestão Pública
geinc@sefaz.sc.gov.br – (48) 3665-2773 – (48) 3665-2710

Secretaria de Estado da Fazenda
Diretoria de Contabilidade Geral

Centro Administrativo do Governo Rodovia SC-401, nº 4.600 – Km 5 – Saco Grande II – Florianópolis – SC

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO 013
2. ANEXOS 017
   2.1. Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64)
      2.1.1. Consolidado Geral 019
      2.1.2. Poder Executivo 025
   2.2. Balanço Financeiro (Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64)
      2.2.1. Consolidado Geral... 031
      2.2.2. Poder Executivo..... 035
   2.3. Balanço Patrimonial (Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64)
      2.3.1. Consolidado Geral 039
      2.3.2. Poder Executivo 064
      2.3.3. Consolidado Geral – Excluídas as Operações Intraorçamentárias 089
   2.4. Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/64)
      2.4.1. Consolidado Geral 114
      2.4.2. Poder Executivo 130
      2.4.3. Consolidado Geral – Excluídas as Operações Intraorçamentárias 146
   2.5. Demonstração dos Fluxos de Caixa (Anexo 18 da Lei Federal nº 4.320/64)
      2.5.1. Consolidado Geral 161
      2.5.2. Poder Executivo 168

SUMÁRIO

2.6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Anexo 19 da Lei Federal nº 4.320/64)

2.6.1. Consolidado Geral 175

2.6.2. Poder Executivo 176

2.6.3. Consolidado Geral – Excluídas as Operações Intraorçamentárias. 177

2.7. Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei Federal nº 4.320/64)

2.7.1. Consolidado Geral 178

2.8. Programa de Trabalho (Anexo 6 da Lei Federal nº 4.320/64)

2.8.1. Consolidado Geral 180

2.9. Demonstrativo das Despesas por Funções, Subfunções e Programas (Anexo 7 da Lei Federal nº 4.320/64)

2.9.1. Consolidado Geral 333

2.10. Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo dos Recursos (Anexo 8 da Lei Federal nº 4.320/64)

2.10.1. Consolidado Geral 350

2.11. Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei Federal nº 4.320/64)

2.11.1. Consolidado Geral 368

2.12. Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada (Anexo 10 da Lei Federal nº 4.320/64)

2.12.1. Consolidado Geral 389

2.13. Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (Anexo 11 da Lei Federal nº 4.320/64)

2.13.1. Consolidado Geral 417

2.13.2. Consolidado Geral por Unidade Gestora 424

SUMÁRIO

2.14. Demonstrativo da Dívida Flutuante (Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64)

2.14.1. Consolidado Geral 453

2.14.2. Poder Executivo 455

2.15. Demonstração da Dívida Fundada (Anexo 16 da Lei Federal nº 4.320/64)

2.15.1 Demonstrativos da Dívida Fundada Interna

2.15.1.1 Demonstração da Dívida Fundada Interna (Anexo 16 da Lei Federal nº 4.320/64) 457

2.15.1.2 Extratos por Empréstimo da Dívida Fundada Interna 458

2.15.1.3 Demonstrativo Analítico dos Pagamentos da Dívida Fundada Interna 474

2.15.1.4 Resumo dos Recebimentos e Pagamentos dos Empréstimos da Dívida Pública 476

2.15.2 Demonstrativos da Dívida Fundada Externa

2.15.2.1 Demonstração da Dívida Fundada Externa (Anexo 16 da Lei Federal nº 4.320/64) 477

2.15.2.2 Extratos por Empréstimo da Dívida Fundada Externa 478

2.15.2.3 Demonstrativo Analítico dos Pagamentos da Dívida Fundada Externa 487

2.16. Demonstrativo dos Precatórios 488

2.17. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (Sexto Bimestre) 489

2.18. Relatório de Gestão Fiscal (Terceiro Quadrimestre) 523

2.19. Demonstrativo dos Créditos Especiais e Extraordinários Abertos no Exercício de 2017 548

2.20. Cancelamentos de Despesas Liquidadas 566

2.21. Comparativo Mensal entre a Programação e a Execução Financeira de Desembolso

2.21.1 Consolidado Geral 571

2.21.2 Poder Executivo 587

2.21.3 Poder Judiciário 602

2.21.4 Poder Legislativo 605

SUMÁRIO

2.21.5 Ministério Público 606

2.22. Quadro de Pessoal Consolidado com a Quantidade e os Valores da Folha de Pagamento

2.22.1 Consolidado Geral 608

2.22.2 Poder Executivo 609

2.22.3 Poder Judiciário 610

2.22.4 Poder Legislativo 611

2.22.5 Ministério Público 613

2.23. Demonstrativo da Quantidade de Pessoal por Meio de Contratos de Terceirização deServiços

2.23.1 Consolidado Geral 614

2.23.2 Poder Executivo 615

2.23.3 Poder Judiciário 617

2.23.4 Poder Legislativo 618

2.23.5 Ministério Público 620

2.24. Demonstrativo dos Benefícios Previdenciários de Regime Próprio de Previdência (RPPS)

2.24.1 Consolidado Geral 621

2.24.2 Poder Executivo 622

2.24.3 Poder Judiciário 623

2.24.4 Poder Legislativo 624

2.24.5 Ministério Público 626

2.25. Relatório do Desempenho da Arrecadação Tributária

2.25.1 Dívida Ativa do Estado 627

2.25.2 Ações de Recuperação de Créditos na Instância Judicial 628

2.25.3 Evolução do Montante dos Créditos Tributários Passíveis de Cobrança Administrativa 629

2.25.4 Indicação das Medidas Adotadas para a Recuperação de Créditos Administrativamente 630

2.25.5 Medidas Adotadas para Incremento das Receitas Tributárias e de Contribuições 631

SUMÁRIO

2.25.6 Providências Adotadas para o Combate à Evasão e à Sonegação de Tributos 634
2.25.7 Montante das Renúncias de Receitas Concedidas no Exercício 637
2.25.8 Créditos Baixados em Razão de Prescrição 638
2.26. Avaliação sobre o Cumprimento das Metas e Estratégias do PNE e do PEE 639
2.27. Pareceres
2.27.1 Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social – FUNDEB 681
2.27.2 Cumprimento do Disposto nos Artigos 170 e 171 da Constituição do Estado 736
2.28. Participação Acionária do Estado nas Estatais
2.28.1 Participações por Equivalência Patrimonial 739
2.28.2 Participações Societárias 740
2.29. Relatórios de Atividades do Órgão Central do Sistema de Controle Interno
2.29.1 Diretoria de Auditoria Geral 741
2.29.2 Diretoria de Contabilidade Geral 825
2.30. Relatório da Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública 871

17 DE
NOVEMBRO
DE 1889
ESTADO DE STA. CATARINA

1. APRESENTAÇÃO

17 DE
NOVEMBRO
DE 1889
ESTADO DE STA. CATARINA

O objetivo principal do Balanço Geral é permitir o efetivo acesso do cidadão às informações da gestão pública para uma adequada análise e avaliação sobre o tema. Esta publicação é uma obrigação prevista na Constituição Estadual. O Governador do Estado deve prestar contas à Assembleia Legislativa no prazo de 60 dias após a abertura da sessão legislativa. No entanto, tem se buscado tornar a prestação de contas cada vez mais atrativa para a leitura e compreensão do cidadão. Assim, o Balanço traz uma linguagem mais acessível e menos técnica, transformando dados complexos em informações compreensíveis, com o intuito de ampliar os canais de comunicação entre a população e o Governo catarinense.

Não obstante essa iniciativa, ressalta-se que são observadas as disposições legais que tratam da matéria, tais como: Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964; Lei Complementar Federal n° 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade; e Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado n° TC-20, de 31 de agosto de 2015, que disciplina a remessa de informações e de demonstrativos contábeis à Egrégia Corte.

A responsabilidade pela organização e consolidação dos dados dos diversos órgãos e entidades da administração pública estadual cabe à Diretoria de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda. Contudo, ressalta-se que compete a cada órgão e entidade a responsabilidade pela consistência e veracidade dos dados e informações gerados. Os dados não financeiros fornecem uma visão mais detalhada das ações e são obtidos a partir de diversos sistemas do Estado. Já os dados orçamentários, financeiros, patrimoniais e contábeis são oriundos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), o sistema oficial de planejamento e gestão fiscal do Estado.

Firme nos propósitos de aperfeiçoamento contínuo e de melhora da qualidade das informações contábeis, a Diretoria de Contabilidade Geral tem envidado diversos esforços para convergir aos padrões internacionais de contabilidade do setor público. As normas em vigor no Brasil foram aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Com esses novos padrões, as práticas contábeis adotadas até então estão sendo alteradas para uma mesma base conceitual, visando à comparabilidade da situação econômico-financeira de várias entidades do setor público. A adoção dessas novas regras tem gerado impactos significativos na mensuração do patrimônio do Estado. Essa mudança deve continuar ao longo dos próximos anos, conforme plano de implantação definido pela Secretaria do Tesouro Nacional, que estabelece estratégias e prazos para implantar os procedimentos patrimoniais necessários à convergência.

Podem ser citados como exemplos a avaliação dos bens móveis e imóveis do Estado a preço de mercado, a mensuração dos bens de infraestrutura, como rodovias, túneis e pontes, o reconhecimento das obrigações com servidores e as provisões atuariais do Regime de Previdência dos Servidores Públicos. Tudo isso para permitir que as demonstrações contábeis apresentem de forma abrangente a situação das finanças públicas e a avaliação integral do patrimônio público, proporcionando assim um planejamento fiscal adequado e um aprimoramento das estatísticas fiscais.

Além disso, as informações financeiras passam a ser contextualizadas com indicadores econômicos, sociais e de desempenho. O resultado são relatórios mais focados em informações realmente relevantes sob o ponto de vista do cidadão/usuário das demonstrações contábeis e tomadores de decisão em geral.

Como forma de disseminar as informações da gestão pública em nível global, esta prestação de contas encontra-se disponível, na íntegra, no Portal da Transparência do Poder Executivo do Estado, no endereço eletrônico www.transparencia.sc.gov.br. No portal, que foi recentemente reformulado para possibilitar uma nova experiência ao cidadão no acompanhamento das informações da gestão pública, também é possível consultar, de forma detalhada, todos os dados sobre a execução orçamentária e financeira, os contratos firmados por Santa Catarina, os pagamentos efetuados aos fornecedores do Estado, a remuneração e os dados funcionais de servidores, as diárias pagas, assim como outras informações relevantes relacionadas à gestão pública.

Por fim, no contexto do que foi previamente exposto, o Balanço Geral do Estado de 2017 está dividido em três volumes, além da mensagem apresentada pelo Governador na abertura da sessão legislativa:

Volume I - Relatório Contábil de Propósito Geral

Consoante às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), especialmente a NBC TSP Estrutura Conceitual, o volume 1 foi reformulado e apresenta o Relatório Contábil de Propósito Geral (RCPG). Esse relatório é um dos componentes centrais de transparência da informação contábil do Estado de Santa Catarina e fornece informações aos seus usuários para subsidiar os processos decisórios, a prestação de contas e a responsabilização (accountability). O RCPG abrange, de forma consolidada, a execução dos orçamentos da administração direta, das autarquias, das fundações, dos fundos especiais e das empresas estatais dependentes, e demonstra os principais resultados alcançados no exercício tanto nas áreas administrativa, econômica, financeira e social, quanto em relação às metas do planejamento orçamentário e fiscal e ao cumprimento de limites constitucionais e legais. Além disso, traz também as demonstrações contábeis consolidadas que evidenciam os resultados das gestões orçamentária, financeira e patrimonial (Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, Demonstrações das Variações Patrimoniais, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa e suas respectivas notas explicativas) e permite a avaliação do desempenho do Estado no ano de 2017.

Volume II - Anexos do Balanço Geral do Estado

Neste volume, encontram-se os anexos exigidos pela Lei Federal n° 4.320/64, observadas as alterações posteriores e as demais normas legais e regulamentares pertinentes em vigor, assim como os demonstrativos exigidos pela Instrução Normativa n° TC-20/2015, os relatórios dos núcleos técnicos do sistema de controle interno do Poder Executivo e o relatório da Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública.

Volume III - Relatório de Atividades do Poder Executivo

Destaca os resultados mais relevantes nas áreas da ação governamental e possibilita o acompanhamento físico e financeiro dos programas de governo, bem como das ações priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

2. ANEXOS

17 DE
NOVEMBRO
DE 1889
ESTADO DE STA. CATARINA

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	**24.675.477.351,00**	**24.675.477.351,00**	**23.731.656.393,43**	**(943.820.957,57)**
RECEITA TRIBUTÁRIA	**14.653.072.737,00**	**14.653.072.737,00**	**14.359.938.891,42**	**(293.133.845,58)**
Impostos	13.947.549.140,00	13.947.549.140,00	13.678.749.826,40	(268.799.313,60)
Taxas	705.523.597,00	705.523.597,00	681.189.065,02	(24.334.531,98)
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	**1.817.406.889,00**	**1.817.406.889,00**	**2.336.186.085,74**	**518.779.196,74**
Contribuições Sociais	1.817.406.889,00	1.817.406.889,00	2.336.186.085,74	518.779.196,74
Contribuições Econômicas	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	**891.328.848,00**	**891.328.848,00**	**721.063.397,18**	**(170.265.450,82)**
Receitas Imobiliárias	21.616.387,00	21.616.387,00	13.602.828,38	(8.013.558,62)
Receitas de Valores Mobiliários	850.710.179,00	850.710.179,00	635.431.643,98	(215.278.535,02)
Receitas de Concessões e Permissões	11.348.960,00	11.348.960,00	4.522.357,62	(6.826.602,38)
Receita de Cessão de Direitos	6.552.183,00	6.552.183,00	65.712.250,22	59.160.067,22
Outras Receitas Patrimoniais	1.101.139,00	1.101.139,00	1.794.316,98	693.177,98
RECEITA AGROPECUÁRIA	**1.095.733,00**	**1.095.733,00**	**1.283.003,01**	**187.270,01**
Receita da Produção Vegetal	660.000,00	660.000,00	859.699,86	199.699,86
Receita da Produção Animal e Derivados	435.733,00	435.733,00	423.303,15	(12.429,85)
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	**3.676.899,00**	**3.676.899,00**	**3.152.629,05**	**(524.269,95)**
Receita da Indústria de Transformação	39.399,00	39.399,00	36.491,25	(2.907,75)
Receita da Indústria de Construção	3.637.500,00	3.637.500,00	3.116.137,80	(521.362,20)
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	**1.038.897.502,00**	**1.038.897.502,00**	**795.910.505,71**	**(242.986.996,29)**
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	**5.463.021.631,00**	**5.463.021.631,00**	**4.597.799.921,98**	**(865.221.709,02)**
Transferências Intragovernamentais	4.772.403.858,00	4.772.403.858,00	4.235.647.124,84	(536.756.733,16)
Transferências de Instituições Privadas	546.033.920,00	546.033.920,00	304.875.093,59	(241.158.826,41)
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	428.552,00	428.552,00	1.513.752,28	1.085.200,28
Transferências de Convênios	144.155.301,00	144.155.301,00	55.763.951,27	(88.391.349,73)
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	**806.977.112,00**	**806.977.112,00**	**916.321.959,34**	**109.344.847,34**
Multas e Juros de Mora	202.679.584,00	202.679.584,00	262.679.528,16	59.999.944,16
Indenizações e Restituições	128.357.330,00	128.357.330,00	180.570.724,96	52.213.394,96
Receita da Dívida Ativa	45.346.760,00	45.346.760,00	165.239.248,24	119.892.488,24
Receitas Correntes Diversas	430.593.438,00	430.593.438,00	307.832.457,98	(122.760.980,02)
RECEITAS DE CAPITAL (II)	**1.398.144.649,00**	**1.398.144.649,00**	**1.642.129.449,74**	**243.984.800,74**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**1.248.932.434,00**	**1.248.932.434,00**	**1.571.279.378,23**	**322.346.944,23**
Operações de Crédito Internas	983.395.595,00	983.395.595,00	1.330.542.078,72	347.146.483,72
Operações de Crédito Externas	265.536.839,00	265.536.839,00	240.737.299,51	(24.799.539,49)
ALIENAÇÃO DE BENS	**49.765.221,00**	**49.765.221,00**	**4.521.589,06**	**(45.243.631,94)**
Alienação de Bens Móveis	10.640.281,00	10.640.281,00	3.675.986,57	(6.964.294,43)
Alienação de Bens Imóveis	39.124.940,00	39.124.940,00	845.602,49	(38.279.337,51)
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	**12.078.000,00**	**12.078.000,00**	**25.327.770,14**	**13.249.770,14**
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	**51.368.994,00**	**51.368.994,00**	**36.461.592,30**	**(14.907.401,70)**
Transferências Intergovernamentais	9.126.941,00	9.126.941,00	7.211.533,76	(1.915.407,24)
Transferências de Instituições Privadas	85.000,00	85.000,00	265.123,27	180.123,27
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	42.157.053,00	42.157.053,00	28.984.935,27	(13.172.117,73)
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	**36.000.000,00**	**36.000.000,00**	**4.539.120,01**	**(31.460.879,99)**
Integralização do Capital Social	6.000.000,00	6.000.000,00	4.539.120,01	(1.460.879,99)
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	-	-	-	-
Restituições	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	30.000.000,00	30.000.000,00	-	(30.000.000,00)
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**26.073.622.000,00**	**26.073.622.000,00**	**25.373.785.843,17**	**(699.836.156,83)**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
Contratual	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	**26.073.622.000,00**	**26.073.622.000,00**	**25.373.785.843,17**	**(699.836.156,83)**
DEFICIT (VI)			**221.317.536,01**	
TOTAL (VII) = (V + VI)	**26.073.622.000,00**	**26.073.622.000,00**	**25.595.103.379,18**	**(699.836.156,83)**
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
Superavit Financeiro		2.985.358.643,27	1.982.716.996,38	
Reabertura de Créditos Adicionais		-	-	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	**22.761.840.213,00**	**25.662.579.842,00**	**23.075.490.761,31**	**22.629.677.213,13**	**22.256.295.067,28**	**2.587.089.080,69**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.070.721.878,00	15.853.241.812,06	15.583.721.983,80	15.580.333.276,25	15.502.370.116,39	269.519.828,26
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	747.000.000,00	857.154.697,03	770.880.832,77	770.880.712,64	743.698.736,79	86.273.864,26
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.944.118.335,00	8.952.183.332,91	6.720.887.944,74	6.278.463.224,24	6.010.226.214,10	2.231.295.388,17
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	**3.310.781.787,00**	**4.767.258.869,97**	**2.519.612.617,87**	**2.291.532.807,56**	**2.260.357.670,39**	**2.247.646.252,10**
INVESTIMENTOS	2.518.481.520,00	3.900.646.397,32	1.914.636.793,87	1.686.625.966,57	1.667.388.715,19	1.986.009.603,45
INVERSÕES FINANCEIRAS	164.800.267,00	187.652.906,42	68.995.691,09	68.926.708,08	68.129.592,08	118.657.215,33
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	627.500.000,00	678.959.566,23	535.980.132,91	535.980.132,91	524.839.363,12	142.979.433,32
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	**1.000.000,00**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DAS DESPESAS XI = (VIII + IX + X)	**26.073.622.000,00**	**30.429.838.711,97**	**25.595.103.379,18**	**24.921.210.020,69**	**24.516.652.737,67**	**4.834.735.332,79**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XIV)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI+ XII)	**26.073.622.000,00**	**30.429.838.711,97**	**25.595.103.379,18**	**24.921.210.020,69**	**24.516.652.737,67**	**4.834.735.332,79**
SUPERAVIT (XIV)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	**26.073.622.000,00**	**30.429.838.711,97**	**25.595.103.379,18**	**24.921.210.020,69**	**24.516.652.737,67**	**4.834.735.332,79**
RESERVA DO RPPS	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

R$

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-c-e)
DESPESAS CORRENTES	**-**	**358.745.281,66**	**187.945.658,54**	**187.936.483,17**	**170.799.623,12**	**-**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	4.187.071,61	2.524.543,61	2.524.543,61	1.662.528,00	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	354.558.210,05	185.421.114,93	185.411.939,56	169.137.095,12	-
DESPESAS DE CAPITAL	**-**	**183.332.857,37**	**101.970.273,97**	**101.922.947,85**	**81.362.583,40**	**-**
INVESTIMENTOS	-	183.332.857,37	101.970.273,97	101.922.947,85	81.362.583,40	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**-**	**542.078.139,03**	**289.915.932,51**	**289.859.431,02**	**252.162.206,52**	**-**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

R$

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (b)	(c)	(d)	(e)=(a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	**-**	**145.825.538,45**	**145.676.845,84**	**148.692,61**	**-**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	20.682.617,53	20.682.617,53	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	125.142.920,92	124.994.228,31	148.692,61	-
DESPESAS DE CAPITAL	**-**	**11.258.429,58**	**10.936.837,47**	**321.592,11**	**-**
INVESTIMENTOS	-	10.758.915,58	10.437.323,47	321.592,11	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	499.514,00	499.514,00	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
TOTAL	**-**	**157.083.968,03**	**156.613.683,31**	**470.284,72**	**-**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PODER EXECUTIVO
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	**24.392.006.696,00**	**24.392.006.696,00**	**23.411.603.449,82**	**(980.403.246,18)**
RECEITA TRIBUTÁRIA	**14.653.072.737,00**	**14.653.072.737,00**	**14.359.938.891,42**	**(293.133.845,58)**
Impostos	13.947.549.140,00	13.947.549.140,00	13.678.749.826,40	(268.799.313,60)
Taxas	705.523.597,00	705.523.597,00	681.189.065,02	(24.334.531,98)
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	**1.817.406.889,00**	**1.817.406.889,00**	**2.336.186.085,74**	**518.779.196,74**
Contribuições Sociais	1.817.406.889,00	1.817.406.889,00	2.336.186.085,74	518.779.196,74
Contribuições Econômicas	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	**864.637.342,00**	**864.637.342,00**	**698.283.760,26**	**(166.353.581,74)**
Receitas Imobiliárias	21.573.187,00	21.573.187,00	13.602.828,38	(7.970.358,62)
Receitas de Valores Mobiliários	824.062.562,00	824.062.562,00	612.652.777,06	(211.409.784,94)
Receitas de Concessões e Permissões	11.348.960,00	11.348.960,00	4.522.357,62	(6.826.602,38)
Receita de Cessão de Direitos	6.552.183,00	6.552.183,00	65.712.250,22	59.160.067,22
Outras Receitas Patrimoniais	1.100.450,00	1.100.450,00	1.793.546,98	693.096,98
RECEITA AGROPECUÁRIA	**1.095.733,00**	**1.095.733,00**	**1.283.003,01**	**187.270,01**
Receita da Produção Vegetal	660.000,00	660.000,00	859.699,86	199.699,86
Receita da Produção Animal e Derivados	435.733,00	435.733,00	423.303,15	(12.429,85)
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	**3.676.899,00**	**3.676.899,00**	**3.152.629,05**	**(524.269,95)**
Receita da Indústria de Transformação	39.399,00	39.399,00	36.491,25	(2.907,75)
Receita da Indústria de Construção	3.637.500,00	3.637.500,00	3.116.137,80	(521.362,20)
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	**992.677.105,00**	**992.677.105,00**	**747.525.540,19**	**(245.151.564,81)**
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	**5.458.844.389,00**	**5.458.844.389,00**	**4.597.040.728,01**	**(861.803.660,99)**
Transferências Intragovernamentais	4.770.548.393,00	4.770.548.393,00	4.235.644.404,10	(534.903.988,90)
Transferências de Instituições Privadas	544.013.508,00	544.013.508,00	304.277.796,22	(239.735.711,78)
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	127.187,00	127.187,00	1.354.576,42	1.227.389,42
Transferências de Convênios	144.155.301,00	144.155.301,00	55.763.951,27	(88.391.349,73)
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PODER EXECUTIVO
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	**600.595.602,00**	**600.595.602,00**	**668.192.812,14**	**67.597.210,14**
Multas e Juros de Mora	196.602.889,00	196.602.889,00	256.947.956,99	60.345.067,99
Indenizações e Restituições	128.313.317,00	128.313.317,00	180.569.095,59	52.255.778,59
Receita da Dívida Ativa	44.360.491,00	44.360.491,00	164.721.424,99	120.360.933,99
Receitas Correntes Diversas	231.318.905,00	231.318.905,00	65.954.334,57	(165.364.570,43)
RECEITAS DE CAPITAL (II)	**1.398.144.649,00**	**1.398.144.649,00**	**1.642.129.449,74**	**243.984.800,74**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**1.248.932.434,00**	**1.248.932.434,00**	**1.571.279.378,23**	**322.346.944,23**
Operações de Crédito Internas	983.395.595,00	983.395.595,00	1.330.542.078,72	347.146.483,72
Operações de Crédito Externas	265.536.839,00	265.536.839,00	240.737.299,51	(24.799.539,49)
ALIENAÇÃO DE BENS	**49.765.221,00**	**49.765.221,00**	**4.521.589,06**	**(45.243.631,94)**
Alienação de Bens Móveis	10.640.281,00	10.640.281,00	3.675.986,57	(6.964.294,43)
Alienação de Bens Imóveis	39.124.940,00	39.124.940,00	845.602,49	(38.279.337,51)
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	**12.078.000,00**	**12.078.000,00**	**25.327.770,14**	**13.249.770,14**
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	**51.368.994,00**	**51.368.994,00**	**36.461.592,30**	**(14.907.401,70)**
Transferências Intergovernamentais	9.126.941,00	9.126.941,00	7.211.533,76	(1.915.407,24)
Transferências de Instituições Privadas	85.000,00	85.000,00	265.123,27	180.123,27
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	42.157.053,00	42.157.053,00	28.984.935,27	(13.172.117,73)
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	**36.000.000,00**	**36.000.000,00**	**4.539.120,01**	**(31.460.879,99)**
Integralização do Capital Social	6.000.000,00	6.000.000,00	4.539.120,01	(1.460.879,99)
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	-	-	-	-
Restituições	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	30.000.000,00	30.000.000,00	-	(30.000.000,00)
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**25.790.151.345,00**	**25.790.151.345,00**	**25.053.732.899,56**	**(736.418.445,44)**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PODER EXECUTIVO
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
Contratual	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	**25.790.151.345,00**	**25.790.151.345,00**	**25.053.732.899,56**	**(736.418.445,44)**
DEFICIT (VI)			-	
TOTAL (VII) = (V + VI)	**25.790.151.345,00**	**25.790.151.345,00**	**25.053.732.899,56**	**(736.418.445,44)**
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
Superavit Financeiro		2.387.030.008,65	1.532.605.043,29	
Reabertura de Créditos Adicionais		-	-	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PODER EXECUTIVO
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	**19.302.450.295,00**	**21.075.372.094,15**	**19.232.579.693,87**	**18.841.412.102,89**	**18.527.905.528,16**	**1.842.792.400,28**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.695.273.257,00	12.877.749.046,84	12.794.721.133,20	12.791.700.358,83	12.770.490.604,02	83.027.913,64
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	747.000.000,00	857.154.697,03	770.880.832,77	770.880.712,64	743.698.736,79	86.273.864,26
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.860.177.038,00	7.340.468.350,28	5.666.977.727,90	5.278.831.031,42	5.013.716.187,35	1.673.490.622,38
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	**3.161.251.036,00**	**4.513.727.245,99**	**2.381.567.594,65**	**2.165.801.722,19**	**2.134.626.585,02**	**2.132.159.651,34**
INVESTIMENTOS	2.375.765.052,00	3.677.624.056,34	1.799.696.570,65	1.583.999.681,20	1.564.762.429,82	1.877.927.485,69
INVERSÕES FINANCEIRAS	157.985.984,00	157.143.623,42	45.890.891,09	45.821.908,08	45.024.792,08	111.252.732,33
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	627.500.000,00	678.959.566,23	535.980.132,91	535.980.132,91	524.839.363,12	142.979.433,32
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	**1.000.000,00**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DAS DESPESAS XI = (VIII + IX + X)	**22.464.701.331,00**	**25.589.099.340,14**	**21.614.147.288,52**	**21.007.213.825,08**	**20.662.532.113,18**	**3.974.952.051,62**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XIV)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI+ XII)	**22.464.701.331,00**	**25.589.099.340,14**	**21.614.147.288,52**	**21.007.213.825,08**	**20.662.532.113,18**	**3.974.952.051,62**
SUPERAVIT (XIV)	**-**	**-**	**3.439.585.611,04**	**-**	**-**	**-**
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	**22.464.701.331,00**	**25.589.099.340,14**	**25.053.732.899,56**	**21.007.213.825,08**	**20.662.532.113,18**	**3.974.952.051,62**
RESERVA DO RPPS	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PODER EXECUTIVO
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

R$

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-c-e)
DESPESAS CORRENTES	**-**	**302.279.466,07**	**155.856.966,38**	**155.856.190,66**	**146.422.499,69**	**-**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	2.347.422,06	1.111.061,99	1.111.061,99	1.236.360,07	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	299.932.044,01	154.745.904,39	154.745.128,67	145.186.139,62	-
DESPESAS DE CAPITAL	**-**	**165.698.142,27**	**98.220.532,69**	**98.220.532,69**	**67.477.609,58**	**-**
INVESTIMENTOS	-	165.698.142,27	98.220.532,69	98.220.532,69	67.477.609,58	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**-**	**467.977.608,34**	**254.077.499,07**	**254.076.723,35**	**213.900.109,27**	**-**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PODER EXECUTIVO
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

R$

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (b)	(c)	(d)	(e)=(a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	**-**	**145.483.615,60**	**145.339.939,28**	**143.676,32**	**-**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	20.486.301,00	20.486.301,00	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	124.997.314,60	124.853.638,28	143.676,32	-
DESPESAS DE CAPITAL	**-**	**11.257.399,48**	**10.935.807,37**	**321.592,11**	**-**
INVESTIMENTOS	-	10.757.885,48	10.436.293,37	321.592,11	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	499.514,00	499.514,00	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
TOTAL	**-**	**156.741.015,08**	**156.275.746,65**	**465.268,43**	**-**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO FINANCEIRO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

INGRESSOS	Janeiro a Dezembro/2017	Janeiro a Dezembro/2016
Receita Orçamentária (I)	**25.373.785.843,17**	**24.284.266.243,91**
Ordinária	**16.761.666.046,37**	**15.829.779.594,25**
Vinculada	**8.612.119.796,80**	**8.454.486.649,66**
Recursos Vinculados à Educação	2.604.624.792,14	2.465.237.436,86
Recursos Vinculados à Saúde	523.050.717,33	546.379.128,87
Recursos Vinculados à Previdência Social	2.366.090.613,49	2.098.611.161,46
Recursos Vinculados à Assistência Social	276.318.143,97	644.832.567,68
Recursos Vinculados à Segurança Pública	641.755.104,73	560.391.938,40
Recursos Vinculados à Cultura, Turismo e Esporte	110.741.967,46	124.279.061,85
Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos	31.581.257,78	52.812.043,48
Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes	50.027.957,91	35.678.558,46
Recursos Vinculados à Emergência e Calamidade Pública	5.034.342,04	3.247.163,19
Recursos Vinculados à Alienação de Bens	4.521.589,06	9.213.999,25
Recursos Vinculados à Operações de Crédito	1.168.039.723,70	1.435.122.243,16
Outras Vinculações de Recursos	830.333.587,19	478.681.347,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	**69.141.012.975,36**	**67.558.634.002,06**
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	18.766.841.454,61	18.076.123.123,76
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	46.765.485.580,78	46.526.942.251,03
Transferências Recebidas Aportes RPPS	3.608.685.939,97	2.955.568.627,27
Recebimentos Extraorçamentários (III)	**17.031.532.248,41**	**18.139.135.425,75**
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	673.893.358,49	542.078.139,03
Inscrição de Restos a Pagar Processados	404.557.283,02	157.083.968,03
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	13.342.856.242,08	13.060.473.054,97
Aplicações do RPPS	2.610.199.070,55	4.379.492.310,79
Outros Recebimentos Extraorçamentários	26.294,27	7.952,93
Saldo do Exercício Anterior (IV)	**9.217.933.234,58**	**7.999.953.779,44**
Caixa e Equivalente de Caixa	9.217.933.234,58	7.999.953.779,44
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	**120.764.264.301,52**	**117.981.989.451,16**

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO FINANCEIRO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

DISPÊNDIOS	Janeiro a Dezembro/2017	Janeiro a Dezembro/2016
Despesa Orçamentária (VI)	**25.595.103.379,18**	**24.179.579.471,50**
Ordinária	**17.317.741.878,85**	**15.606.463.892,07**
Vinculada	**8.277.361.500,33**	**8.573.115.579,43**
Recursos Vinculados à Educação	2.523.765.453,36	2.411.218.007,35
Recursos Vinculados à Saúde	507.456.216,22	583.483.176,65
Recursos Vinculados à Previdência Social	2.319.886.675,61	2.568.998.236,74
Recursos Vinculados à Assistência Social	294.555.029,84	646.711.451,49
Recursos Vinculados à Segurança Pública	657.409.312,25	553.103.171,54
Recursos Vinculados à Cultura, Turismo e Esporte	118.659.869,81	127.598.417,06
Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos	27.581.732,26	48.818.122,49
Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes	38.617.550,79	31.500.247,30
Recursos Vinculados à Emergência e Calamidade Pública	3.798.904,82	7.801.541,50
Recursos Vinculados à Alienação de Bens	3.619.876,65	3.283.555,50
Recursos Vinculados à Operações de Crédito	1.316.033.020,05	1.291.824.279,90
Outras Vinculações de Recursos	465.977.858,67	298.775.371,91
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	**69.141.012.975,36**	**67.558.634.002,06**
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	18.766.841.454,61	18.076.123.123,76
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	46.765.485.580,78	46.526.942.251,03
Transferências Concedidas Aportes RPPS	3.608.685.939,97	2.955.568.627,27
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	**16.414.131.916,68**	**17.025.842.743,02**
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	289.859.431,02	234.379.331,81
Pagamento de Restos a Pagar Processados	156.613.683,31	190.982.266,10
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	13.294.273.356,38	12.614.215.397,30
Restos a Pagar - Retenções a Pagar	56.501,49	15.298,09
Aplicações do RPPS	2.673.328.944,48	3.986.250.359,72
Perdas Aplicação Financeira RPPS	-	-
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	90,00
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	**9.614.016.030,30**	**9.217.933.234,58**
Caixa e Equivalente de Caixa	9.614.016.030,30	9.217.933.234,58
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	**120.764.264.301,52**	**117.981.989.451,16**

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO FINANCEIRO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

Especificação	JANEIRO a DEZEMBRO/2017 Receita Orçamentária (a)	Deduções Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)	JANEIRO a DEZEMBRO/2016 Receita Orçamentária (d)	Deduções Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d - e)
Ordinária	**25.866.879.457,55**	**9.105.213.411,18**	**16.761.666.046,37**	**24.096.926.433,52**	**8.267.146.839,27**	**15.829.779.594,25**
Vinculada	**8.829.893.363,23**	**217.773.566,43**	**8.612.119.796,80**	**8.668.705.646,59**	**214.218.996,93**	**8.454.486.649,66**
Recursos Vinculados à Educação	2.604.631.883,94	7.091,80	2.604.624.792,14	2.465.725.173,85	487.736,99	2.465.237.436,86
Recursos Vinculados à Saúde	523.182.717,33	132.000,00	523.050.717,33	546.522.128,87	143.000,00	546.379.128,87
Recursos Vinculados à Previdência Social	2.368.206.755,54	2.116.142,05	2.366.090.613,49	2.109.033.511,83	10.422.350,37	2.098.611.161,46
Recursos Vinculados à Assistência Social	384.367.496,47	108.049.352,50	276.318.143,97	754.778.193,24	109.945.625,56	644.832.567,68
Recursos Vinculados à Segurança Pública	641.795.096,05	39.991,32	641.755.104,73	560.419.537,32	27.598,92	560.391.938,40
Recursos Vinculados à Cultura, Turismo e Esporte	183.870.928,99	73.128.961,53	110.741.967,46	205.586.464,57	81.307.402,72	124.279.061,85
Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos	31.581.257,78	-	31.581.257,78	52.812.043,48	-	52.812.043,48
Recursos Vinculados a Programas de Infra estrutura de Transportes	65.741.991,27	15.714.033,36	50.027.957,91	46.770.617,14	11.092.058,68	35.678.558,46
Recursos Vinculados à Emergência e Calamidade Pública	5.038.735,16	4.393,12	5.034.342,04	3.248.031,19	868,00	3.247.163,19
Recursos Vinculados à Alienação de Bens	4.530.789,06	9.200,00	4.521.589,06	9.213.999,25	-	9.213.999,25
Recursos Vinculados à Operações de Crédito	1.169.024.733,38	985.009,68	1.168.039.723,70	1.435.122.243,16	-	1.435.122.243,16
Outras Vinculações de Recursos	847.920.978,26	17.587.391,07	830.333.587,19	479.473.702,69	792.355,69	478.681.347,00
TOTAL	**34.696.772.820,78**	**9.322.986.977,61**	**25.373.785.843,17**	**32.765.632.080,11**	**8.481.365.836,20**	**24.284.266.243,91**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

BALANÇO FINANCEIRO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

NOTAS EXPLICATIVAS

001 - São consideradas como despesas orçamentárias as despesas empenhadas no exercício.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO FINANCEIRO - PODER EXECUTIVO
Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

INGRESSOS	Janeiro a Dezembro/2017	Janeiro a Dezembro/2016
Receita Orçamentária (I)	**25.053.732.899,56**	**23.977.732.598,21**
Ordinária	**16.442.166.287,31**	**15.524.319.013,70**
Vinculada	**8.611.566.612,25**	**8.453.413.584,51**
Recursos Vinculados à Educação	2.604.624.792,14	2.465.237.436,86
Recursos Vinculados à Saúde	523.050.717,33	546.379.128,87
Recursos Vinculados à Previdência Social	2.366.090.613,49	2.098.611.161,46
Recursos Vinculados à Assistência Social	276.318.143,97	644.832.567,68
Recursos Vinculados à Segurança Pública	641.755.104,73	560.391.938,40
Recursos Vinculados à Cultura, Turismo e Esporte	110.741.967,46	124.279.061,85
Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos	31.581.257,78	52.812.043,48
Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes	50.027.957,91	35.678.558,46
Recursos Vinculados à Emergência e Calamidade Pública	5.034.342,04	3.247.163,19
Recursos Vinculados à Alienação de Bens	4.521.589,06	9.213.999,25
Recursos Vinculados à Operações de Crédito	1.168.039.723,70	1.435.122.243,16
Outras Vinculações de Recursos	829.780.402,64	477.608.281,85
Transferências Financeiras Recebidas (II)	**64.608.200.197,55**	**63.731.848.982,94**
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	14.499.166.641,64	14.473.867.633,41
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	46.500.347.615,94	46.302.412.722,26
Transferências Recebidas Aportes RPPS	3.608.685.939,97	2.955.568.627,27
Recebimentos Extraorçamentários (III)	**12.771.143.316,07**	**13.900.001.090,16**
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	606.933.463,44	467.977.608,34
Inscrição de Restos a Pagar Processados	344.681.711,90	156.741.015,08
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	9.209.302.775,91	8.895.782.203,02
Aplicações do RPPS	2.610.199.070,55	4.379.492.310,79
Outros Recebimentos Extraorçamentários	26.294,27	7.952,93
Saldo do Exercício Anterior (IV)	**3.024.680.456,99**	**2.266.072.370,58**
Caixa e Equivalente de Caixa	3.024.680.456,99	2.266.072.370,58
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	**105.457.756.870,17**	**103.875.655.041,89**

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO FINANCEIRO - PODER EXECUTIVO
Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

DISPÊNDIOS	Janeiro a Dezembro/2017	Janeiro a Dezembro/2016
Despesa Orçamentária (VI)	**21.614.147.288,52**	**20.744.504.526,92**
Ordinária	**13.857.820.588,76**	**12.494.761.760,10**
Vinculada	**7.756.326.699,76**	**8.249.742.766,82**
Recursos Vinculados à Educação	2.523.765.453,36	2.411.218.007,35
Recursos Vinculados à Saúde	507.456.216,22	583.483.176,65
Recursos Vinculados à Previdência Social	2.033.689.007,33	2.338.067.757,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	260.592.820,04	615.049.997,20
Recursos Vinculados à Segurança Pública	657.409.312,25	553.103.171,54
Recursos Vinculados à Cultura, Turismo e Esporte	99.122.780,83	104.337.979,60
Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos	27.581.732,26	48.818.122,49
Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes	38.617.550,79	31.500.247,30
Recursos Vinculados à Emergência e Calamidade Pública	3.798.904,82	7.801.541,50
Recursos Vinculados à Alienação de Bens	3.619.876,65	3.283.555,50
Recursos Vinculados à Operações de Crédito	1.316.033.020,05	1.291.824.279,90
Outras Vinculações de Recursos	284.640.025,16	261.254.930,79
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	**68.534.733.013,68**	**66.908.781.956,08**
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	18.618.951.661,63	17.819.063.550,40
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	46.500.347.615,94	46.302.412.722,26
Transferências Concedidas Aportes RPPS	3.415.433.736,11	2.787.305.683,42
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	**12.216.798.678,17**	**13.197.688.101,90**
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	254.076.723,35	196.488.685,31
Pagamento de Restos a Pagar Processados	156.275.746,65	189.019.810,09
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	9.133.116.487,97	8.825.916.291,98
Restos a Pagar - Retenções a Pagar	775,72	12.864,80
Aplicações do RPPS	2.673.328.944,48	3.986.250.359,72
Perdas Aplicação Financeira RPPS	-	-
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	90,00
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	**3.092.077.889,80**	**3.024.680.456,99**
Caixa e Equivalente de Caixa	3.092.077.889,80	3.024.680.456,99
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	**105.457.756.870,17**	**103.875.655.041,89**

BALANÇO FINANCEIRO - PODER EXECUTIVO
Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

Especificação	JANEIRO a DEZEMBRO/2017 Receita Orçamentária (a)	Deduções Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)	JANEIRO a DEZEMBRO/2016 Receita Orçamentária (d)	Deduções Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d - e)
Ordinária	**25.544.813.564,44**	**9.102.647.277,13**	**16.442.166.287,31**	**23.789.862.689,74**	**8.265.543.676,04**	**15.524.319.013,70**
Vinculada	**8.829.340.178,68**	**217.773.566,43**	**8.611.566.612,25**	**8.667.632.581,44**	**214.218.996,93**	**8.453.413.584,51**
Recursos Vinculados à Educação	2.604.631.883,94	7.091,80	2.604.624.792,14	2.465.725.173,85	487.736,99	2.465.237.436,86
Recursos Vinculados à Saúde	523.182.717,33	132.000,00	523.050.717,33	546.522.128,87	143.000,00	546.379.128,87
Recursos Vinculados à Previdência Social	2.368.206.755,54	2.116.142,05	2.366.090.613,49	2.109.033.511,83	10.422.350,37	2.098.611.161,46
Recursos Vinculados à Assistência Social	384.367.496,47	108.049.352,50	276.318.143,97	754.778.193,24	109.945.625,56	644.832.567,68
Recursos Vinculados à Segurança Pública	641.795.096,05	39.991,32	641.755.104,73	560.419.537,32	27.598,92	560.391.938,40
Recursos Vinculados à Cultura, Turismo e Esporte	183.870.928,99	73.128.961,53	110.741.967,46	205.586.464,57	81.307.402,72	124.279.061,85
Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos	31.581.257,78	-	31.581.257,78	52.812.043,48	-	52.812.043,48
Recursos Vinculados a Programas de Infra estrutura de Transportes	65.741.991,27	15.714.033,36	50.027.957,91	46.770.617,14	11.092.058,68	35.678.558,46
Recursos Vinculados à Emergência e Calamidade Pública	5.038.735,16	4.393,12	5.034.342,04	3.248.031,19	868,00	3.247.163,19
Recursos Vinculados à Alienação de Bens	4.530.789,06	9.200,00	4.521.589,06	9.213.999,25	-	9.213.999,25
Recursos Vinculados à Operações de Crédito	1.169.024.733,38	985.009,68	1.168.039.723,70	1.435.122.243,16	-	1.435.122.243,16
Outras Vinculações de Recursos	847.367.793,71	17.587.391,07	829.780.402,64	478.400.637,54	792.355,69	477.608.281,85
TOTAL	**34.374.153.743,12**	**9.320.420.843,56**	**25.053.732.899,56**	**32.457.495.271,18**	**8.479.762.672,97**	**23.977.732.598,21**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

BALANÇO FINANCEIRO - PODER EXECUTIVO
Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

NOTAS EXPLICATIVAS

001 - São consideradas como despesas orçamentárias as despesas empenhadas no exercício.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	11.845.330.452,25	11.393.080.472,80
Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional	11.845.330.452,25	11.393.080.472,80
Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional - Consolidação	9.614.016.030,30	9.217.933.234,58
Conta Única - Tesouro	805.817,19	295.322,14
Bancos Conta Movimento - Demais Contas	34.260.310,99	11.854.268,80
Rede Bancária - Arrecadação	17.550.409,12	14.597.011,92
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	9.561.399.493,00	9.191.175.159,51
Conta Única - RPPS	-	11.472,21
Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional - Intra OFSS	2.231.314.421,95	2.175.147.238,22
Recursos Liberados pelo Tesouro	2.231.314.421,95	2.175.147.238,22
Créditos a Curto Prazo	1.710.717.880,13	1.580.650.001,30
Créditos Tributários a Receber	1.178.227.891,86	1.470.661.940,91
Créditos Tributários a Receber - Consolidação	1.177.952.396,58	1.457.715.527,38
Impostos	606.812.495,27	887.716.889,37
Contribuições Sociais	11.622.882,32	7.327.083,84
Créditos Tributários Parcelados	559.517.018,99	562.671.554,17
Créditos Tributários a Receber - Intra OFSS	-	12.670.918,25
=Créditos Previdenciários Parcelados	-	12.670.918,25
Créditos Tributários a Receber -Inter OFSS - Município	275.495,28	275.495,28
=Créditos Previdenciários Parcelados	275.495,28	275.495,28
Clientes	86.015.120,83	71.780.362,36
Clientes - Consolidação	86.015.120,83	71.780.362,36
Faturas/Duplicatas a Receber	85.905.866,66	71.671.108,19
=Faturas/Duplicatas a Receber Vencidas	109.254,17	109.254,17
Créditos de Transferências a Receber	102.510.038,63	-
Créditos de Transferências a Receber - Intra	102.510.038,63	-
=Créditos Decorrentes da Participação nas Receitas do Estado (F)	102.510.038,63	-

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	67.532.857,61	70.667.220,97
Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Consolidação	25.757.424,29	28.891.787,65
Financiamentos Concedidos a Receber	25.757.424,29	28.891.787,65
Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Intra OFSS	41.775.433,32	41.775.433,32
Financiamentos Concedidos a Receber	41.775.433,32	41.775.433,32
Dívida Ativa Tributária	444.613.955,29	677.358.874,84
Dívida Ativa Tributária - Consolidação	444.613.955,29	677.358.874,84
Dívida Ativa Tributária Inscrita	444.613.955,29	677.358.874,84
Dívida Ativa Não Tributária	2.397.686,59	2.395.425,46
Dívida Ativa Não Tributária - Consolidação	2.397.686,59	2.395.425,46
Dívida Ativa Não Tributária	2.397.686,59	2.395.425,46
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	(170.579.670,68)	(712.213.823,24)
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo - Consolidação	(170.579.670,68)	(712.213.823,24)
*(-) Ajuste de Perdas de Clientes	(30.252.020,68)	(16.979.397,84)
(-) Ajuste de Perdas de Créditos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	(14.282.726,41)	(16.161.560,81)
(-) Ajuste de Perdas de Créditos de Dívida Ativa Tributária	(123.779.212,46)	(676.690.013,08)
*(-) Ajuste de Perdas de Créditos de Dívida Ativa Não Tributária	(2.265.711,13)	(2.382.851,51)
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2.677.370.013,88	2.124.483.101,05
Adiantamentos Concedidos	2.228.465.413,00	1.648.047.196,14
Adiantamentos Concedidos - Consolidação	1.865.026.561,17	1.629.463.367,94
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	11.171.580,48	9.087.115,60
= Suprimento de Fundos/Diárias	12.548.495,22	14.162.581,24
Adiantamentos de Transferências Voluntárias (Convênios e Outros)	1.841.306.485,47	1.606.213.671,10
Adiantamentos Concedidos - Intra OFSS	363.438.851,83	18.583.828,20
Adiantamento para Pagamento de Precatórios Regime Especial	363.438.851,83	18.583.828,20
Tributos a Recuperar / Compensar	5.974.137,38	5.943.167,04
Tributos a Recuperar/Compensar - Consolidação	763,20	763,20
ICMS a Recuperar/ Compensar	763,20	763,20

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016
Tributos a Recuperar/Compensar - Inter OFSS União	5.805.704,49	5.774.734,15
IRRF a Compensar	3.325.859,96	3.202.189,23
IR e CSLL a Recuperar / Compensar	1.424.340,18	1.424.340,18
INSS a Compensar	471.255,87	471.255,87
COFINS a Compensar	501.981,31	532.246,32
PIS/PASEP a Compensar	57.800,52	120.235,90
Outros Tributos a Recuperar/Compensar	24.466,65	24.466,65
Tributos a Recuperar/Compensar - Inter OFSS Municípios	167.669,69	167.669,69
ISS a Compensar	167.669,69	167.669,69
Créditos por Danos ao Patrimônio	197.454.124,81	227.873.627,02
Créditos por Danos ao Patrimônio - Consolidação	197.454.124,81	227.873.627,02
Créditos por Danos ao Patrimônio Provenientes de Créditos Administrativos	104.460.090,25	142.061.698,04
Créditos por Danos ao Patrimônio Apurados em Tomada de Contas Especial (TCE)	92.979.367,92	85.811.928,98
= Créditos por Danos ao Patrimônio Apurados em Processos Judiciais	14.666,64	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	173.751.373,26	113.439.422,28
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Consolidação	173.751.373,26	113.439.422,28
=Depósitos e Cauções Relativos a Contratos ou Convenções	33.900,00	33.900,00
=Valores Apreendidos por Decisão Judicial	173.717.473,26	113.405.522,28
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	517.070.036,66	546.775.425,67
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Consolidação	512.687.988,70	526.445.224,85
=Aluguéis a Receber	1.237.956,79	1.067.443,16
=Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens	448.323.694,04	419.966.569,55
=Créditos a Receber Decorrentes de Infrações Legais e Contratuais	66.610,21	150.405,25
=Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	1.825.250,55	1.599.934,86
=Dividendos Propostos a Receber	4.900.522,87	4.900.528,88
=Cheques em Cobrança	78.434,94	78.434,94
=Multas de Trânsito a Receber	17.537.230,08	29.975.366,82
Contribuição do Associado do Plano de Saúde dos Servidores	26.885,70	2.605,54

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016
Coparticipação do Associado do Plano de Saúde dos Servidores	30.692.862,47	14.553.622,78
Ajuste dos Créditos a Receber	4.900.223,88	13.547.706,99
=Créditos a Receber Decorrentes de Compensação Brasil Telecom	23.537,45	23.537,45
=Créditos a Receber Decorrentes de Danos Causados ao Patrimônio Público	1.592.474,92	2.490.576,82
Créditos a Receber Decorrentes Ressarcimentos/Rateios de Despesas	1.128.256,19	1.006.546,66
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	354.048,61	37.081.945,15
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Intra OFSS	2.596.011,50	18.790.613,29
=Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	302.092,06	1.013.668,01
Contribuição Patronal do Plano de Saúde dos Servidores	2.293.919,44	17.776.945,28
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Inter União	-	1.404,79
=Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	-	1.404,79
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Inter OFSS Município	1.786.036,46	1.538.182,74
=Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	182.468,69	41.981,72
=Créditos a Receber Decorrentes de Cessão de Uso de Áreas Públicas	1.603.567,77	1.496.201,02
(-) Ajuste de Perdas com Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	(445.345.071,23)	(417.595.737,10)
(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo - Consolidação	(445.345.071,23)	(417.595.737,10)
(-) Ajuste de Perdas em Créditos por Danos ao Patrimônio	(14.840,32)	(368,68)
(-) Ajustes de Perdas de Outros Créditos e Valores a Curto Prazo	(445.330.230,91)	(417.595.368,42)
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	400.395.969,03	337.348.401,29
Títulos e Valores Mobiliários	400.395.969,03	337.348.401,29
Títulos e Valores Mobiliários - Consolidação	400.395.969,03	337.348.401,29
=Ações Passíveis de Alienação	133.856,21	216.162,40
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	382.064.255,46	321.609.495,29
Aplicações com a Taxa de Administração do RPPS	18.197.857,36	15.522.743,60
Estoques	202.835.677,05	178.425.253,87
Mercadorias para Revenda	973.632,33	1.004.859,29
Mercadorias para Revenda - Consolidação	973.632,33	1.004.859,29
Mercadorias - Estoques Programas Próprios	953.295,68	984.522,64

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016
Mercadorias em Armazéns de Terceiros para Revenda	20.336,65	20.336,65
Matérias-Primas	632.529,88	696.370,75
Matérias-Primas - Consolidação	632.529,88	696.370,75
Matérias-Primas - Armazéns Próprios	632.529,88	696.370,75
Almoxarifado	181.823.850,71	170.631.338,99
Almoxarifado - Consolidação	181.823.850,71	170.631.338,99
=Material de Consumo	137.363.468,22	143.673.816,55
Bens Móveis	44.460.382,49	26.957.522,44
Outros Estoques	19.406.236,08	6.093.256,79
Outros Estoques - Consolidação	19.406.236,08	6.093.256,79
Estoques para Doação e/ou Permuta	3.058.742,82	1.738.469,81
Construções Civis	16.347.493,26	4.354.786,98
(-) Ajuste de Perdas de Estoques	(571,95)	(571,95)
(-) Ajuste de Perdas de Estoques - Consolidação	(571,95)	(571,95)
(-) Ajuste de Perdas em Estoques	(571,95)	(571,95)
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	10.558.497,65	11.355.328,20
Prêmios de Seguros a Apropriar	5.761.180,11	4.969.639,56
=Prêmios de Seguros a Apropriar - Consolidação	5.761.180,11	4.969.639,56
=Prêmios de Seguros a Apropriar - Consolidação	5.761.180,11	4.969.639,56
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	2.726.387,84	6.385.688,64
=Assinaturas e Anuidades a Apropriar - Consolidação	2.726.387,84	6.385.688,64
=Assinaturas e Anuidades a Apropriar - Consolidação	2.726.387,84	6.385.688,64
Demais VPD a Apropriar	2.070.929,70	-
Demais VPD a Apropriar - Consolidação	2.070.929,70	-
=Outras VPD a Apropriar	2.070.929,70	-
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	**16.847.208.489,99**	**15.625.342.558,51**
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Ativo Realizável a Longo Prazo	3.245.902.427,45	3.066.005.897,41

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016
Créditos a Longo Prazo	2.660.707.734,77	2.582.775.648,96
Créditos a Longo Prazo - Consolidação	2.659.383.701,28	2.565.643.611,46
Créditos Tributários a Receber	2.383.145.911,10	2.276.165.527,04
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	259.416.186,87	278.253.242,63
Dívida Ativa Tributária	14.386.824.584,71	12.961.444.069,90
Dívida Ativa Não Tributária	428.735.449,82	328.788.834,45
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	(14.798.738.431,22)	(13.279.008.062,56)
Créditos a Longo Prazo - Inter OFSS - Município	1.324.033,49	17.132.037,50
Dívida Ativa Tributária	1.324.033,49	17.132.037,50
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	315.560.211,62	183.452.606,97
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo - Consolidação	315.560.211,62	183.452.606,97
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	122.155.599,03	90.962.107,30
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	193.636.774,16	92.777.190,07
(-) Ajustes de Perdas de Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	(232.161,57)	(286.690,40)
Estoques	1.272,38	12.623.461,33
Estoques - Consolidação	1.272,38	12.623.461,33
Outros Estoques	1.272,38	12.623.461,33
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	269.633.208,68	287.154.180,15
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente - Consolidação	269.633.208,68	287.154.180,15
Demais VPD a Apropriar	269.633.208,68	287.154.180,15
Investimentos	3.437.682.101,17	3.424.994.934,29
Participações Permanentes	3.395.871.219,32	3.383.191.856,28
Participações Permanentes - Consolidação	3.390.160.560,74	3.377.342.637,57
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	3.389.797.199,67	3.376.978.276,50
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	363.361,07	364.361,07
Participações Permanentes - Intra OFSS	5.710.658,58	5.849.218,71
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	5.705.458,58	5.844.018,71
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	5.200,00	5.200,00

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016
Propriedades para Investimento	41.810.881,77	41.803.077,93
Propriedades para Investimento - Consolidação	41.810.881,77	41.803.077,93
Edifícios	13.332.296,77	13.324.492,93
Terrenos	28.478.585,00	28.478.585,00
Demais Investimentos Permanentes	0,08	0,08
Demais Investimentos Permanentes - Consolidação	0,08	0,08
=Títulos e Valores Mobiliários Permanentes	0,08	0,08
Imobilizado	32.317.357.307,10	20.547.272.549,01
Bens Móveis	2.316.182.964,34	2.162.790.079,54
Bens Móveis - Consolidação	2.316.182.964,34	2.162.790.079,54
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	849.684.783,71	767.067.887,96
Equipamentos de Tecnologia da Informação	380.866.991,39	339.810.220,17
Móveis e Utensílios	350.206.480,43	335.919.390,09
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	104.655.350,16	111.397.101,18
Veículos	574.852.186,29	556.767.289,54
Armamentos	48.971.246,36	45.830.336,67
Semoventes	622.883,09	628.070,80
Peças não Incorporáveis a Imóveis	5.222.023,06	4.610.164,89
Demais Bens Móveis	1.101.019,85	759.618,24
Bens Imóveis	31.974.259.813,69	19.496.171.100,16
Bens Imóveis - Consolidação	31.974.259.813,69	19.496.171.100,16
Bens de Uso Especial	8.203.151.448,30	6.451.657.477,78
Bens Dominicais	19.834,79	19.834,86
Bens de Uso Comum do Povo	18.386.460.450,88	8.781.760.071,09
Bens Imóveis em Andamento	5.293.862.365,32	4.172.459.075,29
Instalações	65.036.749,94	59.454.837,67
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	16.861.277,17	15.517.798,31
Demais Bens Imóveis	8.867.687,29	15.302.005,16

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas	(1.944.430.745,96)	(1.080.698.447,34)
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas - Consolidação	(1.944.430.745,96)	(1.080.698.447,34)
(-) Depreciação Acumulada - Bens Móveis	(876.836.529,32)	(705.575.072,65)
(-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	(1.067.591.494,74)	(375.122.693,99)
(-) Amortização Acumulada - Bens Imóveis	(2.721,90)	(680,70)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado	(28.654.724,97)	(30.990.183,35)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado - Consolidação	(28.654.724,97)	(30.990.183,35)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado - Bens Móveis	(28.654.724,97)	(30.990.183,35)
Intangível	291.110.897,19	255.598.278,66
Softwares	343.859.392,26	288.038.217,00
Softwares - Consolidação	343.859.392,26	288.038.217,00
Softwares	259.570.299,37	213.426.521,31
Softwares em Desenvolvimento	84.289.092,89	74.611.695,69
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	247.029,71	247.029,71
Marcas, Direitos e Patentes Industriais - Consolidação	247.029,71	247.029,71
Marcas e Patentes Industriais	-	441,03
Outros Direitos - Bens Intangíveis	247.029,71	246.588,68
(-) Amortização Acumulada	(49.737.931,87)	(29.178.809,90)
(-) Amortização Acumulada-Consolidação	(49.737.931,87)	(29.178.809,90)
(-) Amortização Acumulada - Softwares	(49.656.957,46)	(29.122.370,81)
(-) Amortização Acumulada - Marcas, Direitos e Patentes	(80.974,41)	(56.439,09)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível	(3.257.592,91)	(3.508.158,15)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível - Consolidação	(3.257.592,91)	(3.508.158,15)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível - Softwares	(3.257.592,91)	(3.508.158,15)
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	**39.292.052.732,91**	**27.293.871.659,37**
TOTAL DO ATIVO	**56.139.261.222,90**	**42.919.214.217,88**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2017	31/12/2016
PASSIVO CIRCULANTE		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	347.323.642,84	227.557.399,90
Pessoal a Pagar	235.745.589,03	88.559.311,11
Pessoal a Pagar - Consolidação	234.962.530,12	87.029.890,83
Pessoal a Pagar do Exercício	176.000.934,67	14.226.161,18
Pessoal a Pagar de Exercícios Anteriores	28.511.212,00	22.543.787,52
Precatórios de Pessoal	30.117.024,73	50.031.777,17
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	333.358,72	228.164,96
Pessoal a Pagar - Intra OFSS	302.092,06	1.013.668,01
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	248.404,38	939.309,06
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos (P)	53.687,68	74.358,95
Pessoal a Pagar - Inter União	-	43.952,08
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	-	43.952,08
Pessoal a Pagar - Inter Estado	127.899,44	23.670,76
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	127.899,44	23.670,76
Pessoal a Pagar - Inter Município	353.067,41	448.129,43
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	353.067,41	448.129,43
Benefícios Previdenciários a Pagar	40.616.149,80	49.837.717,03
Benefícios Previdenciários a Pagar - Consolidação	40.616.149,80	49.837.717,03
Benefícios Previdenciários	2.559.199,31	2.528.771,60
Precatórios de Benefícios Previdenciários	38.056.950,49	47.308.945,43
Benefícios Assistenciais a Pagar	2.912,44	172.946,22
Benefícios Assistenciais a Pagar - Consolidação	2.912,44	172.946,22
=Benefícios Assistenciais a Pagar do Exercício (F)	2.912,44	172.946,22
Encargos Sociais a Pagar	70.958.991,57	88.987.425,54
Encargos Sociais a Pagar - Consolidação	2.324.380,94	3.076.906,54
Entidades de Previdência Privada e Complementar	2.324.380,94	2.606.015,74
Outros Encargos Sociais	-	470.890,80

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2017	31/12/2016
Encargos Sociais a Pagar - Intra OFSS	2.293.919,44	30.447.863,53
Contribuição a Regime Próprio de Previdência (RPPS)	-	12.670.918,25
Contribuição ao Plano de Saúde	2.293.919,44	17.776.945,28
Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - União	66.340.691,19	55.462.655,47
INSS a Pagar	66.337.540,42	55.462.655,47
PIS/PASEP sobre a Folha de Pagamento	3.150,77	-
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	833.753.281,88	624.484.037,06
Empréstimos a Curto Prazo - Interno	366.992.155,59	251.177.888,56
Empréstimos a Curto Prazo - Interno - Consolidação	142.149.107,13	81.609.120,47
Empréstimos Internos - em Contratos	142.149.107,13	81.609.120,47
Empréstimos a Curto Prazo - Interno - Inter OFSS - União	224.843.048,46	169.568.768,09
Empréstimos Internos - em Contratos	224.843.048,46	169.568.768,09
Empréstimos a Curto Prazo - Externo	396.906.939,29	330.729.890,38
Empréstimos a Curto Prazo - Externo - Consolidação	396.906.939,29	330.729.890,38
Empréstimos Externos - em Contratos	396.906.939,29	330.729.890,38
Financiamentos a Curto Prazo - Interno	42.672.211,15	42.576.258,12
Financiamentos a Curto Prazo-Interno - Consolidação	896.777,83	800.824,80
=Financiamentos Internos (P)	827.794,92	800.824,80
=Financiamentos Internos do Exercício (F)	68.982,91	-
Financiamentos a Curto Prazo - Interno - Intra OFSS	41.775.433,32	41.775.433,32
=Financiamentos Internos (P)	41.775.433,32	41.775.433,32
Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo - Interno	27.181.975,85	-
Juros e Encargos a Pagar Emprést./Financiam. Curto Prazo - Interno- Inter OFSS - União	27.181.975,85	-
Juros de Contratos - Empréstimos Internos	27.053.849,59	-
Encargos de Contratos - Empréstimos Internos	128.126,26	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	514.371.255,66	443.761.982,59
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo	514.238.707,56	443.761.982,59
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Consolidação	514.238.707,56	443.761.982,59

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais	196.268.625,11	82.197.337,57
Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar - Credores Nacionais	317.970.082,45	361.564.645,02
Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros a Curto Prazo	132.548,10	-
Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros a Curto Prazo - Consolidação	132.548,10	-
Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros	132.548,10	-
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	14.324.568,51	18.277.732,99
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União	14.323.310,72	17.261.721,16
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União - Inter OFSS - União	14.323.310,72	17.261.721,16
IRPJ a Recolher	606.999,68	606.999,68
PIS/PASEP a Recolher	-	45.806,38
Tributos Federais Renegociados	13.497.071,16	16.389.675,22
CSLL a Recolher	219.239,88	219.239,88
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios	1.257,79	1.016.011,83
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios - Inter OFSS Município	1.257,79	1.016.011,83
ISS a Recolher	6,45	95.895,49
Tributos Municipais Renegociados	-	825.040,97
Taxas Municipais	1.251,34	95.075,37
Provisões a Curto Prazo	635.060.970,48	628.053.455,23
Provisão para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	12.668.904,82	13.791.723,76
Provisão para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo - Consolidação	12.668.904,82	13.791.723,76
Provisão para Indenizações Trabalhistas (P)	12.668.904,82	13.791.723,76
Provisões para Riscos Fiscais a Curto Prazo	1.318.371,20	-
Provisões para Riscos Fiscais a Curto Prazo - Consolidação	1.318.371,20	-
Provisão para Pagamentos de Autuações Fiscais - Esfera Judicial	1.318.371,20	-
Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo	1.700.000,00	1.725.677,87
Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo - Consolidação	1.700.000,00	1.725.677,87
=Provisão para Indenizações Cíveis	1.700.000,00	1.725.677,87
Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo	591.902.345,17	584.390.276,10

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado	227.539.445,46	221.742.351,61
Provisão para Transferência ao FUNDEB	227.539.445,46	221.742.351,61
Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	364.362.899,71	362.647.924,49
Provisão para Distribuição Constitucional e Legal de Receitas	364.362.899,71	362.647.924,49
Outras Provisões a Curto Prazo	27.471.349,29	28.145.777,50
Outras Provisões a Curto Prazo - Consolidação	27.471.349,29	28.145.777,50
Provisão para Contingências	27.471.349,29	28.145.777,50
Demais Obrigações a Curto Prazo	9.289.702.872,48	8.379.080.014,41
Adiantamentos de Clientes	56.413.386,60	73.573.550,53
Adiantamentos de Clientes-Consolidação	56.413.386,60	73.573.550,53
=Adiantamentos de Clientes (P)	56.413.386,60	73.573.550,53
Valores Restituíveis	5.901.392.604,30	5.795.635.967,95
Valores Restituíveis - Consolidação	5.901.392.604,30	5.795.635.967,95
Consignações	129.539.295,66	120.446.699,55
Garantias	7.657.002,47	8.205.683,97
Depósitos Judiciais	5.479.248.454,70	5.529.320.518,02
Depósitos não Judiciais	284.947.851,47	137.663.066,41
Outras Obrigações a Curto Prazo	3.331.896.881,58	2.509.870.495,93
Outras Obrigações a Curto Prazo-Consolidação	539.140.414,93	314.776.441,73
Indenizações e Restituições	92.843.868,07	42.389.085,90
Diárias a Pagar	6.143,50	14.777,50
Convênios a Pagar	10.351.711,76	1.467.648,72
Contrato de Apoio Financeiro a Pagar	733.788,48	-
Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	371,25	41.115,00
Subvenções Econômicas a Pagar	1.495.702,94	1.977,00
Valores em Trânsito Exigíveis	7.466.582,65	3.017.771,43
Depósitos Compulsórios a Pagar	-	7.197,90
Sentenças Judiciais a Pagar	74.417.442,92	34.267.971,37

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2017	31/12/2016
Suprimentos de Fundos a Pagar	-	15.000,00
Credores a Pagar Sem Execução Orçamentária	351.824.803,36	231.663.896,91
Credores a Pagar - Acordo Parcelamento	-	1.890.000,00
Outras Obrigações a Curto Prazo - Intra OFSS	2.697.263.312,41	2.193.731.066,42
Adiantamentos Recebidos	363.438.851,83	18.583.828,20
Transferências Constitucionais ou Legais	102.510.038,63	-
Recursos Especiais a Liberar	2.231.314.421,95	2.175.147.238,22
Outras Obrigações a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado	998,98	-
Transferências Constitucionais ou Legais	998,98	-
Outras Obrigações a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	95.492.155,26	1.362.987,78
Convênios a Pagar	1.762.073,67	-
Transferências Constitucionais ou Legais	93.445.523,05	-
Transferências Fundo a Fundo a Pagar	284.558,54	1.362.987,78
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	**11.634.536.591,85**	**10.321.214.622,18**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	650.491.078,64	797.981.376,20
Pessoal a Pagar	140.789.688,41	200.098.424,74
Pessoal a Pagar-Consolidação	140.789.688,41	200.098.424,74
Precatórios de Pessoal	140.789.688,41	200.098.424,74
Benefícios Previdenciários a Pagar	186.521.530,40	189.235.781,77
Benefícios Previdenciários a Pagar - Consolidação	186.521.530,40	189.235.781,77
Precatórios de Benefícios Previdenciários	186.521.530,40	189.235.781,77
Encargos Sociais a Pagar	323.179.859,83	408.647.169,69
Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - União	323.179.859,83	408.647.169,69
INSS a Pagar	323.179.859,83	408.647.169,69
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	18.847.578.716,48	18.838.624.566,44
Empréstimos a Longo Prazo - Interno	16.074.652.313,74	15.974.628.648,95
Empréstimos a Longo Prazo - Interno - Consolidação	6.603.204.346,35	5.858.853.167,70

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos Internos - em Contratos	6.603.204.346,35	5.858.853.167,70
Empréstimos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - União	9.471.447.967,39	10.115.775.481,25
Empréstimos Internos - em Contratos	9.471.447.967,39	10.115.775.481,25
Empréstimos a Longo Prazo - Externo	2.768.442.513,59	2.858.790.556,29
Empréstimos a Longo Prazo - Externo - Consolidação	2.768.442.513,59	2.858.790.556,29
=Empréstimos Externos - em Contratos	2.768.442.513,59	2.858.790.556,29
Financiamentos a Longo Prazo - Interno	4.483.889,15	5.205.361,20
Financiamentos a Longo Prazo - Interno - Consolidação	4.483.889,15	5.205.361,20
=Financiamentos Internos	4.483.889,15	5.205.361,20
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	1.599.762.002,72	1.446.314.905,78
Fornecedores Nacionais e Contas a Pagar a Longo Prazo	1.599.762.002,72	1.446.314.905,78
Fornecedores Nacionais e Contas a Pagar a Longo Prazo - Consolidação	1.599.762.002,72	1.446.314.905,78
=Fornecedores Nacionais	645.241,91	54.590,19
Precatórios de Fornecedores Nacionais	1.599.116.760,81	1.446.260.315,59
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	265.222.665,51	265.590.332,72
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União	265.222.665,51	265.590.332,72
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União - Inter OFSS União	265.222.665,51	265.590.332,72
Tributos Federais Renegociados	265.222.665,51	265.590.332,72
Provisões a Longo Prazo	70.812.707,33	755.819.768,59
Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo	8.490.849,60	12.849.941,46
Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo - Consolidação	8.490.849,60	12.849.941,46
=Provisão para Indenizações Trabalhistas	8.490.849,60	12.849.941,46
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	49.675.373,51	730.398.540,93
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação	49.675.373,51	730.398.540,93
Plano Financeiro - Provisões de Benefícios Concedidos	1.904.204.644,54	730.398.540,93
Plano Financeiro - Provisões de Benefícios a Conceder	(1.854.529.271,03)	-
Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo	12.646.484,22	12.571.286,20
Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo - Consolidação	12.646.484,22	12.571.286,20

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2017	31/12/2016
=Provisão para Indenizações Cíveis	12.646.484,22	12.571.286,20
Demais Obrigações a Longo Prazo	1.548.855.851,86	684.411.243,91
Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo	278.511.273,43	207.402.012,07
Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo-Consolidação	278.511.273,43	207.402.012,07
=Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo	278.511.273,43	207.402.012,07
Valores Restituíveis	662.666.889,79	158.001.633,63
Valores Restituíveis - Consolidação	662.666.889,79	158.001.633,63
Depósitos Judiciais	662.666.889,79	158.001.633,63
Outras Obrigações a Longo Prazo	607.677.688,64	319.007.598,21
Outras Obrigações a Longo Prazo-Consolidação	329.444.640,21	319.007.598,21
Indenizações e Restituições	322.466.021,80	312.028.979,80
=Outros Credores a Longo Prazo	6.978.618,41	6.978.618,41
Outras Obrigações a Longo Prazo - Inter OFSS Município	278.233.048,43	-
Transferências Constitucionais ou Legais	278.233.048,43	-
Resultado Diferido	603.836.648,33	657.739.791,60
Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) Diferida	603.836.648,33	657.739.791,60
Variação Patrimonial Aumentativa Diferida - Consolidação	603.836.648,33	657.739.791,60
=Variação Patrimonial Aumentativa Diferida	603.836.648,33	657.739.791,60
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**23.586.559.670,87**	**23.446.481.985,24**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio Social e Capital Social	235.987.642,40	231.448.522,39
Capital Social Realizado	235.987.642,40	231.448.522,39
Capital Social Realizado - Consolidação	1.270.788,00	1.270.788,00
Capital Social Subscrito	1.270.788,00	1.270.788,00
Capital Social Realizado - Intra OFSS	229.332.288,30	224.793.168,29
Capital Social Subscrito	241.655.296,97	225.609.177,88
(-) Capital Social a Realizar	(12.323.008,67)	(816.009,59)
Capital Social Realizado - Inter OFSS União	5.383.499,10	5.383.499,10

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social Subscrito	5.658.555,03	5.658.555,03
(-) Capital Social a Realizar	(275.055,93)	(275.055,93)
Capital Social Realizado - Inter OFSS Município	1.067,00	1.067,00
Capital Social Subscrito	1.067,00	1.067,00
Reservas de Capital	368.427,88	368.427,88
Outras Reservas de Capital	368.427,88	368.427,88
Outras Reservas de Capital - Consolidação	357.481,14	357.481,14
Reservas de Doações e Subvenções para Investimentos	242.720,74	242.720,74
Demais Reservas de Capital	114.760,40	114.760,40
Outras Reservas de Capital - Inter OFSS União	10.835,34	10.835,34
Reservas de Doações e Subvenções para Investimentos	7.356,92	7.356,92
Demais Reservas de Capital	3.478,42	3.478,42
Outras Reservas de Capital - Inter OFSS Município	111,40	111,40
Reservas de Doações e Subvenções para Investimentos	75,64	75,64
Demais Reservas de Capital	35,76	35,76
Demais Reservas	8.088.202,21	8.088.202,21
Reserva de Reavaliação	5.814.681,63	5.814.681,63
Reserva de Reavaliação - Consolidação	5.814.681,63	5.814.681,63
Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis	2.452.340,00	2.452.340,00
Reserva de Reavaliação de Bens Móveis	3.362.341,63	3.362.341,63
Outras Reservas	2.273.520,58	2.273.520,58
Outras Reservas - Consolidação	2.273.520,58	2.273.520,58
Outras Reservas - Consolidação	2.273.520,58	2.273.520,58
Resultados Acumulados	20.673.720.687,69	8.911.612.457,98
Superavits ou Deficits Acumulados	21.247.695.843,85	9.448.587.393,53
Superavits ou Deficits Acumulados - Consolidação	50.002.091.163,11	32.125.523.815,04
Superavits ou Deficits do Exercício	11.966.254.529,16	7.375.760.013,91
Superavits ou Deficits de Exercícios Anteriores	32.125.523.815,04	17.270.786.760,61

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2017	31/12/2016
Ajustes de Exercícios Anteriores	5.910.312.818,91	7.478.977.040,52
Superavits ou Deficits Acumulados - Intra OFSS	(2.203.541.310,63)	(1.634.524.276,99)
Superavits ou Deficits do Exercício	(569.017.033,64)	(531.110.637,61)
Superavits ou Deficits de Exercícios Anteriores	(1.634.524.276,99)	(1.161.578.170,85)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	58.164.531,47
Superavits ou Deficits Acumulados - Inter OFSS - União	5.625.472.670,13	3.279.293.720,95
Superavits ou Deficits do Exercício	2.346.178.949,18	743.615.733,03
Superavits ou Deficits de Exercícios Anteriores	3.279.293.720,95	2.535.677.987,92
Superavits ou Deficits Acumulados - Inter OFSS - Estado	(4.629.088.417,46)	(3.406.819.268,38)
Superavits ou Deficits do Exercício	(1.222.269.149,08)	(1.115.962.714,94)
Superavits ou Deficits de Exercícios Anteriores	(3.406.819.268,38)	(2.290.856.553,44)
Superavits ou Deficits Acumulados - Inter OFSS - Município	(27.547.238.261,30)	(20.914.886.597,09)
Superavits ou Deficits do Exercício	(6.634.821.701,18)	(5.801.264.320,71)
Superavits ou Deficits de Exercícios Anteriores	(20.914.886.597,09)	(15.113.637.320,64)
Ajustes de Exercícios Anteriores	2.470.036,97	15.044,26
Lucros e Prejuízos Acumulados	(573.975.156,16)	(536.974.935,55)
Lucros e Prejuízos Acumulados - Consolidação	(2.100.791.460,56)	(1.601.110.475,76)
Lucros e Prejuízos do Exercício	(481.853.178,55)	(513.953.486,51)
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(1.601.110.475,76)	(1.087.135.644,41)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(17.827.806,25)	(21.344,84)
Lucros e Prejuízos Acumulados - Intra OFSS	1.979.919.680,91	1.415.580.327,41
Lucros e Prejuízos do Exercício	564.339.353,50	502.390.840,35
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	1.415.580.327,41	954.964.920,38
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(41.775.433,32)
Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - União	(444.278.501,93)	(344.761.208,18)
Lucros e Prejuízos do Exercício	(99.517.293,75)	(73.188.887,32)
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(344.761.208,18)	(271.572.320,86)
Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - Estado	(13.229,00)	(13.229,00)

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2017	31/12/2016
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(13.229,00)	(13.229,00)
Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - Município	(8.811.645,58)	(6.670.350,02)
Lucros e Prejuízos do Exercício	(2.141.295,56)	(1.814.363,78)
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(6.670.350,02)	(4.095.986,24)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(760.000,00)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**20.918.164.960,18**	**9.151.517.610,46**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**56.139.261.222,90**	**42.919.214.217,88**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		
ESPECIFICAÇÃO	**31/12/2017**	**31/12/2016**
ATIVO		
Ativo Financeiro	12.537.764.581,23	11.859.006.008,50
Ativo Permanente	43.601.496.641,67	31.060.208.209,38
Total Ativo (I)	**56.139.261.222,90**	**42.919.214.217,88**
PASSIVO		
Passivo Financeiro	9.245.053.419,60	8.597.667.066,71
Passivo Permanente	26.649.867.218,70	25.712.074.988,58
Total Passivo (II)	**35.894.920.638,30**	**34.309.742.055,29**
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)	**20.244.340.584,60**	**8.609.472.162,59**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO	**31/12/2017**	**31/12/2016**
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	1.263.335.655,49	1.239.637.682,85
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	-	-
Direitos Contratuais em Execução	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**1.263.335.655,49**	**1.239.637.682,85**
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	659.414.641,65	657.360.933,17
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	385.781.962,60	456.536.928,85
Obrigações Contratuais a Executar	23.036.607.863,38	23.631.497.206,98
Controle de riscos fiscais e passivos contingentes	11.739.127.446,79	11.507.318.819,81
Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**35.820.931.914,42**	**36.252.713.888,81**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	**31/12/2017**	**31/12/2016**
0.100 Recursos ordinários - recursos do tesouro - RLD	(295.242.435,26)	50.893.416,49
0.101 Recursos ordinários - diversos	1.756.794,46	12.825.433,43
0.110 Taxa judiciária - recursos do tesouro - exercício corrente	4.192.160,91	3.407.585,22
0.111 Taxas da Segurança Pública - recursos do tesouro - exercício corrente	33.644.795,56	38.830.171,95
0.119 Outras taxas - vinculadas - recursos do tesouro - exercício corrente	9.087.916,83	11.653.808,38
0.120 Cota-parte da contribuição do Salário-Educação - recursos do tesouro - exercício corrente	11.009.808,99	3.111.086,97
0.121 Cota-parte contrib intervenção no domínio econ CIDE-Estadual - rec tesouro -exerc corrente	26.986.789,11	5.270.962,46
0.122 Cota-parte da compensação financeira dos rec hídricos - rec tesouro - exercício corrente	4.533.901,89	4.064.805,25
0.124 Convênio - Programas de Educação - recursos do tesouro - exercício corrente	41.041.952,28	28.064.929,56
0.126 Convênio - Programa de Combate à Fome - recursos do tesouro - exercício corrente	2.775.784,34	765,00
0.128 Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec tesouro - exercício corrente	8.322.087,91	20.382.825,70
0.129 Outras transferências - recursos do tesouro - exercício corrente	6.743.168,00	11.221.004,30
0.131 Recursos do FUNDEB - transferências da União	75.080.432,16	42.899.188,03
0.132 Transferências da União - sit de emergência e calamidade - rec do tesouro - exerc corrente	3.109.620,69	-
0.140 Outros serviços - recursos do tesouro - exercício corrente	354.593,00	1.973.272,20
0.160 Recursos patrimoniais primários - recursos do tesouro - exercício corrente	695.334,02	900.711,38
0.161 Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos do tesouro - exercício corrente	4.792.359,53	13.757.536,55
0.162 Receitas diversas - SEITEC - recursos do tesouro - exercício corrente	8.602.473,31	15.592.590,64
0.169 Outros recursos primários - recursos do tesouro - exercício corrente	1.679.162,06	8.936.545,22
0.180 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec tesouro - exercício corrente	136.740,09	9.092.510,02
0.181 Remuneração de disponibilidade bancária - Legislativo - rec tesouro - exercício corrente	880.302,58	7.248.508,29
0.182 Remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário - rec tesouro - exercício corrente	9.890.498,54	10.982.169,37
0.183 Remuneração de disp bancária - conta única do Judiciário - rec tesouro - exerc corrente	72.595.576,86	142.955.865,02
0.184 Remuneração de disp bancária - Ministério Público - rec tesouro - exercício corrente	4.122.163,00	1.586.229,16
0.185 Remuneração de disp bancária - Executivo - rec vinculados - rec tesouro - exerc corrente	72.281.807,15	114.113.589,30
0.186 Remuneração de disponibilidade bancária FUNDEB	7.707.097,26	1.264.299,39
0.187 Remuneração de disponibilidade bancária Salário Educação	1.554.341,07	266.476,83

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	**31/12/2017**	**31/12/2016**
0.188 Remuneração de disponibilidade bancária - CIDE	2.883.024,78	2.388.234,90
0.191 Operações de crédito interna - recursos do tesouro - exercício corrente	644.143.257,77	471.754.504,13
0.192 Operações de crédito externa - recursos do tesouro - exercício corrente	11.914.327,20	23.827.037,92
0.195 Recursos de depósitos sob aviso à disposição da justiça	349.145.855,18	4.030.692,52
0.198 Receita da alienação de bens - recursos do tesouro - exercício corrente	420.501,49	480.742,76
0.199 Outras receitas não primárias - recursos do tesouro - exercício corrente	39.500,28	578.746,08
0.223 Convênio - Sistema Único Saúde - recursos de outras fontes - Exercício Corrente	29.767.788,16	6.670,09
0.225 Convênio - Programa de Assistência Social - recursos de outras fontes - exercício corrente	2.215.768,60	1.564.292,40
0.228 Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec outras fontes-exercício corrente	17.896.702,13	79.143.018,79
0.229 Outras transferências - recursos de outras fontes - exercício corrente	12.843.836,37	10.057.881,51
0.232 Transferências da União - situação de emergência e calamidade	-	642.300,00
0.240 Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercício corrente	56.744.091,84	200.183.943,50
0.250 Contribuição previdenciária - recursos de outras fontes - exercício corrente	116.454.925,49	87.015.588,76
0.260 Recursos patrimoniais primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	8.330.126,98	10.647.145,60
0.261 Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos de outras fontes - exercício corrente	1.936.333,80	11.021.569,54
0.262 Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercício corrente	-	3.815.943,16
0.263 Receitas diversas - Programa Pró-Emprego	10.633.929,12	6.484.163,63
0.265 Receitas diversas - recursos de outras fontes - manutenção do ensino superior	21.901.203,41	6.326.103,35
0.266 Receitas diversas - receita Agroindustrial - FDR	995.993,59	1.854.991,73
0.269 Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	152.119.464,78	133.077.280,28
0.280 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec outras fontes-exercício corrente	10.130.075,41	12.600.776,23
0.282 Remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário -rec outras fontes-exercício corrente	5.309.471,83	2.247.034,70
0.284 Remuneração de disp bancária - Ministério Público - rec outras fontes - exercício corrente	5.846.097,75	14.572.993,94
0.285 Remuneração de disp bancária - Executivo - rec vinculados-rec outras fontes-exerc corrente	107.663.860,40	135.521.934,83
0.298 Receita da alienação de bens - recursos de outras fontes - exercício corrente	3.096.441,20	6.592.679,90
0.299 Outras receitas não primárias - recursos de outras fontes - exercício corrente	8.231.369,93	4.770.538,38
0.300 Recursos ordinarios - recursos do tesouro - exercícios anteriores	11.173.507,79	25.562.338,59

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	**31/12/2017**	**31/12/2016**
0.301 Recursos Ordinários Diversos-Fonte do Tesouro - Exercício Anterior	1.970.896,72	257.537,07
0.302 Recursos do Tesouro - Programa Revigorar III - Exercícios Anteriores	3.665,44	3.665,44
0.309 Superávit Financeiro -Recursos Convertidos - Recursos do Tesouro -Receitas Primárias	108.570,29	777.814,77
0.310 Taxa Judiciária - recursos do tesouro - exercícios anteriores	2.424.816,71	3.441.535,56
0.311 Taxas da Segurança Pública - Recursos do Tesouro - Exercícios Anteriores	5.338.967,23	3.925.837,92
0.319 Outras taxas - vinculadas - recursos do tesouro - exercício anterior	1.439.847,06	1.895.473,81
0.320 Cota-parte da contribuição do Salário Educação - recursos tesouro - exercícios anteriores	502.154,82	8.421,50
0.321 Cota-parte da contrib de interv no domínio econômico - CIDE-Estadual	4.912.168,94	288.025,28
0.324 Convênio - Programa de Educação - exercícios anteriores	27.138.467,35	16.823.587,58
0.325 Convênio-Programa de Assistência Social-Exercícios Anteriores	5.194,57	5.194,57
0.326 Convênio - Programa de Combate à Fome - exercícios anteriores	96.154,58	215.564,63
0.328 Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - exercícios anteriores	8.316.077,14	7.538.731,75
0.329 Outras transferências - recursos do tesouro - exercícios anteriores	1.377.720,00	751.707,00
0.332 Transferências da União - sit de emergência e calamidade-rec do tesouro - exerc anteriores	1.159.831,27	1.098.100,70
0.340 Outros serviços - recursos do tesouro - exercício anteriores	1.021.376,71	354.455,95
0.360 Recursos patrimoniais - primários	1.171.298,50	5.344.492,38
0.361 Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos do tesouro - exercícios anteriores	1.168.564,66	-
0.362 Receitas diversas - SEITEC	1.539.762,79	-
0.369 Outros recursos primários - recursos do tesouro - exercícios anteriores	26.851,11	49.077,54
0.380 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec tesouro - exercícios anteriores	238,81	238,81
0.381 Remuneração de disponibilidade bancária - Legislativo	2.018.600,61	7.717.084,13
0.382 Remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário - exercício anterior	4.599.447,40	1.359,31
0.383 Remuneração de disponibilidade bancária -conta única do Judiciário - exercícios anteriores	147.657.159,13	109.487.455,54
0.384 Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público	2.465.671,81	2.525.246,94
0.385 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados	80.558.373,33	64.020.483,43
0.387 Remuneração de disponibilidade bancária - Salário Educação	35.590,41	1.279,33
0.388 Remuneração de disponibilidade bancária - CIDE - recursos tesouro - exercícios anteriores	2.678.682,15	661.039,88

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	31/12/2017	31/12/2016
0.391 Operação de crédito interna - rec tesouro - exerc anteriores - superávit	195.177.714,87	432.809.440,77
0.392 Operação de crédito externa - exercícios anteriores	609.447,44	6.534.829,15
0.395 Recursos de depósitos sob aviso à disposição da justiça - exercícios anteriores	6.468.867,65	9.896.119,16
0.397 Superavit Financeiro - Recursos Convertidos - Receitas Não Primárias	36.497,50	-
0.398 Receita de Alienação de Bens-Exercícios Anteriores	949.043,56	501.291,56
0.623 Convênio - Sistema Único de Saúde - recursos do tesouro - exercícios anteriores	8.952.955,25	6.322.962,53
0.625 Convênio - Programa de Assistência Social - recursos outras fontes - exercícios anteriores	1.489.612,91	3.000.331,93
0.628 Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec outras fontes - exerc anteriores	78.613.729,66	33.288.492,86
0.629 Outras transferências - exercícios anteriores - recursos de outras fontes	5.865.470,22	9.219.178,36
0.632 Transferências da União - situação de emergência e calamidade pública - exercício anterior	54.063,90	26.157,39
0.640 Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	159.557.009,19	58.649.843,18
0.647 Serviços judiciários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	222.432,31	222.432,31
0.650 Contribuição previdenciária	87.782.613,03	70.116.575,63
0.659 Outras contribuições - recursos de outras fontes - exercício anterior	-	31.971.143,69
0.660 Primários - recursos patrimoniais - exercícios anteriores	25.338.077,12	19.319.522,95
0.661 Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos de outras fontes - exercício anterior	1.258.940,67	2.763.283,81
0.662 Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercício anterior	919.395,63	1.688.635,47
0.665 Receitas diversas - recursos outras fontes - manutenção ens superior - exercício anterior	5.182,03	184.979,37
0.669 Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	116.259.662,71	87.703.836,91
0.680 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec outras fontes - exerc anteriores	26.752.374,81	17.881.259,12
0.682 Recursos de outras fontes - exercícios anteriores - disp bancária - Judiciário	2.266.140,04	19.105,34
0.684 Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público - exercícios anteriores	14.937.117,65	13.771.858,73
0.685 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec vinculados exercício anterior	274.769.165,14	168.750.412,14
0.689 Remuneração de disponibilidade bancária - Rec. vinc - Fundos IPREV - Ex. Anteriores	58.249.244,32	58.496.151,85
0.698 Receita de alienação de bens - exercícios anteriores	4.014.510,57	3.456.387,53
0.699 Não primárias - outras receitas	7.890.365,42	35.115.599,98
7.100 Contrapartida de Conv.-Recursos Ordinários-Recursos do Tesouro-Exercício Corrente	1.685.668,75	893.554,55

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	**31/12/2017**	**31/12/2016**
7.111 Contrapartida de Convenios-Tx. da Segurança Pública-Rec.Tesouro-Exercício Corrente	186.751,22	1.715.289,28
7.119 Contrapartida de Outras Taxas Vinculadas - Exercício Corrente	743.776,00	-
7.129 Contrapartida de Convênios-Outras Transferências-Rec. do Tesouro-Exercício Corrente	534.001,51	-
7.229 Contrapartida de Convênios-Outras Transferências- Rec. de outras Fontes - Exercício Corren	34.500,00	-
7.240 Contrapartida de Convênios - Rec. de Serviços - Rec. de Outras fontes - Exerc. Corrente	760.000,00	339.804,90
7.261 Contrapartida de Convenios-Fundo Social-Recursos de Outra Fontes-Exercício Corrente	-	75.520,10
7.269 Contrapartida de Convênios-Outros Recursos Primários-Ex. Corrente- Rec.Outras Fontes	10.298,81	992.480,49
7.300 Contrapartida de Convenios-Recursos Ordinários-Recursos do Tesouro-Exercício Anterior	5.478.502,07	7.043.111,14
7.311 Contrapartida de Convenios-Taxas da Segurança Pública - Rec.Tesouro-Ex.Ant	1.882.743,52	676.828,37
7.329 Contrapartida de Convênios-Outras Transferências-Rec. do Tesouro-Exercícios Anteriores	1.354.512,02	2.174.827,74
7.629 Contrapartida de Convênios-Outras Transferências- Exerc. Ant - Rec. Outras Fontes	865.000,00	1.000.000,00
7.640 Contrapartida de Convenios-Recursos de serviços-Exercícios Anteriores	245.264,14	146.752,31
7.660 Contrapartida de Convenios-Recursos Patrimoniais-Exercícios Anteriores	2.000,00	2.000,00
7.661 Contrapartida de Convenios-Fundo Social-Recursos de Outra Fontes-Exercícios Anteriores	46.020,10	-
7.662 Contrapartida de Convênios-Rec. Diversos-Seitec-Exerc.Anteriores	80.578,60	80.578,60
7.669 Contrapartida de Convênios-Outros Recursos Primários-Rec.de Outras Fontes-Ex. Anterior	791.102,60	436.221,63
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	**3.103.049.184,10**	**3.132.545.644,98**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.323.392.311,75	5.199.827.695,21
Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional	5.323.392.311,75	5.199.827.695,21
Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional - Consolidação	3.092.077.889,80	3.024.680.456,99
Conta Única - Tesouro	805.817,19	295.322,14
Bancos Conta Movimento - Demais Contas	38.029.200,72	10.092.753,03
Rede Bancária - Arrecadação	17.548.774,11	14.589.917,07
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	3.035.694.097,78	2.999.690.992,54
Conta Única - RPPS	-	11.472,21
Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional - Intra OFSS	2.231.314.421,95	2.175.147.238,22
Recursos Liberados pelo Tesouro	2.231.314.421,95	2.175.147.238,22
Créditos a Curto Prazo	1.619.263.591,50	1.580.648.353,23
Créditos Tributários a Receber	1.178.227.891,86	1.470.661.940,91
Créditos Tributários a Receber - Consolidação	1.177.952.396,58	1.457.715.527,38
Impostos	606.812.495,27	887.716.889,37
Contribuições Sociais	11.622.882,32	7.327.083,84
Créditos Tributários Parcelados	559.517.018,99	562.671.554,17
Créditos Tributários a Receber - Intra OFSS	-	12.670.918,25
=Créditos Previdenciários Parcelados	-	12.670.918,25
Créditos Tributários a Receber -Inter OFSS - Município	275.495,28	275.495,28
=Créditos Previdenciários Parcelados	275.495,28	275.495,28
Clientes	86.015.120,83	71.780.362,36
Clientes - Consolidação	86.015.120,83	71.780.362,36
Faturas/Duplicatas a Receber	85.905.866,66	71.671.108,19
=Faturas/Duplicatas a Receber Vencidas	109.254,17	109.254,17
Créditos de Transferências a Receber	12.387.750,00	-
Créditos de Transferências a Receber - Intra	12.387.750,00	-
=Créditos Decorrentes da Participação nas Receitas do Estado (F)	12.387.750,00	-

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	67.532.857,61	70.667.220,97
Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Consolidação	25.757.424,29	28.891.787,65
Financiamentos Concedidos a Receber	25.757.424,29	28.891.787,65
Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Intra OFSS	41.775.433,32	41.775.433,32
Financiamentos Concedidos a Receber	41.775.433,32	41.775.433,32
Dívida Ativa Tributária	440.878.380,12	675.689.872,07
Dívida Ativa Tributária - Consolidação	440.878.380,12	675.689.872,07
Dívida Ativa Tributária Inscrita	440.878.380,12	675.689.872,07
Dívida Ativa Não Tributária	2.397.686,59	2.395.425,46
Dívida Ativa Não Tributária - Consolidação	2.397.686,59	2.395.425,46
Dívida Ativa Não Tributária	2.397.686,59	2.395.425,46
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	(168.176.095,51)	(710.546.468,54)
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo-Consolidação	(168.176.095,51)	(710.546.468,54)
*(-) Ajuste de Perdas de Clientes	(30.252.020,68)	(16.979.397,84)
(-) Ajuste de Perdas de Créditos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	(14.282.726,41)	(16.161.560,81)
(-)Ajuste de Perdas de Créditos de Dívida Ativa Tributária	(121.375.637,29)	(675.022.658,38)
*(-)Ajuste de Perdas de Créditos de Dívida Ativa Não Tributária	(2.265.711,13)	(2.382.851,51)
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2.671.228.838,72	2.116.746.190,93
Adiantamentos Concedidos	2.226.574.494,97	1.646.062.458,26
Adiantamentos Concedidos - Consolidação	1.863.135.643,14	1.627.478.630,06
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	11.171.580,48	9.087.115,60
=Suprimento de Fundos/Diárias	10.920.525,07	12.344.951,24
Adiantamentos de Transferências Voluntárias (Convênios e Outros)	1.841.043.537,59	1.606.046.563,22
Adiantamentos Concedidos - Intra OFSS	363.438.851,83	18.583.828,20
Adiantamento para Pagamento de Precatórios Regime Especial	363.438.851,83	18.583.828,20
Tributos a Recuperar / Compensar	5.974.137,38	5.943.167,04
Tributos a Recuperar/Compensar - Consolidação	763,20	763,20
ICMS a Recuperar/ Compensar	763,20	763,20

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016
Tributos a Recuperar/Compensar - Inter OFSS União	5.805.704,49	5.774.734,15
IRRF a Compensar	3.325.859,96	3.202.189,23
IR e CSLL a Recuperar / Compensar	1.424.340,18	1.424.340,18
INSS a Compensar	471.255,87	471.255,87
COFINS a Compensar	501.981,31	532.246,32
PIS/PASEP a Compensar	57.800,52	120.235,90
Outros Tributos a Recuperar / Compensar	24.466,65	24.466,65
Tributos a Recuperar/Compensar - Inter OFSS Municípios	167.669,69	167.669,69
ISS a Compensar	167.669,69	167.669,69
Créditos por Danos ao Patrimônio	193.666.581,78	222.485.574,37
Créditos por Danos ao Patrimônio-Consolidação	193.666.581,78	222.485.574,37
Créditos por Danos ao Patrimônio Provenientes de Créditos Administrativos	100.811.680,78	136.815.728,07
Créditos por Danos ao Patrimônio Apurados em Tomada de Contas Especial (TCE)	92.840.234,36	85.669.846,30
=Créditos por Danos ao Patrimônio Apurados em Processos Judiciais	14.666,64	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	173.751.373,26	113.439.422,28
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados-Consolidação	173.751.373,26	113.439.422,28
=Depósitos e Cauções Relativos a Contratos ou Convenções	33.900,00	33.900,00
=Valores Apreendidos por Decisão Judicial	173.717.473,26	113.405.522,28
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	516.607.322,56	546.411.306,08
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo -Consolidação	512.452.129,98	526.121.941,01
=Aluguéis a Receber	1.237.956,79	1.067.443,16
=Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens	448.320.094,04	419.962.969,55
=Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	1.825.250,55	1.596.235,02
=Dividendos Propostos a Receber	4.900.522,87	4.900.528,88
=Cheques em Cobrança	78.434,94	78.434,94
=Multas de Trânsito a Receber	17.537.230,08	29.975.366,82
Contribuição do Associado do Plano de Saúde dos Servidores	26.885,70	2.605,54
Coparticipação do Associado do Plano de Saúde dos Servidores	30.692.862,47	14.553.622,78

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016
Ajuste dos Créditos a Receber	4.889.820,59	13.537.373,46
=Créditos a Receber Decorrentes de Compensação Brasil Telecom	23.537,45	23.537,45
=Créditos a Receber Decorrentes de Danos Causados ao Patrimônio Público	1.592.474,92	2.490.576,82
Créditos a Receber Decorrentes Ressarcimentos/Rateios de Despesas	1.128.256,19	1.006.546,66
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	198.803,39	36.926.699,93
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Intra OFSS	2.369.156,12	18.749.777,54
=Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	75.236,68	972.832,26
Contribuição Patronal do Plano de Saúde dos Servidores	2.293.919,44	17.776.945,28
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo -Inter União	-	1.404,79
=Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	-	1.404,79
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Inter OFSS Município	1.786.036,46	1.538.182,74
=Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	182.468,69	41.981,72
=Créditos a Receber Decorrentes de Cessão de Uso de Áreas Públicas	1.603.567,77	1.496.201,02
(-) Ajuste de Perdas com Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	(445.345.071,23)	(417.595.737,10)
(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo -Consolidação	(445.345.071,23)	(417.595.737,10)
(-) Ajuste de Perdas em Créditos por Danos ao Patrimônio	(14.840,32)	(368,68)
(-) Ajustes de Perdas de Outros Créditos e Valores a Curto Prazo	(445.330.230,91)	(417.595.368,42)
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	400.395.969,03	337.348.401,29
Títulos e Valores Mobiliários	400.395.969,03	337.348.401,29
Títulos e Valores Mobiliários-Consolidação	400.395.969,03	337.348.401,29
=Ações Passíveis de Alienação	133.856,21	216.162,40
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	382.064.255,46	321.609.495,29
Aplicações com a Taxa de Administração do RPPS	18.197.857,36	15.522.743,60
Estoques	190.210.331,13	165.469.799,85
Mercadorias para Revenda	973.632,33	1.004.859,29
Mercadorias para Revenda - Consolidação	973.632,33	1.004.859,29
Mercadorias - Estoques Programas Próprios	953.295,68	984.522,64
Mercadorias em Armazéns de Terceiros para Revenda	20.336,65	20.336,65

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016
Matérias-Primas	632.529,88	696.370,75
Matérias-Primas - Consolidação	632.529,88	696.370,75
Matérias-Primas - Armazéns Próprios	632.529,88	696.370,75
Almoxarifado	169.700.196,93	158.167.440,11
Almoxarifado - Consolidação	169.700.196,93	158.167.440,11
=Material de Consumo	131.846.776,19	136.053.424,61
Bens Móveis	37.853.420,74	22.114.015,50
Outros Estoques	18.904.543,94	5.601.701,65
Outros Estoques - Consolidação	18.904.543,94	5.601.701,65
Estoques para Doação e/ou Permuta	2.557.050,68	1.246.914,67
Construções Civis	16.347.493,26	4.354.786,98
(-) Ajuste de Perdas de Estoques	(571,95)	(571,95)
(-) Ajuste de Perdas de Estoques - Consolidação	(571,95)	(571,95)
(-) Ajuste de Perdas em Estoques	(571,95)	(571,95)
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	6.196.548,17	9.345.340,18
Prêmios de Seguros a Apropriar	5.692.449,95	4.887.566,64
=Prêmios de Seguros a Apropriar - Consolidação	5.692.449,95	4.887.566,64
=Prêmios de Seguros a Apropriar - Consolidação	5.692.449,95	4.887.566,64
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	504.098,22	4.457.773,54
=Assinaturas e Anuidades a Apropriar - Consolidação	504.098,22	4.457.773,54
=Assinaturas e Anuidades a Apropriar - Consolidação	504.098,22	4.457.773,54
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	**10.210.687.590,30**	**9.409.385.780,69**
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Ativo Realizável a Longo Prazo	3.189.199.785,97	3.038.377.265,66
Créditos a Longo Prazo	2.660.396.247,69	2.582.570.232,08
Créditos a Longo Prazo - Consolidação	2.659.072.214,20	2.565.438.194,58
Créditos Tributários a Receber	2.383.145.911,10	2.276.165.527,04
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	259.416.186,87	278.253.242,63

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016
Dívida Ativa Tributária	14.332.727.073,41	12.914.715.397,36
Dívida Ativa Não Tributária	207.879.962,54	160.313.162,21
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	(14.524.096.919,72)	(13.064.009.134,66)
Créditos a Longo Prazo - Inter OFSS - Município	1.324.033,49	17.132.037,50
Dívida Ativa Tributária	1.324.033,49	17.132.037,50
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	259.169.057,22	156.029.392,10
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo - Consolidação	259.169.057,22	156.029.392,10
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	65.764.444,63	63.538.892,43
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	193.636.774,16	92.777.190,07
(-) Ajustes de Perdas de Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	(232.161,57)	(286.690,40)
Estoques	1.272,38	12.623.461,33
Estoques - Consolidação	1.272,38	12.623.461,33
Outros Estoques	1.272,38	12.623.461,33
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	269.633.208,68	287.154.180,15
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente - Consolidação	269.633.208,68	287.154.180,15
Demais VPD a Apropriar	269.633.208,68	287.154.180,15
Investimentos	3.437.593.819,29	3.424.906.652,41
Participações Permanentes	3.395.782.937,44	3.383.103.574,40
Participações Permanentes - Consolidação	3.390.072.278,86	3.377.254.355,69
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	3.389.797.199,67	3.376.978.276,50
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	275.079,19	276.079,19
Participações Permanentes - Intra OFSS	5.710.658,58	5.849.218,71
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	5.705.458,58	5.844.018,71
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	5.200,00	5.200,00
Propriedades para Investimento	41.810.881,77	41.803.077,93
Propriedades para Investimento - Consolidação	41.810.881,77	41.803.077,93
Edifícios	13.332.296,77	13.324.492,93
Terrenos	28.478.585,00	28.478.585,00

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016
Demais Investimentos Permanentes	0,08	0,08
Demais Investimentos Permanentes - Consolidação	0,08	0,08
=Títulos e Valores Mobiliários Permanentes	0,08	0,08
Imobilizado	31.466.056.667,60	19.748.086.655,55
Bens Móveis	1.939.990.577,49	1.804.862.918,64
Bens Móveis - Consolidação	1.939.990.577,49	1.804.862.918,64
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	776.853.137,55	695.447.593,35
Equipamentos de Tecnologia da Informação	215.727.139,89	189.927.334,87
Móveis e Utensílios	257.077.910,39	243.065.989,30
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	83.817.172,88	90.815.132,47
Veículos	551.766.148,20	534.919.706,03
Armamentos	48.971.246,36	45.830.336,67
Semoventes	622.883,09	628.070,80
Peças não Incorporáveis a Imóveis	4.053.919,28	3.469.136,91
Demais Bens Móveis	1.101.019,85	759.618,24
Bens Imóveis	31.354.559.184,56	18.940.109.895,80
Bens Imóveis - Consolidação	31.354.559.184,56	18.940.109.895,80
Bens de Uso Especial	7.768.348.745,45	6.064.287.028,16
Bens Dominicais	19.834,78	19.834,78
Bens de Uso Comum do Povo	18.386.460.450,88	8.781.760.071,09
Bens Imóveis em Andamento	5.118.944.597,56	4.011.694.081,46
Instalações	55.120.748,09	51.580.733,50
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	16.810.272,17	15.466.793,31
Demais Bens Imóveis	8.854.535,63	15.301.353,50
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas	(1.828.487.378,17)	(996.880.442,61)
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas -Consolidação	(1.828.487.378,17)	(996.880.442,61)
(-) Depreciação Acumulada - Bens Móveis	(789.773.485,19)	(643.923.940,74)
(-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	(1.038.713.892,98)	(352.956.501,87)

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado	(5.716,28)	(5.716,28)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado - Consolidação	(5.716,28)	(5.716,28)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado - Bens Móveis	(5.716,28)	(5.716,28)
Intangível	204.553.834,90	187.989.658,83
Softwares	210.610.450,52	192.387.015,57
Softwares - Consolidação	210.610.450,52	192.387.015,57
Softwares	126.473.217,96	117.927.180,21
Softwares em Desenvolvimento	84.137.232,56	74.459.835,36
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	247.029,71	247.029,71
Marcas, Direitos e Patentes Industriais - Consolidação	247.029,71	247.029,71
Marcas e Patentes Industriais	-	441,03
Outros Direitos - Bens Intangíveis	247.029,71	246.588,68
(-) Amortização Acumulada	(6.303.645,33)	(4.644.386,45)
(-) Amortização Acumulada-Consolidação	(6.303.645,33)	(4.644.386,45)
(-) Amortização Acumulada - Softwares	(6.222.670,92)	(4.587.947,36)
(-) Amortização Acumulada - Marcas, Direitos e Patentes	(80.974,41)	(56.439,09)
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	**38.297.404.107,76**	**26.399.360.232,45**
TOTAL DO ATIVO	**48.508.091.698,06**	**35.808.746.013,14**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2017	31/12/2016
PASSIVO CIRCULANTE		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	339.555.454,54	208.124.832,33
Pessoal a Pagar	231.658.607,28	85.406.101,92
Pessoal a Pagar - Consolidação	230.950.785,05	83.967.110,59
Pessoal a Pagar do Exercício	174.702.790,51	14.219.290,21
Pessoal a Pagar de Exercícios Anteriores	28.185.622,15	21.861.708,75
Precatórios de Pessoal	27.729.013,67	47.657.946,67
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	333.358,72	228.164,96
Pessoal a Pagar - Intra OFSS	226.855,38	923.239,06
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	226.855,38	923.239,06
Pessoal a Pagar - Inter União	-	43.952,08
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	-	43.952,08
Pessoal a Pagar - Inter Estado	127.899,44	23.670,76
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	127.899,44	23.670,76
Pessoal a Pagar - Inter Município	353.067,41	448.129,43
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	353.067,41	448.129,43
Benefícios Previdenciários a Pagar	38.056.950,49	47.308.945,43
Benefícios Previdenciários a Pagar-Consolidação	38.056.950,49	47.308.945,43
Precatórios de Benefícios Previdenciários	38.056.950,49	47.308.945,43
Benefícios Assistenciais a Pagar	2.912,44	172.946,22
Benefícios Assistenciais a Pagar -Consolidação	2.912,44	172.946,22
=Benefícios Assistenciais a Pagar do Exercício (F)	2.912,44	172.946,22
Encargos Sociais a Pagar	69.836.984,33	75.236.838,76
Encargos Sociais a Pagar-Consolidação	2.324.380,94	3.076.906,54
Entidades de Previdência Privada e Complementar	2.324.380,94	2.606.015,74
Outros Encargos Sociais	-	470.890,80
Encargos Sociais a Pagar - Intra OFSS	2.275.404,05	17.770.701,29
Contribuição ao Plano de Saúde	2.275.404,05	17.770.701,29

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2017	31/12/2016
Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - União	65.237.199,34	54.389.230,93
INSS a Pagar	65.234.048,57	54.389.230,93
PIS/PASEP sobre a Folha de Pagamento	3.150,77	-
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	833.753.281,88	624.484.037,06
Empréstimos a Curto Prazo - Interno	366.992.155,59	251.177.888,56
Empréstimos a Curto Prazo - Interno - Consolidação	142.149.107,13	81.609.120,47
Empréstimos Internos - em Contratos	142.149.107,13	81.609.120,47
Empréstimos a Curto Prazo - Interno - Inter OFSS - União	224.843.048,46	169.568.768,09
Empréstimos Internos - em Contratos	224.843.048,46	169.568.768,09
Empréstimos a Curto Prazo - Externo	396.906.939,29	330.729.890,38
Empréstimos a Curto Prazo - Externo - Consolidação	396.906.939,29	330.729.890,38
Empréstimos Externos - em Contratos	396.906.939,29	330.729.890,38
Financiamentos a Curto Prazo - Interno	42.672.211,15	42.576.258,12
Financiamentos a Curto Prazo-Interno-Consolidação	896.777,83	800.824,80
=Financiamentos Internos (P)	827.794,92	800.824,80
=Financiamentos Internos do Exercício (F)	68.982,91	-
Financiamentos a Curto Prazo-Interno-Intra OFSS	41.775.433,32	41.775.433,32
=Financiamentos Internos (P)	41.775.433,32	41.775.433,32
Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo - Interno	27.181.975,85	-
Juros e Encargos a Pagar Emprést./Financiam. Curto Prazo - Interno- Inter OFSS-União	27.181.975,85	-
Juros de Contratos - Empréstimos Internos	27.053.849,59	-
Encargos de Contratos - Empréstimos Internos	128.126,26	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	510.834.957,86	442.416.808,38
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo	510.702.409,76	442.416.808,38
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Consolidação	510.702.409,76	442.416.808,38
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais	193.175.802,78	81.239.584,98
Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar - Credores Nacionais	317.526.606,98	361.177.223,40
Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros a Curto Prazo	132.548,10	-

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros a Curto Prazo - Consolidação	132.548,10	-
Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros	132.548,10	-
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	14.324.568,51	18.182.657,62
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União	14.323.310,72	17.261.721,16
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União - Inter OFSS - União	14.323.310,72	17.261.721,16
IRPJ a Recolher	606.999,68	606.999,68
PIS/PASEP a Recolher	-	45.806,38
Tributos Federais Renegociados	13.497.071,16	16.389.675,22
CSLL a Recolher	219.239,88	219.239,88
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios	1.257,79	920.936,46
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios - Inter OFSS Município	1.257,79	920.936,46
ISS a Recolher	6,45	95.895,49
Tributos Municipais Renegociados	-	825.040,97
Taxas Municipais	1.251,34	-
Provisões a Curto Prazo	635.060.970,48	628.053.455,23
Provisão para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	12.668.904,82	13.791.723,76
Provisão para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo - Consolidação	12.668.904,82	13.791.723,76
Provisão para Indenizações Trabalhistas (P)	12.668.904,82	13.791.723,76
Provisões para Riscos Fiscais a Curto Prazo	1.318.371,20	-
Provisões para Riscos Fiscais a Curto Prazo - Consolidação	1.318.371,20	-
Provisão para Pagamentos de Autuações Fiscais - Esfera Judicial	1.318.371,20	-
Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo	1.700.000,00	1.725.677,87
Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo - Consolidação	1.700.000,00	1.725.677,87
=Provisão para Indenizações Cíveis	1.700.000,00	1.725.677,87
Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo	591.902.345,17	584.390.276,10
Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado	227.539.445,46	221.742.351,61
Provisão para Transferência ao FUNDEB	227.539.445,46	221.742.351,61
Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	364.362.899,71	362.647.924,49

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para Distribuição Constitucional e Legal de Receitas	364.362.899,71	362.647.924,49
Outras Provisões a Curto Prazo	27.471.349,29	28.145.777,50
Outras Provisões a Curto Prazo -Consolidação	27.471.349,29	28.145.777,50
Provisão para Contingências	27.471.349,29	28.145.777,50
Demais Obrigações a Curto Prazo	3.451.911.078,02	2.912.986.393,30
Adiantamentos de Clientes	55.213.386,60	71.413.550,53
Adiantamentos de Clientes-Consolidação	55.213.386,60	71.413.550,53
=Adiantamentos de Clientes (P)	55.213.386,60	71.413.550,53
Valores Restituíveis	483.651.271,63	350.291.233,04
Valores Restituíveis - Consolidação	483.651.271,63	350.291.233,04
Consignações	128.328.378,08	120.077.111,20
Garantias	6.292.740,20	7.005.440,88
Depósitos Judiciais	135.544.265,79	132.831.398,74
Depósitos não Judiciais	213.485.887,56	90.377.282,22
Outras Obrigações a Curto Prazo	2.913.046.419,79	2.491.281.609,73
Outras Obrigações a Curto Prazo-Consolidação	483.728.804,97	314.771.383,73
Indenizações e Restituições	37.432.258,11	42.384.027,90
Diárias a Pagar	6.143,50	14.777,50
Convênios a Pagar	10.351.711,76	1.467.648,72
Contrato de Apoio Financeiro a Pagar	733.788,48	-
Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	371,25	41.115,00
Subvenções Econômicas a Pagar	1.495.702,94	1.977,00
Valores em Trânsito Exigíveis	7.466.582,65	3.017.771,43
Depósitos Compulsórios a Pagar	-	7.197,90
Sentenças Judiciais a Pagar	74.417.442,92	34.267.971,37
Suprimentos de Fundos a Pagar	-	15.000,00
Credores a Pagar Sem Execução Orçamentária	351.824.803,36	231.663.896,91
Credores a Pagar - Acordo Parcelamento	-	1.890.000,00

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2017	31/12/2016
Outras Obrigações a Curto Prazo - Intra OFSS	2.333.824.460,58	2.175.147.238,22
Transferências Constitucionais ou Legais	102.510.038,63	-
Recursos Especiais a Liberar	2.231.314.421,95	2.175.147.238,22
Outras Obrigações a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado	998,98	-
Transferências Constitucionais ou Legais	998,98	-
Outras Obrigações a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	95.492.155,26	1.362.987,78
Convênios a Pagar	1.762.073,67	-
Transferências Constitucionais ou Legais	93.445.523,05	-
Transferências Fundo a Fundo a Pagar	284.558,54	1.362.987,78
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	**5.785.440.311,29**	**4.834.248.183,92**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	643.551.804,04	788.486.054,23
Pessoal a Pagar	133.850.413,81	190.603.102,77
Pessoal a Pagar-Consolidação	133.850.413,81	190.603.102,77
Precatórios de Pessoal	133.850.413,81	190.603.102,77
Benefícios Previdenciários a Pagar	186.521.530,40	189.235.781,77
Benefícios Previdenciários a Pagar - Consolidação	186.521.530,40	189.235.781,77
Precatórios de Benefícios Previdenciários	186.521.530,40	189.235.781,77
Encargos Sociais a Pagar	323.179.859,83	408.647.169,69
Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - União	323.179.859,83	408.647.169,69
INSS a Pagar	323.179.859,83	408.647.169,69
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	18.847.578.716,48	18.838.624.566,44
Empréstimos a Longo Prazo - Interno	16.074.652.313,74	15.974.628.648,95
Empréstimos a Longo Prazo - Interno - Consolidação	6.603.204.346,35	5.858.853.167,70
Empréstimos Internos - em Contratos	6.603.204.346,35	5.858.853.167,70
Empréstimos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - União	9.471.447.967,39	10.115.775.481,25
Empréstimos Internos - em Contratos	9.471.447.967,39	10.115.775.481,25
Empréstimos a Longo Prazo - Externo	2.768.442.513,59	2.858.790.556,29

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos a Longo Prazo - Externo - Consolidação	2.768.442.513,59	2.858.790.556,29
=Empréstimos Externos - em Contratos	2.768.442.513,59	2.858.790.556,29
Financiamentos a Longo Prazo - Interno	4.483.889,15	5.205.361,20
Financiamentos a Longo Prazo - Interno - Consolidação	4.483.889,15	5.205.361,20
=Financiamentos Internos	4.483.889,15	5.205.361,20
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	1.596.985.172,26	1.444.765.219,28
Fornecedores Nacionais e Contas a Pagar a Longo Prazo	1.596.985.172,26	1.444.765.219,28
Fornecedores Nacionais e Contas a Pagar a Longo Prazo - Consolidação	1.596.985.172,26	1.444.765.219,28
=Fornecedores Nacionais	425.319,84	54.590,19
Precatórios de Fornecedores Nacionais	1.596.559.852,42	1.444.710.629,09
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	265.222.665,51	265.590.332,72
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União	265.222.665,51	265.590.332,72
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União - Inter OFSS União	265.222.665,51	265.590.332,72
Tributos Federais Renegociados	265.222.665,51	265.590.332,72
Provisões a Longo Prazo	70.812.707,33	755.819.768,59
Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo	8.490.849,60	12.849.941,46
Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo - Consolidação	8.490.849,60	12.849.941,46
=Provisão para Indenizações Trabalhistas	8.490.849,60	12.849.941,46
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	49.675.373,51	730.398.540,93
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação	49.675.373,51	730.398.540,93
Plano Financeiro - Provisões de Benefícios Concedidos	1.904.204.644,54	730.398.540,93
Plano Financeiro - Provisões de Benefícios a Conceder	(1.854.529.271,03)	-
Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo	12.646.484,22	12.571.286,20
Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo - Consolidação	12.646.484,22	12.571.286,20
=Provisão para Indenizações Cíveis	12.646.484,22	12.571.286,20
Demais Obrigações a Longo Prazo	1.548.855.851,86	684.411.243,91
Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo	278.511.273,43	207.402.012,07
Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo-Consolidação	278.511.273,43	207.402.012,07

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2017	31/12/2016
=Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo	278.511.273,43	207.402.012,07
Valores Restituíveis	662.666.889,79	158.001.633,63
Valores Restituíveis - Consolidação	662.666.889,79	158.001.633,63
Depósitos Judiciais	662.666.889,79	158.001.633,63
Outras Obrigações a Longo Prazo	607.677.688,64	319.007.598,21
Outras Obrigações a Longo Prazo-Consolidação	329.444.640,21	319.007.598,21
Indenizações e Restituições	322.466.021,80	312.028.979,80
=Outros Credores a Longo Prazo	6.978.618,41	6.978.618,41
Outras Obrigações a Longo Prazo - Inter OFSS Município	278.233.048,43	-
Transferências Constitucionais ou Legais	278.233.048,43	-
Resultado Diferido	603.836.648,33	657.739.791,60
Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) Diferida	603.836.648,33	657.739.791,60
Variação Patrimonial Aumentativa Diferida - Consolidação	603.836.648,33	657.739.791,60
=Variação Patrimonial Aumentativa Diferida	603.836.648,33	657.739.791,60
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**23.576.843.565,81**	**23.435.436.976,77**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio Social e Capital Social	235.987.642,40	231.448.522,39
Capital Social Realizado	235.987.642,40	231.448.522,39
Capital Social Realizado - Consolidação	1.270.788,00	1.270.788,00
Capital Social Subscrito	1.270.788,00	1.270.788,00
Capital Social Realizado - Intra OFSS	229.332.288,30	224.793.168,29
Capital Social Subscrito	241.655.296,97	225.609.177,88
(-) Capital Social a Realizar	(12.323.008,67)	(816.009,59)
Capital Social Realizado - Inter OFSS União	5.383.499,10	5.383.499,10
Capital Social Subscrito	5.658.555,03	5.658.555,03
(-) Capital Social a Realizar	(275.055,93)	(275.055,93)
Capital Social Realizado - Inter OFSS Município	1.067,00	1.067,00
Capital Social Subscrito	1.067,00	1.067,00

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2017	31/12/2016
Reservas de Capital	368.427,88	368.427,88
Outras Reservas de Capital	368.427,88	368.427,88
Outras Reservas de Capital - Consolidação	357.481,14	357.481,14
Reservas de Doações e Subvenções para Investimentos	242.720,74	242.720,74
Demais Reservas de Capital	114.760,40	114.760,40
Outras Reservas de Capital - Inter OFSS União	10.835,34	10.835,34
Reservas de Doações e Subvenções para Investimentos	7.356,92	7.356,92
Demais Reservas de Capital	3.478,42	3.478,42
Outras Reservas de Capital - Inter OFSS Município	111,40	111,40
Reservas de Doações e Subvenções para Investimentos	75,64	75,64
Demais Reservas de Capital	35,76	35,76
Demais Reservas	8.088.202,21	8.088.202,21
Reserva de Reavaliação	5.814.681,63	5.814.681,63
Reserva de Reavaliação - Consolidação	5.814.681,63	5.814.681,63
Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis	2.452.340,00	2.452.340,00
Reserva de Reavaliação de Bens Móveis	3.362.341,63	3.362.341,63
Outras Reservas	2.273.520,58	2.273.520,58
Outras Reservas - Consolidação	2.273.520,58	2.273.520,58
Outras Reservas - Consolidação	2.273.520,58	2.273.520,58
Resultados Acumulados	18.901.363.548,47	7.299.155.699,97
Superavits ou Deficits Acumulados	19.475.338.704,63	7.836.130.635,52
Superavits ou Deficits Acumulados - Consolidação	58.041.813.812,53	37.444.496.134,52
Superavits ou Deficits do Exercício	14.685.973.667,05	9.633.839.726,25
Superavits ou Deficits de Exercícios Anteriores	37.444.496.134,52	20.328.336.346,67
Ajustes de Exercícios Anteriores	5.911.344.010,96	7.482.320.061,60
Superavits ou Deficits Acumulados - Intra OFSS	(12.244.386.023,53)	(8.736.697.815,02)
Superavits ou Deficits do Exercício	(3.507.688.208,51)	(2.985.829.307,09)
Superavits ou Deficits de Exercícios Anteriores	(8.736.697.815,02)	(5.809.033.039,40)

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2017	31/12/2016
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	58.164.531,47
Superavits ou Deficits Acumulados - Inter OFSS - União	5.850.282.759,64	3.447.605.562,09
Superavits ou Deficits do Exercício	2.402.677.197,55	794.649.851,94
Superavits ou Deficits de Exercícios Anteriores	3.447.605.562,09	2.652.955.710,15
Superavits ou Deficits Acumulados - Inter OFSS - Estado	(4.628.765.648,82)	(3.406.581.867,26)
Superavits ou Deficits do Exercício	(1.222.183.781,56)	(1.115.892.741,75)
Superavits ou Deficits de Exercícios Anteriores	(3.406.581.867,26)	(2.290.689.125,51)
Superavits ou Deficits Acumulados - Inter OFSS - Município	(27.543.606.195,19)	(20.912.691.378,81)
Superavits ou Deficits do Exercício	(6.633.384.853,35)	(5.799.812.464,88)
Superavits ou Deficits de Exercícios Anteriores	(20.912.691.378,81)	(15.112.893.958,19)
Ajustes de Exercícios Anteriores	2.470.036,97	15.044,26
Lucros e Prejuízos Acumulados	(573.975.156,16)	(536.974.935,55)
Lucros e Prejuízos Acumulados - Consolidação	(2.100.791.460,56)	(1.601.110.475,76)
Lucros e Prejuízos do Exercício	(481.853.178,55)	(513.953.486,51)
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(1.601.110.475,76)	(1.087.135.644,41)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(17.827.806,25)	(21.344,84)
Lucros e Prejuízos Acumulados - Intra OFSS	1.979.919.680,91	1.415.580.327,41
Lucros e Prejuízos do Exercício	564.339.353,50	502.390.840,35
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	1.415.580.327,41	954.964.920,38
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(41.775.433,32)
Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - União	(444.278.501,93)	(344.761.208,18)
Lucros e Prejuízos do Exercício	(99.517.293,75)	(73.188.887,32)
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(344.761.208,18)	(271.572.320,86)
Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - Estado	(13.229,00)	(13.229,00)
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(13.229,00)	(13.229,00)
Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - Município	(8.811.645,58)	(6.670.350,02)
Lucros e Prejuízos do Exercício	(2.141.295,56)	(1.814.363,78)
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(6.670.350,02)	(4.095.986,24)

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2017	31/12/2016
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(760.000,00)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**19.145.807.820,96**	**7.539.060.852,45**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**48.508.091.698,06**	**35.808.746.013,14**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		
ESPECIFICAÇÃO	**31/12/2017**	**31/12/2016**
ATIVO		
Ativo Financeiro	5.925.704.152,10	5.665.753.230,91
Ativo Permanente	42.582.387.545,96	30.142.992.782,23
Total Ativo (I)	**48.508.091.698,06**	**35.808.746.013,14**
PASSIVO		
Passivo Financeiro	3.700.476.620,76	3.077.878.848,16
Passivo Permanente	26.268.671.736,87	25.659.751.229,71
Total Passivo (II)	**29.969.148.357,63**	**28.737.630.077,87**
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)	**18.538.943.340,43**	**7.071.115.935,27**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO	**31/12/2017**	**31/12/2016**
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	1.216.313.530,57	1.200.499.716,70
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	-	-
Direitos Contratuais em Execução	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**1.216.313.530,57**	**1.200.499.716,70**
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	659.414.641,65	657.360.933,17
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	385.781.962,60	456.536.928,85
Obrigações Contratuais a Executar	23.036.607.863,38	23.631.497.206,98
Controle de riscos fiscais e passivos contingentes	11.739.127.446,79	11.507.318.819,81
Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**35.820.931.914,42**	**36.252.713.888,81**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	**31/12/2017**	**31/12/2016**
0.100 Recursos ordinários - recursos do tesouro - RLD	(399.209.528,77)	(96.539.325,62)
0.101 Recursos ordinários - diversos	983.261,19	10.331.510,85
0.110 Taxa judiciária - recursos do tesouro - exercício corrente	2.163,69	1.879,56
0.111 Taxas da Segurança Pública - recursos do tesouro - exercício corrente	33.644.795,56	38.830.171,95
0.119 Outras taxas - vinculadas - recursos do tesouro - exercício corrente	7.782.846,78	10.435.007,96
0.120 Cota-parte da contribuição do Salário-Educação - recursos do tesouro - exercício corrente	11.009.808,99	3.111.086,97
0.121 Cota-parte contrib intervenção no domínio econ CIDE-Estadual - rec tesouro -exerc corrente	26.986.789,11	5.270.962,46
0.122 Cota-parte da compensação financeira dos rec hídricos - rec tesouro - exercício corrente	4.533.901,89	4.064.805,25
0.124 Convênio - Programas de Educação - recursos do tesouro - exercício corrente	41.041.952,28	28.064.929,56
0.126 Convênio - Programa de Combate à Fome - recursos do tesouro - exercício corrente	2.775.784,34	765,00
0.128 Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec tesouro - exercício corrente	8.322.087,91	20.382.825,70
0.129 Outras transferências - recursos do tesouro - exercício corrente	6.743.168,00	11.221.004,30
0.131 Recursos do FUNDEB - transferências da União	75.080.432,16	42.899.188,03
0.132 Transferências da União - sit de emergência e calamidade - rec do tesouro - exerc corrente	3.109.620,69	-
0.140 Outros serviços - recursos do tesouro - exercício corrente	354.593,00	11.220,54
0.160 Recursos patrimoniais primários - recursos do tesouro - exercício corrente	2.551,50	33.531,26
0.161 Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos do tesouro - exercício corrente	2.811.822,41	9.992.162,50
0.162 Receitas diversas - SEITEC - recursos do tesouro - exercício corrente	5.384.108,01	12.246.388,19
0.169 Outros recursos primários - recursos do tesouro - exercício corrente	1.300.229,92	8.687.213,23
0.180 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec tesouro - exercício corrente	136.740,09	9.092.510,02
0.185 Remuneração de disp bancária - Executivo - rec vinculados - rec tesouro - exerc corrente	72.281.807,15	114.113.589,30
0.186 Remuneração de disponibilidade bancária FUNDEB	7.707.097,26	1.264.299,39
0.187 Remuneração de disponibilidade bancária Salário Educação	1.554.341,07	266.476,83
0.188 Remuneração de disponibilidade bancária - CIDE	2.883.024,78	2.388.234,90
0.191 Operações de crédito interna - recursos do tesouro - exercício corrente	644.143.257,77	471.754.504,13
0.192 Operações de crédito externa - recursos do tesouro - exercício corrente	11.914.327,20	23.827.037,92
0.198 Receita da alienação de bens - recursos do tesouro - exercício corrente	420.501,49	32.990,76

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	**31/12/2017**	**31/12/2016**
0.199 Outras receitas não primárias - recursos do tesouro - exercício corrente	39.500,28	578.746,08
0.223 Convênio - Sistema Único Saúde - recursos de outras fontes - Exercício Corrente	29.767.788,16	6.670,09
0.225 Convênio - Programa de Assistência Social - recursos de outras fontes - exercício corrente	2.215.768,60	1.564.292,40
0.228 Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec outras fontes-exercício corrente	17.896.702,13	79.143.018,79
0.229 Outras transferências - recursos de outras fontes - exercício corrente	12.843.836,37	10.057.881,51
0.232 Transferências da União - situação de emergência e calamidade	-	642.300,00
0.240 Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercício corrente	49.995.296,79	187.096.567,89
0.250 Contribuição previdenciária - recursos de outras fontes - exercício corrente	116.454.925,49	87.015.588,76
0.260 Recursos patrimoniais primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	8.329.356,98	10.647.145,60
0.261 Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos de outras fontes - exercício corrente	1.936.333,80	11.008.569,54
0.262 Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercício corrente	-	3.551.775,58
0.263 Receitas diversas - Programa Pró-Emprego	1.553.395,14	6.484.163,63
0.265 Receitas diversas - recursos de outras fontes - manutenção do ensino superior	21.901.203,41	6.326.103,35
0.266 Receitas diversas - receita Agroindustrial - FDR	995.993,59	1.854.991,73
0.269 Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	44.399.854,39	50.215.296,34
0.280 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec outras fontes-exercício corrente	10.130.075,41	12.598.700,32
0.285 Remuneração de disp bancária - Executivo - rec vinculados-rec outras fontes-exerc corrente	107.110.675,85	134.868.864,74
0.298 Receita da alienação de bens - recursos de outras fontes - exercício corrente	3.096.441,20	6.592.679,90
0.299 Outras receitas não primárias - recursos de outras fontes - exercício corrente	8.231.369,93	4.770.538,38
0.300 Recursos ordinarios - recursos do tesouro - exercícios anteriores	515.814,10	6.858.805,23
0.301 Recursos Ordinários Diversos-Fonte do Tesouro - Exercício Anterior	8.751,67	195.352,12
0.302 Recursos do Tesouro - Programa Revigorar III - Exercícios Anteriores	3.665,44	3.665,44
0.309 Superávit Financeiro -Recursos Convertidos - Recursos do Tesouro -Receitas Primárias	108.570,29	777.814,77
0.310 Taxa Judiciária - recursos do tesouro - exercícios anteriores	1.879,56	-
0.311 Taxas da Segurança Pública - Recursos do Tesouro - Exercícios Anteriores	5.338.967,23	3.925.837,92
0.319 Outras taxas - vinculadas - recursos do tesouro - exercício anterior	1.181.597,82	1.798.346,63
0.320 Cota-parte da contribuição do Salário Educação - recursos tesouro - exercícios anteriores	502.154,82	8.421,50

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	**31/12/2017**	**31/12/2016**
0.321 Cota-parte da contrib de interv no domínio econômico - CIDE-Estadual	4.912.168,94	288.025,28
0.324 Convênio - Programa de Educação - exercícios anteriores	27.138.467,35	16.823.587,58
0.325 Convênio-Programa de Assistência Social-Exercícios Anteriores	5.194,57	5.194,57
0.326 Convênio - Programa de Combate à Fome - exercícios anteriores	96.154,58	215.564,63
0.328 Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - exercícios anteriores	8.316.077,14	7.538.731,75
0.329 Outras transferências - recursos do tesouro - exercícios anteriores	1.377.720,00	751.707,00
0.332 Transferências da União - sit de emergência e calamidade-rec do tesouro - exerc anteriores	1.159.831,27	1.098.100,70
0.340 Outros serviços - recursos do tesouro - exercício anteriores	11.120,54	264.317,00
0.360 Recursos patrimoniais - primários	-	145.119,12
0.361 Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos do tesouro - exercícios anteriores	276.672,48	-
0.362 Receitas diversas - SEITEC	218.310,52	-
0.380 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec tesouro - exercícios anteriores	238,81	238,81
0.385 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados	80.558.373,33	64.020.483,43
0.387 Remuneração de disponibilidade bancária - Salário Educação	35.590,41	1.279,33
0.388 Remuneração de disponibilidade bancária - CIDE - recursos tesouro - exercícios anteriores	2.678.682,15	661.039,88
0.391 Operação de crédito interna - rec tesouro - exerc anteriores - superávit	195.177.714,87	432.809.440,77
0.392 Operação de crédito externa - exercícios anteriores	609.447,44	6.534.829,15
0.395 Recursos de depósitos sob aviso à disposição da justiça - exercícios anteriores	2.346.926,76	2.346.926,76
0.397 Superavit Financeiro - Recursos Convertidos - Receitas Não Primárias	36.497,50	-
0.398 Receita de Alienação de Bens-Exercícios Anteriores	7.470,00	7.470,00
0.623 Convênio - Sistema Único de Saúde - recursos do tesouro - exercícios anteriores	8.952.955,25	6.322.962,53
0.625 Convênio - Programa de Assistência Social - recursos outras fontes - exercícios anteriores	1.489.612,91	3.000.331,93
0.628 Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec outras fontes - exerc anteriores	78.613.729,66	33.288.492,86
0.629 Outras transferências - exercícios anteriores - recursos de outras fontes	5.865.470,22	9.219.178,36
0.632 Transferências da União - situação de emergência e calamidade pública - exercício anterior	54.063,90	26.157,39
0.640 Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	157.452.821,13	54.343.429,58
0.650 Contribuição previdenciária	87.782.613,03	70.116.575,63

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	**31/12/2017**	**31/12/2016**
0.659 Outras contribuições - recursos de outras fontes - exercício anterior	-	31.971.143,69
0.660 Primários - recursos patrimoniais - exercícios anteriores	25.336.934,45	19.318.380,28
0.661 Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos de outras fontes - exercício anterior	363.457,03	1.627.178,51
0.662 Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercício anterior	351.211,98	206.759,11
0.665 Receitas diversas - recursos outras fontes - manutenção ens superior - exercício anterior	5.182,03	184.979,37
0.669 Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	29.983.267,98	36.538.999,50
0.680 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec outras fontes - exerc anteriores	26.750.298,90	17.881.259,12
0.685 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec vinculados exercício anterior	274.607.321,74	168.500.984,67
0.689 Remuneração de disponibilidade bancária - Rec. vinc - Fundos IPREV - Ex. Anteriores	58.249.244,32	58.496.151,85
0.698 Receita de alienação de bens - exercícios anteriores	4.014.510,57	3.456.387,53
0.699 Não primárias - outras receitas	7.890.365,42	35.115.599,98
7.100 Contrapartida de Conv.-Recursos Ordinários-Recursos do Tesouro-Exercício Corrente	1.685.668,75	893.554,55
7.111 Contrapartida de Convenios-Tx. da Segurança Pública-Rec.Tesouro-Exercício Corrente	186.751,22	1.715.289,28
7.119 Contrapartida de Outras Taxas Vinculadas - Exercício Corrente	743.776,00	-
7.129 Contrapartida de Convênios-Outras Transferências-Rec. do Tesouro-Exercício Corrente	534.001,51	-
7.229 Contrapartida de Convênios-Outras Transferências- Rec. de outras Fontes - Exercício Corren	34.500,00	-
7.240 Contrapartida de Convênios - Rec. de Serviços - Rec. de Outras fontes - Exerc. Corrente	760.000,00	339.804,90
7.261 Contrapartida de Convenios-Fundo Social-Recursos de Outra Fontes-Exercício Corrente	-	75.520,10
7.269 Contrapartida de Convênios-Outros Recursos Primários-Ex. Corrente- Rec.Outras Fontes	10.298,81	992.480,49
7.300 Contrapartida de Convenios-Recursos Ordinários-Recursos do Tesouro-Exercício Anterior	5.478.502,07	7.043.111,14
7.311 Contrapartida de Convenios-Taxas da Segurança Pública - Rec.Tesouro-Ex.Ant	1.882.743,52	676.828,37
7.329 Contrapartida de Convênios-Outras Transferências-Rec. do Tesouro-Exercícios Anteriores	1.354.512,02	2.174.827,74
7.629 Contrapartida de Convênios-Outras Transferências- Exerc. Ant - Rec. Outras Fontes	865.000,00	1.000.000,00
7.640 Contrapartida de Convenios-Recursos de serviços-Exercícios Anteriores	245.264,14	146.752,31
7.660 Contrapartida de Convenios-Recursos Patrimoniais-Exercícios Anteriores	2.000,00	2.000,00
7.661 Contrapartida de Convenios-Fundo Social-Recursos de Outra Fontes-Exercícios Anteriores	46.020,10	-
7.662 Contrapartida de Convênios-Rec. Diversos-Seitec-Exerc.Anteriores	80.578,60	80.578,60

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	**31/12/2017**	**31/12/2016**
7.669 Contrapartida de Convênios-Outros Recursos Primários-Rec.de Outras Fontes-Ex. Anterior	791.102,60	436.221,63
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	**2.125.687.842,44**	**2.459.081.085,94**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.614.016.030,30	9.217.933.234,58
Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional	9.614.016.030,30	9.217.933.234,58
Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional - Consolidação	9.614.016.030,30	9.217.933.234,58
Conta Única - Tesouro	805.817,19	295.322,14
Bancos Conta Movimento - Demais Contas	34.260.310,99	11.854.268,80
Rede Bancária - Arrecadação	17.550.409,12	14.597.011,92
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	9.561.399.493,00	9.191.175.159,51
Conta Única - RPPS	-	11.472,21
Créditos a Curto Prazo	1.566.432.408,18	1.526.203.649,73
Créditos Tributários a Receber	1.178.227.891,86	1.457.991.022,66
Créditos Tributários a Receber - Consolidação	1.177.952.396,58	1.457.715.527,38
Impostos	606.812.495,27	887.716.889,37
Contribuições Sociais	11.622.882,32	7.327.083,84
Créditos Tributários Parcelados	559.517.018,99	562.671.554,17
Créditos Tributários a Receber -Inter OFSS - Município	275.495,28	275.495,28
=Créditos Previdenciários Parcelados	275.495,28	275.495,28
Clientes	86.015.120,83	71.780.362,36
Clientes - Consolidação	86.015.120,83	71.780.362,36
Faturas/Duplicatas a Receber	85.905.866,66	71.671.108,19
=Faturas/Duplicatas a Receber Vencidas	109.254,17	109.254,17
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	25.757.424,29	28.891.787,65
Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Consolidação	25.757.424,29	28.891.787,65
Financiamentos Concedidos a Receber	25.757.424,29	28.891.787,65
Dívida Ativa Tributária	444.613.955,29	677.358.874,84
Dívida Ativa Tributária - Consolidação	444.613.955,29	677.358.874,84
Dívida Ativa Tributária Inscrita	444.613.955,29	677.358.874,84

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016
Dívida Ativa Não Tributária	2.397.686,59	2.395.425,46
Dívida Ativa Não Tributária - Consolidação	2.397.686,59	2.395.425,46
Dívida Ativa Não Tributária	2.397.686,59	2.395.425,46
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	(170.579.670,68)	(712.213.823,24)
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo-Consolidação	(170.579.670,68)	(712.213.823,24)
*(-) Ajuste de Perdas de Clientes	(30.252.020,68)	(16.979.397,84)
(-) Ajuste de Perdas de Créditos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	(14.282.726,41)	(16.161.560,81)
(-)Ajuste de Perdas de Créditos de Dívida Ativa Tributária	(123.779.212,46)	(676.690.013,08)
*(-)Ajuste de Perdas de Créditos de Dívida Ativa Não Tributária	(2.265.711,13)	(2.382.851,51)
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2.311.335.150,55	2.087.108.659,56
Adiantamentos Concedidos	1.865.026.561,17	1.629.463.367,94
Adiantamentos Concedidos - Consolidação	1.865.026.561,17	1.629.463.367,94
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	11.171.580,48	9.087.115,60
=Suprimento de Fundos/Diárias	12.548.495,22	14.162.581,24
Adiantamentos de Transferências Voluntárias (Convênios e Outros)	1.841.306.485,47	1.606.213.671,10
Tributos a Recuperar / Compensar	5.974.137,38	5.943.167,04
Tributos a Recuperar/Compensar - Consolidação	763,20	763,20
ICMS a Recuperar/ Compensar	763,20	763,20
Tributos a Recuperar/Compensar - Inter OFSS União	5.805.704,49	5.774.734,15
IRRF a Compensar	3.325.859,96	3.202.189,23
IR e CSLL a Recuperar / Compensar	1.424.340,18	1.424.340,18
INSS a Compensar	471.255,87	471.255,87
COFINS a Compensar	501.981,31	532.246,32
PIS/PASEP a Compensar	57.800,52	120.235,90
Outros Tributos a Recuperar / Compensar	24.466,65	24.466,65
Tributos a Recuperar/Compensar - Inter OFSS Municípios	167.669,69	167.669,69
ISS a Compensar	167.669,69	167.669,69

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016
Créditos por Danos ao Patrimônio	197.454.124,81	227.873.627,02
Créditos por Danos ao Patrimônio-Consolidação	197.454.124,81	227.873.627,02
Créditos por Danos ao Patrimônio Provenientes de Créditos Administrativos	104.460.090,25	142.061.698,04
Créditos por Danos ao Patrimônio Apurados em Tomada de Contas Especial (TCE)	92.979.367,92	85.811.928,98
=Créditos por Danos ao Patrimônio Apurados em Processos Judiciais	14.666,64	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	173.751.373,26	113.439.422,28
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados-Consolidação	173.751.373,26	113.439.422,28
=Depósitos e Cauções Relativos a Contratos ou Convenções	33.900,00	33.900,00
=Valores Apreendidos por Decisão Judicial	173.717.473,26	113.405.522,28
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	514.474.025,16	527.984.812,38
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo -Consolidação	512.687.988,70	526.445.224,85
=Aluguéis a Receber	1.237.956,79	1.067.443,16
=Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens	448.323.694,04	419.966.569,55
=Créditos a Receber Decorrentes de Infrações Legais e Contratuais	66.610,21	150.405,25
=Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	1.825.250,55	1.599.934,86
=Dividendos Propostos a Receber	4.900.522,87	4.900.528,88
=Cheques em Cobrança	78.434,94	78.434,94
=Multas de Trânsito a Receber	17.537.230,08	29.975.366,82
Contribuição do Associado do Plano de Saúde dos Servidores	26.885,70	2.605,54
Coparticipação do Associado do Plano de Saúde dos Servidores	30.692.862,47	14.553.622,78
Ajuste dos Créditos a Receber	4.900.223,88	13.547.706,99
=Créditos a Receber Decorrentes de Compensação Brasil Telecom	23.537,45	23.537,45
=Créditos a Receber Decorrentes de Danos Causados ao Patrimônio Público	1.592.474,92	2.490.576,82
Créditos a Receber Decorrentes Ressarcimentos/Rateios de Despesas	1.128.256,19	1.006.546,66
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	354.048,61	37.081.945,15
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo -Inter União	-	1.404,79
=Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	-	1.404,79

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Inter OFSS Município	1.786.036,46	1.538.182,74
=Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	182.468,69	41.981,72
=Créditos a Receber Decorrentes de Cessão de Uso de Áreas Públicas	1.603.567,77	1.496.201,02
(-) Ajuste de Perdas com Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	(445.345.071,23)	(417.595.737,10)
(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo -Consolidação	(445.345.071,23)	(417.595.737,10)
(-) Ajuste de Perdas em Créditos por Danos ao Patrimônio	(14.840,32)	(368,68)
(-) Ajustes de Perdas de Outros Créditos e Valores a Curto Prazo	(445.330.230,91)	(417.595.368,42)
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	400.395.969,03	337.348.401,29
Títulos e Valores Mobiliários	400.395.969,03	337.348.401,29
Títulos e Valores Mobiliários-Consolidação	400.395.969,03	337.348.401,29
=Ações Passíveis de Alienação	133.856,21	216.162,40
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	382.064.255,46	321.609.495,29
Aplicações com a Taxa de Administração do RPPS	18.197.857,36	15.522.743,60
Estoques	202.835.677,05	178.425.253,87
Mercadorias para Revenda	973.632,33	1.004.859,29
Mercadorias para Revenda - Consolidação	973.632,33	1.004.859,29
Mercadorias - Estoques Programas Próprios	953.295,68	984.522,64
Mercadorias em Armazéns de Terceiros para Revenda	20.336,65	20.336,65
Matérias-Primas	632.529,88	696.370,75
Matérias-Primas - Consolidação	632.529,88	696.370,75
Matérias-Primas - Armazéns Próprios	632.529,88	696.370,75
Almoxarifado	181.823.850,71	170.631.338,99
Almoxarifado - Consolidação	181.823.850,71	170.631.338,99
=Material de Consumo	137.363.468,22	143.673.816,55
Bens Móveis	44.460.382,49	26.957.522,44
Outros Estoques	19.406.236,08	6.093.256,79
Outros Estoques - Consolidação	19.406.236,08	6.093.256,79

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016
Estoques para Doação e/ou Permuta	3.058.742,82	1.738.469,81
Construções Civis	16.347.493,26	4.354.786,98
(-) Ajuste de Perdas de Estoques	(571,95)	(571,95)
(-) Ajuste de Perdas de Estoques - Consolidação	(571,95)	(571,95)
(-) Ajuste de Perdas em Estoques	(571,95)	(571,95)
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	10.558.497,65	11.355.328,20
Prêmios de Seguros a Apropriar	5.761.180,11	4.969.639,56
=Prêmios de Seguros a Apropriar - Consolidação	5.761.180,11	4.969.639,56
=Prêmios de Seguros a Apropriar - Consolidação	5.761.180,11	4.969.639,56
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	2.726.387,84	6.385.688,64
=Assinaturas e Anuidades a Apropriar - Consolidação	2.726.387,84	6.385.688,64
=Assinaturas e Anuidades a Apropriar - Consolidação	2.726.387,84	6.385.688,64
Demais VPD a Apropriar	2.070.929,70	-
Demais VPD a Apropriar - Consolidação	2.070.929,70	-
=Outras VPD a Apropriar	2.070.929,70	-
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	**14.105.573.732,76**	**13.358.374.527,23**
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Ativo Realizável a Longo Prazo	3.245.902.427,45	3.066.005.897,41
Créditos a Longo Prazo	2.660.707.734,77	2.582.775.648,96
Créditos a Longo Prazo - Consolidação	2.659.383.701,28	2.565.643.611,46
Créditos Tributários a Receber	2.383.145.911,10	2.276.165.527,04
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	259.416.186,87	278.253.242,63
Dívida Ativa Tributária	14.386.824.584,71	12.961.444.069,90
Dívida Ativa Não Tributária	428.735.449,82	328.788.834,45
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	(14.798.738.431,22)	(13.279.008.062,56)
Créditos a Longo Prazo - Inter OFSS - Município	1.324.033,49	17.132.037,50
Dívida Ativa Tributária	1.324.033,49	17.132.037,50

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	315.560.211,62	183.452.606,97
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo - Consolidação	315.560.211,62	183.452.606,97
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	122.155.599,03	90.962.107,30
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	193.636.774,16	92.777.190,07
(-) Ajustes de Perdas de Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	(232.161,57)	(286.690,40)
Estoques	1.272,38	12.623.461,33
Estoques - Consolidação	1.272,38	12.623.461,33
Outros Estoques	1.272,38	12.623.461,33
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	269.633.208,68	287.154.180,15
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente - Consolidação	269.633.208,68	287.154.180,15
Demais VPD a Apropriar	269.633.208,68	287.154.180,15
Investimentos	3.431.971.442,59	3.419.145.715,58
Participações Permanentes	3.390.160.560,74	3.377.342.637,57
Participações Permanentes - Consolidação	3.390.160.560,74	3.377.342.637,57
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	3.389.797.199,67	3.376.978.276,50
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	363.361,07	364.361,07
Propriedades para Investimento	41.810.881,77	41.803.077,93
Propriedades para Investimento - Consolidação	41.810.881,77	41.803.077,93
Edifícios	13.332.296,77	13.324.492,93
Terrenos	28.478.585,00	28.478.585,00
Demais Investimentos Permanentes	0,08	0,08
Demais Investimentos Permanentes - Consolidação	0,08	0,08
=Títulos e Valores Mobiliários Permanentes	0,08	0,08
Imobilizado	32.317.357.307,10	20.547.272.549,01
Bens Móveis	2.316.182.964,34	2.162.790.079,54
Bens Móveis - Consolidação	2.316.182.964,34	2.162.790.079,54
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	849.684.783,71	767.067.887,96

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016
Equipamentos de Tecnologia da Informação	380.866.991,39	339.810.220,17
Móveis e Utensílios	350.206.480,43	335.919.390,09
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	104.655.350,16	111.397.101,18
Veículos	574.852.186,29	556.767.289,54
Armamentos	48.971.246,36	45.830.336,67
Semoventes	622.883,09	628.070,80
Peças não Incorporáveis a Imóveis	5.222.023,06	4.610.164,89
Demais Bens Móveis	1.101.019,85	759.618,24
Bens Imóveis	31.974.259.813,69	19.496.171.100,16
Bens Imóveis - Consolidação	31.974.259.813,69	19.496.171.100,16
Bens de Uso Especial	8.203.151.448,30	6.451.657.477,78
Bens Dominicais	19.834,79	19.834,86
Bens de Uso Comum do Povo	18.386.460.450,88	8.781.760.071,09
Bens Imóveis em Andamento	5.293.862.365,32	4.172.459.075,29
Instalações	65.036.749,94	59.454.837,67
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	16.861.277,17	15.517.798,31
Demais Bens Imóveis	8.867.687,29	15.302.005,16
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas	(1.944.430.745,96)	(1.080.698.447,34)
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas -Consolidação	(1.944.430.745,96)	(1.080.698.447,34)
(-) Depreciação Acumulada - Bens Móveis	(876.836.529,32)	(705.575.072,65)
(-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	(1.067.591.494,74)	(375.122.693,99)
(-) Amortização Acumulada - Bens Imóveis	(2.721,90)	(680,70)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado	(28.654.724,97)	(30.990.183,35)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado - Consolidação	(28.654.724,97)	(30.990.183,35)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado - Bens Móveis	(28.654.724,97)	(30.990.183,35)
Intangível	291.110.897,19	255.598.278,66
Softwares	343.859.392,26	288.038.217,00

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016
Softwares - Consolidação	343.859.392,26	288.038.217,00
Softwares	259.570.299,37	213.426.521,31
Softwares em Desenvolvimento	84.289.092,89	74.611.695,69
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	247.029,71	247.029,71
Marcas, Direitos e Patentes Industriais - Consolidação	247.029,71	247.029,71
Marcas e Patentes Industriais	-	441,03
Outros Direitos - Bens Intangíveis	247.029,71	246.588,68
(-) Amortização Acumulada	(49.737.931,87)	(29.178.809,90)
(-) Amortização Acumulada-Consolidação	(49.737.931,87)	(29.178.809,90)
(-) Amortização Acumulada - Softwares	(49.656.957,46)	(29.122.370,81)
(-) Amortização Acumulada - Marcas, Direitos e Patentes	(80.974,41)	(56.439,09)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível	(3.257.592,91)	(3.508.158,15)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível -Consolidação	(3.257.592,91)	(3.508.158,15)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível - Softwares	(3.257.592,91)	(3.508.158,15)
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	**39.286.342.074,33**	**27.288.022.440,66**
TOTAL DO ATIVO	**53.391.915.807,09**	**40.646.396.967,89**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2017	31/12/2016
PASSIVO CIRCULANTE		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	344.727.631,34	196.095.868,36
Pessoal a Pagar	235.443.496,97	87.545.643,10
Pessoal a Pagar - Consolidação	234.962.530,12	87.029.890,83
Pessoal a Pagar do Exercício	176.000.934,67	14.226.161,18
Pessoal a Pagar de Exercícios Anteriores	28.511.212,00	22.543.787,52
Precatórios de Pessoal	30.117.024,73	50.031.777,17
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	333.358,72	228.164,96
Pessoal a Pagar - Inter União	-	43.952,08
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	-	43.952,08
Pessoal a Pagar - Inter Estado	127.899,44	23.670,76
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	127.899,44	23.670,76
Pessoal a Pagar - Inter Município	353.067,41	448.129,43
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	353.067,41	448.129,43
Benefícios Previdenciários a Pagar	40.616.149,80	49.837.717,03
Benefícios Previdenciários a Pagar-Consolidação	40.616.149,80	49.837.717,03
Benefícios Previdenciários	2.559.199,31	2.528.771,60
Precatórios de Benefícios Previdenciários	38.056.950,49	47.308.945,43
Benefícios Assistenciais a Pagar	2.912,44	172.946,22
Benefícios Assistenciais a Pagar -Consolidação	2.912,44	172.946,22
=Benefícios Assistenciais a Pagar do Exercício (F)	2.912,44	172.946,22
Encargos Sociais a Pagar	68.665.072,13	58.539.562,01
Encargos Sociais a Pagar-Consolidação	2.324.380,94	3.076.906,54
Entidades de Previdência Privada e Complementar	2.324.380,94	2.606.015,74
Outros Encargos Sociais	-	470.890,80
Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - União	66.340.691,19	55.462.655,47
INSS a Pagar	66.337.540,42	55.462.655,47

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2017	31/12/2016
PIS/PASEP sobre a Folha de Pagamento	3.150,77	-
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	791.977.848,56	582.708.603,74
Empréstimos a Curto Prazo - Interno	366.992.155,59	251.177.888,56
Empréstimos a Curto Prazo - Interno - Consolidação	142.149.107,13	81.609.120,47
Empréstimos Internos - em Contratos	142.149.107,13	81.609.120,47
Empréstimos a Curto Prazo - Interno - Inter OFSS - União	224.843.048,46	169.568.768,09
Empréstimos Internos - em Contratos	224.843.048,46	169.568.768,09
Empréstimos a Curto Prazo - Externo	396.906.939,29	330.729.890,38
Empréstimos a Curto Prazo - Externo - Consolidação	396.906.939,29	330.729.890,38
Empréstimos Externos - em Contratos	396.906.939,29	330.729.890,38
Financiamentos a Curto Prazo - Interno	896.777,83	800.824,80
Financiamentos a Curto Prazo-Interno-Consolidação	896.777,83	800.824,80
=Financiamentos Internos (P)	827.794,92	800.824,80
=Financiamentos Internos do Exercício (F)	68.982,91	-
Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo - Interno	27.181.975,85	-
Juros e Encargos a Pagar Emprést./Financiam. Curto Prazo - Interno- Inter OFSS-União	27.181.975,85	-
Juros de Contratos - Empréstimos Internos	27.053.849,59	-
Encargos de Contratos - Empréstimos Internos	128.126,26	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	514.371.255,66	443.761.982,59
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo	514.238.707,56	443.761.982,59
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Consolidação	514.238.707,56	443.761.982,59
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais	196.268.625,11	82.197.337,57
Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar - Credores Nacionais	317.970.082,45	361.564.645,02
Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros a Curto Prazo	132.548,10	-
Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros a Curto Prazo - Consolidação	132.548,10	-
Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros	132.548,10	-
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	14.324.568,51	18.277.732,99

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União	14.323.310,72	17.261.721,16
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União - Inter OFSS - União	14.323.310,72	17.261.721,16
IRPJ a Recolher	606.999,68	606.999,68
PIS/PASEP a Recolher	-	45.806,38
Tributos Federais Renegociados	13.497.071,16	16.389.675,22
CSLL a Recolher	219.239,88	219.239,88
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios	1.257,79	1.016.011,83
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios - Inter OFSS Município	1.257,79	1.016.011,83
ISS a Recolher	6,45	95.895,49
Tributos Municipais Renegociados	-	825.040,97
Taxas Municipais	1.251,34	95.075,37
Provisões a Curto Prazo	635.060.970,48	628.053.455,23
Provisão para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	12.668.904,82	13.791.723,76
Provisão para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo - Consolidação	12.668.904,82	13.791.723,76
Provisão para Indenizações Trabalhistas (P)	12.668.904,82	13.791.723,76
Provisões para Riscos Fiscais a Curto Prazo	1.318.371,20	-
Provisões para Riscos Fiscais a Curto Prazo - Consolidação	1.318.371,20	-
Provisão para Pagamentos de Autuações Fiscais - Esfera Judicial	1.318.371,20	-
Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo	1.700.000,00	1.725.677,87
Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo - Consolidação	1.700.000,00	1.725.677,87
=Provisão para Indenizações Cíveis	1.700.000,00	1.725.677,87
Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo	591.902.345,17	584.390.276,10
Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado	227.539.445,46	221.742.351,61
Provisão para Transferência ao FUNDEB	227.539.445,46	221.742.351,61
Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	364.362.899,71	362.647.924,49
Provisão para Distribuição Constitucional e Legal de Receitas	364.362.899,71	362.647.924,49
Outras Provisões a Curto Prazo	27.471.349,29	28.145.777,50

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2017	31/12/2016
Outras Provisões a Curto Prazo -Consolidação	27.471.349,29	28.145.777,50
Provisão para Contingências	27.471.349,29	28.145.777,50
Demais Obrigações a Curto Prazo	6.592.439.560,07	6.185.348.947,99
Adiantamentos de Clientes	56.413.386,60	73.573.550,53
Adiantamentos de Clientes-Consolidação	56.413.386,60	73.573.550,53
=Adiantamentos de Clientes (P)	56.413.386,60	73.573.550,53
Valores Restituíveis	5.901.392.604,30	5.795.635.967,95
Valores Restituíveis - Consolidação	5.901.392.604,30	5.795.635.967,95
Consignações	129.539.295,66	120.446.699,55
Garantias	7.657.002,47	8.205.683,97
Depósitos Judiciais	5.479.248.454,70	5.529.320.518,02
Depósitos não Judiciais	284.947.851,47	137.663.066,41
Outras Obrigações a Curto Prazo	634.633.569,17	316.139.429,51
Outras Obrigações a Curto Prazo-Consolidação	539.140.414,93	314.776.441,73
Indenizações e Restituições	92.843.868,07	42.389.085,90
Diárias a Pagar	6.143,50	14.777,50
Convênios a Pagar	10.351.711,76	1.467.648,72
Contrato de Apoio Financeiro a Pagar	733.788,48	-
Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	371,25	41.115,00
Subvenções Econômicas a Pagar	1.495.702,94	1.977,00
Valores em Trânsito Exigíveis	7.466.582,65	3.017.771,43
Depósitos Compulsórios a Pagar	-	7.197,90
Sentenças Judiciais a Pagar	74.417.442,92	34.267.971,37
Suprimentos de Fundos a Pagar	-	15.000,00
Credores a Pagar Sem Execução Orçamentária	351.824.803,36	231.663.896,91
Credores a Pagar - Acordo Parcelamento	-	1.890.000,00
Outras Obrigações a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado	998,98	-

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2017	31/12/2016
Transferências Constitucionais ou Legais	998,98	-
Outras Obrigações a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	95.492.155,26	1.362.987,78
Convênios a Pagar	1.762.073,67	-
Transferências Constitucionais ou Legais	93.445.523,05	-
Transferências Fundo a Fundo a Pagar	284.558,54	1.362.987,78
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	**8.892.901.834,62**	**8.054.246.590,90**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	650.491.078,64	797.981.376,20
Pessoal a Pagar	140.789.688,41	200.098.424,74
Pessoal a Pagar-Consolidação	140.789.688,41	200.098.424,74
Precatórios de Pessoal	140.789.688,41	200.098.424,74
Benefícios Previdenciários a Pagar	186.521.530,40	189.235.781,77
Benefícios Previdenciários a Pagar - Consolidação	186.521.530,40	189.235.781,77
Precatórios de Benefícios Previdenciários	186.521.530,40	189.235.781,77
Encargos Sociais a Pagar	323.179.859,83	408.647.169,69
Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - União	323.179.859,83	408.647.169,69
INSS a Pagar	323.179.859,83	408.647.169,69
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	18.847.578.716,48	18.838.624.566,44
Empréstimos a Longo Prazo - Interno	16.074.652.313,74	15.974.628.648,95
Empréstimos a Longo Prazo - Interno - Consolidação	6.603.204.346,35	5.858.853.167,70
Empréstimos Internos - em Contratos	6.603.204.346,35	5.858.853.167,70
Empréstimos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - União	9.471.447.967,39	10.115.775.481,25
Empréstimos Internos - em Contratos	9.471.447.967,39	10.115.775.481,25
Empréstimos a Longo Prazo - Externo	2.768.442.513,59	2.858.790.556,29
Empréstimos a Longo Prazo - Externo - Consolidação	2.768.442.513,59	2.858.790.556,29
=Empréstimos Externos - em Contratos	2.768.442.513,59	2.858.790.556,29
Financiamentos a Longo Prazo - Interno	4.483.889,15	5.205.361,20

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2017	31/12/2016
Financiamentos a Longo Prazo - Interno - Consolidação	4.483.889,15	5.205.361,20
=Financiamentos Internos	4.483.889,15	5.205.361,20
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	1.599.762.002,72	1.446.314.905,78
Fornecedores Nacionais e Contas a Pagar a Longo Prazo	1.599.762.002,72	1.446.314.905,78
Fornecedores Nacionais e Contas a Pagar a Longo Prazo - Consolidação	1.599.762.002,72	1.446.314.905,78
=Fornecedores Nacionais	645.241,91	54.590,19
Precatórios de Fornecedores Nacionais	1.599.116.760,81	1.446.260.315,59
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	265.222.665,51	265.590.332,72
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União	265.222.665,51	265.590.332,72
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União - Inter OFSS União	265.222.665,51	265.590.332,72
Tributos Federais Renegociados	265.222.665,51	265.590.332,72
Provisões a Longo Prazo	70.812.707,33	755.819.768,59
Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo	8.490.849,60	12.849.941,46
Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo - Consolidação	8.490.849,60	12.849.941,46
=Provisão para Indenizações Trabalhistas	8.490.849,60	12.849.941,46
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	49.675.373,51	730.398.540,93
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação	49.675.373,51	730.398.540,93
Plano Financeiro - Provisões de Benefícios Concedidos	1.904.204.644,54	730.398.540,93
Plano Financeiro - Provisões de Benefícios a Conceder	(1.854.529.271,03)	-
Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo	12.646.484,22	12.571.286,20
Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo - Consolidação	12.646.484,22	12.571.286,20
=Provisão para Indenizações Cíveis	12.646.484,22	12.571.286,20
Demais Obrigações a Longo Prazo	1.548.855.851,86	684.411.243,91
Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo	278.511.273,43	207.402.012,07
Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo-Consolidação	278.511.273,43	207.402.012,07
=Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo	278.511.273,43	207.402.012,07
Valores Restituíveis	662.666.889,79	158.001.633,63

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2017	31/12/2016
Valores Restituíveis - Consolidação	662.666.889,79	158.001.633,63
Depósitos Judiciais	662.666.889,79	158.001.633,63
Outras Obrigações a Longo Prazo	607.677.688,64	319.007.598,21
Outras Obrigações a Longo Prazo-Consolidação	329.444.640,21	319.007.598,21
Indenizações e Restituições	322.466.021,80	312.028.979,80
=Outros Credores a Longo Prazo	6.978.618,41	6.978.618,41
Outras Obrigações a Longo Prazo - Inter OFSS Município	278.233.048,43	-
Transferências Constitucionais ou Legais	278.233.048,43	-
Resultado Diferido	603.836.648,33	657.739.791,60
Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) Diferida	603.836.648,33	657.739.791,60
Variação Patrimonial Aumentativa Diferida - Consolidação	603.836.648,33	657.739.791,60
=Variação Patrimonial Aumentativa Diferida	603.836.648,33	657.739.791,60
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**23.586.559.670,87**	**23.446.481.985,24**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio Social e Capital Social	6.655.354,10	6.655.354,10
Capital Social Realizado	6.655.354,10	6.655.354,10
Capital Social Realizado - Consolidação	1.270.788,00	1.270.788,00
Capital Social Subscrito	1.270.788,00	1.270.788,00
Capital Social Realizado - Inter OFSS União	5.383.499,10	5.383.499,10
Capital Social Subscrito	5.658.555,03	5.658.555,03
(-) Capital Social a Realizar	(275.055,93)	(275.055,93)
Capital Social Realizado - Inter OFSS Município	1.067,00	1.067,00
Capital Social Subscrito	1.067,00	1.067,00
Reservas de Capital	368.427,88	368.427,88
Outras Reservas de Capital	368.427,88	368.427,88
Outras Reservas de Capital - Consolidação	357.481,14	357.481,14
Reservas de Doações e Subvenções para Investimentos	242.720,74	242.720,74

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2017	31/12/2016
Demais Reservas de Capital	114.760,40	114.760,40
Outras Reservas de Capital - Inter OFSS União	10.835,34	10.835,34
Reservas de Doações e Subvenções para Investimentos	7.356,92	7.356,92
Demais Reservas de Capital	3.478,42	3.478,42
Outras Reservas de Capital - Inter OFSS Município	111,40	111,40
Reservas de Doações e Subvenções para Investimentos	75,64	75,64
Demais Reservas de Capital	35,76	35,76
Demais Reservas	8.088.202,21	8.088.202,21
Reserva de Reavaliação	5.814.681,63	5.814.681,63
Reserva de Reavaliação - Consolidação	5.814.681,63	5.814.681,63
Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis	2.452.340,00	2.452.340,00
Reserva de Reavaliação de Bens Móveis	3.362.341,63	3.362.341,63
Outras Reservas	2.273.520,58	2.273.520,58
Outras Reservas - Consolidação	2.273.520,58	2.273.520,58
Outras Reservas - Consolidação	2.273.520,58	2.273.520,58
Resultados Acumulados	20.897.342.317,41	9.130.556.407,56
Superavits ou Deficits Acumulados	23.451.237.154,48	11.083.111.670,52
Superavits ou Deficits Acumulados - Consolidação	50.002.091.163,11	32.125.523.815,04
Superavits ou Deficits do Exercício	11.966.254.529,16	7.375.760.013,91
Superavits ou Deficits de Exercícios Anteriores	32.125.523.815,04	17.270.786.760,61
Ajustes de Exercícios Anteriores	5.910.312.818,91	7.478.977.040,52
Superavits ou Deficits Acumulados - Inter OFSS - União	5.625.472.670,13	3.279.293.720,95
Superavits ou Deficits do Exercício	2.346.178.949,18	743.615.733,03
Superavits ou Deficits de Exercícios Anteriores	3.279.293.720,95	2.535.677.987,92
Superavits ou Deficits Acumulados - Inter OFSS - Estado	(4.629.088.417,46)	(3.406.819.268,38)
Superavits ou Deficits do Exercício	(1.222.269.149,08)	(1.115.962.714,94)
Superavits ou Deficits de Exercícios Anteriores	(3.406.819.268,38)	(2.290.856.553,44)

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2017	31/12/2016
Superavits ou Deficits Acumulados - Inter OFSS - Município	(27.547.238.261,30)	(20.914.886.597,09)
Superavits ou Deficits do Exercício	(6.634.821.701,18)	(5.801.264.320,71)
Superavits ou Deficits de Exercícios Anteriores	(20.914.886.597,09)	(15.113.637.320,64)
Ajustes de Exercícios Anteriores	2.470.036,97	15.044,26
Lucros e Prejuízos Acumulados	(2.553.894.837,07)	(1.952.555.262,96)
Lucros e Prejuízos Acumulados - Consolidação	(2.100.791.460,56)	(1.601.110.475,76)
Lucros e Prejuízos do Exercício	(481.853.178,55)	(513.953.486,51)
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(1.601.110.475,76)	(1.087.135.644,41)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(17.827.806,25)	(21.344,84)
Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - União	(444.278.501,93)	(344.761.208,18)
Lucros e Prejuízos do Exercício	(99.517.293,75)	(73.188.887,32)
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(344.761.208,18)	(271.572.320,86)
Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - Estado	(13.229,00)	(13.229,00)
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(13.229,00)	(13.229,00)
Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - Município	(8.811.645,58)	(6.670.350,02)
Lucros e Prejuízos do Exercício	(2.141.295,56)	(1.814.363,78)
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(6.670.350,02)	(4.095.986,24)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(760.000,00)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**20.912.454.301,60**	**9.145.668.391,75**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**53.391.915.807,09**	**40.646.396.967,89**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		
ESPECIFICAÇÃO	**31/12/2017**	**31/12/2016**
ATIVO		
Ativo Financeiro	10.203.940.120,65	9.683.858.770,28
Ativo Permanente	43.187.975.686,44	30.962.538.197,61
Total Ativo (I)	**53.391.915.807,09**	**40.646.396.967,89**
PASSIVO		
Passivo Financeiro	6.908.686.635,20	6.403.803.574,15
Passivo Permanente	26.244.599.245,87	25.638.970.449,86
Total Passivo (II)	**33.153.285.881,07**	**32.042.774.024,01**
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)	**20.238.629.926,02**	**8.603.622.943,88**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO	**31/12/2017**	**31/12/2016**
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	1.263.335.655,49	1.239.637.682,85
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	-	-
Direitos Contratuais em Execução	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**1.263.335.655,49**	**1.239.637.682,85**
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	659.414.641,65	657.360.933,17
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	385.781.962,60	456.536.928,85
Obrigações Contratuais a Executar	23.036.607.863,38	23.631.497.206,98
Controle de riscos fiscais e passivos contingentes	11.739.127.446,79	11.507.318.819,81
Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**35.820.931.914,42**	**36.252.713.888,81**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	**31/12/2017**	**31/12/2016**
0.100 Recursos ordinários - recursos do tesouro - RLD	(295.242.435,26)	50.893.416,49
0.101 Recursos ordinários - diversos	1.756.794,46	12.825.433,43
0.110 Taxa judiciária - recursos do tesouro - exercício corrente	4.192.160,91	3.407.585,22
0.111 Taxas da Segurança Pública - recursos do tesouro - exercício corrente	33.644.795,56	38.830.171,95
0.119 Outras taxas - vinculadas - recursos do tesouro - exercício corrente	9.087.916,83	11.653.808,38
0.120 Cota-parte da contribuição do Salário-Educação - recursos do tesouro - exercício corrente	11.009.808,99	3.111.086,97
0.121 Cota-parte contrib intervenção no domínio econ CIDE-Estadual - rec tesouro -exerc corrente	26.986.789,11	5.270.962,46
0.122 Cota-parte da compensação financeira dos rec hídricos - rec tesouro - exercício corrente	4.533.901,89	4.064.805,25
0.124 Convênio - Programas de Educação - recursos do tesouro - exercício corrente	41.041.952,28	28.064.929,56
0.126 Convênio - Programa de Combate à Fome - recursos do tesouro - exercício corrente	2.775.784,34	765,00
0.128 Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec tesouro - exercício corrente	8.322.087,91	20.382.825,70
0.129 Outras transferências - recursos do tesouro - exercício corrente	6.743.168,00	11.221.004,30
0.131 Recursos do FUNDEB - transferências da União	75.080.432,16	42.899.188,03
0.132 Transferências da União - sit de emergência e calamidade - rec do tesouro - exerc corrente	3.109.620,69	-
0.140 Outros serviços - recursos do tesouro - exercício corrente	354.593,00	1.973.272,20
0.160 Recursos patrimoniais primários - recursos do tesouro - exercício corrente	695.334,02	900.711,38
0.161 Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos do tesouro - exercício corrente	4.792.359,53	13.757.536,55
0.162 Receitas diversas - SEITEC - recursos do tesouro - exercício corrente	8.602.473,31	15.592.590,64
0.169 Outros recursos primários - recursos do tesouro - exercício corrente	1.679.162,06	8.936.545,22
0.180 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec tesouro - exercício corrente	136.740,09	9.092.510,02
0.181 Remuneração de disponibilidade bancária - Lesgilativo - rec tesouro - exercício corrente	880.302,58	7.248.508,29
0.182 Remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário - rec tesouro - exercício corrente	9.890.498,54	10.982.169,37
0.183 Remuneração de disp bancária - conta única do Judiciário - rec tesouro - exerc corrente	72.595.576,86	142.955.865,02
0.184 Remuneração de disp bancária - Ministério Público - rec tesouro - exercício corrente	4.122.163,00	1.586.229,16
0.185 Remuneração de disp bancária - Executivo - rec vinculados - rec tesouro - exerc corrente	72.281.807,15	114.113.589,30
0.186 Remuneração de disponibilidade bancária FUNDEB	7.707.097,26	1.264.299,39

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	31/12/2017	31/12/2016
0.187 Remuneração de disponibilidade bancária Salário Educação	1.554.341,07	266.476,83
0.188 Remuneração de disponibilidade bancária - CIDE	2.883.024,78	2.388.234,90
0.191 Operações de crédito interna - recursos do tesouro - exercício corrente	644.143.257,77	471.754.504,13
0.192 Operações de crédito externa - recursos do tesouro - exercício corrente	11.914.327,20	23.827.037,92
0.195 Recursos de depósitos sob aviso à disposição da justiça	349.145.855,18	4.030.692,52
0.198 Receita da alienação de bens - recursos do tesouro - exercício corrente	420.501,49	480.742,76
0.199 Outras receitas não primárias - recursos do tesouro - exercício corrente	39.500,28	578.746,08
0.223 Convênio - Sistema Único Saúde - recursos de outras fontes - Exercício Corrente	29.767.788,16	6.670,09
0.225 Convênio - Programa de Assistência Social - recursos de outras fontes - exercício corrente	2.215.768,60	1.564.292,40
0.228 Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec outras fontes-exercício corrente	17.896.702,13	79.143.018,79
0.229 Outras transferências - recursos de outras fontes - exercício corrente	12.843.836,37	10.057.881,51
0.232 Transferências da União - situação de emergência e calamidade	-	642.300,00
0.240 Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercício corrente	56.744.091,84	200.183.943,50
0.250 Contribuição previdenciária - recursos de outras fontes - exercício corrente	116.454.925,49	87.015.588,76
0.260 Recursos patrimoniais primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	8.330.126,98	10.647.145,60
0.261 Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos de outras fontes - exercício corrente	1.936.333,80	11.021.569,54
0.262 Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercício corrente	-	3.815.943,16
0.263 Receitas diversas - Programa Pró-Emprego	10.633.929,12	6.484.163,63
0.265 Receitas diversas - recursos de outras fontes - manutenção do ensino superior	21.901.203,41	6.326.103,35
0.266 Receitas diversas - receita Agroindustrial - FDR	995.993,59	1.854.991,73
0.269 Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	152.119.464,78	133.077.280,28
0.280 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec outras fontes-exercício corrente	10.130.075,41	12.600.776,23
0.282 Remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário -rec outras fontes-exercício corrente	5.309.471,83	2.247.034,70
0.284 Remuneração de disp bancária - Ministério Público - rec outras fontes - exercício corrente	5.846.097,75	14.572.993,94
0.285 Remuneração de disp bancária - Executivo - rec vinculados-rec outras fontes-exerc corrente	107.663.860,40	135.521.934,83
0.298 Receita da alienação de bens - recursos de outras fontes - exercício corrente	3.096.441,20	6.592.679,90

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	**31/12/2017**	**31/12/2016**
0.299 Outras receitas não primárias - recursos de outras fontes - exercício corrente	8.231.369,93	4.770.538,38
0.300 Recursos ordinarios - recursos do tesouro - exercícios anteriores	11.173.507,79	25.562.338,59
0.301 Recursos Ordinários Diversos-Fonte do Tesouro - Exercício Anterior	1.970.896,72	257.537,07
0.302 Recursos do Tesouro - Programa Revigorar III - Exercícios Anteriores	3.665,44	3.665,44
0.309 Superávit Financeiro -Recursos Convertidos - Recursos do Tesouro -Receitas Primárias	108.570,29	777.814,77
0.310 Taxa Judiciária - recursos do tesouro - exercícios anteriores	2.424.816,71	3.441.535,56
0.311 Taxas da Segurança Pública - Recursos do Tesouro - Exercícios Anteriores	5.338.967,23	3.925.837,92
0.319 Outras taxas - vinculadas - recursos do tesouro - exercício anterior	1.439.847,06	1.895.473,81
0.320 Cota-parte da contribuição do Salário Educação - recursos tesouro - exercícios anteriores	502.154,82	8.421,50
0.321 Cota-parte da contrib de interv no domínio econômico - CIDE-Estadual	4.912.168,94	288.025,28
0.324 Convênio - Programa de Educação - exercícios anteriores	27.138.467,35	16.823.587,58
0.325 Convênio-Programa de Assistência Social-Exercícios Anteriores	5.194,57	5.194,57
0.326 Convênio - Programa de Combate à Fome - exercícios anteriores	96.154,58	215.564,63
0.328 Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - exercícios anteriores	8.316.077,14	7.538.731,75
0.329 Outras transferências - recursos do tesouro - exercícios anteriores	1.377.720,00	751.707,00
0.332 Transferências da União - sit de emergência e calamidade-rec do tesouro - exerc anteriores	1.159.831,27	1.098.100,70
0.340 Outros serviços - recursos do tesouro - exercício anteriores	1.021.376,71	354.455,95
0.360 Recursos patrimoniais - primários	1.171.298,50	5.344.492,38
0.361 Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos do tesouro - exercícios anteriores	1.168.564,66	-
0.362 Receitas diversas - SEITEC	1.539.762,79	-
0.369 Outros recursos primários - recursos do tesouro - exercícios anteriores	26.851,11	49.077,54
0.380 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec tesouro - exercícios anteriores	238,81	238,81
0.381 Remuneração de disponibilidade bancária - Legislativo	2.018.600,61	7.717.084,13
0.382 Remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário - exercício anterior	4.599.447,40	1.359,31
0.383 Remuneração de disponibilidade bancária -conta única do Judiciário - exercícios anteriores	147.657.159,13	109.487.455,54
0.384 Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público	2.465.671,81	2.525.246,94

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	31/12/2017	31/12/2016
0.385 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados	80.558.373,33	64.020.483,43
0.387 Remuneração de disponibilidade bancária - Salário Educação	35.590,41	1.279,33
0.388 Remuneração de disponibilidade bancária - CIDE - recursos tesouro - exercícios anteriores	2.678.682,15	661.039,88
0.391 Operação de crédito interna - rec tesouro - exerc anteriores - superávit	195.177.714,87	432.809.440,77
0.392 Operação de crédito externa - exercícios anteriores	609.447,44	6.534.829,15
0.395 Recursos de depósitos sob aviso à disposição da justiça - exercícios anteriores	6.468.867,65	9.896.119,16
0.397 Superavit Financeiro - Recursos Convertidos - Receitas Não Primárias	36.497,50	-
0.398 Receita de Alienação de Bens-Exercícios Anteriores	949.043,56	501.291,56
0.623 Convênio - Sistema Único de Saúde - recursos do tesouro - exercícios anteriores	8.952.955,25	6.322.962,53
0.625 Convênio - Programa de Assistência Social - recursos outras fontes - exercícios anteriores	1.489.612,91	3.000.331,93
0.628 Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec outras fontes - exerc anteriores	78.613.729,66	33.288.492,86
0.629 Outras transferências - exercícios anteriores - recursos de outras fontes	5.865.470,22	9.219.178,36
0.632 Transferências da União - situação de emergência e calamidade pública - exercício anterior	54.063,90	26.157,39
0.640 Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	159.557.009,19	58.649.843,18
0.647 Serviços judiciários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	222.432,31	222.432,31
0.650 Contribuição previdenciária	87.782.613,03	70.116.575,63
0.659 Outras contribuições - recursos de outras fontes - exercício anterior	-	31.971.143,69
0.660 Primários - recursos patrimoniais - exercícios anteriores	25.338.077,12	19.319.522,95
0.661 Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos de outras fontes - exercício anterior	1.258.940,67	2.763.283,81
0.662 Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercício anterior	919.395,63	1.688.635,47
0.665 Receitas diversas - recursos outras fontes - manutenção ens superior - exercício anterior	5.182,03	184.979,37
0.669 Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	116.259.662,71	87.703.836,91
0.680 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec outras fontes - exerc anteriores	26.752.374,81	17.881.259,12
0.682 Recursos de outras fontes - exercícios anteriores - disp bancária - Judiciário	2.266.140,04	19.105,34
0.684 Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público - exercícios anteriores	14.937.117,65	13.771.858,73
0.685 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec vinculados exercício anterior	274.769.165,14	168.750.412,14

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

R$

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	**31/12/2017**	**31/12/2016**
0.689 Remuneração de disponibilidade bancária - Rec. vinc - Fundos IPREV - Ex. Anteriores	58.249.244,32	58.496.151,85
0.698 Receita de alienação de bens - exercícios anteriores	4.014.510,57	3.456.387,53
0.699 Não primárias - outras receitas	7.890.365,42	35.115.599,98
7.100 Contrapartida de Conv.-Recursos Ordinários-Recursos do Tesouro-Exercício Corrente	1.685.668,75	893.554,55
7.111 Contrapartida de Convenios-Tx. da Segurança Pública-Rec.Tesouro-Exercício Corrente	186.751,22	1.715.289,28
7.119 Contrapartida de Outras Taxas Vinculadas - Exercício Corrente	743.776,00	-
7.129 Contrapartida de Convênios-Outras Transferências-Rec. do Tesouro-Exercício Corrente	534.001,51	-
7.229 Contrapartida de Convênios-Outras Transferências- Rec. de outras Fontes - Exercício Corren	34.500,00	-
7.240 Contrapartida de Convênios - Rec. de Serviços - Rec. de Outras fontes - Exerc. Corrente	760.000,00	339.804,90
7.261 Contrapartida de Convenios-Fundo Social-Recursos de Outra Fontes-Exercício Corrente	-	75.520,10
7.269 Contrapartida de Convênios-Outros Recursos Primários-Ex. Corrente- Rec.Outras Fontes	10.298,81	992.480,49
7.300 Contrapartida de Convenios-Recursos Ordinários-Recursos do Tesouro-Exercício Anterior	5.478.502,07	7.043.111,14
7.311 Contrapartida de Convenios-Taxas da Segurança Pública - Rec.Tesouro-Ex.Ant	1.882.743,52	676.828,37
7.329 Contrapartida de Convênios-Outras Transferências-Rec. do Tesouro-Exercícios Anteriores	1.354.512,02	2.174.827,74
7.629 Contrapartida de Convênios-Outras Transferências- Exerc. Ant - Rec. Outras Fontes	865.000,00	1.000.000,00
7.640 Contrapartida de Convenios-Recursos de serviços-Exercícios Anteriores	245.264,14	146.752,31
7.660 Contrapartida de Convenios-Recursos Patrimoniais-Exercícios Anteriores	2.000,00	2.000,00
7.661 Contrapartida de Convenios-Fundo Social-Recursos de Outra Fontes-Exercícios Anteriores	46.020,10	-
7.662 Contrapartida de Convênios-Rec. Diversos-Seitec-Exerc.Anteriores	80.578,60	80.578,60
7.669 Contrapartida de Convênios-Outros Recursos Primários-Rec.de Outras Fontes-Ex. Anterior	791.102,60	436.221,63
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	**3.103.049.184,10**	**3.132.545.644,98**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

NOTAS EXPLICATIVAS

001 - Demonstrativo apresentado até o 5º nível de agrupamento das contas contábeis.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2017**	**Janeiro a Dezembro / 2016**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	24.343.604.184,19	23.291.679.249,77
Impostos	23.425.474.951,51	22.467.859.318,71
Impostos sobre Patrimônio e a Renda	3.209.675.074,37	3.203.663.095,78
Impostos sobre Patrimônio e a Renda - Consolidação	3.209.675.074,37	3.203.663.095,78
Impostos sobre a Produção e a Circulação	20.215.799.877,14	19.264.196.222,93
Impostos sobre a Produção e a Circulação -Consolidação	20.215.799.877,14	19.264.196.222,93
Taxas	918.129.232,68	823.819.931,06
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	632.318.885,55	560.450.359,57
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia - Consolidação	632.318.885,55	560.450.359,57
Taxas pela Prestação de Serviços	285.810.347,13	263.369.571,49
Taxas pela Prestação de Serviços - Consolidação	285.810.347,13	263.369.571,49
Contribuições	2.326.348.360,38	2.056.829.978,87
Contribuições Sociais	2.326.348.360,38	2.056.829.978,87
Contribuições Sociais - RPPS	2.326.348.360,38	2.056.829.978,87
Contribuições Sociais - RPPS - Consolidação	934.600.342,93	839.719.407,63
Contribuições Sociais - RPPS - Intra OFSS	1.391.748.017,45	1.217.110.571,24
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	958.229.613,88	1.009.284.733,37
Venda de Mercadorias	20.269.052,41	18.955.805,37
Venda Bruta de Mercadorias	20.269.052,41	18.955.805,37
Venda Bruta de Mercadorias - Consolidação	20.269.052,41	18.955.805,37
Venda de Produtos	1.499.990,64	5.250.510,24
Venda Bruta de Produtos	1.499.990,64	5.250.510,24
Venda Bruta de Produtos - Consolidação	1.499.990,64	5.250.510,24
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	936.460.570,83	985.078.417,76
Valor Bruto de Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	936.820.582,51	985.697.221,05
Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Consolidação	802.544.358,94	760.012.912,25
Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Intra OFSS	134.276.223,57	225.684.308,80

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2017**	**Janeiro a Dezembro / 2016**
(-) Deduções do Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	(360.011,68)	(618.803,29)
(-) Dedução Valor Bruto de Explor. de Bens, Direitos e Prest. de Serviços - Consolidação	(360.011,68)	(618.803,29)
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	5.729.693.953,93	3.703.163.796,86
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	416.572,09	409.429,04
Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos	416.572,09	409.429,04
Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação	416.572,09	409.429,04
Juros e Encargos de Mora	500.863.714,13	890.876.580,19
Juros e Encargos de Mora sobre Fornecimentos de Bens e Serviços	938.083,90	594.485,51
Juros e Encargos de Mora sobre Fornecimentos de Bens e Serviços - Consolidação	938.083,90	594.485,51
Juros e Encargos de Mora sobre Créditos Tributários	490.553.971,69	880.223.387,48
Juros e Encargos de Mora Sobre Créditos Tributários - Consolidação	490.553.971,69	880.223.387,48
Outros Juros e Encargos de Mora	9.371.658,54	10.058.707,20
Outros Juros e Encargos de Mora - Consolidação	9.371.658,54	10.058.707,20
Variações Monetárias e Cambiais	4.598.372.488,79	1.931.269.114,18
Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Internos Concedidos	37.617.338,39	5.406.428,24
Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação	37.617.338,39	5.406.428,24
Outras Variações Monetárias e Cambiais	4.560.755.150,40	1.925.862.685,94
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Consolidação	3.069.112.190,27	1.873.614.897,02
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Intra OFSS	765.404,91	2.592.911,27
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - União	1.490.455.849,82	49.247.751,84
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - Município	421.705,40	407.125,81
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	630.041.178,92	880.608.673,45
Remuneração de Aplicações Financeiras	630.041.178,92	880.608.673,45
Remuneração de Aplicações Financeiras - Consolidação	630.041.178,92	880.608.673,45
Transferências e Delegações Recebidas	77.067.011.838,53	75.526.300.760,48
Transferências Intragovernamentais	71.527.052.583,04	69.614.794.418,93
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	18.766.841.454,61	18.076.123.123,76
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária - Intra OFSS	18.766.841.454,61	18.076.123.123,76

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2017**	**Janeiro a Dezembro / 2016**
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	49.151.525.188,46	48.583.102.667,90
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária - Intra OFSS	49.151.525.188,46	48.583.102.667,90
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS	3.608.685.939,97	2.955.568.627,27
Transferências Recebidas p/ Aporte de Recursos p/ o RPPS - INTRA OFSS	3.608.685.939,97	2.955.568.627,27
Transferências Intergovernamentais	4.673.703.171,34	4.746.269.530,49
Transferências Constitucionais e Legais de Receitas	2.364.189.848,08	2.403.575.021,91
Transferências Constitucionais e Legais de Receitas - Inter OFSS - União	2.364.189.848,08	2.403.575.021,91
Transferências do FUNDEB	2.187.168.329,55	2.082.268.384,15
Transferências do FUNDEB - Inter OFSS - Estado	2.187.168.329,55	2.082.268.384,15
Transferências Voluntárias	116.331.135,82	254.492.022,54
Transferências Voluntárias - Inter OFSS - União	115.072.767,73	247.074.534,48
Transferências Voluntárias - Inter OFSS - Município	1.258.368,09	7.417.488,06
Outras Transferências	6.013.857,89	5.934.101,89
Outras Transferências - Inter OFSS - União	6.011.137,15	5.907.817,33
Outras Transferências - Inter OFSS - Município	2.720,74	26.284,56
Transferências das Instituições Privadas	331.252.810,50	677.568.648,00
Transferências das Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	17.128.278,71	18.513.819,33
Transferências das Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - Consolidação	17.128.278,71	18.513.819,33
Transferências das Instituições Privadas com Fins Lucrativos	314.124.531,79	659.054.828,67
Transferências das Instituições Privadas com Fins Lucrativos - Consolidação	314.124.531,79	659.054.828,67
Transferências do Exterior	115.142,00	19.053,98
Transferências do Exterior	115.142,00	19.053,98
Transferências do Exterior - Consolidação	115.142,00	19.053,98
Transferências de Pessoas Físicas	1.513.752,28	1.124.952,91
Transferências de Pessoas Físicas	1.513.752,28	1.124.952,91
Transferências de Pessoas Físicas - Consolidação	1.513.752,28	1.124.952,91
Outras Transferências e Delegações Recebida	533.374.379,37	486.524.156,17
Outras Transferências e Delegações Recebida	533.374.379,37	486.524.156,17

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2017**	**Janeiro a Dezembro / 2016**
Outras Transferências e Delegações Recebidas - Consolidação	533.374.379,37	486.524.156,17
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	9.879.920.279,56	628.460.646,92
Reavaliação de Ativos	9.632.861.992,48	385.037.228,28
Reavaliação de Imobilizado	9.630.891.223,27	383.435.586,99
Reavaliação de Imobilizado - Consolidação	9.630.891.223,27	383.435.586,99
Reavaliação de Intangíveis	1.941.141,69	1.601.641,29
Reavaliação de Intangíveis -Consolidação	1.941.141,69	1.601.641,29
Reavaliação de Outros Ativos	29.627,52	-
Reavaliação de Outros Ativos - Consolidação	29.627,52	-
Ganhos com Alienação	2.152.908,68	2.560.761,27
Ganhos com Alienação de Imobilizado	2.152.908,68	2.560.761,27
Ganhos com Alienação de Imobilizado - Consolidação	2.152.908,68	2.560.761,27
Ganhos com Incorporação de Ativos	121.239.821,18	89.828.317,07
Ganhos com Incorporação de Ativos por Nascimentos	1.637,20	2.705,72
Ganhos com Incorporação de Ativos por Nascimentos - Consolidação	1.637,20	2.705,72
Outros Ganhos com Incorporação de Ativos	121.238.183,98	89.825.611,35
Outros Ganhos com Incorporação de Ativos - Consolidação	121.238.183,98	89.825.611,35
Ganhos com Desincorporação de Passivos	123.665.557,22	151.034.340,30
Ganhos com Desincorporação de Passivos	123.665.557,22	151.034.340,30
Ganhos com Desincorporação de Passivos-Consolidação	123.665.557,22	151.034.340,30
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	86.755.776.678,35	38.722.599.049,29
Resultado Positivo de Participações	126.466.554,78	168.727.163,61
Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial	126.461.470,20	168.722.124,99
Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial - Consolidação	124.807.479,72	164.150.639,99
Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial - Intra OFSS	1.653.990,48	4.571.485,00
Dividendos e Rendimentos de Outros Investimentos	5.084,58	5.038,62
Dividendos e Rendimentos de Outros Investimentos - Consolidação	5.084,58	5.038,62
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	85.499.841.693,11	37.973.660.146,34

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2017**	**Janeiro a Dezembro / 2016**
Reversão de Provisões	84.942.242.657,60	37.685.259.593,66
Reversão de Provisões - Consolidação	84.942.242.657,60	37.685.259.593,66
Reversão de Ajustes de Perdas	557.599.035,51	288.400.552,68
Reversão de Ajustes de Perdas - Consolidação	557.599.035,51	288.400.552,68
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.129.468.430,46	580.211.739,34
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS	27.984.569,84	27.551.728,19
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - União	27.984.569,84	27.551.728,19
Multas Administrativas	118.420.824,77	111.681.969,59
Multas Administrativas - Consolidação	118.420.824,77	111.681.969,59
Indenizações e Restituições	178.912.309,23	274.486.943,96
Indenizações e Restituições - Consolidação	161.022.299,09	254.953.579,39
Indenizações e Restituições - Intra	15.838.657,67	18.856.043,11
Indenizações e Restituições	-	119.280,54
Indenizações e Restituições	476.728,89	155.633,45
Indenizações e Restituições	1.574.623,58	402.407,47
Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	804.150.726,62	166.491.097,60
Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Consolidação	645.413.565,25	166.491.097,60
Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Intra	158.737.161,37	-
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	**207.060.584.908,82**	**144.938.318.215,56**

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2017**	**Janeiro a Dezembro / 2016**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Pessoal e Encargos	10.246.411.859,95	9.885.232.754,84
Remuneração a Pessoal	7.565.323.587,29	7.459.431.016,56
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RPPS	5.082.005.859,76	5.020.696.213,70
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RPPS - Consolidação	5.082.005.859,76	5.020.696.213,70
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RGPS	1.358.611.895,48	1.339.513.862,50
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RGPS - Consolidação	1.358.611.895,48	1.339.513.862,50
Remuneração a Pessoal Ativo Militar - Abrangidos pelo RPPS	1.124.705.832,05	1.099.220.940,36
Remun. a Pessoal Ativo Militar - Abrangidos pelo RPPS - Consolidação	1.124.705.832,05	1.099.220.940,36
Encargos Patronais	1.886.693.589,14	1.769.612.022,03
Encargos Patronais - RPPS	1.397.047.675,04	1.224.435.698,25
Encargos Patronais - RPPS - Intra OFSS	1.392.416.533,95	1.219.671.588,59
Encargos Patronais - RPPS - Inter União	4.631.141,09	4.764.109,66
Encargos Patronais - RGPS	294.020.155,71	266.918.573,37
Encargos Patronais - RGPS - Consolidação	36.338,00	27.718,66
Encargos Patronais - RGPS - Inter OFSS - União	293.983.817,71	266.890.854,71
Encargos Patronais - FGTS	21.444.988,32	19.101.214,09
Encargos Patronais - FGTS - Inter União	21.444.988,32	19.101.214,09
Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência	32.100.522,34	27.186.258,06
Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência - Consolidação	32.100.522,34	27.186.258,06
Outros Encargos Patronais	142.080.247,73	231.970.278,26
Outros Encargos Patronais - Consolidação	7.449.085,82	6.018.696,19
Outros Encargos Patronais - Intra OFSS	134.373.111,98	225.716.202,72
Outros Encargos Patronais - Inter OFSS - União	199.290,65	217.565,65
Outros Encargos Patronais - Inter OFSS - Município	58.759,28	17.813,70
Benefícios a Pessoal	524.122.387,79	504.277.320,84
Benefícios a Pessoal - RPPS	354.803.338,35	342.114.177,20
Benefícios a Pessoal - RPPS - Consolidação	354.803.338,35	342.114.177,20

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2017	Janeiro a Dezembro / 2016
Benefícios a Pessoal - RGPS	103.550.930,40	102.193.932,32
Benefícios a Pessoal - RGPS - Consolidação	103.550.930,40	102.193.932,32
Benefícios a Pessoal - Militar	65.768.119,04	59.969.211,32
Benefícios a Pessoal - Militar - Consolidação	65.768.119,04	59.969.211,32
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	270.272.295,73	151.912.395,41
Indenizações e Restituições Trabalhistas	240.256.667,95	118.870.035,56
Indenizações e Restituições Trabalhistas - Consolidação	240.256.667,95	118.870.035,56
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	30.015.627,78	33.042.359,85
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos - Consolidação	8.992.418,47	7.855.071,04
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos - Intra	15.838.657,67	18.856.043,11
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	945.699,70	865.793,99
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	1.187.833,44	1.718.269,07
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	3.051.018,50	3.747.182,64
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	6.033.270.947,61	5.646.682.865,81
Aposentadorias e Reformas	4.977.582.532,82	4.629.763.274,12
Aposentadorias - RPPS	3.828.511.989,13	3.542.160.396,81
Aposentadorias - RPPS - Consolidação	3.828.511.989,13	3.542.160.396,81
Reserva Remunerada e Reformas - Militar	1.149.070.543,69	1.087.602.877,31
Reserva Remunerada e Reformas - Militar - Consolidação	1.149.070.543,69	1.087.602.877,31
Pensões	1.027.401.059,08	997.661.557,49
Pensões - RPPS	823.111.512,47	796.359.199,29
Pensões - RPPS - Consolidação	823.111.512,47	796.359.199,29
Pensões - Militar	204.289.546,61	201.302.358,20
Pensões - Militar - Consolidação	204.289.546,61	201.302.358,20
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	28.287.355,71	19.258.034,20
Outros Benefícios Previdenciários - RPPS	12.242.835,83	9.773.873,21
Outros Benefícios Previdenciários - RPPS - Consolidação	12.242.835,83	9.773.873,21
Outros Benefícios Previdenciários - RGPS	36.510,00	51.370,00

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2017**	**Janeiro a Dezembro / 2016**
Outros Benefícios Previdenciários - RGPS - Consolidação	36.510,00	51.370,00
Outros Benefícios Previdenciários - Militar	389.216,92	573.756,00
Outros Benefícios Previdenciários - Militar - Consolidação	389.216,92	573.756,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	15.618.792,96	8.859.034,99
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - Consolidação	15.618.792,96	8.859.034,99
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	4.968.708.801,01	4.152.117.755,83
Uso de Material de Consumo	914.262.667,77	880.966.856,37
Consumo de Material	792.641.077,23	785.568.712,79
Consumo de Material - Consolidação	792.641.077,23	785.568.712,79
Distribuição de Material Gratuito	121.621.590,54	95.398.143,58
Distribuição de Material Gratuito - Consolidação	121.621.590,54	95.398.143,58
Serviços	3.151.711.548,10	2.944.024.142,29
Diárias	55.839.008,15	47.144.600,49
Diárias - Consolidação	55.839.008,15	47.144.600,49
Serviços Terceiros - PF	146.122.889,54	153.230.449,18
Serviços Terceiros - PF - Consolidação	146.122.889,54	153.230.449,18
Serviços Terceiros - PJ	2.920.124.935,52	2.717.617.694,65
Serviços Terceiros - PJ - Consolidação	2.920.124.935,52	2.717.617.694,65
Contrato de Terceirização por Substituição de Mão de Obra - Art. 18 § 1, Lc 101/00	29.624.714,89	26.031.397,97
Contrato de Terceirização por Substituição de Mão de Obra - Art. 18 da LRF - Consolidação	29.624.714,89	26.031.397,97
Depreciação, Amortização e Exaustão	902.734.585,14	327.126.757,17
Depreciação	882.135.522,49	314.790.795,81
Depreciação - Consolidação	882.135.522,49	314.790.795,81
Amortização	20.599.062,65	12.335.961,36
Amortização - Consolidação	20.599.062,65	12.335.961,36
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	5.008.379.434,34	3.474.643.524,98
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	770.880.712,64	671.254.327,44
Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna	650.477.063,74	542.938.217,64

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2017	Janeiro a Dezembro / 2016
Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Consolidação	466.924.358,52	442.110.758,88
Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter OFSS União	183.552.705,22	100.827.458,76
Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa	120.403.648,90	128.316.109,80
Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa - Consolidação	120.403.648,90	128.316.109,80
Juros e Encargos de Mora	2.262.308,04	61.256.375,03
Juros e Encargos de Mora de Aquisição de Bens e Serviços	116.562,73	330.755,53
Juros e Encargos de Mora de Aquisição de Bens e Serviços - Consolidação	116.562,73	330.755,53
Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias	2.145.745,31	60.925.619,50
Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias - Consolidação	439.440,19	70.780,83
Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias - Inter OFSS - União	1.706.305,12	60.854.838,67
Variações Monetárias e Cambiais	4.227.901.330,61	2.736.869.001,37
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna	1.510.121.428,20	1.852.775.584,45
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna - Consolidação	483.460.056,62	461.425.386,08
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna - Inter OFSS - União	1.026.661.371,58	1.391.350.198,37
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Externa	378.856.109,03	591.287.513,00
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Externa - Consolidação	378.856.109,03	591.287.513,00
Outras Variações Monetárias e Cambiais	2.338.923.793,38	292.805.903,92
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Consolidação	2.325.794.389,43	269.809.516,38
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - União	13.129.403,95	22.996.387,54
Descontos Financeiros Concedidos	956.024,80	1.183.483,66
Descontos Financeiros Concedidos	956.024,80	1.183.483,66
Descontos Financeiros Concedidos - Consolidação	956.024,80	1.183.483,66
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	6.379.058,25	4.080.337,48
Juros e Encargos Sobre Tributos Renegociados	6.379.058,25	4.080.337,48
Juros e Encargos de Tributos Renegociados - Inter OFSS União	6.379.058,25	4.080.337,48
Transferências e Delegações Concedidas	82.557.485.399,66	79.516.472.395,73
Transferências Intragovernamentais	71.527.052.583,04	69.614.794.418,93
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	18.766.841.454,61	18.076.123.123,76

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2017**	**Janeiro a Dezembro / 2016**
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária - Intra OFSS	18.766.841.454,61	18.076.123.123,76
Transferências Concedidas - Independentes de Execução Orçamentária	49.151.525.188,46	48.583.102.667,90
Transferências Concedidas - Independentes de Execução Orçamentária - Intra OFSS	49.151.525.188,46	48.583.102.667,90
Transferências Concedidas para Aportes de Recursos p/ o RPPS	3.608.685.939,97	2.955.568.627,27
Transferências Concedidas p/ Aportes de Recursos para o RPPS - Intra	3.608.685.939,97	2.955.568.627,27
Transferências Inter Governamentais	9.964.690.754,67	8.947.609.944,81
Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas	6.201.017.298,10	5.345.931.590,97
Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas - Inter OFSS - União	2.222.914,96	1.522.727,47
Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas - Inter OFSS - Município	6.198.794.383,14	5.344.408.863,50
Transferências ao FUNDEB	3.408.726.374,08	3.196.668.463,47
Transferências ao FUNDEB - Inter OFSS - Estado	3.408.726.374,08	3.196.668.463,47
Transferências Voluntárias	354.947.082,49	405.009.890,37
Transferências Voluntárias - Consolidação	33.709.038,59	41.364.707,31
Transferências Voluntárias - Inter OFSS - União	208.500,00	-
Transferências Voluntárias - Inter OFSS - Município	321.029.543,90	363.645.183,06
Transferências a Instituições Privadas	735.826.643,90	727.841.288,09
Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	735.826.643,90	727.775.037,11
Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - Consolidação	735.826.643,90	727.775.037,11
Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	-	66.250,98
Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos - Consolidação	-	66.250,98
Execução Orçamentária Delegada	111.910.974,15	94.335.855,51
Execução Orçamentária Delegada a Entes	111.910.974,15	94.335.855,51
Execução Orçamentária Delegada a Entes - Inter OFSS - Município	111.910.974,15	94.335.855,51
Outras Transferências e Delegações Concedidas	218.004.443,90	131.890.888,39
Outras Transferências e Delegações Concedidas	218.004.443,90	131.890.888,39
Outras Transferências Concedidas - Consolidação	218.004.443,90	131.890.888,39
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	6.481.045.705,71	2.850.873.226,01
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	6.115.661.683,08	2.658.279.944,32

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2017	Janeiro a Dezembro / 2016
Reavaliação de Imobilizado	3.059.350,82	2.942.888,29
Reavaliação de Imobilizado - Consolidação	3.059.350,82	2.942.888,29
Redução a Valor Recuperável de Imobilizado	4.425.910.637,01	248.786.924,63
Redução a Valor Recuperável de Imobilizado - Consolidação	4.425.910.637,01	248.786.924,63
Redução a Valor Recuperável de Intangíveis	2.165.811,64	3.508.158,15
Redução a Valor Recuperável de Intangíveis - Consolidação	2.165.811,64	3.508.158,15
VPD com Ajuste de Perdas de Créditos e de Investimentos e Aplic.Temporários	1.684.525.883,61	2.403.041.973,25
VPD com Ajuste de Perdas de Créditos e de Invest. e Aplicações Temporários-Consolidação	1.684.525.883,61	2.403.041.973,25
Perdas com Alienação	-	1.750.044,67
Perdas com Alienação de Imobilizado	-	1.750.044,67
Perdas com Alienação de Imobilizado - Consolidação	-	1.750.044,67
Perdas Involuntárias	388.323,87	906.094,91
Perdas Involuntárias com Imobilizado	388.323,87	906.094,91
Perdas Involuntárias com Imobilizado - Consolidação	388.323,87	906.094,91
Incorporação de Passivos	71.919.191,65	2.968.972,44
Incorporação de Passivos	71.919.191,65	2.968.972,44
Incorporação de Passivos - Consolidação	71.919.191,65	2.968.972,44
Desincorporação de Ativos	293.076.507,11	186.968.169,67
Desincorporação de Ativos	293.076.507,11	186.968.169,67
Desincorporação de Ativos - Consolidação	293.076.507,11	186.968.169,67
Tributárias	207.945.196,13	195.282.267,77
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.221.212,33	5.851.088,23
Impostos	3.970.230,05	4.133.690,83
Impostos - Consolidação	38.473,33	53.469,93
Impostos - Inter OFSS União	538.766,99	413.386,62
Impostos - Inter OFSS Município	3.392.989,73	3.666.834,28
Taxas	2.250.982,28	1.717.397,40
Taxas - Consolidação	268.796,29	207.847,89

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2017**	**Janeiro a Dezembro / 2016**
Taxas - Inter OFSS - Municípios	1.982.185,99	1.509.549,51
Contribuições	201.723.983,80	189.431.179,54
Contribuições Sociais	200.503.128,46	188.361.290,77
Contribuições Sociais - Inter OFSS União	200.503.128,46	188.361.290,77
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	559,86	708,19
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP - Inter Município	559,86	708,19
Outras Contribuições	1.220.295,48	1.069.180,58
Outras Contribuições - Consolidação	344.113,84	284.514,18
Outras Contribuições - Inter OFSS União	876.181,64	784.666,40
Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	9.416,00	41.405,61
Custo das Mercadorias Vendidas - CMV	9.416,00	41.405,61
Custo das Mercadorias Vendidas - CMV	9.416,00	41.405,61
Custo das Mercadorias Vendidas - Consolidação	9.416,00	41.405,61
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	85.690.174.968,33	38.632.499.842,56
Premiações	6.361.912,84	3.131.671,66
Premiações Culturais	5.184.300,33	2.336.787,00
Premiações Culturais - Consolidação	5.184.300,33	2.336.787,00
Premiações Artísticas	10.480,00	5.724,32
Premiações Artísticas - Consolidação	10.480,00	5.724,32
Premiações Científicas	527.207,83	258.928,93
Premiações Científicas - Consolidação	527.207,83	258.928,93
Premiações Desportivas	486.182,86	344.443,92
Premiações Desportivas - Consolidação	486.182,86	344.443,92
Ordens Honoríficas	48.196,77	91.294,96
Ordens Honoríficas - Consolidação	48.196,77	91.294,96
Outras Premiações	105.545,05	94.492,53
Outras Premiações - Consolidação	105.545,05	94.492,53
Resultado Negativo de Participações	103.814.181,97	64.751.686,71

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2017**	**Janeiro a Dezembro / 2016**
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial	103.814.181,97	64.751.686,71
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial - Consolidação	97.482.511,35	31.460.404,45
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial - Intra OFSS	6.331.670,62	33.291.282,26
Incentivos	36.702.846,62	32.036.354,22
Incentivos à Educação	25.936.078,04	25.780.782,22
Incentivos à Educação - Consolidação	25.936.078,04	25.780.782,22
Incentivos a Ciência	10.766.768,58	6.255.572,00
Incentivos a Ciência - Consolidação	10.766.768,58	6.255.572,00
Subvenções Econômicas	47.053.851,29	23.004.327,05
Subvenções Econômicas	47.053.851,29	23.004.327,05
Subvenções Econômicas - Consolidação	47.053.851,29	23.004.327,05
VPD de Constituição de Provisões	84.255.406.725,52	37.809.175.973,48
VPD de Provisão para Riscos Trabalhistas	-	7.483.607,94
VPD de Provisão para Riscos Trabalhistas - Consolidação	-	7.483.607,94
VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	84.253.203.855,77	37.796.507.710,96
VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação	84.253.203.855,77	37.796.507.710,96
VPD de Provisões para Riscos Fiscais	24.471,63	2.857.196,17
VPD de Provisões para Riscos Fiscais - Consolidação	24.471,63	2.857.196,17
VPD de Provisão para Riscos Cíveis	2.178.398,12	2.327.458,41
VPD de Provisão para Riscos Cíveis - Consolidação	2.178.398,12	2.327.458,41
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.240.835.450,09	700.399.829,44
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS	69.243,55	18.458,40
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - União	69.243,55	18.458,40
Indenizações e Restituições	423.988.556,88	419.352.550,93
Indenizações e Restituições - Consolidação	423.988.556,88	419.352.550,93
Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	816.777.649,66	281.028.820,11
Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Consolidação	658.040.488,29	281.028.820,11
Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Intra	158.737.161,37	-

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2017	Janeiro a Dezembro / 2016
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	201.193.431.728,74	144.353.846.039,14
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I) - (II)	5.867.153.180,08	584.472.176,42

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2017**	**Janeiro a Dezembro / 2016**
Incorporação de Ativo	1.489.911.915,58	1.372.934.607,97
Desincorporação de Passivo	524.839.363,12	610.790.655,32
Incorporação de Passivo	1.572.264.387,91	1.253.880.610,78
Desincorporação de Ativo	29.858.559,20	32.428.543,98

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

NOTAS EXPLICATIVAS

001 - Demonstrativo apresentado até o 5º nível de agrupamento das contas contábeis.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2017**	**Janeiro a Dezembro / 2016**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	24.106.664.016,53	23.070.295.555,41
Impostos	23.425.474.951,51	22.467.859.318,71
Impostos sobre Patrimônio e a Renda	3.209.675.074,37	3.203.663.095,78
Impostos sobre Patrimônio e a Renda - Consolidação	3.209.675.074,37	3.203.663.095,78
Impostos sobre a Produção e a Circulação	20.215.799.877,14	19.264.196.222,93
Impostos sobre a Produção e a Circulação -Consolidação	20.215.799.877,14	19.264.196.222,93
Taxas	681.189.065,02	602.436.236,70
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	632.318.885,55	560.450.359,57
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia - Consolidação	632.318.885,55	560.450.359,57
Taxas pela Prestação de Serviços	48.870.179,47	41.985.877,13
Taxas pela Prestação de Serviços - Consolidação	48.870.179,47	41.985.877,13
Contribuições	2.326.348.360,38	2.056.829.978,87
Contribuições Sociais	2.326.348.360,38	2.056.829.978,87
Contribuições Sociais - RPPS	2.326.348.360,38	2.056.829.978,87
Contribuições Sociais - RPPS - Consolidação	934.600.342,93	839.719.407,63
Contribuições Sociais - RPPS - Intra OFSS	1.391.748.017,45	1.217.110.571,24
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	886.414.449,47	940.170.654,47
Venda de Mercadorias	20.269.052,41	18.955.805,37
Venda Bruta de Mercadorias	20.269.052,41	18.955.805,37
Venda Bruta de Mercadorias - Consolidação	20.269.052,41	18.955.805,37
Venda de Produtos	1.499.990,64	5.250.510,24
Venda Bruta de Produtos	1.499.990,64	5.250.510,24
Venda Bruta de Produtos - Consolidação	1.499.990,64	5.250.510,24
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	864.645.406,42	915.964.338,86
Valor Bruto de Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	865.005.418,10	916.583.142,15
Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Consolidação	730.729.194,53	690.898.833,35
Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Intra OFSS	134.276.223,57	225.684.308,80

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2017**	**Janeiro a Dezembro / 2016**
(-) Deduções do Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	(360.011,68)	(618.803,29)
(-) Dedução Valor Bruto de Explor. de Bens, Direitos e Prest. de Serviços - Consolidação	(360.011,68)	(618.803,29)
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	5.450.138.769,22	3.341.898.729,72
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	416.572,09	409.429,04
Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos	416.572,09	409.429,04
Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação	416.572,09	409.429,04
Juros e Encargos de Mora	500.863.714,13	890.876.580,19
Juros e Encargos de Mora sobre Fornecimentos de Bens e Serviços	938.083,90	594.485,51
Juros e Encargos de Mora sobre Fornecimentos de Bens e Serviços - Consolidação	938.083,90	594.485,51
Juros e Encargos de Mora sobre Créditos Tributários	490.553.971,69	880.223.387,48
Juros e Encargos de Mora Sobre Créditos Tributários - Consolidação	490.553.971,69	880.223.387,48
Outros Juros e Encargos de Mora	9.371.658,54	10.058.707,20
Outros Juros e Encargos de Mora - Consolidação	9.371.658,54	10.058.707,20
Variações Monetárias e Cambiais	4.584.555.806,58	1.931.269.114,18
Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Internos Concedidos	37.617.338,39	5.406.428,24
Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação	37.617.338,39	5.406.428,24
Outras Variações Monetárias e Cambiais	4.546.938.468,19	1.925.862.685,94
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Consolidação	3.055.295.508,06	1.873.614.897,02
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Intra OFSS	765.404,91	2.592.911,27
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - União	1.490.455.849,82	49.247.751,84
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - Município	421.705,40	407.125,81
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	364.302.676,42	519.343.606,31
Remuneração de Aplicações Financeiras	364.302.676,42	519.343.606,31
Remuneração de Aplicações Financeiras - Consolidação	364.302.676,42	519.343.606,31
Transferências e Delegações Recebidas	72.486.887.274,63	71.673.141.253,55
Transferências Intragovernamentais	66.994.067.290,80	65.787.498.997,55
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	14.499.166.641,64	14.473.867.633,41
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária - Intra OFSS	14.499.166.641,64	14.473.867.633,41

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2017**	**Janeiro a Dezembro / 2016**
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	48.886.214.709,19	48.358.062.736,87
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária - Intra OFSS	48.886.214.709,19	48.358.062.736,87
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS	3.608.685.939,97	2.955.568.627,27
Transferências Recebidas p/ Aporte de Recursos p/ o RPPS - INTRA OFSS	3.608.685.939,97	2.955.568.627,27
Transferências Intergovernamentais	4.673.700.450,60	4.746.243.245,93
Transferências Constitucionais e Legais de Receitas	2.364.189.848,08	2.403.575.021,91
Transferências Constitucionais e Legais de Receitas - Inter OFSS - União	2.364.189.848,08	2.403.575.021,91
Transferências do FUNDEB	2.187.168.329,55	2.082.268.384,15
Transferências do FUNDEB - Inter OFSS - Estado	2.187.168.329,55	2.082.268.384,15
Transferências Voluntárias	116.331.135,82	254.492.022,54
Transferências Voluntárias - Inter OFSS - União	115.072.767,73	247.074.534,48
Transferências Voluntárias - Inter OFSS - Município	1.258.368,09	7.417.488,06
Outras Transferências	6.011.137,15	5.907.817,33
Outras Transferências - Inter OFSS - União	6.011.137,15	5.907.817,33
Transferências das Instituições Privadas	330.655.513,13	677.296.106,13
Transferências das Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	17.128.278,71	18.513.819,33
Transferências das Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - Consolidação	17.128.278,71	18.513.819,33
Transferências das Instituições Privadas com Fins Lucrativos	313.527.234,42	658.782.286,80
Transferências das Instituições Privadas com Fins Lucrativos - Consolidação	313.527.234,42	658.782.286,80
Transferências do Exterior	115.142,00	19.053,98
Transferências do Exterior	115.142,00	19.053,98
Transferências do Exterior - Consolidação	115.142,00	19.053,98
Transferências de Pessoas Físicas	1.354.576,42	941.336,38
Transferências de Pessoas Físicas	1.354.576,42	941.336,38
Transferências de Pessoas Físicas - Consolidação	1.354.576,42	941.336,38
Outras Transferências e Delegações Recebida	486.994.301,68	461.142.513,58
Outras Transferências e Delegações Recebida	486.994.301,68	461.142.513,58
Outras Transferências e Delegações Recebidas - Consolidação	486.994.301,68	461.142.513,58

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2017**	**Janeiro a Dezembro / 2016**
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	9.826.781.197,97	581.611.967,39
Reavaliação de Ativos	9.632.861.624,14	384.921.228,71
Reavaliação de Imobilizado	9.630.890.855,48	383.400.873,59
Reavaliação de Imobilizado - Consolidação	9.630.890.855,48	383.400.873,59
Reavaliação de Intangíveis	1.941.141,14	1.520.355,12
Reavaliação de Intangíveis -Consolidação	1.941.141,14	1.520.355,12
Reavaliação de Outros Ativos	29.627,52	-
Reavaliação de Outros Ativos - Consolidação	29.627,52	-
Ganhos com Alienação	2.152.908,68	2.556.761,27
Ganhos com Alienação de Imobilizado	2.152.908,68	2.556.761,27
Ganhos com Alienação de Imobilizado - Consolidação	2.152.908,68	2.556.761,27
Ganhos com Incorporação de Ativos	68.106.124,22	46.638.673,66
Ganhos com Incorporação de Ativos por Nascimentos	1.637,20	2.705,72
Ganhos com Incorporação de Ativos por Nascimentos - Consolidação	1.637,20	2.705,72
Outros Ganhos com Incorporação de Ativos	68.104.487,02	46.635.967,94
Outros Ganhos com Incorporação de Ativos - Consolidação	68.104.487,02	46.635.967,94
Ganhos com Desincorporação de Passivos	123.660.540,93	147.495.303,75
Ganhos com Desincorporação de Passivos	123.660.540,93	147.495.303,75
Ganhos com Desincorporação de Passivos-Consolidação	123.660.540,93	147.495.303,75
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	86.624.235.397,78	38.705.650.721,84
Resultado Positivo de Participações	126.466.554,78	168.727.163,61
Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial	126.461.470,20	168.722.124,99
Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial - Consolidação	124.807.479,72	164.150.639,99
Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial - Intra OFSS	1.653.990,48	4.571.485,00
Dividendos e Rendimentos de Outros Investimentos	5.084,58	5.038,62
Dividendos e Rendimentos de Outros Investimentos - Consolidação	5.084,58	5.038,62
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	85.497.838.771,43	37.972.292.185,54
Reversão de Provisões	84.942.242.657,60	37.685.259.593,66

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2017**	**Janeiro a Dezembro / 2016**
Reversão de Provisões - Consolidação	84.942.242.657,60	37.685.259.593,66
Reversão de Ajustes de Perdas	555.596.113,83	287.032.591,88
Reversão de Ajustes de Perdas - Consolidação	555.596.113,83	287.032.591,88
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	999.930.071,57	564.631.372,69
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS	27.984.569,84	27.551.728,19
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - União	27.984.569,84	27.551.728,19
Multas Administrativas	112.444.086,12	105.896.845,82
Multas Administrativas - Consolidação	112.444.086,12	105.896.845,82
Indenizações e Restituições	171.113.557,05	264.763.709,91
Indenizações e Restituições - Consolidação	154.129.288,61	245.562.676,69
Indenizações e Restituições - Intra	14.932.915,97	18.523.711,76
Indenizações e Restituições	-	119.280,54
Indenizações e Restituições	476.728,89	155.633,45
Indenizações e Restituições	1.574.623,58	402.407,47
Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	688.387.858,56	166.419.088,77
Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Consolidação	645.408.997,19	166.419.088,77
Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Intra	42.978.861,37	-
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	**201.707.469.465,98**	**140.369.598.861,25**

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2017**	**Janeiro a Dezembro / 2016**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Pessoal e Encargos	7.735.268.147,99	7.690.980.238,47
Remuneração a Pessoal	5.906.273.098,41	5.914.235.792,35
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RPPS	3.698.051.187,77	3.730.173.789,86
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RPPS - Consolidação	3.698.051.187,77	3.730.173.789,86
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RGPS	1.102.460.591,39	1.107.554.710,54
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RGPS - Consolidação	1.102.460.591,39	1.107.554.710,54
Remuneração a Pessoal Ativo Militar - Abrangidos pelo RPPS	1.105.761.319,25	1.076.507.291,95
Remun. a Pessoal Ativo Militar - Abrangidos pelo RPPS - Consolidação	1.105.761.319,25	1.076.507.291,95
Encargos Patronais	1.523.350.148,16	1.456.904.646,86
Encargos Patronais - RPPS	1.100.316.913,03	976.294.980,96
Encargos Patronais - RPPS - Intra OFSS	1.095.685.771,94	971.530.871,30
Encargos Patronais - RPPS - Inter União	4.631.141,09	4.764.109,66
Encargos Patronais - RGPS	237.987.957,07	216.060.202,90
Encargos Patronais - RGPS - Consolidação	36.338,00	27.718,66
Encargos Patronais - RGPS - Inter OFSS - União	237.951.619,07	216.032.484,24
Encargos Patronais - FGTS	21.444.988,32	19.101.214,09
Encargos Patronais - FGTS - Inter União	21.444.988,32	19.101.214,09
Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência	31.751.635,54	27.186.258,06
Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência - Consolidação	31.751.635,54	27.186.258,06
Outros Encargos Patronais	131.848.654,20	218.261.990,85
Outros Encargos Patronais - Consolidação	7.438.001,37	6.018.696,19
Outros Encargos Patronais - Intra OFSS	124.205.668,71	212.024.115,17
Outros Encargos Patronais - Inter OFSS - União	197.637,42	216.421,10
Outros Encargos Patronais - Inter OFSS - Município	7.346,70	2.758,39
Benefícios a Pessoal	248.775.797,46	249.446.039,79
Benefícios a Pessoal - RPPS	142.141.187,61	146.871.385,17
Benefícios a Pessoal - RPPS - Consolidação	142.141.187,61	146.871.385,17

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2017	Janeiro a Dezembro / 2016
Benefícios a Pessoal - RGPS	49.309.831,76	48.404.613,67
Benefícios a Pessoal - RGPS - Consolidação	49.309.831,76	48.404.613,67
Benefícios a Pessoal - Militar	57.324.778,09	54.170.040,95
Benefícios a Pessoal - Militar - Consolidação	57.324.778,09	54.170.040,95
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	56.869.103,96	70.393.759,47
Indenizações e Restituições Trabalhistas	35.504.970,47	45.178.709,22
Indenizações e Restituições Trabalhistas - Consolidação	35.504.970,47	45.178.709,22
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	21.364.133,49	25.215.050,25
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos - Consolidação	8.208.729,14	6.086.115,29
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos - Intra	8.668.948,17	13.240.509,84
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	945.699,70	865.793,99
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	1.102.465,92	1.648.295,88
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	2.438.290,56	3.374.335,25
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	5.491.898.008,46	5.199.416.436,14
Aposentadorias e Reformas	4.450.708.246,78	4.189.875.667,03
Aposentadorias - RPPS	3.301.637.703,09	3.102.272.789,72
Aposentadorias - RPPS - Consolidação	3.301.637.703,09	3.102.272.789,72
Reserva Remunerada e Reformas - Militar	1.149.070.543,69	1.087.602.877,31
Reserva Remunerada e Reformas - Militar - Consolidação	1.149.070.543,69	1.087.602.877,31
Pensões	1.027.401.059,08	997.661.557,49
Pensões - RPPS	823.111.512,47	796.359.199,29
Pensões - RPPS - Consolidação	823.111.512,47	796.359.199,29
Pensões - Militar	204.289.546,61	201.302.358,20
Pensões - Militar - Consolidação	204.289.546,61	201.302.358,20
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	13.788.702,60	11.879.211,62
Outros Benefícios Previdenciários - RPPS	10.920.880,95	8.702.293,85
Outros Benefícios Previdenciários - RPPS - Consolidação	10.920.880,95	8.702.293,85
Outros Benefícios Previdenciários - RGPS	36.510,00	51.370,00

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2017**	**Janeiro a Dezembro / 2016**
Outros Benefícios Previdenciários - RGPS - Consolidação	36.510,00	51.370,00
Outros Benefícios Previdenciários - Militar	389.216,92	573.756,00
Outros Benefícios Previdenciários - Militar - Consolidação	389.216,92	573.756,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.442.094,73	2.551.791,77
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - Consolidação	2.442.094,73	2.551.791,77
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	4.458.214.113,66	3.696.071.622,52
Uso de Material de Consumo	896.157.080,39	862.613.299,37
Consumo de Material	774.554.699,85	767.215.155,79
Consumo de Material - Consolidação	774.554.699,85	767.215.155,79
Distribuição de Material Gratuito	121.602.380,54	95.398.143,58
Distribuição de Material Gratuito - Consolidação	121.602.380,54	95.398.143,58
Serviços	2.710.411.877,20	2.545.731.991,08
Diárias	32.992.391,36	28.533.646,10
Diárias - Consolidação	32.992.391,36	28.533.646,10
Serviços Terceiros - PF	98.501.017,89	108.334.927,75
Serviços Terceiros - PF - Consolidação	98.501.017,89	108.334.927,75
Serviços Terceiros - PJ	2.549.293.753,06	2.382.832.019,26
Serviços Terceiros - PJ - Consolidação	2.549.293.753,06	2.382.832.019,26
Contrato de Terceirização por Substituição de Mão de Obra - Art. 18 § 1, Lc 101/00	29.624.714,89	26.031.397,97
Contrato de Terceirização por Substituição de Mão de Obra - Art. 18 da LRF - Consolidação	29.624.714,89	26.031.397,97
Depreciação, Amortização e Exaustão	851.645.156,07	287.726.332,07
Depreciação	849.948.197,61	286.639.133,93
Depreciação - Consolidação	849.948.197,61	286.639.133,93
Amortização	1.696.958,46	1.087.198,14
Amortização - Consolidação	1.696.958,46	1.087.198,14
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	4.996.040.736,12	3.473.708.070,24
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	770.880.712,64	671.254.327,44
Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna	650.477.063,74	542.938.217,64

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2017	Janeiro a Dezembro / 2016
Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Consolidação	466.924.358,52	442.110.758,88
Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter OFSS União	183.552.705,22	100.827.458,76
Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa	120.403.648,90	128.316.109,80
Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa - Consolidação	120.403.648,90	128.316.109,80
Juros e Encargos de Mora	2.261.702,48	61.253.545,42
Juros e Encargos de Mora de Aquisição de Bens e Serviços	116.562,73	330.755,53
Juros e Encargos de Mora de Aquisição de Bens e Serviços - Consolidação	116.562,73	330.755,53
Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias	2.145.139,75	60.922.789,89
Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias - Consolidação	438.849,68	67.951,22
Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias - Inter OFSS - União	1.706.290,07	60.854.838,67
Variações Monetárias e Cambiais	4.215.563.237,95	2.735.936.376,24
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna	1.510.121.428,20	1.852.775.584,45
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna - Consolidação	483.460.056,62	461.425.386,08
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna - Inter OFSS - União	1.026.661.371,58	1.391.350.198,37
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Externa	378.856.109,03	591.287.513,00
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Externa - Consolidação	378.856.109,03	591.287.513,00
Outras Variações Monetárias e Cambiais	2.326.585.700,72	291.873.278,79
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Consolidação	2.313.456.296,77	268.876.891,25
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - União	13.129.403,95	22.996.387,54
Descontos Financeiros Concedidos	956.024,80	1.183.483,66
Descontos Financeiros Concedidos	956.024,80	1.183.483,66
Descontos Financeiros Concedidos - Consolidação	956.024,80	1.183.483,66
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	6.379.058,25	4.080.337,48
Juros e Encargos Sobre Tributos Renegociados	6.379.058,25	4.080.337,48
Juros e Encargos de Tributos Renegociados - Inter OFSS União	6.379.058,25	4.080.337,48
Transferências e Delegações Concedidas	81.137.509.270,09	78.383.033.417,68
Transferências Intragovernamentais	70.155.778.350,12	68.509.333.673,79
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	18.618.951.661,63	17.819.063.550,40

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2017**	**Janeiro a Dezembro / 2016**
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária - Intra OFSS	18.618.951.661,63	17.819.063.550,40
Transferências Concedidas - Independentes de Execução Orçamentária	48.121.392.952,38	47.902.964.439,97
Transferências Concedidas - Independentes de Execução Orçamentária - Intra OFSS	48.121.392.952,38	47.902.964.439,97
Transferências Concedidas para Aportes de Recursos p/ o RPPS	3.415.433.736,11	2.787.305.683,42
Transferências Concedidas p/ Aportes de Recursos para o RPPS - Intra	3.415.433.736,11	2.787.305.683,42
Transferências Inter Governamentais	9.964.299.987,97	8.947.336.852,15
Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas	6.201.017.298,10	5.345.931.590,97
Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas - Inter OFSS - União	2.222.914,96	1.522.727,47
Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas - Inter OFSS - Município	6.198.794.383,14	5.344.408.863,50
Transferências ao FUNDEB	3.408.726.374,08	3.196.668.463,47
Transferências ao FUNDEB - Inter OFSS - Estado	3.408.726.374,08	3.196.668.463,47
Transferências Voluntárias	354.556.315,79	404.736.797,71
Transferências Voluntárias - Consolidação	33.709.038,59	41.364.707,31
Transferências Voluntárias - Inter OFSS - Município	320.847.277,20	363.372.090,40
Transferências a Instituições Privadas	735.810.427,22	727.569.354,47
Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	735.810.427,22	727.503.103,49
Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - Consolidação	735.810.427,22	727.503.103,49
Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	-	66.250,98
Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos - Consolidação	-	66.250,98
Execução Orçamentária Delegada	111.910.974,15	94.333.509,77
Execução Orçamentária Delegada a Entes	111.910.974,15	94.333.509,77
Execução Orçamentária Delegada a Entes - Inter OFSS - Município	111.910.974,15	94.333.509,77
Outras Transferências e Delegações Concedidas	169.709.530,63	104.460.027,50
Outras Transferências e Delegações Concedidas	169.709.530,63	104.460.027,50
Outras Transferências Concedidas - Consolidação	169.709.530,63	104.460.027,50
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	6.413.888.956,04	2.756.015.619,44
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	6.052.187.494,96	2.570.601.499,71
Reavaliação de Imobilizado	2.140.626,68	1.024.363,27

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2017**	**Janeiro a Dezembro / 2016**
Reavaliação de Imobilizado - Consolidação	2.140.626,68	1.024.363,27
Redução a Valor Recuperável de Imobilizado	4.425.910.637,01	217.802.457,56
Redução a Valor Recuperável de Imobilizado - Consolidação	4.425.910.637,01	217.802.457,56
Redução a Valor Recuperável de Intangíveis	1.992.073,41	-
Redução a Valor Recuperável de Intangíveis - Consolidação	1.992.073,41	-
VPD com Ajuste de Perdas de Créditos e de Investimentos e Aplic.Temporários	1.622.144.157,86	2.351.774.678,88
VPD com Ajuste de Perdas de Créditos e de Invest. e Aplicações Temporários-Consolidação	1.622.144.157,86	2.351.774.678,88
Perdas com Alienação	-	457.443,67
Perdas com Alienação de Imobilizado	-	457.443,67
Perdas com Alienação de Imobilizado - Consolidação	-	457.443,67
Perdas Involuntárias	15.253,05	906.094,91
Perdas Involuntárias com Imobilizado	15.253,05	906.094,91
Perdas Involuntárias com Imobilizado - Consolidação	15.253,05	906.094,91
Incorporação de Passivos	71.454.159,43	2.968.972,44
Incorporação de Passivos	71.454.159,43	2.968.972,44
Incorporação de Passivos - Consolidação	71.454.159,43	2.968.972,44
Desincorporação de Ativos	290.232.048,60	181.081.608,71
Desincorporação de Ativos	290.232.048,60	181.081.608,71
Desincorporação de Ativos - Consolidação	290.232.048,60	181.081.608,71
Tributárias	206.976.026,13	194.240.934,99
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.625.539,99	5.036.784,31
Impostos	3.869.384,92	3.727.734,92
Impostos - Consolidação	38.473,33	53.469,93
Impostos - Inter OFSS União	535.696,14	413.386,62
Impostos - Inter OFSS Município	3.295.215,45	3.260.878,37
Taxas	1.756.155,07	1.309.049,39
Taxas - Consolidação	268.796,29	207.847,89
Taxas - Inter OFSS - Municípios	1.487.358,78	1.101.201,50

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2017**	**Janeiro a Dezembro / 2016**
Contribuições	201.350.486,14	189.204.150,68
Contribuições Sociais	200.264.718,76	188.201.418,50
Contribuições Sociais - Inter OFSS União	200.264.718,76	188.201.418,50
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	-	212,82
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP - Inter Município	-	212,82
Outras Contribuições	1.085.767,38	1.002.519,36
Outras Contribuições - Consolidação	223.986,64	232.584,58
Outras Contribuições - Inter OFSS União	861.780,74	769.934,78
Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	9.416,00	41.405,61
Custo das Mercadorias Vendidas - CMV	9.416,00	41.405,61
Custo das Mercadorias Vendidas - CMV	9.416,00	41.405,61
Custo das Mercadorias Vendidas - Consolidação	9.416,00	41.405,61
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	85.561.443.184,67	38.535.701.948,95
Premiações	6.206.737,48	3.049.919,13
Premiações Culturais	5.127.990,43	2.332.887,00
Premiações Culturais - Consolidação	5.127.990,43	2.332.887,00
Premiações Artísticas	10.480,00	5.724,32
Premiações Artísticas - Consolidação	10.480,00	5.724,32
Premiações Científicas	527.207,83	258.928,93
Premiações Científicas - Consolidação	527.207,83	258.928,93
Premiações Desportivas	486.182,86	344.443,92
Premiações Desportivas - Consolidação	486.182,86	344.443,92
Ordens Honoríficas	33.299,77	86.514,96
Ordens Honoríficas - Consolidação	33.299,77	86.514,96
Outras Premiações	21.576,59	21.420,00
Outras Premiações - Consolidação	21.576,59	21.420,00
Resultado Negativo de Participações	103.814.181,97	64.751.686,71
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial	103.814.181,97	64.751.686,71

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2017**	**Janeiro a Dezembro / 2016**
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial - Consolidação	97.482.511,35	31.460.404,45
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial - Intra OFSS	6.331.670,62	33.291.282,26
Incentivos	36.702.846,62	32.036.354,22
Incentivos à Educação	25.936.078,04	25.780.782,22
Incentivos à Educação - Consolidação	25.936.078,04	25.780.782,22
Incentivos a Ciência	10.766.768,58	6.255.572,00
Incentivos a Ciência - Consolidação	10.766.768,58	6.255.572,00
Subvenções Econômicas	47.053.851,29	23.004.327,05
Subvenções Econômicas	47.053.851,29	23.004.327,05
Subvenções Econômicas - Consolidação	47.053.851,29	23.004.327,05
VPD de Constituição de Provisões	84.255.406.725,52	37.809.175.973,48
VPD de Provisão para Riscos Trabalhistas	-	7.483.607,94
VPD de Provisão para Riscos Trabalhistas - Consolidação	-	7.483.607,94
VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	84.253.203.855,77	37.796.507.710,96
VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação	84.253.203.855,77	37.796.507.710,96
VPD de Provisões para Riscos Fiscais	24.471,63	2.857.196,17
VPD de Provisões para Riscos Fiscais - Consolidação	24.471,63	2.857.196,17
VPD de Provisão para Riscos Cíveis	2.178.398,12	2.327.458,41
VPD de Provisão para Riscos Cíveis - Consolidação	2.178.398,12	2.327.458,41
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.112.258.841,79	603.683.688,36
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS	69.243,55	18.458,40
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - União	69.243,55	18.458,40
Indenizações e Restituições	321.347.223,46	322.936.596,51
Indenizações e Restituições - Consolidação	321.347.223,46	322.936.596,51
Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	790.842.374,78	280.728.633,45
Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Consolidação	657.741.224,78	280.728.633,45
Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Intra	133.101.150,00	-

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2017	Janeiro a Dezembro / 2016
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	196.001.247.859,16	139.929.209.694,04
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I) - (II)	5.706.221.606,82	440.389.167,21

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2017**	**Janeiro a Dezembro / 2016**
Incorporação de Ativo	1.364.466.517,09	1.284.105.371,89
Desincorporação de Passivo	524.839.363,12	610.790.655,32
Incorporação de Passivo	1.572.264.387,91	1.253.880.610,78
Desincorporação de Ativo	29.858.559,20	32.428.543,98

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

NOTAS EXPLICATIVAS

001 - Demonstrativo apresentado até o 5º nível de agrupamento das contas contábeis.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2017**	**Janeiro a Dezembro / 2016**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	24.343.604.184,19	23.291.679.249,77
Impostos	23.425.474.951,51	22.467.859.318,71
Impostos sobre Patrimônio e a Renda	3.209.675.074,37	3.203.663.095,78
Impostos sobre Patrimônio e a Renda - Consolidação	3.209.675.074,37	3.203.663.095,78
Impostos sobre a Produção e a Circulação	20.215.799.877,14	19.264.196.222,93
Impostos sobre a Produção e a Circulação -Consolidação	20.215.799.877,14	19.264.196.222,93
Taxas	918.129.232,68	823.819.931,06
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	632.318.885,55	560.450.359,57
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia - Consolidação	632.318.885,55	560.450.359,57
Taxas pela Prestação de Serviços	285.810.347,13	263.369.571,49
Taxas pela Prestação de Serviços - Consolidação	285.810.347,13	263.369.571,49
Contribuições	934.600.342,93	839.719.407,63
Contribuições Sociais	934.600.342,93	839.719.407,63
Contribuições Sociais - RPPS	934.600.342,93	839.719.407,63
Contribuições Sociais - RPPS - Consolidação	934.600.342,93	839.719.407,63
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	823.953.390,31	783.600.424,57
Venda de Mercadorias	20.269.052,41	18.955.805,37
Venda Bruta de Mercadorias	20.269.052,41	18.955.805,37
Venda Bruta de Mercadorias - Consolidação	20.269.052,41	18.955.805,37
Venda de Produtos	1.499.990,64	5.250.510,24
Venda Bruta de Produtos	1.499.990,64	5.250.510,24
Venda Bruta de Produtos - Consolidação	1.499.990,64	5.250.510,24
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	802.184.347,26	759.394.108,96
Valor Bruto de Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	802.544.358,94	760.012.912,25
Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Consolidação	802.544.358,94	760.012.912,25
(-) Deduções do Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	(360.011,68)	(618.803,29)

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2017**	**Janeiro a Dezembro / 2016**
(-) Dedução Valor Bruto de Explor. de Bens, Direitos e Prest. de Serviços - Consolidação	(360.011,68)	(618.803,29)
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	5.728.928.549,02	3.700.570.885,59
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	416.572,09	409.429,04
Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos	416.572,09	409.429,04
Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação	416.572,09	409.429,04
Juros e Encargos de Mora	500.863.714,13	890.876.580,19
Juros e Encargos de Mora sobre Fornecimentos de Bens e Serviços	938.083,90	594.485,51
Juros e Encargos de Mora sobre Fornecimentos de Bens e Serviços - Consolidação	938.083,90	594.485,51
Juros e Encargos de Mora sobre Créditos Tributários	490.553.971,69	880.223.387,48
Juros e Encargos de Mora Sobre Créditos Tributários - Consolidação	490.553.971,69	880.223.387,48
Outros Juros e Encargos de Mora	9.371.658,54	10.058.707,20
Outros Juros e Encargos de Mora - Consolidação	9.371.658,54	10.058.707,20
Variações Monetárias e Cambiais	4.597.607.083,88	1.928.676.202,91
Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Internos Concedidos	37.617.338,39	5.406.428,24
Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação	37.617.338,39	5.406.428,24
Outras Variações Monetárias e Cambiais	4.559.989.745,49	1.923.269.774,67
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Consolidação	3.069.112.190,27	1.873.614.897,02
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - União	1.490.455.849,82	49.247.751,84
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - Município	421.705,40	407.125,81
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	630.041.178,92	880.608.673,45
Remuneração de Aplicações Financeiras	630.041.178,92	880.608.673,45
Remuneração de Aplicações Financeiras - Consolidação	630.041.178,92	880.608.673,45
Transferências e Delegações Recebidas	5.539.959.255,49	5.911.506.341,55
Transferências Intergovernamentais	4.673.703.171,34	4.746.269.530,49
Transferências Constitucionais e Legais de Receitas	2.364.189.848,08	2.403.575.021,91
Transferências Constitucionais e Legais de Receitas - Inter OFSS - União	2.364.189.848,08	2.403.575.021,91
Transferências do FUNDEB	2.187.168.329,55	2.082.268.384,15

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2017**	**Janeiro a Dezembro / 2016**
Transferências do FUNDEB - Inter OFSS - Estado	2.187.168.329,55	2.082.268.384,15
Transferências Voluntárias	116.331.135,82	254.492.022,54
Transferências Voluntárias - Inter OFSS - União	115.072.767,73	247.074.534,48
Transferências Voluntárias - Inter OFSS - Município	1.258.368,09	7.417.488,06
Outras Transferências	6.013.857,89	5.934.101,89
Outras Transferências - Inter OFSS - União	6.011.137,15	5.907.817,33
Outras Transferências - Inter OFSS - Município	2.720,74	26.284,56
Transferências das Instituições Privadas	331.252.810,50	677.568.648,00
Transferências das Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	17.128.278,71	18.513.819,33
Transferências das Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - Consolidação	17.128.278,71	18.513.819,33
Transferências das Instituições Privadas com Fins Lucrativos	314.124.531,79	659.054.828,67
Transferências das Instituições Privadas com Fins Lucrativos - Consolidação	314.124.531,79	659.054.828,67
Transferências do Exterior	115.142,00	19.053,98
Transferências do Exterior	115.142,00	19.053,98
Transferências do Exterior - Consolidação	115.142,00	19.053,98
Transferências de Pessoas Físicas	1.513.752,28	1.124.952,91
Transferências de Pessoas Físicas	1.513.752,28	1.124.952,91
Transferências de Pessoas Físicas - Consolidação	1.513.752,28	1.124.952,91
Outras Transferências e Delegações Recebida	533.374.379,37	486.524.156,17
Outras Transferências e Delegações Recebida	533.374.379,37	486.524.156,17
Outras Transferências e Delegações Recebidas - Consolidação	533.374.379,37	486.524.156,17
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	9.879.920.279,56	628.460.646,92
Reavaliação de Ativos	9.632.861.992,48	385.037.228,28
Reavaliação de Imobilizado	9.630.891.223,27	383.435.586,99
Reavaliação de Imobilizado - Consolidação	9.630.891.223,27	383.435.586,99
Reavaliação de Intangíveis	1.941.141,69	1.601.641,29
Reavaliação de Intangíveis -Consolidação	1.941.141,69	1.601.641,29

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2017**	**Janeiro a Dezembro / 2016**
Reavaliação de Outros Ativos	29.627,52	-
Reavaliação de Outros Ativos - Consolidação	29.627,52	-
Ganhos com Alienação	2.152.908,68	2.560.761,27
Ganhos com Alienação de Imobilizado	2.152.908,68	2.560.761,27
Ganhos com Alienação de Imobilizado - Consolidação	2.152.908,68	2.560.761,27
Ganhos com Incorporação de Ativos	121.239.821,18	89.828.317,07
Ganhos com Incorporação de Ativos por Nascimentos	1.637,20	2.705,72
Ganhos com Incorporação de Ativos por Nascimentos - Consolidação	1.637,20	2.705,72
Outros Ganhos com Incorporação de Ativos	121.238.183,98	89.825.611,35
Outros Ganhos com Incorporação de Ativos - Consolidação	121.238.183,98	89.825.611,35
Ganhos com Desincorporação de Passivos	123.665.557,22	151.034.340,30
Ganhos com Desincorporação de Passivos	123.665.557,22	151.034.340,30
Ganhos com Desincorporação de Passivos-Consolidação	123.665.557,22	151.034.340,30
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	86.579.546.868,83	38.699.171.521,18
Resultado Positivo de Participações	124.812.564,30	164.155.678,61
Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial	124.807.479,72	164.150.639,99
Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial - Consolidação	124.807.479,72	164.150.639,99
Dividendos e Rendimentos de Outros Investimentos	5.084,58	5.038,62
Dividendos e Rendimentos de Outros Investimentos - Consolidação	5.084,58	5.038,62
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	85.499.841.693,11	37.973.660.146,34
Reversão de Provisões	84.942.242.657,60	37.685.259.593,66
Reversão de Provisões - Consolidação	84.942.242.657,60	37.685.259.593,66
Reversão de Ajustes de Perdas	557.599.035,51	288.400.552,68
Reversão de Ajustes de Perdas - Consolidação	557.599.035,51	288.400.552,68
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	954.892.611,42	561.355.696,23
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS	27.984.569,84	27.551.728,19
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - União	27.984.569,84	27.551.728,19

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2017**	**Janeiro a Dezembro / 2016**
Multas Administrativas	118.420.824,77	111.681.969,59
Multas Administrativas - Consolidação	118.420.824,77	111.681.969,59
Indenizações e Restituições	163.073.651,56	255.630.900,85
Indenizações e Restituições - Consolidação	161.022.299,09	254.953.579,39
Indenizações e Restituições	-	119.280,54
Indenizações e Restituições	476.728,89	155.633,45
Indenizações e Restituições	1.574.623,58	402.407,47
Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	645.413.565,25	166.491.097,60
Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Consolidação	645.413.565,25	166.491.097,60
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	**133.830.512.870,33**	**73.854.708.477,21**

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2017**	**Janeiro a Dezembro / 2016**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Pessoal e Encargos	8.703.783.556,35	8.420.988.920,42
Remuneração a Pessoal	7.565.323.587,29	7.459.431.016,56
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RPPS	5.082.005.859,76	5.020.696.213,70
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RPPS - Consolidação	5.082.005.859,76	5.020.696.213,70
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RGPS	1.358.611.895,48	1.339.513.862,50
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RGPS - Consolidação	1.358.611.895,48	1.339.513.862,50
Remuneração a Pessoal Ativo Militar - Abrangidos pelo RPPS	1.124.705.832,05	1.099.220.940,36
Remun. a Pessoal Ativo Militar - Abrangidos pelo RPPS - Consolidação	1.124.705.832,05	1.099.220.940,36
Encargos Patronais	359.903.943,21	324.224.230,72
Encargos Patronais - RPPS	4.631.141,09	4.764.109,66
Encargos Patronais - RPPS - Inter União	4.631.141,09	4.764.109,66
Encargos Patronais - RGPS	294.020.155,71	266.918.573,37
Encargos Patronais - RGPS - Consolidação	36.338,00	27.718,66
Encargos Patronais - RGPS - Inter OFSS - União	293.983.817,71	266.890.854,71
Encargos Patronais - FGTS	21.444.988,32	19.101.214,09
Encargos Patronais - FGTS - Inter União	21.444.988,32	19.101.214,09
Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência	32.100.522,34	27.186.258,06
Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência - Consolidação	32.100.522,34	27.186.258,06
Outros Encargos Patronais	7.707.135,75	6.254.075,54
Outros Encargos Patronais - Consolidação	7.449.085,82	6.018.696,19
Outros Encargos Patronais - Inter OFSS - União	199.290,65	217.565,65
Outros Encargos Patronais - Inter OFSS - Município	58.759,28	17.813,70
Benefícios a Pessoal	524.122.387,79	504.277.320,84
Benefícios a Pessoal - RPPS	354.803.338,35	342.114.177,20
Benefícios a Pessoal - RPPS - Consolidação	354.803.338,35	342.114.177,20
Benefícios a Pessoal - RGPS	103.550.930,40	102.193.932,32

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2017**	**Janeiro a Dezembro / 2016**
Benefícios a Pessoal - RGPS - Consolidação	103.550.930,40	102.193.932,32
Benefícios a Pessoal - Militar	65.768.119,04	59.969.211,32
Benefícios a Pessoal - Militar - Consolidação	65.768.119,04	59.969.211,32
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	254.433.638,06	133.056.352,30
Indenizações e Restituições Trabalhistas	240.256.667,95	118.870.035,56
Indenizações e Restituições Trabalhistas - Consolidação	240.256.667,95	118.870.035,56
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	14.176.970,11	14.186.316,74
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos - Consolidação	8.992.418,47	7.855.071,04
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	945.699,70	865.793,99
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	1.187.833,44	1.718.269,07
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	3.051.018,50	3.747.182,64
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	6.033.270.947,61	5.646.682.865,81
Aposentadorias e Reformas	4.977.582.532,82	4.629.763.274,12
Aposentadorias - RPPS	3.828.511.989,13	3.542.160.396,81
Aposentadorias - RPPS - Consolidação	3.828.511.989,13	3.542.160.396,81
Reserva Remunerada e Reformas - Militar	1.149.070.543,69	1.087.602.877,31
Reserva Remunerada e Reformas - Militar - Consolidação	1.149.070.543,69	1.087.602.877,31
Pensões	1.027.401.059,08	997.661.557,49
Pensões - RPPS	823.111.512,47	796.359.199,29
Pensões - RPPS - Consolidação	823.111.512,47	796.359.199,29
Pensões - Militar	204.289.546,61	201.302.358,20
Pensões - Militar - Consolidação	204.289.546,61	201.302.358,20
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	28.287.355,71	19.258.034,20
Outros Benefícios Previdenciários - RPPS	12.242.835,83	9.773.873,21
Outros Benefícios Previdenciários - RPPS - Consolidação	12.242.835,83	9.773.873,21
Outros Benefícios Previdenciários - RGPS	36.510,00	51.370,00
Outros Benefícios Previdenciários - RGPS - Consolidação	36.510,00	51.370,00

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2017**	**Janeiro a Dezembro / 2016**
Outros Benefícios Previdenciários - Militar	389.216,92	573.756,00
Outros Benefícios Previdenciários - Militar - Consolidação	389.216,92	573.756,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	15.618.792,96	8.859.034,99
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - Consolidação	15.618.792,96	8.859.034,99
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	4.968.708.801,01	4.152.117.755,83
Uso de Material de Consumo	914.262.667,77	880.966.856,37
Consumo de Material	792.641.077,23	785.568.712,79
Consumo de Material - Consolidação	792.641.077,23	785.568.712,79
Distribuição de Material Gratuito	121.621.590,54	95.398.143,58
Distribuição de Material Gratuito - Consolidação	121.621.590,54	95.398.143,58
Serviços	3.151.711.548,10	2.944.024.142,29
Diárias	55.839.008,15	47.144.600,49
Diárias - Consolidação	55.839.008,15	47.144.600,49
Serviços Terceiros - PF	146.122.889,54	153.230.449,18
Serviços Terceiros - PF - Consolidação	146.122.889,54	153.230.449,18
Serviços Terceiros - PJ	2.920.124.935,52	2.717.617.694,65
Serviços Terceiros - PJ - Consolidação	2.920.124.935,52	2.717.617.694,65
Contrato de Terceirização por Substituição de Mão de Obra - Art. 18 § 1, Lc 101/00	29.624.714,89	26.031.397,97
Contrato de Terceirização por Substituição de Mão de Obra - Art. 18 da LRF - Consolidação	29.624.714,89	26.031.397,97
Depreciação, Amortização e Exaustão	902.734.585,14	327.126.757,17
Depreciação	882.135.522,49	314.790.795,81
Depreciação - Consolidação	882.135.522,49	314.790.795,81
Amortização	20.599.062,65	12.335.961,36
Amortização - Consolidação	20.599.062,65	12.335.961,36
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	5.008.379.434,34	3.474.643.524,98
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	770.880.712,64	671.254.327,44
Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna	650.477.063,74	542.938.217,64

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2017**	**Janeiro a Dezembro / 2016**
Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Consolidação	466.924.358,52	442.110.758,88
Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter OFSS União	183.552.705,22	100.827.458,76
Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa	120.403.648,90	128.316.109,80
Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa - Consolidação	120.403.648,90	128.316.109,80
Juros e Encargos de Mora	2.262.308,04	61.256.375,03
Juros e Encargos de Mora de Aquisição de Bens e Serviços	116.562,73	330.755,53
Juros e Encargos de Mora de Aquisição de Bens e Serviços - Consolidação	116.562,73	330.755,53
Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias	2.145.745,31	60.925.619,50
Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias - Consolidação	439.440,19	70.780,83
Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias - Inter OFSS - União	1.706.305,12	60.854.838,67
Variações Monetárias e Cambiais	4.227.901.330,61	2.736.869.001,37
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna	1.510.121.428,20	1.852.775.584,45
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna - Consolidação	483.460.056,62	461.425.386,08
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna - Inter OFSS - União	1.026.661.371,58	1.391.350.198,37
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Externa	378.856.109,03	591.287.513,00
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Externa - Consolidação	378.856.109,03	591.287.513,00
Outras Variações Monetárias e Cambiais	2.338.923.793,38	292.805.903,92
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Consolidação	2.325.794.389,43	269.809.516,38
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - União	13.129.403,95	22.996.387,54
Descontos Financeiros Concedidos	956.024,80	1.183.483,66
Descontos Financeiros Concedidos	956.024,80	1.183.483,66
Descontos Financeiros Concedidos - Consolidação	956.024,80	1.183.483,66
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	6.379.058,25	4.080.337,48
Juros e Encargos Sobre Tributos Renegociados	6.379.058,25	4.080.337,48
Juros e Encargos de Tributos Renegociados - Inter OFSS União	6.379.058,25	4.080.337,48
Transferências e Delegações Concedidas	11.030.432.816,62	9.901.677.976,80
Transferências Inter Governamentais	9.964.690.754,67	8.947.609.944,81

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2017**	**Janeiro a Dezembro / 2016**
Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas	6.201.017.298,10	5.345.931.590,97
Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas - Inter OFSS - União	2.222.914,96	1.522.727,47
Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas - Inter OFSS - Município	6.198.794.383,14	5.344.408.863,50
Transferências ao FUNDEB	3.408.726.374,08	3.196.668.463,47
Transferências ao FUNDEB - Inter OFSS - Estado	3.408.726.374,08	3.196.668.463,47
Transferências Voluntárias	354.947.082,49	405.009.890,37
Transferências Voluntárias - Consolidação	33.709.038,59	41.364.707,31
Transferências Voluntárias - Inter OFSS - União	208.500,00	-
Transferências Voluntárias - Inter OFSS - Município	321.029.543,90	363.645.183,06
Transferências a Instituições Privadas	735.826.643,90	727.841.288,09
Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	735.826.643,90	727.775.037,11
Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - Consolidação	735.826.643,90	727.775.037,11
Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	-	66.250,98
Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos - Consolidação	-	66.250,98
Execução Orçamentária Delegada	111.910.974,15	94.335.855,51
Execução Orçamentária Delegada a Entes	111.910.974,15	94.335.855,51
Execução Orçamentária Delegada a Entes - Inter OFSS - Município	111.910.974,15	94.335.855,51
Outras Transferências e Delegações Concedidas	218.004.443,90	131.890.888,39
Outras Transferências e Delegações Concedidas	218.004.443,90	131.890.888,39
Outras Transferências Concedidas - Consolidação	218.004.443,90	131.890.888,39
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	6.481.045.705,71	2.850.873.226,01
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	6.115.661.683,08	2.658.279.944,32
Reavaliação de Imobilizado	3.059.350,82	2.942.888,29
Reavaliação de Imobilizado - Consolidação	3.059.350,82	2.942.888,29
Redução a Valor Recuperável de Imobilizado	4.425.910.637,01	248.786.924,63
Redução a Valor Recuperável de Imobilizado - Consolidação	4.425.910.637,01	248.786.924,63
Redução a Valor Recuperável de Intangíveis	2.165.811,64	3.508.158,15

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2017**	**Janeiro a Dezembro / 2016**
Redução a Valor Recuperável de Intangíveis - Consolidação	2.165.811,64	3.508.158,15
VPD com Ajuste de Perdas de Créditos e de Investimentos e Aplic.Temporários	1.684.525.883,61	2.403.041.973,25
VPD com Ajuste de Perdas de Créditos e de Invest. e Aplicações Temporários-Consolidação	1.684.525.883,61	2.403.041.973,25
Perdas com Alienação	-	1.750.044,67
Perdas com Alienação de Imobilizado	-	1.750.044,67
Perdas com Alienação de Imobilizado - Consolidação	-	1.750.044,67
Perdas Involuntárias	388.323,87	906.094,91
Perdas Involuntárias com Imobilizado	388.323,87	906.094,91
Perdas Involuntárias com Imobilizado - Consolidação	388.323,87	906.094,91
Incorporação de Passivos	71.919.191,65	2.968.972,44
Incorporação de Passivos	71.919.191,65	2.968.972,44
Incorporação de Passivos - Consolidação	71.919.191,65	2.968.972,44
Desincorporação de Ativos	293.076.507,11	186.968.169,67
Desincorporação de Ativos	293.076.507,11	186.968.169,67
Desincorporação de Ativos - Consolidação	293.076.507,11	186.968.169,67
Tributárias	207.945.196,13	195.282.267,77
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.221.212,33	5.851.088,23
Impostos	3.970.230,05	4.133.690,83
Impostos - Consolidação	38.473,33	53.469,93
Impostos - Inter OFSS União	538.766,99	413.386,62
Impostos - Inter OFSS Município	3.392.989,73	3.666.834,28
Taxas	2.250.982,28	1.717.397,40
Taxas - Consolidação	268.796,29	207.847,89
Taxas - Inter OFSS - Municípios	1.982.185,99	1.509.549,51
Contribuições	201.723.983,80	189.431.179,54
Contribuições Sociais	200.503.128,46	188.361.290,77
Contribuições Sociais - Inter OFSS União	200.503.128,46	188.361.290,77

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2017**	**Janeiro a Dezembro / 2016**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	559,86	708,19
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP - Inter Município	559,86	708,19
Outras Contribuições	1.220.295,48	1.069.180,58
Outras Contribuições - Consolidação	344.113,84	284.514,18
Outras Contribuições - Inter OFSS União	876.181,64	784.666,40
Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	9.416,00	41.405,61
Custo das Mercadorias Vendidas - CMV	9.416,00	41.405,61
Custo das Mercadorias Vendidas - CMV	9.416,00	41.405,61
Custo das Mercadorias Vendidas - Consolidação	9.416,00	41.405,61
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	85.525.106.136,34	38.599.208.560,30
Premiações	6.361.912,84	3.131.671,66
Premiações Culturais	5.184.300,33	2.336.787,00
Premiações Culturais - Consolidação	5.184.300,33	2.336.787,00
Premiações Artísticas	10.480,00	5.724,32
Premiações Artísticas - Consolidação	10.480,00	5.724,32
Premiações Científicas	527.207,83	258.928,93
Premiações Científicas - Consolidação	527.207,83	258.928,93
Premiações Desportivas	486.182,86	344.443,92
Premiações Desportivas - Consolidação	486.182,86	344.443,92
Ordens Honoríficas	48.196,77	91.294,96
Ordens Honoríficas - Consolidação	48.196,77	91.294,96
Outras Premiações	105.545,05	94.492,53
Outras Premiações - Consolidação	105.545,05	94.492,53
Resultado Negativo de Participações	97.482.511,35	31.460.404,45
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial	97.482.511,35	31.460.404,45
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial - Consolidação	97.482.511,35	31.460.404,45
Incentivos	36.702.846,62	32.036.354,22

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2017**	**Janeiro a Dezembro / 2016**
Incentivos à Educação	25.936.078,04	25.780.782,22
Incentivos à Educação - Consolidação	25.936.078,04	25.780.782,22
Incentivos a Ciência	10.766.768,58	6.255.572,00
Incentivos a Ciência - Consolidação	10.766.768,58	6.255.572,00
Subvenções Econômicas	47.053.851,29	23.004.327,05
Subvenções Econômicas	47.053.851,29	23.004.327,05
Subvenções Econômicas - Consolidação	47.053.851,29	23.004.327,05
VPD de Constituição de Provisões	84.255.406.725,52	37.809.175.973,48
VPD de Provisão para Riscos Trabalhistas	-	7.483.607,94
VPD de Provisão para Riscos Trabalhistas - Consolidação	-	7.483.607,94
VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	84.253.203.855,77	37.796.507.710,96
VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação	84.253.203.855,77	37.796.507.710,96
VPD de Provisões para Riscos Fiscais	24.471,63	2.857.196,17
VPD de Provisões para Riscos Fiscais - Consolidação	24.471,63	2.857.196,17
VPD de Provisão para Riscos Cíveis	2.178.398,12	2.327.458,41
VPD de Provisão para Riscos Cíveis - Consolidação	2.178.398,12	2.327.458,41
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.082.098.288,72	700.399.829,44
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS	69.243,55	18.458,40
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - União	69.243,55	18.458,40
Indenizações e Restituições	423.988.556,88	419.352.550,93
Indenizações e Restituições - Consolidação	423.988.556,88	419.352.550,93
Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	658.040.488,29	281.028.820,11
Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Consolidação	658.040.488,29	281.028.820,11
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	**127.958.682.010,11**	**73.241.516.503,53**
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I) - (II)	**5.871.830.860,22**	**613.191.973,68**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)		
ESPECIFICAÇÃO	**Janeiro a Dezembro / 2017**	**Janeiro a Dezembro / 2016**
Incorporação de Ativo	1.489.911.915,58	1.372.934.607,97
Desincorporação de Passivo	524.839.363,12	610.790.655,32
Incorporação de Passivo	1.572.264.387,91	1.253.880.610,78
Desincorporação de Ativo	29.858.559,20	32.428.543,98

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

NOTAS EXPLICATIVAS

001 - Demonstrativo apresentado até o 5º nível de agrupamento das contas contábeis.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

	Janeiro a Dezembro 2017	Janeiro a Dezembro 2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos	**92.923.503.721,13**	**90.519.236.292,82**
Receitas derivadas e originárias	17.493.291.609,33	16.330.261.911,17
Transferências correntes recebidas	6.238.364.784,10	6.576.751.676,15
Outros ingressos operacionais	69.191.847.327,70	67.612.222.705,50
Desembolsos	**92.105.737.056,32**	**89.432.853.483,16**
Pessoal e demais despesas	19.108.360.263,06	18.140.366.372,82
Juros e encargos da dívida	743.698.736,79	671.254.327,44
Transferências concedidas	3.000.993.018,39	2.956.555.605,58
Outros desembolsos operacionais	69.252.685.038,08	67.664.677.177,32
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)	**817.766.664,81**	**1.086.382.809,66**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos	**29.849.359,20**	**32.428.543,98**
Alienação de bens	4.521.589,06	9.078.706,18
Amortização de empréstimos e financiamentos	25.327.770,14	23.349.837,80
Outros ingressos de investimentos	-	-
Desembolsos	**1.576.172.081,75**	**1.437.392.786,18**
Aquisição de ativo não circulante	1.422.534.845,17	1.294.725.622,79
Concessão de empréstimos e financiamentos	12.782.209,49	10.536.125,85
Outros desembolsos de investimentos	140.855.027,09	132.131.037,54
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (II)	**(1.546.322.722,55)**	**(1.404.964.242,20)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos	**1.612.280.090,54**	**1.344.824.112,61**
Operações crédito	1.571.279.378,23	1.253.880.610,78
Integralização do capital social de empresas dependentes	4.539.120,01	9.905.880,91
Transferências de capital recebidas	36.461.592,30	57.023.693,58
Outros ingressos de financiamentos	-	24.013.927,34

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

	Janeiro a Dezembro 2017	Janeiro a Dezembro 2016
Desembolsos	**524.839.363,12**	**610.790.655,32**
Amortização / Refinanciamento da dívida	520.337.425,07	608.954.284,26
Outros desembolsos de financiamentos	4.501.938,05	1.836.371,06
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)	**1.087.440.727,42**	**734.033.457,29**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)	**358.884.669,68**	**415.452.024,75**
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	3.952.154.451,59	3.536.702.426,84
Caixa e Equivalente de Caixa Final	4.311.039.121,27	3.952.154.451,59

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017
QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS

R$

	Janeiro a Dezembro 2017	Janeiro a Dezembro 2016
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
Receita Tributária	14.359.938.891,42	13.263.425.410,16
Receita de Contribuições	930.850.665,35	830.771.217,38
Receita Patrimonial	89.515.123,10	38.107.815,33
Receita Agropecuária	1.283.003,01	1.165.428,92
Receita Industrial	3.152.629,05	4.088.570,67
Receita de Serviços	639.735.564,46	594.130.891,04
Remuneração das Disponibilidades	629.917.508,19	880.526.487,16
Outras Receitas Derivadas e Originárias	838.898.224,75	718.046.090,51
TOTAL DAS RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	**17.493.291.609,33**	**16.330.261.911,17**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017
QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

R$

	Janeiro a Dezembro 2017	Janeiro a Dezembro 2016
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS		
Intergovernamentais	2.095.284.141,56	2.256.229.469,41
da União	2.095.147.285,15	2.255.297.515,78
de Estados e Distrito Federal	-	-
de Municípios	136.856,41	931.953,63
Intragovernamentais	1.640.564.862,12	1.559.831.749,39
Outras transferências correntes recebidas	2.502.515.780,42	2.760.690.457,35
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	**6.238.364.784,10**	**6.576.751.676,15**
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	469.101.412,02	578.829.857,81
a União	2.182.791,50	-
a Estados e Distrito Federal	-	-
a Municípios	466.918.620,52	578.829.857,81
Intragovernamentais	1.652.685.431,52	1.564.019.106,23
Outras transferências concedidas	879.206.174,85	813.706.641,54
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	**3.000.993.018,39**	**2.956.555.605,58**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017
QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

R$

	Janeiro a Dezembro 2017	Janeiro a Dezembro 2016
Legislativa	576.656.873,25	562.680.237,47
Judiciária	1.601.127.454,60	1.391.438.716,18
Essencial à Justiça	703.152.555,05	689.064.396,45
Administração	1.525.753.060,45	1.466.615.752,70
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	2.155.161.712,71	2.062.078.921,70
Relações Exteriores	2.789.695,72	2.845.846,09
Assistência Social	68.187.208,76	71.394.287,18
Previdência Social	6.060.123.415,13	5.619.661.392,47
Saúde	1.948.341.713,81	1.990.603.529,68
Trabalho	3.287.133,40	5.208.158,76
Educação	2.541.366.207,19	2.479.023.014,50
Cultura	31.099.885,79	29.076.724,08
Direitos da Cidadania	675.859.807,19	665.269.744,09
Urbanismo	-	-
Habitação	25.211.165,38	20.275.106,10
Saneamento	339.314,47	212.395,96
Gestão Ambiental	65.518.402,75	67.899.876,84
Ciência e Tecnologia	25.254.379,14	24.443.671,37
Agricultura	607.986.308,43	553.535.777,30
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	28.607.905,94	28.644.415,81
Comunicações	70.242.358,90	55.343.506,72
Energia	53.095,25	2.861,26
Transporte	192.423.135,45	209.022.861,41
Desporto e Lazer	31.950.726,43	30.790.899,15
Encargos Especiais	167.866.747,87	115.234.279,55
Reserva de Contingência	-	-
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	**19.108.360.263,06**	**18.140.366.372,82**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017
QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

R$

	Janeiro a Dezembro 2017	Janeiro a Dezembro 2016
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	600.149.820,36	516.942.980,33
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	105.538.085,51	110.171.079,50
Outros Encargos da Dívida	38.010.830,92	44.140.267,61
TOTAL DOS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	**743.698.736,79**	**671.254.327,44**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

NOTAS EXPLICATIVAS

001 - As receitas derivadas são as que derivam do poder do Estado de tributar os contribuintes, por meio de leis. Já as receitas originárias são as que se originam do próprio patrimônio do Estado.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - PODER EXECUTIVO
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

	Janeiro a Dezembro 2017	Janeiro a Dezembro 2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos	**88.070.637.999,71**	**86.385.917.628,00**
Receitas derivadas e originárias	17.173.997.859,69	16.024.210.708,43
Transferências correntes recebidas	6.237.605.590,13	6.576.269.233,19
Outros ingressos operacionais	64.659.034.549,89	63.785.437.686,38
Desembolsos	**87.739.151.457,77**	**85.477.360.188,26**
Pessoal e demais despesas	15.676.668.007,11	15.117.913.830,93
Juros e encargos da dívida	743.698.736,79	671.254.327,44
Transferências concedidas	2.672.379.637,47	2.673.366.898,55
Outros desembolsos operacionais	68.646.405.076,40	67.014.825.131,34
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)	**331.486.541,94**	**908.557.439,74**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos	**29.849.359,20**	**32.428.543,98**
Alienação de bens	4.521.589,06	9.078.706,18
Amortização de empréstimos e financiamentos	25.327.770,14	23.349.837,80
Outros ingressos de investimentos	-	-
Desembolsos	**1.447.022.053,26**	**1.341.827.692,88**
Aquisição de ativo não circulante	1.331.677.304,42	1.224.327.771,55
Concessão de empréstimos e financiamentos	12.782.209,49	10.536.125,85
Outros desembolsos de investimentos	102.562.539,35	106.963.795,48
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (II)	**(1.417.172.694,06)**	**(1.309.399.148,90)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos	**1.612.280.090,54**	**1.344.824.112,61**
Operações crédito	1.571.279.378,23	1.253.880.610,78
Integralização do capital social de empresas dependentes	4.539.120,01	9.905.880,91
Transferências de capital recebidas	36.461.592,30	57.023.693,58
Outros ingressos de financiamentos	-	24.013.927,34

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - PODER EXECUTIVO
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

	Janeiro a Dezembro 2017	Janeiro a Dezembro 2016
Desembolsos	**524.839.363,12**	**610.790.655,32**
Amortização / Refinanciamento da dívida	520.337.425,07	608.954.284,26
Outros desembolsos de financiamentos	4.501.938,05	1.836.371,06
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)	**1.087.440.727,42**	**734.033.457,29**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)	**1.754.575,30**	**333.191.748,13**
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	3.203.876.820,56	2.870.685.072,43
Caixa e Equivalente de Caixa Final	3.205.631.395,86	3.203.876.820,56

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - PODER EXECUTIVO
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017
QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS

R$

	Janeiro a Dezembro 2017	Janeiro a Dezembro 2016
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
Receita Tributária	14.359.938.891,42	13.263.425.410,16
Receita de Contribuições	930.850.665,35	830.771.217,38
Receita Patrimonial	89.514.353,10	38.107.815,33
Receita Agropecuária	1.283.003,01	1.165.428,92
Receita Industrial	3.152.629,05	4.088.570,67
Receita de Serviços	591.350.598,94	549.462.619,09
Remuneração das Disponibilidades	607.138.641,27	852.535.061,14
Outras Receitas Derivadas e Originárias	590.769.077,55	484.654.585,74
TOTAL DAS RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	**17.173.997.859,69**	**16.024.210.708,43**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - PODER EXECUTIVO
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017
QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

R$

	Janeiro a Dezembro 2017	Janeiro a Dezembro 2016
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS		
Intergovernamentais	2.095.281.420,82	2.256.203.184,85
da União	2.095.147.285,15	2.255.297.515,78
de Estados e Distrito Federal	-	-
de Municípios	134.135,67	905.669,07
Intragovernamentais	1.640.564.862,12	1.559.831.749,39
Outras transferências correntes recebidas	2.501.759.307,19	2.760.234.298,95
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	**6.237.605.590,13**	**6.576.269.233,19**
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	468.815.725,14	578.590.146,44
a União	2.182.791,50	-
a Estados e Distrito Federal	-	-
a Municípios	466.632.933,64	578.590.146,44
Intragovernamentais	1.324.357.737,48	1.281.233.872,22
Outras transferências concedidas	879.206.174,85	813.542.879,89
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	**2.672.379.637,47**	**2.673.366.898,55**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - PODER EXECUTIVO
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017
QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

R$

	Janeiro a Dezembro 2017	Janeiro a Dezembro 2016
Legislativa	1.315.236,93	1.087.468,31
Judiciária	-	-
Essencial à Justiça	153.959.654,13	182.520.120,02
Administração	1.525.753.060,45	1.466.615.752,70
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	2.155.161.712,71	2.062.078.921,70
Relações Exteriores	2.789.695,72	2.845.846,09
Assistência Social	68.187.208,76	71.394.287,18
Previdência Social	5.521.852.054,51	5.172.018.891,90
Saúde	1.948.341.713,81	1.990.603.529,68
Trabalho	3.287.133,40	5.208.158,76
Educação	2.541.366.207,19	2.479.023.014,50
Cultura	31.099.885,79	29.076.724,08
Direitos da Cidadania	675.859.807,19	665.269.744,09
Urbanismo	-	-
Habitação	25.211.165,38	20.275.106,10
Saneamento	339.314,47	212.395,96
Gestão Ambiental	65.518.402,75	67.899.876,84
Ciência e Tecnologia	25.254.379,14	24.443.671,37
Agricultura	607.986.308,43	553.535.777,30
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	28.607.905,94	28.644.415,81
Comunicações	70.242.358,90	55.343.506,72
Energia	53.095,25	2.861,26
Transporte	192.423.135,45	209.022.861,41
Desporto e Lazer	31.950.726,43	30.790.899,15
Encargos Especiais	107.844,38	-
Reserva de Contingência	-	-
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	**15.676.668.007,11**	**15.117.913.830,93**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - PODER EXECUTIVO
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017
QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

R$

	Janeiro a Dezembro 2017	Janeiro a Dezembro 2016
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	600.149.820,36	516.942.980,33
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	105.538.085,51	110.171.079,50
Outros Encargos da Dívida	38.010.830,92	44.140.267,61
TOTAL DOS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	**743.698.736,79**	**671.254.327,44**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - PODER EXECUTIVO
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

NOTAS EXPLICATIVAS

001 - As receitas derivadas são as que derivam do poder do Estado de tributar os contribuintes, por meio de leis. Já as receitas originárias são as que se originam do próprio patrimônio do Estado.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO GERAL

Valores em 31/12/2016 e 31/12/2017

Em R$

ESPECIFICAÇÃO	PATRIMÔNIO SOCIAL/CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	DEMAIS RESERVAS	RESULTADOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	**221.542.641,48**	**368.427,88**	**5.814.681,63**	**2.273.520,58**	**832.540.443,47**	**1.062.539.715,04**
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					**7.494.599.838,09**	**7.494.599.838,09**
REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL						
AUMENTO DE CAPITAL	**9.905.880,91**					**9.905.880,91**
Com Reservas e Lucros						
Com Subscrição de Novas Ações	9.905.880,91					9.905.880,91
RESULTADO DO EXERCÍCIO					**584.472.176,42**	**584.472.176,42**
CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE RESERVAS						
DIVIDENDOS PROPOSTOS						
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR / SALDO INICIAL DO PERÍODO ATUAL	**231.448.522,39**	**368.427,88**	**5.814.681,63**	**2.273.520,58**	**8.911.612.457,98**	**9.151.517.610,46**
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					**5.894.955.049,63**	**5.894.955.049,63**
REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL						
AUMENTO DE CAPITAL	**4.539.120,01**					**4.539.120,01**
Com Reservas e Lucros						
Com Subscrição de Novas Ações	4.539.120,01					4.539.120,01
RESULTADO DO EXERCÍCIO					**5.867.153.180,08**	**5.867.153.180,08**
CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE RESERVAS						
DIVIDENDOS PROPOSTOS						
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL	**235.987.642,40**	**368.427,88**	**5.814.681,63**	**2.273.520,58**	**20.673.720.687,69**	**20.918.164.960,18**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR CRCSC Nº 23.823/O-7

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PODER EXECUTIVO

Valores em 31/12/2016 e 31/12/2017

Em R$

ESPECIFICAÇÃO	PATRIMÔNIO SOCIAL/CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	DEMAIS RESERVAS	RESULTADOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	**221.542.641,48**	**368.427,88**	**5.814.681, 63**	**227.352,58**	**-639.176.236,41**	**-409.177.054,84**
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					**7.497.942.859,17**	**7.497.942.859,17**
REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL						
AUMENTO DE CAPITAL	**9.905.880,91**					**9.905.880,91**
Com Reservas e Lucros						
Com Subscrição de Novas Ações	**9.905.880,91**					**9.905.880,91**
RESULTADO DO EXERCÍCIO					**440.389.167,21**	**440.389.167,21**
CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE RESERVAS						
DIVIDENDOS PROPOSTOS						
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR / SALDO INICIAL DO PERÍODO ATUAL	**231.448.522,39**	**368.427,88**	**5.814.681, 63**	**227.352,58**	**7.299.155.699,00**	**7.539.060.852,45**
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					**5.895.986.241,68**	**5.895.986.241,68**
REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL						
AUMENTO DE CAPITAL	**4.539.120,01**					**4.539.120,01**
Com Reservas e Lucros						
Com Subscrição de Novas Ações	4.539.120,01					4.539.120,01
RESULTADO DO EXERCÍCIO					**5.706.221.606,82**	**5.706.221.606,82**
CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE RESERVAS						
DIVIDENDOS PROPOSTOS						
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL	**235.987.642,40**	**368.427,88**	**5.814.681, 63**	**227.352,58**	**18.901.363.547,50**	**19.145.807.820,96**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR CRCSC Nº 23.823/O-7

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS

Valores em 31/12/2016 e 31/12/2017

R$

ESPECIFICAÇÃO	PATRIMÔNIO SOCIAL/CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	DEMAIS RESERVAS	RESULTADOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	**6.655.354,10**	**368.427,88**	**5.814.681,63**	**2.273.520,58**	**1.039.153.693,94**	**1.054.265.678,13**
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					**7.478.210.739,94**	**7.478.210.739,94**
REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL						**-**
AUMENTO DE CAPITAL						**-**
Com Reservas e Lucros						
Com Subscrição de Novas Ações						
RESULTADO DO EXERCÍCIO					**613.191.973,68**	**613.191.973,68**
CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE RESERVAS						**-**
DIVIDENDOS PROPOSTOS						**-**
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR / SALDO INICIAL DO PERÍODO ATUAL	**6.655.354,10**	**368.427,88**	**5.814.681,63**	**2.273.520,58**	**9.130.556.407,56**	**9.145.668.391,75**
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					**5.894.955.049,63**	**5.894.955.049,63**
REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL						**-**
AUMENTO DE CAPITAL						**-**
Com Reservas e Lucros						
Com Subscrição de Novas Ações						
RESULTADO DO EXERCÍCIO					**5.871.830.860,22**	**5.871.830.860,22**
CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE RESERVAS						**-**
DIVIDENDOS PROPOSTOS						**-**
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL	**6.655.354,10**	**368.427,88**	**5.814.681,63**	**2.273.520,58**	**20.897.342.317,41**	**20.912.454.301,60**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR CRCSC Nº 23.823/O-7

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 1 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

RECEITAS			DESPESAS		
TÍTULOS	VALORES	%	TÍTULOS	VALORES	%
RECEITAS CORRENTES	**31.413.084.299,24**	**122,73**	**DESPESAS CORRENTES**	**23.075.490.761,31**	**90,16**
Receitas Tributárias	23.041.505.653,29	90,02	Pessoal e Encargos Sociais	15.583.721.983,80	60,89
Receita de Contribuições	932.961.723,62	3,65	Juros e Encargos da Dívida	770.880.832,77	3,01
Receita Patrimonial	767.478.612,64	3,00	Outras Despesas Correntes	6.720.887.944,74	26,26
Receita Agropecuária	1.284.443,01	0,01	**DESPESAS DE CAPITAL**	**2.519.612.617,87**	**9,84**
Receita Industrial	3.152.629,05	0,01	Investimentos	1.914.636.793,87	7,48
Receita de Serviços	640.101.629,98	2,50	Inversões Financeiras	68.995.691,09	0,27
Transferências Correntes	4.970.318.275,70	19,42	Amortização da Dívida	535.980.132,91	2,09
Outras Receitas Correntes	1.056.281.331,95	4,13			
RECEITAS DE CAPITAL	**1.638.584.539,41**	**6,40**			
Operações de Crédito	1.572.264.387,91	6,14			
Alienação de Bens	4.530.789,06	0,02			
Amortização de Empréstimos	25.327.770,14	0,10			
Transferências de Capital	36.461.592,30	0,14			
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	**1.640.564.862,12**	**6,41**			
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL	**4.539.120,01**	**0,02**			
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	**(9.322.986.977,61)**	**(36,42)**			
SUBTOTAL	**25.373.785.843,17**	**99,14**	**SUBTOTAL**	**25.595.103.379,18**	**100,00**
DEFICIT	**221.317.536,01**	**0,86**	**SUPERAVIT**	**-**	**-**
TOTAL	**25.595.103.379,18**	**100,00**	**TOTAL**	**25.595.103.379,18**	**100,00**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 1 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

Notas Explicativas

001 - No grupo Deduções da Receita Corrente estão inseridas as contas Deduções de Alienação de Outros Bens Móveis – Administração Indireta (9.2.1.9.02) e Deduções de Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública (9.1.2.3.05), nos valores de R$ 9.200,00 e R$ 985.009,68 respectivamente, que se referem a deduções de Receitas de Capital, em virtude da codificação da natureza de receita não possibilitar a criação de um grupo específico para dedução de Receita de Capital.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
1 - Executivo	**21.614.147.288,52**
15000 - Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina	**50.633.283,80**
150001 - Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina	**50.633.283,80**
14 - Direitos da Cidadania	50.633.283,80
122 - Administração Geral	49.129.484,86
0745 - Fortalecendo Direitos	8.376.485,09
0173 - Ampliação de atuação na defensoria	8.376.485,09
0850 - Gestão de Pessoas	39.459.772,55
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	39.459.772,55
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.293.227,22
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	549.011,24
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	744.215,98
128 - Formação de Recursos Humanos	1.503.798,94
0850 - Gestão de Pessoas	1.503.798,94
0006 - Encargos com estagiários	1.503.798,94
16000 - Secretaria de Estado da Segurança Pública	**2.668.237.366,93**
160084 - Fundo de Melhoria da Polícia Civil	**540.514.097,32**
06 - Segurança Pública	540.514.097,32
122 - Administração Geral	497.024.781,62
0706 - De Olho no Crime	486.394.913,83
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	486.394.913,83
0707 - Suporte Institucional Integrado	10.629.867,79
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	9.858.970,71
0483 - Manutenção de instalações físicas	770.897,08
126 - Tecnologia da Informação	5.808.078,20
0707 - Suporte Institucional Integrado	5.808.078,20

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0241 - Modernização, integração e manutenção de tecnologia	5.808.078,20
128 - Formação de Recursos Humanos	5.127.234,88
0707 - Suporte Institucional Integrado	2.218.115,68
0006 - Encargos com estagiários	2.218.115,68
0708 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	2.909.119,20
0482 - Aperfeiçoamento dos profissionais de segurança pública	2.909.119,20
181 - Policiamento	32.554.002,62
0706 - De Olho no Crime	13.855.190,91
0180 - Operação Veraneio Segura	3.280.308,00
0218 - Gestão integrada de atividades	3.255.669,81
0262 - Manutenção de veículos	6.245.603,27
0498 - Monitoramento de espaços públicos	1.073.609,83
0707 - Suporte Institucional Integrado	18.698.811,71
0217 - Gestão de pessoal terceirizado	12.048.982,35
0248 - Gestão de contratos	6.060.440,46
1005 - Renovação de equipamentos e frota	589.388,90
160085 - Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar	**351.648.365,57**
03 - Essencial à Justiça	515.000,00
091 - Defesa da Ordem Jurídica	515.000,00
0915 - Gestão Estratégica - Ministério Público	515.000,00
0120 - Reconstituição de bens lesados	515.000,00
06 - Segurança Pública	348.214.627,24
122 - Administração Geral	324.110.708,89
0705 - Segurança Cidadã	316.536.508,36
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	316.536.508,36
0707 - Suporte Institucional Integrado	7.574.200,53

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	7.447.655,69
0187 - Construção de instalações físicas	2.868,90
0483 - Manutenção de instalações físicas	123.675,94
128 - Formação de Recursos Humanos	877.962,92
0708 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	877.962,92
0482 - Aperfeiçoamento dos profissionais de segurança pública	877.962,92
181 - Policiamento	100.000,00
0707 - Suporte Institucional Integrado	100.000,00
0976 - Renovação da frota	100.000,00
182 - Defesa Civil	23.125.955,43
0705 - Segurança Cidadã	22.218.202,60
0028 - Gestão das atividades operacionais	6.102.010,97
0478 - Fiscalização de bares, casas noturnas, comércios e demais estabelecimentos	823.006,29
1009 - Operação Veraneio	14.213.460,48
1010 - Gestão das atividades aéreas	1.079.724,86
0707 - Suporte Institucional Integrado	710.926,92
1007 - Gestão hospitalar	710.926,92
0708 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	12.925,91
0238 - Indenização decorrente acidente de trabalho	12.925,91
0735 - Respostas aos Desastres e Recuperação	183.900,00
0342 - Ações em defesa civil	183.900,00
10 - Saúde	2.844.038,33
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	55.600,00
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	55.600,00
0991 - Manutenção de unidades	55.600,00
785 - Transportes Especiais	2.788.438,33

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	2.788.438,33
0995 - Manutenção de aeronaves	2.788.438,33
18 - Gestão Ambiental	74.700,00
542 - Controle Ambiental	74.700,00
0340 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	74.700,00
0174 - Fiscalização e atendimento de reclamações	74.700,00
160091 - Fundo para Melhoria da Segurança Pública	**340.904.541,03**
03 - Essencial à Justiça	627.105,05
091 - Defesa da Ordem Jurídica	606.971,19
0915 - Gestão Estratégica - Ministério Público	606.971,19
0120 - Reconstituição de bens lesados	606.971,19
122 - Administração Geral	20.133,86
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	20.133,86
0115 - Coordenação e manutenção dos serviços administrativos	20.133,86
04 - Administração	351.359,71
122 - Administração Geral	351.359,71
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	351.359,71
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	351.359,71
06 - Segurança Pública	339.926.076,27
122 - Administração Geral	194.678.046,64
0101 - Acelera Santa Catarina	5.268.624,17
0517 - Modernização de sistema de comunicação	5.268.624,17
0706 - De Olho no Crime	155.961.438,97
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	155.961.438,97
0707 - Suporte Institucional Integrado	33.447.983,50
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	31.219.676,16

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0187 - Construção de instalações físicas	1.123.915,93
0483 - Manutenção de instalações físicas	1.104.391,41
126 - Tecnologia da Informação	14.591.896,53
0707 - Suporte Institucional Integrado	14.591.896,53
0259 - Modernização e integração	14.591.896,53
128 - Formação de Recursos Humanos	1.391.857,54
0707 - Suporte Institucional Integrado	1.390.985,54
0006 - Encargos com estagiários	1.390.985,54
0708 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	872,00
0482 - Aperfeiçoamento dos profissionais de segurança pública	872,00
181 - Policiamento	122.327.187,98
0101 - Acelera Santa Catarina	18.463.725,90
0490 - Construção de instalações físicas	8.099.073,56
0976 - Renovação da frota	10.364.652,34
0705 - Segurança Cidadã	43.304.879,70
0543 - Gestão da emissão da carteira nacional de habilitação	43.304.879,70
0706 - De Olho no Crime	11.758.463,56
0218 - Gestão integrada de atividades	752.733,46
0498 - Monitoramento de espaços públicos	11.005.730,10
0707 - Suporte Institucional Integrado	48.800.118,82
0217 - Gestão de pessoal terceirizado	31.379.747,59
0246 - Gestão de acordos e convênios	10.683.080,79
0248 - Gestão de contratos	6.639.848,44
0976 - Renovação da frota	97.442,00
183 - Informação e Inteligência	5.571.816,48
0705 - Segurança Cidadã	995.351,02

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0464 - Emissão de carteira de identidade	995.351,02
0706 - De Olho no Crime	4.576.465,46
0542 - Realização de perícias	4.576.465,46
422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1.365.271,10
0705 - Segurança Cidadã	1.365.271,10
0497 - Proteção a vítima e testemunhas ameaçadas	1.365.271,10
160097 - Fundo de Melhoria da Polícia Militar	**1.435.170.363,01**
03 - Essencial à Justiça	4.987.707,13
091 - Defesa da Ordem Jurídica	3.564.639,00
0915 - Gestão Estratégica - Ministério Público	3.564.639,00
0120 - Reconstituição de bens lesados	3.564.639,00
122 - Administração Geral	1.423.068,13
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	1.423.068,13
0115 - Coordenação e manutenção dos serviços administrativos	1.423.068,13
04 - Administração	985.570,20
122 - Administração Geral	985.570,20
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	985.570,20
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	407.176,46
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	578.393,74
06 - Segurança Pública	1.425.313.326,04
122 - Administração Geral	1.323.039.970,87
0706 - De Olho no Crime	1.295.714.632,20
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.295.714.632,20
0707 - Suporte Institucional Integrado	27.325.338,67
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	8.684.841,54
0187 - Construção de instalações físicas	266.268,40

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0446 - Gestão da alimentação	15.789.409,25
0483 - Manutenção de instalações físicas	452.517,21
0484 - Gestão de uniformes	2.132.302,27
126 - Tecnologia da Informação	17.863.718,67
0707 - Suporte Institucional Integrado	17.863.718,67
0241 - Modernização, integração e manutenção de tecnologia	17.863.718,67
128 - Formação de Recursos Humanos	687.016,81
0708 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	687.016,81
0482 - Aperfeiçoamento dos profissionais de segurança pública	687.016,81
181 - Policiamento	79.135.281,18
0130 - Conservação e Segurança Rodoviária	6.551.636,28
0021 - Administração e manutenção da PMRv	6.551.636,28
0705 - Segurança Cidadã	190.659,00
0235 - Ações de enfrentamento e resistência às drogas	190.659,00
0706 - De Olho no Crime	35.367.565,44
0180 - Operação Veraneio Segura	11.516.654,83
0207 - Realização de operações integradas	963.065,00
0218 - Gestão integrada de atividades	3.556.131,51
0259 - Modernização e integração	90.142,26
0260 - Segurança, fiscalização e educação no trânsito	15.825.650,24
0262 - Manutenção de veículos	3.415.921,60
0707 - Suporte Institucional Integrado	35.463.692,44
0176 - Gestão sustentável de combustível	18.581.266,59
0217 - Gestão de pessoal terceirizado	1.269.090,36
0236 - Gestão para renovação do colete balístico	2.277.995,60
0246 - Gestão de acordos e convênios	1.480.903,97

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0248 - Gestão de contratos	1.166.374,58
0249 - Aquisição de equipamentos	5.213.588,76
0250 - Gestão de material bélico	1.902.958,66
0255 - Gestão para renovação de equipamentos	16.879,20
1011 - Gestão hospitalar	3.554.634,72
0708 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	1.561.728,02
0238 - Indenização decorrente acidente de trabalho	1.561.728,02
542 - Controle Ambiental	4.587.338,51
0706 - De Olho no Crime	4.587.338,51
1008 - Prevenção de delitos e danos	4.587.338,51
10 - Saúde	395.210,62
244 - Assistência Comunitária	199.849,06
0705 - Segurança Cidadã	199.849,06
0234 - Ampliação e modernização do PROERD	199.849,06
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	195.361,56
0708 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	195.361,56
0445 - Saúde e segurança no contexto ocupacional	195.361,56
12 - Educação	395.660,80
244 - Assistência Comunitária	395.660,80
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	395.660,80
0234 - Ampliação e modernização do PROERD	395.660,80
14 - Direitos da Cidadania	23.397,48
421 - Custódia e Reintegração Social	23.397,48
0740 - Gestão do Sistema Prisional e Socioeducativo	23.397,48
0391 - Gestão dos sistemas prisional e socioeducativo	23.397,48
18 - Gestão Ambiental	1.764.757,91

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
542 - Controle Ambiental	1.764.757,91
0340 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	1.764.757,91
0174 - Fiscalização e atendimento de reclamações	1.464.757,91
0381 - Fiscalização e monitoramento de unidades	300.000,00
26 - Transporte	1.304.732,83
782 - Transporte Rodoviário	1.304.732,83
0130 - Conservação e Segurança Rodoviária	1.304.732,83
0007 - Aquisição de combustível e lubrificante	1.304.732,83
18000 - Secretaria de Estado do Planejamento	**12.159.457,88**
180001 - Secretaria de Estado do Planejamento	**11.439.586,52**
04 - Administração	11.436.944,32
121 - Planejamento e Orçamento	19.498,45
0208 - Planejamento Estratégico de Desenvolvimento e Gestão de Informações	19.498,45
0552 - Estratégia de intervenção do Governo Estadual	7.238,14
0616 - Planejamento estratégico de desenvolvimento	12.260,31
122 - Administração Geral	11.292.689,84
0208 - Planejamento Estratégico de Desenvolvimento e Gestão de Informações	6.369,93
0463 - Elaboração e divulgação de dados estatísticos	6.369,93
0850 - Gestão de Pessoas	9.516.856,21
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	9.516.856,21
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.769.463,70
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	1.769.463,70
126 - Tecnologia da Informação	5.103,16
0208 - Planejamento Estratégico de Desenvolvimento e Gestão de Informações	5.103,16
0539 - Desenvolvimento de sistema	5.103,16
127 - Ordenamento Territorial	28.106,28

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0209 - Crescendo Juntos - Programa de Desenvolvimento e Redução das Desigualdades Regionais	28.106,28
0504 - Agenda Regional de Desenvolvimento	28.106,28
128 - Formação de Recursos Humanos	91.546,59
0850 - Gestão de Pessoas	91.546,59
0006 - Encargos com estagiários	91.546,59
18 - Gestão Ambiental	2.642,20
122 - Administração Geral	2.642,20
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.642,20
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	2.642,20
180021 - Superintendencia de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Gde Florianópolis - SUDERF	**719.871,36**
04 - Administração	719.871,36
122 - Administração Geral	712.776,36
0850 - Gestão de Pessoas	673.541,43
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	673.541,43
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	39.234,93
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	39.234,93
128 - Formação de Recursos Humanos	7.095,00
0850 - Gestão de Pessoas	7.095,00
0006 - Encargos com estagiários	7.095,00
23000 - Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte	**160.991.048,72**
230001 - Secretaria de Estado do Turismo, Cultura e Esporte	**68.863.299,42**
13 - Cultura	705.871,30
392 - Difusão Cultural	705.871,30
0660 - Pró-Cultura	705.871,30
0629 - Incentivo e manutenção de entidades	705.871,30
23 - Comércio e Serviços	54.355.552,32

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
695 - Turismo	54.355.552,32
0640 - Promoção do Turismo Catarinense	54.355.552,32
0034 - Construção de centro de atendimento	35.071,03
0408 - Construção de centro de enventos	52.944.524,46
0629 - Incentivo e manutenção de entidades	1.375.956,83
27 - Desporto e Lazer	13.801.875,80
122 - Administração Geral	12.957.350,42
0850 - Gestão de Pessoas	10.849.494,17
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	10.849.494,17
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.107.856,25
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	2.107.856,25
126 - Tecnologia da Informação	259.636,68
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	259.636,68
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	259.636,68
128 - Formação de Recursos Humanos	112.307,80
0850 - Gestão de Pessoas	112.307,80
0006 - Encargos com estagiários	94.135,80
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	18.172,00
813 - Lazer	472.580,90
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	472.580,90
0629 - Incentivo e manutenção de entidades	472.580,90
230021 - Fundação Catarinense de Esporte	**20.483.663,71**
27 - Desporto e Lazer	20.483.663,71
122 - Administração Geral	7.901.192,50
0850 - Gestão de Pessoas	5.386.590,93
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	5.386.590,93

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.514.601,57
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	2.514.601,57
128 - Formação de Recursos Humanos	11.985,66
0850 - Gestão de Pessoas	11.985,66
0006 - Encargos com estagiários	11.985,66
812 - Desporto Comunitário	11.572.514,05
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	11.572.514,05
0053 - Realização de eventos	9.694.812,23
0421 - Apoio a entidades e eventos	1.877.701,82
813 - Lazer	997.971,50
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	997.971,50
0122 - Fomento a atividades desenvolvidas no estado	997.971,50
230022 - Fundação Catarinense de Cultura	**33.231.492,68**
13 - Cultura	33.231.492,68
122 - Administração Geral	23.987.731,77
0850 - Gestão de Pessoas	13.449.367,60
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	13.449.367,60
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	10.538.364,17
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	10.538.364,17
128 - Formação de Recursos Humanos	170.308,30
0850 - Gestão de Pessoas	170.308,30
0006 - Encargos com estagiários	170.308,30
391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	27.978,28
0660 - Pró-Cultura	27.978,28
0499 - Conservação do patrimônio histórico	27.978,28
392 - Difusão Cultural	9.045.474,33

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0660 - Pró-Cultura	9.045.474,33
0121 - Desenvolvimento e apoio a atividades	900.000,00
0122 - Fomento a atividades desenvolvidas no estado	120.000,00
0124 - Projetos culturais	8.025.474,33
230023 - Santa Catarina Turismo S/A	**21.790.659,39**
23 - Comércio e Serviços	13.932.795,01
122 - Administração Geral	8.449.245,16
0850 - Gestão de Pessoas	5.378.758,92
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	5.378.758,92
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	3.070.486,24
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	3.070.486,24
126 - Tecnologia da Informação	20.188,52
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	20.188,52
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	20.188,52
695 - Turismo	5.463.361,33
0640 - Promoção do Turismo Catarinense	5.463.361,33
0121 - Desenvolvimento e apoio a atividades	376.205,00
0122 - Fomento a atividades desenvolvidas no estado	869.860,10
0134 - Realização de campanha de caráter promocional	1.154.210,79
0455 - Divulgação do potencial turístico de Santa Catarina	2.503.659,92
0629 - Incentivo e manutenção de entidades	15.000,00
0998 - Gerenciamento de centro de eventos	544.425,52
24 - Comunicações	7.857.864,38
131 - Comunicação Social	7.857.864,38
0810 - Comunicação do Poder Executivo	7.857.864,38
0132 - Divulgação institucional	7.857.864,38

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
230093 - Fundo Estadual de Incentivo à Cultura	**5.828.983,01**
13 - Cultura	5.828.983,01
392 - Difusão Cultural	5.828.983,01
0660 - Pró-Cultura	5.828.983,01
0121 - Desenvolvimento e apoio a atividades	252.178,09
0122 - Fomento a atividades desenvolvidas no estado	5.576.804,92
230094 - Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo	**5.642.137,97**
23 - Comércio e Serviços	5.642.137,97
695 - Turismo	5.642.137,97
0640 - Promoção do Turismo Catarinense	5.642.137,97
0121 - Desenvolvimento e apoio a atividades	4.750.000,00
0122 - Fomento a atividades desenvolvidas no estado	887.547,97
0123 - Promoção, pesquisa e recuperação	4.590,00
230095 - Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte	**5.150.812,54**
27 - Desporto e Lazer	5.150.812,54
813 - Lazer	5.150.812,54
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	5.150.812,54
0121 - Desenvolvimento e apoio a atividades	3.169.059,15
0122 - Fomento a atividades desenvolvidas no estado	1.981.753,39
26000 - Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação	**100.302.240,76**
260001 - Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação	**37.702.393,11**
08 - Assistência Social	33.372.875,65
122 - Administração Geral	29.793.642,21
0850 - Gestão de Pessoas	22.060.653,44
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	22.060.653,44
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	7.732.988,77

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	7.732.988,77
126 - Tecnologia da Informação	1.170.570,24
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.170.570,24
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	1.170.570,24
128 - Formação de Recursos Humanos	101.000,00
0850 - Gestão de Pessoas	101.000,00
0006 - Encargos com estagiários	101.000,00
244 - Assistência Comunitária	2.307.663,20
0101 - Acelera Santa Catarina	1.358.159,25
0060 - Construção, reforma e ampliação	1.204.814,89
0510 - Implantação de rede de equipamentos públicos de apoio	153.344,36
0550 - Comer Bem SC	139.761,41
0343 - Implementação e consolidação de políticas	139.761,41
0745 - Fortalecendo Direitos	809.742,54
1003 - Apoio à politica de direitos humanos	809.742,54
11 - Trabalho	4.329.517,46
333 - Empregabilidade	4.238.014,67
0530 - Pró-Emprego e Renda	4.238.014,67
1001 - Apoio a politica de trabalho, emprego, renda e qualificação	4.238.014,67
334 - Fomento ao Trabalho	91.502,79
0530 - Pró-Emprego e Renda	91.502,79
0280 - Capacitações de pessoas	91.502,79
260022 - Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	**25.548.449,90**
16 - Habitação	25.548.449,90
122 - Administração Geral	23.530.538,92
0850 - Gestão de Pessoas	18.834.065,59

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	18.834.065,59
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	4.696.473,33
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	4.696.473,33
126 - Tecnologia da Informação	185.785,36
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	185.785,36
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	185.785,36
481 - Habitação Rural	539.745,15
0540 - Nova Casa	539.745,15
0407 - Construção de moradias	539.745,15
482 - Habitação Urbana	1.292.380,47
0540 - Nova Casa	1.292.380,47
0407 - Construção de moradias	1.292.380,47
260093 - Fundo Estadual de Assistência Social	**32.070.557,51**
08 - Assistência Social	32.070.557,51
122 - Administração Geral	220.317,94
0510 - Gestão do SUAS	220.317,94
1004 - Apoio a organização, gestão e vigilância social	220.317,94
128 - Formação de Recursos Humanos	681.016,48
0510 - Gestão do SUAS	681.016,48
0280 - Capacitações de pessoas	681.016,48
244 - Assistência Comunitária	31.169.223,09
0510 - Gestão do SUAS	31.169.223,09
0179 - Apoio técnico e financeiro aos municípios	16.784.073,43
0183 - Cumprimento de medidas judiciais	329.865,99
0203 - Pagamento de benefícios	1.740.177,44
0204 - Transferência de renda	10.858.085,37

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0280 - Capacitações de pessoas	1.403.464,41
0304 - Apoio a Conselhos	53.556,45
260096 - Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	**4.506.957,33**
08 - Assistência Social	4.314.829,33
241 - Assistência ao Idoso	300.000,00
0101 - Acelera Santa Catarina	300.000,00
0522 - Construção de centro dia para idosos	300.000,00
244 - Assistência Comunitária	4.014.829,33
0101 - Acelera Santa Catarina	4.014.829,33
0060 - Construção, reforma e ampliação	4.004.829,33
0973 - Construção e ampliação de instalação física	10.000,00
11 - Trabalho	192.128,00
333 - Empregabilidade	192.128,00
0101 - Acelera Santa Catarina	192.128,00
0507 - Implantação de centros regionais de trabalho	192.128,00
260099 - Fundo para a Infância e Adolescência	**473.882,91**
14 - Direitos da Cidadania	473.882,91
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	473.882,91
0745 - Fortalecendo Direitos	473.882,91
1002 - Ações voltadas ao estudo e pequisa	473.882,91
27000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável	**225.683.207,06**
270001 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável	**32.184.527,11**
04 - Administração	457.463,73
122 - Administração Geral	457.463,73
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	457.463,73
0117 - Operacionalização do Cecop	457.463,73

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
18 - Gestão Ambiental	12.908.264,90
122 - Administração Geral	11.011.628,22
0850 - Gestão de Pessoas	10.493.702,54
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	10.493.702,54
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	517.925,68
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	517.925,68
126 - Tecnologia da Informação	2.198,50
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.198,50
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	2.198,50
128 - Formação de Recursos Humanos	87.423,91
0850 - Gestão de Pessoas	87.423,91
0006 - Encargos com estagiários	87.423,91
541 - Preservação e Conservação Ambiental	1.014.907,10
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	1.014.907,10
0015 - Ações ambientais	1.014.907,10
542 - Controle Ambiental	792.107,17
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	792.107,17
0304 - Apoio a Conselhos	792.107,17
19 - Ciência e Tecnologia	2.162.606,00
334 - Fomento ao Trabalho	2.000.000,00
0346 - Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável	2.000.000,00
1021 - Apoiar projetos e programas voltados a empresas	2.000.000,00
571 - Desenvolvimento Científico	162.606,00
0346 - Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável	162.606,00
0014 - Apoio a projetos	162.606,00
23 - Comércio e Serviços	16.656.192,48

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
333 - Empregabilidade	16.656.192,48
0342 - Revitalização da Economia Catarinense - PREC	16.656.192,48
1022 - Apoio a projetos de desenvolvimento econômico	16.656.192,48
270021 - Fundação do Meio Ambiente	**58.422.161,40**
04 - Administração	6.301.351,65
122 - Administração Geral	6.301.351,65
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	6.301.351,65
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	6.301.351,65
18 - Gestão Ambiental	52.120.809,75
122 - Administração Geral	45.208.845,20
0850 - Gestão de Pessoas	45.208.845,20
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	45.208.845,20
128 - Formação de Recursos Humanos	481.007,52
0850 - Gestão de Pessoas	481.007,52
0006 - Encargos com estagiários	461.624,02
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	19.383,50
541 - Preservação e Conservação Ambiental	160.764,79
0335 - Santa Catarina Rural	155.914,79
0384 - Gestão socioambiental	155.914,79
0340 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	4.850,00
0389 - Estruturação e implementação de corredores ecológicos	4.850,00
542 - Controle Ambiental	6.270.192,24
0340 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	6.270.192,24
0174 - Fiscalização e atendimento de reclamações	4.849.754,17
0381 - Fiscalização e monitoramento de unidades	1.420.438,07
270023 - Junta Comercial do Estado de Santa Catarina	**16.023.142,78**

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
23 - Comércio e Serviços	16.023.142,78
122 - Administração Geral	13.015.479,15
0850 - Gestão de Pessoas	8.338.712,66
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	8.338.712,66
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	4.676.766,49
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	4.676.766,49
126 - Tecnologia da Informação	1.098.487,53
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.098.487,53
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	1.098.487,53
128 - Formação de Recursos Humanos	25.745,05
0850 - Gestão de Pessoas	25.745,05
0006 - Encargos com estagiários	15.680,05
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	10.065,00
691 - Promoção Comercial	1.883.431,05
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.883.431,05
0300 - Prestação de serviços	1.883.431,05
270024 - Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina	**40.007.579,39**
04 - Administração	2.500,00
122 - Administração Geral	2.500,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.500,00
0117 - Operacionalização do Cecop	2.500,00
06 - Segurança Pública	141.000,00
182 - Defesa Civil	141.000,00
0731 - Gestão de Riscos e Redução de Desastres	141.000,00
0481 - Contratação de consultoria, estudos e projetos	141.000,00
10 - Saúde	312.671,60

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
571 - Desenvolvimento Científico	312.671,60
0400 - Gestão do SUS	312.671,60
0412 - Implementação de política	312.671,60
12 - Educação	1.787.989,78
571 - Desenvolvimento Científico	1.787.989,78
0230 - CTI - Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação	1.787.989,78
0013 - Incentivo a programas e projetos	1.787.989,78
18 - Gestão Ambiental	2.627.879,60
541 - Preservação e Conservação Ambiental	41.857,60
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	41.857,60
0015 - Ações ambientais	41.857,60
544 - Recursos Hídricos	2.586.022,00
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	2.586.022,00
0092 - Elaboração de planos	1.096.500,00
0309 - Monitorar, controlar e apoiar ações	185.950,00
0386 - Elaboração e implementação de planos	1.303.572,00
19 - Ciência e Tecnologia	34.959.902,91
122 - Administração Geral	4.346.536,32
0850 - Gestão de Pessoas	2.896.804,17
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.896.804,17
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.449.732,15
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	1.449.732,15
126 - Tecnologia da Informação	4.887.512,53
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	4.887.512,53
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	4.887.512,53
128 - Formação de Recursos Humanos	26.293,33

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0850 - Gestão de Pessoas	26.293,33
0006 - Encargos com estagiários	18.303,33
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	7.990,00
571 - Desenvolvimento Científico	16.756.502,43
0230 - CTI - Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação	16.116.716,43
0012 - Fomento ao desenvolvimento científico	5.606.732,47
0405 - Fomentar o desenvolvimento de produtos/processos inovativos	10.509.983,96
0346 - Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável	639.786,00
0014 - Apoio a projetos	639.786,00
573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	8.943.058,30
0230 - CTI - Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação	8.943.058,30
0053 - Realização de eventos	2.069.812,37
0375 - Conceder bolsas para incentivo à formação	6.873.245,93
23 - Comércio e Serviços	175.635,50
333 - Empregabilidade	175.635,50
0342 - Revitalização da Economia Catarinense - PREC	175.635,50
1022 - Apoio a projetos de desenvolvimento econômico	175.635,50
270025 - Instituto de Metrologia de Santa Catarina	**20.586.557,13**
04 - Administração	17.265.866,62
122 - Administração Geral	17.193.866,62
0850 - Gestão de Pessoas	12.549.682,86
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	12.549.682,86
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	4.644.183,76
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	4.644.183,76
128 - Formação de Recursos Humanos	72.000,00
0850 - Gestão de Pessoas	72.000,00

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0006 - Encargos com estagiários	72.000,00
14 - Direitos da Cidadania	3.320.690,51
125 - Normatização e Fiscalização	3.320.690,51
0211 - Metrologia e Qualidade de Produtos e Serviços	3.320.690,51
0957 - Verificação e fiscalização metrologia e da conformidade de bens e serviços	3.320.690,51
270029 - Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina - Aresc	**8.503.480,84**
04 - Administração	7.837.470,76
122 - Administração Geral	7.598.741,91
0850 - Gestão de Pessoas	5.029.087,96
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	5.029.087,96
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.569.653,95
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	2.569.653,95
126 - Tecnologia da Informação	228.118,85
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	228.118,85
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	228.118,85
128 - Formação de Recursos Humanos	10.610,00
0850 - Gestão de Pessoas	10.610,00
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	10.610,00
17 - Saneamento	612.914,83
125 - Normatização e Fiscalização	612.914,83
0950 - Defesa dos Interesses Sociais	612.914,83
0344 - Fiscalização e regulação	612.914,83
25 - Energia	53.095,25
125 - Normatização e Fiscalização	53.095,25
0950 - Defesa dos Interesses Sociais	53.095,25
0169 - Fiscalização e regulação	53.095,25

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
270030 - Administração do Porto de São Francisco do Sul - APSFS	**46.312.974,04**
18 - Gestão Ambiental	2.813.968,93
541 - Preservação e Conservação Ambiental	2.813.968,93
0340 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	2.813.968,93
0033 - Gerenciamento ambiental	2.813.968,93
26 - Transporte	43.391.160,73
122 - Administração Geral	30.127.864,86
0150 - Modernização Portuária	650.000,00
0321 - Adequação de rede elétrica	650.000,00
0850 - Gestão de Pessoas	18.215.352,50
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	18.215.352,50
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	11.262.512,36
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	11.262.512,36
126 - Tecnologia da Informação	945.011,20
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	945.011,20
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	945.011,20
128 - Formação de Recursos Humanos	90.911,98
0850 - Gestão de Pessoas	90.911,98
0006 - Encargos com estagiários	90.911,98
131 - Comunicação Social	1.583.526,05
0810 - Comunicação do Poder Executivo	1.583.526,05
0132 - Divulgação institucional	1.583.526,05
784 - Transporte Hidroviário	10.643.846,64
0150 - Modernização Portuária	10.486.288,44
0031 - Manutenção de bens imóveis	495.493,88
0032 - Manutenção de sistema de sinalização náutica	661.045,45

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0072 - Construção de prédio e instalações	1.640.826,31
0095 - Estudos, projetos e consultorias	208.877,38
0249 - Aquisição de equipamentos	900.251,20
0308 - Modernização da segurança	1.188.673,96
0310 - Manutenção e reforma	2.319.680,38
0311 - Dragagem e derrocagem	1.128.089,94
0338 - Ampliação e reforma	942.585,94
0422 - Locação de bens e equipamentos	1.000.764,00
0850 - Gestão de Pessoas	157.558,20
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	157.558,20
28 - Encargos Especiais	107.844,38
846 - Outros Encargos Especiais	107.844,38
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	107.844,38
0160 - Encargos com precatórios	107.844,38
270091 - Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente	**113.564,37**
18 - Gestão Ambiental	113.564,37
542 - Controle Ambiental	113.564,37
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	113.564,37
0003 - Implantação, organização e gestão	113.564,37
270092 - Fundo Estadual de Recursos Hídricos	**3.010.745,57**
18 - Gestão Ambiental	3.010.745,57
544 - Recursos Hídricos	3.010.745,57
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	3.010.745,57
0003 - Implantação, organização e gestão	2.110.625,57
0140 - Implementação de sistema	90.000,00
0631 - Fortalecimento de comitês	810.120,00

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
270095 - Fundo Catarinense de Mudanças Climáticas	**518.474,43**
18 - Gestão Ambiental	518.474,43
122 - Administração Geral	18.474,43
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	18.474,43
0003 - Implantação, organização e gestão	18.474,43
542 - Controle Ambiental	500.000,00
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	500.000,00
0014 - Apoio a projetos	500.000,00
41000 - Gabinete do Governador do Estado	**936.610.765,68**
410001 - Secretaria de Estado da Casa Civil	**46.976.065,71**
01 - Legislativa	1.387.236,94
122 - Administração Geral	1.387.236,94
0920 - Gestão Administrativa - Poder Legislativo	1.387.236,94
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	1.387.236,94
04 - Administração	45.588.828,77
122 - Administração Geral	36.983.708,74
0850 - Gestão de Pessoas	22.936.920,35
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	22.936.920,35
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	14.046.788,39
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	14.046.788,39
126 - Tecnologia da Informação	657.840,45
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	657.840,45
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	657.840,45
128 - Formação de Recursos Humanos	29.265,57
0850 - Gestão de Pessoas	29.265,57
0006 - Encargos com estagiários	23.466,57

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	5.799,00
781 - Transporte Aéreo	5.657.545,97
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	5.657.545,97
0632 - Fornecimento de transporte	5.657.545,97
782 - Transporte Rodoviário	2.260.468,04
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.260.468,04
0632 - Fornecimento de transporte	2.260.468,04
410002 - Procuradoria Geral do Estado	**161.640.780,63**
03 - Essencial à Justiça	161.241.980,63
092 - Representação Judicial e Extrajudicial	53.694.502,88
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	53.694.502,88
0345 - Pagamento de encargos	53.694.502,88
122 - Administração Geral	107.509.507,87
0850 - Gestão de Pessoas	105.778.432,10
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	105.778.432,10
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.731.075,77
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	1.731.075,77
126 - Tecnologia da Informação	37.969,88
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	37.969,88
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	37.969,88
10 - Saúde	398.800,00
122 - Administração Geral	398.800,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	398.800,00
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	398.800,00
410003 - Secretaria Executiva de Articulação Nacional	**5.170.538,39**
04 - Administração	5.170.538,39

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
122 - Administração Geral	5.170.538,39
0850 - Gestão de Pessoas	3.209.371,29
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.209.371,29
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.961.167,10
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	1.961.167,10
410004 - Secretaria Executiva de Assuntos Internacionais	**2.934.385,26**
07 - Relações Exteriores	2.934.385,26
122 - Administração Geral	2.622.582,68
0850 - Gestão de Pessoas	2.200.638,28
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.200.638,28
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	421.944,40
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	421.944,40
126 - Tecnologia da Informação	37.383,74
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	37.383,74
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	37.383,74
211 - Relações Diplomáticas	9.822,50
0204 - Missões, Recepções e Eventos Internacionais	9.822,50
0053 - Realização de eventos	9.822,50
212 - Cooperação Internacional	264.596,34
0212 - Promoção Comercial e Cooperação Internacional	264.596,34
0617 - Promover relações comerciais, culturais e sociais	264.596,34
410005 - Secretaria de Estado de Comunicação	**60.512.412,08**
06 - Segurança Pública	109.415,38
122 - Administração Geral	109.415,38
0707 - Suporte Institucional Integrado	101.915,38
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	101.915,38

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	7.500,00
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	7.500,00
18 - Gestão Ambiental	495.000,00
542 - Controle Ambiental	495.000,00
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	495.000,00
0014 - Apoio a projetos	495.000,00
24 - Comunicações	59.797.996,70
122 - Administração Geral	8.854.462,81
0850 - Gestão de Pessoas	4.722.378,32
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	4.722.378,32
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	4.132.084,49
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	4.132.084,49
126 - Tecnologia da Informação	82.773,22
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	82.773,22
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	82.773,22
131 - Comunicação Social	50.860.760,67
0810 - Comunicação do Poder Executivo	50.860.760,67
0053 - Realização de eventos	346.938,75
0132 - Divulgação institucional	50.384.026,50
0314 - Realizar publicações legais	129.795,42
27 - Desporto e Lazer	110.000,00
812 - Desporto Comunitário	110.000,00
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	110.000,00
0053 - Realização de eventos	110.000,00
410031 - Agência de Desenvolvimento Regional de Itapiranga	**9.309.512,93**
04 - Administração	1.908.534,14

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
121 - Planejamento e Orçamento	203.124,00
0210 - Estudos, Projetos e Informações Estratégicas	203.124,00
0574 - Promoção do desenvolvimento regional	203.124,00
122 - Administração Geral	1.698.240,14
0850 - Gestão de Pessoas	1.304.581,46
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.304.581,46
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	393.658,68
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	331.348,08
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	62.310,60
128 - Formação de Recursos Humanos	7.170,00
0850 - Gestão de Pessoas	7.170,00
0006 - Encargos com estagiários	7.170,00
10 - Saúde	251.178,00
122 - Administração Geral	56.559,62
0400 - Gestão do SUS	56.559,62
0638 - Manutenção de serviços e unidades	56.559,62
301 - Atenção Básica	194.618,38
0420 - Atenção Básica	194.618,38
1015 - Ações na área da saúde	194.618,38
12 - Educação	5.181.717,94
122 - Administração Geral	2.515.086,86
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	25.194,18
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	25.194,18
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	2.489.892,68
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.489.892,68
367 - Educação Especial	271.715,86

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	271.715,86
0626 - Apoio financeiro às APAES	271.715,86
368 - Educação Básica	2.394.915,22
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	2.394.915,22
0103 - Transporte escolar	1.508.307,27
0104 - Operacionalização da educação	661.203,15
0144 - Manutenção e reforma de escolas	126.142,69
0371 - Manutenção e reforma de escola	90.482,11
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	8.780,00
18 - Gestão Ambiental	19.077,00
541 - Preservação e Conservação Ambiental	19.077,00
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	19.077,00
0015 - Ações ambientais	19.077,00
20 - Agricultura	77.158,47
606 - Extensão Rural	77.158,47
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	77.158,47
0014 - Apoio a projetos	39.952,73
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	37.205,74
26 - Transporte	1.688.580,51
782 - Transporte Rodoviário	1.688.580,51
0110 - Construção de Rodovias	1.688.580,51
0417 - Apoio ao sistema viário	758.672,83
0583 - Ações na área de infraestrutura	929.907,68
27 - Desporto e Lazer	183.266,87
812 - Desporto Comunitário	183.266,87
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	183.266,87

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0420 - Apoio a ações na área do esporte	183.266,87
410032 - Agência de Desenvolvimento Regional de Quilombo	**6.892.040,60**
04 - Administração	1.354.249,56
121 - Planejamento e Orçamento	71.194,01
0210 - Estudos, Projetos e Informações Estratégicas	71.194,01
0574 - Promoção do desenvolvimento regional	71.194,01
122 - Administração Geral	1.265.220,55
0850 - Gestão de Pessoas	898.343,44
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	898.343,44
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	366.877,11
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	269.866,39
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	97.010,72
126 - Tecnologia da Informação	12.500,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	12.500,00
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	12.500,00
128 - Formação de Recursos Humanos	5.335,00
0850 - Gestão de Pessoas	5.335,00
0006 - Encargos com estagiários	5.335,00
10 - Saúde	101.754,55
122 - Administração Geral	13.754,55
0400 - Gestão do SUS	13.754,55
0638 - Manutenção de serviços e unidades	13.754,55
301 - Atenção Básica	88.000,00
0420 - Atenção Básica	88.000,00
1015 - Ações na área da saúde	88.000,00
12 - Educação	4.144.390,49

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
122 - Administração Geral	2.579.607,63
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	131.462,79
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	131.462,79
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	2.448.144,84
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.448.144,84
367 - Educação Especial	191.401,86
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	191.401,86
0626 - Apoio financeiro às APAES	191.401,86
368 - Educação Básica	1.373.381,00
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	1.373.381,00
0103 - Transporte escolar	927.980,79
0104 - Operacionalização da educação	386.747,69
0144 - Manutenção e reforma de escolas	25.909,90
0371 - Manutenção e reforma de escola	32.742,62
26 - Transporte	994.146,00
782 - Transporte Rodoviário	994.146,00
0105 - Mobilidade Urbana	104.929,99
0340 - Apoio ao sistema viário	104.929,99
0110 - Construção de Rodovias	872.883,61
0417 - Apoio ao sistema viário	581.002,02
0583 - Ações na área de infraestrutura	291.881,59
0130 - Conservação e Segurança Rodoviária	16.332,40
0413 - Manutenção rotineira de rodovias	16.332,40
27 - Desporto e Lazer	297.500,00
812 - Desporto Comunitário	297.500,00
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	297.500,00

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0420 - Apoio a ações na área do esporte	297.500,00
410033 - Agência de Desenvolvimento Regional de Seara	**8.665.060,56**
04 - Administração	1.705.066,42
122 - Administração Geral	1.705.066,42
0850 - Gestão de Pessoas	1.048.467,26
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.048.467,26
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	656.599,16
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	242.341,90
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	414.257,26
06 - Segurança Pública	33.924,00
182 - Defesa Civil	33.924,00
0735 - Respostas aos Desastres e Recuperação	33.924,00
0342 - Ações em defesa civil	33.924,00
10 - Saúde	109.419,41
122 - Administração Geral	59.421,21
0400 - Gestão do SUS	59.421,21
0638 - Manutenção de serviços e unidades	59.421,21
301 - Atenção Básica	49.998,20
0420 - Atenção Básica	49.998,20
1015 - Ações na área da saúde	49.998,20
12 - Educação	5.111.685,44
122 - Administração Geral	2.300.884,47
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	90.464,11
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	90.464,11
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	2.210.420,36
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.210.420,36

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
367 - Educação Especial	389.347,15
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	389.347,15
0626 - Apoio financeiro às APAES	137.195,58
0997 - Cooperação técnico-pedagógica com APAES	252.151,57
368 - Educação Básica	2.421.453,82
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	2.407.223,82
0103 - Transporte escolar	1.714.700,57
0104 - Operacionalização da educação	563.018,42
0144 - Manutenção e reforma de escolas	99.738,83
0371 - Manutenção e reforma de escola	29.766,00
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	14.230,00
0242 - Capacitação de profissionais	14.230,00
20 - Agricultura	88.640,57
606 - Extensão Rural	88.640,57
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	88.640,57
0014 - Apoio a projetos	88.640,57
26 - Transporte	1.599.658,08
782 - Transporte Rodoviário	1.599.658,08
0110 - Construção de Rodovias	1.599.658,08
0417 - Apoio ao sistema viário	977.827,47
0583 - Ações na área de infraestrutura	621.830,61
27 - Desporto e Lazer	16.666,64
812 - Desporto Comunitário	16.666,64
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	16.666,64
0420 - Apoio a ações na área do esporte	16.666,64
410034 - Agência de Desenvolvimento Regional de Taió	**10.096.635,22**

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
04 - Administração	2.174.488,16
122 - Administração Geral	2.140.170,23
0850 - Gestão de Pessoas	1.066.116,38
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.066.116,38
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.074.053,85
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	545.314,85
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	528.739,00
126 - Tecnologia da Informação	33.569,93
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	33.569,93
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	33.569,93
128 - Formação de Recursos Humanos	748,00
0850 - Gestão de Pessoas	748,00
0006 - Encargos com estagiários	748,00
06 - Segurança Pública	35.470,08
122 - Administração Geral	34.881,98
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	34.881,98
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	350,00
0627 - Construção, ampliação e reforma	34.531,98
182 - Defesa Civil	588,10
0731 - Gestão de Riscos e Redução de Desastres	588,10
0494 - Promoção de educação continuada	588,10
10 - Saúde	181.077,43
122 - Administração Geral	62.377,34
0400 - Gestão do SUS	62.377,34
0638 - Manutenção de serviços e unidades	62.377,34
301 - Atenção Básica	118.700,09

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0420 - Atenção Básica	118.700,09
1015 - Ações na área da saúde	118.700,09
12 - Educação	5.665.903,59
122 - Administração Geral	2.469.533,87
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	76.793,41
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	76.793,41
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	2.392.740,46
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.392.740,46
367 - Educação Especial	314.962,15
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	314.962,15
0626 - Apoio financeiro às APAES	314.962,15
368 - Educação Básica	2.881.407,57
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	2.881.407,57
0103 - Transporte escolar	1.991.460,21
0104 - Operacionalização da educação	747.258,35
0144 - Manutenção e reforma de escolas	66.682,50
0371 - Manutenção e reforma de escola	37.096,20
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	38.910,31
18 - Gestão Ambiental	275.277,71
182 - Defesa Civil	252.691,07
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	252.691,07
0342 - Ações em defesa civil	252.691,07
544 - Recursos Hídricos	22.586,64
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	22.586,64
0521 - Reforma, manutenção e conservação de barragens	22.586,64
20 - Agricultura	66.817,06

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
606 - Extensão Rural	66.817,06
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	66.817,06
0014 - Apoio a projetos	66.817,06
26 - Transporte	1.697.601,19
782 - Transporte Rodoviário	1.697.601,19
0110 - Construção de Rodovias	1.634.601,19
0417 - Apoio ao sistema viário	1.215.592,02
0583 - Ações na área de infraestrutura	419.009,17
0130 - Conservação e Segurança Rodoviária	63.000,00
0413 - Manutenção rotineira de rodovias	63.000,00
410035 - Agência de Desenvolvimento Regional de Timbó	**12.673.250,64**
04 - Administração	1.935.996,35
121 - Planejamento e Orçamento	6.539,90
0210 - Estudos, Projetos e Informações Estratégicas	6.539,90
0574 - Promoção do desenvolvimento regional	6.539,90
122 - Administração Geral	1.897.604,25
0850 - Gestão de Pessoas	934.209,28
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	934.209,28
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	963.394,97
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	587.393,69
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	376.001,28
126 - Tecnologia da Informação	29.092,87
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	29.092,87
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	29.092,87
128 - Formação de Recursos Humanos	2.759,33
0850 - Gestão de Pessoas	2.759,33

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0006 - Encargos com estagiários	2.759,33
06 - Segurança Pública	307.500,26
122 - Administração Geral	307.500,26
0707 - Suporte Institucional Integrado	307.500,26
0187 - Construção de instalações físicas	307.500,26
10 - Saúde	330.215,51
122 - Administração Geral	59.584,23
0400 - Gestão do SUS	59.584,23
0638 - Manutenção de serviços e unidades	59.584,23
301 - Atenção Básica	270.631,28
0420 - Atenção Básica	270.631,28
1015 - Ações na área da saúde	270.631,28
12 - Educação	8.878.204,39
122 - Administração Geral	2.372.374,39
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	34.864,43
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	34.864,43
0850 - Gestão de Pessoas	2.337.509,96
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.337.509,96
363 - Ensino Profissional	475.210,96
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	475.210,96
0104 - Operacionalização da educação	83.750,22
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	391.460,74
367 - Educação Especial	432.996,26
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	432.996,26
0626 - Apoio financeiro às APAES	432.996,26
368 - Educação Básica	5.597.622,78

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	5.597.622,78
0103 - Transporte escolar	3.663.125,61
0104 - Operacionalização da educação	1.151.976,99
0144 - Manutenção e reforma de escolas	138.338,69
0371 - Manutenção e reforma de escola	76.531,66
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	567.649,83
20 - Agricultura	10.000,00
606 - Extensão Rural	10.000,00
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	10.000,00
0014 - Apoio a projetos	10.000,00
26 - Transporte	1.091.090,88
782 - Transporte Rodoviário	1.091.090,88
0110 - Construção de Rodovias	1.091.090,88
0417 - Apoio ao sistema viário	860.090,94
0583 - Ações na área de infraestrutura	230.999,94
27 - Desporto e Lazer	120.243,25
812 - Desporto Comunitário	120.243,25
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	120.243,25
0420 - Apoio a ações na área do esporte	120.243,25
410036 - Agência de Desenvolvimento Regional de Braço do Norte	**9.923.143,52**
04 - Administração	2.369.540,54
121 - Planejamento e Orçamento	698.677,83
0210 - Estudos, Projetos e Informações Estratégicas	698.677,83
0574 - Promoção do desenvolvimento regional	698.677,83
122 - Administração Geral	1.670.262,71
0850 - Gestão de Pessoas	1.096.893,68

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.096.893,68
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	573.369,03
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	514.068,62
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	59.300,41
126 - Tecnologia da Informação	600,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	600,00
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	600,00
06 - Segurança Pública	140.847,90
182 - Defesa Civil	140.847,90
0735 - Respostas aos Desastres e Recuperação	140.847,90
0342 - Ações em defesa civil	140.847,90
10 - Saúde	89.223,15
122 - Administração Geral	89.223,15
0400 - Gestão do SUS	89.223,15
0638 - Manutenção de serviços e unidades	89.223,15
12 - Educação	6.112.409,80
122 - Administração Geral	2.277.542,01
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	37.716,47
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	37.716,47
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	2.239.825,54
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.239.825,54
367 - Educação Especial	477.663,74
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	477.663,74
0626 - Apoio financeiro às APAES	477.663,74
368 - Educação Básica	3.357.204,05
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	3.357.204,05

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0103 - Transporte escolar	2.422.826,60
0104 - Operacionalização da educação	710.573,97
0144 - Manutenção e reforma de escolas	43.000,00
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	180.803,48
20 - Agricultura	240.707,01
606 - Extensão Rural	240.707,01
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	240.707,01
0014 - Apoio a projetos	240.707,01
26 - Transporte	970.415,12
782 - Transporte Rodoviário	970.415,12
0110 - Construção de Rodovias	970.415,12
0417 - Apoio ao sistema viário	818.454,02
0583 - Ações na área de infraestrutura	151.961,10
410037 - Agência de Desenvolvimento Regional de São Miguel do Oeste	**13.747.715,53**
04 - Administração	4.058.555,81
122 - Administração Geral	4.038.307,58
0850 - Gestão de Pessoas	1.897.794,08
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.897.794,08
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.140.513,50
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	317.880,25
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	1.822.633,25
128 - Formação de Recursos Humanos	20.248,23
0850 - Gestão de Pessoas	20.248,23
0006 - Encargos com estagiários	20.248,23
06 - Segurança Pública	96.390,09
122 - Administração Geral	95.797,09

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	95.797,09
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	600,00
0627 - Construção, ampliação e reforma	95.197,09
182 - Defesa Civil	593,00
0731 - Gestão de Riscos e Redução de Desastres	593,00
0494 - Promoção de educação continuada	593,00
10 - Saúde	627.326,28
122 - Administração Geral	271.987,03
0400 - Gestão do SUS	271.987,03
0638 - Manutenção de serviços e unidades	271.987,03
301 - Atenção Básica	86.492,05
0420 - Atenção Básica	86.492,05
1015 - Ações na área da saúde	86.492,05
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	268.567,20
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	268.567,20
0969 - Ampliação e reforma de unidades assistenciais	268.567,20
305 - Vigilância Epidemiológica	280,00
0410 - Vigilância em Saúde	280,00
0426 - Realizar ações de vigilância, prevenção e controle	280,00
12 - Educação	6.409.223,68
122 - Administração Geral	3.815.787,48
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	68.998,67
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	68.998,67
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	3.746.788,81
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.746.788,81
363 - Ensino Profissional	60.078,30

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	60.078,30
0104 - Operacionalização da educação	60.078,30
367 - Educação Especial	372.894,28
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	372.894,28
0626 - Apoio financeiro às APAES	372.894,28
368 - Educação Básica	2.160.463,62
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	2.160.463,62
0103 - Transporte escolar	1.255.605,95
0104 - Operacionalização da educação	718.982,22
0144 - Manutenção e reforma de escolas	168.750,11
0371 - Manutenção e reforma de escola	17.125,34
20 - Agricultura	154.505,95
606 - Extensão Rural	154.505,95
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	154.505,95
0014 - Apoio a projetos	95.665,14
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	58.840,81
26 - Transporte	2.158.977,31
782 - Transporte Rodoviário	2.158.977,31
0110 - Construção de Rodovias	2.158.977,31
0417 - Apoio ao sistema viário	1.909.781,16
0583 - Ações na área de infraestrutura	249.196,15
27 - Desporto e Lazer	242.736,41
812 - Desporto Comunitário	242.736,41
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	242.736,41
0420 - Apoio a ações na área do esporte	242.736,41
410038 - Agência de Desenvolvimento Regional de Maravilha	**12.077.302,38**

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
04 - Administração	2.271.098,03
122 - Administração Geral	2.268.118,03
0850 - Gestão de Pessoas	1.450.887,40
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.450.887,40
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	817.230,63
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	319.928,05
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	497.302,58
128 - Formação de Recursos Humanos	2.980,00
0850 - Gestão de Pessoas	2.980,00
0006 - Encargos com estagiários	2.980,00
06 - Segurança Pública	130.482,85
122 - Administração Geral	51.425,56
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	51.425,56
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	540,00
0627 - Construção, ampliação e reforma	50.885,56
182 - Defesa Civil	79.057,29
0731 - Gestão de Riscos e Redução de Desastres	1.350,00
0494 - Promoção de educação continuada	1.350,00
0735 - Respostas aos Desastres e Recuperação	77.707,29
0342 - Ações em defesa civil	77.707,29
10 - Saúde	156.515,31
122 - Administração Geral	22.829,22
0400 - Gestão do SUS	22.829,22
0638 - Manutenção de serviços e unidades	22.829,22
301 - Atenção Básica	133.686,09
0420 - Atenção Básica	133.686,09

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
1015 - Ações na área da saúde	133.686,09
12 - Educação	7.811.254,73
122 - Administração Geral	3.080.126,94
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	68.606,07
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	68.606,07
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	3.011.520,87
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.011.520,87
367 - Educação Especial	703.270,57
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	703.270,57
0626 - Apoio financeiro às APAES	703.270,57
368 - Educação Básica	4.027.857,22
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	4.010.129,35
0103 - Transporte escolar	2.736.765,50
0104 - Operacionalização da educação	1.037.691,53
0144 - Manutenção e reforma de escolas	16.302,15
0371 - Manutenção e reforma de escola	108.289,41
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	111.080,76
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	10.762,95
0242 - Capacitação de profissionais	10.762,95
0626 - Redução das Desigualdades e Valorização da Diversidade	6.964,92
0590 - Inclusão social e melhoria de índices	6.964,92
14 - Direitos da Cidadania	16.372,70
421 - Custódia e Reintegração Social	16.372,70
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	16.372,70
0395 - Construção, reforma e ampliação de unidades	16.372,70
20 - Agricultura	195.629,99

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
126 - Tecnologia da Informação	72.000,00
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	72.000,00
0432 - Implantar telecentros de inclusão digital	72.000,00
606 - Extensão Rural	123.629,99
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	123.629,99
0014 - Apoio a projetos	92.796,67
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	30.833,32
26 - Transporte	1.452.970,03
782 - Transporte Rodoviário	1.452.970,03
0110 - Construção de Rodovias	1.452.970,03
0417 - Apoio ao sistema viário	946.202,48
0583 - Ações na área de infraestrutura	506.767,55
27 - Desporto e Lazer	42.978,74
812 - Desporto Comunitário	42.978,74
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	42.978,74
0420 - Apoio a ações na área do esporte	42.978,74
410039 - Agência de Desenvolvimento Regional de São Lourenço do Oeste	**8.332.517,59**
04 - Administração	1.639.558,87
122 - Administração Geral	1.639.558,87
0850 - Gestão de Pessoas	1.069.637,56
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.069.637,56
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	569.921,31
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	274.052,00
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	295.869,31
10 - Saúde	68.322,41
122 - Administração Geral	68.322,41

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0400 - Gestão do SUS	68.322,41
0638 - Manutenção de serviços e unidades	68.322,41
12 - Educação	5.996.430,29
122 - Administração Geral	3.233.290,73
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	57.478,51
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	57.478,51
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	3.175.812,22
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.175.812,22
363 - Ensino Profissional	56.789,64
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	56.789,64
0104 - Operacionalização da educação	56.789,64
367 - Educação Especial	498.518,31
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	498.518,31
0626 - Apoio financeiro às APAES	498.518,31
368 - Educação Básica	2.207.831,61
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	1.964.804,79
0103 - Transporte escolar	1.183.334,05
0104 - Operacionalização da educação	685.665,46
0371 - Manutenção e reforma de escola	95.805,28
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	1.600,00
0242 - Capacitação de profissionais	1.600,00
0626 - Redução das Desigualdades e Valorização da Diversidade	241.426,82
0590 - Inclusão social e melhoria de índices	241.426,82
17 - Saneamento	49.359,79
512 - Saneamento Básico Urbano	49.359,79
0360 - Abastecimento de Água	49.359,79

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0403 - Apoio às ações de abastecimento e saneamento	49.359,79
20 - Agricultura	9.759,45
606 - Extensão Rural	9.759,45
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	9.759,45
0014 - Apoio a projetos	9.759,45
26 - Transporte	522.181,87
782 - Transporte Rodoviário	522.181,87
0110 - Construção de Rodovias	522.181,87
0417 - Apoio ao sistema viário	58.331,87
0583 - Ações na área de infraestrutura	463.850,00
27 - Desporto e Lazer	46.904,91
812 - Desporto Comunitário	46.904,91
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	46.904,91
0420 - Apoio a ações na área do esporte	46.904,91
410040 - Agência de Desenvolvimento Regional de Chapecó	**39.569.583,75**
04 - Administração	6.866.311,12
122 - Administração Geral	6.866.311,12
0850 - Gestão de Pessoas	3.215.949,11
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.215.949,11
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	3.650.362,01
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	1.037.793,05
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	2.612.568,96
10 - Saúde	4.922.048,96
122 - Administração Geral	181.816,33
0400 - Gestão do SUS	181.816,33
0638 - Manutenção de serviços e unidades	181.816,33

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
301 - Atenção Básica	119.445,55
0420 - Atenção Básica	119.445,55
1015 - Ações na área da saúde	119.445,55
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.615.587,08
0101 - Acelera Santa Catarina	4.574.108,88
0058 - Ampliação e readequação de hospital	4.574.108,88
0410 - Vigilância em Saúde	37.137,77
0641 - Realizar ações de gestão	37.137,77
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	4.340,43
0965 - Ações de saúde	4.340,43
305 - Vigilância Epidemiológica	5.200,00
0410 - Vigilância em Saúde	5.200,00
0426 - Realizar ações de vigilância, prevenção e controle	5.200,00
12 - Educação	10.872.633,47
122 - Administração Geral	4.259.117,50
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	76.430,78
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	76.430,78
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	4.182.686,72
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	4.182.686,72
363 - Ensino Profissional	42.426,37
0615 - Gestão do Ensino Profissional	42.426,37
0104 - Operacionalização da educação	42.426,37
367 - Educação Especial	616.828,29
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	616.828,29
0626 - Apoio financeiro às APAES	616.828,29
368 - Educação Básica	5.954.261,31

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	5.900.197,89
0103 - Transporte escolar	2.824.001,41
0104 - Operacionalização da educação	2.264.740,03
0144 - Manutenção e reforma de escolas	391.127,35
0371 - Manutenção e reforma de escola	262.243,63
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	158.085,47
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	5.517,66
0242 - Capacitação de profissionais	5.517,66
0626 - Redução das Desigualdades e Valorização da Diversidade	48.545,76
0590 - Inclusão social e melhoria de índices	48.545,76
20 - Agricultura	279.442,24
606 - Extensão Rural	279.442,24
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	279.442,24
0014 - Apoio a projetos	249.958,32
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	29.483,92
26 - Transporte	16.629.147,96
782 - Transporte Rodoviário	16.629.147,96
0110 - Construção de Rodovias	16.629.147,96
0417 - Apoio ao sistema viário	8.731.613,93
0583 - Ações na área de infraestrutura	7.897.534,03
410041 - Agência de Desenvolvimento Regional de Xanxerê	**23.763.002,03**
04 - Administração	5.169.684,65
122 - Administração Geral	5.096.301,49
0850 - Gestão de Pessoas	2.269.006,62
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.269.006,62
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.827.294,87

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	628.264,61
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	2.199.030,26
126 - Tecnologia da Informação	61.108,16
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	61.108,16
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	61.108,16
128 - Formação de Recursos Humanos	12.275,00
0850 - Gestão de Pessoas	12.275,00
0006 - Encargos com estagiários	12.275,00
06 - Segurança Pública	55.771,65
122 - Administração Geral	55.284,15
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	55.284,15
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	720,00
0627 - Construção, ampliação e reforma	54.564,15
182 - Defesa Civil	487,50
0731 - Gestão de Riscos e Redução de Desastres	487,50
0494 - Promoção de educação continuada	487,50
10 - Saúde	3.216.088,16
122 - Administração Geral	139.574,84
0400 - Gestão do SUS	139.574,84
0638 - Manutenção de serviços e unidades	139.574,84
301 - Atenção Básica	395.198,95
0420 - Atenção Básica	395.198,95
1015 - Ações na área da saúde	395.198,95
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.669.834,37
0101 - Acelera Santa Catarina	2.669.834,37
0058 - Ampliação e readequação de hospital	2.669.834,37

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
305 - Vigilância Epidemiológica	11.480,00
0410 - Vigilância em Saúde	11.480,00
0426 - Realizar ações de vigilância, prevenção e controle	11.480,00
12 - Educação	11.669.982,17
122 - Administração Geral	4.057.648,42
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	16.529,40
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	16.529,40
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	4.041.119,02
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	4.041.119,02
367 - Educação Especial	1.209.417,00
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	1.209.417,00
0626 - Apoio financeiro às APAES	1.209.417,00
368 - Educação Básica	6.402.916,75
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	6.336.649,48
0103 - Transporte escolar	4.397.778,99
0104 - Operacionalização da educação	1.473.105,47
0144 - Manutenção e reforma de escolas	151.291,43
0371 - Manutenção e reforma de escola	80.191,61
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	234.281,98
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	1.450,00
0242 - Capacitação de profissionais	1.450,00
0626 - Redução das Desigualdades e Valorização da Diversidade	64.817,27
0590 - Inclusão social e melhoria de índices	64.817,27
18 - Gestão Ambiental	309.482,50
182 - Defesa Civil	299.982,50
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	299.982,50

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0342 - Ações em defesa civil	299.982,50
541 - Preservação e Conservação Ambiental	9.500,00
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	9.500,00
0015 - Ações ambientais	9.500,00
20 - Agricultura	371.065,40
126 - Tecnologia da Informação	72.000,00
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	72.000,00
0432 - Implantar telecentros de inclusão digital	72.000,00
606 - Extensão Rural	299.065,40
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	299.065,40
0014 - Apoio a projetos	299.065,40
26 - Transporte	2.857.711,99
782 - Transporte Rodoviário	2.857.711,99
0110 - Construção de Rodovias	2.857.711,99
0417 - Apoio ao sistema viário	2.201.711,99
0583 - Ações na área de infraestrutura	656.000,00
27 - Desporto e Lazer	113.215,51
812 - Desporto Comunitário	113.215,51
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	113.215,51
0420 - Apoio a ações na área do esporte	113.215,51
410042 - Agência de Desenvolvimento Regional de Concórdia	**11.656.263,59**
04 - Administração	3.071.533,48
122 - Administração Geral	3.058.403,49
0850 - Gestão de Pessoas	2.197.229,53
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.197.229,53
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	861.173,96

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	488.539,75
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	372.634,21
128 - Formação de Recursos Humanos	13.129,99
0850 - Gestão de Pessoas	13.129,99
0006 - Encargos com estagiários	13.129,99
06 - Segurança Pública	104.376,15
122 - Administração Geral	61.164,83
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	61.164,83
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	720,00
0627 - Construção, ampliação e reforma	60.444,83
182 - Defesa Civil	43.211,32
0731 - Gestão de Riscos e Redução de Desastres	465,00
0494 - Promoção de educação continuada	465,00
0735 - Respostas aos Desastres e Recuperação	42.746,32
0342 - Ações em defesa civil	42.746,32
10 - Saúde	142.170,04
122 - Administração Geral	139.648,77
0400 - Gestão do SUS	139.648,77
0638 - Manutenção de serviços e unidades	139.648,77
128 - Formação de Recursos Humanos	1.338,77
0400 - Gestão do SUS	1.338,77
0984 - Qualificação dos trabalhadores do SUS	1.338,77
305 - Vigilância Epidemiológica	1.182,50
0410 - Vigilância em Saúde	1.182,50
0965 - Ações de saúde	1.182,50
12 - Educação	6.462.326,01

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
122 - Administração Geral	2.678.073,78
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	109.467,25
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	109.467,25
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	2.568.606,53
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.568.606,53
367 - Educação Especial	600.338,95
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	600.338,95
0626 - Apoio financeiro às APAES	600.338,95
368 - Educação Básica	3.183.913,28
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	3.183.913,28
0103 - Transporte escolar	2.103.012,37
0104 - Operacionalização da educação	947.237,42
0144 - Manutenção e reforma de escolas	49.130,06
0371 - Manutenção e reforma de escola	84.533,43
14 - Direitos da Cidadania	42.152,95
421 - Custódia e Reintegração Social	42.152,95
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	42.152,95
0395 - Construção, reforma e ampliação de unidades	42.152,95
17 - Saneamento	89.549,62
512 - Saneamento Básico Urbano	89.549,62
0360 - Abastecimento de Água	89.549,62
0403 - Apoio às ações de abastecimento e saneamento	89.549,62
20 - Agricultura	513.676,20
606 - Extensão Rural	513.676,20
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	513.676,20
0014 - Apoio a projetos	448.245,98

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	65.430,22
26 - Transporte	1.230.479,14
782 - Transporte Rodoviário	1.230.479,14
0110 - Construção de Rodovias	1.230.479,14
0417 - Apoio ao sistema viário	759.947,11
0583 - Ações na área de infraestrutura	470.532,03
410043 - Agência de Desenvolvimento Regional de Joaçaba	**15.740.513,21**
04 - Administração	4.633.732,76
122 - Administração Geral	4.607.910,78
0850 - Gestão de Pessoas	3.559.611,61
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.559.611,61
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.048.299,17
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	262.856,26
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	785.442,91
128 - Formação de Recursos Humanos	25.821,98
0850 - Gestão de Pessoas	25.821,98
0006 - Encargos com estagiários	25.821,98
06 - Segurança Pública	190.276,75
122 - Administração Geral	190.276,75
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	190.276,75
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	720,00
0627 - Construção, ampliação e reforma	189.556,75
10 - Saúde	301.953,79
122 - Administração Geral	228.360,94
0400 - Gestão do SUS	228.360,94
0638 - Manutenção de serviços e unidades	228.360,94

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
128 - Formação de Recursos Humanos	2.600,00
0400 - Gestão do SUS	2.600,00
0984 - Qualificação dos trabalhadores do SUS	2.600,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	58.610,72
0410 - Vigilância em Saúde	15.686,40
0641 - Realizar ações de gestão	15.686,40
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	42.924,32
0965 - Ações de saúde	42.924,32
304 - Vigilância Sanitária	11.102,13
0410 - Vigilância em Saúde	11.102,13
0994 - Ações da Vigilância Sanitária	11.102,13
305 - Vigilância Epidemiológica	1.280,00
0410 - Vigilância em Saúde	1.280,00
0965 - Ações de saúde	1.280,00
12 - Educação	9.256.266,52
122 - Administração Geral	4.014.165,68
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	127.176,21
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	127.176,21
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	3.886.989,47
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.886.989,47
363 - Ensino Profissional	184.804,00
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	184.804,00
0104 - Operacionalização da educação	184.804,00
367 - Educação Especial	733.799,78
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	733.799,78
0626 - Apoio financeiro às APAES	673.799,78

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0997 - Cooperação técnico-pedagógica com APAES	60.000,00
368 - Educação Básica	4.323.497,06
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	4.323.497,06
0103 - Transporte escolar	2.814.302,44
0104 - Operacionalização da educação	1.204.184,17
0144 - Manutenção e reforma de escolas	186.585,41
0371 - Manutenção e reforma de escola	66.534,63
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	51.890,41
20 - Agricultura	165.950,79
126 - Tecnologia da Informação	18.000,00
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	18.000,00
0432 - Implantar telecentros de inclusão digital	18.000,00
606 - Extensão Rural	147.950,79
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	147.950,79
0014 - Apoio a projetos	104.084,89
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	43.865,90
26 - Transporte	909.109,81
782 - Transporte Rodoviário	909.109,81
0110 - Construção de Rodovias	909.109,81
0417 - Apoio ao sistema viário	437.849,85
0583 - Ações na área de infraestrutura	471.259,96
27 - Desporto e Lazer	283.222,79
812 - Desporto Comunitário	283.222,79
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	283.222,79
0420 - Apoio a ações na área do esporte	283.222,79
410044 - Agência de Desenvolvimento Regional de Campos Novos	**10.002.055,23**

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
04 - Administração	2.021.230,70
122 - Administração Geral	1.927.156,25
0850 - Gestão de Pessoas	1.109.027,62
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.109.027,62
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	818.128,63
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	331.208,27
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	486.920,36
126 - Tecnologia da Informação	87.524,45
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	87.524,45
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	87.524,45
128 - Formação de Recursos Humanos	6.550,00
0850 - Gestão de Pessoas	6.550,00
0006 - Encargos com estagiários	6.550,00
10 - Saúde	15.317,11
122 - Administração Geral	15.317,11
0400 - Gestão do SUS	15.317,11
0638 - Manutenção de serviços e unidades	15.317,11
12 - Educação	6.004.903,32
122 - Administração Geral	2.620.203,59
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	10.392,84
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	10.392,84
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	2.609.810,75
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.609.810,75
363 - Ensino Profissional	54.043,84
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	54.043,84
0104 - Operacionalização da educação	54.043,84

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
367 - Educação Especial	249.542,23
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	249.542,23
0626 - Apoio financeiro às APAES	249.542,23
368 - Educação Básica	3.081.113,66
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	2.424.961,66
0103 - Transporte escolar	1.960.434,40
0144 - Manutenção e reforma de escolas	55.498,05
0242 - Capacitação de profissionais	797,17
0371 - Manutenção e reforma de escola	57.796,33
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	350.435,71
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	587.954,41
0104 - Operacionalização da educação	587.954,41
0626 - Redução das Desigualdades e Valorização da Diversidade	68.197,59
0590 - Inclusão social e melhoria de índices	68.197,59
14 - Direitos da Cidadania	1.860,00
421 - Custódia e Reintegração Social	1.860,00
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	1.860,00
0395 - Construção, reforma e ampliação de unidades	1.860,00
20 - Agricultura	101.984,88
606 - Extensão Rural	101.984,88
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	101.984,88
0014 - Apoio a projetos	101.984,88
26 - Transporte	1.833.203,67
782 - Transporte Rodoviário	1.833.203,67
0110 - Construção de Rodovias	1.833.203,67
0417 - Apoio ao sistema viário	1.447.741,17

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0583 - Ações na área de infraestrutura	385.462,50
27 - Desporto e Lazer	23.555,55
812 - Desporto Comunitário	23.555,55
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	23.555,55
0420 - Apoio a ações na área do esporte	23.555,55
410045 - Agência de Desenvolvimento Regional de Videira	**11.023.551,97**
04 - Administração	2.035.506,57
122 - Administração Geral	2.015.097,33
0850 - Gestão de Pessoas	1.492.291,27
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.492.291,27
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	522.806,06
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	292.654,01
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	230.152,05
126 - Tecnologia da Informação	4.709,24
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	4.709,24
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	4.709,24
128 - Formação de Recursos Humanos	15.700,00
0850 - Gestão de Pessoas	15.700,00
0006 - Encargos com estagiários	15.700,00
10 - Saúde	336.845,64
122 - Administração Geral	118.557,98
0400 - Gestão do SUS	118.557,98
0638 - Manutenção de serviços e unidades	118.557,98
301 - Atenção Básica	202.338,47
0420 - Atenção Básica	202.338,47
1015 - Ações na área da saúde	202.338,47

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
305 - Vigilância Epidemiológica	15.949,19
0410 - Vigilância em Saúde	15.949,19
0426 - Realizar ações de vigilância, prevenção e controle	15.949,19
12 - Educação	6.980.658,44
122 - Administração Geral	2.744.270,62
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	153.216,35
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	153.216,35
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	2.591.054,27
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.591.054,27
367 - Educação Especial	1.357.829,44
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	1.357.829,44
0626 - Apoio financeiro às APAES	666.605,80
0997 - Cooperação técnico-pedagógica com APAES	691.223,64
368 - Educação Básica	2.878.558,38
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	2.878.558,38
0103 - Transporte escolar	1.574.919,10
0104 - Operacionalização da educação	941.754,41
0144 - Manutenção e reforma de escolas	225.237,04
0371 - Manutenção e reforma de escola	32.401,48
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	104.246,35
18 - Gestão Ambiental	25.510,20
182 - Defesa Civil	25.510,20
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	25.510,20
0342 - Ações em defesa civil	25.510,20
20 - Agricultura	134.789,57
126 - Tecnologia da Informação	72.000,00

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	72.000,00
0432 - Implantar telecentros de inclusão digital	72.000,00
606 - Extensão Rural	62.789,57
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	62.789,57
0014 - Apoio a projetos	62.789,57
26 - Transporte	1.510.241,55
782 - Transporte Rodoviário	1.510.241,55
0110 - Construção de Rodovias	1.510.241,55
0417 - Apoio ao sistema viário	1.002.796,71
0583 - Ações na área de infraestrutura	507.444,84
410046 - Agência de Desenvolvimento Regional de Caçador	**13.447.751,53**
04 - Administração	2.144.360,80
122 - Administração Geral	2.115.661,15
0850 - Gestão de Pessoas	1.425.384,90
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.425.384,90
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	690.276,25
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	432.735,56
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	257.540,69
126 - Tecnologia da Informação	28.699,65
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	28.699,65
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	28.699,65
06 - Segurança Pública	46.522,00
122 - Administração Geral	45.950,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	45.950,00
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	720,00
0627 - Construção, ampliação e reforma	45.230,00

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
182 - Defesa Civil	572,00
0731 - Gestão de Riscos e Redução de Desastres	572,00
0494 - Promoção de educação continuada	572,00
08 - Assistência Social	186.526,60
244 - Assistência Comunitária	186.526,60
0510 - Gestão do SUAS	186.526,60
0230 - Apoio às ações de desenvolvimento social, trabalho e renda	186.526,60
10 - Saúde	19.562,18
122 - Administração Geral	19.562,18
0400 - Gestão do SUS	19.562,18
0638 - Manutenção de serviços e unidades	19.562,18
12 - Educação	7.997.247,61
122 - Administração Geral	4.040.678,23
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	59.891,02
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	59.891,02
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	3.980.787,21
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.980.787,21
367 - Educação Especial	549.095,27
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	549.095,27
0626 - Apoio financeiro às APAES	549.095,27
368 - Educação Básica	3.407.474,11
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	176.641,03
0975 - Revitalização da rede física	176.641,03
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	3.230.833,08
0103 - Transporte escolar	1.856.173,36
0104 - Operacionalização da educação	776.758,27

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0144 - Manutenção e reforma de escolas	408.242,42
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	189.659,03
18 - Gestão Ambiental	412.966,07
182 - Defesa Civil	412.966,07
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	412.966,07
0342 - Ações em defesa civil	412.966,07
20 - Agricultura	63.915,99
606 - Extensão Rural	63.915,99
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	63.915,99
0014 - Apoio a projetos	63.915,99
26 - Transporte	2.527.178,23
782 - Transporte Rodoviário	2.527.178,23
0110 - Construção de Rodovias	2.527.178,23
0417 - Apoio ao sistema viário	1.701.717,02
0583 - Ações na área de infraestrutura	825.461,21
27 - Desporto e Lazer	49.472,05
812 - Desporto Comunitário	49.472,05
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	49.472,05
0420 - Apoio a ações na área do esporte	49.472,05
410047 - Agência de Desenvolvimento Regional de Curitibanos	**9.624.292,00**
04 - Administração	2.018.803,03
122 - Administração Geral	2.017.123,03
0850 - Gestão de Pessoas	1.653.456,88
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.653.456,88
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	363.666,15
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	194.186,98

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	169.479,17
128 - Formação de Recursos Humanos	1.680,00
0850 - Gestão de Pessoas	1.680,00
0006 - Encargos com estagiários	1.680,00
06 - Segurança Pública	56.161,72
122 - Administração Geral	55.566,08
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	55.566,08
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	630,00
0627 - Construção, ampliação e reforma	54.936,08
182 - Defesa Civil	595,64
0731 - Gestão de Riscos e Redução de Desastres	595,64
0494 - Promoção de educação continuada	595,64
10 - Saúde	120.000,00
301 - Atenção Básica	120.000,00
0420 - Atenção Básica	120.000,00
1015 - Ações na área da saúde	120.000,00
12 - Educação	5.961.835,30
122 - Administração Geral	2.859.173,01
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	194.824,32
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	194.824,32
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	2.664.348,69
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.664.348,69
367 - Educação Especial	767.699,78
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	767.699,78
0626 - Apoio financeiro às APAES	456.420,26
0997 - Cooperação técnico-pedagógica com APAES	311.279,52

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
368 - Educação Básica	2.334.962,51
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	2.334.962,51
0103 - Transporte escolar	884.842,99
0104 - Operacionalização da educação	926.657,84
0144 - Manutenção e reforma de escolas	367.919,32
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	155.542,36
14 - Direitos da Cidadania	518.755,76
421 - Custódia e Reintegração Social	518.755,76
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	518.755,76
0395 - Construção, reforma e ampliação de unidades	518.755,76
26 - Transporte	922.487,90
782 - Transporte Rodoviário	922.487,90
0110 - Construção de Rodovias	922.487,90
0417 - Apoio ao sistema viário	509.847,74
0583 - Ações na área de infraestrutura	412.640,16
27 - Desporto e Lazer	26.248,29
812 - Desporto Comunitário	26.248,29
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	26.248,29
0420 - Apoio a ações na área do esporte	26.248,29
410048 - Agência de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul	**13.470.035,55**
04 - Administração	2.030.654,30
121 - Planejamento e Orçamento	50.000,00
0210 - Estudos, Projetos e Informações Estratégicas	50.000,00
0574 - Promoção do desenvolvimento regional	50.000,00
122 - Administração Geral	1.949.023,55
0850 - Gestão de Pessoas	1.303.813,73

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.303.813,73
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	645.209,82
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	483.011,79
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	162.198,03
126 - Tecnologia da Informação	10.324,44
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	10.324,44
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	10.324,44
128 - Formação de Recursos Humanos	21.306,31
0850 - Gestão de Pessoas	21.306,31
0006 - Encargos com estagiários	21.306,31
06 - Segurança Pública	643.266,40
122 - Administração Geral	264.826,43
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	264.826,43
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	595,00
0627 - Construção, ampliação e reforma	264.231,43
182 - Defesa Civil	378.439,97
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	166.970,63
0493 - Ampliação e modernização de rede de monitoramento e alerta	166.970,63
0731 - Gestão de Riscos e Redução de Desastres	555,45
0494 - Promoção de educação continuada	555,45
0735 - Respostas aos Desastres e Recuperação	210.913,89
0342 - Ações em defesa civil	210.913,89
10 - Saúde	345.918,24
122 - Administração Geral	241.264,58
0400 - Gestão do SUS	241.264,58
0638 - Manutenção de serviços e unidades	241.264,58

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
301 - Atenção Básica	95.753,66
0420 - Atenção Básica	95.753,66
1015 - Ações na área da saúde	95.753,66
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	8.900,00
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	8.900,00
0991 - Manutenção de unidades	8.900,00
12 - Educação	9.172.792,26
122 - Administração Geral	4.564.497,03
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	84.584,68
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	84.584,68
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	4.479.912,35
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	4.479.912,35
367 - Educação Especial	885.272,67
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	885.272,67
0626 - Apoio financeiro às APAES	735.272,67
0997 - Cooperação técnico-pedagógica com APAES	150.000,00
368 - Educação Básica	3.723.022,56
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	3.718.842,56
0103 - Transporte escolar	2.073.415,19
0104 - Operacionalização da educação	947.109,50
0144 - Manutenção e reforma de escolas	3.855,00
0371 - Manutenção e reforma de escola	469.971,84
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	224.491,03
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	4.180,00
0242 - Capacitação de profissionais	4.180,00
14 - Direitos da Cidadania	73.561,76

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
421 - Custódia e Reintegração Social	73.561,76
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	73.561,76
0395 - Construção, reforma e ampliação de unidades	73.561,76
20 - Agricultura	111.984,97
126 - Tecnologia da Informação	72.000,00
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	72.000,00
0432 - Implantar telecentros de inclusão digital	72.000,00
606 - Extensão Rural	39.984,97
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	39.984,97
0014 - Apoio a projetos	39.984,97
26 - Transporte	1.091.857,62
782 - Transporte Rodoviário	1.091.857,62
0110 - Construção de Rodovias	1.091.857,62
0417 - Apoio ao sistema viário	869.637,80
0583 - Ações na área de infraestrutura	222.219,82
410049 - Agência de Desenvolvimento Regional de Ituporanga	**13.514.230,15**
04 - Administração	2.818.559,52
121 - Planejamento e Orçamento	162.985,81
0210 - Estudos, Projetos e Informações Estratégicas	162.985,81
0574 - Promoção do desenvolvimento regional	162.985,81
122 - Administração Geral	2.654.988,71
0850 - Gestão de Pessoas	1.896.273,19
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.896.273,19
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	758.715,52
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	574.427,44
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	184.288,08

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
128 - Formação de Recursos Humanos	585,00
0850 - Gestão de Pessoas	585,00
0006 - Encargos com estagiários	585,00
06 - Segurança Pública	127.358,46
182 - Defesa Civil	127.358,46
0735 - Respostas aos Desastres e Recuperação	127.358,46
0342 - Ações em defesa civil	127.358,46
10 - Saúde	435.757,72
122 - Administração Geral	27.447,31
0400 - Gestão do SUS	27.447,31
0638 - Manutenção de serviços e unidades	27.447,31
301 - Atenção Básica	408.310,41
0420 - Atenção Básica	408.310,41
1015 - Ações na área da saúde	408.310,41
12 - Educação	8.341.441,66
122 - Administração Geral	3.047.275,39
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	111.557,50
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	111.557,50
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	2.935.717,89
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.935.717,89
367 - Educação Especial	291.873,67
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	291.873,67
0626 - Apoio financeiro às APAES	291.873,67
368 - Educação Básica	5.002.292,60
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	4.860.070,38
0103 - Transporte escolar	3.840.463,77

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0104 - Operacionalização da educação	818.541,87
0144 - Manutenção e reforma de escolas	73.264,88
0371 - Manutenção e reforma de escola	127.799,86
0626 - Redução das Desigualdades e Valorização da Diversidade	142.222,22
0590 - Inclusão social e melhoria de índices	142.222,22
18 - Gestão Ambiental	34.251,00
544 - Recursos Hídricos	34.251,00
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	34.251,00
0521 - Reforma, manutenção e conservação de barragens	34.251,00
20 - Agricultura	135.574,57
606 - Extensão Rural	135.574,57
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	135.574,57
0014 - Apoio a projetos	72.924,97
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	62.649,60
26 - Transporte	1.583.126,23
782 - Transporte Rodoviário	1.583.126,23
0110 - Construção de Rodovias	1.583.126,23
0417 - Apoio ao sistema viário	1.007.953,25
0583 - Ações na área de infraestrutura	575.172,98
27 - Desporto e Lazer	38.160,99
812 - Desporto Comunitário	38.160,99
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	38.160,99
0420 - Apoio a ações na área do esporte	38.160,99
410050 - Agência de Desenvolvimento Regional de Ibirama	**16.485.533,75**
04 - Administração	2.380.014,89
121 - Planejamento e Orçamento	503.187,45

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0210 - Estudos, Projetos e Informações Estratégicas	503.187,45
0574 - Promoção do desenvolvimento regional	503.187,45
122 - Administração Geral	1.856.171,14
0850 - Gestão de Pessoas	1.435.494,84
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.435.494,84
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	420.676,30
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	371.354,92
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	49.321,38
126 - Tecnologia da Informação	20.656,30
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	20.656,30
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	20.656,30
10 - Saúde	1.471.850,81
122 - Administração Geral	69.307,82
0400 - Gestão do SUS	69.307,82
0638 - Manutenção de serviços e unidades	69.307,82
301 - Atenção Básica	216.404,90
0420 - Atenção Básica	216.404,90
1015 - Ações na área da saúde	216.404,90
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.186.138,09
0101 - Acelera Santa Catarina	243.309,62
0511 - Equipar unidades da Saúde	243.309,62
0400 - Gestão do SUS	77.296,30
0547 - Custeio de hospital e maternidade	77.296,30
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	865.532,17
0964 - Manutenção de hospital	865.532,17
12 - Educação	11.264.030,45

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
122 - Administração Geral	3.818.664,26
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	183.714,84
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	183.714,84
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	3.634.949,42
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.634.949,42
367 - Educação Especial	520.347,50
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	520.347,50
0626 - Apoio financeiro às APAES	520.347,50
368 - Educação Básica	6.925.018,69
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	6.694.355,66
0103 - Transporte escolar	5.394.146,62
0104 - Operacionalização da educação	868.418,80
0144 - Manutenção e reforma de escolas	206.495,51
0371 - Manutenção e reforma de escola	60.361,09
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	164.933,64
0626 - Redução das Desigualdades e Valorização da Diversidade	230.663,03
0590 - Inclusão social e melhoria de índices	230.663,03
17 - Saneamento	31.125,42
512 - Saneamento Básico Urbano	31.125,42
0360 - Abastecimento de Água	31.125,42
0403 - Apoio às ações de abastecimento e saneamento	31.125,42
20 - Agricultura	161.488,82
606 - Extensão Rural	161.488,82
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	161.488,82
0014 - Apoio a projetos	161.488,82
26 - Transporte	1.051.057,88

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
782 - Transporte Rodoviário	1.051.057,88
0110 - Construção de Rodovias	1.051.057,88
0417 - Apoio ao sistema viário	763.268,53
0583 - Ações na área de infraestrutura	287.789,35
27 - Desporto e Lazer	125.965,48
812 - Desporto Comunitário	118.515,48
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	118.515,48
0420 - Apoio a ações na área do esporte	118.515,48
813 - Lazer	7.450,00
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	7.450,00
0122 - Fomento a atividades desenvolvidas no estado	7.450,00
410051 - Agência de Desenvolvimento Regional de Blumenau	**21.771.943,58**
04 - Administração	4.417.863,48
122 - Administração Geral	4.380.921,16
0850 - Gestão de Pessoas	3.493.748,75
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.493.748,75
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	887.172,41
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	730.957,76
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	156.214,65
126 - Tecnologia da Informação	31.223,24
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	31.223,24
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	31.223,24
128 - Formação de Recursos Humanos	5.719,08
0850 - Gestão de Pessoas	5.719,08
0006 - Encargos com estagiários	5.719,08
06 - Segurança Pública	123.313,90

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
122 - Administração Geral	122.855,90
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	122.855,90
0627 - Construção, ampliação e reforma	122.855,90
182 - Defesa Civil	458,00
0731 - Gestão de Riscos e Redução de Desastres	458,00
0494 - Promoção de educação continuada	458,00
10 - Saúde	265.474,82
122 - Administração Geral	180.658,84
0400 - Gestão do SUS	180.658,84
0638 - Manutenção de serviços e unidades	180.658,84
301 - Atenção Básica	50.000,00
0420 - Atenção Básica	50.000,00
1015 - Ações na área da saúde	50.000,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	26.806,75
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	26.806,75
0965 - Ações de saúde	26.806,75
305 - Vigilância Epidemiológica	8.009,23
0410 - Vigilância em Saúde	8.009,23
0965 - Ações de saúde	8.009,23
12 - Educação	15.473.615,32
122 - Administração Geral	4.473.048,96
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	309.208,00
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	309.208,00
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	4.163.840,96
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	4.163.840,96
364 - Ensino Superior	391,18

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0630 - Gestão do Ensino Superior	391,18
0648 - Serviços administrativos ensino superior	391,18
367 - Educação Especial	1.549.156,35
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	1.549.156,35
0626 - Apoio financeiro às APAES	1.549.156,35
368 - Educação Básica	9.451.018,83
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	9.451.018,83
0103 - Transporte escolar	3.614.038,53
0104 - Operacionalização da educação	3.379.109,95
0144 - Manutenção e reforma de escolas	977.218,04
0371 - Manutenção e reforma de escola	679.281,94
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	801.370,37
18 - Gestão Ambiental	76.600,00
544 - Recursos Hídricos	76.600,00
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	76.600,00
0309 - Monitorar, controlar e apoiar ações	76.600,00
20 - Agricultura	27.936,05
606 - Extensão Rural	27.936,05
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	27.936,05
0014 - Apoio a projetos	27.936,05
23 - Comércio e Serviços	449.658,99
695 - Turismo	449.658,99
0640 - Promoção do Turismo Catarinense	449.658,99
0122 - Fomento a atividades desenvolvidas no estado	449.658,99
26 - Transporte	881.925,46
782 - Transporte Rodoviário	881.925,46

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0110 - Construção de Rodovias	881.925,46
0417 - Apoio ao sistema viário	559.393,77
0583 - Ações na área de infraestrutura	322.531,69
27 - Desporto e Lazer	55.555,56
812 - Desporto Comunitário	55.555,56
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	55.555,56
0420 - Apoio a ações na área do esporte	55.555,56
410052 - Agência de Desenvolvimento Regional de Brusque	**15.294.611,68**
04 - Administração	2.119.938,09
121 - Planejamento e Orçamento	149.931,34
0210 - Estudos, Projetos e Informações Estratégicas	149.931,34
0574 - Promoção do desenvolvimento regional	149.931,34
122 - Administração Geral	1.957.889,75
0850 - Gestão de Pessoas	1.267.701,79
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.267.701,79
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	690.187,96
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	690.187,96
126 - Tecnologia da Informação	702,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	702,00
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	702,00
128 - Formação de Recursos Humanos	11.415,00
0850 - Gestão de Pessoas	11.415,00
0006 - Encargos com estagiários	11.415,00
10 - Saúde	35.352,28
122 - Administração Geral	35.352,28
0400 - Gestão do SUS	35.352,28

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0638 - Manutenção de serviços e unidades	35.352,28
12 - Educação	10.716.369,71
122 - Administração Geral	3.946.021,37
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	81.410,73
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	81.410,73
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	3.864.610,64
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.864.610,64
367 - Educação Especial	926.120,07
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	926.120,07
0626 - Apoio financeiro às APAES	926.120,07
368 - Educação Básica	5.844.228,27
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	5.831.371,07
0103 - Transporte escolar	4.018.866,14
0104 - Operacionalização da educação	1.407.501,22
0144 - Manutenção e reforma de escolas	192.774,36
0371 - Manutenção e reforma de escola	147.129,99
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	65.099,36
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	12.857,20
0242 - Capacitação de profissionais	12.857,20
20 - Agricultura	72.000,00
126 - Tecnologia da Informação	72.000,00
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	72.000,00
0432 - Implantar telecentros de inclusão digital	72.000,00
26 - Transporte	2.237.123,25
782 - Transporte Rodoviário	2.237.123,25
0110 - Construção de Rodovias	2.237.123,25

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0417 - Apoio ao sistema viário	1.581.949,61
0583 - Ações na área de infraestrutura	655.173,64
27 - Desporto e Lazer	113.828,35
812 - Desporto Comunitário	113.828,35
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	113.828,35
0420 - Apoio a ações na área do esporte	113.828,35
410053 - Agência de Desenvolvimento Regional de Itajai	**31.863.279,36**
04 - Administração	4.159.693,37
122 - Administração Geral	4.138.450,37
0850 - Gestão de Pessoas	2.538.051,11
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.538.051,11
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.600.399,26
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	1.249.334,47
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	351.064,79
128 - Formação de Recursos Humanos	21.243,00
0850 - Gestão de Pessoas	21.243,00
0006 - Encargos com estagiários	21.243,00
06 - Segurança Pública	122.999,36
122 - Administração Geral	122.999,36
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	122.999,36
0627 - Construção, ampliação e reforma	122.999,36
10 - Saúde	752.268,33
122 - Administração Geral	204.131,67
0400 - Gestão do SUS	204.131,67
0638 - Manutenção de serviços e unidades	204.131,67
301 - Atenção Básica	236.186,66

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0420 - Atenção Básica	236.186,66
1015 - Ações na área da saúde	236.186,66
305 - Vigilância Epidemiológica	311.950,00
0410 - Vigilância em Saúde	311.950,00
0965 - Ações de saúde	311.950,00
12 - Educação	17.633.028,42
122 - Administração Geral	7.143.267,94
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	21.066,14
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	21.066,14
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	7.122.201,80
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	7.122.201,80
364 - Ensino Superior	9.540,28
0630 - Gestão do Ensino Superior	9.540,28
0648 - Serviços administrativos ensino superior	9.540,28
367 - Educação Especial	2.052.930,00
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	2.052.930,00
0626 - Apoio financeiro às APAES	2.052.930,00
368 - Educação Básica	8.427.290,20
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	8.383.790,20
0103 - Transporte escolar	4.387.291,04
0104 - Operacionalização da educação	2.574.586,62
0144 - Manutenção e reforma de escolas	269.814,80
0371 - Manutenção e reforma de escola	287.404,49
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	864.693,25
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	43.500,00
0242 - Capacitação de profissionais	43.500,00

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
15 - Urbanismo	45.333,34
451 - Infraestrutura Urbana	45.333,34
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	45.333,34
0402 - Aquisição, construção, reforma ou manutenção	45.333,34
18 - Gestão Ambiental	402.383,01
182 - Defesa Civil	402.383,01
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	402.383,01
0342 - Ações em defesa civil	402.383,01
20 - Agricultura	45.178,23
606 - Extensão Rural	45.178,23
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	45.178,23
0014 - Apoio a projetos	19.380,60
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	25.797,63
23 - Comércio e Serviços	5.500.000,00
333 - Empregabilidade	5.500.000,00
0342 - Revitalização da Economia Catarinense - PREC	5.500.000,00
1022 - Apoio a projetos de desenvolvimento econômico	5.500.000,00
26 - Transporte	3.202.395,30
782 - Transporte Rodoviário	3.202.395,30
0110 - Construção de Rodovias	3.202.395,30
0417 - Apoio ao sistema viário	2.900.841,69
0583 - Ações na área de infraestrutura	301.553,61
410054 - Agência de Desenvolvimento Regional de Laguna	**23.031.499,18**
04 - Administração	4.748.954,50
121 - Planejamento e Orçamento	1.081.986,79
0210 - Estudos, Projetos e Informações Estratégicas	1.081.986,79

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0574 - Promoção do desenvolvimento regional	1.081.986,79
122 - Administração Geral	3.645.014,38
0850 - Gestão de Pessoas	2.928.507,44
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.928.507,44
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	716.506,94
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	687.467,97
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	29.038,97
128 - Formação de Recursos Humanos	21.953,33
0850 - Gestão de Pessoas	21.953,33
0006 - Encargos com estagiários	21.953,33
08 - Assistência Social	50.000,00
244 - Assistência Comunitária	50.000,00
0510 - Gestão do SUAS	50.000,00
0230 - Apoio às ações de desenvolvimento social, trabalho e renda	50.000,00
10 - Saúde	343.873,11
122 - Administração Geral	218.149,06
0400 - Gestão do SUS	218.149,06
0638 - Manutenção de serviços e unidades	218.149,06
128 - Formação de Recursos Humanos	4.168,00
0400 - Gestão do SUS	4.168,00
0984 - Qualificação dos trabalhadores do SUS	4.168,00
301 - Atenção Básica	115.006,05
0420 - Atenção Básica	115.006,05
1015 - Ações na área da saúde	115.006,05
305 - Vigilância Epidemiológica	6.550,00
0410 - Vigilância em Saúde	6.550,00

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0426 - Realizar ações de vigilância, prevenção e controle	2.100,00
0965 - Ações de saúde	4.450,00
12 - Educação	13.238.711,13
122 - Administração Geral	3.830.674,85
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	10.680,42
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	10.680,42
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	3.819.994,43
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.819.994,43
367 - Educação Especial	629.546,58
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	629.546,58
0626 - Apoio financeiro às APAES	629.546,58
368 - Educação Básica	8.778.489,70
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	8.680.501,48
0103 - Transporte escolar	4.015.840,10
0104 - Operacionalização da educação	1.613.405,08
0144 - Manutenção e reforma de escolas	303.407,89
0371 - Manutenção e reforma de escola	162.091,10
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	2.585.757,31
0626 - Redução das Desigualdades e Valorização da Diversidade	97.988,22
0590 - Inclusão social e melhoria de índices	97.988,22
14 - Direitos da Cidadania	8.488,31
421 - Custódia e Reintegração Social	8.488,31
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	8.488,31
0395 - Construção, reforma e ampliação de unidades	8.488,31
18 - Gestão Ambiental	6.140,24
544 - Recursos Hídricos	6.140,24

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	6.140,24
0309 - Monitorar, controlar e apoiar ações	6.140,24
26 - Transporte	4.635.331,89
782 - Transporte Rodoviário	4.635.331,89
0105 - Mobilidade Urbana	3.000.000,00
0340 - Apoio ao sistema viário	3.000.000,00
0110 - Construção de Rodovias	1.635.331,89
0417 - Apoio ao sistema viário	1.408.223,24
0583 - Ações na área de infraestrutura	227.108,65
410055 - Agência de Desenvolvimento Regional de Tubarão	**38.893.029,58**
04 - Administração	9.730.980,32
121 - Planejamento e Orçamento	240.000,00
0210 - Estudos, Projetos e Informações Estratégicas	240.000,00
0574 - Promoção do desenvolvimento regional	240.000,00
122 - Administração Geral	9.425.611,66
0850 - Gestão de Pessoas	3.219.178,92
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.219.178,92
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	6.206.432,74
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	724.524,84
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	5.481.907,90
126 - Tecnologia da Informação	40.460,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	40.460,00
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	40.460,00
128 - Formação de Recursos Humanos	24.908,66
0850 - Gestão de Pessoas	24.908,66
0006 - Encargos com estagiários	24.908,66

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
06 - Segurança Pública	97.102,95
122 - Administração Geral	97.102,95
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	97.102,95
0627 - Construção, ampliação e reforma	97.102,95
10 - Saúde	120.260,55
122 - Administração Geral	103.205,55
0400 - Gestão do SUS	103.205,55
0638 - Manutenção de serviços e unidades	103.205,55
305 - Vigilância Epidemiológica	17.055,00
0410 - Vigilância em Saúde	17.055,00
0965 - Ações de saúde	17.055,00
12 - Educação	15.711.938,57
122 - Administração Geral	5.748.876,07
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	82.617,10
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	82.617,10
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	5.666.258,97
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	5.666.258,97
367 - Educação Especial	969.752,81
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	969.752,81
0626 - Apoio financeiro às APAES	969.752,81
368 - Educação Básica	8.993.309,69
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	8.993.309,69
0103 - Transporte escolar	5.299.693,21
0104 - Operacionalização da educação	1.454.284,69
0144 - Manutenção e reforma de escolas	610.479,54
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	1.628.852,25

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
20 - Agricultura	29.970,41
606 - Extensão Rural	29.970,41
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	29.970,41
0014 - Apoio a projetos	29.970,41
26 - Transporte	13.103.854,14
782 - Transporte Rodoviário	13.103.854,14
0105 - Mobilidade Urbana	200.000,00
0340 - Apoio ao sistema viário	200.000,00
0110 - Construção de Rodovias	12.104.554,06
0417 - Apoio ao sistema viário	11.873.776,23
0583 - Ações na área de infraestrutura	230.777,83
0130 - Conservação e Segurança Rodoviária	799.300,08
0010 - Execução de obras rodoviárias	799.300,08
27 - Desporto e Lazer	98.922,64
812 - Desporto Comunitário	98.922,64
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	98.922,64
0420 - Apoio a ações na área do esporte	98.922,64
410056 - Agência de Desenvolvimento Regional de Criciúma	**40.262.106,42**
04 - Administração	8.576.468,44
121 - Planejamento e Orçamento	180.231,00
0210 - Estudos, Projetos e Informações Estratégicas	180.231,00
0574 - Promoção do desenvolvimento regional	180.231,00
122 - Administração Geral	8.337.134,27
0850 - Gestão de Pessoas	3.216.201,77
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.216.201,77
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	5.120.932,50

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	565.755,04
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	4.555.177,46
126 - Tecnologia da Informação	59.103,17
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	59.103,17
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	59.103,17
06 - Segurança Pública	61.622,74
122 - Administração Geral	61.035,19
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	61.035,19
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	480,00
0627 - Construção, ampliação e reforma	60.555,19
182 - Defesa Civil	587,55
0731 - Gestão de Riscos e Redução de Desastres	587,55
0494 - Promoção de educação continuada	587,55
08 - Assistência Social	556.194,55
122 - Administração Geral	639,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	639,00
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	639,00
244 - Assistência Comunitária	555.555,55
0510 - Gestão do SUAS	555.555,55
0230 - Apoio às ações de desenvolvimento social, trabalho e renda	555.555,55
10 - Saúde	1.690.818,27
122 - Administração Geral	194.307,52
0400 - Gestão do SUS	194.157,52
0638 - Manutenção de serviços e unidades	194.157,52
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	150,00
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	150,00

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
301 - Atenção Básica	1.446.042,96
0420 - Atenção Básica	1.446.042,96
1015 - Ações na área da saúde	1.446.042,96
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	34.264,39
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	34.264,39
0965 - Ações de saúde	34.264,39
305 - Vigilância Epidemiológica	16.203,40
0410 - Vigilância em Saúde	16.203,40
0426 - Realizar ações de vigilância, prevenção e controle	11.716,40
0965 - Ações de saúde	4.487,00
11 - Trabalho	9.958,14
333 - Empregabilidade	9.958,14
0530 - Pró-Emprego e Renda	9.958,14
1001 - Apoio a politica de trabalho, emprego, renda e qualificação	9.958,14
12 - Educação	19.060.631,60
122 - Administração Geral	5.369.819,88
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	127.037,24
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	127.037,24
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	5.242.782,64
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	5.242.782,64
367 - Educação Especial	2.593.312,76
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	2.593.312,76
0626 - Apoio financeiro às APAES	1.705.250,60
0997 - Cooperação técnico-pedagógica com APAES	888.062,16
368 - Educação Básica	11.097.498,96
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	11.084.954,76

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0103 - Transporte escolar	6.674.505,33
0104 - Operacionalização da educação	3.288.576,60
0144 - Manutenção e reforma de escolas	743.328,07
0371 - Manutenção e reforma de escola	67.597,81
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	310.946,95
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	12.544,20
0242 - Capacitação de profissionais	12.544,20
19 - Ciência e Tecnologia	55.000,20
572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	55.000,20
0346 - Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável	55.000,20
0118 - Implementar programa	55.000,20
20 - Agricultura	19.153,95
606 - Extensão Rural	19.153,95
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	19.153,95
0014 - Apoio a projetos	19.153,95
23 - Comércio e Serviços	149.725,37
128 - Formação de Recursos Humanos	149.725,37
0342 - Revitalização da Economia Catarinense - PREC	149.725,37
0216 - Apoio, qualificação e capacitação	149.725,37
26 - Transporte	9.738.545,58
782 - Transporte Rodoviário	9.738.545,58
0110 - Construção de Rodovias	9.738.545,58
0417 - Apoio ao sistema viário	9.098.314,91
0583 - Ações na área de infraestrutura	640.230,67
27 - Desporto e Lazer	343.987,58
812 - Desporto Comunitário	343.987,58

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	343.987,58
0420 - Apoio a ações na área do esporte	343.987,58
410057 - Agência de Desenvolvimento Regional de Araranguá	**26.826.667,85**
04 - Administração	5.145.859,49
121 - Planejamento e Orçamento	1.844.280,15
0210 - Estudos, Projetos e Informações Estratégicas	1.844.280,15
0574 - Promoção do desenvolvimento regional	1.844.280,15
122 - Administração Geral	3.288.146,03
0850 - Gestão de Pessoas	2.296.869,46
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.296.869,46
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	991.276,57
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	575.982,96
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	415.293,61
128 - Formação de Recursos Humanos	13.433,31
0850 - Gestão de Pessoas	13.433,31
0006 - Encargos com estagiários	13.433,31
06 - Segurança Pública	213.623,88
122 - Administração Geral	92.701,19
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	92.701,19
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	540,00
0627 - Construção, ampliação e reforma	92.161,19
182 - Defesa Civil	120.922,69
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	120.325,69
0493 - Ampliação e modernização de rede de monitoramento e alerta	120.325,69
0731 - Gestão de Riscos e Redução de Desastres	597,00
0494 - Promoção de educação continuada	597,00

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
10 - Saúde	3.038.716,04
122 - Administração Geral	151.042,43
0400 - Gestão do SUS	151.042,43
0638 - Manutenção de serviços e unidades	151.042,43
301 - Atenção Básica	1.024.392,83
0420 - Atenção Básica	1.024.392,83
1015 - Ações na área da saúde	1.024.392,83
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.863.280,78
0101 - Acelera Santa Catarina	1.860.482,28
0514 - Construção de policlínica	1.860.482,28
0400 - Gestão do SUS	2.258,50
0547 - Custeio de hospital e maternidade	2.258,50
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	540,00
0964 - Manutenção de hospital	540,00
12 - Educação	13.539.554,74
122 - Administração Geral	5.153.328,35
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	181.745,97
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	181.745,97
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	4.970.727,38
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	4.970.727,38
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	855,00
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	855,00
367 - Educação Especial	1.203.491,12
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	1.203.491,12
0626 - Apoio financeiro às APAES	1.203.491,12
368 - Educação Básica	7.182.735,27

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	7.179.735,27
0103 - Transporte escolar	3.494.822,49
0104 - Operacionalização da educação	2.366.778,11
0144 - Manutenção e reforma de escolas	293.858,38
0371 - Manutenção e reforma de escola	373.206,93
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	651.069,36
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	3.000,00
0242 - Capacitação de profissionais	3.000,00
20 - Agricultura	196.629,08
606 - Extensão Rural	196.629,08
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	196.629,08
0014 - Apoio a projetos	127.629,08
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	69.000,00
26 - Transporte	4.645.622,88
782 - Transporte Rodoviário	4.645.622,88
0110 - Construção de Rodovias	4.645.622,88
0417 - Apoio ao sistema viário	4.137.200,14
0583 - Ações na área de infraestrutura	508.422,74
27 - Desporto e Lazer	46.661,74
812 - Desporto Comunitário	46.661,74
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	46.661,74
0420 - Apoio a ações na área do esporte	46.661,74
410058 - Agência de Desenvolvimento Regional de Joinville	**40.125.596,88**
04 - Administração	6.445.244,73
121 - Planejamento e Orçamento	200.000,00
0210 - Estudos, Projetos e Informações Estratégicas	200.000,00

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0574 - Promoção do desenvolvimento regional	200.000,00
122 - Administração Geral	6.093.248,59
0850 - Gestão de Pessoas	4.469.469,25
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	4.469.469,25
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.623.779,34
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	852.893,75
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	770.885,59
126 - Tecnologia da Informação	104.899,49
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	104.899,49
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	104.899,49
128 - Formação de Recursos Humanos	47.096,65
0850 - Gestão de Pessoas	47.096,65
0006 - Encargos com estagiários	47.096,65
06 - Segurança Pública	393.826,28
122 - Administração Geral	93.226,28
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	93.226,28
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	720,00
0627 - Construção, ampliação e reforma	92.506,28
182 - Defesa Civil	300.600,00
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	300.000,00
0404 - Apoio financeiro - Fundosocial	300.000,00
0731 - Gestão de Riscos e Redução de Desastres	600,00
0494 - Promoção de educação continuada	600,00
08 - Assistência Social	1.601.538,38
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	1.599.618,05
0510 - Gestão do SUAS	1.599.618,05

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0404 - Apoio financeiro - Fundosocial	1.599.618,05
244 - Assistência Comunitária	1.920,33
0745 - Fortalecendo Direitos	1.920,33
1003 - Apoio à politica de direitos humanos	1.920,33
10 - Saúde	5.279.188,12
122 - Administração Geral	358.231,16
0400 - Gestão do SUS	354.238,39
0638 - Manutenção de serviços e unidades	354.238,39
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	3.992,77
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	3.992,77
301 - Atenção Básica	375.590,00
0420 - Atenção Básica	375.590,00
1015 - Ações na área da saúde	375.590,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.542.566,96
0101 - Acelera Santa Catarina	278.799,20
0058 - Ampliação e readequação de hospital	278.799,20
0400 - Gestão do SUS	73.124,92
0547 - Custeio de hospital e maternidade	73.124,92
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	4.190.642,84
0964 - Manutenção de hospital	3.825.782,64
0969 - Ampliação e reforma de unidades assistenciais	364.860,20
305 - Vigilância Epidemiológica	2.800,00
0410 - Vigilância em Saúde	2.800,00
0426 - Realizar ações de vigilância, prevenção e controle	2.800,00
12 - Educação	23.510.895,05
122 - Administração Geral	5.606.653,17

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	51.925,06
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	51.925,06
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	5.554.728,11
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	5.554.728,11
367 - Educação Especial	1.135.340,57
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	1.135.340,57
0626 - Apoio financeiro às APAES	1.135.340,57
368 - Educação Básica	16.768.901,31
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	16.763.901,31
0103 - Transporte escolar	11.368.924,74
0104 - Operacionalização da educação	3.086.403,20
0144 - Manutenção e reforma de escolas	1.222.831,38
0371 - Manutenção e reforma de escola	568.746,49
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	516.995,50
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	5.000,00
0242 - Capacitação de profissionais	5.000,00
14 - Direitos da Cidadania	347.678,47
421 - Custódia e Reintegração Social	347.678,47
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	347.678,47
0395 - Construção, reforma e ampliação de unidades	347.678,47
18 - Gestão Ambiental	600.000,00
544 - Recursos Hídricos	600.000,00
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	600.000,00
0309 - Monitorar, controlar e apoiar ações	600.000,00
20 - Agricultura	79.970,21
606 - Extensão Rural	79.970,21

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	79.970,21
0014 - Apoio a projetos	79.970,21
26 - Transporte	1.668.027,33
782 - Transporte Rodoviário	1.668.027,33
0110 - Construção de Rodovias	1.668.027,33
0417 - Apoio ao sistema viário	1.079.588,93
0583 - Ações na área de infraestrutura	588.438,40
27 - Desporto e Lazer	199.228,31
812 - Desporto Comunitário	199.228,31
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	199.228,31
0420 - Apoio a ações na área do esporte	199.228,31
410059 - Agência de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul	**19.642.745,93**
04 - Administração	4.296.075,27
122 - Administração Geral	4.296.075,27
0850 - Gestão de Pessoas	2.201.136,47
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.201.136,47
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.094.938,80
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	547.326,82
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	1.547.611,98
06 - Segurança Pública	140.648,41
122 - Administração Geral	140.648,41
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	140.648,41
0627 - Construção, ampliação e reforma	140.648,41
10 - Saúde	215.492,60
122 - Administração Geral	43.495,28
0400 - Gestão do SUS	43.495,28

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0638 - Manutenção de serviços e unidades	43.495,28
301 - Atenção Básica	171.997,32
0420 - Atenção Básica	171.997,32
1015 - Ações na área da saúde	171.997,32
12 - Educação	10.313.552,82
122 - Administração Geral	3.978.034,76
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	22.186,45
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	22.186,45
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	3.955.848,31
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.955.848,31
363 - Ensino Profissional	60.585,41
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	60.585,41
0104 - Operacionalização da educação	60.585,41
367 - Educação Especial	767.881,13
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	767.881,13
0626 - Apoio financeiro às APAES	767.881,13
368 - Educação Básica	5.507.051,52
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	5.507.051,52
0103 - Transporte escolar	3.947.326,29
0104 - Operacionalização da educação	1.520.559,13
0144 - Manutenção e reforma de escolas	39.166,10
18 - Gestão Ambiental	298.440,00
542 - Controle Ambiental	298.440,00
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	298.440,00
0014 - Apoio a projetos	298.440,00
19 - Ciência e Tecnologia	830.000,00

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
334 - Fomento ao Trabalho	830.000,00
0346 - Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável	830.000,00
1021 - Apoiar projetos e programas voltados a empresas	830.000,00
20 - Agricultura	97.983,33
606 - Extensão Rural	97.983,33
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	97.983,33
0014 - Apoio a projetos	74.650,00
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	23.333,33
26 - Transporte	3.421.639,31
782 - Transporte Rodoviário	3.421.639,31
0110 - Construção de Rodovias	3.421.639,31
0417 - Apoio ao sistema viário	3.182.746,37
0583 - Ações na área de infraestrutura	238.892,94
27 - Desporto e Lazer	28.914,19
812 - Desporto Comunitário	28.914,19
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	28.914,19
0420 - Apoio a ações na área do esporte	28.914,19
410060 - Agência de Desenvolvimento Regional de Mafra	**21.964.483,78**
04 - Administração	3.526.518,78
121 - Planejamento e Orçamento	301.400,00
0210 - Estudos, Projetos e Informações Estratégicas	301.400,00
0574 - Promoção do desenvolvimento regional	301.400,00
122 - Administração Geral	3.204.177,34
0850 - Gestão de Pessoas	2.269.224,82
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.269.224,82
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	934.952,52

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	230.595,51
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	704.357,01
126 - Tecnologia da Informação	7.191,44
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	7.191,44
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	7.191,44
128 - Formação de Recursos Humanos	13.750,00
0850 - Gestão de Pessoas	13.750,00
0006 - Encargos com estagiários	13.750,00
10 - Saúde	1.071.191,70
122 - Administração Geral	200.818,64
0400 - Gestão do SUS	200.818,64
0638 - Manutenção de serviços e unidades	200.818,64
301 - Atenção Básica	298.087,74
0420 - Atenção Básica	298.087,74
1015 - Ações na área da saúde	298.087,74
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	545.385,32
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	545.385,32
0964 - Manutenção de hospital	545.385,32
305 - Vigilância Epidemiológica	26.900,00
0410 - Vigilância em Saúde	26.900,00
0426 - Realizar ações de vigilância, prevenção e controle	26.900,00
12 - Educação	14.851.701,48
122 - Administração Geral	3.700.248,22
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	136.566,07
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	136.566,07
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	3.563.682,15

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.563.682,15
363 - Ensino Profissional	2.586,10
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	2.586,10
0104 - Operacionalização da educação	2.586,10
367 - Educação Especial	926.443,23
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	926.443,23
0626 - Apoio financeiro às APAES	926.443,23
368 - Educação Básica	10.222.423,93
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	10.222.423,93
0103 - Transporte escolar	5.454.449,96
0104 - Operacionalização da educação	2.800.669,72
0144 - Manutenção e reforma de escolas	10.294,44
0371 - Manutenção e reforma de escola	28.483,55
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	1.928.526,26
20 - Agricultura	44.954,00
606 - Extensão Rural	44.954,00
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	44.954,00
0014 - Apoio a projetos	44.954,00
23 - Comércio e Serviços	91.996,00
695 - Turismo	91.996,00
0640 - Promoção do Turismo Catarinense	91.996,00
0122 - Fomento a atividades desenvolvidas no estado	91.996,00
26 - Transporte	2.041.598,86
782 - Transporte Rodoviário	2.041.598,86
0110 - Construção de Rodovias	2.041.598,86
0417 - Apoio ao sistema viário	1.639.374,26

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0583 - Ações na área de infraestrutura	402.224,60
27 - Desporto e Lazer	336.522,96
812 - Desporto Comunitário	237.427,48
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	237.427,48
0420 - Apoio a ações na área do esporte	237.427,48
813 - Lazer	99.095,48
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	99.095,48
0122 - Fomento a atividades desenvolvidas no estado	99.095,48
410061 - Agência de Desenvolvimento Regional de Canoinhas	**17.660.151,01**
04 - Administração	2.341.170,13
122 - Administração Geral	2.304.505,01
0850 - Gestão de Pessoas	1.391.190,16
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.391.190,16
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	913.314,85
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	618.134,43
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	295.180,42
126 - Tecnologia da Informação	808,47
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	808,47
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	808,47
128 - Formação de Recursos Humanos	35.856,65
0850 - Gestão de Pessoas	35.856,65
0006 - Encargos com estagiários	35.856,65
06 - Segurança Pública	213.822,36
122 - Administração Geral	113.481,56
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	113.481,56
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	628,00

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0627 - Construção, ampliação e reforma	112.853,56
182 - Defesa Civil	100.340,80
0731 - Gestão de Riscos e Redução de Desastres	350,00
0494 - Promoção de educação continuada	350,00
0735 - Respostas aos Desastres e Recuperação	99.990,80
0342 - Ações em defesa civil	99.990,80
08 - Assistência Social	2.300.000,00
244 - Assistência Comunitária	2.300.000,00
0510 - Gestão do SUAS	2.300.000,00
0230 - Apoio às ações de desenvolvimento social, trabalho e renda	2.300.000,00
10 - Saúde	199.298,15
122 - Administração Geral	77.027,65
0400 - Gestão do SUS	77.027,65
0638 - Manutenção de serviços e unidades	77.027,65
301 - Atenção Básica	92.076,50
0420 - Atenção Básica	92.076,50
1015 - Ações na área da saúde	92.076,50
305 - Vigilância Epidemiológica	30.194,00
0410 - Vigilância em Saúde	30.194,00
0426 - Realizar ações de vigilância, prevenção e controle	27.345,00
0965 - Ações de saúde	2.849,00
12 - Educação	10.404.605,69
122 - Administração Geral	3.727.128,17
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	94.486,03
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	94.486,03
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	3.632.642,14

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.632.642,14
363 - Ensino Profissional	312.017,98
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	312.017,98
0104 - Operacionalização da educação	89.428,43
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	222.589,55
367 - Educação Especial	793.810,56
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	793.810,56
0626 - Apoio financeiro às APAES	793.810,56
368 - Educação Básica	5.571.648,98
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	5.226.723,62
0103 - Transporte escolar	2.440.298,18
0104 - Operacionalização da educação	1.322.397,97
0144 - Manutenção e reforma de escolas	936.780,37
0371 - Manutenção e reforma de escola	211.264,31
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	315.982,79
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	3.812,57
0242 - Capacitação de profissionais	3.812,57
0626 - Redução das Desigualdades e Valorização da Diversidade	341.112,79
0590 - Inclusão social e melhoria de índices	341.112,79
14 - Direitos da Cidadania	12.888,00
421 - Custódia e Reintegração Social	12.888,00
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	12.888,00
0395 - Construção, reforma e ampliação de unidades	12.888,00
18 - Gestão Ambiental	250.000,00
544 - Recursos Hídricos	250.000,00
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	250.000,00

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0309 - Monitorar, controlar e apoiar ações	250.000,00
20 - Agricultura	189.400,42
126 - Tecnologia da Informação	72.000,00
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	72.000,00
0432 - Implantar telecentros de inclusão digital	72.000,00
606 - Extensão Rural	117.400,42
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	117.400,42
0014 - Apoio a projetos	117.400,42
26 - Transporte	1.665.725,58
782 - Transporte Rodoviário	1.665.725,58
0110 - Construção de Rodovias	1.665.725,58
0417 - Apoio ao sistema viário	995.928,51
0583 - Ações na área de infraestrutura	669.797,07
27 - Desporto e Lazer	83.240,68
812 - Desporto Comunitário	83.240,68
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	83.240,68
0420 - Apoio a ações na área do esporte	83.240,68
410062 - Agência de Desenvolvimento Regional de Lages	**47.303.265,28**
04 - Administração	10.320.303,68
121 - Planejamento e Orçamento	94.594,19
0210 - Estudos, Projetos e Informações Estratégicas	94.594,19
0574 - Promoção do desenvolvimento regional	94.594,19
122 - Administração Geral	10.163.846,17
0850 - Gestão de Pessoas	2.264.402,28
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.264.402,28
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	7.899.443,89

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	936.195,83
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	6.963.248,06
128 - Formação de Recursos Humanos	61.863,32
0850 - Gestão de Pessoas	61.863,32
0006 - Encargos com estagiários	61.863,32
06 - Segurança Pública	274.521,72
122 - Administração Geral	75.393,03
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	75.393,03
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	720,00
0627 - Construção, ampliação e reforma	74.673,03
182 - Defesa Civil	199.128,69
0735 - Respostas aos Desastres e Recuperação	199.128,69
0342 - Ações em defesa civil	199.128,69
08 - Assistência Social	153.472,80
244 - Assistência Comunitária	153.472,80
0510 - Gestão do SUAS	153.472,80
0230 - Apoio às ações de desenvolvimento social, trabalho e renda	153.472,80
10 - Saúde	3.997.172,99
122 - Administração Geral	213.059,88
0400 - Gestão do SUS	213.059,88
0638 - Manutenção de serviços e unidades	213.059,88
301 - Atenção Básica	70.504,08
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	70.504,08
1018 - Rede Cegonha	70.504,08
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.694.609,03
0101 - Acelera Santa Catarina	3.227.379,21

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0058 - Ampliação e readequação de hospital	3.227.379,21
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	467.229,82
0964 - Manutenção de hospital	232.977,85
0969 - Ampliação e reforma de unidades assistenciais	234.251,97
305 - Vigilância Epidemiológica	19.000,00
0410 - Vigilância em Saúde	19.000,00
0426 - Realizar ações de vigilância, prevenção e controle	19.000,00
12 - Educação	14.706.380,13
122 - Administração Geral	4.479.663,23
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	88.549,28
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	88.549,28
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	4.391.113,95
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	4.391.113,95
363 - Ensino Profissional	227.535,41
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	227.535,41
0104 - Operacionalização da educação	227.535,41
367 - Educação Especial	1.153.218,91
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	1.153.218,91
0626 - Apoio financeiro às APAES	1.153.218,91
368 - Educação Básica	8.845.962,58
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	8.249.183,55
0103 - Transporte escolar	3.356.331,13
0104 - Operacionalização da educação	3.352.728,10
0144 - Manutenção e reforma de escolas	207.509,91
0371 - Manutenção e reforma de escola	472.855,87
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	859.758,54

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0626 - Redução das Desigualdades e Valorização da Diversidade	596.779,03
0590 - Inclusão social e melhoria de índices	596.779,03
14 - Direitos da Cidadania	1.056.661,53
421 - Custódia e Reintegração Social	1.056.661,53
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	1.056.661,53
0395 - Construção, reforma e ampliação de unidades	1.056.661,53
18 - Gestão Ambiental	112.500,00
182 - Defesa Civil	112.500,00
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	112.500,00
0342 - Ações em defesa civil	112.500,00
20 - Agricultura	396.550,98
126 - Tecnologia da Informação	72.000,00
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	72.000,00
0432 - Implantar telecentros de inclusão digital	72.000,00
606 - Extensão Rural	324.550,98
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	324.550,98
0014 - Apoio a projetos	179.997,97
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	144.553,01
26 - Transporte	16.255.746,05
781 - Transporte Aéreo	361.205,17
0120 - Integração Logística	361.205,17
0334 - Administração, manutenção e gerenciamento de aeroporto	361.205,17
782 - Transporte Rodoviário	15.894.540,88
0110 - Construção de Rodovias	15.894.540,88
0417 - Apoio ao sistema viário	15.358.015,51
0583 - Ações na área de infraestrutura	536.525,37

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
27 - Desporto e Lazer	29.955,40
812 - Desporto Comunitário	29.955,40
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	29.955,40
0420 - Apoio a ações na área do esporte	29.955,40
410063 - Agência de Desenvolvimento Regional de São Joaquim	**10.143.771,06**
04 - Administração	2.022.733,40
121 - Planejamento e Orçamento	223.941,02
0210 - Estudos, Projetos e Informações Estratégicas	223.941,02
0574 - Promoção do desenvolvimento regional	223.941,02
122 - Administração Geral	1.795.242,38
0850 - Gestão de Pessoas	1.393.591,59
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.393.591,59
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	401.650,79
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	337.298,68
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	64.352,11
128 - Formação de Recursos Humanos	3.550,00
0850 - Gestão de Pessoas	3.550,00
0006 - Encargos com estagiários	3.550,00
06 - Segurança Pública	50.659,97
182 - Defesa Civil	50.659,97
0735 - Respostas aos Desastres e Recuperação	50.659,97
0342 - Ações em defesa civil	50.659,97
10 - Saúde	94.158,84
122 - Administração Geral	23.960,49
0400 - Gestão do SUS	23.960,49
0638 - Manutenção de serviços e unidades	23.960,49

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
301 - Atenção Básica	69.903,06
0420 - Atenção Básica	69.903,06
1015 - Ações na área da saúde	69.903,06
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	295,29
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	295,29
0991 - Manutenção de unidades	295,29
12 - Educação	6.867.513,72
122 - Administração Geral	2.967.676,97
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	32.368,60
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	32.368,60
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	2.935.308,37
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.935.308,37
367 - Educação Especial	410.087,60
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	410.087,60
0626 - Apoio financeiro às APAES	410.087,60
368 - Educação Básica	3.489.749,15
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	3.489.749,15
0103 - Transporte escolar	2.707.614,48
0104 - Operacionalização da educação	773.418,67
0144 - Manutenção e reforma de escolas	720,00
0371 - Manutenção e reforma de escola	7.996,00
20 - Agricultura	31.460,86
606 - Extensão Rural	31.460,86
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	31.460,86
0014 - Apoio a projetos	31.460,86
23 - Comércio e Serviços	159.994,24

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
695 - Turismo	159.994,24
0640 - Promoção do Turismo Catarinense	159.994,24
0122 - Fomento a atividades desenvolvidas no estado	159.994,24
26 - Transporte	917.250,03
782 - Transporte Rodoviário	917.250,03
0110 - Construção de Rodovias	917.250,03
0417 - Apoio ao sistema viário	313.886,73
0583 - Ações na área de infraestrutura	603.363,30
410064 - Agência de Desenvolvimento Regional de Palmitos	**10.649.753,06**
04 - Administração	1.514.447,98
122 - Administração Geral	1.514.447,98
0850 - Gestão de Pessoas	1.039.710,42
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.039.710,42
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	474.737,56
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	362.525,95
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	112.211,61
10 - Saúde	293.756,81
122 - Administração Geral	22.179,65
0400 - Gestão do SUS	22.179,65
0638 - Manutenção de serviços e unidades	22.179,65
301 - Atenção Básica	271.577,16
0420 - Atenção Básica	271.577,16
1015 - Ações na área da saúde	271.577,16
12 - Educação	7.332.344,37
122 - Administração Geral	3.744.588,13
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	19.667,45

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	19.667,45
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	3.724.920,68
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.724.920,68
367 - Educação Especial	625.815,20
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	625.815,20
0626 - Apoio financeiro às APAES	625.815,20
368 - Educação Básica	2.961.941,04
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	2.961.509,04
0103 - Transporte escolar	1.740.229,48
0104 - Operacionalização da educação	797.401,77
0144 - Manutenção e reforma de escolas	25.658,61
0371 - Manutenção e reforma de escola	142.692,85
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	255.526,33
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	432,00
0242 - Capacitação de profissionais	432,00
20 - Agricultura	110.034,59
606 - Extensão Rural	110.034,59
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	110.034,59
0014 - Apoio a projetos	23.875,08
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	86.159,51
26 - Transporte	1.299.234,31
782 - Transporte Rodoviário	1.299.234,31
0110 - Construção de Rodovias	1.299.234,31
0417 - Apoio ao sistema viário	1.016.016,34
0583 - Ações na área de infraestrutura	283.217,97
27 - Desporto e Lazer	99.935,00

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
813 - Lazer	99.935,00
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	99.935,00
0121 - Desenvolvimento e apoio a atividades	99.935,00
410065 - Agência de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira	**9.152.821,18**
04 - Administração	2.762.311,77
122 - Administração Geral	2.755.131,77
0850 - Gestão de Pessoas	1.215.819,98
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.215.819,98
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.539.311,79
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	357.366,30
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	1.181.945,49
128 - Formação de Recursos Humanos	7.180,00
0850 - Gestão de Pessoas	7.180,00
0006 - Encargos com estagiários	7.180,00
10 - Saúde	202.204,53
122 - Administração Geral	22.204,53
0400 - Gestão do SUS	22.204,53
0638 - Manutenção de serviços e unidades	22.204,53
301 - Atenção Básica	180.000,00
0420 - Atenção Básica	180.000,00
1015 - Ações na área da saúde	180.000,00
12 - Educação	5.540.940,99
122 - Administração Geral	2.310.402,55
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	7.902,75
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	7.902,75
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	2.302.499,80

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.302.499,80
367 - Educação Especial	358.261,67
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	358.261,67
0626 - Apoio financeiro às APAES	358.261,67
368 - Educação Básica	2.872.276,77
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	2.866.364,77
0103 - Transporte escolar	2.111.798,44
0104 - Operacionalização da educação	683.532,75
0144 - Manutenção e reforma de escolas	53.361,25
0371 - Manutenção e reforma de escola	17.200,00
0999 - Novas oportunidades na Educação Básica	472,33
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	5.912,00
0242 - Capacitação de profissionais	5.912,00
20 - Agricultura	17.362,28
606 - Extensão Rural	17.362,28
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	17.362,28
0014 - Apoio a projetos	17.362,28
23 - Comércio e Serviços	42.955,00
695 - Turismo	42.955,00
0640 - Promoção do Turismo Catarinense	42.955,00
0123 - Promoção, pesquisa e recuperação	42.955,00
26 - Transporte	587.046,61
782 - Transporte Rodoviário	587.046,61
0110 - Construção de Rodovias	587.046,61
0417 - Apoio ao sistema viário	478.404,91
0583 - Ações na área de infraestrutura	108.641,70

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
410091 - Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reaparelhamento	**14.776.866,05**
03 - Essencial à Justiça	14.776.866,05
122 - Administração Geral	8.048.978,40
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	8.048.978,40
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	8.048.978,40
126 - Tecnologia da Informação	3.639.516,29
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	3.639.516,29
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	3.639.516,29
128 - Formação de Recursos Humanos	3.088.371,36
0850 - Gestão de Pessoas	3.088.371,36
0006 - Encargos com estagiários	2.498.811,56
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	589.559,80
42000 - Gabinete do Vice-Governador do Estado	**5.021.122,08**
420001 - Gabinete do Vice-Governador do Estado	**5.021.122,08**
04 - Administração	5.021.122,08
122 - Administração Geral	4.980.838,31
0850 - Gestão de Pessoas	3.050.367,82
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.050.367,82
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.930.470,49
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	1.930.470,49
126 - Tecnologia da Informação	40.283,77
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	40.283,77
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	40.283,77
43000 - Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas	**19.800.561,68**
430001 - Procuradoria-Geral junto ao Tribunal de Contas	**19.800.561,68**
04 - Administração	19.800.561,68

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
122 - Administração Geral	19.739.529,60
0850 - Gestão de Pessoas	19.582.073,37
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	19.582.073,37
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	157.456,23
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	157.456,23
126 - Tecnologia da Informação	1.198,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.198,00
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	1.198,00
128 - Formação de Recursos Humanos	59.834,08
0850 - Gestão de Pessoas	59.834,08
0006 - Encargos com estagiários	59.834,08
44000 - Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca	**675.076.762,68**
440001 - Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca	**21.692.340,07**
20 - Agricultura	21.692.340,07
122 - Administração Geral	12.469.510,84
0335 - Santa Catarina Rural	1.637.777,33
0387 - Coordenação e gestão de programas	1.637.777,33
0850 - Gestão de Pessoas	6.932.167,57
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	6.932.167,57
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	3.899.565,94
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	3.899.565,94
126 - Tecnologia da Informação	1.468.036,67
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	1.468.036,67
0432 - Implantar telecentros de inclusão digital	1.468.036,67
128 - Formação de Recursos Humanos	170.473,21
0850 - Gestão de Pessoas	170.473,21

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0006 - Encargos com estagiários	170.473,21
606 - Extensão Rural	294.474,37
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	294.474,37
0014 - Apoio a projetos	70.556,37
0450 - Regularização fundiária	223.918,00
607 - Irrigação	7.289.844,98
0320 - Agricultura Familiar	7.289.844,98
0971 - Fomento à atividade agrícola	7.289.844,98
440022 - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina S/A	**211.302.762,15**
20 - Agricultura	211.302.762,15
122 - Administração Geral	183.729.676,11
0850 - Gestão de Pessoas	170.874.429,26
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	170.874.429,26
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	12.855.246,85
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	12.855.246,85
126 - Tecnologia da Informação	3.433.769,27
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	3.433.769,27
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	3.433.769,27
128 - Formação de Recursos Humanos	690.645,35
0310 - Agronegócio Competitivo	261.130,20
0223 - Capacitação e treinamento	102.867,33
0231 - Capacitação e treinamento de técnicos	158.262,87
0850 - Gestão de Pessoas	429.515,15
0006 - Encargos com estagiários	429.515,15
601 - Promoção da Produção Vegetal	290.237,22
0315 - Defesa Sanitária Agropecuária	290.237,22

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0306 - Classificação de produtos	290.237,22
603 - Defesa Sanitária Vegetal	898.054,88
0315 - Defesa Sanitária Agropecuária	898.054,88
0214 - Monitoramento da sanidade	135.704,29
0318 - Ações de defesa sanitária	748.962,89
0319 - Fiscalização de insumos	13.387,70
604 - Defesa Sanitária Animal	5.011.871,86
0315 - Defesa Sanitária Agropecuária	5.011.871,86
0299 - Fiscalização de estabelecimentos	489.839,33
0318 - Ações de defesa sanitária	4.492.634,89
0633 - Laboratório de defesa agropecuária	29.397,64
606 - Extensão Rural	266.129,96
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	266.129,96
0014 - Apoio a projetos	266.129,96
691 - Promoção Comercial	16.982.377,50
0310 - Agronegócio Competitivo	16.982.377,50
0091 - Movimentação de granéis	16.982.377,50
440023 - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	**385.994.523,48**
06 - Segurança Pública	2.375,00
182 - Defesa Civil	2.375,00
0731 - Gestão de Riscos e Redução de Desastres	2.375,00
0494 - Promoção de educação continuada	2.375,00
08 - Assistência Social	771,70
122 - Administração Geral	771,70
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	771,70
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	771,70

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
11 - Trabalho	15.531,77
333 - Empregabilidade	15.531,77
0530 - Pró-Emprego e Renda	15.531,77
1001 - Apoio a politica de trabalho, emprego, renda e qualificação	15.531,77
18 - Gestão Ambiental	304.189,04
541 - Preservação e Conservação Ambiental	7.425,20
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	7.425,20
0015 - Ações ambientais	7.425,20
544 - Recursos Hídricos	296.763,84
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	296.763,84
0309 - Monitorar, controlar e apoiar ações	287.029,77
0631 - Fortalecimento de comitês	9.734,07
19 - Ciência e Tecnologia	4.741.871,91
571 - Desenvolvimento Científico	4.741.871,91
0230 - CTI - Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação	4.741.871,91
0012 - Fomento ao desenvolvimento científico	4.741.871,91
20 - Agricultura	380.926.805,06
122 - Administração Geral	355.881.600,50
0850 - Gestão de Pessoas	329.617.126,08
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	329.617.126,08
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	26.264.474,42
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	26.264.474,42
126 - Tecnologia da Informação	3.860.547,35
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	3.860.547,35
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	3.860.547,35
128 - Formação de Recursos Humanos	487.092,57

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0310 - Agronegócio Competitivo	380.540,41
0410 - Capacitação de agricultores	380.540,41
0850 - Gestão de Pessoas	106.552,16
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	106.552,16
571 - Desenvolvimento Científico	4.463.208,55
0310 - Agronegócio Competitivo	4.463.208,55
0411 - Pesquisa agropecuária	4.436.393,29
0603 - Apoio a projetos	26.815,26
606 - Extensão Rural	16.234.356,09
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	757.815,04
0014 - Apoio a projetos	757.815,04
0310 - Agronegócio Competitivo	15.476.541,05
0409 - Assistência técnica e extensão rural	12.853.582,52
0410 - Capacitação de agricultores	1.785.393,90
0414 - Educação ambiental	128.958,17
0415 - Capacitação de equipe técnica	693.395,76
0416 - Monitoramento, avaliação e divulgação	15.210,70
23 - Comércio e Serviços	2.979,00
695 - Turismo	2.979,00
0640 - Promoção do Turismo Catarinense	2.979,00
0629 - Incentivo e manutenção de entidades	2.979,00
440091 - Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina	**839.872,00**
20 - Agricultura	839.872,00
334 - Fomento ao Trabalho	640.000,00
0320 - Agricultura Familiar	640.000,00
0979 - Financiamento de terras	640.000,00

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
606 - Extensão Rural	199.872,00
0320 - Agricultura Familiar	199.872,00
0201 - Infraestrutura básica para produtores rurais	199.872,00
440093 - Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	**49.615.255,07**
20 - Agricultura	49.615.255,07
304 - Vigilância Sanitária	2.826.232,75
0320 - Agricultura Familiar	990.987,64
0449 - Concessão de subvenção	990.987,64
0335 - Santa Catarina Rural	1.835.245,11
0014 - Apoio a projetos	1.835.245,11
334 - Fomento ao Trabalho	13.542.285,96
0335 - Santa Catarina Rural	13.542.285,96
0014 - Apoio a projetos	12.169.150,98
0444 - Apoio financeiro a formalização de empreendimentos	1.373.134,98
541 - Preservação e Conservação Ambiental	358.497,88
0335 - Santa Catarina Rural	358.497,88
0451 - Apoio financeiro aos agricultores	358.497,88
602 - Promoção da Produção Animal	6.153.885,25
0320 - Agricultura Familiar	6.153.885,25
0453 - Apoiar melhorias nas atividades agropastoris e pesqueiras	6.153.885,25
606 - Extensão Rural	26.734.353,23
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	9.687.641,45
0649 - Captação, armazenagem e uso da água na agricultura	9.687.641,45
0320 - Agricultura Familiar	16.774.122,03
0449 - Concessão de subvenção	770.374,77
0971 - Fomento à atividade agrícola	16.003.747,26

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0335 - Santa Catarina Rural	272.589,75
0388 - Inspecionar empreendimentos e certificar propriedades	272.589,75
440094 - Fundo Estadual de Sanidade Animal	**5.632.009,91**
20 - Agricultura	5.632.009,91
604 - Defesa Sanitária Animal	5.632.009,91
0315 - Defesa Sanitária Agropecuária	5.632.009,91
0436 - Indenizações em emergências e ações sanitárias	5.632.009,91
45000 - Secretaria de Estado da Educação	**3.082.592.738,08**
450001 - Secretaria de Estado da Educação	**2.412.907.631,95**
10 - Saúde	33.660,00
305 - Vigilância Epidemiológica	33.660,00
0410 - Vigilância em Saúde	33.660,00
0426 - Realizar ações de vigilância, prevenção e controle	33.660,00
12 - Educação	2.412.873.971,95
122 - Administração Geral	191.682.588,88
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	182.770.834,86
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	182.770.834,86
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	8.911.754,02
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	8.246.432,40
0333 - Manutenção de conselho	665.321,62
126 - Tecnologia da Informação	131.828,23
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	131.828,23
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	131.828,23
128 - Formação de Recursos Humanos	708.814,50
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	302.915,81
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	302.915,81

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0850 - Gestão de Pessoas	405.898,69
0006 - Encargos com estagiários	405.898,69
361 - Ensino Fundamental	1.012.828.141,74
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	1.012.828.141,74
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.012.828.141,74
362 - Ensino Médio	599.057.211,76
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	599.057.211,76
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	599.057.211,76
363 - Ensino Profissional	4.308.202,98
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	4.308.202,98
0104 - Operacionalização da educação	3.012.170,55
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	1.296.032,43
364 - Ensino Superior	65.688.326,84
0627 - Acesso à Educação Superior	65.688.326,84
0240 - Bolsas de estudo	54.586.896,51
0372 - Cursos estratégicos	10.818.761,72
0376 - Bolsa de pesquisa para estudantes	282.668,61
365 - Educação Infantil	13.527.979,36
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	13.527.979,36
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	13.527.979,36
366 - Educação de Jovens e Adultos	61.992.506,85
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	61.992.506,85
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	61.992.506,85
368 - Educação Básica	462.948.370,81
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	355.590.277,44
0103 - Transporte escolar	10.200.793,03

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0104 - Operacionalização da educação	117.715.275,97
0105 - Alimentação escolar	170.236.354,33
0341 - Cooperação com municípios	4.680.243,48
0371 - Manutenção e reforma de escola	7.928.710,84
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	42.744.190,03
0533 - Implantação e manutenção de sistema	462.685,00
0999 - Novas oportunidades na Educação Básica	1.622.024,76
0623 - Gestão Democrática da Educação	103.191.860,62
0369 - Autonomia de gestão escolar	7.776.701,78
0471 - Apoio financeiro às associações de pais e professores	95.415.158,84
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	4.166.232,75
0159 - Capacitação e formação de profissionais	4.166.232,75
450021 - Fundação Catarinense de Educação Especial	**206.994.214,85**
10 - Saúde	227.736,85
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	227.736,85
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	227.736,85
0643 - Assistência ambulatorial e hospitalar	227.736,85
12 - Educação	206.766.478,00
122 - Administração Geral	29.309.075,84
0850 - Gestão de Pessoas	28.465.783,33
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	28.465.783,33
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	843.292,51
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	843.292,51
126 - Tecnologia da Informação	35.043,04
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	35.043,04
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	35.043,04

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
128 - Formação de Recursos Humanos	78.896,24
0850 - Gestão de Pessoas	78.896,24
0006 - Encargos com estagiários	78.896,24
367 - Educação Especial	177.343.462,88
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	9.961.513,41
0242 - Capacitação de profissionais	158.636,43
0621 - Realização de assistência técnica	66.841,25
0625 - Realização de atendimento às pessoas com deficiência	3.983.045,42
0626 - Apoio financeiro às APAES	2.903.780,10
0627 - Construção, ampliação e reforma	261.558,47
0628 - Produção de conhecimento na área de educação especial	25.650,00
0997 - Cooperação técnico-pedagógica com APAES	2.562.001,74
0850 - Gestão de Pessoas	167.381.949,47
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	167.381.949,47
450022 - Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	**384.128.777,11**
10 - Saúde	451.738,20
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	451.738,20
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	451.738,20
0964 - Manutenção de hospital	451.738,20
12 - Educação	383.677.038,91
122 - Administração Geral	37.307.119,01
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	37.307.119,01
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	37.307.119,01
126 - Tecnologia da Informação	3.093.213,54
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	3.093.213,54
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	3.093.213,54

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
128 - Formação de Recursos Humanos	425.361,29
0850 - Gestão de Pessoas	425.361,29
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	425.361,29
364 - Ensino Superior	342.851.028,12
0230 - CTI - Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação	4.189.626,41
0014 - Apoio a projetos	4.189.626,41
0630 - Gestão do Ensino Superior	37.538.088,21
0013 - Incentivo a programas e projetos	1.319.590,03
0053 - Realização de eventos	940.426,77
0056 - Aquisição, construção e reforma	16.647.698,98
0240 - Bolsas de estudo	12.509.669,09
0249 - Aquisição de equipamentos	1.541.515,79
0396 - Expansão da UDESC	2.655.720,16
0526 - Vestibular e concursos públicos	1.923.467,39
0850 - Gestão de Pessoas	301.123.313,50
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	301.123.313,50
571 - Desenvolvimento Científico	316,95
0230 - CTI - Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação	316,95
0013 - Incentivo a programas e projetos	316,95
450091 - Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de SC	**35.259.764,61**
12 - Educação	35.259.764,61
364 - Ensino Superior	35.259.764,61
0627 - Acesso à Educação Superior	35.259.764,61
0240 - Bolsas de estudo	35.259.764,61
450092 - Fundo Estadual de Educação- FEDUC	**43.302.349,56**
12 - Educação	43.302.349,56

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
368 - Educação Básica	43.302.349,56
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	7.427.064,02
0565 - Revitalização de rede física	7.427.064,02
0101 - Acelera Santa Catarina	35.875.285,54
0565 - Revitalização de rede física	35.875.285,54
47000 - Secretaria de Estado da Administração	**6.449.175.022,75**
470001 - Secretaria de Estado da Administração	**154.487.573,85**
04 - Administração	126.889.724,55
122 - Administração Geral	113.040.523,84
0850 - Gestão de Pessoas	109.513.759,19
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	109.513.759,19
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	3.526.764,65
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	2.174.673,66
0313 - Administração e manutenção de serviços	1.352.090,99
126 - Tecnologia da Informação	1.349.563,60
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.349.563,60
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	1.349.563,60
128 - Formação de Recursos Humanos	138.137,10
0850 - Gestão de Pessoas	138.137,10
0006 - Encargos com estagiários	130.447,10
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	7.690,00
274 - Previdência Especial	12.361.500,01
0870 - Pensões Especiais	12.361.500,01
0055 - Pagamento de pensão	12.361.500,01
08 - Assistência Social	27.592.769,50
274 - Previdência Especial	27.592.769,50

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0870 - Pensões Especiais	27.592.769,50
0055 - Pagamento de pensão	27.592.769,50
10 - Saúde	5.079,80
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	5.079,80
0855 - Saúde Ocupacional	5.079,80
0445 - Saúde e segurança no contexto ocupacional	5.079,80
470022 - Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina	**97.596.447,55**
09 - Previdência Social	97.596.447,55
122 - Administração Geral	96.981.423,47
0850 - Gestão de Pessoas	39.113.133,17
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	39.113.133,17
0860 - Gestão Previdenciária	50.503,27
0301 - Contratação de serviços	50.503,27
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	57.817.787,03
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	7.118.561,35
0008 - Manutenção, aquisição e ampliação de imóvel	75.620,37
0345 - Pagamento de encargos	50.623.605,31
126 - Tecnologia da Informação	400.882,26
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	400.882,26
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	400.882,26
128 - Formação de Recursos Humanos	214.141,82
0850 - Gestão de Pessoas	214.141,82
0006 - Encargos com estagiários	203.849,82
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	10.292,00
470076 - Fundo Financeiro	**5.439.255.248,17**
09 - Previdência Social	5.439.255.248,17

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
272 - Previdência do Regime Estatutário	5.439.255.248,17
0860 - Gestão Previdenciária	5.439.255.248,17
0136 - Encargos com inativos	4.432.184.898,87
0137 - Sentenças judiciais	19.310.290,53
0329 - Pensões	987.760.058,77
470091 - Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais	**87.726.025,14**
04 - Administração	87.726.025,14
122 - Administração Geral	71.969.083,44
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	71.969.083,44
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	4.529.964,29
0248 - Gestão de contratos	56.140.724,22
0251 - Aquisição de matéria-prima	1.548.902,16
0313 - Administração e manutenção de serviços	9.749.492,77
126 - Tecnologia da Informação	15.177.500,97
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	15.177.500,97
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	15.177.500,97
128 - Formação de Recursos Humanos	579.440,73
0850 - Gestão de Pessoas	579.440,73
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	579.440,73
470092 - Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais	**669.186.840,52**
04 - Administração	669.186.840,52
122 - Administração Geral	1.254.699,79
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.254.699,79
0313 - Administração e manutenção de serviços	1.254.699,79
126 - Tecnologia da Informação	313.710,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	313.710,00

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	313.710,00
128 - Formação de Recursos Humanos	57.264,48
0850 - Gestão de Pessoas	57.264,48
0006 - Encargos com estagiários	36.667,57
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	20.596,91
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	667.561.166,25
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	667.561.166,25
0328 - Gestão do SC Saúde	84.598.542,98
0330 - Assistência médico-hospitalar e odontológica	582.962.623,27
470093 - Fundo Patrimonial	**922.887,52**
04 - Administração	922.887,52
122 - Administração Geral	922.887,52
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	922.887,52
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	489.433,22
0027 - Locação de imóveis	16.410,38
0353 - Ampliação e reforma de imóveis	383.267,82
0474 - Aquisição de mobiliário e equipamentos	29.214,90
0525 - Aquisição de veículos e equipamentos	4.561,20
48000 - Secretaria de Estado da Saúde	**3.091.696.751,57**
480091 - Fundo Estadual de Saúde	**3.046.723.526,66**
10 - Saúde	3.046.723.526,66
061 - Ação Judiciária	151.813.093,99
0400 - Gestão do SUS	151.813.093,99
0988 - Atendimento de ações judiciais	151.813.093,99
122 - Administração Geral	1.362.471.360,61
0101 - Acelera Santa Catarina	1.018.500,00

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0261 - Aquisição de veículos	1.018.500,00
0400 - Gestão do SUS	488.698,99
0638 - Manutenção de serviços e unidades	462.048,99
1017 - Manutenção de conselhos	26.650,00
0850 - Gestão de Pessoas	1.211.104.101,38
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.211.104.101,38
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	149.860.060,24
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	149.516.508,39
0511 - Equipar unidades da Saúde	25.593,90
0512 - Ampliar e reformar unidades administrativas	317.957,95
126 - Tecnologia da Informação	23.299.950,70
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	23.299.950,70
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	23.299.950,70
128 - Formação de Recursos Humanos	16.972.663,04
0400 - Gestão do SUS	14.641.968,39
0374 - Oferecer residência médica	13.805.095,54
0981 - Manutenção de atividades	555.780,63
0982 - Manutenção da escola de saúde pública	26.868,22
0984 - Qualificação dos trabalhadores do SUS	254.224,00
0850 - Gestão de Pessoas	2.330.694,65
0006 - Encargos com estagiários	2.330.694,65
242 - Assistência ao Portador de Deficiência	16.552.922,12
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	16.552.922,12
0555 - Realizar serviços assistenciais	16.552.922,12
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	165.132,00
0420 - Atenção Básica	165.132,00

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0242 - Capacitação de profissionais	165.132,00
301 - Atenção Básica	71.135.439,80
0420 - Atenção Básica	57.520.630,41
0339 - Incentivo financeiro	41.789.666,00
1015 - Ações na área da saúde	15.730.964,41
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	13.614.809,39
1018 - Rede Cegonha	13.614.809,39
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.278.227.048,85
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	18.150.792,38
0081 - Construção de centro cirúrgico	1.467.624,45
0256 - Equipar hospital	15.143.119,67
0501 - Elaboração de estudos e projetos	1.540.048,26
0101 - Acelera Santa Catarina	61.656.516,35
0058 - Ampliação e readequação de hospital	47.676.240,41
0394 - Reforma de hospital	330.421,41
0511 - Equipar unidades da Saúde	12.908.234,85
0513 - Equipar policlínicas	201.435,16
0519 - Equipar hospital	540.184,52
0400 - Gestão do SUS	10.962.361,51
0358 - Realizar atividades de saúde	1.703.940,62
0547 - Custeio de hospital e maternidade	9.258.420,89
0410 - Vigilância em Saúde	4.107.394,02
0641 - Realizar ações de gestão	4.107.394,02
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	1.183.349.984,59
0023 - Ampliação de infraestrutura	11.325.974,26
0433 - Implantação de rede de saúde	2.810.720,92

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0441 - Realização de cirurgias eletivas	3.196.684,60
0642 - Transplante de órgãos e tecidos	2.580.223,05
0643 - Assistência ambulatorial e hospitalar	272.934.535,65
0964 - Manutenção de hospital	315.686.508,53
0965 - Ações de saúde	58.954.760,31
0966 - Manutenção de unidades assistenciais	451.126.088,44
0967 - Ações do serviço de anatomia	321.755,40
0969 - Ampliação e reforma de unidades assistenciais	804.647,85
0990 - Realização dos serviços de telemedicina	1.600.000,00
0991 - Manutenção de unidades	169.036,11
1015 - Ações na área da saúde	26.727.531,70
1019 - Manutenção do incentivo da política de atenção hospitalar	35.111.517,77
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	105.453.269,75
0440 - Assistência Farmacêutica	105.453.269,75
0992 - Distribuição de medicamentos	82.339.061,79
1015 - Ações na área da saúde	23.114.207,96
304 - Vigilância Sanitária	4.602.405,55
0410 - Vigilância em Saúde	4.602.405,55
0994 - Ações da Vigilância Sanitária	4.602.405,55
305 - Vigilância Epidemiológica	8.518.854,96
0410 - Vigilância em Saúde	8.518.854,96
0426 - Realizar ações de vigilância, prevenção e controle	1.187.804,64
0640 - Realizar ações de vigilância, prevenção e controle	2.127.836,32
0965 - Ações de saúde	5.203.214,00
573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	324.074,80
0420 - Atenção Básica	324.074,80

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
1020 - Manutenção do núcleo do telessaúde	324.074,80
785 - Transportes Especiais	7.187.310,49
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	7.187.310,49
0980 - Ações do programa Tratamento Fora do Domicílio	7.187.310,49
480092 - Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde-INVESTSAÚDE	**44.973.224,91**
10 - Saúde	44.973.224,91
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	44.973.224,91
0101 - Acelera Santa Catarina	44.973.224,91
0575 - Ações na área da saúde	44.973.224,91
52000 - Secretaria de Estado da Fazenda	**2.039.927.033,17**
520001 - Secretaria de Estado da Fazenda	**446.202.085,48**
04 - Administração	446.202.085,48
122 - Administração Geral	412.481.031,93
0850 - Gestão de Pessoas	393.227.985,55
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	393.227.985,55
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	19.253.046,38
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	18.365.258,59
0163 - Aquisição de imóvel	887.787,79
123 - Administração Financeira	2.481.491,80
0830 - Gestão Fiscal e Financeira	2.267.491,77
0036 - Gestão da informação contábil e da transparência	2.267.491,77
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	214.000,03
0325 - Despesas diversas	214.000,03
124 - Controle Interno	471.399,45
0830 - Gestão Fiscal e Financeira	471.399,45
0035 - Otimização e correção da aplicação dos recursos públicos	471.399,45

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
126 - Tecnologia da Informação	11.766.955,46
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	11.766.955,46
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	11.766.955,46
128 - Formação de Recursos Humanos	625.170,65
0850 - Gestão de Pessoas	625.170,65
0006 - Encargos com estagiários	625.170,65
129 - Administração de Receitas	18.376.036,19
0830 - Gestão Fiscal e Financeira	18.376.036,19
0953 - Gestão da arrecadação, fiscalização e combate à sonegação	18.376.036,19
520002 - Encargos Gerais do Estado	**1.522.814.336,80**
04 - Administração	219.057.486,67
123 - Administração Financeira	219.057.486,67
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	219.057.486,67
0215 - Obrigações patronais	3.065.594,73
0322 - Benefícios a servidores	158.599.790,65
0323 - Participação no capital social	31.923.291,81
0325 - Despesas diversas	25.468.809,48
09 - Previdência Social	1.397.822,50
244 - Assistência Comunitária	1.397.822,50
0860 - Gestão Previdenciária	1.397.822,50
0324 - Auxílio funeral	1.397.822,50
28 - Encargos Especiais	1.302.359.027,63
846 - Outros Encargos Especiais	1.302.359.027,63
0990 - Encargos Especiais	1.302.359.027,63
0326 - Amortização e encargos de contratos de financiamentos	1.302.359.027,63
520030 - Fundação Escola de Governo - ENA	**3.348.949,66**

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
01 - Legislativa	102.000,00
031 - Ação Legislativa	102.000,00
0925 - Modernização do Processo Legislativo	102.000,00
0143 - Modernização e manutenção de escola	102.000,00
04 - Administração	3.050.059,72
122 - Administração Geral	2.650.890,62
0850 - Gestão de Pessoas	2.021.555,78
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.021.555,78
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	629.334,84
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	629.334,84
128 - Formação de Recursos Humanos	399.169,10
0825 - Formação de Gestores Públicos	351.650,13
0157 - Cursos de capacitação	351.650,13
0850 - Gestão de Pessoas	47.518,97
0006 - Encargos com estagiários	47.518,97
19 - Ciência e Tecnologia	185.024,30
571 - Desenvolvimento Científico	185.024,30
0346 - Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável	185.024,30
0014 - Apoio a projetos	185.024,30
20 - Agricultura	11.865,64
606 - Extensão Rural	11.865,64
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	11.865,64
0014 - Apoio a projetos	11.865,64
520090 - Fundo Estadual de Apoio aos Municípios	**24.070.074,91**
04 - Administração	24.070.074,91
123 - Administração Financeira	24.070.074,91

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	7.096.180,66
2248 - Apoio a projetos municipais de investimentos	7.096.180,66
0101 - Acelera Santa Catarina	16.973.894,25
0014 - Apoio a projetos	16.973.894,25
520091 - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina	**17.520.971,47**
04 - Administração	17.520.971,47
123 - Administração Financeira	17.520.971,47
0200 - Competitividade e Excelência Econômica	17.520.971,47
0459 - Subvenção econômica	17.520.971,47
520092 - Fundo de Esforço Fiscal	**21.040.232,49**
04 - Administração	21.040.232,49
123 - Administração Financeira	21.040.232,49
0830 - Gestão Fiscal e Financeira	21.040.232,49
0276 - Administração tributária, financeira e fiscal	3.604.807,92
0277 - Gestão de recursos estratégicos	17.429.814,57
0278 - Gestão de projeto	5.610,00
520093 - Fundo Pró-Emprego	**4.930.382,36**
19 - Ciência e Tecnologia	4.930.382,36
573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	4.930.382,36
0101 - Acelera Santa Catarina	4.930.382,36
0018 - Apoio financeiro a construção de centros de inovação	4.930.382,36
53000 - Secretaria de Estado da Infraestrutura	**1.168.092.108,20**
530001 - Secretaria de Estado da Infraestrutura	**193.387.777,42**
04 - Administração	653.381,04
122 - Administração Geral	653.381,04
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	653.381,04

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	653.381,04
26 - Transporte	192.734.396,38
122 - Administração Geral	8.931.404,41
0850 - Gestão de Pessoas	6.883.114,05
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	6.883.114,05
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.048.290,36
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	2.048.290,36
781 - Transporte Aéreo	9.694.748,61
0120 - Integração Logística	9.694.748,61
0196 - Adequação e melhoria de aeroporto	5.398.417,13
0334 - Administração, manutenção e gerenciamento de aeroporto	4.296.331,48
782 - Transporte Rodoviário	109.760.110,23
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	144.631,84
0271 - Gerenciamento de programa de financiamento	144.631,84
0101 - Acelera Santa Catarina	13.098.577,63
0178 - Reabilitação/ aumento de capacidade/ OAE/ meio ambiente/ supervisão de obras	13.089.479,20
0271 - Gerenciamento de programa de financiamento	9.098,43
0105 - Mobilidade Urbana	30.597.034,86
0340 - Apoio ao sistema viário	30.597.034,86
0110 - Construção de Rodovias	65.919.865,90
0271 - Gerenciamento de programa de financiamento	6.862.128,74
0417 - Apoio ao sistema viário	7.553.118,35
0583 - Ações na área de infraestrutura	51.504.618,81
784 - Transporte Hidroviário	64.348.133,13
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	64.333.133,13
0083 - Adequação e melhoria de infraestrutura aquaviária	64.333.133,13

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0145 - Elaboração de Projetos e Estudos de Infraestrutura	15.000,00
0092 - Elaboração de planos	15.000,00
530023 - Departamento de Transportes e Terminais	**31.384.112,09**
26 - Transporte	31.384.112,09
122 - Administração Geral	21.006.617,37
0850 - Gestão de Pessoas	18.385.292,66
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	18.385.292,66
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.621.324,71
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	2.621.324,71
126 - Tecnologia da Informação	1.668.357,12
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.668.357,12
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	1.668.357,12
128 - Formação de Recursos Humanos	95.826,13
0850 - Gestão de Pessoas	95.826,13
0006 - Encargos com estagiários	95.826,13
782 - Transporte Rodoviário	6.352.010,18
0115 - Gestão do Sistema de Transporte Intermunicipal de Pessoas	6.352.010,18
0165 - Realização de transporte e fiscalização	6.352.010,18
784 - Transporte Hidroviário	2.261.301,29
0115 - Gestão do Sistema de Transporte Intermunicipal de Pessoas	2.261.301,29
0317 - Manutenção sinalização náutica	19.940,00
0332 - Pagamento de subsídio para travessia hidroviária	2.241.361,29
530025 - Departamento Estadual de Infraestrutura	**943.320.218,69**
06 - Segurança Pública	961.456,53
181 - Policiamento	961.456,53
0130 - Conservação e Segurança Rodoviária	961.456,53

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0021 - Administração e manutenção da PMRv	961.456,53
18 - Gestão Ambiental	426.318,51
541 - Preservação e Conservação Ambiental	426.318,51
0145 - Elaboração de Projetos e Estudos de Infraestrutura	426.318,51
0094 - Levantamentos, estudos e projetos	426.318,51
23 - Comércio e Serviços	4.851.766,10
695 - Turismo	4.800.000,00
0640 - Promoção do Turismo Catarinense	4.800.000,00
0123 - Promoção, pesquisa e recuperação	4.800.000,00
813 - Lazer	51.766,10
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	51.766,10
0578 - Ações na área da cultura, turismo e esporte	51.766,10
26 - Transporte	937.080.677,55
122 - Administração Geral	86.734.165,65
0850 - Gestão de Pessoas	67.746.895,58
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	3.790,00
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	67.743.105,58
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	18.987.270,07
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	18.906.181,60
0005 - Administração e manutenção de superintendência	81.088,47
126 - Tecnologia da Informação	4.663.720,77
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	4.663.720,77
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	4.663.720,77
128 - Formação de Recursos Humanos	458.953,76
0850 - Gestão de Pessoas	458.953,76
0006 - Encargos com estagiários	458.953,76

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
782 - Transporte Rodoviário	845.223.837,37
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	37.067.581,73
0088 - Revitalização de rodovias	6.504.027,47
0178 - Reabilitação/ aumento de capacidade/ OAE/ meio ambiente/ supervisão de obras	30.563.554,26
0101 - Acelera Santa Catarina	244.148.320,52
0009 - Terraplenagem/ pavimentação/ OAE/ meio ambiente/ supervisão de obras	38.324.637,08
0019 - Conservação e reabilitação de travessias	120.467.145,85
0178 - Reabilitação/ aumento de capacidade/ OAE/ meio ambiente/ supervisão de obras	55.350.630,61
0298 - Conclusão de via expressa	30.005.906,98
0105 - Mobilidade Urbana	73.883.234,30
0009 - Terraplenagem/ pavimentação/ OAE/ meio ambiente/ supervisão de obras	72.560.416,17
0075 - Melhorias de terminais de integração	319.555,22
0340 - Apoio ao sistema viário	1.003.262,91
0110 - Construção de Rodovias	210.899.064,69
0009 - Terraplenagem/ pavimentação/ OAE/ meio ambiente/ supervisão de obras	185.842.065,50
0010 - Execução de obras rodoviárias	236.042,26
0022 - Contratação de consultoria	11.644.922,95
0101 - Desapropriação de áreas	5.254.560,74
0102 - Compensação ambiental	984.528,79
0331 - Supervisão regional de obras	503.930,17
0417 - Apoio ao sistema viário	2.200.000,00
0583 - Ações na área de infraestrutura	4.233.014,28
0130 - Conservação e Segurança Rodoviária	23.447.584,06
0007 - Aquisição de combustível e lubrificante	1.217.737,01
0010 - Execução de obras rodoviárias	673.356,91
0011 - Conservação de rodovias	8.249.287,80

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0020 - Operação de rodovias	6.836.313,78
0022 - Contratação de consultoria	2.788.218,55
0057 - Humanização de rodovias	38.237,16
0073 - Obras emergenciais	3.644.432,85
0140 - Reabilitação e Aumento de Capacidade de Rodovias	240.215.829,36
0178 - Reabilitação/ aumento de capacidade/ OAE/ meio ambiente/ supervisão de obras	240.215.829,36
0145 - Elaboração de Projetos e Estudos de Infraestrutura	15.562.222,71
0022 - Contratação de consultoria	9.478.141,26
0092 - Elaboração de planos	775.607,26
0093 - Elaboração de projetos	4.753.818,63
0094 - Levantamentos, estudos e projetos	554.655,56
54000 - Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania	**839.978.827,42**
540091 - Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville	**2.000.577,43**
14 - Direitos da Cidadania	2.000.577,43
421 - Custódia e Reintegração Social	2.000.577,43
0760 - Ressocialização dos Apenados e dos Adolescentes Infratores	2.000.577,43
0390 - Profissionalização e reintegração social	2.000.577,43
540092 - Fundo Rotativo da Penitenciária Sul	**442.182,48**
14 - Direitos da Cidadania	442.182,48
421 - Custódia e Reintegração Social	442.182,48
0760 - Ressocialização dos Apenados e dos Adolescentes Infratores	442.182,48
0390 - Profissionalização e reintegração social	442.182,48
540093 - Fundo Rotativo da Penitenciária de Curitibanos	**2.214.168,64**
14 - Direitos da Cidadania	2.214.168,64
421 - Custódia e Reintegração Social	2.214.168,64
0760 - Ressocialização dos Apenados e dos Adolescentes Infratores	2.214.168,64

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0390 - Profissionalização e reintegração social	2.214.168,64
540094 - Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis	**3.720.722,67**
14 - Direitos da Cidadania	3.720.722,67
421 - Custódia e Reintegração Social	3.720.722,67
0760 - Ressocialização dos Apenados e dos Adolescentes Infratores	3.720.722,67
0390 - Profissionalização e reintegração social	3.720.722,67
540095 - Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó	**6.773.964,27**
14 - Direitos da Cidadania	6.773.964,27
421 - Custódia e Reintegração Social	6.773.964,27
0760 - Ressocialização dos Apenados e dos Adolescentes Infratores	6.773.964,27
0390 - Profissionalização e reintegração social	6.773.964,27
540096 - Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina - FUPESC	**824.079.492,93**
14 - Direitos da Cidadania	824.079.492,93
122 - Administração Geral	528.210.389,69
0850 - Gestão de Pessoas	423.346.070,10
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	423.346.070,10
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	104.864.319,59
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	104.864.319,59
126 - Tecnologia da Informação	4.537.621,88
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	4.537.621,88
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	4.537.621,88
128 - Formação de Recursos Humanos	1.312.719,35
0850 - Gestão de Pessoas	1.312.719,35
0006 - Encargos com estagiários	1.193.029,05
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	119.690,30
421 - Custódia e Reintegração Social	290.018.762,01

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0740 - Gestão do Sistema Prisional e Socioeducativo	186.069.614,73
0391 - Gestão dos sistemas prisional e socioeducativo	83.525.139,94
0397 - Gestão compartilhada	102.544.474,79
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	83.662.762,91
0261 - Aquisição de veículos	418.940,00
0395 - Construção, reforma e ampliação de unidades	43.123.485,30
0398 - Estruturação e reaparelhamento	12.794.929,51
0486 - Construção de unidade prisional	18.088.245,70
0488 - Construção de centro de atendimento socioeducativo	9.237.162,40
0760 - Ressocialização dos Apenados e dos Adolescentes Infratores	20.286.384,37
0392 - Profissionalização dos apenados e adolescentes em conflito com a lei	683.553,19
0635 - Atendimento social, psicológico, jurídico, pedagógico de saúde	16.897.645,71
0636 - Apoio às centrais de penas e medidas alternativas	2.705.185,47
540097 - Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis	**747.719,00**
14 - Direitos da Cidadania	747.719,00
421 - Custódia e Reintegração Social	747.719,00
0760 - Ressocialização dos Apenados e dos Adolescentes Infratores	747.719,00
0390 - Profissionalização e reintegração social	747.719,00
55000 - Secretaria de Estado da Defesa Civil	**88.168.990,06**
550001 - Secretaria de Estado da Defesa Civil	**53.482.218,24**
06 - Segurança Pública	4.634.872,46
122 - Administração Geral	1.602.912,45
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.602.912,45
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	1.690,00
0627 - Construção, ampliação e reforma	1.601.222,45
182 - Defesa Civil	3.031.960,01

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	3.001.960,01
0493 - Ampliação e modernização de rede de monitoramento e alerta	3.001.960,01
0731 - Gestão de Riscos e Redução de Desastres	30.000,00
0316 - Aquisição, atualização e manutenção	30.000,00
18 - Gestão Ambiental	48.847.345,78
182 - Defesa Civil	48.847.345,78
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	48.847.345,78
0568 - Projetos e obras preventivas	48.847.345,78
550091 - Fundo Estadual da Defesa Civil	**34.686.771,82**
03 - Essencial à Justiça	149.000,00
091 - Defesa da Ordem Jurídica	149.000,00
0915 - Gestão Estratégica - Ministério Público	149.000,00
0120 - Reconstituição de bens lesados	149.000,00
06 - Segurança Pública	30.468.405,10
122 - Administração Geral	9.653.583,62
0850 - Gestão de Pessoas	3.230.518,97
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.230.518,97
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	6.423.064,65
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	2.715.135,49
0627 - Construção, ampliação e reforma	3.707.929,16
126 - Tecnologia da Informação	320.823,83
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	320.823,83
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	320.823,83
128 - Formação de Recursos Humanos	26.618,32
0850 - Gestão de Pessoas	26.618,32
0006 - Encargos com estagiários	23.803,32

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	2.815,00
182 - Defesa Civil	20.467.379,33
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	10.635.927,40
0191 - Estruturação de unidades	9.139.120,35
0493 - Ampliação e modernização de rede de monitoramento e alerta	1.496.807,05
0731 - Gestão de Riscos e Redução de Desastres	4.354.725,67
0316 - Aquisição, atualização e manutenção	446.859,78
0481 - Contratação de consultoria, estudos e projetos	3.837.012,91
0494 - Promoção de educação continuada	70.852,98
0735 - Respostas aos Desastres e Recuperação	5.476.726,26
0342 - Ações em defesa civil	5.476.726,26
18 - Gestão Ambiental	4.069.366,72
182 - Defesa Civil	1.555.579,31
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	1.555.579,31
0342 - Ações em defesa civil	1.552.520,00
0495 - Ações de gestão de produtos perigosos	3.059,31
544 - Recursos Hídricos	2.513.787,41
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	2.513.787,41
0309 - Monitorar, controlar e apoiar ações	1.356.250,00
0521 - Reforma, manutenção e conservação de barragens	1.157.537,41
2 - Legislativo	**899.482.511,15**
01000 - Assembleia Legislativa do Estado	**636.968.526,71**
010001 - Assembleia Legislativa do Estado	**636.968.526,71**
01 - Legislativa	474.471.775,12
031 - Ação Legislativa	61.779.681,11
0820 - Comunicação do Poder Legislativo	40.940.091,17

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0130 - Sessões e audiências públicas	23.225,00
0131 - Divulgação institucional	32.390.527,86
0135 - Manutenção e ampliação de alcance	8.526.338,31
0925 - Modernização do Processo Legislativo	20.839.589,94
0138 - Renovação de acervo	378,00
0143 - Modernização e manutenção de escola	839.211,94
0145 - Aquisição, recuperação e ampliação de imóveis	20.000.000,00
122 - Administração Geral	386.959.484,44
0920 - Gestão Administrativa - Poder Legislativo	386.959.484,44
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	116.553.226,84
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	270.406.257,60
126 - Tecnologia da Informação	10.324.542,68
0925 - Modernização do Processo Legislativo	10.324.542,68
0147 - Manutenção, serviços e equipamentos de informática	10.324.542,68
272 - Previdência do Regime Estatutário	15.408.066,89
0920 - Gestão Administrativa - Poder Legislativo	15.408.066,89
0136 - Encargos com inativos	15.408.066,89
09 - Previdência Social	162.496.751,59
272 - Previdência do Regime Estatutário	162.496.751,59
0860 - Gestão Previdenciária	162.496.751,59
0136 - Encargos com inativos	162.496.751,59
02000 - Tribunal de Contas do Estado	**262.513.984,44**
020001 - Tribunal de Contas do Estado	**262.513.984,44**
01 - Legislativa	185.834.002,54
122 - Administração Geral	182.839.476,41
0935 - Gestão Administrativa - Tribunal de Contas	182.839.476,41

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	14.624.420,14
0149 - Ampliação e reforma de estrutura física	2.980.061,11
0155 - Reaparelhamento do Tribunal de Contas	1.672.826,77
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	163.562.168,39
126 - Tecnologia da Informação	2.186.813,63
0935 - Gestão Administrativa - Tribunal de Contas	2.186.813,63
0154 - Manutenção e desenvolvimento de tecnologia da informação	2.186.813,63
128 - Formação de Recursos Humanos	807.712,50
0935 - Gestão Administrativa - Tribunal de Contas	807.712,50
0054 - Capacitação de recursos humanos	807.712,50
09 - Previdência Social	76.679.981,90
272 - Previdência do Regime Estatutário	76.679.981,90
0860 - Gestão Previdenciária	66.369.429,60
0136 - Encargos com inativos	66.369.429,60
0935 - Gestão Administrativa - Tribunal de Contas	10.310.552,30
0136 - Encargos com inativos	10.310.552,30
3 - Judiciário	**2.369.323.340,61**
03000 - Tribunal de Justiça do Estado	**2.369.323.340,61**
030001 - Tribunal de Justiça do Estado	**2.162.922.008,67**
02 - Judiciária	1.756.644.305,30
061 - Ação Judiciária	1.612.667.527,41
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	1.561.804.285,17
0164 - Administração de pessoal extraquadro	89.026.715,21
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.465.848.471,52
0954 - Administração e manutenção da infraestrutura e serviços	6.929.098,44
0931 - Gestão Estratégica - Modernização da Infraestrutura do Poder Judiciário	50.863.242,24

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0162 - Manutenção de prédios	238.802,68
0164 - Administração de pessoal extraquadro	2.743.011,13
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	44.018.694,45
0955 - Instalação e modernização de imóveis	2.513.196,68
0956 - Promoção da cidadania e iniciativas de valor social	832.881,39
0961 - Gestão estratégica e do conhecimento	516.655,91
122 - Administração Geral	84.507,24
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	84.507,24
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	84.507,24
126 - Tecnologia da Informação	94.624.218,50
0931 - Gestão Estratégica - Modernização da Infraestrutura do Poder Judiciário	94.624.218,50
0004 - Modernização de TI	94.624.218,50
128 - Formação de Recursos Humanos	20.345.887,03
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	17.218.448,96
0156 - Capacitação e aperfeiçoamento	17.218.448,96
0931 - Gestão Estratégica - Modernização da Infraestrutura do Poder Judiciário	3.127.438,07
0156 - Capacitação e aperfeiçoamento	3.127.438,07
272 - Previdência do Regime Estatutário	28.922.165,12
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	28.922.165,12
0136 - Encargos com inativos	28.922.165,12
09 - Previdência Social	238.518.799,88
272 - Previdência do Regime Estatutário	238.518.799,88
0860 - Gestão Previdenciária	238.518.799,88
0136 - Encargos com inativos	238.518.799,88
28 - Encargos Especiais	167.758.903,49
846 - Outros Encargos Especiais	167.758.903,49

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	167.758.903,49
0160 - Encargos com precatórios	167.758.903,49
030091 - Fundo de Reaparelhamento da Justiça	**206.401.331,94**
02 - Judiciária	206.401.331,94
061 - Ação Judiciária	167.723.748,19
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	119.472.869,00
0164 - Administração de pessoal extraquadro	56.554.605,43
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	5.188.612,68
0954 - Administração e manutenção da infraestrutura e serviços	57.729.650,89
0931 - Gestão Estratégica - Modernização da Infraestrutura do Poder Judiciário	48.250.879,19
0148 - Reforma de imóvel	6.894.170,21
0162 - Manutenção de prédios	15.024.596,61
0163 - Aquisição de imóvel	14.984,00
0167 - Construção de Fórum	16.825.217,36
0168 - Reforma de Fórum	3.917.099,60
0171 - Ampliação de Fórum	4.652.771,77
0955 - Instalação e modernização de imóveis	249.186,32
0956 - Promoção da cidadania e iniciativas de valor social	626.780,32
0961 - Gestão estratégica e do conhecimento	46.073,00
122 - Administração Geral	37.655.465,99
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	37.655.465,99
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	107.595,10
0170 - Coordenação de selo de fiscalização	37.547.870,89
126 - Tecnologia da Informação	1.022.117,76
0931 - Gestão Estratégica - Modernização da Infraestrutura do Poder Judiciário	1.022.117,76
0004 - Modernização de TI	1.022.117,76

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
4 - Ministério Público	**712.150.238,90**
04000 - Ministério Público	**712.150.238,90**
040001 - Ministério Público	**653.809.645,32**
03 - Essencial à Justiça	593.149.736,65
091 - Defesa da Ordem Jurídica	529.213.319,07
0915 - Gestão Estratégica - Ministério Público	529.213.319,07
0116 - Coordenação institucional	529.213.319,07
122 - Administração Geral	37.081.970,28
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	37.081.970,28
0115 - Coordenação e manutenção dos serviços administrativos	27.673.278,02
0119 - Manutenção, conservação e reforma de instalações	9.408.692,26
126 - Tecnologia da Informação	26.854.447,30
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	26.854.447,30
0030 - Coordenação e suporte de serviços de TI	26.854.447,30
09 - Previdência Social	60.659.908,67
272 - Previdência do Regime Estatutário	60.659.908,67
0860 - Gestão Previdenciária	60.659.908,67
0357 - Encargos com inativos	60.659.908,67
040091 - Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados	**1.097.623,87**
03 - Essencial à Justiça	1.097.623,87
091 - Defesa da Ordem Jurídica	1.097.623,87
0915 - Gestão Estratégica - Ministério Público	1.097.623,87
0120 - Reconstituição de bens lesados	774.935,36
0126 - Custeio dos honorários periciais	322.688,51
040092 - Fundo Especial do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público SC	**1.864.944,96**
03 - Essencial à Justiça	1.864.944,96

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
128 - Formação de Recursos Humanos	1.864.944,96
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	1.864.944,96
0127 - Aperfeiçoamento de membros e servidores	1.864.944,96
040093 - Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Ministério Público	**55.378.024,75**
03 - Essencial à Justiça	55.378.024,75
091 - Defesa da Ordem Jurídica	8.765.077,00
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	8.765.077,00
0029 - Aquisição/construção de edifício	8.487.300,00
0059 - Construção de edifício das Promotorias	277.777,00
122 - Administração Geral	46.612.947,75
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	46.612.947,75
0082 - Aquisição/construção de edifício sede	28.967.939,53
0128 - Modernização e desenvolvimento institucional	17.645.008,22
TOTAL	**25.595.103.379,18**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
01 - Legislativa	**661.795.014,60**
031 - Ação Legislativa	61.881.681,11
0820 - Comunicação do Poder Legislativo	40.940.091,17
0925 - Modernização do Processo Legislativo	20.941.589,94
122 - Administração Geral	571.186.197,79
0920 - Gestão Administrativa - Poder Legislativo	388.346.721,38
0935 - Gestão Administrativa - Tribunal de Contas	182.839.476,41
126 - Tecnologia da Informação	12.511.356,31
0925 - Modernização do Processo Legislativo	10.324.542,68
0935 - Gestão Administrativa - Tribunal de Contas	2.186.813,63
128 - Formação de Recursos Humanos	807.712,50
0935 - Gestão Administrativa - Tribunal de Contas	807.712,50
272 - Previdência do Regime Estatutário	15.408.066,89
0920 - Gestão Administrativa - Poder Legislativo	15.408.066,89
02 - Judiciária	**1.963.045.637,24**
061 - Ação Judiciária	1.780.391.275,60
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	1.681.277.154,17
0931 - Gestão Estratégica - Modernização da Infraestrutura do Poder Judiciário	99.114.121,43
122 - Administração Geral	37.739.973,23
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	37.739.973,23
126 - Tecnologia da Informação	95.646.336,26
0931 - Gestão Estratégica - Modernização da Infraestrutura do Poder Judiciário	95.646.336,26
128 - Formação de Recursos Humanos	20.345.887,03
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	17.218.448,96
0931 - Gestão Estratégica - Modernização da Infraestrutura do Poder Judiciário	3.127.438,07
272 - Previdência do Regime Estatutário	28.922.165,12
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	28.922.165,12

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
03 - Essencial à Justiça	**833.787.989,09**
091 - Defesa da Ordem Jurídica	543.911.630,13
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	8.765.077,00
0915 - Gestão Estratégica - Ministério Público	535.146.553,13
092 - Representação Judicial e Extrajudicial	53.694.502,88
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	53.694.502,88
122 - Administração Geral	200.696.606,29
0850 - Gestão de Pessoas	105.778.432,10
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	9.780.054,17
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	85.138.120,02
126 - Tecnologia da Informação	30.531.933,47
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	3.677.486,17
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	26.854.447,30
128 - Formação de Recursos Humanos	4.953.316,32
0850 - Gestão de Pessoas	3.088.371,36
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	1.864.944,96
04 - Administração	**1.863.995.261,91**
121 - Planejamento e Orçamento	6.031.571,94
0208 - Planejamento Estratégico de Desenvolvimento e Gestão de Informações	19.498,45
0210 - Estudos, Projetos e Informações Estratégicas	6.012.073,49
122 - Administração Geral	834.529.972,19
0208 - Planejamento Estratégico de Desenvolvimento e Gestão de Informações	6.369,93
0850 - Gestão de Pessoas	648.840.475,86
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	185.683.126,40
123 - Administração Financeira	284.170.257,34
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	7.096.180,66
0101 - Acelera Santa Catarina	16.973.894,25

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
0200 - Competitividade e Excelência Econômica	17.520.971,47
0830 - Gestão Fiscal e Financeira	23.307.724,26
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	219.271.486,70
124 - Controle Interno	471.399,45
0830 - Gestão Fiscal e Financeira	471.399,45
126 - Tecnologia da Informação	30.073.447,11
0208 - Planejamento Estratégico de Desenvolvimento e Gestão de Informações	5.103,16
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	30.068.343,95
127 - Ordenamento Territorial	28.106,28
0209 - Crescendo Juntos - Programa de Desenvolvimento e Redução das Desigualdades Regionais	28.106,28
128 - Formação de Recursos Humanos	2.473.791,14
0825 - Formação de Gestores Públicos	351.650,13
0850 - Gestão de Pessoas	2.122.141,01
129 - Administração de Receitas	18.376.036,19
0830 - Gestão Fiscal e Financeira	18.376.036,19
274 - Previdência Especial	12.361.500,01
0870 - Pensões Especiais	12.361.500,01
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	667.561.166,25
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	667.561.166,25
781 - Transporte Aéreo	5.657.545,97
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	5.657.545,97
782 - Transporte Rodoviário	2.260.468,04
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.260.468,04
06 - Segurança Pública	**2.693.946.141,22**
122 - Administração Geral	2.352.301.536,47
0101 - Acelera Santa Catarina	5.268.624,17
0705 - Segurança Cidadã	316.536.508,36

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
0706 - De Olho no Crime	1.938.070.985,00
0707 - Suporte Institucional Integrado	79.386.806,13
0850 - Gestão de Pessoas	3.230.518,97
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	9.808.093,84
126 - Tecnologia da Informação	38.584.517,23
0707 - Suporte Institucional Integrado	38.263.693,40
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	320.823,83
128 - Formação de Recursos Humanos	8.110.690,47
0707 - Suporte Institucional Integrado	3.609.101,22
0708 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	4.474.970,93
0850 - Gestão de Pessoas	26.618,32
181 - Policiamento	235.077.928,31
0101 - Acelera Santa Catarina	18.463.725,90
0130 - Conservação e Segurança Rodoviária	7.513.092,81
0705 - Segurança Cidadã	43.495.538,70
0706 - De Olho no Crime	60.981.219,91
0707 - Suporte Institucional Integrado	103.062.622,97
0708 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	1.561.728,02
182 - Defesa Civil	48.347.042,65
0705 - Segurança Cidadã	22.218.202,60
0707 - Suporte Institucional Integrado	710.926,92
0708 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	12.925,91
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	14.225.183,73
0731 - Gestão de Riscos e Redução de Desastres	4.535.899,91
0735 - Respostas aos Desastres e Recuperação	6.643.903,58
183 - Informação e Inteligência	5.571.816,48
0705 - Segurança Cidadã	995.351,02

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
0706 - De Olho no Crime	4.576.465,46
422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1.365.271,10
0705 - Segurança Cidadã	1.365.271,10
542 - Controle Ambiental	4.587.338,51
0706 - De Olho no Crime	4.587.338,51
07 - Relações Exteriores	**2.934.385,26**
122 - Administração Geral	2.622.582,68
0850 - Gestão de Pessoas	2.200.638,28
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	421.944,40
126 - Tecnologia da Informação	37.383,74
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	37.383,74
211 - Relações Diplomáticas	9.822,50
0204 - Missões, Recepções e Eventos Internacionais	9.822,50
212 - Cooperação Internacional	264.596,34
0212 - Promoção Comercial e Cooperação Internacional	264.596,34
08 - Assistência Social	**102.199.536,02**
122 - Administração Geral	30.015.370,85
0510 - Gestão do SUAS	220.317,94
0850 - Gestão de Pessoas	22.060.653,44
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	7.734.399,47
126 - Tecnologia da Informação	1.170.570,24
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.170.570,24
128 - Formação de Recursos Humanos	782.016,48
0510 - Gestão do SUAS	681.016,48
0850 - Gestão de Pessoas	101.000,00
241 - Assistência ao Idoso	300.000,00
0101 - Acelera Santa Catarina	300.000,00

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	1.599.618,05
0510 - Gestão do SUAS	1.599.618,05
244 - Assistência Comunitária	40.739.190,90
0101 - Acelera Santa Catarina	5.372.988,58
0510 - Gestão do SUAS	34.414.778,04
0550 - Comer Bem SC	139.761,41
0745 - Fortalecendo Direitos	811.662,87
274 - Previdência Especial	27.592.769,50
0870 - Pensões Especiais	27.592.769,50
09 - Previdência Social	**6.076.604.960,26**
122 - Administração Geral	96.981.423,47
0850 - Gestão de Pessoas	39.113.133,17
0860 - Gestão Previdenciária	50.503,27
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	57.817.787,03
126 - Tecnologia da Informação	400.882,26
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	400.882,26
128 - Formação de Recursos Humanos	214.141,82
0850 - Gestão de Pessoas	214.141,82
244 - Assistência Comunitária	1.397.822,50
0860 - Gestão Previdenciária	1.397.822,50
272 - Previdência do Regime Estatutário	5.977.610.690,21
0860 - Gestão Previdenciária	5.967.300.137,91
0935 - Gestão Administrativa - Tribunal de Contas	10.310.552,30
10 - Saúde	**3.127.207.458,81**
061 - Ação Judiciária	151.813.093,99
0400 - Gestão do SUS	151.813.093,99
122 - Administração Geral	1.366.802.901,86

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
0101 - Acelera Santa Catarina	1.018.500,00
0400 - Gestão do SUS	4.417.297,47
0850 - Gestão de Pessoas	1.211.104.101,38
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	150.263.003,01
126 - Tecnologia da Informação	23.299.950,70
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	23.299.950,70
128 - Formação de Recursos Humanos	16.980.769,81
0400 - Gestão do SUS	14.650.075,16
0850 - Gestão de Pessoas	2.330.694,65
242 - Assistência ao Portador de Deficiência	16.552.922,12
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	16.552.922,12
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	165.132,00
0420 - Atenção Básica	165.132,00
244 - Assistência Comunitária	199.849,06
0705 - Segurança Cidadã	199.849,06
301 - Atenção Básica	78.036.382,19
0420 - Atenção Básica	64.351.068,72
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	13.685.313,47
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.343.450.194,79
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	18.150.792,38
0101 - Acelera Santa Catarina	119.483.654,82
0400 - Gestão do SUS	11.115.041,23
0410 - Vigilância em Saúde	4.160.218,19
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	1.190.540.488,17
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	105.453.269,75
0440 - Assistência Farmacêutica	105.453.269,75
304 - Vigilância Sanitária	4.613.507,68

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
0410 - Vigilância em Saúde	4.613.507,68
305 - Vigilância Epidemiológica	9.026.548,28
0410 - Vigilância em Saúde	9.026.548,28
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	200.441,36
0708 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	195.361,56
0855 - Saúde Ocupacional	5.079,80
571 - Desenvolvimento Científico	312.671,60
0400 - Gestão do SUS	312.671,60
573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	324.074,80
0420 - Atenção Básica	324.074,80
785 - Transportes Especiais	9.975.748,82
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	9.975.748,82
11 - Trabalho	**4.547.135,37**
333 - Empregabilidade	4.455.632,58
0101 - Acelera Santa Catarina	192.128,00
0530 - Pró-Emprego e Renda	4.263.504,58
334 - Fomento ao Trabalho	91.502,79
0530 - Pró-Emprego e Renda	91.502,79
12 - Educação	**3.432.260.374,91**
122 - Administração Geral	387.826.218,24
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	2.986.781,12
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	306.973.123,29
0850 - Gestão de Pessoas	30.803.293,29
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	47.063.020,54
126 - Tecnologia da Informação	3.260.084,81
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	3.260.084,81
128 - Formação de Recursos Humanos	1.213.072,03

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	302.915,81
0850 - Gestão de Pessoas	910.156,22
244 - Assistência Comunitária	395.660,80
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	395.660,80
361 - Ensino Fundamental	1.012.828.141,74
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	1.012.828.141,74
362 - Ensino Médio	599.057.211,76
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	599.057.211,76
363 - Ensino Profissional	5.784.280,99
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	5.741.854,62
0615 - Gestão do Ensino Profissional	42.426,37
364 - Ensino Superior	443.809.051,03
0230 - CTI - Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação	4.189.626,41
0627 - Acesso à Educação Superior	100.948.091,45
0630 - Gestão do Ensino Superior	37.548.019,67
0850 - Gestão de Pessoas	301.123.313,50
365 - Educação Infantil	13.527.979,36
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	13.527.979,36
366 - Educação de Jovens e Adultos	61.992.506,85
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	61.992.506,85
367 - Educação Especial	204.873.446,20
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	37.491.496,73
0850 - Gestão de Pessoas	167.381.949,47
368 - Educação Básica	695.904.414,37
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	7.603.705,05
0101 - Acelera Santa Catarina	35.875.285,54
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	542.515.859,77

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
0623 - Gestão Democrática da Educação	103.191.860,62
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	4.878.985,74
0626 - Redução das Desigualdades e Valorização da Diversidade	1.838.717,65
571 - Desenvolvimento Científico	1.788.306,73
0230 - CTI - Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação	1.788.306,73
13 - Cultura	**39.766.346,99**
122 - Administração Geral	23.987.731,77
0850 - Gestão de Pessoas	13.449.367,60
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	10.538.364,17
128 - Formação de Recursos Humanos	170.308,30
0850 - Gestão de Pessoas	170.308,30
391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	27.978,28
0660 - Pró-Cultura	27.978,28
392 - Difusão Cultural	15.580.328,64
0660 - Pró-Cultura	15.580.328,64
14 - Direitos da Cidadania	**896.508.501,60**
122 - Administração Geral	577.339.874,55
0745 - Fortalecendo Direitos	8.376.485,09
0850 - Gestão de Pessoas	462.805.842,65
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	106.157.546,81
125 - Normatização e Fiscalização	3.320.690,51
0211 - Metrologia e Qualidade de Produtos e Serviços	3.320.690,51
126 - Tecnologia da Informação	4.537.621,88
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	4.537.621,88
128 - Formação de Recursos Humanos	2.816.518,29
0850 - Gestão de Pessoas	2.816.518,29
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	473.882,91

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
0745 - Fortalecendo Direitos	473.882,91
421 - Custódia e Reintegração Social	308.019.913,46
0740 - Gestão do Sistema Prisional e Socioeducativo	186.093.012,21
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	85.741.182,39
0760 - Ressocialização dos Apenados e dos Adolescentes Infratores	36.185.718,86
15 - Urbanismo	**45.333,34**
451 - Infraestrutura Urbana	45.333,34
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	45.333,34
16 - Habitação	**25.548.449,90**
122 - Administração Geral	23.530.538,92
0850 - Gestão de Pessoas	18.834.065,59
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	4.696.473,33
126 - Tecnologia da Informação	185.785,36
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	185.785,36
481 - Habitação Rural	539.745,15
0540 - Nova Casa	539.745,15
482 - Habitação Urbana	1.292.380,47
0540 - Nova Casa	1.292.380,47
17 - Saneamento	**782.949,66**
125 - Normatização e Fiscalização	612.914,83
0950 - Defesa dos Interesses Sociais	612.914,83
512 - Saneamento Básico Urbano	170.034,83
0360 - Abastecimento de Água	170.034,83
18 - Gestão Ambiental	**132.920.655,44**
122 - Administração Geral	56.241.590,05
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	18.474,43
0850 - Gestão de Pessoas	55.702.547,74

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	520.567,88
126 - Tecnologia da Informação	2.198,50
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.198,50
128 - Formação de Recursos Humanos	568.431,43
0850 - Gestão de Pessoas	568.431,43
182 - Defesa Civil	51.908.957,94
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	51.908.957,94
541 - Preservação e Conservação Ambiental	4.493.819,13
0145 - Elaboração de Projetos e Estudos de Infraestrutura	426.318,51
0335 - Santa Catarina Rural	155.914,79
0340 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	2.818.818,93
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	1.092.766,90
542 - Controle Ambiental	10.308.761,69
0340 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	8.109.650,15
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	2.199.111,54
544 - Recursos Hídricos	9.396.896,70
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	9.396.896,70
19 - Ciência e Tecnologia	**47.864.787,68**
122 - Administração Geral	4.346.536,32
0850 - Gestão de Pessoas	2.896.804,17
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.449.732,15
126 - Tecnologia da Informação	4.887.512,53
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	4.887.512,53
128 - Formação de Recursos Humanos	26.293,33
0850 - Gestão de Pessoas	26.293,33
334 - Fomento ao Trabalho	2.830.000,00
0346 - Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável	2.830.000,00

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
571 - Desenvolvimento Científico	21.846.004,64
0230 - CTI - Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação	20.858.588,34
0346 - Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável	987.416,30
572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	55.000,20
0346 - Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável	55.000,20
573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	13.873.440,66
0101 - Acelera Santa Catarina	4.930.382,36
0230 - CTI - Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação	8.943.058,30
20 - Agricultura	**674.262.586,22**
122 - Administração Geral	552.080.787,45
0335 - Santa Catarina Rural	1.637.777,33
0850 - Gestão de Pessoas	507.423.722,91
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	43.019.287,21
126 - Tecnologia da Informação	9.284.353,29
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	1.990.036,67
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	7.294.316,62
128 - Formação de Recursos Humanos	1.348.211,13
0310 - Agronegócio Competitivo	641.670,61
0850 - Gestão de Pessoas	706.540,52
304 - Vigilância Sanitária	2.826.232,75
0320 - Agricultura Familiar	990.987,64
0335 - Santa Catarina Rural	1.835.245,11
334 - Fomento ao Trabalho	14.182.285,96
0320 - Agricultura Familiar	640.000,00
0335 - Santa Catarina Rural	13.542.285,96
541 - Preservação e Conservação Ambiental	358.497,88
0335 - Santa Catarina Rural	358.497,88

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
571 - Desenvolvimento Científico	4.463.208,55
0310 - Agronegócio Competitivo	4.463.208,55
601 - Promoção da Produção Vegetal	290.237,22
0315 - Defesa Sanitária Agropecuária	290.237,22
602 - Promoção da Produção Animal	6.153.885,25
0320 - Agricultura Familiar	6.153.885,25
603 - Defesa Sanitária Vegetal	898.054,88
0315 - Defesa Sanitária Agropecuária	898.054,88
604 - Defesa Sanitária Animal	10.643.881,77
0315 - Defesa Sanitária Agropecuária	10.643.881,77
606 - Extensão Rural	47.460.727,61
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	9.687.641,45
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	5.049.961,33
0310 - Agronegócio Competitivo	15.476.541,05
0320 - Agricultura Familiar	16.973.994,03
0335 - Santa Catarina Rural	272.589,75
607 - Irrigação	7.289.844,98
0320 - Agricultura Familiar	7.289.844,98
691 - Promoção Comercial	16.982.377,50
0310 - Agronegócio Competitivo	16.982.377,50
23 - Comércio e Serviços	**118.034.530,76**
122 - Administração Geral	21.464.724,31
0850 - Gestão de Pessoas	13.717.471,58
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	7.747.252,73
126 - Tecnologia da Informação	1.118.676,05
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.118.676,05
128 - Formação de Recursos Humanos	175.470,42

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
0342 - Revitalização da Economia Catarinense - PREC	149.725,37
0850 - Gestão de Pessoas	25.745,05
333 - Empregabilidade	22.331.827,98
0342 - Revitalização da Economia Catarinense - PREC	22.331.827,98
691 - Promoção Comercial	1.883.431,05
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.883.431,05
695 - Turismo	71.008.634,85
0640 - Promoção do Turismo Catarinense	71.008.634,85
813 - Lazer	51.766,10
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	51.766,10
24 - Comunicações	**67.655.861,08**
122 - Administração Geral	8.854.462,81
0850 - Gestão de Pessoas	4.722.378,32
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	4.132.084,49
126 - Tecnologia da Informação	82.773,22
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	82.773,22
131 - Comunicação Social	58.718.625,05
0810 - Comunicação do Poder Executivo	58.718.625,05
25 - Energia	**53.095,25**
125 - Normatização e Fiscalização	53.095,25
0950 - Defesa dos Interesses Sociais	53.095,25
26 - Transporte	**1.316.517.369,13**
122 - Administração Geral	146.800.052,29
0150 - Modernização Portuária	650.000,00
0850 - Gestão de Pessoas	111.230.654,79
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	34.919.397,50
126 - Tecnologia da Informação	7.277.089,09

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	7.277.089,09
128 - Formação de Recursos Humanos	645.691,87
0850 - Gestão de Pessoas	645.691,87
131 - Comunicação Social	1.583.526,05
0810 - Comunicação do Poder Executivo	1.583.526,05
781 - Transporte Aéreo	10.055.953,78
0120 - Integração Logística	10.055.953,78
782 - Transporte Rodoviário	1.072.901.774,99
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	37.212.213,57
0101 - Acelera Santa Catarina	257.246.898,15
0105 - Mobilidade Urbana	107.785.199,15
0110 - Construção de Rodovias	382.896.452,50
0115 - Gestão do Sistema de Transporte Intermunicipal de Pessoas	6.352.010,18
0130 - Conservação e Segurança Rodoviária	25.630.949,37
0140 - Reabilitação e Aumento de Capacidade de Rodovias	240.215.829,36
0145 - Elaboração de Projetos e Estudos de Infraestrutura	15.562.222,71
784 - Transporte Hidroviário	77.253.281,06
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	64.333.133,13
0115 - Gestão do Sistema de Transporte Intermunicipal de Pessoas	2.261.301,29
0145 - Elaboração de Projetos e Estudos de Infraestrutura	15.000,00
0150 - Modernização Portuária	10.486.288,44
0850 - Gestão de Pessoas	157.558,20
27 - Desporto e Lazer	**42.593.241,94**
122 - Administração Geral	20.858.542,92
0850 - Gestão de Pessoas	16.236.085,10
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	4.622.457,82
126 - Tecnologia da Informação	259.636,68

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	259.636,68
128 - Formação de Recursos Humanos	124.293,46
0850 - Gestão de Pessoas	124.293,46
812 - Desporto Comunitário	14.522.923,46
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	14.522.923,46
813 - Lazer	6.827.845,42
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	6.827.845,42
28 - Encargos Especiais	**1.470.225.775,50**
846 - Outros Encargos Especiais	1.470.225.775,50
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	107.844,38
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	167.758.903,49
0990 - Encargos Especiais	1.302.359.027,63
TOTAL	**25.595.103.379,18**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
01 - Legislativa	**645.867.161,82**	**15.927.852,78**	**661.795.014,60**
031 - Ação Legislativa	57.382.141,63	4.499.539,48	61.881.681,11
0820 - Comunicação do Poder Legislativo	36.682.287,43	4.257.803,74	40.940.091,17
0925 - Modernização do Processo Legislativo	20.699.854,20	241.735,74	20.941.589,94
122 - Administração Geral	559.766.194,49	11.420.003,30	571.186.197,79
0920 - Gestão Administrativa - Poder Legislativo	381.008.968,42	7.337.752,96	388.346.721,38
0935 - Gestão Administrativa - Tribunal de Contas	178.757.226,07	4.082.250,34	182.839.476,41
126 - Tecnologia da Informação	12.511.356,31	-	12.511.356,31
0925 - Modernização do Processo Legislativo	10.324.542,68	-	10.324.542,68
0935 - Gestão Administrativa - Tribunal de Contas	2.186.813,63	-	2.186.813,63
128 - Formação de Recursos Humanos	799.402,50	8.310,00	807.712,50
0935 - Gestão Administrativa - Tribunal de Contas	799.402,50	8.310,00	807.712,50
272 - Previdência do Regime Estatutário	15.408.066,89	-	15.408.066,89
0920 - Gestão Administrativa - Poder Legislativo	15.408.066,89	-	15.408.066,89
02 - Judiciária	**1.933.318.014,02**	**29.727.623,22**	**1.963.045.637,24**
061 - Ação Judiciária	1.750.663.652,38	29.727.623,22	1.780.391.275,60
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	1.651.549.530,95	29.727.623,22	1.681.277.154,17
0931 - Gestão Estratégica - Modernização da Infraestrutura do Poder Judiciário	99.114.121,43	-	99.114.121,43
122 - Administração Geral	37.739.973,23	-	37.739.973,23
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	37.739.973,23	-	37.739.973,23
126 - Tecnologia da Informação	95.646.336,26	-	95.646.336,26
0931 - Gestão Estratégica - Modernização da Infraestrutura do Poder Judiciário	95.646.336,26	-	95.646.336,26
128 - Formação de Recursos Humanos	20.345.887,03	-	20.345.887,03
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	17.218.448,96	-	17.218.448,96
0931 - Gestão Estratégica - Modernização da Infraestrutura do Poder Judiciário	3.127.438,07	-	3.127.438,07
272 - Previdência do Regime Estatutário	28.922.165,12	-	28.922.165,12
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	28.922.165,12	-	28.922.165,12

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
03 - Essencial à Justiça	**824.126.502,98**	**9.661.486,11**	**833.787.989,09**
091 - Defesa da Ordem Jurídica	534.808.005,10	9.103.625,03	543.911.630,13
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	8.765.077,00	-	8.765.077,00
0915 - Gestão Estratégica - Ministério Público	526.042.928,10	9.103.625,03	535.146.553,13
092 - Representação Judicial e Extrajudicial	53.694.502,88	-	53.694.502,88
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	53.694.502,88	-	53.694.502,88
122 - Administração Geral	200.287.516,95	409.089,34	200.696.606,29
0850 - Gestão de Pessoas	105.778.432,10	-	105.778.432,10
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	9.780.054,17	-	9.780.054,17
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	84.729.030,68	409.089,34	85.138.120,02
126 - Tecnologia da Informação	30.383.161,73	148.771,74	30.531.933,47
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	3.677.486,17	-	3.677.486,17
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	26.705.675,56	148.771,74	26.854.447,30
128 - Formação de Recursos Humanos	4.953.316,32	-	4.953.316,32
0850 - Gestão de Pessoas	3.088.371,36	-	3.088.371,36
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	1.864.944,96	-	1.864.944,96
04 - Administração	**1.715.206.974,85**	**148.788.287,06**	**1.863.995.261,91**
121 - Planejamento e Orçamento	5.936.977,75	94.594,19	6.031.571,94
0208 - Planejamento Estratégico de Desenvolvimento e Gestão de Informações	19.498,45	-	19.498,45
0210 - Estudos, Projetos e Informações Estratégicas	5.917.479,30	94.594,19	6.012.073,49
122 - Administração Geral	762.989.730,41	71.540.241,78	834.529.972,19
0208 - Planejamento Estratégico de Desenvolvimento e Gestão de Informações	6.369,93	-	6.369,93
0850 - Gestão de Pessoas	618.565.852,83	30.274.623,03	648.840.475,86
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	144.417.507,65	41.265.618,75	185.683.126,40
123 - Administração Financeira	239.059.949,94	45.110.307,40	284.170.257,34
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	-	7.096.180,66	7.096.180,66
0101 - Acelera Santa Catarina	-	16.973.894,25	16.973.894,25

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
0200 - Competitividade e Excelência Econômica	17.520.971,47	-	17.520.971,47
0830 - Gestão Fiscal e Financeira	2.267.491,77	21.040.232,49	23.307.724,26
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	219.271.486,70	-	219.271.486,70
124 - Controle Interno	471.399,45	-	471.399,45
0830 - Gestão Fiscal e Financeira	471.399,45	-	471.399,45
126 - Tecnologia da Informação	30.073.447,11	-	30.073.447,11
0208 - Planejamento Estratégico de Desenvolvimento e Gestão de Informações	5.103,16	-	5.103,16
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	30.068.343,95	-	30.068.343,95
127 - Ordenamento Territorial	28.106,28	-	28.106,28
0208 - Planejamento Estratégico de Desenvolvimento e Gestão de Informações	-	-	-
0209 - Crescendo Juntos - Programa de Desenvolvimento e Redução das Desigualdades Regionais	28.106,28	-	28.106,28
128 - Formação de Recursos Humanos	2.401.791,14	72.000,00	2.473.791,14
0825 - Formação de Gestores Públicos	351.650,13	-	351.650,13
0850 - Gestão de Pessoas	2.050.141,01	72.000,00	2.122.141,01
129 - Administração de Receitas	18.376.036,19	-	18.376.036,19
0830 - Gestão Fiscal e Financeira	18.376.036,19	-	18.376.036,19
274 - Previdência Especial	12.361.500,01	-	12.361.500,01
0870 - Pensões Especiais	12.361.500,01	-	12.361.500,01
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	635.590.022,56	31.971.143,69	667.561.166,25
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	635.590.022,56	31.971.143,69	667.561.166,25
781 - Transporte Aéreo	5.657.545,97	-	5.657.545,97
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	5.657.545,97	-	5.657.545,97
782 - Transporte Rodoviário	2.260.468,04	-	2.260.468,04
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.260.468,04	-	2.260.468,04
06 - Segurança Pública	**2.100.443.401,90**	**593.502.739,32**	**2.693.946.141,22**
122 - Administração Geral	2.020.697.035,63	331.604.500,84	2.352.301.536,47
0101 - Acelera Santa Catarina	-	5.268.624,17	5.268.624,17

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
0705 - Segurança Cidadã	295.446.637,56	21.089.870,80	316.536.508,36
0706 - De Olho no Crime	1.720.683.027,38	217.387.957,62	1.938.070.985,00
0707 - Suporte Institucional Integrado	4.567.370,69	74.819.435,44	79.386.806,13
0850 - Gestão de Pessoas	-	3.230.518,97	3.230.518,97
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	-	9.808.093,84	9.808.093,84
126 - Tecnologia da Informação	2.138.490,94	36.446.026,29	38.584.517,23
0707 - Suporte Institucional Integrado	2.138.490,94	36.125.202,46	38.263.693,40
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	-	320.823,83	320.823,83
128 - Formação de Recursos Humanos	3.193.097,05	4.917.593,42	8.110.690,47
0707 - Suporte Institucional Integrado	196.000,00	3.413.101,22	3.609.101,22
0708 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	2.997.097,05	1.477.873,88	4.474.970,93
0850 - Gestão de Pessoas	-	26.618,32	26.618,32
181 - Policiamento	69.259.469,60	165.818.458,71	235.077.928,31
0101 - Acelera Santa Catarina	-	18.463.725,90	18.463.725,90
0130 - Conservação e Segurança Rodoviária	7.513.092,81	-	7.513.092,81
0705 - Segurança Cidadã	29.976.929,71	13.518.608,99	43.495.538,70
0706 - De Olho no Crime	19.250.179,80	41.731.040,11	60.981.219,91
0707 - Suporte Institucional Integrado	12.519.267,28	90.543.355,69	103.062.622,97
0708 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	-	1.561.728,02	1.561.728,02
182 - Defesa Civil	1.279.014,27	47.068.028,38	48.347.042,65
0705 - Segurança Cidadã	1.279.014,27	20.939.188,33	22.218.202,60
0707 - Suporte Institucional Integrado	-	710.926,92	710.926,92
0708 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	-	12.925,91	12.925,91
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	-	14.225.183,73	14.225.183,73
0731 - Gestão de Riscos e Redução de Desastres	-	4.535.899,91	4.535.899,91
0735 - Respostas aos Desastres e Recuperação	-	6.643.903,58	6.643.903,58
183 - Informação e Inteligência	369,80	5.571.446,68	5.571.816,48

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
0705 - Segurança Cidadã	-	995.351,02	995.351,02
0706 - De Olho no Crime	369,80	4.576.095,66	4.576.465,46
422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	-	1.365.271,10	1.365.271,10
0705 - Segurança Cidadã	-	1.365.271,10	1.365.271,10
542 - Controle Ambiental	3.875.924,61	711.413,90	4.587.338,51
0706 - De Olho no Crime	3.875.924,61	711.413,90	4.587.338,51
07 - Relações Exteriores	**2.912.385,84**	**21.999,42**	**2.934.385,26**
122 - Administração Geral	2.600.583,26	21.999,42	2.622.582,68
0850 - Gestão de Pessoas	2.178.638,86	21.999,42	2.200.638,28
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	421.944,40	-	421.944,40
126 - Tecnologia da Informação	37.383,74	-	37.383,74
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	37.383,74	-	37.383,74
211 - Relações Diplomáticas	9.822,50	-	9.822,50
0204 - Missões, Recepções e Eventos Internacionais	9.822,50	-	9.822,50
212 - Cooperação Internacional	264.596,34	-	264.596,34
0212 - Promoção Comercial e Cooperação Internacional	264.596,34	-	264.596,34
08 - Assistência Social	**87.641.223,60**	**14.558.312,42**	**102.199.536,02**
122 - Administração Geral	29.317.858,35	697.512,50	30.015.370,85
0510 - Gestão do SUAS	-	220.317,94	220.317,94
0850 - Gestão de Pessoas	21.618.392,02	442.261,42	22.060.653,44
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	7.699.466,33	34.933,14	7.734.399,47
126 - Tecnologia da Informação	1.170.570,24	-	1.170.570,24
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.170.570,24	-	1.170.570,24
128 - Formação de Recursos Humanos	101.000,00	681.016,48	782.016,48
0510 - Gestão do SUAS	-	681.016,48	681.016,48
0850 - Gestão de Pessoas	101.000,00	-	101.000,00
241 - Assistência ao Idoso	-	300.000,00	300.000,00

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
0101 - Acelera Santa Catarina	-	300.000,00	300.000,00
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	-	1.599.618,05	1.599.618,05
0510 - Gestão do SUAS	-	1.599.618,05	1.599.618,05
244 - Assistência Comunitária	29.459.025,51	11.280.165,39	40.739.190,90
0101 - Acelera Santa Catarina	-	5.372.988,58	5.372.988,58
0510 - Gestão do SUAS	28.777.319,16	5.637.458,88	34.414.778,04
0550 - Comer Bem SC	1.943,48	137.817,93	139.761,41
0745 - Fortalecendo Direitos	679.762,87	131.900,00	811.662,87
274 - Previdência Especial	27.592.769,50	-	27.592.769,50
0870 - Pensões Especiais	27.592.769,50	-	27.592.769,50
09 - Previdência Social	**3.690.997.540,51**	**2.385.607.419,75**	**6.076.604.960,26**
122 - Administração Geral	1.398.263,04	95.583.160,43	96.981.423,47
0850 - Gestão de Pessoas	-	39.113.133,17	39.113.133,17
0860 - Gestão Previdenciária	-	50.503,27	50.503,27
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.398.263,04	56.419.523,99	57.817.787,03
126 - Tecnologia da Informação	-	400.882,26	400.882,26
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	-	400.882,26	400.882,26
128 - Formação de Recursos Humanos	8.990,00	205.151,82	214.141,82
0850 - Gestão de Pessoas	8.990,00	205.151,82	214.141,82
244 - Assistência Comunitária	1.397.822,50	-	1.397.822,50
0860 - Gestão Previdenciária	1.397.822,50	-	1.397.822,50
272 - Previdência do Regime Estatutário	3.688.192.464,97	2.289.418.225,24	5.977.610.690,21
0860 - Gestão Previdenciária	3.677.881.912,67	2.289.418.225,24	5.967.300.137,91
0935 - Gestão Administrativa - Tribunal de Contas	10.310.552,30	-	10.310.552,30
10 - Saúde	**2.428.404.275,72**	**698.803.183,09**	**3.127.207.458,81**
061 - Ação Judiciária	147.114.999,32	4.698.094,67	151.813.093,99
0400 - Gestão do SUS	147.114.999,32	4.698.094,67	151.813.093,99

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
122 - Administração Geral	1.352.725.980,42	14.076.921,44	1.366.802.901,86
0101 - Acelera Santa Catarina	-	1.018.500,00	1.018.500,00
0400 - Gestão do SUS	4.417.297,47	-	4.417.297,47
0850 - Gestão de Pessoas	1.199.601.124,52	11.502.976,86	1.211.104.101,38
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	148.707.558,43	1.555.444,58	150.263.003,01
126 - Tecnologia da Informação	23.299.950,70	-	23.299.950,70
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	23.299.950,70	-	23.299.950,70
128 - Formação de Recursos Humanos	16.262.429,83	718.339,98	16.980.769,81
0400 - Gestão do SUS	13.931.735,18	718.339,98	14.650.075,16
0850 - Gestão de Pessoas	2.330.694,65	-	2.330.694,65
242 - Assistência ao Portador de Deficiência	9.674.892,33	6.878.029,79	16.552.922,12
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	9.674.892,33	6.878.029,79	16.552.922,12
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	-	165.132,00	165.132,00
0420 - Atenção Básica	-	165.132,00	165.132,00
244 - Assistência Comunitária	-	199.849,06	199.849,06
0705 - Segurança Cidadã	-	199.849,06	199.849,06
301 - Atenção Básica	42.715.458,02	35.320.924,17	78.036.382,19
0420 - Atenção Básica	42.715.458,02	21.635.610,70	64.351.068,72
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	-	13.685.313,47	13.685.313,47
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	760.752.126,17	582.698.068,62	1.343.450.194,79
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	4.082.483,66	14.068.308,72	18.150.792,38
0101 - Acelera Santa Catarina	1.565.518,65	117.918.136,17	119.483.654,82
0400 - Gestão do SUS	3.526.086,76	7.588.954,47	11.115.041,23
0410 - Vigilância em Saúde	2.883.441,08	1.276.777,11	4.160.218,19
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	748.694.596,02	441.845.892,15	1.190.540.488,17
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	65.777.298,74	39.675.971,01	105.453.269,75
0440 - Assistência Farmacêutica	65.777.298,74	39.675.971,01	105.453.269,75

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
304 - Vigilância Sanitária	-	4.613.507,68	4.613.507,68
0410 - Vigilância em Saúde	-	4.613.507,68	4.613.507,68
305 - Vigilância Epidemiológica	-	9.026.548,28	9.026.548,28
0410 - Vigilância em Saúde	-	9.026.548,28	9.026.548,28
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	5.079,80	195.361,56	200.441,36
0708 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	-	195.361,56	195.361,56
0855 - Saúde Ocupacional	5.079,80	-	5.079,80
571 - Desenvolvimento Científico	-	312.671,60	312.671,60
0400 - Gestão do SUS	-	312.671,60	312.671,60
573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	300.000,00	24.074,80	324.074,80
0420 - Atenção Básica	300.000,00	24.074,80	324.074,80
785 - Transportes Especiais	9.776.060,39	199.688,43	9.975.748,82
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	9.776.060,39	199.688,43	9.975.748,82
11 - Trabalho	**2.165.711,62**	**2.381.423,75**	**4.547.135,37**
333 - Empregabilidade	2.074.208,83	2.381.423,75	4.455.632,58
0101 - Acelera Santa Catarina	-	192.128,00	192.128,00
0530 - Pró-Emprego e Renda	2.074.208,83	2.189.295,75	4.263.504,58
334 - Fomento ao Trabalho	91.502,79	-	91.502,79
0530 - Pró-Emprego e Renda	91.502,79	-	91.502,79
12 - Educação	**814.817.262,41**	**2.617.443.112,50**	**3.432.260.374,91**
122 - Administração Geral	381.884.957,04	5.941.261,20	387.826.218,24
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	2.971.237,00	15.544,12	2.986.781,12
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	305.319.180,17	1.653.943,12	306.973.123,29
0850 - Gestão de Pessoas	30.803.293,29	-	30.803.293,29
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	42.791.246,58	4.271.773,96	47.063.020,54
126 - Tecnologia da Informação	2.871.144,99	388.939,82	3.260.084,81
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.871.144,99	388.939,82	3.260.084,81

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
128 - Formação de Recursos Humanos	788.345,74	424.726,29	1.213.072,03
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	302.915,81	-	302.915,81
0850 - Gestão de Pessoas	485.429,93	424.726,29	910.156,22
244 - Assistência Comunitária	-	395.660,80	395.660,80
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	-	395.660,80	395.660,80
361 - Ensino Fundamental	-	1.012.828.141,74	1.012.828.141,74
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	-	1.012.828.141,74	1.012.828.141,74
362 - Ensino Médio	12.796.848,47	586.260.363,29	599.057.211,76
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	12.796.848,47	586.260.363,29	599.057.211,76
363 - Ensino Profissional	2.796.930,75	2.987.350,24	5.784.280,99
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	2.754.504,38	2.987.350,24	5.741.854,62
0615 - Gestão do Ensino Profissional	42.426,37	-	42.426,37
364 - Ensino Superior	397.788.032,16	46.021.018,87	443.809.051,03
0230 - CTI - Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação	-	4.189.626,41	4.189.626,41
0627 - Acesso à Educação Superior	65.688.326,84	35.259.764,61	100.948.091,45
0630 - Gestão do Ensino Superior	30.976.391,82	6.571.627,85	37.548.019,67
0850 - Gestão de Pessoas	301.123.313,50	-	301.123.313,50
365 - Educação Infantil	13.527.979,36	-	13.527.979,36
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	13.527.979,36	-	13.527.979,36
366 - Educação de Jovens e Adultos	-	61.992.506,85	61.992.506,85
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	-	61.992.506,85	61.992.506,85
367 - Educação Especial	105.598,50	204.767.847,70	204.873.446,20
0520 - Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	105.598,50	37.385.898,23	37.491.496,73
0850 - Gestão de Pessoas	-	167.381.949,47	167.381.949,47
368 - Educação Básica	469.118,67	695.435.295,70	695.904.414,37
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	-	7.603.705,05	7.603.705,05
0101 - Acelera Santa Catarina	-	35.875.285,54	35.875.285,54

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
0610 - Educação Básica com Qualidade e Equidade	362.754,67	542.153.105,10	542.515.859,77
0623 - Gestão Democrática da Educação	-	103.191.860,62	103.191.860,62
0625 - Valorização dos Profissionais da Educação	106.364,00	4.772.621,74	4.878.985,74
0626 - Redução das Desigualdades e Valorização da Diversidade	-	1.838.717,65	1.838.717,65
571 - Desenvolvimento Científico	1.788.306,73	-	1.788.306,73
0230 - CTI - Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação	1.788.306,73	-	1.788.306,73
13 - Cultura	**13.812.071,80**	**25.954.275,19**	**39.766.346,99**
122 - Administração Geral	13.812.071,80	10.175.659,97	23.987.731,77
0850 - Gestão de Pessoas	13.182.317,05	267.050,55	13.449.367,60
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	629.754,75	9.908.609,42	10.538.364,17
128 - Formação de Recursos Humanos	-	170.308,30	170.308,30
0850 - Gestão de Pessoas	-	170.308,30	170.308,30
391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	-	27.978,28	27.978,28
0660 - Pró-Cultura	-	27.978,28	27.978,28
392 - Difusão Cultural	-	15.580.328,64	15.580.328,64
0660 - Pró-Cultura	-	15.580.328,64	15.580.328,64
14 - Direitos da Cidadania	**765.210.197,95**	**131.298.303,65**	**896.508.501,60**
122 - Administração Geral	551.171.637,69	26.168.236,86	577.339.874,55
0745 - Fortalecendo Direitos	8.376.485,09	-	8.376.485,09
0850 - Gestão de Pessoas	444.448.234,32	18.357.608,33	462.805.842,65
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	98.346.918,28	7.810.628,53	106.157.546,81
125 - Normatização e Fiscalização	-	3.320.690,51	3.320.690,51
0211 - Metrologia e Qualidade de Produtos e Serviços	-	3.320.690,51	3.320.690,51
126 - Tecnologia da Informação	3.524.281,37	1.013.340,51	4.537.621,88
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	3.524.281,37	1.013.340,51	4.537.621,88
128 - Formação de Recursos Humanos	2.816.518,29	-	2.816.518,29
0850 - Gestão de Pessoas	2.816.518,29	-	2.816.518,29

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	473.882,91	-	473.882,91
0745 - Fortalecendo Direitos	473.882,91	-	473.882,91
421 - Custódia e Reintegração Social	207.223.877,69	100.796.035,77	308.019.913,46
0740 - Gestão do Sistema Prisional e Socioeducativo	139.660.814,47	46.432.197,74	186.093.012,21
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	34.527.800,42	51.213.381,97	85.741.182,39
0760 - Ressocialização dos Apenados e dos Adolescentes Infratores	33.035.262,80	3.150.456,06	36.185.718,86
15 - Urbanismo	**-**	**45.333,34**	**45.333,34**
451 - Infraestrutura Urbana	-	45.333,34	45.333,34
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	-	45.333,34	45.333,34
16 - Habitação	**23.741.746,94**	**1.806.702,96**	**25.548.449,90**
122 - Administração Geral	23.530.538,92	-	23.530.538,92
0850 - Gestão de Pessoas	18.834.065,59	-	18.834.065,59
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	4.696.473,33	-	4.696.473,33
126 - Tecnologia da Informação	185.785,36	-	185.785,36
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	185.785,36	-	185.785,36
481 - Habitação Rural	25.422,66	514.322,49	539.745,15
0540 - Nova Casa	25.422,66	514.322,49	539.745,15
482 - Habitação Urbana	-	1.292.380,47	1.292.380,47
0540 - Nova Casa	-	1.292.380,47	1.292.380,47
17 - Saneamento	**612.914,83**	**170.034,83**	**782.949,66**
125 - Normatização e Fiscalização	612.914,83	-	612.914,83
0950 - Defesa dos Interesses Sociais	612.914,83	-	612.914,83
512 - Saneamento Básico Urbano	-	170.034,83	170.034,83
0360 - Abastecimento de Água	-	170.034,83	170.034,83
18 - Gestão Ambiental	**67.925.946,61**	**64.994.708,83**	**132.920.655,44**
122 - Administração Geral	55.539.099,88	702.490,17	56.241.590,05
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	18.474,43	-	18.474,43

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
0850 - Gestão de Pessoas	55.000.057,57	702.490,17	55.702.547,74
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	520.567,88	-	520.567,88
126 - Tecnologia da Informação	2.198,50	-	2.198,50
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.198,50	-	2.198,50
128 - Formação de Recursos Humanos	568.431,43	-	568.431,43
0850 - Gestão de Pessoas	568.431,43	-	568.431,43
182 - Defesa Civil	-	51.908.957,94	51.908.957,94
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	-	51.908.957,94	51.908.957,94
541 - Preservação e Conservação Ambiental	3.245.137,44	1.248.681,69	4.493.819,13
0145 - Elaboração de Projetos e Estudos de Infraestrutura	426.318,51	-	426.318,51
0335 - Santa Catarina Rural	-	155.914,79	155.914,79
0340 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	2.818.818,93	-	2.818.818,93
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	-	1.092.766,90	1.092.766,90
542 - Controle Ambiental	8.466.399,36	1.842.362,33	10.308.761,69
0340 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	7.135.228,90	974.421,25	8.109.650,15
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	1.331.170,46	867.941,08	2.199.111,54
544 - Recursos Hídricos	104.680,00	9.292.216,70	9.396.896,70
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	104.680,00	9.292.216,70	9.396.896,70
19 - Ciência e Tecnologia	**30.363.227,86**	**17.501.559,82**	**47.864.787,68**
122 - Administração Geral	4.308.556,62	37.979,70	4.346.536,32
0850 - Gestão de Pessoas	2.880.724,47	16.079,70	2.896.804,17
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.427.832,15	21.900,00	1.449.732,15
126 - Tecnologia da Informação	4.776.476,54	111.035,99	4.887.512,53
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	4.776.476,54	111.035,99	4.887.512,53
128 - Formação de Recursos Humanos	26.293,33	-	26.293,33
0850 - Gestão de Pessoas	26.293,33	-	26.293,33
334 - Fomento ao Trabalho	-	2.830.000,00	2.830.000,00

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
0346 - Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável	-	2.830.000,00	2.830.000,00
571 - Desenvolvimento Científico	13.553.185,84	8.292.818,80	21.846.004,64
0230 - CTI - Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação	13.553.185,84	7.305.402,50	20.858.588,34
0346 - Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável	-	987.416,30	987.416,30
572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	-	55.000,20	55.000,20
0346 - Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável	-	55.000,20	55.000,20
573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	7.698.715,53	6.174.725,13	13.873.440,66
0101 - Acelera Santa Catarina	-	4.930.382,36	4.930.382,36
0230 - CTI - Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação	7.698.715,53	1.244.342,77	8.943.058,30
20 - Agricultura	**627.029.235,94**	**47.233.350,28**	**674.262.586,22**
122 - Administração Geral	548.405.211,43	3.675.576,02	552.080.787,45
0335 - Santa Catarina Rural	333.200,00	1.304.577,33	1.637.777,33
0850 - Gestão de Pessoas	507.294.769,17	128.953,74	507.423.722,91
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	40.777.242,26	2.242.044,95	43.019.287,21
126 - Tecnologia da Informação	8.883.233,55	401.119,74	9.284.353,29
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	1.990.036,67	-	1.990.036,67
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	6.893.196,88	401.119,74	7.294.316,62
128 - Formação de Recursos Humanos	1.348.211,13	-	1.348.211,13
0310 - Agronegócio Competitivo	641.670,61	-	641.670,61
0850 - Gestão de Pessoas	706.540,52	-	706.540,52
304 - Vigilância Sanitária	1.835.245,11	990.987,64	2.826.232,75
0320 - Agricultura Familiar	-	990.987,64	990.987,64
0335 - Santa Catarina Rural	1.835.245,11	-	1.835.245,11
334 - Fomento ao Trabalho	14.182.285,96	-	14.182.285,96
0320 - Agricultura Familiar	640.000,00	-	640.000,00
0335 - Santa Catarina Rural	13.542.285,96	-	13.542.285,96
541 - Preservação e Conservação Ambiental	358.497,88	-	358.497,88

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
0335 - Santa Catarina Rural	358.497,88	-	358.497,88
571 - Desenvolvimento Científico	2.844.277,56	1.618.930,99	4.463.208,55
0310 - Agronegócio Competitivo	2.844.277,56	1.618.930,99	4.463.208,55
601 - Promoção da Produção Vegetal	126.380,53	163.856,69	290.237,22
0315 - Defesa Sanitária Agropecuária	126.380,53	163.856,69	290.237,22
602 - Promoção da Produção Animal	-	6.153.885,25	6.153.885,25
0320 - Agricultura Familiar	-	6.153.885,25	6.153.885,25
603 - Defesa Sanitária Vegetal	821.012,42	77.042,46	898.054,88
0315 - Defesa Sanitária Agropecuária	821.012,42	77.042,46	898.054,88
604 - Defesa Sanitária Animal	3.649.639,32	6.994.242,45	10.643.881,77
0315 - Defesa Sanitária Agropecuária	3.649.639,32	6.994.242,45	10.643.881,77
606 - Extensão Rural	27.827.377,17	19.633.350,44	47.460.727,61
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	-	9.687.641,45	9.687.641,45
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	4.148.890,34	901.070,99	5.049.961,33
0310 - Agronegócio Competitivo	10.203.421,75	5.273.119,30	15.476.541,05
0320 - Agricultura Familiar	13.202.475,33	3.771.518,70	16.973.994,03
0335 - Santa Catarina Rural	272.589,75	-	272.589,75
607 - Irrigação	-	7.289.844,98	7.289.844,98
0320 - Agricultura Familiar	-	7.289.844,98	7.289.844,98
691 - Promoção Comercial	16.747.863,88	234.513,62	16.982.377,50
0310 - Agronegócio Competitivo	16.747.863,88	234.513,62	16.982.377,50
23 - Comércio e Serviços	**38.039.403,31**	**79.995.127,45**	**118.034.530,76**
122 - Administração Geral	18.132.681,00	3.332.043,31	21.464.724,31
0850 - Gestão de Pessoas	13.455.914,51	261.557,07	13.717.471,58
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	4.676.766,49	3.070.486,24	7.747.252,73
126 - Tecnologia da Informação	1.098.487,53	20.188,52	1.118.676,05
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.098.487,53	20.188,52	1.118.676,05

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
128 - Formação de Recursos Humanos	175.470,42	-	175.470,42
0342 - Revitalização da Economia Catarinense - PREC	149.725,37	-	149.725,37
0850 - Gestão de Pessoas	25.745,05	-	25.745,05
333 - Empregabilidade	16.204.907,79	6.126.920,19	22.331.827,98
0342 - Revitalização da Economia Catarinense - PREC	16.204.907,79	6.126.920,19	22.331.827,98
691 - Promoção Comercial	1.883.431,05	-	1.883.431,05
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.883.431,05	-	1.883.431,05
695 - Turismo	544.425,52	70.464.209,33	71.008.634,85
0640 - Promoção do Turismo Catarinense	544.425,52	70.464.209,33	71.008.634,85
813 - Lazer	-	51.766,10	51.766,10
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	-	51.766,10	51.766,10
24 - Comunicações	**67.610.989,07**	**44.872,01**	**67.655.861,08**
122 - Administração Geral	8.809.590,80	44.872,01	8.854.462,81
0850 - Gestão de Pessoas	4.677.506,31	44.872,01	4.722.378,32
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	4.132.084,49	-	4.132.084,49
126 - Tecnologia da Informação	82.773,22	-	82.773,22
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	82.773,22	-	82.773,22
131 - Comunicação Social	58.718.625,05	-	58.718.625,05
0810 - Comunicação do Poder Executivo	58.718.625,05	-	58.718.625,05
25 - Energia	**53.095,25**	**-**	**53.095,25**
125 - Normatização e Fiscalização	53.095,25	-	53.095,25
0950 - Defesa dos Interesses Sociais	53.095,25	-	53.095,25
26 - Transporte	**229.934.273,71**	**1.086.583.095,42**	**1.316.517.369,13**
122 - Administração Geral	143.369.708,07	3.430.344,22	146.800.052,29
0150 - Modernização Portuária	650.000,00	-	650.000,00
0850 - Gestão de Pessoas	109.349.584,11	1.881.070,68	111.230.654,79
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	33.370.123,96	1.549.273,54	34.919.397,50

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
126 - Tecnologia da Informação	7.277.089,09	-	7.277.089,09
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	7.277.089,09	-	7.277.089,09
128 - Formação de Recursos Humanos	645.691,87	-	645.691,87
0850 - Gestão de Pessoas	645.691,87	-	645.691,87
131 - Comunicação Social	1.583.526,05	-	1.583.526,05
0810 - Comunicação do Poder Executivo	1.583.526,05	-	1.583.526,05
781 - Transporte Aéreo	7.055.892,43	3.000.061,35	10.055.953,78
0120 - Integração Logística	7.055.892,43	3.000.061,35	10.055.953,78
782 - Transporte Rodoviário	57.097.218,27	1.015.804.556,72	1.072.901.774,99
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	-	37.212.213,57	37.212.213,57
0101 - Acelera Santa Catarina	1.423.883,89	255.823.014,26	257.246.898,15
0105 - Mobilidade Urbana	8.027.091,52	99.758.107,63	107.785.199,15
0110 - Construção de Rodovias	6.251.599,44	376.644.853,06	382.896.452,50
0115 - Gestão do Sistema de Transporte Intermunicipal de Pessoas	6.352.010,18	-	6.352.010,18
0120 - Integração Logística	-	-	-
0130 - Conservação e Segurança Rodoviária	22.060.664,58	3.570.284,79	25.630.949,37
0140 - Reabilitação e Aumento de Capacidade de Rodovias	1.436.141,22	238.779.688,14	240.215.829,36
0145 - Elaboração de Projetos e Estudos de Infraestrutura	11.545.827,44	4.016.395,27	15.562.222,71
784 - Transporte Hidroviário	12.905.147,93	64.348.133,13	77.253.281,06
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	-	64.333.133,13	64.333.133,13
0115 - Gestão do Sistema de Transporte Intermunicipal de Pessoas	2.261.301,29	-	2.261.301,29
0145 - Elaboração de Projetos e Estudos de Infraestrutura	-	15.000,00	15.000,00
0150 - Modernização Portuária	10.486.288,44	-	10.486.288,44
0850 - Gestão de Pessoas	157.558,20	-	157.558,20
27 - Desporto e Lazer	**15.889.586,79**	**26.703.655,15**	**42.593.241,94**
122 - Administração Geral	15.889.586,79	4.968.956,13	20.858.542,92
0850 - Gestão de Pessoas	15.889.586,79	346.498,31	16.236.085,10

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	-	4.622.457,82	4.622.457,82
126 - Tecnologia da Informação	-	259.636,68	259.636,68
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	-	259.636,68	259.636,68
128 - Formação de Recursos Humanos	-	124.293,46	124.293,46
0850 - Gestão de Pessoas	-	124.293,46	124.293,46
812 - Desporto Comunitário	-	14.522.923,46	14.522.923,46
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	-	14.522.923,46	14.522.923,46
813 - Lazer	-	6.827.845,42	6.827.845,42
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	-	6.827.845,42	6.827.845,42
28 - Encargos Especiais	**1.191.618.733,52**	**278.607.041,98**	**1.470.225.775,50**
846 - Outros Encargos Especiais	1.191.618.733,52	278.607.041,98	1.470.225.775,50
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	107.844,38	-	107.844,38
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	279.620,43	167.479.283,06	167.758.903,49
0990 - Encargos Especiais	1.191.231.268,71	111.127.758,92	1.302.359.027,63
TOTAL	**17.317.741.878,85**	**8.277.361.500,33**	**25.595.103.379,18**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

Notas Explicativas

001 - Um mesmo Programa pode ser utilizado em várias Funções e Subfunções.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
01000 - Assembleia Legislativa do Estado	**636.968.526,71**
010001 - Assembleia Legislativa do Estado	636.968.526,71
01 - Legislativa	474.471.775,12
09 - Previdência Social	162.496.751,59
02000 - Tribunal de Contas do Estado	**262.513.984,44**
020001 - Tribunal de Contas do Estado	262.513.984,44
01 - Legislativa	185.834.002,54
09 - Previdência Social	76.679.981,90
03000 - Tribunal de Justiça do Estado	**2.369.323.340,61**
030001 - Tribunal de Justiça do Estado	2.162.922.008,67
02 - Judiciária	1.756.644.305,30
09 - Previdência Social	238.518.799,88
28 - Encargos Especiais	167.758.903,49
030091 - Fundo de Reaparelhamento da Justiça	206.401.331,94
02 - Judiciária	206.401.331,94
04000 - Ministério Público	**712.150.238,90**
040001 - Ministério Público	653.809.645,32
03 - Essencial à Justiça	593.149.736,65
09 - Previdência Social	60.659.908,67
040091 - Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados	1.097.623,87
03 - Essencial à Justiça	1.097.623,87
040092 - Fundo Especial do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público SC	1.864.944,96
03 - Essencial à Justiça	1.864.944,96
040093 - Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Ministério Público	55.378.024,75
03 - Essencial à Justiça	55.378.024,75
15000 - Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina	**50.633.283,80**
150001 - Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina	50.633.283,80

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
14 - Direitos da Cidadania	50.633.283,80
16000 - Secretaria de Estado da Segurança Pública	**2.668.237.366,93**
160084 - Fundo de Melhoria da Polícia Civil	540.514.097,32
06 - Segurança Pública	540.514.097,32
160085 - Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar	351.648.365,57
03 - Essencial à Justiça	515.000,00
06 - Segurança Pública	348.214.627,24
10 - Saúde	2.844.038,33
18 - Gestão Ambiental	74.700,00
160091 - Fundo para Melhoria da Segurança Pública	340.904.541,03
03 - Essencial à Justiça	627.105,05
04 - Administração	351.359,71
06 - Segurança Pública	339.926.076,27
160097 - Fundo de Melhoria da Polícia Militar	1.435.170.363,01
03 - Essencial à Justiça	4.987.707,13
04 - Administração	985.570,20
06 - Segurança Pública	1.425.313.326,04
10 - Saúde	395.210,62
12 - Educação	395.660,80
14 - Direitos da Cidadania	23.397,48
18 - Gestão Ambiental	1.764.757,91
26 - Transporte	1.304.732,83
18000 - Secretaria de Estado do Planejamento	**12.159.457,88**
180001 - Secretaria de Estado do Planejamento	11.439.586,52
04 - Administração	11.436.944,32
18 - Gestão Ambiental	2.642,20
180021 - Superintendencia de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Gde Florianópolis - SUDERF	719.871,36

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
04 - Administração	719.871,36
23000 - Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte	**160.991.048,72**
230001 - Secretaria de Estado do Turismo, Cultura e Esporte	68.863.299,42
13 - Cultura	705.871,30
23 - Comércio e Serviços	54.355.552,32
27 - Desporto e Lazer	13.801.875,80
230021 - Fundação Catarinense de Esporte	20.483.663,71
27 - Desporto e Lazer	20.483.663,71
230022 - Fundação Catarinense de Cultura	33.231.492,68
13 - Cultura	33.231.492,68
230023 - Santa Catarina Turismo S/A	21.790.659,39
23 - Comércio e Serviços	13.932.795,01
24 - Comunicações	7.857.864,38
230093 - Fundo Estadual de Incentivo à Cultura	5.828.983,01
13 - Cultura	5.828.983,01
230094 - Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo	5.642.137,97
23 - Comércio e Serviços	5.642.137,97
230095 - Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte	5.150.812,54
27 - Desporto e Lazer	5.150.812,54
26000 - Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação	**100.302.240,76**
260001 - Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação	37.702.393,11
08 - Assistência Social	33.372.875,65
11 - Trabalho	4.329.517,46
260022 - Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	25.548.449,90
16 - Habitação	25.548.449,90
260093 - Fundo Estadual de Assistência Social	32.070.557,51
08 - Assistência Social	32.070.557,51

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
260096 - Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	4.506.957,33
08 - Assistência Social	4.314.829,33
11 - Trabalho	192.128,00
260099 - Fundo para a Infância e Adolescência	473.882,91
14 - Direitos da Cidadania	473.882,91
27000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável	**225.683.207,06**
270001 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável	32.184.527,11
04 - Administração	457.463,73
18 - Gestão Ambiental	12.908.264,90
19 - Ciência e Tecnologia	2.162.606,00
23 - Comércio e Serviços	16.656.192,48
270021 - Fundação do Meio Ambiente	58.422.161,40
04 - Administração	6.301.351,65
18 - Gestão Ambiental	52.120.809,75
270023 - Junta Comercial do Estado de Santa Catarina	16.023.142,78
23 - Comércio e Serviços	16.023.142,78
270024 - Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina	40.007.579,39
04 - Administração	2.500,00
06 - Segurança Pública	141.000,00
10 - Saúde	312.671,60
12 - Educação	1.787.989,78
18 - Gestão Ambiental	2.627.879,60
19 - Ciência e Tecnologia	34.959.902,91
23 - Comércio e Serviços	175.635,50
270025 - Instituto de Metrologia de Santa Catarina	20.586.557,13
04 - Administração	17.265.866,62
14 - Direitos da Cidadania	3.320.690,51

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
270029 - Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina - Aresc	8.503.480,84
04 - Administração	7.837.470,76
17 - Saneamento	612.914,83
25 - Energia	53.095,25
270030 - Administração do Porto de São Francisco do Sul - APSFS	46.312.974,04
18 - Gestão Ambiental	2.813.968,93
26 - Transporte	43.391.160,73
28 - Encargos Especiais	107.844,38
270091 - Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente	113.564,37
18 - Gestão Ambiental	113.564,37
270092 - Fundo Estadual de Recursos Hídricos	3.010.745,57
18 - Gestão Ambiental	3.010.745,57
270095 - Fundo Catarinense de Mudanças Climáticas	518.474,43
18 - Gestão Ambiental	518.474,43
41000 - Gabinete do Governador do Estado	**936.610.765,68**
410001 - Secretaria de Estado da Casa Civil	46.976.065,71
01 - Legislativa	1.387.236,94
04 - Administração	45.588.828,77
410002 - Procuradoria Geral do Estado	161.640.780,63
03 - Essencial à Justiça	161.241.980,63
10 - Saúde	398.800,00
410003 - Secretaria Executiva de Articulação Nacional	5.170.538,39
04 - Administração	5.170.538,39
410004 - Secretaria Executiva de Assuntos Internacionais	2.934.385,26
07 - Relações Exteriores	2.934.385,26
410005 - Secretaria de Estado de Comunicação	60.512.412,08
06 - Segurança Pública	109.415,38

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
18 - Gestão Ambiental	495.000,00
24 - Comunicações	59.797.996,70
27 - Desporto e Lazer	110.000,00
410031 - Agência de Desenvolvimento Regional de Itapiranga	9.309.512,93
04 - Administração	1.908.534,14
10 - Saúde	251.178,00
12 - Educação	5.181.717,94
18 - Gestão Ambiental	19.077,00
20 - Agricultura	77.158,47
26 - Transporte	1.688.580,51
27 - Desporto e Lazer	183.266,87
410032 - Agência de Desenvolvimento Regional de Quilombo	6.892.040,60
04 - Administração	1.354.249,56
10 - Saúde	101.754,55
12 - Educação	4.144.390,49
26 - Transporte	994.146,00
27 - Desporto e Lazer	297.500,00
410033 - Agência de Desenvolvimento Regional de Seara	8.665.060,56
04 - Administração	1.705.066,42
06 - Segurança Pública	33.924,00
10 - Saúde	109.419,41
12 - Educação	5.111.685,44
20 - Agricultura	88.640,57
26 - Transporte	1.599.658,08
27 - Desporto e Lazer	16.666,64
410034 - Agência de Desenvolvimento Regional de Taió	10.096.635,22
04 - Administração	2.174.488,16

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
06 - Segurança Pública	35.470,08
10 - Saúde	181.077,43
12 - Educação	5.665.903,59
18 - Gestão Ambiental	275.277,71
20 - Agricultura	66.817,06
26 - Transporte	1.697.601,19
410035 - Agência de Desenvolvimento Regional de Timbó	12.673.250,64
04 - Administração	1.935.996,35
06 - Segurança Pública	307.500,26
10 - Saúde	330.215,51
12 - Educação	8.878.204,39
14 - Direitos da Cidadania	0,00
20 - Agricultura	10.000,00
26 - Transporte	1.091.090,88
27 - Desporto e Lazer	120.243,25
410036 - Agência de Desenvolvimento Regional de Braço do Norte	9.923.143,52
04 - Administração	2.369.540,54
06 - Segurança Pública	140.847,90
10 - Saúde	89.223,15
12 - Educação	6.112.409,80
20 - Agricultura	240.707,01
26 - Transporte	970.415,12
410037 - Agência de Desenvolvimento Regional de São Miguel do Oeste	13.747.715,53
04 - Administração	4.058.555,81
06 - Segurança Pública	96.390,09
10 - Saúde	627.326,28
12 - Educação	6.409.223,68

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
20 - Agricultura	154.505,95
26 - Transporte	2.158.977,31
27 - Desporto e Lazer	242.736,41
410038 - Agência de Desenvolvimento Regional de Maravilha	12.077.302,38
04 - Administração	2.271.098,03
06 - Segurança Pública	130.482,85
10 - Saúde	156.515,31
12 - Educação	7.811.254,73
14 - Direitos da Cidadania	16.372,70
20 - Agricultura	195.629,99
26 - Transporte	1.452.970,03
27 - Desporto e Lazer	42.978,74
410039 - Agência de Desenvolvimento Regional de São Lourenço do Oeste	8.332.517,59
04 - Administração	1.639.558,87
08 - Assistência Social	0,00
10 - Saúde	68.322,41
12 - Educação	5.996.430,29
17 - Saneamento	49.359,79
20 - Agricultura	9.759,45
26 - Transporte	522.181,87
27 - Desporto e Lazer	46.904,91
410040 - Agência de Desenvolvimento Regional de Chapecó	39.569.583,75
04 - Administração	6.866.311,12
10 - Saúde	4.922.048,96
12 - Educação	10.872.633,47
20 - Agricultura	279.442,24
26 - Transporte	16.629.147,96

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
410041 - Agência de Desenvolvimento Regional de Xanxerê	23.763.002,03
04 - Administração	5.169.684,65
06 - Segurança Pública	55.771,65
10 - Saúde	3.216.088,16
12 - Educação	11.669.982,17
18 - Gestão Ambiental	309.482,50
20 - Agricultura	371.065,40
26 - Transporte	2.857.711,99
27 - Desporto e Lazer	113.215,51
410042 - Agência de Desenvolvimento Regional de Concórdia	11.656.263,59
04 - Administração	3.071.533,48
06 - Segurança Pública	104.376,15
10 - Saúde	142.170,04
12 - Educação	6.462.326,01
14 - Direitos da Cidadania	42.152,95
17 - Saneamento	89.549,62
20 - Agricultura	513.676,20
26 - Transporte	1.230.479,14
410043 - Agência de Desenvolvimento Regional de Joaçaba	15.740.513,21
04 - Administração	4.633.732,76
06 - Segurança Pública	190.276,75
10 - Saúde	301.953,79
12 - Educação	9.256.266,52
20 - Agricultura	165.950,79
26 - Transporte	909.109,81
27 - Desporto e Lazer	283.222,79
410044 - Agência de Desenvolvimento Regional de Campos Novos	10.002.055,23

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
04 - Administração	2.021.230,70
10 - Saúde	15.317,11
12 - Educação	6.004.903,32
14 - Direitos da Cidadania	1.860,00
20 - Agricultura	101.984,88
26 - Transporte	1.833.203,67
27 - Desporto e Lazer	23.555,55
410045 - Agência de Desenvolvimento Regional de Videira	11.023.551,97
04 - Administração	2.035.506,57
10 - Saúde	336.845,64
12 - Educação	6.980.658,44
18 - Gestão Ambiental	25.510,20
20 - Agricultura	134.789,57
26 - Transporte	1.510.241,55
410046 - Agência de Desenvolvimento Regional de Caçador	13.447.751,53
04 - Administração	2.144.360,80
06 - Segurança Pública	46.522,00
08 - Assistência Social	186.526,60
10 - Saúde	19.562,18
12 - Educação	7.997.247,61
18 - Gestão Ambiental	412.966,07
20 - Agricultura	63.915,99
26 - Transporte	2.527.178,23
27 - Desporto e Lazer	49.472,05
410047 - Agência de Desenvolvimento Regional de Curitibanos	9.624.292,00
04 - Administração	2.018.803,03
06 - Segurança Pública	56.161,72

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
10 - Saúde	120.000,00
12 - Educação	5.961.835,30
14 - Direitos da Cidadania	518.755,76
26 - Transporte	922.487,90
27 - Desporto e Lazer	26.248,29
410048 - Agência de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul	13.470.035,55
04 - Administração	2.030.654,30
06 - Segurança Pública	643.266,40
10 - Saúde	345.918,24
12 - Educação	9.172.792,26
14 - Direitos da Cidadania	73.561,76
20 - Agricultura	111.984,97
26 - Transporte	1.091.857,62
410049 - Agência de Desenvolvimento Regional de Ituporanga	13.514.230,15
04 - Administração	2.818.559,52
06 - Segurança Pública	127.358,46
10 - Saúde	435.757,72
12 - Educação	8.341.441,66
18 - Gestão Ambiental	34.251,00
20 - Agricultura	135.574,57
26 - Transporte	1.583.126,23
27 - Desporto e Lazer	38.160,99
410050 - Agência de Desenvolvimento Regional de Ibirama	16.485.533,75
04 - Administração	2.380.014,89
10 - Saúde	1.471.850,81
12 - Educação	11.264.030,45
17 - Saneamento	31.125,42

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
20 - Agricultura	161.488,82
26 - Transporte	1.051.057,88
27 - Desporto e Lazer	125.965,48
410051 - Agência de Desenvolvimento Regional de Blumenau	21.771.943,58
04 - Administração	4.417.863,48
06 - Segurança Pública	123.313,90
10 - Saúde	265.474,82
12 - Educação	15.473.615,32
18 - Gestão Ambiental	76.600,00
20 - Agricultura	27.936,05
23 - Comércio e Serviços	449.658,99
26 - Transporte	881.925,46
27 - Desporto e Lazer	55.555,56
410052 - Agência de Desenvolvimento Regional de Brusque	15.294.611,68
04 - Administração	2.119.938,09
10 - Saúde	35.352,28
12 - Educação	10.716.369,71
19 - Ciência e Tecnologia	0,00
20 - Agricultura	72.000,00
26 - Transporte	2.237.123,25
27 - Desporto e Lazer	113.828,35
410053 - Agência de Desenvolvimento Regional de Itajai	31.863.279,36
04 - Administração	4.159.693,37
06 - Segurança Pública	122.999,36
10 - Saúde	752.268,33
12 - Educação	17.633.028,42
15 - Urbanismo	45.333,34

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
18 - Gestão Ambiental	402.383,01
20 - Agricultura	45.178,23
23 - Comércio e Serviços	5.500.000,00
26 - Transporte	3.202.395,30
410054 - Agência de Desenvolvimento Regional de Laguna	23.031.499,18
04 - Administração	4.748.954,50
08 - Assistência Social	50.000,00
10 - Saúde	343.873,11
12 - Educação	13.238.711,13
14 - Direitos da Cidadania	8.488,31
18 - Gestão Ambiental	6.140,24
26 - Transporte	4.635.331,89
27 - Desporto e Lazer	0,00
410055 - Agência de Desenvolvimento Regional de Tubarão	38.893.029,58
04 - Administração	9.730.980,32
06 - Segurança Pública	97.102,95
10 - Saúde	120.260,55
12 - Educação	15.711.938,57
20 - Agricultura	29.970,41
26 - Transporte	13.103.854,14
27 - Desporto e Lazer	98.922,64
410056 - Agência de Desenvolvimento Regional de Criciúma	40.262.106,42
04 - Administração	8.576.468,44
06 - Segurança Pública	61.622,74
08 - Assistência Social	556.194,55
10 - Saúde	1.690.818,27
11 - Trabalho	9.958,14

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
12 - Educação	19.060.631,60
19 - Ciência e Tecnologia	55.000,20
20 - Agricultura	19.153,95
23 - Comércio e Serviços	149.725,37
26 - Transporte	9.738.545,58
27 - Desporto e Lazer	343.987,58
410057 - Agência de Desenvolvimento Regional de Araranguá	26.826.667,85
04 - Administração	5.145.859,49
06 - Segurança Pública	213.623,88
10 - Saúde	3.038.716,04
12 - Educação	13.539.554,74
18 - Gestão Ambiental	0,00
20 - Agricultura	196.629,08
26 - Transporte	4.645.622,88
27 - Desporto e Lazer	46.661,74
410058 - Agência de Desenvolvimento Regional de Joinville	40.125.596,88
04 - Administração	6.445.244,73
06 - Segurança Pública	393.826,28
08 - Assistência Social	1.601.538,38
10 - Saúde	5.279.188,12
12 - Educação	23.510.895,05
14 - Direitos da Cidadania	347.678,47
18 - Gestão Ambiental	600.000,00
20 - Agricultura	79.970,21
23 - Comércio e Serviços	0,00
26 - Transporte	1.668.027,33
27 - Desporto e Lazer	199.228,31

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
410059 - Agência de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul	19.642.745,93
04 - Administração	4.296.075,27
06 - Segurança Pública	140.648,41
10 - Saúde	215.492,60
12 - Educação	10.313.552,82
18 - Gestão Ambiental	298.440,00
19 - Ciência e Tecnologia	830.000,00
20 - Agricultura	97.983,33
26 - Transporte	3.421.639,31
27 - Desporto e Lazer	28.914,19
410060 - Agência de Desenvolvimento Regional de Mafra	21.964.483,78
04 - Administração	3.526.518,78
08 - Assistência Social	0,00
10 - Saúde	1.071.191,70
12 - Educação	14.851.701,48
14 - Direitos da Cidadania	0,00
20 - Agricultura	44.954,00
23 - Comércio e Serviços	91.996,00
26 - Transporte	2.041.598,86
27 - Desporto e Lazer	336.522,96
410061 - Agência de Desenvolvimento Regional de Canoinhas	17.660.151,01
04 - Administração	2.341.170,13
06 - Segurança Pública	213.822,36
08 - Assistência Social	2.300.000,00
10 - Saúde	199.298,15
12 - Educação	10.404.605,69
14 - Direitos da Cidadania	12.888,00

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
18 - Gestão Ambiental	250.000,00
20 - Agricultura	189.400,42
26 - Transporte	1.665.725,58
27 - Desporto e Lazer	83.240,68
410062 - Agência de Desenvolvimento Regional de Lages	47.303.265,28
04 - Administração	10.320.303,68
06 - Segurança Pública	274.521,72
08 - Assistência Social	153.472,80
10 - Saúde	3.997.172,99
12 - Educação	14.706.380,13
14 - Direitos da Cidadania	1.056.661,53
18 - Gestão Ambiental	112.500,00
20 - Agricultura	396.550,98
26 - Transporte	16.255.746,05
27 - Desporto e Lazer	29.955,40
410063 - Agência de Desenvolvimento Regional de São Joaquim	10.143.771,06
04 - Administração	2.022.733,40
06 - Segurança Pública	50.659,97
10 - Saúde	94.158,84
12 - Educação	6.867.513,72
20 - Agricultura	31.460,86
23 - Comércio e Serviços	159.994,24
26 - Transporte	917.250,03
410064 - Agência de Desenvolvimento Regional de Palmitos	10.649.753,06
04 - Administração	1.514.447,98
10 - Saúde	293.756,81
12 - Educação	7.332.344,37

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
20 - Agricultura	110.034,59
26 - Transporte	1.299.234,31
27 - Desporto e Lazer	99.935,00
410065 - Agência de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira	9.152.821,18
04 - Administração	2.762.311,77
10 - Saúde	202.204,53
12 - Educação	5.540.940,99
20 - Agricultura	17.362,28
23 - Comércio e Serviços	42.955,00
26 - Transporte	587.046,61
410091 - Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reaparelhamento	14.776.866,05
03 - Essencial à Justiça	14.776.866,05
42000 - Gabinete do Vice-Governador do Estado	**5.021.122,08**
420001 - Gabinete do Vice-Governador do Estado	5.021.122,08
04 - Administração	5.021.122,08
43000 - Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas	**19.800.561,68**
430001 - Procuradoria-Geral junto ao Tribunal de Contas	19.800.561,68
04 - Administração	19.800.561,68
44000 - Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca	**675.076.762,68**
440001 - Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca	21.692.340,07
20 - Agricultura	21.692.340,07
440022 - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina S/A	211.302.762,15
20 - Agricultura	211.302.762,15
440023 - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	385.994.523,48
06 - Segurança Pública	2.375,00
08 - Assistência Social	771,70
11 - Trabalho	15.531,77

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
18 - Gestão Ambiental	304.189,04
19 - Ciência e Tecnologia	4.741.871,91
20 - Agricultura	380.926.805,06
23 - Comércio e Serviços	2.979,00
440091 - Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina	839.872,00
20 - Agricultura	839.872,00
440093 - Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	49.615.255,07
20 - Agricultura	49.615.255,07
440094 - Fundo Estadual de Sanidade Animal	5.632.009,91
20 - Agricultura	5.632.009,91
45000 - Secretaria de Estado da Educação	**3.082.592.738,08**
450001 - Secretaria de Estado da Educação	2.412.907.631,95
10 - Saúde	33.660,00
12 - Educação	2.412.873.971,95
450021 - Fundação Catarinense de Educação Especial	206.994.214,85
10 - Saúde	227.736,85
12 - Educação	206.766.478,00
450022 - Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	384.128.777,11
10 - Saúde	451.738,20
12 - Educação	383.677.038,91
450091 - Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de SC	35.259.764,61
12 - Educação	35.259.764,61
450092 - Fundo Estadual de Educação- FEDUC	43.302.349,56
12 - Educação	43.302.349,56
47000 - Secretaria de Estado da Administração	**6.449.175.022,75**
470001 - Secretaria de Estado da Administração	154.487.573,85
04 - Administração	126.889.724,55

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
08 - Assistência Social	27.592.769,50
10 - Saúde	5.079,80
470022 - Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina	97.596.447,55
09 - Previdência Social	97.596.447,55
470076 - Fundo Financeiro	5.439.255.248,17
09 - Previdência Social	5.439.255.248,17
470091 - Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais	87.726.025,14
04 - Administração	87.726.025,14
470092 - Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais	669.186.840,52
04 - Administração	669.186.840,52
470093 - Fundo Patrimonial	922.887,52
04 - Administração	922.887,52
48000 - Secretaria de Estado da Saúde	**3.091.696.751,57**
480091 - Fundo Estadual de Saúde	3.046.723.526,66
10 - Saúde	3.046.723.526,66
480092 - Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde-INVESTSAÚDE	44.973.224,91
10 - Saúde	44.973.224,91
52000 - Secretaria de Estado da Fazenda	**2.039.927.033,17**
520001 - Secretaria de Estado da Fazenda	446.202.085,48
04 - Administração	446.202.085,48
520002 - Encargos Gerais do Estado	1.522.814.336,80
04 - Administração	219.057.486,67
09 - Previdência Social	1.397.822,50
28 - Encargos Especiais	1.302.359.027,63
520030 - Fundação Escola de Governo - ENA	3.348.949,66
01 - Legislativa	102.000,00
04 - Administração	3.050.059,72

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
19 - Ciência e Tecnologia	185.024,30
20 - Agricultura	11.865,64
520090 - Fundo Estadual de Apoio aos Municípios	24.070.074,91
04 - Administração	24.070.074,91
520091 - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina	17.520.971,47
04 - Administração	17.520.971,47
520092 - Fundo de Esforço Fiscal	21.040.232,49
04 - Administração	21.040.232,49
520093 - Fundo Pró-Emprego	4.930.382,36
19 - Ciência e Tecnologia	4.930.382,36
53000 - Secretaria de Estado da Infraestrutura	**1.168.092.108,20**
530001 - Secretaria de Estado da Infraestrutura	193.387.777,42
04 - Administração	653.381,04
26 - Transporte	192.734.396,38
530023 - Departamento de Transportes e Terminais	31.384.112,09
26 - Transporte	31.384.112,09
530025 - Departamento Estadual de Infraestrutura	943.320.218,69
06 - Segurança Pública	961.456,53
18 - Gestão Ambiental	426.318,51
23 - Comércio e Serviços	4.851.766,10
26 - Transporte	937.080.677,55
54000 - Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania	**839.978.827,42**
540091 - Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville	2.000.577,43
14 - Direitos da Cidadania	2.000.577,43
540092 - Fundo Rotativo da Penitenciária Sul	442.182,48
14 - Direitos da Cidadania	442.182,48
540093 - Fundo Rotativo da Penitenciária de Curitibanos	2.214.168,64

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
14 - Direitos da Cidadania	2.214.168,64
540094 - Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis	3.720.722,67
14 - Direitos da Cidadania	3.720.722,67
540095 - Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó	6.773.964,27
14 - Direitos da Cidadania	6.773.964,27
540096 - Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina - FUPESC	824.079.492,93
14 - Direitos da Cidadania	824.079.492,93
540097 - Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis	747.719,00
14 - Direitos da Cidadania	747.719,00
55000 - Secretaria de Estado da Defesa Civil	**88.168.990,06**
550001 - Secretaria de Estado da Defesa Civil	53.482.218,24
06 - Segurança Pública	4.634.872,46
18 - Gestão Ambiental	48.847.345,78
550091 - Fundo Estadual da Defesa Civil	34.686.771,82
03 - Essencial à Justiça	149.000,00
06 - Segurança Pública	30.468.405,10
18 - Gestão Ambiental	4.069.366,72
TOTAL	**25.595.103.379,18**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1.0.0.0.00.00.00	Receitas Correntes	32.759.960.963,00	31.413.084.299,24	-	1.346.876.663,76
1.1.0.0.00.00.00	Receitas Tributárias	23.554.602.954,00	23.041.505.653,29	-	513.097.300,71
1.1.1.0.00.00.00	Impostos	22.849.073.277,00	22.360.264.130,74	-	488.809.146,26
1.1.1.2.00.00.00	Imposto sobre o Patrimônio e a Renda	3.365.029.043,00	3.289.087.550,89	-	75.941.492,11
1.1.1.2.04.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	1.455.809.070,00	1.479.916.124,93	24.107.054,93	-
1.1.1.2.04.31.00	Imposto de Renda Retido nas Fontes s/ Rendimentos do Trabalho	1.455.809.070,00	1.448.862.916,29	-	6.946.153,71
1.1.1.2.04.34.00	Imposto de Renda Retido nas Fontes s/ Outros Rendimentos	-	31.053.208,64	31.053.208,64	-
1.1.1.2.05.00.00	IPVA - Imposto s/ Propriedade Veículos Automotores	1.681.435.736,00	1.552.237.470,53	-	129.198.265,47
1.1.1.2.05.01.00	IPVA - Estadual	840.717.868,00	776.118.742,62	-	64.599.125,38
1.1.1.2.05.02.00	IPVA - Municipal	840.717.868,00	776.118.727,91	-	64.599.140,09
1.1.1.2.07.00.00	ITCMD - Imposto s/ Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos	227.779.785,00	256.897.881,78	29.118.096,78	-
1.1.1.2.08.00.00	ITBI - Imposto s/Transmissão "Inter vivos" de Bens Imóveis e Direitos Reais s/ Imóveis	4.452,00	36.073,65	31.621,65	-
1.1.1.2.08.01.00	ITBI - Estadual	4.452,00	36.073,65	31.621,65	-
1.1.1.3.00.00.00	Imposto sobre a Produção e a Circulação	19.484.044.234,00	19.071.176.579,85	-	412.867.654,15
1.1.1.3.02.00.00	ICMS-Imp. s/ Oper. Circulação Mercadorias e Prest. Serv. Transp. Interest. Interm. e Com	19.484.044.234,00	19.071.176.579,85	-	412.867.654,15
1.1.1.3.02.01.00	Imposto s/ Oper. Circulação Mercadorias e Prest. Serv. Transp. Interest. Interm. e Com.	19.484.044.234,00	19.071.176.579,85	-	412.867.654,15
1.1.2.0.00.00.00	Taxas	705.529.677,00	681.241.522,55	-	24.288.154,45
1.1.2.1.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	658.903.759,00	632.371.343,08	-	26.532.415,92
1.1.2.1.17.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	2.348.220,00	2.102.568,35	-	245.651,65
1.1.2.1.17.02.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Animal	2.348.220,00	2.102.568,35	-	245.651,65
1.1.2.1.21.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	19.410.855,00	17.598.352,09	-	1.812.502,91
1.1.2.1.21.01.00	Taxa de Fiscalização Ambiental do Estado de SC	19.410.855,00	17.598.352,09	-	1.812.502,91
1.1.2.1.37.00.00	Taxa de Regulação de Serviços de Gás Canalizado	3.900.000,00	3.237.966,16	-	662.033,84
1.1.2.1.99.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	633.244.684,00	609.432.456,48	-	23.812.227,52
1.1.2.1.99.01.00	Taxa de Serviços Gerais	608.844.684,00	601.594.607,38	-	7.250.076,62

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1.1.2.1.99.02.00	Taxa de Prevenção Contra Sinistro	1.200.000,00	1.018.896,36	-	181.103,64
1.1.2.1.99.03.00	Taxa de Fiscalização sobre Serviços Públicos de Saneamento Básico	23.200.000,00	6.818.952,74	-	16.381.047,26
1.1.2.2.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	46.625.918,00	48.870.179,47	2.244.261,47	-
1.1.2.2.99.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	46.625.918,00	48.870.179,47	2.244.261,47	-
1.1.2.2.99.01.00	Taxa Judiciária	8.622.918,00	7.666.230,71	-	956.687,29
1.1.2.2.99.02.00	Taxa de Segurança Contra Incêndio	2.000,00	-	-	2.000,00
1.1.2.2.99.03.00	Taxa de Segurança Ostensiva Contra Delitos	1.000,00	-	-	1.000,00
1.1.2.2.99.04.00	Taxa de Segurança Preventiva	2.000.000,00	828.580,85	-	1.171.419,15
1.1.2.2.99.06.00	Taxa de Registro Contrato Veículo	36.000.000,00	40.375.367,91	4.375.367,91	-
1.2.0.0.00.00.00	Receita de Contribuições	881.055.705,00	932.961.723,62	51.906.018,62	-
1.2.1.0.00.00.00	Contribuições Sociais	881.055.705,00	932.961.723,62	51.906.018,62	-
1.2.1.0.29.00.00	Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público	872.311.219,00	927.119.610,54	54.808.391,54	-
1.2.1.0.29.01.00	Contribuição Patronal para o Regime Próprio de Previdência	1.575.027,00	1.303.873,87	-	271.153,13
1.2.1.0.29.07.00	Contribuição de Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio de Previdência	605.066.861,00	563.953.629,97	-	41.113.231,03
1.2.1.0.29.08.00	Contribuição de Servidor Ativo Militar para o Regime Próprio de Previdência	83.512.373,00	133.026.260,28	49.513.887,28	-
1.2.1.0.29.09.00	Contribuição de Servidor Inativo Civil para o Regime Próprio de Previdência	91.586.242,00	128.735.346,44	37.149.104,44	-
1.2.1.0.29.10.00	Contribuição de Servidor Inativo Militar para o Regime Próprio de Previdência	46.174.818,00	54.153.975,42	7.979.157,42	-
1.2.1.0.29.11.00	Contribuição de Pensionista Civil para o Regime Próprio de Previdência	36.590.443,00	39.123.036,38	2.532.593,38	-
1.2.1.0.29.12.00	Contribuição de Pensionista Militar	7.126.299,00	6.126.287,50	-	1.000.011,50
1.2.1.0.29.15.00	Contribuição Previdenciária em Regime de Parcelamento de Débitos	679.156,00	697.200,68	18.044,68	-
1.2.1.0.99.00.00	Outras Contribuições Sociais	8.744.486,00	5.842.113,08	-	2.902.372,92
1.2.1.0.99.08.00	Contribuição Servidor Auxiliar de Justiça	3.376.545,00	2.915.314,09	-	461.230,91
1.2.1.0.99.09.00	Outras Contribuições Previdenciárias	5.367.941,00	2.926.798,99	-	2.441.142,01
1.3.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial	886.708.023,00	767.478.612,64	-	119.229.410,36

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1.3.1.0.00.00.00	Receitas Imobiliárias	16.995.562,00	11.972.062,49	-	5.023.499,51
1.3.1.1.00.00.00	Aluguéis	10.105.118,00	6.536.648,18	-	3.568.469,82
1.3.1.1.01.00.00	Aluguéis de Imóveis Urbanos	9.456.918,00	5.993.057,20	-	3.463.860,80
1.3.1.1.01.01.00	Aluguéis de Salas	3.681.833,00	1.950.258,51	-	1.731.574,49
1.3.1.1.01.02.00	Aluguéis Teatro Ademir Rosa	8.127,00	-	-	8.127,00
1.3.1.1.01.05.00	Aluguéis Bar e Restaurante do CIC	87.101,00	42.060,57	-	45.040,43
1.3.1.1.01.06.00	Aluguéis Bomboniere do CIC	1.500,00	-	-	1.500,00
1.3.1.1.01.08.00	Aluguéis Terminal Rita Maria	5.120.239,00	3.383.740,11	-	1.736.498,89
1.3.1.1.01.10.00	Aluguéis Lanchonete	325.000,00	482.698,46	157.698,46	-
1.3.1.1.01.11.00	Aluguéis Restaurante	216.723,00	92.353,72	-	124.369,28
1.3.1.1.01.12.00	Aluguéis de Casas	16.395,00	13.592,11	-	2.802,89
1.3.1.1.01.14.00	Aluguéis Restaurante e Lanchonete - ALESC	-	28.353,72	28.353,72	-
1.3.1.1.99.00.00	Outras Receitas de Aluguéis	648.200,00	543.590,98	-	104.609,02
1.3.1.2.00.00.00	Arrendamentos	6.545.704,00	5.248.186,09	-	1.297.517,91
1.3.1.5.00.00.00	Taxa de Ocupação de Imóveis	344.740,00	187.228,22	-	157.511,78
1.3.1.5.30.00.00	Taxa de Ocupação de Outros Imóveis	344.740,00	187.228,22	-	157.511,78
1.3.2.0.00.00.00	Receitas de Valores Mobiliários	850.710.179,00	683.477.625,33	-	167.232.553,67
1.3.2.2.00.00.00	Dividendos	49.392.834,00	5.514.135,79	-	43.878.698,21
1.3.2.2.01.00.00	Dividendos - Administração Direta	49.366.449,00	5.509.045,20	-	43.857.403,80
1.3.2.2.02.00.00	Dividendos - Administração Indireta	26.385,00	5.090,59	-	21.294,41
1.3.2.2.02.03.00	Banco do Brasil S.A	22.541,00	3.146,75	-	19.394,25
1.3.2.2.02.08.00	Embratel Participações S.A	5,00	-	-	5,00
1.3.2.2.02.11.00	Brasil Telecom Participações	3.839,00	1.943,84	-	1.895,16
1.3.2.5.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	794.401.090,00	637.518.976,45	-	156.882.113,55
1.3.2.5.01.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Bancários - Vinculados	204.161.573,00	192.987.544,48	-	11.174.028,52
1.3.2.5.01.02.00	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. FUNDEB	48.351.279,00	23.109.860,72	-	25.241.418,28
1.3.2.5.01.03.00	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - Fundo de Saúde	25.402.682,00	10.527.110,36	-	14.875.571,64
1.3.2.5.01.05.00	Remuneração de Depósitos Bancários -Vinc.- Manut. Desenv. Ensino - MDE	8.342.315,00	18.238.951,01	9.896.636,01	-

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1.3.2.5.01.08.00	Remuneração de Depósitos Bancários-Vinc.- Salário Educação	3.765.362,00	1.767.925,71	-	1.997.436,29
1.3.2.5.01.09.00	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - CIDE	754.246,00	2.883.024,78	2.128.778,78	-
1.3.2.5.01.99.00	Remuneração de Outros Depósitos de Recursos Vinculados	117.545.689,00	136.460.671,90	18.914.982,90	-
1.3.2.5.02.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Não Vinculados	590.239.517,00	444.531.431,97	-	145.708.085,03
1.3.2.5.02.99.00	Remuneração de Outros Depósitos Bancários Recursos Não Vinculados	590.239.517,00	444.531.431,97	-	145.708.085,03
1.3.2.8.00.00.00	Remuneração dos Investimentos do Regime Próprio de Previdência do Servidor	6.540.676,00	39.603.349,38	33.062.673,38	-
1.3.2.8.10.00.00	Remuneração Investim. do Regime Próprio Previd. Servidor em Renda Fixa	6.540.676,00	39.603.349,38	33.062.673,38	-
1.3.2.8.10.06.00	Remuneração Depósitos Vinculados - Movimento - Fundo Financeiro	1.025.484,00	10.605.687,44	9.580.203,44	-
1.3.2.8.10.07.00	Remuneração Depósitos Vinculados - Trib. Justiça - Fundo Financeiro	1.102.613,00	15.235.312,80	14.132.699,80	-
1.3.2.8.10.08.00	Remuneração Depósitos Vinculados - Trib. Contas - Fundo Financeiro	446.975,00	1.388.803,49	941.828,49	-
1.3.2.8.10.09.00	Remuneração Depósitos Vinculados - ALESC - Fundo Financeiro	617.791,00	1.081.537,86	463.746,86	-
1.3.2.8.10.10.00	Remuneração Depósitos Vinculados - Ministério Público - Fundo Financeiro	3.037.813,00	8.959.716,80	5.921.903,80	-
1.3.2.8.10.11.00	Remuneração Depósitos Vinculados - IPREV	310.000,00	2.332.290,99	2.022.290,99	-
1.3.2.9.00.00.00	Outras Receitas de Valores Mobiliários	375.579,00	841.163,71	465.584,71	-
1.3.2.9.01.00.00	Outras Receitas de Valores Mobiliários - Adm. Direta	344.514,00	483.700,96	139.186,96	-
1.3.2.9.01.01.00	Remuneração Depósitos Bancários por Outras Entidades Não Vinc. F. 0180	344.514,00	440.002,03	95.488,03	-
1.3.2.9.01.02.00	Remuneração Depósitos Bancários por Outras Entidades Vinc. F. 0185	-	2.215,39	2.215,39	-
1.3.2.9.01.03.00	Remuneração Dep. Bancários por Outras Entidades Vinc. - Ministério Público - F. 0184	-	2.649,57	2.649,57	-
1.3.2.9.01.05.00	Remuneração Depósitos Bancários por Outras Entidades Vinc. F. 0187	-	38.833,97	38.833,97	-
1.3.2.9.02.00.00	Outras Receitas de Valores Mobiliários - Adm. Indireta	31.065,00	357.462,75	326.397,75	-
1.3.2.9.02.02.00	Remuneração Depósitos Bancários por Outras Entidades Vinc. F. 0285	22.272,00	348.889,10	326.617,10	-

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1.3.2.9.02.03.00	Remuneração Dep. Banc. por Outras Entidades Rec. Não Vinc. - Ministério Público F. 0284	8.793,00	8.573,65	-	219,35
1.3.3.0.00.00.00	Receita de Concessões e Permissões	11.348.960,00	4.522.357,62	-	6.826.602,38
1.3.3.3.00.00.00	Receita de Concessões e Permissões - Direitos de Uso de Bens Públicos	11.348.960,00	4.522.357,62	-	6.826.602,38
1.3.3.3.01.00.00	Receita de Concessão de Direito Real de Uso de Área Pública	11.348.960,00	4.522.357,62	-	6.826.602,38
1.3.3.3.01.01.00	Receita de Concessão de Direito de Uso de Área Pública - Adm. Direta	-	4.872,00	4.872,00	-
1.3.3.3.01.02.00	Receita de Concessão de Direito de Uso de Área Pública - Adm. Indireta	11.348.960,00	4.517.485,62	-	6.831.474,38
1.3.6.0.00.00.00	Receita da Cessão de Direitos	6.552.183,00	65.712.250,22	59.160.067,22	-
1.3.6.1.00.00.00	Receita de Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos	6.552.183,00	65.712.250,22	59.160.067,22	-
1.3.6.1.01.00.00	Receita de Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento de Pessoal	6.552.183,00	65.712.250,22	59.160.067,22	-
1.3.9.0.00.00.00	Outras Receitas Patrimoniais	1.101.139,00	1.794.316,98	693.177,98	-
1.3.9.0.30.00.00	Royalties - Transferência de Tecnologia	1.100.000,00	1.793.450,98	693.450,98	-
1.3.9.4.00.00.00	Aluguéis de Bens Móveis	1.139,00	866,00	-	273,00
1.3.9.4.01.00.00	Utilização dos Sistemas de Áudio e Vídeo	1.139,00	866,00	-	273,00
1.4.0.0.00.00.00	Receita Agropecuária	1.095.733,00	1.284.443,01	188.710,01	-
1.4.1.0.00.00.00	Receita da Produção Vegetal	660.000,00	861.139,86	201.139,86	-
1.4.1.0.01.00.00	Agricultura	650.000,00	858.875,34	208.875,34	-
1.4.1.0.02.00.00	Horta	-	2.264,52	2.264,52	-
1.4.1.0.99.00.00	Outras Receitas de Produção Vegetal	10.000,00	-	-	10.000,00
1.4.2.0.00.00.00	Receita da Produção Animal e Derivados	435.733,00	423.303,15	-	12.429,85
1.4.2.0.02.00.00	Piscicultura	64.500,00	81.830,60	17.330,60	-
1.4.2.0.03.00.00	Pecuária	79.375,00	69.783,48	-	9.591,52
1.4.2.0.04.00.00	Apicultura	1.163,00	-	-	1.163,00
1.4.2.0.06.00.00	Ovinocultura	14.976,00	9.632,00	-	5.344,00
1.4.2.0.99.00.00	Outras Receitas de Produção Animal e Derivados	275.719,00	262.057,07	-	13.661,93
1.5.0.0.00.00.00	Receita Industrial	3.676.899,00	3.152.629,05	-	524.269,95
1.5.2.0.00.00.00	Receita da Indústria da Transformação	39.399,00	36.491,25	-	2.907,75

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1.5.2.0.27.00.00	Receita da Indústria de Bebidas e Destilados	39.399,00	36.491,25	-	2.907,75
1.5.3.0.00.00.00	Receita da Indústria de Construção	3.637.500,00	3.116.137,80	-	521.362,20
1.5.3.0.02.00.00	Prestação dos Mutuários	3.637.500,00	3.116.137,80	-	521.362,20
1.6.0.0.00.00.00	Receita de Serviços	722.067.211,00	640.101.629,98	-	81.965.581,02
1.6.0.0.01.00.00	Serviços Comerciais	31.379.938,00	23.653.721,61	-	7.726.216,39
1.6.0.0.01.02.00	Serviços Comercial. Livros,Periódicos,Mat. Escolares e Publicidade	31.171.005,00	23.383.294,92	-	7.787.710,08
1.6.0.0.01.99.00	Outros Serviços Comerciais	208.933,00	270.426,69	61.493,69	-
1.6.0.0.03.00.00	Serviços de Transporte	22.977.577,00	12.633.595,50	-	10.343.981,50
1.6.0.0.03.01.00	Serviços de Transporte Rodoviário	18.722.418,00	8.967.591,38	-	9.754.826,62
1.6.0.0.03.06.00	Receita de Terminais Rodoviários	4.255.159,00	3.666.004,12	-	589.154,88
1.6.0.0.04.00.00	Serviços de Comunicação	21.938,00	70.970,24	49.032,24	-
1.6.0.0.04.02.00	Serviços de Radiodifusão	21.938,00	70.970,24	49.032,24	-
1.6.0.0.05.00.00	Serviços de Saúde	436.980.632,00	366.163.100,40	-	70.817.531,60
1.6.0.0.05.01.00	Serviços Hospitalares	2.307.788,00	1.771.335,53	-	536.452,47
1.6.0.0.05.05.00	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil	434.672.844,00	323.323.997,03	-	111.348.846,97
1.6.0.0.05.06.00	Serviços de Assistência à Saúde - Adesão ao Plano de Saúde	-	41.067.767,84	41.067.767,84	-
1.6.0.0.06.00.00	Serviços Portuários	56.565.243,00	46.243.917,22	-	10.321.325,78
1.6.0.0.06.01.00	Utilização da Infraestrutura Portuária	56.565.243,00	46.243.917,22	-	10.321.325,78
1.6.0.0.07.00.00	Serviços de Armazenagem	32.227.832,00	33.734.728,49	1.506.896,49	-
1.6.0.0.07.01.00	Armazenagem Prod. Agric Portuária Graneis	32.227.832,00	33.734.728,49	1.506.896,49	-
1.6.0.0.13.00.00	Serviços Administrativos	57.420.418,00	70.874.092,15	13.453.674,15	-
1.6.0.0.13.01.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	2.594.954,00	13.473.792,16	10.878.838,16	-
1.6.0.0.13.02.00	Serviços de Vendas de Editais	29,00	50,00	21,00	-
1.6.0.0.13.04.00	Serviços de Expedição de Certificados	100.000,00	253.886,00	153.886,00	-
1.6.0.0.13.07.00	Serv. de Fotocópias ou Cópias Heliográficas	2.128,00	3.037,33	909,33	-
1.6.0.0.13.09.00	Serv. de Inscrição Vestibular	2.460.522,00	1.917.440,00	-	543.082,00
1.6.0.0.13.10.00	Selos de Fisc. Atos Registrais - Adm. Ind.	45.600.000,00	48.190.109,45	2.590.109,45	-
1.6.0.0.13.99.00	Outros Serviços Administrativos	6.662.785,00	7.035.777,21	372.992,21	-
1.6.0.0.14.00.00	Serviços de Inspeção e Fiscalização	33.429.911,00	33.083.375,04	-	346.535,96

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1.6.0.0.14.01.00	Inspeção de Produtos de Origem Animal	152.822,00	81.909,40	-	70.912,60
1.6.0.0.14.02.00	Fiscalização de Insumos, Sementes e Agrotóxicos	131.425,00	36.745,39	-	94.679,61
1.6.0.0.14.03.00	Defesa Sanitária Vegetal	1.476.628,00	1.083.481,60	-	393.146,40
1.6.0.0.14.04.00	Defesa Sanitária Animal	1.450.000,00	-	-	1.450.000,00
1.6.0.0.14.06.00	Serviços de Fiscalização e Inspeção do Programa Nac. Hab. Rural	52.654,00	-	-	52.654,00
1.6.0.0.14.07.00	Classificação Produtos de Origem Vegetal	836.233,00	1.297.892,26	461.659,26	-
1.6.0.0.14.09.00	Serviços de Perícia,Avaliação,Laudos Tec	16.758,00	38.877,60	22.119,60	-
1.6.0.0.14.10.00	Serviços de Inspeção e Fiscalização - FATMA	29.313.391,00	29.138.472,38	-	174.918,62
1.6.0.0.14.11.00	Defesa Sanitária Animal F. 0240	-	1.405.996,41	1.405.996,41	-
1.6.0.0.15.00.00	Serviços de Meteorologia	1.600.000,00	1.807.921,31	207.921,31	-
1.6.0.0.16.00.00	Serviços Educacionais	774.648,00	1.179.582,11	404.934,11	-
1.6.0.0.16.02.00	Cursos Técnicos	19.122,00	8.598,00	-	10.524,00
1.6.0.0.16.03.00	Serv. Educ. Tx. e Emolumentos - UDESC	623.225,00	835.074,34	211.849,34	-
1.6.0.0.16.07.00	Serviços Educacionais Taxas e Emolumentos - ENA	132.301,00	335.909,77	203.608,77	-
1.6.0.0.17.00.00	Serviços Agropecuários	7.781,00	142.244,84	134.463,84	-
1.6.0.0.19.00.00	Serviços Recreativos e Culturais	478.516,00	577.877,62	99.361,62	-
1.6.0.0.19.21.00	Museu Histórico de Santa Catarina	63.974,00	122.212,25	58.238,25	-
1.6.0.0.19.22.00	Taxa de Jogos e Eventos Esportivos	14.846,00	9.750,10	-	5.095,90
1.6.0.0.19.23.00	Ingressos de Eventos Culturais	295.910,00	374.842,47	78.932,47	-
1.6.0.0.19.24.00	Museu Nacional do Mar	103.786,00	71.072,80	-	32.713,20
1.6.0.0.20.00.00	Serviços de Consultoria, Assist. Téc. e Anáises de Projetos	12.856.015,00	12.535.303,89	-	320.711,11
1.6.0.0.20.01.00	Consultoria Técnica	51.833,00	308.702,82	256.869,82	-
1.6.0.0.20.02.00	Análise de Solos	1.155.000,00	1.126.636,05	-	28.363,95
1.6.0.0.20.03.00	Análise de Água	70.000,00	181.696,60	111.696,60	-
1.6.0.0.20.05.00	Outras Análises	65.000,00	98.840,80	33.840,80	-
1.6.0.0.20.07.00	Elaboração e Supervisão de Projetos	2.834.182,00	1.685.123,48	-	1.149.058,52
1.6.0.0.20.08.00	Prestação de Assist. Tecn. e Ext. Rural	8.680.000,00	9.134.304,14	454.304,14	-
1.6.0.0.21.00.00	Serviços de Hospedagem e Alimentação	655.661,00	733.018,78	77.357,78	-
1.6.0.0.24.00.00	Serviços de Registro do Comércio	22.628.200,00	19.263.610,56	-	3.364.589,44

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1.6.0.0.39.00.00	Serviços Veterinários	51.113,00	37.063,20	-	14.049,80
1.6.0.0.39.01.00	Serviços Laboratoriais de Animais	51.113,00	37.063,20	-	14.049,80
1.6.0.0.99.00.00	Outros Serviços	12.011.788,00	17.367.507,02	5.355.719,02	-
1.7.0.0.00.00.00	Transferências Correntes	5.837.766.814,00	4.970.318.275,70	-	867.448.538,30
1.7.2.0.00.00.00	Transferências Intergovernamentais	5.147.149.041,00	4.590.837.749,16	-	556.311.291,84
1.7.2.1.00.00.00	Transferências da União	2.806.795.981,00	2.403.666.698,87	-	403.129.282,13
1.7.2.1.01.00.00	Participação na Receita da União	1.494.643.643,00	1.417.129.671,13	-	77.513.971,87
1.7.2.1.01.01.00	Cota-Parte do Fundo Participação Estado e DF	1.115.363.495,00	1.064.368.980,13	-	50.994.514,87
1.7.2.1.01.12.00	Cota-Parte do IPI - Estados Exportadores Prod. Industrial.	299.217.105,00	289.904.552,66	-	9.312.552,34
1.7.2.1.01.13.00	Cota-Parte CIDE - Contrib. Intervenção no Domínio Econômico	80.000.000,00	62.856.133,44	-	17.143.866,56
1.7.2.1.01.32.00	Cotaparte Imp.s/Op.Créd.,Câmbio, Seg ou Rel.Tit.ou Valores Mobiliários - Comerc. Ouro	63.043,00	4,90	-	63.038,10
1.7.2.1.22.00.00	Transferência da Compensação Financeira p/ Explor. Rec. Naturais	56.068.728,00	38.342.224,70	-	17.726.503,30
1.7.2.1.22.11.00	Cota-Parte Comp. Financ. Recursos Hídricos	39.854.000,00	30.758.821,19	-	9.095.178,81
1.7.2.1.22.20.00	Cota-Parte Comp. Financ. Rec. Minerais - CFEM	12.920.004,00	4.450.515,27	-	8.469.488,73
1.7.2.1.22.70.00	Cota-Parte do Fundo Esp. do Petróleo-FEP	3.294.724,00	3.132.888,24	-	161.835,76
1.7.2.1.33.00.00	Transferências Recursos Sus - Repasses Fundo a Fundo	761.504.824,00	515.412.583,78	-	246.092.240,22
1.7.2.1.33.11.00	Atenção Básica	102.210,00	16.000,00	-	86.210,00
1.7.2.1.33.12.00	Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	701.809.748,00	463.986.285,66	-	237.823.462,34
1.7.2.1.33.13.00	Vigilância em Saúde	14.257.539,00	14.245.081,02	-	12.457,98
1.7.2.1.33.14.00	Assistência Farmacêutica	44.442.303,00	37.035.217,10	-	7.407.085,90
1.7.2.1.33.15.00	Gestão SUS	893.024,00	130.000,00	-	763.024,00
1.7.2.1.34.00.00	Transf. Rec. Fundo Nac. Assistência Social - FNAS	711.343,00	2.216.609,23	1.505.266,23	-
1.7.2.1.35.00.00	Transf Rec. Fundo Nac. Desenv. Educação - FNDE	353.120.556,00	331.497.240,52	-	21.623.315,48
1.7.2.1.35.01.00	Transferências do Salário-Educação	259.351.082,00	225.613.092,93	-	33.737.989,07
1.7.2.1.35.02.00	Transferências Diretas do FNDE ref. ao Prog. Dinheiro Direto na Escola PDDE	-	92.090,00	92.090,00	-
1.7.2.1.35.03.00	Transferências Diretas do FNDE ref. ao Prog. Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	43.769.474,00	43.038.851,20	-	730.622,80

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1.7.2.1.35.99.00	Outras Transferências Dir. Fundo Nacional do Desenv. da Educação - FNDE	50.000.000,00	62.753.206,39	12.753.206,39	-
1.7.2.1.36.00.00	Transf. Financeiras do ICMS - Desoneração - L.C. N. 87/96	59.928.217,00	52.522.908,72	-	7.405.308,28
1.7.2.1.99.00.00	Outras Transferências da União	80.818.670,00	46.545.460,79	-	34.273.209,21
1.7.2.1.99.01.00	Outras Transferências da União - FEX (Aux. Fom.Export) Tesouro	47.314.510,00	35.506.512,24	-	11.807.997,76
1.7.2.1.99.02.00	Outras Transferências da União - Adm. Direta	855.750,00	1.030.625,00	174.875,00	-
1.7.2.1.99.03.00	Outras Transferências da União - Adm. Indireta	4.800.000,00	4.969.588,39	169.588,39	-
1.7.2.1.99.07.00	Outras Transferências da União - Situação de Emergência e Calamidade FR 0132	15.000.000,00	3.109.620,69	-	11.890.379,31
1.7.2.1.99.08.00	Outras Transferências da União - Situação de Emergência e Calamidade FR 0232	12.848.410,00	1.929.114,47	-	10.919.295,53
1.7.2.3.00.00.00	Transferências dos Municípios	1.855.465,00	2.720,74	-	1.852.744,26
1.7.2.3.99.00.00	Outras Transferências dos Municípios	1.855.465,00	2.720,74	-	1.852.744,26
1.7.2.3.99.05.00	Outras Transferências dos Municípios para Fundos	1.855.465,00	2.720,74	-	1.852.744,26
1.7.2.4.00.00.00	Transferências Multigovernamentais	2.338.497.595,00	2.187.168.329,55	-	151.329.265,45
1.7.2.4.01.00.00	Transferências de Recursos do FUNDEB	2.338.497.595,00	2.187.168.329,55	-	151.329.265,45
1.7.3.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	546.033.920,00	322.202.822,99	-	223.831.097,01
1.7.3.0.01.00.00	Transferências de Instituições Privadas-FUNDOSOCIAL	150.000.000,00	104.980.311,08	-	45.019.688,92
1.7.3.0.01.01.00	Transf. Instit. Priv.-FUNDOSOCIAL-Estadual	150.000.000,00	104.980.311,08	-	45.019.688,92
1.7.3.0.03.00.00	Transferências de Instituições Privadas - Outras - Administração Direta	1.618.138,00	8.211.156,73	6.593.018,73	-
1.7.3.0.04.00.00	Transferências de Instituições Privadas - Outras - Administração Indireta	-	73.658,98	73.658,98	-
1.7.3.0.05.00.00	Transferências de Instituições Privadas - Fundos	384.721.500,00	195.962.900,58	-	188.758.599,42
1.7.3.0.05.01.00	Transferências de Instituições Privadas - Fundo Pró-Emprego	149.000.000,00	69.096.260,70	-	79.903.739,30
1.7.3.0.05.03.00	Transferências de Instituições Privadas - Fundo Educação Superior	105.091.868,00	53.662.096,32	-	51.429.771,68
1.7.3.0.05.04.00	Transferências de Agroindústrias - FDR	37.060.570,00	18.435.265,75	-	18.625.304,25
1.7.3.0.05.05.00	Transferências de Instituições Privadas - Fundo Estadual de Defesa Civil	53.377.643,00	25.152.587,65	-	28.225.055,35
1.7.3.0.05.06.00	Transferências de Instituições Privadas - Fundo Infância e Adolescência	83.695,00	86.891,46	3.196,46	-

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1.7.3.0.05.07.00	Transferências de Instituições Privadas - Fundo de Recuperação de Bens Lesados	2.020.412,00	597.297,37	-	1.423.114,63
1.7.3.0.05.08.00	Transferências de Instituições Privadas - Fundo Estadual de Saúde	38.087.312,00	28.658.585,93	-	9.428.726,07
1.7.3.0.05.09.00	Transferências de Instituições Privadas - Fundo de Melhoria da Polícia Civil	-	81.415,40	81.415,40	-
1.7.3.0.05.10.00	Transferências de Instituições Privadas-Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar	-	192.500,00	192.500,00	-
1.7.3.0.06.00.00	Transferências de Instituições Privadas - FAPESC	4.837.780,00	4.212.343,51	-	625.436,49
1.7.3.0.06.02.00	Transferências de Empresas Produtoras de Vinho	74.100,00	3.094,45	-	71.005,55
1.7.3.0.06.05.00	Transferências de Instituições Privadas a FAPESC	4.763.680,00	4.209.249,06	-	554.430,94
1.7.3.0.07.00.00	Transferências de Instituições Privadas - Fundações	4.856.502,00	5.962.452,11	1.105.950,11	-
1.7.3.0.07.02.00	Transferências de Instituições Privadas - Fundação UDESC	4.856.502,00	5.962.452,11	1.105.950,11	-
1.7.3.0.08.00.00	Transf. de Instit. Privadas - Admin.Direta - Doações Espontâneas	-	2.800.000,00	2.800.000,00	-
1.7.5.0.00.00.00	Transferências de Pessoas	428.552,00	1.513.752,28	1.085.200,28	-
1.7.5.0.04.00.00	Transferências de Pessoas - Fundos	428.552,00	1.499.965,57	1.071.413,57	-
1.7.5.0.04.01.00	Transferências de Pessoas - Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente	127.187,00	918.723,21	791.536,21	-
1.7.5.0.04.03.00	Transferências de Pessoas - Fundo de Recuperação de Bens Lesados	301.365,00	159.175,86	-	142.189,14
1.7.5.0.04.05.00	Transferências de Pessoas - Fundo de Melhoria da Polícia Civil	-	184.605,71	184.605,71	-
1.7.5.0.04.06.00	Transferências de Pessoas - Fundo de Melhoria da Segurança Pública	-	237.460,79	237.460,79	-
1.7.5.0.05.00.00	Transferências de Pessoas - Fundações	-	13.786,71	13.786,71	-
1.7.5.0.05.02.00	Transferências de Pessoas - Fundação Catarinense de Educação Especial	-	13.786,71	13.786,71	-
1.7.6.0.00.00.00	Transferências de Convênios	144.155.301,00	55.763.951,27	-	88.391.349,73
1.7.6.1.00.00.00	Transferências de Convênios União e de suas Entidades	130.201.226,00	46.671.210,60	-	83.530.015,40
1.7.6.1.02.00.00	Transferências Conv. União Dest. Programas de Educação	-	212.093,23	212.093,23	-
1.7.6.1.02.01.00	Transf. Conv. União Dest. Prog. Educação - Adm. Direta	-	212.093,23	212.093,23	-
1.7.6.1.04.00.00	Transferência Conv. União Dest. a Prog. Combate a Fome	-	2.775.784,34	2.775.784,34	-
1.7.6.1.04.01.00	Transf. Conv. União Dest. Prog. Combate a Fome - Adm. Direta	-	2.775.784,34	2.775.784,34	-

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1.7.6.1.99.00.00	Outras Transferências de Convênios União	130.201.226,00	43.683.333,03	-	86.517.892,97
1.7.6.1.99.01.00	Transf. Convênios União - Administração Direta	45.924.393,00	5.660.821,93	-	40.263.571,07
1.7.6.1.99.02.00	Transf. Convênios União - Administração Indireta	84.276.833,00	38.022.511,10	-	46.254.321,90
1.7.6.3.00.00.00	Transf Convênios dos Municípios e de suas Entidades	1.915.718,00	134.135,67	-	1.781.582,33
1.7.6.3.99.00.00	Outras Transferências de Convênios dos Municípios	1.915.718,00	134.135,67	-	1.781.582,33
1.7.6.3.99.02.00	Outras Transferências Convênios Municípios - Adm. Indireta	1.915.718,00	134.135,67	-	1.781.582,33
1.7.6.4.00.00.00	Transferências Convênios de Instituições Privadas	12.034.052,00	8.843.463,00	-	3.190.589,00
1.7.6.4.02.00.00	Transferências Convênios de Instituições Privadas - Adm. Indireta	12.034.052,00	8.843.463,00	-	3.190.589,00
1.7.6.5.00.00.00	Transferências Convênios do Exterior	4.305,00	115.142,00	110.837,00	-
1.7.6.5.01.00.00	Transferências Convênios do Exterior - Adm. Direta	-	115.142,00	115.142,00	-
1.7.6.5.02.00.00	Transferências Convênios do Exterior - Adm. Indireta	4.305,00	-	-	4.305,00
1.9.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	872.987.624,00	1.056.281.331,95	183.293.707,95	-
1.9.1.0.00.00.00	Multas e Juros de Mora	327.532.253,00	385.829.874,26	58.297.621,26	-
1.9.1.1.00.00.00	Multas e Juros de Mora dos Tributos	160.306.150,00	142.112.560,91	-	18.193.589,09
1.9.1.1.20.00.00	Multas e Juros ITCMD	17.040.964,00	19.773.641,26	2.732.677,26	-
1.9.1.1.20.01.00	Multas de ITCMD	8.172.407,00	9.211.799,08	1.039.392,08	-
1.9.1.1.20.02.00	Juros de ITCMD	8.868.557,00	10.561.842,18	1.693.285,18	-
1.9.1.1.35.00.00	Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização de Vig. Sanitária	238.157,00	484.659,96	246.502,96	-
1.9.1.1.35.01.00	Multas e Juros de Fiscalização de Vig. Sanitária - Saúde	-	318.520,07	318.520,07	-
1.9.1.1.35.02.00	Multas e Juros de Fiscalização de Vig. Sanitária - Animal	238.157,00	166.139,89	-	72.017,11
1.9.1.1.41.00.00	Multas e Juros de Mora de IPVA	5.432.022,00	4.881.516,07	-	550.505,93
1.9.1.1.41.01.00	Multas/Juros de Mora IPVA- Estadual	2.716.011,00	2.440.761,01	-	275.249,99
1.9.1.1.41.02.00	Multas/Juros de Mora de IPVA - Municipal	2.716.011,00	2.440.755,06	-	275.255,94
1.9.1.1.42.00.00	Multas/Juros de Mora ICMS	137.595.007,00	116.972.743,62	-	20.622.263,38
1.9.1.1.42.01.00	Multas/Juros de Mora ICMS - Estadual	103.196.255,00	87.729.586,12	-	15.466.668,88
1.9.1.1.42.02.00	Multas/Juros de Mora de ICMS - Municipal	34.398.752,00	29.243.157,50	-	5.155.594,50
1.9.1.2.00.00.00	Multas e Juros de Mora das Contribuições	269.215,00	458.748,31	189.533,31	-
1.9.1.2.29.00.00	Multas e Juros de Mora das Contribuições para o Regime Próprio Prev. Servidor	269.215,00	458.748,31	189.533,31	-

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1.9.1.2.29.01.00	Multas e Juros de Mora da Contribuição Patronal para o Regime Próprio Previdência	120.223,00	171.993,99	51.770,99	-
1.9.1.2.29.02.00	Multas e Juros de Mora da Contribuição Servidor para o Regime Próprio Previdência	148.992,00	286.754,32	137.762,32	-
1.9.1.3.00.00.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	64.038.657,00	106.888.101,27	42.849.444,27	-
1.9.1.3.14.00.00	Multas e Juros de Mora D.A de IPVA	4.486.710,00	5.209.186,91	722.476,91	-
1.9.1.3.14.01.00	Multas e Juros de Mora D.A IPVA - Estadual	2.243.355,00	2.604.603,82	361.248,82	-
1.9.1.3.14.02.00	Multas e Juros de Mora D.A IPVA-Municipal	2.243.355,00	2.604.583,09	361.228,09	-
1.9.1.3.15.00.00	Multas e Juros de Mora D.A de ICMS	57.334.804,00	98.236.613,84	40.901.809,84	-
1.9.1.3.15.01.00	Multas e Juros de Mora D.A ICMS - Estadual	43.001.103,00	73.677.475,27	30.676.372,27	-
1.9.1.3.15.02.00	Multas e Juros de Mora D.A ICMS- Municipal	14.333.701,00	24.559.138,57	10.225.437,57	-
1.9.1.3.20.00.00	Multa e Juros de Mora D.A de ITCMD	2.217.143,00	3.442.300,52	1.225.157,52	-
1.9.1.3.20.01.00	Multas D.A de ITCMD	844.004,00	1.428.387,07	584.383,07	-
1.9.1.3.20.02.00	Juros D.A de ITCMD	1.373.139,00	2.013.913,45	640.774,45	-
1.9.1.8.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	2.649.558,00	8.062.214,32	5.412.656,32	-
1.9.1.8.02.00.00	Multas e Juros de Mora de Arrendamentos	1.649.558,00	938.083,90	-	711.474,10
1.9.1.8.02.01.00	Multas e Juros de Mora de Serviços Portuários	1.649.558,00	938.083,90	-	711.474,10
1.9.1.8.99.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	1.000.000,00	7.124.130,42	6.124.130,42	-
1.9.1.9.00.00.00	Multas de Outras Origens	100.268.673,00	128.308.249,45	28.039.576,45	-
1.9.1.9.15.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	87.216.873,00	97.424.755,74	10.207.882,74	-
1.9.1.9.15.01.00	Multas de Trânsito	87.216.873,00	97.424.755,74	10.207.882,74	-
1.9.1.9.27.00.00	Multas e Juros Previstos em Contrato	2.798.804,00	2.210.220,96	-	588.583,04
1.9.1.9.28.00.00	Multas por Infrações a Legislação de Operação do Transporte Rodoviário	40.480,00	2.644,29	-	37.835,71
1.9.1.9.35.00.00	Multas por Danos ao Meio Ambiente	2.256.493,00	4.646.926,14	2.390.433,14	-
1.9.1.9.48.00.00	Multa Aplicadas pelos Tribunais de Contas	-	1.091.788,60	1.091.788,60	-
1.9.1.9.50.00.00	Multas por Auto de Infração	3.801.488,00	17.816.897,55	14.015.409,55	-
1.9.1.9.50.01.00	Multas por Auto de Infração - Ad. Direta	3.000.000,00	17.195.642,41	14.195.642,41	-
1.9.1.9.50.02.00	Multas por Auto de Infração - Ad. Indireta	801.488,00	621.255,14	-	180.232,86
1.9.1.9.60.00.00	Multa por Infração à Legislação de Licitação	-	104,00	104,00	-

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1.9.1.9.60.02.00	Multa por Infração à Legislação de Licitação - Adm. Indireta	-	104,00	104,00	-
1.9.1.9.99.00.00	Outras Multas	4.154.535,00	5.114.912,17	960.377,17	-
1.9.1.9.99.01.00	Outras Multas - Administração Direta	-	716.454,33	716.454,33	-
1.9.1.9.99.02.00	Outras Multas - Administração Indireta	4.154.535,00	4.398.457,84	243.922,84	-
1.9.2.0.00.00.00	Indenizações e Restituições	42.682.153,00	103.160.886,01	60.478.733,01	-
1.9.2.1.00.00.00	Indenizações	26.723.440,00	3.828.900,62	-	22.894.539,38
1.9.2.1.06.00.00	Indenizações Causadas por Danos ao Patrimônio Público	692.971,00	3.178.376,05	2.485.405,05	-
1.9.2.1.06.01.00	Indenizações Causadas por Danos ao Patrimônio Público- Administração Direta	-	252.381,51	252.381,51	-
1.9.2.1.06.02.00	Indenizações Causadas por Danos ao Patrimônio Público - Administração Indireta	692.971,00	2.925.994,54	2.233.023,54	-
1.9.2.1.99.00.00	Outras Indenizações	26.030.469,00	650.524,57	-	25.379.944,43
1.9.2.1.99.01.00	Outras Indenizações - Administração Direta - F 0101	26.000.000,00	2.839,16	-	25.997.160,84
1.9.2.1.99.02.00	Outras Indenizações - Administração Indireta	-	56.402,18	56.402,18	-
1.9.2.1.99.03.00	Outras Indenizações - FR 0111	-	64.891,67	64.891,67	-
1.9.2.1.99.04.00	Indenizações Causadas por Uso Indevido do Patrimônio Público - Adm. Direta FR 0169	-	396.519,65	396.519,65	-
1.9.2.1.99.05.00	Indenizações por Uso Indevido do Patrimônio Público- Administração Indireta FR 0269	30.469,00	16.246,46	-	14.222,54
1.9.2.1.99.06.00	Outras Indenizações - Administração Direta FR 0.169	-	113.625,45	113.625,45	-
1.9.2.2.00.00.00	Restituições	15.958.713,00	99.331.985,39	83.373.272,39	-
1.9.2.2.01.00.00	Restituições de Convênios	5.044.013,00	19.978.605,00	14.934.592,00	-
1.9.2.2.01.01.00	Restituições de Convênios - FR 0100	5.000.000,00	2.856.027,37	-	2.143.972,63
1.9.2.2.01.02.00	Restituições de Convênios - FR 0124	-	80.993,10	80.993,10	-
1.9.2.2.01.06.00	Restituições de Convênios - FR 0128	-	130,00	130,00	-
1.9.2.2.01.07.00	Restituições de Convênios - FR 0223	-	663,73	663,73	-
1.9.2.2.01.12.00	Restituições de Convênios - FR 0228	-	796.116,80	796.116,80	-
1.9.2.2.01.14.00	Restituições de Convênios - FR 0121	-	2.833,05	2.833,05	-
1.9.2.2.01.21.00	Restituições de Convênios - FR 0122	-	269.579,52	269.579,52	-
1.9.2.2.01.22.00	Restituições de Convênios - FR 0261	-	153,00	153,00	-

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1.9.2.2.01.23.00	Restituições de Convênios - FR 0265	-	130.682,07	130.682,07	-
1.9.2.2.01.27.00	Restituições de Convênios - FR 0129	-	171.276,17	171.276,17	-
1.9.2.2.01.28.00	Restituições de Convênios - FR 0229	-	325.245,17	325.245,17	-
1.9.2.2.01.29.00	Restituições de Convênios - FR 0263	-	354,93	354,93	-
1.9.2.2.01.30.00	Restituições de Convênios - FR 0111	-	7.244,02	7.244,02	-
1.9.2.2.01.31.00	Restituições de Convênios - FR 0191	-	14.417.732,80	14.417.732,80	-
1.9.2.2.01.32.00	Restituições de Convênios - FR 0269	44.013,00	116.807,51	72.794,51	-
1.9.2.2.01.33.00	Restituições de Convênios - FR 0161	-	763.544,21	763.544,21	-
1.9.2.2.01.34.00	Restituições de Convênios - FR 0285	-	39.221,55	39.221,55	-
1.9.2.2.07.00.00	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	5.914.700,00	23.027.247,15	17.112.547,15	-
1.9.2.2.07.01.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0101	5.000.000,00	8.223.227,76	3.223.227,76	-
1.9.2.2.07.02.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0119	-	16.813,91	16.813,91	-
1.9.2.2.07.05.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0240	914.700,00	1.127.640,17	212.940,17	-
1.9.2.2.07.07.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0262	-	-	-	-
1.9.2.2.07.08.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0250	-	1.265.696,25	1.265.696,25	-
1.9.2.2.07.10.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0299	-	15.358,17	15.358,17	-
1.9.2.2.07.11.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0111	-	1.190.739,48	1.190.739,48	-
1.9.2.2.07.12.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0131	-	191.613,58	191.613,58	-
1.9.2.2.07.14.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0129	-	150.330,60	150.330,60	-
1.9.2.2.07.15.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0260	-	11.415,30	11.415,30	-
1.9.2.2.07.19.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0122	-	22.232,07	22.232,07	-
1.9.2.2.07.20.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0266	-	1.026,43	1.026,43	-
1.9.2.2.07.21.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0269	-	676.050,76	676.050,76	-
1.9.2.2.07.22.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0169	-	141.086,66	141.086,66	-
1.9.2.2.07.23.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0185	-	2.208.149,00	2.208.149,00	-
1.9.2.2.07.24.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0228	-	175.101,70	175.101,70	-
1.9.2.2.07.25.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0128	-	154.206,07	154.206,07	-
1.9.2.2.07.26.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0229	-	6.407,66	6.407,66	-
1.9.2.2.07.27.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0120	-	279.103,96	279.103,96	-
1.9.2.2.07.29.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0284	-	829,96	829,96	-

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1.9.2.2.07.31.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0223	-	568.859,82	568.859,82	-
1.9.2.2.07.32.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0192	-	340,00	340,00	-
1.9.2.2.07.33.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0191	-	637.173,69	637.173,69	-
1.9.2.2.07.34.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0225	-	275,00	275,00	-
1.9.2.2.07.35.00	Recup.Desp.Exerc.Anteriores - Ressarcimento de Pessoal Cedido	-	1.259.573,47	1.259.573,47	-
1.9.2.2.07.36.00	Recuperação de Despesas Exerc. Anteriores - FR 0162	-	1.061.498,91	1.061.498,91	-
1.9.2.2.07.37.00	Recuperação de Despesas Exerc. Anteriores - FR 0161	-	3.642.496,77	3.642.496,77	-
1.9.2.2.10.00.00	Compensação Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Prev. Servidores	-	27.984.569,84	27.984.569,84	-
1.9.2.2.10.01.00	Compensação Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Prev. Servidores	-	27.984.569,84	27.984.569,84	-
1.9.2.2.99.00.00	Outras Restituições	5.000.000,00	28.341.563,40	23.341.563,40	-
1.9.2.2.99.01.00	Restituição em Folha de Pagamento	5.000.000,00	1.098.089,13	-	3.901.910,87
1.9.2.2.99.35.00	Ressarcimento de Pessoal Cedido	-	2.935.216,21	2.935.216,21	-
1.9.2.2.99.36.00	Ressarcimento de Despesas com Patronal - Ref. Adesão ao Plano de Saúde	-	52.025,06	52.025,06	-
1.9.2.2.99.37.00	Ressarcimento Utilização Sistema Informatizado - Vistoria Veicular	-	24.256.233,00	24.256.233,00	-
1.9.3.0.00.00.00	Receita da Dívida Ativa	72.179.780,00	256.872.653,33	184.692.873,33	-
1.9.3.1.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	67.112.364,00	228.575.287,76	161.462.923,76	-
1.9.3.1.07.00.00	Receita da Dívida Ativa de Custas Judiciais	1.275.000,00	1.333.277,61	58.277,61	-
1.9.3.1.14.00.00	Receita da Dívida Ativa do IPVA	4.854.804,00	5.825.687,30	970.883,30	-
1.9.3.1.14.01.00	Receita da Dívida Ativa do IPVA-Estadual	2.427.402,00	2.912.849,50	485.447,50	-
1.9.3.1.14.02.00	Receita da Dívida Ativa IPVA-Municipal	2.427.402,00	2.912.837,80	485.435,80	-
1.9.3.1.15.00.00	Receita da Dívida Ativa do ICMS	58.166.462,00	215.830.814,86	157.664.352,86	-
1.9.3.1.15.01.00	Receita da Dívida Ativa do ICMS-Estadual	43.624.847,00	161.873.119,91	118.248.272,91	-
1.9.3.1.15.02.00	Receita da Dívida Ativa do ICMS-Municipal	14.541.615,00	53.957.694,95	39.416.079,95	-
1.9.3.1.20.00.00	Receita da Dívida Ativa do ITCMD	2.816.098,00	5.585.507,99	2.769.409,99	-
1.9.3.1.20.01.00	Receita da Dívida Ativa do ITCMD	2.816.098,00	5.585.507,99	2.769.409,99	-
1.9.3.2.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não Tributária	5.067.416,00	28.297.365,57	23.229.949,57	-
1.9.3.2.99.00.00	Receita da Dívida Ativa Não Tributária de Outras Receitas	5.067.416,00	28.297.365,57	23.229.949,57	-

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1.9.3.2.99.01.00	Receita da Dívida Ativa Não Tributária de Outras Receitas - Principal	622.928,00	594.723,16	-	28.204,84
1.9.3.2.99.03.00	Receita da Dívida Ativa Não Tributária de Outras Receitas - Adm. Indireta	2.736.115,00	3.273.074,75	536.959,75	-
1.9.3.2.99.04.00	Receita da Dívida Ativa Não Tributária de Outras Receitas - Adm. Direta	1.000.000,00	24.240.237,17	23.240.237,17	-
1.9.3.2.99.05.00	Receita da Dívida Ativa Não Tributária - Multa Moratória/Compensatória	1.052,00	2.884,36	1.832,36	-
1.9.3.2.99.06.00	Receita da Dívida Ativa Não Tributária - Multa Ato Atentatório Exercício de Jurisdição	1.676,00	3.853,61	2.177,61	-
1.9.3.2.99.07.00	Receita da Dívida Ativa Não Tributária - Multa Disciplinar	1.183,00	217,80	-	965,20
1.9.3.2.99.08.00	Receita da Dívida Ativa Não Tributária - Devolução de Valores Percebidos Indevidamente	26.247,00	28.764,61	2.517,61	-
1.9.3.2.99.09.00	Receita da Dívida Ativa Não Tributária - Multas Administrativas	678.215,00	153.610,11	-	524.604,89
1.9.9.0.00.00.00	Receitas Diversas	430.593.438,00	310.417.918,35	-	120.175.519,65
1.9.9.0.02.00.00	Receita de Ônus de Sucumbêmcia de Ações Judiciais	18.122.296,00	25.464.972,82	7.342.676,82	-
1.9.9.0.02.01.00	Receita de Honorários Advocatícios	18.122.296,00	25.464.972,82	7.342.676,82	-
1.9.9.0.03.00.00	Receita Decorrente de Alienação de Bens Apreendidos	2.276.609,00	2.098.409,23	-	178.199,77
1.9.9.0.03.01.00	Receita de Leilões de Mercadorias Apreendidas	286.513,00	557.695,33	271.182,33	-
1.9.9.0.03.02.00	Receita de Alienação de Bens Apreendidos	1.990.096,00	1.540.713,90	-	449.382,10
1.9.9.0.04.00.00	Receita de Produtos de Depósitos Abandonados	-	1.617,89	1.617,89	-
1.9.9.0.04.01.00	Receita de Depósitos Abandonados - Adm. Direta - FR 0169	-	1.617,89	1.617,89	-
1.9.9.0.21.00.00	Receita de Prêmios de Seguro	95.077,00	1.568.454,37	1.473.377,37	-
1.9.9.0.21.01.00	Receita de Prêmios de Seguros - Administração Direta	-	10.002,41	10.002,41	-
1.9.9.0.21.02.00	Receita de Prêmios de Seguros - Administração Indireta	95.077,00	1.558.451,96	1.463.374,96	-
1.9.9.0.99.00.00	Outras Receitas	410.099.456,00	281.284.464,04	-	128.814.991,96
1.9.9.0.99.03.00	Outras Receitas Diversas - Adm.Indireta - Fundo de Reaparelhamento da Justiça	17.428.209,00	15.534.662,11	-	1.893.546,89
1.9.9.0.99.05.00	Outras Receitas Diversas - Adm.Indireta - Custas de Escrivanias Judiciais	150.358.560,00	131.808.149,28	-	18.550.410,72
1.9.9.0.99.06.00	Outras Receitas Diversas - Adm.Indireta - Custas de Escriv. Extra-Judiciais	118.312.687,00	97.101.279,41	-	21.211.407,59

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1.9.9.0.99.08.00	Outras Receitas Diversas - Adm.Indireta - Acréscimos Contratuais PRODEC	124.000.000,00	36.840.373,24	-	87.159.626,76
2.0.0.0.00.00.00	Receitas de Capital	1.392.144.649,00	1.638.584.539,41	246.439.890,41	-
2.1.0.0.00.00.00	Operações de Crédito	1.248.932.434,00	1.572.264.387,91	323.331.953,91	-
2.1.1.0.00.00.00	Operações de Créditos Internas	983.395.595,00	1.330.542.078,72	347.146.483,72	-
2.1.1.4.00.00.00	Operações Crédito Internas - Contratuais	983.395.595,00	821.374.884,51	-	162.020.710,49
2.1.1.4.99.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	983.395.595,00	821.374.884,51	-	162.020.710,49
2.1.1.4.99.03.00	BNDES - Programa Caminhos do Desenvolvimento - Lei 15.830 e 15.882/2012	57.210.075,00	71.374.884,51	14.164.809,51	-
2.1.1.4.99.04.00	BNDES - Programa Acelera Santa Catarina - Lei 15.855 e 15883/2012	121.968.627,00	50.000.000,00	-	71.968.627,00
2.1.1.4.99.05.00	BNDES - Sistema de Transporte de Joinville - Lei 14.739/2009	4.216.893,00	-	-	4.216.893,00
2.1.1.4.99.09.00	BB II - Pacto por Santa Catarina - Lei 16.129/2013	800.000.000,00	700.000.000,00	-	100.000.000,00
2.1.1.9.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	-	509.167.194,21	509.167.194,21	-
2.1.1.9.01.00.00	Depósitos Judiciais de Terceiros - EC nº 94/2016	-	509.167.194,21	509.167.194,21	-
2.1.2.0.00.00.00	Operações de Crédito Externas	265.536.839,00	241.722.309,19	-	23.814.529,81
2.1.2.3.00.00.00	Operações de Créditos Externas - Contratuais	265.536.839,00	241.722.309,19	-	23.814.529,81
2.1.2.3.04.00.00	Operações de Crédito Externas p/ Programas de Meio Ambiente	34.800.000,00	21.984.257,95	-	12.815.742,05
2.1.2.3.04.01.00	Financ. Bird/Sc Microbacias	1.800.000,00	2.817.379,93	1.017.379,93	-
2.1.2.3.04.02.00	Fin. Projeto SC Rural Microbacias 3- SWAP	33.000.000,00	19.166.878,02	-	13.833.121,98
2.1.2.3.05.00.00	Operações de Crédito Externas p/ Programas de Modern. Adm. Pública	162.334.128,00	155.434.551,24	-	6.899.576,76
2.1.2.3.05.02.00	Programa BID V e VI - Lei n. 14.532/2008	149.679.000,00	151.492.900,00	1.813.900,00	-
2.1.2.3.05.03.00	PROFISCO/BID Proj. Lei 077/2008	12.655.128,00	3.941.651,24	-	8.713.476,76
2.1.2.3.99.00.00	Outras Operações de Crédito Externas - Contratuais	68.402.711,00	64.303.500,00	-	4.099.211,00
2.1.2.3.99.02.00	CAF - Lei n. 15.714/11	68.402.711,00	64.303.500,00	-	4.099.211,00
2.2.0.0.00.00.00	Alienação de Bens	49.765.221,00	4.530.789,06	-	45.234.431,94
2.2.1.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	10.640.281,00	3.685.186,57	-	6.955.094,43
2.2.1.9.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	10.640.281,00	3.685.186,57	-	6.955.094,43
2.2.1.9.02.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis - Adm. Indireta	10.640.281,00	3.685.186,57	-	6.955.094,43
2.2.2.0.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis	39.124.940,00	845.602,49	-	38.279.337,51

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
2.2.2.4.00.00.00	Alienação de Imóveis Rurais	-	170.000,00	170.000,00	-
2.2.2.4.02.00.00	Alienação de Imóveis Rurais - Adm. Indireta	-	170.000,00	170.000,00	-
2.2.2.5.00.00.00	Alienação de Imóveis Urbanos	39.124.940,00	255.101,00	-	38.869.839,00
2.2.2.5.02.00.00	Alienação de Imóveis Urbanos - Adm. Indireta	39.124.940,00	255.101,00	-	38.869.839,00
2.2.2.9.00.00.00	Alienação de Outros Bens Imóveis	-	420.501,49	420.501,49	-
2.2.2.9.01.00.00	Alienação de Outros Bens Imóveis - Adm. Direta	-	420.501,49	420.501,49	-
2.3.0.0.00.00.00	Amortização de Empréstimos	12.078.000,00	25.327.770,14	13.249.770,14	-
2.3.0.0.70.00.00	Outras Amortizações de Empréstimos	-	12.541.090,23	12.541.090,23	-
2.3.0.0.70.02.00	Amortização de Empréstimos - Em Contratos	-	12.541.090,23	12.541.090,23	-
2.3.0.0.99.00.00	Amortização de Financiamentos Diversos	12.078.000,00	12.786.679,91	708.679,91	-
2.3.0.0.99.02.00	Amortização de Financiamentos Diversos - Adm. Indireta	12.078.000,00	12.217.269,86	139.269,86	-
2.3.0.0.99.04.00	Amortização de Financiamento Águas do Campo - FDR	-	569.410,05	569.410,05	-
2.4.0.0.00.00.00	Transferências de Capital	51.368.994,00	36.461.592,30	-	14.907.401,70
2.4.2.0.00.00.00	Transferências Intergovernamentais	9.126.941,00	7.211.533,76	-	1.915.407,24
2.4.2.1.00.00.00	Transferências da União	9.126.941,00	7.211.533,76	-	1.915.407,24
2.4.2.1.01.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	9.126.941,00	7.200.610,00	-	1.926.331,00
2.4.2.1.01.01.00	Bloco Investimentos na Rede de Serviços de Saúde	9.126.941,00	7.200.610,00	-	1.926.331,00
2.4.2.1.99.00.00	Outras Transferências da União	-	10.923,76	10.923,76	-
2.4.2.1.99.02.00	Outras Transferências da União - Adm. Indireta	-	10.923,76	10.923,76	-
2.4.3.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	85.000,00	265.123,27	180.123,27	-
2.4.3.0.02.00.00	Transferências de Instituições Privadas - Adm. Indireta	85.000,00	265.123,27	180.123,27	-
2.4.7.0.00.00.00	Transferências de Convênios	42.157.053,00	28.984.935,27	-	13.172.117,73
2.4.7.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	37.597.693,00	27.860.702,85	-	9.736.990,15
2.4.7.1.01.00.00	Transferências Convênios União para o Sus	1.858.246,00	1.904.149,68	45.903,68	-
2.4.7.1.99.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	35.739.447,00	25.956.553,17	-	9.782.893,83
2.4.7.1.99.01.00	Outras Transferências de Convênios União - Adm. Direta	28.893.447,00	25.956.553,17	-	2.936.893,83
2.4.7.1.99.02.00	Outras Transferências de Convênios União - Adm. Indireta	6.846.000,00	-	-	6.846.000,00
2.4.7.3.00.00.00	Transferências Convênios Municípios e de suas Entidade	4.559.360,00	1.124.232,42	-	3.435.127,58
2.4.7.3.99.00.00	Outras Transferências Convênios Municípios e de suas Entidade	4.559.360,00	1.124.232,42	-	3.435.127,58

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
2.4.7.3.99.01.00	Outras Transf. Conv. Municípios Adm. Direta	4.234.360,00	-	-	4.234.360,00
2.4.7.3.99.02.00	Outras Transf. Conv. Municípios Adm. Indireta	325.000,00	1.124.232,42	799.232,42	-
2.5.0.0.00.00.00	Outras Receitas de Capital	30.000.000,00	-	-	30.000.000,00
2.5.9.0.00.00.00	Outras Receitas	30.000.000,00	-	-	30.000.000,00
2.5.9.0.02.00.00	Outras Receitas	30.000.000,00	-	-	30.000.000,00
2.5.9.0.02.03.00	Depósitos sob Aviso à Disposição da Justiça	30.000.000,00	-	-	30.000.000,00
7.0.0.0.00.00.00	Receitas Intraorçamentárias Correntes	1.343.477.477,00	1.640.564.862,12	297.087.385,12	-
7.2.0.0.00.00.00	Receita de Contribuições	936.351.184,00	1.405.335.420,39	468.984.236,39	-
7.2.1.0.00.00.00	Contribuições Sociais	936.351.184,00	1.405.335.420,39	468.984.236,39	-
7.2.1.0.29.00.00	Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público	936.351.184,00	1.405.335.420,39	468.984.236,39	-
7.2.1.0.29.01.00	Contribuição Patronal para o Regime Próprio de Previdência	748.885.335,00	1.125.869.273,33	376.983.938,33	-
7.2.1.0.29.02.00	Contrib. Patronal de Servidor Ativo Militar	169.021.787,00	266.029.823,90	97.008.036,90	-
7.2.1.0.29.15.00	Contribuição Previdenciária em Regime de Parcelamento de Débitos	18.444.062,00	13.436.323,16	-	5.007.738,84
7.3.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial	4.620.825,00	1.630.765,89	-	2.990.059,11
7.3.1.0.00.00.00	Receitas Imobiliárias	4.620.825,00	1.630.765,89	-	2.990.059,11
7.3.1.1.00.00.00	Aluguéis	4.620.825,00	1.630.765,89	-	2.990.059,11
7.3.1.1.01.00.00	Aluguéis de Imóveis Urbanos	4.620.825,00	1.630.765,89	-	2.990.059,11
7.3.1.1.01.01.00	Aluguéis de Salas	4.620.825,00	1.630.765,89	-	2.990.059,11
7.6.0.0.00.00.00	Receita de Serviços	316.830.291,00	156.174.941,25	-	160.655.349,75
7.6.0.0.01.00.00	Serviços Comerciais	15.289.254,00	6.403.463,34	-	8.885.790,66
7.6.0.0.01.02.00	Serviços Comercial. Livros,Periódicos,Mat. Escolares e Publicidade	15.289.254,00	6.403.463,34	-	8.885.790,66
7.6.0.0.05.00.00	Serviços de Saúde	301.265.638,00	149.759.249,41	-	151.506.388,59
7.6.0.0.05.01.00	Serviços Hospitalares	337.446,00	-	-	337.446,00
7.6.0.0.05.05.00	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil	300.928.192,00	149.759.249,41	-	151.168.942,59
7.6.0.0.16.00.00	Serviços Educacionais	275.399,00	12.228,50	-	263.170,50
7.6.0.0.16.07.00	Serviços Educacionais Taxas e Emolumentos - ENA	275.399,00	12.228,50	-	263.170,50
7.9.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	85.675.177,00	77.423.734,59	-	8.251.442,41
7.9.2.0.00.00.00	Indenizações e Restituições	85.675.177,00	77.423.734,59	-	8.251.442,41

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
7.9.2.2.00.00.00	Restituições	85.675.177,00	77.423.734,59	-	8.251.442,41
7.9.2.2.07.00.00	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	-	1.599.958,34	1.599.958,34	-
7.9.2.2.07.35.00	Recup.Desp.Exerc.Anteriores - Ressarcimento de Pessoal Cedido	-	1.599.958,34	1.599.958,34	-
7.9.2.2.99.00.00	Outras Restituições	85.675.177,00	75.823.776,25	-	9.851.400,75
7.9.2.2.99.20.00	Ressarcimento Correios - Administração Indireta - F. 0269	19.304.957,00	18.956.496,25	-	348.460,75
7.9.2.2.99.21.00	Ressarcimento GVE - Administração Indireta - F. 0269	2.840.000,00	1.558.814,68	-	1.281.185,32
7.9.2.2.99.23.00	Ressarcimento Rede Lógica - Administração Indireta - F. 0269	49.726.549,00	34.713.277,44	-	15.013.271,56
7.9.2.2.99.24.00	Ressarcimento Obras do Pacto - Administração Direta - F. 0169	-	6.048.622,20	6.048.622,20	-
7.9.2.2.99.26.00	Ressarcimento de Despesas com SC Saúde - Adm. Indireta - F. 0269	13.789.566,00	-	-	13.789.566,00
7.9.2.2.99.27.00	Ressarcimento de Despesas Bombeiro à FMP - Adm. Indireta - F. 0269	-	53.359,50	53.359,50	-
7.9.2.2.99.35.00	Ressarcimento de Pessoal Cedido	14.105,00	14.493.206,18	14.479.101,18	-
8.0.0.0.00.00.00	Receitas Intraorçamentárias de Capital	6.000.000,00	4.539.120,01	-	1.460.879,99
8.5.0.0.00.00.00	Outras Receitas de Capital	6.000.000,00	4.539.120,01	-	1.460.879,99
8.5.2.0.00.00.00	Integralização do Capital Social	6.000.000,00	4.539.120,01	-	1.460.879,99
8.5.2.1.00.00.00	Integralização com Recursos do Tesouro	6.000.000,00	4.539.120,01	-	1.460.879,99
9.0.0.0.00.00.00	Deduções da Receita Corrente	(9.427.961.089,00)	(9.322.986.977,61)	104.974.111,39	-
9.1.0.0.00.00.00	Deduções da Receita Tributária	(8.901.530.217,00)	(8.682.551.771,55)	218.978.445,45	-
9.1.1.0.00.00.00	Deduções de Impostos	(8.901.524.137,00)	(8.681.514.304,34)	220.009.832,66	-
9.1.1.2.00.00.00	Dedução do Imposto sobre o Patrimônio e a Renda	(1.056.101.455,00)	(984.570.816,25)	71.530.638,75	-
9.1.1.2.04.00.00	Ded. Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	(1.148,00)	(240.151,27)	-	239.003,27
9.1.1.2.04.31.00	*Ded. Imposto de Renda Retido nas Fontes s/ Rendimentos do Trabalho	-	(10.191,25)	-	10.191,25
9.1.1.2.04.34.00	*Ded. Imposto de Renda Retido nas Fontes s/ Outros Rendimentos	(1.148,00)	(229.960,02)	-	228.812,02
9.1.1.2.05.00.00	Dedução da Receita de IPVA	(1.009.008.670,00)	(931.684.854,16)	77.323.815,84	-
9.1.1.2.05.01.00	*Dedução de Receita de IPVA para a Formação do FUNDEB	(168.143.573,00)	(155.138.154,97)	13.005.418,03	-
9.1.1.2.05.02.00	*Dedução do IPVA Municipal	(840.717.868,00)	(775.690.773,46)	65.027.094,54	-
9.1.1.2.05.03.00	Dedução IPVA - Restituição do Estado - Processos	(147.229,00)	(342.383,02)	-	195.154,02
9.1.1.2.05.07.00	Dedução IPVA - Restituição do FUNDEB - Processos	-	(85.588,26)	-	85.588,26
9.1.1.2.05.08.00	Dedução IPVA - Restituição do Município - Processos	-	(427.954,45)	-	427.954,45

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
9.1.1.2.07.00.00	Dedução do ITCMD	(47.090.245,00)	(52.643.193,47)	-	5.552.948,47
9.1.1.2.07.01.00	*Dedução de Receita de ITCMD para a Formação do FUNDEB	(45.555.957,00)	(51.065.804,09)	-	5.509.847,09
9.1.1.2.07.03.00	Dedução ITCMD - Restituição do Estado - Processos	(1.534.288,00)	(1.263.621,53)	270.666,47	-
9.1.1.2.07.07.00	Dedução ITCMD - Restituição do FUNDEB - Processos	-	(313.767,85)	-	313.767,85
9.1.1.2.08.00.00	Dedução da Receita de ITBI	(1.392,00)	(2.617,35)	-	1.225,35
9.1.1.2.08.01.00	*Ded. ITBI - Estadual Restituição/Retificação	(1.392,00)	(2.617,35)	-	1.225,35
9.1.1.3.00.00.00	Dedução do Imposto s/ a Produção e Circulação de Mercadorias	(7.845.422.682,00)	(7.696.943.488,09)	148.479.193,91	-
9.1.1.3.02.00.00	Dedução da Receita ICMS	(7.845.422.682,00)	(7.696.943.488,09)	148.479.193,91	-
9.1.1.3.02.01.00	Dedução ICMS	(7.845.422.682,00)	(7.696.943.488,09)	148.479.193,91	-
9.1.2.0.00.00.00	Dedução Taxas	(6.080,00)	(1.037.467,21)	-	1.031.387,21
9.1.2.1.00.00.00	Dedução de Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	(6.080,00)	(52.457,53)	-	46.377,53
9.1.2.1.21.00.00	Dedução da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	-	(1.737,17)	-	1.737,17
9.1.2.1.21.01.00	Ded. Taxa de Fiscalização Ambiental do Estado de SC	-	(1.737,17)	-	1.737,17
9.1.2.1.99.00.00	Ded. Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	(6.080,00)	(50.720,36)	-	44.640,36
9.1.2.1.99.01.00	Ded. Taxa de Serviços Gerais	(6.080,00)	(49.481,33)	-	43.401,33
9.1.2.1.99.02.00	Ded. Taxa de Prevenção Contra Sinistro	-	(1.239,03)	-	1.239,03
9.1.2.3.00.00.00	Dedução de Operações de Créditos Externas - Contratuais	-	(985.009,68)	-	985.009,68
9.1.2.3.05.00.00	Ded. Operações de Crédito Externas p/ Programas de Modern. Adm. Pública	-	(985.009,68)	-	985.009,68
9.1.2.3.05.03.00	Ded. PROFISCO/BID Proj. Lei 077/2008	-	(985.009,68)	-	985.009,68
9.2.0.0.00.00.00	Dedução da Receita de Contribuições	-	(2.120.258,27)	-	2.120.258,27
9.2.1.0.00.00.00	Dedução das Contribuições Sociais	-	(2.120.258,27)	-	2.120.258,27
9.2.1.0.29.00.00	Dedução das Contribuições para o Regime Próprio de Previd. Servidor Público	-	(1.879.902,49)	-	1.879.902,49
9.2.1.0.29.01.00	Dedução da Contrib. Patronal para o Regime Próprio Previdência	-	(151.079,78)	-	151.079,78
9.2.1.0.29.07.00	Dedução da Contribuição de Servidor Ativo RPPS	-	(419.237,76)	-	419.237,76
9.2.1.0.29.08.00	*Dedução - Contribuição de Servidor Ativo Militar	-	(13.517,90)	-	13.517,90
9.2.1.0.29.09.00	Dedução - Contribuição de Servidor Inativo RPPS	-	(862.039,29)	-	862.039,29
9.2.1.0.29.10.00	*Dedução de Contribuição de Servidor Inativo Militar	-	(58.198,92)	-	58.198,92
9.2.1.0.29.11.00	Dedução de Contribuição de Pensionista RPPS	-	(321.358,55)	-	321.358,55

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
9.2.1.0.29.12.00	*Dedução da Contribuição de Pensionista Militar	-	(54.470,29)	-	54.470,29
9.2.1.0.99.00.00	Ded. Outras Contribuições Sociais	-	(231.155,78)	-	231.155,78
9.2.1.0.99.09.00	Ded. Outras Contribuições Previdenciárias	-	(231.155,78)	-	231.155,78
9.2.1.9.00.00.00	Dedução Alienação de Outros Bens Móveis	-	(9.200,00)	-	9.200,00
9.2.1.9.02.00.00	Ded. Alienação de Outros Bens Móveis - Adm. Indireta	-	(9.200,00)	-	9.200,00
9.3.0.0.00.00.00	Dedução Receita Patrimonial	-	(48.045.981,35)	-	48.045.981,35
9.3.0.0.99.00.00	Dedução Amortização de Financiamentos Diversos	-	-	-	-
9.3.0.0.99.02.00	Ded. Amortização de Financiamentos Diversos - Adm. Indireta	-	-	-	-
9.3.2.0.00.00.00	Dedução da Receitas de Valores Mobiliários	-	(48.045.981,35)	-	48.045.981,35
9.3.2.5.00.00.00	Dedução da Remuneração de Depósitos Bancários	-	(47.960.188,05)	-	47.960.188,05
9.3.2.5.01.00.00	Dedução da Remuneração de Depósitos Bancários - Vinculados	-	(204.908,63)	-	204.908,63
9.3.2.5.01.03.00	*Ded. da Rem. de Depósitos Bancários Vinc. Fundo de Saúde	-	(96.496,82)	-	96.496,82
9.3.2.5.01.05.00	*Ded. Remuneração de Depósitos Bancários-Vinc.- Manut. Desenv. Ensino - MDE	-	(15.287,00)	-	15.287,00
9.3.2.5.01.99.00	Ded. Remuneração de Outros Depósitos de Recursos Vinculados	-	(93.124,81)	-	93.124,81
9.3.2.5.02.00.00	Dedução da Remuneração de Depósitos Bancários - Não Vinculados	-	(47.755.279,42)	-	47.755.279,42
9.3.2.5.02.01.00	*Ded. Remuneração de Depósitos de Poupança	-	(18.296,21)	-	18.296,21
9.3.2.5.02.99.00	Ded. de Rem. de Outros Depósitos Bancários não Vinc.	-	(47.736.983,21)	-	47.736.983,21
9.3.2.8.00.00.00	Dedução da Remuneração dos Invest. do Reg. Próprio de Prev. do Serv.	-	(85.793,30)	-	85.793,30
9.3.2.8.10.00.00	Dedução da Remuneração dos Invest. do RPPS em Renda Fixa	-	(85.793,30)	-	85.793,30
9.3.2.8.10.06.00	Remuneração Depósitos Vinculados - Movimento - Fundo Financeiro	-	(85.793,30)	-	85.793,30
9.4.0.0.00.00.00	Dedução de Receita Agropecuária	-	(1.440,00)	-	1.440,00
9.4.1.0.00.00.00	Dedução de Receita da Produção Vegetal	-	(1.440,00)	-	1.440,00
9.4.1.0.01.00.00	Dedução Agricultura	-	(1.440,00)	-	1.440,00
9.6.0.0.00.00.00	Dedução da Receita de Serviços	-	(366.065,52)	-	366.065,52
9.6.0.0.01.00.00	Dedução Serviços Comerciais	-	(5.833,84)	-	5.833,84
9.6.0.0.01.02.00	Dedução Serviços Comercial.Livros,Periódicos,Mat.Escolares e Publicidade	-	(5.833,84)	-	5.833,84
9.6.0.0.04.00.00	Dedução de Serviços de Comunicação	-	(7.200,00)	-	7.200,00

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
9.6.0.0.04.02.00	Ded. Serviços de Radiofusão	-	(7.200,00)	-	7.200,00
9.6.0.0.05.00.00	Dedução de Serviços de Saúde	-	(1.000,36)	-	1.000,36
9.6.0.0.05.05.00	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil	-	(1.000,36)	-	1.000,36
9.6.0.0.06.00.00	Dedução Serviços Portuários	-	(23.508,87)	-	23.508,87
9.6.0.0.06.01.00	Dedução Utilização da Infraestrutura Portuária	-	(23.508,87)	-	23.508,87
9.6.0.0.13.00.00	Dedução Serviços Administrativos	-	(2.674,00)	-	2.674,00
9.6.0.0.13.04.00	*Ded. Serviços de Expedição de Certificados	-	(924,00)	-	924,00
9.6.0.0.13.09.00	*Ded. Serv. de Inscrição Vestibular	-	(1.750,00)	-	1.750,00
9.6.0.0.14.00.00	Dedução Serviços de Inspeção e Fiscalização	-	(323.530,45)	-	323.530,45
9.6.0.0.14.10.00	Dedução Serviços de Inspeção e Fiscalização - FATMA	-	(323.530,45)	-	323.530,45
9.6.0.0.16.00.00	Dedução Serviços Educacionais	-	(810,00)	-	810,00
9.6.0.0.16.03.00	*Ded. Serv. Educ. Tx. e Emolumentos - UDESC	-	(810,00)	-	810,00
9.6.0.0.20.00.00	Ded. Serviços de Consultoria, Assist. Téc. e Anáises de Projetos	-	(220,00)	-	220,00
9.6.0.0.20.02.00	*Ded. Análise de Solos	-	(220,00)	-	220,00
9.6.0.0.24.00.00	*Ded. Serviços de Registro do Comércio	-	(1.288,00)	-	1.288,00
9.7.0.0.00.00.00	Transferências Correntes	(374.745.183,00)	(372.518.353,72)	2.226.829,28	-
9.7.2.0.00.00.00	Transferências Intergovernamentais	(374.745.183,00)	(355.190.624,32)	19.554.558,68	-
9.7.2.1.00.00.00	Transferências da União	(374.745.183,00)	(355.190.624,32)	19.554.558,68	-
9.7.2.1.01.00.00	Participação na Receita da União	(362.759.540,00)	(344.549.649,48)	18.209.890,52	-
9.7.2.1.01.01.00	*Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - FPE	(223.072.699,00)	(212.873.795,70)	10.198.903,30	-
9.7.2.1.01.12.00	Dedução da Receita - Cota-Parte IPI Exportação	(119.686.841,00)	(115.961.820,42)	3.725.020,58	-
9.7.2.1.01.13.00	Dedução Cota-Parte Cide	(20.000.000,00)	(15.714.033,36)	4.285.966,64	-
9.7.2.1.33.00.00	Ded. Transf. Recursos SUS - Repasses Fundo a Fundo	-	(132.000,00)	-	132.000,00
9.7.2.1.33.12.00	Ded. Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	-	(132.000,00)	-	132.000,00
9.7.2.1.36.00.00	*Ded. Rec. p/ Formação FUNDEB - ICMS Deson. LC 87/96	(11.985.643,00)	(10.504.581,72)	1.481.061,28	-
9.7.2.1.99.00.00	Ded. Outras Transferências da União	-	(4.393,12)	-	4.393,12
9.7.2.1.99.08.00	*Ded. Outras Transferências da União - Situação de Emergência e Calamidade F. 0232	-	(4.393,12)	-	4.393,12
9.7.3.0.00.00.00	Dedução das Transferências de Instituições Privadas	-	(17.327.729,40)	-	17.327.729,40

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
9.7.3.0.01.00.00	Dedução de Transf. Instit. Privadas-FUNDOSOCIAL	-	(23.948,46)	-	23.948,46
9.7.3.0.01.01.00	Ded . Transf. Instit. Priv.-FUNDOSOCIAL-Estadual	-	(23.948,46)	-	23.948,46
9.7.3.0.05.00.00	Dedução Transferências de Instituições Privadas - Fundos	-	(17.303.071,79)	-	17.303.071,79
9.7.3.0.05.01.00	Ded. Transferências de Instituições Privadas-Fundo Pró-Emprego	-	(17.286.472,48)	-	17.286.472,48
9.7.3.0.05.03.00	*Ded. Transferências de Instituições Privadas-Fundo Educ. Superior	-	(6.382,65)	-	6.382,65
9.7.3.0.05.05.00	*Ded. Transferências de Instituições Privadas-Fundo Estadual de Defesa Civil	-	(10.216,66)	-	10.216,66
9.7.3.0.07.00.00	Ded. Transferências de Instituições Privadas - Fundações	-	(709,15)	-	709,15
9.7.3.0.07.02.00	Ded. Transferências de Instituições Privadas - Fundação UDESC	-	(709,15)	-	709,15
9.9.0.0.00.00.00	Outras Deduções	(151.685.689,00)	(217.383.107,20)	-	65.697.418,20
9.9.1.0.00.00.00	Dedução das Multas e Juros de Mora	(124.852.669,00)	(123.150.346,10)	1.702.322,90	-
9.9.1.1.00.00.00	Dedução das Multas e Juros de Mora dos Tributos	(84.040.294,00)	(63.958.478,15)	20.081.815,85	-
9.9.1.1.20.00.00	Dedução de Multas e Juros ITCMD	(3.408.192,00)	(3.954.719,64)	-	546.527,64
9.9.1.1.20.01.00	*Ded. Multas e Juros de ITCMD - FUNDEB	(3.408.192,00)	(3.954.719,64)	-	546.527,64
9.9.1.1.35.00.00	Dedução de Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização de Vig. Sanitária	-	(1.802,64)	-	1.802,64
9.9.1.1.35.01.00	*Ded.Multas e Juros de Fiscalização de Vig. Sanitária - Saúde	-	(1.802,64)	-	1.802,64
9.9.1.1.41.00.00	Ded. Multas e Juros de Mora de IPVA	(3.259.204,00)	(2.928.905,15)	330.298,85	-
9.9.1.1.41.01.00	*Ded. Multas/Juros de Mora de IPVA - FUNDEB	(543.202,00)	(488.150,09)	55.051,91	-
9.9.1.1.41.02.00	Ded. Multas/Juros de Mora de IPVA - Municipal	(2.716.002,00)	(2.440.755,06)	275.246,94	-
9.9.1.1.42.00.00	Ded. Multas e Juros de Mora de ICMS	(77.372.898,00)	(57.073.050,72)	20.299.847,28	-
9.9.1.1.42.01.00	Ded. Multas/Juros de Mora do ICMS - FUNDEB	(20.639.251,00)	(14.974.870,59)	5.664.380,41	-
9.9.1.1.42.02.00	*Ded. Multas e Juros de Mora de ICMS - Municipal	(34.398.752,00)	(24.958.149,96)	9.440.602,04	-
9.9.1.1.42.03.00	Ded. Multas/Juros de Mora ICMS - Restituição do Estado - Processos	(22.334.895,00)	(10.284.018,09)	12.050.876,91	-
9.9.1.1.42.07.00	Ded. Multas/Juros de Mora ICMS - Restitição do FUNDEB - Processos	-	(2.571.004,54)	-	2.571.004,54
9.9.1.1.42.08.00	Ded. Multas/Juros de Mora ICMS - Restituição do Município - Processos	-	(4.285.007,54)	-	4.285.007,54
9.9.1.3.00.00.00	Ded. Multas/Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	(40.812.375,00)	(57.027.050,90)	-	16.214.675,90
9.9.1.3.14.00.00	Ded. Multas e Juros de Mora D.A do IPVA	(2.692.026,00)	(3.125.496,24)	-	433.470,24
9.9.1.3.14.01.00	*Ded. Multas e Juros de Mora D.A do IPVA - FUNDEB	(448.671,00)	(520.913,15)	-	72.242,15

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
9.9.1.3.14.02.00	*Ded. Multas e Juros de Mora D.A do IPVA - Municipal	(2.243.355,00)	(2.604.583,09)	-	361.228,09
9.9.1.3.15.00.00	Ded. Multas e Juros de Mora D.A do ICMS	(37.676.921,00)	(53.213.097,53)	-	15.536.176,53
9.9.1.3.15.01.00	*Ded. Multas e Juros de Mora D.A do ICMS - FUNDEB	(8.600.220,00)	(11.255.851,90)	-	2.655.631,90
9.9.1.3.15.02.00	*Ded. Multas e Juros de Mora D.A do ICMS - Municipal	(14.333.701,00)	(18.759.769,56)	-	4.426.068,56
9.9.1.3.15.03.00	Ded. Multas/Juros de Mora D.A ICMS - Restituição do Estado - Processos	(14.743.000,00)	(13.918.485,65)	824.514,35	-
9.9.1.3.15.07.00	Ded. Multas/Juros de Mora D.A ICMS - Restituição do FUNDEB - Processos	-	(3.479.621,41)	-	3.479.621,41
9.9.1.3.15.08.00	Ded. Multas/Juros de Mora D.A ICMS - Restituição do Município - Processos	-	(5.799.369,01)	-	5.799.369,01
9.9.1.3.20.00.00	Ded. Multa e Juros de Mora D.A de ITCMD	(443.428,00)	(688.457,13)	-	245.029,13
9.9.1.3.20.01.00	*Ded. Multas/Juros D.A de ITCMD - FUNDEB	(443.428,00)	(688.457,13)	-	245.029,13
9.9.1.9.00.00.00	Ded. Multas de Outras Origens	-	(2.164.817,05)	-	2.164.817,05
9.9.1.9.15.00.00	Ded.Multas de Infração a Legislação de Trânsito	-	(2.150.932,55)	-	2.150.932,55
9.9.1.9.15.01.00	Ded.Multas de Infração a Legislação de Trânsito	-	(2.150.932,55)	-	2.150.932,55
9.9.1.9.27.00.00	Dedução Multas e Juros Previstos em Contrato	-	(365,40)	-	365,40
9.9.1.9.35.00.00	*Ded. Multas por Danos ao Meio Ambiente	-	(5.250,00)	-	5.250,00
9.9.1.9.48.00.00	*Ded. Multa Aplicadas pelos Tribunais de Contas	-	(2.800,00)	-	2.800,00
9.9.1.9.50.00.00	Ded. Multas por Auto de Infração	-	(5.469,10)	-	5.469,10
9.9.1.9.50.01.00	*Ded. Multas por Auto de Infração - Ad. Direta	-	(3.669,10)	-	3.669,10
9.9.1.9.50.02.00	*Ded. Multas por Auto de Infração - Ad. Indireta	-	(1.800,00)	-	1.800,00
9.9.2.0.00.00.00	Indenizações e Restituições	-	(13.895,64)	-	13.895,64
9.9.2.1.00.00.00	Dedução de Indenizações	-	(9,86)	-	9,86
9.9.2.1.99.00.00	Dedução de Outras Indenizações	-	(9,86)	-	9,86
9.9.2.1.99.01.00	Ded. Outras Indenizações - Administração Direta	-	(9,86)	-	9,86
9.9.2.2.00.00.00	Restituições	-	(13.885,78)	-	13.885,78
9.9.2.2.07.00.00	Dedução Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	-	(5.083,78)	-	5.083,78
9.9.2.2.07.08.00	Ded. Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0250	-	(5.083,78)	-	5.083,78
9.9.2.2.99.00.00	Outras Restituições	-	(8.802,00)	-	8.802,00
9.9.2.2.99.37.00	Ded. Ressarc. Utilização Sistema Informatizado - Vistoria Veicular	-	(8.802,00)	-	8.802,00

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
9.9.3.0.00.00.00	Dedução da Receita da Dívida Ativa	(26.833.020,00)	(91.633.405,09)	-	64.800.385,09
9.9.3.1.00.00.00	Ded. Receita da Dívida Ativa Tributária	(26.827.454,00)	(91.495.595,75)	-	64.668.141,75
9.9.3.1.07.00.00	*Ded. Receita da Dívida Ativa de Custas Judiciais	-	(8.008,61)	-	8.008,61
9.9.3.1.14.00.00	Ded. Receita da Dívida Ativa do IPVA	(2.916.731,00)	(3.499.041,18)	-	582.310,18
9.9.3.1.14.01.00	*Ded. Receita Dívida Ativa IPVA- FUNDEB	(485.480,00)	(581.656,33)	-	96.176,33
9.9.3.1.14.02.00	*Ded. Receita Dívida Ativa IPVA-Municipal	(2.427.402,00)	(2.908.291,03)	-	480.889,03
9.9.3.1.14.03.00	Ded. Receita Dívida Ativa IPVA - Restituição do Estado - Processos	(3.849,00)	(3.637,75)	211,25	-
9.9.3.1.14.07.00	Ded. Receita Dívida Ativa IPVA- Restituição do FUNDEB - Processos	-	(909,30)	-	909,30
9.9.3.1.14.08.00	Ded. Receita Dívida Ativa IPVA- Restituição do Município - Processos	-	(4.546,77)	-	4.546,77
9.9.3.1.15.00.00	Ded. Receita da Dívida Ativa do ICMS	(23.347.504,00)	(86.646.244,00)	-	63.298.740,00
9.9.3.1.15.01.00	*Ded. Receita Dívida Ativa ICMS - FUNDEB	(8.724.969,00)	(32.296.127,25)	-	23.571.158,25
9.9.3.1.15.02.00	*Ded. Receita Dívida Ativa ICMS-Municipal	(14.541.615,00)	(53.826.887,80)	-	39.285.272,80
9.9.3.1.15.03.00	Ded. Receita Dívida Ativa ICMS - Restituição do Estado - Processos	(80.920,00)	(314.114,17)	-	233.194,17
9.9.3.1.15.07.00	Ded. Receita Dívida Ativa ICMS - Restituição do FUNDEB - Processos	-	(78.307,63)	-	78.307,63
9.9.3.1.15.08.00	Ded. Receita Dívida Ativa ICMS- Restituição do Município - Processos	-	(130.807,15)	-	130.807,15
9.9.3.1.20.00.00	Ded.Receita da Dívida Ativa do ITCMD	(563.219,00)	(1.342.301,96)	-	779.082,96
9.9.3.1.20.01.00	*Ded.Receita da Dívida Ativa do ITCMD - FUNDEB	(563.219,00)	(1.060.799,60)	-	497.580,60
9.9.3.1.20.03.00	Ded.Receita da Dívida Ativa ITCMD - Restituição do Estado - Processos	-	(226.144,11)	-	226.144,11
9.9.3.1.20.07.00	Ded.Receita da Dívida Ativa do ITCMD - Restituição do FUNDEB - Processos	-	(55.358,25)	-	55.358,25
9.9.3.2.00.00.00	Dedução da Receita da Dívida Ativa não Tributária	(5.566,00)	(137.809,34)	-	132.243,34
9.9.3.2.99.00.00	Ded. Receita da Dívida Ativa Não Tributária de Outras Receitas	(5.566,00)	(137.809,34)	-	132.243,34
9.9.3.2.99.01.00	Ded. Receita da Dívida Ativa Não Tributária de Outras Receitas - Principal	(5.566,00)	(48.275,55)	-	42.709,55
9.9.3.2.99.03.00	Ded. Receita da Dívida Ativa Não Tributária de Outras Receitas - Adm. Indireta	-	(87.507,81)	-	87.507,81
9.9.3.2.99.04.00	Ded. Receita da Dívida Ativa Não Tributária de Outras Receitas - Adm. Direta	-	(2.025,98)	-	2.025,98
9.9.9.0.00.00.00	Dedução de Receitas Diversas	-	(2.585.460,37)	-	2.585.460,37

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
9.9.9.0.02.00.00	Ded. Receita de Ônus de Sucumbêmcia de Ações Judiciais	-	(19.691,72)	-	19.691,72
9.9.9.0.02.01.00	Ded. Receita de Honorários Advocatícios	-	(19.691,72)	-	19.691,72
9.9.9.0.99.00.00	Dedução de Outras Receitas	-	(2.565.768,65)	-	2.565.768,65
9.9.9.0.99.05.00	*Ded. Outras Rec Div. - Custas Judiciais	-	(1.950.168,09)	-	1.950.168,09
9.9.9.0.99.06.00	*Ded. Outras Rec Div. - Custas Extrajudiciais	-	(615.600,56)	-	615.600,56
TOTAL		**26.073.622.000,00**	**25.373.785.843,17**	**-**	**699.836.156,83**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

Notas Explicativas

001 - São consideradas as receitas arrecadadas brutas.

002 - No grupo Deduções da Receita Corrente estão inseridas as contas Deduções de Alienação de Outros Bens Móveis – Administração Indireta (9.2.1.9.02) e Deduções de Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública (9.1.2.3.05), nos valores de R$ 9.200,00 e R$ 985.009,68 respectivamente, que se referem a deduções de Receitas de Capital, em virtude da codificação da natureza de receita não possibilitar a criação de um grupo específico para dedução de Receita de Capital.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
3 - Despesas Correntes	25.646.239.694,41	16.340.147,59	25.662.579.842,00	23.075.490.761,31	2.587.089.080,69
1 - Pessoal e Encargos Sociais	15.853.241.812,06	-	15.853.241.812,06	15.583.721.983,80	269.519.828,26
90 - Aplicações Diretas	14.408.291.303,76	-	14.408.291.303,76	14.161.453.989,47	246.837.314,29
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	4.961.330.883,59	-	4.961.330.883,59	4.947.139.412,26	14.191.471,33
03 - Pensões do RPPS e do Militar	945.468.048,55	-	945.468.048,55	945.464.185,22	3.863,33
04 - Contratação por Tempo Determinado	750.807.644,78	-	750.807.644,78	746.323.982,17	4.483.662,61
05 - Outros Benefícios Previdenciários	9.458.314,07	-	9.458.314,07	9.096.340,60	361.973,47
07 - Contrib. Entid. Fechadas de Previdência	32.135.835,68	-	32.135.835,68	32.135.828,85	6,83
11 - Vencim. e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	5.470.398.132,51	-	5.470.398.132,51	5.405.040.228,58	65.357.903,93
12 - Vencim. e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	1.127.129.450,24	-	1.127.129.450,24	1.126.333.274,43	796.175,81
13 - Obrigações Patronais	210.240.452,63	-	210.240.452,63	195.415.334,07	14.825.118,56
16 - Outras Despesas Variáveis-Pessoal Civil	275.713.357,78	-	275.713.357,78	272.824.309,82	2.889.047,96
17 - Outras Despesas Variáveis-Pessoal Militar	18.238,97	-	18.238,97	18.238,97	-
67 - Depósitos Compulsórios	743.635,54	-	743.635,54	733.635,54	10.000,00
91 - Sentenças Judiciais	161.190.123,45	-	161.190.123,45	68.911.463,62	92.278.659,83
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	129.678.510,86	-	129.678.510,86	105.685.024,90	23.993.485,96
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	323.022.393,18	-	323.022.393,18	295.798.532,16	27.223.861,02
96 - Ressarcimento Despesa Pessoal Requisitado	10.956.281,93	-	10.956.281,93	10.534.198,28	422.083,65
91 - Aplicação Direta Decor. de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	1.444.950.508,30	-	1.444.950.508,30	1.422.267.994,33	22.682.513,97
13 - Obrigações Patronais	1.407.987.386,08	-	1.407.987.386,08	1.392.454.595,03	15.532.791,05
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	13.194.824,53	-	13.194.824,53	13.182.394,39	12.430,14
96 - Ressarcimento Despesa Pessoal Requisitado	23.768.297,69	-	23.768.297,69	16.631.004,91	7.137.292,78

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
2 - Juros e Encargos da Dívida	857.154.697,03	-	857.154.697,03	770.880.832,77	86.273.864,26
90 - Aplicações Diretas	857.154.697,03	-	857.154.697,03	770.880.832,77	86.273.864,26
21 - Juros sobre a Dívida por Contrato	817.376.035,16	-	817.376.035,16	732.741.755,46	84.634.279,70
22 - Outros Encargos sobre Dívida por Contrato	39.778.661,87	-	39.778.661,87	38.139.077,31	1.639.584,56
25 - Encarg. s/Operações Créd. Antecipação Receita	-	-	-	-	-
3 - Outras Despesas Correntes	8.935.843.185,32	16.340.147,59	8.952.183.332,91	6.720.887.944,74	2.231.295.388,17
20 - Transferências a União	3.375.791,50	-	3.375.791,50	2.182.791,50	1.193.000,00
41 - Contribuições	3.375.791,50	-	3.375.791,50	2.182.791,50	1.193.000,00
22 - Execução Orçamentária Delegada à União	-	-	-	-	-
39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	-	-	-	-	-
40 - Transferências a Municípios	85.268.824,55	-	85.268.824,55	58.843.689,82	26.425.134,73
41 - Contribuições	84.268.824,55	-	84.268.824,55	58.843.689,82	25.425.134,73
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	1.000.000,00	-	1.000.000,00	-	1.000.000,00
41 - Transferências a Municípios Fundo a Fundo	178.205.230,58	3.656.959,90	181.862.190,48	134.171.131,75	47.691.058,73
41 - Contribuições	120.809.598,82	1.281.642,76	122.091.241,58	84.527.472,14	37.563.769,44
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	57.395.631,76	2.375.317,14	59.770.948,90	49.643.659,61	10.127.289,29
42 - Execução Orçamentária Delegada aos Municípios	121.174.377,92	-	121.174.377,92	111.862.913,31	9.311.464,61
39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	112.564.539,00	-	112.564.539,00	103.265.611,59	9.298.927,41
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	8.609.838,92	-	8.609.838,92	8.597.301,72	12.537,20
50 - Transf. a Inst. Priv. s/ Fins Lucrativos	944.285.661,87	2.142.767,01	946.428.428,88	754.149.794,82	192.278.634,06
41 - Contribuições	609.692.504,43	2.142.767,01	611.835.271,44	494.822.806,42	117.012.465,02
43 - Subvenções Sociais	213.994.726,38	-	213.994.726,38	138.728.607,02	75.266.119,36
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	120.598.431,06	-	120.598.431,06	120.598.381,38	49,68
60 - Transfer. Inst. Privadas c/ Fins Lucrativos	60.759.129,49	-	60.759.129,49	49.414.657,94	11.344.471,55

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
41 - Contribuições	50.000,00	-	50.000,00	-	50.000,00
45 - Subvenções Econômicas	60.709.129,49	-	60.709.129,49	49.414.657,94	11.294.471,55
70 - Transf. a Instituições Multigovernamentais	-	-	-	-	-
41 - Contribuições	-	-	-	-	-
71 - Transf. a Consórcios Públicos	-	-	-	-	-
41 - Contribuições	-	-	-	-	-
90 - Aplicações Diretas	7.306.141.940,54	10.540.420,68	7.316.682.361,22	5.396.955.300,85	1.919.727.060,37
03 - Pensões do RPPS e do Militar	42.101.460,03	-	42.101.460,03	42.101.459,84	0,19
05 - Outros Benefícios Previdenciários	953.552,96	-	953.552,96	703.027,98	250.524,98
08 - Outros Benefícios Assistenciais	33.618.559,13	-	33.618.559,13	33.169.959,74	448.599,39
14 - Diárias - Civil	44.967.695,86	-	44.967.695,86	34.956.522,25	10.011.173,61
15 - Diárias - Militar	15.137.890,33	-	15.137.890,33	12.074.297,62	3.063.592,71
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	26.829.876,14	-	26.829.876,14	20.541.380,41	6.288.495,73
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	21.315.321,47	-	21.315.321,47	9.823.615,41	11.491.706,06
30 - Material de Consumo	726.202.410,40	345.819,69	726.548.230,09	513.762.536,12	212.785.693,97
31 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	6.938.896,06	-	6.938.896,06	6.360.372,15	578.523,91
32 - Material, Bem ou Serviço de Distribuição Gratuita	20.631.223,35	4.416,72	20.635.640,07	6.700.582,81	13.935.057,26
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	26.346.272,23	55.752,69	26.402.024,92	17.088.852,91	9.313.172,01
34 - Outras Desp. Pessoal Decor. Contr. Terceirização	38.594.165,17	-	38.594.165,17	30.470.741,76	8.123.423,41
35 - Serviços de Consultoria	23.499.434,94	155.914,79	23.655.349,73	15.829.434,31	7.825.915,42
36 - Outros Serv. Terceiros - Pessoa Física	211.996.977,68	27.562,28	212.024.539,96	124.375.564,11	87.648.975,85
37 - Locação de Mão-de-Obra	555.807.416,02	-	555.807.416,02	495.475.367,38	60.332.048,64
38 - Arrendamento Mercantil	40.860,00	-	40.860,00	18.520,00	22.340,00
39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	3.258.931.080,09	6.096.441,20	3.265.027.521,29	2.245.515.965,38	1.019.511.555,91

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
46 - Auxílio-Alimentação	419.492.283,75	-	419.492.283,75	399.617.640,16	19.874.643,59
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	221.167.718,52	-	221.167.718,52	209.892.929,06	11.274.789,46
48 - Outros Auxílios Financeiros Pessoas Físicas	41.341.072,45	-	41.341.072,45	33.717.072,26	7.624.000,19
49 - Auxílio-Transporte	11.564.620,11	-	11.564.620,11	8.125.948,42	3.438.671,69
59 - Pensões Especiais	39.508.577,86	-	39.508.577,86	39.507.640,86	937,00
67 - Depósitos Compulsórios	88.741.017,90	-	88.741.017,90	29.637.457,82	59.103.560,08
91 - Sentenças Judiciais	606.787.954,97	-	606.787.954,97	325.715.029,88	281.072.925,09
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	314.264.970,25	3.854.513,31	318.119.483,56	267.267.924,94	50.851.558,62
93 - Indenizações e Restituições	509.360.632,87	-	509.360.632,87	474.505.457,27	34.855.175,60
91 - Aplicação Direta Decor. de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	236.632.228,87	-	236.632.228,87	213.307.664,75	23.324.564,12
13 - Obrigações Patronais	141.950.153,74	-	141.950.153,74	134.442.232,14	7.507.921,60
30 - Material de Consumo	3.392.110,25	-	3.392.110,25	2.418.989,70	973.120,55
32 - Material, Bem ou Serviço de Distribuição Gratuita	55.000,00	-	55.000,00	24.570,00	30.430,00
39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	80.027.510,87	-	80.027.510,87	67.529.422,75	12.498.088,12
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	357.623,00	-	357.623,00	285.757,08	71.865,92
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	10.290.539,74	-	10.290.539,74	8.097.401,81	2.193.137,93
93 - Indenizações e Restituições	559.291,27	-	559.291,27	509.291,27	50.000,00
4 - Despesas de Capital	4.643.822.958,07	123.435.911,90	4.767.258.869,97	2.519.612.617,87	2.247.646.252,10
4 - Investimentos	3.781.721.174,96	118.925.222,36	3.900.646.397,32	1.914.636.793,87	1.986.009.603,45
20 - Transferências a União	1.072.879,86	-	1.072.879,86	-	1.072.879,86
42 - Auxílios	1.072.879,86	-	1.072.879,86	-	1.072.879,86
22 - Execução Orçamentária Delegada à União	7.800.000,00	-	7.800.000,00	4.800.000,00	3.000.000,00
51 - Obras e Instalações	7.800.000,00	-	7.800.000,00	4.800.000,00	3.000.000,00
40 - Transferências a Municípios	258.836.127,06	26.091.542,34	284.927.669,40	162.773.717,49	122.153.951,91
41 - Contribuições	130.000,00	-	130.000,00	-	130.000,00

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
42 - Auxílios	255.660.556,35	26.091.542,34	281.752.098,69	159.728.146,78	122.023.951,91
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	3.045.570,71	-	3.045.570,71	3.045.570,71	-
41 - Transferências a Municípios Fundo a Fundo	12.078.383,41	-	12.078.383,41	12.077.852,77	530,64
41 - Contribuições	10.587.381,54	-	10.587.381,54	10.587.381,54	-
42 - Auxílios	260.530,64	-	260.530,64	260.000,00	530,64
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	1.230.471,23	-	1.230.471,23	1.230.471,23	-
50 - Transf. a Inst. Priv. s/ Fins Lucrativos	99.745.835,24	46.469.321,40	146.215.156,64	91.206.519,92	55.008.636,72
41 - Contribuições	1.515.338,86	215.294,81	1.730.633,67	640.633,67	1.090.000,00
42 - Auxílios	97.193.450,97	46.254.026,59	143.447.477,56	89.528.840,84	53.918.636,72
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	1.037.045,41	-	1.037.045,41	1.037.045,41	-
60 - Transfer. Inst. Privadas c/ Fins Lucrativos	-	-	-	-	-
45 - Subvenções Econômicas	-	-	-	-	-
90 - Aplicações Diretas	3.394.660.862,80	46.364.358,62	3.441.025.221,42	1.636.768.604,52	1.804.256.616,90
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	9.285.077,00	-	9.285.077,00	1.716.360,76	7.568.716,24
30 - Material de Consumo	10.617.107,60	-	10.617.107,60	6.536.267,18	4.080.840,42
34 - Outras Desp. Pessoal Decor. Contr. Terceirização	76.021.137,75	-	76.021.137,75	37.386.938,83	38.634.198,92
35 - Serviços de Consultoria	-	-	-	-	-
36 - Outros Serv. Terceiros - Pessoa Física	14.000,00	-	14.000,00	-	14.000,00
39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	84.601.622,90	-	84.601.622,90	51.310.848,79	33.290.774,11
51 - Obras e Instalações	2.570.993.592,61	13.341.791,19	2.584.335.383,80	1.230.701.431,07	1.353.633.952,73
52 - Equipamentos e Material Permanente	497.384.211,00	22.241.885,41	519.626.096,41	196.779.644,90	322.846.451,51
61 - Aquisição de Imóveis	38.012.948,71	-	38.012.948,71	13.102.500,00	24.910.448,71
91 - Sentenças Judiciais	1.927.391,16	-	1.927.391,16	1.922.044,61	5.346,55
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	60.140.027,55	51.766,10	60.191.793,65	58.317.419,78	1.874.373,87
93 - Indenizações e Restituições	45.663.746,52	10.728.915,92	56.392.662,44	38.995.148,60	17.397.513,84
91 - Aplicação Direta Decor. de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	7.527.086,59	-	7.527.086,59	7.010.099,17	516.987,42

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
52 - Equipamentos e Material Permanente	100.000,00	-	100.000,00	7.190,00	92.810,00
93 - Indenizações e Restituições	7.427.086,59	-	7.427.086,59	7.002.909,17	424.177,42
5 - Inversões Financeiras	187.652.906,42	-	187.652.906,42	68.995.691,09	118.657.215,33
90 - Aplicações Diretas	186.836.478,45	-	186.836.478,45	68.179.263,12	118.657.215,33
61 - Aquisição de Imóveis	43.933.568,29	-	43.933.568,29	23.992.587,79	19.940.980,50
65 - Const. ou Aumento de Capital de Empresas	126.203.720,57	-	126.203.720,57	31.106.863,84	95.096.856,73
66 - Concessão de Empréstimos e Financiam.	16.699.189,59	-	16.699.189,59	13.079.811,49	3.619.378,10
91 - Aplicação Direta Decor. de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	816.427,97	-	816.427,97	816.427,97	-
65 - Const. ou Aumento de Capital de Empresas	816.427,97	-	816.427,97	816.427,97	-
6 - Amortização da Dívida	674.448.876,69	4.510.689,54	678.959.566,23	535.980.132,91	142.979.433,32
90 - Aplicações Diretas	674.448.876,69	4.510.689,54	678.959.566,23	535.980.132,91	142.979.433,32
71 - Principal da Dívida Contrat. Resgatado	674.448.876,69	-	674.448.876,69	531.478.194,86	142.970.681,83
73 - Correção Monetária ou Cambial da Dívida Contratual Resgatada	-	-	-	-	-
77 - Principal Corrigido Dívida Contrat. Refinanc.	-	-	-	-	-
93 - Indenizações e Restituições	-	4.510.689,54	4.510.689,54	4.501.938,05	8.751,49
9 - Reserva de Contingência	-	-	-	-	-
9 - Reserva de Contingência	-	-	-	-	-
99 - Reserva de Contingência RPPS	-	-	-	-	-
99 - Reserva de Contingência RPPS	-	-	-	-	-
TOTAL	**30.290.062.652,48**	**139.776.059,49**	**30.429.838.711,97**	**25.595.103.379,18**	**4.834.735.332,79**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

Notas Explicativas

001 - Estão sendo consideradas como despesas realizadas as despesas empenhadas no exercício.

002 - A coluna Créditos Orçamentários e Suplementares menos Anulações está trazendo todas as Descentralizações de Créditos.

003 - A coluna Créditos Especiais e Extraordinários menos Anulações tem como base o Demonstrativo dos Créditos Especiais e Extraordinários Abertos no Exercício, incluindo as suas movimentações orçamentárias, exceto as Descentralizações de Créditos, que estão contidas na coluna Créditos Orçamentários e Suplementares menos Anulações.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
10001 - Assembleia Legislativa do Estado	666.169.564,66	-	666.169.564,66	636.968.526,71	29.201.037,95
3 - Despesas Correntes	638.970.509,91	-	638.970.509,91	615.603.896,06	23.366.613,85
1 - Pessoal e Encargos Sociais	440.435.953,20	-	440.435.953,20	438.344.226,77	2.091.726,43
3 - Outras Despesas Correntes	198.534.556,71	-	198.534.556,71	177.259.669,29	21.274.887,42
4 - Despesas de Capital	27.199.054,75	-	27.199.054,75	21.364.630,65	5.834.424,10
4 - Investimentos	7.199.054,75	-	7.199.054,75	1.364.630,65	5.834.424,10
5 - Inversões Financeiras	20.000.000,00	-	20.000.000,00	20.000.000,00	-
20001 - Tribunal de Contas do Estado	272.366.989,05	-	272.366.989,05	262.513.984,44	9.853.004,61
3 - Despesas Correntes	267.854.972,43	-	267.854.972,43	258.889.815,57	8.965.156,86
1 - Pessoal e Encargos Sociais	225.805.805,10	-	225.805.805,10	218.711.536,90	7.094.268,20
3 - Outras Despesas Correntes	42.049.167,33	-	42.049.167,33	40.178.278,67	1.870.888,66
4 - Despesas de Capital	4.512.016,62	-	4.512.016,62	3.624.168,87	887.847,75
4 - Investimentos	4.512.016,62	-	4.512.016,62	3.624.168,87	887.847,75
30001 - Tribunal de Justiça do Estado	2.764.240.166,67	-	2.764.240.166,67	2.162.922.008,67	601.318.158,00
3 - Despesas Correntes	2.670.059.360,81	-	2.670.059.360,81	2.107.621.004,97	562.438.355,84
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.793.779.929,49	-	1.793.779.929,49	1.618.491.998,37	175.287.931,12
3 - Outras Despesas Correntes	876.279.431,32	-	876.279.431,32	489.129.006,60	387.150.424,72
4 - Despesas de Capital	94.180.805,86	-	94.180.805,86	55.301.003,70	38.879.802,16
4 - Investimentos	94.170.805,86	-	94.170.805,86	55.301.003,70	38.869.802,16
5 - Inversões Financeiras	10.000,00	-	10.000,00	-	10.000,00
30091 - Fundo de Reaparelhamento da Justiça	279.718.476,00	110.000,00	279.828.476,00	206.401.331,94	73.427.144,06
3 - Despesas Correntes	213.841.184,81	-	213.841.184,81	171.583.045,15	42.258.139,66
1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.711.538,13	-	6.711.538,13	4.783.864,57	1.927.673,56
3 - Outras Despesas Correntes	207.129.646,68	-	207.129.646,68	166.799.180,58	40.330.466,10
4 - Despesas de Capital	65.877.291,19	110.000,00	65.987.291,19	34.818.286,79	31.169.004,40
4 - Investimentos	59.073.008,19	110.000,00	59.183.008,19	34.818.286,79	24.364.721,40
5 - Inversões Financeiras	6.804.283,00	-	6.804.283,00	-	6.804.283,00
40001 - Ministério Público	677.230.742,23	-	677.230.742,23	653.809.645,32	23.421.096,91

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
3 - Despesas Correntes	665.615.414,75	-	665.615.414,75	648.703.664,19	16.911.750,56
1 - Pessoal e Encargos Sociais	508.570.338,11	-	508.570.338,11	508.570.338,11	-
3 - Outras Despesas Correntes	157.045.076,64	-	157.045.076,64	140.133.326,08	16.911.750,56
4 - Despesas de Capital	11.615.327,48	-	11.615.327,48	5.105.981,13	6.509.346,35
4 - Investimentos	11.615.327,48	-	11.615.327,48	5.105.981,13	6.509.346,35
40091 - Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados	30.963.846,54	-	30.963.846,54	1.097.623,87	29.866.222,67
3 - Despesas Correntes	17.817.679,53	-	17.817.679,53	811.936,99	17.005.742,54
3 - Outras Despesas Correntes	17.817.679,53	-	17.817.679,53	811.936,99	17.005.742,54
4 - Despesas de Capital	13.146.167,01	-	13.146.167,01	285.686,88	12.860.480,13
4 - Investimentos	13.146.167,01	-	13.146.167,01	285.686,88	12.860.480,13
40092 - Fundo Especial do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público SC	4.066.103,91	-	4.066.103,91	1.864.944,96	2.201.158,95
3 - Despesas Correntes	3.979.133,91	-	3.979.133,91	1.857.964,96	2.121.168,95
1 - Pessoal e Encargos Sociais	189.201,19	-	189.201,19	98.885,88	90.315,31
3 - Outras Despesas Correntes	3.789.932,72	-	3.789.932,72	1.759.079,08	2.030.853,64
4 - Despesas de Capital	86.970,00	-	86.970,00	6.980,00	79.990,00
4 - Investimentos	86.970,00	-	86.970,00	6.980,00	79.990,00
40093 - Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Ministério Público	145.873.482,77	-	145.873.482,77	55.378.024,75	90.495.458,02
3 - Despesas Correntes	109.069.491,70	-	109.069.491,70	37.839.739,55	71.229.752,15
3 - Outras Despesas Correntes	109.069.491,70	-	109.069.491,70	37.839.739,55	71.229.752,15
4 - Despesas de Capital	36.803.991,07	-	36.803.991,07	17.538.285,20	19.265.705,87
4 - Investimentos	33.108.991,07	-	33.108.991,07	14.433.485,20	18.675.505,87
5 - Inversões Financeiras	3.695.000,00	-	3.695.000,00	3.104.800,00	590.200,00
150001 - Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina	51.259.397,55	-	51.259.397,55	50.633.283,80	626.113,75
3 - Despesas Correntes	50.873.532,73	-	50.873.532,73	50.601.950,68	271.582,05

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
1 - Pessoal e Encargos Sociais	32.376.352,85	-	32.376.352,85	32.309.343,45	67.009,40
3 - Outras Despesas Correntes	18.497.179,88	-	18.497.179,88	18.292.607,23	204.572,65
4 - Despesas de Capital	385.864,82	-	385.864,82	31.333,12	354.531,70
4 - Investimentos	385.864,82	-	385.864,82	31.333,12	354.531,70
160001 - Secretaria de Estado da Segurança Pública	-	-	-	-	-
3 - Despesas Correntes	-	-	-	-	-
3 - Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
4 - Despesas de Capital	-	-	-	-	-
4 - Investimentos	-	-	-	-	-
160084 - Fundo de Melhoria da Polícia Civil	547.150.679,08	-	547.150.679,08	540.514.097,32	6.636.581,76
3 - Despesas Correntes	546.034.885,32	-	546.034.885,32	539.858.320,39	6.176.564,93
1 - Pessoal e Encargos Sociais	436.992.189,15	-	436.992.189,15	436.992.172,17	16,98
3 - Outras Despesas Correntes	109.042.696,17	-	109.042.696,17	102.866.148,22	6.176.547,95
4 - Despesas de Capital	1.115.793,76	-	1.115.793,76	655.776,93	460.016,83
4 - Investimentos	1.115.793,76	-	1.115.793,76	655.776,93	460.016,83
160085 - Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar	356.950.558,67	-	356.950.558,67	351.648.365,57	5.302.193,10
3 - Despesas Correntes	353.433.595,96	-	353.433.595,96	349.535.778,66	3.897.817,30
1 - Pessoal e Encargos Sociais	272.107.317,96	-	272.107.317,96	272.107.302,13	15,83
3 - Outras Despesas Correntes	81.326.278,00	-	81.326.278,00	77.428.476,53	3.897.801,47
4 - Despesas de Capital	3.516.962,71	-	3.516.962,71	2.112.586,91	1.404.375,80
4 - Investimentos	3.516.962,71	-	3.516.962,71	2.112.586,91	1.404.375,80
160091 - Fundo para Melhoria da Segurança Pública	420.865.213,90	30.228.977,29	451.094.191,19	340.904.541,03	110.189.650,16
3 - Despesas Correntes	311.935.510,82	200.000,00	312.135.510,82	301.485.132,01	10.650.378,81
1 - Pessoal e Encargos Sociais	138.138.427,94	-	138.138.427,94	138.109.742,68	28.685,26
3 - Outras Despesas Correntes	173.797.082,88	200.000,00	173.997.082,88	163.375.389,33	10.621.693,55
4 - Despesas de Capital	108.929.703,08	30.028.977,29	138.958.680,37	39.419.409,02	99.539.271,35
4 - Investimentos	108.929.703,08	30.028.977,29	138.958.680,37	39.419.409,02	99.539.271,35

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
160097 - Fundo de Melhoria da Polícia Militar	1.479.492.123,40	-	1.479.492.123,40	1.435.170.363,01	44.321.760,39
3 - Despesas Correntes	1.454.230.822,10	-	1.454.230.822,10	1.421.215.010,99	33.015.811,11
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.111.620.972,02	-	1.111.620.972,02	1.111.122.255,11	498.716,91
3 - Outras Despesas Correntes	342.609.850,08	-	342.609.850,08	310.092.755,88	32.517.094,20
4 - Despesas de Capital	25.261.301,30	-	25.261.301,30	13.955.352,02	11.305.949,28
4 - Investimentos	25.261.301,30	-	25.261.301,30	13.955.352,02	11.305.949,28
180001 - Secretaria de Estado do Planejamento	11.440.335,21	-	11.440.335,21	11.439.586,52	748,69
3 - Despesas Correntes	11.430.462,11	-	11.430.462,11	11.429.713,42	748,69
1 - Pessoal e Encargos Sociais	9.109.818,64	-	9.109.818,64	9.109.817,32	1,32
3 - Outras Despesas Correntes	2.320.643,47	-	2.320.643,47	2.319.896,10	747,37
4 - Despesas de Capital	9.873,10	-	9.873,10	9.873,10	-
4 - Investimentos	9.873,10	-	9.873,10	9.873,10	-
180021 - Superintendencia de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Gde Florianópolis - SUDERF	830.815,83	-	830.815,83	719.871,36	110.944,47
3 - Despesas Correntes	830.815,83	-	830.815,83	719.871,36	110.944,47
1 - Pessoal e Encargos Sociais	671.003,43	-	671.003,43	671.003,43	-
3 - Outras Despesas Correntes	159.812,40	-	159.812,40	48.867,93	110.944,47
4 - Despesas de Capital	-	-	-	-	-
4 - Investimentos	-	-	-	-	-
230001 - Secretaria de Estado do Turismo, Cultura e Esporte	91.555.757,22	51.766,10	91.607.523,32	68.863.299,42	22.744.223,90
3 - Despesas Correntes	24.188.869,20	-	24.188.869,20	15.844.283,43	8.344.585,77
1 - Pessoal e Encargos Sociais	10.432.665,62	-	10.432.665,62	10.428.323,56	4.342,06
3 - Outras Despesas Correntes	13.756.203,58	-	13.756.203,58	5.415.959,87	8.340.243,71
4 - Despesas de Capital	67.366.888,02	51.766,10	67.418.654,12	53.019.015,99	14.399.638,13
4 - Investimentos	67.366.888,02	51.766,10	67.418.654,12	53.019.015,99	14.399.638,13
230021 - Fundação Catarinense de Esporte	25.557.721,02	-	25.557.721,02	20.483.663,71	5.074.057,31
3 - Despesas Correntes	25.276.915,02	-	25.276.915,02	20.402.862,60	4.874.052,42

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.290.518,96	-	5.290.518,96	5.285.847,47	4.671,49
3 - Outras Despesas Correntes	19.986.396,06	-	19.986.396,06	15.117.015,13	4.869.380,93
4 - Despesas de Capital	280.806,00	-	280.806,00	80.801,11	200.004,89
4 - Investimentos	280.806,00	-	280.806,00	80.801,11	200.004,89
230022 - Fundação Catarinense de Cultura	35.942.479,10	-	35.942.479,10	33.231.492,68	2.710.986,42
3 - Despesas Correntes	35.815.700,34	-	35.815.700,34	33.160.346,25	2.655.354,09
1 - Pessoal e Encargos Sociais	13.198.081,02	-	13.198.081,02	13.179.678,49	18.402,53
3 - Outras Despesas Correntes	22.617.619,32	-	22.617.619,32	19.980.667,76	2.636.951,56
4 - Despesas de Capital	126.778,76	-	126.778,76	71.146,43	55.632,33
4 - Investimentos	126.778,76	-	126.778,76	71.146,43	55.632,33
230023 - Santa Catarina Turismo S/A	22.827.468,48	-	22.827.468,48	21.790.659,39	1.036.809,09
3 - Despesas Correntes	22.537.889,48	-	22.537.889,48	21.762.952,02	774.937,46
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.132.553,67	-	5.132.553,67	5.131.547,31	1.006,36
3 - Outras Despesas Correntes	17.405.335,81	-	17.405.335,81	16.631.404,71	773.931,10
4 - Despesas de Capital	289.579,00	-	289.579,00	27.707,37	261.871,63
4 - Investimentos	289.579,00	-	289.579,00	27.707,37	261.871,63
230093 - Fundo Estadual de Incentivo à Cultura	7.937.670,35	-	7.937.670,35	5.828.983,01	2.108.687,34
3 - Despesas Correntes	1.627.605,00	-	1.627.605,00	230.218,09	1.397.386,91
3 - Outras Despesas Correntes	1.627.605,00	-	1.627.605,00	230.218,09	1.397.386,91
4 - Despesas de Capital	6.310.065,35	-	6.310.065,35	5.598.764,92	711.300,43
4 - Investimentos	6.310.065,35	-	6.310.065,35	5.598.764,92	711.300,43
230094 - Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo	10.425.756,10	-	10.425.756,10	5.642.137,97	4.783.618,13
3 - Despesas Correntes	9.546.404,66	-	9.546.404,66	5.642.137,97	3.904.266,69
3 - Outras Despesas Correntes	9.546.404,66	-	9.546.404,66	5.642.137,97	3.904.266,69
4 - Despesas de Capital	879.351,44	-	879.351,44	-	879.351,44
4 - Investimentos	879.351,44	-	879.351,44	-	879.351,44
230095 - Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte	7.576.310,02	-	7.576.310,02	5.150.812,54	2.425.497,48

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
3 - Despesas Correntes	5.159.752,02	-	5.159.752,02	4.116.843,93	1.042.908,09
3 - Outras Despesas Correntes	5.159.752,02	-	5.159.752,02	4.116.843,93	1.042.908,09
4 - Despesas de Capital	2.416.558,00	-	2.416.558,00	1.033.968,61	1.382.589,39
4 - Investimentos	2.416.558,00	-	2.416.558,00	1.033.968,61	1.382.589,39
260001 - Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação	48.689.497,70	2.540.870,34	51.230.368,04	37.702.393,11	13.527.974,93
3 - Despesas Correntes	48.422.099,17	315.887,05	48.737.986,22	36.180.051,24	12.557.934,98
1 - Pessoal e Encargos Sociais	21.049.968,73	-	21.049.968,73	21.049.955,57	13,16
3 - Outras Despesas Correntes	27.372.130,44	315.887,05	27.688.017,49	15.130.095,67	12.557.921,82
4 - Despesas de Capital	267.398,53	2.224.983,29	2.492.381,82	1.522.341,87	970.039,95
4 - Investimentos	267.398,53	2.224.983,29	2.492.381,82	1.522.341,87	970.039,95
260022 - Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	34.502.640,26	-	34.502.640,26	25.548.449,90	8.954.190,36
3 - Despesas Correntes	27.560.193,82	-	27.560.193,82	25.381.928,43	2.178.265,39
1 - Pessoal e Encargos Sociais	18.455.898,52	-	18.455.898,52	18.452.840,16	3.058,36
3 - Outras Despesas Correntes	9.104.295,30	-	9.104.295,30	6.929.088,27	2.175.207,03
4 - Despesas de Capital	6.942.446,44	-	6.942.446,44	166.521,47	6.775.924,97
4 - Investimentos	4.042.446,44	-	4.042.446,44	166.521,47	3.875.924,97
5 - Inversões Financeiras	2.900.000,00	-	2.900.000,00	-	2.900.000,00
260093 - Fundo Estadual de Assistência Social	37.179.665,80	3.786.094,59	40.965.760,39	32.070.557,51	8.895.202,88
3 - Despesas Correntes	27.421.844,03	3.786.094,59	31.207.938,62	22.417.379,10	8.790.559,52
1 - Pessoal e Encargos Sociais	59.163,00	-	59.163,00	-	59.163,00
3 - Outras Despesas Correntes	27.362.681,03	3.786.094,59	31.148.775,62	22.417.379,10	8.731.396,52
4 - Despesas de Capital	9.757.821,77	-	9.757.821,77	9.653.178,41	104.643,36
4 - Investimentos	9.757.821,77	-	9.757.821,77	9.653.178,41	104.643,36
260094 - Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	-
4 - Despesas de Capital	-	-	-	-	-

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
4 - Investimentos	-	-	-	-	-
260096 - Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	53.847.343,31	9.425.000,00	63.272.343,31	4.506.957,33	58.765.385,98
3 - Despesas Correntes	13.750.502,15	-	13.750.502,15	-	13.750.502,15
3 - Outras Despesas Correntes	13.750.502,15	-	13.750.502,15	-	13.750.502,15
4 - Despesas de Capital	40.096.841,16	9.425.000,00	49.521.841,16	4.506.957,33	45.014.883,83
4 - Investimentos	40.096.841,16	9.425.000,00	49.521.841,16	4.506.957,33	45.014.883,83
260099 - Fundo para a Infância e Adolescência	3.223.802,85	-	3.223.802,85	473.882,91	2.749.919,94
3 - Despesas Correntes	3.223.802,85	-	3.223.802,85	473.882,91	2.749.919,94
3 - Outras Despesas Correntes	3.223.802,85	-	3.223.802,85	473.882,91	2.749.919,94
270001 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável	43.487.524,59	-	43.487.524,59	32.184.527,11	11.302.997,48
3 - Despesas Correntes	36.218.739,15	-	36.218.739,15	30.129.065,21	6.089.673,94
1 - Pessoal e Encargos Sociais	10.522.234,09	-	10.522.234,09	10.089.362,00	432.872,09
3 - Outras Despesas Correntes	25.696.505,06	-	25.696.505,06	20.039.703,21	5.656.801,85
4 - Despesas de Capital	7.268.785,44	-	7.268.785,44	2.055.461,90	5.213.323,54
4 - Investimentos	7.268.785,44	-	7.268.785,44	2.055.461,90	5.213.323,54
270021 - Fundação do Meio Ambiente	80.467.540,47	155.914,79	80.623.455,26	58.422.161,40	22.201.293,86
3 - Despesas Correntes	79.193.088,47	155.914,79	79.349.003,26	58.370.486,88	20.978.516,38
1 - Pessoal e Encargos Sociais	46.718.202,56	-	46.718.202,56	43.656.269,13	3.061.933,43
3 - Outras Despesas Correntes	32.474.885,91	155.914,79	32.630.800,70	14.714.217,75	17.916.582,95
4 - Despesas de Capital	1.274.452,00	-	1.274.452,00	51.674,52	1.222.777,48
4 - Investimentos	1.274.452,00	-	1.274.452,00	51.674,52	1.222.777,48
270023 - Junta Comercial do Estado de Santa Catarina	20.522.033,21	-	20.522.033,21	16.023.142,78	4.498.890,43
3 - Despesas Correntes	18.831.209,00	-	18.831.209,00	15.799.179,99	3.032.029,01
1 - Pessoal e Encargos Sociais	9.549.729,00	-	9.549.729,00	8.050.745,07	1.498.983,93
3 - Outras Despesas Correntes	9.281.480,00	-	9.281.480,00	7.748.434,92	1.533.045,08

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
4 - Despesas de Capital	1.690.824,21	-	1.690.824,21	223.962,79	1.466.861,42
4 - Investimentos	1.690.824,21	-	1.690.824,21	223.962,79	1.466.861,42
270024 - Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina	74.139.417,52	-	74.139.417,52	40.007.579,39	34.131.838,13
3 - Despesas Correntes	51.744.943,27	-	51.744.943,27	32.519.371,58	19.225.571,69
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.833.410,89	-	2.833.410,89	2.833.410,59	0,30
3 - Outras Despesas Correntes	48.911.532,38	-	48.911.532,38	29.685.960,99	19.225.571,39
4 - Despesas de Capital	22.394.474,25	-	22.394.474,25	7.488.207,81	14.906.266,44
4 - Investimentos	22.394.474,25	-	22.394.474,25	7.488.207,81	14.906.266,44
270025 - Instituto de Metrologia de Santa Catarina	34.983.743,24	-	34.983.743,24	20.586.557,13	14.397.186,11
3 - Despesas Correntes	30.983.743,24	-	30.983.743,24	19.847.582,32	11.136.160,92
1 - Pessoal e Encargos Sociais	19.248.770,59	-	19.248.770,59	12.255.386,73	6.993.383,86
3 - Outras Despesas Correntes	11.734.972,65	-	11.734.972,65	7.592.195,59	4.142.777,06
4 - Despesas de Capital	4.000.000,00	-	4.000.000,00	738.974,81	3.261.025,19
4 - Investimentos	4.000.000,00	-	4.000.000,00	738.974,81	3.261.025,19
270029 - Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina - Aresc	22.882.846,71	-	22.882.846,71	8.503.480,84	14.379.365,87
3 - Despesas Correntes	17.660.882,00	-	17.660.882,00	8.101.261,04	9.559.620,96
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.904.163,00	-	4.904.163,00	4.864.176,42	39.986,58
3 - Outras Despesas Correntes	12.756.719,00	-	12.756.719,00	3.237.084,62	9.519.634,38
4 - Despesas de Capital	5.221.964,71	-	5.221.964,71	402.219,80	4.819.744,91
4 - Investimentos	5.221.964,71	-	5.221.964,71	402.219,80	4.819.744,91
270030 - Administração do Porto de São Francisco do Sul - APSFS	158.021.044,67	-	158.021.044,67	46.312.974,04	111.708.070,63
3 - Despesas Correntes	95.947.193,97	-	95.947.193,97	43.099.602,12	52.847.591,85
1 - Pessoal e Encargos Sociais	17.046.831,00	-	17.046.831,00	16.966.959,45	79.871,55
3 - Outras Despesas Correntes	78.900.362,97	-	78.900.362,97	26.132.642,67	52.767.720,30
4 - Despesas de Capital	62.073.850,70	-	62.073.850,70	3.213.371,92	58.860.478,78

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
4 - Investimentos	62.073.850,70	-	62.073.850,70	3.213.371,92	58.860.478,78
270091 - Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente	956.000,00	-	956.000,00	113.564,37	842.435,63
3 - Despesas Correntes	656.000,00	-	656.000,00	113.564,37	542.435,63
3 - Outras Despesas Correntes	656.000,00	-	656.000,00	113.564,37	542.435,63
4 - Despesas de Capital	300.000,00	-	300.000,00	-	300.000,00
4 - Investimentos	300.000,00	-	300.000,00	-	300.000,00
270092 - Fundo Estadual de Recursos Hídricos	8.307.741,11	-	8.307.741,11	3.010.745,57	5.296.995,54
3 - Despesas Correntes	7.679.465,05	-	7.679.465,05	2.998.860,13	4.680.604,92
1 - Pessoal e Encargos Sociais	100.000,00	-	100.000,00	60.000,00	40.000,00
3 - Outras Despesas Correntes	7.579.465,05	-	7.579.465,05	2.938.860,13	4.640.604,92
4 - Despesas de Capital	628.276,06	-	628.276,06	11.885,44	616.390,62
4 - Investimentos	628.276,06	-	628.276,06	11.885,44	616.390,62
270095 - Fundo Catarinense de Mudanças Climáticas	810.560,00	-	810.560,00	518.474,43	292.085,57
3 - Despesas Correntes	696.560,00	-	696.560,00	518.474,43	178.085,57
3 - Outras Despesas Correntes	696.560,00	-	696.560,00	518.474,43	178.085,57
4 - Despesas de Capital	114.000,00	-	114.000,00	-	114.000,00
4 - Investimentos	114.000,00	-	114.000,00	-	114.000,00
270096 - Fundo Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais	7.820.000,00	-	7.820.000,00	-	7.820.000,00
3 - Despesas Correntes	7.500.000,00	-	7.500.000,00	-	7.500.000,00
3 - Outras Despesas Correntes	7.500.000,00	-	7.500.000,00	-	7.500.000,00
4 - Despesas de Capital	320.000,00	-	320.000,00	-	320.000,00
4 - Investimentos	320.000,00	-	320.000,00	-	320.000,00
410001 - Secretaria de Estado da Casa Civil	47.321.181,64	-	47.321.181,64	46.976.065,71	345.115,93
3 - Despesas Correntes	47.116.236,24	-	47.116.236,24	46.771.120,31	345.115,93
1 - Pessoal e Encargos Sociais	22.130.600,80	-	22.130.600,80	22.130.590,95	9,85
3 - Outras Despesas Correntes	24.985.635,44	-	24.985.635,44	24.640.529,36	345.106,08

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
4 - Despesas de Capital	204.945,40	-	204.945,40	204.945,40	-
4 - Investimentos	204.945,40	-	204.945,40	204.945,40	-
410002 - Procuradoria Geral do Estado	171.141.984,95	-	171.141.984,95	161.640.780,63	9.501.204,32
3 - Despesas Correntes	171.141.984,95	-	171.141.984,95	161.640.780,63	9.501.204,32
1 - Pessoal e Encargos Sociais	134.055.893,11	-	134.055.893,11	125.118.062,45	8.937.830,66
3 - Outras Despesas Correntes	37.086.091,84	-	37.086.091,84	36.522.718,18	563.373,66
410003 - Secretaria Executiva de Articulação Nacional	5.180.460,77	-	5.180.460,77	5.170.538,39	9.922,38
3 - Despesas Correntes	5.178.323,77	-	5.178.323,77	5.168.401,39	9.922,38
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.151.750,84	-	3.151.750,84	3.151.740,98	9,86
3 - Outras Despesas Correntes	2.026.572,93	-	2.026.572,93	2.016.660,41	9.912,52
4 - Despesas de Capital	2.137,00	-	2.137,00	2.137,00	-
4 - Investimentos	2.137,00	-	2.137,00	2.137,00	-
410004 - Secretaria Executiva de Assuntos Internacionais	2.968.066,81	-	2.968.066,81	2.934.385,26	33.681,55
3 - Despesas Correntes	2.968.066,81	-	2.968.066,81	2.934.385,26	33.681,55
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.148.609,95	-	2.148.609,95	2.148.609,37	0,58
3 - Outras Despesas Correntes	819.456,86	-	819.456,86	785.775,89	33.680,97
4 - Despesas de Capital	-	-	-	-	-
4 - Investimentos	-	-	-	-	-
410005 - Secretaria de Estado de Comunicação	60.512.413,07	-	60.512.413,07	60.512.412,08	0,99
3 - Despesas Correntes	60.474.297,47	-	60.474.297,47	60.474.296,48	0,99
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.534.224,27	-	4.534.224,27	4.534.223,28	0,99
3 - Outras Despesas Correntes	55.940.073,20	-	55.940.073,20	55.940.073,20	-
4 - Despesas de Capital	38.115,60	-	38.115,60	38.115,60	-
4 - Investimentos	38.115,60	-	38.115,60	38.115,60	-
410023 - SC Participações e Parcerias S/A	-	-	-	-	-
3 - Despesas Correntes	-	-	-	-	-
3 - Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
410031 - Agência de Desenvolvimento Regional de Itapiranga	9.615.156,28	-	9.615.156,28	9.309.512,93	305.643,35
3 - Despesas Correntes	8.399.947,49	-	8.399.947,49	8.145.344,08	254.603,41
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.702.572,37	-	3.702.572,37	3.702.557,89	14,48
3 - Outras Despesas Correntes	4.697.375,12	-	4.697.375,12	4.442.786,19	254.588,93
4 - Despesas de Capital	1.215.208,79	-	1.215.208,79	1.164.168,85	51.039,94
4 - Investimentos	1.215.208,79	-	1.215.208,79	1.164.168,85	51.039,94
410032 - Agência de Desenvolvimento Regional de Quilombo	7.356.580,60	-	7.356.580,60	6.892.040,60	464.540,00
3 - Despesas Correntes	6.478.752,98	-	6.478.752,98	6.083.445,92	395.307,06
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.279.530,99	-	3.279.530,99	3.279.510,60	20,39
3 - Outras Despesas Correntes	3.199.221,99	-	3.199.221,99	2.803.935,32	395.286,67
4 - Despesas de Capital	877.827,62	-	877.827,62	808.594,68	69.232,94
4 - Investimentos	877.827,62	-	877.827,62	808.594,68	69.232,94
410033 - Agência de Desenvolvimento Regional de Seara	9.197.732,06	-	9.197.732,06	8.665.060,56	532.671,50
3 - Despesas Correntes	8.095.693,76	-	8.095.693,76	7.605.730,26	489.963,50
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.158.327,09	-	3.158.327,09	3.158.315,67	11,42
3 - Outras Despesas Correntes	4.937.366,67	-	4.937.366,67	4.447.414,59	489.952,08
4 - Despesas de Capital	1.102.038,30	-	1.102.038,30	1.059.330,30	42.708,00
4 - Investimentos	1.102.038,30	-	1.102.038,30	1.059.330,30	42.708,00
410034 - Agência de Desenvolvimento Regional de Taió	11.076.038,74	-	11.076.038,74	10.096.635,22	979.403,52
3 - Despesas Correntes	9.271.575,79	-	9.271.575,79	8.391.538,82	880.036,97
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.360.037,50	-	3.360.037,50	3.360.037,03	0,47
3 - Outras Despesas Correntes	5.911.538,29	-	5.911.538,29	5.031.501,79	880.036,50
4 - Despesas de Capital	1.804.462,95	-	1.804.462,95	1.705.096,40	99.366,55
4 - Investimentos	1.804.462,95	-	1.804.462,95	1.705.096,40	99.366,55

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
410035 - Agência de Desenvolvimento Regional de Timbó	13.697.973,43	-	13.697.973,43	12.673.250,64	1.024.722,79
3 - Despesas Correntes	11.078.947,45	-	11.078.947,45	10.151.121,66	927.825,79
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.180.424,73	-	3.180.424,73	3.180.424,58	0,15
3 - Outras Despesas Correntes	7.898.522,72	-	7.898.522,72	6.970.697,08	927.825,64
4 - Despesas de Capital	2.619.025,98	-	2.619.025,98	2.522.128,98	96.897,00
4 - Investimentos	2.619.025,98	-	2.619.025,98	2.522.128,98	96.897,00
410036 - Agência de Desenvolvimento Regional de Braço do Norte	10.359.868,76	-	10.359.868,76	9.923.143,52	436.725,24
3 - Despesas Correntes	8.415.079,19	-	8.415.079,19	8.074.471,54	340.607,65
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.238.787,55	-	3.238.787,55	3.238.787,39	0,16
3 - Outras Despesas Correntes	5.176.291,64	-	5.176.291,64	4.835.684,15	340.607,49
4 - Despesas de Capital	1.944.789,57	-	1.944.789,57	1.848.671,98	96.117,59
4 - Investimentos	1.944.789,57	-	1.944.789,57	1.848.671,98	96.117,59
410037 - Agência de Desenvolvimento Regional de São Miguel do Oeste	14.387.041,54	-	14.387.041,54	13.747.715,53	639.326,01
3 - Despesas Correntes	12.568.169,61	-	12.568.169,61	12.084.906,60	483.263,01
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.481.155,78	-	5.481.155,78	5.481.155,78	-
3 - Outras Despesas Correntes	7.087.013,83	-	7.087.013,83	6.603.750,82	483.263,01
4 - Despesas de Capital	1.818.871,93	-	1.818.871,93	1.662.808,93	156.063,00
4 - Investimentos	1.818.871,93	-	1.818.871,93	1.662.808,93	156.063,00
410038 - Agência de Desenvolvimento Regional de Maravilha	13.234.355,69	-	13.234.355,69	12.077.302,38	1.157.053,31
3 - Despesas Correntes	11.686.880,07	-	11.686.880,07	10.552.023,76	1.134.856,31
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.339.032,88	-	4.339.032,88	4.339.015,52	17,36
3 - Outras Despesas Correntes	7.347.847,19	-	7.347.847,19	6.213.008,24	1.134.838,95
4 - Despesas de Capital	1.547.475,62	-	1.547.475,62	1.525.278,62	22.197,00
4 - Investimentos	1.547.475,62	-	1.547.475,62	1.525.278,62	22.197,00

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
410039 - Agência de Desenvolvimento Regional de São Lourenço do Oeste	8.920.872,72	-	8.920.872,72	8.332.517,59	588.355,13
3 - Despesas Correntes	8.265.289,70	-	8.265.289,70	7.690.952,57	574.337,13
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.135.389,89	-	4.135.389,89	4.135.366,90	22,99
3 - Outras Despesas Correntes	4.129.899,81	-	4.129.899,81	3.555.585,67	574.314,14
4 - Despesas de Capital	655.583,02	-	655.583,02	641.565,02	14.018,00
4 - Investimentos	655.583,02	-	655.583,02	641.565,02	14.018,00
410040 - Agência de Desenvolvimento Regional de Chapecó	41.120.133,94	-	41.120.133,94	39.569.583,75	1.550.550,19
3 - Despesas Correntes	20.549.607,93	-	20.549.607,93	19.484.934,45	1.064.673,48
1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.194.178,20	-	7.194.178,20	7.194.169,84	8,36
3 - Outras Despesas Correntes	13.355.429,73	-	13.355.429,73	12.290.764,61	1.064.665,12
4 - Despesas de Capital	20.570.526,01	-	20.570.526,01	20.084.649,30	485.876,71
4 - Investimentos	20.570.526,01	-	20.570.526,01	20.084.649,30	485.876,71
410041 - Agência de Desenvolvimento Regional de Xanxerê	26.175.132,63	-	26.175.132,63	23.763.002,03	2.412.130,60
3 - Despesas Correntes	20.115.157,66	-	20.115.157,66	17.821.117,45	2.294.040,21
1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.125.346,99	-	6.125.346,99	6.125.331,33	15,66
3 - Outras Despesas Correntes	13.989.810,67	-	13.989.810,67	11.695.786,12	2.294.024,55
4 - Despesas de Capital	6.059.974,97	-	6.059.974,97	5.941.884,58	118.090,39
4 - Investimentos	6.059.974,97	-	6.059.974,97	5.941.884,58	118.090,39
410042 - Agência de Desenvolvimento Regional de Concórdia	12.442.333,62	-	12.442.333,62	11.656.263,59	786.070,03
3 - Despesas Correntes	11.162.325,00	-	11.162.325,00	10.535.481,50	626.843,50
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.626.861,80	-	4.626.861,80	4.626.861,80	-
3 - Outras Despesas Correntes	6.535.463,20	-	6.535.463,20	5.908.619,70	626.843,50
4 - Despesas de Capital	1.280.008,62	-	1.280.008,62	1.120.782,09	159.226,53
4 - Investimentos	1.280.008,62	-	1.280.008,62	1.120.782,09	159.226,53

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
410043 - Agência de Desenvolvimento Regional de Joaçaba	16.820.404,94	-	16.820.404,94	15.740.513,21	1.079.891,73
3 - Despesas Correntes	15.283.251,24	-	15.283.251,24	14.292.075,03	991.176,21
1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.193.030,00	-	7.193.030,00	7.193.030,00	-
3 - Outras Despesas Correntes	8.090.221,24	-	8.090.221,24	7.099.045,03	991.176,21
4 - Despesas de Capital	1.537.153,70	-	1.537.153,70	1.448.438,18	88.715,52
4 - Investimentos	1.537.153,70	-	1.537.153,70	1.448.438,18	88.715,52
410044 - Agência de Desenvolvimento Regional de Campos Novos	10.716.848,00	-	10.716.848,00	10.002.055,23	714.792,77
3 - Despesas Correntes	9.169.980,16	-	9.169.980,16	8.575.686,64	594.293,52
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.604.921,05	-	3.604.921,05	3.604.921,05	-
3 - Outras Despesas Correntes	5.565.059,11	-	5.565.059,11	4.970.765,59	594.293,52
4 - Despesas de Capital	1.546.867,84	-	1.546.867,84	1.426.368,59	120.499,25
4 - Investimentos	1.546.867,84	-	1.546.867,84	1.426.368,59	120.499,25
410045 - Agência de Desenvolvimento Regional de Videira	12.065.533,30	-	12.065.533,30	11.023.551,97	1.041.981,33
3 - Despesas Correntes	10.841.726,88	-	10.841.726,88	9.824.066,14	1.017.660,74
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.969.898,87	-	3.969.898,87	3.969.898,87	-
3 - Outras Despesas Correntes	6.871.828,01	-	6.871.828,01	5.854.167,27	1.017.660,74
4 - Despesas de Capital	1.223.806,42	-	1.223.806,42	1.199.485,83	24.320,59
4 - Investimentos	1.223.806,42	-	1.223.806,42	1.199.485,83	24.320,59
410046 - Agência de Desenvolvimento Regional de Caçador	14.484.503,28	-	14.484.503,28	13.447.751,53	1.036.751,75
3 - Despesas Correntes	12.162.059,01	-	12.162.059,01	11.341.640,11	820.418,90
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.261.364,34	-	5.261.364,34	5.261.350,11	14,23
3 - Outras Despesas Correntes	6.900.694,67	-	6.900.694,67	6.080.290,00	820.404,67
4 - Despesas de Capital	2.322.444,27	-	2.322.444,27	2.106.111,42	216.332,85
4 - Investimentos	2.322.444,27	-	2.322.444,27	2.106.111,42	216.332,85

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
410047 - Agência de Desenvolvimento Regional de Curitibanos	10.012.797,98	-	10.012.797,98	9.624.292,00	388.505,98
3 - Despesas Correntes	8.575.458,63	-	8.575.458,63	8.199.186,08	376.272,55
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.190.279,74	-	4.190.279,74	4.190.255,27	24,47
3 - Outras Despesas Correntes	4.385.178,89	-	4.385.178,89	4.008.930,81	376.248,08
4 - Despesas de Capital	1.437.339,35	-	1.437.339,35	1.425.105,92	12.233,43
4 - Investimentos	1.437.339,35	-	1.437.339,35	1.425.105,92	12.233,43
410048 - Agência de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul	14.592.307,16	-	14.592.307,16	13.470.035,55	1.122.271,61
3 - Despesas Correntes	13.321.046,29	-	13.321.046,29	12.289.736,95	1.031.309,34
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.717.418,69	-	5.717.418,69	5.717.418,69	-
3 - Outras Despesas Correntes	7.603.627,60	-	7.603.627,60	6.572.318,26	1.031.309,34
4 - Despesas de Capital	1.271.260,87	-	1.271.260,87	1.180.298,60	90.962,27
4 - Investimentos	1.271.260,87	-	1.271.260,87	1.180.298,60	90.962,27
410049 - Agência de Desenvolvimento Regional de Ituporanga	14.463.978,32	-	14.463.978,32	13.514.230,15	949.748,17
3 - Despesas Correntes	13.222.494,60	-	13.222.494,60	12.348.558,93	873.935,67
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.692.037,80	-	4.692.037,80	4.692.018,49	19,31
3 - Outras Despesas Correntes	8.530.456,80	-	8.530.456,80	7.656.540,44	873.916,36
4 - Despesas de Capital	1.241.483,72	-	1.241.483,72	1.165.671,22	75.812,50
4 - Investimentos	1.241.483,72	-	1.241.483,72	1.165.671,22	75.812,50
410050 - Agência de Desenvolvimento Regional de Ibirama	17.232.663,67	-	17.232.663,67	16.485.533,75	747.129,92
3 - Despesas Correntes	15.109.226,29	-	15.109.226,29	14.696.620,00	412.606,29
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.919.433,98	-	4.919.433,98	4.919.433,35	0,63
3 - Outras Despesas Correntes	10.189.792,31	-	10.189.792,31	9.777.186,65	412.605,66
4 - Despesas de Capital	2.123.437,38	-	2.123.437,38	1.788.913,75	334.523,63
4 - Investimentos	2.123.437,38	-	2.123.437,38	1.788.913,75	334.523,63

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
410051 - Agência de Desenvolvimento Regional de Blumenau	23.062.236,42	391,18	23.062.627,60	21.771.943,58	1.290.684,02
3 - Despesas Correntes	21.912.249,16	391,18	21.912.640,34	20.886.531,32	1.026.109,02
1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.436.352,17	-	7.436.352,17	7.436.326,08	26,09
3 - Outras Despesas Correntes	14.475.896,99	391,18	14.476.288,17	13.450.205,24	1.026.082,93
4 - Despesas de Capital	1.149.987,26	-	1.149.987,26	885.412,26	264.575,00
4 - Investimentos	1.149.987,26	-	1.149.987,26	885.412,26	264.575,00
410052 - Agência de Desenvolvimento Regional de Brusque	17.058.907,15	-	17.058.907,15	15.294.611,68	1.764.295,47
3 - Despesas Correntes	15.323.955,69	-	15.323.955,69	13.770.718,73	1.553.236,96
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.994.478,15	-	4.994.478,15	4.994.453,86	24,29
3 - Outras Despesas Correntes	10.329.477,54	-	10.329.477,54	8.776.264,87	1.553.212,67
4 - Despesas de Capital	1.734.951,46	-	1.734.951,46	1.523.892,95	211.058,51
4 - Investimentos	1.734.951,46	-	1.734.951,46	1.523.892,95	211.058,51
410053 - Agência de Desenvolvimento Regional de Itajai	34.695.503,83	-	34.695.503,83	31.863.279,36	2.832.224,47
3 - Despesas Correntes	29.068.217,20	-	29.068.217,20	27.206.490,99	1.861.726,21
1 - Pessoal e Encargos Sociais	9.351.551,90	-	9.351.551,90	9.351.527,86	24,04
3 - Outras Despesas Correntes	19.716.665,30	-	19.716.665,30	17.854.963,13	1.861.702,17
4 - Despesas de Capital	5.627.286,63	-	5.627.286,63	4.656.788,37	970.498,26
4 - Investimentos	5.627.286,63	-	5.627.286,63	4.656.788,37	970.498,26
410054 - Agência de Desenvolvimento Regional de Laguna	24.159.926,25	-	24.159.926,25	23.031.499,18	1.128.427,07
3 - Despesas Correntes	16.141.219,22	-	16.141.219,22	15.170.663,03	970.556,19
1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.523.108,31	-	6.523.108,31	6.523.107,87	0,44
3 - Outras Despesas Correntes	9.618.110,91	-	9.618.110,91	8.647.555,16	970.555,75
4 - Despesas de Capital	8.018.707,03	-	8.018.707,03	7.860.836,15	157.870,88
4 - Investimentos	8.018.707,03	-	8.018.707,03	7.860.836,15	157.870,88

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
410055 - Agência de Desenvolvimento Regional de Tubarão	40.545.699,18	-	40.545.699,18	38.893.029,58	1.652.669,60
3 - Despesas Correntes	20.119.450,34	-	20.119.450,34	18.842.321,83	1.277.128,51
1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.621.072,91	-	8.621.072,91	8.621.046,08	26,83
3 - Outras Despesas Correntes	11.498.377,43	-	11.498.377,43	10.221.275,75	1.277.101,68
4 - Despesas de Capital	20.426.248,84	-	20.426.248,84	20.050.707,75	375.541,09
4 - Investimentos	20.426.248,84	-	20.426.248,84	20.050.707,75	375.541,09
410056 - Agência de Desenvolvimento Regional de Criciúma	43.136.716,17	-	43.136.716,17	40.262.106,42	2.874.609,75
3 - Despesas Correntes	28.722.090,37	-	28.722.090,37	26.177.404,32	2.544.686,05
1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.183.042,70	-	8.183.042,70	8.183.024,79	17,91
3 - Outras Despesas Correntes	20.539.047,67	-	20.539.047,67	17.994.379,53	2.544.668,14
4 - Despesas de Capital	14.414.625,80	-	14.414.625,80	14.084.702,10	329.923,70
4 - Investimentos	14.414.625,80	-	14.414.625,80	14.084.702,10	329.923,70
410057 - Agência de Desenvolvimento Regional de Araranguá	29.456.905,39	-	29.456.905,39	26.826.667,85	2.630.237,54
3 - Despesas Correntes	21.695.141,60	-	21.695.141,60	19.280.033,51	2.415.108,09
1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.060.632,15	-	7.060.632,15	7.060.631,75	0,40
3 - Outras Despesas Correntes	14.634.509,45	-	14.634.509,45	12.219.401,76	2.415.107,69
4 - Despesas de Capital	7.761.763,79	-	7.761.763,79	7.546.634,34	215.129,45
4 - Investimentos	7.761.763,79	-	7.761.763,79	7.546.634,34	215.129,45
410058 - Agência de Desenvolvimento Regional de Joinville	44.124.753,11	-	44.124.753,11	40.125.596,88	3.999.156,23
3 - Despesas Correntes	40.399.659,76	-	40.399.659,76	36.843.183,53	3.556.476,23
1 - Pessoal e Encargos Sociais	9.727.400,54	-	9.727.400,54	9.727.366,59	33,95
3 - Outras Despesas Correntes	30.672.259,22	-	30.672.259,22	27.115.816,94	3.556.442,28
4 - Despesas de Capital	3.725.093,35	-	3.725.093,35	3.282.413,35	442.680,00
4 - Investimentos	3.725.093,35	-	3.725.093,35	3.282.413,35	442.680,00

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
410059 - Agência de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul	21.753.119,80	-	21.753.119,80	19.642.745,93	2.110.373,87
3 - Despesas Correntes	15.844.679,93	-	15.844.679,93	13.899.375,21	1.945.304,72
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.995.029,42	-	5.995.029,42	5.995.029,11	0,31
3 - Outras Despesas Correntes	9.849.650,51	-	9.849.650,51	7.904.346,10	1.945.304,41
4 - Despesas de Capital	5.908.439,87	-	5.908.439,87	5.743.370,72	165.069,15
4 - Investimentos	5.908.439,87	-	5.908.439,87	5.743.370,72	165.069,15
410060 - Agência de Desenvolvimento Regional de Mafra	25.013.638,43	-	25.013.638,43	21.964.483,78	3.049.154,65
3 - Despesas Correntes	19.743.890,50	-	19.743.890,50	17.595.237,85	2.148.652,65
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.645.896,42	-	5.645.896,42	5.645.895,66	0,76
3 - Outras Despesas Correntes	14.097.994,08	-	14.097.994,08	11.949.342,19	2.148.651,89
4 - Despesas de Capital	5.269.747,93	-	5.269.747,93	4.369.245,93	900.502,00
4 - Investimentos	5.269.747,93	-	5.269.747,93	4.369.245,93	900.502,00
410061 - Agência de Desenvolvimento Regional de Canoinhas	18.203.280,39	-	18.203.280,39	17.660.151,01	543.129,38
3 - Despesas Correntes	16.249.406,37	-	16.249.406,37	15.988.422,88	260.983,49
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.874.523,46	-	4.874.523,46	4.874.523,46	-
3 - Outras Despesas Correntes	11.374.882,91	-	11.374.882,91	11.113.899,42	260.983,49
4 - Despesas de Capital	1.953.874,02	-	1.953.874,02	1.671.728,13	282.145,89
4 - Investimentos	1.953.874,02	-	1.953.874,02	1.671.728,13	282.145,89
410062 - Agência de Desenvolvimento Regional de Lages	47.839.490,50	-	47.839.490,50	47.303.265,28	536.225,22
3 - Despesas Correntes	28.856.026,23	-	28.856.026,23	28.345.934,01	510.092,22
1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.438.433,37	-	6.438.433,37	6.438.432,55	0,82
3 - Outras Despesas Correntes	22.417.592,86	-	22.417.592,86	21.907.501,46	510.091,40
4 - Despesas de Capital	18.983.464,27	-	18.983.464,27	18.957.331,27	26.133,00
4 - Investimentos	18.983.464,27	-	18.983.464,27	18.957.331,27	26.133,00

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
410063 - Agência de Desenvolvimento Regional de São Joaquim	10.297.550,10	-	10.297.550,10	10.143.771,06	153.779,04
3 - Despesas Correntes	9.985.771,25	-	9.985.771,25	9.853.529,21	132.242,04
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.202.687,82	-	4.202.687,82	4.202.668,53	19,29
3 - Outras Despesas Correntes	5.783.083,43	-	5.783.083,43	5.650.860,68	132.222,75
4 - Despesas de Capital	311.778,85	-	311.778,85	290.241,85	21.537,00
4 - Investimentos	311.778,85	-	311.778,85	290.241,85	21.537,00
410064 - Agência de Desenvolvimento Regional de Palmitos	11.805.303,18	-	11.805.303,18	10.649.753,06	1.155.550,12
3 - Despesas Correntes	10.428.934,56	-	10.428.934,56	9.359.569,44	1.069.365,12
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.633.662,12	-	4.633.662,12	4.633.661,92	0,20
3 - Outras Despesas Correntes	5.795.272,44	-	5.795.272,44	4.725.907,52	1.069.364,92
4 - Despesas de Capital	1.376.368,62	-	1.376.368,62	1.290.183,62	86.185,00
4 - Investimentos	1.376.368,62	-	1.376.368,62	1.290.183,62	86.185,00
410065 - Agência de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira	9.968.281,46	-	9.968.281,46	9.152.821,18	815.460,28
3 - Despesas Correntes	8.613.591,69	-	8.613.591,69	7.814.483,41	799.108,28
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.426.377,17	-	3.426.377,17	3.426.377,17	-
3 - Outras Despesas Correntes	5.187.214,52	-	5.187.214,52	4.388.106,24	799.108,28
4 - Despesas de Capital	1.354.689,77	-	1.354.689,77	1.338.337,77	16.352,00
4 - Investimentos	1.354.689,77	-	1.354.689,77	1.338.337,77	16.352,00
410091 - Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reaparelhamento	17.000.000,00	-	17.000.000,00	14.776.866,05	2.223.133,95
3 - Despesas Correntes	13.553.445,00	-	13.553.445,00	12.120.077,73	1.433.367,27
3 - Outras Despesas Correntes	13.553.445,00	-	13.553.445,00	12.120.077,73	1.433.367,27
4 - Despesas de Capital	3.446.555,00	-	3.446.555,00	2.656.788,32	789.766,68
4 - Investimentos	3.446.555,00	-	3.446.555,00	2.656.788,32	789.766,68
410094 - Fundo de Desenvolvimento Social	29.956.520,88	-	29.956.520,88	-	29.956.520,88

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
3 - Despesas Correntes	6.380.532,57	-	6.380.532,57	-	6.380.532,57
3 - Outras Despesas Correntes	6.380.532,57	-	6.380.532,57	-	6.380.532,57
4 - Despesas de Capital	23.575.988,31	-	23.575.988,31	-	23.575.988,31
4 - Investimentos	23.575.988,31	-	23.575.988,31	-	23.575.988,31
410095 - Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos, Hemosc, Cepon e Hospitais	(11.587.154,79)	12.097.154,79	510.000,00	-	510.000,00
3 - Despesas Correntes	(11.371.859,98)	11.881.859,98	510.000,00	-	510.000,00
3 - Outras Despesas Correntes	(11.371.859,98)	11.881.859,98	510.000,00	-	510.000,00
4 - Despesas de Capital	(215.294,81)	215.294,81	-	-	-
4 - Investimentos	(215.294,81)	215.294,81	-	-	-
420001 - Gabinete do Vice-Governador do Estado	5.021.122,08	-	5.021.122,08	5.021.122,08	-
3 - Despesas Correntes	5.013.466,08	-	5.013.466,08	5.013.466,08	-
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.956.321,69	-	2.956.321,69	2.956.321,69	-
3 - Outras Despesas Correntes	2.057.144,39	-	2.057.144,39	2.057.144,39	-
4 - Despesas de Capital	7.656,00	-	7.656,00	7.656,00	-
4 - Investimentos	7.656,00	-	7.656,00	7.656,00	-
430001 - Procuradoria-Geral junto ao Tribunal de Contas	19.863.436,30	-	19.863.436,30	19.800.561,68	62.874,62
3 - Despesas Correntes	19.776.644,30	-	19.776.644,30	19.776.623,68	20,62
1 - Pessoal e Encargos Sociais	18.037.399,19	-	18.037.399,19	18.037.388,71	10,48
3 - Outras Despesas Correntes	1.739.245,11	-	1.739.245,11	1.739.234,97	10,14
4 - Despesas de Capital	86.792,00	-	86.792,00	23.938,00	62.854,00
4 - Investimentos	86.792,00	-	86.792,00	23.938,00	62.854,00
440001 - Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca	25.916.694,86	-	25.916.694,86	21.692.340,07	4.224.354,79
3 - Despesas Correntes	15.474.028,47	-	15.474.028,47	12.811.521,12	2.662.507,35
1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.172.865,39	-	6.172.865,39	6.166.457,97	6.407,42
3 - Outras Despesas Correntes	9.301.163,08	-	9.301.163,08	6.645.063,15	2.656.099,93

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
4 - Despesas de Capital	10.442.666,39	-	10.442.666,39	8.880.818,95	1.561.847,44
4 - Investimentos	10.442.666,39	-	10.442.666,39	8.880.818,95	1.561.847,44
440022 - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina S/A	218.127.005,96	-	218.127.005,96	211.302.762,15	6.824.243,81
3 - Despesas Correntes	211.471.544,17	-	211.471.544,17	205.815.332,18	5.656.211,99
1 - Pessoal e Encargos Sociais	163.381.271,89	-	163.381.271,89	163.381.271,89	-
3 - Outras Despesas Correntes	48.090.272,28	-	48.090.272,28	42.434.060,29	5.656.211,99
4 - Despesas de Capital	6.655.461,79	-	6.655.461,79	5.487.429,97	1.168.031,82
4 - Investimentos	6.655.461,79	-	6.655.461,79	5.487.429,97	1.168.031,82
440023 - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	400.640.313,31	-	400.640.313,31	385.994.523,48	14.645.789,83
3 - Despesas Correntes	383.479.557,90	-	383.479.557,90	375.339.794,25	8.139.763,65
1 - Pessoal e Encargos Sociais	319.670.043,82	-	319.670.043,82	318.209.144,07	1.460.899,75
3 - Outras Despesas Correntes	63.809.514,08	-	63.809.514,08	57.130.650,18	6.678.863,90
4 - Despesas de Capital	17.160.755,41	-	17.160.755,41	10.654.729,23	6.506.026,18
4 - Investimentos	17.160.755,41	-	17.160.755,41	10.654.729,23	6.506.026,18
440091 - Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina	1.508.080,00	-	1.508.080,00	839.872,00	668.208,00
4 - Despesas de Capital	1.508.080,00	-	1.508.080,00	839.872,00	668.208,00
5 - Inversões Financeiras	1.508.080,00	-	1.508.080,00	839.872,00	668.208,00
440093 - Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	73.220.972,29	-	73.220.972,29	49.615.255,07	23.605.717,22
3 - Despesas Correntes	26.967.449,55	-	26.967.449,55	21.908.995,13	5.058.454,42
3 - Outras Despesas Correntes	26.967.449,55	-	26.967.449,55	21.908.995,13	5.058.454,42
4 - Despesas de Capital	46.253.522,74	-	46.253.522,74	27.706.259,94	18.547.262,80
4 - Investimentos	33.962.413,15	-	33.962.413,15	15.466.320,45	18.496.092,70
5 - Inversões Financeiras	12.291.109,59	-	12.291.109,59	12.239.939,49	51.170,10
440094 - Fundo Estadual de Sanidade Animal	7.586.377,00	-	7.586.377,00	5.632.009,91	1.954.367,09
3 - Despesas Correntes	7.586.377,00	-	7.586.377,00	5.632.009,91	1.954.367,09

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
3 - Outras Despesas Correntes	7.586.377,00	-	7.586.377,00	5.632.009,91	1.954.367,09
450001 - Secretaria de Estado da Educação	2.755.653.263,73	-	2.755.653.263,73	2.412.907.631,95	342.745.631,78
3 - Despesas Correntes	2.582.464.445,77	-	2.582.464.445,77	2.362.473.592,42	219.990.853,35
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.781.917.333,31	-	1.781.917.333,31	1.754.818.972,10	27.098.361,21
3 - Outras Despesas Correntes	800.547.112,46	-	800.547.112,46	607.654.620,32	192.892.492,14
4 - Despesas de Capital	173.188.817,96	-	173.188.817,96	50.434.039,53	122.754.778,43
4 - Investimentos	173.188.817,96	-	173.188.817,96	50.434.039,53	122.754.778,43
450021 - Fundação Catarinense de Educação Especial	246.516.856,32	-	246.516.856,32	206.994.214,85	39.522.641,47
3 - Despesas Correntes	242.482.925,58	-	242.482.925,58	206.369.510,46	36.113.415,12
1 - Pessoal e Encargos Sociais	186.323.471,13	-	186.323.471,13	186.221.581,84	101.889,29
3 - Outras Despesas Correntes	56.159.454,45	-	56.159.454,45	20.147.928,62	36.011.525,83
4 - Despesas de Capital	4.033.930,74	-	4.033.930,74	624.704,39	3.409.226,35
4 - Investimentos	4.033.930,74	-	4.033.930,74	624.704,39	3.409.226,35
450022 - Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	413.031.131,25	-	413.031.131,25	384.128.777,11	28.902.354,14
3 - Despesas Correntes	376.459.560,93	-	376.459.560,93	361.976.056,66	14.483.504,27
1 - Pessoal e Encargos Sociais	289.278.312,55	-	289.278.312,55	289.091.087,89	187.224,66
3 - Outras Despesas Correntes	87.181.248,38	-	87.181.248,38	72.884.968,77	14.296.279,61
4 - Despesas de Capital	36.571.570,32	-	36.571.570,32	22.152.720,45	14.418.849,87
4 - Investimentos	36.571.570,32	-	36.571.570,32	22.152.720,45	14.418.849,87
450091 - Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de	108.206.398,00	-	108.206.398,00	35.259.764,61	72.946.633,39
3 - Despesas Correntes	108.206.398,00	-	108.206.398,00	35.259.764,61	72.946.633,39
3 - Outras Despesas Correntes	108.206.398,00	-	108.206.398,00	35.259.764,61	72.946.633,39
450092 - Fundo Estadual de Educação- FEDUC	171.251.760,87	-	171.251.760,87	43.302.349,56	127.949.411,31
4 - Despesas de Capital	171.251.760,87	-	171.251.760,87	43.302.349,56	127.949.411,31
4 - Investimentos	171.251.760,87	-	171.251.760,87	43.302.349,56	127.949.411,31

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
470001 - Secretaria de Estado da Administração	154.502.601,68	-	154.502.601,68	154.487.573,85	15.027,83
3 - Despesas Correntes	154.230.973,43	-	154.230.973,43	154.215.945,60	15.027,83
1 - Pessoal e Encargos Sociais	106.402.434,89	-	106.402.434,89	106.400.424,74	2.010,15
3 - Outras Despesas Correntes	47.828.538,54	-	47.828.538,54	47.815.520,86	13.017,68
4 - Despesas de Capital	271.628,25	-	271.628,25	271.628,25	-
4 - Investimentos	271.628,25	-	271.628,25	271.628,25	-
470022 - Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina	103.433.306,89	-	103.433.306,89	97.596.447,55	5.836.859,34
3 - Despesas Correntes	103.304.039,94	-	103.304.039,94	97.567.180,60	5.736.859,34
1 - Pessoal e Encargos Sociais	37.444.137,53	-	37.444.137,53	37.444.135,61	1,92
3 - Outras Despesas Correntes	65.859.902,41	-	65.859.902,41	60.123.044,99	5.736.857,42
4 - Despesas de Capital	129.266,95	-	129.266,95	29.266,95	100.000,00
4 - Investimentos	129.266,95	-	129.266,95	29.266,95	100.000,00
470076 - Fundo Financeiro	5.454.357.116,57	-	5.454.357.116,57	5.439.255.248,17	15.101.868,40
3 - Despesas Correntes	5.454.357.116,57	-	5.454.357.116,57	5.439.255.248,17	15.101.868,40
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.410.369.396,99	-	5.410.369.396,99	5.395.267.528,98	15.101.868,01
3 - Outras Despesas Correntes	43.987.719,58	-	43.987.719,58	43.987.719,19	0,39
470091 - Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais	136.265.117,45	-	136.265.117,45	87.726.025,14	48.539.092,31
3 - Despesas Correntes	118.958.010,14	-	118.958.010,14	82.260.994,08	36.697.016,06
3 - Outras Despesas Correntes	118.958.010,14	-	118.958.010,14	82.260.994,08	36.697.016,06
4 - Despesas de Capital	17.307.107,31	-	17.307.107,31	5.465.031,06	11.842.076,25
4 - Investimentos	17.307.107,31	-	17.307.107,31	5.465.031,06	11.842.076,25
470092 - Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais	1.159.029.429,14	-	1.159.029.429,14	669.186.840,52	489.842.588,62
3 - Despesas Correntes	1.143.960.469,14	-	1.143.960.469,14	668.821.827,52	475.138.641,62
1 - Pessoal e Encargos Sociais	16.722.000,00	-	16.722.000,00	9.600.000,00	7.122.000,00
3 - Outras Despesas Correntes	1.127.238.469,14	-	1.127.238.469,14	659.221.827,52	468.016.641,62

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
4 - Despesas de Capital	15.068.960,00	-	15.068.960,00	365.013,00	14.703.947,00
4 - Investimentos	15.068.960,00	-	15.068.960,00	365.013,00	14.703.947,00
470093 - Fundo Patrimonial	47.198.575,00	-	47.198.575,00	922.887,52	46.275.687,48
3 - Despesas Correntes	2.417.837,00	-	2.417.837,00	649.424,71	1.768.412,29
3 - Outras Despesas Correntes	2.417.837,00	-	2.417.837,00	649.424,71	1.768.412,29
4 - Despesas de Capital	44.780.738,00	-	44.780.738,00	273.462,81	44.507.275,19
4 - Investimentos	32.244.240,50	-	32.244.240,50	273.462,81	31.970.777,69
5 - Inversões Financeiras	12.536.497,50	-	12.536.497,50	-	12.536.497,50
480091 - Fundo Estadual de Saúde	3.547.034.919,28	-	3.547.034.919,28	3.046.723.526,66	500.311.392,62
3 - Despesas Correntes	3.299.081.695,90	-	3.299.081.695,90	2.942.668.129,63	356.413.566,27
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.123.699.366,78	-	1.123.699.366,78	1.119.762.237,60	3.937.129,18
3 - Outras Despesas Correntes	2.175.382.329,12	-	2.175.382.329,12	1.822.905.892,03	352.476.437,09
4 - Despesas de Capital	247.953.223,38	-	247.953.223,38	104.055.397,03	143.897.826,35
4 - Investimentos	247.953.223,38	-	247.953.223,38	104.055.397,03	143.897.826,35
480092 - Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde-INVESTSAÚDE	-	62.065.593,71	62.065.593,71	44.973.224,91	17.092.368,80
4 - Despesas de Capital	-	62.065.593,71	62.065.593,71	44.973.224,91	17.092.368,80
4 - Investimentos	-	62.065.593,71	62.065.593,71	44.973.224,91	17.092.368,80
520001 - Secretaria de Estado da Fazenda	448.420.995,57	-	448.420.995,57	446.202.085,48	2.218.910,09
3 - Despesas Correntes	443.618.835,39	-	443.618.835,39	441.399.935,30	2.218.900,09
1 - Pessoal e Encargos Sociais	363.930.994,12	-	363.930.994,12	363.903.564,51	27.429,61
3 - Outras Despesas Correntes	79.687.841,27	-	79.687.841,27	77.496.370,79	2.191.470,48
4 - Despesas de Capital	4.802.160,18	-	4.802.160,18	4.802.150,18	10,00
4 - Investimentos	3.914.372,39	-	3.914.372,39	3.914.362,39	10,00
5 - Inversões Financeiras	887.787,79	-	887.787,79	887.787,79	-
520002 - Encargos Gerais do Estado	1.749.323.365,64	4.510.689,54	1.753.834.055,18	1.522.814.336,80	231.019.718,38
3 - Despesas Correntes	1.042.951.197,14	-	1.042.951.197,14	954.910.912,08	88.040.285,06
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.065.594,73	-	3.065.594,73	3.065.594,73	-

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
2 - Juros e Encargos da Dívida	857.154.697,03	-	857.154.697,03	770.880.832,77	86.273.864,26
3 - Outras Despesas Correntes	182.730.905,38	-	182.730.905,38	180.964.484,58	1.766.420,80
4 - Despesas de Capital	706.372.168,50	4.510.689,54	710.882.858,04	567.903.424,72	142.979.433,32
5 - Inversões Financeiras	31.923.291,81	-	31.923.291,81	31.923.291,81	-
6 - Amortização da Dívida	674.448.876,69	4.510.689,54	678.959.566,23	535.980.132,91	142.979.433,32
520030 - Fundação Escola de Governo - ENA	3.623.487,95	-	3.623.487,95	3.348.949,66	274.538,29
3 - Despesas Correntes	3.559.853,65	-	3.559.853,65	3.307.629,90	252.223,75
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.974.717,75	-	1.974.717,75	1.974.715,63	2,12
3 - Outras Despesas Correntes	1.585.135,90	-	1.585.135,90	1.332.914,27	252.221,63
4 - Despesas de Capital	63.634,30	-	63.634,30	41.319,76	22.314,54
4 - Investimentos	63.634,30	-	63.634,30	41.319,76	22.314,54
520090 - Fundo Estadual de Apoio aos Municípios	37.275.176,70	10.279.975,22	47.555.151,92	24.070.074,91	23.485.077,01
4 - Despesas de Capital	37.275.176,70	10.279.975,22	47.555.151,92	24.070.074,91	23.485.077,01
4 - Investimentos	37.275.176,70	10.279.975,22	47.555.151,92	24.070.074,91	23.485.077,01
520091 - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina	112.617.828,20	-	112.617.828,20	17.520.971,47	95.096.856,73
3 - Despesas Correntes	17.520.971,47	-	17.520.971,47	17.520.971,47	-
3 - Outras Despesas Correntes	17.520.971,47	-	17.520.971,47	17.520.971,47	-
4 - Despesas de Capital	95.096.856,73	-	95.096.856,73	-	95.096.856,73
4 - Investimentos	-	-	-	-	-
5 - Inversões Financeiras	95.096.856,73	-	95.096.856,73	-	95.096.856,73
520092 - Fundo de Esforço Fiscal	29.526.996,86	-	29.526.996,86	21.040.232,49	8.486.764,37
3 - Despesas Correntes	2.162.939,20	-	2.162.939,20	1.884.127,71	278.811,49
3 - Outras Despesas Correntes	2.162.939,20	-	2.162.939,20	1.884.127,71	278.811,49
4 - Despesas de Capital	27.364.057,66	-	27.364.057,66	19.156.104,78	8.207.952,88
4 - Investimentos	27.364.057,66	-	27.364.057,66	19.156.104,78	8.207.952,88
520093 - Fundo Pró-Emprego	97.232.286,31	-	97.232.286,31	4.930.382,36	92.301.903,95

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
4 - Despesas de Capital	97.232.286,31	-	97.232.286,31	4.930.382,36	92.301.903,95
4 - Investimentos	97.232.286,31	-	97.232.286,31	4.930.382,36	92.301.903,95
530001 - Secretaria de Estado da Infraestrutura	446.246.652,04	-	446.246.652,04	193.387.777,42	252.858.874,62
3 - Despesas Correntes	34.393.625,15	-	34.393.625,15	14.698.844,94	19.694.780,21
1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.666.198,34	-	6.666.198,34	6.666.197,52	0,82
3 - Outras Despesas Correntes	27.727.426,81	-	27.727.426,81	8.032.647,42	19.694.779,39
4 - Despesas de Capital	411.853.026,89	-	411.853.026,89	178.688.932,48	233.164.094,41
4 - Investimentos	411.853.026,89	-	411.853.026,89	178.688.932,48	233.164.094,41
530023 - Departamento de Transportes e Terminais	41.273.309,01	-	41.273.309,01	31.384.112,09	9.889.196,92
3 - Despesas Correntes	40.143.677,08	-	40.143.677,08	31.331.166,67	8.812.510,41
1 - Pessoal e Encargos Sociais	23.442.771,70	-	23.442.771,70	17.653.118,41	5.789.653,29
3 - Outras Despesas Correntes	16.700.905,38	-	16.700.905,38	13.678.048,26	3.022.857,12
4 - Despesas de Capital	1.129.631,93	-	1.129.631,93	52.945,42	1.076.686,51
4 - Investimentos	1.129.631,93	-	1.129.631,93	52.945,42	1.076.686,51
530025 - Departamento Estadual de Infraestrutura	1.431.999.503,75	4.523.631,94	1.436.523.135,69	943.320.218,69	493.202.917,00
3 - Despesas Correntes	143.619.316,15	-	143.619.316,15	126.731.856,78	16.887.459,37
1 - Pessoal e Encargos Sociais	63.475.060,58	-	63.475.060,58	63.375.057,11	100.003,47
3 - Outras Despesas Correntes	80.144.255,57	-	80.144.255,57	63.356.799,67	16.787.455,90
4 - Despesas de Capital	1.288.380.187,60	4.523.631,94	1.292.903.819,54	816.588.361,91	476.315.457,63
4 - Investimentos	1.288.380.187,60	4.523.631,94	1.292.903.819,54	816.588.361,91	476.315.457,63
540091 - Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville	5.769.586,34	-	5.769.586,34	2.000.577,43	3.769.008,91
3 - Despesas Correntes	5.241.167,09	-	5.241.167,09	1.516.037,13	3.725.129,96
3 - Outras Despesas Correntes	5.241.167,09	-	5.241.167,09	1.516.037,13	3.725.129,96
4 - Despesas de Capital	528.419,25	-	528.419,25	484.540,30	43.878,95
4 - Investimentos	528.419,25	-	528.419,25	484.540,30	43.878,95
540092 - Fundo Rotativo da Penitenciária Sul	2.951.413,72	-	2.951.413,72	442.182,48	2.509.231,24

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
3 - Despesas Correntes	2.611.413,72	-	2.611.413,72	374.792,11	2.236.621,61
3 - Outras Despesas Correntes	2.611.413,72	-	2.611.413,72	374.792,11	2.236.621,61
4 - Despesas de Capital	340.000,00	-	340.000,00	67.390,37	272.609,63
4 - Investimentos	340.000,00	-	340.000,00	67.390,37	272.609,63
540093 - Fundo Rotativo da Penitenciária de Curitibanos	3.526.253,00	-	3.526.253,00	2.214.168,64	1.312.084,36
3 - Despesas Correntes	2.312.556,04	-	2.312.556,04	1.290.471,68	1.022.084,36
3 - Outras Despesas Correntes	2.312.556,04	-	2.312.556,04	1.290.471,68	1.022.084,36
4 - Despesas de Capital	1.213.696,96	-	1.213.696,96	923.696,96	290.000,00
4 - Investimentos	1.213.696,96	-	1.213.696,96	923.696,96	290.000,00
540094 - Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis	5.209.039,54	-	5.209.039,54	3.720.722,67	1.488.316,87
3 - Despesas Correntes	5.127.039,54	-	5.127.039,54	3.720.722,67	1.406.316,87
3 - Outras Despesas Correntes	5.127.039,54	-	5.127.039,54	3.720.722,67	1.406.316,87
4 - Despesas de Capital	82.000,00	-	82.000,00	-	82.000,00
4 - Investimentos	82.000,00	-	82.000,00	-	82.000,00
540095 - Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó	7.098.499,11	-	7.098.499,11	6.773.964,27	324.534,84
3 - Despesas Correntes	7.009.631,14	-	7.009.631,14	6.685.096,30	324.534,84
3 - Outras Despesas Correntes	7.009.631,14	-	7.009.631,14	6.685.096,30	324.534,84
4 - Despesas de Capital	88.867,97	-	88.867,97	88.867,97	-
4 - Investimentos	88.867,97	-	88.867,97	88.867,97	-
540096 - Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina - FUPESC	984.407.569,86	-	984.407.569,86	824.079.492,93	160.328.076,93
3 - Despesas Correntes	805.175.180,00	-	805.175.180,00	747.085.046,24	58.090.133,76
1 - Pessoal e Encargos Sociais	409.633.714,00	-	409.633.714,00	409.391.665,16	242.048,84
3 - Outras Despesas Correntes	395.541.466,00	-	395.541.466,00	337.693.381,08	57.848.084,92
4 - Despesas de Capital	179.232.389,86	-	179.232.389,86	76.994.446,69	102.237.943,17

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
4 - Investimentos	179.232.389,86	-	179.232.389,86	76.994.446,69	102.237.943,17
540097 - Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis	1.139.720,91	-	1.139.720,91	747.719,00	392.001,91
3 - Despesas Correntes	767.301,89	-	767.301,89	484.240,90	283.060,99
3 - Outras Despesas Correntes	767.301,89	-	767.301,89	484.240,90	283.060,99
4 - Despesas de Capital	372.419,02	-	372.419,02	263.478,10	108.940,92
4 - Investimentos	372.419,02	-	372.419,02	263.478,10	108.940,92
	45.062.357,00	-	45.062.357,00	-	45.062.357,00
3 - Despesas Correntes	43.300.000,00	-	43.300.000,00	-	43.300.000,00
3 - Outras Despesas Correntes	43.300.000,00	-	43.300.000,00	-	43.300.000,00
4 - Despesas de Capital	1.762.357,00	-	1.762.357,00	-	1.762.357,00
4 - Investimentos	1.762.357,00	-	1.762.357,00	-	1.762.357,00
550001 - Secretaria de Estado da Defesa Civil	147.784.542,56	-	147.784.542,56	53.482.218,24	94.302.324,32
3 - Despesas Correntes	9.750,63	-	9.750,63	8.850,00	900,63
3 - Outras Despesas Correntes	9.750,63	-	9.750,63	8.850,00	900,63
4 - Despesas de Capital	147.774.791,93	-	147.774.791,93	53.473.368,24	94.301.423,69
4 - Investimentos	147.774.791,93	-	147.774.791,93	53.473.368,24	94.301.423,69
550091 - Fundo Estadual da Defesa Civil	89.339.489,88	-	89.339.489,88	34.686.771,82	54.652.718,06
3 - Despesas Correntes	51.083.944,22	-	51.083.944,22	21.525.864,07	29.558.080,15
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.122.010,00	-	3.122.010,00	3.041.368,33	80.641,67
3 - Outras Despesas Correntes	47.961.934,22	-	47.961.934,22	18.484.495,74	29.477.438,48
4 - Despesas de Capital	38.255.545,66	-	38.255.545,66	13.160.907,75	25.094.637,91
4 - Investimentos	38.255.545,66	-	38.255.545,66	13.160.907,75	25.094.637,91
690001 - Reserva de Contingência	-	-	-	-	-
9 - Reserva de Contingência	-	-	-	-	-
9 - Reserva de Contingência	-	-	-	-	-
TOTAL	**30.290.062.652,48**	**139.776.059,49**	**30.429.838.711,97**	**25.595.103.379,18**	**4.834.735.332,79**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

Notas Explicativas

001 - Estão sendo consideradas como despesas realizadas as despesas empenhadas no exercício.

002 - A coluna Créditos Orçamentários e Suplementares menos Anulações está trazendo todas as Descentralizações de Créditos.

003 - A coluna Créditos Especiais e Extraordinários menos Anulações tem como base o Demonstrativo dos Créditos Especiais e Extraordinários Abertos no Exercício, incluindo as suas movimentações orçamentárias, exceto as Descentralizações de Créditos, que estão contidas na coluna Créditos Orçamentários e Suplementares menos Anulações.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 17 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

TÍTULOS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO EXERCÍCIO		SALDO EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	227.557.399,90	18.297.205.206,63	18.177.438.963,69	347.323.642,84
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	624.484.037,06	2.889.896.049,09	2.680.626.804,27	833.753.281,88
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	443.761.982,59	6.342.219.886,27	6.271.610.613,20	514.371.255,66
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	18.277.732,99	256.112.319,80	260.065.484,28	14.324.568,51
Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	1.346.424.755,81	1.346.424.755,81	-
Provisões a Curto Prazo	628.053.455,23	1.355.751.498,83	1.348.743.983,58	635.060.970,48
Demais Obrigações a Curto Prazo	8.379.080.014,41	56.807.370.204,92	55.896.747.346,85	9.289.702.872,48
(-) Recursos a Liberar - Limite de Saque	(2.175.147.238,22)	(37.994.908.237,60)	(37.938.741.053,87)	(2.231.314.421,95)
TOTAL	**8.146.067.383,96**	**49.300.071.683,75**	**48.042.916.897,81**	**9.403.222.169,90**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 17 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

Notas Explicativas

001 - O demonstrativo apresenta valores do Passivo Circulante, excluído o valor da conta Recursos a liberar (Limite de Saque).

002 - O demonstrativo não inclui valores de Restos a Pagar Não Processados, pois nesse estágio as obrigações ainda não são reconhecidas como passivos.

003 - Os valores de restos a pagar (RP), excluídos os serviços da dívida, são os seguintes:
RP Processados inscritos: R$ 366.234.537,38
RP Não Processados inscritos: R$ 673.893.238,36
Total: R$ 1.040.127.775,74
Os valores de Restos a Pagar Processados estão distribuídos nos grupos do passivo circulante do demonstrativo.

004 - Os valores do serviço da dívida a pagar são os seguintes:
Principal: R$ 11.140.769,79
Juros e Encargos: R$ 27.182.095,98
Total: R$ 38.322.865,77
Esses valores estão incluídos no grupo Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo do demonstrativo, exceto o valor de R$ 120,13 de juros e encargos, que faz parte dos Restos a Pagar não Processado Inscritos.

005 - Os valores de depósitos foram os seguintes:
Depósitos de Diversas Origens (DDO): R$ 5.698.011.701,73
Consignações: R$ 129.539.295,66
Depósitos a Classificar: R$ 5.227.320,12
Total: R$ 5.832.778.317,51
Esses valores estão incluídos no grupo Demais Obrigações a Curto Prazo do demonstrativo.

006 - O Estado não apresenta valores classificados em débitos de tesouraria, que correspondem a valores recebidos de contratações de operações de crédito de curto prazo por antecipação de receita orçamentária (ARO).

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE - PODER EXECUTIVO
Anexo 17 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

TÍTULOS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO EXERCÍCIO		SALDO EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	208.124.832,33	14.847.277.648,14	14.715.847.025,93	339.555.454,54
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	624.484.037,06	2.889.896.049,09	2.680.626.804,27	833.753.281,88
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	442.416.808,38	4.772.576.020,72	4.704.157.871,24	510.834.957,86
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	18.182.657,62	255.496.530,70	259.354.619,81	14.324.568,51
Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	1.346.424.755,81	1.346.424.755,81	-
Provisões a Curto Prazo	628.053.455,23	1.355.751.498,83	1.348.743.983,58	635.060.970,48
Demais Obrigações a Curto Prazo	2.912.986.393,30	50.904.466.158,09	50.365.541.473,37	3.451.911.078,02
(-) Recursos a Liberar - Limite de Saque	(2.175.147.238,22)	(37.994.908.237,60)	(37.938.741.053,87)	(2.231.314.421,95)
TOTAL	**2.659.100.945,70**	**38.376.980.423,78**	**37.481.955.480,14**	**3.554.125.889,34**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE - PODER EXECUTIVO
Anexo 17 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

Notas Explicativas

001 - O demonstrativo apresenta valores do Passivo Circulante, excluído o valor da conta Recursos a liberar (Limite de Saque).

002 - O demonstrativo não inclui valores de Restos a Pagar Não Processados, pois nesse estágio as obrigações ainda não são reconhecidas como passivos.

003 - Os valores de restos a pagar (RP), excluídos os serviços da dívida, são os seguintes:
RP Processados inscritos: R$ 306.358.966,26
RP Não Processados inscritos: R$ 606.933.343,31
Total: R$ 913.292.309,57
Os valores de Restos a Pagar Processados estão distribuídos nos grupos do passivo circulante do demonstrativo.

004 - Os valores do serviço da dívida a pagar são os seguintes:
Principal: R$ 11.140.769,79
Juros e Encargos: R$ 27.182.095,98
Total: R$ 38.322.865,77
Esses valores estão incluídos no grupo Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo do demonstrativo, exceto o valor de R$ 120,13 de juros e encargos, que faz parte dos Restos a Pagar não Processado Inscritos.

005 - Os valores de depósitos foram os seguintes:
Depósitos de Diversas Origens (DDO): R$ 281.481.286,64
Consignações: R$ 128.328.378,08
Depósitos a Classificar: R$ 5.227.320,12
Total: R$ 415.036.984,84
Esses valores estão incluídos no grupo Demais Obrigações a Curto Prazo do demonstrativo.

006 - O Estado não apresenta valores classificados em débitos de tesouraria, que correspondem a valores recebidos de contratações de operações de crédito de curto prazo por antecipação de receita orçamentária (ARO).

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

(ANEXO 16 DA LEI FEDERAL 4.320/64)

EXERCÌCIO DE 2017

AUTORIZAÇÕES				SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE		
LEIS, NÚMERO E DATA	VALOR DA EMISSÃO			EM CIRCULAÇÃO	EM REAIS				
(INSTITUIÇÕES CREDORAS)	EM QUANTIDADE		EM REAIS	EM REAIS	EMISSÃO	RESGATE	EM QUANTIDADE		VALOR EM REAIS
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF									
Contrato de 31/03/98 - Lei n. 10.637 de 23.12.97	US$	17.000.000,00	19.306.900,00	2.178.011,30	(108.004,68)	2.070.006,62	US$	-	-
					-				
					-				
BANCO DO BRASIL S/A					-				
Contrato de 30/10/95 - IPESC - Lei n. 8.727 de 05/11/93		-	36.860.034,75	120.342,53	143,06	120.485,59	R$	-	-
Contrato de 10/11/98 - COHAB - Lei n. 8.727 de 05/11/93		-	142.879.995,28	17.424.896,78	101.521,34	4.513.022,44	R$	13.013.395,68	13.013.395,68
Contrato de 31/03/98 - 012/98/STN/COAFI - Lei n. 9.496 de 11/09/97		-	1.404.602.701,19	10.216.427.108,17	(464.739.596,18)	120.616.468,19	R$	9.631.071.043,80	9.631.071.043,80
Contrato de 21/01/98 - DMLP - Lei n. 10.542 de 30/09/97	US$	39.094.265,17	42.964.597,42	51.371.901,86	834.674,51	-	US$	15.781.915,47	52.206.576,37
Contrato de 22.10.09 - PEF-I - Lei n. 14.500 de 13/08/08		-	51.192.000,00	12.533.788,14	77.646,61	6.552.311,66	R$	6.059.123,09	6.059.123,09
Contrato de 18.07.2013 - Prevenção de Desastres Naturais Lei 15.941 de 21/12/2012	US$	472.197.389,59	1.056.400.000,00	1.199.563.960,57	22.829.614,93	-	US$	369.526.473,85	1.222.393.575,50
Contrato de 27.11.2013 - Pacto por SC - Lei 16.129 de 23/09/2013			2.000.000.000,00	1.218.464.960,66	693.128.384,30	-	R$	1.911.593.344,96	1.911.593.344,96
					-				
					-				
					-				
BANCO NAC. DES. ECON. E SOCIAL - BNDES					-				
Contrato de 11.09.09 - PMAE - Lei n. 14.500 de 13/08/08	URTJLP	7.598.476,25	15.000.000,00	3.079.554,47	3.509,32	3.083.063,79	URTJLP	-	-
Contrato de 30.06.10 - PEF II - Lei n. 15.067 de 30/12/09	URTJLP	38.898.119,63	76.788.000,00	34.489.248,78	294.974,76	9.651.500,50	URTJLP	12.372.344,60	25.132.723,04
Contrato de 13.08.10 - CASAN/PAC - Leinº 14.436 de 21/05/2008, e Lei nº 15.255, de 05/08/2010 (aditivo ao contrato)	URTJLP	76.225.789,84	150.475.807,20	82.417.179,21	776.491,76	12.541.090,23	URTJLP	34.780.874,10	70.652.580,74
Contrato de 15.12.2011 - Sistema Transporte Joinville - Lei n.14.031 de 22/06/07	URTJLP	20.262.603,34	40.000.000,00	25.489.497,12	233.196,01	5.026.518,29	URTJLP	10.188.319,29	20.696.174,84
Contrato de 14.05.2012 - PMAE Gestão Lei 15.289 de 23/08/2010	URTJLP	5.065.650,83	10.000.000,00	6.765.162,48	56.458,28	1.984.860,88	URTJLP	2.381.041,64	4.836.759,88
Contrato de 21.11.2012 - Caminhos do Desenvolvimento Lei 15.830 de 30/05/12	URTJLP	309.511.266,01	611.000.000,00	411.162.686,45	76.174.049,50	31.553.692,50	URTJLP	224.373.016,27	455.783.043,45
Contrato de 04.04.2013 - Acelera Santa Catarina Lei 15.903 de 20/12/2012	URTJLP	1.519.695.250,45	3.000.000.000,00	2.944.318.238,99	83.887.888,99	-	URTJLP	1.490.726.240,45	3.028.206.127,98
PARCELAMENTO DO PASEP			242.499.454,17	279.087.403,88	13.129.403,95	13.497.071,16	R$	278.719.736,67	278.719.736,67
TOTAL GERAL			**8.899.969.490,01**	**16.504.893.941,39**	**426.680.356,46**	**211.210.091,85**			**16.720.364.206,00**
	US$	**528.291.654,76**					US$	**385.308.389,32**	
	URTJLP	**1.977.257.156,35**					URTJLP	**1.774.821.836,35**	
								-	

PCDIV1A

FLORIANÓPOLIS, 15 DE JANEIRO DE 2018

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
CONTRATO ASSINADO EM 31/03/98
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	US$ 17,000,000.00
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 10.637 de 23/12/1997 e Resolução nº 5 de 23/01/1997
Credor:	Caixa Econômica Federal
Taxa:	Taxa estabelecida pelo BID, segundo sua política, calculada sobre o saldo devedor
Correção Monetária:	Variação Cambial
Prazo:	19 anos, sendo os primeiros 77 meses de carência
Pagamentos:	26 prestações semestrais consecutivas e de igual valor, vencendo-se a primeira em 01/09/2004 e a última em 01/03/2017
Vencimento:	01/03/2017
Garantia:	I.C.M.S.
Objetivo:	Destinados a implementação do programa de modernização e reestruturação fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda
Governo:	Paulo Afonso Evangelista Vieira

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1998	1.129.356,34	1.129.356,34	-	51.070,63	51.070,62
1999	4.164.916,55	3.035.560,21	-	380.185,10	380.185,10
2000	7.223.066,76	3.058.150,21	-	484.782,30	484.782,30
2001	17.646.933,63	10.423.866,87	-	1.000.261,53	1.000.261,53
2002	33.496.144,81	15.849.211,18	-	1.490.091,82	1.490.091,82
2003	34.214.271,36	718.126,55	-	2.065.251,65	2.065.251,65
2004	36.653.418,04	3.775.393,99	1.336.247,31	1.836.066,94	3.172.314,25
2005	34.174.786,66	420.849,43	2.899.480,81	1.164.412,46	4.063.893,27
2006	31.181.994,57	(108.714,48)	2.884.077,61	1.576.189,17	4.460.266,78
2007	23.467.716,84	(4.989.133,08)	2.725.144,65	1.562.635,27	4.287.779,92
2008	27.840.859,87	6.589.017,84	2.215.874,81	1.154.764,37	3.370.639,18
2009	18.417.171,78	(6.575.250,05)	2.848.438,04	1.146.802,23	3.995.240,27
2010	14.467.003,68	(1.567.787,10)	2.382.381,00	719.295,86	3.101.676,86
2011	13.781.209,27	1.483.795,29	2.169.589,70	466.603,38	2.636.193,08
2012	12.283.588,56	1.004.580,63	2.502.201,34	380.004,37	2.882.205,71
2013	10.952.273,71	1.572.625,26	2.903.940,11	336.916,80	3.240.856,91
2014	8.942.355,76	1.044.365,29	3.054.283,24	250.984,50	3.305.267,74
2015	7.883.124,19	3.298.715,69	4.357.947,26	228.996,83	4.586.944,09
2016	2.178.011,30	(882.978,72)	4.822.134,17	160.292,65	4.982.426,82
2017	**-**	**(108.004,68)**	**2.070.006,62**	**26.991,00**	**2.096.997,62**
TOTAL		**39.171.746,67**	**39.171.746,67**	**16.482.598,86**	**55.654.345,52**

PCDIV004 Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 15 DE JANEIRO DE 2018

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO DO BRASIL S/A - IPESC - LEI Nº 8.727
CONTRATO ASSINADO EM 30/10/95
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	R$ 36.860.034,75		
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 9.940 de 19/10/1995 (Lei Federal 8.727 de 05/11/1993)		
Credor:	Banco do Brasil S/A (IPESC) - Lei nº 8.727 - União		
Taxa:	7,027% ao ano sobre o saldo devedor, pagos mensalmente		
Correção Monetária	TR	Outros Encargos:	0,10% ao ano
Prazo:	219 meses, sendo os primeiros 19 meses de carência		
Pagamentos:	201 prestações mensais e consecutivas, calculadas pela Tabela Price, vencendo a primeira em 01/06/1997 e a última em 01/02/2014		
Vencimento:	01/02/2014		
Garantia:	ICMS/F.P.E.		
Objetivo:	Saneamento financeiro através de transferência de dívida refinanciada em contrapartida a transferência de ações.		
Governo:	Paulo Afonso Evangelista Vieira		

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1995	37.704.969,06	37.704.969,06	-	-	-
1996	42.863.446,99	5.955.454,81	796.976,88	298.246,60	1.095.223,48
1997	45.668.999,98	2.839.891,01	34.338,02	1.554.596,94	1.588.934,96
1998	51.062.214,84	5.553.608,32	160.393,46	1.171.285,02	1.331.678,48
1999	52.171.640,01	6.359.199,10	5.249.773,93	45.434,99	5.295.208,92
2000	55.073.467,95	4.889.775,69	1.987.947,75	95.840,49	2.083.788,24
2001	59.906.439,48	5.878.786,97	1.045.815,44	400.086,36	1.445.901,80
2002	55.701.620,76	2.377.368,47	6.582.187,19	3.687.504,00	10.269.691,19
2003	49.466.827,36	2.558.733,92	8.793.527,32	3.691.596,45	12.485.123,77
2004	39.664.769,85	82.364,34	9.884.421,85	3.092.296,78	12.976.718,63
2005	29.637.195,91	1.144.636,41	11.172.210,35	2.902.655,25	14.074.865,60
2006	17.560.056,14	602.951,37	12.680.091,14	1.521.876,80	14.201.967,94
2007	13.202.626,92	(764.465,84)	3.592.963,38	860.268,94	4.453.232,32
2008	11.452.376,43	245.562,32	1.995.812,81	736.455,97	2.732.268,78
2009	8.428.772,36	(94.529,65)	2.929.074,42	622.645,16	3.551.719,58
2010	6.126.077,52	46.384,01	2.349.078,85	466.341,33	2.815.420,18
2011	4.632.277,87	74.358,81	1.568.158,46	338.200,45	1.906.358,91
2012	3.222.402,85	(50.749,51)	1.359.125,51	265.357,23	1.624.482,74
2013	2.035.586,54	(35.877,75)	1.150.938,56	184.981,56	1.335.920,12
2014	1.461.735,70	57.200,82	631.051,66	126.482,53	757.534,19
2015	826.450,45	18.152,78	653.438,03	82.163,36	735.601,39
2016	120.342,53	7.326,04	713.433,96	34.018,51	747.452,47
2017	**-**	**143,06**	**120.485,59**	**1.674,43**	**122.160,02**
TOTAL		**75.451.244,56**	**75.451.244,56**	**22.180.009,15**	**97.631.253,71**

PCDIV009 Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 15 DE JANEIRO DE 2018

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO DO BRASIL S/A - COHAB - LEI Nº 8.727
CONTRATO ASSINADO EM 10/11/98
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	R$ 142.879.995,28		
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 10.542 e 10.912 de 30/09/1997 e 15.09.1998 (Lei Federal 8.727 de 05/11/1993)		
Credor:	Banco do Brasil S/A - União (8727) - COHAB		
Taxa:	2,744% ao ano sobre o saldo devedor, pagos mensalmente		
Correção Monetária	TR	Outros Encargos:	0,10% ao ano
Prazo:	298 meses[1]		
Pagamentos:	298 prestações mensais e consecutivas, calculadas pela Tabela Price		
Vencimento:	20/09/2023[1]		
Garantia:	F.P.E.		
Objetivo:	Alienação de ativos referente a carteira de crédito imobiliário (crédito hipotecário e crédito junto ao fundo de compensação de variações salariais -		
	FCVS) da COHAB/SC para o Estado		
Governo:	Paulo Afonso Evangelista Vieira		

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1998	144.482.494,97	144.482.494,97	-	1.033.493,85	1.033.493,85
1999	152.917.779,34	14.208.518,29	5.773.233,92	660.915,15	6.434.149,07
2000	154.531.527,51	8.259.942,68	6.646.194,51	154.443,58	6.800.638,09
2001	156.825.536,63	8.154.373,44	5.860.364,32	1.284.020,02	7.144.384,34
2002	156.995.790,27	3.126.499,43	2.956.245,79	4.317.377,80	7.273.623,59
2003	160.924.501,21	7.845.519,18	3.916.808,24	5.172.481,63	9.089.289,87
2004	159.717.994,74	2.833.866,26	4.040.372,73	4.842.251,65	8.882.624,38
2005	159.506.719,41	4.568.551,42	4.779.826,75	4.861.372,39	9.641.199,14
2006	156.269.668,31	3.476.084,23	6.713.135,33	4.856.445,40	11.569.580,73
2007	147.518.133,95	3.023.179,53	11.774.713,89	4.654.483,63	16.429.197,52
2008	131.605.962,88	2.273.473,38	18.185.644,45	4.378.909,43	22.564.553,88
2009	107.190.529,93	(386.966,28)	24.028.466,67	3.802.181,26	27.830.647,93
2010	83.970.328,36	638.266,56	23.858.468,13	3.149.909,20	27.008.377,33
2011	62.101.747,78	862.799,06	22.731.379,64	2.431.062,59	25.162.442,23
2012	45.191.848,41	163.881,43	17.073.780,80	1.746.156,65	18.819.937,45
2013	35.668.508,49	69.727,40	9.593.067,32	1.301.085,11	10.894.152,43
2014	27.066.460,67	290.526,83	8.892.574,65	973.361,07	9.865.935,72
2015	22.164.234,05	411.924,93	5.314.151,55	752.315,21	6.066.466,76
2016	17.424.896,78	386.342,52	5.125.679,79	606.704,28	5.732.384,07
2017	**13.013.395,68**	**101.521,34**	**4.513.022,44**	**462.524,22**	**4.975.546,66**
TOTAL		**204.790.526,60**	**191.777.130,92**	**51.441.494,12**	**243.218.625,04**

PCDIV010 Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 15 DE JANEIRO DE 2018

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO DO BRASIL S/A - Nº 12/98 - STN/COAFI
CONTRATO ASSINADO EM 31/03/98
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	R$ 1.404.602.701,19 (valor iniacial contratado)	Parcelas Recebidas:		
Autorização Legal:	Lei Federal nº 9.496 de 11/09/1997 e Lei Estadual nº 10.542 de 30.09.97	R$	1.391.949.159,27	1998
Credor:	União	R$	799.232.952,38	1999
Taxa:	6% ao ano calculados sobre o saldo devedor corrigido, com capitalização mensal.	R$	818.265.694,46	2000
Correção monetária:	IGP-DI	R$	973.855.506,23	2002
Prazo:	360 meses	R$	1.269.355,95	2003
Pagamentos:	360 prestações mensais e sucessivas, calculadas pela Tabela Price	R$	1.436.690.932,54	2008
Vencimento:	31/03/2028	Valor total da operação:	R$	5.421.263.600,83
Garantia:	ICMS/FPE/IPI EXPORTAÇÃO			
Objetivo:	Confissão assunção consolidação e refinanciamento de dívidas			
Governo:	Paulo Afonso Evangelista Vieira	Outros encargos (tx adm.):	0,023138%aa	

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1998	1.454.508.148,03	1.467.885.157,61	13.377.009,58	63.494.990,68	76.872.000,26
1999	2.652.795.424,26	1.213.982.237,11	15.694.960,88	14.666.593,26	30.361.554,14
2000	3.289.620.505,15	1.208.929.368,89	572.104.288,00	43.632.413,40	615.736.701,40
2001	3.812.466.515,51	522.846.010,36	-	108.672.908,36	108.672.908,36
2002	5.894.938.093,60	2.280.419.858,74	197.948.280,65	156.236.598,04	354.184.878,69
2003	6.411.512.559,19	521.535.394,00	4.960.928,41	237.580.564,70	242.541.493,11
2004	7.306.357.877,18	902.136.975,24	7.291.657,25	304.550.717,53	311.842.374,78
2005	7.330.739.187,59	78.537.758,68	54.156.448,27	349.623.874,51	403.780.322,78
2006	7.528.359.442,67	318.889.742,18	121.269.487,10	391.986.899,73	513.256.386,83
2007	7.880.986.676,48	497.686.896,99	145.059.663,18	460.161.601,55	605.221.264,73
2008	9.900.827.910,64	2.327.367.945,18	307.526.711,02	523.602.300,12	831.129.011,14
2009	9.436.874.027,04	(236.500.863,94)	227.453.019,66	645.367.442,68	872.820.462,34
2010	10.030.333.011,57	842.785.775,20	249.326.790,67	747.810.972,83	997.137.763,50
2011	9.986.281.092,04	243.450.072,10	287.501.991,63	922.392.117,08	1.209.894.108,71
2012	8.468.133.204,33	(184.288.903,63)	1.333.858.984,08	1.499.927.450,90	2.833.786.434,98
2013	8.564.794.753,52	500.538.397,61	403.876.848,42	475.900.895,31	879.777.743,73
2014	8.646.165.898,52	485.263.162,11	403.892.017,11	523.459.709,94	927.351.727,05
2015	9.080.753.840,59	892.867.813,23	458.279.871,16	532.375.063,78	990.654.934,94
2016	10.216.427.108,17	1.351.884.249,14	216.210.981,56	97.873.193,12	314.084.174,68
2017	**9.631.071.043,80**	**(464.739.596,18)**	**120.616.468,19**	**153.617.382,94**	**274.233.851,13**
TOTAL		**14.771.477.450,62**	**5.140.406.406,82**	**8.252.933.690,46**	**13.393.340.097,28**

PCDIV012 Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 15 DE JANEIRO DE 2018

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO DO BRASIL S/A - DMLP
CONTRATO ASSINADO EM 21/01/98
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	US$ 39.094.265,17		
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 10.542 de 30/09/1997		
Credor:	Banco do Brasil - DMLP		
Taxa:	Taxas variáveis conforme o tipo de "Bonus" estabelecido no contrato		
Correção Monetária:	Variação Cambial	Outros Encargos:	0,20% ao ano
Prazo:	330 meses		
Pagamentos:	33 prestações semestrais e uma única no final do contrato em 11.04.2024		
Vencimento:	11/04/2024		
Garantia:	ICMS/FPE		
Objetivo:	Obrigações externas decorrentes de contratos de empréstimos de médio e longo prazo junto a credores externos, não depositados no		
	Banco Central do Brasil		
Governo:	Paulo Afonso Evangelista Vieira		

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1998	46.436.168,16	46.576.466,70	140.298,54	2.832.783,87	2.973.082,41
1999	76.689.764,74	30.476.867,38	223.270,80	4.284.661,93	4.507.932,73
2000	75.041.726,26	(982.510,49)	665.527,99	5.015.456,67	5.680.984,66
2001	108.619.236,41	36.523.103,12	2.945.592,97	6.762.866,28	9.708.459,25
2002	145.684.317,33	40.772.694,16	3.707.613,24	6.067.641,12	9.775.254,36
2003	104.768.501,39	(36.577.402,51)	4.338.413,43	5.357.842,47	9.696.255,90
2004	88.053.017,96	(9.423.826,18)	7.291.657,25	4.723.881,22	12.015.538,47
2005	70.414.893,48	(10.172.010,78)	7.466.113,70	4.313.807,81	11.779.921,51
2006	58.743.632,13	(6.059.009,45)	5.612.251,90	4.108.130,92	9.720.382,82
2007	44.905.642,83	(9.743.701,44)	4.094.287,86	3.520.916,30	7.615.204,16
2008	54.283.031,02	13.626.738,59	4.249.350,40	2.999.219,70	7.248.570,10
2009	37.150.799,15	(13.355.445,34)	3.776.786,53	2.598.437,23	6.375.223,76
2010	32.787.135,35	(1.509.336,59)	2.854.327,21	1.685.502,85	4.539.830,06
2011	33.800.532,95	3.799.642,22	2.786.244,62	1.501.794,44	4.288.039,06
2012	34.328.445,68	2.841.321,60	2.313.408,87	1.600.772,00	3.914.180,87
2013	37.520.362,21	4.825.635,33	1.633.718,80	1.571.192,84	3.204.911,64
2014	41.874.416,78	5.214.468,63	860.414,06	1.558.778,29	2.419.192,35
2015	61.547.373,03	19.672.956,25	-	2.260.418,50	2.260.418,50
2016	51.371.901,86	(10.175.471,17)	-	2.313.542,85	2.313.542,85
2017	**52.206.576,37**	**834.674,51**	**-**	**2.289.087,81**	**2.289.087,81**
TOTAL		**107.165.854,54**	**54.959.278,17**	**67.366.735,10**	**122.326.013,27**

PCDIV013 Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 15 DE JANEIRO DE 2018

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES - PMAE
CONTRATO ASSINADO EM 11/09/2009
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	R$ 15.000.000,00	Parcelas Recebidas:	R$	6.920.734,38	2009
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 14.500 de 13/08/2008			1.000.000,00	2013
Credor:	BNDES			4.921.297,48	2014
Taxa:	2,00% ao ano sobre o saldo devedor atualizado		R$	2.157.968,14	2015
Correção Monetária:	TJLP				
Prazo:	96 meses, sendo os primeiros 36 meses de carência				
Pagamentos:	60 prestações mensais calculadas pelo Sistema de Amortizações constantes, vencendo-se a primeira em 15/10/2012 e a última em 15/09/2017				
Vencimento:	15/09/2017				
Garantia:	FPE/IPI EXPORTAÇÃO				
Objetivo:	Programa de Modernização da administração das Receitas e da Administração Estaduais PMAE				
Governo:	Luiz Henrique da Silveira				

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2009	6.920.734,38	6.920.734,38	-	38.576,17	38.576,17
2010	6.920.734,38	-	-	545.340,04	545.340,04
2011	6.944.444,82	23.710,44	-	545.340,04	545.340,04
2012	6.593.212,00	(5.196,11)	346.036,71	531.528,94	877.565,65
2013	6.107.744,41	998.679,25	1.484.146,84	436.227,20	1.920.374,04
2014	8.663.718,14	4.930.120,63	2.374.146,90	531.613,74	2.905.760,64
2015	7.083.842,64	2.184.536,04	3.764.411,54	651.716,75	4.416.128,29
2016	3.079.554,47	58.656,33	4.062.944,50	411.936,48	4.474.880,98
2017	**-**	**3.509,32**	**3.083.063,79**	**100.682,46**	**3.183.746,25**
TOTAL		**15.114.750,28**	**15.114.750,28**	**3.792.961,82**	**18.907.712,10**

PCDIV020 Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 15 DE JANEIRO DE 2018

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO DO BRASIL S/A - PEF I
CONTRATO ASSINADO EM 22/10/2009
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	R$ 51.192.000,00
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 14.500 de 13/08/2008
Credor:	Banco do Brasil S/A
Taxa:	3,00% ao ano sobre o saldo devedor atualizado
Correção Monetária:	TJLP
Prazo:	108 meses, sendo os primeiros 12 meses de carência
Pagamentos:	96 prestações mensais e sucessivas de principal calculada pela Tabela Sac, vencendo-se a primeira em 15/12/2010 e a última em 15/11/2018.
Vencimento:	15/11/2018
Garantia:	FPE/IPI EXPORTAÇÃO
Objetivo:	Programa Emergencial de financiamento aos Estados e ao Distrito Federal - PEF I/BNDES
Governo:	Luiz Henrique da Silveira

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2009	51.192.000,00	51.192.000,00	-	-	-
2010	50.658.750,00	-	533.250,00	5.092.169,61	5.625.419,61
2011	44.259.750,00	-	6.399.000,00	4.185.727,56	10.584.727,56
2012	37.860.750,00	-	6.399.000,00	-	6.399.000,00
2013	31.461.750,00	-	6.399.000,00	2.732.660,78	9.131.660,78
2014	25.148.623,69	85.873,69	6.399.000,00	2.227.127,82	8.626.127,82
2015	18.802.983,11	57.523,23	6.403.163,81	1.904.110,94	8.307.274,75
2016	12.533.788,14	198.833,88	6.468.028,85	1.398.171,54	7.866.200,39
2017	**6.059.123,09**	**77.646,61**	**6.552.311,66**	**838.183,13**	**7.390.494,79**
TOTAL		**51.611.877,41**	**45.552.754,32**	**18.378.151,38**	**63.930.905,70**

PCDIV021 Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 15 DE JANEIRO DE 2018

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES - PEF II
CONTRATO ASSINADO EM 22/10/2009
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	R$ 76.788.000,00	Parcelas Recebidas:	R$	38.355.900,00	2010
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 14.500 de 13/08/2008		R$	21.832.000,00	2011
Credor:	BNDES		R$	15.000.000,00	2012
Taxa:	3,00% ao ano sobre o saldo devedor atualizado				
Correção Monetária:	TJLP				
Prazo:	128 meses, sendo os primeiros 32 meses de carência				
Pagamentos:	96 prestações mensais e sucessivas de principal calculada pela Tabela Sac, vencendo-se a primeira em 15/08/2012 e a última em 15/07/2020				
Vencimento:	15/07/2020				
Garantia:	FPE/IPI EXPORTAÇÃO				
Objetivo:	Programa Emergencial de financiamento aos Estados e ao Distrito Federal - PEF II				
Governo:	Luiz Henrique da Silveira				

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2010	38.355.899,99	38.355.899,99	-	124.426,54	124.426,54
2011	61.054.184,44	22.698.284,45	-	2.910.477,28	2.910.477,28
2012	71.655.840,95	14.311.624,13	3.709.967,62	5.313.768,96	9.023.736,58
2013	62.205.624,89	(24.639,23)	9.425.576,83	4.043.343,72	13.468.920,55
2014	52.765.352,62	(14.597,95)	9.425.674,32	3.465.075,79	12.890.750,11
2015	43.489.278,18	156.665,64	9.432.740,08	3.288.358,16	12.721.098,24
2016	34.489.248,78	527.323,66	9.527.353,06	2.748.517,86	12.275.870,92
2017	**25.132.723,04**	**294.974,76**	**9.651.500,50**	**2.233.190,08**	**11.884.690,58**
TOTAL		**76.305.535,45**	**51.172.812,41**	**24.127.158,39**	**75.299.970,80**

PCDIV022 Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 15 DE JANEIRO DE 2018

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES - CASAN - PAC
CONTRATO ASSINADO EM 13/08/2010
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	R$ 150.475.807,20	Parcelas Recebidas:	R$	69.590.779,20	2010
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 14.436 de 21/05/2008, e Lei Estadual nº 15.255, de 05/08/2010 (aditivo ao contrato)		R$	18.464.925,36	2011
Credor:	BNDES		R$	3.597.938,35	2012
Taxa:	3,54% ao ano sobre o saldo devedor atualizado		R$	11.236.101,35	2013
Correção Monetária:	TJLP		R$	29.251.364,67	2014
Prazo:	157 meses, sendo os primeiros 19 meses de carência				
Pagamentos:	138 prestações mensais calculadas pela Tabela Sac, vencendo a 1ª em 15/02/2012 e a última em 15/07/2023				
Vencimento:	15/07/2023				
Garantia:	FPE/IPI EXPORTAÇÃO				
Objetivo:	Ampliação e a otimização dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios de Florianópolis, Criciúma, São José e Laguna.				
Governo:	Luiz Henrique da Silveira				

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2010	69.590.779,44	69.590.779,44	-	1.639.489,19	1.639.489,19
2011	89.743.292,42	20.152.512,98	-	7.097.247,00	7.097.247,00
2012	82.056.286,33	-668.072,97	7.018.933,12	9.115.220,91	16.134.154,03
2013	87.279.273,60	14.112.002,85	8.889.015,58	7.501.023,99	16.390.039,57
2014	105.506.605,41	29.334.801,73	11.107.469,92	8.323.580,40	19.431.050,32
2015	93.591.471,97	341.701,01	12.256.834,45	9.068.727,35	21.325.561,80
2016	82.417.179,21	1.205.481,14	12.379.773,90	8.202.446,24	20.582.220,14
2017	**70.652.580,74**	**776.491,76**	**12.541.090,23**	**7.124.130,42**	**19.665.220,65**
TOTAL		**134.845.697,94**	**64.193.117,20**	**58.071.865,50**	**122.264.982,70**

PCDIV024 Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 15 DE JANEIRO DE 2018

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES - SISTEMA TRANSPORTE JOINVILLE
CONTRATO ASSINADO EM 15/12/2011
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	40.000.000,00	Parcelas Recebidas:	R$	4.227.156,00	2012
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 14.031de 22/06/2007		R$	12.060.000,00	2013
Credor:	BNDES		R$	10.713.014,97	2014
Taxa:	1,9% ao ano sobre o saldo devedor atualizado		R$	8.600.000,00	2015
Correção Monetária:	TJLP	Parcelas a Receber:	R$	4.399.829,03	2018
Prazo:	121 meses, sendo os primeiros 31 meses de carência				
Pagamentos:	90 prestações mensais e sucessivas de principal calculada pela Tabela Sac, vencendo-se a primeira em 15/08/2014 e a última em 17/01/2022				
Vencimento:	17/01/2022				
Garantia:	FPE/IPI EXPORTAÇÃO				
Objetivo:	Ampliação e modernização do Sistema Integrado de Transporte de Joinville				
Governo:	João Raimundo Colombo				

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2012	4.292.199,24	4.292.199,24	-	98.817,19	98.817,19
2013	16.521.267,58	12.229.068,34	-	436.661,31	436.661,31
2014	25.575.896,96	10.554.638,88	1.500.009,50	1.752.808,30	3.252.817,80
2015	30.071.737,59	8.732.370,40	4.236.529,77	2.111.470,22	6.347.999,99
2016	25.489.497,12	379.621,63	4.961.862,10	2.164.464,55	7.126.326,65
2017	**20.696.174,84**	**233.196,01**	**5.026.518,29**	**1.798.107,00**	**6.824.625,29**
TOTAL		**36.421.094,50**	**15.724.919,66**	**8.362.328,57**	**24.087.248,23**

PCDIV027 Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 15 DE JANEIRO DE 2018

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES - CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO
CONTRATO ASSINADO EM 21/11/2012
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	R$ 611.000.000,00 divididos em 2 subcréditos: Subcrédito A - R$ 512.581.785,76, Subcrédito B - R$ 98.418.214,24				
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 15.830 de 30/05/2012, alterada pela Lei Estadual 15.882 de 10/08/2012				
Credor:	BNDES	Parcelas Recebidas:	R$	105.840.957,88	2012
Taxa:	1,1% ao ano sobre o saldo devedor atualizado		R$	100.310.136,01	2013
Correção Monetária:	TJLP		R$	194.009.449,47	2014
			R$	38.000.000,00	2015
Prazo:	216 meses para o subcrédito A e 96 meses para o subcrédito B, sendo os primeiros 24 meses de carência		R$	15.000.000,00	2016
Pagamentos:	Prestações mensais e sucessivas de principal calculada pela Tabela Sac, vencendo-se a primeira em 15/01/2015 e a última em 15/12/2032				
Vencimento:	15/12/2032		R$	71.374.884,51	2017
Garantia:	FPE/IPI EXPORTAÇÃO	Parcelas a Receber:	R$	86.464.572,13	2018
Objetivo:	Execução do Programa Caminhos do Desevolvimento do Estado, composto por projetos constantes do PPA e Leis Orçamentárias				
Governo:	João Raimundo Colombo				

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2012	106.047.876,95	106.047.876,95	-	-	-
2013	206.646.626,78	100.598.749,83	-	8.323.565,80	8.323.565,80
2014	401.205.908,04	194.559.281,26	-	15.552.407,83	15.552.407,83
2015	417.003.094,10	39.591.382,65	23.794.196,59	26.517.157,56	50.311.354,15
2016	411.162.686,45	20.900.849,35	26.741.257,00	28.922.995,99	55.664.252,99
2017	**455.783.043,45**	**76.174.049,50**	**31.553.692,50**	**30.354.704,27**	**61.908.396,77**
TOTAL		**537.872.189,54**	**82.089.146,09**	**109.670.831,45**	**191.759.977,54**

PCDIV028 Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 15 DE JANEIRO DE 2018

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES - PMAE GESTÃO
CONTRATO ASSINADO EM 14/05/2012
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	10.000.000,00	Parcelas Recebidas:	R$	9.090.078,12	2015
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 15.289 de 23/08/2010, alteração em 12/12/2011				
Credor:	BNDES				
Taxa:	1,9% ao ano sobre o saldo devedor atualizado				
Correção Monetária:	TJLP				
Prazo:	96 meses, sendo os primeiros 36 meses de carência				
Pagamentos:	60 prestações mensais e sucessivas de principal calculada pela Tabela Sac, vencendo-se a primeira em 15/06/2015 e a última em 15/05/2020				
Vencimento:	15/05/2020				
Garantia:	FPE/IPI EXPORTAÇÃO				
Objetivo:	Melhoria da qualidade da gestão pública, por meio de investimentos em infraestrutura, capacitação e tecnologia da informação				
Governo:	João Raimundo Colombo				

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2012	-	-	-	-	-
2013	-	-	-	-	-
2014	-	-	-	-	-
2015	8.621.334,08	9.141.345,78	520.011,70	184.573,40	704.585,10
2016	6.765.162,48	103.158,59	1.959.330,19	601.453,51	2.560.783,70
2017	**4.836.759,88**	**56.458,28**	**1.984.860,88**	**454.187,47**	**2.439.048,35**
TOTAL		**9.300.962,65**	**4.464.202,77**	**1.240.214,38**	**5.704.417,15**

PCDIV029 Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 15 DE JANEIRO DE 2018

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES - ACELERA SANTA CATARINA
CONTRATO ASSINADO EM 04/04/2013
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	R$ 3.000.000.000,00 divididos em 3 subcréditos: Subc. A - R$ 979.662.,621,51-CELESC; Subc. B - R$ 200.000.000,00 - BRDE e Subc. C - R$ 1.820.337.378,49 - AC SC				
Autorização Legal:	Lei Estadual 15.855 de 02/08/2012, alterada pela Lei Estadual nº 15.903 de 20/11/2012				
Credor:	BNDES	Parcelas Recebidas:	R$	1.537.804.391,39	2013
Taxa:	0,8% ao ano sobre o saldo devedor atualizado		R$	954.485.105,94	2014
Correção Monetária:	TJLP		R$	151.286.410,02	2015
Prazo:	264 meses, sendo os primeiros 84 meses de carência		R$	212.565.746,04	2016
Pagamentos:	Prestações mensais e sucessivas de principal calculada pela Tabela Sac, vencendo-se a primeira em 15/05/2020 e a última em 15/04/2035				
Vencimento:	15/04/2035		R$	50.000.000,00	2017
Garantia:	FPE/IPI EXPORTAÇÃO	Parcelas a Receber:	R$	93.858.346,61	2018
Objetivo:	Viabilizar as ações do Programa Acelera Santa Catarina e Reestruturação da Dívida da CELESC				
Governo:	João Raimundo Colombo				

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2012	-	-	-	-	-
2013	1.555.747.228,07	1.555.747.228,07	-	33.614.508,91	33.614.508,91
2014	2.519.272.936,95	963.525.708,88	-	100.593.649,25	100.593.649,25
2015	2.689.072.213,30	169.799.276,35	-	156.967.433,17	156.967.433,17
2016	2.944.318.238,99	255.246.025,69	-	184.625.011,28	184.625.011,28
2017	**3.028.206.127,98**	**83.887.888,99**	**-**	**196.176.152,38**	**196.176.152,38**
TOTAL		**3.028.206.127,98**	**-**	**671.976.754,99**	**671.976.754,99**

PCDIV030 Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 15 DE JANEIRO DE 2018

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO DO BRASIL- CAMINHOS ESTRATÉGICOS DA PRODUÇÃO E PREVENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS
CONTRATO ASSINADO EM 18/07/2013
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	1.056.400.000,00				
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 15.941 de 21/12/2012				
Credor:	Banco do Brasil	Parcelas Recebidas:	R$	218.800.000,00	2013
Taxa:	3,75%a.a.+ Libor semestral		R$	363.718.494,64	2014
Atualização Monetária:	Variação Cambial			418.800.000,00	2015
Prazo:	240 meses, sendo os primeiros 60 meses de carência				
Pagamentos:	Prestações semestrais de principal calculada pela Tabela Sac, vencendo-se a primeira em 18/07/2018 e a última em 18/07/2033				
Vencimento:	18/07/2033				
Garantia:	FPE/IPI EXPORTAÇÃO				
Objetivo:	Custear Despesas de Capital destinadas aos Projetos Caminhos Estratégicos da Produção e Prevencção de Desastres Naturais				
Governo:	João Raimundo Colombo				

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2012	-	-	-	-	-
2013	218.800.000,00	218.800.000,00	-	7.923.000,00	7.923.000,00
2014	675.740.903,64	456.940.903,64	-	16.603.253,82	16.603.253,82
2015	1.430.220.948,40	754.480.044,76	-	39.537.597,24	39.537.597,24
2016	1.199.563.960,57	**(230.656.987,83)**	-	64.604.901,58	64.604.901,58
2017	**1.222.393.575,50**	**22.829.614,93**	**-**	**67.903.713,39**	**67.903.713,39**
TOTAL		**1.222.393.575,50**	**-**	**196.572.466,03**	**196.572.466,03**

PCDIV059 Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 15 DE JANEIRO DE 2018

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO DO BRASIL- PACTO POR SANTA CATARINA
CONTRATO ASSINADO EM 27/11/2013
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	2.000.000.000,00				
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 16.129 de 23/09/2013	Parcelas Recebidas:	R$	90.100.600,00	2014
Credor:	Banco do Brasil		R$	300.000.000,00	2015
Taxa:	120% CDI/OVER		R$	809.899.400,00	2016
Atualização Monetária:			R$	700.000.000,00	2017
Prazo:	240 meses, sendo os primeiros 60 meses de carência	Parcelas a Receber:	R$	100.000.000,00	2018
Pagamentos:	Prestações semestrais de principal calculada pela Tabela Sac, vencendo-se a primeira em 27/11/2018 e a última em 27/11/2033				
Vencimento:	27/11/2033				
Garantia:	FPE/IPI EXPORTAÇÃO				
Objetivo:	Custear Despesas de Capital constantes do Plano Plurianual e da Lei de Orçamento Anual				
Governo:	João Raimundo Colombo				

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2012	-	-	-	-	-
2013	-	-	-	-	-
2014	91.185.059,21	91.185.059,21	-	40.004.786,51	40.004.786,51
2015	395.080.736,66	303.895.677,45	-	47.649.839,66	47.649.839,66
2016	1.218.464.960,66	823.384.224,00	-	148.270.567,20	148.270.567,20
2017	1.911.593.344,96	693.128.384,30	-	157.891.035,40	157.891.035,40
TOTAL		**1.911.593.344,96**	**-**	**393.816.228,77**	**393.816.228,77**

PCDIV060 Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 15 DE JANEIRO DE 2018

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

DÍVIDA DE LONGO PRAZO: PASEP
DATA DA ASSINATURA: 31/09/2012
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	R$ 289.875.878,40	
Taxa:	SELIC	
Prazo:	180 meses	
Pagamentos:	180 prestações mensais, vencendo-se a primeira em 30/10/2012 e a última em 30/09/2027	
Vencimento:	30/09/2027	

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2012	279.654.593,12	289.875.878,40	10.221.285,28	9.910.340,93	20.131.626,21
2013	242.499.454,17	-33.310.775,77	3.844.363,18	4.677.051,27	8.521.414,45
2014	259.389.643,85	19.711.081,03	2.820.891,35	4.242.232,85	7.063.124,20
2015	270.092.887,68	24.199.206,86	13.495.963,03	2.984.753,02	16.480.716,05
2016	279.087.403,88	19.577.399,12	10.582.882,92	7.662.462,84	18.245.345,76
2017	**278.719.736,67**	**13.129.403,95**	**13.497.071,16**	**6.379.058,25**	**19.876.129,41**
TOTAL		**320.052.789,64**	**40.965.385,76**	**29.476.840,91**	**70.442.226,67**

Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 15 DE JANEIRO DE 2018

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DOS PAGAMENTOS
DÍVIDA INTERNA E ENCARGOS DOS AROS
EXERCÍCIO DE 2017

EM REAIS

INSTITUIÇÕES CREDORAS	VALORES PAGOS	SOMA
CAIXA ECONOMICA FEDERAL - Contrato assinado em 31/03/98 - Lei Estadual nº 10.637 de 23/12/97		
Amortizações	2.070.006,62	
Juros, comissões e outras despesas	26.991,00	2.096.997,62
BANCO DO BRASIL S/A - IPESC - Contrato assinado em 31/10/95 - Lei Federal nº 8.727 de 05/11/93		
Amortizações	120.485,59	
Juros, comissões e outras despesas	1.674,43	122.160,02
BANCO DO BRASIL S/A - COHAB - Contrato assinado em 10/11/98 - Lei Federal nº 8.727 de 05/11/93		
Amortizações	4.513.022,44	
Juros, comissões e outras despesas	462.524,22	4.975.546,66
BANCO DO BRASIL S/A - 012/98/STN/COAFI - Contrato assinado em 31/03/98 - Lei Federal nº 9.496 de 11/09/97		
Amortizações	120.616.468,19	
Juros, comissões e outras despesas	153.617.382,94	274.233.851,13
BANCO DO BRASIL S/A - DMLP - Contrato assinado em 21/01/98 - Lei Federal nº 10.542 de 30/09/97		
Amortizações	-	
Juros, comissões e outras despesas	2.289.087,81	2.289.087,81
PARCELAMENTO DO PASEP		
Amortizações	13.497.071,16	
Juros, comissões e outras despesas	6.379.058,25	19.876.129,41
BNDES (PMAE) - Contrato assinado em 11/09/09 - Lei Estadual nº 14.500 de 13/08/08		
Amortizações	3.083.063,79	
Juros, comissões e outras despesas	100.682,46	3.183.746,25
BANCO DO BRASIL S/A - PEF I - Contrato assinado em 22.10.09 - Lei Estadual nº14.500 de 13/08/08		
Amortizações	6.552.311,66	
Juros, comissões e outras despesas	838.183,13	7.390.494,79
BANCO NAC. DE DESENV.ECON. E SOCIAL - BNDES - PEF II - Contrato assinado em 22.10.10 - Lei Estadual nº14.500 de 13/08/08		
Amortizações	9.651.500,50	
Juros, comissões e outras despesas	2.233.190,08	11.884.690,58

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DOS PAGAMENTOS
DÍVIDA INTERNA E ENCARGOS DOS AROS
EXERCÍCIO DE 2017

EM REAIS

INSTITUIÇÕES CREDORAS	VALORES PAGOS	SOMA
BANCO NAC. DE DESENV.ECON. E SOCIAL - BNDES - CASAN - PAC - Contrato assinado em 20.09.10 - Lei Estadual nº14.500 de 13/08/08		
Amortizações	12.541.090,23	
Juros, comissões e outras despesas	7.124.130,42	19.665.220,65
BANCO NAC. DE DESENV.ECON. E SOCIAL - BNDES - SIST.JOINVILLE - Contrato assinado em 20.09.10 - Lei Estadual nº14.031 de 22/06/2007		
Amortizações	5.026.518,29	
Juros, comissões e outras despesas	1.798.107,00	6.824.625,29
BANCO NAC. DE DESENV.ECON. E SOCIAL - BNDES - CAM. DO DESENVOLVIMENTO - Contrato assinado em 21.11.2012 - Lei Estadual nº15.830 de 30/05/2012		
Amortizações	31.553.692,50	
Juros, comissões e outras despesas	32.377.985,79	63.931.678,29
BANCO NAC. DE DESENV.ECON. E SOCIAL - BNDES - PMAE Gestão - Contrato assinado em 14.05.2012 - Lei 15.289 de 23/08/2010		
Amortizações	1.984.860,88	
Juros, comissões e outras despesas	454.187,47	2.439.048,35
BANCO NAC. DE DESENV.ECON. E SOCIAL - BNDES - ACELERA SC - Contrato assinado em 04.04.13 - Lei Estadual nº15.903 de 20/12/2012		
Amortizações	-	
Juros, comissões e outras despesas	196.176.152,38	196.176.152,38
BANCO DO BRASIL- BB - PREVENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS - Contrato assinado em 18.07.13 - Lei Estadual nº15.941 de 21/12/2012		
Amortizações	-	
Juros, comissões e outras despesas	67.903.713,39	67.903.713,39
BANCO DO BRASIL- BB -PACTO POR SC - Contrato assinado em 27.11.2013 - Lei Estadual nº16.129 de 23/09/2013		
Amortizações	-	
Juros, comissões e outras despesas	157.891.035,40	157.891.035,40
TOTAL		
AMORTIZAÇÕES	**211.210.091,85**	
JUROS, COMISSÕES E OUTRAS DESPESAS	**629.674.086,17**	
GERAL		**840.884.178,02**

PCDIV-51
Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 15 DE JANEIRO DE 2018

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

RESUMO DOS RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS DOS EMPRÉSTIMOS DA DÍVIDA PÚBLICA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA
EXERCÍCIO DE 2017

EM REAIS

ESPECIFICAÇÕES	RECEBIMENTOS	PAGAMENTOS		
		PRINCIPAL	JUROS/ENCARGOS	SOMA
01 DÍVIDA INTERNA	**821.374.884,51**	**211.210.091,85**	**629.674.086,17**	**840.884.178,02**
01.02 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	-	2.070.006,62	26.991,00	2.096.997,62
01.03 - BANCO DO BRASIL S/A	700.000.000,00	131.802.287,88	383.003.601,32	514.805.889,20
01.04 - BNDES	121.374.884,51	63.840.726,19	240.264.435,60	304.105.161,79
01.05 - PARCELAMENTO DO PASEP	-	13.497.071,16	6.379.058,25	19.876.129,41
01.06 - APÓLICES INALIENÁVEIS	-	-	-	-
02 DÍVIDA EXTERNA	**239.162.245,19**	**324.257.576,54**	**120.403.710,17**	**444.661.286,71**
02.01 - BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID	155.434.551,24	50.909.737,68	22.561.843,19	73.471.580,87
02.02 - BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD	19.424.193,95	9.917.690,00	5.249.146,98	15.166.836,98
02.03 - CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO - CAF	64.303.500,00	9.250.911,72	5.568.618,41	14.819.530,13
02.03 - BANK OF AMÉRICA - BAML	-	254.179.237,14	87.024.101,59	341.203.338,73
TOTAL GERAL	**1.060.537.129,70**	**535.467.668,39**	**750.077.796,34**	**1.285.545.464,73**

PCDIV4

Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 15 DE JANEIRO DE 2018

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA EXTERNA
(Anexo nº 16 da Lei Federal 4.320/64)
EXERCÍCIO DE 2017

A U T O R I Z A Ç Õ E S				SALDO ANTERIOR EM CIRCULAÇÃO	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO EM REAIS		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE		
INSTITUIÇÕES CREDORAS	VALOR DA EMISSÃO				VARIAÇÕES		EM MOEDA		VALOR
LEIS, NÚMERO E DATA	EM MOEDA ESTRANGEIRA		EM REAIS	EM REAIS	PARA +	PARA -	ESTRANGEIRA		EM REAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. - BID 1390/0C/BR-ROF: TA154202 Contrato assinado em 09.05.2002 - Lei n. 11.830 DE 10 de Julho de 2002	US$	150.000.000,00	367.785.000,00	202.623.043,53	2.136.179,04	36.450.772,76	US$	50.879.217,00	168.308.449,81
BANCO INTERN.P/RECONST. E DESENV. - BIRD 4660 BR - ROF: 232598 Contrato assinado em 10.05.2002 - Lei n. 12.007 DE 09 de Novembro de 2001	US$	62.800.000,00	155.982.640,00	10.265.767,12	(348.077,12)	9.917.690,00	US$	-	-
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. - BID 2171/0C/BR Contrato assinado em 09.04.2010 - Lei n.14.532, de 06 de Novembro de 2008	US$	50.000.000,00	88.650.000,00	137.627.051,00	1.784.232,69	7.137.500,02	US$	39.986.028,92	132.273.783,67
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. - BID 2172/0C/BR Contrato assinado em 01.09.2010 - Lei n.14.529, de 28 de Outubro de 2008	US$	30.000.000,00	52.323.000,00	81.564.382,98	5.082.900,15	7.321.464,90	US$	23.979.993,42	79.325.818,23
CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO - CAF Contrato assinado em 01.09.2010 - Lei n.13.919, de 27 de Dezembro de 2006	US$	32.558.000,00	56.784.407,80	87.619.822,98	926.000,83	9.250.911,72	US$	23.970.650,57	79.294.912,09
BANCO INTERN.P/RECONST. E DESENV. - BIRD 7952-BR-RURAL Contrato assinado em 30.09.2010- Lei nº 14.962 de 03 de Dezembro de 2009	US$	90.000.000,00	152.478.000,00	274.143.461,61	25.396.779,24	-	US$	90.550.254,19	299.540.240,85
BANK OF AMERICA - BOF TA 634758 Contrato assinado em 27.12.12- Lei nº 15.881 de 10 de Agosto de 2012	US$	726.441.566,00	1.478.126.976,41	1.868.209.208,80	29.939.056,12	254.179.237,14	US$	496.967.662,57	1.643.969.027,78
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. - BID 2900 Contrato assinado em 09.01.13- Lei nº 14.532 de 06 de Novembro de 2008	US$	250.000.000,00	510.425.000,00	455.626.409,85	166.930.787,90	-	US$	188.197.460,02	622.557.197,75
CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO - CAF PROVIAS Contrato assinado em 26.08.14- Lei nº 15.714 de dezembro de 2001	US$	55.000.000,00	123.178.000,00	71.841.298,80	68.238.723,90	-	US$	42.345.835,16	140.080.022,70
TOTAL GERAL	US$	**1.446.799.566,00**	**2.985.733.024,21**	**3.189.520.446,67**	**300.086.582,75**	**324.257.576,54**	US$	**956.877.101,85**	**3.165.349.452,88**

PCDIV2
Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 15 DE JANEIRO DE 2018

COTAÇÃO DA MOEDA: 31.12.2017
DÓLAR 3,308

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO INTER. DESENVOLVIMENTO - BID-1390/OC/BR - ROF - TA 154202
CONTRATO ASSINADO EM 09/05/2002
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	US$ 150.000.000,00		
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 11.830 de 10 de julho de 2001 e Resolução do Senado Federal nº 13/2002		
Taxa:	Taxa determinada pelo custo de empréstimo qualificado para o semestre anterior, acrescida de uma margem aplicada s/ saldo devedor, contada a partir da data de desembolso		
Prazo:	20 anos, sendo os primeiros 66 meses de carência		
Pagamentos:	30 prestações semestrais, consecutivas e tanto quanto possível iguais,vencendo-se a primeira em 09/11/2007 e a última em 09/05/2022		
Vencimento:	09/05/2022		
Garantia:	FPE/IPI		
Objetivo:	Programa de pavimentação e reabilitação de rodovias - BID IV		
Governo:	Esperidião Amin	Outros Encargos:	0,75% a.a. s/ saldo não desembolsado.

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/2016:	US$	61.915.486,73
Amortização em 2017:	US$	11.257.361,22
Inscrição em 2017:	US$	-
Capital em circulação em 31/12/2017:	US$	50.658.125,51

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2001	-	-	-	-	-
2002	53.319.291,74	53.319.291,74	0,00	0,00	0,00
2003	138.646.158,39	85.326.866,65	0,00	5.752.578,51	5.752.578,51
2004	201.561.135,95	62.914.977,56	0,00	8.233.803,03	8.233.803,03
2005	229.517.522,06	27.956.386,11	0,00	9.248.172,82	9.248.172,82
2006	268.965.421,05	39.447.898,99	0,00	9.792.430,61	9.792.430,61
2007	255.216.561,21	-5.420.443,99	8.328.415,85	10.488.149,86	18.816.565,71
2008	313.276.344,23	79.057.630,96	20.997.847,94	12.387.607,17	33.385.455,11
2009	213.784.705,85	-78.046.469,96	21.445.168,42	11.862.696,43	33.307.864,85
2010	185.900.265,91	-8.261.318,82	19.623.121,12	8.547.272,80	28.170.393,92
2011	188.169.073,08	21.265.604,23	18.996.797,06	4.592.113,47	23.588.910,53
2012	218.541.967,75	52.648.398,18	22.275.503,51	5.074.821,98	27.350.325,49
2013	224.157.702,40	29.864.090,72	24.248.356,07	4.848.411,14	29.096.767,21
2014	224.943.500,88	27.738.735,59	26.952.937,11	4.792.076,43	31.745.013,54
2015	286.608.658,50	100.131.560,91	38.466.403,29	6.118.580,55	44.584.983,84
2016	202.623.043,53	-46.234.054,13	37.751.560,84	6.983.478,95	44.735.039,79
2017	**168.308.449,81**	**2.136.179,04**	**36.450.772,76**	**5.982.656,01**	**42.433.428,77**
TOTAL		**443.845.333,78**	**275.536.883,97**	**114.704.849,76**	**390.241.733,73**

PCDIV071
Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 15 DE JANEIRO DE 2018

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO INTER. P/ RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD/ Nº 4660- BR- ROF - TA 232598
CONTRATO ASSINADO EM 10/05/2002
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	US$ 62.800.000,00		
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 12.007 de 09 de novembro de 2001 e Resolução do Senado Federal nº 14/2002		
Taxa:	0,5% a.a., acima do custo "QUALIFIED BORROWINGS" cotados no semestre precedente, aplicados s/ saldo devedor financiado,		
	contados a partir da data de cada desembolso		
Prazo:	15 anos, sendo os primeiros 65 meses de carência		
Pagamentos:	20 prestações semestrais, consecutivas e de igual valor, vencendo-se a primeira em 15/10/2007e a última em 15/04/2017		
Vencimento:	15/04/2017		
Garantia:	FPE/IPI		
Objetivo:	Projeto de recuperação ambiental, apoio ao pequeno produtor e combate a pobreza.		
Governo:	Esperidião Amin	Outros Encargos:	0,75% a.a. s/ saldo não desembolsado.

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/2016:	US$	3.140.000,00
Amortização em 2017:	US$	3.140.000,00
Inscrição em 2017:	US$	-
Capital em circulação em 31/12/2017:	US$	-

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
					0,00
2002	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2003	5.234.745,39	5.234.745,39	0,00	2.898.835,33	2.898.835,33
2004	6.697.117,75	1.462.372,36	0,00	533.023,21	533.023,21
2005	38.134.021,14	31.436.903,39	0,00	683.349,10	683.349,10
2006	74.205.266,12	36.071.244,98	0,00	2.547.623,66	2.547.623,66
2007	80.340.209,12	11.763.393,00	5.628.450,00	4.280.799,04	9.909.249,04
2008	123.207.722,80	54.971.271,68	12.103.758,00	3.804.783,50	15.908.541,50
2009	82.387.135,38	-28.536.907,42	12.283.680,00	3.488.765,90	15.772.445,90
2010	68.374.677,14	-3.257.958,24	10.754.500,00	575.446,18	11.329.946,18
2011	65.195.860,88	7.296.223,74	10.475.040,00	477.840,15	10.952.880,15
2012	57.749.310,00	4.689.549,12	12.136.100,00	604.509,28	12.740.609,28
2013	51.490.348,00	6.790.878,00	13.049.840,00	434.909,97	13.484.749,97
2014	41.786.184,87	4.728.846,87	14.433.010,00	285.000,56	14.718.010,56
2015	36.857.170,70	16.914.395,83	21.843.410,00	330.008,59	22.173.418,59
2016	10.265.767,12	-5.515.723,58	21.075.680,00	273.542,86	21.349.222,86
2017	**0,00**	**-348.077,12**	**9.917.690,00**	**83.351,41**	**10.001.041,41**
TOTAL		**143.701.158,00**	**143.701.158,00**	**21.301.788,74**	**165.002.946,74**

FLORIANÓPOLIS, 15 DE JANEIRO DE 2018

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO INTER. DESENVOLVIMENTO - BID-2171/OC/BR
CONTRATO ASSINADO EM 09/04/2010
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	50.000.000,00	Parcelas Recebidas:			
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 14.532 de 06 de novembro de 2008 e Resolução do Senado Federal nº 43/2009	USD	4.822.181,49	2010	
Taxa:	Taxa determinada pelo custo de empréstimo qualificado para o semestre anterior,	USD	32.034.164,09	2011	
	acrescida de uma margem aplicada s/ saldo devedor, contada a partir da data de desembolso	USD	12.871.128,87	2012	
		USD	272.525,55	2013	
Prazo:	25 anos, sendo os primeiros 42 meses de carência				
Pagamentos:	44 prestações semestrais e iguais,vencendo-se a primeira em 09/10/2013 e a última em 09/04/2035				
Vencimento:	09/04/2035				
Garantia:	FPE/IPI				
Objetivo:	Programa de pavimentação e reabilitação de rodovias - BID V				
Governo:	Leonel Arcângelo Pavan	Outros Encargos:	0,75% a.a. s/ saldo não desembolsado.		

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/2016:	USD	42.045.454,52
Amortização em 2017:	USD	2.272.727,28
Inscrição em 2017:	USD	-
Capital em circulação em 31/12/2017:	USD	39.772.727,24

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2010	8.034.718,80	8.034.718,80	0,00	69.951,22	69.951,22
2011	69.135.133,04	61.100.414,24	0,00	403.324,99	403.324,99
2012	101.618.094,04	32.482.961,00	0,00	979.345,30	979.345,30
2013	114.467.954,54	15.356.678,69	2.506.818,19	1.186.820,96	3.693.639,15
2014	124.081.272,31	14.858.722,58	5.245.404,81	1.277.274,07	6.522.678,88
2015	173.506.265,13	57.317.038,30	7.892.045,48	1.858.248,48	9.750.293,96
2016	137.627.051,00	-28.012.736,83	7.866.477,30	2.847.423,94	10.713.901,24
2017	**132.273.783,67**	**1.784.232,69**	**7.137.500,02**	**2.766.263,41**	**9.903.763,43**
TOTAL		**162.922.029,47**	**30.648.245,80**	**11.388.652,37**	**42.036.898,17**

PCDIV073

Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 15 DE JANEIRO DE 2018

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO INTER. DESENVOLVIMENTO - BID-2172/OC/BR
CONTRATO ASSINADO EM 01/09/2010
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	US$ 30.000.000,00	Parcelas Recebidas:		
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 14.529 de 28 de outubro de 2008	USD	1.500.000,00	2010
Taxa:	Taxa determinada pelo custo de empréstimo qualificado para o semestre anterior, acrescida de	USD	990.157,44	2012
	uma margem aplicada s/ saldo devedor, contada a partir da data de desembolso	USD	12.078.191,41	2013
		USD	5.918.910,37	2014
Prazo:	24 anos e seis meses, sendo os primeiros 54 meses de carência	USD	3.697.711,69	2015
Pagamentos:	32 prestações semestrais, consecutivas e tanto quanto possível iguais,vencendo-se a primeira em 01/03/2015 e a última em 01/09/2034			
Vencimento:	01/09/2030	USD	3.615.500,41	2016
Garantia:	PFPE/IPI			
Objetivo:	Programa de Modernização da Gestão Fiscal, Financeira da Administração Estadual - PROFISCO			
Governo:	Leonel Arcângelo Pavan	Outros Encargos:	0,75% a.a. s/ saldo não desembolsado.	

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/2016:	US$	24.934.996,49	Parcelas a Receber:	USD	1.199.528,68	2017
Amortização em 2017:	US$	2.326.225,47				
Inscrição em 2017:	US$	1.199.528,68				
Capital em circulação em 31/12/2017:	US$	23.808.299,70				

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2010	2.499.300,00	2.499.300,00	0,00	0,00	0,00
2011	2.813.700,00	314.400,00	0,00	117.492,88	117.492,88
2012	5.088.636,73	2.274.936,73	0,00	166.819,42	166.819,42
2013	34.127.814,02	29.039.177,29	0,00	316.896,38	316.896,38
2014	54.615.516,08	20.487.702,06	0,00	512.826,05	512.826,05
2015	89.771.242,44	39.297.994,08	4.142.267,72	816.035,86	4.958.303,58
2016	81.564.382,98	-2.466.899,09	5.739.960,37	1.589.068,82	7.329.029,19
2017	**79.325.818,23**	**5.082.900,15**	**7.321.464,90**	**1.605.960,53**	**8.927.425,43**
TOTAL		**96.529.511,22**	**17.203.692,99**	**5.125.099,94**	**22.328.792,93**

PCDIV074

Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 15 DE JANEIRO DE 2018

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO - CAF
CONTRATO ASSINADO EM 01/09/2010
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	US$ 32.558.000,00	Parcelas Recebidas:		
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 13.919 de 27 de dezembro de 2006	USD	6.252.319,00	2010
Taxa:	Libor semestral + 2,35%aa	USD	4.999.980,00	2011
Prazo:	15 anos e seis meses, sendo os primeiros 54 meses de carência	USD	12.459.301,00	2012
Pagamentos:	22 prestações semestrais, vencendo-se a primeira em 28/02/2015 e a última em 31/08/2025	USD	8.846.400,00	2013
Vencimento:	31/08/2025			
Garantia:	FPE/IPI			
Objetivo:	Programa de Integração (PIR) - Fase I é Integrar a Região Nordeste de SC com o Litoral, Viabilizando Investimentos Portuários e Promovendo o Desenvolvimento Turistic			
Governo:	Leonel Arcângelo Pavan	Outros Encargos:	0,75% a.a. s/ saldo não desembolsado.	

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/2016:	US$	26.638.363,64
Amortização em 2017:	US$	2.959.818,18
Inscrição em 2017:	US$	-
Capital em circulação em 31/12/2017:	US$	23.678.545,46

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
		0,00			
2010	10.417.613,92	10.417.613,92	0,00	0,00	0,00
2011	21.107.062,46	10.689.448,54	0,00	289.280,15	289.280,15
2012	48.454.654,60	27.347.592,14	0,00	1.012.852,38	1.012.852,38
2013	76.270.370,80	27.815.716,20	0,00	1.637.989,17	1.637.989,17
2014	87.259.702,60	10.989.331,80	0,00	2.023.731,53	2.023.731,53
2015	116.643.614,88	38.862.730,00	9.478.817,72	2.774.391,65	12.253.209,37
2016	87.619.822,98	-18.283.351,68	10.740.440,22	3.240.320,84	13.980.761,06
2017	**79.294.912,09**	**926.000,83**	**9.250.911,72**	**2.990.816,14**	**12.241.727,86**
TOTAL		**108.765.081,75**	**29.470.169,66**	**13.969.381,86**	**43.439.551,52**

PCDIV075
Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 15 DE JANEIRO DE 2018

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO INTER. P/ RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD/ 7952-BR - ROF: TA 550707
CONTRATO ASSINADO EM 30/09/2010
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	US$ 90.000.000,00	Parcelas Recebidas:			
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 14.962 de 03 de Dezembro de 2009	USD	225.000,00	2011	
Taxa:	Libor + Spread variável	USD	8.253.286,15	2012	
Prazo:	25 anos, sendo os primeiros 119 meses de carência	USD	17.779.423,57	2013	
Pagamentos:	30 prestações semestrais, vencendo-se a primeira em 15/09/2020 e a última em 15/03/2035	USD	10.065.213,02	2014	
Vencimento:	15/03/2035	USD	32.422.890,28	2015	
Garantia:	FPE/IPI	USD	15.172.880,93	2016	
Objetivo:	Programa Santa Catarina Rural - Microbacias III - Aumentar a competitividade das organizações dos agricultores familiares em Santa Catarina.				
Governo:		Outros Encargos:	0,75% a.a. s/ saldo não desembolsado.		

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/2016:	US$	83.918.693,95	Parcelas a Receber:	USD	6.081.306,05	2017
Amortização em 2017:	US$	-				
Inscrição em 2017:	US$	6.081.306,05				
Capital em circulação em 31/12/2017:	US$	90.000.000,00				

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2010					
2011	422.055,00	422.055,00	0,00	383.000,71	383.000,71
2012	17.325.377,75	16.903.322,75	0,00	143.673,89	143.673,89
2013	61.511.310,79	44.185.933,04	0,00	208.918,46	208.918,46
2014	96.724.695,78	35.213.384,99	0,00	502.341,68	502.341,68
2015	269.050.960,51	172.326.264,73	0,00	1.402.030,13	1.402.030,13
2016	274.143.461,61	5.092.501,10	0,00	3.149.553,42	3.149.553,42
2017	**299.540.240,85**	**25.396.779,24**	**0,00**	**5.165.795,57**	**5.165.795,57**
TOTAL		**299.540.240,85**	**0,00**	**10.955.313,86**	**10.955.313,86**

PCDIV076
Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 15 DE JANEIRO DE 2018

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANK OF AMERICA - REFINANCIAMENTO DO RESÍDUO DA LEI 9496
CONTRATO ASSINADO EM 27/12/2012
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	US$ 726,441,566.00	Parcelas Recebidas:	
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 15.881 de 10 de agosto de 2012	US$ 726,441,566.00	2012
Taxa:	4,00 %aa		
Prazo:	10 anos, sendo os primeiros 18 meses de carência		
Pagamentos:	18 prestações semestrais, consecutivas, vencendo-se a primeira em 27/06/2014 e a última em 27/12/2022		
Vencimento:	27/12/2022		
Garantia:	FPE/IPI		
Objetivo:	Refinanciamento do Resíduo da Divida do Estado com a União, referente a Lei 9496/98		
Governo:	João Raimundo Colombo		

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/2016:	US$	572.763.175,63
Amortização em 2017:	US$	76.177.502,00
Inscrição em 2017:	US$	
Capital em circulação em 31/12/2017:	US$	496.585.673,59

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2012	1.484.483.340,12	1.484.483.340,12	0,00	26.652.071,33	26.652.071,33
2013	1.701.762.012,51	217.278.672,39	0,00	78.657.331,88	78.657.331,88
2014	1.875.691.221,39	225.191.532,63	51.262.323,75	82.983.392,05	134.245.715,80
2015	2.509.973.800,84	858.370.749,73	224.088.170,28	114.446.873,31	338.535.043,59
2016	1.868.209.208,80	-408.957.205,59	232.807.386,45	98.724.775,12	331.532.161,57
2017	**1.643.969.027,78**	**29.939.056,12**	**254.179.237,14**	**87.024.101,59**	**341.203.338,73**
TOTAL		**2.406.306.145,40**	**762.337.117,62**	**488.488.545,28**	**1.250.825.662,90**

PCDIV077
Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 15 DE JANEIRO DE 2018

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO INTER. DESENVOLVIMENTO - BID VI - Rodovias
CONTRATO ASSINADO EM 09/01/2013
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	US$ 250,000,000.00	Parcelas Recebidas:		
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 14.532 de 06 de Novembro de 2008	USD	49.263.657,24	2013
Taxa:	Taxa determinada pelo custo de empréstimo qualificado para o semestre anterior, acrescida de	USD	38.000.000,00	2014
	uma margem aplicada s/ saldo devedor, contada a partir da data de desembolso	USD	25.000.000,00	2015
Prazo:	25 anos, sendo os primeiros 66 meses de carência	USD	27.000.000,00	2016
Pagamentos:	40 prestações semestrais, consecutivas, vencendo-se a primeira em 09/07/2018 e a última em 09/01/2038			
Vencimento:	09/01/2038			
Garantia:	FPE/IPI			
Objetivo:	Programa para a melhoria das condições fiscais e operacionais da infraestrutura rodoviária estadual			
Governo:	João Raimundo Colombo			

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/2016:	US$	139.263.657,24	Parcelas a Receber:		
Amortização em 2017:	US$	-	USD	48.000.000,00	2017
Inscrição em 2017:	US$	48.000.000,00	USD	62.736.342,76	2018
Capital em circulação em 31/12/2017:	US$	187.263.657,24			

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2013	115.405.043,45	115.405.043,45	0,00	1.039.268,47	1.039.268,47
2014	232.330.864,73	116.925.821,28	0,00	2.896.276,76	2.896.276,76
2015	439.386.700,72	207.055.835,99	0,00	5.475.519,26	5.475.519,26
2016	455.626.409,85	16.239.709,13	0,00	10.305.272,56	10.305.272,56
2017	**622.557.197,75**	**166.930.787,90**	**0,00**	**12.206.963,24**	**12.206.963,24**
TOTAL		**622.557.197,75**	**0,00**	**31.923.300,29**	**31.923.300,29**

PCDIV078
Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 15 DE JANEIRO DE 2018

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO - CAF
CONTRATO ASSINADO EM 26/08/2014
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	US$ 55,000,000.00	Parcelas Recebidas:		
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 15.714 de Dezembro de 2013	USD	5.000.000,00	2015
Taxa:	Libor semestral +2,6%a.a.	USD	20.000.000,00	2016
Prazo:	15 anos, sendo os primeiros 36 meses de carência			
Pagamentos:	24 prestações semestrais, consecutivas, vencendo-se a primeira em 26/02/2018 e a última em 26/08/2029			
Vencimento:	26/08/2029			
Garantia:	FPE/IPI			
Objetivo:	Integração do Planalto Norte com o Vale do Itajaí por meio das vias catarinenses SC477 e SC114.			
Governo:	João Raimundo Colombo			

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/2016:	US$	21.900.000,00	Parcelas a Receber:		
Amortização em 2017:	US$	-	USD	20.000.000,00	2017
Inscrição em 2017:	US$	20.000.000,00	USD	10.000.000,00	2018
Capital em circulação em 31/12/2017:	US$	41.900.000,00	USD	3.100.000,00	2019

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2014	0,00	0,00	0,00	-	0,00
2015	19.661.849,09	19.661.849,09	0,00	484.383,51	484.383,51
2016	71.841.298,80	52.179.449,71	0,00	1.202.673,29	1.202.673,29
2017	**140.080.022,70**	**68.238.723,90**	**0,00**	**2.577.802,27**	**2.577.802,27**
TOTAL		**140.080.022,70**	**0,00**	**4.264.859,07**	**4.264.859,07**

PCDIV079
Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 15 DE JANEIRO DE 2018

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DOS PAGAMENTOS
DÍVIDA FUNDADA EXTERNA
EXERCÍCIO DE 2017

(em reais)

INSTITUIÇÕES CREDORAS	VALORES PAGOS	SOMA
BANCO INTER. DE DESENVOLVIMENTO - BID - 1390/OC/BR - ROF - TA 154202 - Contrato assinado em 09/05/2002 - Lei nº 11.830 de 10 de julho de 2001		
Amortizações	36.450.772,76	
Juros, comissões e outras despesas	5.982.656,01	42.433.428,77
BANCO INTERN. P/ RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD - 4660/BR - ROF - TA 167191 - Cont. ass. 10/05/2002 - Lei nº 12.007 de 09 de nov. de 2001		
Amortizações	9.917.690,00	
Juros, comissões e outras despesas	83.351,41	10.001.041,41
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. - BID 2171/0C/BR - Contrato assinado em 09/04/2010 - Lei nº 14.532 de 06/11/2008		
Amortizações	7.137.500,02	
Juros, comissões e outras despesas	2.766.263,41	9.903.763,43
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. - BID 2172/0C/BR - Contrato assinado em 01.09.2010 - Lei nº 14.529 de 28/10/2008		
Amortizações	7.321.464,90	
Juros, comissões e outras despesas	1.605.960,53	8.927.425,43
CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO - CAF - Contrato assinado em 01.09.2010		
Amortizações	9.250.911,72	
Juros, comissões e outras despesas	2.990.816,14	12.241.727,86
BANCO INTERN. P/ RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD 7952-BR-RURAL - Cont. ass. 30/09/2010 - Lei nº 14.962 de 03 de Dezembro de 2009		
Amortizações	-	
Juros, comissões e outras despesas	5.165.795,57	5.165.795,57
BANK OF AMERICA - BOF TA 634758 - Cont. ass. 27/12/12 - Lei nº 15.881 de 10 de Agosto de 2010		
Amortizações	254.179.237,14	
Juros, comissões e outras despesas	87.024.101,59	341.203.338,73
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. - BID 2900 - Contrato assinado em 09.01.13- Lei nº 14.532 de 06 de Novembro de 2008		
Amortizações	-	
Juros, comissões e outras despesas	12.206.963,24	12.206.963,24
CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO - CAF PROVIAS - Contrato assinado em 26.08.14- Lei nº 15.714 de dezembro de 2001		
Amortizações	-	
Juros, comissões e outras despesas	2.577.802,27	2.577.802,27
TOTAL		
AMORTIZAÇÕES	**324.257.576,54**	
JUROS, COMISSÕES E OUTRAS DESPESAS	**120.403.710,17**	
GERAL		**444.661.286,71**

PCDIV-52
Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 15 DE JANEIRO DE 2018

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA

DEMONSTRATIVO DOS PRECATÓRIOS - 2017

PAGAMENTOS DE PRECATÓRIOS 2017

R$

Conta		Valores Pagos - TJ
	DESPESA	
3.1.9.0.9.1.01.00	Precatório Pessoal Civil	24.651.514,00
3.3.9.0.9.1.07.00	Precatórios de Terceiros	143.169.493,25
	TOTAL	**167.821.007,25**

VALORES REPASSADOS NO EXERCÍCIO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

Com base nas Emendas Constitucionais - EC nº 94/2016 e EC nº 99/2017, o Estado de Santa Catarina utilizou os Depósitos Judiciais junto ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina - TJSC, no valor de R$ 509.167.194,21, para pagamento de precatórios em 2017.

O TJSC considerou suficiente para quitação dos valores de precatórios devidos pelo Estado nos exercícios de 2016 e 2017. Assim, o Tesouro do Estado não necessitou repassar recursos para pagamento de precatório ao TJSC em 2017.

ESTOQUE DE PRECATÓRIOS CONTABILIZADO - 2017

		Saldo inicial	Inscrição	Baixa	Saldo final
2.1.0.0.0.00.00.00	**PASSIVO CIRCULANTE**				
2.1.1.1.1.03.00.00	Precatórios de Pessoal	50.031.777,17	244.464.170,92	264.378.923,36	30.117.024,73
2.1.1.2.1.03.00.00	Precatórios de Benefícios Previdenciários	47.308.945,43	-	9.251.994,94	38.056.950,49
2.1.3.1.1.02.00.00	Precatórios de Fornecedores	361.564.645,02	995.223.386,70	1.038.817.949,27	317.970.082,45
	Subtotal	**458.905.367,62**	**1.239.687.557,62**	**1.312.448.867,57**	**386.144.057,67**
2.2.0.0.0.00.00.00	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**				
2.2.1.1.1.02.00.00	Precatórios de Pessoal	200.098.424,74	436.019.117,28	495.327.853,61	140.789.688,41
2.2.1.2.1.01.00.00	Precatórios de Benefícios Previdenciários	189.235.781,77	581.049.342,49	583.763.593,86	186.521.530,40
2.2.3.1.1.02.00.00	Precatórios de Fornecedores	1.446.260.315,59	4.355.046.644,31	4.202.190.199,09	1.599.116.760,81
	Subtotal	**1.835.594.522,10**	**5.372.115.104,08**	**5.281.281.646,56**	**1.926.427.979,62**
	TOTAL DO PASSIVO DE PRECATÓRIOS	**2.294.499.889,72**	**6.611.802.661,70**	**6.593.730.514,13**	**2.312.572.037,29**

FONTE: Secretaria de Estado da Fazenda de SC. SIGEF - Módulo de Contabilidade.

OBS: Valores contabilizados no passivo é até novembro 2017, pois os valores de dezembro somente são disponibilizados pelo Tribunal de Justiça do Estado - TJ- SC após o fechamento do exercício pela SEF.

O valor da planilha do TJ-SC para dezembro 2017 é R$ 2.575.515.864,51.

No valor dos precatórios de Benefícios Previdenciários, conta 2.2.1.2.1.01, consta o valor de R$ 1.182.122,13 que estava, em 31/12/2017, na conta transitória para posterior pagamento pelo Tribunal de Justiça do Estado.

3.5.1.1.2.01.03.16=Cota Concedida para Pagamento de Precatórios Regime Especial no valor de R$ 509.167.194,21, oriundo dos Depósitos Judiciais.

Florianópolis, 21 de março de 2018.

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
Diretor de Captação de Recursos e da Dívida Pública
Auditor Interno do Poder Executivo

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
Gerente da Dívida Pública
Analista da Receita Estadual

PORTARIA Nº 19/GABS/SEF/SC, DE 26 DE JANEIRODE 2018.

Torna público o Relatório Resumido da Execução Orçamentária da Administração Direta e Indireta, relativo aos meses denovembro e dezembro de 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições previstas no artigo 74, parágrafo único e incisos, da Constituição Estadual, **TORNA PÚBLICO** o **Relatório Resumido da Execução Orçamentária** relativo ao**sextobimestre do exercício financeiro de 2017**, elaborado com base nos dados consolidados, extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF, conforme preconiza o artigo 165, § 3º, da Constituição Federal e os artigos 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), composto pelos seguintes anexos:

1- Balanço Orçamentário;

2-Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção;

3- Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

4- Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;

5- Demonstrativo do Resultado Nominal;

6- Demonstrativo do Resultado Primário;

7- Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão;

8- Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

9- Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital;

10- Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência;

11- Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos;

12- Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde;

14- Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

RENATO DIAS MARQUES DE LACERDA
Secretário de Estado da Fazenda

Publicado no Diário Oficial de Santa Catarina nº 20.700 de 30/01/2018.

PORTARIA Nº 66/GABS/SEF/SC, DE 09 DE MARÇO DE 2018.

Republica, por incorreção do anterior, o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, o Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital, o Demonstrativo do Resultado Primário e o Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária relativos ao sexto bimestre de 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições previstas no artigo 74, parágrafo único e incisos, da Constituição Estadual, **DETERMINA A REPULICAÇÃO**, por incorreção do anterior, do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, do Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital, do Demonstrativo do Resultado Primário e do Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, do Relatório Resumido da Execução Orçamentária relativos ao sexto bimestre de 2017, elaborado com base nos dados consolidados, extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF, conforme preconiza o artigo 165, § 3º, da Constituição Federal e os artigos 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), de que trata a Portaria n. 19/GAB/SEF/SC, publicada no Diário Oficial do Estado n. 20.700, de 30/01/2018.

PAULO ELI
Secretário de Estado da Fazenda

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) R$ 1,00

RECEITAS[1]	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)	24.724.144.523,00	24.724.144.523,00	5.236.839.237,03	21,18	23.728.832.940,82	95,97	995.311.582,18
RECEITAS CORRENTES	23.331.999.874,00	23.331.999.874,00	4.012.726.150,29	17,20	22.090.248.401,41	94,68	1.241.751.472,59
RECEITA TRIBUTÁRIA	14.653.072.737,00	14.653.072.737,00	2.541.776.955,92	17,35	14.358.953.881,74	97,99	294.118.855,26
Impostos	13.947.549.140,00	13.947.549.140,00	2.439.186.250,07	17,49	13.678.749.826,40	98,07	268.799.313,60
Taxas	705.523.597,00	705.523.597,00	102.590.705,85	14,54	680.204.055,34	96,41	25.319.541,66
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	881.055.705,00	881.055.705,00	210.146.859,57	23,85	930.992.545,13	105,67	(49.936.840,13)
Contribuições Sociais	881.055.705,00	881.055.705,00	210.146.859,57	23,85	930.992.545,13	105,67	(49.936.840,13)
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	886.708.023,00	886.708.023,00	124.106.755,95	14,00	719.432.631,29	81,14	167.275.391,71
Receitas Imobiliárias	16.995.562,00	16.995.562,00	2.186.154,28	12,86	11.972.062,49	70,44	5.023.499,51
Receitas de Valores Mobiliários	850.710.179,00	850.710.179,00	68.476.623,76	8,05	635.431.643,98	74,69	215.278.535,02
Receita de Concessões e Permissões	11.348.960,00	11.348.960,00	287.679,47	2,53	4.522.357,62	39,85	6.826.602,38
Compensações Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Receita Dec. Dir. Exp. de Bens Públicos Áreas de Domínio Público	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Cessão de Direitos	6.552.183,00	6.552.183,00	53.112.826,22	810,61	65.712.250,22	1.002,91	(59.160.067,22)
Outras Receitas Patrimoniais	1.101.139,00	1.101.139,00	43.472,22	3,95	1.794.316,98	162,95	(693.177,98)
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.095.733,00	1.095.733,00	233.748,11	21,33	1.283.003,01	117,09	(187.270,01)
Receita da Produção Vegetal	660.000,00	660.000,00	74.056,02	11,22	859.699,86	130,26	(199.699,86)
Receita da Produção Animal e Derivados	435.733,00	435.733,00	159.692,09	36,65	423.303,15	97,15	12.429,85
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	3.676.899,00	3.676.899,00	515.529,91	14,02	3.152.629,05	85,74	524.269,95
Receita da Indústria Extrativa Mineral		-	-	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	39.399,00	39.399,00	2.709,00	6,88	36.491,25	92,62	2.907,75
Receita da Indústria de Construção	3.637.500,00	3.637.500,00	512.820,91	14,10	3.116.137,80	85,67	521.362,20
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	722.067.211,00	722.067.211,00	116.169.225,43	16,09	639.735.564,46	88,60	82.331.646,54
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.463.021.631,00	5.463.021.631,00	883.159.834,04	16,17	4.597.799.921,98	84,16	865.221.709,02
Transferências Intergovernamentais	4.772.403.858,00	4.772.403.858,00	816.153.047,61	17,10	4.235.647.124,84	88,75	536.756.733,16
Transferências de Instituições Privadas	546.033.920,00	546.033.920,00	57.243.223,91	10,48	304.875.093,59	55,83	241.158.826,41
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) R$ 1,00

RECEITAS[1]	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Transferências de Pessoas	428.552,00	428.552,00	328.023,33	76,54	1.513.752,28	353,22	(1.085.200,28)
Transferências de Convênios	144.155.301,00	144.155.301,00	9.435.539,19	6,55	55.763.951,27	38,68	88.391.349,73
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	721.301.935,00	721.301.935,00	136.617.241,36	18,94	838.898.224,75	116,30	(117.596.289,75)
Multas e Juros de Mora	202.679.584,00	202.679.584,00	43.244.880,18	21,34	262.679.528,16	129,60	(59.999.944,16)
Indenizações e Restituições	42.682.153,00	42.682.153,00	18.598.624,37	43,57	103.146.990,37	241,66	(60.464.837,37)
Receita da Dívida Ativa	45.346.760,00	45.346.760,00	26.383.982,65	58,18	165.239.248,24	364,39	(119.892.488,24)
Receita Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	-	-	-	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	430.593.438,00	430.593.438,00	48.389.754,16	11,24	307.832.457,98	71,49	122.760.980,02
RECEITAS DE CAPITAL	1.392.144.649,00	1.392.144.649,00	1.224.113.086,74	87,93	1.638.584.539,41	117,70	(246.439.890,41)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.248.932.434,00	1.248.932.434,00	1.209.167.194,21	96,82	1.572.264.387,91	125,89	(323.331.953,91)
Operações de Crédito Internas	983.395.595,00	983.395.595,00	1.209.167.194,21	122,96	1.330.542.078,72	135,30	(347.146.483,72)
Operações de Crédito Externas	265.536.839,00	265.536.839,00	-	-	241.722.309,19	91,03	23.814.529,81
ALIENAÇÃO DE BENS	49.765.221,00	49.765.221,00	1.027.062,07	2,06	4.530.789,06	9,10	45.234.431,94
Alienação de Bens Móveis	10.640.281,00	10.640.281,00	954.300,00	8,97	3.685.186,57	34,63	6.955.094,43
Alienação de Bens Imóveis	39.124.940,00	39.124.940,00	72.762,07	0,19	845.602,49	2,16	38.279.337,51
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	12.078.000,00	12.078.000,00	2.580.715,11	21,37	25.327.770,14	209,70	(13.249.770,14)
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	51.368.994,00	51.368.994,00	11.338.115,35	22,07	36.461.592,30	70,98	14.907.401,70
Transferências Intergovernamentais	9.126.941,00	9.126.941,00	1.590,00	0,02	7.211.533,76	79,01	1.915.407,24
Transferências de Instituições Privadas	85.000,00	85.000,00	20.501,00	24,12	265.123,27	311,91	(180.123,27)
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	42.157.053,00	42.157.053,00	11.316.024,35	26,84	28.984.935,27	68,75	13.172.117,73
Transferências para o Combate à Fome		-	-	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	30.000.000,00	30.000.000,00	-	-	-	-	30.000.000,00
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-	-	-
Dív. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	-	-	-	-	-	-	-
Receita Auferida por Detentores de Titulos do Tesouro Nacional Resgatados	-	-	-	-	-	-	-
Receitas de Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção - CEPAC	-	-	-	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	30.000.000,00	30.000.000,00	-	-	-	-	30.000.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) R$ 1,00

RECEITAS[1]	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.349.477.477,00	1.349.477.477,00	329.504.998,90	24,42	1.644.952.902,35	121,90	(295.475.425,35)
RECEITAS CORRENTES	1.343.477.477,00	1.343.477.477,00	329.504.998,90	24,53	1.640.413.782,34	122,10	(296.936.305,34)
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	936.351.184,00	936.351.184,00	311.810.739,24	33,30	1.405.184.340,61	150,07	(468.833.156,61)
Contribuições Sociais	936.351.184,00	936.351.184,00	311.810.739,24	33,30	1.405.184.340,61	150,07	(468.833.156,61)
RECEITA PATRIMONIAL	4.620.825,00	4.620.825,00	392.974,60	8,50	1.630.765,89	35,29	2.990.059,11
Receitas Imobiliárias	4.620.825,00	4.620.825,00	392.974,60	8,50	1.630.765,89	35,29	2.990.059,11
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	316.830.291,00	316.830.291,00	5.353.943,53	1,69	156.174.941,25	49,29	160.655.349,75
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	85.675.177,00	85.675.177,00	11.947.341,53	13,94	77.423.734,59	90,37	8.251.442,41
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	85.675.177,00	85.675.177,00	11.947.341,53	13,94	77.423.734,59	90,37	8.251.442,41
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	6.000.000,00	6.000.000,00	-	-	4.539.120,01	75,65	1.460.879,99
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS		-	-	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	6.000.000,00	6.000.000,00	-	-	4.539.120,01	75,65	1.460.879,99
Receitas de Capital Diversas	6.000.000,00	6.000.000,00	-	-	4.539.120,01	75,65	1.460.879,99
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	26.073.622.000,00	26.073.622.000,00	5.566.344.235,93	21,35	25.373.785.843,17	97,32	699.836.156,83
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	26.073.622.000,00	26.073.622.000,00	5.566.344.235,93	21,35	25.373.785.843,17	97,32	699.836.156,83
DEFICIT (VI)	-	-	-	-	221.317.536,01	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	26.073.622.000,00	26.073.622.000,00	5.566.344.235,93	21,35	25.595.103.379,18	98,16	478.518.620,82
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	2.985.358.643,27	-	-	1.982.716.996,38	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	-	-	-	-	16.560.373,37	-	-
Superavit Financeiro	-	2.985.358.643,27	-	-	1.966.156.623,01	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) R$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i)=(e-h)	(j)	(k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	24.724.144.523,00	28.739.912.460,24	3.663.975.082,52	23.951.701.192,96	4.788.211.267,28	4.679.348.934,07	23.288.157.921,65	5.451.754.538,59	22.888.700.000,91	663.543.271,31
DESPESAS CORRENTES	21.413.382.736,00	23.980.997.104,83	3.362.210.111,55	21.439.915.102,23	2.541.082.002,60	4.104.651.507,99	21.004.451.641,23	2.976.545.463,60	20.636.168.857,66	435.463.461,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.008.734.006,00	14.408.291.303,76	2.477.029.323,20	14.161.453.989,47	246.837.314,29	2.577.170.567,94	14.159.887.599,94	248.403.703,82	14.082.172.844,46	1.566.389,53
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	747.000.000,00	857.154.697,03	116.731.978,66	770.880.832,77	86.273.864,26	173.168.784,43	770.880.712,64	86.273.984,39	743.698.736,79	120,13
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.657.648.730,00	8.715.551.104,04	768.448.809,69	6.507.580.279,99	2.207.970.824,05	1.354.312.155,62	6.073.683.328,65	2.641.867.775,39	5.810.297.276,41	433.896.951,34
Transferências a Municípios [2]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Despesas Correntes	8.657.648.730,00	8.715.551.104,04	768.448.809,69	6.507.580.279,99	2.207.970.824,05	1.354.312.155,62	6.073.683.328,65	2.641.867.775,39	5.810.297.276,41	433.896.951,34
DESPESAS DE CAPITAL	3.309.761.787,00	4.758.915.355,41	301.764.970,97	2.511.786.090,73	2.247.129.264,68	574.697.426,08	2.283.706.280,42	2.475.209.074,99	2.252.531.143,25	228.079.810,31
INVESTIMENTOS	2.517.461.520,00	3.893.119.310,73	133.324.558,51	1.907.626.694,70	1.985.492.616,03	348.767.411,72	1.679.615.867,40	2.213.503.443,33	1.660.378.616,02	228.010.827,30
INVERSÕES FINANCEIRAS	164.800.267,00	186.836.478,45	36.836.746,64	68.179.263,12	118.657.215,33	39.940.517,65	68.110.280,11	118.726.198,34	67.313.164,11	68.983,01
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	627.500.000,00	678.959.566,23	131.603.665,82	535.980.132,91	142.979.433,32	185.989.496,71	535.980.132,91	142.979.433,32	524.839.363,12	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.349.477.477,00	1.689.926.251,73	252.080.320,07	1.643.402.186,22	46.524.065,51	266.759.170,42	1.633.052.099,04	56.874.152,69	1.627.952.736,76	10.350.087,18
DESPESAS CORRENTES	1.348.457.477,00	1.681.582.737,17	251.988.201,46	1.635.575.659,08	46.007.078,09	266.279.278,18	1.625.225.571,90	56.357.165,27	1.620.126.209,62	10.350.087,18
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.061.987.872,00	1.444.950.508,30	244.246.844,93	1.422.267.994,33	22.682.513,97	249.143.507,52	1.420.445.676,31	24.504.831,99	1.420.197.271,93	1.822.318,02
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	286.469.605,00	236.632.228,87	7.741.356,53	213.307.664,75	23.324.564,12	17.135.770,66	204.779.895,59	31.852.333,28	199.928.937,69	8.527.769,16
DESPESAS DE CAPITAL	1.020.000,00	8.343.514,56	92.118,61	7.826.527,14	516.987,42	479.892,24	7.826.527,14	516.987,42	7.826.527,14	-
INVESTIMENTOS	1.020.000,00	7.527.086,59	94.412,13	7.010.099,17	516.987,42	479.892,24	7.010.099,17	516.987,42	7.010.099,17	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	816.427,97	(2.293,52)	816.427,97	-	-	816.427,97	-	816.427,97	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	26.073.622.000,00	30.429.838.711,97	3.916.055.402,59	25.595.103.379,18	4.834.735.332,79	4.946.108.104,49	24.921.210.020,69	5.508.628.691,28	24.516.652.737,67	673.893.358,49
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	-	-	-	-		-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-		-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-		-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-		-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-		-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-		-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-		-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	26.073.622.000,00	30.429.838.711,97	3.916.055.402,59	25.595.103.379,18	4.834.735.332,79	4.946.108.104,49	24.921.210.020,69	5.508.628.691,28	24.516.652.737,67	673.893.358,49
SUPERAVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-		-	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	26.073.622.000,00	30.429.838.711,97	3.916.055.402,59	25.595.103.379,18	-	4.946.108.104,49	24.921.210.020,69	-	24.516.652.737,67	673.893.358,49
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: SIGEF/SC - SEF/DCOG/COINF

NOTAS EXPLICATIVAS:
1. Nos valores das receitas já estão considerados as suas respectivas deduções, ou seja, a Dedução para Formação do FUNDEB, as Transferências Constitucionais aos Municípios e as Restituições de Receitas aos Contribuintes.
2. As Transferências Constitucionais aos Municípios estão registradas em contas contábeis de dedução da receita específica para cada tipo de tributo arrecadado.

Florianópolis, 30 de janeiro de 2018.

RENATO DIAS MARQUES DE LACERDA
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 25.039/O-2

MARIA LUIZA SEEMANN
COORDENADORA DE INFORMAÇÕES DA GESTÃO FISCAL
CONTADORA CRCSC 31.035/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS No Bimestre	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (b)	DESPESAS EMPENHADAS % (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS No Bimestre	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS % (d/total d)	SALDO (e)=(a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTARIAS) (I)	**24.724.144.523,00**	**28.739.912.460,24**	**3.663.975.082,52**	**23.951.701.192,96**	**93,58**	**4.788.211.267,28**	**4.679.348.934,07**	**23.288.157.921,65**	**93,45**	**5.451.754.538,59**	**663.543.271,31**
LEGISLATIVA	**691.908.566,00**	**642.239.933,76**	**104.016.398,16**	**603.518.624,48**	**2,36**	**38.721.309,28**	**139.533.331,45**	**594.487.375,46**	**2,39**	**47.752.558,30**	**9.031.249,02**
Ação Legislativa	55.354.449,00	69.139.738,41	24.322.182,63	61.881.681,11	0,24	7.258.057,30	31.085.518,84	60.171.133,80	0,24	8.968.604,61	1.710.547,31
Administração Geral	600.629.253,00	540.284.977,97	76.336.437,17	513.987.666,84	2,01	26.297.311,13	103.825.967,92	509.519.491,27	2,04	30.765.486,70	4.468.175,57
Tecnologia da Informação	19.477.864,00	15.380.019,67	2.582.121,83	12.511.356,31	0,05	2.868.663,36	3.713.298,06	9.817.787,19	0,04	5.562.232,48	2.693.569,12
Formação de Recursos Humanos	2.000.000,00	1.360.348,50	24.381,88	768.658,50	0,00	591.690,00	153.167,98	609.701,48	0,00	750.647,02	158.957,02
Previdência do Regime Estatutário	14.447.000,00	16.074.849,21	751.274,65	14.369.261,72	0,06	1.705.587,49	755.378,65	14.369.261,72	0,06	1.705.587,49	-
JUDICIÁRIA	**1.747.825.265,00**	**2.070.755.483,08**	**281.966.206,25**	**1.768.671.248,42**	**6,91**	**302.084.234,66**	**350.854.623,15**	**1.720.629.834,34**	**6,90**	**350.125.648,74**	**48.041.414,08**
Administração Geral	44.143.969,00	39.567.911,01	(672.530,30)	37.731.588,46	0,15	1.836.322,55	6.019.282,92	34.811.713,40	0,14	4.756.197,61	2.919.875,06
Ação Judiciária	1.544.298.211,00	1.811.291.185,03	275.231.183,63	1.587.910.701,29	6,20	223.380.483,74	320.159.336,47	1.560.280.595,50	6,26	251.010.589,53	27.630.105,79
Tecnologia da Informação	104.932.536,00	162.735.665,12	1.318.506,79	95.646.336,26	0,37	67.089.328,86	15.682.048,42	78.828.929,43	0,32	83.906.735,69	16.817.406,83
Formação de Recursos Humanos	29.636.049,00	30.110.842,27	1.294.377,73	20.345.887,03	0,08	9.764.955,24	4.199.286,94	19.671.860,63	0,08	10.438.981,64	674.026,40
Previdência do Regime Estatutário	24.814.500,00	27.049.879,65	4.794.668,40	27.036.735,38	0,11	13.144,27	4.794.668,40	27.036.735,38	0,11	13.144,27	-
ESSENCIAL A JUSTIÇA	**795.322.859,00**	**896.686.867,35**	**61.356.898,96**	**740.233.518,00**	**2,89**	**156.453.349,35**	**130.962.438,09**	**726.562.692,59**	**2,92**	**170.124.174,76**	**13.670.825,41**
Defesa da Ordem Jurídica	487.701.664,00	507.871.578,89	76.040.338,00	469.698.503,65	1,84	38.173.075,24	82.813.319,58	469.599.777,63	1,88	38.271.801,26	98.726,02
Representação Judicial e Extrajudicial	78.000.000,00	53.694.502,88	(24.201.662,74)	53.694.502,88	0,21	-	12.438.140,81	51.968.385,56	0,21	1.726.117,32	1.726.117,32
Administração Geral	196.802.682,00	295.454.127,71	12.162.101,97	181.619.359,10	0,71	113.834.768,61	28.647.857,71	174.565.385,51	0,70	120.888.742,20	7.053.973,59
Tecnologia da Informação	27.750.477,00	32.372.181,96	(2.845.829,21)	30.368.305,14	0,12	2.003.876,82	6.088.812,45	25.793.337,66	0,10	6.578.844,30	4.574.967,48
Formação de Recursos Humanos	5.068.036,00	7.294.475,91	201.950,94	4.852.847,23	0,02	2.441.628,68	974.307,54	4.635.806,23	0,02	2.658.669,68	217.041,00
ADMINISTRAÇÃO	**2.165.464.305,00**	**2.497.019.482,73**	**162.532.609,33**	**1.743.268.319,14**	**6,81**	**753.751.163,59**	**340.609.784,62**	**1.620.007.187,27**	**6,50**	**877.012.295,46**	**123.261.131,87**
Planejamento e Orçamento	9.747.000,00	7.709.499,51	(485.162,71)	6.031.571,94	0,02	1.677.927,57	3.747.383,39	6.025.671,94	0,02	1.683.827,57	5.900,00
Administração Geral	880.063.821,00	842.019.944,08	99.352.168,79	727.239.622,69	2,84	114.780.321,39	126.021.731,43	714.155.637,87	2,87	127.864.306,21	13.083.984,82
Administração Financeira	411.197.777,00	412.171.513,72	3.471.035,66	283.324.965,37	1,11	128.846.548,35	73.687.371,45	279.550.944,42	1,12	132.620.569,30	3.774.020,95
Controle Interno	950.000,00	471.399,45	30.329,62	471.399,45	0,00	-	109.799,94	401.770,17	0,00	69.629,28	69.629,28
Tecnologia da Informação	55.021.661,00	57.997.990,93	6.858.909,04	28.313.077,60	0,11	29.684.913,33	7.865.972,26	25.811.108,20	0,10	32.186.882,73	2.501.969,40
Ordenamento Territorial	1.379.000,00	28.106,28	2.366,11	28.106,28	0,00	(0,00)	3.484,95	28.106,28	0,00	(0,00)	-
Transporte Aéreo	6.503.000,00	5.949.837,19	1.462.814,22	5.657.545,97	0,02	292.291,22	1.400.905,35	5.223.405,64	0,02	726.431,55	434.140,33
Transporte Rodoviário	2.129.007,00	2.296.328,40	218.681,34	2.253.968,04	0,01	42.360,36	398.240,45	2.017.333,73	0,01	278.994,67	236.634,31
Formação de Recursos Humanos	4.599.925,00	3.889.892,33	(65.739,02)	2.443.699,00	0,01	1.446.193,33	481.641,50	2.391.144,36	0,01	1.498.747,97	52.554,64
Administração de Receitas	25.690.296,00	18.383.527,34	1.904.394,10	18.376.036,19	0,07	7.491,15	2.597.806,08	17.507.146,59	0,07	876.380,75	868.889,60
Previdência Especial	11.599.720,00	12.224.911,36	2.018.769,74	12.224.911,36	0,05	-	2.018.769,74	12.224.911,36	0,05	-	-
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	756.583.098,00	1.133.876.532,14	47.764.042,44	656.903.415,25	2,57	476.973.116,89	122.276.678,08	554.670.006,71	2,23	579.206.525,43	102.233.408,54
SEGURANÇA PÚBLICA	**2.445.476.775,00**	**2.453.201.826,55**	**340.614.745,76**	**2.251.769.294,32**	**8,80**	**201.432.532,23**	**396.185.179,70**	**2.195.018.385,18**	**8,81**	**258.183.441,37**	**56.750.909,14**
Administração Geral	2.039.817.597,00	1.956.068.759,08	314.679.902,93	1.916.186.136,59	7,49	39.882.622,49	330.131.719,21	1.909.130.141,75	7,66	46.938.617,33	7.055.994,84
Tecnologia da Informação	46.154.223,00	44.362.036,49	1.898.632,14	34.127.365,17	0,13	10.234.671,32	6.678.495,86	31.430.959,74	0,13	12.931.076,75	2.696.405,43
Formação de Recursos Humanos	7.253.835,00	11.945.121,35	3.250.486,37	8.066.567,97	0,03	3.878.553,38	2.832.736,44	6.908.433,56	0,03	5.036.687,79	1.158.134,41
Policiamento	264.822.552,00	338.918.408,82	16.245.026,18	233.670.365,85	0,91	105.248.042,97	38.974.073,36	198.411.005,22	0,80	140.507.403,60	35.259.360,63
Defesa Civil	71.040.338,00	78.965.772,53	4.033.842,45	48.294.762,65	0,19	30.671.009,88	15.886.312,65	39.708.896,58	0,16	39.256.875,95	8.585.866,07
Informação e Inteligência	3.820.000,00	5.868.182,41	346.144,10	5.571.816,48	0,02	296.365,93	940.364,24	4.608.544,88	0,02	1.259.637,53	963.271,60
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	10.000,00	10.000,00	-	-	-	10.000,00	-	-	-	10.000,00	-
Custódia e Reintegração Social	200.000,00	200.000,00	-	-	-	200.000,00	-	-	-	200.000,00	-
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1.175.000,00	1.652.215,45	(0,90)	1.365.271,10	0,01	286.944,35	-	1.365.271,10	0,01	286.944,35	-
Controle Ambiental	11.183.230,00	15.211.330,42	160.712,49	4.487.008,51	0,02	10.724.321,91	741.477,94	3.455.132,35	0,01	11.756.198,07	1.031.876,16
RELAÇÕES EXTERIORES	**2.964.658,00**	**2.852.604,12**	**167.507,30**	**2.831.922,57**	**0,01**	**20.681,55**	**525.246,23**	**2.792.106,47**	**0,01**	**60.497,65**	**39.816,10**
Administração Geral	2.634.658,00	2.520.120,57	364.333,76	2.520.119,99	0,01	0,58	451.865,13	2.484.596,01	0,01	35.524,56	35.523,98
Tecnologia da Informação	65.000,00	37.383,74	(761,34)	37.383,74	0,00	-	7.093,94	33.091,62	0,00	4.292,12	4.292,12
Relações Diplomáticas	197.000,00	9.822,50	(69.122,50)	9.822,50	0,00	-	2.644,00	9.822,50	0,00	-	-
Cooperação Internacional	68.000,00	285.277,31	(126.942,62)	264.596,34	0,00	20.680,97	63.643,16	264.596,34	0,00	20.680,97	-
ASSISTÊNCIA SOCIAL	**154.345.699,00**	**169.979.238,82**	**6.159.759,41**	**97.629.056,02**	**0,38**	**72.350.182,80**	**21.476.861,18**	**90.916.276,60**	**0,36**	**79.062.962,22**	**6.712.779,42**
Administração Geral	30.433.204,00	26.619.753,28	4.207.626,55	26.344.890,85	0,10	274.862,43	4.206.156,21	24.586.116,22	0,10	2.033.637,06	1.758.774,63
Tecnologia da Informação	203.583,00	270.570,24	6.840,00	270.570,24	0,00	-	54.140,97	254.684,14	0,00	15.886,10	15.886,10
Formação de Recursos Humanos	469.982,00	1.880.278,53	(55,09)	782.016,48	0,00	1.098.262,05	273.384,66	653.810,89	0,00	1.226.467,64	128.205,59
Assistência ao Idoso	300.000,00	4.150.000,00	300.000,00	300.000,00	0,00	3.850.000,00	-	-	-	4.150.000,00	300.000,00
Previdência Especial	29.655.626,00	27.593.706,50	4.584.179,57	27.592.769,50	0,11	937,00	4.584.179,57	27.592.769,50	0,11	937,00	-
Assist. Criança/Adolescente	15.568.754,00	4.994.171,55	(176,46)	1.599.618,05	0,01	3.394.553,50	319.823,54	1.599.618,05	0,01	3.394.553,50	-
Assistência Comunitária	77.714.550,00	104.470.758,72	(2.938.655,16)	40.739.190,90	0,16	63.731.567,82	12.039.176,23	36.229.277,80	0,15	68.241.480,92	4.509.913,10
PREVIDÊNCIA SOCIAL	**4.481.176.640,00**	**6.090.559.325,64**	**1.034.748.955,88**	**6.069.345.746,01**	**23,71**	**21.213.579,63**	**1.045.076.447,43**	**6.062.254.456,89**	**24,33**	**28.304.868,75**	**7.091.289,12**
Administração Geral	117.093.326,00	95.340.843,49	5.786.352,34	89.966.455,23	0,35	5.374.388,26	14.707.667,49	82.970.525,02	0,33	12.370.318,47	6.995.930,21
Tecnologia da Informação	3.463.460,00	307.416,12	-	235.956,12	0,00	71.460,00	39.553,87	204.465,74	0,00	102.950,38	31.490,38
Formação de Recursos Humanos	1.035.000,00	595.151,82	6.116,82	214.141,82	0,00	381.010,00	28.111,82	186.132,41	0,00	409.019,41	28.009,41
Prev. do Regime Estatutário	4.356.834.854,00	5.992.918.091,71	1.029.808.664,22	5.977.531.370,34	23,35	15.386.721,37	1.030.220.874,19	5.977.495.511,22	23,99	15.422.580,49	35.859,12
Assistência Comunitária	2.750.000,00	1.397.822,50	(852.177,50)	1.397.822,50	0,01	-	80.240,06	1.397.822,50	0,01	-	-

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS No Bimestre	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (b)	DESPESAS EMPENHADAS % (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS No Bimestre	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS % (d/total d)	SALDO (e)=(a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
SAÚDE	**3.101.500.093,00**	**3.443.250.519,04**	**427.514.284,20**	**2.924.133.082,58**	**11,42**	**519.117.436,46**	**542.342.534,73**	**2.800.887.622,32**	**11,24**	**642.362.896,72**	**123.245.460,26**
Ação Judiciária	222.000.000,00	162.524.513,49	19.012.085,90	151.813.093,99	0,59	10.711.419,50	32.505.735,36	131.343.923,41	0,53	31.180.590,08	20.469.170,58
Administração Geral	1.211.487.427,00	1.177.054.783,00	179.760.054,02	1.166.813.567,32	4,56	10.241.215,68	191.693.423,13	1.157.022.540,86	4,64	20.032.242,14	9.791.026,46
Tecnologia da Informação	32.929.000,00	23.321.040,72	4.362.876,06	23.299.950,70	0,09	21.090,02	3.671.461,81	21.385.756,59	0,09	1.935.284,13	1.914.194,11
Formação de Recursos Humanos	16.848.746,00	20.590.684,79	2.438.137,81	16.980.769,81	0,07	3.609.914,98	2.852.312,76	16.824.103,53	0,07	3.766.581,26	156.666,28
Assistência à Criança e ao Adolescente	310.000,00	443.718,71	52.500,00	165.132,00	0,00	278.586,71	45.280,08	116.236,08	0,00	327.482,63	48.895,92
Comunicação Social	220.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Assistência ao Portador de Deficiência	17.641.000,00	24.837.255,32	1.670.551,49	16.552.922,12	0,06	8.284.333,20	2.304.558,90	13.707.863,85	0,06	11.129.391,47	2.845.058,27
Assistência Comunitária	-	200.000,00	65.852,76	199.849,06	0,00	150,94	199.849,06	199.849,06	0,00	150,94	-
Atenção Básica	93.914.845,00	95.467.002,50	217.465,86	78.036.382,19	0,30	17.430.620,31	2.202.450,98	70.106.217,85	0,28	25.360.784,65	7.930.164,34
Assist. Hosp. e Ambulatorial	1.338.320.998,00	1.782.168.647,19	216.477.524,30	1.341.399.453,10	5,24	440.769.194,09	282.968.179,41	1.272.997.619,97	5,11	509.171.027,22	68.401.833,13
Suporte Profilático e Terapêutico	123.447.786,00	111.535.039,84	1.671.655,70	105.453.269,75	0,41	6.081.770,09	21.090.787,11	97.561.516,38	0,39	13.973.523,46	7.891.753,37
Vigilância Sanitária	4.495.184,00	8.771.430,47	(54.480,90)	4.463.507,68	0,02	4.307.922,79	336.674,42	3.134.787,20	0,01	5.636.643,27	1.328.720,48
Vigilância Epidemiológica	17.654.900,00	23.636.206,46	124.862,07	8.442.248,28	0,03	15.193.958,18	598.218,67	6.339.882,54	0,03	17.296.323,92	2.102.365,74
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	1.687.207,00	1.290.286,80	11.545,00	200.441,36	0,00	1.089.845,44	8.447,06	161.755,62	0,00	1.128.531,18	38.685,74
Desenvolvimento Científico	22.000,00	312.671,60	-	312.671,60	0,00	-	-	293.671,60	0,00	19.000,00	19.000,00
Dif. Conhec. Científ. Tecnológico	1.061.000,00	1.020.000,00	-	24.074,80	0,00	995.925,20	24.074,80	24.074,80	0,00	995.925,20	-
Transportes Especiais	19.460.000,00	10.077.238,15	1.703.654,13	9.975.748,82	0,04	101.489,33	1.841.081,18	9.667.822,98	0,04	409.415,17	307.925,84
TRABALHO	**82.528.093,00**	**67.821.409,59**	**2.072.862,47**	**4.547.135,37**	**0,02**	**63.274.274,22**	**1.867.496,23**	**3.886.963,37**	**0,02**	**63.934.446,22**	**660.172,00**
Empregabilidade	6.228.093,00	11.769.073,45	1.982.915,68	4.455.632,58	0,02	7.313.440,87	1.867.496,23	3.885.407,37	0,02	7.883.666,08	570.225,21
Fomento ao Trabalho	76.300.000,00	56.052.336,14	89.946,79	91.502,79	0,00	55.960.833,35	-	1.556,00	0,00	56.050.780,14	89.946,79
EDUCAÇÃO	**3.843.405.321,00**	**3.681.076.031,32**	**469.942.020,74**	**3.044.510.241,49**	**11,89**	**636.565.789,83**	**585.535.776,55**	**2.998.203.454,90**	**12,03**	**682.872.576,42**	**46.306.786,59**
Administração Geral	408.818.499,00	307.719.599,06	45.088.756,64	302.945.017,29	1,18	4.774.581,77	55.756.712,53	298.706.915,98	1,20	9.012.683,08	4.238.101,31
Tecnologia da Informação	26.318.103,00	3.030.108,02	(48.159,05)	2.823.522,78	0,01	206.585,24	540.403,60	2.675.035,84	0,01	355.072,18	148.486,94
Formação de Recursos Humanos	5.904.016,00	1.838.870,74	53.467,07	1.213.072,03	0,00	625.798,71	254.846,27	1.200.837,03	0,00	638.033,71	12.235,00
Assistência Comunitária	400.000,00	401.844,00	395.660,80	395.660,80	0,00	6.183,20	-	-	-	401.844,00	395.660,80
Fomento ao Trabalho	12.332,00	12.332,00	-	-	-	12.332,00	-	-	-	12.332,00	-
Ensino Fundamental	919.644.896,00	906.847.503,03	168.811.302,44	883.222.099,56	3,45	23.625.403,47	168.811.302,44	883.222.099,56	3,54	23.625.403,47	-
Ensino Médio	707.111.290,00	537.825.651,83	97.986.141,10	523.218.003,00	2,04	14.607.648,83	97.986.141,10	523.218.003,00	2,10	14.607.648,83	-
Ensino Profissional	44.674.269,00	20.317.609,25	477.953,61	5.784.280,99	0,02	14.533.328,26	1.970.431,52	5.629.443,34	0,02	14.688.165,91	154.837,65
Ensino Superior	632.422.923,00	489.158.548,27	46.336.085,12	392.734.716,55	1,53	96.423.831,72	74.478.372,45	389.432.787,70	1,56	99.725.760,57	3.301.928,85
Ensino Infantil	19.793.069,00	11.070.561,79	1.761.083,32	11.070.556,08	0,04	5,71	1.761.083,32	11.070.556,08	0,04	5,71	-
Educação de Jovens e Adultos	61.579.612,00	63.886.321,50	10.417.660,04	57.138.038,31	0,22	6.748.283,19	10.417.660,04	57.138.038,31	0,23	6.748.283,19	-
Educação Especial	235.927.551,00	225.416.896,20	32.025.569,86	186.156.182,53	0,73	39.260.713,67	37.800.770,35	185.650.261,29	0,74	39.766.634,91	505.921,24
Educação Básica	779.598.761,00	1.111.749.868,68	66.646.093,69	676.020.784,84	2,64	435.729.083,84	135.759.830,61	638.471.170,04	2,56	473.278.698,64	37.549.614,80
Desenvolvimento Científico	1.200.000,00	1.800.316,95	(9.593,90)	1.788.306,73	0,01	12.010,22	(1.777,68)	1.788.306,73	0,01	12.010,22	-
CULTURA	**32.599.416,00**	**45.588.811,17**	**8.067.757,93**	**36.981.772,31**	**0,14**	**8.607.038,86**	**9.415.322,46**	**36.656.265,51**	**0,15**	**8.932.545,66**	**325.506,80**
Administração Geral	19.975.069,00	22.616.474,70	3.496.421,84	21.235.865,09	0,08	1.380.609,61	3.497.952,48	20.914.518,65	0,08	1.701.956,05	321.346,44
Tecnologia da Informação	38.976,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Formação de Recursos Humanos	125.311,00	175.311,00	37.508,32	170.308,30	0,00	5.002,70	37.486,64	170.141,27	0,00	5.169,73	167,03
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	755.439,00	38.178,28	-	18.078,28	0,00	20.100,00	-	18.078,28	0,00	20.100,00	-
Difusão Cultural	11.704.621,00	22.758.847,19	4.533.827,77	15.557.520,64	0,06	7.201.326,55	5.879.883,34	15.553.527,31	0,06	7.205.319,88	3.993,33
DIREITOS DA CIDADANIA	**770.684.609,00**	**1.040.143.764,47**	**167.232.595,28**	**821.709.688,83**	**3,21**	**218.434.075,64**	**170.200.544,29**	**779.092.916,51**	**3,13**	**261.050.847,96**	**42.616.772,32**
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	45.062.357,00	45.062.357,00	-	-	-	45.062.357,00	-	-	-	45.062.357,00	-
Administração Geral	398.045.603,00	504.679.337,25	101.992.267,44	503.830.699,56	1,97	848.637,69	101.601.167,88	494.094.545,41	1,98	10.584.791,84	9.736.154,15
Normatização e Fiscalização	3.600.000,00	3.600.000,00	(954,00)	3.320.690,51	0,01	279.309,49	452.101,27	2.815.496,69	0,01	784.503,31	505.193,82
Tecnologia da Informação	2.632.924,00	5.015.701,08	564.128,04	4.537.621,88	0,02	478.079,20	1.084.117,03	3.850.882,57	0,02	1.164.818,51	686.739,31
Formação de Recursos Humanos	2.586.636,00	2.909.921,05	(63.022,33)	2.711.298,63	0,01	198.622,42	510.524,01	2.585.246,33	0,01	324.674,72	126.052,30
Comunicação Social	10.000,00	10.000,00	-	-	-	10.000,00	-	-	-	10.000,00	-
Assistência à Criança e ao Adolescente	343.382,00	3.223.802,85	23.732,91	473.882,91	0,00	2.749.919,94	50.087,91	63.427,91	0,00	3.160.374,94	410.455,00
Custódia e Reintegração Social	318.403.707,00	475.642.645,24	64.716.443,22	306.835.495,34	1,20	168.807.149,90	66.502.546,19	275.683.317,60	1,11	199.959.327,64	31.152.177,74
URBANISMO	**8.000.000,00**	**45.333,34**	**(90.666,66)**	**45.333,34**	**0,00**	**(0,00)**	**-**	**45.333,34**	**0,00**	**(0,00)**	**-**
Ordenamento Territorial	4.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Infraestrutura Urbana	4.000.000,00	45.333,34	(90.666,66)	45.333,34	0,00	(0,00)	-	45.333,34	0,00	(0,00)	-
HABITAÇÃO	**25.796.518,00**	**34.340.040,57**	**4.060.429,89**	**25.385.850,21**	**0,10**	**8.954.190,36**	**4.563.637,83**	**25.106.342,42**	**0,10**	**9.233.698,15**	**279.507,79**
Administração Geral	19.548.672,00	25.221.190,54	3.590.505,69	23.367.939,23	0,09	1.853.251,31	4.064.893,53	23.090.221,30	0,09	2.130.969,24	277.717,93
Tecnologia da Informação	304.252,00	1.288.144,37	-	185.785,36	0,00	1.102.359,01	28.820,10	183.995,50	0,00	1.104.148,87	1.789,86
Formação de Recursos Humanos	80.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Habitação Rural	425.000,00	1.072.589,54	94.752,14	539.745,15	0,00	532.844,39	94.752,14	539.745,15	0,00	532.844,39	-
Habitação Urbana	5.438.594,00	6.758.116,12	375.172,06	1.292.380,47	0,01	5.465.735,65	375.172,06	1.292.380,47	0,01	5.465.735,65	-
SANEAMENTO	**5.268.000,00**	**3.838.485,37**	**429.012,57**	**782.949,66**	**0,00**	**3.055.535,71**	**443.979,70**	**720.571,63**	**0,00**	**3.117.913,74**	**62.378,03**
Normatização e Fiscalização	3.668.000,00	3.668.000,00	431.745,74	612.914,83	0,00	3.055.085,17	429.498,72	550.536,80	0,00	3.117.463,20	62.378,03
Saneamento Básico Urbano	1.600.000,00	170.485,37	(2.733,17)	170.034,83	0,00	450,54	14.480,98	170.034,83	0,00	450,54	-

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS No Bimestre	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (b)	DESPESAS EMPENHADAS % (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS No Bimestre	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS % (d/total d)	SALDO (e)=(a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
GESTÃO AMBIENTAL	**224.640.950,00**	**269.323.643,04**	**5.383.975,38**	**123.144.893,02**	**0,48**	**146.178.750,02**	**43.129.121,48**	**119.013.725,61**	**0,48**	**150.309.917,43**	**4.131.167,41**
Administração Geral	50.905.215,00	50.290.329,59	7.809.683,30	46.569.184,00	0,18	3.721.145,59	7.899.500,11	46.560.226,36	0,19	3.730.103,23	8.957,64
Tecnologia da Informação	301.936,00	2.198,80	(801,50)	2.198,50	0,00	0,30	355,40	1.968,50	0,00	230,30	230,00
Formação de Recursos Humanos	490.459,00	727.423,91	75.474,10	567.119,43	0,00	160.304,48	109.093,79	567.119,43	0,00	160.304,48	-
Defesa Civil	102.873.600,00	158.081.346,10	(2.426.425,18)	51.908.957,94	0,20	106.172.388,16	30.072.926,47	50.340.665,20	0,20	107.740.680,90	1.568.292,74
Preservação e Conservação Ambiental	29.399.740,00	19.469.821,79	(310.448,54)	4.493.819,13	0,02	14.976.002,66	544.407,23	3.641.327,34	0,01	15.828.494,45	852.491,79
Controle Ambiental	9.480.000,00	17.427.005,66	667.074,71	10.231.961,69	0,04	7.195.043,97	2.551.763,84	9.030.709,29	0,04	8.396.296,37	1.201.252,40
Recuperação Áreas Degradadas	446.000,00	346.000,00	-	-	-	346.000,00	-	-	-	346.000,00	-
Recursos Hídricos	30.744.000,00	22.979.517,19	(430.581,51)	9.371.652,33	0,04	13.607.864,86	1.951.074,64	8.871.709,49	0,04	14.107.807,70	499.942,84
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	**197.340.845,00**	**129.735.016,92**	**(14.106.298,35)**	**47.438.005,16**	**0,19**	**82.297.011,76**	**9.445.073,62**	**45.743.889,16**	**0,18**	**83.991.127,76**	**1.694.116,00**
Administração Geral	4.265.229,00	4.080.206,73	360.138,81	4.069.495,80	0,02	10.710,93	744.641,43	3.918.729,25	0,02	161.477,48	150.766,55
Tecnologia da Informação	4.570.118,00	5.152.143,85	100.877,85	4.861.112,53	0,02	291.031,32	953.565,53	4.765.571,54	0,02	386.572,31	95.540,99
Formação de Recursos Humanos	143.700,00	26.293,33	(1.396,67)	26.293,33	0,00	-	5.850,00	26.293,33	0,00	-	-
Empregabilidade	100.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fomento ao Trabalho	3.500.000,00	7.812.983,49	(183.499,00)	2.830.000,00	0,01	4.982.983,49	1.017.222,73	2.550.035,53	0,01	5.262.947,96	279.964,47
Desenvolvimento Científico	125.519.591,00	52.069.618,27	2.233.292,43	21.722.662,64	0,08	30.346.955,63	3.542.537,46	20.554.818,65	0,08	31.514.799,62	1.167.843,99
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	3.050.000,00	349.300,00	-	55.000,20	0,00	294.299,80	-	55.000,20	0,00	294.299,80	-
Dif. Conhec. Científ. Tecnológico	56.192.207,00	60.244.471,25	(16.615.711,77)	13.873.440,66	0,05	46.371.030,59	3.181.256,47	13.873.440,66	0,06	46.371.030,59	-
AGRICULTURA	**668.441.726,00**	**719.145.386,78**	**116.366.630,31**	**667.351.606,60**	**2,61**	**51.793.780,18**	**144.313.261,23**	**664.621.612,05**	**2,67**	**54.523.774,73**	**2.729.994,55**
Administração Geral	526.895.109,00	553.182.163,13	97.303.429,21	548.847.358,84	2,14	4.334.804,29	112.512.232,03	547.848.300,75	2,20	5.333.862,38	999.058,09
Tecnologia da Informação	6.739.540,00	7.341.572,61	(1.061.248,81)	5.746.180,01	0,02	1.595.392,60	936.570,87	5.407.260,17	0,02	1.934.312,44	338.919,84
Formação de Recursos Humanos	3.246.225,00	1.813.697,56	89.344,75	1.348.211,13	0,01	465.486,43	339.696,61	1.334.189,72	0,01	479.507,84	14.021,41
Vigilância Sanitária	10.500.000,00	4.688.437,22	338.563,09	2.826.232,75	0,01	1.862.204,47	338.563,09	2.826.232,75	0,01	1.862.204,47	-
Fomento ao Trabalho	19.008.080,00	14.550.365,96	1.172.906,98	14.182.285,96	0,06	368.080,00	1.371.751,13	14.182.285,96	0,06	368.080,00	-
Preservação e Conservação Ambiental	4.085.570,00	419.067,88	43.174,88	358.497,88	0,00	60.570,00	43.174,88	358.497,88	0,00	60.570,00	-
Desenvolvimento Científico	3.811.262,00	9.029.689,12	447.153,56	4.463.208,55	0,02	4.566.480,57	1.215.401,83	3.934.543,31	0,02	5.095.145,81	528.665,24
Promoção da Produção Vegetal	346.154,00	405.923,91	3.239,29	288.572,97	0,00	117.350,94	45.688,31	288.572,97	0,00	117.350,94	-
Promoção da Produção Animal	28.925.000,00	20.500.000,00	3.191.688,25	6.153.885,25	0,02	14.346.114,75	4.095.659,00	6.137.619,00	0,02	14.362.381,00	16.266,25
Defesa Sanitária Vegetal	2.029.469,00	1.102.081,92	11.107,91	894.805,63	0,00	207.276,29	100.436,66	894.805,63	0,00	207.276,29	-
Defesa Sanitária Animal	9.992.240,00	16.720.599,82	1.212.918,66	10.583.584,54	0,04	6.137.015,28	1.652.193,14	10.445.751,32	0,04	6.274.848,50	137.833,22
Extensão Rural	41.183.854,00	63.248.598,67	9.241.437,47	47.386.560,61	0,19	15.862.038,06	16.482.338,70	46.691.330,11	0,19	16.557.268,56	695.230,50
Irrigação	2.519.660,00	8.251.757,28	814.747,98	7.289.844,98	0,03	961.912,30	861.947,98	7.289.844,98	0,03	961.912,30	-
Energia Elétrica	250.000,00	250.000,00	-	-	-	250.000,00	-	-	-	250.000,00	-
Promoção Comercial	8.909.563,00	17.641.431,70	3.558.167,09	16.982.377,50	0,07	659.054,20	4.317.607,00	16.982.377,50	0,07	659.054,20	-
COMÉRCIO E SERVIÇOS	**98.193.149,00**	**145.473.818,84**	**14.340.527,02**	**116.044.065,63**	**0,45**	**29.429.753,21**	**21.214.628,18**	**114.811.703,61**	**0,46**	**30.662.115,23**	**1.232.362,02**
Administração Geral	22.122.217,00	22.261.150,28	2.753.881,45	19.474.259,18	0,08	2.786.891,10	3.404.398,73	18.955.824,75	0,08	3.305.325,53	518.434,43
Tecnologia da Informação	4.419.300,00	2.303.133,21	48.932,24	1.118.676,05	0,00	1.184.457,16	149.395,46	1.038.454,95	0,00	1.264.678,26	80.221,10
Formação de Recursos Humanos	485.672,00	265.397,37	5.188,73	175.470,42	0,00	89.926,95	9.393,73	175.470,42	0,00	89.926,95	-
Empregabilidade	16.300.000,00	24.880.730,55	2.134.832,30	22.331.827,98	0,09	2.548.902,57	2.318.532,73	22.327.603,87	0,09	2.553.126,68	4.224,11
Promoção Comercial	2.660.000,00	2.660.000,00	(75.857,34)	1.883.431,05	0,01	776.568,95	414.172,36	1.771.944,52	0,01	888.055,48	111.486,53
Turismo	52.205.960,00	93.051.641,33	9.473.549,64	71.008.634,85	0,28	22.043.006,48	14.918.735,17	70.490.639,00	0,28	22.561.002,33	517.995,85
Lazer	-	51.766,10	-	51.766,10	0,00	-	-	51.766,10	0,00	-	-
COMUNICAÇÕES	**72.271.880,00**	**67.474.898,44**	**3.754.583,87**	**67.366.743,45**	**0,26**	**108.154,99**	**11.706.789,86**	**59.344.709,28**	**0,24**	**8.130.189,16**	**8.022.034,17**
Administração Geral	8.359.488,00	8.565.346,17	712.306,53	8.565.345,18	0,03	0,99	1.392.995,00	8.091.056,82	0,03	474.289,35	474.288,36
Tecnologia da Informação	115.924,00	82.773,22	18.483,22	82.773,22	0,00	-	10.372,22	46.977,79	0,00	35.795,43	35.795,43
Comunicação Social	63.796.468,00	58.826.779,05	3.023.794,12	58.718.625,05	0,23	108.154,00	10.303.422,64	51.206.674,67	0,21	7.620.104,38	7.511.950,38
ENERGIA	**1.605.000,00**	**1.605.000,00**	**(3.654,75)**	**53.095,25**	**0,00**	**1.551.904,75**	**497,25**	**53.095,25**	**0,00**	**1.551.904,75**	**-**
Normatização e Fiscalização	1.605.000,00	1.605.000,00	(3.654,75)	53.095,25	0,00	1.551.904,75	497,25	53.095,25	0,00	1.551.904,75	-
TRANSPORTE	**1.470.132.435,00**	**2.157.122.058,83**	**138.935.582,03**	**1.284.186.107,30**	**5,02**	**872.935.951,53**	**181.056.005,69**	**1.117.054.793,58**	**4,48**	**1.040.067.265,25**	**167.131.313,72**
Administração Geral	130.347.652,00	152.465.167,30	13.757.978,17	122.604.487,53	0,48	29.860.679,77	22.195.460,73	119.717.903,27	0,48	32.747.264,03	2.886.584,26
Tecnologia da Informação	10.306.990,00	17.658.458,35	885.517,81	6.809.820,17	0,03	10.848.638,18	1.495.787,26	6.260.293,29	0,03	11.398.165,06	549.526,88
Formação de Recursos Humanos	862.872,00	753.953,76	78.129,06	645.691,87	0,00	108.261,89	115.307,27	645.691,87	0,00	108.261,89	-
Comunicação Social	1.615.000,00	3.095.000,00	(197.399,52)	1.535.126,05	0,01	1.559.873,95	236.445,81	1.485.247,15	0,01	1.609.752,85	49.878,90
Transporte Aéreo	17.400.000,00	18.795.753,76	60.246,06	10.055.953,78	0,04	8.739.799,98	1.319.637,43	7.612.967,31	0,03	11.182.786,45	2.442.986,47
Transporte Rodoviário	1.199.232.284,00	1.771.828.049,25	119.898.033,82	1.065.456.107,51	4,16	706.371.941,74	142.548.692,77	910.059.323,21	3,65	861.768.726,04	155.396.784,30
Transporte Ferroviário	600.000,00	500.000,00	-	-	-	500.000,00	-	-	-	500.000,00	-
Transporte Hidroviário	109.767.637,00	192.025.676,41	4.453.076,63	77.078.920,39	0,30	114.946.756,02	13.144.674,42	71.273.367,48	0,29	120.752.308,93	5.805.552,91
DESPORTO E LAZER	**51.551.721,00**	**51.078.884,34**	**2.570.308,66**	**40.527.118,30**	**0,16**	**10.551.766,04**	**7.351.681,03**	**40.020.952,94**	**0,16**	**11.057.931,40**	**506.165,36**
Administração Geral	19.476.156,00	19.145.298,52	2.619.543,90	18.792.419,28	0,07	352.879,24	3.316.967,59	18.398.677,09	0,07	746.621,43	393.742,19
Tecnologia da Informação	411.800,00	357.560,00	20.000,00	259.636,68	0,00	97.923,32	62.943,13	239.253,05	0,00	118.306,95	20.383,63
Formação de Recursos Humanos	264.608,00	183.113,63	(18.969,83)	124.293,46	0,00	58.820,17	27.463,51	121.386,78	0,00	61.726,85	2.906,68
Turismo	50.000,00	50.000,00	-	-	-	50.000,00	-	-	-	50.000,00	-
Desporto Comunitário	23.514.669,00	20.508.424,19	393.435,44	14.522.923,46	0,06	5.985.500,73	3.428.092,09	14.433.790,60	0,06	6.074.633,59	89.132,86
Lazer	7.834.488,00	10.834.488,00	(443.700,85)	6.827.845,42	0,03	4.006.642,58	516.214,71	6.827.845,42	0,03	4.006.642,58	-

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS No Bimestre	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (b)	DESPESAS EMPENHADAS % (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS No Bimestre	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS % (d/total d)	SALDO (e)=(a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
ENCARGOS ESPECIAIS	**1.584.700.000,00**	**2.059.554.596,13**	**325.942.050,88**	**1.470.225.775,50**	**5,74**	**589.328.820,63**	**521.538.672,09**	**1.470.225.655,37**	**5,90**	**589.328.940,76**	**120,13**
Outros Encargos Especiais	1.584.700.000,00	2.059.554.596,13	325.942.050,88	1.470.225.775,50	5,74	589.328.820,63	521.538.672,09	1.470.225.655,37	5,90	589.328.940,76	120,13
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**1.000.000,00**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Reserva de Contingência	1.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	**1.349.477.477,00**	**1.689.926.251,73**	**252.080.320,07**	**1.643.402.186,22**	**6,42**	**46.524.065,51**	**266.759.170,42**	**1.633.052.099,04**	**6,55**	**56.874.152,69**	**10.350.087,18**
LEGISLATIVA	**70.631.920,00**	**58.324.270,43**	**12.042.104,79**	**58.276.390,12**	**0,23**	**47.880,31**	**12.272.529,35**	**58.064.133,79**	**0,23**	**260.136,64**	**212.256,33**
Administração Geral	68.052.000,00	57.246.411,26	11.999.883,97	57.198.530,95	0,22	47.880,31	12.230.308,53	56.999.292,62	0,23	247.118,64	199.238,33
Formação de Recursos Humanos	600.000,00	39.054,00	-	39.054,00	0,00	-	-	26.036,00	0,00	13.018,00	13.018,00
Previdência do Regime Estatutário	1.979.920,00	1.038.805,17	42.220,82	1.038.805,17	0,00	-	42.220,82	1.038.805,17	0,00	-	-
JUDICIÁRIA	**197.742.945,00**	**207.043.337,30**	**31.370.873,36**	**194.374.388,82**	**0,76**	**12.668.948,48**	**31.353.569,60**	**194.339.201,38**	**0,78**	**12.704.135,92**	**35.187,44**
Ação Judiciária	194.941.717,00	205.132.479,56	31.315.080,18	192.480.574,31	0,75	12.651.905,25	31.283.131,48	192.448.625,61	0,77	12.683.853,95	31.948,70
Administração Geral	22.428,00	25.428,00	(14.000,00)	8.384,77	0,00	17.043,23	644,94	5.146,03	0,00	20.281,97	3.238,74
Previdência do Regime Estatutário	2.778.800,00	1.885.429,74	69.793,18	1.885.429,74	0,01	-	69.793,18	1.885.429,74	0,01	-	-
ESSENCIAL A JUSTIÇA	**95.281.995,00**	**94.808.196,56**	**13.110.007,43**	**93.554.471,09**	**0,37**	**1.253.725,47**	**16.757.119,66**	**93.511.807,55**	**0,38**	**1.296.389,01**	**42.663,54**
Defesa da Ordem Jurídica	77.670.920,00	74.213.126,48	10.155.389,50	74.213.126,48	0,29	-	13.518.156,82	74.202.716,09	0,30	10.410,39	10.410,39
Administração Geral	17.170.386,00	20.209.281,08	3.002.989,60	19.077.247,19	0,07	1.132.033,89	3.194.306,86	19.055.540,54	0,08	1.153.740,54	21.706,65
Tecnologia da Informação	420.000,00	216.100,00	(48.371,67)	163.628,33	0,00	52.471,67	44.655,98	163.628,33	0,00	52.471,67	-
Formação de Recursos Humanos	20.689,00	169.689,00	-	100.469,09	0,00	69.219,91	-	89.922,59	0,00	79.766,41	10.546,50
ADMINISTRAÇÃO	**101.978.959,00**	**129.201.740,16**	**16.596.739,62**	**120.726.942,77**	**0,47**	**8.474.797,39**	**19.298.835,30**	**118.307.090,35**	**0,47**	**10.894.649,81**	**2.419.852,42**
Administração Geral	82.525.872,00	107.870.052,71	16.103.309,98	107.290.349,50	0,42	579.703,21	16.774.879,61	106.710.456,98	0,43	1.159.595,73	579.892,52
Administração Financeira	-	845.291,97	(2.293,52)	845.291,97	0,00	-	-	845.291,97	0,00	-	-
Tecnologia da Informação	850.238,00	2.022.769,33	(25.776,84)	1.760.369,51	0,01	262.399,82	267.411,86	1.608.079,49	0,01	414.689,84	152.290,02
Transporte Rodoviário	18.000,00	6.500,00	(1.900,00)	6.500,00	0,00	-	1.072,33	5.849,30	0,00	650,70	650,70
Formação de Recursos Humanos	114.827,00	97.945,50	-	30.092,14	0,00	67.853,36	19.831,64	30.092,14	0,00	67.853,36	-
Previdência Especial	275.653,00	136.588,65	-	136.588,65	0,00	-	-	136.588,65	0,00	-	-
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	18.194.369,00	18.222.592,00	523.400,00	10.657.751,00	0,04	7.564.841,00	2.235.639,86	8.970.731,82	0,04	9.251.860,18	1.687.019,18
SEGURANÇA PÚBLICA	**319.013.884,00**	**445.013.450,30**	**69.064.631,30**	**442.176.846,90**	**1,73**	**2.836.603,40**	**71.480.131,78**	**439.749.261,17**	**1,76**	**5.264.189,13**	**2.427.585,73**
Administração Geral	312.518.322,00	437.791.408,59	69.413.060,88	436.115.399,88	1,70	1.676.008,71	70.273.617,83	434.253.672,73	1,74	3.537.735,86	1.861.727,15
Tecnologia da Informação	4.350.000,00	4.979.000,00	(348.847,94)	4.457.152,06	0,02	521.847,94	923.693,27	3.927.828,79	0,02	1.051.171,21	529.323,27
Formação de Recursos Humanos	-	44.794,50	-	44.122,50	0,00	672,00	-	44.122,50	0,00	672,00	-
Policiamento	1.428.754,00	1.428.274,21	418,36	1.407.562,46	0,01	20.711,75	272.920,68	1.372.003,15	0,01	56.271,06	35.559,31
Defesa Civil	650.000,00	650.000,00	-	52.280,00	0,00	597.720,00	-	52.280,00	0,00	597.720,00	-
Informação e Inteligência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Controle Ambiental	66.808,00	119.973,00	-	100.330,00	0,00	19.643,00	9.900,00	99.354,00	0,00	20.619,00	976,00
RELAÇÕES EXTERIORES	**113.704,00**	**115.462,69**	**(4.362,68)**	**102.462,69**	**0,00**	**13.000,00**	**9.753,07**	**97.827,00**	**0,00**	**17.635,69**	**4.635,69**
Administração Geral	113.704,00	115.462,69	(4.362,68)	102.462,69	0,00	13.000,00	9.753,07	97.827,00	0,00	17.635,69	4.635,69
ASSISTÊNCIA SOCIAL	**4.611.432,00**	**4.575.481,98**	**503.277,57**	**4.570.480,00**	**0,02**	**5.001,98**	**657.326,68**	**4.535.073,69**	**0,02**	**40.408,29**	**35.406,31**
Administração Geral	3.671.283,00	3.670.481,98	503.277,57	3.670.480,00	0,01	1,98	506.041,70	3.667.276,62	0,01	3.205,36	3.203,38
Tecnologia da Informação	935.149,00	900.000,00	-	900.000,00	0,00	-	151.284,98	867.797,07	0,00	32.202,93	32.202,93
Formação de Recursos Humanos	5.000,00	5.000,00	-	-	-	5.000,00	-	-	-	5.000,00	-
Assistência Comunitária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PREVIDÊNCIA SOCIAL	**8.050.000,00**	**7.269.215,33**	**1.006.007,12**	**7.259.214,25**	**0,03**	**10.001,08**	**1.081.833,70**	**7.197.374,50**	**0,03**	**71.840,83**	**61.839,75**
Administração Geral	7.650.000,00	7.024.969,32	1.052.712,85	7.014.968,24	0,03	10.001,08	1.078.582,57	6.988.042,66	0,03	36.926,66	26.925,58
Tecnologia da Informação	20.000,00	164.926,14	(763,03)	164.926,14	0,00	-	20.800,39	130.011,97	0,00	34.914,17	34.914,17
Prev. do Regime Estatutário	380.000,00	79.319,87	(45.942,70)	79.319,87	0,00	-	(17.549,26)	79.319,87	0,00	-	-
SAÚDE	**136.173.396,00**	**203.961.816,09**	**31.496.995,79**	**203.074.376,23**	**0,79**	**887.439,86**	**31.837.209,78**	**202.261.982,22**	**0,81**	**1.699.833,87**	**812.394,01**
Administração Geral	134.706.325,00	200.029.006,09	31.496.995,79	199.989.334,54	0,78	39.671,55	31.813.649,12	199.584.259,38	0,80	444.746,71	405.075,16
Assistência Comunitária	220.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	-	2.101.439,00	-	2.050.741,69	0,01	50.697,31	5.192,08	2.045.685,61	0,01	55.753,39	5.056,08
Vigilância Sanitária	200.000,00	150.000,00	-	150.000,00	0,00	-	-	45.785,00	0,00	104.215,00	104.215,00
Vigilância Epidemiológica	500.000,00	934.300,00	-	584.300,00	0,00	350.000,00	18.368,58	286.252,23	0,00	648.047,77	298.047,77
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	547.071,00	447.071,00	-	-	-	447.071,00	-	-	-	447.071,00	-
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	-	300.000,00	-	300.000,00	0,00	-	-	300.000,00	0,00	-	-
EDUCAÇÃO	**315.934.537,00**	**403.952.664,53**	**56.933.416,18**	**387.750.133,42**	**1,51**	**16.202.531,11**	**59.736.386,18**	**385.964.991,44**	**1,55**	**17.987.673,09**	**1.785.141,98**
Administração Geral	87.843.563,00	84.902.083,39	9.409.876,34	84.881.200,95	0,33	20.882,44	9.633.923,22	84.582.802,61	0,34	319.280,78	298.398,34
Tecnologia da Informação	450.000,00	436.562,03	93.593,87	436.562,03	0,00	-	162.798,77	381.501,31	0,00	55.060,72	55.060,72
Ensino Fundamental	87.720.051,00	130.120.051,00	21.643.033,97	129.606.042,18	0,51	514.008,82	21.643.033,97	129.606.042,18	0,52	514.008,82	-
Ensino Médio	57.499.382,00	81.316.382,00	12.695.629,39	75.839.208,76	0,30	5.477.173,24	12.695.629,39	75.839.208,76	0,30	5.477.173,24	-
Ensino Profissional	2.688.419,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ensino Superior	43.819.697,00	51.589.263,63	8.653.669,96	51.074.334,48	0,20	514.929,15	8.696.246,77	51.074.334,48	0,20	514.929,15	-
Ensino Infantil	3.804.529,00	2.457.424,71	384.705,67	2.457.423,28	0,01	1,43	384.705,67	2.457.423,28	0,01	1,43	-
Educação de Jovens e Adultos	6.524.380,00	6.523.380,00	749.149,35	4.854.468,54	0,02	1.668.911,46	749.149,35	4.854.468,54	0,02	1.668.911,46	-
Educação Especial	15.070.516,00	18.971.516,00	3.196.490,14	18.717.263,67	0,07	254.252,33	3.196.490,14	18.717.263,67	0,08	254.252,33	-
Educação Básica	10.514.000,00	27.636.001,77	107.267,49	19.883.629,53	0,08	7.752.372,24	2.574.408,90	18.451.946,61	0,07	9.184.055,16	1.431.682,92

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS No Bimestre	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (b)	DESPESAS EMPENHADAS % (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS No Bimestre	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS % (d/total d)	SALDO (e)=(a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
CULTURA	**2.468.308,00**	**2.814.376,05**	**402.701,47**	**2.784.574,68**	**0,01**	**29.801,37**	**428.653,37**	**2.740.547,46**	**0,01**	**73.828,59**	**44.027,22**
Administração Geral	2.468.308,00	2.781.668,05	402.701,47	2.751.866,68	0,01	29.801,37	421.768,27	2.713.022,16	0,01	68.645,89	38.844,52
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	-	9.900,00	-	9.900,00	0,00	-	-	9.900,00	0,00	-	-
Difusão Cultural	-	22.808,00	-	22.808,00	0,00	-	6.885,10	17.625,30	0,00	5.182,70	5.182,70
DIREITOS DA CIDADANIA	**48.594.474,00**	**75.015.692,37**	**14.142.467,71**	**74.798.812,77**	**0,29**	**216.879,60**	**14.177.389,82**	**73.797.390,02**	**0,30**	**1.218.302,35**	**1.001.422,75**
Administração Geral	45.558.461,00	73.633.178,35	14.129.553,95	73.509.174,99	0,29	124.003,36	13.803.343,55	72.676.344,54	0,29	956.833,81	832.830,45
Formação de Recursos Humanos	36.013,00	105.219,66	-	105.219,66	0,00	-	4.253,72	57.415,36	0,00	47.804,30	47.804,30
Custódia e Reintegração Social	3.000.000,00	1.277.294,36	12.913,76	1.184.418,12	0,00	92.876,24	369.792,55	1.063.630,12	0,00	213.664,24	120.788,00
HABITAÇÃO	**211.982,00**	**162.599,69**	**10.747,50**	**162.599,69**	**0,00**	**-**	**16.761,86**	**151.385,74**	**0,00**	**11.213,95**	**11.213,95**
Administração Geral	161.982,00	162.599,69	10.747,50	162.599,69	0,00	-	16.761,86	151.385,74	0,00	11.213,95	11.213,95
Tecnologia da Informação	50.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANEAMENTO	**25.000,00**	**25.000,00**	**-**	**-**	**-**	**25.000,00**	**-**	**-**	**-**	**25.000,00**	**-**
Normatização e Fiscalização	25.000,00	25.000,00	-	-	-	25.000,00	-	-	-	25.000,00	-
GESTÃO AMBIENTAL	**8.414.897,00**	**10.191.910,90**	**1.500.693,69**	**9.775.762,42**	**0,04**	**416.148,48**	**1.594.339,25**	**9.707.575,15**	**0,04**	**484.335,75**	**68.187,27**
Administração Geral	8.137.178,00	9.806.910,90	1.526.369,32	9.672.406,05	0,04	134.504,85	1.550.873,30	9.635.752,83	0,04	171.158,07	36.653,22
Tecnologia da Informação	27.719,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Formação de Recursos Humanos	-	10.000,00	-	1.312,00	0,00	8.688,00	-	1.312,00	0,00	8.688,00	-
Controle Ambiental	50.000,00	175.000,00	-	76.800,00	0,00	98.200,00	43.465,95	45.265,95	0,00	129.734,05	31.534,05
Recursos Hídricos	200.000,00	200.000,00	(25.675,63)	25.244,37	0,00	174.755,63	-	25.244,37	0,00	174.755,63	-
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	**280.052,00**	**426.782,52**	**121.129,82**	**426.782,52**	**0,00**	**-**	**55.073,14**	**317.271,04**	**0,00**	**109.511,48**	**109.511,48**
Administração Geral	253.052,00	277.040,52	31.897,82	277.040,52	0,00	-	44.665,29	256.761,04	0,00	20.279,48	20.279,48
Tecnologia da Informação	27.000,00	26.400,00	-	26.400,00	0,00	-	5.337,85	26.400,00	0,00	-	-
Desenvolvimento Científico	-	123.342,00	89.232,00	123.342,00	0,00	-	5.070,00	34.110,00	0,00	89.232,00	89.232,00
AGRICULTURA	**8.403.607,00**	**7.369.375,65**	**112.622,89**	**6.910.979,62**	**0,03**	**458.396,03**	**851.835,59**	**6.641.339,43**	**0,03**	**728.036,22**	**269.640,19**
Administração Geral	3.688.139,00	3.341.283,88	(110.740,52)	3.233.428,61	0,01	107.855,27	419.451,53	3.080.072,74	0,01	261.211,14	153.355,87
Tecnologia da Informação	3.275.667,00	3.785.895,77	223.363,41	3.538.173,28	0,01	247.722,49	432.384,06	3.421.888,96	0,01	364.006,81	116.284,32
Desenvolvimento Científico	67.178,00	67.178,00	-	-	-	67.178,00	-	-	-	67.178,00	-
Promoção da Produção Vegetal	90.305,00	3.000,00	-	1.664,25	0,00	1.335,75	-	1.664,25	0,00	1.335,75	-
Defesa Sanitária Vegetal	230.000,00	18.000,00	-	3.249,25	0,00	14.750,75	-	3.249,25	0,00	14.750,75	-
Defesa Sanitária Animal	1.052.318,00	79.851,00	-	60.297,23	0,00	19.553,77	-	60.297,23	0,00	19.553,77	-
Extensão Rural	-	74.167,00	-	74.167,00	0,00	-	-	74.167,00	0,00	-	-
COMÉRCIO E SERVIÇOS	**1.736.042,00**	**2.318.365,00**	**236.836,80**	**1.990.465,13**	**0,01**	**327.899,87**	**321.884,43**	**1.931.711,02**	**0,01**	**386.653,98**	**58.754,11**
Administração Geral	1.536.042,00	2.148.365,00	236.836,80	1.990.465,13	0,01	157.899,87	321.884,43	1.931.711,02	0,01	216.653,98	58.754,11
Tecnologia da Informação	200.000,00	170.000,00	-	-	-	170.000,00	-	-	-	170.000,00	-
COMUNICAÇÕES	**599.480,00**	**580.873,63**	**49.867,50**	**289.117,63**	**0,00**	**291.756,00**	**42.522,93**	**277.652,83**	**0,00**	**303.220,80**	**11.464,80**
Administração Geral	307.724,00	289.117,63	49.867,50	289.117,63	0,00	-	42.522,93	277.652,83	0,00	11.464,80	11.464,80
Comunicação Social	291.756,00	291.756,00	-	-	-	291.756,00	-	-	-	291.756,00	-
TRANSPORTE	**27.335.357,00**	**34.628.030,84**	**3.106.797,72**	**32.331.261,83**	**0,13**	**2.296.769,01**	**4.447.039,21**	**31.408.351,38**	**0,13**	**3.219.679,46**	**922.910,45**
Administração Geral	23.207.104,00	25.655.847,25	3.102.141,29	24.195.564,76	0,09	1.460.282,49	3.250.479,78	23.664.382,80	0,09	1.991.464,45	531.181,96
Tecnologia da Informação	642.253,00	685.036,00	(89.755,70)	467.268,92	0,00	217.767,08	74.506,39	389.741,06	0,00	295.294,94	77.527,86
Comunicação Social	36.000,00	56.000,00	-	48.400,00	0,00	7.600,00	5.232,96	45.369,45	0,00	10.630,55	3.030,55
Transporte Rodoviário	3.250.000,00	7.981.147,59	94.412,13	7.445.667,48	0,03	535.480,11	1.088.748,42	7.148.533,23	0,03	832.614,36	297.134,25
Transporte Hidroviário	200.000,00	250.000,00	-	174.360,67	0,00	75.639,33	28.071,66	160.324,84	0,00	89.675,16	14.035,83
DESPORTO E LAZER	**1.875.506,00**	**2.127.609,71**	**276.764,49**	**2.066.123,64**	**0,01**	**61.486,07**	**338.975,72**	**2.050.131,88**	**0,01**	**77.477,83**	**15.991,76**
Administração Geral	1.875.506,00	2.127.609,71	276.764,49	2.066.123,64	0,01	61.486,07	338.975,72	2.050.131,88	0,01	77.477,83	15.991,76
TOTAL (III) = (I + II)	**26.073.622.000,00**	**30.429.838.711,97**	**3.916.055.402,59**	**25.595.103.379,18**	**100,00**	**4.834.735.332,79**	**4.946.108.104,49**	**24.921.210.020,69**	**100,00**	**5.508.628.691,28**	**673.893.358,49**

FONTE: SIGEF/SC - SEF/DCOG/COINF

Florianópolis, 30 de janeiro de 2018.

RENATO DIAS MARQUES DE LACERDA
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 25.039/O-2

MARIA LUIZA SEEMANN
COORDENADORA DE INFORMAÇÕES DA GESTÃO FISCAL
CONTADORA CRCSC 31.035/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - REPUBLICAÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17	jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17	dez/17		
RECEITAS CORRENTES [1] (I)	2.587.845.914,88	2.451.702.159,51	2.516.263.584,85	2.694.562.202,98	2.477.680.386,25	2.576.031.358,33	2.524.343.959,31	2.613.416.564,53	2.648.596.864,07	2.626.086.673,47	2.554.607.076,63	3.021.196.939,17	31.292.333.683,98	32.669.297.622,00
Receita Tributária	1.914.996.966,33	1.762.080.689,15	1.859.982.658,31	2.012.719.682,43	1.821.114.353,76	1.913.377.805,32	1.884.920.238,44	1.901.662.173,71	1.991.841.094,66	1.955.803.781,22	1.894.322.245,12	2.121.834.062,48	23.034.655.750,93	23.501.107.843,00
ICMS [4]	1.654.322.804,25	1.500.792.168,09	1.502.909.404,80	1.706.053.946,14	1.464.601.946,62	1.556.587.590,96	1.525.332.721,11	1.536.960.508,81	1.655.888.921,90	1.584.940.870,99	1.620.165.026,39	1.758.499.308,69	19.067.055.218,75	19.432.239.260,00
IPVA	93.973.035,80	93.461.798,37	159.725.067,85	127.296.342,97	169.650.250,52	153.472.419,46	156.820.974,42	154.900.895,69	133.688.692,21	160.562.031,53	85.327.448,37	62.502.587,61	1.551.381.544,80	1.681.288.507,00
ITCMD	15.339.761,49	13.551.498,44	20.976.876,12	17.378.035,86	19.912.110,87	22.340.801,49	26.006.628,88	22.101.076,61	29.332.071,44	22.228.652,21	22.009.197,74	24.143.781,25	255.320.492,40	226.245.497,00
IRRF	103.606.804,06	109.028.814,82	113.013.243,76	109.735.279,19	102.093.495,69	118.651.814,14	112.935.234,85	124.632.735,32	117.120.883,94	128.954.823,51	115.558.601,78	224.344.242,60	1.479.675.973,66	1.455.807.922,00
Outras Receitas Tributárias	47.754.560,73	45.246.409,43	63.358.065,78	52.256.078,27	64.856.550,06	62.325.179,27	63.824.679,18	63.066.957,28	55.810.525,17	59.117.402,98	51.261.970,84	52.344.142,33	681.222.521,32	705.526.657,00
Receita de Contribuições	70.081.458,57	70.224.196,32	70.658.518,37	70.691.020,15	71.254.884,08	72.050.259,22	71.549.640,53	71.400.725,25	72.621.947,09	80.313.035,98	72.230.104,06	137.925.955,51	931.001.745,13	881.055.705,00
Receita Patrimonial	72.063.433,99	64.909.699,11	70.940.062,08	66.428.774,30	61.205.082,89	63.074.341,05	58.710.872,75	50.493.879,61	49.525.200,60	37.974.528,96	35.893.875,91	88.212.880,04	719.432.631,29	886.708.023,00
Receita Agropecuária	36.323,82	46.251,36	143.968,72	157.992,81	166.029,21	41.829,20	37.098,58	163.588,46	108.576,50	147.596,24	72.428,82	161.319,29	1.283.003,01	1.095.733,00
Receita Industrial	214.356,45	229.714,90	376.001,18	186.106,77	299.949,37	292.483,14	231.476,72	297.756,80	189.383,84	319.869,97	209.667,13	305.862,78	3.152.629,05	3.676.899,00
Receita de Serviços	39.452.862,11	42.797.003,15	51.580.480,10	50.883.553,79	57.797.195,45	57.223.016,58	52.208.338,97	54.368.285,17	61.437.522,32	55.818.081,39	61.426.338,74	54.742.886,69	639.735.564,46	722.067.211,00
Transferências Correntes	423.510.370,68	427.323.332,35	372.623.465,19	401.502.990,30	399.122.975,48	401.997.231,97	385.960.226,37	392.952.516,18	387.421.521,61	414.243.568,75	415.831.267,38	530.364.686,92	4.952.854.153,18	5.837.766.814,00
Cota-Parte do FPE	93.158.686,20	119.280.540,33	74.837.147,06	89.946.150,52	102.214.578,41	94.169.549,80	72.543.218,41	82.419.912,24	69.169.473,43	78.170.993,92	80.786.338,99	107.672.390,82	1.064.368.980,13	1.115.363.495,00
Transferências da LC. 87/1996	4.376.909,06	4.376.909,06	4.376.909,06	4.376.909,06	4.376.909,06	4.376.909,06	4.376.909,06	4.376.909,06	4.376.909,06	4.376.909,06	4.376.909,06	4.376.909,06	52.522.908,72	59.928.217,00
Transferências da LC. 61/1989	21.762.536,92	23.930.101,73	18.804.848,56	22.706.910,85	21.305.427,88	21.421.254,43	24.064.144,70	22.518.412,97	24.052.307,90	30.354.579,63	24.786.229,28	34.197.797,81	289.904.552,66	299.217.105,00
Transferências do FUNDEB	182.876.380,12	174.987.302,20	180.311.773,31	184.537.488,09	178.160.823,08	185.543.207,11	172.592.834,07	177.598.810,97	188.167.348,26	183.274.809,83	180.084.536,66	199.033.015,85	2.187.168.329,55	2.338.497.595,00
Outras Transferências Correntes	121.335.858,38	104.748.479,03	94.292.787,20	99.935.531,78	93.065.237,05	96.486.311,57	112.383.120,13	106.038.470,94	101.655.482,96	118.066.276,31	125.797.253,39	185.084.573,38	1.358.889.382,12	2.024.760.402,00
Outras Receitas Correntes	67.490.142,93	84.091.273,17	89.958.430,90	91.992.082,43	66.719.916,01	67.974.391,85	70.726.066,95	142.077.639,35	85.451.617,45	81.466.210,96	74.621.149,47	87.649.285,46	1.010.218.206,93	835.819.394,00
DEDUÇÕES (II)	838.240.509,40	784.240.174,07	813.540.108,31	874.559.455,24	800.505.564,85	828.300.310,26	830.020.185,33	857.336.181,65	872.645.659,77	882.348.703,72	826.985.764,46	951.354.770,80	10.160.077.387,86	10.218.353.453,00
Transferências Constitucionais e Legais [2]	478.071.012,15	439.339.118,43	470.221.665,46	504.523.194,61	461.040.579,51	476.658.413,71	483.924.454,06	502.139.036,68	507.487.065,33	505.896.748,92	472.129.720,23	500.712.150,98	5.802.143.160,07	5.877.194.045,00
Contrib. Plano de Previdência do Servidor [3]	65.608.793,63	65.708.304,65	66.104.400,44	66.107.151,68	66.660.076,68	67.422.596,29	66.890.713,71	66.736.300,52	67.919.845,59	75.591.621,26	67.499.111,75	128.585.235,22	870.834.151,42	827.754.588,00
Contrib. p/ Custeio Pensões Militares	4.472.664,94	4.515.891,67	4.554.117,93	4.583.868,47	4.594.807,40	4.627.662,93	4.658.926,82	4.664.424,73	4.702.101,50	4.721.414,72	4.730.992,31	9.340.720,29	60.167.593,71	53.301.117,00
Compensação Financ. entre Regimes Previd.	2.117.433,35	2.224.566,93	2.258.939,52	1.960.166,28	-	-	-	-	-	13.322.643,90	2.054.937,31	4.045.882,55	27.984.569,84	-
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	287.970.605,33	272.452.292,39	270.400.984,96	297.385.074,20	268.210.101,26	279.591.637,33	274.546.090,74	283.796.419,72	292.536.647,35	282.816.274,92	280.571.002,86	308.670.781,76	3.398.947.912,82	3.460.103.703,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	**1.749.605.405,48**	**1.667.461.985,44**	**1.702.723.476,54**	**1.820.002.747,74**	**1.677.174.821,40**	**1.747.731.048,07**	**1.694.323.773,98**	**1.756.080.382,88**	**1.775.951.204,30**	**1.743.737.969,75**	**1.727.621.312,17**	**2.069.842.168,37**	**21.132.256.296,12**	**22.450.944.169,00**

FONTE: SIGEF/SC - SEF/DCOG/COINF

NOTAS EXPLICATIVAS:

1. Deduzidos os valores das restituições de receita registrados nas contas de deduções de receita.

2. Incluídos os valores das receitas do FundoSocial e SEITEC pertencentes aos municípios, registrados nas contas de deduções da receita.

3. Incluídos os valores das contribuições previdenciárias patronais dos servidores em licença sem vencimento e à disposição de outros Entes Federados.

4. O incremento na receita bruta de ICMS no mês de setembro de 2016 e abril de 2017 refere-se à conversão de receita extra-orçamentária dos contratos do PRODEC em receita de ICMS no valor de R$ 202.162.127,42 e R$ 61.289.779,70, respectivamente. Durante o seu prazo de vigência, os valores arrecadados dos contratos do PRODEC são registrados como antecipações da receita representando aumento da disponibilidade financeira. Apenas após o término do prazo do contrato PRODEC os valores são convertidos em receita de ICMS, conforme artigo 9°§ 2º da Lei Estadual 13.342/2005. Nesse momento, essa conversão não representa aumento da disponbilidade financeira. O PRODEC foi instituído pela Lei n° 13.342/2005 tendo como finalidade conceder incentivo à implantação ou expansão de empreendimentos industriais, que vierem produzir e gerar emprego e renda no Estado de Santa Catarina. Trata-se de incentivo, a título de financiamento, equivalente a um percentual pré-determinado sobre o valor do ICMS a ser gerado por novo projeto.

Florianópolis, 08 de março de 2018.

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 25.039/O-2

MARIA LUIZA SEEMANN
COORDENADORA DE INFORMAÇÕES DA GESTÃO FISCAL
CONTADORA CRCSC 31.035/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) R$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2016
RECEITAS CORRENTES (I)	1.829.361.503,00	1.829.361.503,00	2.413.457.811,18	2.170.090.951,54
Receita de Contribuições	1.817.406.889,00	1.817.406.889,00	2.336.181.001,96	2.067.571.273,42
Receita de Contribuições dos Segurados	870.057.036,00	870.057.036,00	923.389.713,28	821.723.678,80
Civil	733.243.546,00	733.243.546,00	730.209.377,19	646.510.016,86
Ativo	605.066.861,00	605.066.861,00	563.534.392,21	502.048.065,47
Inativo	91.586.242,00	91.586.242,00	127.873.307,15	108.205.216,05
Pensionista	36.590.443,00	36.590.443,00	38.801.677,83	36.256.735,34
Militar	136.813.490,00	136.813.490,00	193.180.336,09	175.213.661,94
Ativo	83.512.373,00	83.512.373,00	133.012.742,38	119.746.937,65
Inativo	46.174.818,00	46.174.818,00	54.095.776,50	49.470.022,99
Pensionista	7.126.299,00	7.126.299,00	6.071.817,21	5.996.701,30
Receita de Contribuições Patronais	947.349.853,00	947.349.853,00	1.412.791.288,68	1.245.847.594,62
Civil	759.884.004,00	759.884.004,00	1.133.325.141,62	991.088.341,99
Ativo	759.884.004,00	759.884.004,00	1.133.325.141,62	991.088.341,99
Inativo	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-
Militar	169.021.787,00	169.021.787,00	266.029.823,90	239.495.423,20
Ativo	169.021.787,00	169.021.787,00	266.029.823,90	239.495.423,20
Inativo	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-
Em Regime de Parcelamento de Débitos	18.444.062,00	18.444.062,00	13.436.323,16	15.263.829,43
Receita Patrimonial	11.287.039,00	11.287.039,00	41.190.520,55	65.822.161,83
Receitas Imobiliárias	4.723.452,00	4.723.452,00	1.669.890,07	1.682.020,42
Receitas de Valores Mobiliários	6.563.587,00	6.563.587,00	39.520.630,48	64.140.141,41
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita de Serviços	391.460,00	391.460,00	6.154.932,09	5.446.072,46
Outras Receitas Correntes	276.115,00	276.115,00	29.931.356,58	31.251.443,83
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	27.984.569,84	27.551.728,19
Demais Receitas Correntes	276.115,00	276.115,00	1.946.786,74	3.699.715,64
RECEITAS DE CAPITAL (II)	146,00	146,00	85,80	102,96
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	146,00	146,00	85,80	102,96
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	1.829.361.649,00	1.829.361.649,00	2.413.457.896,98	2.170.091.054,50

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016	Em 2017	Em 2016
ADMINISTRAÇÃO (IV)	129.349.226,00	103.433.306,89	97.596.447,55	97.038.402,11	90.479.177,80	91.217.222,09	7.117.269,75	5.821.180,02
Despesas Correntes	126.649.226,00	103.304.039,94	97.567.180,60	96.106.696,07	90.451.847,05	90.306.882,66	7.115.333,55	5.799.813,41
Despesas de Capital	2.700.000,00	129.266,95	29.266,95	931.706,04	27.330,75	910.339,43	1.936,20	21.366,61
PREVIDÊNCIA (V)	4.349.070.333,00	5.982.402.006,31	5.967.300.137,91	5.584.523.417,69	5.967.264.278,79	5.584.370.022,48	35.859,12	153.395,21
Benefícios - Civil	3.816.731.809,00	5.980.515.746,76	4.609.664.765,89	4.295.526.762,17	4.609.659.120,91	4.295.485.839,31	5.644,98	40.922,86
Aposentadorias	3.546.228.151,00	4.992.946.238,18	3.820.837.009,10	3.536.576.039,98	3.820.831.364,12	3.536.552.958,30	5.644,98	23.081,68
Pensões	270.485.558,00	987.569.508,58	788.827.756,79	758.950.722,19	788.827.756,79	758.932.881,01	-	17.841,18
Outros Benefícios Previdenciários	18.100,00	-	-	-	-	-	-	-
Benefícios - Militar	-	-	1.355.679.869,12	1.287.147.436,64	1.355.672.937,06	1.287.044.813,26	6.932,06	102.623,38
Reformas	-	-	1.151.184.338,73	1.085.576.757,29	1.151.177.406,67	1.085.535.964,15	6.932,06	40.793,14
Pensões	-	-	204.495.530,39	201.570.679,35	204.495.530,39	201.508.849,11	-	61.830,24
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	532.338.524,00	1.886.259,55	1.955.502,90	1.849.218,88	1.932.220,82	1.839.369,91	23.282,08	9.848,97
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	69.243,55	18.458,40	69.243,55	18.458,40	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	532.338.524,00	1.886.259,55	1.886.259,35	1.830.760,48	1.862.977,27	1.820.911,51	23.282,08	9.848,97
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV+ V)	4.478.419.559,00	6.085.835.313,20	6.064.896.585,46	5.681.561.819,80	6.057.743.456,59	5.675.587.244,57	7.153.128,87	5.974.575,23

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) R$ 1,00

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III + VI)	(2.649.057.910,00)	(4.256.473.664,20)	(3.651.438.688,48)	(3.511.470.765,30)	(3.644.285.559,61)	(3.505.496.190,07)	-	-

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCICIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	-
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	-
Outros Aportes para o RPPS [1]	95.616.000,00
Recursos para Cobertura de Deficit Financeiro	3.705.693.611,31

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2017	2016
Caixa e Equivalentes de Caixa	168.353,70	19.344,94
Investimentos e Aplicações	400.395.969,03	337.348.401,29
Outros Bens e Direitos	123.048.052,00	147.297.796,90

FONTE: SIGEF/SC - SEF/DCOG/COINF

NOTAS EXPLICATIVAS:
1. De acordo com o Art. 11 da Lei Complementar nº 662/2015, fica extinto o Fundo Previdenciário criado pela Lei Complementar nº 412, de 2008. Portanto, ficam vinculados ao Fundo Financeiro os atuais segurados e beneficiários vinculados ao extinto Fundo Previdenciário. O total de recursos existentes no extinto Fundo Previdenciário reverterá ao Fundo Financeiro.

Florianópolis, 30 de janeiro de 2018.

RENATO DIAS MARQUES DE LACERDA
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 25.039/O-2

MARIA LUIZA SEEMANN
COORDENADORA DE INFORMAÇÕES DA GESTÃO FISCAL
CONTADORA CRCSC 31.035/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/dez/2016 (a)	Em 31/out/2017 (b)	Em 31/dez/2017 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	22.489.998.259,76	22.507.132.915,36	23.224.812.961,96
DEDUÇÕES (II)	12.201.795.752,98	12.977.333.453,12	12.427.017.401,49
Disponibilidade de Caixa	9.061.164.094,93	9.802.892.489,09	9.209.288.955,69
Disponibilidade de Caixa Bruta [1]	9.217.913.889,64	9.819.155.106,96	9.613.679.322,90
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	156.749.794,71	16.262.617,87	404.390.367,21
Demais Haveres Financeiros	3.140.631.658,05	3.174.440.964,03	3.217.728.445,80
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	10.288.202.506,78	9.529.799.462,24	10.797.795.560,47
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V) [2]	2.679.713.431,96	3.304.363.604,68	3.293.558.243,35
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	7.608.489.074,82	6.225.435.857,56	7.504.237.317,12

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	1.278.801.459,56	(104.251.757,70)

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA [3]	(810.703.000,00)

FONTE: SIGEF/SC - SEF/DCOG/COINF

NOTAS EXPLICATIVAS:

1. Disponibilidade de Caixa Bruta representa os valores depositados em Bancos, incluindo aplicações financeiras e os valores da arrecadação indireta (valores arrecadados em processamento pela rede bancária). No entanto, o saldo não representa recursos livres, pois sua composição engloba valores referentes a depósitos de terceiros (tais como cauções, fianças, e consignações) e recursos legalmente vinculados.

2. Nesta linha foram consideradas as dívidas juridicamente devidas pelo Estado e representativas de déficits passados, tais como: precatórios emitidos após 05/05/2000, os parcelamentos de dívidas junto ao INSS, RPPS/SC e RFB (Pasep), as obrigações tributárias e previdenciárias em litígio.

3. Meta estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2017, Lei nº 17.051 de 16 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 30 de janeiro de 2018.

RENATO DIAS MARQUES DE LACERDA
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 25.039/O-2

MARIA LUIZA SEEMANN
COORDENADORA DE INFORMAÇÕES DA GESTÃO FISCAL
CONTADORA CRCSC 31.035/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO - REPUBLICAÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS [1]	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	23.874.160.006,00	23.101.653.091,94	22.026.487.100,16
Receitas Tributárias	14.653.072.737,00	14.359.938.891,42	13.263.425.410,16
ICMS	11.638.621.552,00	11.374.233.091,76	10.455.767.308,65
IPVA	672.427.066,00	620.552.616,37	591.791.322,96
ITCD	180.689.540,00	204.254.688,31	199.083.215,17
IRRF	1.455.807.922,00	1.479.675.973,66	1.414.346.142,68
Outras Receitas Tributárias	705.526.657,00	681.222.521,32	602.437.420,70
Receitas de Contribuições	1.817.406.889,00	2.336.186.085,74	2.067.580.745,37
Receitas Previdenciárias	1.808.662.403,00	2.330.575.128,44	2.056.828.557,10
Outras Receitas de Contribuições	8.744.486,00	5.610.957,30	10.752.188,27
Receita Patrimonial Líquida	90.011.503,00	91.060.095,69	39.752.589,54
Receita Patrimonial	891.328.848,00	721.063.397,18	920.279.076,70
(-) Aplicações Financeiras	801.317.345,00	630.003.301,49	880.526.487,16
Transferências Correntes	5.463.021.631,00	4.597.799.921,98	5.016.919.926,76
FPE	892.290.796,00	851.495.184,43	912.329.245,27
Convênios	144.155.301,00	55.763.951,27	125.582.051,54
Outras Transferências Correntes	4.426.575.534,00	3.690.540.786,28	3.979.008.629,95
Demais Receitas Correntes	1.850.647.246,00	1.716.668.097,11	1.638.808.428,33
Dívida Ativa	68.573.042,00	215.100.298,61	104.634.373,04
Diversas Receitas Correntes	1.782.074.204,00	1.501.567.798,50	1.534.174.055,29
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.398.144.649,00	1.642.129.449,74	1.377.252.656,59
Operações de Crédito (III)	1.248.932.434,00	1.571.279.378,23	1.253.880.610,78
Amortização de Empréstimos (IV)	12.078.000,00	25.327.770,14	23.349.837,80
Alienação de Bens (V)	49.765.221,00	4.521.589,06	9.078.706,18
Transferências de Capital	51.368.994,00	36.461.592,30	57.023.693,58
Convênios	42.157.053,00	28.984.935,27	51.891.875,25
Outras Transferências de Capital	9.211.941,00	7.476.657,03	5.131.818,33
Outras Receitas de Capital	36.000.000,00	4.539.120,01	33.919.808,25
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	87.368.994,00	41.000.712,31	90.943.501,83
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	23.961.529.000,00	23.142.653.804,25	22.117.430.601,99

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR	
		Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016	Em 2017	Em 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	25.662.579.842,00	23.075.490.761,31	21.698.671.076,65	22.629.677.213,13	21.339.925.794,99	445.813.548,18	358.745.281,66
Pessoal e Encargos Sociais	15.853.241.812,06	15.583.721.983,80	14.698.007.036,39	15.580.333.276,25	14.693.819.964,78	3.388.707,55	4.187.071,61
Juros e Encargos da Dívida (IX)	857.154.697,03	770.880.832,77	671.254.327,44	770.880.712,64	671.254.327,44	120,13	-
Outras Despesas Correntes	8.952.183.332,91	6.720.887.944,74	6.329.409.712,82	6.278.463.224,24	5.974.851.502,77	442.424.720,50	354.558.210,05
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	-	-	-	-	-
Demais Despesas Correntes	8.952.183.332,91	6.720.887.944,74	6.329.409.712,82	6.278.463.224,24	5.974.851.502,77	442.424.720,50	354.558.210,05
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	24.805.425.144,97	22.304.609.928,54	21.027.416.749,21	21.858.796.500,49	20.668.671.467,55	445.813.428,05	358.745.281,66
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	4.767.258.869,97	2.519.612.617,87	2.480.908.394,85	2.291.532.807,56	2.297.575.537,48	228.079.810,31	183.332.857,37
Investimentos	3.900.646.397,32	1.914.636.793,87	1.817.411.602,32	1.686.625.966,57	1.634.078.744,95	228.010.827,30	183.332.857,37
Inversões Financeiras	187.652.906,42	68.995.691,09	52.706.137,21	68.926.708,08	52.706.137,21	68.983,01	-
Concessão de Empréstimos (XII)	16.699.189,59	13.079.811,49	10.528.082,35	13.079.811,49	10.528.082,35	-	-
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	170.953.716,83	55.915.879,60	42.178.054,86	55.846.896,59	42.178.054,86	68.983,01	-
Amortização da Dívida (XIV)	678.959.566,23	535.980.132,91	610.790.655,32	535.980.132,91	610.790.655,32	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	4.071.600.114,15	1.970.552.673,47	1.859.589.657,18	1.742.472.863,16	1.676.256.799,81	228.079.810,31	183.332.857,37
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	-	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	28.877.025.259,12	24.275.162.602,01	22.887.006.406,39	23.601.269.363,65	22.344.928.267,36	673.893.238,36	542.078.139,03
RESULTADO PRIMÁRIO (VII - XVIII)	(4.915.496.259,12)	(1.132.508.797,76)	(769.575.804,40)	(458.615.559,40)	(227.497.665,37)		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	1.982.716.996,38	1.764.379.158,86	1.833.853.666,56	1.639.516.607,73	148.863.329,82	124.862.551,13

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA²	390.362.000,00

FONTE: SIGEF/SC - SEF/DCOG/COINF

NOTAS EXPLICATIVAS:
1. Os valores das receitas já estão considerando as suas respectivas deduções, ou seja, a dedução para formação do FUNDEB, as transferências constitucionais e legais aos municípios e as restituições de receitas aos constribuintes.
2. Meta estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2017, Lei nº 17.051/2016.

Florianópolis, 08 de março de 2018.

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MENCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 25.039/O-2

MARIA LUIZA SEEMANN
COORDENADORA DE INFORMAÇÕES DA GESTÃO FISCAL
CONTADORA CRCSC 31.035/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO 7 (LRF, art 53, inciso V) R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total
	Inscritos					Inscritos						
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2016	Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2016	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	
	(a)	(b)	(c)	(d)	e = (a+b) - (c+d)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	k = (f+g) - (i+j)	l = (e+k)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (1)	-	**136.606.553,30**	**136.136.268,58**	**470.284,72**	**0,00**	**-**	**533.853.272,18**	**285.665.769,26**	**285.665.769,26**	**248.187.502,92**	**-**	**0,00**
PODER EXECUTIVO	-	**136.280.224,18**	**135.814.955,75**	**465.268,43**	**0,00**	**-**	**460.410.477,02**	**250.368.862,41**	**250.368.862,41**	**210.041.614,61**	**-**	**0,00**
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	-	**20.917.469,50**	**20.694.074,47**	**223.395,03**	**0,00**	**-**	**79.273.531,48**	**53.021.890,63**	**53.021.890,63**	**26.251.640,85**	**(0,00)**	**(0,00)**
SECRETARIAS	-	**20.917.469,50**	**20.694.074,47**	**223.395,03**	**0,00**	**-**	**79.273.531,48**	**53.021.890,63**	**53.021.890,63**	**26.251.640,85**	**(0,00)**	**(0,00)**
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL	-	221.611,61	221.611,61	-	-	-	2.451.098,38	1.402.760,20	1.402.760,20	1.048.338,18	-	-
SEC. DE ESTADO DO PLANEJAMENTO	-	58.771,10	58.771,10	-	-	-	264.990,75	113.990,48	113.990,48	151.000,27	-	-
SEC. DE ESTADO TURISMO, CULTURA E ESPORTE	-	59.871,54	59.871,54	-	-	-	4.193.514,88	4.177.439,95	4.177.439,95	16.074,93	(0,00)	(0,00)
SEC. DE EST ASSIST SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO	-	235.430,39	232.091,49	3.338,90	0,00	-	4.224.407,91	734.235,31	734.235,31	3.490.172,60	-	0,00
SEC. DE ESTADO DO DESENV ECON SUSTENTÁVEL	-	53.377,98	53.377,98	-	-	-	39.165,12	20.156,40	20.156,40	19.008,72	-	-
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	-	68.354,54	68.354,54	-	-	-	241.595,09	207.354,66	207.354,66	34.240,43	-	-
SEC. EXECUTIVA DE ARTICULAÇÃO NACIONAL	-	20.338,01	20.338,01	-	-	-	159.004,26	137.757,66	137.757,66	21.246,60	-	-
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA CIVIL	-	-	-	-	-	-	3.719.739,58	2.024.418,60	2.024.418,60	1.695.320,98	-	-
SEC. EXECUTIVA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS	-	20.912,89	20.912,89	-	-	-	85.670,67	37.314,14	37.314,14	48.356,53	-	-
SEC. DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO	-	4.397.553,79	4.390.091,77	7.462,02	0,00	-	18.400.167,58	17.654.618,52	17.654.618,52	745.549,06	(0,00)	(0,00)
GABINETE DO VICE - GOVERNADOR DO ESTADO	-	35.290,94	35.290,94	-	-	-	128.430,59	92.135,33	92.135,33	36.295,26	-	-
PROCURADORIA GERAL JUNTO AO TCE	-	149.627,05	149.627,05	-	-	-	81.242,61	80.935,94	80.935,94	306,67	(0,00)	(0,00)
SEC. DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA	-	221.044,37	221.044,37	-	-	-	985.062,33	590.787,08	590.787,08	394.275,25	-	-
SEC. DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	-	6.702.294,70	6.700.317,70	1.977,00	-	-	7.990.152,54	2.722.122,94	2.722.122,94	5.268.029,60	-	-
SEC. DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO	-	178.100,52	178.100,52	-	-	-	462.252,23	205.533,07	205.533,07	256.719,16	-	-
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	-	1.001.834,47	980.912,22	20.922,25	-	-	2.670.306,37	1.740.932,86	1.740.932,86	929.373,51	-	-
SEC. DE ESTADO DA FAZENDA	-	846.997,09	846.997,09	-	-	-	4.720.437,55	3.879.238,21	3.879.238,21	841.199,34	-	-
SEC. DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA	-	3.511.643,39	3.511.643,39	-	-	-	20.771.453,68	13.578.729,69	13.578.729,69	7.192.723,99	-	-
ADR ITAPIRANGA	-	34.090,13	34.090,13	-	-	-	17.534,19	7.715,56	7.715,56	9.818,63	-	-
ADR QUILOMBO	-	1.396,44	1.396,44	-	-	-	129.845,58	89.681,25	89.681,25	40.164,33	-	-
ADR SEARA	-	22.715,00	22.715,00	-	-	-	80.619,63	73.060,09	73.060,09	7.559,54	0,00	0,00
ADR TAIO	-	973,09	973,09	-	-	-	136.448,32	104.250,77	104.250,77	32.197,55	-	-
ADR TIMBÓ	-	-	-	-	-	-	94.446,91	82.394,87	82.394,87	12.052,04	-	-
ADR BRAÇO DO NORTE	-	105.690,11	105.690,11	-	-	-	120.248,30	86.867,22	86.867,22	33.381,08	-	-
ADR SÃO MIGUEL DO OESTE	-	5.892,11	5.892,11	-	-	-	122.230,46	100.705,17	100.705,17	21.525,29	-	-
ADR MARAVILHA	-	53.318,72	53.318,72	-	-	-	16.773,41	15.457,18	15.457,18	1.316,23	-	-
ADR SÃO LOURENÇO DO OESTE	-	115.705,25	115.705,25	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ADR CHAPECÓ	-	645.422,73	457.519,12	187.903,61	-	-	911.101,09	580.863,73	580.863,73	330.237,36	-	-
ADR XANXERÊ	-	150.705,01	149.023,72	1.681,29	0,00	-	1.128.275,89	63.272,85	63.272,85	1.065.003,04	-	0,00
ADR CONCÓRDIA	-	-	-	-	-	-	171.635,14	164.517,78	164.517,78	7.117,36	0,00	0,00
ADR JOAÇABA	-	11.461,44	11.461,44	-	-	-	453.835,78	206.221,08	206.221,08	247.614,70	-	-
ADR CAMPOS NOVOS	-	2.252,79	2.252,79	-	-	-	23.353,02	19.446,72	19.446,72	3.906,30	-	-
ADR VIDEIRA	-	-	-	-	-	-	141.500,57	6.787,13	6.787,13	134.713,44	-	-
ADR CACADOR	-	151.008,46	151.008,46	-	-	-	190.600,49	158.309,03	158.309,03	32.291,46	-	-
ADR CURITIBANOS	-	9.536,67	9.536,67	-	-	-	35.280,66	29.397,32	29.397,32	5.883,34	-	-
ADR RIO DO SUL	-	-	-	-	-	-	121.079,33	100.741,11	100.741,11	20.338,22	-	-
ADR ITUPORANGA	-	18.037,63	18.037,63	-	-	-	29.614,00	22.435,99	22.435,99	7.178,01	-	-
ADR IBIRAMA	-	274,10	274,10	-	-	-	449,47	124,45	124,45	325,02	-	-
ADR BLUMENAU	-	89.337,97	89.337,97	-	-	-	151.880,04	124.424,83	124.424,83	27.455,21	-	-
ADR BRUSQUE	-	-	-	-	-	-	42.001,60	-	-	42.001,60	-	-
ADR ITAJAÍ	-	132.717,28	132.717,28	-	-	-	494.785,36	119.796,39	119.796,39	374.988,97	-	-
ADR LAGUNA	-	-	-	-	-	-	189.177,15	44.100,93	44.100,93	145.076,22	-	-
ADR TUBARÃO	-	1.253.800,88	1.253.800,88	-	-	-	374.393,39	144.261,00	144.261,00	230.132,39	-	-

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO 7 (LRF, art 53, inciso V) R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2016				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2016					
	(a)	(b)	(c)	(d)	e = (a+b) - (c+d)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	k = (f+g) - (i+j)	l = (e+k)
ADR CRICIÚMA	-	1.504,91	1.504,91	-	-	-	430.861,57	204.291,00	204.291,00	226.570,57	-	-
ADR ARARANGUÁ	-	31.766,24	31.766,24	-	-	-	100.268,24	75.000,05	75.000,05	25.268,19	-	-
ADR JOINVILLE	-	79.967,62	79.967,62	-	-	-	403.493,01	304.146,07	304.146,07	99.346,94	-	-
ADR JARAGUÁ DO SUL	-	157.868,95	157.868,95	-	-	-	41.352,44	4.194,13	4.194,13	37.158,31	-	-
ADR MAFRA	-	42.971,20	42.861,24	109,96	(0,00)	-	141.932,99	69.102,41	69.102,41	72.830,58	-	(0,00)
ADR CANOINHAS	-	-	-	-	-	-	88.715,47	24.774,20	24.774,20	63.941,27	-	-
ADR LAGES	-	1.193,74	1.193,74	-	-	-	884.071,20	428.883,39	428.883,39	455.187,81	-	-
ADR SÃO JOAQUIM	-	-	-	-	-	-	176.157,00	72.004,37	72.004,37	104.152,63	-	-
ADR PALMITOS	-	-	-	-	-	-	214.408,70	70.657,72	70.657,72	143.750,98	-	-
ADR DIONÍSIO CERQUEIRA	-	14.806,65	14.806,65	-	-	-	26.468,96	23.543,80	23.543,80	2.925,16	-	-
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	**-**	**115.362.754,68**	**115.120.881,28**	**241.873,40**	**0,00**	**-**	**381.136.945,54**	**197.346.971,78**	**197.346.971,78**	**183.789.973,76**	**-**	**0,00**
AUTARQUIAS	**-**	**821.092,94**	**806.868,81**	**14.224,13**	**(0,00)**	**-**	**97.934.257,37**	**59.225.953,21**	**59.225.953,21**	**38.708.304,16**	**-**	**(0,00)**
SUPERINTENDENCIA DE DES. DA REG. METROP. DE FLORIANÓPOLIS	-	2.787,35	2.787,35	-	-	-	63.468,26	60.718,94	60.718,94	2.749,32	-	-
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SC	-	16.928,69	16.928,69	-	-	-	369.498,85	338.252,82	338.252,82	31.246,03	(0,00)	(0,00)
INSTITUTO DE METROLOGIA DE SANTA CATARINA	-	96.373,64	96.373,64	-	-	-	793.709,28	290.278,57	290.278,57	503.430,71	-	-
AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANTA CATARINA - ARESC	-	38.808,57	38.808,57	-	-	-	229.477,11	47.523,05	47.523,05	181.954,06	-	-
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SC	-	213.321,76	213.321,76	-	-	-	5.768.599,35	5.140.955,37	5.140.955,37	627.643,98	-	-
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E TERMINAIS	-	21.941,43	21.941,43	-	-	-	168.566,99	130.450,15	130.450,15	38.116,84	-	-
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA	-	83.773,68	78.574,03	5.199,65	-	-	90.527.882,16	53.217.774,31	53.217.774,31	37.310.107,85	-	-
ADM PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	-	347.157,82	338.133,34	9.024,48	(0,00)	-	13.055,37	-	-	13.055,37	-	(0,00)
FUNDAÇÕES	**-**	**1.898.548,33**	**1.889.930,75**	**8.617,58**	**0,00**	**-**	**9.166.470,90**	**5.973.758,35**	**5.973.758,35**	**3.192.712,55**	**-**	**0,00**
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTE	-	12.111,63	12.111,63	-	-	-	733.192,51	134.721,84	134.721,84	598.470,67	-	-
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA	-	761.403,74	761.403,74	-	-	-	313.933,25	133.758,77	133.758,77	180.174,48	-	-
FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	-	53.769,68	53.769,68	-	-	-	1.300.971,56	817.282,52	817.282,52	483.689,04	-	-
FUNDAÇÃO ESCOLA DE GOVERNO ENA	-	4.542,56	4.542,56	-	-	-	48.782,56	23.790,46	23.790,46	24.992,10	-	-
FUND DE AMPARO À PESQ E INOVAÇÃO DO ESTADO	-	20.888,05	16.888,05	4.000,00	-	-	667.718,07	115.048,65	115.048,65	552.669,42	-	-
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	-	635.026,40	635.026,40	-	-	-	217.315,30	177.030,93	177.030,93	40.284,37	-	-
FUNDAÇÃO UNIVERS ESTADO DE SANTA CATARINA	-	410.806,27	406.188,69	4.617,58	0,00	-	5.884.557,65	4.572.125,18	4.572.125,18	1.312.432,47	-	0,00
FUNDOS	**-**	**103.382.626,11**	**103.180.039,76**	**202.586,35**	**0,00**	**-**	**270.863.898,94**	**130.404.511,40**	**130.404.511,40**	**140.459.387,54**	**-**	**0,00**
FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA CIVIL	-	-	-	-	-	-	4.790.254,88	3.455.238,69	3.455.238,69	1.335.016,19	-	-
FUNDO MEL CORPO DE BOMBEIRO MILITAR	-	13.319,24	13.319,24	-	-	-	3.444.971,23	3.203.756,64	3.203.756,64	241.214,59	-	-
FUNDO DE MELHORIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	-	470.539,42	470.484,42	55,00	-	-	16.336.935,13	10.065.057,08	10.065.057,08	6.271.878,05	-	-
FUNDO ROTATIVO PENITENCIÁRIA DE CHAPECÓ	-	-	-	-	-	-	19.094,46	19.094,46	19.094,46	-	-	-
FUNDO ESTADUAL DE DEFESA CIVIL	-	166.743,97	166.743,97	-	-	-	5.404.173,46	4.871.126,69	4.871.126,69	533.046,77	-	-
FUNDO PENITENCIARIO DE SANTA CATARINA	-	3.441.515,93	3.395.130,28	46.385,65	0,00	-	37.658.859,20	18.829.025,61	18.829.025,61	18.829.833,59	-	0,00
FUNDO DE MELHORIA DA POLICIA MILITAR	-	1.315.274,46	1.312.923,16	2.351,30	0,00	-	17.225.303,84	8.944.581,01	8.944.581,01	8.280.722,83	-	0,00
FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	-	-	-	-	-	-	71.788,05	29.360,20	29.360,20	42.427,85	-	-
FUNDO EST. DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA	-	-	-	-	-	-	3.889.673,11	-	-	3.889.673,11	-	-
FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	-	5.050,00	5.050,00	-	-	-	49.139,31	26.284,27	26.284,27	22.855,04	-	-
FUNDO CATARINENSE DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	-	2.700,00	2.700,00	-	-	-	368,00	7,65	7,65	360,35	-	-
FUNDO ESP DE EST JURID E DE REAPARELHAMENTO	-	48.277,97	48.277,97	-	-	-	795.662,80	527.299,31	527.299,31	268.363,49	-	-
FUNDO DE TERRAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA	-	499.514,00	499.514,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	-	-	-	-	-	-	7.088.100,42	7.081.290,00	7.081.290,00	6.810,42	(0,00)	(0,00)
FUNDO ESTADUAL DE SANIDADE ANIMAL	-	75.422,80	66.238,40	9.184,40	-	-	1.898,65	-	-	1.898,65	-	-
FUNDO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO- FEDUC	-	379.354,03	379.354,03	-	-	-	19.268,69	-	-	19.268,69	-	-
FUNDO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	-	-	-	-	-	-	53.468,50	3.738,00	3.738,00	49.730,50	-	-

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO 7 (LRF, art 53, inciso V) R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2016				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2016					
	(a)	(b)	(c)	(d)	e = (a+b) - (c+d)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	k = (f+g) - (i+j)	l = (e+k)
FUNDO DE MAT. PUBL E IMPRESSOS OFICIAIS	-	153.122,13	153.122,13	-	-	-	5.237.591,45	4.218.520,09	4.218.520,09	1.019.071,36	-	-
FUNDO PLANO SAÚDE DOS SERV. PUBL ESTADUAIS	-	6.150,14	6.150,14	-	-	-	107.357.757,79	49.828.920,97	49.828.920,97	57.528.836,82	-	-
FUNDO FINANCEIRO	-	-	-	-	-	-	185.023,50	-	-	185.023,50	-	-
FUNDO PATRIMONIAL	-	12.350,00	12.350,00	-	-	-	1.146.025,22	974.019,94	974.019,94	172.005,28	-	-
FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	-	96.258.766,14	96.117.236,14	141.530,00	-	-	57.492.737,43	16.637.182,48	16.637.182,48	40.855.554,95	-	-
FUNDO ROTATIVO DA PENITENCIÁRIA DE FLORIANÓPOLIS	-	3.080,00	-	3.080,00	-	-	-	-	-	-	-	-
FUNDO ROTATIVO PENITENCIÁRIA SUL	-	-	-	-	-	-	1.665,00	-	-	1.665,00	-	-
FUNDO ROTATIVO PENITENCIÁRIA DE FLORIANÓPOLIS	-	-	-	-	-	-	2.646,12	2.646,12	2.646,12	-	-	-
FUNDO DE ESFORCO FISCAL	-	531.445,88	531.445,88	-	-	-	2.591.492,70	1.687.362,19	1.687.362,19	904.130,51	-	-
EMPRESAS	**-**	**9.260.487,30**	**9.244.041,96**	**16.445,34**	**-**	**-**	**3.172.318,33**	**1.742.748,82**	**1.742.748,82**	**1.429.569,51**	**-**	**-**
SANTA CATARINA TURISMO S.A. - SANTUR	-	80.843,32	70.571,98	10.271,34	-	-	294.359,11	66.603,18	66.603,18	227.755,93	-	-
COMP DE HABIT DO ESTADO DE SC - COHAB	-	247.586,15	247.586,15	-	-	-	298.700,15	28.025,69	28.025,69	270.674,46	-	-
COMP INTEG DE DESENV. AGRÍCOLA DE SC - CIDASC	-	1.791.881,98	1.791.881,98	-	-	-	143.130,73	97.317,50	97.317,50	45.813,23	-	-
EMP DE PES. AGROP E EXT RURAL DE SC - EPAGRI	-	7.140.175,85	7.134.001,85	6.174,00	-	-	2.436.128,34	1.550.802,45	1.550.802,45	885.325,89	-	-
PODER LEGISLATIVO	**-**	**320.638,96**	**315.622,67**	**5.016,29**	**(0,00)**	**-**	**17.947.285,66**	**12.082.509,76**	**12.082.509,76**	**5.864.775,90**	**-**	**(0,00)**
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO	-	2.658,24	712,74	1.945,50	-	-	12.036.976,44	10.841.820,71	10.841.820,71	1.195.155,73	-	-
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	-	317.980,72	314.909,93	3.070,79	(0,00)	-	5.910.309,22	1.240.689,05	1.240.689,05	4.669.620,17	-	(0,00)
PODER JUDICIÁRIO	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**45.447.339,45**	**16.723.208,86**	**16.723.208,86**	**28.724.130,59**	**-**	**-**
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO	-	-	-	-	-	-	19.426.820,70	6.272.838,93	6.272.838,93	13.153.981,77	-	-
FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA	-	-	-	-	-	-	26.020.518,75	10.450.369,93	10.450.369,93	15.570.148,82	-	-
MINISTERIO PÚBLICO	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**8.988.724,06**	**5.745.375,34**	**5.745.375,34**	**3.243.348,72**	**-**	**-**
MINISTERIO PÚBLICO	-	-	-	-	-	-	5.073.178,39	2.918.560,69	2.918.560,69	2.154.617,70	-	-
FUNDO RECONST. DE BENS LESADOS MPSC	-	-	-	-	-	-	67.335,24	-	-	67.335,24	-	-
FUNDO ESPECIAL MPSC	-	-	-	-	-	-	84.022,38	1.400,00	1.400,00	82.622,38	-	-
FUNDO MOD REAPARELHAMENTO DO MPSC	-	-	-	-	-	-	3.764.188,05	2.825.414,65	2.825.414,65	938.773,40	-	-
DEFENSORIA PÚBLICA	**-**	**5.690,16**	**5.690,16**	**-**	**-**	**-**	**1.059.445,99**	**745.812,89**	**745.812,89**	**313.633,10**	**-**	**-**
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	-	5.690,16	5.690,16	-	-	-	1.059.445,99	745.812,89	745.812,89	313.633,10	-	-
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	**-**	**20.477.414,73**	**20.477.414,73**	**-**	**-**	**-**	**8.224.516,05**	**4.250.163,25**	**4.250.163,25**	**3.974.352,80**	**-**	**-**
TOTAL (III) = (I + II)	**-**	**157.083.968,03**	**156.613.683,31**	**470.284,72**	**0,00**	**-**	**542.077.788,23**	**289.915.932,51**	**289.915.932,51**	**252.161.855,72**	**-**	**0,00**
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)	**-**	**20.477.414,73**	**20.477.414,73**	**-**	**-**	**-**	**8.224.516,05**	**4.250.163,25**	**4.250.163,25**	**3.974.352,80**	**-**	**-**
PODER EXECUTIVO	**-**	**20.447.595,12**	**20.447.595,12**	**-**	**-**	**-**	**6.448.373,72**	**2.944.068,87**	**2.944.068,87**	**3.504.304,85**	**-**	**-**
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	**-**	**8.479.711,66**	**8.479.711,66**	**-**	**-**	**-**	**1.690.500,99**	**693.420,15**	**693.420,15**	**997.080,84**	**-**	**-**
SECRETARIAS	**-**	**8.479.711,66**	**8.479.711,66**	**-**	**-**	**-**	**1.690.500,99**	**693.420,15**	**693.420,15**	**997.080,84**	**-**	**-**
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL	-	43.618,72	43.618,72	-	-	-	56.000,35	18.094,02	18.094,02	37.906,33	-	-
SEC. DE ESTADO DO PLANEJAMENTO	-	14.150,95	14.150,95	-	-	-	21.094,83	10.137,65	10.137,65	10.957,18	-	-
SEC. DE ESTADO TURISMO, CULTURA E ESPORTE	-	9.578,27	9.578,27	-	-	-	19.780,68	6.191,79	6.191,79	13.588,89	-	-
SEC. DE EST ASSIST SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO	-	72.599,29	72.599,29	-	-	-	268.037,06	87.165,70	87.165,70	180.871,36	-	-
SEC. DE ESTADO DO DESENV ECON SUSTENTÁVEL	-	8.431,38	8.431,38	-	-	-	40.271,30	17.539,55	17.539,55	22.731,75	-	-
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	-	52.392,06	52.392,06	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SEC. EXECUTIVA DE ARTICULAÇÃO NACIONAL	-	692,10	692,10	-	-	-	6.765,47	4.032,45	4.032,45	2.733,02	-	-
SEC. EXECUTIVA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS	-	1.570,12	1.570,12	-	-	-	3.744,65	1.786,38	1.786,38	1.958,27	-	-
SEC. DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO	-	7.907,71	7.907,71	-	-	-	3.680,06	1.305,15	1.305,15	2.374,91	-	-
GABINETE DO VICE - GOVERNADOR DO ESTADO	-	4.895,25	4.895,25	-	-	-	10.627,63	2.217,40	2.217,40	8.410,23	-	-
PROCURADORIA GERAL JUNTO AO TCE	-	3.733,00	3.733,00	-	-	-	42,66	26,88	26,88	15,78	-	-
SEC. DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA	-	98.043,10	98.043,10	-	-	-	25.550,28	8.131,45	8.131,45	17.418,83	-	-
SEC. DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	-	6.716.878,15	6.716.878,15	-	-	-	649.119,53	238.880,44	238.880,44	410.239,09	-	-
SEC. DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO	-	259.168,74	259.168,74	-	-	-	124.782,03	19.542,53	19.542,53	105.239,50	-	-
SEC. DE ESTADO DA FAZENDA	-	1.153.150,71	1.153.150,71	-	-	-	235.240,31	187.184,13	187.184,13	48.056,18	-	-
SEC. DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA	-	9.815,21	9.815,21	-	-	-	5.386,96	2.031,03	2.031,03	3.355,93	-	-

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO 7 (LRF, art 53, inciso V) R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2016				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2016					
	(a)	(b)	(c)	(d)	e = (a+b) - (c+d)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	k = (f+g) - (i+j)	l = (e+k)
ADR ITAPIRANGA	-	-	-	-	-	-	1.394,00	1.333,49	1.333,49	60,51	-	-
ADR QUILOMBO	-	-	-	-	-	-	2.091,98	661,63	661,63	1.430,35	-	-
ADR SEARA	-	-	-	-	-	-	4.586,57	2.527,89	2.527,89	2.058,68	-	-
ADR TAIO	-	-	-	-	-	-	2.695,39	2.640,08	2.640,08	55,31	(0,00)	(0,00)
ADR TIMBÓ	-	-	-	-	-	-	5.850,86	2.353,56	2.353,56	3.497,30	-	-
ADR BRAÇO DO NORTE	-	-	-	-	-	-	2.477,55	2.436,67	2.436,67	40,88	0,00	0,00
ADR MARAVILHA	-	2.424,69	2.424,69	-	-	-	700,00	306,39	306,39	393,61	-	-
ADR SÃO LOURENÇO DO OESTE	-	668,70	668,70	-	-	-	676,34	472,81	472,81	203,53	-	-
ADR CHAPECÓ	-	-	-	-	-	-	13.534,08	10.503,89	10.503,89	3.030,19	-	-
ADR XANXERÊ	-	-	-	-	-	-	7.847,03	1.391,20	1.391,20	6.455,83	-	-
ADR CONCÓRDIA	-	-	-	-	-	-	8.793,36	5.131,63	5.131,63	3.661,73	-	-
ADR JOAÇABA	-	-	-	-	-	-	8.099,32	2.111,11	2.111,11	5.988,21	-	-
ADR CAMPOS NOVOS	-	2.062,08	2.062,08	-	-	-	3.173,32	395,79	395,79	2.777,53	-	-
ADR VIDEIRA	-	-	-	-	-	-	8.554,82	-	-	8.554,82	-	-
ADR CACADOR	-	2.239,66	2.239,66	-	-	-	2.064,87	1.407,65	1.407,65	657,22	-	-
ADR CURITIBANOS	-	5.926,77	5.926,77	-	-	-	5.339,60	2.392,26	2.392,26	2.947,34	-	-
ADR RIO DO SUL	-	-	-	-	-	-	7.079,74	3.827,28	3.827,28	3.252,46	-	-
ADR ITUPORANGA	-	-	-	-	-	-	689,00	688,35	688,35	0,65	(0,00)	(0,00)
ADR IBIRAMA	-	2.357,35	2.357,35	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ADR BLUMENAU	-	4.905,60	4.905,60	-	-	-	5.243,48	284,35	284,35	4.959,13	-	-
ADR BRUSQUE	-	-	-	-	-	-	8.610,95	-	-	8.610,95	-	-
ADR ITAJAÍ	-	-	-	-	-	-	16.614,30	1.160,00	1.160,00	15.454,30	-	-
ADR LAGUNA	-	-	-	-	-	-	17.588,15	3.200,63	3.200,63	14.387,52	-	-
ADR TUBARÃO	-	611,93	611,93	-	-	-	5.684,07	1.049,17	1.049,17	4.634,90	-	-
ADR CRICIÚMA	-	-	-	-	-	-	6.584,62	3.053,48	3.053,48	3.531,14	-	-
ADR ARARANGUÁ	-	-	-	-	-	-	15.554,59	8.462,82	8.462,82	7.091,77	-	-
ADR JOINVILLE	-	895,77	895,77	-	-	-	8.659,75	5.127,43	5.127,43	3.532,32	-	-
ADR JARAGUÁ DO SUL	-	-	-	-	-	-	5.125,12	2.792,47	2.792,47	2.332,65	-	-
ADR MAFRA	-	-	-	-	-	-	11.165,01	10.055,71	10.055,71	1.109,30	-	-
ADR CANOINHAS	-	-	-	-	-	-	12.715,00	4.929,59	4.929,59	7.785,41	-	-
ADR LAGES	-	-	-	-	-	-	9.312,78	4.737,28	4.737,28	4.575,50	-	-
ADR SÃO JOAQUIM	-	-	-	-	-	-	6.898,65	2.059,07	2.059,07	4.839,58	-	-
ADR PALMITOS	-	-	-	-	-	-	4.173,44	1.351,14	1.351,14	2.822,30	-	-
ADR DIONÍSIO CERQUEIRA	-	994,35	994,35	-	-	-	799,45	308,78	308,78	490,67	-	-
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	**-**	**11.967.883,46**	**11.967.883,46**	**-**	**-**	**-**	**4.757.872,73**	**2.250.648,72**	**2.250.648,72**	**2.507.224,01**	**-**	**-**
AUTARQUIAS	**-**	**703.609,06**	**703.609,06**	**-**	**-**	**-**	**878.068,56**	**370.410,40**	**370.410,40**	**507.658,16**	**-**	**-**
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SC	-	10.586,18	10.586,18	-	-	-	24.410,00	19.022,82	19.022,82	5.387,18	-	-
INSTITUTO DE METROLOGIA DE SANTA CATARINA	-	6.432,51	6.432,51	-	-	-	116.576,80	12.035,11	12.035,11	104.541,69	-	-
AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANTA CATARINA - ARESC	-	7.753,56	7.753,56	-	-	-	29.623,47	1.721,43	1.721,43	27.902,04	-	-
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SC	-	120.851,56	120.851,56	-	-	-	52.580,67	25.695,93	25.695,93	26.884,74	-	-
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E TERMINAIS	-	52.855,67	52.855,67	-	-	-	15.230,10	7.215,51	7.215,51	8.014,59	-	-
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA	-	491.723,04	491.723,04	-	-	-	636.222,79	302.386,74	302.386,74	333.836,05	-	-
ADM PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	-	13.406,54	13.406,54	-	-	-	3.424,73	2.332,86	2.332,86	1.091,87	-	-
FUNDAÇÕES	**-**	**672.996,39**	**672.996,39**	**-**	**-**	**-**	**279.818,33**	**102.479,92**	**102.479,92**	**177.338,41**	**-**	**-**
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTE	-	9.575,39	9.575,39	-	-	-	33.910,93	144,36	144,36	33.766,57	-	-
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA	-	34.910,19	34.910,19	-	-	-	15.823,00	713,50	713,50	15.109,50	-	-
FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	-	65.657,15	65.657,15	-	-	-	87.465,27	24.392,41	24.392,41	63.072,86	-	-
FUNDAÇÃO ESCOLA DE GOVERNO ENA	-	892,06	892,06	-	-	-	1.863,42	-	-	1.863,42	-	-
FUND DE AMPARO À PESQ E INOVAÇÃO DO ESTADO	-	1.394,91	1.394,91	-	-	-	14.053,56	5.953,83	5.953,83	8.099,73	-	-
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	-	380.990,53	380.990,53	-	-	-	2.440,08	813,92	813,92	1.626,16	-	-
FUNDAÇÃO UNIVERS ESTADO DE SANTA CATARINA	-	179.576,16	179.576,16	-	-	-	124.262,07	70.461,90	70.461,90	53.800,17	-	-

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO 7 (LRF, art 53, inciso V) R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2016				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2016					
	(a)	(b)	(c)	(d)	e = (a+b) - (c+d)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	k = (f+g) - (i+j)	l = (e+k)
FUNDOS	**-**	**10.337.287,61**	**10.337.287,61**	**-**	**-**	**-**	**3.369.109,36**	**1.710.786,97**	**1.710.786,97**	**1.658.322,39**	**-**	**-**
FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA CIVIL	-	-	-	-	-	-	173.406,51	129.887,13	129.887,13	43.519,38	-	-
FUNDO MEL CORPO DE BOMBEIRO MILITAR	-	685.670,68	685.670,68	-	-	-	231.273,14	226.933,37	226.933,37	4.339,77	0,00	0,00
FUNDO DE MELHORIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	-	1.050.785,99	1.050.785,99	-	-	-	868.015,32	815.471,23	815.471,23	52.544,09	-	-
FUNDO ESTADUAL DE DEFESA CIVIL	-	1.437,63	1.437,63	-	-	-	19.366,30	8.754,95	8.754,95	10.611,35	-	-
FUNDO PENITENCIARIO DE SANTA CATARINA	-	535.777,12	535.777,12	-	-	-	203.881,90	81.168,27	81.168,27	122.713,63	-	-
FUNDO DE MELHORIA DA POLICIA MILITAR	-	4.409.044,69	4.409.044,69	-	-	-	709.508,27	365.205,47	365.205,47	344.302,80	-	-
FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	-	-	-	-	-	-	10.600,00	-	-	10.600,00	-	-
FUNDO ESP DE EST JURID E DE REAPARELHAMENTO	-	-	-	-	-	-	109.193,11	44.530,26	44.530,26	64.662,85	-	-
FUNDO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	-	-	-	-	-	-	1.800,00	-	-	1.800,00	-	-
FUNDO DE MAT. PUBL E IMPRESSOS OFICIAIS	-	-	-	-	-	-	3.700,50	-	-	3.700,50	-	-
FUNDO PLANO SAÚDE DOS SERV. PUBL ESTADUAIS	-	882.403,31	882.403,31	-	-	-	483.876,08	6.903,49	6.903,49	476.972,59	-	-
FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	-	2.772.168,19	2.772.168,19	-	-	-	554.330,71	31.932,80	31.932,80	522.397,91	-	-
FUNDO ROTATIVO PENITENCIÁRIA SUL	-	-	-	-	-	-	157,52	-	-	157,52	-	-
EMPRESAS	**-**	**253.990,40**	**253.990,40**	**-**	**-**	**-**	**230.876,48**	**66.971,43**	**66.971,43**	**163.905,05**	**-**	-
SANTA CATARINA TURISMO S.A. - SANTUR	-	772,84	772,84	-	-	-	6.798,90	53,76	53,76	6.745,14	-	-
COMP DE HABIT DO ESTADO DE SC - COHAB	-	-	-	-	-	-	18.335,95	6.310,65	6.310,65	12.025,30	-	-
EMP DE PES. AGROP E EXT RURAL DE SC - EPAGRI	-	253.217,56	253.217,56	-	-	-	205.741,63	60.607,02	60.607,02	145.134,61	-	-
PODER LEGISLATIVO	**-**	**22.313,99**	**22.313,99**	**-**	**-**	**-**	**1.711.204,97**	**1.285.430,52**	**1.285.430,52**	**425.774,45**	**-**	**-**
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO	-	-	-	-	-	-	1.569.377,40	1.220.016,09	1.220.016,09	349.361,31	-	-
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	-	22.313,99	22.313,99	-	-	-	141.827,57	65.414,43	65.414,43	76.413,14	-	-
PODER JUDICIÁRIO	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**3.976,55**	**-**	**-**	**3.976,55**	-	**-**
FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA	-	-	-	-	-	-	3.976,55	-	-	3.976,55	-	-
MINISTERIO PÚBLICO	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.000,00**	**1.908,96**	**1.908,96**	**91,04**	-	-
MINISTERIO PÚBLICO	-	-	-	-	-	-	2.000,00	1.908,96	1.908,96	91,04	-	-
DEFENSORIA PÚBLICA	**-**	**7.505,62**	**7.505,62**	**-**	**-**	**-**	**58.960,81**	**18.754,90**	**18.754,90**	**40.205,91**	**-**	**-**
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	-	7.505,62	7.505,62	-	-	-	58.960,81	18.754,90	18.754,90	40.205,91	-	-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)	**-**	**20.477.414,73**	**20.477.414,73**	**-**	**-**	**-**	**8.224.516,05**	**4.250.163,25**	**4.250.163,25**	**3.974.352,80**	**-**	**-**

FONTE: SIGEF/SC - SEF/DCOG/COINF

Florianópolis, 30 de janeiro de 2018.

RENATO DIAS MARQUES DE LACERDA
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 25.039/O-2

MARIA LUIZA SEEMANN
COORDENADORA DE INFORMAÇÕES DA GESTÃO FISCAL
CONTADORA CRCSC 31.035/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (Lei nº 9.394/1996, art. 72) R$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITA DE IMPOSTOS	23.048.362.536,00	23.048.362.536,00	22.788.039.910,61	98,87
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interistadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS	19.648.176.718,00	19.648.176.718,00	19.457.234.655,88	99,03
1.1.1 - ICMS	19.432.239.260,00	19.432.239.260,00	19.067.055.218,75	98,12
1.1.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ICMS	215.937.458,00	215.937.458,00	390.179.437,13	180,69
1.1.3- Adicional de até 2% do ICMS destinado ao Fundo de Combate à Pobreza (ADCT, art. 82, §1º)		-	-	
1.2- Receita Resultante do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos – ITCMD	248.319.702,00	248.319.702,00	283.840.439,81	114,30
1.2.1 - ITCMD	226.245.497,00	226.245.497,00	255.320.492,40	112,85
1.2.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITCD	22.074.205,00	22.074.205,00	28.519.947,41	129,20
1.3- Receita Resultante do Imposto de Propriedade de Veículo Automotor - IPVA	1.696.058.194,00	1.696.058.194,00	1.567.288.841,26	92,41
1.3.1 - IPVA	1.681.288.507,00	1.681.288.507,00	1.551.381.544,80	92,27
1.3.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPVA	14.769.687,00	14.769.687,00	15.907.296,46	107,70
1.4 - Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	1.455.807.922,00	1.455.807.922,00	1.479.675.973,66	101,64
2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	1.474.571.860,00	1.474.571.860,00	1.406.796.446,41	95,40
2.1 - Cota-Parte FPE	1.115.363.495,00	1.115.363.495,00	1.064.368.980,13	95,43
2.2 - ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	59.928.217,00	59.928.217,00	52.522.908,72	87,64
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	299.217.105,00	299.217.105,00	289.904.552,66	96,89
2.4- Cota-Parte IOF-Ouro	63.043,00	63.043,00	4,90	0,01
3- DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS	5.857.194.045,00	5.857.194.045,00	5.720.429.126,71	97,67
3.1- PARCELA DO ICMS REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (25% de (1.1 - 1.1.3))	4.934.285.142,00	4.934.285.142,00	4.864.308.586,43	98,58
3.2- PARCELA DO IPVA REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (50% de 1.3)	848.104.627,00	848.104.627,00	783.644.402,64	92,40
3.3- PARCELA DA COTA-PARTE DO IPI-EXPORTAÇÃO REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (25% de 2.3)	74.804.276,00	74.804.276,00	72.476.137,64	96,89
4- TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (1 + 2 - 3)	**18.665.740.351,00**	**18.665.740.351,00**	**18.474.407.230,31**	**98,97**

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
5- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		-	-	-
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	365.228.233,00	365.228.233,00	351.488.830,24	96,24
6.1- Transferências do Salário-Educação	259.351.082,00	259.351.082,00	225.613.092,93	86,99
6.2- Transferências Diretas - PDDE	0,00	-	92.090,00	-
6.3- Transferências Diretas - PNAE	43.769.474,00	43.769.474,00	43.038.851,20	98,33
6.4 - Transferências Diretas - PNATE	0,00	-	-	-
6.5- Outras Transferências do FNDE	50.000.000,00	50.000.000,00	62.753.206,39	125,51
6.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	12.107.677,00	12.107.677,00	19.991.589,72	165,11
7- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS. DE CONVÊNIOS	-	-	212.093,23	-
7.1- Transferências de Convênios	-	-	212.093,23	-
7.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	-	-	-
8- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-
9- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	275.399,00	275.399,00	11.418,50	4,15
10- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (5 + 6 + 7 + 8 + 9)	**365.503.632,00**	**365.503.632,00**	**351.712.341,97**	**96,23**

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	**RECEITAS REALIZADAS** Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
11- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB[1]	3.460.103.703,00	3.460.103.703,00	3.398.947.912,82	98,23
11.1- Receita Resultante do ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de (1.1 – 4))	2.960.571.074,00	2.960.571.074,00	2.918.585.197,62	98,58
11.2- Receita Resultante do ITCD Destinada ao FUNDEB – (20% de 1.2)	49.970.796,00	49.970.796,00	56.769.780,46	113,61
11.3- Receita Resultante do IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de (1.3 – 5))	169.620.926,00	169.620.926,00	156.728.874,54	92,40
11.4- Cota-Parte FPE Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1)	223.072.699,00	223.072.699,00	212.873.795,70	95,43
11.5- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	11.985.643,00	11.985.643,00	10.504.581,72	87,64
11.6- Cota-Parte IPI Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de (2.3 – 6))	44.882.565,00	44.882.565,00	43.485.682,78	96,89
12- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.386.848.874,00	2.386.848.874,00	2.210.278.190,27	92,60
12.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.338.497.595,00	2.338.497.595,00	2.187.168.329,55	93,53
12.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	-	-	-
12.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	48.351.279,00	48.351.279,00	23.109.860,72	47,80
13- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (12.1 – 11)	(1.121.606.108,00)	(1.121.606.108,00)	(1.211.779.583,27)	108,04
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB			(1.211.779.583,27)	

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (Lei nº 9.394/1996, art. 72) R$ 1,00

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS EMPENHADAS % (f) = (e/d)x100	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (g)	DESPESAS LIQUIDADAS % (h) = (g/d)x100	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
14- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.712.140.173,00	1.764.055.260,42	1.736.913.020,63	98,46	1.736.913.020,63	98,46	-
14.1- Com Ensino Fundamental	1.020.942.672,00	1.198.588.746,06	1.178.411.487,63	98,32	1.178.411.487,63	98,32	-
14.2- Com Ensino Médio	691.197.501,00	565.466.514,36	558.501.533,00	98,77	558.501.533,00	98,77	-
15- OUTRAS DESPESAS	674.708.701,00	666.957.101,00	436.183.946,81	65,40	410.955.284,84	61,62	25.228.661,97
15.1- Com Ensino Fundamental	420.410.799,00	350.443.699,00	233.993.442,24	66,77	221.379.111,26	63,17	12.614.330,99
15.2- Com Ensino Médio	254.297.902,00	316.513.402,00	202.190.504,57	63,88	189.576.173,59	59,90	12.614.330,99
16- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (14 + 15)	**2.386.848.874,00**	**2.431.012.361,42**	**2.173.096.967,44**	**89,39**	**2.147.868.305,47**	**88,35**	25.228.661,97

DEDUÇÕES PARA FINS DO LIMITE DO FUNDEB	VALOR
17- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	-
17.1- FUNDEB 60%	-
17.2- FUNDEB 40%	-
18- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	44.163.487,42
18.1- FUNDEB 60%	44.163.487,42
18.2- FUNDEB 40%	-
19- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (17 + 18)	**44.163.487,42**

INDICADORES DO FUNDEB	VALOR
20- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB FINS DE LIMITE (16 - 19)	2.128.933.480,02
20.1- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO ((14 – (17.1 + 18.1)) / (12) x 100) % [6]	76,59
20.2- MÁXIMO DE 40% EM DESPESA COM MDE QUE NÃO REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO ((15 – (17.2 + 18.2)) / (12) x 100) % [6]	19,73
20.3- MÁXIMO DE 5% NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO (100 – (20.1 + 20.2) %	3,68

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	VALOR
21 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS [3]	43.111.612,10
22 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 21 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017	43.111.612,10

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS EMPENHADAS % (f) = (e/d)x100	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (g)	DESPESAS LIQUIDADAS % (h) = (g/d)x100	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	23.597.598,00	13.527.986,50	13.527.979,36	100,00	13.527.979,36	100,00	-
23.1- Creche	23.597.598,00	13.527.986,50	13.527.979,36	100,00	13.527.979,36	100,00	-
23.2- Pré-Escola			-		-		-
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.616.911.402,70	1.986.234.539,48	1.815.756.878,58	91,42	1.802.926.549,19	90,77	12.830.329,40
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.441.353.471,00	1.549.032.445,06	1.412.404.929,87	91,18	1.399.790.598,89	90,37	12.614.330,99
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos [4]	175.557.931,70	437.202.094,42	403.351.948,71	92,26	403.135.950,30	92,21	215.998,41
25- ENSINO MÉDIO	976.243.753,00	897.943.117,60	773.974.294,38	86,19	761.355.512,64	84,79	12.618.781,74
25.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	945.495.403,00	881.979.916,36	760.692.037,57	86,25	748.077.706,59	84,82	12.614.330,99
25.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	30.748.350,00	15.963.201,24	13.282.256,81	83,21	13.277.806,06	83,18	4.450,75
26- ENSINO SUPERIOR[4]	552.971.314,00	403.690.860,09	397.324.995,87	98,42	395.677.406,89	98,01	1.647.588,98
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	40.362.688,00	590.668,46	2.796.930,75	473,52	2.689.106,82	455,27	107.823,93
28- OUTRAS[4]	795.357.371,35	807.013.905,40	800.537.961,83	99,20	795.993.395,81	98,63	4.544.566,02
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	**4.005.444.127,05**	**4.109.001.077,53**	**3.803.919.040,77**	**92,58**	**3.772.169.950,71**	**91,80**	**31.749.090,06**

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (Lei nº 9.394/1996, art. 72) R$ 1,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL DE APLICAÇÃO MÍNIMA EM MDE	VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (13)	(1.211.779.583,27)
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	-
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50)	23.109.860,72
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	1.051.875,32
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	15.390.916,98
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DO LIMITE CONSTITUCIONAL (35 + 36 + 37 + 38 + 39 + 40 + 41)	**(1.172.226.930,25)**
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (29 - 37)	**4.976.145.971,02**
39 - PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS[2] ((38) / (4) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%	**26,94**

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS EMPENHADAS % (f) = (e/d)x100	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (g)	DESPESAS LIQUIDADAS % (h) = (g/d)x100	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-	-	-
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	263.116.444,00	266.499.711,79	219.762.140,63	82,46	206.731.249,11	77,57	13.030.891,52
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-		-	-	-	-
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	247.092.936,00	489.867.514,78	188.916.532,82	38,56	185.604.585,83	37,89	3.311.946,99
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	**510.209.380,00**	**756.367.226,57**	**408.678.673,45**	**54,03**	**392.335.834,94**	**51,87**	**16.342.838,51**
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**4.515.653.507,05**	**4.865.368.304,10**	**4.212.597.714,22**	**86,58**	**4.164.505.785,65**	**85,59**	**48.091.928,57**

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2017 (5) (j)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		-
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	-	-
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	-	-

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
47- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	71.019.828,88	6.682.767,78
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.187.168.329,55	225.613.092,93
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	2.146.746.435,17	206.686.237,84
49.1 Orçamento do Exercício	2.136.386.186,14	205.521.156,64
49.2 Restos a Pagar	10.360.249,03	1.165.081,20
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	23.109.860,72	1.767.925,71
51- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	134.551.583,98	27.377.548,58
52- (+) Ajustes	-	-
52.1 Retenções	-	-
52.2 Conciliação Bancária	-	-
53- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	134.551.583,98	27.377.548,58

FONTE: SIGEF/SC - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

NOTAS EXPLICATIVAS:
[1] Valores registrados nas contas de Deduções da Receita referentes às Transferências Constitucionais aos Municípios e às Deduções para Formação do Fundeb.
[2] Percentuais mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
[3] Valor do superávit dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício anterior.
[4] De acordo com o Ofício SEF/GABS nº 1.292/2007, as despesas com inativos serão excluídas gradativamente, à razão de 5% a.a., a contar de 2007. Portanto, nesta linha foram consideradas 45% das despesas com inativos da Educação, custeadas com recursos do Tesouro.
[5] Conforme estabelece o Manual de Elaboração do RREO, o ente que possua controle sobre o cancelamento dos Restos a Pagar que foram considerados no limite do seu respectivo ano de inscrição, deverá informar apenas o valor cancelado que tenha causado impacto nesse limite. Em 2017 foram cancelados R$ 2.285.122,73 dos Restos a Pagar incritos em 2016 (Fontes Tesouro e Fundeb). Como em 2016 o Estado aplicou R$ 339.472.910,29 além do mínimo constitucional exigido, o cancelamento dos Restos a Pagar não impactou no descumprimento do limite do ano anterior.

Florianópolis, 30 de janeiro de 2018.

RENATO DIAS MARQUES DE LACERDA
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 25.039/O-2

MARIA LUIZA SEEMANN
COORDENADORA DE INFORMAÇÕES DA GESTÃO FISCAL
CONTADORA CRCSC 31.035/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL - REPUBLICAÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art. 53, § 1º, inciso I) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO c = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	1.248.932.434,00	1.571.279.378,23	(322.346.944,23)

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	4.767.258.869,97	2.519.612.617,87	2.291.532.807,56	228.079.810,31	2.247.646.252,10
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	-		-	-	-
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	-		-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	4.767.258.869,97	2.519.612.617,87	2.291.532.807,56	228.079.810,31	2.247.646.252,10
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I-II)	(3.518.326.435,97)	(948.333.239,64)	-	-	(2.569.993.196,33)

FONTES: SIGEF/SC - SEF/DCOG/COINF

NOTAS EXPLICATIVAS:

[1] Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Florianópolis, 08 de março de 2018

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 025039/O-2

MARIA LUIZA SEEMANN
COORDENADORA DE INFORMAÇÕES DA GESTÃO FISCAL
CONTADORA CRCSC 31.035/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2016 A 2091

RREO - Anexo 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exerc. Anterior) + (c)
2016	2.170.091.054,50	5.681.561.819,80	(3.511.470.765,30)	(3.511.470.765,30)
2017	2.218.163.255,56	5.772.209.739,40	(3.554.046.483,84)	(7.065.517.249,14)
2018	2.249.661.173,79	5.840.410.221,75	(3.590.749.047,96)	(10.656.266.297,10)
2019	2.281.606.362,45	5.905.152.908,72	(3.623.546.546,27)	(14.279.812.843,37)
2020	2.314.005.172,80	5.945.533.594,65	(3.631.528.421,85)	(17.911.341.265,22)
2021	2.346.864.046,26	5.980.214.104,80	(3.633.350.058,54)	(21.544.691.323,76)
2022	2.380.189.515,71	5.982.460.265,60	(3.602.270.749,89)	(25.146.962.073,65)
2023	2.413.988.206,84	6.169.799.851,46	(3.755.811.644,62)	(28.902.773.718,27)
2024	2.448.266.839,37	6.351.390.923,16	(3.903.124.083,79)	(32.805.897.802,06)
2025	2.483.032.228,49	6.503.673.328,09	(4.020.641.099,60)	(36.826.538.901,66)
2026	2.518.291.286,14	6.652.341.322,60	(4.134.050.036,46)	(40.960.588.938,12)
2027	2.554.051.022,40	6.773.072.785,41	(4.219.021.763,01)	(45.179.610.701,13)
2028	2.590.318.546,92	6.891.596.116,89	(4.301.277.569,97)	(49.480.888.271,10)
2029	2.627.101.070,28	7.058.268.018,25	(4.431.166.947,97)	(53.912.055.219,07)
2030	2.664.405.905,48	7.160.027.451,72	(4.495.621.546,24)	(58.407.676.765,31)
2031	2.702.240.469,34	7.301.971.589,83	(4.599.731.120,49)	(63.007.407.885,80)
2032	2.740.612.284,00	7.322.862.355,94	(4.582.250.071,94)	(67.589.657.957,74)
2033	2.779.528.978,44	7.472.443.504,30	(4.692.914.525,86)	(72.282.572.483,60)
2034	2.818.998.289,93	7.661.729.196,01	(4.842.730.906,08)	(77.125.303.389,68)
2035	2.859.028.065,65	7.897.885.463,88	(5.038.857.398,23)	(82.164.160.787,91)
2036	2.899.626.264,18	8.124.091.222,67	(5.224.464.958,49)	(87.388.625.746,40)
2037	2.940.800.957,13	8.260.993.432,50	(5.320.192.475,37)	(92.708.818.221,77)
2038	2.982.560.330,72	8.461.011.792,77	(5.478.451.462,05)	(98.187.269.683,82)
2039	3.024.912.687,42	8.465.658.822,68	(5.440.746.135,26)	(103.628.015.819,08)
2040	3.067.866.447,58	8.566.444.219,65	(5.498.577.772,07)	(109.126.593.591,15)
2041	3.111.430.151,14	8.493.514.605,46	(5.382.084.454,32)	(114.508.678.045,47)
2042	3.155.612.459,28	8.533.483.543,08	(5.377.871.083,80)	(119.886.549.129,27)
2043	3.200.422.156,20	8.653.092.844,74	(5.452.670.688,54)	(125.339.219.817,81)
2044	3.245.868.150,82	8.763.102.631,43	(5.517.234.480,61)	(130.856.454.298,42)
2045	3.291.959.478,56	8.871.504.040,60	(5.579.544.562,04)	(136.435.998.860,46)
2046	3.338.705.303,16	8.697.765.078,51	(5.359.059.775,35)	(141.795.058.635,81)
2047	3.386.114.918,46	8.824.557.946,13	(5.438.443.027,67)	(147.233.501.663,48)
2048	3.434.197.750,31	9.006.608.692,61	(5.572.410.942,30)	(152.805.912.605,78)
2049	3.482.963.358,36	9.223.391.221,81	(5.740.427.863,45)	(158.546.340.469,23)
2050	3.532.421.438,05	9.457.617.979,14	(5.925.196.541,09)	(164.471.537.010,32)
2051	3.582.581.822,47	9.710.775.308,43	(6.128.193.485,96)	(170.599.730.496,28)
2052	3.633.454.484,35	9.892.926.967,42	(6.259.472.483,07)	(176.859.202.979,35)

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2016 A 2091

RREO - Anexo 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exerc. Anterior) + (c)
2053	3.685.049.538,03	10.183.449.654,21	(6.498.400.116,18)	(183.357.603.095,53)
2054	3.737.377.241,47	10.487.157.421,09	(6.749.780.179,62)	(190.107.383.275,15)
2055	3.790.447.998,29	10.736.550.310,08	(6.946.102.311,79)	(197.053.485.586,94)
2056	3.844.272.359,87	11.061.317.101,96	(7.217.044.742,09)	(204.270.530.329,03)
2057	3.898.861.027,38	11.397.758.457,31	(7.498.897.429,93)	(211.769.427.758,96)
2058	3.954.224.853,97	11.692.045.980,12	(7.737.821.126,15)	(219.507.248.885,11)
2059	4.010.374.846,90	12.038.932.943,98	(8.028.558.097,08)	(227.535.806.982,19)
2060	4.067.322.169,72	12.195.362.157,19	(8.128.039.987,47)	(235.663.846.969,66)
2061	4.125.078.144,53	12.354.136.814,58	(8.229.058.670,05)	(243.892.905.639,71)
2062	4.183.654.254,18	12.519.750.123,23	(8.336.095.869,05)	(252.229.001.508,76)
2063	4.243.062.144,59	12.690.584.811,89	(8.447.522.667,30)	(260.676.524.176,06)
2064	4.303.313.627,05	12.878.522.534,03	(8.575.208.906,98)	(269.251.733.083,04)
2065	4.364.420.680,55	13.040.300.981,63	(8.675.880.301,08)	(277.927.613.384,12)
2066	4.426.395.454,21	13.273.781.528,03	(8.847.386.073,82)	(286.774.999.457,94)
2067	4.489.250.269,66	13.540.153.509,21	(9.050.903.239,55)	(295.825.902.697,49)
2068	4.552.997.623,49	13.817.164.583,35	(9.264.166.959,86)	(305.090.069.657,35)
2069	4.617.650.189,75	14.110.057.279,73	(9.492.407.089,98)	(314.582.476.747,33)
2070	4.683.220.822,44	14.418.281.584,08	(9.735.060.761,64)	(324.317.537.508,97)
2071	4.749.722.558,12	14.735.416.966,09	(9.985.694.407,97)	(334.303.231.916,94)
2072	4.817.168.618,45	15.063.027.710,02	(10.245.859.091,57)	(344.549.091.008,51)
2073	4.885.572.412,83	15.394.852.401,14	(10.509.279.988,31)	(355.058.370.996,82)
2074	4.954.947.541,09	15.739.127.155,38	(10.784.179.614,29)	(365.842.550.611,11)
2075	5.025.307.796,17	16.091.462.399,53	(11.066.154.603,36)	(376.908.705.214,47)
2076	5.096.667.166,88	16.450.827.734,70	(11.354.160.567,82)	(388.262.865.782,29)
2077	5.169.039.840,65	16.817.362.062,87	(11.648.322.222,22)	(399.911.188.004,51)
2078	5.242.440.206,39	17.190.988.499,59	(11.948.548.293,20)	(411.859.736.297,71)
2079	5.316.882.857,32	17.571.829.863,92	(12.254.947.006,60)	(424.114.683.304,31)
2080	5.392.382.593,89	17.960.021.299,96	(12.567.638.706,07)	(436.682.322.010,38)
2081	5.468.954.426,72	18.355.699.645,85	(12.886.745.219,13)	(449.569.067.229,51)
2082	5.546.613.579,58	18.758.992.294,34	(13.212.378.714,76)	(462.781.445.944,27)
2083	5.625.375.492,41	19.170.039.217,41	(13.544.663.725,00)	(476.326.109.669,27)
2084	5.705.255.824,41	19.588.982.081,01	(13.883.726.256,60)	(490.209.835.925,87)
2085	5.786.270.457,11	20.015.952.851,65	(14.229.682.394,54)	(504.439.518.320,41)
2086	5.868.435.497,60	20.451.096.329,13	(14.582.660.831,53)	(519.022.179.151,94)
2087	5.951.767.281,67	20.894.559.007,25	(14.942.791.725,58)	(533.964.970.877,52)
2088	6.036.282.377,07	21.346.250.821,58	(15.309.968.444,51)	(549.274.939.322,03)
2089	6.121.997.586,82	21.806.794.775,10	(15.684.797.188,28)	(564.959.736.510,31)
2090	6.208.929.952,56	22.276.119.343,27	(16.067.189.390,71)	(581.026.925.901,02)
2091	6.297.096.757,88	22.754.378.049,24	(16.457.281.291,36)	(597.484.207.192,38)

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2016 A 2091

RREO - Anexo 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exerc. Anterior) + (c)

NOTAS EXPLICATIVAS:

[1] Conforme estabelecido no Manual de Demonstrativos Fiscais - STN, os valores do ano de 2016 são os efetivamente executados, conforme Anexo V - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos do RREO 6º Bimestre/2016.

[2] Projeção atuarial elaborada em julho de 2017 pelo atuário Francisco Humberto Simões Magro - MIBA nº 494 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS pelo IPREV.

[3] A Projeção atuarial utilizou informações fornecidas pelo Estado de Santa Catarina e estão posicionadas em julho de 2017. A referida projeção utiliza das seguintes hipóteses, confome avaliação atuarial:

a) O demonstrativo empregou nas hipóteses biométricas para a Tábua de Mortalidade / Sobrevivência Geral / Sobrevivência de Inválidos os dados do IBGE-2014 e para a Tábua de Entrada em Invalidez dados de Álvaro Vindas;

b) Quanto às hipóteses demográficas a População foi baseada em informações individuais de servidores estatutários ativos, aposentados, pensionistas e dependentes. O Compromisso Médio Familiar do Segurado utilizou da média calculada individualmente, levando em conta a data de nascimento do dependente com expectativa de benefício vitalício ou a data de nascimento do dependente com expectativa de benefício por maior tempo. A Rotatividade estipulada de 1,0% e foi estabelecido a adesão de novos entrados de 1:1;

c) Nas hipóteses financeiras e econômicas foram estabelecidas a Taxa de Juro Real de 0,00% ao ano, Crescimento Salarial de 2,42% ao ano, o Indexador sendo o IPCA e o Valor Real ao Longo do Tempo Salário/Tempo Benefícios de 100%.

Florianópolis, 30 de janeiro de 2018.

RENATO DIAS MARQUES DE LACERDA
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 025039/O-2

MARIA LUIZA SEEMANN
COORDENADORA DE INFORMAÇÕES DA GESTÃO FISCAL
CONTADORA CRCSC 31.035/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR c= (a - b)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	49.765.221,00	4.521.589,06	45.243.631,94
Alienação de Bens Móveis	10.640.281,00	3.675.986,57	6.964.294,43
Alienação de Bens Imóveis	39.124.940,00	845.602,49	38.279.337,51

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPEAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g) = (d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	54.473.575,55	7.362.332,66	6.942.898,59	6.833.897,86	419.434,07	1.186.150,00	47.639.677,69
DESPESAS DE CAPITAL	54.473.575,55	7.362.332,66	6.942.898,59	6.833.897,86	419.434,07	1.186.150,00	47.639.677,69
Investimentos	39.840.104,75	7.228.861,86	6.809.427,79	6.700.427,06	419.434,07	1.186.150,00	33.139.677,69
Inversões Financeiras	14.633.470,80	133.470,80	133.470,80	133.470,80	-	-	14.500.000,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-	-	-	-	-

SALDO FINANCEIRO A APLICAR[2]	2016 (h)	2017 (i) = (Ib)-(IIe+IIf)	SALDO ATUAL (j)= (IIIh+IIIi)
VALOR (III)	12.507.390,42	(3.498.458,80)	9.008.931,62

FONTE: SIGEF/SC - SEF/DCOG/COINF

NOTAS EXPLICATIVAS:

[1] Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

[2] Tendo em vista que o Saldo Financeiro a Aplicar deve refletir o saldo disponível das fontes de alienação de ativos, registradas contabilmente nas contas de Disponibilidade por Destinação de Recurso, há de se considerar as seguintes situações:

a. R$ 129.363,25 executados com despesas correntes em 2015 e ressarcidas em 2016 (GR 1981/NE1325/OB50801/UG 160091).

b. R$ 3.611.719,84 foram convertidos em superávit financeiro do Tesouro (Fonte de Recursos 0309), conforme Decreto nº 1.135 de 24/04/2017, e foram utilizados para pagamento de Investimentos; e

c. R$ 1.372,92 de consignação paga em 2017, porém referente a despesa orçamentária de 2016. O valor retido de consignação é considerado como despesa orçamentária paga quando do pagamento do principal.

Florianópolis, 30 de janeiro de 2018.

RENATO DIAS MARQUES DE LACERDA
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 025039/O-2

MARIA LUIZA SEEMANN
COORDENADORA DE INFORMAÇÕES DA GESTÃO FISCAL
CONTADORA CRCSC 31.035/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	23.048.362.536,00	23.048.362.536,00	22.788.039.910,61	98,87
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.455.807.922,00	1.455.807.922,00	1.479.675.973,66	101,64
Imposto s/ Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	1.681.288.507,00	1.681.288.507,00	1.551.381.544,80	92,27
Impostos s/ Transmissão "causa mortis" e Doação - ITCD	226.245.497,00	226.245.497,00	255.320.492,40	112,85
Imposto s/ Circulação de Mercad. e Serviços de Transporte Interestadual - ICMS	19.432.239.260,00	19.432.239.260,00	19.067.055.218,75	98,12
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	137.733.098,00	137.733.098,00	115.208.880,36	83,65
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	49.295.657,00	49.295.657,00	92.969.615,62	188,60
Dívida Ativa dos Impostos	65.752.595,00	65.752.595,00	226.428.185,02	344,36
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	1.474.571.860,00	1.474.571.860,00	1.406.796.446,41	95,40
Cota-Parte FPE	1.115.363.495,00	1.115.363.495,00	1.064.368.980,13	95,43
Cota-Parte IPI-Exportação	299.217.105,00	299.217.105,00	289.904.552,66	96,89
Desoneração ICMS (LC 87/96)	59.928.217,00	59.928.217,00	52.522.908,72	87,64
Outras	63.043,00	63.043,00	4,90	0,00
DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS (III)	5.857.194.045,00	5.857.194.045,00	5.720.429.126,71	97,67
Parcela do ICMS Repassada aos Municípios	4.934.285.142,00	4.934.285.142,00	4.864.308.586,43	98,58
Parcela do IPVA Repassada aos Municípios	848.104.627,00	848.104.627,00	783.644.402,64	92,40
Parcela da Cota-Parte do IPI-Exportação Repassada aos Municípios	74.804.276,00	74.804.276,00	72.476.137,64	96,89
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (IV) = I + II - III	**18.665.740.351,00**	**18.665.740.351,00**	**18.474.407.230,31**	**98,97**

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	831.895.040,00	831.895.040,00	569.347.915,74	68,44
Provenientes da União	761.504.824,00	761.504.824,00	524.385.343,46	68,86
Provenientes de Outros Estados	-	-	-	0,00
Provenientes de Municípios	-	-	-	0,00
Outras Receitas do SUS	70.390.216,00	70.390.216,00	44.962.572,28	63,88
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	-	-	-	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	-	-	-	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	-	-	-	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	**831.895.040,00**	**831.895.040,00**	**569.347.915,74**	**68,44**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100	Inscritas em Restos a Pagar não Processados
DESPESAS CORRENTES	3.070.433.403,00	3.318.842.777,38	2.960.208.985,07	89,19	2.852.246.345,00	85,94	107.962.640,07
Pessoal e Encargos Sociais	1.027.826.354,00	1.123.699.366,78	1.119.762.237,60	99,65	1.119.625.664,29	99,64	136.573,31
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.042.607.049,00	2.195.143.410,60	1.840.446.747,47	83,84	1.732.620.680,71	78,93	107.826.066,76
DESPESAS DE CAPITAL	167.240.086,00	328.369.557,75	166.998.473,74	50,86	150.903.259,54	45,96	16.095.214,20
Investimentos	167.240.086,00	328.369.557,75	166.998.473,74	50,86	150.903.259,54	45,96	16.095.214,20
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (V)	**3.237.673.489,00**	**3.647.212.335,13**	**3.127.207.458,81**	**85,74**	**3.003.149.604,54**	**82,34**	**124.057.854,27**

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCIPIO DE ACESSO UNIVERSAL	2.695.710,00	2.198.789,80	200.441,36	0,03	161.755,62	0,02	38.685,74
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	984.679.363,00	1.181.398.429,58	689.800.389,02	87,79	662.533.337,65	99,98	27.267.051,37
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	770.631.765,00	801.546.030,26	507.456.216,22	64,58	494.229.824,02	74,58	13.226.392,20
Recursos de Operações de Crédito	139.952.811,00	257.603.138,80	130.650.623,54	16,63	117.773.609,34	17,77	12.877.014,20
Outros Recursos	74.094.787,00	122.249.260,52	51.693.549,26	6,58	50.529.904,29	7,62	1.163.644,97
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	-	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA[1]	-	-	95.746.100,26	12,19	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (VI)	**987.375.073,00**	**1.183.597.219,38**	**785.746.930,64**	**100,00**	**662.695.093,27**	**100,00**	**123.051.837,37**
							-
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VII) = (V - VI)[2]	**2.250.298.416,00**	**2.463.615.115,75**	**2.341.460.528,17**	**-**	**2.340.454.511,27**	**-**	**1.006.016,90**

[3] PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VIII%) = (VIIi / IVb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 13%	**12,67%**
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VIIi - (13 x IVb)/100]	**(60.212.411,77)**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2016	17.196.733,16	12.550.256,20	4.646.476,96	-	
Total (IX)	**17.196.733,16**	**12.550.256,20**	**4.646.476,96**	**-**	**-**

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados em 2017	-	-	-
Total (IX)	-	-	-

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
-	-	-	-
Total (IX)	-	-	-

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados
			Até o Bimestre (I)	% (I/VI)*100	Até o Bimestre (m)	% (m/Vm)*100	
Atenção Básica	93.914.845,00	95.467.002,50	78.036.382,19	2,50	70.106.217,85	2,33	7.930.164,34
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.338.320.998,00	1.784.270.086,19	1.343.450.194,79	42,96	1.275.043.305,58	42,46	68.406.889,21
Suporte Profilático e Terapêutico	123.447.786,00	111.535.039,84	105.453.269,75	3,37	97.561.516,38	3,25	7.891.753,37
Vigilância Sanitária	4.695.184,00	8.921.430,47	4.613.507,68	0,15	3.180.572,20	0,11	1.432.935,48
Vigilância Epidemiológica	18.154.900,00	24.570.506,46	9.026.548,28	0,29	6.626.134,77	0,22	2.400.413,51
Alimentação e Nutrição	-	-	-	-	-	0,00	-
Outras Subfunções	1.659.139.776,00	1.622.448.269,67	1.586.627.556,12	50,74	1.550.631.857,76	51,63	35.995.698,36
TOTAL	**3.237.673.489,00**	**3.647.212.335,13**	**3.127.207.458,81**	**100,00**	**3.003.149.604,54**	**100,00**	**124.057.854,27**

FONTES: SIGEF/SC - SEF/DCOG/COINF

NOTAS EXPLICATIVAS:

1 Conforme estabelece o MDF, o ente que possua controle sobre o cancelamento dos Restos a Pagar que foram considerados no limite do seu respectivo ano de inscrição, deverá informar apenas o valor cancelado que tenha causado impacto nesse limite. Em 2017 foram cancelados R$ 12.563.523,78 dos restos a pagar inscritos em 2016 (Fonte do Tesouro). Como em 2016 o Estado aplicou R$ 139.842.148,73 além do mínimo constitucional exigido, não existe valor a ser ajustado para o exercício de 2017.

2 Nas Despesas com Saúde foram consideradas as despesas executadas na Função 10 - Saúde, exceto as executadas pelo Fundo do Plano de Saúde e a ação 445 executada pela Secretaria de Administração, pois, embora contabilizadas na Função 10, não são de acesso universal, conforme estabelecido pela Emenda Constitucional nº 29.

2.A) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

3 Conforme a Emenda Constitucional nº 72 de 09/11/2016 que dá nova redação ao art. 155 e ao art. 50 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição do Estado de Santa Catarina, a aplicação mínima a que se refere o art. 155, § 2º, inciso II, da Constituição do Estado, em ações e serviços públicos de saúde, será gradativamente implementada até o percentual de aplicação de 15% da Receita Líquida de Impostos no exercício fiscal de 2019. No exercício fiscal de 2017 deverão ser aplicados 13% (treze por cento) da RLI.

3.A) Durante o exercício de 2017, o total de R$ 189.022.844,48 foi inscrito em Restos a Pagar Processados, referentes as despesas executadas na fonte de recursos 0100, e consideradas na verificação do mínimo aplicado em ASPS, porém o saldo existente em disponibilidade de caixa na mesma fonte de recursos é de R$ 148.774.404,79. Se aplicado o disposto no MDF 7ª edição páginas 421 e 422 (Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício Sem Disponibilidade Financeira) também aos restos a pagar processados o percentual de aplicação em ASPS seria de 12,46%.

Florianópolis, 30 de janeiro de 2018.

RENATO DIAS MARQUES DE LACERDA
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 25.039/O-2

MARIA LUIZA SEEMANN
COORDENADORA DE INFORMAÇÕES DA GESTÃO FISCAL
CONTADOR CRCSC 31.035/O-9

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - REPUBLICAÇÃO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo 14 (LRF, art. 48) R$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	26.073.622.000,00
Previsão Atualizada	26.073.622.000,00
Receitas Realizadas	25.373.785.843,17
Déficit Orçamentário	221.317.536,01
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	1.982.716.996,38
DESPESAS	
Dotação Inicial	26.073.622.000,00
Créditos Adicionais	4.356.216.711,97
Dotação Atualizada	30.429.838.711,97
Despesas Empenhadas	25.595.103.379,18
Despesas Liquidadas	24.921.210.020,69
Superávit Orçamentário	-

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	25.595.103.379,18
Despesas Liquidadas	24.921.210.020,69

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	21.132.256.296,12

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social	
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)	-
Despesas Previdenciárias Executadas(II)	-
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	-
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores	
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	2.413.457.896,98
Despesas Previdenciárias Executadas(V)	6.064.896.585,46
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	(3.651.438.688,48)

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	(810.703.000,00)	(104.251.757,70)	12,86
Resultado Primário	390.362.000,00	(1.132.508.797,76)	(290,12)

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	314.154.740,28	940.569,44	313.214.170,84	-
Poder Executivo	157.083.968,03	470.284,72	156.613.683,31	-
Poder Legislativo	156.727.819,30	465.268,43	156.262.550,87	-
Poder Judiciário	342.952,95	5.016,29	337.936,66	-
Ministério Público	-	-	-	-
Defensoria Pública	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.083.037.169,66	503.969.872,43	579.067.297,23	-
Poder Executivo	542.077.788,23	252.161.855,72	289.915.932,51	-
Poder Legislativo	466.858.850,74	213.545.919,46	253.312.931,28	-
Poder Judiciário	19.658.490,63	6.290.550,35	13.367.940,28	-
Ministério Público	45.451.316,00	28.728.107,14	16.723.208,86	-
Defensoria Pública	8.990.724,06	3.243.439,76	5.747.284,30	-
TOTAL	1.397.191.909,94	504.910.441,87	892.281.468,07	-

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - REPUBLICAÇÃO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo 14 (LRF, art. 48) R$ 1,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	4.976.145.971,02	25%	26,94%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	1.692.749.533,21	60%	76,59%
Complementação da União ao FUNDEB	-	-	-

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	1.571.279.378,23	(322.346.944,23)
Despesa de Capital Líquida	2.519.612.617,87	2.247.646.252,10

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-	-
Receitas Previdenciárias (I)	-	-	-	-
Despesas Previdenciárias (II)	-	-	-	-
Resultado Previdenciário (I - II)	-	-	-	-
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos	-	-	-	-
Receitas Previdenciárias (IV)	2.218.163.255,56	2.554.051.022,40	2.940.800.957,13	3.633.454.484,35
Despesas Previdenciárias (V)	5.772.209.739,40	6.773.072.785,41	8.260.993.432,50	9.892.926.967,42
Resultado Previdenciário (IV - V)	(3.554.046.483,84)	(4.219.021.763,01)	(5.320.192.475,37)	(6.259.472.483,07)

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	4.521.589,06	45.243.631,94
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	7.362.332,66	47.639.677,69

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.341.460.528,17	13%	12,67%
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente		
Total das Despesas/RCL (%)	-		

FONTE: Anexos do RREO 6º Bimestre - SEF/DCOG/COINF

Florianópolis, 08 de março de 2018.

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 25.039/O-2

MARIA LUIZA SEEMANN
COORDENADORA DE INFORMAÇÕES DA GESTÃO FISCAL
CONTADORA CRCSC 31.035/O-9

ATO Nº 180, de 29/01/2018.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, resolve **DETERMINAR**, de acordo com as disposições contidas nos artigos 48, 54 e 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em conformidade com a Portaria MF/STN nº 403, de 28 de junho de 2016, da Secretaria do Tesouro Nacional, a publicação dos **Relatórios de Gestão Fiscal do Poder Executivo**, relativos ao **terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2017,** elaborados com base nos dados consolidados, extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado

Publicado no Diário Oficial de Santa Catarina nº 20.700 de 30/01/2018.

ATO Nº 409, de 26/02/2018.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, resolve **DETERMINAR**, de acordo com as disposições contidas nos artigos 48, 54 e 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em conformidade com a Portaria MF/STN nº 403, de 28 de junho de 2016, da Secretaria do Tesouro Nacional, a publicação **dos Relatórios de Gestão Fiscal Consolidados, relativos ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2017.**

EDUARDO PINHO MOREIRA
Governador do Estado – Em Exercício

ATO Nº 529,de 09/03/2018.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, resolve **DETERMINAR**, de acordo com as disposições contidas nos artigos 48, 54 e 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em conformidade com a Portaria MF/STN nº 403, de 28 de junho de 2016, da Secretaria do Tesouro Nacional, **a republicação do Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Poder Executivo, do Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, do Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, do Demonstrativo das Operações de Crédito, do Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal, do Demonstrativo Consolidado da Despesa Com Pessoal e do Demonstrativo Consolidado Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal, todos do 3º Quadrimestre de 2017, de que trata os Atos nº 180, de 29/01/2018 e nº 409, de 26/02/2018, publicados no Diário Oficial do Estado nº 20.700, de 30/01/2018 e nº 20.718, de 27/02/2018.**

EDUARDO PINHO MOREIRA
Governador do Estado – Em Exercício

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL - REPUBLICAÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2017 A DEZEMBRO DE 2017

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS[1] (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	15.432.341.768,01	6.489.245,32
Pessoal Ativo	9.453.501.329,15	3.376.130,51
Pessoal Inativo e Pensionistas	5.951.470.234,87	12.577,04
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art.18, § 1º da LRF)	27.370.203,99	3.100.537,77
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	2.777.774.789,41	13.907,68
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	349.203.745,95	-
Decorrentes de Decisão Judicial	68.071.623,67	13.109,99
Despesas de Exercícios Anteriores	113.540.094,79	797,69
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados 2	2.246.959.325,00	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)=(I - II)	12.654.566.978,60	6.475.337,64
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		12.661.042.316,24

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	21.132.256.296,12	-
(-) Transferências obrigat órias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	3.382.474,69	-
RECEITA CORRENT E LÍQUIDA AJUSTADA (VI)3	21.128.873.821,43	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	12.661.042.316,24	59,92
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	12.677.324.292,86	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	12.043.458.078,22	57,00
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	11.409.591.863,57	54,00

FONTE: SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

1.a) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

1.b) Considera as despesas com pessoal publicadas pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pela Defensoria Pública Estadual, bem como as despesas de pessoal do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

1.c) Considera a despesa com pessoal republicada pelo Ministério Público, no Diário Oficial do Ministério Público nº 2161 de 26/02/2018, na qual não foi incluído o montante de R$ 56.512.887,66, relativo ao Imposto de Renda Retido na Fonte do Pessoal Ativo do MPSC, em conformidade com despacho exarado no Processo n. 2018/002261, fl. 180. Se esses valores fossem considerados, o limite da despesa com pessoal consolidada seria de 60,19%.

1.d) As despesas do Poder Executivo, com verbas indenizatórias, que têm como característica compensar dano ou ressarcir gasto do servidor público (rubricas: 0029 – Auxílio Babá 6 anos Sal. Cont.; 0058 – Auxílio Creche + 6 anos; 0059 – Auxílio Babá + 6 anos; 0157 – Auxílio alimentação; 0276 – Auxílio Creche/Babá; 0328 – Auxílio Creche até 5 anos; 0568 – Indenização auxílio saúde; 0515 – Auxílio Moradia; 0581 – Vale Transporte; 0582 – Auxílio Alimentação), foram deduzidas no cálculo das despesas com pessoal do Poder Executivo, por não se enquadrarem no disposto no art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

1.e) As despesas do Poder Executivo, com verbas indenizatórias, em virtude da rescisão de contrato de trabalho (rubricas: 0293 – 13º Salário Rescisão; 0294 – Indenização de Férias; 1023 – Pagamento Rescisão 13º Salário) e decorrente da rescisão de contrato de trabalho temporário (rubricas: 0331 - Indenização de Férias - Primeiro Contrato; 0332 - Indenização de Férias - Ano em Curso), para o Magistério Público Estadual (Secretaria de Educação, UDESC, Fundação Catarinense de Educação Especial), foram deduzidas no cálculo das despesas com pessoal do Poder Executivo conforme o disposto no art. 19,

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

1.f) As despesas com pagamentos aos jovens aprendizes (rubrica: 0208 – Salário Jovem Aprendiz) foram deduzidas no cálculo das despesas com pessoal do Poder Executivo por não caracterizar relação direta de emprego e não ser considerada no bojo das despesas com pessoal decorrente de terceirização, conforme disposto no art. 18, parágrafo 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

1.g) As despesas com verbas indenizatórias, decorrentes da aplicação das Leis Complementares Estaduais nºs 609, 611 e 614, de 2013 e Lei Estadual nº 16.160, de 2013, não foram consideradas no cálculo das despesas com pessoal do Poder Executivo por não estarem enquadradas no conceito do art. 18 da LRF.

1.h) Na despesa com pessoal do Poder Executivo, não foram consideradas as despesas com Jetons, pagos aos integrantes de conselhos estaduais, caracterizados juridicamente como verba indenizatória, conforme Parecer COJUR/SEF nº 231/2017, com exceção dos Jetons pagos pela Secretaria de Estado de Educação e Secretaria de Estado do Turismo, Cultura e Esporte. Não foram consideradas as despesas com Abono Permanência de acordo com a Decisão nº 893/2017 do TCE/SC.

1.i) Para evitar a duplicidade de valores referente ao processamento da despesa com pessoal requisitado/cedido por órgãos e entidades pertencentes ao mesmo orçamento fiscal e da seguridade social (operações intraorçamentárias), estão sendo excluídos os valores registrados nas rubricas de receita 7.9.2.2.99.35.XX - Ressarcimento de pessoal cedido e 7.9.2.2.07.35.XX - Recup. desp. exerc. anteriores - ressarcimento de pessoal cedido, dos órgãos cedentes, e computado os valores registrados nos itens de despesa 31.91.96.01 - Pessoal requisitado de outros órgãos e 31.91.92.96 - Ressarcimento de despesa de pessoal requisitado de exercício anterior, dos órgãos cessionários.

1.j) Inclusão das despesas com os Serventuários de Justiça (Subação 9380 - Encargos com Inativos Extrajudiciais - TJ - Fundo Financeiro) na Despesa com Pessoal do Poder Executivo, de acordo com a decisão do Tribunal de Contas do Estado nº 780/2017. O Estado de Santa Catarina ingressou com ação de Mandado de Segurança sobre a referida decisão, processo nº 4000394-66.2018.8.24.0000.

2.) Deduzidas as despesas de inativos e pensionistas custeadas com recursos provenientes da arrecadação de contribuições dos segurados e das demais receitas diretamente arrecadadas pelo RPPS.

3.) Os valores referentes às Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 13, art. 166 da CF) são obtidos por meio de demonstrativo divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional no seguinte endereço www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais - Demonstrativo relativo às Emendas Parlamentares Individuais.

Florianópolis, 08 de março de 2018.

EDUARDO PINHO MOREIRA
GOVERNADOR DO ESTADO - EM EXERCÍCIO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 025039/O-2

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
MATRÍCULA Nº 209.888-1

AUGUSTO PUHL PIAZZA
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL
MATRÍCULA Nº 378.720-6

MICHELE PATRICIA RONCALIO
DIRETORA DO TESOURO ESTADUAL
CONTADORA CRCSC 025092/O-0

ESTADO DE SANTA CATARINA - **PODER EXECUTIVO**
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - REPUBLICAÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2017 A DEZEMBRO DE 2017

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS[1] (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	12.532.368.404,32	6.121.312,14
Pessoal Ativo	7.222.558.478,86	3.008.197,33
Pessoal Inativo e Pensionistas	5.282.439.721,47	12.577,04
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art.18, § 1º da LRF)	27.370.203,99	3.100.537,77
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	2.031.218.373,81	13.907,68
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	138.652.549,55	-
Decorrentes de Decisão Judicial	43.420.109,67	13.109,99
Despesas de Exercícios Anteriores	58.094.205,72	797,69
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados 2	1.791.051.508,87	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)=(I - II)	10.501.150.030,51	6.107.404,46
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		10.507.257.434,97

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	21.132.256.296,12	-
(-) Transferências obrigat órias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	3.382.474,69	-
RECEITA CORRENT E LÍQUIDA AJUSTADA (VI)3	21.128.873.821,43	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	10.507.257.434,97	49,73
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	10.353.148.172,50	49,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	9.835.490.763,88	46,55
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	9.317.833.355,25	44,10

FONTE: SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

1.a) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

1.b) As despesas com verbas indenizatórias, que têm como característica compensar dano ou ressarcir gasto do servidor público (rubricas: 0029 – Auxílio Babá 6 anos Sal. Cont.; 0058 – Auxílio Creche + 6 anos; 0059 – Auxílio Babá + 6 anos; 0157 – Auxílio alimentação; 0276 – Auxílio Creche/Babá; 0328 – Auxílio Creche até 5 anos; 0568 – Indenização auxílio saúde; 0515 – Auxílio Moradia; 0581 – Vale Transporte; 0582 – Auxílio Alimentação), foram deduzidas no cálculo das despesas com pessoal, por não se enquadrarem no disposto no art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

1.c) As despesas com verbas indenizatórias, em virtude da rescisão de contrato de trabalho (rubricas: 0293 – 13º Salário Rescisão; 0294 – Indenização de Férias; 1023 – Pagamento Rescisão 13º Salário) e decorrente da rescisão de contrato de trabalho temporário (rubricas: 0331 - Indenização de Férias - Primeiro Contrato; 0332 - Indenização de Férias - Ano em Curso), para o Magistério Público Estadual (Secretaria de Educação, UDESC, Fundação Catarinense de Educação Especial), foram deduzidas no cálculo das despesas com pessoal conforme o disposto no art. 19, parágrafo 1º, inciso 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

1.d) As despesas com pagamentos aos jovens aprendizes (rubrica: 0208 – Salário Jovem Aprendiz) foram deduzidas no cálculo das despesas com pessoal por não caracterizar relação direta de emprego e não ser considerada no bojo das despesas com pessoal decorrente de terceirização, conforme disposto no art. 18, parágrafo 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

1.e) As despesas com verbas indenizatórias, decorrentes da aplicação das Leis Complementares Estaduais nºs 609, 611 e 614, de 2013 e Lei Estadual nº 16.160, de 2013, não foram consideradas no cálculo das despesas com pessoal do Poder Executivo por não estarem enquadradas no conceito do art. 18 da LRF.

1.f) Não foram consideradas as despesas com pessoal da Defensoria Pública Estadual e do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, em virtude de sua autonomia orçamentária e financeira, conforme dispõem o art. 134 da Constituição Federal, com as redações dadas pelas Emendas Constitucionais nºs 45/2004 e 80/2014 e o art. 107 da Lei Complementar Estadual nº 202, de 2000, respectivamente.

1.g) Não foram consideradas as despesas com Jetons, pagos aos integrantes de conselhos estaduais, caracterizados juridicamente como verba indenizatória, conforme Parecer COJUR/SEF nº 231/2017, com exceção dos Jetons pagos pela Secretaria de Estado de Educação e Secretaria de Estado do Turismo, Cultura e Esporte. Não foram consideradas as despesas com Abono Permanência de acordo com a Decisão nº 893/2017 do TCE/SC.

1.h) Para evitar a duplicidade de valores referente ao processamento da despesa com pessoal requisitado/cedido por órgãos e entidades pertencentes ao mesmo orçamento fiscal e da seguridade social (operações intraorçamentárias), estão sendo excluídos os valores registrados nas rubricas de receita 7.9.2.2.99.35.XX - Ressarcimento de pessoal cedido e 7.9.2.2.07.35.XX - Recup. desp. exerc. anteriores - ressarcimento de pessoal cedido, dos órgãos cedentes, e computado os valores registrados nos itens de despesa 31.91.96.01 - Pessoal requisitado de outros órgãos e 31.91.92.96 - Ressarcimento de despesa de pessoal requisitado de exercício anterior, dos órgãos cessionários.

1.i) Inclusão das despesas com os Serventuários de Justiça (Subação 9380 - Encargos com Inativos Extrajudiciais - TJ - Fundo Financeiro) na Despesa com Pessoal do Poder Executivo, de acordo com a decisão do Tribunal de Contas do Estado nº 780/2017. O Estado de Santa Catarina ingressou com ação de Mandado de Segurança sobre a referida decisão, processo nº 4000394-66.2018.8.24.0000.

2.) Deduzidas as despesas de inativos e pensionistas custeadas com recursos provenientes da arrecadação de contribuições dos segurados e das demais receitas diretamente arrecadadas pelo RPPS.

3.) Os valores referentes às Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 13, art. 166 da CF) são obtidos por meio de demonstrativo divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional no seguinte endereço www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais - Demonstrativo relativo às Emendas Parlamentares Individuais.

Florianópolis, 08 de março de 2018.

EDUARDO PINHO MOREIRA
GOVERNADOR DO ESTADO - EM EXERCÍCIO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 025039/O-2

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
MATRÍCULA Nº 209.888-1

AUGUSTO PUHL PIAZZA
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL
MATRÍCULA Nº 378.720-6

MICHELE PATRICIA RONCALIO
DIRETORA DO TESOURO ESTADUAL
CONTADORA CRCSC 025092/O-0

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - REPUBLICAÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	22.489.998.259,76	21.486.548.977,69	22.163.042.068,78	23.224.812.961,96
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Dívida Contratual	20.117.217.046,77	19.127.510.154,18	19.146.807.240,85	20.220.062.575,08
Empréstimos	19.415.326.984,18	18.453.814.256,87	18.547.342.776,58	19.595.853.152,42
Internos	16.225.806.537,51	15.289.919.289,11	15.478.777.136,11	16.430.503.699,54
Externos	3.189.520.446,67	3.163.894.967,76	3.068.565.640,47	3.165.349.452,88
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	-	-	-	-
Financiamentos	6.006.186,00	5.872.715,20	5.311.684,07	5.311.684,07
Internos	6.006.186,00	5.872.715,20	5.311.684,07	5.311.684,07
Externos	-	-	-	-
Parcelamento e Renegociação de dívidas	695.883.876,59	667.823.182,11	594.152.780,20	618.897.738,59
De Tributos	478.987,06	-	825.040,97	-
De Contribuições Previdenciárias	416.262.895,46	396.188.910,89	316.469.424,75	339.532.760,01
De Demais Contribuições Sociais	279.087.403,88	271.594.983,59	276.609.026,85	278.719.736,67
Do FGTS	-	-	-	-
Com Instituição Não Financeira	54.590,19	39.287,63	249.287,63	645.241,91
Demais Dívidas Contratuais	-	-	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	2.053.651.803,08	2.053.651.803,08	2.285.197.183,86	2.303.627.175,19
Outras Dívidas	319.129.409,91	305.387.020,43	731.037.644,07	701.123.211,69
DEDUÇÕES (II)	12.201.795.752,98	13.227.057.433,84	12.958.035.785,98	12.427.017.401,49
Disponibilidade de Caixa [1]	9.061.164.094,93	10.104.028.584,77	9.764.042.606,96	9.209.288.955,69
Disponibilidade de Caixa Bruta[3]	9.217.913.889,64	10.148.119.365,32	9.793.410.123,74	9.613.679.322,90
(-) Restos a Pagar Processados	156.749.794,71	44.090.780,55	29.367.516,78	404.390.367,21
Demais Haveres Financeiros	3.140.631.658,05	3.123.028.849,07	3.193.993.179,02	3.217.728.445,80
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III)= (I - II)	10.288.202.506,78	8.259.491.543,85	9.205.006.282,80	10.797.795.560,47
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	20.488.858.892,36	20.815.995.089,76	21.147.139.155,32	21.132.256.296,12

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - REPUBLICAÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1,00

% da DC sobre a RCL (I/RCL)	109,77	103,22	104,80	109,90
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	50,21	39,68	43,53	51,10
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: 200% SOBRE a RCL	40.977.717.784,72	41.631.990.179,52	42.294.278.310,64	42.264.512.592,24
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	36.879.946.006,25	37.468.791.161,57	38.064.850.479,58	38.038.061.333,02
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	3.838.667,24	3.838.667,24	9.302.705,86	7.762.739,97
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC) [2]	-	-	-	-
PASSIVO ATUARIAL[4]	134.137.768.922,40	134.137.768.922,40	134.137.768.922,40	145.514.165.893,56
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	-
DEPÓSITOS	5.737.029.261,37	5.959.128.798,22	6.320.964.573,60	5.901.392.604,30
RP NÃO PROCESSADOS	-	-	-	-
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-	-

FONTE: SIGEF/SC - SEF/DCOG/COINF

NOTAS EXPLICATIVAS:

[1] Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da “Insuficiência Financeira”, das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

[2] Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios".

[3] Disponibilidade de Caixa Bruta representa os valores depositados em Bancos, incluindo aplicações financeiras, mais os valores da arrecadação indireta (valores arrecadados em processamento pela rede bancária). No entanto, o saldo não representa recursos livres, pois sua composição engloba valores referentes à depósitos de terceiros (tais como cauções, fianças, e consignações) e recursos legalmente vinculados.

[4] O Déficit Atuarial, cálculado pelo atuário Francisco Humberto Simões Magro, Atuário MIBA Nº 494, em julho de 2017, representa o valor atual dos aportes mensais que os Poderes e Órgãos do Estado de Santa Catarina farão ao longo do tempo para complementar a arrecadação do Fundo Financeiro e honrar com o pagamento dos benefícios dos servidores vinculados a este fundo, conforme estabelecido no artigo 23 da Lei Complementar Estadual nº 412, de 26 de junho de 2008, que dispõe sobre a organização do RPPS/SC.

Florianópolis, 08 de março de 2018.

EDUARDO PINHO MOREIRA
GOVERNADOR DO ESTADO - EM EXERCÍCIO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 25.039/O-2

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
MATRÍCULA Nº 209.888-1

AUGUSTO PUHL PIAZZA
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL
MATRÍCULA Nº 378.720-6

MICHELE PATRICIA RONCALIO
DIRETORA DO TESOURO ESTADUAL
CONTADORA CRCSC 25.092/O-0

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES - REPUBLICAÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
EXTERNA (I)	359.143.189,58	338.134.480,13	369.368.226,24	368.709.833,63
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	359.143.189,58	338.134.480,13	369.368.226,24	368.709.833,63
Outras Garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
INTERNA (II)	298.217.743,59	293.935.490,56	285.452.300,61	290.704.808,02
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	298.217.743,59	293.935.490,56	285.452.300,61	290.704.808,02
Outras Garantias nos Termos da LRF [1]	-	-	-	-
TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	657.360.933,17	632.069.970,69	654.820.526,85	659.414.641,65
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	20.488.858.892,36	20.815.995.089,76	21.147.139.155,32	21.132.256.296,12
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	3,21%	3,04%	3,10%	3,12%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 043/2001 - DE (22%) sobre a RCL	4.507.548.956,32	4.579.518.919,75	4.652.370.614,17	4.649.096.385,15
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) -	4.056.794.060,69	4.121.567.027,77	4.187.133.552,75	4.184.186.746,63

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
EXTERNAS (V)	359.143.189,58	338.134.480,13	369.368.226,24	368.709.833,63
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	359.143.189,58	338.134.480,13	369.368.226,24	368.709.833,63
Outras Garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
INTERNAS (VI)	298.217.743,59	293.935.490,56	285.452.300,61	290.704.808,02
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	298.217.743,59	293.935.490,56	285.452.300,61	290.704.808,02
Outras Garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)	657.360.933,17	632.069.970,69	654.820.526,85	659.414.641,65

FONTE: SIGEF/SC - SEF/DCOG/COINF

NOTAS EXPLICATIVAS:

1. Inclui garantias concedidas por meio de Fundos.

2. O Estado assinou dois contratos de garantia com a Caixa Econômica Federal e dois contratos de contragarantia com a CASAN em decorrência de 22 contratos de financiamentos firmados entre a Caixa Econômica Federal e a CASAN, um no valor de R$ 375.507.507,00 referente a 17 contratos garantidos, e outro no valor de R$ 65.162.673,22 referente a 5 contratos garantidos, financiamentos estes referentes a intervenções em abastecimento de água e esgotamento sanitário em alguns Municípios do Estado.

3. O Estado assinou um contrato de garantia com a Agence Française de Développement - AFD e um contrato de contragarantia com a CASAN em decorrência do financiamento firmado, no valor total de 99.756.455,08 €, destinado à implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário Coletivo no Estado de Santa Catarina.

Florianópolis, 08 de março de 2018.

EDUARDO PINHO MOREIRA
GOVERNADOR DO ESTADO - EM EXERCÍCIO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 25.039/O-2

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
MATRÍCULA Nº 209.888-1

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REPUBLICAÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	779.166.878,02	1.063.097.193,70
Interna	700.000.000,00	821.374.884,51
Empréstimos	700.000.000,00	790.000.000,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 [1]	-	31.374.884,51
Externa	79.166.878,02	241.722.309,19
Empréstimos	79.166.878,02	237.780.657,95
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 [1]	-	3.941.651,24
TOTAL (I)	**779.166.878,02**	**1.063.097.193,70**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	21.132.256.296,12	-
OPERAÇÕES VEDADAS (II)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (III)= (Ia + II)	1.063.097.193,70	5,03%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	3.381.161.007,38	16,0%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	3.043.044.906,64	14,4%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.479.257.940,73	7,0%

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas		
Tributos		
Contribuições Previdenciárias	39.305.941,23	82.067.502,47
FGTS		
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas		

FONTE: SIGEF/SC

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REPUBLICAÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1,00

NOTAS EXPLICATIVAS:

1 Conforme Manual para Instrução de Pleitos (MIP), disponível em conteudo.tesouro.gov.br/manuais/mip, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.

2 Os dois parcelamentos ordinários inscritos no 2º quadrimestre foram encerrados e substituídos por dois novos contratos nos termos do parcelamento descrito na Lei nº 13.496/2017.

3 A diferença, no valor de R$ 509.167.194,21, entre o campo TOTAL (I) coluna até o quadrimestre de referência e o valor arrecadado no ano de 2017, registrado em Receitas de Capital – Operações de Crédito (2.1.1.9.00.00 – Outras operações de crédito internas), decorre do ingresso de recurso oriundo de depósitos judiciais de terceiros, conforme disposto no § 2º do art. 101 da Constituição Federal (redação alterada pela Emenda Constitucional EC nº 94/2016). Tendo em vista que a EC nº 94/2016 deixou claro que as fontes de financiamento para pagamento de precatórios não devem impactar os limites previstos na legislação vigente para endividamento e Operações de Crédito, este montante não foi considerado para fins de limites fiscais.

4 Em 07/12/2017 houve a devolução de saldo de recurso não utilizado do contrato do Profisco (2172/OC-BR), no montante total de R$ 1.616.347,67. Parte do valor foi devolvido por meio de empenho de despesa, e outra parte, no valor de R$ 985.009,68 foi devolvida por meio de dedução da receita de operação de crédito arrecada nesse exercício.

Florianópolis, 08 de março de 2018

EDUARDO PINHO MOREIRA
GOVERNADOR DO ESTADO - EM EXERCÍCIO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 025039/O-2

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
MATRÍCULA Nº 209.888-1

AUGUSTO PUHL PIAZZA
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL
MATRÍCULA Nº 378.720-6

MICHELE PATRICIA RONCALIO
DIRETORA DO TESOURO ESTADUAL
CONTADORA CRCSC 025092/O-0

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(f) = (a - (b + c + d + e)-f)		
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS (I)	**8.774.585.797,28**	**-**	**240.346.390,48**	**-**	**5.799.132.281,21**	**-**	**2.735.107.125,59**	**405.656.804,75**	**-**
Recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde [1]	**259.332.132,62**	**-**	**197.721.321,92**	**-**	**20.558.029,16**	**-**	**41.052.781,54**	**122.121.087,30**	**-**
0.1.00.000000 - Recursos ordinários - recursos do tesouro - RLD	143.242.398,88	-	187.558.169,66	-	8.871.017,89	-	- 53.186.788,67	94.875.675,72	-
0.1.19.000000 - Outras taxas - vinculadas - recursos do tesouro - exercício corrente	164.796,48	-	-	-	-	-	164.796,48	-	-
0.1.61.000000 - Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos do tesouro - exercício corrente	3.405.144,21	-	2.525.765,76	-	190,67	-	879.187,78	879.187,78	-
0.1.62.000000 - Receitas diversas - SEITEC - recursos do tesouro - exercício corrente	121.136,26	-	10.894,64	-	-	-	110.241,62	110.241,62	-
0.1.69.000000 - Outros recursos primários - recursos do tesouro - exercício corrente	-	-	55.953,80	-	-	-	- 55.953,80	62.316,74	-
0.1.85.000000 - Remuneração de disp bancária - Executivo - rec vinculados - rec tesouro - exerc corrente	4.711,82	-	-	-	-	-	4.711,82	-	-
0.1.91.000000 - Operações de crédito interna - recursos do tesouro - exercício corrente	2.118.242,52	-	-	-	-	-	2.118.242,52	7.524.000,00	-
0.2.23.000000 - Convênio - Sistema Único Saúde - recursos de outras fontes - exercício corrente	41.673.691,47	-	827.305,62	-	346,24	-	40.846.039,61	10.851.432,84	-
0.2.28.000000 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec outras fontes-exercício corrente	1.877.824,68	-	-	-	-	-	1.877.824,68	-	-
0.2.40.000000 - Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercício corrente	134.052,81	-	-	-	-	-	134.052,81	-	-
0.2.60.000000 - Recursos patrimoniais primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	90.086,18	-	-	-	-	-	90.086,18	-	-
0.2.61.000000 - Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos de outras fontes - exercício corrente	153,00	-	-	-	-	-	153,00	-	-
0.2.69.000000 - Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	778.925,25	-	500.000,00	-	-	-	278.925,25	4.363,50	-
0.2.85.000000 - Remuneração de disp bancária - Executivo - rec vinculados-rec outras fontes-exerc corrente	7.471.640,71	-	-	-	-	-	7.471.640,71	172,20	-
0.3.00.000000 - Recursos ordinarios - recursos do tesouro - exercícios anteriores	374,19	-	-	-	-	-	374,19	-	-
0.3.19.000000 - Outras taxas - vinculadas - recursos do tesouro - exercício anterior	659.248,06	-	-	-	-	-	659.248,06	376.403,73	-
0.3.85.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados	1.718,06	-	-	-	-	-	1.718,06	-	-
0.3.91.000000 - Operação de crédito interna - rec tesouro - exerc anteriores - superávit	10.960.222,78	-	3.430.362,69	-	-	-	7.529.860,09	4.523.013,95	-
0.6.23.000000 - Convênio - Sistema Único de Saúde - recursos do tesouro - exercícios anteriores	13.397.896,33	-	2.228.923,16	-	1.211,79	-	11.167.761,38	2.206.846,13	-
0.6.28.000000 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec outras fontes - exerc anteriores	5.892.691,10	-	27.674,10	-	855,90	-	5.864.161,10	164.155,30	-
0.6.40.000000 - Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	43.487,66	-	-	-	-	-	43.487,66	-	-
0.6.60.000000 - Primários - recursos patrimoniais - exercícios anteriores	2,19	-	-	-	-	-	2,19	-	-
0.6.61.000000 - Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos de outras fontes - exercício anterior	33.064,01	-	-	-	-	-	33.064,01	26.253,00	-
0.6.62.000000 - Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercício anterior	2.525,76	-	-	-	-	-	2.525,76	-	-
0.6.69.000000 - Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	246.539,91	-	-	-	-	-	246.539,91	-	-
0.6.85.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec vinculados exercício anterior	14.660.594,76	-	553.197,59	-	-	-	14.107.397,17	495.459,28	-
7.1.00.000000 - Contrapartida de Conv.-Recursos Ordinários-Recursos do Tesouro-Exercício Corrente	16.587,50	-	-	-	-	-	16.587,50	16.587,50	-
7.3.00.000000 - Contrapartida de Convenios-Recursos Ordinários-Recursos do Tesouro-Exercício Anterior	631.064,47	-	3.074,90	-	95,10	-	627.894,47	4.978,01	-
7.6.61.000000 - Contrapartida de Convenios-Fundo Social-Recursos de Outra Fontes-Exercícios Anteriores	19.000,00	-	-	-	-	-	19.000,00	-	-
9.9.99.000000 - Fonte extra orçamentária	11.684.311,57	-	-	-	11.684.311,57	-	-	-	-
Recursos destinados à manutencão e desenvolvimento do ensino [2]	**264.976.548,70**	**-**	**22.796.970,05**	**-**	**18.723.771,30**	**-**	**223.455.807,35**	**36.726.229,23**	**-**
0.1.00.000000 - Recursos ordinários - recursos do tesouro - RLD	5.115.481,35	-	13.475.472,96	-	2.926.809,30	-	- 11.286.800,91	4.814.091,61	-
0.1.01.000000 - Recursos ordinários - diversos	356.772,88	-	-	-	-	-	356.772,88	-	-
0.1.20.000000 - Cota-parte da contribuição do Salário-Educação - recursos do tesouro - exercício corrente	-	-	36.079,26	-	-	-	- 36.079,26	8.427.371,05	-
0.1.24.000000 - Convênio - Programas de Educação - recursos do tesouro - exercício corrente	43.081.264,27	-	394.314,20	-	-	-	42.686.950,07	1.644.997,79	-
0.1.31.000000 - Recursos do FUNDEB - transferências da União	-	-	8.710.494,39	-	15.506.829,95	-	- 24.217.324,34	16.032.568,53	-
0.1.61.000000 - Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos do tesouro - exercício corrente	1.282.470,89	-	-	-	-	-	1.282.470,89	231.366,39	-
0.1.62.000000 - Receitas diversas - SEITEC - recursos do tesouro - exercício corrente	674.907,55	-	-	-	-	-	674.907,55	101.508,65	-
0.1.85.000000 - Remuneração de disp bancária - Executivo - rec vinculados - rec tesouro - exerc corrente	18.213.527,93	-	-	-	-	-	18.213.527,93	-	-
0.1.86.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária FUNDEB	-	-	3.230,00	-	-	-	- 3.230,00	2.602.933,29	-
0.2.23.000000 - Convênio - Sistema Único Saúde - recursos de outras fontes - exercício corrente	-	-	-	-	-	-	-	134.029,00	-
0.2.28.000000 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec outras fontes-exercício corrente	2.568.495,88	-	-	-	-	-	2.568.495,88	-	-
0.2.40.000000 - Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercício corrente	1.571.065,93	-	-	-	-	-	1.571.065,93	1.359,38	-
0.2.60.000000 - Recursos patrimoniais primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	505.713,15	-	-	-	-	-	505.713,15	-	-
0.2.63.000000 - Receitas diversas - Programa Pró-Emprego	1.166.092,31	-	-	-	-	-	1.166.092,31	-	-
0.2.65.000000 - Receitas diversas - recursos de outras fontes - manutenção do ensino superior	23.045.139,72	-	-	-	-	-	23.045.139,72	1.143.936,31	-
0.2.69.000000 - Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	310.885,38	-	-	-	-	-	310.885,38	-	-
0.2.85.000000 - Remuneração de disp bancária - Executivo - rec vinculados-rec outras fontes-exerc corrente	853.161,32	-	-	-	-	-	853.161,32	3.000,00	-
0.3.00.000000 - Recursos ordinarios - recursos do tesouro - exercícios anteriores	2.056.131,12	-	-	-	-	-	2.056.131,12	657.240,54	-
0.3.01.000000 - Recursos Ordinários Diversos-Fonte do Tesouro - Exercício Anterior	0,18	-	-	-	-	-	0,18	-	-
0.3.20.000000 - Cota-parte da contribuição do Salário Educação - recursos tesouro - exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	4.918,64	-
0.3.24.000000 - Convênio - Programa de Educação - exercícios anteriores	27.199.993,85	-	53.252,62	-	919,18	-	27.145.822,05	7.354,70	-
0.3.40.000000 - Outros serviços - recursos do tesouro - exercício anteriores	11.120,54	-	-	-	-	-	11.120,54	-	-
0.3.61.000000 - Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos do tesouro - exercícios anteriores	70.460,62	-	1.600,00	-	-	-	68.860,62	-	-
0.3.85.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados	29.951.542,72	-	84.702,23	-	2.192,85	-	29.864.647,64	-	-

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(f) = (a - (b + c + d + e)-f)		
0.3.91.000000 - Operação de crédito interna - rec tesouro - exerc anteriores - superávit	95.623.125,21	-	37.824,39	-	2.127,51	-	95.583.173,31	-	-
0.6.28.000000 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec outras fontes - exerc anteriores	3.792.387,94	-	-	-	627,35	-	3.791.760,59	244.125,79	-
0.6.40.000000 - Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	744.870,63	-	-	-	-	-	744.870,63	215.406,05	-
0.6.60.000000 - Primários - recursos patrimoniais - exercícios anteriores	25.479,28	-	-	-	-	-	25.479,28	-	-
0.6.61.000000 - Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos de outras fontes - exercício anterior	306.292,54	-	-	-	-	-	306.292,54	51.766,97	-
0.6.62.000000 - Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercício anterior	14.837,66	-	-	-	-	-	14.837,66	-	-
0.6.65.000000 - Receitas diversas - recursos outras fontes - manutenção ens superior - exercício anterior	5.182,03	-	-	-	-	-	5.182,03	-	-
0.6.69.000000 - Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	22.142,32	-	-	-	-	-	22.142,32	-	-
0.6.80.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec outras fontes - exerc anteriores	53,13	-	-	-	-	-	53,13	-	-
0.6.85.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec vinculados exercício anterior	2.576.094,37	-	-	-	-	-	2.576.094,37	-	-
7.1.00.000000 - Contrapartida de Conv.-Recursos Ordinários-Recursos do Tesouro-Exercício Corrente	629.018,58	-	-	-	-	-	629.018,58	-	-
7.3.00.000000 - Contrapartida de Convenios-Recursos Ordinários-Recursos do Tesouro-Exercício Anterior	2.918.572,26	-	-	-	-	-	2.918.572,26	408.254,54	-
9.9.99.000000 - Fonte extra orçamentária	284.265,16	-		-	284.265,16	-	-		-
Recursos destinados ao regime próprio de previdência dos servidores [3]	**400.430.466,52**	-	**166.915,81**	-	**65.811.446,38**	-	**334.452.104,33**	**7.153.128,87**	-
0.1.00.000000 - Recursos ordinários - recursos do tesouro - RLD	416.524,56	-	-	-	47.923.274,62	-	- 47.506.750,06	35.859,12	-
0.1.01.000000 - Recursos ordinários - diversos	10.550,07	-	-	-	-	-	10.550,07	-	-
0.2.40.000000 - Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercício corrente	969.152,01	-	-	-	116.275,60	-	852.876,41	970,00	-
0.2.50.000000 - Contribuição previdenciária - recursos de outras fontes - exercício corrente	133.458.985,07	-	166.915,81	-	9.720.844,02	-	123.571.225,24	7.116.299,75	-
0.2.60.000000 - Recursos patrimoniais primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	216.451,68	-	-	-	-	-	216.451,68	-	-
0.2.61.000000 - Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos de outras fontes - exercício corrente	21.664,89	-	-	-	7.021.664,89	-	- 7.000.000,00	-	-
0.2.69.000000 - Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	11.194,98	-	-	-	-	-	11.194,98	-	-
0.2.85.000000 - Remuneração de disp bancária - Executivo - rec vinculados-rec outras fontes-exerc corrente	35.233.630,19	-	-	-	-	-	35.233.630,19	-	-
0.2.99.000000 - Outras receitas não primárias - recursos de outras fontes - exercício corrente	85,80	-	-	-	-	-	85,80	-	-
0.3.09.000000 - Superávit Financeiro -Recursos Convertidos - Recursos do Tesouro -Receitas Primárias	4.906,22	-	-	-	-	-	4.906,22	-	-
0.6.40.000000 - Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	525.006,61	-	-	-	-	-	525.006,61	-	-
0.6.50.000000 - Contribuição previdenciária	87.782.613,03	-	-	-	-	-	87.782.613,03	-	-
0.6.60.000000 - Primários - recursos patrimoniais - exercícios anteriores	8.986.647,71	-	-	-	-	-	8.986.647,71	-	-
0.6.85.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec vinculados exercício anterior	63.797.273,82	-	-	-	-	-	63.797.273,82	-	-
0.6.89.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Rec. vinc - Fundos IPREV - Ex. Anteriores	58.249.244,32	-	-	-	-	-	58.249.244,32	-	-
0.6.98.000000 - Receita de alienação de bens - exercícios anteriores	1.826.782,89	-	-	-	-	-	1.826.782,89	-	-
0.6.99.000000 - Não primárias - outras receitas	7.890.365,42	-	-	-	-	-	7.890.365,42	-	-
9.9.99.000000 - Fonte extra orçamentária	1.029.387,25	-	-	-	1.029.387,25	-	-	-	-
Demais Recursos Vinculados	**7.849.846.649,44**	-	**19.661.182,70**	-	**5.694.039.034,37**	-	**2.136.146.432,37**	**239.656.359,35**	-
0.1.11.000000 - Taxas da Segurança Pública - recursos do tesouro - exercício corrente	78.291.423,45	-	1.694.406,38	-	3.164.913,86	-	73.432.103,21	39.787.307,65	-
0.1.20.000000 - Cota-parte da contribuição do Salário-Educação - recursos do tesouro - exercício corrente	24.845.835,48	-	763.798,28	-	10.423,91	-	24.071.613,29	4.598.601,30	-
0.1.21.000000 - Cota-parte contrib intervenção no domínio econ CIDE-Estadual - rec tesouro -exerc corrente	30.450.136,79	-	749.126,22	-	52.727,69	-	29.648.282,88	2.661.493,77	-
0.1.22.000000 - Cota-parte da compensação financeira dos rec hídricos - rec tesouro - exercício corrente	9.599.988,02	-	4.627.892,01	-	1.529,95	-	4.970.566,06	436.664,17	-
0.1.26.000000 - Convênio - Programa de Combate à Fome - recursos do tesouro - exercício corrente	2.775.784,34	-	-	-	-	-	2.775.784,34	-	-
0.1.28.000000 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec tesouro - exercício corrente	8.957.849,55	-	409.770,00	-	-	-	8.548.079,55	225.991,64	-
0.1.29.000000 - Outras transferências - recursos do tesouro - exercício corrente	6.872.664,78	-	2.500,00	-	-	-	6.870.164,78	126.996,78	-
0.1.31.000000 - Recursos do FUNDEB - transferências da União	123.204.586,91	-	1.276.158,65	-	70.124,07	-	121.858.304,19	6.527.979,16	-
0.1.32.000000 - Transferências da União - sit de emergência e calamidade - rec do tesouro - exerc corrente	3.109.620,69	-	-	-	-	-	3.109.620,69	-	-
0.1.61.000000 - Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos do tesouro - exercício corrente	5.246.181,49	-	1.274.817,76	-	168.692,88	-	3.802.670,85	61.415,82	-
0.1.62.000000 - Receitas diversas - SEITEC - recursos do tesouro - exercício corrente	11.099.818,90	-	133.338,58	-	16.900,11	-	10.949.580,21	2.920.505,80	-
0.1.85.000000 - Remuneração de disp bancária - Executivo - rec vinculados - rec tesouro - exerc corrente	54.781.028,74	-	202.184,95	-	-	-	54.578.843,79	515.276,39	-
0.1.86.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária FUNDEB	10.378.441,54	-	-	-	-	-	10.378.441,54	65.180,99	-
0.1.87.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária Salário Educação	1.554.341,07	-	-	-	-	-	1.554.341,07	-	-
0.1.88.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - CIDE	2.883.024,78	-	-	-	-	-	2.883.024,78	-	-
0.1.91.000000 - Operações de crédito interna - recursos do tesouro - exercício corrente	721.557.934,60	-	-	-	-	-	721.557.934,60	72.008.919,35	-
0.1.92.000000 - Operações de crédito externa - recursos do tesouro - exercício corrente	16.918.313,80	-	-	-	-	-	16.918.313,80	5.003.986,60	-
0.1.95.000000 - Recursos de depósitos sob aviso à disposição da justiça	349.145.855,18	-	-	-	-	-	349.145.855,18	-	-
0.1.98.000000 - Receita da alienação de bens - recursos do tesouro - exercício corrente	420.501,49	-	-	-	-	-	420.501,49	-	-
0.2.23.000000 - Convênio - Sistema Único Saúde - recursos de outras fontes - exercício corrente	-	-	64.444,57	-	20,81	-	- 64.465,38	28.324,23	-
0.2.25.000000 - Convênio - Programa de Assistência Social - recursos de outras fontes - exercício corrente	2.215.768,60	-	-	-	-	-	2.215.768,60	-	-
0.2.28.000000 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec outras fontes-exercício corrente	20.481.138,25	-	24.835,32	-	55.162,85	-	20.401.140,08	6.950.758,51	-
0.2.29.000000 - Outras transferências - recursos de outras fontes - exercício corrente	16.034.780,89	-	548.691,59	-	10.740,76	-	15.475.348,54	2.631.512,17	-
0.2.32.000000 - Transferências da União - situação de emergência e calamidade	785.641,22	-	-	-	-	-	785.641,22	785.641,22	-

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(f) = (a - (b + c + d + e)-f)		
0.2.61.000000 - Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos de outras fontes - exercício corrente	9.040.568,90	-	-	-	1.687,75	-	9.038.881,15	102.700,35	-
0.2.62.000000 - Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercício corrente	232,02	-	-	-	232,02	-	-	-	-
0.2.63.000000 - Receitas diversas - Programa Pró-Emprego	12.539.953,15	-	1.194.496,65	-	105.503,35	-	11.239.953,15	1.772.116,34	-
0.2.66.000000 - Receitas diversas - receita Agroindustrial - FDR	3.380.910,42	-	2.368.022,96	-	-	-	1.012.887,46	16.893,87	-
0.2.85.000000 - Remuneração de disp bancária - Executivo - rec vinculados-rec outras fontes-exerc corrente	64.150.586,94	-	2.809,48	-	-	-	64.147.777,46	39.177,08	-
0.2.98.000000 - Receita da alienação de bens - recursos de outras fontes - exercício corrente	3.261.076,20	-	84.120,77	-	-	-	3.176.955,43	80.514,23	-
0.3.02.000000 - Recursos do Tesouro - Programa Revigorar III - Exercícios Anteriores	3.665,44	-	-	-	-	-	3.665,44	-	-
0.3.11.000000 - Taxas da Segurança Pública e Defesa do Cidadão - rec tesouro - exercícios anteriores	5.560.044,86	-	-	-	-	-	5.560.044,86	221.077,63	-
0.3.20.000000 - Cota-parte da contribuição do Salário Educação - recursos tesouro - exercícios anteriores	514.426,29	-	6.982,00	-	370,30	-	507.073,99	0,53	-
0.3.21.000000 - Cota-parte da contrib de interv no domínio econômico - CIDE-Estadual	5.126.813,42	-	-	-	-	-	5.126.813,42	214.644,48	-
0.3.25.000000 - Convênio-Programa de Assistência Social-Exercícios Anteriores	5.194,57	-	-	-	-	-	5.194,57	-	-
0.3.26.000000 - Convênio - Programa de Combate à Fome - exercícios anteriores	113.874,11	-	2.714,54	-	-	-	111.159,57	15.004,99	-
0.3.28.000000 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - exercícios anteriores	8.643.214,82	-	48.059,09	-	-	-	8.595.155,73	279.078,59	-
0.3.29.000000 - Outras transferências - recursos do tesouro - exercícios anteriores	1.377.720,00	-	-	-	-	-	1.377.720,00	-	-
0.3.32.000000 - Transferências da União - sit de emergência e calamidade-rec do tesouro - exerc anteriores	1.159.831,27	-	-	-	-	-	1.159.831,27	-	-
0.3.61.000000 - Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos do tesouro - exercícios anteriores	1.346.921,13	-	-	-	-	-	1.346.921,13	247.217,09	-
0.3.62.000000 - Receitas diversas - SEITEC	1.539.762,79	-	-	-	-	-	1.539.762,79	-	-
0.3.85.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados	53.984.221,26	-	133.192,83	-	32.212,81	-	53.818.815,62	3.126.807,99	-
0.3.87.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Salário Educação	35.590,41	-	-	-	-	-	35.590,41	-	-
0.3.88.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - CIDE - recursos tesouro - exercícios anteriores	2.678.682,15	-	-	-	-	-	2.678.682,15	-	-
0.3.91.000000 - Operação de crédito interna - rec tesouro - exerc anteriores - superávit	129.040.925,70	-	3.097.017,17	-	35.882,91	-	125.908.025,62	29.320.330,20	-
0.3.92.000000 - Operação de crédito externa - exercícios anteriores	609.447,44	-	-	-	-	-	609.447,44	-	-
0.3.95.000000 - Recursos de depósitos sob aviso à disposição da justiça - exercícios anteriores	6.468.867,65	-	-	-	-	-	6.468.867,65	-	-
0.3.98.000000 - Receita de Alienação de Bens-Exercícios Anteriores	949.043,56	-	-	-	-	-	949.043,56	-	-
0.6.23.000000 - Convênio - Sistema Único de Saúde - recursos do tesouro - exercícios anteriores	-	-	2.200,00	-	-	-	- 2.200,00	5.760,00	-
0.6.25.000000 - Convênio - Programa de Assistência Social recursos outras fontes - exercícios anteriores	2.468.884,26	-	-	-	10.081,63	-	2.458.802,63	969.189,72	-
0.6.28.000000 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec outras fontes - exerc anteriores	73.294.052,38	-	581.726,21	-	54.602,82	-	72.657.723,35	3.291.634,29	-
0.6.29.000000 - Outras transferências - exercícios anteriores - recursos de outras fontes	9.461.938,48	-	138.885,20	-	7.165,00	-	9.315.888,28	3.450.418,06	-
0.6.32.000000 - Transferências da União - situação de emergência e calamidade pública - exercício anterior	54.693,36	-	-	-	-	-	54.693,36	629,46	-
0.6.59.000000 - Outras contribuições - recursos de outras fontes - exercício anterior	65.364,62	-	-	-	-	-	65.364,62	65.364,62	-
0.6.61.000000 - Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos de outras fontes - exercício anterior	1.003.675,19	-	-	-	-	-	1.003.675,19	6.071,10	-
0.6.62.000000 - Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercício anterior	913.070,39	-	-	-	-	-	913.070,39	11.038,18	-
0.6.85.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec vinculados exercício anterior	195.833.397,10	-	33.194,86	-	-	-	195.800.202,24	1.016.343,18	-
0.6.98.000000 - Receita de alienação de bens - exercícios anteriores	2.551.527,48	-	24.879,96	-	-	-	2.526.647,52	338.919,84	-
2.1.91.000000 - Contrapartida de Operações de Crédito Interna-BID-Rec.Tesouro-Exerc.Corrente	31.262.076,10	-	-	-	-	-	31.262.076,10	31.262.076,10	-
2.3.91.000000 - Contrapartida-BID- Operações de Crédito Interna- Recurso Tesouro-Exercício Anteriores	18.694,41	-	-	-	-	-	18.694,41	18.694,41	-
4.1.91.000000 - Contrapartida de Outros Empréstimos-Op.Crédito Interna-Rec.Tesouro	17.127.000,00	-	-	-	-	-	17.127.000,00	17.127.000,00	-
7.1.00.000000 - Contrapartida de Conv.-Recursos Ordinários-Recursos do Tesouro-Exercício Corrente	1.160.647,15	-	54.584,00	-	-	-	1.106.063,15	49.412,98	-
7.1.11.000000 - Contrapartida de Convenios-Tx. da Segurança Pública-Rec.Tesouro-Exercício Corrente	186.751,22	-	-	-	-	-	186.751,22	-	-
7.1.19.000000 - Contrapartida de Outras Taxas Vinculadas - Exercício Corrente	743.776,00	-	-	-	-	-	743.776,00	-	-
7.1.29.000000 - Contrapartida de Convênios-Outras Transferências-Rec. do Tesouro-Exercício Corrente	534.001,51	-	-	-	-	-	534.001,51	-	-
7.2.29.000000 - Contrapartida de Convênios-Outras Transferências- Rec. de outras Fontes - Exercício Corren	34.500,00	-	-	-	-	-	34.500,00	-	-
7.2.40.000000 - Contrapartida de Convênios - Rec. de Serviços - Rec. de Outras fontes - Exerc. Corrente	760.000,00	-	-	-	-	-	760.000,00	-	-
7.2.69.000000 - Contrapartida de Convênios-Outros Recursos Primários-Ex. Corrente- Rec.Outras Fontes	88.893,68	-	-	-	-	-	88.893,68	78.594,87	-
7.3.00.000000 - Contrapartida de Convenios-Recursos Ordinários-Recursos do Tesouro-Exercício Anterior	2.537.085,12	-	116.332,67	-	-	-	2.420.752,45	77.986,54	-
7.3.11.000000 - Contrapartida de Convenios-Taxas da Segurança Pública e Def. do Cidadão-Rec.Tesouro-Ex.Ant	1.931.812,34	-	-	-	-	-	1.931.812,34	49.068,82	-
7.3.29.000000 - Contrapartida de Convênios-Outras Transferências-Rec. do Tesouro-Exercícios Anteriores	1.550.084,71	-	-	-	-	-	1.550.084,71	195.572,69	-
7.6.29.000000 - Contrapartida de Convênios-Outras Transferências- Exerc. Ant - Rec. Outras Fontes	865.000,00	-	-	-	-	-	865.000,00	-	-
7.6.40.000000 - Contrapartida de Convenios-Recursos de serviços-Exercícios Anteriores	265.040,14	-	-	-	-	-	265.040,14	19.776,00	-
7.6.60.000000 - Contrapartida de Convenios-Recursos Patrimoniais-Exercícios Anteriores	2.000,00	-	-	-	-	-	2.000,00	-	-
7.6.61.000000 - Contrapartida de Convenios-Fundo Social-Recursos de Outra Fontes-Exercícios Anteriores	46.020,10	-	-	-	-	-	46.020,10	19.000,00	-
7.6.62.000000 - Contrapartida de Convênios-Rec. Diversos-Seitec-Exerc.Anteriores	80.578,60	-	-	-	-	-	80.578,60	-	-
7.6.69.000000 - Contrapartida de Convênios-Outros Recursos Primários-Rec.de Outras Fontes-Ex. Anterior	1.622.792,17	-	-	-	-	-	1.622.792,17	831.689,57	-
9.9.99.000000 - Fonte extra orçamentária	5.690.241.057,87	-	-	-	5.690.240.058,89	-	998,98	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	**1.239.692.345,84**	**-**	**164.210.892,54**	**-**	**136.155.075,95**	**-**	**939.326.377,35**	**268.236.553,74**	**-**

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(f) = (a - (b + c + d + e)-f)		
0.1.00.000000 - Recursos ordinários - recursos do tesouro - RLD	176.076.219,74	-	152.211.764,91	-	132.007.393,54	-	- 108.142.938,71	77.903.321,78	-
0.1.01.000000 - Recursos ordinários - diversos	1.389.471,51	-	-	-	-	-	1.389.471,51	-	-
0.1.10.000000 - Taxa judiciária - recursos do tesouro - exercício corrente	7.873.454,43	-	-	-	-	-	7.873.454,43	3.681.293,52	-
0.1.19.000000 - Outras taxas - vinculadas - recursos do tesouro - exercício corrente	10.436.072,31	-	88.487,69	-	27.087,70	-	10.320.496,92	1.397.376,57	-
0.1.40.000000 - Outros serviços - recursos do tesouro - exercício corrente	366.704,00	-	-	-	-	-	366.704,00	12.111,00	-
0.1.60.000000 - Recursos patrimoniais primários - recursos do tesouro - exercício corrente	695.334,02	-	-	-	-	-	695.334,02	-	-
0.1.69.000000 - Outros recursos primários - recursos do tesouro - exercício corrente	6.238.472,52	-	1.150.197,45	-	2.845.017,47	-	2.243.257,60	445.825,00	-
0.1.80.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec tesouro - exercício corrente	136.740,09	-	-	-	-	-	136.740,09	-	-
0.1.81.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Lesgilativo - rec tesouro - exercício corrente	880.702,58	-	-	-	400,00	-	880.302,58	-	-
0.1.82.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário - rec tesouro - exercício corrente	9.890.498,54	-	-	-	-	-	9.890.498,54	-	-
0.1.83.000000 - Remuneração de disp bancária - conta única do Judiciário - rec tesouro - exerc corrente	90.382.623,87	-	-	-	-	-	90.382.623,87	17.787.047,01	-
0.1.84.000000 - Remuneração de disp bancária - Ministério Público - rec tesouro - exercício corrente	4.136.894,90	-	-	-	-	-	4.136.894,90	14.731,90	-
0.1.99.000000 - Outras receitas não primárias - recursos do tesouro - exercício corrente	39.500,28	-	-	-	-	-	39.500,28	-	-
0.2.40.000000 - Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercício corrente	97.669.623,92	-	6.641.184,83	-	341.970,46	-	90.686.468,63	36.498.042,56	-
0.2.60.000000 - Recursos patrimoniais primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	8.329.366,90	-	40.563,39	-	7.425,04	-	8.281.378,47	763.502,50	-
0.2.69.000000 - Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	186.407.676,66	-	921.359,76	-	7.120,30	-	185.479.196,60	33.956.373,93	-
0.2.80.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec outras fontes-exercício corrente	10.130.075,41	-	-	-	-	-	10.130.075,41	-	-
0.2.82.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário -rec outras fontes-exercício corrente	5.309.471,83	-	-	-	-	-	5.309.471,83	-	-
0.2.84.000000 - Remuneração de disp bancária - Ministério Público - rec outras fontes - exercício corrente	5.933.757,91	-	-	-	-	-	5.933.757,91	87.660,16	-
0.2.99.000000 - Outras receitas não primárias - recursos de outras fontes - exercício corrente	8.674.588,73	-	439.872,00	-	-	-	8.234.716,73	3.432,60	-
0.3.00.000000 - Recursos ordinarios - recursos do tesouro - exercícios anteriores	14.642.682,51	-	2.062.009,92	-	661.294,83	-	11.919.377,76	2.142.632,76	-
0.3.01.000000 - Recursos Ordinários Diversos-Fonte do Tesouro - Exercício Anterior	1.970.896,54	-	-	-	-	-	1.970.896,54	-	-
0.3.09.000000 - Superávit Financeiro -Recursos Convertidos - Recursos do Tesouro -Receitas Primárias	148.551,57	-	-	-	-	-	148.551,57	44.887,50	-
0.3.10.000000 - Taxa Judiciária - recursos do tesouro - exercícios anteriores	2.449.246,21	-	-	-	-	-	2.449.246,21	24.429,50	-
0.3.19.000000 - Outras taxas - vinculadas - recursos do tesouro - exercício anterior	1.451.319,64	-	642,75	-	23,10	-	1.450.653,79	293.651,06	-
0.3.40.000000 - Outros serviços - recursos do tesouro - exercício anteriores	1.333.908,67	-	-	-	-	-	1.333.908,67	323.652,50	-
0.3.60.000000 - Recursos patrimoniais - primários	1.171.298,50	-	-	-	-	-	1.171.298,50	-	-
0.3.69.000000 - Outros recursos primários - recursos do tesouro - exercícios anteriores	26.971,11	-	-	-	-	-	26.971,11	120,00	-
0.3.80.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec tesouro - exercícios anteriores	238,81	-	-	-	-	-	238,81	-	-
0.3.81.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Legislativo	2.176.352,09	-	120.603,18	-	-	-	2.055.748,91	37.148,30	-
0.3.82.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário - exercício anterior	4.599.447,40	-	-	-	-	-	4.599.447,40	-	-
0.3.83.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária -conta única do Judiciário - exercícios anteriores	152.351.342,90	-	-	-	-	-	152.351.342,90	4.694.183,77	-
0.3.84.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público	3.383.685,32	-	-	-	-	-	3.383.685,32	918.013,51	-
0.3.97.000000 - Superavit Financeiro - Recursos Convertidos - Receitas Não Primárias	105.480,51	-	-	-	-	-	105.480,51	68.983,01	-
0.6.40.000000 - Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	238.812.224,86	-	252.201,38	-	4.212,57	-	238.555.810,91	80.096.760,57	-
0.6.47.000000 - Serviços judiciários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	222.432,31	-	-	-	-	-	222.432,31	-	-
0.6.60.000000 - Primários - recursos patrimoniais - exercícios anteriores	16.636.663,53	-	23.397,48	-	3.532,57	-	16.609.733,48	283.785,54	-
0.6.69.000000 - Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	119.733.164,92	-	258.607,80	-	244.108,00	-	119.230.449,12	3.239.468,64	-
0.6.80.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec outras fontes - exerc anteriores	27.607.812,05	-	-	-	5.490,37	-	27.602.321,68	850.000,00	-
0.6.82.000000 - Recursos de outras fontes - exercícios anteriores - disp bancária - Judiciário	2.266.140,04	-	-	-	-	-	2.266.140,04	-	-
0.6.84.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público - exercícios anteriores	17.604.852,30	-	-	-	-	-	17.604.852,30	2.667.734,65	-
0.6.99.000000 - Não primárias - outras receitas	383,90	-	-	-	-	-	383,90	383,90	-
TOTAL (III) = (I + II)	**10.014.278.143,12**	**-**	**404.557.283,02**	**-**	**5.935.287.357,16**	**-**	**3.674.433.502,94**	**673.893.358,49**	**-**

FONTE: SIGEF/SC - SEF/DCOG/COINF

NOTAS EXPLICATIVAS:

[1] Conforme Relatório Cálculo do Superávit - UG 480001 - Secretaria de Estado da Saúde, UG 480091 - Fundo Estadual de Saúde e UG 480092 - Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saude.

[2] Conforme Relatórios Cálculo do Superávit das UGs 450001 - Secretaria de Estado da Educação, 450021 - Fundação Catarinense de Educação Especial, 450022 - Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina, 450091 - Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvol. da Educ. Superior e 450092 - Fundo Estadual de Educação.

[3] Conforme Relatórios Cálculo do Superávit das Ugs do IPREV 470022 e 470076 - Fundo Financeiro. A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Florianópolis, 26 de fevereiro de 2018

EDUARDO PINHO MOREIRA
GOVERNADOR DO ESTADO - EM EXERCÍCIO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 025039/O-2

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
MATRÍCULA Nº 209.888-1

ESTADO DE SANTA CATARINA - **PODER EXECUTIVO**
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DE RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(f) = (a - (b + c + d + e)-f)		
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS (I)	**2.983.639.994,07**	**-**	**239.455.210,87**	**-**	**382.462.466,66**	**-**	**2.361.722.316,54**	**405.152.841,42**	**-**
Recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde [1]	**255.805.852,15**	**-**	**197.721.321,92**	**-**	**20.558.029,16**	**-**	**37.526.501,07**	**122.121.087,30**	**-**
0.1.00.000000 - Recursos ordinários - recursos do tesouro - RLD	143.242.398,88	-	187.558.169,66	-	8.871.017,89	-	- 53.186.788,67	94.875.675,72	-
0.1.19.000000 - Outras taxas - vinculadas - recursos do tesouro - exercício corrente	164.796,48	-	-	-	-	-	164.796,48	-	-
0.1.61.000000 - Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos do tesouro - exercício corrente	-	-	2.525.765,76	-	190,67	-	- 2.525.956,43	879.187,78	-
0.1.62.000000 - Receitas diversas - SEITEC - recursos do tesouro - exercício corrente	-	-	10.894,64	-	-	-	- 10.894,64	110.241,62	-
0.1.69.000000 - Outros recursos primários - recursos do tesouro - exercício corrente	-	-	55.953,80	-	-	-	- 55.953,80	62.316,74	-
0.1.85.000000 - Remuneração de disp bancária - Executivo - rec vinculados - rec tesouro - exerc corrente	4.711,82	-	-	-	-	-	4.711,82	-	-
0.1.91.000000 - Operações de crédito interna - recursos do tesouro - exercício corrente	2.118.242,52	-	-	-	-	-	2.118.242,52	7.524.000,00	-
0.2.23.000000 - Convênio - Sistema Único Saúde - recursos de outras fontes - exercício corrente	41.673.691,47	-	827.305,62	-	346,24	-	40.846.039,61	10.851.432,84	-
0.2.28.000000 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec outras fontes-exercício corrente	1.877.824,68	-	-	-	-	-	1.877.824,68	-	-
0.2.40.000000 - Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercício corrente	134.052,81	-	-	-	-	-	134.052,81	-	-
0.2.60.000000 - Recursos patrimoniais primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	90.086,18	-	-	-	-	-	90.086,18	-	-
0.2.61.000000 - Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos de outras fontes - exercício corrente	153,00	-	-	-	-	-	153,00	-	-
0.2.69.000000 - Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	778.925,25	-	500.000,00	-	-	-	278.925,25	4.363,50	-
0.2.85.000000 - Remuneração de disp bancária - Executivo - rec vinculados-rec outras fontes-exerc corrente	7.471.640,71	-	-	-	-	-	7.471.640,71	172,20	-
0.3.00.000000 - Recursos ordinarios - recursos do tesouro - exercícios anteriores	374,19	-	-	-	-	-	374,19	-	-
0.3.19.000000 - Outras taxas - vinculadas - recursos do tesouro - exercício anterior	659.248,06	-	-	-	-	-	659.248,06	376.403,73	-
0.3.85.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados	1.718,06	-	-	-	-	-	1.718,06	-	-
0.3.91.000000 - Operação de crédito interna - rec tesouro - exerc anteriores - superávit	10.960.222,78	-	3.430.362,69	-	-	-	7.529.860,09	4.523.013,95	-
0.6.23.000000 - Convênio - Sistema Único de Saúde - recursos do tesouro - exercícios anteriores	13.397.896,33	-	2.228.923,16	-	1.211,79	-	11.167.761,38	2.206.846,13	-
0.6.28.000000 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec outras fontes - exerc anteriores	5.892.691,10	-	27.674,10	-	855,90	-	5.864.161,10	164.155,30	-
0.6.40.000000 - Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	43.487,66	-	-	-	-	-	43.487,66	-	-
0.6.60.000000 - Primários - recursos patrimoniais - exercícios anteriores	2,19	-	-	-	-	-	2,19	-	-
0.6.61.000000 - Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos de outras fontes - exercício anterior	33.064,01	-	-	-	-	-	33.064,01	26.253,00	-
0.6.62.000000 - Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercício anterior	2.525,76	-	-	-	-	-	2.525,76	-	-
0.6.69.000000 - Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	246.539,91	-	-	-	-	-	246.539,91	-	-
0.6.85.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec vinculados exercício anterior	14.660.594,76	-	553.197,59	-	-	-	14.107.397,17	495.459,28	-
7.1.00.000000 - Contrapartida de Conv.-Recursos Ordinários-Recursos do Tesouro-Exercício Corrente	16.587,50	-	-	-	-	-	16.587,50	16.587,50	-
7.3.00.000000 - Contrapartida de Convenios-Recursos Ordinários-Recursos do Tesouro-Exercício Anterior	631.064,47	-	3.074,90	-	95,10	-	627.894,47	4.978,01	-
7.6.61.000000 - Contrapartida de Convenios-Fundo Social-Recursos de Outra Fontes-Exercícios Anteriores	19.000,00	-	-	-	-	-	19.000,00	-	-
9.9.99.000000 - Fonte extra orçamentária	11.684.311,57	-	-	-	11.684.311,57	-	-	-	-
Recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino [2]	**264.976.548,70**	**-**	**22.796.970,05**	**-**	**18.723.771,30**	**-**	**223.455.807,35**	**36.726.229,23**	**-**
0.1.00.000000 - Recursos ordinários - recursos do tesouro - RLD	5.115.481,35	-	13.475.472,96	-	2.926.809,30	-	- 11.286.800,91	4.814.091,61	-
0.1.01.000000 - Recursos ordinários - diversos	356.772,88	-	-	-	-	-	356.772,88	-	-
0.1.20.000000 - Cota-parte da contribuição do Salário-Educação - recursos do tesouro - exercício corrente	-	-	36.079,26	-	-	-	- 36.079,26	8.427.371,05	-
0.1.24.000000 - Convênio - Programas de Educação - recursos do tesouro - exercício corrente	43.081.264,27	-	394.314,20	-	-	-	42.686.950,07	1.644.997,79	-
0.1.31.000000 - Recursos do FUNDEB - transferências da União	-	-	8.710.494,39	-	15.506.829,95	-	- 24.217.324,34	16.032.568,53	-
0.1.61.000000 - Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos do tesouro - exercício corrente	1.282.470,89	-	-	-	-	-	1.282.470,89	231.366,39	-
0.1.62.000000 - Receitas diversas - SEITEC - recursos do tesouro - exercício corrente	674.907,55	-	-	-	-	-	674.907,55	101.508,65	-
0.1.85.000000 - Remuneração de disp bancária - Executivo - rec vinculados - rec tesouro - exerc corrente	18.213.527,93	-	-	-	-	-	18.213.527,93	-	-
0.1.86.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária FUNDEB	-	-	3.230,00	-	-	-	- 3.230,00	2.602.933,29	-
0.2.23.000000 - Convênio - Sistema Único Saúde - recursos de outras fontes - exercício corrente	-	-	-	-	-	-	-	134.029,00	-
0.2.28.000000 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec outras fontes-exercício corrente	2.568.495,88	-	-	-	-	-	2.568.495,88	-	-
0.2.40.000000 - Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercício corrente	1.571.065,93	-	-	-	-	-	1.571.065,93	1.359,38	-
0.2.60.000000 - Recursos patrimoniais primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	505.713,15	-	-	-	-	-	505.713,15	-	-
0.2.63.000000 - Receitas diversas - Programa Pró-Emprego	1.166.092,31	-	-	-	-	-	1.166.092,31	-	-
0.2.65.000000 - Receitas diversas - recursos de outras fontes - manutenção do ensino superior	23.045.139,72	-	-	-	-	-	23.045.139,72	1.143.936,31	-
0.2.69.000000 - Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	310.885,38	-	-	-	-	-	310.885,38	-	-
0.2.85.000000 - Remuneração de disp bancária - Executivo - rec vinculados-rec outras fontes-exerc corrente	853.161,32	-	-	-	-	-	853.161,32	3.000,00	-
0.3.00.000000 - Recursos ordinarios - recursos do tesouro - exercícios anteriores	2.056.131,12	-	-	-	-	-	2.056.131,12	657.240,54	-
0.3.01.000000 - Recursos Ordinários Diversos-Fonte do Tesouro - Exercício Anterior	0,18	-	-	-	-	-	0,18	-	-
0.3.20.000000 - Cota-parte da contribuição do Salário Educação - recursos tesouro - exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	4.918,64	-
0.3.24.000000 - Convênio - Programa de Educação - exercícios anteriores	27.199.993,85	-	53.252,62	-	919,18	-	27.145.822,05	7.354,70	-
0.3.40.000000 - Outros serviços - recursos do tesouro - exercício anteriores	11.120,54	-	-	-	-	-	11.120,54	-	-

ESTADO DE SANTA CATARINA - **PODER EXECUTIVO**
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DE RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(f) = (a - (b + c + d + e)-f)		
0.3.61.000000 - Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos do tesouro - exercícios anteriores	70.460,62	-	1.600,00	-	-	-	68.860,62	-	-
0.3.85.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados	29.951.542,72	-	84.702,23	-	2.192,85	-	29.864.647,64	-	-
0.3.91.000000 - Operação de crédito interna - rec tesouro - exerc anteriores - superávit	95.623.125,21	-	37.824,39	-	2.127,51	-	95.583.173,31	-	-
0.6.28.000000 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec outras fontes - exerc anteriores	3.792.387,94	-	-	-	627,35	-	3.791.760,59	244.125,79	-
0.6.40.000000 - Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	744.870,63	-	-	-	-	-	744.870,63	215.406,05	-
0.6.60.000000 - Primários - recursos patrimoniais - exercícios anteriores	25.479,28	-	-	-	-	-	25.479,28	-	-
0.6.61.000000 - Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos de outras fontes - exercício anterior	306.292,54	-	-	-	-	-	306.292,54	51.766,97	-
0.6.62.000000 - Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercício anterior	14.837,66	-	-	-	-	-	14.837,66	-	-
0.6.65.000000 - Receitas diversas - recursos outras fontes - manutenção ens superior - exercício anterior	5.182,03	-	-	-	-	-	5.182,03	-	-
0.6.69.000000 - Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	22.142,32	-	-	-	-	-	22.142,32	-	-
0.6.80.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec outras fontes - exerc anteriores	53,13	-	-	-	-	-	53,13	-	-
0.6.85.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec vinculados exercício anterior	2.576.094,37	-	-	-	-	-	2.576.094,37	-	-
7.1.00.000000 - Contrapartida de Conv.-Recursos Ordinários-Recursos do Tesouro-Exercício Corrente	629.018,58	-	-	-	-	-	629.018,58	-	-
7.3.00.000000 - Contrapartida de Convenios-Recursos Ordinários-Recursos do Tesouro-Exercício Anterior	2.918.572,26	-	-	-	-	-	2.918.572,26	408.254,54	-
9.9.99.000000 - Fonte extra orçamentária	284.265,16	-		-	284.265,16	-	-		-
Recursos destinados ao regime próprio de previdência dos servidores [3]	**400.430.466,52**	-	**166.915,81**	-	**65.811.446,38**	-	**334.452.104,33**	**7.153.128,87**	-
0.1.00.000000 - Recursos ordinários - recursos do tesouro - RLD	416.524,56	-	-	-	47.923.274,62	-	- 47.506.750,06	35.859,12	-
0.1.01.000000 - Recursos ordinários - diversos	10.550,07	-	-	-	-	-	10.550,07	-	-
0.2.40.000000 - Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercício corrente	969.152,01	-	-	-	116.275,60	-	852.876,41	970,00	-
0.2.50.000000 - Contribuição previdenciária - recursos de outras fontes - exercício corrente	133.458.985,07	-	166.915,81	-	9.720.844,02	-	123.571.225,24	7.116.299,75	-
0.2.60.000000 - Recursos patrimoniais primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	216.451,68	-	-	-	-	-	216.451,68	-	-
0.2.61.000000 - Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos de outras fontes - exercício corrente	21.664,89	-	-	-	7.021.664,89	-	- 7.000.000,00	-	-
0.2.69.000000 - Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	11.194,98	-	-	-	-	-	11.194,98	-	-
0.2.85.000000 - Remuneração de disp bancária - Executivo - rec vinculados-rec outras fontes-exerc corrente	35.233.630,19	-	-	-	-	-	35.233.630,19	-	-
0.2.99.000000 - Outras receitas não primárias - recursos de outras fontes - exercício corrente	85,80	-	-	-	-	-	85,80	-	-
0.3.09.000000 - Superávit Financeiro -Recursos Convertidos - Recursos do Tesouro -Receitas Primárias	4.906,22	-	-	-	-	-	4.906,22	-	-
0.6.40.000000 - Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	525.006,61	-	-	-	-	-	525.006,61	-	-
0.6.50.000000 - Contribuição previdenciária	87.782.613,03	-	-	-	-	-	87.782.613,03	-	-
0.6.60.000000 - Primários - recursos patrimoniais - exercícios anteriores	8.986.647,71	-	-	-	-	-	8.986.647,71	-	-
0.6.85.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec vinculados exercício anterior	63.797.273,82	-	-	-	-	-	63.797.273,82	-	-
0.6.89.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Rec. vinc - Fundos IPREV - Ex. Anteriores	58.249.244,32	-	-	-	-	-	58.249.244,32	-	-
0.6.98.000000 - Receita de alienação de bens - exercícios anteriores	1.826.782,89	-	-	-	-	-	1.826.782,89	-	-
0.6.99.000000 - Não primárias - outras receitas	7.890.365,42	-	-	-	-	-	7.890.365,42	-	-
9.9.99.000000 - Fonte extra orçamentária	1.029.387,25	-	-	-	1.029.387,25	-	-	-	-
Demais Recursos Vinculados	**2.062.427.126,70**	-	**18.770.003,09**	-	**277.369.219,82**	-	**1.766.287.903,79**	**239.152.396,02**	-
0.1.11.000000 - Taxas da Segurança Pública - recursos do tesouro - exercício corrente	78.291.423,45	-	1.694.406,38	-	3.164.913,86	-	73.432.103,21	39.787.307,65	-
0.1.20.000000 - Cota-parte da contribuição do Salário-Educação - recursos do tesouro - exercício corrente	24.845.835,48	-	763.798,28	-	10.423,91	-	24.071.613,29	4.598.601,30	-
0.1.21.000000 - Cota-parte contrib intervenção no domínio econ CIDE-Estadual - rec tesouro -exerc corrente	30.450.136,79	-	749.126,22	-	52.727,69	-	29.648.282,88	2.661.493,77	-
0.1.22.000000 - Cota-parte da compensação financeira dos rec hídricos - rec tesouro - exercício corrente	9.599.988,02	-	4.627.892,01	-	1.529,95	-	4.970.566,06	436.664,17	-
0.1.26.000000 - Convênio - Programa de Combate à Fome - recursos do tesouro - exercício corrente	2.775.784,34	-	-	-	-	-	2.775.784,34	-	-
0.1.28.000000 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec tesouro - exercício corrente	8.957.849,55	-	409.770,00	-	-	-	8.548.079,55	225.991,64	-
0.1.29.000000 - Outras transferências - recursos do tesouro - exercício corrente	6.872.664,78	-	2.500,00	-	-	-	6.870.164,78	126.996,78	-
0.1.31.000000 - Recursos do FUNDEB - transferências da União	123.204.586,91	-	1.276.158,65	-	70.124,07	-	121.858.304,19	6.527.979,16	-
0.1.32.000000 - Transferências da União - sit de emergência e calamidade - rec do tesouro - exerc corrente	3.109.620,69	-	-	-	-	-	3.109.620,69	-	-
0.1.61.000000 - Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos do tesouro - exercício corrente	5.601.523,14	-	383.638,15	-	29.607,05	-	5.188.277,94	22.415,82	-
0.1.62.000000 - Receitas diversas - SEITEC - recursos do tesouro - exercício corrente	7.548.583,10	-	133.338,58	-	16.818,50	-	7.398.426,02	2.466.580,65	-
0.1.85.000000 - Remuneração de disp bancária - Executivo - rec vinculados - rec tesouro - exerc corrente	54.781.028,74	-	202.184,95	-	-	-	54.578.843,79	515.276,39	-
0.1.86.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária FUNDEB	10.378.441,54	-	-	-	-	-	10.378.441,54	65.180,99	-
0.1.87.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária Salário Educação	1.554.341,07	-	-	-	-	-	1.554.341,07	-	-
0.1.88.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - CIDE	2.883.024,78	-	-	-	-	-	2.883.024,78	-	-
0.1.91.000000 - Operações de crédito interna - recursos do tesouro - exercício corrente	721.557.934,60	-	-	-	-	-	721.557.934,60	72.008.919,35	-
0.1.92.000000 - Operações de crédito externa - recursos do tesouro - exercício corrente	16.918.313,80	-	-	-	-	-	16.918.313,80	5.003.986,60	-
0.1.98.000000 - Receita da alienação de bens - recursos do tesouro - exercício corrente	420.501,49	-	-	-	-	-	420.501,49	-	-
0.2.23.000000 - Convênio - Sistema Único Saúde - recursos de outras fontes - exercício corrente	-	-	64.444,57	-	20,81	-	- 64.465,38	28.324,23	-
0.2.25.000000 - Convênio - Programa de Assistência Social - recursos de outras fontes - exercício corrente	2.215.768,60	-	-	-	-	-	2.215.768,60	-	-

ESTADO DE SANTA CATARINA - **PODER EXECUTIVO**
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DE RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(f) = (a - (b + c + d + e)-f)		
0.2.28.000000 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec outras fontes-exercício corrente	20.481.138,25	-	24.835,32	-	55.162,85	-	20.401.140,08	6.950.758,51	-
0.2.29.000000 - Outras transferências - recursos de outras fontes - exercício corrente	16.034.780,89	-	548.691,59	-	10.740,76	-	15.475.348,54	2.631.512,17	-
0.2.32.000000 - Transferências da União - situação de emergência e calamidade	785.641,22	-	-	-	-	-	785.641,22	785.641,22	-
0.2.61.000000 - Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos de outras fontes - exercício corrente	9.040.568,90	-	-	-	1.687,75	-	9.038.881,15	102.700,35	-
0.2.63.000000 - Receitas diversas - Programa Pró-Emprego	3.459.419,17	-	1.194.496,65	-	105.503,35	-	2.159.419,17	1.772.116,34	-
0.2.66.000000 - Receitas diversas - receita Agroindustrial - FDR	3.380.910,42	-	2.368.022,96	-	-	-	1.012.887,46	16.893,87	-
0.2.85.000000 - Remuneração de disp bancária - Executivo - rec vinculados-rec outras fontes-exerc corrente	63.597.402,39	-	2.809,48	-	-	-	63.594.592,91	39.177,08	-
0.2.98.000000 - Receita da alienação de bens - recursos de outras fontes - exercício corrente	3.261.076,20	-	84.120,77	-	-	-	3.176.955,43	80.514,23	-
0.3.02.000000 - Recursos do Tesouro - Programa Revigorar III - Exercícios Anteriores	3.665,44	-	-	-	-	-	3.665,44	-	-
0.3.11.000000 - Taxas da Segurança Pública e Defesa do Cidadão - rec tesouro - exercícios anteriores	5.560.044,86	-	-	-	-	-	5.560.044,86	221.077,63	-
0.3.20.000000 - Cota-parte da contribuição do Salário Educação - recursos tesouro - exercícios anteriores	514.426,29	-	6.982,00	-	370,30	-	507.073,99	0,53	-
0.3.21.000000 - Cota-parte da contrib de interv no domínio econômico - CIDE-Estadual	5.126.813,42	-	-	-	-	-	5.126.813,42	214.644,48	-
0.3.25.000000 - Convênio-Programa de Assistência Social-Exercícios Anteriores	5.194,57	-	-	-	-	-	5.194,57	-	-
0.3.26.000000 - Convênio - Programa de Combate à Fome - exercícios anteriores	113.874,11	-	2.714,54	-	-	-	111.159,57	15.004,99	-
0.3.28.000000 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - exercícios anteriores	8.643.214,82	-	48.059,09	-	-	-	8.595.155,73	279.078,59	-
0.3.29.000000 - Outras transferências - recursos do tesouro - exercícios anteriores	1.377.720,00	-	-	-	-	-	1.377.720,00	-	-
0.3.32.000000 - Transferências da União - sit de emergência e calamidade-rec do tesouro - exerc anteriores	1.159.831,27	-	-	-	-	-	1.159.831,27	-	-
0.3.61.000000 - Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos do tesouro - exercícios anteriores	455.028,95	-	-	-	-	-	455.028,95	247.217,09	-
0.3.62.000000 - Receitas diversas - SEITEC	218.310,52	-	-	-	-	-	218.310,52	-	-
0.3.85.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados	53.984.221,26	-	133.192,83	-	32.212,81	-	53.818.815,62	3.126.807,99	-
0.3.87.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Salário Educação	35.590,41	-	-	-	-	-	35.590,41	-	-
0.3.88.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - CIDE - recursos tesouro - exercícios anteriores	2.678.682,15	-	-	-	-	-	2.678.682,15	-	-
0.3.91.000000 - Operação de crédito interna - rec tesouro - exerc anteriores - superávit	129.040.925,70	-	3.097.017,17	-	35.882,91	-	125.908.025,62	29.320.330,20	-
0.3.92.000000 - Operação de crédito externa - exercícios anteriores	609.447,44	-	-	-	-	-	609.447,44	-	-
0.3.95.000000 - Recursos de depósitos sob aviso à disposição da justiça - exercícios anteriores	2.346.926,76	-	-	-	-	-	2.346.926,76	-	-
0.3.98.000000 - Receita de Alienação de Bens-Exercícios Anteriores	7.470,00	-	-	-	-	-	7.470,00	-	-
0.6.23.000000 - Convênio - Sistema Único de Saúde - recursos do tesouro - exercícios anteriores	-	-	2.200,00	-	-	-	- 2.200,00	5.760,00	-
0.6.25.000000 - Convênio - Programa de Assitência Social - recursos outras fontes - exercícios anteriores	2.468.884,26	-	-	-	10.081,63	-	2.458.802,63	969.189,72	-
0.6.28.000000 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec outras fontes - exerc anteriores	73.294.052,38	-	581.726,21	-	54.602,82	-	72.657.723,35	3.291.634,29	-
0.6.29.000000 - Outras transferências - exercícios anteriores - recursos de outras fontes	9.461.938,48	-	138.885,20	-	7.165,00	-	9.315.888,28	3.450.418,06	-
0.6.32.000000 - Transferências da União - situação de emergência e calamidade pública - exercício anterior	54.693,36	-	-	-	-	-	54.693,36	629,46	-
0.6.59.000000 - Outras contribuições - recursos de outras fontes - exercício anterior	65.364,62	-	-	-	-	-	65.364,62	65.364,62	-
0.6.61.000000 - Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos de outras fontes - exercício anterior	108.191,55	-	-	-	-	-	108.191,55	6.071,10	-
0.6.62.000000 - Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercício anterior	333.848,56	-	-	-	-	-	333.848,56	-	-
0.6.85.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec vinculados exercício anterior	195.671.553,70	-	33.194,86	-	-	-	195.638.358,84	1.016.343,18	-
0.6.98.000000 - Receita de alienação de bens - exercícios anteriores	2.551.527,48	-	24.879,96	-	-	-	2.526.647,52	338.919,84	-
2.1.91.000000 - Contrapartida de Operações de Crédito Interna-BID-Rec.Tesouro-Exerc.Corrente	31.262.076,10	-	-	-	-	-	31.262.076,10	31.262.076,10	-
2.3.91.000000 - Contrapartida-BID- Operações de Crédito Interna- Recurso Tesouro-Exercício Anteriores	18.694,41	-	-	-	-	-	18.694,41	18.694,41	-
4.1.91.000000 - Contrapartida de Outros Empréstimos-Op.Crédito Interna-Rec.Tesouro	17.127.000,00	-	-	-	-	-	17.127.000,00	17.127.000,00	-
7.1.00.000000 - Contrapartida de Conv.-Recursos Ordinários-Recursos do Tesouro-Exercício Corrente	1.160.647,15	-	54.584,00	-	-	-	1.106.063,15	49.412,98	-
7.1.11.000000 - Contrapartida de Convenios-Tx. da Segurança Pública-Rec.Tesouro-Exercício Corrente	186.751,22	-	-	-	-	-	186.751,22	-	-
7.1.19.000000 - Contrapartida de Outras Taxas Vinculadas - Exercício Corrente	743.776,00	-	-	-	-	-	743.776,00	-	-
7.1.29.000000 - Contrapartida de Convênios-Outras Transferências-Rec. do Tesouro-Exercício Corrente	534.001,51	-	-	-	-	-	534.001,51	-	-
7.2.29.000000 - Contrapartida de Convênios-Outras Transferências- Rec. de outras Fontes - Exercício Corren	34.500,00	-	-	-	-	-	34.500,00	-	-
7.2.40.000000 - Contrapartida de Convênios - Rec. de Serviços - Rec. de Outras fontes - Exerc. Corrente	760.000,00	-	-	-	-	-	760.000,00	-	-
7.2.69.000000 - Contrapartida de Convênios-Outros Recursos Primários-Ex. Corrente- Rec.Outras Fontes	88.893,68	-	-	-	-	-	88.893,68	78.594,87	-
7.3.00.000000 - Contrapartida de Convenios-Recursos Ordinários-Recursos do Tesouro-Exercício Anterior	2.537.085,12	-	116.332,67	-	-	-	2.420.752,45	77.986,54	-
7.3.11.000000 - Contrapartida de Convenios-Taxas da Segurança Pública e Def. do Cidadão-Rec.Tesouro-Ex.Ant	1.931.812,34	-	-	-	-	-	1.931.812,34	49.068,82	-
7.3.29.000000 - Contrapartida de Convênios-Outras Transferências-Rec. do Tesouro-Exercícios Anteriores	1.550.084,71	-	-	-	-	-	1.550.084,71	195.572,69	-
7.6.29.000000 - Contrapartida de Convênios-Outras Transferências- Exerc. Ant - Rec. Outras Fontes	865.000,00	-	-	-	-	-	865.000,00	-	-
7.6.40.000000 - Contrapartida de Convenios-Recursos de serviços-Exercícios Anteriores	265.040,14	-	-	-	-	-	265.040,14	19.776,00	-
7.6.60.000000 - Contrapartida de Convenios-Recursos Patrimoniais-Exercícios Anteriores	2.000,00	-	-	-	-	-	2.000,00	-	-
7.6.61.000000 - Contrapartida de Convenios-Fundo Social-Recursos de Outra Fontes-Exercícios Anteriores	46.020,10	-	-	-	-	-	46.020,10	19.000,00	-
7.6.62.000000 - Contrapartida de Convênios-Rec. Diversos-Seitec-Exerc.Anteriores	80.578,60	-	-	-	-	-	80.578,60	-	-
7.6.69.000000 - Contrapartida de Convênios-Outros Recursos Primários-Rec.de Outras Fontes-Ex. Anterior	1.622.792,17	-	-	-	-	-	1.622.792,17	831.689,57	-
9.9.99.000000 - Fonte extra orçamentária	273.710.642,78	-	-	-	273.709.643,80	-	998,98	-	-

ESTADO DE SANTA CATARINA - **PODER EXECUTIVO**
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DE RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(f) = (a - (b + c + d + e)-f)		
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	**508.700.008,55**	**-**	**105.226.501,03**	**-**	**135.083.557,83**	**-**	**268.389.949,69**	**201.780.622,02**	**-**
0.1.00.000000 - Recursos ordinários - recursos do tesouro - RLD	-	-	95.409.986,50	-	131.597.570,25	-	- 227.007.556,75	63.005.797,25	-
0.1.01.000000 - Recursos ordinários - diversos	615.938,24	-	-	-	-	-	615.938,24	-	-
0.1.10.000000 - Taxa judiciária - recursos do tesouro - exercício corrente	2.163,69	-	-	-	-	-	2.163,69	-	-
0.1.19.000000 - Outras taxas - vinculadas - recursos do tesouro - exercício corrente	9.117.002,26	-	88.487,69	-	27.087,70	-	9.001.426,87	1.383.376,57	-
0.1.40.000000 - Outros serviços - recursos do tesouro - exercício corrente	366.704,00	-	-	-	-	-	366.704,00	12.111,00	-
0.1.60.000000 - Recursos patrimoniais primários - recursos do tesouro - exercício corrente	2.551,50	-	-	-	-	-	2.551,50	-	-
0.1.69.000000 - Outros recursos primários - recursos do tesouro - exercício corrente	5.859.540,38	-	1.150.197,45	-	2.845.017,47	-	1.864.325,46	445.825,00	-
0.1.80.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec tesouro - exercício corrente	136.740,09	-	-	-	-	-	136.740,09	-	-
0.1.99.000000 - Outras receitas não primárias - recursos do tesouro - exercício corrente	39.500,28	-	-	-	-	-	39.500,28	-	-
0.2.40.000000 - Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercício corrente	88.036.932,27	-	6.641.184,83	-	341.970,46	-	81.053.776,98	33.614.145,96	-
0.2.60.000000 - Recursos patrimoniais primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	8.328.596,90	-	40.563,39	-	7.425,04	-	8.280.608,47	763.502,50	-
0.2.69.000000 - Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	64.447.383,76	-	921.359,76	-	7.120,30	-	63.518.903,70	19.715.691,42	-
0.2.80.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec outras fontes-exercício corrente	10.130.075,41	-	-	-	-	-	10.130.075,41	-	-
0.2.99.000000 - Outras receitas não primárias - recursos de outras fontes - exercício corrente	8.674.588,73	-	439.872,00	-	-	-	8.234.716,73	3.432,60	-
0.3.00.000000 - Recursos ordinarios - recursos do tesouro - exercícios anteriores	43.591,44	-	-	-	-	-	43.591,44	924.540,13	-
0.3.01.000000 - Recursos Ordinários Diversos-Fonte do Tesouro - Exercício Anterior	8.751,49	-	-	-	-	-	8.751,49	-	-
0.3.09.000000 - Superávit Financeiro -Recursos Convertidos - Recursos do Tesouro -Receitas Primárias	148.551,57	-	-	-	-	-	148.551,57	44.887,50	-
0.3.10.000000 - Taxa Judiciária - recursos do tesouro - exercícios anteriores	1.879,56	-	-	-	-	-	1.879,56	-	-
0.3.19.000000 - Outras taxas - vinculadas - recursos do tesouro - exercício anterior	1.054.919,76	-	642,75	-	23,10	-	1.054.253,91	155.500,42	-
0.3.80.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec tesouro - exercícios anteriores	238,81	-	-	-	-	-	238,81	-	-
0.3.97.000000 - Superavit Financeiro - Recursos Convertidos - Receitas Não Primárias	105.480,51	-	-	-	-	-	105.480,51	68.983,01	-
0.6.40.000000 - Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	234.220.054,08	-	252.201,38	-	4.212,57	-	233.963.640,13	77.608.777,85	-
0.6.60.000000 - Primários - recursos patrimoniais - exercícios anteriores	16.635.520,86	-	23.397,48	-	3.532,57	-	16.608.590,81	283.785,54	-
0.6.69.000000 - Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	33.117.182,92	-	258.607,80	-	244.108,00	-	32.614.467,12	2.899.881,37	-
0.6.80.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec outras fontes - exerc anteriores	27.605.736,14	-	-	-	5.490,37	-	27.600.245,77	850.000,00	-
0.6.99.000000 - Não primárias - outras receitas	383,90	-	-	-	-	-	383,90	383,90	-
TOTAL (III) = (I + II)	**3.492.340.002,62**	**-**	**344.681.711,90**	**-**	**517.546.024,49**	**-**	**2.630.112.266,23**	**606.933.463,44**	**-**

FONTE: SIGEF/SC - SEF/DCOG/COINF

NOTAS EXPLICATIVAS:

[1] Conforme Relatório Cálculo do Superávit - UG 480001 - Secretaria de Estado da Saúde, UG 480091 - Fundo Estadual de Saúde e UG 480092 - Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saude.

[2] Conforme Relatórios Cálculo do Superávit das UGs 450001 - Secretaria de Estado da Educação, 450021 - Fundação Catarinense de Educação Especial, 450022 - Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina, 450091 - Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvol. da Educ. Superior e 450092 - Fundo Estadual de Educação.

[3] Conforme Relatórios Cálculo do Superávit das Ugs do IPREV 470022 e 470076 - Fundo Financeiro. A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Florianópolis, 30 de janeiro de 2018

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
GOVERNADOR DO ESTADO

RENATO DIAS MARQUES DE LACERDA
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 025039/O-2

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
MATRÍCULA Nº 209.888-1

AUGUSTO PUHL PIAZZA
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL
MATRÍCULA Nº 378.720-6

FRANC RIBEIRO CORREA
DIRETOR DO TESOURO ESTADUAL
MATRÍCULA Nº 363.776.0.01

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - REPUBLICAÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - Anexo 6 (LRF, art. 48) R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	21.132.256.296,12

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	12.661.042.316,24	59,92
Limite Máximo (incisos I, II e III, art.20 da LRF)	12.677.324.292,86	60,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	12.043.458.078,22	57,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	10.797.795.560,47	51,10
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	42.264.512.592,24	200,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	659.414.641,65	3,12
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.649.096.385,15	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	1.063.097.193,70	5,03
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Externas e Internas	3.381.161.007,38	16,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	1.479.257.940,73	7,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - REPUBLICAÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - Anexo 6 (LRF, art. 48) R$ 1,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	673.893.358,49	3.674.433.502,94

FONTE: Anexos do RGF Consolidado - 3º Quadrimestre 2017 - SEF/DCOG/COINF

Florianópolis, 08 de março de 2018.

EDUARDO PINHO MOREIRA
GOVERNADOR DO ESTADO - EM EXERCÍCIO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 025.039/O-2

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E
DA DÍVIDA PÚBLICA
MATRÍCULA Nº 209.888-1

AUGUSTO PUHL PIAZZA
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL
MATRÍCULA Nº 378.720-6

MICHELE PATRICIA RONCALIO
DIRETORA DO TESOURO ESTADUAL
CONTADORA CRCSC 025092/O-0

ESTADO DE SANTA CATARINA - **PODER EXECUTIVO**

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - REPUBLICAÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - Anexo 6 (LRF, art. 48) R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	21.132.256.296,12

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	10.507.257.434,97	49,73
Limite Máximo (incisos I, II e III, art.20 da LRF)	10.353.148.172,50	49,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	9.835.490.763,88	46,55

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	10.797.795.560,47	51,10
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	42.264.512.592,24	200,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	659.414.641,65	3,12
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.649.096.385,15	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	1.063.097.193,70	5,03
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Externas e Internas	3.381.161.007,38	16,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	1.479.257.940,73	7,00

ESTADO DE SANTA CATARINA - **PODER EXECUTIVO**

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - REPUBLICAÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - Anexo 6 (LRF, art. 48) R$ 1,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	606.933.463,44	2.630.112.266,23

FONTE: Anexos do RGF - 3º Quadrimestre 2017 - SEF/DCOG/COINF

Florianópolis, 08 de março de 2018.

EDUARDO PINHO MOREIRA
GOVERNADOR DO ESTADO - EM EXERCÍCIO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 025.039/O-2

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E
DA DÍVIDA PÚBLICA
MATRÍCULA Nº 209.888-1

AUGUSTO PUHL PIAZZA
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL
MATRÍCULA Nº 378.720-6

MICHELE PATRICIA RONCALIO
DIRETORA DO TESOURO ESTADUAL
CONTADORA CRCSC 025.092/O-0

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
CRÉDITOS ESPECIAIS (I)	**153.148.172,22**	**50.196.760,13**	**63.568.872,86**	**139.776.059,49**
03091 - Fundo de Reaparelhamento da Justiça	**110.000,00**	**-**	**-**	**110.000,00**
FUNÇÃO: 2 Judiciária/ SUBFUNÇÃO: 61 Ação Judiciária / PROGRAMA: 931 Infraestrutura Judiciário	110.000,00	-	-	110.000,00
AÇÃO: 168 reforma / SUBAÇÃO: 006689 Reform o Fórum de Itajaí-TJ	110.000,00	-	-	110.000,00
ATO LEGAL: Decreto nº 1164 DE 29/05/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / Fonte Recurso: 0.269.000000	110.000,00	-	-	110.000,00
16091 - Fundo para Melhoria da Segurança Pública	**33.743.351,34**	**10.928.915,92**	**14.443.289,97**	**30.228.977,29**
FUNÇÃO: 6 Segurança Pública/ SUBFUNÇÃO: 181 Policiamento / PROGRAMA: 707 SUPORTE INST. INTEGRADO	33.743.351,34	10.928.915,92	14.443.289,97	30.228.977,29
AÇÃO: 246 gest / SUBAÇÃO: 013186 Acordos e Convênios - SSP	33.743.351,34	10.928.915,92	14.443.289,97	30.228.977,29
ATO LEGAL: Decreto nº 1045 DE 02/02/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / Fonte Recurso: 0.311.000000	73.872,56	-	-	73.872,56
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / Fonte Recurso: 0.628.000000	26.921.625,60	-	-	26.921.625,60
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / Fonte Recurso: 0.685.000000	4.690.973,30	-	-	4.690.973,30
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / Fonte Recurso: 7.311.000000	2.056.879,88	-	-	2.056.879,88
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 140 DE 16/02/2017				
NATUREZA DESPESA: 33.90.30 Material de Consumo / Fonte Recurso: 0.685.000000	-	150.000,00	-	150.000,00
NATUREZA DESPESA: 33.90.30 Material de Consumo / Fonte Recurso: 7.311.000000	-	50.000,00	-	50.000,00
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / Fonte Recurso: 0.685.000000	-	-	150.000,00	(150.000,00)

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / Fonte Recurso: 7.311.000000	-	-	50.000,00	(50.000,00)
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 143 DE 17/02/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / Fonte Recurso: 0.685.000000	-	-	15.000,00	(15.000,00)
NATUREZA DESPESA: 44.90.93 Indenizações e Restituições / Fonte Recurso: 0.685.000000	-	15.000,00	-	15.000,00
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 55 DE 21/02/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.90.93 Indenizações e Restituições / Fonte Recurso: 0.285.000000	-	110,00	-	110,00
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 266 DE 28/03/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / Fonte Recurso: 0.311.000000	-	-	73.872,56	(73.872,56)
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 113 DE 03/04/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / Fonte Recurso: 0.685.000000	-	-	523.093,96	(523.093,96)
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 308 DE 06/04/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / Fonte Recurso: 0.628.000000	-	-	7.996.453,01	(7.996.453,01)
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / Fonte Recurso: 0.685.000000	-	-	2.207.389,80	(2.207.389,80)
NATUREZA DESPESA: 44.90.93 Indenizações e Restituições / Fonte Recurso: 0.628.000000	-	7.996.453,01	-	7.996.453,01
NATUREZA DESPESA: 44.90.93 Indenizações e Restituições / Fonte Recurso: 0.685.000000	-	2.207.389,80	-	2.207.389,80
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 122 DE 10/04/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.90.93 Indenizações e Restituições / Fonte Recurso: 0.285.000000	-	198.349,44	-	198.349,44
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 321 DE 11/04/2017				

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / Fonte Recurso: 7.311.000000	-	-	173.613,67	(173.613,67)
NATUREZA DESPESA: 44.90.93 Indenizações e Restituições / Fonte Recurso: 7.311.000000	-	173.613,67	-	173.613,67
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 462 DE 23/05/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / Fonte Recurso: 0.628.000000	-	-	63.000,00	(63.000,00)
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / Fonte Recurso: 0.685.000000	-	-	61.000,00	(61.000,00)
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / Fonte Recurso: 7.311.000000	-	-	9.000,00	(9.000,00)
NATUREZA DESPESA: 44.90.93 Indenizações e Restituições / Fonte Recurso: 0.628.000000	-	63.000,00	-	63.000,00
NATUREZA DESPESA: 44.90.93 Indenizações e Restituições / Fonte Recurso: 0.685.000000	-	61.000,00	-	61.000,00
NATUREZA DESPESA: 44.90.93 Indenizações e Restituições / Fonte Recurso: 7.311.000000	-	9.000,00	-	9.000,00
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 177 DE 26/05/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.90.93 Indenizações e Restituições / Fonte Recurso: 0.285.000000	-	5.000,00	-	5.000,00
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 187 DE 02/06/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / Fonte Recurso: 0.628.000000	-	-	1.546.286,97	(1.546.286,97)
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 214 DE 22/06/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / Fonte Recurso: 0.628.000000	-	-	65.000,00	(65.000,00)
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 223 DE 29/06/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / Fonte Recurso: 0.628.000000	-	-	82.000,00	(82.000,00)
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 227 DE 05/07/2017				

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / Fonte Recurso: 0.628.000000	-	-	147.100,00	(147.100,00)
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 242 DE 18/07/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / Fonte Recurso: 0.628.000000	-	-	73.000,00	(73.000,00)
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 321 DE 05/09/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / Fonte Recurso: 0.628.000000	-	-	400.000,00	(400.000,00)
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 373 DE 11/10/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / Fonte Recurso: 7.311.000000	-	-	100.000,00	(100.000,00)
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 379 DE 20/10/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / Fonte Recurso: 0.628.000000	-	-	700.000,00	(700.000,00)
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 386 DE 26/10/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / Fonte Recurso: 0.685.000000	-	-	7.480,00	(7.480,00)
23001 - Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte	**51.766,10**	**-**	**-**	**51.766,10**
FUNÇÃO: 23 Comércio e Serviços/ SUBFUNÇÃO: 813 Lazer / PROGRAMA: 650 Pró-Esporte	51.766,10	-	-	51.766,10
AÇÃO: 578 . / SUBAÇÃO: 013476 Centro de Arena Multiuso	51.766,10	-	-	51.766,10
ATO LEGAL: Decreto nº 1085 DE 08/03/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.90.92 Despesas de Exercícios Anteriores / Fonte Recurso: 0.391.000000	51.766,10	-	-	51.766,10
26001 - Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação	**1.883.544,34**	**1.169.190,12**	**511.864,12**	**2.540.870,34**
FUNÇÃO: 8 Assistência Social/ SUBFUNÇÃO: 244 Assistência Comunitária / PROGRAMA: 101 Acelera SC	1.474.036,02	208.716,39	324.593,16	1.358.159,25
AÇÃO: 60 construção / SUBAÇÃO: 012616 Constr Ref CRAS	1.244.359,40	-	324.593,16	919.766,24
ATO LEGAL: Decreto nº 1085 DE 08/03/2017				

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / Fonte Recurso: 0.391.000000	1.244.359,40	-	-	1.244.359,40
ATO LEGAL: Decreto Nº 1151 DE 11/05/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / Fonte Recurso: 0.391.000000	-	-	229.676,62	(229.676,62)
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 223 DE 29/06/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / Fonte Recurso: 0.391.000000	-	-	94.916,54	(94.916,54)
AÇÃO: 60 construção / SUBAÇÃO: 012617 Constr CREAS	110.696,65	174.352,00	-	285.048,65
ATO LEGAL: Decreto nº 1151 DE 11/05/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / Fonte Recurso: 0.391.000000	110.696,65	-	-	110.696,65
ATO LEGAL: Decreto Nº 1202 DE 26/06/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / Fonte Recurso: 0.391.000000	-	113.799,85	-	113.799,85
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 223 DE 29/06/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / Fonte Recurso: 0.391.000000	-	60.552,15	-	60.552,15
AÇÃO: 510 . / SUBAÇÃO: 012564 implantação de rede	118.979,97	34.364,39	-	153.344,36
ATO LEGAL: Decreto nº 1151 DE 11/05/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / Fonte Recurso: 0.391.000000	118.979,97	-	-	118.979,97
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 223 DE 29/06/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / Fonte Recurso: 0.391.000000	-	34.364,39	-	34.364,39
FUNÇÃO: 8 Assistência Social/ SUBFUNÇÃO: 244 Assistência Comunitária / PROGRAMA: 550 Erradicação Fome em SC	409.508,32	960.473,73	187.270,96	1.182.711,09
AÇÃO: 343 . / SUBAÇÃO: 012486 Implem Cons SISAN	326.436,10	15.070,00	13.126,52	328.379,58
ATO LEGAL: Decreto nº 1045 DE 02/02/2017				

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
NATUREZA DESPESA: 33.90.32 Material, Bem ou Serviço de Distribuição Gratuita / Fonte Recurso: 0.326.000000	4.416,72	-	-	4.416,72
NATUREZA DESPESA: 33.90.33 Passagens e Despesas com Locomoção / Fonte Recurso: 0.326.000000	20.759,21	-	-	20.759,21
NATUREZA DESPESA: 33.90.33 Passagens e Despesas com Locomoção / Fonte Recurso: 0.385.000000	20.000,00	-	-	20.000,00
NATUREZA DESPESA: 33.90.36 Outros Serviços Terceiros-Pessoa Física / Fonte Recurso: 0.326.000000	7.562,28	-	-	7.562,28
NATUREZA DESPESA: 33.90.36 Outros Serviços Terceiros-Pessoa Física / Fonte Recurso: 0.385.000000	20.000,00	-	-	20.000,00
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.326.000000	170.075,14	-	-	170.075,14
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.385.000000	41.381,27	-	-	41.381,27
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 7.300.000000	28.725,20	-	-	28.725,20
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / Fonte Recurso: 0.326.000000	13.516,28	-	-	13.516,28
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 375 DE 16/10/2017				
NATUREZA DESPESA: 33.90.33 Passagens e Despesas com Locomoção / Fonte Recurso: 0.100.000000	-	1.350,00	-	1.350,00
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 1014 DE 26/10/2017				
NATUREZA DESPESA: 33.90.33 Passagens e Despesas com Locomoção / Fonte Recurso: 0.326.000000	-	2.050,00	-	2.050,00
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.326.000000	-	-	2.050,00	(2.050,00)
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 1080 DE 13/11/2017				
NATUREZA DESPESA: 33.90.33 Passagens e Despesas com Locomoção / Fonte Recurso: 0.326.000000	-	2.000,00	-	2.000,00

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.326.000000	-	-	2.000,00	(2.000,00)
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 407 DE 14/11/2017				
NATUREZA DESPESA: 33.90.33 Passagens e Despesas com Locomoção / Fonte Recurso: 0.100.000000	-	170,00	-	170,00
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 414 DE 22/11/2017				
NATUREZA DESPESA: 33.90.33 Passagens e Despesas com Locomoção / Fonte Recurso: 0.100.000000	-	500,00	-	500,00
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 1142 DE 24/11/2017				
NATUREZA DESPESA: 33.90.33 Passagens e Despesas com Locomoção / Fonte Recurso: 0.326.000000	-	9.000,00	-	9.000,00
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.326.000000	-	-	9.000,00	(9.000,00)
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 443 DE 05/12/2017				
NATUREZA DESPESA: 33.90.33 Passagens e Despesas com Locomoção / Fonte Recurso: 0.100.000000	-	-	76,52	(76,52)
AÇÃO: 1000 . / SUBAÇÃO: 012487 Impl Eqpt Comb Fom e Seg Alim	83.072,22	945.403,73	174.144,44	854.331,51
ATO LEGAL: Decreto nº 1165 DE 29/05/2017				
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.100.000000	21.944,11	-	-	21.944,11
ATO LEGAL: Decreto nº 1164 DE 29/05/2017				
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.100.000000	61.128,11	-	-	61.128,11
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 187 DE 02/06/2017				
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.100.000000	-	4.000,00	-	4.000,00
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 500 DE 02/06/2017				
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.100.000000	-	-	87.072,22	(87.072,22)

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 7.100.000000	-	87.072,22	-	87.072,22
ATO LEGAL: Decreto Nº 1200 DE 23/06/2017				
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.326.000000	-	1.023,75	-	1.023,75
ATO LEGAL: Decreto Nº 1348 DE 26/10/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / Fonte Recurso: 0.126.000000	-	853.307,76	-	853.307,76
ATO LEGAL: Decreto Nº 1427 DE 20/12/2017				
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 7.100.000000	-	-	87.072,22	(87.072,22)
26093 - Fundo Estadual de Assistência Social	**1.209.780,00**	**2.587.935,59**	**11.621,00**	**3.786.094,59**
FUNÇÃO: 8 Assistência Social/ SUBFUNÇÃO: 244 Assistência Comunitária / PROGRAMA: 510 SUAS	1.209.780,00	2.587.935,59	11.621,00	3.786.094,59
AÇÃO: 280 capac / SUBAÇÃO: 002026 Capac Cont SUAS	1.209.780,00	2.587.935,59	11.621,00	3.786.094,59
ATO LEGAL: Decreto nº 1041 DE 02/02/2017				
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.225.000000	410.361,00	-	-	410.361,00
ATO LEGAL: Decreto nº 1046 DE 02/02/2017				
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.225.000000	799.419,00	-	-	799.419,00
ATO LEGAL: Decreto Nº 1051 DE 08/02/2017				
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.625.000000	-	1.926.546,61	-	1.926.546,61
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.685.000000	-	532.900,16	-	532.900,16
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 93 DE 22/03/2017				
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.225.000000	-	-	11.621,00	(11.621,00)

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 229 DE 06/07/2017				
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.285.000000	-	128.488,82	-	128.488,82
26096 - Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	**7.350.000,00**	**2.075.000,00**	**-**	**9.425.000,00**
FUNÇÃO: 8 Assistência Social/ SUBFUNÇÃO: 241 Assistência ao Idoso / PROGRAMA: 101 Acelera SC	4.050.000,00	-	-	4.050.000,00
AÇÃO: 522 . / SUBAÇÃO: 012741 Construção de centros dia	4.050.000,00	-	-	4.050.000,00
ATO LEGAL: Decreto nº 1045 DE 02/02/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / Fonte Recurso: 0.391.000000	4.050.000,00	-	-	4.050.000,00
FUNÇÃO: 8 Assistência Social/ SUBFUNÇÃO: 244 Assistência Comunitária / PROGRAMA: 101 Acelera SC	3.300.000,00	2.075.000,00	-	5.375.000,00
AÇÃO: 383 . / SUBAÇÃO: 012740 aquisição mobiliário	300.000,00	75.000,00	-	375.000,00
ATO LEGAL: Decreto nº 1045 DE 02/02/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / Fonte Recurso: 0.391.000000	300.000,00	-	-	300.000,00
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 396 DE 08/11/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / Fonte Recurso: 0.391.000000	-	75.000,00	-	75.000,00
AÇÃO: 973 . / SUBAÇÃO: 012742 Const. Ampl. Inst. SST	3.000.000,00	2.000.000,00	-	5.000.000,00
ATO LEGAL: Decreto nº 1045 DE 02/02/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / Fonte Recurso: 0.391.000000	3.000.000,00	-	-	3.000.000,00
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 396 DE 08/11/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / Fonte Recurso: 0.391.000000	-	2.000.000,00	-	2.000.000,00
27021 - Fundação do Meio Ambiente	**155.914,79**	**-**	**-**	**155.914,79**
FUNÇÃO: 18 Gestão Ambiental/ SUBFUNÇÃO: 541 Preservação e Conservação Ambi / PROGRAMA: 335 SC Rural - MB3	155.914,79	-	-	155.914,79

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
AÇÃO: 384 . / SUBAÇÃO: 010264 SCRural-MB3-FATMA	155.914,79	-	-	155.914,79
ATO LEGAL: Decreto nº 1164 DE 29/05/2017				
NATUREZA DESPESA: 33.90.35 Serviços de Consultoria / Fonte Recurso: 1.100.000000	155.914,79	-	-	155.914,79
41051 - Agência de Desenvolvimento Regional de Blumenau	**110.000,00**	**-**	**109.608,82**	**391,18**
FUNÇÃO: 12 Educação/ SUBFUNÇÃO: 364 Ensino Superior / PROGRAMA: 630 Gestão do Ensino Superior	110.000,00	-	109.608,82	391,18
AÇÃO: 648 . / SUBAÇÃO: 013632 SAES - SDR Blumenau	110.000,00	-	109.608,82	391,18
ATO LEGAL: Decreto nº 1304 DE 20/09/2017				
NATUREZA DESPESA: 33.90.30 Material de Consumo / Fonte Recurso: 0.100.000000	30.000,00	-	-	30.000,00
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.100.000000	80.000,00	-	-	80.000,00
ATO LEGAL: Decreto Nº 1427 DE 20/12/2017				
NATUREZA DESPESA: 33.90.30 Material de Consumo / Fonte Recurso: 0.100.000000	-	-	30.000,00	(30.000,00)
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.100.000000	-	-	79.608,82	(79.608,82)
41095 - Fundo Est Apoio Hospitais Filantrópicos, Hemosc, Cepon e Hosp Municipais	**28.510.000,00**	**9.181.227,83**	**25.594.073,04**	**12.097.154,79**
FUNÇÃO: 10 Saúde/ SUBFUNÇÃO: 302 Assistência Hospitalar e Ambul / PROGRAMA: 430 Média e Alta Complexidade	28.510.000,00	9.181.227,83	25.594.073,04	12.097.154,79
AÇÃO: 23 apliação / SUBAÇÃO: 014019 apoio hospitais filantrópicos	28.510.000,00	9.181.227,83	25.594.073,04	12.097.154,79
ATO LEGAL: Decreto nº 1226 DE 14/07/2017				
NATUREZA DESPESA: 33.41.41 Contribuições / Fonte Recurso: 0.100.000000	14.000.000,00	-	-	14.000.000,00
NATUREZA DESPESA: 33.41.41 Contribuições / Fonte Recurso: 0.161.000000	350.000,00	-	-	350.000,00
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 643 DE 14/07/2017				
NATUREZA DESPESA: 33.41.92 Despesas de Exercícios Anteriores / Fonte Recurso: 0.100.000000	-	2.193.257,29	-	2.193.257,29

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
ATO LEGAL: Decreto nº 1226 DE 14/07/2017				
NATUREZA DESPESA: 33.50.41 Contribuições / Fonte Recurso: 0.100.000000	14.000.000,00	-	-	14.000.000,00
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 643 DE 14/07/2017				
NATUREZA DESPESA: 33.50.41 Contribuições / Fonte Recurso: 0.100.000000	-	-	7.310.316,71	(7.310.316,71)
ATO LEGAL: Decreto nº 1226 DE 14/07/2017				
NATUREZA DESPESA: 33.50.41 Contribuições / Fonte Recurso: 0.162.000000	160.000,00	-	-	160.000,00
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 643 DE 14/07/2017				
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.100.000000	-	1.212.436,81	-	1.212.436,81
NATUREZA DESPESA: 33.90.92 Despesas de Exercícios Anteriores / Fonte Recurso: 0.100.000000	-	3.904.622,61	-	3.904.622,61
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 795 DE 24/08/2017				
NATUREZA DESPESA: 33.41.41 Contribuições / Fonte Recurso: 0.100.000000	-	-	286.799,16	(286.799,16)
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 797 DE 24/08/2017				
NATUREZA DESPESA: 33.41.41 Contribuições / Fonte Recurso: 0.100.000000	-	-	119.782,43	(119.782,43)
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.100.000000	-	93.891,73	-	93.891,73
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 795 DE 24/08/2017				
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.100.000000	-	286.799,16	-	286.799,16
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 797 DE 24/08/2017				
NATUREZA DESPESA: 33.90.92 Despesas de Exercícios Anteriores / Fonte Recurso: 0.100.000000	-	25.890,70	-	25.890,70
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 827 DE 01/09/2017				
NATUREZA DESPESA: 33.41.41 Contribuições / Fonte Recurso: 0.100.000000	-	-	61.000,00	(61.000,00)
NATUREZA DESPESA: 33.41.92 Despesas de Exercícios Anteriores / Fonte Recurso: 0.100.000000	-	61.000,00	-	61.000,00
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 879 DE 19/09/2017				
NATUREZA DESPESA: 33.41.41 Contribuições / Fonte Recurso: 0.100.000000	-	-	336.354,85	(336.354,85)

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
NATUREZA DESPESA: 33.41.92 Despesas de Exercícios Anteriores / Fonte Recurso: 0.100.000000	-	121.059,85	-	121.059,85
NATUREZA DESPESA: 33.50.41 Contribuições / Fonte Recurso: 0.100.000000	-	215.295,00	-	215.295,00
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 936 DE 05/10/2017				
NATUREZA DESPESA: 33.41.41 Contribuições / Fonte Recurso: 0.100.000000	-	-	205.860,18	(205.860,18)
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.100.000000	-	205.860,18	-	205.860,18
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 966 DE 11/10/2017				
NATUREZA DESPESA: 33.41.41 Contribuições / Fonte Recurso: 0.100.000000	-	-	215.294,81	(215.294,81)
NATUREZA DESPESA: 44.50.41 Contribuições / Fonte Recurso: 0.100.000000	-	215.294,81	-	215.294,81
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 991 DE 20/10/2017				
NATUREZA DESPESA: 33.41.41 Contribuições / Fonte Recurso: 0.100.000000	-	-	500.000,00	(500.000,00)
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.100.000000	-	500.000,00	-	500.000,00
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 1152 DE 28/11/2017				
NATUREZA DESPESA: 33.41.41 Contribuições / Fonte Recurso: 0.100.000000	-	-	145.819,69	(145.819,69)
NATUREZA DESPESA: 33.90.30 Material de Consumo / Fonte Recurso: 0.100.000000	-	145.819,69	-	145.819,69
ATO LEGAL: Decreto Nº 1425 DE 20/12/2017				
NATUREZA DESPESA: 33.41.41 Contribuições / Fonte Recurso: 0.100.000000	-	-	11.197.446,12	(11.197.446,12)
NATUREZA DESPESA: 33.50.41 Contribuições / Fonte Recurso: 0.100.000000	-	-	4.922.211,28	(4.922.211,28)
NATUREZA DESPESA: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.100.000000	-	-	217.187,81	(217.187,81)
NATUREZA DESPESA: 33.90.92 Despesas de Exercícios Anteriores / Fonte Recurso: 0.100.000000	-	-	76.000,00	(76.000,00)
48092 - Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde	**59.889.484,40**	**16.213.570,04**	**14.037.460,73**	**62.065.593,71**
FUNÇÃO: 10 Saúde/ SUBFUNÇÃO: 302 Assistência Hospitalar e Ambul / PROGRAMA: 101 Acelera SC	59.889.484,40	16.213.570,04	14.037.460,73	62.065.593,71
AÇÃO: 575 . / SUBAÇÃO: 012976 Aquis. equip. e mob. US	9.810.692,22	10.037.358,90	5.021.301,90	14.826.749,22

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
ATO LEGAL: Decreto nº 1062 DE 15/02/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.391.000000	2.636.089,02	-	-	2.636.089,02
NATUREZA DESPESA: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.685.000000	1.174.603,20	-	-	1.174.603,20
NATUREZA DESPESA: 44.50.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.685.000000	6.000.000,00	-	-	6.000.000,00
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 162 DE 22/02/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.391.000000	-	-	200.000,00	(200.000,00)
NATUREZA DESPESA: 44.50.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.391.000000	-	200.000,00	-	200.000,00
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 420 DE 10/05/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.391.000000	-	-	206.000,00	(206.000,00)
NATUREZA DESPESA: 44.50.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.391.000000	-	206.000,00	-	206.000,00
ATO LEGAL: Decreto Nº 1208 DE 27/06/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.50.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.169.000000	-	400.000,00	-	400.000,00
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 589 DE 28/06/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.391.000000	-	-	178.514,90	(178.514,90)
NATUREZA DESPESA: 44.50.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.391.000000	-	178.514,90	-	178.514,90
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 235 DE 10/07/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.169.000000	-	70.000,00	-	70.000,00
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 240 DE 13/07/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.169.000000	-	330.000,00	-	330.000,00
NATUREZA DESPESA: 44.50.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.169.000000	-	-	400.000,00	(400.000,00)
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 266 DE 03/08/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.391.000000	-	-	1.545.000,00	(1.545.000,00)
NATUREZA DESPESA: 44.50.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.391.000000	-	1.864.300,00	-	1.864.300,00
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 281 DE 15/08/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.391.000000	-	494.194,00	-	494.194,00
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 298 DE 24/08/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.391.000000	-	3.500.000,00	-	3.500.000,00
NATUREZA DESPESA: 44.50.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.391.000000	-	1.678.900,00	-	1.678.900,00
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 361 DE 02/10/2017				

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
NATUREZA DESPESA: 44.50.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.685.000000	-	-	976.337,00	(976.337,00)
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 393 DE 07/11/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.169.000000	-	-	400.000,00	(400.000,00)
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 1103 DE 20/11/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.685.000000	-	1.100.000,00	-	1.100.000,00
NATUREZA DESPESA: 44.50.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.685.000000	-	-	1.100.000,00	(1.100.000,00)
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 1225 DE 08/12/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.685.000000	-	15.450,00	-	15.450,00
NATUREZA DESPESA: 44.50.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.685.000000	-	-	15.450,00	(15.450,00)
AÇÃO: 575 . / SUBAÇÃO: 012978 Amp. ref. read. das US	50.078.792,18	6.176.211,14	9.016.158,83	47.238.844,49
ATO LEGAL: Decreto nº 1062 DE 15/02/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.391.000000	10.038.602,80	-	-	10.038.602,80
NATUREZA DESPESA: 44.50.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.391.000000	40.040.189,38	-	-	40.040.189,38
ATO LEGAL: Decreto Nº 1208 DE 27/06/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.50.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.169.000000	-	1.511.000,00	-	1.511.000,00
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 235 DE 10/07/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.50.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.169.000000	-	-	70.000,00	(70.000,00)
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 240 DE 13/07/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.169.000000	-	1.511.000,00	-	1.511.000,00
NATUREZA DESPESA: 44.50.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.169.000000	-	-	1.441.000,00	(1.441.000,00)
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 266 DE 03/08/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.50.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.391.000000	-	-	319.300,00	(319.300,00)
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 281 DE 15/08/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.391.000000	-	-	494.194,00	(494.194,00)
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 298 DE 24/08/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.391.000000	-	-	1.500.000,00	(1.500.000,00)
NATUREZA DESPESA: 44.50.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.391.000000	-	-	3.678.900,00	(3.678.900,00)
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 341 DE 19/09/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.50.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.285.000000	-	1.727.874,14	-	1.727.874,14

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 361 DE 02/10/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.685.000000	-	976.337,00	-	976.337,00
ATO LEGAL: Alteração Sistema Nº 1009 DE 25/10/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.169.000000	-	-	450.000,00	(450.000,00)
NATUREZA DESPESA: 44.50.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.169.000000	-	450.000,00	-	450.000,00
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 393 DE 07/11/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.169.000000	-	-	1.061.000,00	(1.061.000,00)
NATUREZA DESPESA: 44.50.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.169.000000	-	-	1.764,83	(1.764,83)
52002 - Encargos Gerais do Estado	**10.092.135,73**	**2.658.553,81**	**8.240.000,00**	**4.510.689,54**
FUNÇÃO: 4 Administração/ SUBFUNÇÃO: 123 Administração Financeira / PROGRAMA: 900 Gestão Admin - Poder Executivo	10.092.135,73	2.658.553,81	8.240.000,00	4.510.689,54
AÇÃO: 325 . / SUBAÇÃO: 013511 .	10.092.135,73	2.658.553,81	8.240.000,00	4.510.689,54
ATO LEGAL: Decreto nº 1091 DE 16/03/2017				
NATUREZA DESPESA: 33.90.93 Indenizações e Restituições / Fonte Recurso: 0.301.000000	5.000.000,00	-	-	5.000.000,00
NATUREZA DESPESA: 46.90.93 Indenizações e Restituições / Fonte Recurso: 0.301.000000	5.092.135,73	-	-	5.092.135,73
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 243 DE 18/07/2017				
NATUREZA DESPESA: 33.90.93 Indenizações e Restituições / Fonte Recurso: 0.301.000000	-	-	5.000.000,00	(5.000.000,00)
NATUREZA DESPESA: 46.90.93 Indenizações e Restituições / Fonte Recurso: 0.301.000000	-	-	3.240.000,00	(3.240.000,00)
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 443 DE 05/12/2017				
NATUREZA DESPESA: 46.90.93 Indenizações e Restituições / Fonte Recurso: 0.669.000000	-	2.658.553,81	-	2.658.553,81
52090 - Fundo Estadual de Apoio aos Municípios	**7.842.195,52**	**2.511.321,24**	**73.541,54**	**10.279.975,22**
FUNÇÃO: 4 Administração/ SUBFUNÇÃO: 123 Administração Financeira / PROGRAMA: 100 Caminhos	7.842.195,52	2.511.321,24	73.541,54	10.279.975,22
AÇÃO: 2248 fundam / SUBAÇÃO: 013416 .	7.842.195,52	2.511.321,24	73.541,54	10.279.975,22

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
ATO LEGAL: Decreto nº 1052 DE 08/02/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.385.000000	1.350.366,67	-	-	1.350.366,67
NATUREZA DESPESA: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.391.000000	6.491.828,85	-	-	6.491.828,85
ATO LEGAL: Decreto Nº 1064 DE 15/02/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.185.000000	-	219.120,62	-	219.120,62
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 56 DE 22/02/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.185.000000	-	84.734,00	-	84.734,00
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 119 DE 06/04/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.185.000000	-	154.680,56	-	154.680,56
ATO LEGAL: Decreto Nº 1153 DE 11/05/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.191.000000	-	711.850,80	-	711.850,80
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 282 DE 17/08/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.185.000000	-	364.127,46	-	364.127,46
ATO LEGAL: Decreto Nº 1274 DE 24/08/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.191.000000	-	865.745,24	-	865.745,24
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 367 DE 09/10/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.185.000000	-	-	73.541,54	(73.541,54)
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 364 DE 09/10/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.185.000000	-	111.062,56	-	111.062,56
53025 - Departamento Estadual de Infraestrutura	**2.200.000,00**	**2.871.045,58**	**547.413,64**	**4.523.631,94**
FUNÇÃO: 26 Transporte/ SUBFUNÇÃO: 782 Transporte Rodoviário / PROGRAMA: 110 Construção de Rodovias	2.200.000,00	2.871.045,58	547.413,64	4.523.631,94
AÇÃO: 9 pavimentação / SUBAÇÃO: 000406 Treviso - Lauro Müller	2.200.000,00	2.871.045,58	547.413,64	4.523.631,94
ATO LEGAL: Decreto nº 1068 DE 22/02/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / Fonte Recurso: 0.191.000000	2.200.000,00	-	-	2.200.000,00
ATO LEGAL: Decreto Nº 1100 DE 27/03/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / Fonte Recurso: 0.385.000000	-	547.413,64	-	547.413,64

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 198 DE 08/06/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / Fonte Recurso: 0.391.000000	-	323.631,94	-	323.631,94
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 352 DE 25/09/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / Fonte Recurso: 0.385.000000	-	-	547.413,64	(547.413,64)
ATO LEGAL: Portaria EX Nº 421 DE 24/11/2017				
NATUREZA DESPESA: 44.90.51 Obras e Instalações / Fonte Recurso: 0.191.000000	-	2.000.000,00	-	2.000.000,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (II)	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS (III) = (I + II)	**153.148.172,22**	**50.196.760,13**	**63.568.872,86**	**139.776.059,49**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL
Período: Janeiro a Dezembro de 2017

Notas Explicativas

001 - As descentralizações de créditos não estão incluídas neste relatório.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.

ROMUALDO GOULART
DIRETOR DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO
ECONOMISTA - MATRÍCULA Nº 153.717-2

ROSEMIRIO NELSON DOS SANTOS
GERENTE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ECONOMISTA - MATRÍCULA Nº 234.947-7

Cancelamentos de Despesas Liquidadas em 2017

O Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCESC) sobre as Contas Anuais do exercício de 2016, conforme Processo nº PCG-17/00171094, recomenda no item 5.1.2.5. que se *adotem providências para implantar mecanismos de controle e transparência no cancelamento de despesas liquidadas*.

A forma de apuração dos cancelamentos de despesas liquidadas[1] utilizada pelo TCESC é a movimentação de estorno da conta contábil 6.2.2.9.2.01.03 – Empenhos Liquidados, que registra os empenhos liquidados.

Desde 2015, a Diretoria de Contabilidade Geral (DCOG) vem estudando e desenvolvendo ações para atender às ressalvas e às recomendações do TCESC, e para melhorar a qualidade das informações relativas aos cancelamentos de despesas liquidadas.

Em 2016, foram implementadas alterações no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), permitindo ao usuário (servidor da área financeira) utilizar as opções de retificar dados de uma despesa liquidada ou cancelar uma liquidação da despesa. Além disso, foram criados o relatório *Retificar Despesa Liquidada* e o relatório *Cancelamento Despesa Liquidada*, para possibilitar a efetiva distinção dos cancelamentos de despesas liquidadas das retificações de informações efetuadas na liquidação. Também foi elaborada a Nota Técnica de Procedimento Contábil (NTPC) nº 007/2016 com o objetivo de orientar sobre os procedimentos a serem adotados quando do cancelamento da liquidação da despesa. A referida NTPC encontra-se disponível no site da Secretaria da Fazenda em: Contabilidade Geral – Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Evidenciação e Registros Contábeis – Orientações.

[1] Conforme previsto no artigo 63 da Lei nº 4.320/1964, a liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. O objetivo é apurar a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação. A liquidação da despesa é a fase da despesa em que é conferido se o recebimento de bens, materiais ou serviços está de acordo com o solicitado.

No exercício de 2017, foi disponibilizado no SIGEF o relatório *Estorno de Empenho Pago*, que traz as informações sobre as devoluções de recursos pagas pela unidade gestora, dentro do mesmo exercício da execução da despesa. Os estornos de empenhos pagos são realizados por meio da funcionalidade 'Estornar Nota Empenho Paga' no módulo 'Execução Orçamentária', gerando o estorno de toda a execução orçamentária, referente ao valor da devolução do recurso.

Portanto, com as alterações promovidas e com a disponibilização dos relatórios no SIGEF, percebe-se que houve significativa melhoria nas informações sobre o cancelamento de despesas liquidadas, sendo evidenciada a seguir a composição dos cancelamentos.

Em 2017, os lançamentos de estorno da conta contábil 6.2.2.9.2.01.03 - Empenhos Liquidados totalizaram R$ 867.442.731,76 e foram gerados pelos seguintes motivos:

Motivos de cancelamentos de despesas liquidadas

Especificação	**Valor (R$)**
Cancelamento por retificação de dados	134.700.582,41
Cancelamento por devolução de recursos	56.771.277,60
Cancelamento de despesas liquidadas	675.970.871,75
Despesas da folha de pagamentos dos servidores	354.082.476,94
Despesas com convênios e outras transferências voluntárias	36.473.719,76
Despesas processadas em arquivos de prestadores	6.197.239,16
Demais despesas	279.217.435,89
TOTAL	**867.442.731,76**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Primeiramente, ressalta-se que do valor total de R$ 867.442.731,76 de cancelamento de despesas liquidadas, parte não configura cancelamento efetivo de despesas liquidadas.

Os cancelamentos por retificações de dados, no montante de R$ 134.700.582,41, consistem no estorno da liquidação da despesa e automaticamente na geração de uma nova liquidação retificada.

Já os cancelamentos decorrentes da devolução de recursos, no total de R$ 56.771.277,60, referem-se ao estorno da execução orçamentária (empenho, liquidação e pagamento) pelo recebimento do recurso relativo à despesa que foi executada no exercício.

O montante de R$ 354.082.476,94 refere-se a despesas da folha de pagamento dos servidores que são canceladas, porém novamente empenhadas e liquidadas, para então serem pagas por novos empenhos.

O valor de R$ 36.473.719,76 de cancelamentos de despesas com transferências voluntárias trata-se de despesas que deveriam ser pagas até o final do mês de novembro do ano corrente. Como não ocorreu o pagamento, as parcelas não pagas foram canceladas e remanejadas para o ano seguinte, conforme disposto no artigo 16 do Decreto Estadual nº 1.381/2017.

As despesas canceladas, processadas em arquivos de prestadores, no valor de R$ 6.197.239,16, referem-se a um mecanismo utilizado pelo sistema de execução orçamentária e financeira que permite a execução de despesas em lotes. Ou seja, quando um mesmo tipo de despesa é pago para diversos favorecidos ao mesmo tempo, como, por exemplo, o pagamento de diárias pelas unidades gestoras da Secretaria de Estado da Segurança Pública e as despesas com a gestão plena da Secretaria de Estado da Saúde pagas aos fundos municipais de saúde. Esse procedimento torna mais célere toda a execução orçamentária e financeira dessas despesas. Porém, quando ocorre algum problema nesse arquivo, o usuário tem a opção de estornar somente o favorecido que apresentou o problema ou todo o arquivo liquidado para resolver a

inconsistência apresentada. Caso escolha o estorno do arquivo completo, toda a despesa liquidada é cancelada, porém, no reprocessamento do arquivo e com o problema solucionado, a despesa é novamente liquidada e então paga. Sendo assim, verifica-se uma regularização da liquidação das despesas, e não um cancelamento propriamente dito.

Em relação ao valor de R$ 279.217.435,89 de liquidações canceladas referentes às demais despesas, foi regularizado, por meio de novas liquidações no exercício de 2017, o valor de R$ 96.854.859,34, conforme informações enviadas pelos contadores das Unidades Gestoras à Gerência de Contabilidade Centralizada, da DCOG.

Portanto, do valor total de **R$ 867.442.731,76** somente **R$ 182.362.576,55** referem-se a cancelamentos de despesas liquidadas, em que não foi identificada a regularização por novas liquidações, por falta de envio de informações. Para obter essas informações faz-se necessário realizar uma verificação in loco.

Do valor de R$ 182.362.576,55, referente ao cancelamento de despesas em geral, verifica-se que:

- R$ 43.402.209,30 e R$ 8.557.500,39 são cancelamentos de liquidações do Poder Legislativo (ALESC e TCE, respectivamente);
- R$ 8.824.034,43 são cancelamentos do Poder Judiciário;
- R$ 5.728.859,48 são cancelamentos do Ministério Público e;
- o saldo restante de R$ 115.849.972,95 refere-se ao cancelamento do Poder Executivo, em que não foi identificada regularização por novas liquidações por falta de envio de informações à DCOG.

Contudo, é importante ressaltar que nos últimos dois anos, o valor do cancelamento de despesas liquidadas vem diminuindo em relação aos anos anteriores devido às orientações e às alterações promovidas no sistema. Em comparação a 2016, a redução do valor total foi de R$ 126.438.429,47, conforme segue:

Ano	Movimento Devedor (6.2.2.9.2.01.03)
2015	1.443.745.390,69
2016	993.881.161,23
2017	867.442.731,76

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Por fim, destaca-se que a DCOG continuará empreendendo esforços no sentido de orientar os usuários do SIGEF sobre a necessidade de se dispor de informações completas nos históricos das operações, bem como de utilizar as funcionalidades do sistema de forma correta, evitando a ocorrência de erros.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA – CRCSC Nº 25.039/O-2

ANDRÉA TEREZINHA VITALI
GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADORA – CRCSC Nº 25.017/O-5

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0100000000	Programado	1.222.235	1.152.051	1.132.673	1.180.849	1.192.138	1.329.645	1.133.204	1.186.217	1.217.914	1.334.591	1.335.755	2.084.834	15.502.106
	Empenhado	1.191.584	1.140.945	1.119.587	1.166.685	1.177.982	1.318.780	1.115.721	1.170.480	1.191.157	1.316.707	1.308.482	1.738.842	14.956.950
	Emp. x Prog.	97,49%	99,04%	98,84%	98,80%	98,81%	99,18%	98,46%	98,67%	97,80%	98,66%	97,96%	83,40%	96,48%
0101000000	Programado	-	-	-	-	7.500	-	-	6.937	-	-	1.200	10.080	25.717
	Empenhado	-	-	-	-	7.500	-	-	6.937	-	-	1.200	10.062	25.700
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	99,82%	99,93%
0110000000	Programado	155	256	133	133	133	2.341	2.383	133	503	133	204	2.117	8.623
	Empenhado	22	123	-	-	-	1.715	1.950	-	370	-	-	820	4.999
	Emp. x Prog.	14,16%	47,97%	0,00%	0,00%	0,00%	73,24%	81,84%	0,00%	73,60%	0,00%	0,00%	38,72%	57,98%
0111000033	Programado	7.080	6.932	10.144	9.308	10.668	9.981	11.383	11.474	8.406	12.862	9.827	10.438	118.503
	Empenhado	7.080	6.932	10.144	9.305	10.668	9.981	11.383	11.458	8.397	12.860	9.786	10.392	118.386
	Emp. x Prog.	100,00%	100,00%	100,00%	99,97%	100,00%	100,00%	100,00%	99,86%	99,89%	99,98%	99,58%	99,56%	99,90%
0111000034	Programado	2.326	2.660	3.130	3.058	3.868	3.455	3.525	3.776	2.555	4.562	3.745	4.488	41.148
	Empenhado	2.326	2.660	3.130	3.058	3.868	3.455	3.525	3.776	2.555	4.562	3.744	4.485	41.144
	Emp. x Prog.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,98%	99,94%	99,99%
0111000035	Programado	9.426	10.893	9.087	14.586	12.062	11.926	11.293	14.972	9.864	19.464	16.777	22.782	163.133
	Empenhado	9.426	10.893	9.087	14.586	12.062	11.926	11.293	14.972	9.864	19.464	16.777	22.779	163.129
	Emp. x Prog.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,98%	100,00%
0111000036	Programado	11.020	10.549	16.567	15.385	19.472	18.040	18.272	21.670	12.725	19.313	19.473	13.127	195.613
	Empenhado	11.020	10.549	16.567	15.385	19.472	18.040	18.272	21.670	12.725	19.313	19.473	13.124	195.610
	Emp. x Prog.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,98%	100,00%
0111000037	Programado	5.742	6.082	7.122	7.225	7.409	6.942	7.366	7.317	4.257	6.343	15.953	9.148	90.904
	Empenhado	5.735	6.074	7.114	7.221	7.407	6.941	7.363	7.317	4.256	6.217	15.440	8.678	89.763
	Emp. x Prog.	99,88%	99,87%	99,89%	99,95%	99,98%	99,98%	99,96%	100,00%	99,99%	98,02%	96,79%	94,86%	98,75%
0111000038	Programado	514	747	708	633	500	1.102	1.195	1.102	959	496	1.331	3.090	12.375
	Empenhado	469	651	687	612	480	1.031	1.081	1.073	927	462	1.299	899	9.671
	Emp. x Prog.	91,30%	87,17%	97,16%	96,57%	96,04%	93,62%	90,44%	97,37%	96,59%	93,21%	97,60%	29,10%	78,15%
0111000060	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0119000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0119000018	Programado	409	577	520	627	537	500	507	1.140	1.337	597	194	2.475	9.421
	Empenhado	409	577	516	626	534	500	507	1.140	1.329	593	165	1.363	8.260
	Emp. x Prog.	100,00%	100,00%	99,23%	99,94%	99,44%	99,98%	100,00%	99,98%	99,36%	99,34%	85,11%	55,08%	87,68%
0119000019	Programado	-	11	-	2	-	3	-	13	250	298	742	552	1.872
	Empenhado	-	7	-	2	-	3	-	6	250	298	496	522	1.584
	Emp. x Prog.	0,00%	61,88%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	43,90%	100,00%	100,00%	66,78%	94,57%	84,61%
0119000020	Programado	-	10	60	735	412	64	163	95	171	233	138	1.750	3.831
	Empenhado	-	10	60	735	409	64	163	95	171	233	138	121	2.199
	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,43%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	6,92%	57,41%

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0119000021	Programado	582	634	691	651	708	669	506	1.033	760	786	1.066	2.972	11.057
	Empenhado	580	632	689	621	708	669	506	1.031	756	784	1.041	1.783	9.799
	Emp. x Prog.	99,69%	99,62%	99,71%	95,34%	100,00%	99,95%	100,00%	99,81%	99,51%	99,76%	97,65%	59,99%	88,62%
0119000023	Programado	-	114	156	171	46	75	118	-	194	80	-	479	1.433
	Empenhado	-	114	156	171	46	75	118	-	194	80	-	253	1.207
	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	52,80%	84,21%
0119000024	Programado	0	0	0	0	84	-	309	-	29	115	337	0	874
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	309	-	29	115	300	-	753
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	99,81%	100,00%	89,13%	0,00%	86,15%
0119000025	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	15	8	1.252	-	1.275
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	14	-	21
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	92,25%	1,12%	0,00%	1,65%
0119000026	Programado	42	12	4	6	1	1	10	7	9	5	10	583	691
	Empenhado	42	12	4	6	1	1	10	7	9	5	5	106	209
	Emp. x Prog.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	47,62%	18,17%	30,18%
0120000000	Programado	13.456	23.908	18.947	20.446	14.865	14.635	16.674	16.737	18.048	17.529	19.103	30.532	224.880
	Empenhado	13.450	23.897	18.896	20.406	14.844	14.577	16.646	16.689	18.010	17.361	18.918	22.792	216.486
	Emp. x Prog.	99,96%	99,96%	99,73%	99,81%	99,86%	99,60%	99,83%	99,71%	99,79%	99,04%	99,03%	74,65%	96,27%
0121000000	Programado	116	423	1.191	3.045	2.047	1.152	4.160	2.301	1.115	1.981	2.910	25.733	46.174
	Empenhado	116	379	1.191	3.045	2.047	1.152	4.160	1.828	1.115	1.981	2.893	1.584	21.492
	Emp. x Prog.	100,00%	89,71%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	79,48%	100,00%	100,00%	99,41%	6,16%	46,55%
0122000000	Programado	260	423	726	548	8.539	1.439	3.760	1.125	1.002	648	5.417	9.255	33.143
	Empenhado	165	423	725	546	8.329	1.164	3.547	875	750	294	1.777	7.950	26.544
	Emp. x Prog.	63,28%	100,00%	99,93%	99,63%	97,54%	80,87%	94,33%	77,75%	74,89%	45,41%	32,80%	85,90%	80,09%
0124000015	Programado	1.038	-	2.910	2.459	6.131	5.424	434	3.055	1.996	48	2.007	9.107	34.609
	Empenhado	1.038	-	2.872	2.456	5.507	3.216	432	3.052	1.722	48	1.508	1.254	23.104
	Emp. x Prog.	100,00%	0,00%	98,69%	99,86%	89,83%	59,30%	99,57%	99,89%	86,25%	100,00%	75,14%	13,77%	66,76%
0124000016	Programado	-	-	2.393	2.134	2.200	4.774	2.748	5.497	3.416	6.832	7.946	5.417	43.358
	Empenhado	-	-	2.393	2.134	2.200	4.774	2.748	5.497	3.416	6.832	7.946	5.128	43.069
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	94,66%	99,33%
0128000000	Programado	-	-	-	4.628	4.859	10	125	1.254	4.394	48	4.965	4.212	24.495
	Empenhado	-	-	-	4.628	4.859	10	125	1.254	4.391	48	4.336	3.957	23.607
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	99,99%	100,00%	100,00%	100,00%	99,93%	100,00%	87,33%	93,94%	96,38%
0129000022	Programado	-	-	-	-	-	177	2	51	19	11	70	171	500
	Empenhado	-	-	-	-	-	33	2	51	19	11	70	89	274
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	18,44%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	52,22%	54,85%
0129000028	Programado	60	123	109	87	123	474	109	223	118	146	403	1.307	3.282
	Empenhado	57	123	109	87	104	459	100	204	99	128	90	578	2.139
	Emp. x Prog.	96,00%	100,00%	100,00%	100,00%	84,26%	96,81%	92,08%	91,62%	84,32%	87,70%	22,24%	44,21%	65,16%
0129000029	Programado	7	7	12	51	33	27	7	26	354	845	124	630	2.123
	Empenhado	5	7	12	49	26	20	1	20	305	801	5	428	1.679
	Emp. x Prog.	70,53%	100,00%	100,00%	97,28%	80,60%	76,27%	9,63%	74,67%	86,03%	94,74%	3,86%	67,90%	79,05%
0129000030	Programado	-	-	1.300	400	400	3.400	214	-	310	-	342	465	6.830
	Empenhado	-	-	1.300	400	400	3.400	214	-	79	-	-	30	5.823
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,97%	0,00%	25,58%	0,00%	0,00%	6,46%	85,26%

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0131000000	Programado	144.246	118.581	130.484	180.675	184.170	177.962	181.911	181.392	188.337	194.442	208.906	251.648	2.142.755
	Empenhado	144.210	118.553	130.456	180.524	184.133	177.887	181.732	181.099	187.522	193.185	203.226	230.626	2.113.153
	Emp. x Prog.	99,97%	99,98%	99,98%	99,92%	99,98%	99,96%	99,90%	99,84%	99,57%	99,35%	97,28%	91,65%	98,62%
0132000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.110	3.110
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0140000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.978	367	3.344
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.978	12	2.990
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	3,30%	89,40%
0160000000	Programado	-	-	800	940	400	4.400	1.248	441	-	-	3.410	60.230	71.869
	Empenhado	-	-	800	940	400	4.400	1.248	441	-	-	2.100	60.230	70.559
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	61,58%	100,00%	98,18%
0161000000	Programado	1.207	5.707	21.752	14.695	12.540	20.361	10.253	11.869	18.912	15.507	29.825	53.865	216.494
	Empenhado	13	4.507	20.495	13.401	11.169	18.466	8.387	9.979	16.105	12.999	20.487	26.538	162.546
	Emp. x Prog.	1,08%	78,96%	94,22%	91,20%	89,07%	90,69%	81,80%	84,08%	85,16%	83,83%	68,69%	49,27%	75,08%
0162000000	Programado	4.966	7.087	10.721	5.877	7.872	8.955	13.595	9.721	10.257	10.541	10.936	18.181	118.708
	Empenhado	4.511	6.696	10.338	5.496	7.489	8.547	13.177	7.647	9.577	7.493	9.188	13.009	103.167
	Emp. x Prog.	90,85%	94,47%	96,42%	93,52%	95,14%	95,45%	96,92%	78,67%	93,37%	71,08%	84,01%	71,55%	86,91%
0169000000	Programado	-	-	-	-	19.500	17.000	5.900	3.030	500	1.949	1.590	33.570	83.039
	Empenhado	-	-	-	-	19.500	16.900	5.900	3.030	500	1.949	1.590	33.570	82.939
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	99,41%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,88%
0180000000	Programado	-	7.186	5.414	12.000	11.000	11.000	2.500	7.752	6.642	7.800	17.955	29.546	118.796
	Empenhado	-	7.060	5.289	12.000	11.000	11.000	2.500	7.655	6.642	7.800	17.955	28.922	117.824
	Emp. x Prog.	0,00%	98,26%	97,68%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	98,75%	100,00%	100,00%	100,00%	97,89%	99,18%
0181000000	Programado	-	-	-	1.872	-	1.128	1.454	1.454	454	1.454	3.177	5.954	16.946
	Empenhado	-	-	-	1.872	-	1.123	-	-	-	-	3.043	2.500	8.538
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	99,50%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	95,80%	41,99%	50,38%
0182000000	Programado	-	-	2.900	1.500	1.300	1.300	1.755	1.436	-	-	-	241	10.431
	Empenhado	-	-	2.900	1.500	1.300	1.300	1.755	1.436	-	-	-	241	10.431
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
0183000000	Programado	85.075	8.949	7.035	6.116	4.834	9.551	3.913	4.431	13.636	4.632	5.760	117.064	270.997
	Empenhado	79.095	8.510	6.691	5.424	4.541	9.194	3.857	3.460	13.636	4.628	5.720	5.701	150.457
	Emp. x Prog.	92,97%	95,10%	95,11%	88,69%	93,93%	96,26%	98,56%	78,09%	100,00%	99,93%	99,30%	4,87%	55,52%
0184000000	Programado	470	1.072	771	771	771	771	771	771	771	771	2.498	771	10.981
	Empenhado	178	406	20	20	20	24	20	36	20	21	1.747	20	2.532
	Emp. x Prog.	37,85%	37,90%	2,59%	2,59%	2,59%	3,06%	2,59%	4,62%	2,59%	2,73%	69,94%	2,61%	23,06%
0185000001	Programado	-	-	-	-	-	85	-	12	11	-	47	47	202
	Empenhado	-	-	-	-	-	85	-	11	11	-	47	23	177
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	92,44%	100,00%	0,00%	100,00%	48,47%	87,50%
0185000005	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	308	860	-	1.168
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	298	835	-	1.133
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	96,67%	97,08%	0,00%	96,97%
0185000007	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	525	-	294	511	1.330
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0185000008	Programado	-	-	-	-	-	-	-	4.179	5.580	1.443	2.101	1.691	14.994
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	4.179	5.580	1.443	2.101	986	14.289
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	58,32%	95,30%
0185000009	Programado	-	-	-	-	-	1.111	429	447	974	-	529	-	3.490
	Empenhado	-	-	-	-	-	1.111	429	447	77	-	325	-	2.389
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	7,87%	0,00%	61,37%	0,00%	68,44%
0185000010	Programado	-	-	-	-	-	-	37	189	181	221	257	431	1.318
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	37	189	181	221	257	371	1.258
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	86,12%	95,46%
0185000015	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	113	-	0	113
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	0	2
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,42%	0,00%	100,00%	1,52%
0186000000	Programado	2.808	1.254	1.114	777	642	1.552	956	788	2.892	852	921	3.703	18.260
	Empenhado	2.801	1.201	1.110	746	642	1.089	874	704	2.715	731	745	2.423	15.781
	Emp. x Prog.	99,74%	95,80%	99,64%	96,00%	100,00%	70,20%	91,48%	89,28%	93,87%	85,76%	80,87%	65,42%	86,42%
0187000000	Programado	2	102	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	624
	Empenhado	-	100	50	50	50	50	50	50	-	-	-	-	402
	Emp. x Prog.	0,00%	98,27%	96,59%	96,59%	96,59%	96,59%	96,59%	96,59%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	64,39%
0191000005	Programado	-	-	-	-	11.118	20.067	179	729	10.000	8.260	10	9.688	60.052
	Empenhado	-	-	-	-	11.118	14.629	179	503	10.000	8.100	3	9.000	53.532
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	72,90%	100,00%	69,02%	100,00%	98,06%	25,31%	92,90%	89,14%
0191000007	Programado	-	-	1.918	-	3.012	-	-	-	823	11.704	402	8.941	26.799
	Empenhado	-	-	1.918	-	3.012	-	-	-	823	4.124	-	8.200	18.076
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	35,24%	0,00%	91,71%	67,45%
0191000009	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	77.668	77.668
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	72.289	72.289
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	93,07%	93,07%
0192000001	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0192000010	Programado	-	-	-	-	-	-	-	2.569	315	73	-	985	3.942
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	2.569	315	73	-	-	2.957
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	75,01%
0192000012	Programado	222	129	108	108	238	108	2	1.984	-	-	-	24	2.923
	Empenhado	222	129	108	108	238	108	2	1.948	-	-	-	-	2.864
	Emp. x Prog.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	98,19%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	97,96%
0192000013	Programado	-	5.790	18.311	2.671	15.357	8.961	20.203	17.243	26.296	10.364	22.180	4.118	151.493
	Empenhado	-	5.790	18.311	2.664	15.357	8.961	20.203	16.222	26.296	10.364	22.180	30	146.377
	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	99,73%	100,00%	100,00%	100,00%	94,08%	100,00%	100,00%	100,00%	0,73%	96,62%
0192000014	Programado	-	-	-	-	-	26.484	4.553	3.411	9.609	4.722	8.786	6.739	64.304
	Empenhado	-	-	-	-	-	26.484	4.553	3.405	9.454	4.023	8.786	800	57.505
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	99,83%	98,39%	85,20%	100,00%	11,87%	89,43%
0193000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19.167	-	19.167
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19.167	-	19.167
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0195000000	Programado	10.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	499.167	509.167
	Empenhado	10.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	150.021	160.021
	Emp. x Prog.	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	30,05%	31,43%
0199000000	Programado	-	420	210	210	210	210	6.387	210	2.514	-	2.700	-	13.071
	Empenhado	-	420	210	210	210	210	6.387	210	2.514	-	2.700	-	13.071
	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
0223000015	Programado	-	16	69	100	59	183	79	59	59	59	1.669	392	2.742
	Empenhado	-	16	69	100	59	178	79	59	59	59	111	58	845
	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	97,27%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	6,65%	14,70%	30,82%
0223000017	Programado	177	2.918	3.188	3.281	3.129	2.913	3.039	2.876	2.732	2.510	2.351	7.014	36.127
	Empenhado	177	2.918	3.188	3.281	3.129	2.913	3.039	2.876	2.732	2.510	2.351	7.012	36.125
	Emp. x Prog.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,97%	99,99%
0223000039	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0223000040	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	709	709
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	686	686
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	96,68%	96,68%
0223000041	Programado	-	28	-	120	385	25	25	25	221	25	25	25	902
	Empenhado	-	28	-	120	385	25	25	25	221	25	25	25	902
	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
0223000042	Programado	-	-	-	-	-	-	1.980	1.979	2.000	2.000	2.000	2.009	11.969
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	1.980	1.979	2.000	2.000	2.000	2.000	11.959
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,55%	99,92%
0223000043	Programado	7.995	33.207	27.468	20.081	20.583	17.217	17.538	17.086	34.098	26.251	46.023	32.538	300.085
	Empenhado	7.995	33.101	27.468	20.081	20.583	17.217	17.538	17.086	34.098	26.251	46.023	31.007	298.449
	Emp. x Prog.	100,00%	99,68%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	95,30%	99,45%
0223000044	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.210	110	1.320
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.200	-	1.200
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	99,17%	0,00%	90,91%
0223000045	Programado	4	1.010	597	536	1.243	1.534	787	2.486	2.712	1.042	1.590	2.151	15.692
	Empenhado	4	1.010	597	531	1.238	1.531	787	2.486	2.712	1.042	1.571	1.699	15.208
	Emp. x Prog.	100,00%	100,00%	99,99%	99,01%	99,66%	99,81%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	98,76%	79,01%	96,92%
0223000046	Programado	-	-	-	-	-	-	-	371	62	103	74	64	674
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	371	62	103	62	62	660
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	83,64%	96,49%	97,87%
0223000047	Programado	-	45	4	30	30	30	30	67	67	90	75	71	539
	Empenhado	-	45	4	30	30	30	30	67	67	90	75	52	520
	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	73,67%	96,53%
0223000048	Programado	-	-	-	11	10	25	880	3.192	2.131	717	3.255	310	10.532
	Empenhado	-	-	-	11	10	25	880	3.192	2.131	717	2.700	299	9.966
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	82,96%	96,35%	94,63%
0223000049	Programado	28	5.233	3.359	1.860	4.695	4.569	2.771	10.271	16.295	4.983	5.719	10.370	70.152
	Empenhado	28	5.233	3.359	1.860	4.695	4.569	2.771	10.271	16.295	4.983	5.719	10.258	70.039
	Emp. x Prog.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	98,92%	99,84%

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0223000050	Programado	40	198	164	155	119	57	49	47	169	108	1.407	391	2.903
	Empenhado	40	198	164	155	119	57	49	47	169	108	1.096	358	2.560
	Emp. x Prog.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	77,92%	91,62%	88,17%
0223000051	Programado	11	12	12	12	12	12	12	12	12	12	204	29	350
	Empenhado	9	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	115
	Emp. x Prog.	79,73%	81,40%	81,39%	81,39%	81,39%	81,39%	81,39%	81,39%	81,68%	81,39%	4,72%	33,16%	32,73%
0223000052	Programado	28	1.801	1.824	1.873	24	15	3.753	1.801	1.851	3.450	1.822	4.177	22.419
	Empenhado	28	1.801	1.823	1.873	24	15	3.753	1.801	1.851	3.450	1.803	4.100	22.321
	Emp. x Prog.	100,00%	100,00%	99,92%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	98,96%	98,15%	99,56%
0223000053	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24	276	-	300
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24	-	-	24
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	8,02%
0223000054	Programado	-	-	-	-	-	-	-	1.243	1.412	161	10	12.181	15.007
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	1.243	1.400	161	-	3.556	6.360
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	99,16%	100,00%	0,00%	29,19%	42,38%
0223000055	Programado	81	144	116	112	112	111	135	130	142	142	150	139	1.513
	Empenhado	80	144	116	112	112	111	116	130	142	142	130	121	1.456
	Emp. x Prog.	98,31%	99,96%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	85,64%	100,00%	100,00%	100,00%	87,07%	87,50%	96,19%
0223000056	Programado	5	42	23	177	14	14	14	14	14	14	69	290	692
	Empenhado	5	42	23	177	14	14	14	14	14	14	16	236	584
	Emp. x Prog.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	22,98%	81,43%	84,48%
0223000057	Programado	28	150	50	55	82	333	212	53	68	50	549	92	1.722
	Empenhado	28	150	50	55	82	324	197	53	68	50	62	60	1.179
	Emp. x Prog.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	97,29%	92,77%	100,00%	100,00%	100,00%	11,37%	64,78%	68,44%
0223000058	Programado	126	336	343	358	350	340	369	997	465	480	764	810	5.739
	Empenhado	120	336	343	358	350	340	369	997	465	480	716	577	5.451
	Emp. x Prog.	95,09%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,99%	100,00%	100,00%	100,00%	93,68%	71,17%	94,98%
0223000059	Programado	-	-	-	-	-	237	-	1	-	41	32	-	311
	Empenhado	-	-	-	-	-	237	-	1	-	41	-	-	279
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	89,66%
0225000000	Programado	-	-	-	-	-	-	0	9	5	3	-	-	17
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	0	3	5	3	-	-	12
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	89,18%	35,61%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	66,95%
0228000000	Programado	1.767	2.647	1.669	1.736	3.489	1.994	4.656	2.679	3.695	1.774	4.951	12.737	43.793
	Empenhado	1.767	2.643	1.653	1.733	3.437	1.940	4.631	2.428	3.444	1.574	4.520	4.642	34.412
	Emp. x Prog.	99,97%	99,85%	99,09%	99,86%	98,52%	97,29%	99,46%	90,64%	93,21%	88,74%	91,28%	36,45%	78,58%
0229000000	Programado	633	1.450	1.029	892	2.990	1.628	1.193	2.049	2.641	4.699	2.774	9.900	31.879
	Empenhado	592	1.419	995	861	2.962	1.596	1.168	2.018	2.572	4.610	2.390	1.153	22.335
	Emp. x Prog.	93,60%	97,86%	96,67%	96,49%	99,05%	98,02%	97,89%	98,47%	97,38%	98,10%	86,16%	11,65%	70,06%
0232000000	Programado	-	384	-	-	-	43	-	-	-	1.498	-	4	1.929
	Empenhado	-	384	-	-	-	43	-	-	-	1.498	-	-	1.925
	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	99,77%
0240000000	Programado	51.649	65.183	42.054	44.670	46.612	130.145	63.716	65.738	60.326	59.322	59.843	105.062	794.321
	Empenhado	51.141	64.755	41.476	44.226	46.195	129.756	63.355	64.378	59.778	58.541	55.774	71.362	750.736
	Emp. x Prog.	99,02%	99,34%	98,62%	99,01%	99,11%	99,70%	99,43%	97,93%	99,09%	98,68%	93,20%	67,92%	94,51%

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0250000000	Programado	165.584	162.014	169.843	170.801	170.947	170.322	179.464	196.704	193.617	215.578	203.750	263.529	2.262.153
	Empenhado	165.576	162.010	169.840	170.797	170.942	170.303	179.442	196.699	193.611	215.554	193.162	262.354	2.250.290
	Emp. x Prog.	99,99%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,99%	99,99%	100,00%	100,00%	99,99%	94,80%	99,55%	99,48%
0260000000	Programado	600	424	813	403	592	463	1.062	807	995	1.278	1.913	5.027	14.378
	Empenhado	600	341	803	392	584	455	1.054	798	971	1.271	1.195	2.059	10.521
	Emp. x Prog.	99,89%	80,38%	98,75%	97,12%	98,51%	98,20%	99,22%	98,90%	97,64%	99,45%	62,46%	40,95%	73,17%
0261000000	Programado	-	67	4.423	6.547	5.228	7.545	9.064	5.809	5.134	13.670	8.660	37.220	103.367
	Empenhado	-	67	4.414	6.529	5.204	7.528	9.064	5.809	5.123	13.491	8.453	36.931	102.614
	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	99,80%	99,72%	99,53%	99,78%	100,00%	100,00%	99,77%	98,70%	97,61%	99,22%	99,27%
0263000000	Programado	-	150	4.666	5.337	1.156	2.030	5.475	2.347	1.093	6.443	6.667	6.401	41.765
	Empenhado	-	150	4.626	5.314	1.133	2.028	5.475	2.347	1.093	6.443	6.667	6.401	41.677
	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	99,14%	99,57%	98,03%	99,90%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,79%
0265000000	Programado	102	1.835	770	5.464	852	8.239	1.119	6.590	2.352	1.463	10.864	3.984	43.635
	Empenhado	47	1.770	657	5.330	852	7.845	766	5.815	1.838	1.137	8.235	3.574	37.866
	Emp. x Prog.	46,11%	96,50%	85,35%	97,54%	100,00%	95,21%	68,44%	88,24%	78,14%	77,72%	75,80%	89,72%	86,78%
0266000000	Programado	-	8	1.007	451	817	963	1.545	1.526	3.407	421	3.907	4.564	18.614
	Empenhado	-	8	1.007	451	817	963	1.545	1.526	3.407	421	3.907	3.390	17.440
	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	74,28%	93,69%
0269000000	Programado	93.910	16.475	31.801	21.480	31.026	21.903	26.326	30.731	27.206	25.375	38.022	72.140	436.396
	Empenhado	82.057	12.144	27.383	17.102	27.114	17.547	21.855	27.239	21.758	20.971	33.329	27.839	336.337
	Emp. x Prog.	87,38%	73,71%	86,11%	79,62%	87,39%	80,11%	83,02%	88,64%	79,98%	82,64%	87,66%	38,59%	77,07%
0280000000	Programado	-	-	-	-	1	1	0	0	3	1	5	-	11
	Empenhado	-	-	-	-	1	1	0	0	3	1	0	-	6
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	98,01%	85,17%	5,74%	0,00%	52,61%
0282000000	Programado	-	-	-	-	-	9.023	-	-	8	70	2.234	-	11.335
	Empenhado	-	-	-	-	-	7.353	-	-	8	70	6	-	7.437
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	81,48%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,27%	0,00%	65,61%
0284000000	Programado	315	374	1.003	1.207	2.312	1.193	1.173	1.793	1.593	1.463	954	944	14.323
	Empenhado	69	76	567	138	78	78	120	78	680	680	680	680	3.924
	Emp. x Prog.	21,75%	20,21%	56,52%	11,40%	3,39%	6,57%	10,19%	4,37%	42,71%	46,51%	71,32%	72,08%	27,40%
0285000001	Programado	545	294	32	241	35	41	636	230	214	366	1.604	3.709	7.948
	Empenhado	-	234	32	240	33	41	593	181	69	366	947	2.426	5.161
	Emp. x Prog.	0,00%	79,48%	100,00%	99,63%	94,64%	99,89%	93,25%	78,41%	32,18%	100,00%	59,05%	65,39%	64,94%
0285000013	Programado	-	-	-	289	-	-	-	-	-	-	-	-	289
	Empenhado	-	-	-	102	-	-	-	-	-	-	-	-	102
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	35,29%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	35,29%
0285000015	Programado	-	-	1	1	100	-	2.488	-	-	12	-	-	2.602
	Empenhado	-	-	1	1	2	-	5	-	-	12	-	-	21
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	97,23%	92,18%	1,55%	0,00%	0,21%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,79%
0298000000	Programado	-	-	-	-	16	12	10	2	100	205	524	2.270	3.138
	Empenhado	-	-	-	-	16	12	10	2	100	205	495	164	1.005
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	94,61%	7,24%	32,01%
0299000000	Programado	1.531	1.976	929	759	1.205	981	1.732	1.797	1.717	2.580	284	29.928	45.419
	Empenhado	1.531	1.976	929	759	1.205	981	1.732	1.797	1.717	2.572	284	29.905	45.388
	Emp. x Prog.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,97%	100,00%	100,00%	100,00%	99,69%	100,00%	99,92%	99,93%

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0300000000	Programado	8.137	35.886	7.620	4.174	7.767	4.942	7.412	34.828	46.775	8.698	20.329	18.450	205.019
	Empenhado	7.519	24.488	5.563	3.889	6.006	4.050	7.181	33.715	46.476	5.885	15.404	16.644	176.820
	Emp. x Prog.	92,40%	68,24%	73,02%	93,15%	77,32%	81,94%	96,89%	96,81%	99,36%	67,66%	75,78%	90,21%	86,25%
0301000000	Programado	1.829	598	105	1.857	167	-	8.439	40	-	-	-	-	13.035
	Empenhado	131	598	105	1.857	-	-	8.439	6	-	-	-	-	11.136
	Emp. x Prog.	7,15%	100,00%	100,00%	99,97%	0,00%	0,00%	100,00%	14,64%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	85,43%
0309000000	Programado	-	-	-	-	4.369	750	41.103	-	1.053	2.576	2.079	11.471	63.402
	Empenhado	-	-	-	-	4.369	750	41.103	-	1.053	2.572	1.998	11.321	63.166
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	99,98%	100,00%	0,00%	100,00%	99,82%	96,09%	98,69%	99,63%
0310000000	Programado	-	1.914	2.837	1.056	10	10	10	210	320	160	160	160	6.847
	Empenhado	-	1.741	2.723	-	-	0	-	-	3	19	19	19	4.523
	Emp. x Prog.	0,00%	90,96%	96,00%	0,00%	0,00%	0,03%	0,00%	0,00%	0,97%	11,65%	11,65%	11,69%	66,06%
0311000033	Programado	-	-	7.062	34	-	-	-	-	-	-	-	-	7.096
	Empenhado	-	-	7.062	34	-	-	-	-	-	-	-	-	7.096
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0311000034	Programado	-	-	2.057	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.057
	Empenhado	-	-	2.057	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.057
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0311000035	Programado	-	-	9.600	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.600
	Empenhado	-	-	9.600	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.600
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0311000036	Programado	-	-	12.070	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.070
	Empenhado	-	-	12.070	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.070
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0311000037	Programado	-	-	2.937	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.937
	Empenhado	-	-	2.937	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.937
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0311000038	Programado	-	-	2.668	482	1.130	240	200	6	953	8	-	3.259	8.947
	Empenhado	-	-	2.378	482	1.130	240	200	6	128	8	-	109	4.681
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	89,11%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,99%	13,44%	100,00%	0,00%	3,35%	52,32%
0319000020	Programado	-	-	-	51	409	232	3	176	-	3	10	416	1.301
	Empenhado	-	-	-	51	234	232	3	176	-	3	10	1	711
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	57,24%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,24%	54,65%
0319000023	Programado	-	-	-	1.131	750	-	-	6	308	-	13	12	2.219
	Empenhado	-	-	-	1.131	750	-	-	6	144	-	13	-	2.044
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	46,84%	0,00%	100,00%	0,00%	92,09%
0319000025	Programado	-	1.037	-	-	-	-	-	-	-	-	0	278	1.315
	Empenhado	-	1.037	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	1.057
	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	7,19%	80,36%
0319000026	Programado	-	-	144	116	49	91	50	210	24	65	71	259	1.079
	Empenhado	-	-	110	115	49	86	49	208	24	38	64	46	788
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	76,32%	99,68%	100,00%	94,48%	97,92%	98,95%	100,00%	57,46%	90,60%	17,57%	73,03%
0320000000	Programado	-	-	2.252	206	-	159	39	70	12	106	162	109	3.116
	Empenhado	-	-	2.088	206	-	159	39	70	12	25	11	7	2.618
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	92,72%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	23,51%	6,74%	6,43%	84,02%

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0321000000	Programado	-	-	-	-	30	30	-	-	203	35	370	4.879	5.547
	Empenhado	-	-	-	-	30	30	-	-	203	35	370	157	826
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	3,23%	14,88%
0324000015	Programado	-	11.411	2.346	1.365	772	504	428	447	308	1.197	1.604	19.272	39.654
	Empenhado	-	8.183	2.044	1.063	271	195	126	145	128	226	325	95	12.800
	Emp. x Prog.	0,00%	71,71%	87,12%	77,87%	35,10%	38,63%	29,37%	32,46%	41,63%	18,89%	20,25%	0,49%	32,28%
0324000016	Programado	-	-	1.865	10	3.479	1.624	14	193	-	64	-	-	7.249
	Empenhado	-	-	1.865	10	3.442	1.463	14	193	-	10	-	-	6.996
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	98,94%	90,08%	100,00%	100,00%	0,00%	15,16%	0,00%	0,00%	96,52%
0326000000	Programado	-	85	0	-	96	-	-	15	-	9	11	-	216
	Empenhado	-	0	-	-	96	-	-	12	-	2	11	-	121
	Emp. x Prog.	0,00%	0,02%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	80,00%	0,00%	23,16%	100,00%	0,00%	56,03%
0328000000	Programado	-	1.941	1.460	677	3.216	767	9.269	2.594	3.829	838	1.559	1.607	27.755
	Empenhado	-	841	1.452	535	3.209	731	9.259	2.590	981	761	1.364	55	21.778
	Emp. x Prog.	0,00%	43,35%	99,45%	79,03%	99,78%	95,26%	99,90%	99,85%	25,63%	90,80%	87,49%	3,45%	78,47%
0329000015	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
0329000022	Programado	-	-	-	-	-	-	-	20	68	410	35	35	568
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	10	26	26	26	26	113
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	53,21%	37,48%	6,23%	73,58%	73,58%	19,85%
0331000000	Programado	-	-	42.899	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42.899
	Empenhado	-	-	42.899	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42.899
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0332000000	Programado	-	53	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.045	1.098
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0340000000	Programado	75	455	29	29	194	29	29	29	29	29	585	293	1.801
	Empenhado	-	455	29	29	194	29	29	29	29	29	165	293	1.306
	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	28,25%	100,00%	72,53%
0360000000	Programado	4.801	444	120	-	35	-	-	-	182	-	605	59	6.245
	Empenhado	4.200	444	120	-	-	-	-	-	182	-	69	59	5.074
	Emp. x Prog.	87,49%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	11,39%	100,00%	81,24%
0361000000	Programado	-	2.737	598	2.248	1.581	1.112	667	334	442	626	1.521	2.750	14.618
	Empenhado	-	2.437	588	1.626	1.469	884	407	334	430	275	1.447	2.667	12.564
	Emp. x Prog.	0,00%	89,04%	98,33%	72,34%	92,89%	79,43%	61,04%	100,00%	97,22%	43,87%	95,15%	96,97%	85,95%
0362000000	Programado	61	1.940	100	-	3.103	459	2.259	459	542	459	3.300	2.749	15.431
	Empenhado	-	1.940	55	-	2.771	459	2.259	459	542	459	3.030	2.077	14.053
	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	54,65%	0,00%	89,33%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	91,82%	75,57%	91,07%
0369000000	Programado	0	237	1.202	1.367	1.544	1.459	1.955	244	244	244	244	244	8.986
	Empenhado	-	237	1.202	1.367	1.541	1.453	1.952	241	243	241	241	241	8.960
	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,81%	99,55%	99,85%	98,80%	99,37%	98,83%	98,84%	98,81%	99,71%
0380000000	Programado	-	-	-	-	-	9.093	-	-	-	-	-	0	9.093
	Empenhado	-	-	-	-	-	9.093	-	-	-	-	-	-	9.093
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0381000000	Programado	-	-	24	29	2.532	2.357	669	23	31	49	806	6.589	13.111
	Empenhado	-	-	24	29	2.532	2.357	669	23	22	47	711	6.532	12.947
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	69,96%	95,19%	88,20%	99,13%	98,75%
0382000000	Programado	4.628	6.356	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.984
	Empenhado	28	6.356	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.384
	Emp. x Prog.	0,61%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	58,12%
0383000000	Programado	-	3.266	18.123	22.131	15.613	15.556	6.149	2.553	10.008	2.887	4.217	58.355	158.857
	Empenhado	-	3.266	18.123	22.131	15.613	14.826	6.149	2.553	10.008	2.887	4.216	5.014	104.786
	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	95,31%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,99%	8,59%	65,96%
0384000000	Programado	-	0	4	61	77	10	461	261	80	425	1.772	960	4.111
	Empenhado	-	0	4	1	26	10	297	106	68	360	202	619	1.694
	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	1,72%	33,88%	100,00%	64,42%	40,60%	85,60%	84,75%	11,40%	64,48%	41,19%
0385000001	Programado	-	2.494	5	35	754	1.250	2.462	709	290	680	176	3.145	12.001
	Empenhado	-	2.025	0	35	398	0	2.213	680	200	630	100	239	6.522
	Emp. x Prog.	0,00%	81,20%	4,56%	100,00%	52,76%	0,04%	89,89%	95,98%	68,88%	92,65%	57,13%	7,59%	54,35%
0385000004	Programado	-	-	160	-	-	-	-	-	-	-	-	-	160
	Empenhado	-	-	159	-	-	-	-	-	-	-	-	-	159
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	99,47%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	99,47%
0385000005	Programado	-	-	107	1.848	10	2.056	1.884	-	216	5.227	1.183	4.089	16.620
	Empenhado	-	-	107	1.757	10	2.056	303	-	216	5.227	818	-	10.495
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	95,09%	100,00%	100,00%	16,06%	0,00%	100,00%	100,00%	69,18%	0,00%	63,14%
0385000007	Programado	-	7.408	5.615	6.504	1.531	1.158	190	274	2.436	2.332	39	4.616	32.101
	Empenhado	-	-	5.591	5.714	1.407	1.158	143	274	1.541	2.307	39	211	18.386
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	99,58%	87,86%	91,91%	100,00%	75,39%	100,00%	63,26%	98,96%	100,00%	4,57%	57,27%
0385000008	Programado	-	14	-	807	-	-	382	1.456	7.353	8.892	4.719	403	24.026
	Empenhado	-	-	-	807	-	-	181	1.456	7.353	8.892	4.649	-	23.337
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	47,31%	100,00%	100,00%	100,00%	98,50%	0,00%	97,13%
0385000009	Programado	-	1	209	12.532	3.689	1.249	7.469	63	1.094	-	-	2.581	28.887
	Empenhado	-	-	209	12.338	3.689	1.249	7.469	63	1.094	-	-	-	26.112
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	98,46%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	90,39%
0385000010	Programado	-	587	334	252	207	238	224	40	35	65	22	70	2.071
	Empenhado	-	587	334	252	207	238	224	40	35	65	22	39	2.041
	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	55,81%	98,51%
0385000011	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.024	1.024
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0385000013	Programado	-	-	48	-	-	-	-	-	-	-	-	-	48
	Empenhado	-	-	48	-	-	-	-	-	-	-	-	-	48
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0385000014	Programado	-	-	1.063	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.063
	Empenhado	-	-	1.063	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.063
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0385000015	Programado	-	-	2	243	523	-	8	800	34	211	16.666	1	18.489
	Empenhado	-	-	2	243	523	-	8	661	34	66	3	1	1.541
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	82,65%	100,00%	31,06%	0,02%	100,00%	8,33%

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0385000016	Programado	-	-	-	-	-	565	-	-	72	-	-	-	637
	Empenhado	-	-	-	-	-	565	-	-	-	-	-	-	565
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	99,98%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	88,70%
0385000022	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31	-	-	31
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23	-	-	23
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	74,38%	0,00%	0,00%	74,38%
0386000000	Programado	-	-	1.264	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.264
	Empenhado	-	-	1.264	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.264
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0387000000	Programado	-	-	-	199	2	12	17	-	13	-	17	9	268
	Empenhado	-	-	-	199	2	9	17	-	13	-	17	-	256
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	76,79%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	95,75%
0388000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	250	106	15	-	2.679	3.049
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	250	106	15	-	-	371
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	12,15%
0391000001	Programado	-	320	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	320
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0391000004	Programado	-	-	160	-	-	-	-	-	-	-	-	-	160
	Empenhado	-	-	160	-	-	-	-	-	-	-	-	-	160
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0391000005	Programado	-	7.617	26.803	911	1.705	3.573	64	-	50	4.139	1.525	4.914	51.301
	Empenhado	-	6.711	25.883	911	805	3.376	5	-	50	4.124	1.525	-	43.391
	Emp. x Prog.	0,00%	88,11%	96,57%	100,00%	47,22%	94,49%	8,29%	0,00%	100,00%	99,63%	100,00%	0,00%	84,58%
0391000007	Programado	-	56.364	40.681	4.317	54.117	9.620	7.426	10.155	5.743	35.587	16.929	7.766	248.705
	Empenhado	-	42.956	33.298	3.115	45.540	9.488	5.702	8.790	3.315	24.498	7.431	3.920	188.052
	Emp. x Prog.	0,00%	76,21%	81,85%	72,17%	84,15%	98,62%	76,78%	86,56%	57,71%	68,84%	43,90%	50,48%	75,61%
0391000008	Programado	-	8.553	17.092	22.631	14.782	5.277	1.645	19.455	24.171	1.813	19.898	5.348	140.665
	Empenhado	-	8.553	17.023	22.631	14.780	5.277	1.645	19.455	24.124	1.799	18.565	5.040	138.893
	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	99,60%	100,00%	99,99%	100,00%	100,00%	100,00%	99,81%	99,25%	93,30%	94,24%	98,74%
0391000009	Programado	-	57.536	108.516	20.838	37.629	24.965	24.603	21.590	12.523	12.607	8.154	12.035	340.997
	Empenhado	-	55.923	104.066	19.938	37.611	24.965	24.530	21.493	10.791	11.736	6.367	7.582	325.002
	Emp. x Prog.	0,00%	97,20%	95,90%	95,68%	99,95%	100,00%	99,70%	99,55%	86,17%	93,09%	78,08%	63,00%	95,31%
0392000010	Programado	-	3.348	299	1.568	1.271	1.766	1.766	1.200	2.799	98	38	631	14.785
	Empenhado	-	3.348	299	1.568	1.271	1.766	1.766	1.200	2.799	98	38	631	14.785
	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
0392000011	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	276	276
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0392000012	Programado	-	-	-	-	-	-	-	507	-	-	-	-	507
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	507	-	-	-	-	507
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0392000013	Programado	-	5.721	1.342	-	-	-	-	164	-	-	-	79	7.305
	Empenhado	-	5.721	1.342	-	-	-	-	164	-	-	-	-	7.226
	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	98,92%

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0392000014	Programado	-	808	7.123	-	2.165	57	-	11	6	-	4	30	10.205
	Empenhado	-	808	7.123	-	2.165	57	-	11	6	-	4	-	10.175
	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	99,71%
0395000000	Programado	8.210	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.370	11.580
	Empenhado	4.088	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.370	7.458
	Emp. x Prog.	49,79%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	64,40%
0397000000	Programado	-	-	-	-	212	8.282	72	72	72	72	72	145	9.000
	Empenhado	-	-	-	-	212	8.282	72	72	72	72	72	108	8.964
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	74,80%	99,59%
0398000000	Programado	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0623000015	Programado	-	-	-	477	672	606	417	78	843	46	6.473	2.266	11.877
	Empenhado	-	-	-	477	672	577	417	78	843	46	2.228	213	5.551
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	95,21%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	34,42%	9,40%	46,74%
0623000017	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	16	3	-	-	19
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	16	-	-	-	16
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	84,31%
0623000043	Programado	-	-	-	-	6.381	3.213	1.295	141	-	11	-	-	11.041
	Empenhado	-	-	-	-	6.381	3.213	1.295	141	-	-	-	-	11.029
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	99,90%
0623000051	Programado	-	-	-	-	-	272	-	-	-	-	-	-	272
	Empenhado	-	-	-	-	-	56	-	-	-	-	-	-	56
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,62%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,62%
0623000055	Programado	-	-	-	121	310	336	70	513	-	-	-	-	1.350
	Empenhado	-	-	-	97	303	336	52	155	-	-	-	-	943
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	80,01%	97,92%	100,00%	74,10%	30,15%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	69,83%
0623000056	Programado	-	-	-	10	1.597	1.008	-	-	2	-	-	85	2.702
	Empenhado	-	-	-	-	1.524	15	-	-	2	-	-	3	1.543
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	95,45%	1,46%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	3,41%	57,12%
0623000058	Programado	-	-	-	139	230	679	195	143	154	136	9	81	1.767
	Empenhado	-	-	-	118	222	675	147	99	153	12	7	-	1.432
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	85,11%	96,56%	99,35%	75,18%	68,92%	98,83%	8,67%	81,20%	0,00%	81,06%
0623000059	Programado	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	3
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0625000000	Programado	-	99	1.336	132	8	363	72	40	32	939	167	70	3.259
	Empenhado	-	98	1.336	132	8	363	72	40	19	939	56	43	3.106
	Emp. x Prog.	0,00%	99,21%	100,00%	99,98%	100,00%	99,91%	99,73%	99,86%	58,51%	100,00%	33,68%	61,48%	95,32%
0628000000	Programado	40	8.210	37.227	10.433	3.828	22.117	2.392	1.181	2.386	2.037	7.164	15.033	112.047
	Empenhado	21	4.335	1.958	8.957	3.746	3.530	2.354	1.158	2.172	1.796	3.672	1.551	35.250
	Emp. x Prog.	50,90%	52,81%	5,26%	85,85%	97,85%	15,96%	98,41%	98,00%	91,07%	88,13%	51,26%	10,32%	31,46%
0629000000	Programado	-	1.048	5.770	119	3.045	599	647	342	1.328	1.164	1.038	3.975	19.074
	Empenhado	-	1.048	5.054	119	2.871	599	647	342	279	1.164	983	553	13.660
	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	87,60%	100,00%	94,30%	100,00%	100,00%	100,00%	21,05%	100,00%	94,73%	13,90%	71,62%

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0632000000	Programado	-	642	972	130	-	43	79	11	-	-	-	25	1.902
	Empenhado	-	642	972	130	-	43	79	8	-	-	-	-	1.874
	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	99,88%	0,00%	100,00%	100,00%	68,50%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	98,52%
0640000000	Programado	2.747	34.152	2.327	5.060	2.668	1.895	11.332	1.852	2.272	2.123	38.740	45.799	150.967
	Empenhado	2.150	32.565	1.809	1.846	2.578	1.759	11.290	1.800	2.029	1.866	36.999	40.632	137.323
	Emp. x Prog.	78,26%	95,35%	77,72%	36,48%	96,62%	92,85%	99,63%	97,19%	89,32%	87,92%	95,50%	88,72%	90,96%
0647000000	Programado	-	-	-	20	-	-	-	-	50	50	53	50	222
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0650000000	Programado	5.163	18.782	4.546	4.600	4.631	4.678	10.137	6.535	6.511	2.025	5.395	1.422	74.424
	Empenhado	5.163	18.782	4.546	4.600	4.631	4.678	5.062	6.535	6.511	2.025	5.395	1.422	69.350
	Emp. x Prog.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	49,94%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	93,18%
0659000000	Programado	-	-	-	-	31.907	-	64	-	-	-	-	-	31.971
	Empenhado	-	-	-	-	31.907	-	64	-	-	-	-	-	31.971
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0660000000	Programado	85	0	429	569	422	893	357	151	36	507	499	692	4.641
	Empenhado	84	-	380	569	422	893	357	142	36	507	497	95	3.982
	Emp. x Prog.	98,66%	0,00%	88,63%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	94,11%	99,83%	100,00%	99,56%	13,68%	85,81%
0661000000	Programado	3.432	83	132	46	34	337	278	1.706	412	122	5.270	2.639	14.491
	Empenhado	2.861	-	51	15	19	313	277	1.699	397	91	5.238	2.632	13.592
	Emp. x Prog.	83,37%	0,00%	38,54%	33,94%	55,37%	93,00%	99,69%	99,59%	96,26%	74,52%	99,38%	99,72%	93,80%
0662000000	Programado	-	-	124	3	21	52	316	56	270	52	342	952	2.187
	Empenhado	-	-	-	-	1	7	224	13	226	11	11	911	1.405
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	7,08%	12,86%	71,07%	22,49%	83,80%	21,80%	3,28%	95,76%	64,25%
0665000000	Programado	-	-	5.244	410	432	-	157	269	-	-	-	-	6.511
	Empenhado	-	-	5.241	408	432	-	157	269	-	-	-	-	6.506
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	99,93%	99,62%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	99,92%
0669000000	Programado	37.281	16.866	8.222	31.427	6.699	6.901	11.961	4.099	2.768	2.535	2.688	28.218	159.665
	Empenhado	34	15.407	6.447	31.154	3.781	6.525	11.884	2.747	1.784	1.589	1.060	7.685	90.097
	Emp. x Prog.	0,09%	91,35%	78,41%	99,13%	56,45%	94,55%	99,36%	67,03%	64,43%	62,67%	39,42%	27,23%	56,43%
0680000000	Programado	2.720	106	-	-	314	4.050	564	275	30	610	29	495	9.192
	Empenhado	1.436	106	-	-	314	732	564	275	30	302	28	-	3.787
	Emp. x Prog.	52,80%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	18,08%	100,00%	100,00%	98,63%	49,57%	96,36%	0,00%	41,20%
0682000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.266	-	2.266
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0684000000	Programado	5.487	5.650	3.776	420	671	1.649	459	1.158	1.707	1.672	3.539	2.157	28.345
	Empenhado	8	5.525	3.645	164	142	1.495	110	128	755	759	779	738	14.247
	Emp. x Prog.	0,15%	97,79%	96,53%	39,13%	21,21%	90,67%	23,89%	11,01%	44,25%	45,37%	22,00%	34,21%	50,26%
0685000000	Programado	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	0
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0685000001	Programado	277	4.646	1.718	5.097	136	190	3.845	1.443	2.163	2.746	8.475	9.244	39.981
	Empenhado	275	913	617	2.166	134	190	3.845	1.301	166	2.746	7.716	1.364	21.434
	Emp. x Prog.	99,03%	19,66%	35,92%	42,50%	98,92%	100,00%	100,00%	90,12%	7,67%	100,00%	91,05%	14,75%	53,61%

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0685000005	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	237	237
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	237	237
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
0685000007	Programado	-	-	463	-	23	-	-	-	637	1.666	2.688	790	6.267
	Empenhado	-	-	463	-	23	-	-	-	309	1.164	413	553	2.925
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	48,54%	69,90%	15,35%	69,99%	46,68%
0685000008	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	66	66
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0685000013	Programado	-	-	625	-	-	-	-	-	-	-	-	-	625
	Empenhado	-	-	625	-	-	-	-	-	-	-	-	-	625
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0685000015	Programado	-	-	-	6.064	376	482	35	60	564	480	924	3	8.987
	Empenhado	-	-	-	6	327	303	12	-	218	49	57	3	975
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,09%	86,98%	62,93%	33,46%	0,00%	38,69%	10,25%	6,14%	84,56%	10,85%
0689000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	247	-	247
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	247	-	247
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
0698000000	Programado	-	293	19	4	371	7	408	1.975	253	25	-	793	4.149
	Empenhado	-	293	19	4	371	7	408	1.124	-	25	-	364	2.615
	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	56,88%	0,00%	100,00%	0,00%	45,88%	63,03%
0699000000	Programado	-	-	-	-	26.036	-	1.189	-	-	-	-	-	27.225
	Empenhado	-	-	-	-	26.036	-	1.189	-	-	-	-	-	27.225
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
1100000000	Programado	86	334	27	204	327	754	56	-	-	-	-	165	1.953
	Empenhado	84	326	27	190	327	753	56	-	-	-	-	-	1.764
	Emp. x Prog.	98,15%	97,62%	100,00%	93,00%	100,00%	99,93%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	90,29%
2191000009	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31.262	31.262
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31.262	31.262
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
2385000008	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.949	-	-	5.949
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.949	-	-	5.949
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
2391000008	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
2391000009	Programado	-	-	6.828	6.533	1.242	923	571	1.243	642	769	2.189	1	20.940
	Empenhado	-	-	6.828	6.498	1.242	695	557	1.243	642	653	2.184	-	20.542
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	99,47%	100,00%	75,36%	97,56%	100,00%	100,00%	84,87%	99,77%	0,00%	98,10%
4191000009	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.127	17.127
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.127	17.127
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
4385000008	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.669	2.480	-	7.149
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.669	2.480	-	7.149
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
4391000008	Programado	-	-	5.578	1.156	861	7.929	111	2.538	-	-	2.320	-	20.492
	Empenhado	-	-	5.575	1.156	861	7.929	111	2.538	-	-	2.320	-	20.489
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	99,95%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	99,99%
4391000009	Programado	-	-	9.214	300	2.513	3.918	37	-	226	3.070	128	575	19.979
	Empenhado	-	-	9.214	300	2.513	3.846	37	-	213	3.041	128	-	19.291
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	98,16%	100,00%	0,00%	94,30%	99,08%	100,00%	0,00%	96,56%
7100000000	Programado	-	5	5	623	32	9	9	1.084	64	393	146	765	3.136
	Empenhado	-	1	1	619	27	5	5	519	59	377	31	35	1.678
	Emp. x Prog.	0,00%	17,59%	17,69%	99,29%	85,94%	52,71%	52,71%	47,88%	93,00%	95,81%	21,23%	4,63%	53,53%
7111000035	Programado	-	-	-	-	40	-	221	-	221	-	41	-	523
	Empenhado	-	-	-	-	40	-	221	-	221	-	41	-	523
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
7111000036	Programado	-	-	139	-	-	-	-	96	-	-	-	-	235
	Empenhado	-	-	139	-	-	-	-	96	-	-	-	-	235
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
7119000019	Programado	-	-	-	-	-	-	-	46	-	-	5	749	800
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	44	-	-	2	6	52
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	96,48%	0,00%	0,00%	33,08%	0,83%	6,53%
7129000030	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	534	534
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
7162000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	35	-	-	-	35
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	35	-	-	-	35
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
7229000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	36	49
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	2	15
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	4,17%	29,59%
7240000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	760	760
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
7269000000	Programado	-	224	-	-	202	210	674	1.000	-	-	487	-	2.797
	Empenhado	-	224	-	-	202	210	674	1.000	-	-	487	-	2.797
	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
7300000000	Programado	-	1.460	1.038	1.697	338	351	60	658	484	177	38	1.411	7.713
	Empenhado	-	19	516	174	264	348	58	220	423	121	34	119	2.297
	Emp. x Prog.	0,00%	1,31%	49,70%	10,22%	78,14%	99,31%	96,61%	33,38%	87,45%	68,47%	89,68%	8,43%	29,78%
7311000034	Programado	-	-	-	58	-	-	-	-	-	-	-	-	58
	Empenhado	-	-	-	58	-	-	-	-	-	-	-	-	58
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
7311000035	Programado	-	221	-	1.857	9	-	-	-	-	-	191	-	2.278
	Empenhado	-	221	-	174	8	-	-	-	-	-	49	-	452
	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	0,00%	9,35%	90,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	25,69%	0,00%	19,83%
7329000015	Programado	-	-	-	312	-	-	-	-	229	694	-	3	1.238
	Empenhado	-	-	-	126	-	-	-	-	-	694	-	-	820
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	40,49%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	66,27%

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
7329000022	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
7629000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	596	404	1.000
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	135	-	135
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	22,63%	0,00%	13,50%
7640000000	Programado	-	400	2	1	1	2	60	90	21	-	-	103	680
	Empenhado	-	260	2	1	1	2	60	90	21	-	-	20	457
	Emp. x Prog.	0,00%	65,02%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	19,19%	67,17%
7661000000	Programado	-	30	-	-	-	-	-	-	109	204	0	46	388
	Empenhado	-	30	-	-	-	-	-	-	109	204	-	-	342
	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	88,15%
7669000000	Programado	7	794	7	171	14	7	20	7	7	7	7	213	1.263
	Empenhado	5	710	5	169	12	5	18	7	7	7	7	207	1.160
	Emp. x Prog.	70,07%	89,42%	74,88%	98,53%	84,31%	68,77%	88,94%	100,00%	97,87%	100,00%	100,00%	97,15%	91,82%
	Programado	1.933.692	1.984.286	2.132.138	1.972.373	2.127.885	2.275.420	1.981.355	2.030.042	2.105.510	2.207.197	2.416.405	4.431.057	27.597.359
	Empenhado	1.824.533	1.911.550	2.054.065	1.924.939	2.085.743	2.215.252	1.938.674	1.988.286	2.045.661	2.142.597	2.269.437	3.193.508	25.594.245
	Emp. x Prog.	94,35%	96,33%	96,34%	97,60%	98,02%	97,36%	97,85%	97,94%	97,16%	97,07%	93,92%	72,07%	92,74%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Notas:

1 - A Programação Financeira é liberada por meio das Cotas Financeiras mensais, que apresentam os limites os quais os empenhos poderão ser efetuados. Assim, no momento da emissão dos empenhos, as cotas financeiras são reduzidas das respectivas programações financeiras.

2 - A tabela Consolidado Geral não possui valores programados e empenhados no grupo de programação financeira 28 da Unidade Gestora do Ministério Público.

3 - Para o Poder Executivo, os valores 'Programados' são aqueles estabelecidos na Programação Financeira disponível no SIGEF e representam o limite mensal de empenho.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.

Franc Ribeiro Correa
Diretor do Tesouro Estadual

Márcio Luiz Lohmeyer
Gerente de Programação Financeira do Tesouro

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER EXECUTIVO

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0100000000	Programado	988.252	951.996	932.874	980.599	989.651	1.117.327	909.925	964.769	1.022.867	1.058.151	1.141.954	1.478.940	12.537.306
0100000000	Empenhado	985.779	951.498	932.532	980.144	989.226	1.116.684	908.818	963.893	1.020.957	1.054.671	1.138.750	1.403.590	12.446.544
0100000000	Emp. x Prog.	99,75%	99,95%	99,96%	99,95%	99,96%	99,94%	99,88%	99,91%	99,81%	99,67%	99,72%	94,91%	99,28%
0101000000	Programado	-	-	-	-	7.500	-	-	6.937	-	-	1.200	10.080	25.717
0101000000	Empenhado	-	-	-	-	7.500	-	-	6.937	-	-	1.200	10.062	25.700
0101000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	99,82%	99,93%
0111000033	Programado	7.080	6.932	10.144	9.308	10.668	9.981	11.383	11.474	8.406	12.862	9.827	10.438	118.503
0111000033	Empenhado	7.080	6.932	10.144	9.305	10.668	9.981	11.383	11.458	8.397	12.860	9.786	10.392	118.386
0111000033	Emp. x Prog.	100,00%	100,00%	100,00%	99,97%	100,00%	100,00%	100,00%	99,86%	99,89%	99,98%	99,58%	99,56%	99,90%
0111000034	Programado	2.326	2.660	3.130	3.058	3.868	3.455	3.525	3.776	2.555	4.562	3.745	4.488	41.148
0111000034	Empenhado	2.326	2.660	3.130	3.058	3.868	3.455	3.525	3.776	2.555	4.562	3.744	4.485	41.144
0111000034	Emp. x Prog.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,98%	99,94%	99,99%
0111000035	Programado	9.426	10.893	9.087	14.586	12.062	11.926	11.293	14.972	9.864	19.464	16.777	22.782	163.133
0111000035	Empenhado	9.426	10.893	9.087	14.586	12.062	11.926	11.293	14.972	9.864	19.464	16.777	22.779	163.129
0111000035	Emp. x Prog.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,98%	100,00%
0111000036	Programado	11.020	10.549	16.567	15.385	19.472	18.040	18.272	21.670	12.725	19.313	19.473	13.127	195.613
0111000036	Empenhado	11.020	10.549	16.567	15.385	19.472	18.040	18.272	21.670	12.725	19.313	19.473	13.124	195.610
0111000036	Emp. x Prog.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,98%	100,00%
0111000037	Programado	5.742	6.082	7.122	7.225	7.409	6.942	7.366	7.317	4.257	6.343	15.953	9.148	90.904
0111000037	Empenhado	5.735	6.074	7.114	7.221	7.407	6.941	7.363	7.317	4.256	6.217	15.440	8.678	89.763
0111000037	Emp. x Prog.	99,88%	99,87%	99,89%	99,95%	99,98%	99,98%	99,96%	100,00%	99,99%	98,02%	96,79%	94,86%	98,75%
0111000038	Programado	514	747	708	633	500	1.102	1.195	1.102	959	496	1.331	3.090	12.375
0111000038	Empenhado	469	651	687	612	480	1.031	1.081	1.073	927	462	1.299	899	9.671
0111000038	Emp. x Prog.	91,30%	87,17%	97,16%	96,57%	96,04%	93,62%	90,44%	97,37%	96,59%	93,21%	97,60%	29,10%	78,15%
0111000060	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0111000060	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0111000060	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0119000018	Programado	409	577	520	627	537	500	507	1.140	1.337	597	194	2.475	9.421
0119000018	Empenhado	409	577	516	626	534	500	507	1.140	1.329	593	165	1.363	8.260
0119000018	Emp. x Prog.	100,00%	100,00%	99,23%	99,94%	99,44%	99,98%	100,00%	99,98%	99,36%	99,34%	85,11%	55,08%	87,68%
0119000019	Programado	-	11	-	2	-	3	-	13	250	298	742	552	1.872
0119000019	Empenhado	-	7	-	2	-	3	-	6	250	298	496	522	1.584
0119000019	Emp. x Prog.	0,00%	61,88%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	43,90%	100,00%	100,00%	66,78%	94,57%	84,61%
0119000020	Programado	-	10	60	735	412	64	163	95	171	233	138	1.750	3.831
0119000020	Empenhado	-	10	60	735	409	64	163	95	171	233	138	121	2.199
0119000020	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,43%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	6,92%	57,41%
0119000021	Programado	582	634	691	651	708	669	506	1.033	760	786	1.066	2.972	11.057
0119000021	Empenhado	580	632	689	621	708	669	506	1.031	756	784	1.041	1.783	9.799
0119000021	Emp. x Prog.	99,69%	99,62%	99,71%	95,34%	100,00%	99,95%	100,00%	99,81%	99,51%	99,76%	97,65%	59,99%	88,62%
0119000023	Programado	-	114	156	171	46	75	118	-	194	80	-	479	1.433
0119000023	Empenhado	-	114	156	171	46	75	118	-	194	80	-	253	1.207
0119000023	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	52,80%	84,21%
0119000024	Programado	0	0	0	0	84	-	309	-	29	115	337	0	874
0119000024	Empenhado	-	-	-	-	-	-	309	-	29	115	300	-	753
0119000024	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	99,81%	100,00%	89,13%	0,00%	86,15%

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER EXECUTIVO

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0119000026	Programado	42	12	4	6	1	1	10	7	9	5	10	583	691
0119000026	Empenhado	42	12	4	6	1	1	10	7	9	5	5	106	209
0119000026	Emp. x Prog.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	47,62%	18,17%	30,18%
0120000000	Programado	13.456	23.908	18.947	20.446	14.865	14.635	16.674	16.737	18.048	17.529	19.103	30.532	224.880
0120000000	Empenhado	13.450	23.897	18.896	20.406	14.844	14.577	16.646	16.689	18.010	17.361	18.918	22.792	216.486
0120000000	Emp. x Prog.	99,96%	99,96%	99,73%	99,81%	99,86%	99,60%	99,83%	99,71%	99,79%	99,04%	99,03%	74,65%	96,27%
0121000000	Programado	116	423	1.191	3.045	2.047	1.152	4.160	2.301	1.115	1.981	2.910	25.733	46.174
0121000000	Empenhado	116	379	1.191	3.045	2.047	1.152	4.160	1.828	1.115	1.981	2.893	1.584	21.492
0121000000	Emp. x Prog.	100,00%	89,71%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	79,48%	100,00%	100,00%	99,41%	6,16%	46,55%
0122000000	Programado	260	423	726	548	8.539	1.439	3.760	1.125	1.002	648	5.417	9.255	33.143
0122000000	Empenhado	165	423	725	546	8.329	1.164	3.547	875	750	294	1.777	7.950	26.544
0122000000	Emp. x Prog.	63,28%	100,00%	99,93%	99,63%	97,54%	80,87%	94,33%	77,75%	74,89%	45,41%	32,80%	85,90%	80,09%
0124000015	Programado	1.038	-	2.910	2.459	6.131	5.424	434	3.055	1.996	48	2.007	9.107	34.609
0124000015	Empenhado	1.038	-	2.872	2.456	5.507	3.216	432	3.052	1.722	48	1.508	1.254	23.104
0124000015	Emp. x Prog.	100,00%	0,00%	98,69%	99,86%	89,83%	59,30%	99,57%	99,89%	86,25%	100,00%	75,14%	13,77%	66,76%
0124000016	Programado	-	-	2.393	2.134	2.200	4.774	2.748	5.497	3.416	6.832	7.946	5.417	43.358
0124000016	Empenhado	-	-	2.393	2.134	2.200	4.774	2.748	5.497	3.416	6.832	7.946	5.128	43.069
0124000016	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	94,66%	99,33%
0128000000	Programado	-	-	-	4.628	4.859	10	125	1.254	4.394	48	4.965	4.212	24.495
0128000000	Empenhado	-	-	-	4.628	4.859	10	125	1.254	4.391	48	4.336	3.957	23.607
0128000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	99,99%	100,00%	100,00%	100,00%	99,93%	100,00%	87,33%	93,94%	96,38%
0129000022	Programado	-	-	-	-	-	177	2	51	19	11	70	171	500
0129000022	Empenhado	-	-	-	-	-	33	2	51	19	11	70	89	274
0129000022	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	18,44%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	52,22%	54,85%
0129000028	Programado	60	123	109	87	123	474	109	223	118	146	403	1.307	3.282
0129000028	Empenhado	57	123	109	87	104	459	100	204	99	128	90	578	2.139
0129000028	Emp. x Prog.	96,00%	100,00%	100,00%	100,00%	84,26%	96,81%	92,08%	91,62%	84,32%	87,70%	22,24%	44,21%	65,16%
0129000029	Programado	7	7	12	51	33	27	7	26	354	845	124	630	2.123
0129000029	Empenhado	5	7	12	49	26	20	1	20	305	801	5	428	1.679
0129000029	Emp. x Prog.	70,53%	100,00%	100,00%	97,28%	80,60%	76,27%	9,63%	74,67%	86,03%	94,74%	3,86%	67,90%	79,05%
0129000030	Programado	-	-	1.300	400	400	3.400	214	-	310	-	342	465	6.830
0129000030	Empenhado	-	-	1.300	400	400	3.400	214	-	79	-	-	30	5.823
0129000030	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,97%	0,00%	25,58%	0,00%	0,00%	6,46%	85,26%
0131000000	Programado	144.246	118.581	130.484	180.675	184.170	177.962	181.911	181.392	188.337	194.442	208.906	251.648	2.142.755
0131000000	Empenhado	144.210	118.553	130.456	180.524	184.133	177.887	181.732	181.099	187.522	193.185	203.226	230.626	2.113.153
0131000000	Emp. x Prog.	99,97%	99,98%	99,98%	99,92%	99,98%	99,96%	99,90%	99,84%	99,57%	99,35%	97,28%	91,65%	98,62%
0132000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.110	3.110
0132000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0132000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0140000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.978	367	3.344
0140000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.978	12	2.990
0140000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	3,30%	89,40%
0160000000	Programado	-	-	-	-	-	4.000	720	-	-	-	2.100	58.497	65.317
0160000000	Empenhado	-	-	-	-	-	4.000	720	-	-	-	2.100	58.497	65.317
0160000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER EXECUTIVO

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0161000000	Programado	13	4.508	17.258	12.294	10.003	14.369	6.983	8.698	15.093	12.156	15.412	23.769	140.557
0161000000	Empenhado	13	4.503	17.195	12.197	9.969	14.268	6.932	8.672	15.059	11.932	10.715	20.505	131.960
0161000000	Emp. x Prog.	100,00%	99,89%	99,63%	99,21%	99,66%	99,29%	99,27%	99,70%	99,78%	98,16%	69,52%	86,27%	93,88%
0162000000	Programado	4.602	6.699	9.033	4.489	6.484	7.567	10.294	7.394	9.077	6.414	6.162	11.766	89.981
0162000000	Empenhado	4.482	6.666	9.008	4.466	6.460	7.518	10.235	7.332	8.846	5.849	5.132	9.943	85.937
0162000000	Emp. x Prog.	97,39%	99,51%	99,72%	99,50%	99,63%	99,34%	99,42%	99,16%	97,46%	91,19%	83,29%	84,50%	95,50%
0169000000	Programado	-	-	-	-	19.500	17.000	5.900	3.030	500	1.949	1.590	33.570	83.039
0169000000	Empenhado	-	-	-	-	19.500	16.900	5.900	3.030	500	1.949	1.590	33.570	82.939
0169000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	99,41%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,88%
0180000000	Programado	-	7.186	5.414	12.000	11.000	11.000	2.500	7.752	6.642	7.800	17.955	29.546	118.796
0180000000	Empenhado	-	7.060	5.289	12.000	11.000	11.000	2.500	7.655	6.642	7.800	17.955	28.922	117.824
0180000000	Emp. x Prog.	0,00%	98,26%	97,68%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	98,75%	100,00%	100,00%	100,00%	97,89%	99,18%
0185000001	Programado	-	-	-	-	-	85	-	12	11	-	47	47	202
0185000001	Empenhado	-	-	-	-	-	85	-	11	11	-	47	23	177
0185000001	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	92,44%	100,00%	0,00%	100,00%	48,47%	87,50%
0185000005	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	308	860	-	1.168
0185000005	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	298	835	-	1.133
0185000005	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	96,67%	97,08%	0,00%	96,97%
0185000007	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	525	-	294	511	1.330
0185000007	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0185000007	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0185000008	Programado	-	-	-	-	-	-	-	4.179	5.580	1.443	2.101	1.691	14.994
0185000008	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	4.179	5.580	1.443	2.101	986	14.289
0185000008	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	58,32%	95,30%
0185000009	Programado	-	-	-	-	-	1.111	429	447	974	-	529	-	3.490
0185000009	Empenhado	-	-	-	-	-	1.111	429	447	77	-	325	-	2.389
0185000009	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	7,87%	0,00%	61,37%	0,00%	68,44%
0185000010	Programado	-	-	-	-	-	-	37	189	181	221	257	431	1.318
0185000010	Empenhado	-	-	-	-	-	-	37	189	181	221	257	371	1.258
0185000010	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	86,12%	95,46%
0185000015	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	113	-	0	113
0185000015	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	0	2
0185000015	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,42%	0,00%	100,00%	1,52%
0186000000	Programado	2.808	1.254	1.114	777	642	1.552	956	788	2.892	852	921	3.703	18.260
0186000000	Empenhado	2.801	1.201	1.110	746	642	1.089	874	704	2.715	731	745	2.423	15.781
0186000000	Emp. x Prog.	99,74%	95,80%	99,64%	96,00%	100,00%	70,20%	91,48%	89,28%	93,87%	85,76%	80,87%	65,42%	86,42%
0187000000	Programado	2	102	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	624
0187000000	Empenhado	-	100	50	50	50	50	50	50	-	-	-	-	402
0187000000	Emp. x Prog.	0,00%	98,27%	96,59%	96,59%	96,59%	96,59%	96,59%	96,59%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	64,39%
0191000005	Programado	-	-	-	-	11.118	20.067	179	729	10.000	8.260	10	9.688	60.052
0191000005	Empenhado	-	-	-	-	11.118	14.629	179	503	10.000	8.100	3	9.000	53.532
0191000005	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	72,90%	100,00%	69,02%	100,00%	98,06%	25,31%	92,90%	89,14%
0191000007	Programado	-	-	1.918	-	3.012	-	-	-	823	11.704	402	8.941	26.799
0191000007	Empenhado	-	-	1.918	-	3.012	-	-	-	823	4.124	-	8.200	18.076

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER EXECUTIVO

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0191000007	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	35,24%	0,00%	91,71%	67,45%
0191000009	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	77.668	77.668
0191000009	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	72.289	72.289
0191000009	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	93,07%	93,07%
0192000001	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0192000001	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0192000001	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0192000010	Programado	-	-	-	-	-	-	-	2.569	315	73	-	985	3.942
0192000010	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	2.569	315	73	-	-	2.957
0192000010	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	75,01%
0192000012	Programado	222	129	108	108	238	108	2	1.984	-	-	-	24	2.923
0192000012	Empenhado	222	129	108	108	238	108	2	1.948	-	-	-	-	2.864
0192000012	Emp. x Prog.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	98,19%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	97,96%
0192000013	Programado	-	5.790	18.311	2.671	15.357	8.961	20.203	17.243	26.296	10.364	22.180	4.118	151.493
0192000013	Empenhado	-	5.790	18.311	2.664	15.357	8.961	20.203	16.222	26.296	10.364	22.180	30	146.377
0192000013	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	99,73%	100,00%	100,00%	100,00%	94,08%	100,00%	100,00%	100,00%	0,73%	96,62%
0192000014	Programado	-	-	-	-	-	26.484	4.553	3.411	9.609	4.722	8.786	6.739	64.304
0192000014	Empenhado	-	-	-	-	-	26.484	4.553	3.405	9.454	4.023	8.786	800	57.505
0192000014	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	99,83%	98,39%	85,20%	100,00%	11,87%	89,43%
0193000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19.167	-	19.167
0193000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19.167	-	19.167
0193000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
0199000000	Programado	-	420	210	210	210	210	6.387	210	2.514	-	2.700	-	13.071
0199000000	Empenhado	-	420	210	210	210	210	6.387	210	2.514	-	2.700	-	13.071
0199000000	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
0223000015	Programado	-	16	69	100	59	183	79	59	59	59	1.669	392	2.742
0223000015	Empenhado	-	16	69	100	59	178	79	59	59	59	111	58	845
0223000015	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	97,27%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	6,65%	14,70%	30,82%
0223000017	Programado	177	2.918	3.188	3.281	3.129	2.913	3.039	2.876	2.732	2.510	2.351	7.014	36.127
0223000017	Empenhado	177	2.918	3.188	3.281	3.129	2.913	3.039	2.876	2.732	2.510	2.351	7.012	36.125
0223000017	Emp. x Prog.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,97%	99,99%
0223000039	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0223000039	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0223000039	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0223000040	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	709	709
0223000040	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	686	686
0223000040	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	96,68%	96,68%
0223000041	Programado	-	28	-	120	385	25	25	25	221	25	25	25	902
0223000041	Empenhado	-	28	-	120	385	25	25	25	221	25	25	25	902
0223000041	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
0223000042	Programado	-	-	-	-	-	-	1.980	1.979	2.000	2.000	2.000	2.009	11.969
0223000042	Empenhado	-	-	-	-	-	-	1.980	1.979	2.000	2.000	2.000	2.000	11.959
0223000042	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,55%	99,92%
0223000043	Programado	7.995	33.207	27.468	20.081	20.583	17.217	17.538	17.086	34.098	26.251	46.023	32.538	300.085

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER EXECUTIVO

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0223000043	Empenhado	7.995	33.101	27.468	20.081	20.583	17.217	17.538	17.086	34.098	26.251	46.023	31.007	298.449
0223000043	Emp. x Prog.	100,00%	99,68%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	95,30%	99,45%
0223000044	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.210	110	1.320
0223000044	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.200	-	1.200
0223000044	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	99,17%	0,00%	90,91%
0223000045	Programado	4	1.010	597	536	1.243	1.534	787	2.486	2.712	1.042	1.590	2.151	15.692
0223000045	Empenhado	4	1.010	597	531	1.238	1.531	787	2.486	2.712	1.042	1.571	1.699	15.208
0223000045	Emp. x Prog.	100,00%	100,00%	99,99%	99,01%	99,66%	99,81%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	98,76%	79,01%	96,92%
0223000046	Programado	-	-	-	-	-	-	-	371	62	103	74	64	674
0223000046	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	371	62	103	62	62	660
0223000046	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	83,64%	96,49%	97,87%
0223000047	Programado	-	45	4	30	30	30	30	67	67	90	75	71	539
0223000047	Empenhado	-	45	4	30	30	30	30	67	67	90	75	52	520
0223000047	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	73,67%	96,53%
0223000048	Programado	-	-	-	11	10	25	880	3.192	2.131	717	3.255	310	10.532
0223000048	Empenhado	-	-	-	11	10	25	880	3.192	2.131	717	2.700	299	9.966
0223000048	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	82,96%	96,35%	94,63%
0223000049	Programado	28	5.233	3.359	1.860	4.695	4.569	2.771	10.271	16.295	4.983	5.719	10.370	70.152
0223000049	Empenhado	28	5.233	3.359	1.860	4.695	4.569	2.771	10.271	16.295	4.983	5.719	10.258	70.039
0223000049	Emp. x Prog.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	98,92%	99,84%
0223000050	Programado	40	198	164	155	119	57	49	47	169	108	1.407	391	2.903
0223000050	Empenhado	40	198	164	155	119	57	49	47	169	108	1.096	358	2.560
0223000050	Emp. x Prog.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	77,92%	91,62%	88,17%
0223000051	Programado	11	12	12	12	12	12	12	12	12	12	204	29	350
0223000051	Empenhado	9	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	115
0223000051	Emp. x Prog.	79,73%	81,40%	81,39%	81,39%	81,39%	81,39%	81,39%	81,39%	81,68%	81,39%	4,72%	33,16%	32,73%
0223000052	Programado	28	1.801	1.824	1.873	24	15	3.753	1.801	1.851	3.450	1.822	4.177	22.419
0223000052	Empenhado	28	1.801	1.823	1.873	24	15	3.753	1.801	1.851	3.450	1.803	4.100	22.321
0223000052	Emp. x Prog.	100,00%	100,00%	99,92%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	98,96%	98,15%	99,56%
0223000053	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24	276	-	300
0223000053	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24	-	-	24
0223000053	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	8,02%
0223000054	Programado	-	-	-	-	-	-	-	1.243	1.412	161	10	12.181	15.007
0223000054	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	1.243	1.400	161	-	3.556	6.360
0223000054	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	99,16%	100,00%	0,00%	29,19%	42,38%
0223000055	Programado	81	144	116	112	112	111	135	130	142	142	150	139	1.513
0223000055	Empenhado	80	144	116	112	112	111	116	130	142	142	130	121	1.456
0223000055	Emp. x Prog.	98,31%	99,96%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	85,64%	100,00%	100,00%	100,00%	87,07%	87,50%	96,19%
0223000056	Programado	5	42	23	177	14	14	14	14	14	14	69	290	692
0223000056	Empenhado	5	42	23	177	14	14	14	14	14	14	16	236	584
0223000056	Emp. x Prog.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	22,98%	81,43%	84,48%
0223000057	Programado	28	150	50	55	82	333	212	53	68	50	549	92	1.722
0223000057	Empenhado	28	150	50	55	82	324	197	53	68	50	62	60	1.179
0223000057	Emp. x Prog.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	97,29%	92,77%	100,00%	100,00%	100,00%	11,37%	64,78%	68,44%

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER EXECUTIVO

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0223000058	Programado	126	336	343	358	350	340	369	997	465	480	764	810	5.739
0223000058	Empenhado	120	336	343	358	350	340	369	997	465	480	716	577	5.451
0223000058	Emp. x Prog.	95,09%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,99%	100,00%	100,00%	100,00%	93,68%	71,17%	94,98%
0223000059	Programado	-	-	-	-	-	237	-	1	-	41	32	-	311
0223000059	Empenhado	-	-	-	-	-	237	-	1	-	41	-	-	279
0223000059	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	89,66%
0225000000	Programado	-	-	-	-	-	-	0	9	5	3	-	-	17
0225000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	0	3	5	3	-	-	12
0225000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	89,18%	35,61%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	66,95%
0228000000	Programado	1.767	2.647	1.669	1.736	3.489	1.994	4.656	2.679	3.695	1.774	4.951	12.737	43.793
0228000000	Empenhado	1.767	2.643	1.653	1.733	3.437	1.940	4.631	2.428	3.444	1.574	4.520	4.642	34.412
0228000000	Emp. x Prog.	99,97%	99,85%	99,09%	99,86%	98,52%	97,29%	99,46%	90,64%	93,21%	88,74%	91,28%	36,45%	78,58%
0229000000	Programado	633	1.450	1.029	892	2.990	1.628	1.193	2.049	2.641	4.699	2.774	9.900	31.879
0229000000	Empenhado	592	1.419	995	861	2.962	1.596	1.168	2.018	2.572	4.610	2.390	1.153	22.335
0229000000	Emp. x Prog.	93,60%	97,86%	96,67%	96,49%	99,05%	98,02%	97,89%	98,47%	97,38%	98,10%	86,16%	11,65%	70,06%
0232000000	Programado	-	384	-	-	-	43	-	-	-	1.498	-	4	1.929
0232000000	Empenhado	-	384	-	-	-	43	-	-	-	1.498	-	-	1.925
0232000000	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	99,77%
0240000000	Programado	16.517	64.669	41.612	44.270	46.216	129.751	63.319	65.019	59.679	57.583	58.574	100.874	748.083
0240000000	Empenhado	16.118	64.285	41.077	43.872	45.841	129.404	62.999	63.701	59.172	56.845	55.404	69.176	707.894
0240000000	Emp. x Prog.	97,58%	99,41%	98,72%	99,10%	99,19%	99,73%	99,49%	97,97%	99,15%	98,72%	94,59%	68,58%	94,63%
0250000000	Programado	165.584	162.014	169.843	170.801	170.947	170.322	179.464	196.704	193.617	215.578	203.750	263.529	2.262.153
0250000000	Empenhado	165.576	162.010	169.840	170.797	170.942	170.303	179.442	196.699	193.611	215.554	193.162	262.354	2.250.290
0250000000	Emp. x Prog.	99,99%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,99%	99,99%	100,00%	100,00%	99,99%	94,80%	99,55%	99,48%
0260000000	Programado	600	380	813	403	592	463	1.062	807	995	1.278	1.913	5.027	14.334
0260000000	Empenhado	600	341	803	392	584	455	1.054	798	971	1.271	1.195	2.059	10.521
0260000000	Emp. x Prog.	99,89%	89,66%	98,75%	97,12%	98,51%	98,20%	99,22%	98,90%	97,64%	99,45%	62,46%	40,95%	73,40%
0261000000	Programado	-	67	4.423	6.547	5.228	7.545	9.064	5.809	5.134	13.670	8.660	37.220	103.367
0261000000	Empenhado	-	67	4.414	6.529	5.204	7.528	9.064	5.809	5.123	13.491	8.453	36.931	102.614
0261000000	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	99,80%	99,72%	99,53%	99,78%	100,00%	100,00%	99,77%	98,70%	97,61%	99,22%	99,27%
0263000000	Programado	-	150	4.666	5.337	1.156	2.030	5.475	2.347	1.093	6.443	6.667	6.401	41.765
0263000000	Empenhado	-	150	4.626	5.314	1.133	2.028	5.475	2.347	1.093	6.443	6.667	6.401	41.677
0263000000	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	99,14%	99,57%	98,03%	99,90%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,79%
0265000000	Programado	102	1.835	770	5.464	852	8.239	1.119	6.590	2.352	1.463	10.864	3.984	43.635
0265000000	Empenhado	47	1.770	657	5.330	852	7.845	766	5.815	1.838	1.137	8.235	3.574	37.866
0265000000	Emp. x Prog.	46,11%	96,50%	85,35%	97,54%	100,00%	95,21%	68,44%	88,24%	78,14%	77,72%	75,80%	89,72%	86,78%
0266000000	Programado	-	8	1.007	451	817	963	1.545	1.526	3.407	421	3.907	4.564	18.614
0266000000	Empenhado	-	8	1.007	451	817	963	1.545	1.526	3.407	421	3.907	3.390	17.440
0266000000	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	74,28%	93,69%
0269000000	Programado	11.658	8.254	13.407	14.124	18.573	15.267	19.118	24.973	19.636	19.853	31.410	29.564	225.837
0269000000	Empenhado	11.653	8.153	13.339	14.044	18.440	15.153	19.024	24.886	18.332	19.633	30.914	22.488	216.059
0269000000	Emp. x Prog.	99,96%	98,77%	99,49%	99,43%	99,29%	99,25%	99,51%	99,65%	93,36%	98,89%	98,42%	76,07%	95,67%
0280000000	Programado	-	-	-	-	1	1	0	0	3	1	5	-	11
0280000000	Empenhado	-	-	-	-	1	1	0	0	3	1	0	-	6

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER EXECUTIVO

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0280000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	98,01%	85,17%	5,74%	0,00%	52,61%
0285000001	Programado	-	294	32	241	35	41	636	230	214	366	1.159	3.709	6.958
0285000001	Empenhado	-	234	32	240	33	41	593	181	69	366	947	2.426	5.161
0285000001	Emp. x Prog.	0,00%	79,48%	100,00%	99,63%	94,64%	99,89%	93,25%	78,41%	32,18%	100,00%	81,72%	65,39%	74,18%
0285000013	Programado	-	-	-	289	-	-	-	-	-	-	-	-	289
0285000013	Empenhado	-	-	-	102	-	-	-	-	-	-	-	-	102
0285000013	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	35,29%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	35,29%
0285000015	Programado	-	-	1	1	100	-	2.488	-	-	12	-	-	2.602
0285000015	Empenhado	-	-	1	1	2	-	5	-	-	12	-	-	21
0285000015	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	97,23%	92,18%	1,55%	0,00%	0,21%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,79%
0298000000	Programado	-	-	-	-	16	12	10	2	100	205	524	2.270	3.138
0298000000	Empenhado	-	-	-	-	16	12	10	2	100	205	495	164	1.005
0298000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	94,61%	7,24%	32,01%
0299000000	Programado	1.531	1.976	929	759	1.205	981	1.732	1.797	1.717	2.580	284	29.928	45.419
0299000000	Empenhado	1.531	1.976	929	759	1.205	981	1.732	1.797	1.717	2.572	284	29.905	45.388
0299000000	Emp. x Prog.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,97%	100,00%	100,00%	100,00%	99,69%	100,00%	99,92%	99,93%
0300000000	Programado	-	-	2.599	1.947	3.604	1.548	1.965	1.145	1.605	931	915	5.902	22.161
0300000000	Empenhado	-	-	2.385	1.894	3.590	1.474	1.890	1.130	1.567	643	572	5.587	20.732
0300000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	91,78%	97,31%	99,61%	95,18%	96,15%	98,69%	97,65%	69,01%	62,47%	94,67%	93,55%
0301000000	Programado	131	-	105	1.843	-	-	8.439	-	-	-	-	-	10.518
0301000000	Empenhado	131	-	105	1.843	-	-	8.439	-	-	-	-	-	10.518
0301000000	Emp. x Prog.	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0309000000	Programado	-	-	-	-	4.369	750	41.103	-	1.053	2.576	2.079	11.471	63.402
0309000000	Empenhado	-	-	-	-	4.369	750	41.103	-	1.053	2.572	1.998	11.321	63.166
0309000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	99,98%	100,00%	0,00%	100,00%	99,82%	96,09%	98,69%	99,63%
0311000033	Programado	-	-	7.062	34	-	-	-	-	-	-	-	-	7.096
0311000033	Empenhado	-	-	7.062	34	-	-	-	-	-	-	-	-	7.096
0311000033	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0311000034	Programado	-	-	2.057	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.057
0311000034	Empenhado	-	-	2.057	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.057
0311000034	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0311000035	Programado	-	-	9.600	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.600
0311000035	Empenhado	-	-	9.600	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.600
0311000035	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0311000036	Programado	-	-	12.070	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.070
0311000036	Empenhado	-	-	12.070	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.070
0311000036	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0311000037	Programado	-	-	2.937	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.937
0311000037	Empenhado	-	-	2.937	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.937
0311000037	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0311000038	Programado	-	-	2.668	482	1.130	240	200	6	953	8	-	3.259	8.947
0311000038	Empenhado	-	-	2.378	482	1.130	240	200	6	128	8	-	109	4.681
0311000038	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	89,11%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,99%	13,44%	100,00%	0,00%	3,35%	52,32%
0319000020	Programado	-	-	-	51	409	232	3	176	-	3	10	416	1.301

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER EXECUTIVO

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0319000020	Empenhado	-	-	-	51	234	232	3	176	-	3	10	1	711
0319000020	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	57,24%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,24%	54,65%
0319000023	Programado	-	-	-	1.131	750	-	-	6	308	-	13	12	2.219
0319000023	Empenhado	-	-	-	1.131	750	-	-	6	144	-	13	-	2.044
0319000023	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	46,84%	0,00%	100,00%	0,00%	92,09%
0319000026	Programado	-	-	144	116	49	91	50	210	24	65	71	259	1.079
0319000026	Empenhado	-	-	110	115	49	86	49	208	24	38	64	46	788
0319000026	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	76,32%	99,68%	100,00%	94,48%	97,92%	98,95%	100,00%	57,46%	90,60%	17,57%	73,03%
0320000000	Programado	-	-	2.252	206	-	159	39	70	12	106	162	109	3.116
0320000000	Empenhado	-	-	2.088	206	-	159	39	70	12	25	11	7	2.618
0320000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	92,72%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	23,51%	6,74%	6,43%	84,02%
0321000000	Programado	-	-	-	-	30	30	-	-	203	35	370	4.879	5.547
0321000000	Empenhado	-	-	-	-	30	30	-	-	203	35	370	157	826
0321000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	3,23%	14,88%
0324000015	Programado	-	11.411	2.346	1.365	772	504	428	447	308	1.197	1.604	19.272	39.654
0324000015	Empenhado	-	8.183	2.044	1.063	271	195	126	145	128	226	325	95	12.800
0324000015	Emp. x Prog.	0,00%	71,71%	87,12%	77,87%	35,10%	38,63%	29,37%	32,46%	41,63%	18,89%	20,25%	0,49%	32,28%
0324000016	Programado	-	-	1.865	10	3.479	1.624	14	193	-	64	-	-	7.249
0324000016	Empenhado	-	-	1.865	10	3.442	1.463	14	193	-	10	-	-	6.996
0324000016	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	98,94%	90,08%	100,00%	100,00%	0,00%	15,16%	0,00%	0,00%	96,52%
0326000000	Programado	-	85	0	-	96	-	-	15	-	9	11	-	216
0326000000	Empenhado	-	0	-	-	96	-	-	12	-	2	11	-	121
0326000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,02%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	80,00%	0,00%	23,16%	100,00%	0,00%	56,03%
0328000000	Programado	-	1.941	1.460	677	3.216	767	9.269	2.594	3.829	838	1.559	1.607	27.755
0328000000	Empenhado	-	841	1.452	535	3.209	731	9.259	2.590	981	761	1.364	55	21.778
0328000000	Emp. x Prog.	0,00%	43,35%	99,45%	79,03%	99,78%	95,26%	99,90%	99,85%	25,63%	90,80%	87,49%	3,45%	78,47%
0329000015	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2
0329000015	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2
0329000015	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
0329000022	Programado	-	-	-	-	-	-	-	20	68	410	35	35	568
0329000022	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	10	26	26	26	26	113
0329000022	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	53,21%	37,48%	6,23%	73,58%	73,58%	19,85%
0331000000	Programado	-	-	42.899	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42.899
0331000000	Empenhado	-	-	42.899	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42.899
0331000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0332000000	Programado	-	53	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.045	1.098
0332000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0332000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0340000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	264	276
0340000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	264	264
0340000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,77%	100,00%	95,96%
0360000000	Programado	-	-	120	-	-	-	-	-	-	-	-	59	179
0360000000	Empenhado	-	-	120	-	-	-	-	-	-	-	-	59	179
0360000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER EXECUTIVO

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0361000000	Programado	-	-	598	1.628	1.479	1.112	667	334	434	334	1.113	2.750	10.451
0361000000	Empenhado	-	-	588	1.606	1.469	884	407	334	422	274	1.040	2.667	9.691
0361000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	98,33%	98,62%	99,33%	79,43%	61,04%	100,00%	97,17%	82,14%	93,38%	96,97%	92,73%
0362000000	Programado	-	-	-	-	2.771	459	2.259	459	542	459	3.000	2.749	12.699
0362000000	Empenhado	-	-	-	-	2.771	459	2.259	459	542	459	3.000	2.077	12.028
0362000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	75,57%	94,71%
0369000000	Programado	-	-	1.200	1.367	1.541	1.421	1.952	241	241	241	241	241	8.687
0369000000	Empenhado	-	-	1.200	1.367	1.541	1.421	1.952	241	241	241	241	241	8.687
0369000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
0380000000	Programado	-	-	-	-	-	9.093	-	-	-	-	-	0	9.093
0380000000	Empenhado	-	-	-	-	-	9.093	-	-	-	-	-	-	9.093
0380000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0381000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.230	2.230
0381000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.230	2.230
0381000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
0385000001	Programado	-	2.494	5	35	754	1.250	2.462	709	290	680	176	3.145	12.001
0385000001	Empenhado	-	2.025	0	35	398	0	2.213	680	200	630	100	239	6.522
0385000001	Emp. x Prog.	0,00%	81,20%	4,56%	100,00%	52,76%	0,04%	89,89%	95,98%	68,88%	92,65%	57,13%	7,59%	54,35%
0385000004	Programado	-	-	160	-	-	-	-	-	-	-	-	-	160
0385000004	Empenhado	-	-	159	-	-	-	-	-	-	-	-	-	159
0385000004	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	99,47%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	99,47%
0385000005	Programado	-	-	107	1.848	10	2.056	1.884	-	216	5.227	1.183	4.089	16.620
0385000005	Empenhado	-	-	107	1.757	10	2.056	303	-	216	5.227	818	-	10.495
0385000005	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	95,09%	100,00%	100,00%	16,06%	0,00%	100,00%	100,00%	69,18%	0,00%	63,14%
0385000007	Programado	-	7.408	5.615	6.504	1.531	1.158	190	274	2.436	2.332	39	4.616	32.101
0385000007	Empenhado	-	-	5.591	5.714	1.407	1.158	143	274	1.541	2.307	39	211	18.386
0385000007	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	99,58%	87,86%	91,91%	100,00%	75,39%	100,00%	63,26%	98,96%	100,00%	4,57%	57,27%
0385000008	Programado	-	14	-	807	-	-	382	1.456	7.353	8.892	4.719	403	24.026
0385000008	Empenhado	-	-	-	807	-	-	181	1.456	7.353	8.892	4.649	-	23.337
0385000008	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	47,31%	100,00%	100,00%	100,00%	98,50%	0,00%	97,13%
0385000009	Programado	-	1	209	12.532	3.689	1.249	7.469	63	1.094	-	-	2.581	28.887
0385000009	Empenhado	-	-	209	12.338	3.689	1.249	7.469	63	1.094	-	-	-	26.112
0385000009	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	98,46%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	90,39%
0385000010	Programado	-	587	334	252	207	238	224	40	35	65	22	70	2.071
0385000010	Empenhado	-	587	334	252	207	238	224	40	35	65	22	39	2.041
0385000010	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	55,81%	98,51%
0385000011	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.024	1.024
0385000011	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0385000011	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0385000013	Programado	-	-	48	-	-	-	-	-	-	-	-	-	48
0385000013	Empenhado	-	-	48	-	-	-	-	-	-	-	-	-	48
0385000013	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0385000014	Programado	-	-	1.063	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.063
0385000014	Empenhado	-	-	1.063	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.063
0385000014	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER EXECUTIVO

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0385000015	Programado	-	-	2	243	523	-	8	800	34	211	16.666	1	18.489
0385000015	Empenhado	-	-	2	243	523	-	8	661	34	66	3	1	1.541
0385000015	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	82,65%	100,00%	31,06%	0,02%	100,00%	8,33%
0385000016	Programado	-	-	-	-	-	565	-	-	72	-	-	-	637
0385000016	Empenhado	-	-	-	-	-	565	-	-	-	-	-	-	565
0385000016	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	99,98%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	88,70%
0385000022	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31	-	-	31
0385000022	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23	-	-	23
0385000022	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	74,38%	0,00%	0,00%	74,38%
0386000000	Programado	-	-	1.264	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.264
0386000000	Empenhado	-	-	1.264	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.264
0386000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0387000000	Programado	-	-	-	199	2	12	17	-	13	-	17	9	268
0387000000	Empenhado	-	-	-	199	2	9	17	-	13	-	17	-	256
0387000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	76,79%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	95,75%
0388000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	250	106	15	-	2.679	3.049
0388000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	250	106	15	-	-	371
0388000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	12,15%
0391000001	Programado	-	320	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	320
0391000001	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0391000001	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0391000004	Programado	-	-	160	-	-	-	-	-	-	-	-	-	160
0391000004	Empenhado	-	-	160	-	-	-	-	-	-	-	-	-	160
0391000004	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0391000005	Programado	-	7.617	26.803	911	1.705	3.573	64	-	50	4.139	1.525	4.914	51.301
0391000005	Empenhado	-	6.711	25.883	911	805	3.376	5	-	50	4.124	1.525	-	43.391
0391000005	Emp. x Prog.	0,00%	88,11%	96,57%	100,00%	47,22%	94,49%	8,29%	0,00%	100,00%	99,63%	100,00%	0,00%	84,58%
0391000007	Programado	-	56.364	40.681	4.317	54.117	9.620	7.426	10.155	5.743	35.587	16.929	7.766	248.705
0391000007	Empenhado	-	42.956	33.298	3.115	45.540	9.488	5.702	8.790	3.315	24.498	7.431	3.920	188.052
0391000007	Emp. x Prog.	0,00%	76,21%	81,85%	72,17%	84,15%	98,62%	76,78%	86,56%	57,71%	68,84%	43,90%	50,48%	75,61%
0391000008	Programado	-	8.553	17.092	22.631	14.782	5.277	1.645	19.455	24.171	1.813	19.898	5.348	140.665
0391000008	Empenhado	-	8.553	17.023	22.631	14.780	5.277	1.645	19.455	24.124	1.799	18.565	5.040	138.893
0391000008	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	99,60%	100,00%	99,99%	100,00%	100,00%	100,00%	99,81%	99,25%	93,30%	94,24%	98,74%
0391000009	Programado	-	57.536	108.516	20.838	37.629	24.965	24.603	21.590	12.523	12.607	8.154	12.035	340.997
0391000009	Empenhado	-	55.923	104.066	19.938	37.611	24.965	24.530	21.493	10.791	11.736	6.367	7.582	325.002
0391000009	Emp. x Prog.	0,00%	97,20%	95,90%	95,68%	99,95%	100,00%	99,70%	99,55%	86,17%	93,09%	78,08%	63,00%	95,31%
0392000010	Programado	-	3.348	299	1.568	1.271	1.766	1.766	1.200	2.799	98	38	631	14.785
0392000010	Empenhado	-	3.348	299	1.568	1.271	1.766	1.766	1.200	2.799	98	38	631	14.785
0392000010	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
0392000011	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	276	276
0392000011	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0392000011	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0392000012	Programado	-	-	-	-	-	-	-	507	-	-	-	-	507
0392000012	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	507	-	-	-	-	507
0392000012	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER EXECUTIVO

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0392000013	Programado	-	5.721	1.342	-	-	-	-	164	-	-	-	79	7.305
0392000013	Empenhado	-	5.721	1.342	-	-	-	-	164	-	-	-	-	7.226
0392000013	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	98,92%
0392000014	Programado	-	808	7.123	-	2.165	57	-	11	6	-	4	30	10.205
0392000014	Empenhado	-	808	7.123	-	2.165	57	-	11	6	-	4	-	10.175
0392000014	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	99,71%
0397000000	Programado	-	-	-	-	212	8.282	72	72	72	72	72	145	9.000
0397000000	Empenhado	-	-	-	-	212	8.282	72	72	72	72	72	108	8.964
0397000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	74,80%	99,59%
0623000015	Programado	-	-	-	477	672	606	417	78	843	46	6.473	2.266	11.877
0623000015	Empenhado	-	-	-	477	672	577	417	78	843	46	2.228	213	5.551
0623000015	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	95,21%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	34,42%	9,40%	46,74%
0623000017	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	16	3	-	-	19
0623000017	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	16	-	-	-	16
0623000017	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	84,31%
0623000043	Programado	-	-	-	-	6.381	3.213	1.295	141	-	11	-	-	11.041
0623000043	Empenhado	-	-	-	-	6.381	3.213	1.295	141	-	-	-	-	11.029
0623000043	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	99,90%
0623000051	Programado	-	-	-	-	-	272	-	-	-	-	-	-	272
0623000051	Empenhado	-	-	-	-	-	56	-	-	-	-	-	-	56
0623000051	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,62%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,62%
0623000055	Programado	-	-	-	121	310	336	70	513	-	-	-	-	1.350
0623000055	Empenhado	-	-	-	97	303	336	52	155	-	-	-	-	943
0623000055	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	80,01%	97,92%	100,00%	74,10%	30,15%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	69,83%
0623000056	Programado	-	-	-	10	1.597	1.008	-	-	2	-	-	85	2.702
0623000056	Empenhado	-	-	-	-	1.524	15	-	-	2	-	-	3	1.543
0623000056	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	95,45%	1,46%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	3,41%	57,12%
0623000058	Programado	-	-	-	139	230	679	195	143	154	136	9	81	1.767
0623000058	Empenhado	-	-	-	118	222	675	147	99	153	12	7	-	1.432
0623000058	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	85,11%	96,56%	99,35%	75,18%	68,92%	98,83%	8,67%	81,20%	0,00%	81,06%
0623000059	Programado	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	3
0623000059	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0623000059	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0625000000	Programado	-	99	1.336	132	8	363	72	40	32	939	167	70	3.259
0625000000	Empenhado	-	98	1.336	132	8	363	72	40	19	939	56	43	3.106
0625000000	Emp. x Prog.	0,00%	99,21%	100,00%	99,98%	100,00%	99,91%	99,73%	99,86%	58,51%	100,00%	33,68%	61,48%	95,32%
0628000000	Programado	40	8.210	37.227	10.433	3.828	22.117	2.392	1.181	2.386	2.037	7.164	15.033	112.047
0628000000	Empenhado	21	4.335	1.958	8.957	3.746	3.530	2.354	1.158	2.172	1.796	3.672	1.551	35.250
0628000000	Emp. x Prog.	50,90%	52,81%	5,26%	85,85%	97,85%	15,96%	98,41%	98,00%	91,07%	88,13%	51,26%	10,32%	31,46%
0629000000	Programado	-	1.048	5.770	119	3.045	599	647	342	1.328	1.164	1.038	3.975	19.074
0629000000	Empenhado	-	1.048	5.054	119	2.871	599	647	342	279	1.164	983	553	13.660
0629000000	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	87,60%	100,00%	94,30%	100,00%	100,00%	100,00%	21,05%	100,00%	94,73%	13,90%	71,62%
0632000000	Programado	-	642	972	130	-	43	79	11	-	-	-	25	1.902
0632000000	Empenhado	-	642	972	130	-	43	79	8	-	-	-	-	1.874

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER EXECUTIVO

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0632000000	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	99,88%	0,00%	100,00%	100,00%	68,50%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	98,52%
0640000000	Programado	2.303	17.431	2.305	5.038	2.646	1.873	11.310	1.831	2.250	2.101	38.719	45.767	133.573
0640000000	Empenhado	2.130	17.345	1.788	1.825	2.560	1.739	11.275	1.785	2.014	1.852	36.983	40.607	121.905
0640000000	Emp. x Prog.	92,49%	99,51%	77,57%	36,23%	96,75%	92,85%	99,69%	97,53%	89,53%	88,14%	95,52%	88,73%	91,26%
0650000000	Programado	5.163	18.782	4.546	4.600	4.631	4.678	10.137	6.535	6.511	2.025	5.395	1.422	74.424
0650000000	Empenhado	5.163	18.782	4.546	4.600	4.631	4.678	5.062	6.535	6.511	2.025	5.395	1.422	69.350
0650000000	Emp. x Prog.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	49,94%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	93,18%
0659000000	Programado	-	-	-	-	31.907	-	64	-	-	-	-	-	31.971
0659000000	Empenhado	-	-	-	-	31.907	-	64	-	-	-	-	-	31.971
0659000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0660000000	Programado	84	0	429	569	422	893	357	151	36	507	499	692	4.640
0660000000	Empenhado	84	-	380	569	422	893	357	142	36	507	497	95	3.982
0660000000	Emp. x Prog.	100,00%	0,00%	88,63%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	94,11%	99,83%	100,00%	99,56%	13,68%	85,83%
0661000000	Programado	2.861	83	132	46	21	337	278	1.706	412	122	4.747	2.639	13.384
0661000000	Empenhado	2.861	-	51	15	19	313	277	1.699	397	91	4.715	2.632	13.069
0661000000	Emp. x Prog.	100,00%	0,00%	38,54%	33,94%	89,41%	93,00%	99,69%	99,59%	96,26%	74,52%	99,31%	99,72%	97,65%
0662000000	Programado	-	-	-	3	-	-	-	5	218	-	291	900	1.417
0662000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	5	218	-	-	900	1.123
0662000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	79,29%
0665000000	Programado	-	-	5.244	410	432	-	157	269	-	-	-	-	6.511
0665000000	Empenhado	-	-	5.241	408	432	-	157	269	-	-	-	-	6.506
0665000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	99,93%	99,62%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	99,92%
0669000000	Programado	-	4.497	8.034	1.699	3.545	2.236	11.270	2.350	1.452	1.173	1.610	12.178	50.043
0669000000	Empenhado	-	3.108	6.418	1.698	3.517	2.236	11.270	2.348	1.413	811	482	7.562	40.865
0669000000	Emp. x Prog.	0,00%	69,13%	79,89%	99,99%	99,23%	100,00%	100,00%	99,93%	97,31%	69,16%	29,91%	62,10%	81,66%
0680000000	Programado	2.718	106	-	-	314	4.050	564	275	30	610	29	495	9.190
0680000000	Empenhado	1.436	106	-	-	314	732	564	275	30	302	28	-	3.787
0680000000	Emp. x Prog.	52,84%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	18,08%	100,00%	100,00%	98,63%	49,57%	96,36%	0,00%	41,21%
0685000000	Programado	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	0
0685000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0685000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0685000001	Programado	275	4.646	1.718	5.097	136	190	3.105	1.443	2.163	2.746	8.316	9.244	39.079
0685000001	Empenhado	275	913	617	2.166	134	190	3.105	1.301	166	2.746	7.716	1.364	20.693
0685000001	Emp. x Prog.	100,00%	19,66%	35,92%	42,50%	98,92%	100,00%	100,00%	90,12%	7,67%	100,00%	92,79%	14,75%	52,95%
0685000005	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	237	237
0685000005	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	237	237
0685000005	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
0685000007	Programado	-	-	463	-	23	-	-	-	637	1.666	2.688	790	6.267
0685000007	Empenhado	-	-	463	-	23	-	-	-	309	1.164	413	553	2.925
0685000007	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	48,54%	69,90%	15,35%	69,99%	46,68%
0685000008	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	66	66
0685000008	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0685000008	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER EXECUTIVO

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0685000013	Programado	-	-	625	-	-	-	-	-	-	-	-	-	625
0685000013	Empenhado	-	-	625	-	-	-	-	-	-	-	-	-	625
0685000013	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0685000015	Programado	-	-	-	6.064	376	482	35	60	564	480	924	3	8.987
0685000015	Empenhado	-	-	-	6	327	303	12	-	218	49	57	3	975
0685000015	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,09%	86,98%	62,93%	33,46%	0,00%	38,69%	10,25%	6,14%	84,56%	10,85%
0689000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	247	-	247
0689000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	247	-	247
0689000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
0698000000	Programado	-	293	19	4	371	7	408	1.975	253	25	-	793	4.149
0698000000	Empenhado	-	293	19	4	371	7	408	1.124	-	25	-	364	2.615
0698000000	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	56,88%	0,00%	100,00%	0,00%	45,88%	63,03%
0699000000	Programado	-	-	-	-	26.036	-	1.189	-	-	-	-	-	27.225
0699000000	Empenhado	-	-	-	-	26.036	-	1.189	-	-	-	-	-	27.225
0699000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
1100000000	Programado	86	334	27	204	327	754	56	-	-	-	-	165	1.953
1100000000	Empenhado	84	326	27	190	327	753	56	-	-	-	-	-	1.764
1100000000	Emp. x Prog.	98,15%	97,62%	100,00%	93,00%	100,00%	99,93%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	90,29%
2191000009	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31.262	31.262
2191000009	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31.262	31.262
2191000009	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
2385000008	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.949	-	-	5.949
2385000008	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.949	-	-	5.949
2385000008	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
2391000008	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
2391000008	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
2391000008	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
2391000009	Programado	-	-	6.828	6.533	1.242	923	571	1.243	642	769	2.189	1	20.940
2391000009	Empenhado	-	-	6.828	6.498	1.242	695	557	1.243	642	653	2.184	-	20.542
2391000009	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	99,47%	100,00%	75,36%	97,56%	100,00%	100,00%	84,87%	99,77%	0,00%	98,10%
4191000009	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.127	17.127
4191000009	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.127	17.127
4191000009	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
4385000008	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.669	2.480	-	7.149
4385000008	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.669	2.480	-	7.149
4385000008	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%
4391000008	Programado	-	-	5.578	1.156	861	7.929	111	2.538	-	-	2.320	-	20.492
4391000008	Empenhado	-	-	5.575	1.156	861	7.929	111	2.538	-	-	2.320	-	20.489
4391000008	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	99,95%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	99,99%
4391000009	Programado	-	-	9.214	300	2.513	3.918	37	-	226	3.070	128	575	19.979
4391000009	Empenhado	-	-	9.214	300	2.513	3.846	37	-	213	3.041	128	-	19.291
4391000009	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	98,16%	100,00%	0,00%	94,30%	99,08%	100,00%	0,00%	96,56%
7100000000	Programado	-	5	5	623	32	9	9	1.084	64	393	146	765	3.136
7100000000	Empenhado	-	1	1	619	27	5	5	519	59	377	31	35	1.678
7100000000	Emp. x Prog.	0,00%	17,59%	17,69%	99,29%	85,94%	52,71%	52,71%	47,88%	93,00%	95,81%	21,23%	4,63%	53,53%

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER EXECUTIVO

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
7111000035	Programado	-	-	-	-	40	-	221	-	221	-	41	-	523
7111000035	Empenhado	-	-	-	-	40	-	221	-	221	-	41	-	523
7111000035	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
7111000036	Programado	-	-	139	-	-	-	-	96	-	-	-	-	235
7111000036	Empenhado	-	-	139	-	-	-	-	96	-	-	-	-	235
7111000036	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
7119000019	Programado	-	-	-	-	-	-	-	46	-	-	5	749	800
7119000019	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	44	-	-	2	6	52
7119000019	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	96,48%	0,00%	0,00%	33,08%	0,83%	6,53%
7129000030	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	534	534
7129000030	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
7129000030	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
7162000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	35	-	-	-	35
7162000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	35	-	-	-	35
7162000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
7229000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	36	49
7229000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	2	15
7229000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	4,17%	29,59%
7240000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	760	760
7240000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
7240000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
7269000000	Programado	-	224	-	-	202	210	674	1.000	-	-	487	-	2.797
7269000000	Empenhado	-	224	-	-	202	210	674	1.000	-	-	487	-	2.797
7269000000	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
7300000000	Programado	-	1.460	1.038	1.697	338	351	60	658	484	177	38	1.411	7.713
7300000000	Empenhado	-	19	516	174	264	348	58	220	423	121	34	119	2.297
7300000000	Emp. x Prog.	0,00%	1,31%	49,70%	10,22%	78,14%	99,31%	96,61%	33,38%	87,45%	68,47%	89,68%	8,43%	29,78%
7311000034	Programado	-	-	-	58	-	-	-	-	-	-	-	-	58
7311000034	Empenhado	-	-	-	58	-	-	-	-	-	-	-	-	58
7311000034	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
7311000035	Programado	-	221	-	1.857	9	-	-	-	-	-	191	-	2.278
7311000035	Empenhado	-	221	-	174	8	-	-	-	-	-	49	-	452
7311000035	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	0,00%	9,35%	90,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	25,69%	0,00%	19,83%
7329000015	Programado	-	-	-	312	-	-	-	-	229	694	-	3	1.238
7329000015	Empenhado	-	-	-	126	-	-	-	-	-	694	-	-	820
7329000015	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	40,49%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	66,27%
7329000022	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
7329000022	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
7329000022	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
7629000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	596	404	1.000
7629000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	135	-	135
7629000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	22,63%	0,00%	13,50%
7640000000	Programado	-	400	2	1	1	2	60	90	21	-	-	103	680
7640000000	Empenhado	-	260	2	1	1	2	60	90	21	-	-	20	457
7640000000	Emp. x Prog.	0,00%	65,02%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	19,19%	67,17%

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER EXECUTIVO

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
7661000000	Programado	-	30	-	-	-	-	-	-	109	204	0	46	388
7661000000	Empenhado	-	30	-	-	-	-	-	-	109	204	-	-	342
7661000000	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	88,15%
7669000000	Programado	7	794	7	171	14	7	20	7	7	7	7	213	1.263
7669000000	Empenhado	5	710	5	169	12	5	18	7	7	7	7	207	1.160
7669000000	Emp. x Prog.	70,07%	89,42%	74,88%	98,53%	84,31%	68,77%	88,94%	100,00%	97,87%	100,00%	100,00%	97,15%	91,82%
TOTAL Program.		**1.412.808**	**1.673.604**	**1.864.429**	**1.691.682**	**1.871.764**	**1.995.203**	**1.716.927**	**1.746.381**	**1.821.290**	**1.892.722**	**2.141.750**	**3.015.505**	**22.844.064**
TOTAL Emp.		**1.408.012**	**1.632.452**	**1.809.129**	**1.669.002**	**1.858.184**	**1.958.355**	**1.701.819**	**1.735.744**	**1.798.559**	**1.859.265**	**2.049.324**	**2.654.578**	**22.134.424**
TOTAL Emp x Prog		99,66%	97,54%	97,03%	98,66%	99,27%	98,15%	99,12%	99,39%	98,75%	98,23%	95,68%	88,03%	96,89%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Notas:

1 - A Programação Financeira é liberada por meio das Cotas Financeiras mensais, que apresentam os limites os quais os empenhos poderão ser efetuados. Assim, no momento da emissão dos empenhos, as cotas financeiras são reduzidas das respectivas programações financeiras.

2 - Para o Poder Executivo, os valores 'Programados' são aqueles estabelecidos na Programação Financeira disponível no SIGEF e representam o limite mensal de empenho.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.

Franc Ribeiro Correa
Diretor do Tesouro Estadual

Márcio Luiz Lohmeyer
Gerente de Programação Financeira do Tesouro

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER JUDICIÁRIO

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0100000000	Programado	112.278	96.136	92.128	97.121	96.763	105.684	108.011	112.635	75.164	166.465	96.674	411.907	1.570.965
0100000000	Empenhado	97.165	96.136	92.122	97.121	96.763	105.658	108.011	112.633	75.050	166.462	96.417	195.050	1.338.588
0100000000	Emp. x Prog.	86,54%	100,00%	99,99%	100,00%	100,00%	99,98%	100,00%	100,00%	99,85%	100,00%	99,73%	47,35%	85,21%
0110000000	Programado	23	123	-	-	-	2.209	2.250	-	370	-	72	1.984	7.030
0110000000	Empenhado	22	123	-	-	-	1.715	1.950	-	370	-	-	820	4.999
0110000000	Emp. x Prog.	97,39%	99,63%	0,00%	0,00%	0,00%	77,64%	86,67%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	41,31%	71,11%
0119000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0119000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0119000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	#DIV/0!
0119000025	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	15	8	1.252	-	1.275
0119000025	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	14	-	21
0119000025	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	92,25%	1,12%	0,00%	1,65%
0160000000	Programado	-	-	800	940	400	400	528	441	-	-	-	1.733	5.242
0160000000	Empenhado	-	-	800	940	400	400	528	441	-	-	-	1.733	5.242
0160000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
0161000000	Programado	-	-	3.300	1.200	1.200	1.200	1.445	1.277	-	-	-	24.254	33.876
0161000000	Empenhado	-	-	3.300	1.200	1.200	1.200	1.445	1.277	-	-	-	4.907	14.529
0161000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,23%	42,89%
0162000000	Programado	-	-	1.300	1.000	1.000	1.000	2.908	286	-	-	-	3.516	11.010
0162000000	Empenhado	-	-	1.300	1.000	1.000	1.000	2.908	286	-	-	-	1.530	9.024
0162000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	43,51%	81,96%
0182000000	Programado	-	-	2.900	1.500	1.300	1.300	1.755	1.436	-	-	-	241	10.431
0182000000	Empenhado	-	-	2.900	1.500	1.300	1.300	1.755	1.436	-	-	-	241	10.431
0182000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
0183000000	Programado	85.075	8.949	7.035	6.116	4.834	9.551	3.913	4.431	13.636	4.632	5.760	117.064	270.997
0183000000	Empenhado	79.095	8.510	6.691	5.424	4.541	9.194	3.857	3.460	13.636	4.628	5.720	5.701	150.457
0183000000	Emp. x Prog.	92,97%	95,10%	95,11%	88,69%	93,93%	96,26%	98,56%	78,09%	100,00%	99,93%	99,30%	4,87%	55,52%
0195000000	Programado	10.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	499.167	509.167
0195000000	Empenhado	10.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	150.021	160.021
0195000000	Emp. x Prog.	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	30,05%	31,43%
0240000000	Programado	35.068	469	398	346	355	352	356	677	599	1.697	1.217	4.065	45.600
0240000000	Empenhado	35.023	469	398	346	355	352	356	677	599	1.697	359	2.105	42.736
0240000000	Emp. x Prog.	99,87%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	29,53%	51,78%	93,72%
0269000000	Programado	78.128	4.027	14.267	3.215	8.822	2.494	2.564	2.807	2.241	1.342	2.400	38.507	160.814
0269000000	Empenhado	70.327	3.894	13.967	2.976	8.587	2.372	2.353	2.350	2.237	1.324	2.392	5.351	118.130
0269000000	Emp. x Prog.	90,02%	96,69%	97,90%	92,60%	97,33%	95,10%	91,78%	83,73%	99,83%	98,60%	99,65%	13,90%	73,46%
0282000000	Programado	-	-	-	-	-	9.023	-	-	8	70	2.234	-	11.335
0282000000	Empenhado	-	-	-	-	-	7.353	-	-	8	70	6	-	7.437
0282000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	81,48%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,27%	0,00%	65,61%

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER JUDICIÁRIO

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0285000001	Programado	545	-	-	-	-	-	-	-	-	-	445	-	990
0285000001	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0285000001	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0300000000	Programado	7.704	21.000	139	303	302	705	322	27.227	38.520	-	9.525	6.802	112.550
0300000000	Empenhado	7.487	21.000	139	303	302	705	322	27.227	38.520	-	9.525	6.296	111.827
0300000000	Emp. x Prog.	97,19%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	92,56%	99,36%
0301000000	Programado	1.698	597	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.295
0301000000	Empenhado	-	597	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	597
0301000000	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	26,02%
0310000000	Programado	-	1.904	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.904
0310000000	Empenhado	-	1.741	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.741
0310000000	Emp. x Prog.	0,00%	91,43%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	91,43%
0319000025	Programado	-	1.037	-	-	-	-	-	-	-	-	0	278	1.315
0319000025	Empenhado	-	1.037	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	1.057
0319000025	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	7,19%	80,36%
0360000000	Programado	-	444	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	444
0360000000	Empenhado	-	444	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	444
0360000000	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0361000000	Programado	-	2.437	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.437
0361000000	Empenhado	-	2.437	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.437
0361000000	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0362000000	Programado	-	1.940	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.940
0362000000	Empenhado	-	1.940	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.940
0362000000	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0369000000	Programado	-	237	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	237
0369000000	Empenhado	-	237	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	237
0369000000	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0382000000	Programado	4.628	6.356	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.984
0382000000	Empenhado	28	6.356	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.384
0382000000	Emp. x Prog.	0,61%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	58,12%
0383000000	Programado	-	3.266	18.123	22.131	15.613	15.556	6.149	2.553	10.008	2.887	4.217	58.355	158.857
0383000000	Empenhado	-	3.266	18.123	22.131	15.613	14.826	6.149	2.553	10.008	2.887	4.216	5.014	104.786
0383000000	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	95,31%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,99%	8,59%	65,96%
0395000000	Programado	8.210	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.370	11.580
0395000000	Empenhado	4.088	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.370	7.458
0395000000	Emp. x Prog.	49,79%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	64,40%
0640000000	Programado	-	16.699	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.699
0640000000	Empenhado	-	15.199	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.199
0640000000	Emp. x Prog.	0,00%	91,02%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	91,02%

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER JUDICIÁRIO

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0669000000	Programado	-	9.215	-	-	-	-	41	183	364	98	137	14.366	24.404
0669000000	Empenhado	-	9.215	-	-	-	-	37	183	151	98	134	17	9.834
0669000000	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	89,67%	100,00%	41,47%	100,00%	97,80%	0,12%	40,30%
0682000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.266	-	2.266
0682000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0682000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0684000000	Programado	-	4.506	-	-	-	-	-	-	-	-	790	-	5.296
0684000000	Empenhado	-	4.506	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.506
0684000000	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	85,08%
0685000001	Programado	-	-	-	-	-	-	741	-	-	-	159	-	900
0685000001	Empenhado	-	-	-	-	-	-	741	-	-	-	-	-	741
0685000001	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	82,31%
0685000015	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0685000015	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0685000015	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL Program.		343.356	179.343	140.390	133.872	130.589	149.475	130.984	153.953	140.924	177.198	127.148	1.185.608	2.992.841
TOTAL Emp.		303.234	177.107	139.740	132.943	130.060	146.075	130.412	152.523	140.579	177.173	118.783	382.175	2.130.805
TOTAL Emp x Prog		88,31%	98,75%	99,54%	99,31%	99,60%	97,73%	99,56%	99,07%	99,75%	99,99%	93,42%	32,23%	71,20%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.

Franc Ribeiro Correa
Diretor do Tesouro Estadual

Márcio Luiz Lohmeyer
Gerente de Programação Financeira do Tesouro

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER LEGISLATIVO

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0100000000	Programado	61.896	49.178	52.513	48.408	50.654	54.360	56.699	53.044	62.300	55.690	51.476	123.942	720.161
0100000000	Empenhado	59.854	48.079	49.379	44.437	46.530	51.344	51.340	46.998	49.447	49.698	38.759	81.181	617.046
0100000000	Emp. x Prog.	96,70%	97,77%	94,03%	91,80%	91,86%	94,45%	90,55%	88,60%	79,37%	89,24%	75,30%	65,50%	85,68%
0160000000	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.310	-	1.310
0160000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0160000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0161000000	Programado	-	5	-	7	143	3.598	631	699	2.625	2.157	7.086	4.648	21.600
0161000000	Empenhado	-	3	-	4	0	2.999	10	30	1.045	1.067	3.639	1.127	9.924
0161000000	Emp. x Prog.	0,00%	66,14%	0,00%	57,64%	0,10%	83,35%	1,51%	4,26%	39,82%	49,47%	51,36%	24,24%	45,94%
0162000000	Programado	-	-	-	-	-	-	5	1.653	792	3.714	2.346	2.511	11.020
0162000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	5	-	692	1.589	1.986	1.507	5.778
0162000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	87,37%	42,79%	84,64%	60,01%	52,43%
0181000000	Programado	-	-	-	1.872	-	1.128	1.454	1.454	454	1.454	3.177	5.954	16.946
0181000000	Empenhado	-	-	-	1.872	-	1.123	-	-	-	-	3.043	2.500	8.538
0181000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	99,50%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	95,80%	41,99%	50,38%
0260000000	Programado	-	43	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43
0260000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0260000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0300000000	Programado	-	-	770	175	1.097	758	3.013	2.700	3.096	3.523	6.595	2.900	24.626
0300000000	Empenhado	-	-	770	133	451	758	2.979	2.697	3.096	2.583	2.863	2.705	19.034
0300000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	75,82%	41,08%	100,00%	98,88%	99,87%	99,99%	73,32%	43,42%	93,28%	77,29%
0301000000	Programado	-	-	-	-	167	-	-	-	-	-	-	-	167
0301000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0301000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0340000000	Programado	-	455	-	-	-	-	-	-	-	-	545	-	1.000
0340000000	Empenhado	-	455	-	-	-	-	-	-	-	-	137	-	592
0340000000	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	25,05%	0,00%	59,16%
0360000000	Programado	-	-	-	-	35	-	-	-	182	-	605	-	822
0360000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	182	-	69	-	251
0360000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	11,39%	0,00%	30,56%
0361000000	Programado	-	300	-	-	103	-	-	-	8	292	-	-	703
0361000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	8	0	-	-	8
0361000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,12%	0,00%	0,00%	1,18%
0362000000	Programado	-	-	-	-	331	-	-	-	-	-	-	-	331
0362000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0362000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0381000000	Programado	-	-	24	29	2.532	2.357	669	23	31	49	806	4.359	10.881
0381000000	Empenhado	-	-	24	29	2.532	2.357	669	23	22	47	711	4.302	10.717
0381000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	69,96%	95,19%	88,20%	98,69%	98,49%
0661000000	Programado	-	-	-	-	13	-	-	-	-	-	-	-	13
0661000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0661000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0662000000	Programado	-	-	-	-	-	-	264	-	-	-	-	-	264
0662000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	218	-	-	-	-	-	218
0662000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	82,43%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	82,43%
TOTAL Program.		61.896	49.981	53.307	50.491	55.075	62.201	62.735	59.574	69.488	66.879	73.946	144.314	809.888
TOTAL Emp.		59.854	48.537	50.173	46.475	49.513	58.580	55.221	49.748	54.492	54.985	51.208	93.321	672.106
TOTAL Emp x Prog		96,70%	97,11%	94,12%	92,05%	89,90%	94,18%	88,02%	83,51%	78,42%	82,22%	69,25%	64,66%	82,99%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.

Franc Ribeiro Correa
Diretor do Tesouro Estadual

Márcio Luiz Lohmeyer
Gerente de Programação Financeira do Tesouro

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - MINISTÉRIO PÚBLICO

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0100000000	Programado	59.808	54.741	55.157	54.721	55.070	52.274	58.568	55.769	57.583	54.285	45.652	70.044	673.673
0100000000	Empenhado	48.786	45.232	45.554	44.981	45.463	45.095	47.551	46.956	45.703	45.875	34.555	59.021	554.772
0100000000	Emp. x Prog.	81,57%	82,63%	82,59%	82,20%	82,56%	86,26%	81,19%	84,20%	79,37%	84,51%	75,69%	84,26%	82,35%
0110000000	Programado	133	133	133	133	133	133	133	133	133	133	133	133	1.593
0110000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0110000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0161000000	Programado	1.194	1.194	1.194	1.194	1.194	1.194	1.194	1.194	1.194	1.194	7.327	1.194	20.461
0161000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.133	-	6.133
0161000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	83,70%	0,00%	29,97%
0162000000	Programado	364	388	388	388	388	388	388	388	388	412	2.428	388	6.697
0162000000	Empenhado	29	29	29	29	29	29	29	29	40	54	2.070	30	2.429
0162000000	Emp. x Prog.	8,10%	7,60%	7,60%	7,60%	7,60%	7,61%	7,60%	7,60%	10,18%	13,22%	85,23%	7,60%	36,27%
0184000000	Programado	470	1.072	771	771	771	771	771	771	771	771	2.498	771	10.981
0184000000	Empenhado	178	406	20	20	20	24	20	36	20	21	1.747	20	2.532
0184000000	Emp. x Prog.	37,85%	37,90%	2,59%	2,59%	2,59%	3,06%	2,59%	4,62%	2,59%	2,73%	69,94%	2,61%	23,06%
0240000000	Programado	63	45	45	54	42	42	42	42	48	42	52	122	638
0240000000	Empenhado	0	0	0	7	-	-	-	-	7	-	11	80	106
0240000000	Emp. x Prog.	0,57%	0,80%	0,81%	12,96%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	13,78%	0,00%	20,26%	65,88%	16,58%
0260000000	Programado	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
0260000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0260000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0269000000	Programado	4.124	4.194	4.127	4.142	3.632	4.142	4.645	2.950	5.329	4.180	4.212	4.070	49.745
0269000000	Empenhado	76	98	76	82	87	22	478	3	1.190	14	23	-	2.149
0269000000	Emp. x Prog.	1,85%	2,34%	1,85%	1,97%	2,39%	0,54%	10,29%	0,10%	22,33%	0,33%	0,54%	0,00%	4,32%
0284000000	Programado	315	374	1.003	1.207	2.312	1.193	1.173	1.793	1.593	1.463	954	944	14.323
0284000000	Empenhado	69	76	567	138	78	78	120	78	680	680	680	680	3.924
0284000000	Emp. x Prog.	21,75%	20,21%	56,52%	11,40%	3,39%	6,57%	10,19%	4,37%	42,71%	46,51%	71,32%	72,08%	27,40%
0300000000	Programado	434	14.886	4.111	1.750	2.763	1.931	2.112	3.755	3.555	4.244	3.294	2.847	45.682
0300000000	Empenhado	32	3.488	2.269	1.559	1.662	1.113	1.990	2.661	3.294	2.659	2.444	2.057	25.227
0300000000	Emp. x Prog.	7,34%	23,43%	55,18%	89,07%	60,15%	57,64%	94,25%	70,86%	92,65%	62,67%	74,21%	72,23%	55,22%
0301000000	Programado	-	1	-	14	-	-	-	40	-	-	-	-	55
0301000000	Empenhado	-	1	-	13	-	-	-	6	-	-	-	-	20
0301000000	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	0,00%	95,71%	0,00%	0,00%	0,00%	14,64%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	36,93%
0310000000	Programado	-	10	2.837	1.056	10	10	10	210	320	160	160	160	4.943
0310000000	Empenhado	-	0	2.723	-	-	0	-	-	3	19	19	19	2.782
0310000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	96,00%	0,00%	0,00%	0,03%	0,00%	0,00%	0,97%	11,65%	11,65%	11,69%	56,29%
0340000000	Programado	75	-	29	29	194	29	29	29	29	29	29	29	525
0340000000	Empenhado	-	-	29	29	194	29	29	29	29	29	29	29	450
0340000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	85,71%
0360000000	Programado	4.801	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.801
0360000000	Empenhado	4.200	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.200
0360000000	Emp. x Prog.	87,49%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	87,49%
0361000000	Programado	-	-	-	619	-	-	-	-	-	-	408	-	1.027
0361000000	Empenhado	-	-	-	20	-	-	-	-	-	-	408	-	428
0361000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	3,25%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	41,66%

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - MINISTÉRIO PÚBLICO

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0362000000	Programado	61	-	100	-	-	-	-	-	-	-	300	-	461
0362000000	Empenhado	-	-	55	-	-	-	-	-	-	-	30	-	85
0362000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	54,65%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	0,00%	18,37%
0369000000	Programado	0	-	2	-	3	38	3	3	3	3	3	3	62
0369000000	Empenhado	-	-	2	-	0	31	0	0	1	0	0	0	36
0369000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	8,96%	82,57%	2,40%	2,40%	48,58%	4,71%	5,87%	2,98%	58,23%
0384000000	Programado	-	0	4	61	77	10	461	261	80	425	1.772	960	4.111
0384000000	Empenhado	-	0	4	1	26	10	297	106	68	360	202	619	1.694
0384000000	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	1,72%	33,88%	100,00%	64,42%	40,60%	85,60%	84,75%	11,40%	64,48%	41,19%
0398000000	Programado	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0398000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0398000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0640000000	Programado	444	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	32	695
0640000000	Empenhado	20	20	20	20	18	20	15	15	15	15	15	25	218
0640000000	Emp. x Prog.	4,57%	93,07%	93,07%	93,07%	80,24%	92,97%	67,52%	68,68%	67,55%	66,87%	69,07%	78,79%	31,43%
0647000000	Programado	-	-	-	20	-	-	-	-	50	50	53	50	222
0647000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0647000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0660000000	Programado	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
0660000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0660000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0661000000	Programado	571	-	-	-	-	-	-	-	-	-	523	-	1.094
0661000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	523	-	523
0661000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	47,81%
0662000000	Programado	-	-	124	-	21	52	52	52	52	52	52	52	506
0662000000	Empenhado	-	-	-	-	1	7	7	8	8	11	11	11	64
0662000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	7,08%	12,86%	12,86%	15,19%	15,19%	21,80%	21,80%	21,80%	12,67%
0669000000	Programado	37.281	3.154	189	29.728	3.154	4.666	649	1.566	952	1.263	942	1.674	85.218
0669000000	Empenhado	34	3.084	29	29.455	264	4.290	577	216	219	679	444	106	39.398
0669000000	Emp. x Prog.	0,09%	97,78%	15,21%	99,08%	8,38%	91,94%	88,89%	13,80%	23,04%	53,72%	47,20%	6,34%	46,23%
0680000000	Programado	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
0680000000	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0680000000	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0684000000	Programado	5.487	1.144	3.776	420	671	1.649	459	1.158	1.707	1.672	2.749	2.157	23.048
0684000000	Empenhado	8	1.019	3.645	164	142	1.495	110	128	755	759	779	738	9.741
0684000000	Emp. x Prog.	0,15%	89,09%	96,53%	39,13%	21,21%	90,67%	23,89%	11,01%	44,25%	45,37%	28,32%	34,21%	42,26%
0685000001	Programado	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
0685000001	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0685000001	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0685000015	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0685000015	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0685000015	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL Program.		**115.631**	**81.359**	**74.011**	**96.328**	**70.457**	**68.541**	**70.709**	**70.134**	**73.808**	**70.398**	**73.561**	**85.629**	**950.567**
TOTAL Emp.		**53.433**	**53.454**	**55.022**	**76.519**	**47.986**	**52.243**	**51.222**	**50.270**	**52.031**	**51.175**	**50.122**	**63.435**	**656.911**
TOTAL Emp x Prog		**46,21%**	**65,70%**	**74,34%**	**79,44%**	**68,11%**	**76,22%**	**72,44%**	**71,68%**	**70,50%**	**72,69%**	**68,14%**	**74,08%**	**69,11%**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

1 - A tabela Ministério Público não possui valores programados e empenhados no grupo de programação financeira 28.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.

Franc Ribeiro Correa
Diretor do Tesouro Estadual

Márcio Luiz Lohmeyer
Gerente de Programação Financeira do Tesouro

ESTADO DE SANTA CATARINA

QUADRO DE PESSOAL - CONSOLIDADO (Anexo I, Item I, alínea "m")
Exercício 2017

Vínculo	Quantidade no Início do Exercício	Ingressos no Exercício	Desligamentos no Exercício (Exonerações / Falecimentos / Aposentadorias, outros)	Quantidade no Final do Exercício	Despesa Anual da Folha de Pagamento por Vínculo
Agentes Públicos Civis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo	51.556	803	3.025	49.386	R$ 4.777.062.820,84
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Emprego Público	2.925	94	110	2.909	R$ 274.793.411,65
Agentes Públicos Militares Ativos	13.064	979	667	13.376	R$ 1.276.698.431,05
Membros ativos de Poder ou órgão	1.061	46	22	1.085	R$ 671.947.447,85
Agentes Políticos com Mandato Eletivo	45	5	2	48	R$ 30.245.246,90
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão com vínculo efetivo com o Estado	2.114	879	908	2.085	R$ 481.706.743,96
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Estado	3.844	1.217	1.073	3.988	R$ 479.388.736,35
Servidores contratados por tempo determinado	3.382	46.107	44.930	4.559	R$ 706.114.583,25
Estagiários	7.589	11.505	9.543	9.551	R$ 95.416.190,80
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo	267	37	46	258	R$ 9.634.346,61
Servidores cedidos para outras esferas de Governo	297	164	80	381	R$ 41.223.810,00
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários	1.877	851	591	2.137	R$ 255.390.485,86
Servidores recebidos à disposição de outras Unidades Gestoras	529	163	69	623	R$ 64.683.779,94
Servidores cedidos para outras Unidades Gestoras	40	3	8	35	R$ 4.594.915,65
Conselheiros ou Conselheiros/JETON com ônus ao Poder Executivo	124	35	20	139	R$ 3.621.219,54
Jovem Aprendiz	34	45	29	50	R$ 422.965,17
Total	**88.748**	**62.933**	**61.123**	**90.610**	**R$ 9.172.945.135,41**

FONTE: Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Humanos (SIGRH).

Nota: Consolidação dos valores do Estado efetuada tendo como base os valores enviados pelo Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas, conforme demonstrativos apresentados neste volume.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

ESTADO DE SANTA CATARINA

QUADRO DE PESSOAL - PODER EXECUTIVO - TODAS AS UNIDADES DO ENTE (Anexo I, Item I, alínea "m")
Exercício 2017

Vínculo (1)	Quantidade no Início do Exercício (2)	Ingressos no Exercício (3)	Desligamentos no Exercício (Exonerações / Falecimentos / Aposentadorias, outros)	Quantidade no Final do Exercício (4)	Despesa de Pessoal	Despesa Patronal	Despesa Anual da Folha de Pagamento por Vínculo (5)
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Cargo Público	44.538	581	2.659	42.460	R$ 3.698.839.637,90	R$ 820.672.679,29	R$ 4.519.512.317,19
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Emprego Público	2.925	94	110	2.909	R$ 274.793.411,65	R$ 60.775.144,43	R$ 335.568.556,08
Agentes Públicos Militares Ativos	12.887	966	655	13.198	R$ 1.267.319.546,09	R$ 487.312.936,35	R$ 1.754.632.482,44
Membros ativos de Poder ou Órgão	100	-	2	98	R$ 21.376.406,69	R$ 4.068.103,30	R$ 25.444.509,99
Agentes Políticos com Mandato Eletivo	2	-	-	2	R$ 351.000,00	R$ 68.040,00	R$ 419.040,00
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão com vínculo efetivo com o Estado	797	684	695	786	R$ 152.328.029,97	R$ 27.541.061,64	R$ 179.869.091,61
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Estado	1.177	469	393	1.253	R$ 122.995.399,49	R$ 22.382.368,85	R$ 145.377.768,34
Servidores contratados por tempo determinado	3.382	46.107	44.930	4.559	R$ 706.114.583,25	R$ 122.489.445,03	R$ 828.604.028,28
Estagiários	3.696	8.547	6.747	5.496	R$ 46.594.448,64	R$ 3.133.867,19	R$ 49.728.315,83
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo	163	13	27	149	R$ 817.464,06	R$ -	R$ 817.464,06
Servidores cedidos para outras esferas do Governo	280	160	75	365	R$ 36.279.418,46	R$ 8.870.096,79	R$ 45.149.515,25
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários	1.538	813	544	1.807	R$ 242.409.158,82	R$ 18.480.642,93	R$ 260.889.801,75
Servidores recebidos à disposição de outras Unidades Gestoras	529	163	69	623	R$ 64.683.779,94	R$ 15.033.518,32	R$ 79.717.298,26
Servidores cedidos para outras Unidades Gestoras	40	3	8	35	R$ 4.594.915,65	R$ 1.133.204,76	R$ 5.728.120,41
Conselheiros ou Conselheiros/JETON com ônus ao Poder Executivo	124	35	20	139	R$ 3.621.219,54	R$ 699.617,66	R$ 4.320.837,20
Jovem Aprendiz	34	45	29	50	R$ 422.965,17	R$ 9.543,77	R$ 432.508,94
Total	**72.212**	**58.680**	**56.963**	**73.929**	**R$ 6.643.541.385,32**	**R$ 1.592.670.270,31**	**R$ 8.236.211.655,63**

FONTE: Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Humanos (SIGRH).

Notas:

(1) Incluir apenas uma das opções de vínculo abaixo relacionadas para cada cargo, emprego ou função exercida pelo agente público, a qual deve corresponder à situação atual em que se encontre. Em caso de acumulação informar ambos cargos.

(2) Posição em 31 de dezembro do exercício anterior.

(3) Quantidade de ingressos no período 01 de janeiro a 31 de dezembro do exercício de referência.

(4) Corresponde à quantidade em 31 de dezembro do exercício de referência. Resultado da quantidade no início do exercício somada aos ingressos e subtraídos os desligamentos no exercício de referência.

(5) Incluir a despesa anual da folha de pagamento bruta de todos os agentes públicos, por natureza do vínculo, cujo pagamento é de responsabilidade do Estado. Incluir todas as verbas de caráter remuneratório e indenizatório integrantes da folha de pagamento, bem como as contribuições recolhidas (patronal) pelo Ente à previdência social, abrangendo ainda previdência complementar SC PREV.

(6) Os saldos de quantitativos e valores no início do exercício tem como base as informações de Janeiro.

Florianópolis, 28 de janeiro de 2018.

Luiz Antônio Dacol
Diretor de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

ESTADO DE SANTA CATARINA

QUADRO DE PESSOAL - PODER JUDICIÁRIO - TODAS AS UNIDADES DO ENTE (Anexo I, Item I, alínea "m")
Exercício 2017

Vínculo (1)	Quantidade no Início do Exercício (2)	Ingressos no Exercício (3)	Desligamentos no Exercício (Exonerações /Falecimentos /Aposentadorias, outros)	Quantidade no Final do Exercício (4)	Despesa Anual da Folha de Pagamento por Vínculo (5)
Agentes Públicos Civis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo (6)	5.825	208	253	5.780	R$ 738.318.895,66
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Emprego Público (7)	-	-	-	-	R$ -
Agentes Públicos Militares Ativos (8)	72	4	8	68	R$ 2.908.723,94
Membros ativos de Poder ou órgão (9)	497	21	9	509	R$ 359.463.801,25
Agentes Políticos com Mandato Eletivo (10)	-	-	-	-	R$ -
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão com vínculo efetivo com o Estado (11)	1.209	187	197	1.199	R$ 287.761.601,67
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Estado (12)	806	140	130	816	R$ 109.901.549,25
Servidores contratados por tempo determinado (13)	-	-	-	-	R$ -
Estagiários (14)	3.015	1.959	1.936	3.038	R$ 34.211.548,36
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo (15)	20	-	4	16	R$ 981.559,53
Servidores cedidos para outras esferas de Governo (16)	4	1	1	4	R$ 711.548,57
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários (17)	140	25	19	146	R$ 2.076.234,19
Total	**11.588**	**2.545**	**2.557**	**11.576**	**R$ 1.536.335.462,41**

NOTAS:

(1) Incluir apenas uma das opções de vínculo abaixo relacionadas para cada cargo, emprego ou função exercida pelo agente público, a qual deve corresponder à situação atual em que se encontre. Em caso de acumulação informar ambos cargos.

(2) Posição em 31 de dezembro do exercício anterior.

(3) Quantidade de ingressos no período 01 de janeiro a 31 de dezembro do exercício de referência.

(4) Corresponde à quantidade em 31 de dezembro do exercício de referência. Resultado da quantidade no início do exercício somada aos ingressos e subtraídos os desligamentos no exercício de referência.

(5) Incluir a despesa anual da folha de pagamento bruta de todos os agentes públicos, por natureza do vínculo, cujo pagamento é de responsabilidade do Estado. Incluir todas as verbas de caráter remuneratório e indenizatório integrantes da folha de pagamento, bem como as contribuições recolhidas (patronal) pelo Ente à previdência social, abrangendo ainda previdência complementar SC PREV.

(6) Incluir os servidores ativos ocupantes de cargo efetivo, inclusive em licenças não remuneradas e demais licenças remuneradas a que o servidor faz jus. Excluir os afastados para exercício de cargo/emprego em comissão. Excluir os recebidos mediante o instituto de diposição de outras esferas de governo. Excluir os cedidos para outras esferas de governo.

(7) Incluir os servidores ativos ocupantes de emprego público, inclusive em licenças não remuneradas e demais licenças remuneradas que o servidor faz jus. Excluir os afastados para exercício de cargo/emprego em comissão. Excluir os recebidos à diposição de outras esferas de governo. Excluir os cedidos para outras esferas de governo.

(8) Incluir os policiais militares e os bombeiros militares. Excluir os militares da reserva que retornam como temporários.

(9) Incluir os membros ativos de Poder ou Órgão: Desembargadores e Juízes do Tribunal de Justiça, Procuradores e Promotores de Justiça do Ministério Público, Conselheiros do Tribunal de Contas e Auditores Substitutos de Conselheiros, Defensores Públicos, bem como os Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

(10) Incluir os Agentes Políticos em exercício de Mandato Eletivo no ente: Governador, Vice-Governador e Deputados Estaduais.

(11) Incluir os servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na esfera estadual com vínculo efetivo com o Estado.

(12) Incluir os servidores ativos ocupantes exclusivamente de cargo ou emprego em Comissão de livre nomeação e exoneração (comissionado puro, sem vínculo permanente com o Estado).

(13) Incluir os servidores contratados por tempo determinado (Admitido em Caráter Temporário - ACT).

(14) Incluir todos os estagiários/bolsistas de qualquer nível de escolaridade, inclusive os médicos residentes.

(15) Incluir os servidores recebidos à disposição, cujo ônus seja do Estado, bem como os que o ônus seja do órgão de origem ressarcido pelo Estado.

(16) Incluir os cedidos para outras esferas de governo cujo ônus permanece com a origem sem ressarcimento do ente de destino.

(17) Incluir policiais civis e militares da reserva que retornam como temporários.

Florianópolis, 28 de janeiro de 2018.

Raphael Jaques de Souza
Diretor de Gestão de Pessoas

ESTADO DE SANTA CATARINA

QUADRO DE PESSOAL - PODER LEGISLATIVO - TODAS AS UNIDADES DO ENTE (Anexo I, Item I, alínea "m")
Exercício 2017

Vínculo (1)	Quantidade no Início do Exercício (2)	Ingressos no Exercício (3)	Desligamentos no Exercício (Exonerações / Falecimentos / Aposentadorias, outros)	Quantidade no Final do Exercício (4)	Despesa Anual da Folha de Pagamento por Vínculo (5)
Agentes Públicos Civis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo (6)	347	-	52	347	R$ 106.396.189,10
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Emprego Público (7)	-	-	-	-	R$ -
Agentes Públicos Militares Ativos (8)	30	5	4	31	R$ 2.623.085,01
Membros ativos de Poder ou órgão (9)	2	1	1	2	R$ 2.244.626,88
Agentes Políticos com Mandato Eletivo (10)	*43*	5	2	46	R$ 29.894.246,90
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão com vínculo efetivo com o Estado	20	4	7	17	R$ 10.292.179,69
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Estado	865	395	351	909	R$ 126.590.574,08
Servidores contratados por tempo determinado (13)	-	-	-	-	R$ -
Estagiários (14)	137	204	162	179	R$ 2.750.472,21
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo (15)	63	16	14	65	R$ 4.789.256,01
Servidores cedidos para outras esferas de Governo (16)	8	3	3	8	R$ 2.966.966,46
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários (17)	76	9	26	59	R$ 5.590.480,44
Total	**1.591**	**642**	**622**	**1.663**	**R$ 294.138.076,78**

NOTAS:

(1) Incluir apenas uma das opções de vínculo abaixo relacionadas para cada cargo, emprego ou função exercida pelo agente público, a qual deve corresponder à situação atual em que se encontre. Em caso de acumulação informar ambos cargos.

(2) Posição em 31 de dezembro do exercício anterior.

(3) Quantidade de ingressos no período 01 de janeiro a 31 de dezembro do exercício de referência.

(4) Corresponde à quantidade em 31 de dezembro do exercício de referência. Resultado da quantidade no início do exercício somada aos ingressos e subtraídos os desligamentos no exercício de referência.

(5) Incluir a despesa anual da folha de pagamento bruta de todos os agentes públicos, por natureza do vínculo, cujo pagamento é de responsabilidade do Estado. Incluir todas as verbas de caráter remuneratório e indenizatório integrantes da folha de pagamento, bem como as contribuições recolhidas (patronal) pelo Ente à previdência social, abrangendo ainda previdência complementar SC PREV.

(6) Incluir os servidores ativos ocupantes de cargo efetivo, inclusive em licenças não remuneradas e demais licenças remuneradas a que o servidor faz jus. Excluir os afastados para exercício de cargo/emprego em comissão. Excluir os recebidos mediante o instituto de diposição de outras esferas de governo. Excluir os cedidos para outras esferas de governo.

(7) Incluir os servidores ativos ocupantes de emprego público, inclusive em licenças não remuneradas e demais licenças remuneradas que o servidor faz jus. Excluir os afastados para exercício de cargo/emprego em comissão. Excluir os recebidos à diposição de outras esferas de governo. Excluir os cedidos para outras esferas de governo.

(8) Incluir os policiais militares e os bombeiros militares. Excluir os militares da reserva que retornam como temporários.

(9) Incluir os membros ativos de Poder ou Órgão: Desembargadores e Juízes do Tribunal de Justiça, Procuradores e Promotores de Justiça do Ministério Público, Conselheiros do Tribunal de Contas e Auditores Substitutos de Conselheiros, Defensores Públicos, bem como os Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

(10) Incluir os Agentes Políticos em exercício de Mandato Eletivo no ente: Governador, Vice-Governador e Deputados Estaduais.

(11) Incluir os servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na esfera estadual com vínculo efetivo com o Estado.

(12) Incluir os servidores ativos ocupantes exclusivamente de cargo ou emprego em Comissão de livre nomeação e exoneração (comissionado puro, sem vínculo permanente com o Estado).

(13) Incluir os servidores contratados por tempo determinado (Admitido em Caráter Temporário - ACT).

(14) Incluir todos os estagiários/bolsistas de qualquer nível de escolaridade, inclusive os médicos residentes.

(15) Incluir os servidores recebidos à disposição, cujo ônus seja do Estado, bem como os que o ônus seja do órgão de origem ressarcido pelo Estado.

(16) Incluir os cedidos para outras esferas de governo cujo ônus permanece com a origem sem ressarcimento do ente de destino.

(17) Incluir policiais civis e militares da reserva que retornam como temporários.

(18) Considerando-se o lapso temporal entre o fechamento da folha de dezembro 2016 e janeiro 2017, apresenta-se uma divergência de quantitativo de pessoal entre o saldo final de 2016 e o saldo inicial de 2017, decorrente da movimentação funcional dos servidores. Informamos ainda que em 2017 ocorreu a troca de sistemas, com a implantação do SIGRH onde as categorias de funcionários foram melhor reenquadradas.

Florianópolis, 28 de janeiro de 2018.

Rafael Schmitz
Diretor Administrativo

Carlos Antônio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

ESTADO DE SANTA CATARINA

QUADRO DE PESSOAL - TRIBUNAL DE CONTAS - TODAS AS UNIDADES DO ENTE (Anexo I, Item I, alínea "m")
Exercício 2017

Vínculo (1)	Quantidade no Início do Exercício (2)	Ingressos no Exercício (3)	Desligamentos no Exercício (Exonerações /Falecimentos /Aposentadorias, outros)	Quantidade no Final do Exercício (4)	Despesa Anual da Folha de Pagamento por Vínculo (5)
Agentes Públicos Civis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo (6)	401	1	42	360	R$ 148.906.230,35
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Emprego Público (7)					
Agentes Públicos Militares Ativos (8)					
Membros ativos de Poder ou órgão (9)	10	1	1	10	R$ 6.482.351,33
Agentes Políticos com Mandato Eletivo (10)					
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão com vínculo efetivo com o Estado (11)	29	-	4	25	R$ 12.429.364,83
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Estado (12)	55	11	6	60	R$ 15.260.629,75
Servidores contratados por tempo determinado (13)					
Estagiários (14)	45	2	31	16	R$ 337.288,31
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo (15)	20	7	1	26	R$ 2.987.523,43
Servidores cedidos para outras esferas de Governo (16)	5	-	1	4	R$ 1.265.876,51
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários (17)	17	1	2	16	R$ 447.187,56
Total	**582**	**23**	**88**	**517**	**R$ 188.116.452,07**

NOTAS:

(1) Incluir apenas uma das opções de vínculo abaixo relacionadas para cada cargo, emprego ou função exercida pelo agente público, a qual deve corresponder à situação atual em que se encontre. Em caso de acumulação informar ambos cargos.

(2) Posição em 31 de dezembro do exercício anterior.

(3) Quantidade de ingressos no período 01 de janeiro a 31 de dezembro do exercício de referência.

(4) Corresponde à quantidade em 31 de dezembro do exercício de referência. Resultado da quantidade no início do exercício somada aos ingressos e subtraídos os desligamentos no exercício de referência.

(5) Incluir a despesa anual da folha de pagamento bruta de todos os agentes públicos, por natureza do vínculo, cujo pagamento é de responsabilidade do Estado. Incluir todas as verbas de caráter remuneratório e indenizatório integrantes da folha de pagamento, bem como as contribuições recolhidas (patronal) pelo Ente à previdência social, abrangendo ainda previdência complementar SC PREV.

(6) Incluir os servidores ativos ocupantes de cargo efetivo, inclusive em licenças não remuneradas e demais licenças remuneradas a que o servidor faz jus. Excluir os afastados para exercício de cargo/emprego em comissão. Excluir os recebidos mediante o instituto de diposição de outras esferas de governo. Excluir os cedidos para outras esferas de governo.

(7) Incluir os servidores ativos ocupantes de emprego público, inclusive em licenças não remuneradas e demais licenças remuneradas que o servidor faz jus. Excluir os afastados para exercício de cargo/emprego em comissão. Excluir os recebidos à diposição de outras esferas de governo. Excluir os cedidos para outras esferas de governo.

(8) Incluir os policiais militares e os bombeiros militares. Excluir os militares da reserva que retornam como temporários.

(9) Incluir os membros ativos de Poder ou Órgão: Desembargadores e Juízes do Tribunal de Justiça, Procuradores e Promotores de Justiça do Ministério Público, Conselheiros do Tribunal de Contas e Auditores Substitutos de Conselheiros, Defensores Públicos, bem como os Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

(10) Incluir os Agentes Políticos em exercício de Mandato Eletivo no ente: Governador, Vice-Governador e Deputados Estaduais.

(11) Incluir os servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na esfera estadual com vínculo efetivo com o Estado.

(12) Incluir os servidores ativos ocupantes exclusivamente de cargo ou emprego em Comissão de livre nomeação e exoneração (comissionado puro, sem vínculo permanente com o Estado).

(13) Incluir os servidores contratados por tempo determinado (Admitido em Caráter Temporário - ACT).

(14) Incluir todos os estagiários/bolsistas de qualquer nível de escolaridade, inclusive os médicos residentes.

(15) Incluir os servidores recebidos à disposição, cujo ônus seja do Estado, bem como os que o ônus seja do órgão de origem ressarcido pelo Estado.

(16) Incluir os cedidos para outras esferas de governo cujo ônus permanece com a origem sem ressarcimento do ente de destino.

(17) Incluir policiais civis e militares da reserva que retornam como temporários.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.

Giane Vanessa Fiorini
Diretora de Gestão de Pessoas

ESTADO DE SANTA CATARINA

QUADRO DE PESSOAL - MINISTÉRIO PÚBLICO - TODAS AS UNIDADES DO ENTE (Anexo I, Item I, alínea "m")
Exercício 2017

Vínculo (1)	Quantidade no Início do Exercício (2)	Ingressos no Exercício (3)	Desligamentos no Exercício (Exonerações /Falecimentos /Aposentadorias, outros)	Quantidade no Final do Exercício (4)	Despesa Anual da Folha de Pagamento por Vínculo (5)
Agentes Públicos Civis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo (6)	445	13	19	439	R$ 84.601.867,83
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Emprego Público (7)	-	-	-	-	R$ -
Agentes Públicos Militares Ativos (8)	75	4	-	79	R$ 3.847.076,01
Membros ativos de Poder ou órgão (9)	452	23	9	466	R$ 282.380.261,70
Agentes Políticos com Mandato Eletivo (10)	-	-	-	-	R$ -
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão com vínculo efetivo com o Estado (11)	59	4	5	58	R$ 18.895.567,80
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Estado (12)	941	202	193	950	R$ 104.640.583,78
Servidores contratados por tempo determinado (13)	-	-	-	-	R$ -
Estagiários (14)	696	793	667	822	R$ 11.522.433,28
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo (15)	1	1	-	2	R$ 58.543,58
Servidores cedidos para outras esferas de Governo (16)	-	-	-	-	R$ -
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários (17)	106	3	-	109	R$ 4.867.424,85
Total	**2.775**	**1.043**	**893**	**2.925**	**R$ 510.813.758,83**

NOTAS:

(1) Incluir apenas uma das opções de vínculo abaixo relacionadas para cada cargo, emprego ou função exercida pelo agente público, a qual deve corresponder à situação atual em que se encontre. Em caso de acumulação informar ambos cargos.

(2) Posição em 31 de dezembro do exercício anterior.

(3) Quantidade de ingressos no período 01 de janeiro a 31 de dezembro do exercício de referência.

(4) Corresponde à quantidade em 31 de dezembro do exercício de referência. Resultado da quantidade no início do exercício somada aos ingressos e subtraídos os desligamentos no exercício de referência.

(5) Incluir a despesa anual da folha de pagamento bruta de todos os agentes públicos, por natureza do vínculo, cujo pagamento é de responsabilidade do Estado. Incluir todas as verbas de caráter remuneratório e indenizatório integrantes da folha de pagamento, bem como as contribuições recolhidas (patronal) pelo Ente à previdência social, abrangendo ainda previdência complementar SC PREV.

(6) Incluir os servidores ativos ocupantes de cargo efetivo, inclusive em licenças não remuneradas e demais licenças remuneradas a que o servidor faz jus. Excluir os afastados para exercício de cargo/emprego em comissão. Excluir os recebidos mediante o instituto de diposição de outras esferas de governo. Excluir os cedidos para outras esferas de governo.

(7) Incluir os servidores ativos ocupantes de emprego público, inclusive em licenças não remuneradas e demais licenças remuneradas que o servidor faz jus. Excluir os afastados para exercício de cargo/emprego em comissão. Excluir os recebidos à diposição de outras esferas de governo. Excluir os cedidos para outras esferas de governo.

(8) Incluir os policiais militares e os bombeiros militares. Excluir os militares da reserva que retornam como temporários.

(9) Incluir os membros ativos de Poder ou Órgão: Desembargadores e Juízes do Tribunal de Justiça, Procuradores e Promotores de Justiça do Ministério Público, Conselheiros do Tribunal de Contas e Auditores Substitutos de Conselheiros, Defensores Públicos, bem como os Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

(10) Incluir os Agentes Políticos em exercício de Mandato Eletivo no ente: Governador, Vice-Governador e Deputados Estaduais.

(11) Incluir os servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na esfera estadual com vínculo efetivo com o Estado.

(12) Incluir os servidores ativos ocupantes exclusivamente de cargo ou emprego em Comissão de livre nomeação e exoneração (comissionado puro, sem vínculo permanente com o Estado).

(13) Incluir os servidores contratados por tempo determinado (Admitido em Caráter Temporário - ACT).

(14) Incluir todos os estagiários/bolsistas de qualquer nível de escolaridade, inclusive os médicos residentes.

(15) Incluir os servidores recebidos à disposição, cujo ônus seja do Estado, bem como os que o ônus seja do órgão de origem ressarcido pelo Estado.

(16) Incluir os cedidos para outras esferas de governo cujo ônus permanece com a origem sem ressarcimento do ente de destino.

(17) Incluir policiais civis e militares da reserva que retornam como temporários.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.

Arthur Alexandre Castro	Renato Kraus	Emanuella Koerich Zappelini
Gerente de Cadastro e Informações Funcionais	Gerente de Remuneração Funcional	Coordenadora de Recursos Humanos

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONSOLIDADO

CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA - CONSOLIDADO - TODAS AS UNIDADES (Anexo I, Item I, alínea "n")

Exercício de 2017

Quantidade de Postos de Trabalho (18)	MÊS												Despesa Empenhada Anual (R$)	Despesa Liquidada Anual (R$)	Despesa Paga Anual (R$)
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez			
	7806	7826	7835	7871	7881	7935	7813	7816	7722	7966	7708	7715	R$ 532.202.217,81	R$ 501.697.419,03	R$ 459.252.687,88

NOTA:

Consolidação dos valores do Estado efetuada tendo como base os valores enviados pelo Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas, conforme demonstrativos apresentados neste volume.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Administração
Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços
Gerência de Contratos / Gerência de Mão de Obra Locada

PODER EXECUTIVO

CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA - CONSOLIDADO - TODAS AS UNIDADES (Anexo I, Item I, alínea "n")

Exercício de 2017

Quantidade de Postos de Trabalho (18)	MÊS												Despesa Empenhada Anual	Despesa Liquidada Anual	Despesa Paga Anual
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez			
ACABAMENTO GRÁFICO - 8 horas	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18			
AUXILIAR ADMINISTRATIVO - 6 horas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
AUXILIAR ADMINISTRATIVO - 08 horas	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30			
AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS - 06 horas	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3			
AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS - 8 horas	14	14	14	14	14	14	14	14	12	12	12	12			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - 20 horas semanais	6	6	6	6	6	6	6	6	6	5	5	5			
AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS - 40 horas semanais	18	18	18	17	17	17	17	17	17	17	17	17			
AUXILIAR DE CAMPO NO SETOR AGROPECUÁRIO - 44 horas	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8			
AUXILIAR DE CAMPO - TRATOR 44 horas semanais	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2			
CAMAREIRA - 08 horas	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3			
COPEIRA - 6 horas	28	28	28	28	28	28	28	28	28	28	28	28			
COPEIRA - 8 horas	44	44	44	44	44	42	42	42	37	37	37	37			
COPEIRA - 12 horas	46	46	46	46	46	46	46	46	40	40	40	40			
COPEIRA - 40 horas semanais	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13			
COZINHEIRA - 06 horas	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7			
COZINHEIRA - 08 horas	45	45	45	45	45	46	46	46	45	45	45	45			
COZINHEIRA - 12 horas	29	29	29	29	29	29	29	29	25	25	25	25			
DIGITADOR - 6 horas	1298	1298	1298	1300	1300	1300	1290	1291	1318	1318	1318	1318			
DIGITADOR - 8 horas	31	31	31	31	31	31	31	31	31	31	31	31			
ELETRICISTA - 08 horas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
ELETROTÉCNICO - 08 horas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
ENCARREGADO - 40 horas semanais	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10			
ENCARREGADO GERAL -08 horas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
ENCARREGADO NÍVEL I - 06 horas	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6			
ENCARREGADO NÍVEL I - 08 horas	4	4	4	4	4	4	4	4	1	1	1	1			
ENCARREGADO NÍVEL II - 06 horas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
ENCARREGADO NÍVEL II - 08 horas	16	16	16	16	16	16	16	16	13	13	13	13			
ENCARREGADO NÍVEL II - 24 horas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
GARÇOM - 06 horas	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3			
GARÇOM - 08 horas	6	6	6	6	9	9	9	9	9	9	9	9			
GARÇOM - 10 horas	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3			
GARÇOM - 12 horas	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8			
IMPRESSOR GRÁFICO - 08 horas	34	34	34	34	34	34	34	34	34	34	34	34			
INSTRUTOR INFORMÁTICA - 06 horas	76	76	76	75	75	75	75	75	75	75	75	75			
INSTRUTOR DE INFORMÁTICA - 08 horas	64	64	64	65	65	65	65	65	65	65	65	65			
JARDINEIRO - 04 horas	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2			
JARDINEIRO - 06 horas	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6			
JARDINEIRO - 08 horas	38	38	38	38	38	38	38	38	24	24	24	24			
JARDINEIRO - 40 horas semanais	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12			
LÍDER GRUPO - 08 horas	4	4	4	4	4	4	4	4	0	0	0	0			
OPERADOR DE EQUIPAMENTOS - 40 horas semanais	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
MECÂNICO - 8 horas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
MENSAGEIRO - 06 horas	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2			
MERENDEIRA - 08 horas	16	16	16	16	16	15	15	15	15	15	15	15			
MOTORISTA - 06 horas	7	7	7	7	7	7	6	6	6	6	6	6			
MOTORISTA - 08 horas	54	54	54	53	53	52	51	51	45	45	45	45			
MOTORISTA - 12 horas	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7			
MOTORISTA 44 hs/sem.	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8			
MOTORISTA EXECUTIVO - 08 horas	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5			
OFFICE BOY - 06 horas	41	41	41	41	41	41	41	41	30	30	30	30			
OFFICE BOY - 08 horas	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5			
OPERADOR DE EMPILHADEIRA - 08 horas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
OPERADOR DE SOM - 08 horas	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7			
PORTEIRO - 30 horas semanais	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7			

Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Administração
Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços
Gerência de Contratos / Gerência de Mão de Obra Locada

PODER EXECUTIVO

CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA - CONSOLIDADO - TODAS AS UNIDADES (Anexo I, Item I, alínea "n")

Exercício de 2017

Quantidade de Postos de Trabalho (18)	MÊS												Despesa Empenhada Anual	Despesa Liquidada Anual	Despesa Paga Anual
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez			
RECEPCIONISTA - 04 horas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
RECEPCIONISTA - 06 horas	130	130	130	130	133	132	134	134	129	129	129	129			
RECEPCIONISTA - 08 horas	250	250	250	250	250	250	253	253	253	253	253	253			
RECEPCIONISTA - 12 horas	37	37	37	37	37	37	37	37	33	33	33	33			
RECEPCIONISTA 12 X 36 horas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
RECEPCIONISTA BILÍNGUE - 8 horas	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14			
RECEPCIONISTA EXECUTIVA - 06 horas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
RECEPCIONISTA EXECUTIVA - 08 horas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
SERVENTE - 04 horas	155	155	155	158	164	164	164	164	164	160	160	160			
SERVENTE - 06 horas	162	162	162	161	160	160	159	159	159	159	159	159			
SERVENTE - 08 horas	826	826	826	823	823	858	852	852	824	824	824	824			
SERVENTE - 12 horas	198	198	198	198	198	198	198	198	171	171	171	171			
SERVENTE - 40 horas semanais	116	116	116	116	118	118	118	116	116	116	116	116			
SERVENTE - 44 horas semanais	8	8	8	8	8	8	8	8	8	9	8	8			
SERVIÇOS DE COPEIRAGEM	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3			
SERVIÇOS DE COZINHA	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3			
SERVIÇOS DE GARÇONAGEM	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4			
SERVIÇOS DE JARDINAGEM	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4			
SERVIÇOS DE LIMPEZA	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4			
SERVIÇOS DE ZELADORIA	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2			
TÉCNICO DE INFORMÁTICA - 06 horas	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5			
TÉCNICO DE INFORMÁTICA - 08 horas	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25			
TELEFONISTA - 06 horas	89	89	89	89	89	89	87	87	83	83	83	83			
TELEFONISTA - 12 horas	2	2	2	2	2	2	2	2	7	7	7	7			
TRATORISTA - 40 horas semanais	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
VIGILÂNCIA - 06 horas	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3			
VIGILÂNCIA - 08 horas	74	74	74	74	74	74	74	74	74	74	74	74			
VIGILÂNCIA - 12 horas	104	104	104	104	104	104	104	104	104	104	104	104			
VIGILÂNCIA - 15 horas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
VIGILÂNCIA - 16 horas	48	48	48	48	48	48	48	48	48	48	48	48			
VIGILÂNCIA - 24 horas	283	283	283	287	287	287	287	287	287	288	287	287			
VIGILÂNCIA ARMADA - 08 horas	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2			
VIGILÂNCIA ARMADA - 12 horas	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8			
VIGILÂNCIA ARMADA - 12x36 Horas	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14			
VIGILÂNCIA ARMADA - 24 horas	67	67	67	78	78	78	78	78	78	78	78	78			
ZELADOR - 06 horas	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22			
ZELADOR - 08 horas	112	112	112	113	115	115	114	114	110	110	110	110			
ZELADOR - 12 horas	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25			
ZELADOR - 40 horas semanais	20	20	20	21	21	21	21	21	21	21	21	21			
ZELADOR - 44 horas semanais	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3			
Total	**4931**	**4931**	**4931**	**4947**	**4962**	**4993**	**4976**	**4975**	**4876**	**4873**	**4871**	**4871**	**R$ 372.764.449,33**	**R$ 351.374.243,91**	**R$ 314.756.334,01**

NOTAS:
(18) Refere-se à quantidade de Postos de Trabalho e não à quantidade de pessoas que ocupam esses postos. Exemplo: um posto de trabalho de vigilante poderá ser ocupado por mais de uma pessoa em função da jornada de trabalho, mas deve ser informado apenas como um posto. Deve ser informada a posição do último dia de cada mês.
(19) Os saldos de quantitativos e valores no início do exercício tem como base as informações de Janeiro.
Obs 1: Para o cálculo dos valores foram utilizados o elemento de despesa 33.90.37 (Locação de Mão-de-Obra) e o subelemento 33.90.92.37 (Despesas de Exercícios Anteriores - Locação de mão-de-obra)
Obs 2: Os valores são referente a Execução orçamentária de 2017.
Obs 3: Contrato da Casa Civil foi empenhado nos elementos de despesa 33.90.39.46 / 33.90.39.79 / 33.90.39.78

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.

Alexandre Tonini
Diretor de Gestão de Materiais e Serviços

ESTADO DE SANTA CATARINA

PODER JUDICIÁRIO

CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA - CONSOLIDADO - TODAS AS UNIDADES (Anexo I, Item I, alínea "n")

Exercício de 2017

Quantidade de Postos de Trabalho (18)	MÊS												Despesa Empenhada Anual (R$)	Despesa Liquidada Anual (R$)	Despesa Paga Anual (R$)
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez			
	1945	1962	1962	1968	1969	1991	1883	1889	1895	1914	1916	1922	R$ 94.212.735,13	R$ 85.642.059,12	R$ 85.642.059,12

NOTAS:

(18) Refere-se à quantidade de Postos de Trabalho e não à quantidade de pessoas que ocupam esses postos. Exemplo: um posto de trabalho de vigilante poderá ser ocupado por mais de uma pessoa em função da jornada de trabalho, mas deve ser informado apenas como um posto. Deve ser informada a posição do último dia de cada mês.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.

Graziela Cristina Zanon Meyer Juliani
Diretora de Material e Patrimônio

Eduardo Cardoso Silva
Diretor de Orçamento e Finanças

ESTADO DE SANTA CATARINA

PODER LEGISLATIVO

CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA - CONSOLIDADO - TODAS AS UNIDADES (Anexo I, Item I, alínea "n")

Exercício de 2017

Quantidade de Postos de Trabalho (18)	MÊS												Despesa Empenhada Anual (R$)	Despesa Liquidada Anual (R$)	Despesa Paga Anual (R$)
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez			
	417	419	428	433	433	433	433	434	423	652	394	394	R$ 42.356.307,86	R$ 42.326.692,56	R$ 36.499.871,31

NOTAS:

(18) Refere-se à quantidade de Postos de Trabalho e não à quantidade de pessoas que ocupam esses postos. Exemplo: um posto de trabalho de vigilante poderá ser ocupado por mais de uma pessoa em função da jornada de trabalho, mas deve ser informado apenas como um posto. Deve ser informada a posição do último dia de cada mês.

(19) Considerando-se o lapso temporal entre o fechamento da folha de dezembro 2016 e janeiro 2017, apresenta-se uma divergência de quantitativo de terceirizados entre o saldo final de 2016 e o saldo inicial de 2017, decorrente contratação/admissão de novos cargos nesse período, conforme previsto no contrato.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.

Rafael Schmitz
Diretor Administrativo

Carlos Antônio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

ESTADO DE SANTA CATARINA

TRIBUNAL DE CONTAS

CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA - CONSOLIDADO - TODAS AS UNIDADES (Anexo I, Item I, alínea "n")

Exercício de 2017

Quantidade de Postos de Trabalho	MÊS												Despesa Empenhada Anual (R$)	Despesa Liquidada Anual (R$)	Despesa Paga Anual (R$)
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez			
	139	139	139	148	141	143	146	141	151	151	151	152	R$ 7.973.592,93	R$ 7.973.592,93	R$ 7.973.592,93

NOTAS:

Refere-se à quantidade de Postos de Trabalho e não à quantidade de pessoas que ocupam esses postos. Exemplo: um posto de trabalho de vigilante poderá ser ocupado por mais de uma pessoa em função da jornada de trabalho, mas deve ser informado apenas como um posto. Deve ser informada a posição do último dia de cada mês.

A despesa acima inlui gastos de serviços sazonais (ressarcimentos viagens e lavação de fachadas, caixa d'agua, etc.), que não envolvem terceirização.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.

José Roberto Queiroz
Diretor de Administração e Finanças

ESTADO DE SANTA CATARINA

MINISTÉRIO PÚBLICO

CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA - CONSOLIDADO - TODAS AS UNIDADES (Anexo I, Item I, alínea "n")
Exercício de 2017

Quantidade de Postos de Trabalho (18)	MÊS												Despesa Empenhada Anual (R$)	Despesa Liquidada Anual (R$)	Despesa Paga Anual (R$)
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez			
	374	375	375	375	376	375	375	377	377	376	376	376	R$ 14.895.132,56	R$ 14.380.830,51	R$ 14.380.830,51

NOTAS:

(18) Refere-se à quantidade de Postos de Trabalho e não à quantidade de pessoas que ocupam esses postos. Exemplo: um posto de trabalho de vigilante poderá ser ocupado por mais de uma pessoa em função da jornada de trabalho, mas deve ser informado apenas como um posto. Deve ser informada a posição do último dia de cada mês.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.

Gerson da Silva Júnior
Coordenador de Operações Administrativas

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONSOLIDADO

DEMONSTRATIVO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DE REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS) - (Anexo I, Item I, alínea "o")

EXERCÍCIO DE 2017

Benefícios Previdenciários mantidos pelo Tesouro Estadual ou por RPPS	Quantidade no Início do Exercício	Quantidade no Final do Exercício	Despesa Anual da Folha de Pagamento por Tipo de Benefício (R$)
Aposentadorias civis (19)	44.923	46.648	R$ 3.984.703.397,86
Pensões por morte (20)	11.776	11.999	R$ 990.071.449,47
Reserva e Reforma remunerada (21)	9.561	10.034	R$ 1.190.074.779,73
Complementação de Aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do RGPS) (22)	-	-	R$ -
Complementação de pensão de Aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do RGPS) (23)	-	-	R$ -
Total	**66.260**	**68.681**	**R$ 6.164.849.627,06**

NOTAS:

(19) Incluir os inativos/aposentados mantidos pelo Tesouro Estadual e pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

(20) Incluir os pensionistas cujo instituidor da pensão era agente público mantido pelo Tesouro Estadual e pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

(21) Incluir os Militares da Reserva Remunerada ou Reformados, inclusive os Bombeiros Militares.

(22) Incluir os inativos que recebem complementação de aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do Regime Geral de Previdência Social -RGPS), se houver.

(23) Incluir os pensionistas que recebem complementação de pensão (complemento em relação ao valor percebido do Regime Geral de Previdência Social –RGPS), se houver.

Consolidação dos valores do Estado efetuada tendo como base os valores enviados pelo Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas, conforme demonstrativos apresentados neste volume.

FONTE: Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Humanos (SIGRH), Instituto de Previdência do Estado - IPREV e Informações dos Poderes conforme Portaria MPAS nº3.385/2001.

Florianópolis, 28 de janeiro de 2018.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

ESTADO DE SANTA CATARINA

PODER EXECUTIVO

DEMONSTRATIVO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DE REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS) - (Anexo I, Item I, alínea "o")

EXERCÍCIO DE 2017

Benefícios Previdenciários mantidos pelo Tesouro Estadual ou por RPPS	Quantidade no Início do Exercício	Quantidade no Final do Exercício	Despesa Anual da Folha de Pagamento por Tipo de Benefício (R$)
Aposentadorias civis (19)	42.611	44.053	R$ 3.382.144.064,64
Pensões por morte (20)	10.814	11.018	R$ 831.998.455,27
Reserva e Reforma remunerada (21)	9.561	10.034	R$ 1.190.074.779,73
Complementação de Aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do RGPS) (22)	-	-	R$ -
Complementação de pensão de Aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do RGPS) (23)	-	-	R$ -
Total	**62.986**	**65.105**	**R$ 5.404.217.299,64**

NOTAS:

(19) Incluir os inativos/aposentados mantidos pelo Tesouro Estadual e pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

(20) Incluir os pensionistas cujo instituidor da pensão era agente público mantido pelo Tesouro Estadual e pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

(21) Incluir os Militares da Reserva Remunerada ou Reformados, inclusive os Bombeiros Militares.

(22) Incluir os inativos que recebem complementação de aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do Regime Geral de Previdência Social - RGPS), se houver.

(23) Incluir os pensionistas que recebem complementação de pensão (complemento em relação ao valor percebido do Regime Geral de Previdência Social –RGPS), se houver.

(24) Os saldos de quantitativos e valores no início do exercício tem como base as informações de Janeiro.

FONTE: Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Humanos (SIGRH), Instituto de Previdência do Estado - IPREV e Informações dos Poderes conforme Portaria MPAS nº3.385/2001.

Florianópolis, 28 de janeiro de 2018.

Saulo Rodolfo Vidal
Gabinete do IPREV - Técnico em Atividades Administrativas

ESTADO DE SANTA CATARINA

PODER JUDICIÁRIO

DEMONSTRATIVO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DE REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS) - (Anexo I, Item I, alínea "o")

Exercício de 2017

Benefícios Previdenciários mantidos pelo Tesouro Estadual ou por RPPS	Quantidade no Início do Exercício	Quantidade no Final do Exercício	Despesa Anual da Folha de Pagamento por Tipo de Benefício (R$)
Aposentadorias civis (19)	1.241	1.422	R$ 274.812.024,93
Pensões por morte (20)	430	441	R$ 63.336.883,57
Reserva e Reforma remunerada (21)	-	-	R$ -
Complementação de Aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do RGPS) (22)	-	-	R$ -
Complementação de pensão de Aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do RGPS) (23)	-	-	R$ -
Total	**1.671**	**1.863**	**R$ 338.148.908,50**

NOTAS:

(19) Incluir os inativos/aposentados mantidos pelo Tesouro Estadual e pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

(20) Incluir os pensionistas cujo instituidor da pensão era agente público mantido pelo Tesouro Estadual e pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

(21) Incluir os Militares da Reserva Remunerada ou Reformados, inclusive os Bombeiros Militares.

(22) Incluir os inativos que recebem complementação de aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do Regime Geral de Previdência Social - RGPS), se houver.

(23) Incluir os pensionistas que recebem complementação de pensão (complemento em relação ao valor percebido do Regime Geral de Previdência Social –RGPS), se houver.

As informações de Pensões por Morte foram encaminhadas pelo Instituto de Previdência do Estado - IPREV.

Florianópolis, 28 de janeiro de 2018.

Raphael Jaques de Souza
Diretor de Gestão de Pessoas

ESTADO DE SANTA CATARINA

PODER LEGISLATIVO

DEMONSTRATIVO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DE REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS) - (Anexo I, Item I, alínea "o")

EXERCÍCIO DE 2017

Benefícios Previdenciários mantidos pelo Tesouro Estadual ou por RPPS	Quantidade no Início do Exercício	Quantidade no Final do Exercício	Despesa Anual da Folha de Pagamento por Tipo de Benefício (R$)
Aposentadorias civis (19)	642	694	R$ 165.988.399,37
Pensões por morte (20)	359	354	R$ 51.824.826,98
Reserva e Reforma remunerada (21)	-	-	R$ -
Complementação de Aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do RGPS) (22)	-	-	R$ -
Complementação de pensão de Aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do RGPS) (23)	-	-	R$ -
Total	**1.001**	**1.048**	**R$ 217.813.226,35**

NOTAS:

(19) Incluir os inativos/aposentados mantidos pelo Tesouro Estadual e pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

(20) Incluir os pensionistas cujo instituidor da pensão era agente público mantido pelo Tesouro Estadual e pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

(21) Incluir os Militares da Reserva Remunerada ou Reformados, inclusive os Bombeiros Militares.

(22) Incluir os inativos que recebem complementação de aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do Regime Geral de Previdência Social - RGPS), se houver.

(23) Incluir os pensionistas que recebem complementação de pensão (complemento em relação ao valor percebido do Regime Geral de Previdência Social –RGPS), se houver.

As informações de Pensões por Morte foram encaminhadas pelo Instituto de Previdência do Estado - IPREV.

Florianópolis, 28 de janeiro de 2018.

Rafael Schmitz
Diretor Administrativo

Carlos Antônio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

ESTADO DE SANTA CATARINA

TRIBUNAL DE CONTAS

DEMONSTRATIVO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DE REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS) - (Anexo I, Item I, alínea "o")
Exercício de 2017

Benefícios Previdenciários mantidos pelo Tesouro Estadual ou por RPPS	Quantidade no Início do Exercício	Quantidade no Final do Exercício	Despesa Anual da Folha de Pagamento por Tipo de Benefício (R$)
Aposentadorias civis (19)	251	287	R$ 95.913.782,48
Pensões por morte (20)	81	87	R$ 14.920.680,97
Reserva e Reforma remunerada (21)	-	-	R$ -
Complementação de Aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do RGPS) (22)	-	-	R$ -
Complementação de pensão de Aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do RGPS) (23)	-	-	R$ -
Total	**332**	**374**	**R$ 110.834.463,45**

NOTAS:

(19) Incluir os inativos/aposentados mantidos pelo Tesouro Estadual e pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

(20) Incluir os pensionistas cujo instituidor da pensão era agente público mantido pelo Tesouro Estadual e pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

(21) Incluir os Militares da Reserva Remunerada ou Reformados, inclusive os Bombeiros Militares.

(22) Incluir os inativos que recebem complementação de aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do Regime Geral de Previdência Social -RGPS), se houver.

(23) Incluir os pensionistas que recebem complementação de pensão (complemento em relação ao valor percebido do Regime Geral de Previdência Social –RGPS), se houver.

As informações de Pensões por Morte foram encaminhadas pelo Instituto de Previdência do Estado - IPREV.

Florianópolis, 28 de janeiro de 2018.

Giane Vanessa Fiorini
Diretora de Gestão de Pessoas

ESTADO DE SANTA CATARINA

MINISTÉRIO PÚBLICO

DEMONSTRATIVO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DE REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS) - (Anexo I, Item I, alínea "o")

Exercío de 2017

Benefícios Previdenciários mantidos pelo Tesouro Estadual ou por RPPS	Quantidade no Início do Exercício	Quantidade no Final do Exercício	Despesa Anual da Folha de Pagamento por Tipo de Benefício (R$)
Aposentadorias civis (19)	178	192	R$ 65.845.126,44
Pensões por morte (20)	92	99	R$ 27.990.602,68
Reserva e Reforma remunerada (21)	-	-	R$ -
Complementação de Aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do RGPS) (22)	-	-	R$ -
Complementação de pensão de Aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do RGPS) (23)	-	-	R$ -
Total	**270**	**291**	**R$ 93.835.729,12**

NOTAS:

(19) Incluir os inativos/aposentados mantidos pelo Tesouro Estadual e pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

(20) Incluir os pensionistas cujo instituidor da pensão era agente público mantido pelo Tesouro Estadual e pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

(21) Incluir os Militares da Reserva Remunerada ou Reformados, inclusive os Bombeiros Militares.

(22) Incluir os inativos que recebem complementação de aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do Regime Geral de Previdência Social - RGPS), se houver.

(23) Incluir os pensionistas que recebem complementação de pensão (complemento em relação ao valor percebido do Regime Geral de Previdência Social –RGPS), se houver.

As informações de Pensões por Morte foram encaminhadas pelo Instituto de Previdência do Estado - IPREV.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.

Renato Kraus
Gerente de Remuneração Funcional

DÍVIDA ATIVA DO ESTADO

Em atendimento ao item Anexo I, inciso I, alínea “r”, item 1 da Instrução Normativa nº 20/2015 do Tribunal de Contas do Estado, referente à dívida ativa do Estado de Santa Catarina em 31/12/2017, encaminhamos as seguintes informações.

Tributo	Imposto (R$)	Juros (R$)	Multa (R$)	Total (R$)
ICMS	4.864.118.844,81	3.149.674.379,62	5.244.729.732,64	13.258.522.957,07
IPVA	215.380.875,39	86.060.297,57	128.700.194,54	430.141.367,50
ITCMD	37.812.862,81	23.708.269,68	33.885.439,73	95.406.572,22
***Outras dívidas ativas**	267.921.484,96	19.993.446,70	130.407.103,82	418.322.035,48
Total	**5.385.234.067,97**	**3.279.436.393,57**	**5.537.722.470,73**	**14.202.392.932,27**

* As outras dívidas ativas são: Taxas da Administração Direta (R$24.354.626,99), CIDASC (R$ 3.249.030,08), Corpo de Bombeiros Militar (R$ 175.500,00), FATMA (R$ 20.959.943,71), ITBI (R$9.303,41), MPSC (R$ 148.484,85), Polícia Militar Ambiental (R$ 28.180.161,24), PROCON/SC (R$ 2.180.196,72), TCE/SC (R$ 61.846.683,20), TJSC – Débito não tributário (R$ 218.462.017,85), TJSC – Débito tributário (R$ 57.798.244,85) UDESC (R$ 408.584,17), Vigilância sanitária (R$ 548.258,41).

Fonte: Gerencia de Arrecadação

DAS AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS NA INSTÂNCIA JUDICIAL, COM QUANTITATIVO E VALOR

Em atendimento ao item Anexo I, inciso I, alínea “r”, item 2 da Instrução Normativa nº 20/2015 do Tribunal de Contas do Estado, referente às ações de recuperação de créditos na instância judicial, com quantitativo e valor, no ano de 2017, encaminhamos as seguintes informações.

Em relação aos processos de execução fiscal cadastrados no sistema da Procuradoria Geral do Estado – PGE-Net -, no período entre 01/01/2017 e 31/12/2017, temos:

	Valor
Nº de execuções fiscais	9.172
Valor das execuções (R$)	1.508.456.982,47

Fonte: Procuradoria Geral do Estado – PGE-Net

Em 2017 foi o terceiro ano que a PGE/SC promoveu a cobrança administrativa na modalidade de protesto da CDA, com os seguintes resultados:

	Quantidade	Valor (R$)
CDA encaminhadas a protesto	28.525	1.176.439.925,16
CDA pagas antes do protesto	1.484	4.490.967,45
CDA pagas após protesto	1.074	5.317.509,21
CDA parceladas após protesto	3.301	N/D

Fonte: Procuradoria Geral do Estado – PGE-Net

DA EVOLUÇÃO DO MONTANTE DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS PASSÍVEIS DE COBRANÇA ADMINISTRATIVA

Em atendimento ao item Anexo I, inciso I, alínea “r”, item 3 da Instrução Normativa nº 20/2015 do Tribunal de Contas do Estado, referente à evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa, em 2017, encaminhamos as seguintes informações, em R$:

A tabela a seguir mostra o valor do estoque dos créditos tributários disponíveis para a cobrança, em 31/12 de cada ano.

Descrição	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Declaração	626.554.862,82	492.896.017,64	356.673.092,07	598.033.672,98	716.037.453,15	* 1.664.359.774,96
Notificação	875.681.115,49	551.460.058,99	558.285.945,20	523.785.214,67	858.534.230,55	599.222.898,07
Dívida Ativa	7.742.966.432,84	9.220.793.844,84	10.109.368.803,94	11.391.887.016,77	13.646.515.777,12	14.380.552.220,16
Parcelamento vencido	57.600.815,21	26.864.379,93	29.835.527,64	74.590.214,07	27.286.633,13	23.051.030,80

Fonte: Grupo Especialista da Cobrança
** O aumento de 132% do estoque de dívidas referentes à declaração se pela mudança de critérios de elaboração do relatório a partir de julho de 2017, com a inclusão de novas contas.*

INDICAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS PARA A RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS NESTA INSTÂNCIA

Em atendimento ao item Anexo I, inciso I, alínea “r”, item 4 da Instrução Normativa nº 20/2015 do Tribunal de Contas do Estado, referente à indicação das medidas adotadas para a recuperação de créditos na instância administrativa, em 2017, encaminhamos as seguintes informações.

A criação de uma estrutura profissional de acompanhamento e cobrança administrativa de tributos, primeiro denominada Grupo de Cobrança Administrativa de Débitos – CAD, renomeada em 2012 para Grupo Especialista em Cobrança Administrativa de Débitos Tributários - GE-COBRANÇA (Ato DIAT Nº 013/2012), representou uma inovação na Secretaria da Fazenda.

Além do desenvolvimento de um sistema on-line de levantamento de dívidas, a Diretoria de Administração Tributária passou a contatar diretamente os contribuintes devedores, por meio de telefone ou pessoalmente, buscando orientá-los a saldar suas dívidas.

O GE-COBRANÇA, visando assegurar o crescimento da arrecadação estadual, realizou, no período de janeiro a dezembro de 2017, 123.265 contatos com contribuintes solicitando o pagamento de débitos. As ações desenvolvidas resultaram em R$ 1.997.297.436,26 de valor recuperado de débitos administrativos em 2017, assim divididos: débitos pagos - R$ 400.670.408,74 e débitos parcelados - R$ 1.596.627.027,52.

Fonte: Grupo Especialista da Cobrança

MEDIDAS ADOTADAS PARA INCREMENTO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS E DE CONTRIBUIÇÕES

Em atendimento ao item Anexo I, inciso I, alínea “r”, item 5 da Instrução Normativa nº 20/2015 do Tribunal de Contas do Estado, referente às medidas adotadas para incremento das receitas tributárias e de contribuições, em 2017, encaminhamos as seguintes informações.

Tendo em vista a similaridade entre os itens nº 5 e nº 6, apenas por questões didáticas, apresentaremos no item nº 5 os projetos concluídos no ano de 2016.

Grupo de Publicações e Processos

A segurança no controle de acesso ao Sistema de Administração Tributária teve um avanço significativo em 2016, principalmente com a implantação do login a partir do CNPJ eletrônico (e-CNPJ) e CPF eletrônico (e-CPF).

Com essa nova funcionalidade, tornou-se possível, por exemplo, o credenciamento eletrônico das empresas de outro Estado (que não possuem inscrição estadual em Santa Catarina), que poderão efetuar o recolhimento do imposto por diferencial de alíquota por meio de um procedimento simplificado e via internet.

Houve ainda melhorias quanto à integração entre os sistemas de Publicação Eletrônica e COPAT, permitindo aos contribuintes efetuar consultas sobre interpretação de dispositivos da legislação tributária estadual, previstas na Seção VI, artigos 152 a 152F, do Regulamento de Normas Gerais de Direito Tributário de SC – RNGDTSC.

Destaca-se também a integração do Pe/SEF com o sistema de Restituição, possibilitando ao contribuinte requerer a devolução de tributo pago indevidamente, ou em valor maior que o devido, nos termos da legislação vigente (art. 73 a 80 da Lei nº 3.938/66).

Além disso, diversas melhorias foram realizadas: melhoria no portal web; implantação do processo de cadastro eletrônico de desenvolvedores de PAF/ECF, com entrega e validação de documentos assinados digitalmente; criação de novos documentos para módulo de fiscalização.

Controle de acesso

Disponibilizada ferramenta automatizada para que Produtores Primários e Microempreendedores Individuais (MEI) possam se credenciar de forma automática através de página específica. O credenciamento os habilita para emissão de documentos fiscais eletrônicos avulsos diretamente no SAT.

Foi disponibilizado um sistema para gerenciar e disponibilizar acessos a ferramentas de suporte à fiscalização que se situam fora da Secretaria da Fazenda de SC.

Algumas melhorias pontuais como: modulo de gerenciamento de tempo de inativação de usuários; automatização do cadastramento de entidades externas, mediante envio automático de e-mails.

Auditoria

O projeto do módulo de auditoria teve como objetivo principal a automação da inteligência fiscal desenvolvida pelos Auditores Fiscais da Receita Estadual (AFRE) que atuam na fiscalização de empresas. Esse projeto pode ser dividido em 3 grandes níveis: preparação dos dados; indicadores e painéis gerenciais.

A preparação dos dados consiste em tornar acessível os registros brutos de certas fontes de informação (Conhecimento de Transporte Eletrônico - CT-e -, Nota Fiscal Eletrônica – NF-e-, etc.), de forma a possibilitar a importação dos registros a um banco de dados relacional. Assim, com a informação de fácil acesso, torna-se viável o desenvolvimento de aplicações para o segundo e terceiro nível.

A principal aplicação desenvolvida no segundo nível foram os indicadores. A partir de experiência dos AFRE e das auditorias bem-sucedidas realizadas no passado, foram criados diversos indicadores de sonegação, o

que possibilitou a identificação das empresas com maior potencial de retorno num eventual trabalho de auditoria. Foram desenvolvidas malhas fiscais de: empresas noteiras; créditos indevidos; etc.

O terceiro nível do projeto consiste na criação de painéis gerenciais, de uso dos diretores, gerentes e coordenadores. Com eles, a partir de informações agregadas da arrecadação, das notificações, etc., os tomadores de decisão do fisco passam a ter melhores condições de direcionar os esforços do grupo como um todo, priorizando as ações mais importantes.

Além disso, o módulo de auditoria avançou significativamente na plataforma mobile, com a plataforma de envio de notificações *push* para celulares e desenvolvimento da infraestrutura para suportar a integração via *web service*.

Escrituração Digital

No ano de 2017 foram desenvolvidos aplicativos emissores de documentos fiscais eletrônicos – DF-e, específicos para a Nota Avulsa emitida tanto por contribuinte do Estado como para não contribuinte, bem como, para o produtor rural cadastrado como contribuinte no Estado.

Os aplicativos são soluções WEB disponibilizados através de acesso específico individualizado dos usuários, com o respectivo controle de acesso, controle do pagamento efetuado e pré-validações de preenchimento para maior controle e segurança das operações efetuadas.

Foram desenvolvidos diversas consultas e relatórios para público interno, sendo alguns, com filtros específicos para determinados setores da fiscalização ou órgão, devido ao perfil de acesso e ao sigilo fiscal.

Para o público externo, além do controle de acesso e filtros específicos, para as consultas e relatórios, foi desenvolvido sistema de validação do acesso para suportar a demanda excessiva de consultas e relatórios solicitados.

Varejo

No grupo de trabalho do varejo, em 2016, foi feita a automatização de diversas rotinas que, até então, eram realizadas de forma manual pelo contribuinte. A título de exemplo, podemos citar a possibilidade de envio das memórias dos Emissores de Cupom Fiscal (ECF) por meio do SAT, dispensando o contribuinte de ter que entregar as memórias em meio físico nas regionais.

Outro grande avanço do grupo foi a especificação e implementação do Sistema de Informação do Varejo (SIV), que consiste no conjunto de aplicações integradas do SAT, que estão sendo desenvolvidas para prover a aquisição segura de dados dos Programas Aplicativos Fiscais (PAF-ECF). Além disso, o sistema prevê a formação de um banco de dados completo de todas as transações comerciais que serão monitoradas por aplicações específicas de Business Intelligence adaptativas.

O objetivo do SIV é estabelecer o acompanhamento e controle do setor varejista, com grau máximo de automatização, proporcionando aos auditores fiscais a detecção imediata de qualquer alteração de comportamento ou parâmetro que possa indicar a ocorrência de um ilícito tributário ou a supressão indevida do tributo.

Além disso, podemos citar a integração do SAT com os postos de combustíveis, através do uso de medidores nos tanques. Os medidores enviam informações do nível dos tanques em um intervalo determinado e o SAT compila essas informações no banco de dados.

Destaca-se a integração entre o sistema medidor de combustíveis da SEF com sistemas dos medidores de tanques dos postos de combustíveis, possibilitando ao fisco o acesso ao volume de combustíveis de cada bomba de gasolina dentro do Estado.

Grupo de contas

No módulo de grupo de contas foram realizadas:

- Inscrição em Dívida Ativa de ICMS Declarado
- Adequação da legislação e do sistema, com a unificação dos prazos de vencimento de todas as frações de ICMS declarados na mesma. Criado código interno único (código 2569 – ICMS – DeSTDA).
- Integração do sistema SAT com o sistema DETRAN.Net – Arrecadação - integração dos Ajustes da Arrecadação com o DETRAN.Net, cujo modelo deverá ser aplicado aos demais órgãos externos que utilizem o SAT para os seus recolhimentos.
- Implantação das funcionalidades para o recolhimento e parcelamento relativos ao CONVÊNIO ICMS 95/2016 (TELECOMUNICAÇÕES)
- Utilização de Certificado Digital para acesso de contribuintes não inscritos - Acesso Listagem de Pendências e Listar Débitos para impressão de DARE.
- Criada nova receita e webservice.

- Migração de funcionalidade existente no programa de geração OffLine, para melhorar a experiência do usuário e a qualidade dos dados informados.
- Ajuste do GRF para conciliar o arquivo DAF607 considerando exclusivamente os registros de pagamentos novos, com desenvolvimento de rotinas para incluir os registros de pagamentos estornados no ajuste da arrecadação.
- Cadastro de novos beneficiários e alteração da distribuição de receitas abrangidas pela desvinculação das receitas dos Estados (DRE), conforme definição da Contabilidade e do Tesouro.

Conta corrente

Foram desenvolvidas diversas aplicações no módulo “conta corrente”:

- Desenvolvimento da notificação fiscal de conta de declaração com registro de falência, do FUNDOSOCIAL e SEITEC;
- CND dos débitos originados no DETRAN.Net, com a segregação dos débitos originados no DETRAN.Net;
- Implantação dos convênios ICMS 77/2016 (Geral), ICMS 78/2016 (Carne Bovina) e ICMS 80/2016 (Supermercados);
- Criação do novo layout declaração do Simples Nacional: extrato/histórico do débito inscrito em dívida ativa;
- Desenvolvimento dos serviços que permitem aplicativo móvel acessar o sistema SAT.

Cadastro

No módulo do cadastro, temos as seguintes melhorias:

- Desenvolvimento do pedido de Inscrição Estadual ONLINE - Substituto Tributário, eliminado a FAC OFFLINE.
- Implantação da Nova Alteração Cadastral de Inscrição Estadual sincronizado com a Junta Comercial e Receita Federal.
- Aperfeiçoamento da Baixa da Inscrição Estadual com autorização fiscal e verificação de críticas do Estabelecimento.
- Implantação do SUBLIMITE Estadual do faturamento das Empresas do Simples Nacional.

Fonte: Gerência de Sistemas e Informações Tributárias

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NO COMBATE À EVASÃO E À SONEGAÇÃO DE TRIBUTOS

Em atendimento ao item Anexo I, inciso I, alínea “r”, item 6 da Instrução Normativa nº 20/2015 do Tribunal de Contas do Estado, referente às medidas adotadas para incremento das receitas tributárias e de contribuições, em 2017, encaminhamos as seguintes informações.

Tendo em vista a similaridade entre os itens nº 5 e nº 6, apenas por questões didáticas, apresentaremos no item nº 6as ações de fiscalização desempenhadas pelos Grupos Especialistas Setoriais – GES - e Grupos Regionais de Fiscalização – GRAF’s.

Avaliação do desempenho da arrecadação em 2017

O ano de 2017 foi extremamente negativo para a economia brasileira. A recessão econômica tem se mostrado profunda e duradoura.

No final do ano passado, segundo estudos do FMI, a previsão para 2017 era de apenas 0,7%. O percentual é o mesmo que foi indicado pelo Banco Central (BC) no começo de outubro e corresponde a um aumento de 0,5 ponto percentual com relação à projeção feita em abril passado pelo próprio FMI.

Segundo o Fundo, a performance forte das exportações e a diminuição do ritmo da contração na demanda doméstica permitiram que a economia retornasse ao crescimento positivo no primeiro trimestre de 2017, após oito trimestres de declínios.

A tímida recuperação econômica não foi suficiente para superar os nefastos efeitos da crise econômica que assolou o país nos últimos 3 anos. No entanto, o Grupo Especialista Setorial conseguiu um crescimento nominal de 8,53% na arrecadação, muito acima da inflação do ano, estimada em 2,95%.

Apesar do bom desempenho, o crescimento ficou abaixo da meta estipulada par aquele ano de 9,51%. A tabela a seguir mostra o desempenho da arrecadação do ano por segmento econômico.

	2016 (milhões)	2017 (milhões)	Var %
Restaurantes	124,63	108,09	15,30%
Agroindústria	463,25	403,01	14,95%
Automóveis	1.092,22	958,18	13,99%
Bebidas	1.471,53	1.315,68	11,85%
Combustíveis	3.809,91	3.601,64	5,78%
Comunicação	1.211,37	1.189,82	1,81%
Embalagens	469,06	383,71	22,24%
Energia elétrica	2.423,62	2.531,54	-4,26%
Materiais de construção	1.370,13	1.231,93	11,22%
Medicamentos	1.057,45	940,53	12,43%
Metalmecânico	687,19	681,31	0,86%
Redes de estabelecimento	682,01	588,30	15,93%
Supermercados	1.518,85	1.312,31	15,74%

	2016 (milhões)	2017 (milhões)	Var %
Têxtil	977,03	763,18	28,02%
Transportes	525,19	468,72	12,05%
Total	**17.883,44**	**16.477,95**	**8,53%**

Operações realizadas em 2017

A Diretoria de Administração Tributária estruturou todas as suas ações para o incremento de arrecadação em 2017por meiode275operações e diversas outras atividades para o combate da sonegação.

A tabela a seguir mostra a quantidade de operações fiscais por segmento econômico, realizadas pelos grupos especialistas setoriais:

	Nº operações
Restaurantes	8
Agroindústria	8
Automóveis	8
Bebidas	8
Combustíveis	4
Comunicação	4
Embalagens	6
Energia elétrica	1
Materiais de construção	12
Medicamentos	7
Metalmecânico	3
Redes de estabelecimento	8
Supermercados	3
Têxtil	5
Transportes	3
Total	**88**

A tabela a seguir mostra a quantidade de operações fiscais realizadas pelos grupos especialistas setoriais que atuam de maneira transversal aos segmentos econômicos:

	Nº operações
ITCMD	3
Cobrança Administrativa	2
Grupo de Análise e Pesquisa Fiscal	5
Operações conjuntas (outros órgãos)	4
Grupo de Planejamento e Monitoramento	2
Comércio exterior	11
Total	**27**

A tabela a seguir mostra a quantidade de operações fiscais realizadas pelos Grupos Regionais de Ação Fiscal (GRAF):

	Nº operações
Araranguá	8
Blumenau	29
Chapecó	8
Criciúma	10
Curitibanos	8
Florianópolis	12
Itajaí	10
Joaçaba	6
Joinville	19
Lages	11
Mafra	12
Porto União	9
Rio do Sul	1
São Miguel do Oeste	10
Tubarão	7
Total	**160**

Fonte: Gerência de Fiscalização

DO MONTANTE DAS RENÚNCIAS DE RECEITAS CONCEDIDAS NO EXERCÍCIO, POR ESPÉCIE PREVISTA NO ART. 14, § 1º, DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Em atendimento ao item Anexo I, inciso I, alínea "r", item 7 da Instrução Normativa nº 20/2015 do Tribunal de Contas do Estado, referente ao montante das renúncias de receitas concedidas no exercício fiscal, por espécie prevista no art. 14, §1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, encaminhamos as seguintes informações.

Modalidade	**Benefício**	**Referência legal**	**Redução da dívida**
Remissão	Programa Catarinense de Recuperação Fiscal (PREFIS-SC)	MP nº 2012 de 2017	181.383.093,36
Remissão	Programa Catarinense de Parcelamento de Débitos Fiscais (PPDF)	MP nº 2016 de 2017	33.722.696,74
Remissão	Programa Catarinense de Recuperação Fiscal do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (PREFIS-ITCMD)	MP nº 2017 de 2017	3.415.080,34
Total			**218.520.870,44**

Fonte: Assessoria Econômica DIAT/COGAT

ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

CRÉDITOS BAIXADOS EM RAZÃO DE PRESCRIÇÃO

Em atendimento ao item Anexo I, inciso I, alínea “r”, item 8 da Instrução Normativa nº 20/2015 do Tribunal de Contas do Estado, referente aos créditos baixados em razão da prescrição, encaminhamos as seguintes informações.

Os créditos baixados por determinação judicial, em razão da prescrição, totalizaram **R$ 102.133,32 no ano de 2017**. Os processos administrativos que determinaram a baixa dos créditos tributários em 2016 foram: 2743/2017, 1666/2017, 2347/2017, 2751/2017, 2742/2017, 2072/2017, 2744/2017, 2741/2017, 464/2017, 660/2017, 6793/2016, 463/2017, 460/2017, 662/2017, 659/2017, 770/2017, 1193/2017, 1188/2017, 1185/2017, 4764/2016, 5526/2017, 2751/2017 .

Fonte: Gerência de Arrecadação

Florianópolis, 26 de fevereiro de 2018.

Dilson Jiroo Takeyama
Assessor do DIAT/COGAT
957.961-3

Rogério de Mello Macedo da Silva
Diretor de Administração Tributária
301.294-8

2º RELATÓRIO TÉCNICO ANUAL DE MONITORAMENTO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA – 2015/2024

FLORIANÓPOLIS – 2018

2º RELATÓRIO TÉCNICO ANUAL DE MONITORAMENTO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA – 2015/2024[1]

Referência: Ofício GABSEF nº 943/2017, de 16 de novembro de 2017, do Secretário de Estado da Fazenda, Renato Dias Marques de Lacerda, que solicita providência por parte da SED, acerca do que estabelece a Instrução Normativa Tribunal de Contas do Estado (TC nº 20/2015) sobre a avaliação do cumprimento das Metas e estratégias previstas na Lei Federal nº 13.005/2014, PNE e na Lei nº 16.794/2015, EESC.

INTRODUÇÃO

A elaboração dos Relatórios de Monitoramento dos Planos de Educação das três esferas de governo tem como principal fonte de dados os estudos publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que tem a atribuição de publicar a cada dois anos, ao longo do período de vigência desses Planos, estudos para aferir a evolução do cumprimento das metas, a partir de metodologia específica visando a comparabilidade ao longo do tempo. Para tanto, o INEP têm como principais referências a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Censo Demográfico e os censos nacionais da educação básica e superior, atualizados (4º e 5º da Lei do PNE e do PEE/SC).

Em 2016, o INEP publicou o Relatório do 1º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE: biênio 2014-2016. Este instrumento foi a referência para a elaboração do 1º Relatório Técnico Anual de Monitoramento do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina – 2015-2024, referente ao primeiro ano de vigência do PEE/SC.

Para o ano de 2017, a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, no sentido de monitorar o PEE/SC, buscou atualizar dados relativos à situação das metas, demonstrando graficamente os resultados dos indicadores já disponíveis para as metas 1, 2, 3 e 9 (no corpo deste documento) e para as metas 5, 10, 11 e 17 (Anexo I). Com relação às outras metas, a SED aguarda a publicação do Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE, previsto para junho de 2018.

O documento que ora apresentamos é o segundo Relatório Técnico Anual de Monitoramento do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina – 2015/2024, com caráter de acompanhamento da execução das Metas, mais especificamente no âmbito de sua Rede de Ensino, sem deixar de lançar um olhar sobre o sistema de ensino.

Está dividido em três partes, inicialmente informa como se estrutura o processo de Monitoramento e Avaliação, a partir das comissões constituídas; na segunda parte, apresenta os indicadores e o estágio alcançado em cada uma das metas monitoradas e, ao final aponta algumas considerações sobre os resultados apresentados.

[1] 2º Relatório referente ao ano de 2017.

PROCESSO DE MONITORAMENTO DO PEE/SC

O Plano Estadual de Educação de Santa Catarina (PEE/SC), com suas 12 diretrizes, 19 metas e 312 estratégias é o instrumento norteador das políticas, programas e ações de Estado, com vistas ao alcance de patamares adequados de qualidade e equidade na Educação. Sua execução conta com a participação da sociedade e em colaboração com os entes federados, num esforço político, financeiro e decisório. E ainda, com mecanismos de monitoramento sistemático e de avaliação periódica, estruturados e validados, e pelos órgãos responsáveis pela avaliação de políticas publicas.

O processo de monitoramento e avaliação periódica oportuniza a melhoria da qualidade técnica do diagnóstico, a ampliação da participação social e a qualificação, ano a ano, da execução das Metas e Estratégias do PEE/SC. É um exercício contínuo de aproximação da gestão ao desejo da sociedade, num trabalho coletivo e democrático, em que o estudante é o grande beneficiado nesse processo.

Neste sentido, a Secretaria de Estado da Educação oficializou duas instâncias para a execução do Monitoramento e Avaliação do Plano Estadual de Educação. A primeira é a Equipe Técnica/SED[2], interna, constituída por diretores e técnicos com o objetivo de monitorar continuamente as Metas e Estratégias do PEE/SC, a partir de levantamentos, sistematização e análise de dados e informações referentes à sua execução. A segunda, cumprindo a prerrogativa legal, instituiu a Comissão Estadual de Acompanhamento e Avaliação do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina (Ceapeesc), composta por diferentes entidades e representações da sociedade educacional e civil, tendo como função macro, monitorar e avaliar a execução do Plano Estadual de Educação no âmbito do Sistema Estadual de Ensino.

A ação de monitoramento e avaliação do PEE/SC ocupa lugar de relevância, tanto para a Secretaria de Estado da Educação quanto para as entidades que compõem a Comissão Estadual, considerando-se que o Plano é estrutural para a política educacional do Estado.

Sob esse contexto, a Secretaria de Estado da Educação como gestora da rede pública estadual de ensino, tem a responsabilidade de realizar o monitoramento do Plano. Assim, colocou o Plano como base para o planejamento das ações e dos projetos, com o objetivo de verificar se estas são adequadas para a consecução das Metas e Estratégias estabelecidas.

[2] Equipe constituída pela Portaria n. 2287/2016 publicada no Diário Oficial nº 20.381 de 13/09/2016, alterada pela Portaria n. 2684/2016 publicada no Diário Oficial n. 20.412 de 27/10/2016.

1.1 Equipe Técnica de Monitoramento do PEE/SC/SED

A Equipe Técnica/SED tem a finalidade de apoiar tecnicamente, a Comissão Estadual de Acompanhamento e Avaliação do PEE/SC, de que trata o §1º, do Artigo 5º, da Lei nº 16.794/2015, e de contribuir para o planejamento e a gestão educacional da SED/SC, por meio de relatórios técnicos periódicos que devem ser validados pela Equipe de Planejamento Estratégico[3] da própria Secretaria.

Esta Equipe é composta por representantes das Diretorias, das Assessorias dos Gabinetes do Secretário e Secretária Adjunta, da Coordenadoria da Grande Florianópolis, do Instituto Estadual de Educação e da Fundação Catarinense de Educação Especial. Ela é coordenada pela Secretaria Adjunta de Educação e duas Diretorias: a de Políticas e Planejamento Educacional e a de Articulação com os Municípios. Tem como função monitorar continuamente o Plano de Educação e apoiar tecnicamente a Ceapeesc, funções definidas pela Portaria SED nº 1.684/2016.

No decorrer do ano de 2017 deu-se continuidade aos estudos, discussões das metas e estratégias do PEE/SC, e o preenchimento dos instrumentos de coleta de dados e de monitoramento do plano, possibilitando-se a consulta e o controle dos processos de execução das metas e as das estratégias de forma cronológica. Para tanto, foram utilizadas planilhas e editores de texto como instrumento de coleta de dados, e para o processo de monitoramento trabalhou-se com a planilha eletrônica denominada “Plataforma SED de Monitoramento do PEE/SC”, elaborada no ano de 2016 pela equipe Técnicas de Monitoramento. A Plataforma SED está sendo atualizada com a frequência necessária ao processo de monitoramento do PEE/SC e vem servindo como principal mecanismo de consulta para a elaboração dos relatórios anuais.

O mapeamento das metas e estratégias de âmbito estadual continua sendo o desafio para a Equipe Técnica/SED, pois há uma grande dificuldade em identificar, coletar e sistematizar dados relativos a outros sistemas, como o municipal e o particular. Esta questão se mantém e é complexa. Sua solução extrapola as competências desta Equipe ou mesmo de instâncias locais, considerando-se que necessita de iniciativas articuladas dos entes federados, sob a coordenação nacional.

Diante desta limitação, a Equipe Técnica/SED vem coletando os dados oficiais disponíveis que evidenciam a situação acerca das metas e estratégias cuja responsabilidade maior é dos outros entes federados. Observamos que para o detalhamento das realidades dos municípios e do Estado, estes dados estão desatualizados e/ou insuficientes.

1.2 Comissão Estadual de Acompanhamento e Avaliação do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina (Ceapeesc)

O Plano Estadual de Educação de Santa Catarina definiu em seu Artigo 5º que o “Estado, em regime de colaboração com os Municípios e a sociedade civil, procederá ao **acompanhamento da execução** do **PEE** e **a avaliações periódicas** realizadas a cada 2 (dois) anos por meio de comissão constituída para esse fim”.

[3] A Equipe de Planejamento Estratégico é constituída pelo Secretário de Educação, pela Secretária Adjunta, pelos Diretores e Gerentes da SED.

Em seu § 1º é detalhado a forma de constituição desta comissão, conforme segue: "A **comissão** de que trata o caput deste artigo será formada por **representantes**: I – da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC); II – dos Conselhos Estadual e Municipais de Educação; e III – dos Fóruns Estadual e Municipais de Educação".

Cumprindo o dispositivo legal, a Secretaria de Estado da Educação tomou as providências técnico-administrativas, e em abril de 2016, institui oficialmente a Comissão Estadual de Monitoramento e Avaliação dos Planos Estadual de Educação de Santa Catarina pelo Decreto nº 1.120, e em maio de 2017, assina o Ato nº 1.132, respeitando a indicação das entidades determinadas na Lei do Plano Estadual, no qual constam os onze membros titulares e onze suplentes, que tomaram posse em 24 de agosto de 2017, cumprindo desta forma o disposto no Art. 5º do PEE/SC.

A partir desse procedimento e com a Comissão Estadual instalada oficialmente, iniciaram-se as atividades. A Comissão organizou-se administrativamente, elaborando seu Regimento Interno, elegendo o Presidente e o Vice-presidente, elaborou também, seu Plano de Trabalho. Foi eleito como presidente, o professor Gildo Volpado, representante do Conselho Estadual de Educação/SC e como Vice-presidente, a professora Darli de Amorim Zunino, da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME/SC), ambos assumindo um mandato de dois anos.

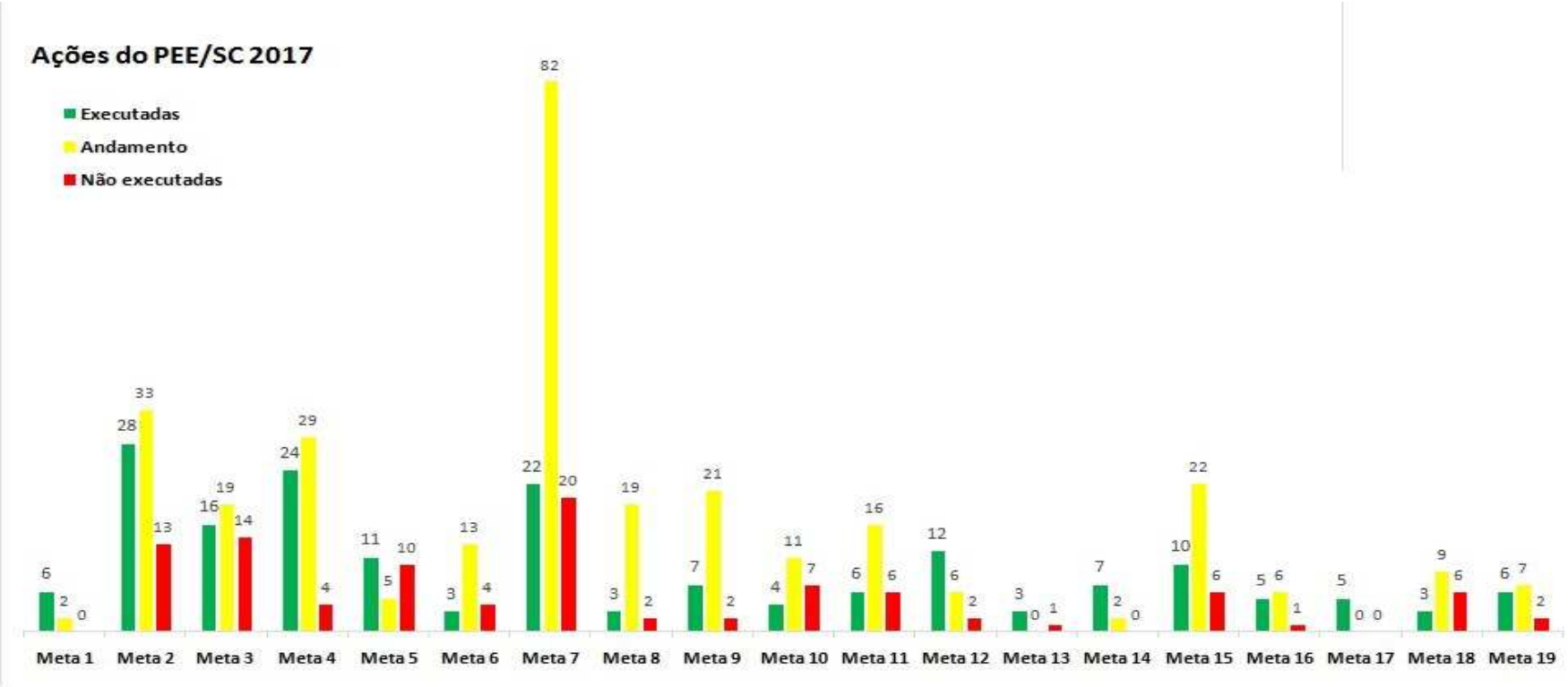
A Comissão Estadual, conforme seu regimento deliberou por reuniões ordinárias realizadas uma vez por mês, sempre na última quarta-feira, excluindo-se os meses de janeiro e dezembro. Os membros desta comissão organizaram-se em pequenos grupos de trabalho, distribuídos por blocos de metas e estratégias, passando então a fazer estudos a partir de documentos elaborados e tornados públicos pelo MEC e o Relatório Anual nº 01/2017 da SED/SC. Também se articularam com entidades como a Secretaria de Estado da Educação, Tribunal de Contas do Estado/SC e Rede de Assistência Técnica para Monitoramento e Avaliação dos Planos de Educação/MEC para coletarem dados e informações já disponibilizadas sobre a execução das metas e estratégias do Plano Estadual de Educação. De maneira que o primeiro relatório da Comissão Estadual está previsto para o mês de maio de 2018, data esta acordada com o Tribunal de Contas do Estado para a entrega oficial do mesmo.

Ressalta-se que esta comissão tem como atribuição principal monitorar e avaliar o cumprimento das metas e estratégias para o Sistema Estadual de Ensino, emitindo relatórios periódicos, tornando-os públicos. Diante dessas informações, observa-se que o processo de monitoramento e avaliação do Plano Estadual de Educação já está instalado e se estabelecendo como uma ação contínua que mobiliza várias instituições sejam elas governamentais ou não. Por ser um processo novo precisará ser aprimorado em todas as instâncias, principalmente no que se refere à disponibilização de dados atualizados para toda a sociedade e, em especial, com metodologia que não sofra alterações em sua trajetória, pois só assim teremos fidedignidade na própria avaliação. O monitoramento faz com que as instituições possam acompanhar o PEE/SC e tenham a possibilidade de identificar possíveis ajustes necessários, permitindo que no momento da avaliação isso possa ser analisado, proposto e defendido pela sociedade.

1. AÇÕES EXECUTADAS EM 2017

O andamento das metas e estratégias no decorrer do ano de 2017 estão demonstradas a seguir, sintetizando as ações relacionadas as 19 metas, que foram ou não executadas, tendo por base as ações realizadas pela Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. Salientamos que é um relatório da SED/SC com olhar mais atento às metas e estratégias com prazos entre 2016 e 2017, focando naquelas que são de responsabilidade de sua rede de ensino e trazendo informações gerais sobre as demais redes.

Gráfico 1 – Situação das Ações SED com foco na execução das Metas PEE/SC – 2017



Fonte: Elaboração Equipe Técnica de Monitoramento do PEE/SC - SED/SC

A seguir, o Quadro 1 expressa a síntese das metas e estratégias nos anos de 2016 e de 2017 que devem ser executadas/concluídas no período de vigência do PEE/SC.

Quadro 1 – Prazos das Ações Macro para execução do PEE/SC – 2015-2024

Fonte: Elaboração Equipe Técnica de Monitoramento do PEE/SC - SED/SC.

O Quadro 1 apresenta a descrição das metas com prazos de execução nos anos de 2016 e de 2017. Foram previstas para 2016 as seguintes metas e estratégias: a universalização da pré-escola à população de 4 e 5 anos de idade (um dos objetivos da meta 1); o estabelecimento de normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches (estratégia 1.4 – meta 1); a ampliação da oferta de matrículas gratuitas em creches na rede pública (estratégia 1.7 – meta 1); a universalização do ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos de idade (um dos objetivos da meta 2); a universalização do atendimento escolar à população de 15 a 17 anos de idade (um dos objetivos da meta 3); a universalização da educação básica ao público da educação especial (um dos objetivos da meta 4); política de formação inicial e continuada dos profissionais da educação básica (um dos objetivos da meta 15); garantia das condições para a efetivação da gestão democrática da educação pública por meio de lei específica (meta 18).

Para 2017 foram previstas: a implantação da avaliação da educação infantil (estratégia 1.6 – meta 1); a definição de indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas, das escolas e dos serviços especializados, públicos ou conveniados que prestam atendimento educacional a estudantes público da educação especial (estratégia 4.14 – meta 4); implantação do programa de incentivo à leitura (estratégia 5.10 – meta 5); a elevação da taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais de idade para 98% até 2017 (um dos objetivos da meta 9); o plano de carreira para os profissionais do magistério (um dos objetivos da meta 17 e a estratégia 17.1) e; o acompanhamento da regulamentação do § 4º, do art. 164, da Constituição Estadual (estratégia 19.9, meta 19). Também havia a previsão da realização das etapas Municipais e Estadual da Conferência Nacional de Educação – CONAE 2018, a qual por deliberação do MEC e da União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/SC) foi transferida para o ano de 2018.

Além das metas e estratégias do PEE/SC, o Quadro 1 também apresenta as determinações contidas no corpo da Lei nº 16.794/2015 cujo o cumprimento é até dezembro de 2017, quais sejam: constituição da comissão de acompanhamento da execução do PEE/SC e de avaliação periódica a cada 2 anos (Art. 5º); promoção de conferência de educação em parceria com a União e os Municípios (Art. 6º) e, atualização do Sistema Estadual de Educação (Art. 10).

A seguir demonstra-se por meio de tabelas e gráficos o cenário dos anos de 2004 a 2016, das metas e estratégias observadas, os indicadores e os respectivos prazos de execução.

a) Meta 1: Em 2015, 94,6% das crianças de 4 a 5 anos de idade frequentavam a escola. Observando a série histórica deste indicador, houve uma evolução considerável nos últimos anos (+21,5p.p). Apesar disso, o percentual de 2015 ainda se localiza abaixo do necessário para atingir a universalização a este grupo etário (tabela 01).

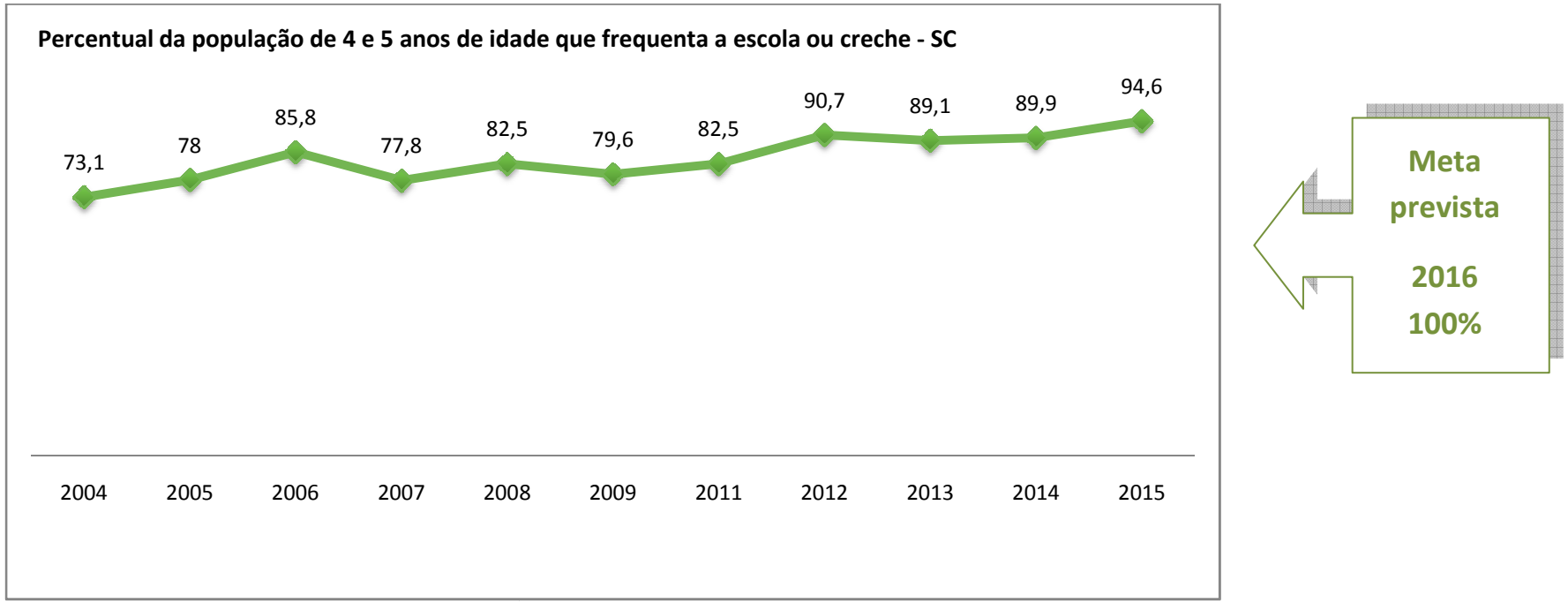
Tabela 01 - Percentual da população de 4 e 5 anos de idade que frequenta a escola ou creche - SC[4]

UF	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015	Variação (p.p.) 2004-2015
SC	73,1	78,0	85,8	77,8	82,5	79,6	82,5	90,7	89,1	89,9	94,6	21,5

[4] Nota: O cálculo dos indicadores das metas 1, 2 e 3, cuja fonte de dados é a PNAD/IBGE, sofreu uma modificação importante em relação ao que foi divulgado no documento PNE – Linha de Base (Brasil. Inep, 2015): alterou-se a data de referência para a definição da idade em anos completos, optando-se por adotar como referência os anos completos do indivíduo na data de 31 de março do ano da pesquisa.

Fontes: a) ano de 2004 a 2014 – MEC/INEP: Linha de Base do PNE – Relatório do 1º Ciclo – 2016; e, ano de 2015 – PNE/SIMEC: Monitoramento das Metas do PNE.

Gráfico 01



b) Para as estratégias 1.4 e 1.7, da meta 1, não foi possível o mapeamento de resultados de indicadores diretos, mas, a evolução das matrículas na creche, da rede pública, é um indicativo da existência de políticas públicas voltadas a estas estratégias (tabela 02).

Tabela 02 – Total de matrículas na educação infantil/creche, na rede pública de ensino – SC

UF	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Variação 2007-2016
SC	69.147	75.552	81.131	89.611	95.911	104.739	111.620	120.553	126.568	131.229	89,78%

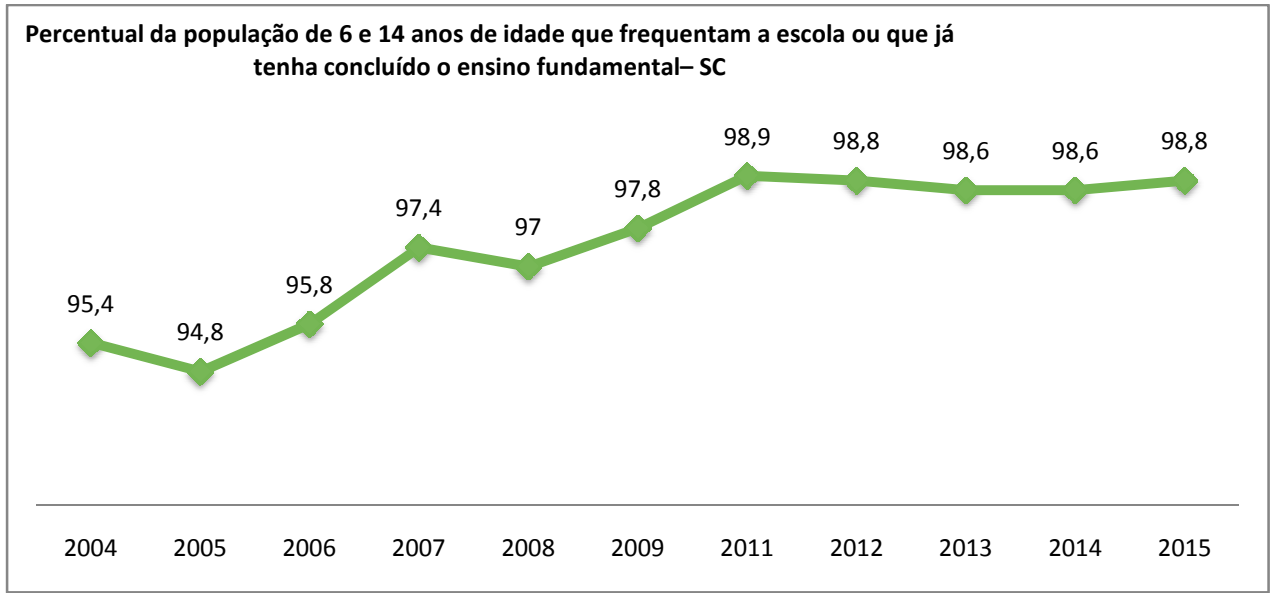
Fonte: MEC/INEP/Censo Escolar (Com educação especial)

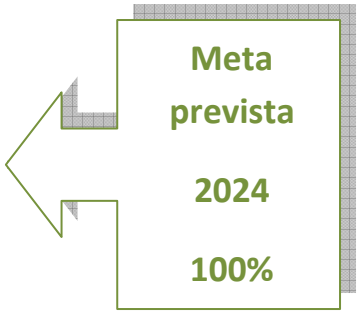
c) Meta 2: Em 2015, 98,8% da população de 6 a 14 anos de idade frequentavam a escola. O indicador mostra que o ensino fundamental está, praticamente, universalizado a esta população (tabela 03).

Tabela 03 - Percentual da população de 6 e 14 anos de idade que freqüentam a escola ou que já tenha concluído o ensino fundamental– SC

UF	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015	Variação (p.p.) 2004-2015
SC	95,4	94,8	95,8	97,4	97,0	97,8	98,9	98,8	98,6	98,6	98,8	+3,4%

Fontes: a) ano de 2004 a 2014 – MEC/INEP: Linha de Base do PNE – Relatório do 1º Ciclo – 2016; e, ano de 2015 – PNE/SIMEC: Monitoramento das Metas do PNE



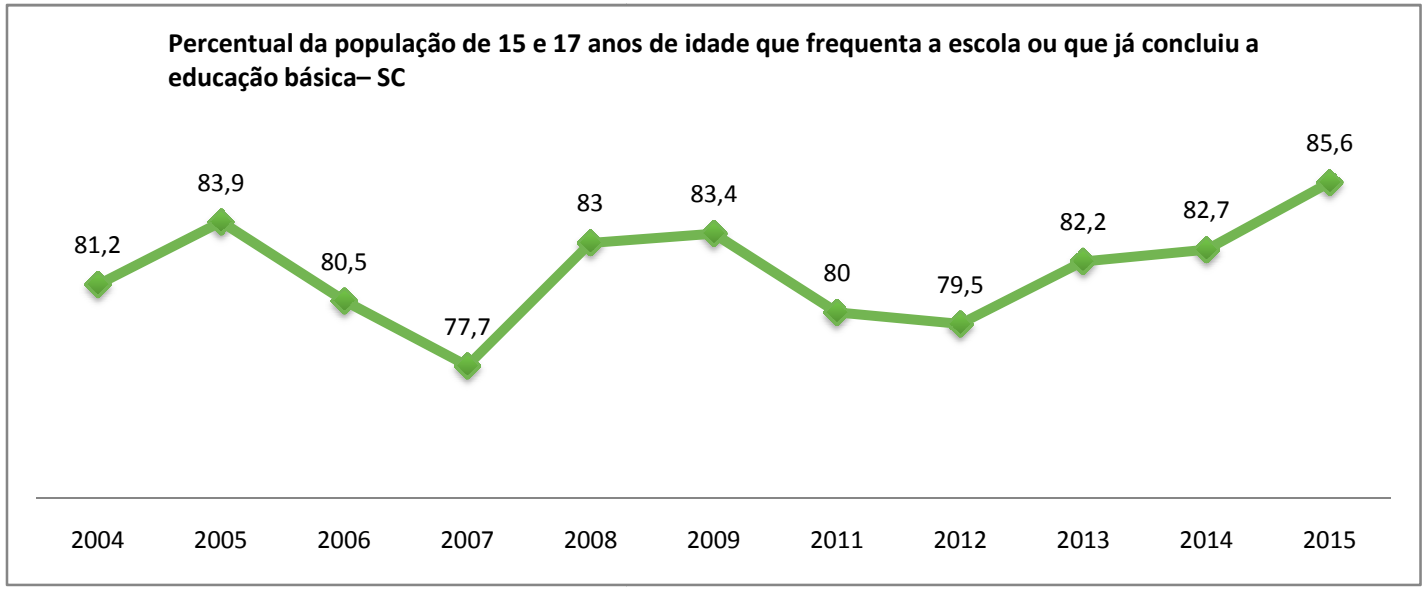


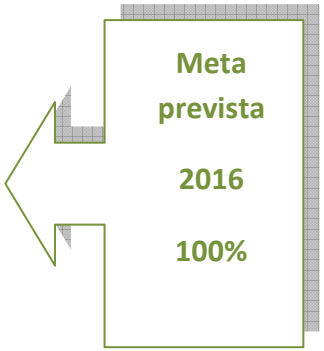
d) Meta 3: Em 2015, 85,6% da população de 15 a 17 anos de idade frequentavam a escola. Ao observar a trajetória deste indicador, verifica-se que houve um tímido aumento de 4,4 p.p., no comparativo de 2004 com 2015 (tabela 04). Para universalizar o acesso à educação básica para esta população, em 2017, era necessário um crescimento de mais de 14,8 p.p., o que parece difícil de alcançar considerando o lento avanço dos últimos anos. Assim, é necessário refletir se as ações descritas no Quadro 2, para esta meta, empreendem esforços suficientes para a superação de tamanho desafio.

Tabela 04 - Percentual da população de 15 e 17 anos de idade que frequenta a escola ou que já concluiu a educação básica– SC

UF	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015	Variação (p.p.) 2004-2015
SC	81,2	83,9	80,5	77,7	83,0	83,4	80,0	79,5	82,2	82,7	85,6	+4,4%

Fontes: a) anos de 2004 a 2014 – MEC/INEP: Linha de Base do PNE – Relatório do 1º Ciclo – 2016; e, b) ano de 2015: PNE/SIMEC: Monitoramento das Metas do PNE.





e) Meta 4: De acordo com o Censo Demográfico de 2010, frequentavam a escola ou a creche 86,7% das crianças e adolescentes que apresentavam algum tipo de deficiência[5].
Do total de matrículas dos estudantes de 4 a 17 anos de idade, com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, 99,2% estão em classes comuns do Ensino Regular e/ou EJA da Educação Básica (Censo Escolar 2015)[6]. A SED e a FCEE, por meio da Política de Educação Especial, garantem a esta população matrícula na rede regular de ensino e, para qualificar a permanência na rede estadual de ensino, disponibilizam serviços especializados em educação especial.

f) Meta 15: A consecução desta meta, em âmbito estadual, exige uma necessária articulação entre os entes federados, sob a liderança da União. Em cumprimento ao estabelecido no Plano Nacional de Educação acerca da referida meta, em 2016, fica instituída a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, por meio do Decreto nº 8.752/2016.

Pelo Decreto nº 915/2012, de 9 de abril de 2012, Santa Catarina instituiu a política de formação continuada dos profissionais da educação das redes públicas de ensino. Considerando a aprovação do PEE/SC em 2015, faz-se necessário instituir estratégias e mecanismos de discussão coletiva para a elaboração de Lei específica que contemple a formação inicial e continuada, a partir do que preconiza o Plano, o Decreto nº 8.752/2016 e outras legislações pertinentes.

g) Meta 18: O Estado conta com o Decreto nº 1.794/2013[7], que dispõe sobre a gestão escolar da educação básica e profissional da rede estadual de ensino, em todos os níveis e modalidades. E, com o Decreto nº 3.429, de 08 de dezembro de 1998, que regulamenta a criação do Conselho Deliberativo Escolar nos estabelecimentos de ensino de educação básica da rede pública estadual. Ainda sobre a gestão escolar, cabe informar que a SED elaborou minuta da Lei que tramita na Casa Civil para avançar neste processo.

[5]Conceito utilizado pelo IBGE: pessoas que não conseguem de modo algum ou têm grande dificuldade para enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus, ou ainda possuem alguma deficiência mental/intelectual permanente que limita suas atividades habituais.
[6] Nestes dados não estão incluídas a matrícula de estudantes com diagnóstico de transtorno do déficit de atenção/hiperatividade. O MEC não considera estes estudantes públicos da educação especial.
[7] Decreto alterado pelos Decretos SC nº 243, de 1º de julho de 2015, nº 284, de 03 de agosto de 2015, nº 307, de 17 de agosto de 2015 e nº 359, de 09 de setembro de 2015.

Quanto ao que foi previsto para 2017, evidencia-se que:

a) Estratégia 1.6, Meta 1: A implantação da avaliação da educação infantil depende de deliberações nacionais e ação direta dos municípios.

b) Estratégia 4.14, Meta 4: Ainda não há ação prevista para a definição de indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas, das escolas e dos serviços especializados, públicos ou conveniados que prestam atendimento educacional a estudantes público da educação especial.

c) Estratégia 5.10, Meta 5: Não há indicador disponível para os municípios. Está em processo de definição um programa de incentivo à leitura para a rede estadual de ensino. Também há planejamento para adquirir material didático, jogos e livros de literatura infantil para as crianças na faixa-etária de 6 aos 8 anos de idade, contribuindo para o processo de alfabetização.

d) Meta 9: Em 2015, a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais de idade foi de 96,5%. Para atingir 98%, em 2017, é necessário esforço coletivo entre estado e municípios para a elevação da alfabetização deste grupo etário.

e) Estratégia 17.1, Meta 17: A Rede Estadual de Ensino possui plano de carreira para os profissionais do magistério (Lei Complementar nº 668/2015). Quanto aos municípios, 81,35% possuem um plano de cargos e remuneração vigente, 3,38% não possuem um plano de cargos e remuneração vigente e 15,25% não informaram (Fonte: pne.mec.gov.br).

f) Estratégia 19.9, Meta 19: Não há ação prevista para a consecução desta estratégia. Aguardando as deliberações nacionais acerca do Sistema Nacional de Educação.

O exposto acima sobre a situação das metas e estratégias do PEE/SC também é reflexo da grave crise econômica e política vivenciada pelo Brasil, fator não gerenciável pelas equipes técnicas. O Plano de Educação foi elaborado na perspectiva do Plano Nacional de Educação (PNE), descrito no artigo 5º, § 4º da Lei 13.005/2014, e reiterado na meta 19 do PEE/SC “ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado no 5º ano de vigência deste Plano e, no mínimo o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio”, de maneira que a concretização dessa meta está vinculada aos recursos financeiros provenientes do royalties do petróleo e gás natural do pré-sal.

No entanto, o país continua passando por uma das maiores crises econômicas de sua história e a manutenção do cenário de austeridade fiscal indica as dificuldades para o cumprimento de 100% das metas previstas no PEE/SC nos prazos estabelecidos. Fatores políticos, como as reformas no Governo Federal, provocaram instabilidades que comprometem a execução de ações que estão vinculadas ao Ministério da Educação e que possibilitariam o cumprimento do PNE e dos Planos Estaduais e Municipais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O monitoramento e a avaliação do PEE/SC são etapas que se articulam continuamente em um único processo, contribuem para o alcance das metas propostas, apontam as lacunas e eventuais mudanças necessárias no percurso e incorporam a esse Plano o caráter de flexibilidade necessária para absorver as demandas da sociedade. Neste sentido, mesmo com todas as limitações já destacadas, este relatório buscou evidenciar as possíveis potencialidades e fragilidades na execução do PEE/SC, visando contribuir para o Planejamento Estratégico da SED.

Identifica-se que as metas 1, 3, 4, 15 e 18, bem como as estratégias 1.4 e 1.7, exigem prioridade no processo de tomada de decisão, uma vez que o prazo de execução é exíguo e os indicadores demonstram que estas ainda não foram alcançadas. As metas: 9 (parcialmente concluída, com ações a serem implementadas e outras em andamento); a 17 (parcialmente concluída, com ações a serem implementadas). E, as estratégias 1.6, 4.14 (iniciada e processo contínuo), 5.10 (em estudos), 17.1 (concluída) e 19.9 (concluída), previstas para 2017, exigem especial atenção no que tange ao planejamento e à execução de ações com vistas ao seu cumprimento, uma vez que cerca de 50% do tempo já se esgotou.

Em síntese, observou-se que mesmo sendo evidenciados os desafios da gestão pública para o cumprimento das metas e estratégias do PEE/SC 2015-2024, existe sim um direcionamento para sua execução, e acima de tudo, uma definição para que todas as ações da Secretaria de Estado da Educação estejam vinculadas ao Plano de Educação, em regime de colaboração com os entes federados.

O Anexo I - Indicadores das Metas do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina complementa as informações contidas nesse 2º Relatório Técnico de Monitoramento do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina – 2015/2024, com indicadores atualizados as metas 5, 10, 11 e 17. As demais metas que dependem dos estudos de responsabilidade do INEP serão atualizadas quando este Instituto publicar o Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE.

ELABORAÇÃO:

Secretária Adjunta de Educação - Elza Marina Moretto
Diretor DIPE: Gilberto Luiz Agnolin
Diretor DIAM: Osmar Matiola

Equipe Técnica Sistematização:
Angélica A. Espíndola/DIPE
Édna Corrêa Batistotti/GABSA
Maria das Dores Pereira/GABSA

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE). **PNE em Movimento: Caderno de Orientações para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação. Alinhando os Planos de Educação**. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/pne_pme_caderno_de_orientacoes_final.PDF>. Acesso em: 02 nov. 2016.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, 15 de dezembro de 2016:** Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, nº 241, 16 de dezembro de 2016. Seção 1.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024 : Linha de Base**. Brasília: INEP, 2015. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/1362>. Acesso em: 02 out. 2016.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016**. Brasília, DF: Inep, 2016. Disponível em: < http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/2105>. Acesso em: 18 nov. 2016.

PNE, Plano Nacional de Educação; SIMEC, Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle: **PNE em Movimento: Situação das Metas.** Disponível em: <http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php/> Acesso em: 05 dez. 2017.

SANTA CATARINA. **Lei n. 16.794, de 14 de dezembro de 2015:** Aprova o Plano Estadual de Educação (PEE) para o decênio 2015-2024 e estabelece outras providências. Diário Oficial do Estado. Florianópolis, SC, 15 dez. 2015. Disponível em: <http://www.portaldoservidor.sc.gov.br/ckfinder/userfiles/arquivos/Legislacao%20Correlata/Leis%20Ordinarias/2015_-_LEI_ORDINARIA_N_16_794_DE_14_DE_DEZEMBRO_DE_2015.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2016.

ANEXO I

INFORMACOES COMPLEMENTARES DOS INDICADORES DAS METAS DO PLANO ESTADUAL DE SANTA CATARINA

META 1

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PEE/SC.

META 2

Universalizaro ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e garantir que, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano.

META 3

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos de idade e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90% (noventa por cento).

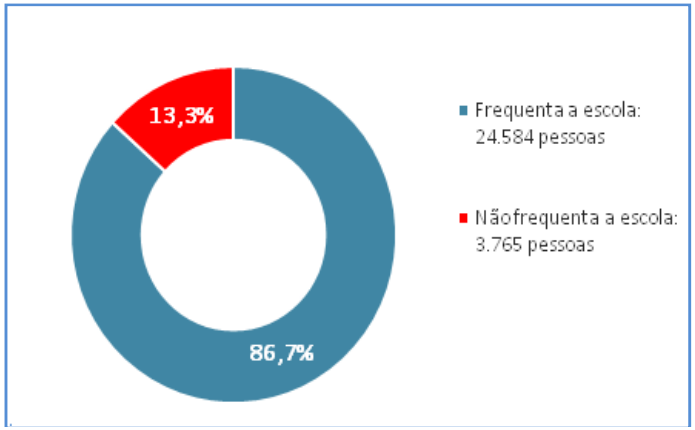
Obs.: os detalhamentos dessas metas estão no corpo do texto desse relatório.

META 4

Universalizar, para o público da educação especial de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos de idade, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais e serviços especializados, públicos ou conveniados.

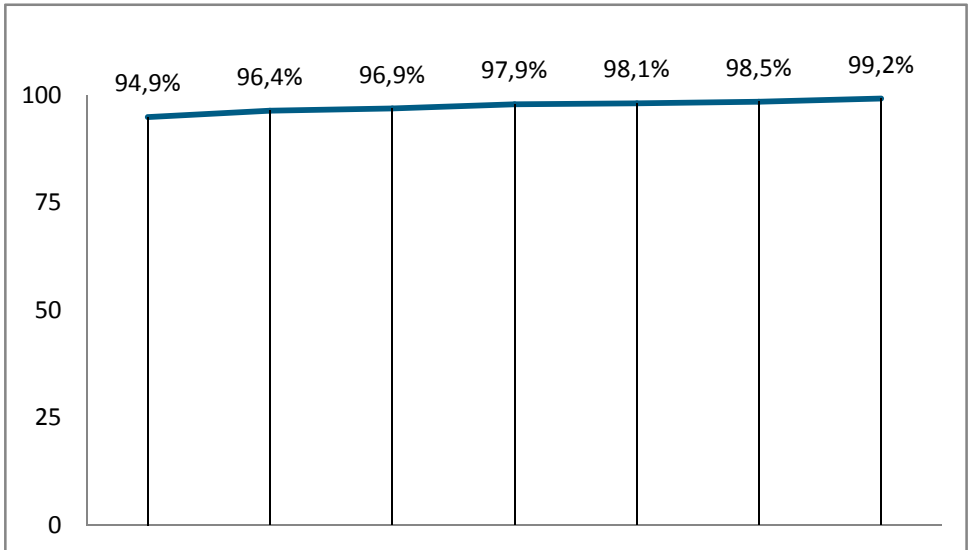
SITUAÇÃO DA META

Gráfico 1 – Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência por situação de frequência à escola – Santa Catarina – 2010.



Fonte: Inep (2016) com base em dadosdo Censo Demográfico 2010/IBGE.
Elaboração: DIPE/SED-SC

Gráfico 2 – Percentual de matrículas de estudantes de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação em classes comuns da educação básica – Santa Catarina – 2009 a 2015.



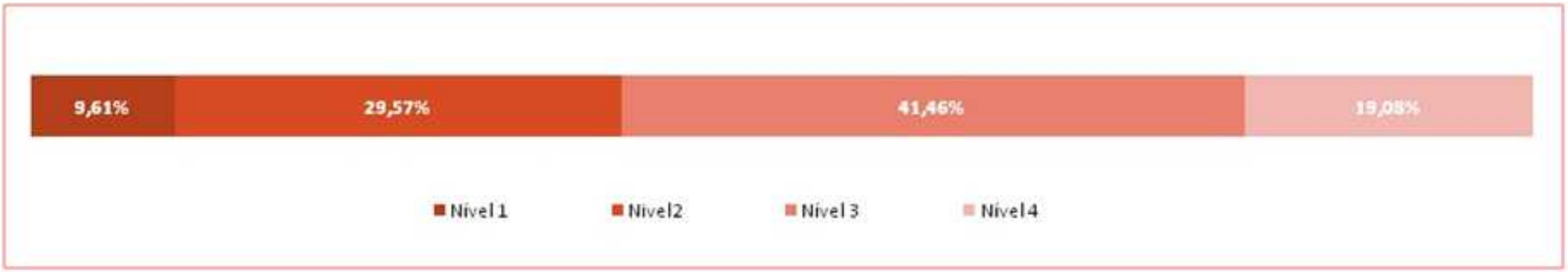
Fonte: Inep (2016) com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep.
Elaboração: DIPE/SED-SC

META 5

Alfabetizar todas as crianças aos 6 (seis) anos de idade ou, até no máximo, aos 8 (oito) anos de idade no ensino fundamental.

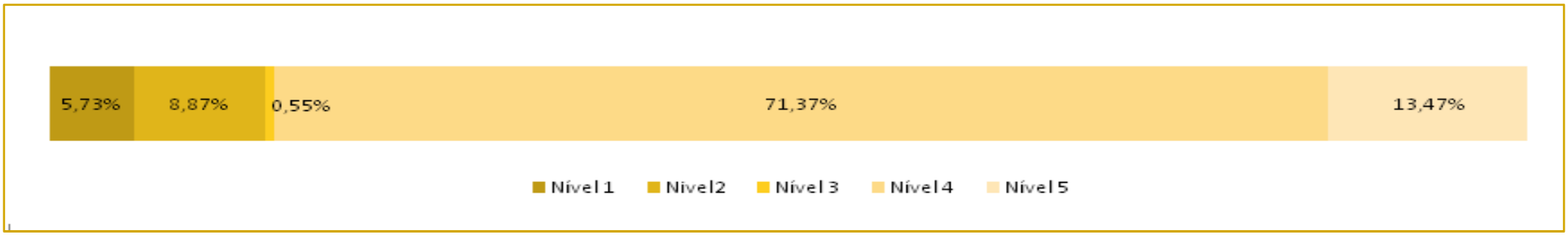
SITUAÇÃO DA META– 2016

Gráfico 1 – Distribuição percentual dos estudantes nos níveis de proficiência em Leitura na edição de 2016 da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) – Santa Catarina.



Fonte: Inep (2018) com base em dadosda ANA/Inep.
Elaboração: DIPE/SED-SC

Gráfico 2 – Distribuição percentual dos estudantes nos níveis de proficiência em Escrita na edição de 2016 da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) – Santa Catarina.



Fonte: Inep (2018) com base em dadosda ANA/Inep.
Elaboração: DIPE/SED-SC

Gráfico 3 – Distribuição percentual dos estudantes nos níveis de proficiência em Matemática na edição de 2014 da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) – Santa Catarina.

Fonte: Inep (2018) com base em dadosda ANA/Inep.
Elaboração: DIPE/SED-SC

Nota: Escalas de Proficiência da ANA disponíveis em: http://portal.inep.gov.br/web/guest/sobre-a-ana

META 6

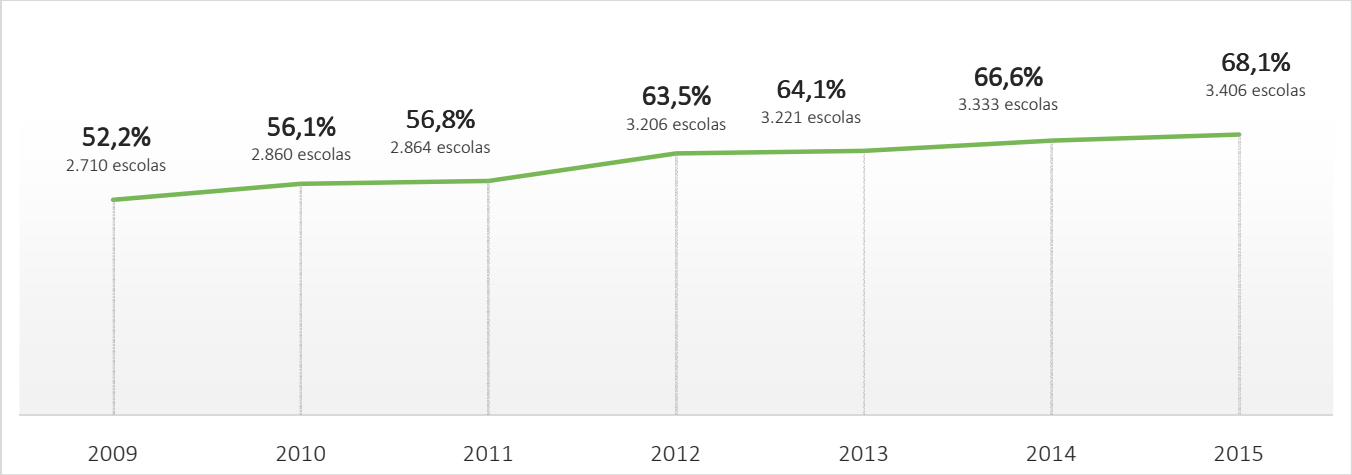
Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 65% (sessenta e cinco por cento) nas escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 40% (quarenta por cento) dos estudantes da educação básica, até o final da vigência deste Plano.

SITUAÇÃO DA META – 2015
Escolas públicas com matrícula em tempo integral

68,1% ofertam ao menos uma matrícula em tempo integral (3.406 escolas).

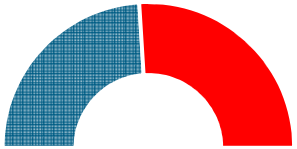
Meta 2024: 65%

Gráfico 1 – Escolas com ao menos uma matrícula em tempo integral – Santa Catarina – 2009 a 2015



Fonte: Inep (2016) com base em dadosdo Censo da Educação Básica/Inep.
Elaboração: DIPE/SED-SC

SITUAÇÃO DA META – 2015
Matrícula em tempo integral

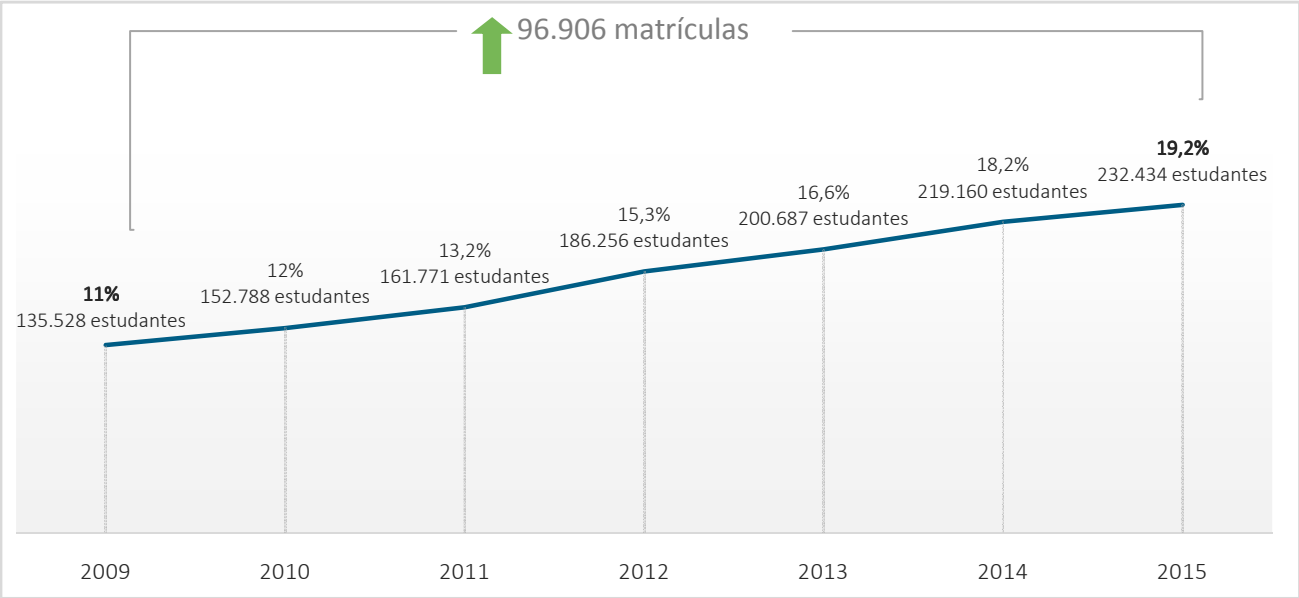


19,2% dos estudantes estão na educação básica pública em tempo integral (232.434 estudantes)

Meta 2024: 40%

Faltam 20,8 pontos percentuais para o alcance da meta

Gráfico 2 – Percentual e valor absoluto de estudantes da educação básica pública em tempo integral – Santa Catarina – 2009 a 2015



Fonte: Inep (2016) com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep.
Elaboração: DIPE/SED-SC

META 7

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias estaduais no IDEB:

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,8	6,0	6,3	6,5
Anos finais do ensino fundamental	5,5	5,7	6,0	6,2
Ensino médio	4,7	5,2	5,4	5,6

Gráfico 1 – IDEB anos iniciais do ensino fundamental – SC – Todas as redes de ensino

Fonte: Inep
Elaboração: DIPE/SED-SC

Tabela 1 – Taxa de aprovação dos anos iniciais do ensino fundamental – Santa Catarina – 2005 a 2015

2005	2007	2009	2011	2013	2015
90,3%	93,3%	95,2%	96,6%	96,3%	96,5%

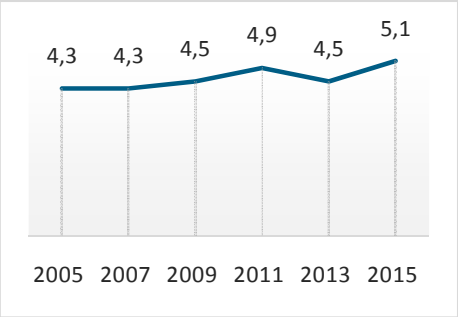
Fonte: Inep
Elaboração: DIPE/SED-SC

Tabela 2 – Nota Prova Brasil – Anos iniciais do ensino fundamental – Santa Catarina – 2005 a 2015

Área	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Língua Portuguesa	179,34	184,76	190,87	204,90	213,67	224,03
Matemática	189,97	203,71	212,31	226,00	230,83	236,58

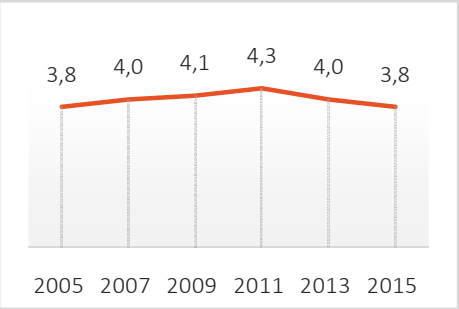
Fonte: Inep
Elaboração: DIPE/SED-SC

Gráfico 2 – IDEB anos finais do ensino fundamental – SC – Todas as redes de ensino



Fonte: Inep
Elaboração: DIPE/SED-SC

Gráfico 3 – IDEB ensino médio – SC – Todas as redes de ensino



Fonte: Inep
Elaboração: DIPE/SED-SC

Tabela 3 – Taxa de aprovação dos anos finais do ensino fundamental – Santa Catarina – 2005 a 2015

2005	2007	2009	2011	2013	2015
86,0%	87,1%	86,8%	92,4%	87,6%	89,3%

Fonte: Inep
Elaboração: DIPE/SED-SC

Tabela 4 – Nota Prova Brasil - Anos finais do ensino fundamental – Santa Catarina – 2005 a 2015

Área	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Língua Portuguesa	246,10	239,39	251,25	252,20	249,13	267,57
Matemática	252,47	256,59	260,37	264,33	256,30	273,41

Fonte: Inep
Elaboração: DIPE/SED-SC

Tabela 5 – Taxa de aprovação do ensino médio – Santa Catarina – 2005 a 2015

2005	2007	2009	2011	2013	2015
80,8%	83,8%	83,7%	84,5%	79,0%	79,9%

Fonte: Inep
Elaboração: DIPE/SED-SC

Tabela 6– Nota Aneb – Ensino médio – Santa Catarina – 2005 a 2015

Área	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Língua Portuguesa	286,55	287,77	286,99	294,97	286,46	278,07
Matemática	266,99	268,90	275,17	279,82	273,08	276,95

Fonte: Inep
Elaboração: DIPE/SED-SC

META 8

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos de idade, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, quilombolas, indígenas, comunidades tradicionais e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, igualando a escolaridade média entre negros e não negros declarados a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

SITUAÇÃO DA META – 2014

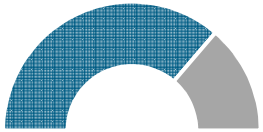
Escolaridade média da **população total** de 18 a 29 anos de idade.

10,5 anos de estudos.

Escolaridade média a população de 18 a 29 anos de idade **residente no campo**.

9,5 anos de estudos.

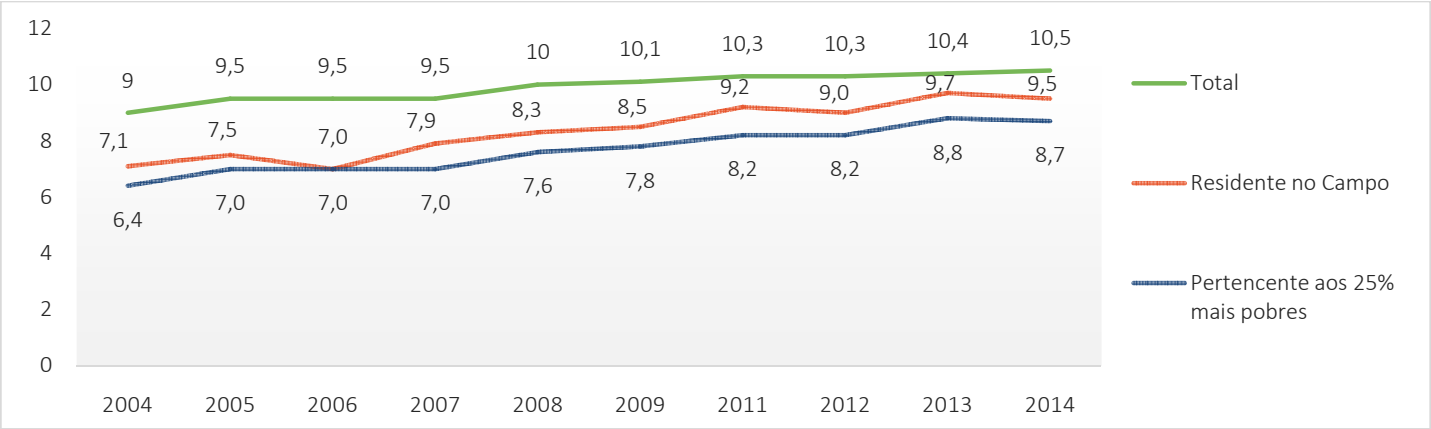
Escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade pertencente aos **25% mais pobres**.



8,7 anos de estudos.

META 2024: 12 anos de estudos

Gráfico 1 – Comparativo da série histórica da escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade total, residente no campo e pertencente aos 25% mais pobres – Santa Catarina – 2004 a 2014 – Em anos de estudos



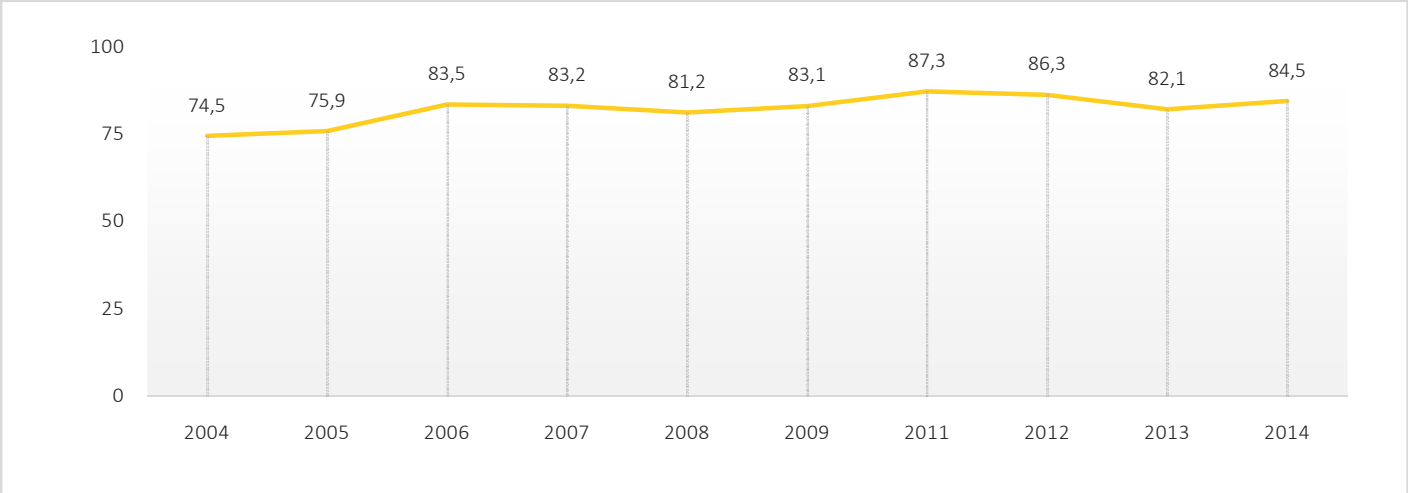
Fonte: Inep (2016) com base em dados da Pnad/IBGE.
Elaboração: DIPE/SED-SC

SITUAÇÃO DA META – 2014
Razão (%) entre a escolaridade média de negros e a de não negros da população de 18 a 29 anos

84,5%

META 2024: 100%

Gráfico 2 – Razão (%) entre a escolaridade média de negros e a de não negros da população de 18 a 29 anos



Fonte: Inep (2016) com base em dados da Pnad/IBGE.
Elaboração: DIPE/SED-SC

META 9

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais de idade para 98% (noventa e oito por cento) até 2017 e, até o final da vigência deste Plano, reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

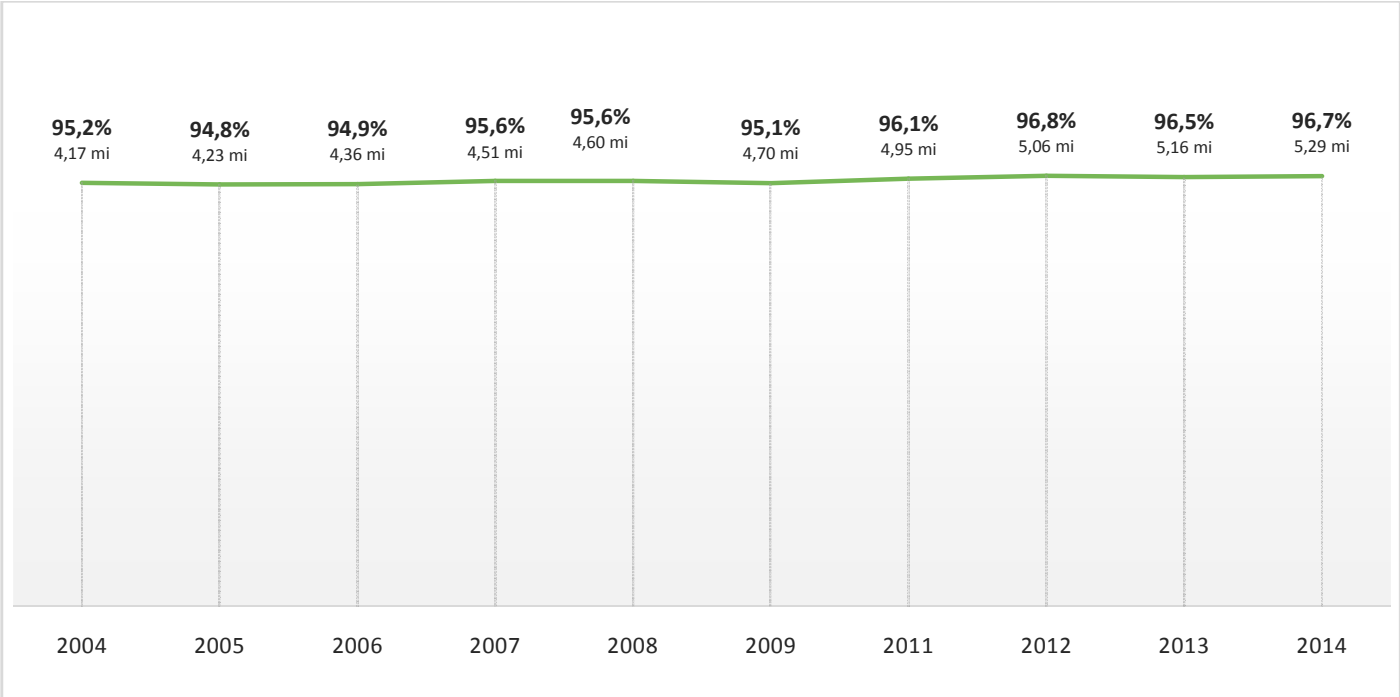
SITUAÇÃO DA META – 2014
Taxa de Alfabetização

96,7% da população de 15 anos ou mais de idade é alfabetizada (5.292.000 pessoas).

Meta 2017: 98%

Faltam 1,3 pontos percentuais para o alcance da meta.

Gráfico 1 – Taxa e números absolutos de alfabetização de pessoas de 15 anos ou mais de idade – Santa Catarina – 2004 a 2014



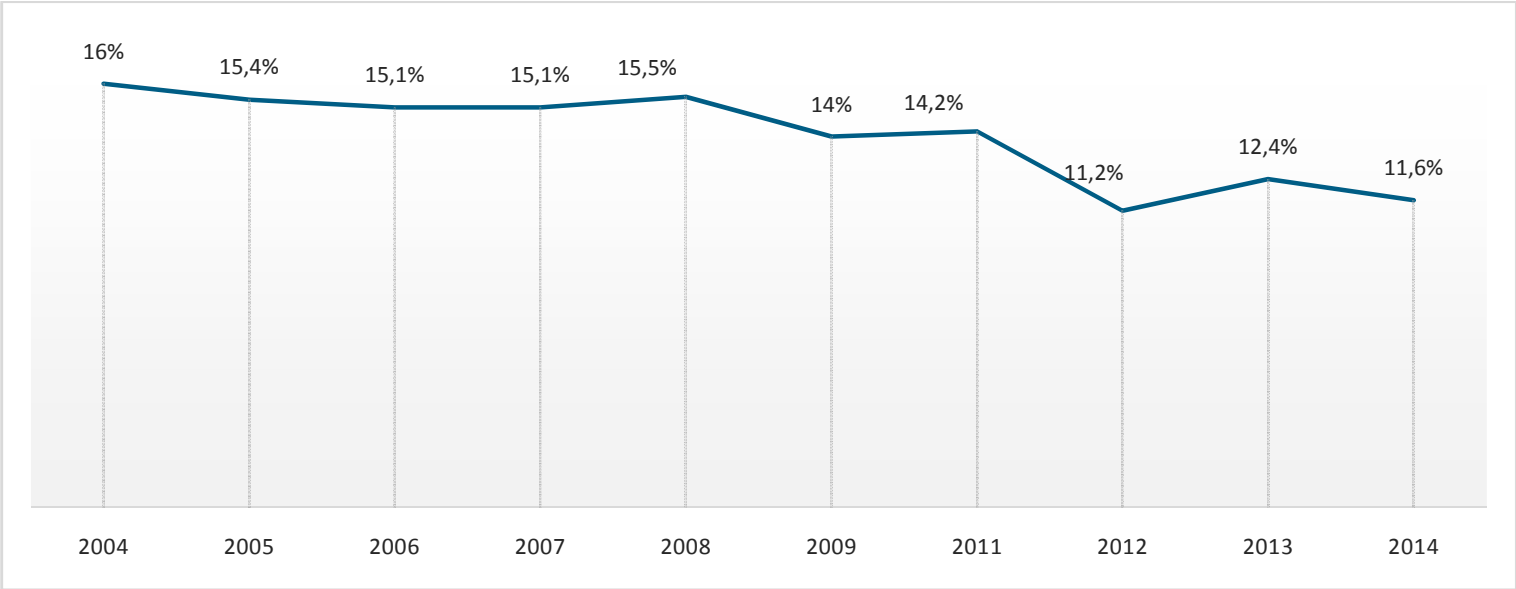
Fonte: Inep (2016) com base em dados da Pnad/IBGE.
Elaboração: DIPE/SED-SC

SITUAÇÃO DA META – 2014
Taxa de analfabetismo funcional

11,6% de analfabetos funcionais com 15 anos ou mais de idade (634.297 pessoas).

Meta 2024: Redução de 50% da taxa de analfabetismo funcional.

Gráfico 2 – Taxa de analfabetismo funcional de pessoas de 15 anos ou mais de idade – Santa Catarina – 2004 a 2014

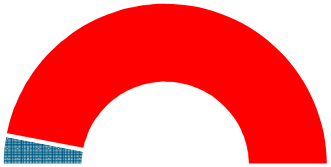


Fonte: Inep (2016) com base em dados da Pnad/IBGE. Com alteração metodológica no cálculo do indicador.
Elaboração: DIPE/SED-SC

META 10

Oferecer, no mínimo, 10% (dez por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, até o final da vigência deste Plano.

SITUAÇÃO DA META – 2017
Percentual de matriculas da EJA na forma integrada à educação profissional

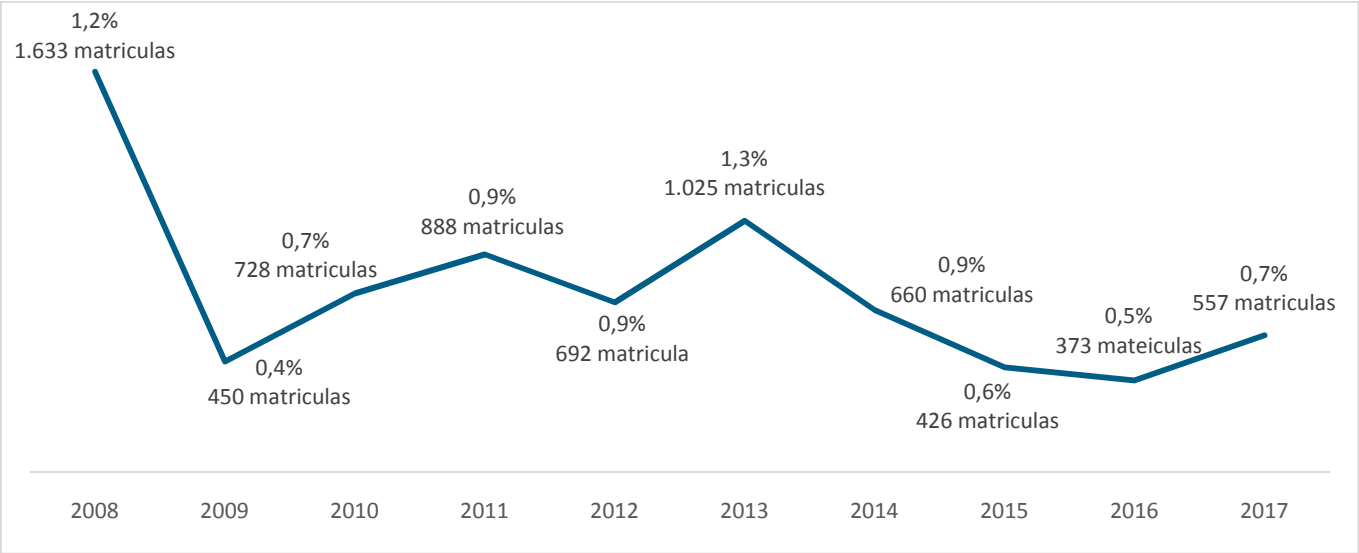


0,7% das matrículas de EJA são na forma integrada à educação profissional (426 matrículas)

Meta 2024: 10%

Faltam 9,3 pontos percentuais para o alcance da meta

Gráfico 1 – Percentual e número absoluto de matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional – Santa Catarina – 2008 a 2017



Fonte: Inep (2018) com base em dadosdo Censo da Educação Básica/Inep.
Elaboração: DIPE/SED-SC

META 11

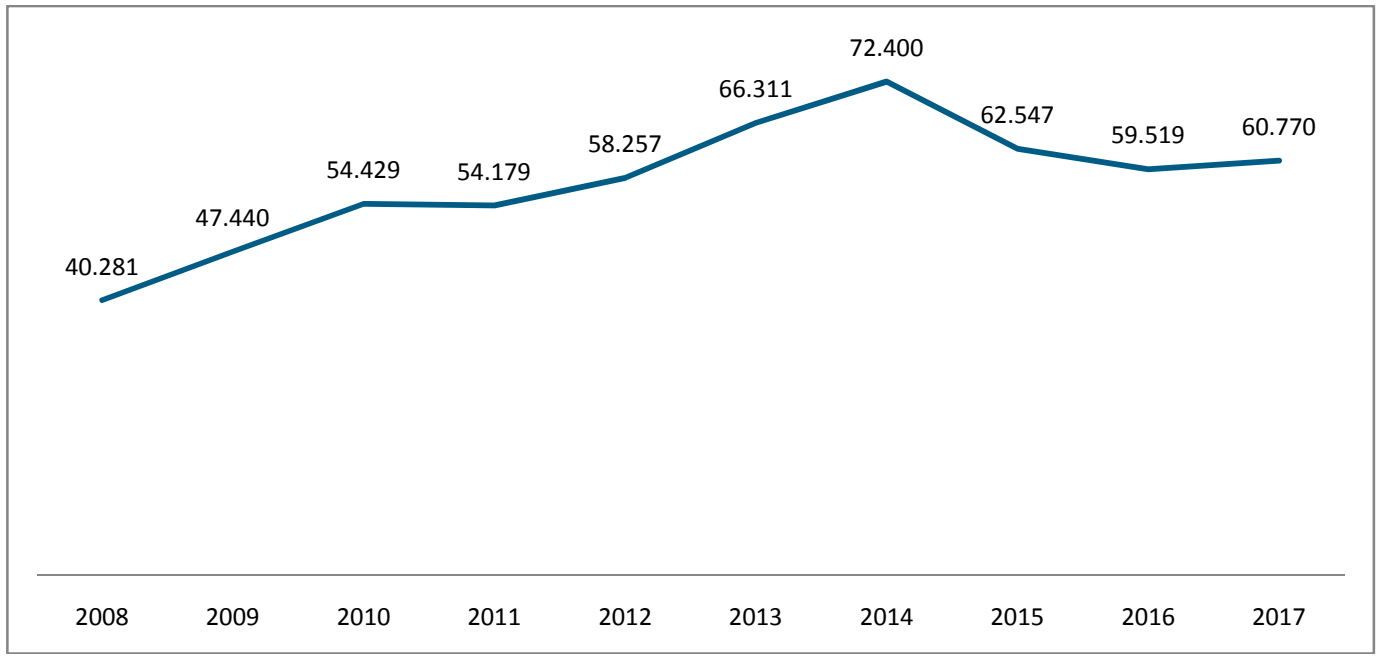
Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e, pelo menos, 60% (sessenta por cento) da expansão no segmento público.

SITUAÇÃO DA META – 2017
Triplicar as matrículas em EPT de nível médio

60.770 matrículas na EPT de nível médio.

Meta 2024: 217.933 matrículas (Ano base para cálculo: 2014)

Gráfico 1 – Total de matrículas em Educação Profissional Técnica (EPT) de nível médio – Santa Catarina – 2008 a 2017.



Fonte: Inep (2018) com base em dadosdo Censo da Educação Básica/Inep.
Elaboração: DIPE/SED-SC

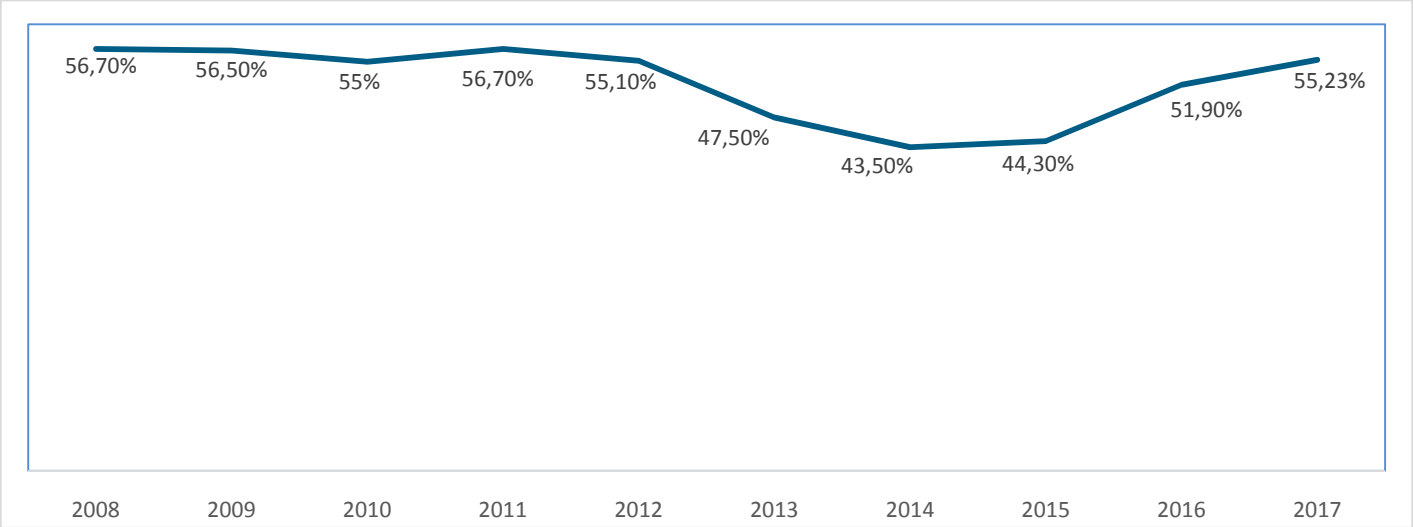
SITUAÇÃO DA META – 2017
Expansão no segmento público

55,23% da oferta de EPT de nível médio é no segmento público

Meta 2024: 60%

Faltam 4,77 pontos percentuais para o alcance da meta

Gráfico 2 – Participação do segmento público nas matrículas em EPT de nível médio – Santa Catarina – 2008 a 2017.

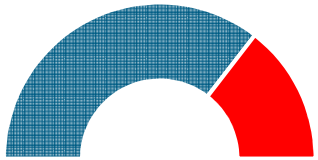


Fonte: Inep (2018) com base em dadosdo Censo da Educação Básica/Inep.
Elaboração: DIPE/SED-SC

META 12

Articular, com a União, a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 55% (cinquenta e cinco por cento) e a taxa líquida para 40% (quarenta por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, nas instituições de ensino superior, públicas e comunitárias.

SITUAÇÃO DA META – 2014
Taxa bruta de matrículas na graduação

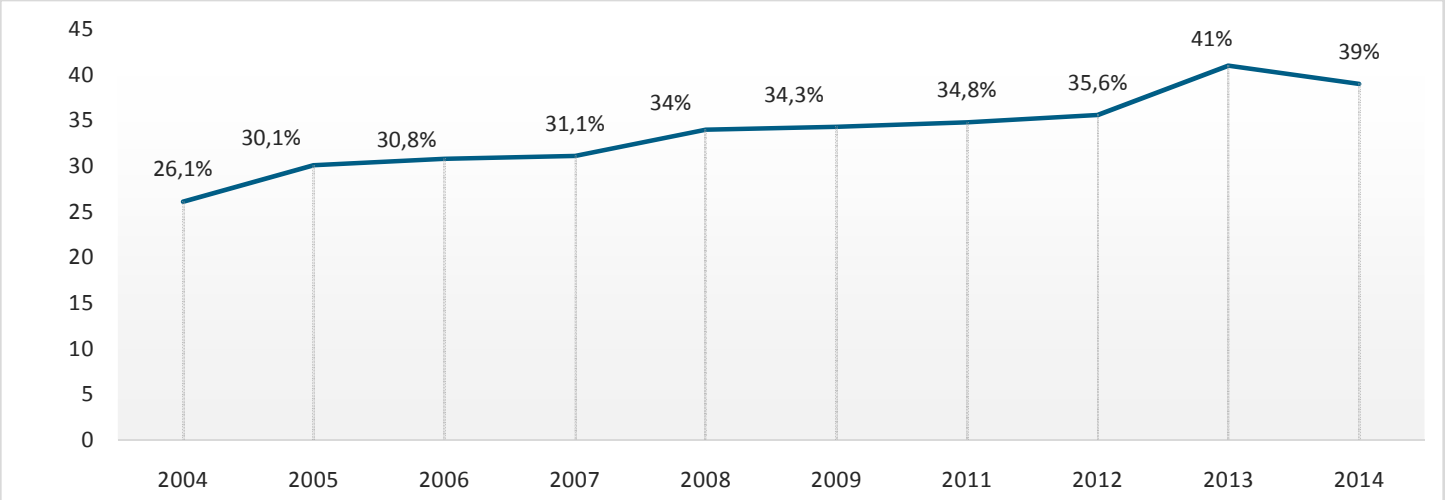


39%

Meta 2024: 55%

Faltam 16 pontos percentuais para o alcance da meta.

Gráfico 1 – Taxa bruta (%) de matrículas na graduação – Santa Catarina – 2004 a 2014



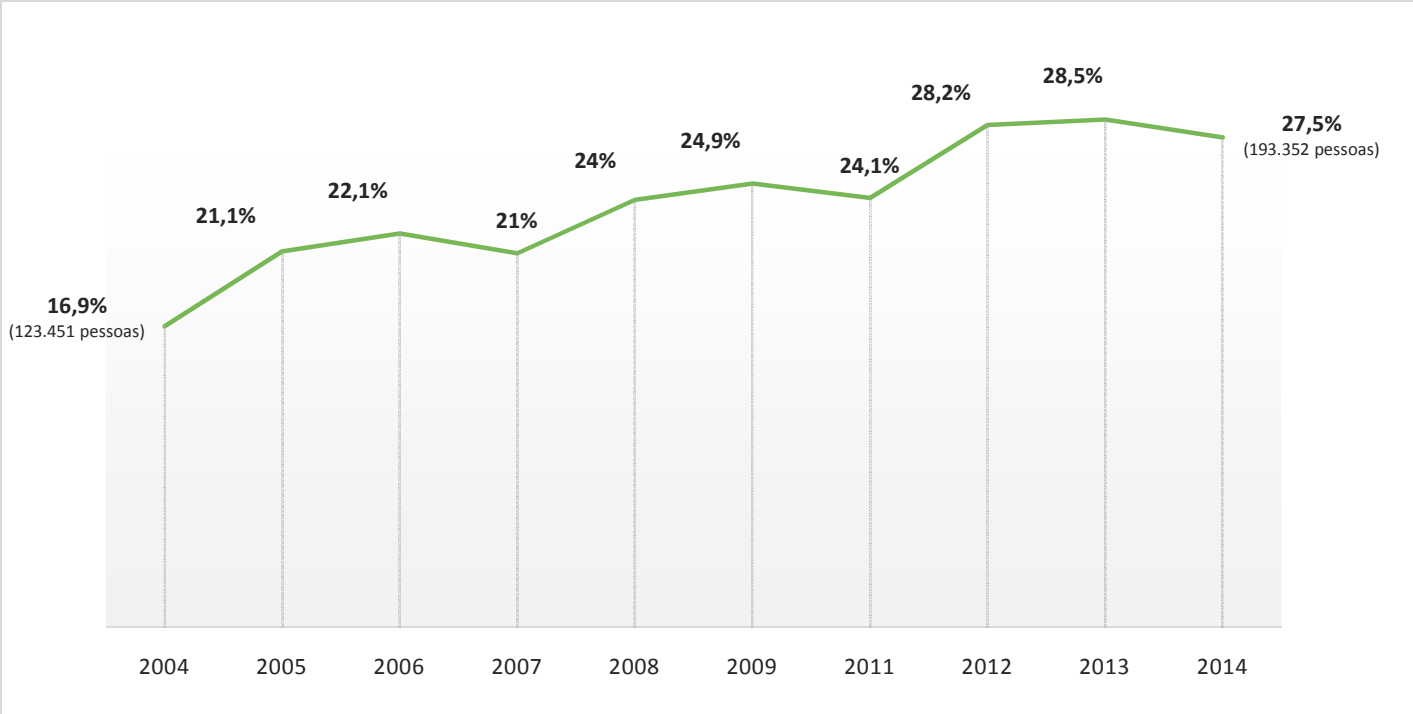
Fonte: Inep (2016) com base em dados da Pnad/IBGE.
Elaboração: DIPE/SED-SC

SITUAÇÃO DA META – 2014
Taxa líquida de escolarização

27,5% da população de 18 a 24 anos de idade frequenta ou já concluiu a graduação (193.352 pessoas)

Meta 2024: 40%

Gráfico 2 – Taxa líquida de escolarização[8] na graduação (%) – Santa Catarina – 2004 a 2014



Fonte: Inep (2016) com base em dados da Pnad/IBGE.
Elaboração: DIPE/SED-SC

[8]A taxa líquida de matrícula (TLM) é um indicador de acesso ao sistema educacional por uma população considerada na idade de referência para cursar um determinado nível de ensino. Em sua definição clássica, a TLM considera apenas o percentual da população de uma faixa etária matriculada em um nível de ensino em relação ao tamanho total da população nessa faixa etária. A taxa líquida de escolarização (TLE) é um aperfeiçoamento desse indicador que considera também o percentual da população que está dentro da idade de referência, mas já concluiu o nível de ensino em questão (INEP, 2012). Esse aperfeiçoamento evita que o indicador seja penalizado por um fato virtuoso da escolarização dos jovens: a titulação na idade adequada. (INEP, 2016, p. 279).

META 13

Articular, com a União, a elevação da qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 80% (oitenta por cento), sendo, do total, no mínimo, 40% (quarenta por cento) doutores, até ao final da vigência deste Plano.

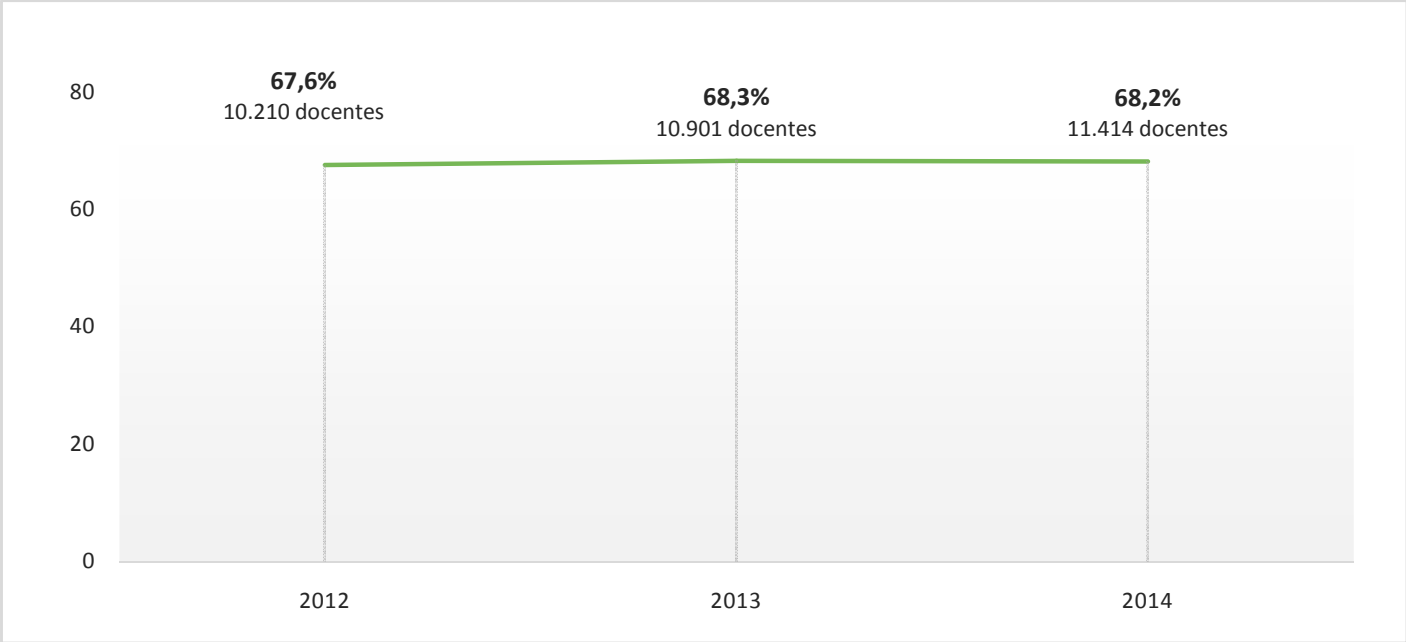
SITUAÇÃO DA META – 2014
Docentes na educação superior

68,2% com mestrado ou doutorado (11.414 docentes)

Meta 2024: 80%

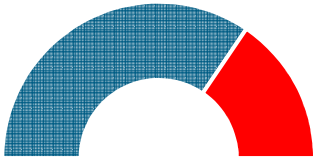
Faltam 11,8 pontos percentuais para o alcance da meta

Gráfico 1 – Percentual e número absoluto de docentes na educação superior com mestrado ou doutorado – Santa Catarina – 2012 a 2014



Fonte: Inep (2016) com base em dadosdo Censo da Educação Superior/Inep.
Elaboração: DIPE/SED-SC

SITUAÇÃO DA META – 2014
Docentes na educação superior

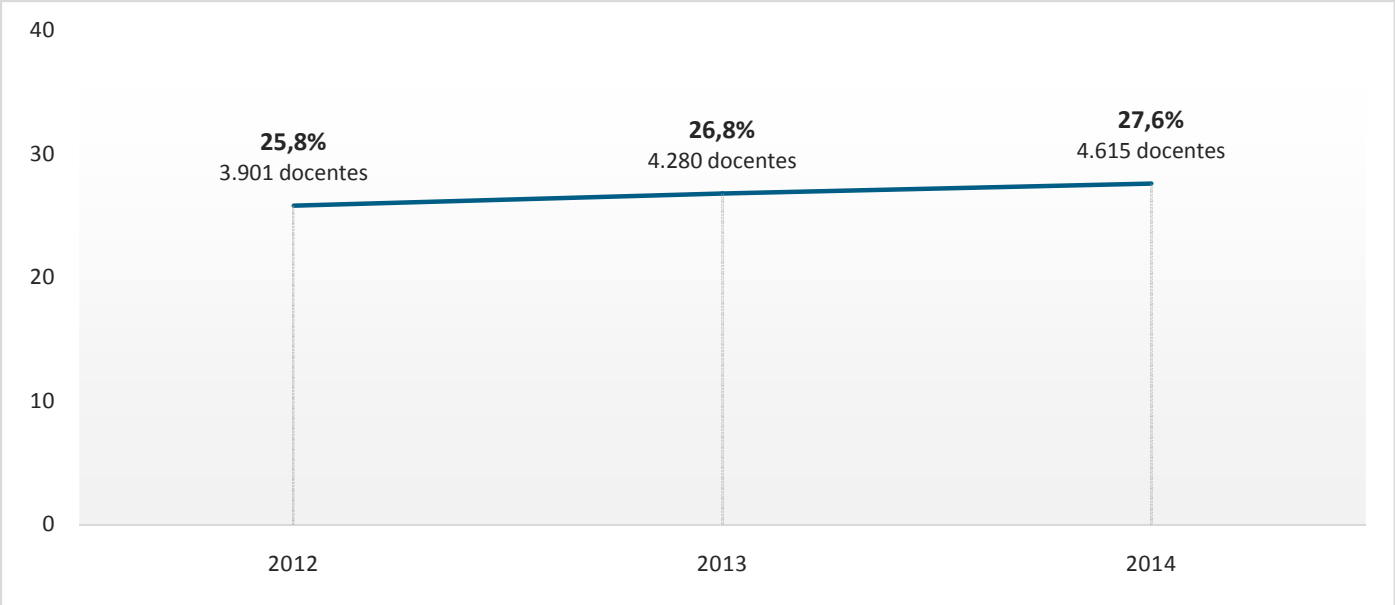


27,6% com doutorado
(4.615 docentes)

Meta 2024: 40%

Faltam 12,4 pontos percentuais para o alcance da meta

Gráfico 2 – Percentual e número absoluto de docentes na educação superior com doutorado – Santa Catarina – 2012 a 2014

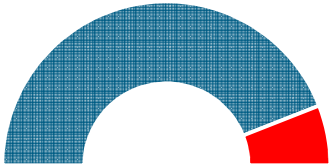


Fonte: Inep (2016) com base em dadosdo Censo da Educação Superior/Inep.
Elaboração: DIPE/SED-SC

META 14

Fomentar, em articulação com a União, a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 2.400 (dois mil e quatrocentos) mestres e 900 (novecentos) doutores, até o final da vigência deste Plano.

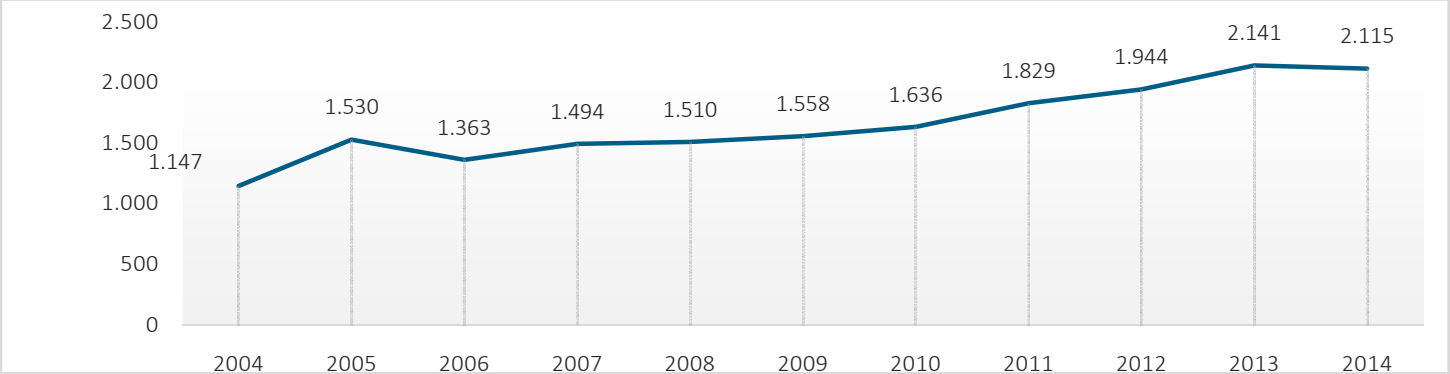
SITUAÇÃO DA META – 2014
Titulação anual no mestrado



2.115 títulos/ano

Meta 2024: 2.400 titulações anuais em programas de mestrado

Gráfico 1 – Número de titulados em programas de mestrado – Santa Catarina – 2004 a 2014



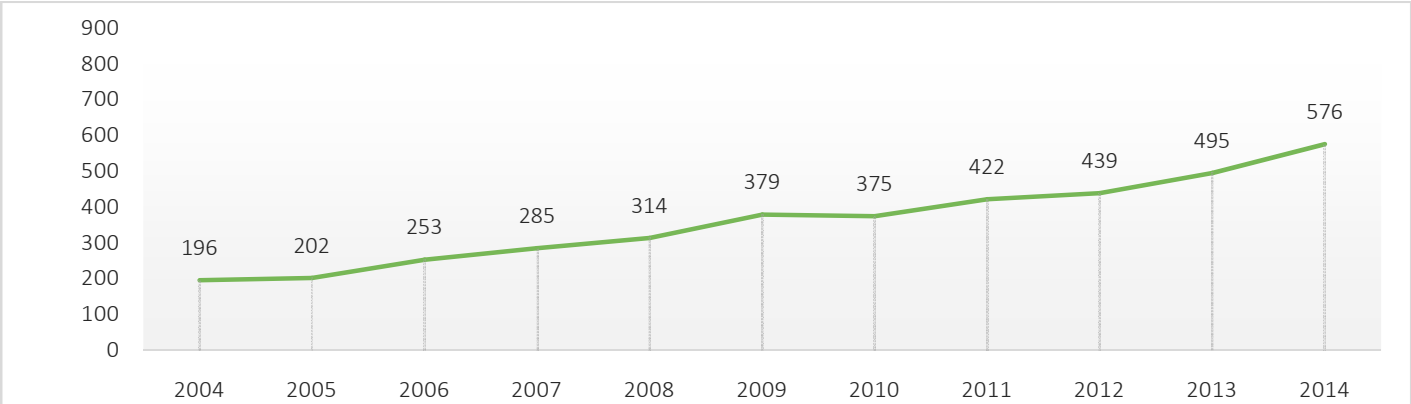
Fonte: Inep (2016) com base em dados do Sistema de Informações Georreferenciadas (GeoCapes).
Elaboração: DIPE/SED-SC

SITUAÇÃO DA META – 2014
Titulação anual no doutorado

576 títulos/ano

Meta 2024: 900 titulações anuais em programas de doutorado

Gráfico 2 – Número de titulados em programas de doutorado – Santa Catarina – 2004 a 2014



Fonte: Inep (2016) com base em dados do Sistema de Informações Georreferenciadas (GeoCapes).
Elaboração: DIPE/SED-SC

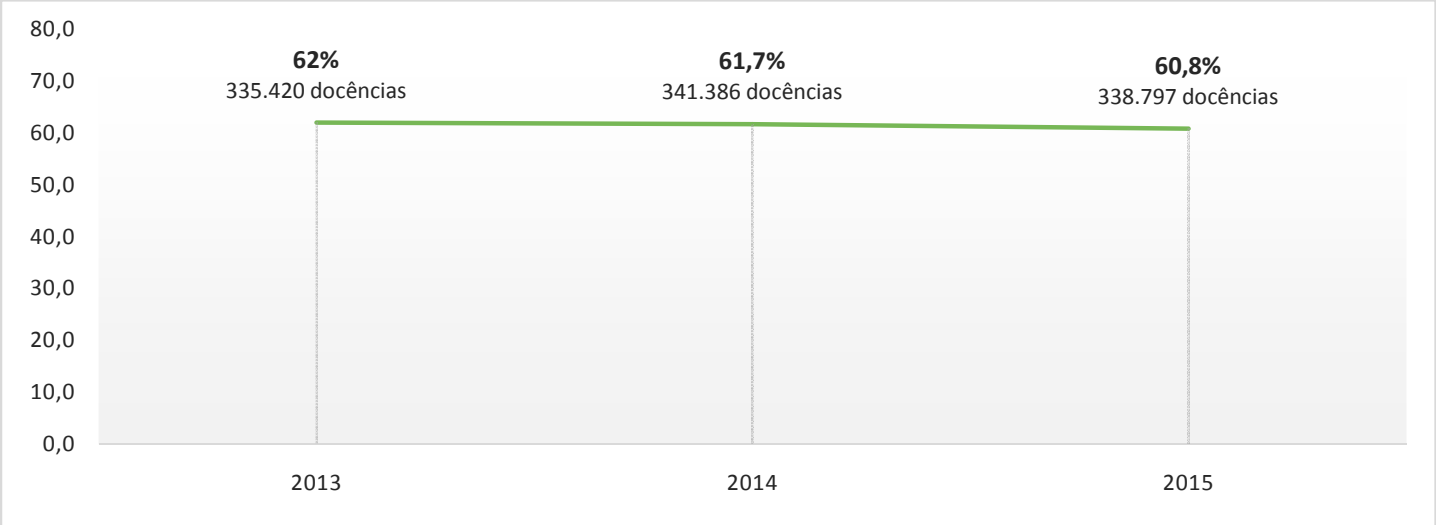
META 15

Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste Plano, política estadual de formação inicial e continuada, com vistas à valorização dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da educação básica e suas modalidades possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, bem como a oportunização, pelo Poder Público, de periódica participação em cursos de formação continuada.

SITUAÇÃO DA META – 2015

60,8% de docências com professores com formação na área de atuação (338.797 docências)

Gráfico 1 – Percentual e número absoluto de docências com professores que possuem formação superior compatível com a disciplina que lecionam – Santa Catarina – 2013 a 2015

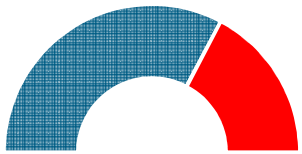


Fonte: Inep (2016) com base em dadosdo Censo da Educação Básica/Inep.
Elaboração: DIPE/SED-SC

META 16

Formar 75% (setenta e cinco por cento) dos professores da educação básica em nível de pós-graduação até o último ano de vigência deste Plano, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualização dos sistemas de ensino.

SITUAÇÃO DA META – 2015
Formação em nível de pós-graduação

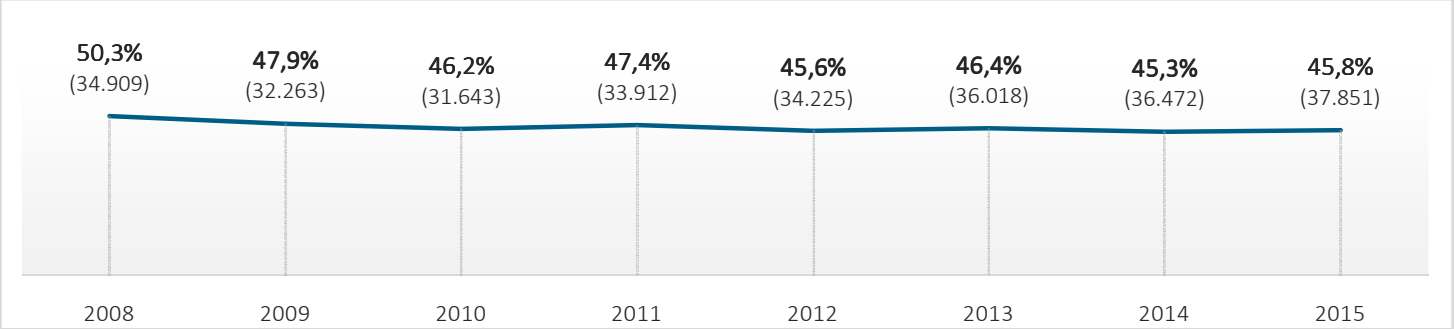


45,8% dos professores da educação básica possuem pós-graduação (37.851 professores)

Meta 2024: 75%

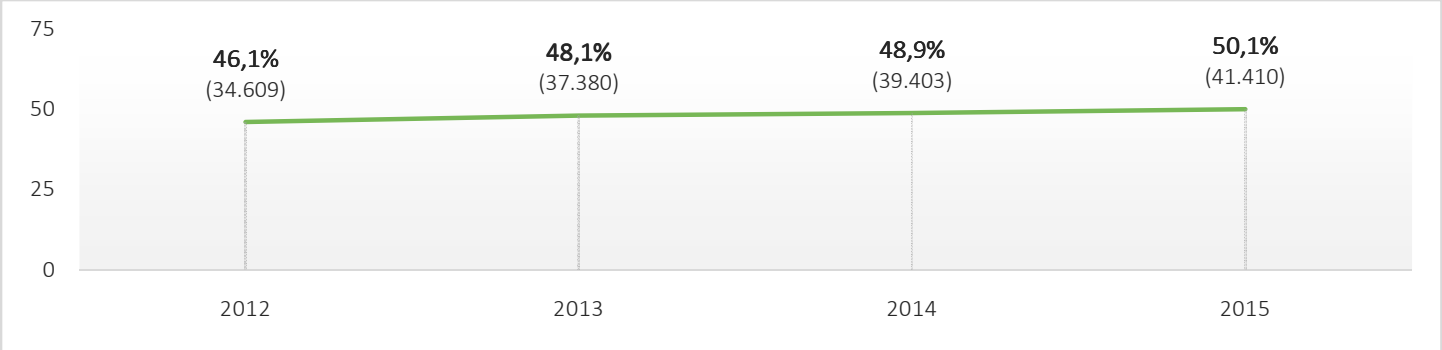
Faltam 29,2 pontos percentuaispara o alcance da meta.

Gráfico 1 – Percentual e número absoluto de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu – Santa Catarina – 2008 a 2015



Fonte: Inep (2016) com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep.
Elaboração: DIPE/SED-SC

Gráfico 2 – Percentual e número absoluto de professores da educação básica que realizaram cursos de formação continuada – Santa Catarina – 2012 a 2015



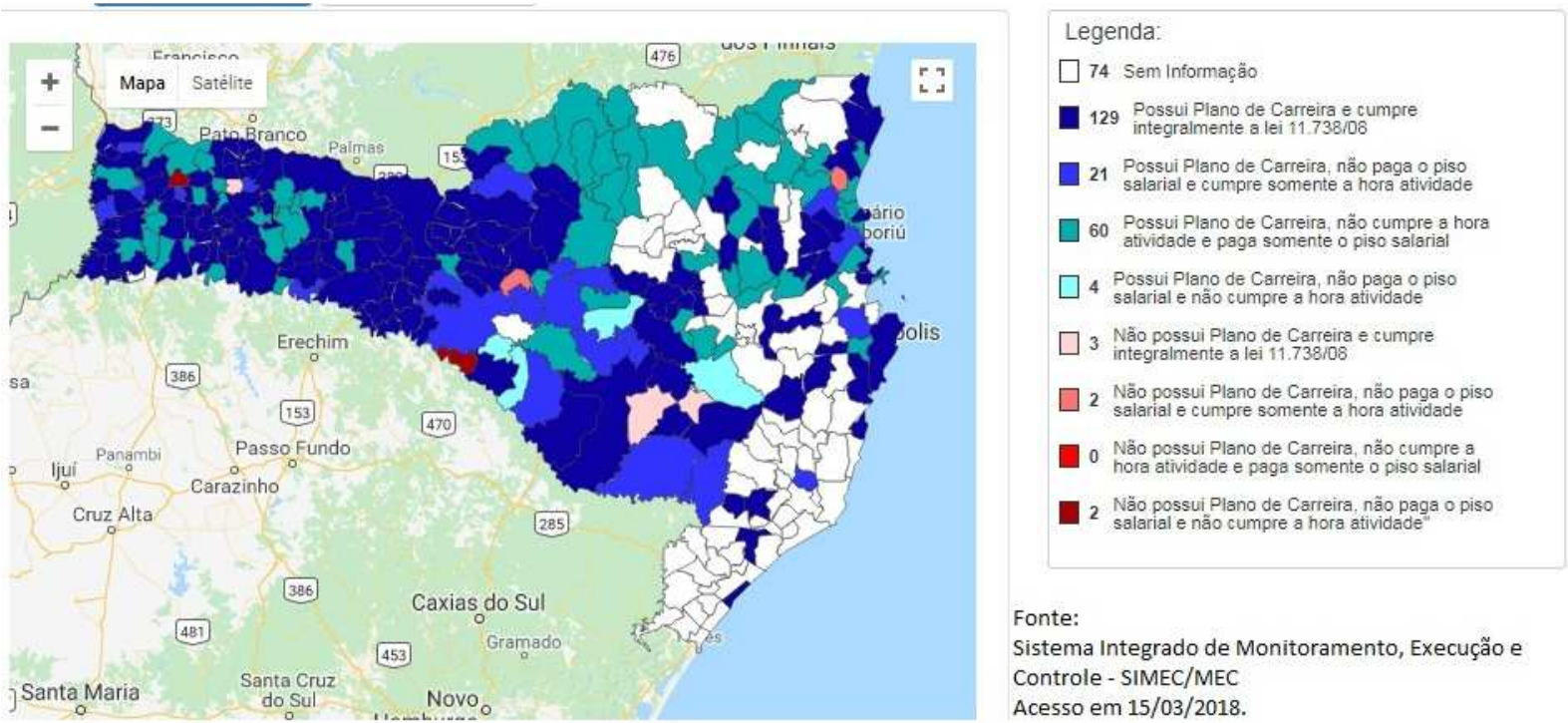
Fonte: Inep (2016) com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep.
Elaboração: DIPE/SED-SC

META 17

Valorizar os profissionais do magistério da rede pública de educação básica, assegurando no prazo de 2 (dois) anos a existência de plano de carreira, assim como a sua reestruturação, que tem como referência o piso nacional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII, do art. 206, da Constituição Federal, a fim de equiparar o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano da vigência deste Plano.

SITUAÇÃO DA META – 2018

Figura 1 – Situação dos planos de carreira nos municípios catarinenses – 2018



Fonte:
Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle - SIMEC/MEC
Acesso em 15/03/2018.

SITUAÇÃO DA META – 2014
Razão entre o rendimento médio dos professores e dos não professores

O salário médio do professor corresponde a 86,5% do salário médio dos não professores.

Meta 2021: 100%

Faltam 13,5 pontos percentuais para o alcance da meta

Gráfico 1 – Razão (%) entre o salário médio de professores da educação básica da rede pública (não federal) e o salário médio de não professores com escolaridade equivalente – Santa Catarina – 2004 a 2014

Fonte: Inep (2016) com base em dados da Pnad/IBGE. Valores deflacionados pelo IPCA/IBGE.
Elaboração: DIPE/SED-SC

META 18

Garantir em legislação específica, aprovada no âmbito do Estado e dos Municípios, condições para a efetivação da gestão democrática, na educação básica e superior públicas que evidencie o compromisso com o acesso, a permanência e o êxito na aprendizagem do estudante do Sistema Estadual de Ensino, no prazo de 1 (um) ano após a aprovação deste Plano.

Para a construção dos indicadores da meta acerca da gestão democrática na educação, o INEP utilizou a base de dados dos questionários contextuais empregados no Sistema de Avaliação da Educação Básica. Os indicadores são:

- Percentual de diretores de escolas públicas que foram escolhidos para a ocupação do cargo por meio de critérios técnicos de mérito e desempenho e de consulta pública à comunidade escolar;
- Percentual de escolas públicas que contaram com a participação de profissionais da educação, pais e alunos na formulação dos projetos político-pedagógicos e na constituição do conselho escolar;
- Percentual de escolas públicas que recebem recursos financeiros dos entes federados;
- Condições em que os diretores exercem o cargo.

No Relatório do 1º Ciclo do PNE 2014-2024 não foram disponibilizados os resultados de tais indicadores para as Unidades de Federação.

META 19

Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado no quinto ano de vigência deste Plano e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Indicador da Meta: Razão entre investimento público total em educação e produto interno bruto (PIB).

No Relatório do 1º Ciclo do PNE 2014-2024 não foram disponibilizados os resultados desse indicador para as Unidades de Federação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **IDEB: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/cenario-educacional>. Acesso em: 16 jan. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE : biênio 2014-2016**. Brasília, DF : Inep, 2016. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/2105>. Acesso em: 16 jan. 2017.

BRASIL, Ministério da Educação (MEC). **Construindo políticas de valorização dos profissionais da educação básica**. Disponível em: http://planodecarreira.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=56:mapa&catid=15&Itemid=144. Acesso em: 02fev. 2017.

SANTA CATARINA. **Lei n. 16.794, de 14 de dezembro de 2015:** Aprova o Plano Estadual de Educação (PEE) para o decênio 2015-2024 e estabelece outras providências. Diário Oficial do Estado. Florianópolis, SC, 15 dez. 2015. Disponível em: <http://www.portaldoservidor.sc.gov.br/ckfinder/userfiles/arquivos/Legislacao%20Correlata/Leis%20Ordinarias/2015_-_LEI_ORDINARIA_N_16_794_DE_14_DE_DEZEMBRO_DE_2015.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2017.

CACS-FUNDEB/SC

Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social

PARECER SOBRE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB

2017

PARECER SOBRE A APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB – 2017

I – HISTÓRICO

O Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS-FUNDEB/SC, regulamentado pela Lei Estadual nº 14.277, de 11 de janeiro de 2008, no uso de sua competência e regulamentações, desenvolveu, no exercício de 2017**,** a presente análise nas diversas rubricas previstas na legislação correlata, bem como o desenvolvimento dos trabalhos relativos ao CACS-FUNDEB/SC, tendo como presidente o Senhor Osvaldir Ramos até 22 de outubro de 2017, término de seu mandato, conforme Decreto nº 404, de 21 de outubro de 2015 e com a nomeação dos novos conselheiros para Gestão 2017/2019, o conselheiro Mário César Barreto Moraes foi eleito presidente do Conselho em novembro de 2017 que, com os demais membros do Conselho, realizaram o acompanhamento e controle dos recursos advindos do Fundo, conforme as tabelas e documentos apresentados a seguir:

1. Planilha 1.0 (ANEXO I) Orçamento Global – Dotação Orçamentária atualizada até 31/12/2017, considerando as alterações de dotações de todas as Fontes de Recursos que compõem o FUNDEB.

2. Planilha 2.0 (ANEXO II) - Orçamento Global – que se refere aos grupos de despesa (Investimentos, Outras Despesas e Pessoal e Encargos), com as movimentações ocorridas durante o ano de 2017**,** (dotação inicial e as respectivas reduções e acréscimos ao orçamento, culminando com dotação orçamentária realizada ao final do exercício de 2017).

3. Planilha 2.1 - (ANEXO III) Situação Global – dos recursos orçamentários e financeiros do FUNDEB (FONTE 0131), da Secretaria de Estado da Educação (SED), da Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) e das 35 Agencias de Desenvolvimento Regional (ADRs) / Gerencias Regionais de Educação (GEREDs).

Endereço: Rua Antônio Luz, 111 – Sala 704 – 7ª Andar
CEP 88010-410 – Centro – Florianópolis – SC
Fone: (48) 3664-0095 – e-mail fundeb@sed.sc.gov.br

4. Planilha 2.2 – (ANEXO IV) Situação Global – Custeio e Investimento – Expõe a situação dos recursos do FUNDEB (FONTE - 0131), e as movimentações de empenhamento durante o exercício de 2017, referentes ao Custeio, Investimentos, Pessoal e Encargos Sociais da SED e da FCEE e o Custeio e Investimentos das 35 ADRs.

5. Planilha 3.0 – (ANEXO V) Quadro de detalhamento da Despesa – Somente da SED – Investimentos, Custeio e Pessoal e Encargos Sociais. Nota-se que, nesta planilha, estão inclusas as dotações e as despesas das outras Fontes de Recursos que compõem o Orçamento Global do FUNDEB, no exercício de 2017 - FONTE - 0131 – Recursos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB; FONTE - 0331 – Superávit do Exercício Anterior da FONTE – 0131; FONTE - 0186 – Remuneração Financeira dos Recursos da FONTE 0131; FONTE - 0386 – Superávit da Remuneração Financeira da FONTE - 0186; sendo que na FONTE 0331 e FONTE 0386 só há despesas com Pessoal e Encargos Sociais.

6. Planilha 4.0 – (ANEXO VI) Quadro de detalhamento da Despesa da Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) – Investimentos, Custeio e Pessoal e Encargos Sociais. A FCEE utilizou somente a FONTE – 0131 na aplicação do recurso do FUNDEB.

7. Planilhas 4.1 a 4.35 – (ANEXO VII) Detalhamento de Despesa das 35 ADRs de Custeio e Investimentos no exercício de 2017 da FONTE - 0131. Não há dispêndios com Pessoal e Encargos Sociais nestes órgãos, pois o pagamento de pessoal é centralizado na SED e FCEE.

8. Receita do FUNDEB 2017 – (Anexo VIII) – Recursos Arrecadados – Receitas – de janeiro a dezembro, da FONTE - 0131, ou seja, arrecadação do FUNDEB e Rendimentos de Aplicação Financeira – FONTE - 0186, no exercício de 2017.

Endereço: Rua Antônio Luz, 111 – Sala 704 – 7ª Andar
CEP 88010-410 – Centro – Florianópolis – SC
Fone: (48) 3664-0095 – e-mail fundeb@sed.sc.gov.br

II – ANÁLISE

Compete ao Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB/SC, entre outras ações, previstas no Art. 2º da Lei Estadual nº 14.277, de 11 de janeiro de 2008 e no Art. 2º do Regimento Interno do Conselho:

I – Acompanhar e controlar a repartição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo em Santa Catarina;

II – Examinar os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais mensais, atualizados, relativos aos recursos repassados ou recebidos à conta do Fundo, que deverão ser disponibilizado mensalmente pelo Poder Executivo Estadual;

III – Instruir, com parecer, as prestações de contas dos recursos do FUNDEB a serem apresentadas ao respectivo Tribunal de Contas. O referido parecer deve ser apresentado ao Poder Executivo respectivo em até 30 dias antes do vencimento do prazo para apresentação da prestação de Contas ao Tribunal.

As reuniões do Conselho foram mensais, a partir do mês de fevereiro, onde foram analisados e aprovados os Demonstrativos Mensais de Aplicação dos Recursos do FUNDEB, elaborados e apresentados pela Gerência de Administração e Financeira da Secretaria de Estado da Educação / SED, que constam como anexos deste Parecer, bem como as atas de todas as reuniões realizadas no período, o que comprova o efetivo funcionamento do Conselho e a participação dos seus membros.
As dúvidas dos conselheiros, quando não esclarecidas na reunião, eram protocoladas nos respectivos setores da SED para os devidos esclarecimentos, por escrito ou com a presença de representante do setor demandado.
As atas mensais do Conselho, independente de transcrição, retratam cada uma das situações acima descritas.

Endereço: Rua Antônio Luz, 111 – Sala 704 – 7ª Andar
CEP 88010-410 – Centro – Florianópolis – SC
Fone: (48) 3664-0095 – e-mail fundeb@sed.sc.gov.br

Conclui-se a análise das planilhas anexas, com o registro e destaques das situações:

PLANILHA 1.0 (ANEXO I)

Esta planilha retrata o Orçamento Global, no exercício de 2017 do FUNDEB. Os valores globais, em 31/12/2017 são diferentes dos iniciais, considerando que, à época da elaboração orçamentária, não se prevê os valores referentes à FONTE – 0331 = Superávit do Exercício Anterior (fonte 0131), à FONTE - 0386 = Superávit da Remuneração Financeira de Exercício Anterior (0186) e à FONTE - 0186 = Remuneração Financeira de Recursos da Fonte 0131.

O Orçamento Global inicial do FUNDEB era de **R$ 2.386.848.874,00** e com acréscimo das três fontes citadas no parágrafo acima, passou a ser de **R$ 2.431.012.361,42.**

Durante o transcorrer do exercício, houve remanejamento orçamentário, com anulação e acréscimo de valores dentro dos grupos de despesas nas fontes. A discriminação destas alterações orçamentárias está visualizada na Planilha 2.0 **(ANEXO II).**

Os valores de Investimentos, inicialmente previstos, eram de **R$ 41.322.094,00,** no final do exercício de 2017, passaram para **R$ 100.507.534,43**, ou seja, houve acréscimo no orçamento de investimento correspondente a **143%.**
Em Outras Despesas a previsão inicial era de **R$ 633.386.607,00**. Ao final do exercício de 2017 passou para **R$ 566.449.566,57**, que demonstra um percentual de redução de **10,57%.** Já em Pessoal e Encargos Sociais, a previsão inicial era de **R$1.712.140.173,00** e ao final do exercício de 2017 passou para **R$1.764.055.260,42**; portanto, houve um acréscimo de **3,03%,** como já era previsto por esse Conselho.

Os Grupos de Despesa, dentro do Orçamento Global, foram projetados em percentuais adequados e obedecem aos parâmetros da legislação; ou seja, destinar, no mínimo, 60% para pagamento de Pessoal e Encargos Sociais, conforme o disposto no Art. 22 da Lei Federal nº 11.494, de 20 de Junho de 2007.

Endereço: Rua Antônio Luz, 111 – Sala 704 – 7ª Andar
CEP 88010-410 – Centro – Florianópolis – SC
Fone: (48) 3664-0095 – e-mail fundeb@sed.sc.gov.br

As despesas orçadas com pessoal representaram **72,6%** de todo o orçamento global do FUNDEB.

PLANILHA 2.1 (ANEXO III)

Essa planilha demonstra a situação orçamentária e financeira dos recursos do FUNDEB no exercício de 2017, somadas às demais fontes de recursos; ou seja, FONTE 0131, FONTE 0331, FONTE 0186 e FONTE 0386, pode-se comparar a dotação orçamentária com o efetivamente empenhado (autorização de gastos) durante o exercício. Além disso, demonstra o que foi orçado e empenhado nas 37 Unidades Gestoras do Fundo – SED, FCEE e as 35 ADRs/GEREDs.

As seguintes considerações, a respeito desta planilha, merecem destaque:

a) A Unidade Gestora 450001 – SED executa **87,07%** do total do Orçamento Global correspondente a **R$ 2.078.394.107,00**, a Unidade Gestora 450021 – FCEE executa **7,13%** do total do Orçamento Global, ou seja, **R$ 170.249.801,00** já as Agências de Desenvolvimento Regional – ADRs ficam com os **5,8%** restantes o equivalente a **R$ 138.204.366,00**, porque na **SED e FCEE** estão centralizados os pagamentos de todos os profissionais da educação básica, em efetivo exercício;
b) Em relação à fonte - 0131, o total empenhado no Orçamento Global foi de **R$ 2.113.152.660,60,** e o total de recurso liquidado no orçamento global da SED, no exercício de 2017, foi de **R$ 2.090.592.112,61.**

PLANILHA 2.2 (ANEXO IV)

Trata-se de planilha com as mesmas informações da anterior, porém discriminando, em cada uma das 37 Unidades Gestoras, os Grupos de Despesa: Investimentos, Outras Despesas Correntes e Pessoal e Encargos Sociais.

Reafirmam-se as observações da análise do anexo anterior, com o detalhamento dos gastos com Pessoal e Encargos Sociais a previsão Orçamentária atualizada deste Grupo de Despesa é de **R$ 1.764.055.260,42.**

Endereço: Rua Antônio Luz, 111 – Sala 704 – 7ª Andar
CEP 88010-410 – Centro – Florianópolis – SC
Fone: (48) 3664-0095 – e-mail fundeb@sed.sc.gov.br

Os empenhos realizados ao final de 2017 somaram **R$ 1.736.913.020,63**, conforme a planilha consolidada com os totais de cada grupo de despesa, cabendo à SED o valor de **R$ 1.577.234.113,92** e à FCEE **R$ 159.678.906,71** por serem as Únicas Unidades Gestoras com despesas de Pessoal e Encargos Sociais.

PLANILHA 3.0 (ANEXO V)

Nesta planilha, é apresentado o detalhamento da despesa de Investimentos, Custeio – Despesas Correntes e de Pessoal e Encargos Sociais, especificamente da SED, por fonte de arrecadação. Cabem as seguintes observações:

a) Diferentemente das planilhas anteriores, cujos demonstrativos se referiam apenas à FR - 0131, nesta são apresentadas as despesas efetuadas pela SED, (Unidade Gestora - 450001) além da FONTE - 0331, da FONTE - 0186, e da FONTE - 0386, pois estas três últimas foram administradas somente pela SED.
b) Somando os valores de todas as fontes que compõem os recursos do FUNDEB, a previsão orçamentária atualizada para a SED é de **R$ 2.030.042.828,00** e o total empenhado no exercício de 2017 foi de **R$ 1.807.193.889,57,** descontando-se os gastos com Pessoal e Encargos Sociais, foram utilizados cerca de **R$ 289.172.069,78** na SED para Investimentos e Outras Despesas Correntes.

PLANILHA 4.0 (Anexo VI)

Nesta planilha, é apresentado o detalhamento da despesa de Investimentos, Custeio – Despesas Correntes e de Pessoal e Encargos Sociais, especificamente da FCEE, por fonte de arrecadação. Cabem as seguintes observações: somando os valores de todas as fontes que compõe os recursos do FUNDEB, a previsão orçamentária atualizada para a FCEE é de **R$ 170.249.801,00** e o total empenhado no exercício de 2017 foi de **R$ 167.381.949,47.**

Endereço: Rua Antônio Luz, 111 – Sala 704 – 7ª Andar
CEP 88010-410 – Centro – Florianópolis – SC
Fone: (48) 3664-0095 – e-mail fundeb@sed.sc.gov.br

PLANILHAS 4.1 a 4.35 (Anexo VII)

Estas planilhas referem-se ao detalhamento das despesas, de Custeio e de Investimentos, das ADRs/GEREDs. A diferença em relação ao aplicado na SED é que as ADRs/GEREDs têm autonomia para realizar os Investimentos e as Despesas de Custeio na própria regional. Portanto, se percebe diferenças significativas de aplicação dos recursos nas ações projetadas. Os recursos para o atendimento ao Transporte Escolar são repassados às ADRs e estas repassam aos Municípios de sua Regional.

RECEITA DO FUNDEB 2017 – (ANEXO VIII) – Recursos arrecadados (**RECEITAS**) de janeiro a dezembro, das Fontes de Recursos – 0131 e 0186, ou seja, arrecadação do FUNDEB - FR 0131 e Aplicação Financeira dos Recursos - FR - 0186, arrecadados no exercício de 2017.

III - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os repasses da receita arrecadada do FUNDEB de 2017 somaram o montante de **R$ 2.187.555.869,93** (FR 0131) e a aplicação financeira do período somou o montante de **R$ 23.109.860,72**, totalizando o montante de **R$ 2.210.665.730,65** de recursos arrecadados.

A atual gestão do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB/SC se empenha para cumprir as suas funções e prioriza a construção de metodologias que possibilitem aos conselheiros o domínio das variáveis definidas na legislação para cumprir de fato a função de acompanhamento e controle social dos recursos do FUNDEB/SC.

IV – PARECER

Nos termos da análise, tendo por embasamento os documentos anexos, apresentados pela Secretaria de Estado da Educação, o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB/SC é de parecer que:

Endereço: Rua Antônio Luz, 111 – Sala 704 – 7ª Andar
CEP 88010-410 – Centro – Florianópolis – SC
Fone: (48) 3664-0095 – e-mail fundeb@sed.sc.gov.br

1. O ordenador de despesa do FUNDEB/SC aplicou, até o último dia de dezembro de 2017, **91%** do total orçado, se for considerado somente o total empenhado da FR-0131, que é a arrecadação do FUNDEB no exercício de 2017 (vide anexo IV);

2. Considerando o total arrecadado de **R$ 2.210.665.730,65** com as demais fontes de recursos (FR 0131+FR 0186), o percentual aplicado em Pessoal e Encargos Sociais no valor de **R$ 1.736.913.020,63**, (FR 0131, FR 0186, FR 0331 e FR 0386) no exercício de 2017, foi de 78,55**%** de aplicação bruta em FUNDEB. Em excluindo os valores executados com FR 0331 e FR 0386 encontramos o valor de **R$ 1.692.749.533,01** percentual de **76,56%,** acima do que estabelece a Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007, art. 22 – "pelo menos 60% dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública";

3. Se confrontarmos o total da Receita Arrecadada do FUNDEB FR - 0131 e 0186 no exercício de 2017, que foi de **R$ 2.210.665.730,65**, com a despesa empenhada no exercício de 2017 somando as ADRs e FCEE de **R$ 2.128.933.280,08** (que é o resultado correspondente ao executado, excluídas as FR 0331 e FR 0386), o percentual de aplicação da receita arrecadada em relação à despesa realizada foi **96,3%**, ficando em conta um percentual de **3,7%** dos recursos disponíveis;

4 - Recomendamos que a Secretaria de Estado da Educação faça a aplicação do percentual restante, do exercício de 2017, que compreende **R$ 81.732.450,57**, aproximadamente **3,7%**, em conformidade com a Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007, art. 21, §2º, que determina a utilização de até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional.

Endereço: Rua Antônio Luz, 111 – Sala 704 – 7ª Andar
CEP 88010-410 – Centro – Florianópolis – SC
Fone: (48) 3664-0095 – e-mail fundeb@sed.sc.gov.br

OBS: 1- O Conselho averiguou que o SUPERAVIT do exercício de 2015, não aplicado no 1º trimestre de 2016, teve sua aplicação integral no 1º trimestre de 2017, atendendo **recomendação do Tribunal do Estado da Santa Catarina - (TCE/SC);**

OBS: 2- Quanto a restrição do Tribunal de Contas do Estado referente as doações da Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina (CELESC) ao Fundosocial, este Conselho solicitou esclarecimentos à Secretaria de Estado da Fazenda, sendo que a mesma justificou o equívoco comprometendo-se a recompor o FUNDEB, conforme o exposto no Ofício/Gabs nº 689/2016.Em que pese o expediente da Secretaria de Estado da Fazenda este Conselho não identificou a recomposição dos valores, conforme determinação do Tribunal de Contas do Estado.

OBS: 3 - A Secretaria de Estado da Educação aplicou do saldo superavitário de 2016 o equivalente a **R$ 46.222.135,47** um total de **R$ 44.163.487,42**, no primeiro trimestre de 2017, conforme **Planilha 3.0 – Anexo V.**

V – DECISÃO DO CONSELHO

O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB/SC, em Reunião Ordinária, realizada no dia 07 de fevereiro de 2018, decidiu pela aprovação do presente parecer.

Florianópolis, 07 de fevereiro de 2018.

Mário César Barreto Moraes
Presidente do CACS-FUNDEB/SC

Endereço: Rua Antônio Luz, 111 – Sala 704 – 7ª Andar
CEP 88010-410 – Centro – Florianópolis – SC
Fone: (48) 3664-0095 – e-mail fundeb@sed.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 1.0 - ANEXO - I

ORÇAMENTO GLOBAL - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ATUAL - FUNDEB - SED, ADRs e FCEE DEZEMBRO/2017

GRUPO DESPESA	FR-0131	FR-0331	FR-0186	FR-0386	TOTAL	%
INVESTIMENTOS	39.270.815,00	-	2.051.279,00	-	41.322.094,00	1,7
OUTRAS DESPESAS	R$ 587.086.607,00		46.300.000,00		633.386.607,00	26,5
PESSOAL E ENCARGOS	R$ 1.712.140.173,00				1.712.140.173,00	71,7
TOTAL	2.338.497.595,00	-	48.351.279,00	-	2.386.848.874,00	100,0

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Fontes de Recursos - Legenda
FR-0131 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB
FR-0331 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTERIOR DA FONTE FR-0131
FR-0186 - REMUNERAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DA FR-0131
FR-0386 - SUPERÁVIT DA REMUNERAÇÃO FINANCEIRA DA FR-0186

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 2.0 - ANEXO II

ORÇAMENTO GLOBAL - FUNDEB - SED, ADRs e FCEE DEZEMBRO/2017

FONTE	ITEM	DOTAÇÃO	REDUÇÃO	ACRÉSCIMO	DOT. ATUAL	%
131	Investimentos	39.270.815,00	37.096.801,48	96.582.241,91	98.756.255,43	4,1
	Outras Despesas	587.086.607,00	257.430.368,09	190.193.327,66	519.849.566,57	21,4
	Pessoal e Encargos	1.712.140.173,00	262.668.471,16	270.420.071,16	1.719.891.773,00	70,7
186	Investimentos	2.051.279,00	300.000,00	-	1.751.279,00	0,1
	Outras Despesas	46.300.000,00	10.260.800,00	10.560.800,00	46.600.000,00	1,9
331	Pessoal e Encargos	-	28.831.022,43	71.730.210,46	42.899.188,03	1,8
386	Pessoal e Encargos	-	1.264.299,39	2.528.598,78	1.264.299,39	0,1
TOTAL		2.386.848.874,00	597.851.762,55	642.015.249,97	2.431.012.361,42	100,00

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

	ITEM	DOTAÇÃO	REDUÇÃO	ACRÉSCIMO	DOT. ATUAL	%
TOTAL DAS FONTES	INVESTIMENTOS	41.322.094,00	37.396.801,48	96.582.241,91	100.507.534,43	4,1
	OUTRAS DESPESAS	633.386.607,00	267.691.168,09	200.754.127,66	566.449.566,57	23,3
	PESSOAL E ENCARGOS	1.712.140.173,00	292.763.792,98	344.678.880,40	1.764.055.260,42	72,6
	TOTAL	2.386.848.874,00	597.851.762,55	642.015.249,97	2.431.012.361,42	100,0

Fontes de Recursos - Legenda
FR-0131 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB
FR-0331 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTERIOR DA FONTE FR-0131
FR-0186 - REMUNERAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DA FR-0131
FR-0386 - SUPERÁVIT DA REMUNERAÇÃO FINANCEIRA DA FR-0186

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF
Planilha 2.1 - ANEXO III

SITUAÇÃO GLOBAL DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS DO FUNDEB - SED, ADRs e FCEE DEZEMBRO/2017

CÓD	UNIDADE GESTORA	SITUAÇÃO NO MÊS				ACUMULADO ATÉ O MÊS			
		DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
410031	ADR - ITAPIRANGA	1.761.630,00	138.149,63	123.861,82	109.961,25	2.006.780,51	1.823.699,76	1.809.799,19	- 245.150,51
410032	ADR - Quilombo	1.381.703,00	17.512,10	185.034,70	185.034,70	1.103.433,77	1.077.868,96	1.077.868,96	278.269,23
410033	ADR - Seara	2.184.285,00	59.859,33	115.923,75	117.878,75	1.948.191,39	1.920.896,74	1.913.216,74	236.093,61
410034	ADR - Taió	2.785.030,00	96.582,79	136.136,36	127.512,56	2.250.918,31	2.185.747,07	2.142.593,27	534.111,69
410035	ADR - Timbó	3.635.997,00	517.086,07	239.551,15	371.894,87	4.528.161,09	4.069.038,39	4.061.935,28	- 892.164,09
410036	ADR - Braço do Norte	2.379.326,00	46.927,66	36.277,25	36.277,25	2.618.936,66	2.523.619,76	2.523.619,76	- 239.610,66
410037	ADR - S.M. do Oeste	1.883.013,00	129.838,68	106.341,09	106.341,09	1.492.864,00	1.435.212,01	1.435.212,01	390.149,00
410038	ADR - Maravilha	3.506.367,00	8.481,71	257.669,74	103.759,78	3.133.261,41	3.089.825,89	2.935.915,93	373.105,59
410039	ADR - S.Lourenço do Oeste	1.808.732,00	41.390,45	193.643,52	106.371,31	1.467.611,55	1.467.611,55	1.380.039,34	341.120,45
410040	ADR - Chapecó	4.133.119,00	616.662,01	261.943,43	140.906,85	3.628.196,14	3.135.195,26	3.014.158,68	504.922,86
410041	ADR - Xanxerê	5.593.689,00	221.571,49	276.238,12	234.515,78	5.299.622,65	5.118.328,05	5.076.605,71	294.066,35
410042	ADR - Concórdia	2.817.787,00	202.464,63	175.588,74	179.737,74	2.481.665,44	2.392.565,06	2.392.565,06	336.121,56
410043	ADR - Joaçaba	3.697.357,00	266.999,55	232.449,55	181.478,21	3.420.547,13	3.262.309,41	3.186.968,17	276.809,87
410044	ADR - Campos Novos	2.323.805,00	- 18.325,94	193.518,46	195.922,09	2.412.666,79	2.267.656,28	2.267.656,28	- 88.861,79
410045	ADR - Videira	2.584.216,00	77.767,88	39.656,62	39.656,62	1.930.740,34	1.793.687,55	1.793.687,55	653.475,66
410046	ADR - Caçador	2.675.227,00	761.558,40	600.154,14	595.330,64	2.098.031,67	1.911.807,50	1.906.984,00	577.195,33
410047	ADR - Curitibanos	1.470.847,00	321.616,95	289.689,78	281.443,58	1.473.521,79	1.307.199,80	1.298.953,60	- 2.674,79
410048	ADR - Rio do Sul	2.834.488,00	- 222,24	282.628,26	283.243,59	2.740.948,77	2.740.830,30	2.740.830,30	93.539,23
410049	ADR - Ituporanga	4.002.643,00	13.021,20	192.819,90	183.629,90	4.185.117,25	4.179.745,41	4.170.555,41	- 182.474,25
410050	ADR - Ibirama	4.904.608,00	202.397,01	350.041,68	350.041,68	5.755.685,34	5.755.685,34	5.755.685,34	- 851.077,34
410051	ADR - Blumenau	4.865.006,00	926.674,97	573.986,96	579.359,19	5.508.953,26	4.536.226,05	4.536.226,05	- 643.947,26
410052	ADR - Brusque	4.750.770,00	-	160.916,42	160.916,42	4.546.553,23	4.463.106,36	4.463.106,36	204.216,77
410053	ADR - Itajai	4.989.489,00	- 256.176,77	244.888,88	244.888,88	5.678.284,40	5.416.544,41	5.416.544,41	- 688.795,40
410054	ADR - Laguna	5.162.566,00	71.011,70	393.608,02	597.033,69	7.007.406,39	6.604.795,12	6.604.795,12	- 1.844.840,39
410055	ADR - Tubarão	5.444.739,00	701.422,41	584.786,43	582.048,07	6.728.631,41	6.571.936,63	6.569.198,27	- 1.283.892,41
410056	ADR - Criciúma	9.166.161,00	109.118,60	287.621,79	287.621,79	7.570.217,30	7.143.069,33	7.143.069,33	1.595.943,70
410057	ADR - Araranguá	6.219.562,00	202.235,46	373.249,08	355.525,08	4.683.655,33	4.327.260,34	4.309.536,34	1.535.906,67
410058	ADR - Joinville	13.788.091,00	346.774,73	436.546,77	407.138,77	12.372.388,00	12.131.639,13	12.102.231,13	1.415.703,00
410059	ADR - Jaraguá do Sul	4.687.401,00	-	9.025,00	9.025,00	4.132.439,92	4.131.439,92	4.131.439,92	554.961,08
410060	ADR - Mafra	6.316.323,00	2.211.315,59	2.454.472,08	1.970.966,58	8.531.357,62	8.384.954,07	7.782.117,87	- 2.215.034,62
410061	ADR - Canoinhas	3.136.394,00	270.907,94	354.878,99	314.868,88	3.792.256,68	3.701.072,58	3.653.460,00	- 655.862,68
410062	ADR - Lages	3.903.713,00	505.402,29	468.049,54	468.049,54	5.063.821,58	4.447.910,30	4.447.910,30	- 1.160.108,58
410063	ADR - São Joaquim	2.145.689,00	39.120,58	68.047,90	68.047,90	2.955.282,57	2.838.542,69	2.838.542,69	- 809.593,57
410064	ADR - Palmitos	2.710.013,00	212.842,35	296.782,95	296.782,95	2.253.973,01	2.106.887,28	2.106.887,28	456.039,99
410065	ADR - Dionísio Cerqueira	2.555.180,00	- 110,05	94.302,94	113.756,94	2.506.709,57	2.451.757,82	2.449.597,82	48.470,43
450001	SED	2.078.394.107,00	177.662.466,84	191.318.130,74	248.023.878,95	1.866.406.185,70	1.847.770.683,88	1.839.602.337,48	211.987.921,30
450021	FCEE	170.249.801,00	17.745.695,23	17.745.695,23	23.560.457,60	167.381.949,47	167.381.949,47	166.836.571,48	2.867.851,53
TOTAL GLOBAL		2.386.848.874,00	204.470.041,23	220.154.157,78	281.971.304,47	2.173.096.967,44	2.147.868.305,47	2.137.878.422,43	213.751.906,56

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 2.2 - ANEXO IV

SITUAÇÃO GLOBAL DOS RECURSOS DO FUNDEB - CUSTEIO E INVESTIMENTO - SED, FCEE e ADRs DEZEMBRO/2017

CÓD	UNIDADE GESTORA	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS				ACUMULADO ATÉ O MÊS			
			DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
410031	ADR - ITAPIRANGA	Investimentos	62.700,00	96.365,53	8.780,00	8.780,00	105.145,53	8.780,00	8.780,00	- 42.445,53
		Outras Despesas Correntes	1.698.930,00	41.784,10	115.081,82	101.181,25	1.901.634,98	1.814.919,76	1.801.019,19	- 202.704,98
410032	ADR - Quilombo	Investimentos	49.804,00	4.797,20	7.897,20	7.897,20	7.897,20	7.897,20	7.897,20	41.906,80
		Outras Despesas Correntes	1.331.899,00	12.714,90	177.137,50	177.137,50	1.095.536,57	1.069.971,76	1.069.971,76	236.362,43
410033	ADR - Seara	Investimentos	75.169,00	8.128,00	33.702,00	41.518,00	48.658,00	41.518,00	41.518,00	26.511,00
		Outras Despesas Correntes	2.109.116,00	51.731,33	82.221,75	76.360,75	1.899.533,39	1.879.378,74	1.871.698,74	209.582,61
410034	ADR - Taió	Investimentos	65.031,00	13.024,35	31.188,42	31.188,42	43.562,77	31.188,42	31.188,42	21.468,23
		Outras Despesas Correntes	2.719.999,00	83.558,44	104.947,94	96.324,14	2.207.355,54	2.154.558,65	2.111.404,85	512.643,46
410035	ADR - Timbó	Investimentos	89.798,00	567.649,83	150.318,62	150.318,62	567.649,83	150.318,62	150.318,62	- 477.851,83
		Outras Despesas Correntes	3.546.199,00	- 50.563,76	89.232,53	221.576,25	3.960.511,26	3.918.719,77	3.911.616,66	- 414.312,26
410036	ADR - Braço do Norte	Investimentos	68.790,00	-	-	-	-	-	-	68.790,00
		Outras Despesas Correntes	2.310.536,00	46.927,66	36.277,25	36.277,25	2.618.936,66	2.523.619,76	2.523.619,76	- 308.400,66
410037	ADR - S.M. do Oeste	Investimentos	73.449,00	4.050,00	4.050,00	4.050,00	4.050,00	4.050,00	4.050,00	69.399,00
		Outras Despesas Correntes	1.809.564,00	125.788,68	102.291,09	102.291,09	1.488.814,00	1.431.162,01	1.431.162,01	320.750,00
410038	ADR - Maravilha	Investimentos	131.910,00	- 53.094,18	112.360,76	6.295,30	112.360,76	112.360,76	6.295,30	19.549,24
		Outras Despesas Correntes	3.374.457,00	61.575,89	145.308,98	97.464,48	3.020.900,65	2.977.465,13	2.929.620,63	353.556,35
410039	ADR - S.Lourenço do Oeste	Investimentos	42.082,00	8.150,00	8.150,00	8.150,00	14.055,00	14.055,00	14.055,00	28.027,00
		Outras Despesas Correntes	1.766.650,00	33.240,45	185.493,52	98.221,31	1.453.556,55	1.453.556,55	1.365.984,34	313.093,45
410040	ADR - Chapecó	Investimentos	172.581,00	168.085,47	87.815,39	87.815,39	174.157,47	89.905,39	89.905,39	- 1.576,47
		Outras Despesas Correntes	3.960.538,00	448.576,54	174.128,04	53.091,46	3.454.038,67	3.045.289,87	2.924.253,29	506.499,33
410041	ADR - Xanxerê	Investimentos	225.758,00	51.728,29	-	-	200.092,25	147.182,97	147.182,97	25.665,75
		Outras Despesas Correntes	5.367.931,00	169.843,20	276.238,12	234.515,78	5.099.530,40	4.971.145,08	4.929.422,74	268.400,60
410042	ADR - Concórdia	Investimentos	96.766,00	35.829,00	45.309,00	45.858,00	54.495,00	54.495,00	54.495,00	42.271,00
		Outras Despesas Correntes	2.721.021,00	166.635,63	130.279,74	133.879,74	2.427.170,44	2.338.070,06	2.338.070,06	293.850,56
410043	ADR - Joaçaba	Investimentos	106.750,00	54.766,30	99.989,71	111.077,11	122.224,11	115.557,11	115.557,11	- 15.474,11
		Outras Despesas Correntes	3.590.607,00	212.233,25	132.459,84	70.401,10	3.298.323,02	3.146.752,30	3.071.411,06	292.283,98
410044	ADR - Campos Novos	Investimentos	74.264,00	-	-	-	-	-	-	74.264,00
		Outras Despesas Correntes	2.249.541,00	- 18.325,94	193.518,46	195.922,09	2.412.666,79	2.267.656,28	2.267.656,28	- 163.125,79
410045	ADR - Videira	Investimentos	89.002,00	-	-	-	-	-	-	89.002,00
		Outras Despesas Correntes	2.495.214,00	77.767,88	39.656,62	39.656,62	1.930.740,34	1.793.687,55	1.793.687,55	564.473,66
410046	ADR - Caçador	Investimentos	90.490,00	-	-	-	-	-	-	90.490,00
		Outras Despesas Correntes	2.584.737,00	761.558,40	600.154,14	595.330,64	2.098.031,67	1.911.807,50	1.906.984,00	486.705,33
410047	ADR - Curitibanos	Investimentos	62.996,00	166.194,36	99.779,58	99.779,58	166.194,36	99.779,58	99.779,58	- 103.198,36
		Outras Despesas Correntes	1.407.851,00	155.422,59	189.910,20	181.664,00	1.307.327,43	1.207.420,22	1.199.174,02	100.523,57
410048	ADR - Rio do Sul	Investimentos	81.978,00	-	18.888,88	18.888,88	40.167,03	40.167,03	40.167,03	41.810,97
		Outras Despesas Correntes	2.752.510,00	- 222,24	263.739,38	264.354,71	2.700.781,74	2.700.663,27	2.700.663,27	51.728,26
410049	ADR - Ituporanga	Investimentos	117.229,00	120,00	8.100,00	8.100,00	14.470,00	14.470,00	14.470,00	102.759,00
		Outras Despesas Correntes	3.885.414,00	12.901,20	184.719,90	175.529,90	4.170.647,25	4.165.275,41	4.156.085,41	- 285.233,25
410050	ADR - Ibirama	Investimentos	112.101,00	110.933,64	110.933,64	110.933,64	110.933,64	110.933,64	110.933,64	1.167,36
		Outras Despesas Correntes	4.792.507,00	91.463,37	239.108,04	239.108,04	5.644.751,70	5.644.751,70	5.644.751,70	- 852.244,70
410051	ADR - Blumenau	Investimentos	255.217,00	-	-	-	98.137,60	97.474,54	97.474,54	157.079,40
		Outras Despesas Correntes	4.609.789,00	926.674,97	573.986,96	579.359,19	5.410.815,66	4.438.751,51	4.438.751,51	- 801.026,66
410052	ADR - Brusque	Investimentos	151.626,00	-	-	-	-	-	-	151.626,00
		Outras Despesas Correntes	4.599.144,00	-	160.916,42	160.916,42	4.546.553,23	4.463.106,36	4.463.106,36	52.590,77
410053	ADR - Itajai	Investimentos	209.684,00	-	-	-	570.494,87	570.494,87	570.494,87	- 360.810,87
		Outras Despesas Correntes	4.779.805,00	- 256.176,77	244.888,88	244.888,88	5.107.789,53	4.846.049,54	4.846.049,54	- 327.984,53
410054	ADR - Laguna	Investimentos	151.730,00	4.601,47	100.464,06	150.997,96	2.213.603,59	2.100.660,12	2.100.660,12	- 2.061.873,59
		Outras Despesas Correntes	5.010.836,00	66.410,23	293.143,96	446.035,73	4.793.802,80	4.504.135,00	4.504.135,00	217.033,20
410055	ADR - Tubarão	Investimentos	184.775,00	7.862,30	-	-	920.680,93	912.816,77	912.816,77	- 735.905,93
		Outras Despesas Correntes	5.259.964,00	693.560,11	584.786,43	582.048,07	5.807.950,48	5.659.119,86	5.656.381,50	- 547.986,48
410056	ADR - Criciúma	Investimentos	275.519,00	-	11.891,00	11.891,00	11.891,00	11.891,00	11.891,00	263.628,00
		Outras Despesas Correntes	8.890.642,00	109.118,60	275.730,79	275.730,79	7.558.326,30	7.131.178,33	7.131.178,33	1.332.315,70

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 2.2 - ANEXO IV

SITUAÇÃO GLOBAL DOS RECURSOS DO FUNDEB - CUSTEIO E INVESTIMENTO - SED, FCEE e ADRs DEZEMBRO/2017

CÓD	UNIDADE GESTORA	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS				ACUMULADO ATÉ O MÊS			
			DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
410057	ADR - Araranguá	Investimentos	163.595,00	-	14.580,00	14.580,00	283.974,02	208.367,06	208.367,06	- 120.379,02
		Outras Despesas Correntes	6.055.967,00	202.235,46	358.669,08	340.945,08	4.399.681,31	4.118.893,28	4.101.169,28	1.656.285,69
410058	ADR - Joinville	Investimentos	293.844,00	67.912,00	-	-	67.912,00	-	-	225.932,00
		Outras Despesas Correntes	13.494.247,00	278.862,73	436.546,77	407.138,77	12.304.476,00	12.131.639,13	12.102.231,13	1.189.771,00
410059	ADR - Jaraguá do Sul	Investimentos	128.300,00	-	-	-	-	-	-	128.300,00
		Outras Despesas Correntes	4.559.101,00	-	9.025,00	9.025,00	4.132.439,92	4.131.439,92	4.131.439,92	426.661,08
410060	ADR - Mafra	Investimentos	156.983,00	1.928.526,26	1.928.526,26	1.326.286,26	1.928.526,26	1.928.526,26	1.326.286,26	- 1.771.543,26
		Outras Despesas Correntes	6.159.340,00	282.789,33	525.945,82	644.680,32	6.602.831,36	6.456.427,81	6.455.831,61	- 443.491,36
410061	ADR - Canoinhas	Investimentos	88.103,00	23.271,89	94.579,86	67.800,04	94.579,88	94.579,86	67.800,04	- 6.476,88
		Outras Despesas Correntes	3.048.291,00	247.636,05	260.299,13	247.068,84	3.697.676,80	3.606.492,72	3.585.659,96	- 649.385,80
410062	ADR - Lages	Investimentos	122.558,00	- 836,69	4.999,18	4.999,18	78.910,63	78.910,63	78.910,63	43.647,37
		Outras Despesas Correntes	3.781.155,00	506.238,98	463.050,36	463.050,36	4.984.910,95	4.368.999,67	4.368.999,67	- 1.203.755,95
410063	ADR - São Joaquim	Investimentos	41.244,00	-	-	-	-	-	-	41.244,00
		Outras Despesas Correntes	2.104.445,00	39.120,58	68.047,90	68.047,90	2.955.282,57	2.838.542,69	2.838.542,69	- 850.837,57
410064	ADR - Palmitos	Investimentos	77.648,00	2.690,00	2.690,00	2.690,00	2.690,00	2.690,00	2.690,00	74.958,00
		Outras Despesas Correntes	2.632.365,00	210.152,35	294.092,95	294.092,95	2.251.283,01	2.104.197,28	2.104.197,28	381.081,99
410065	ADR - Dionísio Cerqueira	Investimentos	68.124,00	-	7.890,00	7.890,00	8.450,00	8.450,00	8.450,00	59.674,00
		Outras Despesas Correntes	2.487.056,00	- 110,05	86.412,94	105.866,94	2.498.259,57	2.443.307,82	2.441.147,82	- 11.203,57
450001	SED	Investimentos	35.364.496,00	5.941.183,29	2.383.594,11	2.776.444,11	16.251.423,47	9.623.873,47	9.505.073,47	19.113.072,53
		Outras Despesas Correntes	487.570.134,00	9.866.377,80	27.079.630,88	26.308.386,09	272.920.648,31	260.912.696,49	258.558.000,06	214.649.485,69
		Pessoal e Encargos Sociais	1.555.459.477,00	161.854.905,75	161.854.905,75	218.939.048,75	1.577.234.113,92	1.577.234.113,92	1.571.539.263,95	- 21.774.636,92
450021	FCEE	Investimentos	1.700.000,00	-	-	-	-	-	-	1.700.000,00
		Outras Despesas Correntes	11.869.105,00	405.155,23	405.155,23	405.115,46	7.703.042,76	7.703.042,76	7.683.540,55	4.166.062,24
		Pessoal e Encargos Sociais	156.680.696,00	17.340.540,00	17.340.540,00	23.155.342,14	159.678.906,71	159.678.906,71	159.153.030,93	- 2.998.210,71
		Outras Despesas Correntes	2.386.848.874,00	204.470.041,23	220.154.157,78	281.971.304,47	2.173.096.967,44	2.147.868.305,47	2.137.878.422,43	213.751.906,56

TOTAL POR GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS				ACUMULADO ATÉ O MÊS			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Investimentos	41.322.094,00	9.211.938,31	5.376.477,67	5.104.228,69	24.317.387,20	16.681.393,30	15.827.508,02	17.004.706,80
Outras Despesas Correntes	633.386.607,00	16.062.657,17	35.582.234,36	34.772.684,89	411.866.559,61	394.273.891,54	391.358.619,53	221.520.047,39
Pessoal e Encargos Sociais	1.712.140.173,00	179.195.445,75	179.195.445,75	242.094.390,89	1.736.913.020,63	1.736.913.020,63	1.730.692.294,88	- 24.772.847,63
TOTAL GLOBAL	2.386.848.874,00	204.470.041,23	220.154.157,78	281.971.304,47	2.173.096.967,44	2.147.868.305,47	2.137.878.422,43	213.751.906,56

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Tabela 3.0 - ANEXO V

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - SED DEZEMBRO/2017

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Administração de pessoal e encargos sociais	Outras Despesas Correntes	269.870.134,00	4.000,00	164.655.500,00	105.218.634,00	5.063.686,72	5.063.686,72	5.064.701,13	79.617.555,49	79.617.555,49	79.394.546,96	25.601.078,51
	Pessoal e Encargos Sociais	1.555.459.477,00	259.898.500,00	255.247.000,00	1.560.110.977,00	161.854.905,75	161.854.905,75	218.939.048,75	1.533.070.626,50	1.533.070.626,50	1.527.375.776,53	27.040.350,50
Apoio financeiro às associações de pais e	Outras Despesas Correntes	100.000.000,00	-	-	100.000.000,00	11.100.342,90	11.137.716,64	11.293.424,99	95.415.158,84	95.415.158,84	95.415.158,84	4.584.841,16
Capacitação e formação continuada	Investimentos	500.000,00	-	-	500.000,00	-	-	-	-	-	-	500.000,00
	Outras Despesas	500.000,00	-	-	500.000,00	-	-	-	-	-	-	500.000,00
Capacitação e formação de profissionais	Outras Despesas Correntes	5.000.000,00	-	-	5.000.000,00	700.762,38	-	-	2.114.656,88	795.220,62	795.220,62	2.885.343,12
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	14.813.217,00	36.656.248,33	3.085.030,66	48.384.434,67	5.941.183,29	631.226,11	631.226,11	12.410.050,47	5.790.050,47	5.790.050,47	35.974.384,20
	Outras Despesas	-	15.000.000,00	16.217,67	14.983.782,33	-	-	-	-	-	-	14.983.782,33
Cooperação com municípios	Investimentos	5.000.000,00	3.100.000,00	8.100.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras Despesas	-	5.100.000,00	-	5.100.000,00	-	-	29.012,85	4.207.228,00	4.207.228,00	4.207.228,00	892.772,00
Implantação e manutenção de sistema	Investimentos	3.000.000,00	-	1.000.000,00	2.000.000,00	-	-	-	-	-	-	2.000.000,00
	Outras Despesas	5.000.000,00	-	3.000.000,00	2.000.000,00	(308.000,00)	-	-	117.400,00	44.700,00	44.700,00	1.882.600,00
Implementação de sistema	Outras Despesas Correntes	1.000.000,00	-	500.000,00	500.000,00	-	-	-	-	-	-	500.000,00
Inclusão social e melhoria de índices	Investimentos	1.000.000,00	-	-	1.000.000,00	-	-	-	-	-	-	1.000.000,00
	Outras Despesas	4.000.000,00	-	-	4.000.000,00	-	-	-	-	-	-	4.000.000,00
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	3.000.000,00	8.300.000,00	1.300.000,00	10.000.000,00	(1.042.467,59)	413.755,13	413.755,13	3.016.932,74	1.608.158,99	1.608.158,99	6.983.067,26
	Outras Despesas Correntes	10.000.000,00	1.150.000,00	6.500.000,00	4.650.000,00	380.000,00	369.386,25	734.375,86	1.622.024,76	1.611.411,01	1.611.411,01	3.027.975,24
Operacionalizaçã o da educação	Investimentos	9.000.000,00	55.050.000,00	22.055.000,00	41.995.000,00	-	1.752.368,00	2.145.218,00	3.841.373,00	3.833.823,00	3.715.023,00	38.153.627,00
	Outras Despesas Correntes	24.900.000,00	129.295.000,00	55.595.000,00	98.600.000,00	(5.966.993,11)	9.437.269,19	7.914.676,89	63.862.189,86	57.323.835,09	55.195.377,19	34.737.810,14
	Outras Despesas Correntes	18.000.000,00	9.355.716,70	1.855.716,70	25.500.000,00	(50,00)	-	-	7.898.693,03	7.843.553,03	7.843.553,03	17.601.306,97
TOTAL		2.030.042.828,00	522.909.465,03	522.909.465,03	2.030.042.828,00	177.723.370,34	190.660.313,79	247.165.439,71	1.807.193.889,57	1.791.161.321,04	1.782.996.204,64	222.848.938,43

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Tabela 3.0 - ANEXO V

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - SED DEZEMBRO/2017

FONTE- 0186

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO		PAGO	SALDO
Capacitação e formação de profissionais	Outras Despesas Correntes	2.000.000,00	56.000,00	56.000,00	2.000.000,00	-5.960,88	78.074,50	281.926,79	1.022.060,12	875.412,62	875.412,62	977.939,88
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	2.000.000,00	0	300.000,00	1.700.000,00	0	0	0	0	0	0	1.700.000,00
	Outras Despesas	0	300.000,00	0	300.000,00	0	0	0	2.200,00	2.200,00	2.200,00	297.800,00
Implantação e manutenção de sistema	Outras Despesas Correntes	2.000.000,00	0	0	2.000.000,00	0	0	0	0	0	0	2.000.000,00
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	1.300.000,00	200.000,00	200.000,00	1.300.000,00	732.010,71	732.010,71	732.010,71	1.257.406,14	1.257.406,14	1.257.406,14	42.593,86
Operacionalizaçã o da educação	Investimentos	51.279,00	0	0	51.279,00	0	0	0	0	0	0	51.279,00
Operacionalizaçã o da educação	Outras Despesas Correntes	41.000.000,00	10.004.800,00	10.004.800,00	41.000.000,00	-1.269,65	579.742,45	576.512,45	13.499.153,16	11.042.867,37	11.039.637,37	27.500.846,84
TOTAL		48.351.279,00	10.560.800,00	10.560.800,00	48.351.279,00	724.780,18	1.389.827,66	1.590.449,95	15.780.819,42	13.177.886,13	13.174.656,13	32.570.459,58

FONTE- 0331

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO		PAGO	SALDO
Administração de pessoal e encargos	Pessoal e Encargos Sociais	-	71.730.210,46	28.831.022,43	42.899.188,03	-	-	-	42.899.188,03	42.899.188,03	42.899.188,03	-
TOTAL			71.730.210,46	28.831.022,43	42.899.188,03	-	-	-	42.899.188,03		42.899.188,03	-

FONTE- 0386

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO		PAGO	SALDO
Administração de pessoal e encargos	Pessoal e Encargos Sociais	-	2.528.598,78	1.264.299,39	1.264.299,39	-	-	-	1.264.299,39	1.264.299,39	1.264.299,39	-
		-					-	-				-
							-	-	-		-	
TOTAL		-	2.528.598,78	1.264.299,39	1.264.299,39	-	-	-	1.264.299,39		1.264.299,39	-

FONTE	FR-0131	FR-0331	FR-0186	FR-0386	TOTAL
FIXADO (LOA)	2.030.042.828,00	71.730.210,46	48.351.279,00	2.528.598,78	2.152.652.916,24
AUTORIZADO/SE	1.633.743.716,17	42.899.188,03	42.899.188,03	1.264.299,39	1.720.806.391,62
EMPENHADO	1.807.193.889,57	42.899.188,03	15.780.819,42	1.264.299,39	1.867.138.196,41
SALDO A	- 173.450.173,40				- 173.450.173,40
DISPONÍVEL	396.299.111,83	28.831.022,43	5.452.090,97	1.264.299,39	431.846.524,62
% LIBERADO	80%		89%		80%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.0 - ANEXO VI

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - FCEE DEZEMBRO/2017

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Administração de pessoal e encargos sociais	Outras Despesas Correntes	8.319.304,00	489.067,19	789.167,19	8.019.204,00	405.155,23	405.155,23	405.115,46	7.703.042,76	7.703.042,76	7.683.540,55	316.161,24
	Pessoal e Encargos Sociais	156.680.696,00	10.521.571,16	7.421.471,16	159.780.796,00	17.340.540,00	17.340.540,00	23.155.342,14	159.678.906,71	159.678.906,71	159.153.030,93	101.889,29
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	107.000,00	-	-	107.000,00	-	-	-	-	-	-	107.000,00
Construção, ampliação e reforma	Investimentos	500.000,00	-	-	500.000,00	-	-	-	-	-	-	500.000,00
	Outras Despesas Correntes	90.096,00	-	-	90.096,00	-	-	-	-	-	-	90.096,00
Produção de conhecimento na área de educação especial	Investimentos	200.000,00	-	-	200.000,00	-	-	-	-	-	-	200.000,00
	Outras Despesas Correntes	330.000,00	-	-	330.000,00	-	-	-	-	-	-	330.000,00
Realização de assistência técnica	Outras Despesas Correntes	120.500,00	-	-	120.500,00	-	-	-	-	-	-	120.500,00
Realização de atendimento às pessoas com deficiência	Investimentos	1.000.000,00	-	800.000,00	200.000,00	-	-	-	-	-	-	200.000,00
	Outras Despesas Correntes	2.902.205,00	-	2.000.000,00	902.205,00	-	-	-	-	-	-	902.205,00
TOTAL		170.249.801,00	11.010.638,35	11.010.638,35	170.249.801,00	17.745.695,23	17.745.695,23	23.560.457,60	167.381.949,47	167.381.949,47	166.836.571,48	2.867.851,53

FONTE	FR-0131
FIXADO (LOA)	170.249.801,00
AUTORIZADO/SEF	137.796.358,00
EMPENHADO	167.381.949,47
SALDO A EMPENHAR	- 29.585.591,47
DISPONÍVEL	32.453.443,00
% LIBERADO	80,94%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilhas 4.1 a 4.35 - ANEXO - VII
Planilha 4.1

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-ITAPIRANGA - DEZEMBRO/2017

FONTE- 0131 -

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	52.886,00	-	45.396,00	7.490,00	-	-	-	-	-	-	7.490,00
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	-	-	-	-	-	8.780,00	8.780,00	8.780,00	8.780,00	8.780,00	- 8.780,00
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	33.706,92	24.162,41	24.162,41	58.662,41	24.162,41	24.162,41	- 58.662,41
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	-	103.700,00	-	103.700,00	96.365,53	-	-	96.365,53	-	-	7.334,47
	Outras Despesas Correntes	145.258,00	42.416,00	103.700,00	83.974,00	10.344,00	22.204,00	22.204,00	29.777,16	29.777,16	29.777,16	54.196,84
Novas oportunidades na Educação Básica	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operacionalização da educação	Investimentos	62.700,00	-	45.000,00	17.700,00	-	-	-	-	-	-	17.700,00
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	250.801,00	94.780,00	30.000,00	315.581,00	- 2.266,82	68.715,41	54.814,84	304.888,14	252.672,92	238.772,35	10.692,86
	Outras Despesas Correntes	1.249.985,00	269.915,28	286.715,28	1.233.185,00	-	-	-	1.508.307,27	1.508.307,27	1.508.307,27	- 275.122,27
Transporte escolar		1.761.630,00	510.811,28	510.811,28	1.761.630,00	138.149,63	123.861,82	109.961,25	2.006.780,51	1.823.699,76	1.809.799,19	- 245.150,51

FONTE	FR-0131
FIXADO (LOA)	1.761.630,00
AUTORIZADO/SEF	2.433.111,50
EMPENHADO	2.006.780,51
SALDO A EMPENHAR	426.330,99
DISPONÍVEL	- 671.481,50
% LIBERADO	138,12%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.2

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-QUILOMBO - DEZEMBRO/2017

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	41.854,00	-	-	41.854,00	-	-	-	-	-	-	41.854,00
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	14.792,62	14.792,62	32.742,62	14.792,62	14.792,62	- 32.742,62
Manutenção e reforma de escolas	Outras Despesas Correntes	95.534,00	-	-	95.534,00	- 18.060,30	1.848,20	1.848,20	3.020,20	3.020,20	3.020,20	92.513,80
Novas oportunidades na Educação Básica	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operacionalização da educação	Investimentos	49.804,00	-	33.218,86	16.585,14	4.797,20	7.897,20	7.897,20	7.897,20	7.897,20	7.897,20	8.687,94
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	149.412,00	94.218,86	61.000,00	182.630,86	34.061,00	107.646,79	107.646,79	131.792,96	124.178,15	124.178,15	50.837,90
	Outras Despesas Correntes	1.045.099,00	288.023,50	288.023,50	1.045.099,00	- 3.285,80	52.849,89	52.849,89	927.980,79	927.980,79	927.980,79	117.118,21
TOTAL		1.381.703,00	382.242,36	382.242,36	1.381.703,00	17.512,10	185.034,70	185.034,70	1.103.433,77	1.077.868,96	1.077.868,96	278.269,23

FONTE	FR-0131
FIXADO (LOA)	1.381.703,00
AUTORIZADO/SEF	1.942.226,00
EMPENHADO	1.103.433,77
SALDO A EMPENHAR	838.792,23
DISPONÍVEL	- 560.523,00
% LIBERADO	140,57%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.3

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-SEARA - DEZEMBRO/2017

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	47.611,00	-	-	47.611,00	-	300,00	759,00	2.534,00	2.534,00	2.534,00	45.077,00
Manutenção e reforma de escolas	Outras Despesas Correntes	189.726,00	50.000,00	50.000,00	189.726,00	48.968,03	59.841,02	53.106,02	78.996,03	69.346,02	61.666,02	110.729,97
Novas oportunidades na Educação Básica	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operacionalização da educação	Investimentos	75.169,00	-	-	75.169,00	8.128,00	33.702,00	41.518,00	48.658,00	41.518,00	41.518,00	26.511,00
	Outras Despesas Correntes	290.401,00	1.000,00	1.000,00	290.401,00	2.763,30	22.080,73	22.495,73	103.302,79	92.798,15	92.798,15	187.098,21
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	1.581.378,00	313.000,00	313.000,00	1.581.378,00	-	-	-	1.714.700,57	1.714.700,57	1.714.700,57	- 133.322,57
TOTAL		2.184.285,00	364.000,00	364.000,00	2.184.285,00	59.859,33	115.923,75	117.878,75	1.948.191,39	1.920.896,74	1.913.216,74	236.093,61

FONTE	FR-0131
FIXADO (LOA)	2.184.285,00
AUTORIZADO/SEF	3.010.686,00
EMPENHADO	1.948.191,39
SALDO A EMPENHAR	1.062.494,61
DISPONÍVEL	- 826.401,00
% LIBERADO	137,83%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.4

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-TAIÓ - DEZEMBRO/2017

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	62.052,00	-	-	62.052,00	-	-	-	-	-	-	62.052,00
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	-	-	-	-	12.374,35	-	-	12.374,35	-	-	- 12.374,35
	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	26.535,96	-	-	- 26.535,96
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	25.796,93	-	-	- 25.796,93
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	-	53.218,97	-	53.218,97	-	-	-	-	-	-	53.218,97
	Outras Despesas Correntes	197.778,00	-	53.218,97	144.559,03	44.237,50	44.237,50	13.250,00	52.692,50	52.692,50	21.705,00	91.866,53
Novas oportunidades na Educação Básica	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operacionalização da educação	Investimentos	65.031,00	-	-	65.031,00	650,00	31.188,42	31.188,42	31.188,42	31.188,42	31.188,42	33.842,58
	Outras Despesas Correntes	195.093,00	35.000,00	35.000,00	195.093,00	39.320,94	60.710,44	83.074,14	110.869,94	110.405,94	98.239,64	84.223,06
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	2.265.076,00	-	-	2.265.076,00	-	-	-	1.991.460,21	1.991.460,21	1.991.460,21	273.615,79
TOTAL		2.785.030,00	88.218,97	88.218,97	2.785.030,00	96.582,79	136.136,36	127.512,56	2.250.918,31	2.185.747,07	2.142.593,27	534.111,69

FONTE	FR-0131
FIXADO (LOA)	2.785.030,00
AUTORIZADO/SEF	2.924.986,00
EMPENHADO	2.250.918,31
SALDO A EMPENHAR	674.067,69
DISPONÍVEL	- 139.956,00
% LIBERADO	105,03%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.5

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-TIMBÓ - DEZEMBRO/2017

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	85.218,00	-	-	85.218,00	-	-	-	-	-	-	85.218,00
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	-	-	-	-	567.649,83	150.318,62	150.318,62	567.649,83	150.318,62	150.318,62	- 567.649,83
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	- 5.350,30	-	-	35.373,68	35.373,68	35.373,68	- 35.373,68
Manutenção e reforma de escolas	Outras Despesas Correntes	318.820,00	-	-	318.820,00	- 45.213,46	14.587,09	14.902,21	100.258,69	76.467,20	76.467,20	218.561,31
Novas oportunidades na Educação Básica	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operacionalização da educação	Investimentos	89.798,00	-	-	89.798,00	-	-	-	-	-	-	89.798,00
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	327.837,00	53.966,79	53.966,79	327.837,00	-	74.645,44	124.824,44	161.753,28	143.753,28	136.650,17	166.083,72
	Outras Despesas Correntes	2.814.324,00	83.520,00	83.520,00	2.814.324,00	-	-	81.849,60	3.663.125,61	3.663.125,61	3.663.125,61	- 848.801,61
TOTAL		3.317.177,00	137.486,79	137.486,79	3.317.177,00	-	74.645,44	206.674,04	3.824.878,89	3.806.878,89	3.799.775,78	- 507.701,89

FONTE	FR-0131
FIXADO (LOA)	3.317.177,00
AUTORIZADO/SEF	3.617.594,00
EMPENHADO	3.824.878,89
SALDO A EMPENHAR	- 207.284,89
DISPONÍVEL	- 300.417,00
% LIBERADO	109,06%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.6

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-BRAÇO DO NORTE - DEZEMBRO/2017

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	65.418,00	-	24.858,00	40.560,00	-	-	-	-	-	-	40.560,00
Manutenção e reforma de escolas	Outras Despesas Correntes	189.044,00	-	72.000,00	117.044,00	43.000,00	-	-	43.000,00	-	-	74.044,00
Novas oportunidades na Educação Básica	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operacionalização da educação	Investimentos	68.790,00	75.000,00	68.790,00	75.000,00	-	-	-	-	-	-	75.000,00
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	206.371,00	73.563,58	121.705,58	158.229,00	3.927,66	36.277,25	36.277,25	153.110,06	100.793,16	100.793,16	5.118,94
	Outras Despesas Correntes	1.849.703,00	549.950,44	411.160,44	1.988.493,00	-	-	-	2.422.826,60	2.422.826,60	2.422.826,60	- 434.333,60
TOTAL		2.379.326,00	698.514,02	698.514,02	2.379.326,00	46.927,66	36.277,25	36.277,25	2.618.936,66	2.523.619,76	2.523.619,76	- 239.610,66

FONTE	FR-0131
FIXADO (LOA)	2.379.326,00
AUTORIZADO/SEF	2.392.898,00
EMPENHADO	2.618.936,66
SALDO A EMPENHAR	- 226.038,66
DISPONÍVEL	- 13.572,00
% LIBERADO	100,57%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.7

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-SÃO MIGUEL DO OESTE - DEZEMBRO/2017

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	63.041,00	-	-	63.041,00	-	-	-	-	-	-	63.041,00
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	6.266,05	6.266,05	6.266,05	- 6.266,05
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	-	78.420,00	-	78.420,00	4.050,00	4.050,00	4.050,00	4.050,00	4.050,00	4.050,00	74.370,00
	Outras Despesas Correntes	196.704,00	4.500,00	64.790,00	136.414,00	67.231,70	28.194,11	28.194,11	113.054,11	65.752,12	65.752,12	23.359,89
Novas oportunidades na Educação Básica	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operacionalização da educação	Investimentos	73.449,00	-	-	73.449,00	-	-	-	-	-	-	73.449,00
	Outras Despesas Correntes	276.641,00	54.265,91	72.395,91	258.511,00	58.556,98	74.096,98	74.096,98	113.887,89	103.537,89	103.537,89	144.623,11
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	1.273.178,00	-	-	1.273.178,00	-	-	-	1.255.605,95	1.255.605,95	1.255.605,95	17.572,05
TOTAL		1.883.013,00	137.185,91	137.185,91	1.883.013,00	129.838,68	106.341,09	106.341,09	1.492.864,00	1.435.212,01	1.435.212,01	390.149,00

FONTE	FR-0131
FIXADO (LOA)	1.883.013,00
AUTORIZADO/SEF	2.490.366,00
EMPENHADO	1.492.864,00
SALDO A EMPENHAR	997.502,00
DISPONÍVEL	- 607.353,00
% LIBERADO	132,25%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.8

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-MARAVILHA - DEZEMBRO/2017

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	80.565,00	-	-	80.565,00	- 509,11	6.341,01	6.251,01	10.762,95	10.762,95	10.672,95	69.802,05
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	-	-	-	-	- 53.094,18	111.080,76	5.015,30	111.080,76	111.080,76	5.015,30	- 111.080,76
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	58.681,00	31.185,00	623,70	72.675,73	45.179,73	14.618,43	- 72.675,73
Manutenção e reforma de escolas	Outras Despesas Correntes	303.377,00	-	-	303.377,00	-	-	-	-	-	-	303.377,00
Novas oportunidades na Educação Básica	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operacionalização da educação	Investimentos	131.910,00	3.000,00	126.910,00	8.000,00	-	1.280,00	1.280,00	1.280,00	1.280,00	1.280,00	6.720,00
	Outras Despesas Correntes	405.108,00	186.910,00	63.000,00	529.018,00	7.634,00	104.662,97	88.613,77	188.795,47	172.855,95	156.806,75	340.222,53
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	2.585.407,00	543.868,24	543.868,24	2.585.407,00	- 4.230,00	3.120,00	1.976,00	2.736.765,50	2.736.765,50	2.735.621,50	- 151.358,50
TOTAL		3.506.367,00	733.778,24	733.778,24	3.506.367,00	8.481,71	257.669,74	103.759,78	3.121.360,41	3.077.924,89	2.924.014,93	385.006,59

FONTE	FR-0131
FIXADO (LOA)	3.506.367,00
AUTORIZADO/SEF	4.037.572,81
EMPENHADO	3.121.360,41
SALDO A EMPENHAR	916.212,40
DISPONÍVEL	- 531.205,81
% LIBERADO	115,15%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.9

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO -ADR-SÃO LOURENÇO DO OESTE -DEZEMBRO/2017

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	56.606,00	-	-	56.606,00	-	-	-	1.600,00	1.600,00	1.600,00	55.006,00
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	19.341,60	84.141,60	37.821,60	95.805,28	95.805,28	49.485,28	- 95.805,28
Manutenção e reforma de escolas	Outras Despesas Correntes	139.878,00	-	-	139.878,00	-	-	-	-	-	-	139.878,00
Novas oportunidades na Educação Básica	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operacionalização da educação	Investimentos	42.082,00	4.000,00	32.000,00	14.082,00	8.150,00	8.150,00	8.150,00	14.055,00	14.055,00	14.055,00	27,00
	Outras Despesas Correntes	184.208,00	144.000,00	116.000,00	212.208,00	13.898,85	101.351,92	60.399,71	172.817,22	172.817,22	131.565,01	39.390,78
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	1.385.958,00	210.605,86	210.605,86	1.385.958,00	-	-	-	1.183.334,05	1.183.334,05	1.183.334,05	202.623,95
TOTAL		1.808.732,00	358.605,86	358.605,86	1.808.732,00	41.390,45	193.643,52	106.371,31	1.467.611,55	1.467.611,55	1.380.039,34	341.120,45

FONTE	FR-0131
FIXADO (LOA)	1.808.732,00
AUTORIZADO/SEF	2.786.850,00
EMPENHADO	1.467.611,55
SALDO A EMPENHAR	1.319.238,45
DISPONÍVEL	- 978.118,00
% LIBERADO	154,08%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.10

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-CHAPECÓ -DEZEMBRO/2017

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	139.467,00	0,00	0,00	139.467,00	5.517,66	5.517,64	0,00	5.517,66	5.517,64	0,00	133.949,34
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	158.085,47	83.833,39	83.833,39	158.085,47	83.833,39	83.833,39	-158.085,47
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	167.026,99	26.268,31	0,00	210.625,50	43.598,51	17.330,20	-210.625,50
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	0,00	60.000,00	0,00	60.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	50.000,00
	Outras Despesas Correntes	563.702,00	3.000,00	63.000,00	503.702,00	105.772,65	101.728,63	17.757,77	194.675,47	115.978,33	32.007,47	309.026,53
Novas oportunidades na Educação Básica	Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operacionalização da educação	Investimentos	172.581,00	255.000,00	0,00	427.581,00	0,00	3.982,00	3.982,00	6.072,00	6.072,00	6.072,00	421.509,00
	Outras Despesas Correntes	637.187,00	130.000,00	385.000,00	382.187,00	170.259,24	37.301,46	32.021,69	219.416,63	61.176,31	55.896,54	162.770,37
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	2.620.182,00	561.703,48	561.703,48	2.620.182,00	-	3.312,00	3.312,00	2.823.803,41	2.819.019,08	2.819.019,08	-203.621,41
TOTAL		4.133.119,00	1.009.703,48	1.009.703,48	4.133.119,00	616.662,01	261.943,43	140.906,85	3.628.196,14	3.135.195,26	3.014.158,68	504.922,86

FONTE	FR-0131
FIXADO (LOA)	4.133.119,00
AUTORIZADO/SEF	5.791.747,19
EMPENHADO	3.628.196,14
SALDO A EMPENHAR	2.163.551,05
DISPONÍVEL	- 1.658.628,19
% LIBERADO	140,13%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.11

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-XANXERÊ - *DEZEMBRO* /2017

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	106.501,00	-	-	106.501,00	-	-	-	1.450,00	1.450,00	1.450,00	105.051,00
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	-	-	-	-	51.728,29	-	-	51.728,29	-	-	- 51.728,29
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	26.991,61	7.491,60	7.491,60	- 26.991,61
Manutenção e reforma de escolas	Outras Despesas Correntes	513.414,00	-	-	513.414,00	-	-	-	44.555,80	41.577,80	41.577,80	468.858,20
Novas oportunidades na Educação Básica	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operacionalização da educação	Investimentos	225.758,00	-	220.000,00	5.758,00	-	-	-	1.650,00	1.650,00	1.650,00	4.108,00
	Outras Despesas Correntes	677.265,00	284.489,71	64.489,71	897.265,00	169.843,20	276.238,12	234.515,78	628.754,00	522.846,69	481.124,35	268.511,00
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	4.070.751,00	735.086,72	735.086,72	4.070.751,00	-	-	-	4.397.778,99	4.397.778,99	4.397.778,99	- 327.027,99
TOTAL		5.593.689,00	1.019.576,43	1.019.576,43	5.593.689,00	221.571,49	276.238,12	234.515,78	5.125.917,08	4.965.303,48	4.923.581,14	467.771,92

FONTE	FR-0131
FIXADO (LOA)	5.593.689,00
AUTORIZADO/SEF	6.535.798,00
EMPENHADO	5.125.917,08
SALDO A EMPENHAR	1.409.880,92
DISPONÍVEL	- 942.109,00
% LIBERADO	116,84%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.12

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-CONCÓRDIA - DEZEMBRO/2017

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)		
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	68.981,00	-	-	68.981,00	-	-	-	-	-	-
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	66.211,99	-	-	66.211,99	-	-
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	-	200.037,00	100.000,00	100.037,00	-	-	-	-	-	-
	Outras Despesas Correntes	230.014,00	100.000,00	200.037,00	129.977,00	510,00	14.852,70	14.852,70	30.404,79	30.404,79	30.404,79
Novas oportunidades na Educação Básica	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operacionalização da educação	Investimentos	96.766,00	-	-	96.766,00	35.829,00	45.309,00	45.858,00	54.495,00	54.495,00	54.495,00
	Outras Despesas Correntes	290.298,00	129.340,19	129.340,19	290.298,00	99.913,64	115.427,04	119.027,04	227.541,29	204.652,90	204.652,90
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	2.131.728,00	411.300,44	411.300,44	2.131.728,00	-	-	-	2.103.012,37	2.103.012,37	2.103.012,37
TOTAL		2.817.787,00	840.677,63	840.677,63	2.817.787,00	202.464,63	175.588,74	179.737,74	2.481.665,44	2.392.565,06	2.392.565,06

FONTE	FR-0131
FIXADO (LOA)	2.817.787,00
AUTORIZADO/SEF	3.511.261,00
EMPENHADO	2.481.665,44
SALDO A EMPENHAR	1.029.595,56
DISPONÍVEL	- 693.474,00
% LIBERADO	124,61%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.13

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO -ADR-JOAÇABA -DEZEMBRO/2017

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	76.606,00	-	-	76.606,00	-	-	-	-	-	-	76.606,00
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	-	-	-	-	-	51.890,41	51.890,41	51.890,41	51.890,41	51.890,41	- 51.890,41
Manutenção e reforma de escolas	Outras Despesas Correntes	313.232,00	-	-	313.232,00	148.549,64	34.410,00	4.685,00	158.734,64	42.395,00	7.985,00	154.497,36
Novas oportunidades na Educação Básica	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operacionalização da educação	Investimentos	106.750,00	-	-	106.750,00	54.766,30	48.099,30	59.186,70	70.333,70	63.666,70	63.666,70	36.416,30
	Outras Despesas Correntes	320.241,00	142.890,08	142.890,08	320.241,00	63.683,61	83.214,84	50.881,10	304.150,94	268.919,86	227.988,62	16.090,06
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	2.880.528,00	505.000,00	505.000,00	2.880.528,00	-	-	-	2.814.302,44	2.814.302,44	2.814.302,44	66.225,56
TOTAL		3.384.125,00	647.890,08	647.890,08	3.384.125,00	118.449,91	183.204,55	161.958,21	3.240.677,49	3.198.779,41	3.157.848,17	143.447,51

FONTE	FR-0131
FIXADO (LOA)	3.384.125,00
AUTORIZADO/SEF	4.616.525,00
EMPENHADO	3.240.677,49
SALDO A EMPENHAR	1.375.847,51
DISPONÍVEL	- 1.232.400,00
% LIBERADO	136,42%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.14

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-CAMPOS NOVOS - DEZEMBRO/2017

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	58.786,00	-	-	58.786,00	-	-	-	-	-	-	58.786,00
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	- 26.133,00	117.673,10	117.673,10	245.172,21	117.673,10	117.673,10	- 245.172,21
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	14.800,60	14.800,60	42.763,73	42.763,73	42.763,73	- 42.763,73
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	-	30.590,25	-	30.590,25	-	-	-	-	-	-	30.590,25
	Outras Despesas Correntes	182.936,00	1.511,17	32.101,42	152.345,75	7.807,06	7.807,06	7.888,59	29.767,22	19.417,22	19.417,22	122.578,53
Novas oportunidades na Educação Básica	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operacionalização da educação	Investimentos	74.264,00	-	-	74.264,00	-	-	-	-	-	-	74.264,00
	Outras Despesas Correntes	222.792,00	8.911,95	8.911,95	222.792,00	-	53.237,70	55.559,80	94.629,17	87.467,77	87.467,77	128.162,83
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	1.785.027,00	343.225,00	343.225,00	1.785.027,00	-	-	-	1.960.434,40	1.960.434,40	1.960.434,40	- 175.407,40
TOTAL		2.323.805,00	384.238,37	384.238,37	2.323.805,00	- 18.325,94	193.518,46	195.922,09	2.372.766,73	2.227.756,22	2.227.756,22	- 48.961,73

FONTE	FR-0131
FIXADO (LOA)	2.323.805,00
AUTORIZADO/SEF	3.279.707,00
EMPENHADO	2.372.766,73
SALDO A EMPENHAR	906.940,27
DISPONÍVEL	- 955.902,00
% LIBERADO	141,14%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.15

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-VIDEIRA - DEZEMBRO/2017

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	74.228,00	-	-	74.228,00	-	-	-	-	-	-	74.228,00
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	40.191,35	-	-	40.191,35	-	-	- 40.191,35
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	8.000,00	-	-	- 8.000,00
Manutenção e reforma de escolas	Outras Despesas Correntes	253.980,00	-	-	253.980,00	30.081,53	20.788,99	20.788,99	144.666,33	80.528,13	80.528,13	109.313,67
Novas oportunidades na Educação Básica	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operacionalização da educação	Investimentos	89.002,00	-	78.559,41	10.442,59	-	-	-	-	-	-	10.442,59
	Outras Despesas Correntes	267.003,00	78.559,41	-	345.562,41	7.495,00	18.867,63	18.867,63	162.963,56	138.240,32	138.240,32	182.598,85
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	1.900.003,00	-	-	1.900.003,00	-	-	-	1.574.919,10	1.574.919,10	1.574.919,10	325.083,90
TOTAL		2.330.236,00	78.559,41	78.559,41	2.330.236,00	47.686,35	18.867,63	18.867,63	1.778.074,01	1.713.159,42	1.713.159,42	552.161,99

FONTE	FR-0131
FIXADO (LOA)	2.330.236,00
AUTORIZADO/SEF	3.212.869,00
EMPENHADO	1.778.074,01
SALDO A EMPENHAR	1.434.794,99
DISPONÍVEL	- 882.633,00
% LIBERADO	137,88%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.16

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-CAÇADOR - DEZEMBRO/2017

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	77.494,00	-	-	77.494,00	-	-	-	-	-	-	77.494,00
Manutenção e reforma de escolas	Outras Despesas Correntes	250.746,00	-	-	250.746,00	186.224,17	-	-	186.224,17	-	-	64.521,83
Novas oportunidades na Educação Básica	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operacionalização da educação	Investimentos	90.490,00	-	-	90.490,00	-	-	-	-	-	-	90.490,00
	Outras Despesas Correntes	271.464,00	-	-	271.464,00	1.702,23	26.522,14	21.698,64	55.634,14	55.634,14	50.810,64	215.829,86
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	1.985.033,00	144.331,34	144.331,34	1.985.033,00	573.632,00	573.632,00	573.632,00	1.856.173,36	1.856.173,36	1.856.173,36	128.859,64
TOTAL		2.333.991,00	144.331,34	144.331,34	2.333.991,00	575.334,23	600.154,14	595.330,64	1.911.807,50	1.911.807,50	1.906.984,00	422.183,50

FONTE	FR-0131
FIXADO (LOA)	2.333.991,00
AUTORIZADO/SEF	3.353.910,00
EMPENHADO	1.911.807,50
SALDO A EMPENHAR	1.442.102,50
DISPONÍVEL	- 1.019.919,00
% LIBERADO	143,70%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.17

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-CURITIBANOS -DEZEMBRO/2017

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	66.506,00	-	-	66.506,00	-	-	-	-	-	-	66.506,00
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	-	-	-	-	155.542,36	89.127,58	89.127,58	155.542,36	89.127,58	89.127,58	- 155.542,36
Manutenção e reforma de escolas	Outras Despesas Correntes	209.244,00	119.666,85	19.666,85	309.244,00	42.400,00	109.073,47	109.073,47	205.983,89	144.420,53	144.420,53	103.260,11
Novas oportunidades na Educação Básica	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operacionalização da educação	Investimentos	62.996,00	10.660,00	62.996,00	10.660,00	10.652,00	10.652,00	10.652,00	10.652,00	10.652,00	10.652,00	8,00
	Outras Despesas Correntes	188.985,00	315.385,50	263.049,50	241.321,00	113.022,59	80.836,73	72.590,53	216.500,55	178.156,70	169.910,50	24.820,45
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	943.116,00	-	100.000,00	843.116,00	-	-	-	884.842,99	884.842,99	884.842,99	- 41.726,99
TOTAL		1.470.847,00	445.712,35	445.712,35	1.470.847,00	321.616,95	289.689,78	281.443,58	1.473.521,79	1.307.199,80	1.298.953,60	- 2.674,79

FONTE	FR-0131
FIXADO (LOA)	1.470.847,00
AUTORIZADO/SEF	2.705.972,00
EMPENHADO	1.473.521,79
SALDO A EMPENHAR	1.232.450,21
DISPONÍVEL	- 1.235.125,00
% LIBERADO	183,97%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.18

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-RIO DO SUL -DEZEMBRO/2017

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	74.427,00	-	-	74.427,00	-	-	-	-	-	-	74.427,00
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	21.278,15	21.278,15	21.278,15	- 21.278,15
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	262.833,28	262.833,28	469.971,84	469.971,84	469.971,84	- 469.971,84
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	-	21.278,15	-	21.278,15	-	-	-	-	-	-	21.278,15
	Outras Despesas Correntes	247.246,00	-	21.278,15	225.967,85	-	-	-	1.602,00	1.602,00	1.602,00	224.365,85
Novas oportunidades na Educação Básica	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operacionalização da educação	Investimentos	81.978,00	26.000,00	26.000,00	81.978,00	-	18.888,88	18.888,88	18.888,88	18.888,88	18.888,88	63.089,12
	Outras Despesas Correntes	245.934,00	365.000,00	95.000,00	515.934,00	- 222,24	906,10	1.521,43	155.792,71	155.674,24	155.674,24	360.141,29
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	2.184.903,00	-	270.000,00	1.914.903,00	-	-	-	2.073.415,19	2.073.415,19	2.073.415,19	- 158.512,19
TOTAL		2.834.488,00	412.278,15	412.278,15	2.834.488,00	- 222,24	282.628,26	283.243,59	2.740.948,77	2.740.830,30	2.740.830,30	93.539,23

FONTE	FR-0131
FIXADO (LOA)	2.834.488,00
AUTORIZADO/SEF	3.668.811,00
EMPENHADO	2.740.948,77
SALDO A EMPENHAR	927.862,23
DISPONÍVEL	- 834.323,00
% LIBERADO	129,43%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.19

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-ITUPORANGA - DEZEMBRO/2017

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	66.801,00	-	-	66.801,00	-	-	-	-	-	-	66.801,00
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	46.128,20	46.128,20	51.500,04	46.128,20	46.128,20	- 51.500,04
Manutenção e reforma de escolas	Outras Despesas Correntes	240.880,00	-	-	240.880,00	3.690,00	30.813,50	21.623,50	61.490,42	61.490,42	52.300,42	179.389,58
Novas oportunidades na Educação Básica	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operacionalização da educação	Investimentos	117.229,00	-	51.000,00	66.229,00	120,00	8.100,00	8.100,00	14.470,00	14.470,00	14.470,00	51.759,00
	Outras Despesas Correntes	195.678,00	90.000,00	39.000,00	246.678,00	9.211,20	107.778,20	107.778,20	140.893,20	140.893,20	140.893,20	105.784,80
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	3.382.055,00	648.103,78	648.103,78	3.382.055,00	-	-	-	3.840.463,77	3.840.463,77	3.840.463,77	- 458.408,77
TOTAL		4.002.643,00	738.103,78	738.103,78	4.002.643,00	13.021,20	192.819,90	183.629,90	4.108.817,43	4.103.445,59	4.094.255,59	- 106.174,43

FONTE	FR-0131
FIXADO (LOA)	4.002.643,00
AUTORIZADO/SEF	4.064.920,00
EMPENHADO	4.108.817,43
SALDO A EMPENHAR	- 43.897,43
DISPONÍVEL	- 62.277,00
% LIBERADO	101,56%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.20

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-IBIRAMA - DEZEMBRO/2017

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	74.128,00	-	-	74.128,00	-	-	-	-	-	-	74.128,00
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	-	-	-	-	104.933,64	104.933,64	104.933,64	104.933,64	104.933,64	104.933,64	- 104.933,64
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	20.007,89	20.007,89	20.007,89	54.294,33	54.294,33	54.294,33	- 54.294,33
Manutenção e reforma de escolas	Outras Despesas Correntes	281.929,00	12.000,00	12.000,00	281.929,00	72.129,04	79.539,84	79.539,84	82.304,84	82.304,84	82.304,84	199.624,16
Novas oportunidades na Educação Básica	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operacionalização da educação	Investimentos	112.101,00	6.000,00	112.100,00	6.001,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	1,00
	Outras Despesas Correntes	336.300,00	64.056,63	279.956,63	120.400,00	- 237,58	15.597,29	15.597,29	114.005,91	114.005,91	114.005,91	6.394,09
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	4.100.150,00	1.335.101,96	1.013.101,96	4.422.150,00	- 435,98	123.963,02	123.963,02	5.394.146,62	5.394.146,62	5.394.146,62	- 971.996,62
TOTAL		4.622.679,00	1.405.158,59	1.405.158,59	4.622.679,00	110.260,08	250.493,95	250.493,95	5.619.086,17	5.619.086,17	5.619.086,17	- 996.407,17

FONTE	FR-0131
FIXADO (LOA)	4.622.679,00
AUTORIZADO/SEF	4.621.600,00
EMPENHADO	5.619.086,17
SALDO A EMPENHAR	- 997.486,17
DISPONÍVEL	1.079,00
% LIBERADO	99,98%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.21

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-BLUMENAU - DEZEMBRO/2017

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	164.020,00	-	-	164.020,00	-	-	-	-	-	-	164.020,00
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	98.137,60	97.474,54	97.474,54	- 98.137,60
	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	200.000,00	303.789,28	303.789,28	526.993,01	303.789,28	303.789,28	- 526.993,01
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	65.035,97	69.883,47	69.883,47	251.008,30	165.867,59	165.867,59	- 251.008,30
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	-	37.389,64	37.389,64	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras Despesas Correntes	706.522,00	153.261,00	153.261,00	706.522,00	566.720,16	128.459,01	133.831,24	688.175,68	134.030,39	134.030,39	18.346,32
Novas oportunidades na Educação Básica	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operacionalização da educação	Investimentos	255.217,00	-	-	255.217,00	-	-	-	-	-	-	255.217,00
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	765.653,00	-	-	765.653,00	94.918,84	54.127,20	54.127,20	118.962,89	73.388,47	73.388,47	646.690,11
	Outras Despesas Correntes	2.973.594,00	563.357,94	563.357,94	2.973.594,00	-	-	-	3.614.038,53	3.614.038,53	3.614.038,53	- 640.444,53
TOTAL		4.865.006,00	754.008,58	754.008,58	4.865.006,00	726.674,97	252.469,68	257.841,91	4.770.323,00	4.084.799,52	4.084.799,52	94.683,00

FONTE	FR-0131
FIXADO (LOA)	4.865.006,00
AUTORIZADO/SEF	7.573.634,00
EMPENHADO	4.770.323,00
SALDO A EMPENHAR	2.803.311,00
DISPONÍVEL	- 2.708.628,00
% LIBERADO	155,68%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.22

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-BRUSQUE - DEZEMBRO/2017

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	107.393,00	-	-	107.393,00	-	12.857,20	12.857,20	12.857,20	12.857,20	12.857,20	94.535,80
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	90.804,36	90.804,36	147.129,99	90.804,36	90.804,36	- 147.129,99
Manutenção e reforma de escolas	Outras Despesas Correntes	407.702,00	-	-	407.702,00	-	-	-	-	-	-	407.702,00
Novas oportunidades na Educação Básica	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operacionalização da educação	Investimentos	151.626,00	-	-	151.626,00	-	-	-	-	-	-	151.626,00
	Outras Despesas Correntes	454.881,00	-	-	454.881,00	-	57.254,86	57.254,86	367.699,90	340.578,66	340.578,66	87.181,10
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	3.629.168,00	-	-	3.629.168,00	-	-	-	4.018.866,14	4.018.866,14	4.018.866,14	- 389.698,14
TOTAL		4.750.770,00	-	-	4.750.770,00	-	160.916,42	160.916,42	4.546.553,23	4.463.106,36	4.463.106,36	204.216,77

FONTE	FR-0131
FIXADO (LOA)	4.750.770,00
AUTORIZADO/SEF	4.778.289,00
EMPENHADO	4.546.553,23
SALDO A EMPENHAR	231.735,77
DISPONÍVEL	- 27.519,00
% LIBERADO	100,58%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.23

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-ITAJAÍ - DEZEMBRO/2017

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	151.646,00	94.021,00	202.167,00	43.500,00	-	15.923,00	15.923,00	43.500,00	23.003,00	23.003,00	-
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	570.494,87	570.494,87	570.494,87	- 570.494,87
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	- 11.674,99	68.798,68	68.798,68	146.700,48	140.397,10	140.397,10	- 146.700,48
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	-	376.650,25	100.000,00	276.650,25	-	-	-	-	-	-	276.650,25
	Outras Despesas Correntes	683.752,00	173.876,00	141.876,00	715.752,00	- 269.985,51	139.823,08	139.823,08	185.516,75	185.516,75	185.516,75	530.235,25
Novas oportunidades na Educação Básica	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operacionalização da educação	Investimentos	209.684,00	-	209.684,00	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras Despesas Correntes	629.054,00	202.865,75	458.686,00	373.233,75	25.483,73	20.344,12	20.344,12	333.981,26	99.041,65	99.041,65	39.252,49
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	3.315.353,00	265.000,00	-	3.580.353,00	-	-	-	4.387.291,04	4.387.291,04	4.387.291,04	- 806.938,04
TOTAL		4.989.489,00	1.112.413,00	1.112.413,00	4.989.489,00	- 256.176,77	244.888,88	244.888,88	5.667.484,40	5.405.744,41	5.405.744,41	- 677.995,40

FONTE	FR-0131
FIXADO (LOA)	4.989.489,00
AUTORIZADO/SEF	5.357.095,00
EMPENHADO	5.667.484,40
SALDO A EMPENHAR	- 310.389,40
DISPONÍVEL	- 367.606,00
% LIBERADO	107,37%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.24

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO -ADR-LAGUNA - DEZEMBRO/2017

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	106.501,00	-	-	106.501,00	-	-	-	-	-	-	106.501,00
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	-	-	-	-	- 44.116,43	51.746,16	102.280,06	2.155.987,47	2.051.421,12	2.051.421,12	- 2.155.987,47
	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	65.724,26	65.724,26	98.232,82	65.724,26	65.724,26	- 98.232,82
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	43.187,20	-	-	94.284,34	28.724,94	28.724,94	- 94.284,34
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	-	70.000,00	-	70.000,00	47.340,90	47.340,90	47.340,90	55.718,02	47.340,90	47.340,90	14.281,98
	Outras Despesas Correntes	395.424,00	-	70.000,00	325.424,00	65.542,69	95.579,47	95.579,47	176.178,13	125.005,13	125.005,13	149.245,87
Novas oportunidades na Educação Básica	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operacionalização da educação	Investimentos	151.730,00	-	102.000,00	49.730,00	1.377,00	1.377,00	1.377,00	1.898,10	1.898,10	1.898,10	47.831,90
	Outras Despesas Correntes	455.181,00	278.000,00	176.000,00	557.181,00	131.057,05	100.692,23	100.692,23	409.267,41	270.040,57	270.040,57	147.913,59
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	4.053.730,00	-	-	4.053.730,00	- 173.376,71	31.148,00	184.039,77	4.015.840,10	4.014.640,10	4.014.640,10	37.889,90
TOTAL		5.162.566,00	348.000,00	348.000,00	5.162.566,00	115.128,13	341.861,86	494.753,63	4.851.418,92	4.553.374,00	4.553.374,00	311.147,08

FONTE	FR-0131
FIXADO (LOA)	5.162.566,00
AUTORIZADO/SEF	4.135.613,34
EMPENHADO	4.851.418,92
SALDO A EMPENHAR	- 715.805,58
DISPONÍVEL	1.026.952,66
% LIBERADO	80,11%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha4.25

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-TUBARÃO - DEZEMBRO/2017

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	125.313,00	-	-	125.313,00	-	-	-	-	-	-	125.313,00
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	912.818,63	912.816,77	912.816,77	- 912.818,63
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	-	8.000,00	-	8.000,00	7.862,30	-	-	7.862,30	-	-	137,70
	Outras Despesas Correntes	509.952,00	-	258.000,00	251.952,00	86.274,66	2.738,36	-	86.274,66	2.738,36	-	165.677,34
Novas oportunidades na Educação Básica	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operacionalização da educação	Investimentos	184.775,00	-	177.000,00	7.775,00	-	-	-	-	-	-	7.775,00
	Outras Despesas Correntes	554.325,00	382.205,18	115.000,00	821.530,18	124.000,00	87.013,23	87.013,23	421.982,61	375.977,62	375.977,62	399.547,57
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	4.070.374,00	1.680.385,22	1.520.590,40	4.230.168,82	483.285,45	495.034,84	495.034,84	5.299.693,21	5.280.403,88	5.280.403,88	- 1.069.524,39
TOTAL		4.070.374,00	1.430.385,22	1.520.590,40	3.980.168,82	1.373.166,01	1.404.631,29	1.404.631,29	4.816.407,76	4.785.369,04	4.785.369,04	- 836.238,94

FONTE	FR-0131
FIXADO (LOA)	4.070.374,00
AUTORIZADO/SEF	5.026.249,00
EMPENHADO	4.816.407,76
SALDO A EMPENHAR	209.841,24
DISPONÍVEL	- 955.875,00
% LIBERADO	123,48%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.26

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-ARARANGUÁ - DEZEMBRO/2017

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	126.400,00	-	-	126.400,00	-	-	-	3.000,00	3.000,00	3.000,00	123.400,00
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	-	-	-	-	-	14.580,00	14.580,00	190.356,82	118.719,50	118.719,50	- 190.356,82
	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	- 0,04	102.981,14	102.981,14	193.798,06	102.981,14	102.981,14	- 193.798,06
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	113.473,75	113.473,75	113.473,75	- 113.473,75
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	-	122.484,17	-	122.484,17	-	-	-	93.617,20	89.647,56	89.647,56	28.866,97
	Outras Despesas Correntes	484.057,00	35.000,00	157.484,17	361.572,83	-	839,36	839,36	16.272,02	16.272,02	16.272,02	345.300,81
Novas oportunidades na Educação Básica	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operacionalização da educação	Investimentos	163.595,00	-	-	163.595,00	-	-	-	-	-	-	163.595,00
	Outras Despesas Correntes	654.780,00	419.237,00	419.237,00	654.780,00	202.235,93	254.848,58	237.124,58	474.694,07	284.722,96	266.998,96	180.085,93
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	4.790.730,00	-	-	4.790.730,00	-	-	-	3.494.822,49	3.494.822,49	3.494.822,49	1.295.907,51
TOTAL		6.219.562,00	576.721,17	576.721,17	6.219.562,00	202.235,89	373.249,08	355.525,08	4.580.034,41	4.223.639,42	4.205.915,42	1.639.527,59

FONTE	FR-0131
FIXADO (LOA)	6.219.562,00
AUTORIZADO/SEF	8.240.084,00
EMPENHADO	4.580.034,41
SALDO A EMPENHAR	3.660.049,59
DISPONÍVEL	- 2.020.522,00
% LIBERADO	132,49%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.27

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-CRICIÚMA - DEZEMBRO/2017

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	179.366,00	-	-	179.366,00	0,00	0,00	0,00	12.544,20	12.544,20	12.544,20	166.821,80
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	-	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	,00	,00	,00	0,00
	Outras Despesas Correntes	-	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	,00	,00	,00	0,00
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	0,00	0,00	20.144,89	20.144,89	54.197,81	54.197,81	54.197,81	-54.197,81
Manutenção e reforma de escolas	Outras Despesas Correntes	828.970,00	1.200,00	1.200,00	828.970,00	1.074,10	135.487,60	135.487,60	467.306,15	137.003,60	137.003,60	361.663,85
Novas oportunidades na Educação Básica	Outras Despesas Correntes	-	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	,00	,00	,00	0,00
Operacionalização da educação	Investimentos	275.519,00	-	-	275.519,00	0,00	11.891,00	11.891,00	11.891,00	11.891,00	11.891,00	263.628,00
	Outras Despesas Correntes	826.551,00	50.000,00	50.000,00	826.551,00	108.044,50	120.098,30	120.098,30	346.272,81	249.427,39	249.427,39	480.278,19
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	7.055.755,00	569.417,32	569.417,32	7.055.755,00	0,00	0,00	0,00	6.674.505,33	6.674.505,33	6.674.505,33	381.249,67
TOTAL		9.166.161,00	620.617,32	620.617,32	9.166.161,00	109.118,60	287.621,79	287.621,79	7.566.717,30	7.139.569,33	7.139.569,33	1.599.443,70

FONTE	FR-0131
FIXADO (LOA)	9.166.161,00
AUTORIZADO/SEF	9.983.053,00
EMPENHADO	7.566.717,30
SALDO A EMPENHAR	2.416.335,70
DISPONÍVEL	- 816.892,00
% LIBERADO	108,91%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.28

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-JOINVILLE - DEZEMBRO/2017

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	207.581,00	-	-	207.581,00	-	-	-	5.000,00	5.000,00	5.000,00	202.581,00
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	76.941,52	108.120,25	108.120,25	328.634,54	233.769,09	233.769,09	- 328.634,54
		-	-	-	-	6.689,59	12.812,62	12.812,62	135.471,62	101.828,70	101.828,70	- 135.471,62
Manutenção e reforma de escolas	Outras Despesas Correntes	934.770,00	-	-	934.770,00	-	-	-	-	-	-	934.770,00
Novas oportunidades na Educação Básica	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operacionalização da educação	Investimentos	293.844,00	200.000,00	-	493.844,00	67.912,00	-	-	67.912,00	-	-	425.932,00
	Outras Despesas Correntes	1.199.816,00	150.000,00	570.000,00	779.816,00	195.232,00	315.613,90	286.205,90	359.942,40	315.613,90	286.205,90	419.873,60
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	11.152.080,00	220.000,00	-	11.372.080,00	-	-	-	11.368.924,74	11.368.924,74	11.368.924,74	3.155,26
TOTAL		13.788.091,00	570.000,00	570.000,00	13.788.091,00	263.144,00	315.613,90	286.205,90	11.801.779,14	11.689.538,64	11.660.130,64	1.986.311,86

	FONTE	FR-0131
PROGRAMAÇAO FINANCEIRA - 2014	FIXADO (LOA)	13.788.091,00
	AUTORIZADO/SEF	13.293.332,00
	EMPENHADO	11.801.779,14
	SALDO A EMPENHAR	1.491.552,86
	DISPONÍVEL	494.759,00
	% LIBERADO	96,41%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.29

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-JARAGUÁ DO SUL - DEZEMBRO/2017

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	103.039,00	-	-	103.039,00	-	-	-	-	-	-	103.039,00
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	-	11.787,24	-	11.787,24	-	-	-	-	-	-	11.787,24
	Outras Despesas Correntes	428.328,00	-	11.787,24	416.540,76	-	-	-	7.647,00	7.647,00	7.647,00	408.893,76
Novas oportunidades na Educação Básica	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operacionalização da educação	Investimentos	128.300,00	-	-	128.300,00	-	-	-	-	-	-	128.300,00
	Outras Despesas Correntes	458.197,00	971,15	971,15	458.197,00	-	9.025,00	9.025,00	177.466,63	176.466,63	176.466,63	280.730,37
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	3.569.537,00	741.004,66	741.004,66	3.569.537,00	-	-	-	3.947.326,29	3.947.326,29	3.947.326,29	- 377.789,29
TOTAL		3.569.537,00	741.004,66	741.004,66	3.569.537,00	364.683,19	364.683,19	-	2.488.593,53	2.488.593,53	2.123.910,34	1.080.943,47

FONTE	FR-0131
FIXADO (LOA)	3.569.537,00
AUTORIZADO/SEF	6.025.087,00
EMPENHADO	2.488.593,53
SALDO A EMPENHAR	3.536.493,47
DISPONÍVEL	- 2.455.550,00
% LIBERADO	168,79%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.30

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-MAFRA - DEZEMBRO/2017

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	127.193,00	-	-	127.193,00	-	-	-	-	-	-	127.193,00
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	-	-	-	-	1.928.526,26	1.928.526,26	1.326.286,26	1.928.526,26	1.928.526,26	1.326.286,26	- 1.928.526,26
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	- 16,45	-	-	28.483,55	28.483,55	28.483,55	- 28.483,55
Manutenção e reforma de escolas	Outras Despesas Correntes	528.750,00	-	80.000,00	448.750,00	-	-	-	-	-	-	448.750,00
Novas oportunidades na Educação Básica	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operacionalização da educação	Investimentos	156.983,00	-	150.000,00	6.983,00	-	-	-	-	-	-	6.983,00
	Outras Despesas Correntes	627.930,00	810.491,00	78.491,00	1.359.930,00	282.810,78	525.945,82	644.680,32	1.119.897,85	973.494,30	972.898,10	240.032,15
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	4.875.467,00	708.980,69	1.210.980,69	4.373.467,00	- 5,00	-	-	5.454.449,96	5.454.449,96	5.454.449,96	- 1.080.982,96
TOTAL		6.316.323,00	1.519.471,69	1.519.471,69	6.316.323,00	2.211.332,04	2.454.472,08	1.970.966,58	8.502.874,07	8.356.470,52	7.753.634,32	- 2.186.551,07

FONTE	FR-0131
FIXADO (LOA)	6.316.323,00
AUTORIZADO/SEF	7.254.895,00
EMPENHADO	8.502.874,07
SALDO A EMPENHAR	- 1.247.979,07
DISPONÍVEL	- 938.572,00
% LIBERADO	114,86%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.31

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-CANOINHAS - DEZEMBRO/2017

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	103.471,00	-	99.658,43	3.812,57	-	-	-	3.812,57	3.812,57	3.812,57	-
Construção, ampliação ou reforma de unidade	Investimentos	-	-	-	-	23.271,89	94.579,86	67.800,04	94.579,88	94.579,86	67.800,04	- 94.579,88
	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	48.269,96	109.859,28	89.026,52	221.402,91	221.402,91	200.570,15	- 221.402,91
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	117.044,92	33.937,18	33.937,18	167.478,87	84.371,13	84.371,13	- 167.478,87
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	-	22.217,91	22.217,91	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras Despesas Correntes	306.834,00	414.277,66	149.369,78	571.741,88	82.321,17	110.138,72	117.741,19	516.733,97	515.540,67	515.540,67	55.007,91
Novas oportunidades na Educação Básica	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operacionalização da educação	Investimentos	88.103,00	-	88.103,00	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras Despesas Correntes	416.387,00	319.576,80	387.249,57	348.714,23	-	6.363,95	6.363,95	347.950,30	341.067,26	341.067,26	763,93
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	2.221.599,00	-	9.473,68	2.212.125,32	-	-	-	2.440.298,18	2.440.298,18	2.440.298,18	- 228.172,86
Transporte escolar		3.136.394,00	756.072,37	756.072,37	3.136.394,00	270.907,94	354.878,99	314.868,88	3.792.256,68	3.701.072,58	3.653.460,00	- 655.862,68

FONTE	FR-0131
FIXADO (LOA)	3.136.394,00
AUTORIZADO/SEF	4.536.688,00
EMPENHADO	3.792.256,68
SALDO A EMPENHAR	744.431,32
DISPONÍVEL	- 1.400.294,00
% LIBERADO	144,65%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.32

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-LAGES - DEZEMBRO/2017

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	137.293,00	-	136.547,00	746,00	-	-	-	-	-	-	746,00
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	-	-	-	-	- 836,69	4.999,18	4.999,18	78.910,63	78.910,63	78.910,63	- 78.910,63
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	146.005,07	90.041,90	90.041,90	466.005,07	190.041,90	190.041,90	- 466.005,07
Manutenção e reforma de escolas	Outras Despesas Correntes	538.394,00	169.187,00	479.187,00	228.394,00	75.509,91	90.282,88	90.282,88	207.509,91	90.282,88	90.282,88	20.884,09
Novas oportunidades na Educação Básica	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operacionalização da educação	Investimentos	122.558,00	-	122.558,00	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras Despesas Correntes	790.231,00	1.312.965,70	1.142.168,29	961.028,41	284.724,00	282.725,58	282.725,58	955.064,84	732.343,76	732.343,76	5.963,57
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	2.315.237,00	600.000,00	201.692,41	2.713.544,59	-	-	-	3.356.331,13	3.356.331,13	3.356.331,13	- 642.786,54
TOTAL		3.903.713,00	2.082.152,70	2.082.152,70	3.903.713,00	505.402,29	468.049,54	468.049,54	5.063.821,58	4.447.910,30	4.447.910,30	- 1.160.108,58

FONTE	FR-0131
FIXADO (LOA)	3.903.713,00
AUTORIZADO/SEF	5.485.714,00
EMPENHADO	5.063.821,58
SALDO A EMPENHAR	421.892,42
DISPONÍVEL	- 1.582.001,00
% LIBERADO	140,53%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.33

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-SÃO JOAQUIM - DEZEMBRO/2017

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	55.020,00	-	55.020,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Manutenção e reforma de escolas	Outras Despesas Correntes	140.194,00	-	140.194,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Novas oportunidades na Educação Básica	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operacionalização da educação	Investimentos	41.244,00	-	41.244,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	164.978,00	307.612,08	222.773,37	249.816,71	39.120,58	68.047,90	68.047,90	247.668,09	130.928,21	130.928,21	2.148,62
	Outras Despesas Correntes	1.744.253,00	401.436,00	249.816,71	1.895.872,29	-	-	-	2.707.614,48	2.707.614,48	2.707.614,48	- 811.742,19
TOTAL		2.145.689,00	709.048,08	709.048,08	2.145.689,00	39.120,58	68.047,90	68.047,90	2.955.282,57	2.838.542,69	2.838.542,69	- 809.593,57

FONTE	FR-0131
FIXADO (LOA)	2.145.689,00
AUTORIZADO/SEF	2.494.152,00
EMPENHADO	2.955.282,57
SALDO A EMPENHAR	- 461.130,57
DISPONÍVEL	- 348.463,00
% LIBERADO	116,24%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha 4.34

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-PALMITOS - DEZEMBRO/2017

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	64.627,00	-	-	64.627,00	-	-	-	432,00	432,00	432,00	64.195,00
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	24.500,00	230.910,61	230.910,61	255.526,33	230.910,61	230.910,61	- 255.526,33
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	73.250,00	-	-	142.692,85	69.442,85	69.442,85	- 142.692,85
Manutenção e reforma de escolas	Outras Despesas Correntes	207.216,00	-	-	207.216,00	19.607,81	-	-	19.607,81	-	-	187.608,19
Novas oportunidades na Educação Básica	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operacionalização da educação	Investimentos	77.648,00	-	-	77.648,00	2.690,00	2.690,00	2.690,00	2.690,00	2.690,00	2.690,00	74.958,00
	Outras Despesas Correntes	310.594,00	15.000,00	15.000,00	310.594,00	92.794,54	63.182,34	63.182,34	92.794,54	63.182,34	63.182,34	217.799,46
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	2.049.928,00	343.083,47	343.083,47	2.049.928,00	-	-	-	1.740.229,48	1.740.229,48	1.740.229,48	309.698,52
TOTAL		2.710.013,00	358.083,47	358.083,47	2.710.013,00	212.842,35	296.782,95	296.782,95	2.253.973,01	2.106.887,28	2.106.887,28	456.039,99

FONTE	FR-0131
FIXADO (LOA)	2.710.013,00
AUTORIZADO/SEF	3.373.009,00
EMPENHADO	2.253.973,01
SALDO A EMPENHAR	1.119.035,99
DISPONÍVEL	- 662.996,00
% LIBERADO	124,46%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - DIAF

Planilha4.35

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-DIONÍSIO CERQUEIRA - DEZEMBRO/2017

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	59.575,00	-	-	59.575,00	-	-	-	5.912,00	5.912,00	5.912,00	53.663,00
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	17.200,00	17.200,00	17.200,00	17.200,00	17.200,00	- 17.200,00
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	-	560,00	-	560,00	-	-	-	560,00	560,00	560,00	-
	Outras Despesas Correntes	183.560,00	-	60.560,00	123.000,00	1.889,95	4.757,95	4.757,95	27.162,92	27.162,92	27.162,92	95.837,08
Novas oportunidades na Educação Básica	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	472,33	472,33	472,33	- 472,33
Operacionalização da educação	Investimentos	68.124,00	-	50.000,00	18.124,00	-	7.890,00	7.890,00	7.890,00	7.890,00	7.890,00	10.234,00
	Outras Despesas Correntes	272.495,00	125.440,00	15.440,00	382.495,00	-	64.454,99	83.908,99	335.713,88	280.762,13	278.602,13	46.781,12
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	1.971.426,00	369.522,48	369.522,48	1.971.426,00	- 2.000,00	-	-	2.111.798,44	2.111.798,44	2.111.798,44	- 140.372,44
TOTAL		2.555.180,00	495.522,48	495.522,48	2.555.180,00	- 110,05	94.302,94	113.756,94	2.506.709,57	2.451.757,82	2.449.597,82	48.470,43

FONTE	FR-0131
FIXADO (LOA)	2.555.180,00
AUTORIZADO/SEF	3.272.476,00
EMPENHADO	2.506.709,57
SALDO A EMPENHAR	765.766,43
DISPONÍVEL	- 717.296,00
% LIBERADO	128,07%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SED)
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS (DIAF)
GERÊNCIA FINANCEIRA (GEAFI)

REPASSE E APLICAÇÃO FINANCEIRA DO FUNDEB -2017
FONTES - 0131 e 0186
(ANEXO VIII)

(R$)

MÊS	FONTE - 0131	FONTE - 0131	FONTE - 0186
	2016	2017	APLICAÇÃO FINANCEIRA - 2017
JAN	181.506.440,03	182.876.380,12	1.452.962,16
FEV	165.557.101,60	174.988.058,84	1.379.160,22
MAR	158.245.942,40	180.320.841,74	2.491.868,71
ABR	164.907.870,09	184.739.097,50	2.103.207,15
MAI	170.440.823,74	178.180.687,51	2.672.078,88
JUN	163.255.474,49	185.565.005,19	2.416.378,30
JUL	157.226.426,30	172.616.564,59	2.416.714,80
AGO	161.851.380,16	177.620.852,17	2.023.100,49
SET	165.411.381,26	188.190.432,12	1.701.287,07
OUT	188.464.672,16	183.299.350,61	1.769.456,28
NOV	191.317.577,97	180.107.264,25	1.578.921,74
DEZ	214.800.136,55	199.051.335,29	1.104.724,92
TOTAL - FONTES	**2.082.985.226,75**	**2.187.555.869,93**	**23.109.860,72**
TOTAL GERAL - 2017			**2.210.665.730,65**

Mauricio Lobo
Gerente Financeiro

Aplicação dos Recursos dos artigos 170 e 171 da Constituição Estadual

A Constituição Estadual determina em seu artigo 170 que Santa Catarina deve prestar anualmente assistência financeira aos alunos matriculados nas instituições de educação superior, legalmente habilitadas a funcionar no Estado, em montante não inferior a 5% do mínimo constitucional que o ente deve aplicar na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

Assim como o mínimo constitucional, que deve ser aplicado na manutenção e no desenvolvimento do ensino, o percentual instituído pelo artigo 170 deve ser sobre a RLI. Nesse sentido, em 2017 o Estado repassou às instituições de educação superior legalmente habilitadas a importância de R$ 65 milhões, o equivalente a 1,42% do mínimo constitucional a ser aplicado na educação.

Aplicação conforme o artigo 170 da Constituição Estadual (R$ milhões)

Especificação	**2017**
Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais (RLI)	18.474,41
Mínimo a ser aplicado na manutenção do ensino (25% da RLI)	4.618,60
Valor mínimo a ser aplicado - art. 170 da CE/89 e Lei Complementar nº 281/05 (5% dos 25% da RLI = 1,25% da RLI)	**230,93**
APLICAÇÃO [1]	
Subação 006302 - Bolsa de estudo e pesquisa para estudante de ensino superior –art. 170/CE	54,59
Subação 009785 – Cursos Estratégicos do Programa Estadual de Desenvolvimento Regional – SED - PROESDE	10,82
Subação 012882 - Bolsa de pesquisa para estudantes do ensino superior - Art 170/CE	0,28
Total aplicado - art. 170 da CE/89	**65,69**
Percentual aplicado	**1,42%**
Insuficiência de aplicação	**-165,24**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) e Portal Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina.

Também a Constituição do Estado de Santa Catarina, no artigo 171, estabelece que a lei disciplinará as formas de apoio à manutenção e ao desenvolvimento do ensino superior que as instituições privadas deverão prestar sempre que se beneficiarem de programas estaduais de incentivos financeiros e fiscais, e de pesquisas e tecnologias por elas geradas com financiamento do Poder Público estadual.

[1] Nota: Valores empenhados da Unidade Gestora 450001 – Secretaria de Estado da Educação.

Nesse sentido, a Lei Complementar Estadual nº 407/2008 criou o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de Santa Catarina (FUMDES). Tal fundo é constituído de contribuições realizadas por empresas privadas beneficiárias de incentivos financeiros ou fiscais concedidos no âmbito de programas estaduais.

A lei estabeleceu ainda que os recursos arrecadados pelo FUMDES deverão ser destinados ao pagamento de bolsas de estudo, pesquisa e extensão universitária para alunos que cursaram todo o ensino médio em unidade escolar da rede pública ou em instituição privada, com bolsa integral, e que residam há dois anos no Estado de Santa Catarina. A lei ainda permite que os recursos não utilizados sejam aplicados em ações que promovam e ampliem o atendimento no ensino médio, conforme o parágrafo único do artigo 5º.

Aplicação conforme o artigo 171 da Constituição Estadual (R$ milhões)

Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES)	**2017**	**2016** [2]
Receitas [3]		
1.7.3.0.05.03.00 - Transferências De Instituições Privadas - Fundo Educação Superior – Unidade Gestora 450091	53,66	46,23
1.7.3.0.07.02.00 - Transferências De Instituições Privadas – Fundação UDESC - Unidade Gestora 450022	5,96	5,14
9.7.3.0.05.03.00 - *Dedução Transferências de Instituições Privadas - Fundo Educação Superior – Unidade Gestora 450091	(0,0064)	(0,0001)
9.7.3.0.07.02.00 - *Dedução Transferências de Instituições Privadas – Fundação UDESC – Unidade Gestora 450022	(0,0007)	(0,00001)
Total de Receitas	**59,61**	**51,37**
Despesas [4]		
10748 - Bolsa de estudo para estudante da educação superior - Art 171/CE	(35,26)	(42,46)
5321 - Aquisição, construção e reforma de bens imóveis - UDESC/Palmitos	(0,01)	-
5311 - Aquisição de equipamento e material permanente – UDESC	(0,14)	(0,12)

[2] Nota: Correção em relação às receitas do ano de 2016, pois não foram consideradas as Subalíneas 1.7.3.0.07.02.00 e 9.7.3.0.07.02.00, na Fonte de Recursos 0.265, da Unidade Gestora 450022.

[3] Nota: Considerado valores apenas das Transferências Correntes e Deduções nas Unidades Gestoras 450091 e 450022, Fonte de Recursos 0.265, nas Subalíneas 1.7.3.0.05.03.00 e 9.7.3.0.05.03.00, na UG 450091; e as Subalíneas 1.7.3.0.07.02.00 e 9.7.3.0.07.02.00, na UG 450022.

[4] Nota: Foram utilizados os valores das respectivas Subações tendo como base a Fonte de Recursos 0.265.

Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES)	2017	2016 [2]
12100 - Expansão da UDESC para o município de Pinhalzinho	(1,31)	(1,91)
5318 - Aquisição, construção e reforma de bens imóveis - UDESC/São Bento do Sul	(0,02)	(1,08)
4975 - Aquisição de serviços e equipamentos na área de telecomunicação – UDESC	-	(0,19)
12709 - 2014, 2015, 2016: Ampliação e expansão do campus da UDESC - SDR- Ibirama; 2017, 2018: Ampliação e expansão do campus da UDESC - ADR - Ibirama	(0,09)	-
9111 - Aquisição, construção e reforma de bens imóveis - UDESC/Balneário Camboriú	(0,46)	-
5315 - Aquisição, construção e reforma de bens imóveis - UDESC/Lages	(0,54)	-
Total de Despesas	**(37,83)**	**(45,76)**
Percentual de aplicação	**63,46%**	**89,08%**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) e Portal Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina.

Verifica-se que, visando ao cumprimento do disposto no artigo 171 da Constituição Estadual, Santa Catarina aplicou na educação superior em 2017 a importância de R$ 37,83 milhões, o equivalente a 63,46% da receita arrecadada pelo FUMDES.

Atenciosamente,

Edir Seemund
Gerente de Políticas e Programas de Educação Superior – GEPRE

Gilberto Luiz Agnolin
Diretoria de Políticas e Planejamento Educacional – DIPE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA - MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

R$ mil

PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS - MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL							
EMPRESA	MEP		Método de Custo		Adiantamento p/ Aumento de Capital	% DE PART. NO CAPITAL SOCIAL	DATA-BASE ÚLTIMO BALANÇO
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016			
EMPRESAS ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (NÃO INTEGRAM O BALANÇO CONSOLIDADO)							
SC Participações	159.529	150.991	-	-	334.203	99,99%	30/09/2017
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN)	832.851	804.000	-	-	36.931	64,21%	30/09/2017
Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (BADESC)	286.573	280.941	-	-	-	51,82%	30/09/2017
Companhia de Distritos Industriais de SC (CODISC)	1.239	1.620	-	-	-	99,71%	30/09/2017
Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC)	4.464	759	-	-	31.486	100,00%	30/09/2017
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC)	414.862	450.200	-	-	9.695	98,75%	30/09/2017
Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina (CEASA)	11.289	5.649	-	-	-	93,91%	30/09/2017
Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc)	431.737	436.485	-	-	-	20,20%	30/09/2017
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)	834.937	782.622	-	-	-	33,33%	30/09/2017
Santa Catarrina Participação e Investimentos S.A. (INVESC)	-	-	-	-	-	99,50%	31/12/2016
Outras participações acionárias	-	-	9.260	9.261	-	-	-
Perdas Estimadas para Valor Realizável Líquido	-	-	-8.896	-8.896	-	-	-
EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES (INTEGRAM O BALANÇO CONSOLIDADO)							
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC (Epagri)	-	1.273	-	-	-	96,28%	30/09/2017
Santa Catarina Turismo S.A. (Santur)	382	-	-	-	-	96,74%	30/09/2017
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agricola de SC (CIDASC)	5.323	4.571	-	-	-	100,00%	31/12/2016
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB)	-	-	-	-	-	96,10%	30/09/2017
TOTAL	**2.983.186**	**2.919.111**	**363**	**364**	**412.315**		

* O passivo a descoberto da Invesc S.A. em 31/12/2017 era de R$ 6.222.771.453,98. Esse valor está registrado como riscos fiscais na unidade Encargos Gerais do Estado.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.

Luiz Selhorst
Ordenador Primário - Encargos Gerais

Wanderlei Pereira das Neves
Ordenador Secundário - Encargos Gerais

ESTADO DE SANTA CATARINA

PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA - PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Período: Janeiro a Dezembro de 2017

PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DO ESTADO EM SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA						
EMPRESA	PARTICIPAÇÃO DO ESTADO				% CAPITAL	
	QUANTIDADE DE AÇÕES			INVESTIMENTO	VOTO	TOTAL
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL	R$ mil		
SC Participações	999.999.999	-	999.999.999	493.732	99,99%	99,99%
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN)	221.413.722	237.722.771	459.136.493	869.782	61,93%	64,21%
Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (BADESC)	109.209.000	-	109.209.000	286.573	51,82%	51,82%
Companhia de Distritos Industriais de SC (CODISC)	87.222.118.470	-	87.222.118.470	1.239	99,71%	99,71%
Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC)	51.657.847	-	51.657.847	35.950	100,00%	100,00%
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC)	24.081.382	-	24.081.382	424.557	98,75%	98,75%
Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina (CEASA)	11.959.656	-	11.959.656	11.289	93,91%	93,91%
Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc)	7.791.010	191	7.791.201	431.737	50,18%	20,20%
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)*	-	-	-	834.937	33,33%	33,33%
Santa Catarina Participação e Investimentos S.A. (INVESC)	199.000	-	199.000	-	99,50%	99,50%
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC (Epagri)	157.477.712	-	157.477.712	-	96,28%	96,28%
Santa Catarina Turismo S.A. (Santur)	3.276.713	137.160	3.413.873	382	96,62%	96,74%
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB)	32.300.207	-	32.300.207	-	96,10%	96,10%
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agricola de SC (CIDASC)	37.416.480	-	37.416.480	5.323	100,00%	100,00%
TOTAL				**3.395.501**	**-**	**-**

* O BRDE é uma autarquia especial interestadual criada pelos Estados da Região Sul portanto não tem seu capital dividido em ações.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.

Luiz Selhorst
Ordenador Primário

Wanderlei Pereira das Neves
Ordenador Secundário

DIRETORIA DE AUDITORIA GERAL

RELATÓRIO DA DIRETORIA DE AUDITORIA GERAL

EXERCÍCIO DE 2017

Secretaria de Estado da Fazenda

Governo do Estado
SANTA CATARINA

1. APRESENTAÇÃO

A Diretoria de Auditoria Geral da Secretaria de Estado da Fazenda apresenta à **Assembleia Legislativa de Santa Catarina** e ao **Tribunal de Contas de Santa Catarina** o Relatório da Diretoria de Auditoria Geral da Secretaria de Estado da Fazenda, núcleo técnico do Sistema de Controle Interno, consoante com o disposto no art. 62 da Constituição Estadual e no art. 5º do Decreto nº 2.056 de 20 de janeiro de 2009.

O trabalho está organizado e dividido nos seguintes capítulos:

1. Apresentação;

2. Sistema de Controle Interno do Poder Executivo;

3. Análise da execução dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

4. Atividades desenvolvidas pela Diretoria de Auditoria Geral no exercício de 2017;

5. Consolidação dos resultados decorrentes das ações da DIAG

2. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO

Neste tópico, a Diretoria de Auditoria Geral apresenta o **Sistema de Controle Interno do Poder Executivo**, evidenciando a evolução histórica do órgão central, sua estrutura organizacional, finalidade, competências e corpo técnico, bem como da avaliação das unidades de controle interno setoriais e seccionais.

No Estado de Santa Catarina, o Sistema de Controle Interno - SCI foi instituído, no âmbito do Poder Executivo, sob a forma de sistema administrativo, por meio da Lei Complementar – LC nº 284, de 28 de fevereiro de 2005. Atualmente o SCI tem suas regras estabelecidas pela Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007 e decretos.

Referida LC estabeleceu o novo modelo de gestão para a Administração Pública Estadual, definindo a Secretaria de Estado da Fazenda - SEF como órgão central do sistema e as Diretorias de Auditoria Geral - DIAG e de Contabilidade Geral - DCOG, como núcleos técnicos.

Estabeleceu também que o controle das atividades deve ser exercido em todos os níveis, pelas chefias imediatas, compreendendo a execução dos programas, projetos e ações, e a observância das normas inerentes à atividade específica do órgão ou da entidade vinculada ou controlada e, pelos órgãos de cada sistema, no cumprimento e observância das normas gerais que regulam o exercício das atividades administrativas.

Para regulamentar o SCI foi publicado o Decreto nº 2.056 de 20 de janeiro de 2009, que dispôs sobre as competências do órgão central, dos núcleos técnicos e das respectivas unidades administrativas responsáveis pelas atividades de controle interno.

Tal Decreto dispõe que o Sistema Administrativo de Controle Interno da administração pública estadual tem por finalidades normatizar, coordenar, supervisionar, regular, controlar e fiscalizar a operacionalização das atividades de controle interno no

âmbito do Poder Executivo, cabendo-lhe, conforme dispõe o art. 62 da Constituição Estadual:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial em órgãos e entidades da administração pública estadual e quanto à aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, direitos e haveres do Estado; e

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Para atingir suas finalidades, o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual tem sua estrutura assim definida:

I – Órgão Central: a Secretaria de Estado da Fazenda por meio das diretorias de Auditoria Geral e de Contabilidade Geral.

II – Órgãos Setoriais: as unidades administrativas responsáveis pelas atividades de controle interno nas Secretarias de Estado Setoriais.

III – Órgãos Setoriais Regionais: as unidades administrativas responsáveis pelas atividades de controle interno nas ADR's.

IV – Órgãos Seccionais: as unidades administrativas responsáveis pelas atividades de controle interno nas entidades da administração indireta.

As competências do Órgão Central do Sistema de Controle Interno, a Secretaria do Estado da Fazenda, dispostas no art 4º do Decreto nº 2056/09 são:

I - estabelecer diretrizes, normas e procedimentos de controle interno para operacionalizar as atividades e promover a integração entre os órgãos integrantes do Sistema;

II - determinar a realização de auditorias a pedido do Governador, Secretários de Estado ou dirigentes de entidades da administração indireta;

III - incentivar o treinamento e a especialização em matéria orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e de controle interno;

IV - articular-se com os Poderes Legislativo e Judiciário e com o Ministério Público estadual, no sentido de uniformizar a interpretação das normas e procedimentos relacionados ao Sistema;

V - aprovar o Plano Anual de Atividades da Diretoria de Auditoria Geral - PAA/DIAG, da Secretaria de Estado da Fazenda - SEF; e

VI - dar ciência ao controle externo sobre irregularidades constatadas, após adequadamente apuradas.

O Decreto nº 1.670, de 8 agosto de 2013, por sua vez, prevê que os titulares ou dirigentes máximos dos órgãos da administração direta e das entidades autárquicas e fundacionais do Poder Executivo estadual deverão designar, por meio de portaria, o servidor público responsável pelo controle interno, que deverá ser

detentor de cargo efetivo, lotado ou em exercício no órgão ou entidade.

A regra acima não se aplica ao órgão ou à entidade autárquica e fundacional que possua ou venha a criar Função Técnica Gerencial (FTG) ou Funções Gratificadas (FG) com atribuições de controle interno ou auditoria, vinculados ao titular ou dirigente máximo, que responderá como órgão setorial, setorial regional ou seccional do Sistema Administrativo de Controle Interno, observado o princípio da segregação de funções.

Referido decreto ainda dispõe que a unidade administrativa responsável pelo controle interno dos órgãos setoriais e seccionais é o gabinete do titular ou dirigente máximo do órgão ou da entidade, junto ao qual o servidor designado como responsável exercerá suas funções.

2.1 A Diretoria de Auditoria Geral – DIAG

2.1.1 – Evolução Histórica

Até 1996 a Divisão de Auditoria, vinculada à Coordenação de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria da Secretaria de Estado da Fazenda, era a estrutura administrativa responsável por planejar, programar, organizar, coordenar e controlar a execução das atividades relacionadas com o Sistema de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria. Tal Coordenação era subordinada diretamente ao Gabinete do Secretário.

Naquele ano, com a publicação do Decreto nº 1.168/96, que aprovou o Regimento Interno da Secretaria da Fazenda, foi instituída a Diretoria de Auditoria Geral, órgão normativo do Sistema de Administração Contábil e Auditoria, com a competência de programar, coordenar, orientar e incrementar atividades de auditagem ou a ela relacionadas nos órgãos da administração direta, autárquica e fundacional, bem como nas empresas cujo capital social pertença majoritariamente ao Estado. A Diretoria possuía uma única Gerência, de Auditoria de Contas Públicas – GEAUP.

Em 2000, com a publicação da Lei nº 11.497, foi criado o cargo de Gerente de Controle de Prestação de Contas e a Diretoria ficou então estruturada em 2 Gerências distintas. Competia à Gerência de Auditoria de Contas Públicas a execução das atividades de avaliação do controle interno das contas públicas estaduais e à Gerência de Controle de Prestação de Contas o desenvolvimento de atividades relativas à análise, fiscalização, orientação, controle e acompanhamento das prestações de contas dos recursos financeiros repassados pelo Estado aos municípios e às organizações de direito privado sem fins lucrativo, a título de convênio, subvenção, auxílio e contribuição.

O Sistema Administrativo de Controle Interno foi criado com a edição da Lei Complementar nº 284, em 28 de fevereiro de 2005, sendo a Secretaria da Fazenda o órgão central deste Sistema e as suas Diretorias de Auditoria Geral e de Contabilidade Geral os 2 núcleos técnicos, segundo as suas competências. Tal Lei ainda instituiu as Gerências de Auditoria de Atos de Pessoal – GEAPE, a Gerência de Auditoria de Contratos – GEAUC, bem como modificou o nome da Gerência de Controle de Prestação de Contas para Gerência de Auditoria de Recursos Antecipados – GERAN e manteve a Gerência de Auditoria de Contas Públicas – GEAUP, ficando assim a Diretoria organizada em 4 Gerências. Estas alterações foram

introduzidas ao Regimento Interno da Secretaria da Fazenda em 2005 com a publicação do Decreto nº 3.874/05.

Em 2007 tais disposições ficaram mantidas quando da edição da Lei Complementar nº 381, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual vigente atualmente.

Em 2011 a Lei Complementar nº 534, que alterou a LC 381/07, alterou a nomenclatura das Gerências para Gerência de Auditoria de Despesas de Custeio - GEAUD, Gerência de Auditoria de Pessoal - GAPES, Gerência de Auditoria de Licitações e Contratos - GEALC, mantendo a Gerência de Auditoria de Recursos Antecipados - GERAN.

Com a publicação da Lei Complementar nº 605, em 2013, foram criados mais 2 cargos na estrutura da Diretoria de Auditoria Geral, quais sejam, Gerente de Informações Estratégicas e Apoio à Gestão e Coordenadoria do Observatório da Despesa Pública.

Assim, desde 2013, a Diretoria de Auditoria Geral da Secretaria de Estado da Fazenda, um dos núcleos técnicos do Sistema Administrativo de Controle Interno, está estruturada em 5 Gerências e uma Coordenadoria.

2.1.2 – Finalidade e Competência Legal

A Diretoria de Auditoria Geral - DIAG tem por finalidade básica verificar a legalidade e a legitimidade dos atos e fatos administrativos e avaliar os resultados alcançados, quanto aos aspectos de eficiência, eficácia e economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional, contábil e finalística dos órgãos e entidades da Administração Pública, bem como analisar a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

No cumprimento de suas competências, atuando preventivamente, a DIAG busca orientar, padronizar, racionalizar e normatizar as atividades de controle interno, visando à correta aplicação dos recursos públicos, à capacitação de servidores e à disseminação de boas práticas.

O Regimento Interno da Secretaria de Estado da Fazenda, aprovado pelo Decreto nº 2.762, de 19 de novembro de 2009, estabelece as competências da Diretoria de Auditoria Geral - DIAG e de suas gerências.

O Decreto nº 2.056/09, que regulamenta o Sistema de Controle Interno, estabelece em seu art. 5º as competências da Diretoria de Auditoria Geral, quais sejam:

I - planejar, coordenar, orientar e implementar atividades de auditoria e outras relacionadas ao controle interno nos órgãos e entidades da administração pública estadual, orientando tecnicamente e supervisionando as atividades dos órgãos setoriais, setoriais regionais e seccionais do Sistema;

II - propor normas para a padronização, racionalização e controle das ações de controle interno;

III - fiscalizar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual e na lei de diretrizes orçamentárias;

IV - fiscalizar a execução de programas de governo, inclusive ações descentralizadas realizadas à conta de recursos oriundos dos orçamentos do Estado, quanto ao nível de execução das metas e objetivos estabelecidos e à qualidade do gerenciamento;

V - auditar a execução dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos;

VI - verificar a legalidade e legitimidade da gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e de recursos humanos nos órgãos e entidades da administração direta e indireta, avaliando seus resultados quanto à eficácia, eficiência e economicidade, bem como a aplicação de subvenções e a renúncia de receitas, com ênfase no controle prévio;

VII - avaliar resultados alcançados por dirigentes de órgãos e entidades da administração pública, conforme suas finalidades e objetivos, sem prejuízo de outros controles a que estejam submetidos;

VIII - fiscalizar o controle das operações de crédito, avais e outras garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado;

IX - realizar auditorias em fundos especiais instituídos por lei estadual de que o Estado seja partícipe quanto aos seus recursos, bem como em qualquer empresa de que o Estado seja acionário direta ou indiretamente;

X - fiscalizar a aplicação dos recursos recebidos de outros entes e dos recursos repassados pelo Estado aos municípios, desde que não derivados de obrigação constitucional, e a entidades ou organizações em geral, dotadas de personalidade jurídica de direito público ou privado, que recebam transferências à conta do orçamento do Estado, a qualquer título;

XI - coordenar a elaboração do Plano Anual de Atividades da Diretoria de Auditoria Geral - PAA/DIAG;

XII - planejar e programar, por iniciativa própria ou por determinação do Tribunal de Contas do Estado - TCE, a realização de auditorias contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial, de recursos humanos e de gestão;

XIII - aprovar, conjuntamente com a gerência competente, pareceres, informações e orientações técnicas;

XIV - aprovar, conjuntamente com a gerência competente, relatório e certificado de auditoria nas tomadas de contas especiais instauradas por órgãos da administração direta e indireta, inclusive nas determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado - TCE;

XV - coordenar as atividades que exijam ações integradas dos auditores internos do Poder Executivo e dos órgãos setoriais, setoriais regionais e seccionais do Sistema, com vistas no aprimoramento e disciplinamento de suas atividades;

XVI - estabelecer mecanismos de acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária, financeira e patrimonial que facilitem o controle e o equilíbrio das finanças públicas;

XVII - promover o desenvolvimento de sistemas e métodos de auditoria preventiva e concomitante, acompanhando o desenvolvimento e a implementação de outros sistemas informatizados que auxiliem o controle interno no exercício de suas funções;

XVIII - examinar a observância a normas gerais da legislação federal aplicável, à legislação estadual específica e a normas correlatas;

XIX - fiscalizar a aplicação e o cumprimento das normas previstas na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio 2000;

XX - avaliar o controle interno dos órgãos e entidades auditadas;

XXI - auditar processos e procedimentos que direta ou indiretamente digam respeito à arrecadação de receitas da administração direta e das entidades da administração indireta, ao gerenciamento ou à aplicação de recursos públicos;

XXII - fiscalizar a guarda e a aplicação dos recursos extra-orçamentários;

XXIII - examinar registros ou exigir prestação de contas de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens ou valores públicos ou pelos quais o Estado responda, ou que em seu nome assuma obrigações de natureza pecuniária;

XXIV - apurar denúncias relacionadas a atos ou fatos inquinados de ilegais ou irregulares praticados por agentes públicos ou privados na utilização de recursos públicos estaduais e, quando for o caso, propor às autoridades competentes as providências cabíveis;

XXV - alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure, de imediato, sob pena de responsabilidade solidária, tomada de contas especial para apuração de fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, quando verificado que não foram prestadas as contas ou que tenha ocorrido desfalque, desvio de dinheiro, de bens ou de valores públicos ou, ainda, se caracterizada prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte prejuízo ao erário;

XXVI - recomendar à autoridade administrativa competente a suspensão de procedimentos ou atos administrativos até posterior análise, sempre que sua continuidade possa resultar em dano ou prejuízo ao erário;

XXVII - determinar o registro contábil da responsabilidade administrativa ou propor impugnação de despesas quando constatado que determinado ato não se coaduna com a legislação vigente ou comprovada qualquer outra irregularidade;

XXVIII - determinar o bloqueio de transferências voluntárias a órgão ou entidade quando verificado em auditoria que os recursos repassados anteriormente não atingiram a finalidade proposta;

XXIX - propor à autoridade administrativa competente, com fundamento em processo de auditoria, a instauração de sindicância ou abertura de processo administrativo disciplinar, em caso de gestão ilegal ou irregular de recursos públicos e da prática de ato de improbidade administrativa;

XXX - propor ao Secretário de Estado da Fazenda, com fundamento em processo de auditoria, a representação ao Ministério Público, em caso de gestão ilegal ou irregular de recursos públicos e da prática de ato de improbidade administrativa, quando estes atos causarem lesão ao patrimônio público ou ensejarem enriquecimento ilícito;

XXXI - fiscalizar a implementação de providências recomendadas por esta Diretoria, pelo Tribunal de Contas do Estado - TCE, pelo Tribunal de Contas da União - TCU e pelos demais órgãos de fiscalização;

XXXII - realizar trabalhos de auditoria decorrentes de acordos com organismos nacionais e internacionais;

XXXIII - propor instruções normativas para disciplinar temas de sua competência, bem como propor a expedição de normas visando ao acompanhamento, sistematização, racionalização e padronização de procedimentos operacionais, controle interno, fiscalização e avaliação de gestão;

XXXIV - propor ao Secretário de Estado da Fazenda normas voltadas ao alcance e à manutenção do equilíbrio na gestão fiscal do Estado;

XXXV - promover intercâmbio com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, objetivando a atualização, implementação e uniformização de conhecimentos técnicos em assuntos de auditoria e de controle interno;

XXXVI - sugerir e promover ações de divulgação e conscientização da importância da prevenção na ocorrência de irregularidades e ilícitos administrativos nos órgãos e entidades da administração pública estadual;

XXXVII - identificar as necessidades e propor treinamentos e capacitação de servidores que executem atividades pertinentes ao controle interno;

XXXVIII - colaborar com o processo de integração dos sistemas de controle interno dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público estaduais;

XXXIX - propor ações voltadas à racionalização dos gastos públicos e otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo estadual;

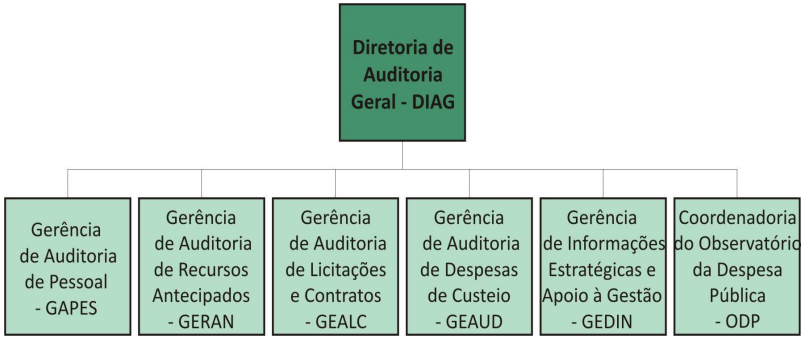
XL - analisar, avaliar e acompanhar a análise da unidade de controle interno, prevista no inciso IV do art. 2º deste Decreto, emitida por órgãos e entidades do Poder Executivo estadual, com vistas no reconhecimento de eventuais restrições para fins de estudo, normatização e implementação de práticas preventivas de controle interno; e

XLI - desenvolver outras atividades relativas ao âmbito de sua competência.

§ 1º O exercício das atribuições neste artigo, quando diretamente integrantes do rol de que trata o Anexo II - F da Lei Complementar nº 352, de 25 de abril de 2006, são privativas de servidor público ocupante do cargo de provimento efetivo de auditor interno do Poder Executivo estadual.

2.1.3 – Estrutura Organizacional

Conforme citado, a Diretoria de Auditoria Geral está estruturada em 5 Gerências e uma Coordenadoria.



As competências das Gerências estão dispostas no Regimento Interno da Secretaria de Estado da Fazenda, aprovado pelo Decreto nº 2.762, de 19 de novembro de 2009. Uma nova alteração do Regimento Interno está em elaboração, havendo por parte da DIAG a sugestão de alteração das competências e nome da

Gerência de Auditoria de Despesas de Custeio para Gerência de Auditoria e Coordenação das Ações de Controle.

De forma resumida, as atribuições das Gerências estão dispostas a seguir:

- Gerência de Auditoria de Pessoal – GAPES: Todos os atos de pessoal relativos aos servidores públicos, tanto em cargos efetivos quanto comissionados, aos empregados públicos estaduais regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e aos profissionais admitidos em caráter temporário (ACT) são controlados pela GAPES. É responsabilidade da gerência a fiscalização e orientação de todos os órgãos e entidades do Governo do Estado, a gestão de pessoas e o monitoramento das despesas com a folha de pagamento dos 145 mil servidores estaduais ativos, aposentados e pensionistas;
- Gerência de Auditoria de Licitações e Contratos - GEALC: A gerência tem como atribuição fiscalizar e orientar os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta quanto aos processos licitatórios e sua dispensa ou inexigibilidade, além da execução dos respectivos contratos. O trabalho é pautado pelo zelo à lisura dos procedimentos e pela correta aplicação dos recursos públicos, bem como a obediência aos princípios básicos da administração pública, como a legalidade, moralidade, economicidade, impessoalidade, eficiência e publicidade;
- Gerência de Auditoria de Despesas de Custeio – GEAUD: Responsável pela orientação, fiscalização, controle e acompanhamento do controle interno das despesas de custeio no âmbito da Administração Pública Estadual. Atua no fortalecimento do controle e fiscalização dos gastos que fazem a estrutura do Governo do Estado funcionar como, por exemplo, água, energia elétrica, correio, telefone e veículos, tendo como meta garantir a legalidade, legitimidade e economia dos gastos com recursos públicos. A GEAUD também controla a gestão dos bens móveis e imóveis do Estado de Santa Catarina e atua no monitoramento da regularidade das unidades gestoras estaduais para mantê-las aptas ao recebimento de recursos federais;
- Gerência de Auditoria de Recursos Antecipados – GERAN: Gerencia os recursos repassados pelo Estado a municípios e entidades sem fins lucrativos, por meio de convênios e instrumentos congêneres, por meio de orientação, controle e acompanhamento. A GERAN ainda acompanha e orienta os órgãos do Governo sobre os recursos repassados por meio de adiantamento, como diárias de viagem e despesas de pronto pagamento;
- Gerência de Informações Estratégicas e Apoio à Gestão – GEDIN: unidade técnica especializada em levantamento e análise de informações estratégicas, a partir do uso de tecnologia de informação, com a produção de dados que cominem em ações investigativas de controle e em ações de eficiência gerencial;
- ODP Santa Catarina: utiliza um sistema avançado de análise de informação sobre os gastos públicos. Desenvolvido pela Controladoria Geral da União (CGU) em parceria com Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o ODP é considerado a “malha fina” das despesas públicas, uma vez que produz informações para trilhas de auditoria, bem como para produção de informações gerenciais e estratégicas.

2.1.4 – Corpo Técnico

O cargo de Auditor Interno do Poder Executivo integra o Quadro de Servidores da Secretaria do Estado da Fazenda, sendo de provimento efetivo, inerente ao desenvolvimento privativo das atribuições técnicas de auditoria para cujo exercício é exigida a graduação em nível superior com habilitação profissional em Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Direito, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

As descrições e especificações do Cargo de Auditor Interno do Poder Executivo encontram-se dispostas no Anexo II – F da Lei Complementar nº 687, de 21/12/2016.

Até 2004 o Estado de Santa Catarina possuía um quantitativo de 10 Auditores Internos, todos lotados na Secretaria da Fazenda, conforme disposto no Anexo I do Decreto nº 2.025, de 25/07/04, que fixava os quantitativos de cargos integrantes dos Quadros do Poder Executivo Estadual.

Com a publicação da Lei Complementar nº 275, que instituía o plano de carreira, cargos e vencimentos da Secretaria de Estado da Fazenda, em 23 de dezembro de 2004, o quantitativo de cargos de Auditor Interno do Poder Executivo foi ampliado para 50, possibilitando a realização de concurso público.

Em 2007, o Decreto nº 983, que regulamentou a Lei Complementar nº 352, de 25/04/2006, ampliou o quantitativo para 75 cargos de Auditor Interno. Tal quantitativo foi reduzido para 72, em 2009, com a edição do Decreto nº 2.708. Por fim, as Leis Complementares nº 534/2011 e nº 687/2016 extinguiram 20 e 13 cargos, respectivamente, à medida que vagarem.

O último concurso para provimento das vagas foi finalizado no início de 2006 e as nomeações de 66 novos Auditores Interno aconteceram entre setembro de 2006 e abril de 2009.

Atualmente o Estado conta com 61 Auditores Internos em exercício, sendo que 51 Auditores exercem suas atividades na DIAG e 10 Auditores em outras áreas na Secretaria da Fazenda ou em outros órgãos e entidades.

Além dos Auditores Internos, a DIAG tem em seu quadro de servidores 2 Assistentes Técnicos, 2 Analistas Técnicos de Gestão Pública, 2 terceirizados e 1 estagiário, exercendo suas atividades conforme detalhado no quadro abaixo:

Cargos	GAB	GEAUD	GEALC	GERAN	GAPES	GEDIN	SOMA
Diretor	1	-	-	-	-	-	1
Chefe Gab / Gerente	1	1	1	1	1	1	6
AIPEs (Auditor Interno)	6	6	11	8	7	6	44
Analistas	1	-	-	-	-	1	2
Assistente técnico	1	-	1	-	-	-	2
Estagiários	1	-	-	-	-	-	1
Terceirizados	2	-	-	-	-	-	2
TOTAL	13	7	13	9	8	8	58

3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Este capítulo apresenta uma análise da execução dos orçamentos da administração direta, das autarquias, das fundações, dos fundos especiais e das empresas estatais dependentes no exercício de 2017.

Introdutoriamente, são apresentadas informações consolidadas, no que concerne as receitas e despesas para posteriormente serem abordados os aspectos relacionados à execução orçamentária do Poder Executivo. A análise da execução dos orçamentos fiscal e da seguridade social buscou apresentar o perfil da execução orçamentária adentrando nos programas e prioridades da administração pública sob o prisma da eficácia.

Nesse contexto define-se eficácia como o grau de alcance de execução frente às dotações orçamentárias alocadas aos programas no exercício em análise.

As análises baseiam-se nos demonstrativos contábeis e em relatórios extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF, sistema oficial que contempla informações acerca do planejamento, orçamento, finanças e contabilidade do Estado e encontram-se alinhadas aos mandamentos constitucionais, às regras estabelecidas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e respectivas alterações e as demais normas legais e regulamentares vigentes.

O objetivo é apresentar o esforço do Governo Estadual para cumprir com seu planejamento evidenciando se os valores previstos foram realizados, observando para tanto o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.

Considerar-se-á como despesas executadas os valores empenhados, cujo fundamento legal encontra-se amparado no inciso II do art. 35 da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964 que determina que pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas.

3.1 Planejamento da Ação Governamental

O planejamento da ação governamental no Estado de Santa Catarina envolve os seguintes instrumentos:

Plano Plurianual (PPA);

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); e

Lei Orçamentária Anual (LOA).

3.1.1 – Plano Plurianual

De acordo com o §1º do art. 120 da Constituição do Estado de Santa Catarina, o Plano Plurianual deve estabelecer as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

O PPA é um instrumento de planejamento utilizado pela administração pública para estabelecer as atividades, definidas de acordo com as necessidades da sociedade, que serão desenvolvidas pelo Governo do Estado no período de quatro anos. Essas atividades integram o plano como programas de governo, os quais possuem objetivos e metas.

O Plano Plurianual do Governo Estadual para o período de 2016 a 2019 foi aprovado pela Lei nº 16.859, de 18 de dezembro de 2015 contempla Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. Essa proposição facilita o acompanhamento permitindo visualizar o quantitativo dos recursos que estarão destinados às atividades fins do Estado, com o objetivo de atender as demandas da sociedade e ao próprio desenvolvimento do Estado, além dos recursos que serão destinados à manutenção da administração pública.

Em 2017, o PPA foi modificado pela Lei nº 17.446, de 28 de dezembro de 2017 que alterou a Programação Físico-Financeira para o quadriênio 2016-2019. Referida Lei entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018.

Os grandes desafios que o Governo do Estado de Santa Catarina se propõe a enfrentar nesse quadriênio são:

- ✓ Assegurar a oferta dos serviços públicos de qualidade para todas as pessoas;
- ✓ Criar as condições para a formação, atração e consolidação das empresas no território catarinense;
- ✓ Assegurar uma infraestrutura suficiente, de qualidade e adequada às necessidades do Estado;
- ✓ Fortalecer a capacidade científica e a inovação tecnológica;
- ✓ Preservar e proteger o ambiente, e promover a utilização eficiente dos recursos;
- ✓ Ampliar a capacidade do setor público de ofertar mais e melhores serviços à sociedade catarinense.

A superação de disparidades demanda que o Estado trabalhe na busca da equidade e da ampliação de oportunidades expressadas nos programas e ações de governo.

A tabela 1 apresenta o volume de recursos alocados para o PPA 2016-2019, por poder e fonte de recursos.

Tabela 1 - Plano Plurianual 2016-2019. Ano de Aplicação 2017. R$ milhões

PODER	Recursos Tesouro	Outras Fontes	Investimento Estatais	Total	% Total Anual	Total 2016-2019	% 2016-2019
EXECUTIVO	**22.114**	**5.616**	**1.668**	**29.398**	**87,12**	**119.830**	**87,47**
Orçamento Fiscal	14.907	2.682	-	17.589	52,12	67.556	49,31
Orçamento Seguridade	7.207	2.934	-	10.141	30,05	45.170	32,97
Orçamento Investimento	-	-	1.668	1.669	4,94	7.104	5,19
LEGISLATIVO	**1.082**	**5**	**-**	**1.087**	**3,22**	**4.553**	**3,32**
Orçamento Fiscal	1.053	5	-	1.058	3,14	4.456	3,25
Orçamento Seguridade	28	-	-	28	0,08	97	0,07
JUDICIARIO	**2.225**	**353**	**-**	**2.578**	**7,64**	**9.670**	**7,06**
Orçamento Fiscal	2.197	353	-	2.550	7,56	9.576	6,99
Orçamento Seguridade	28	0	-	28	0,08	94	0,07
MINISTÉRIO PÚBLICO	**618**	**65**	**-**	**683**	**2,02**	**2.941**	**2,15**
ORÇAMENTO FISCAL	618	65	-	683	2,02	2.941	2,15
Total	**26.039**	**6.039**	**1.668**	**33.746**	**100**	**136.996**	**100**

Fonte: SIGEF. Relatórios PPA - Anexo único regionalização. Ano 2017

No Estado de Santa Catarina, o volume total de recursos alocados no PPA 2016-2019 foi de R$136,99 bilhões.

No Poder Executivo, o volume de recursos destinados para o quadriênio 2016-2019 foi de R$119,83 bilhões, o que representa 87,47% do montante total. Para os orçamentos fiscal e da seguridade social foram alocados R$ 112,73 bilhões, representando 82,28% e para o orçamento de investimentos das empresas estatais foram destinados R$ 7,1 bilhões representando 5,19%.

Especificamente no ano de 2017, do total de R$ 29,39 bilhões, foram alocados para os orçamentos fiscal e da seguridade social o montante de R$ 27,71 bilhões e para o orçamento de investimentos o montante de R$ 1,67 bilhão.

Com o intuito de verificar a compatibilidade das peças orçamentárias, foram analisadas as metas financeiras planejadas para o PPA 2016-2019 com as fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e as efetivamente executadas nos Orçamentos anuais conforme demonstrado na tabela 2.

Tabela 2 - Comparativo PPA - LDO e LOA. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Quadriênio 2016-2019. Ano base 2017. R$ milhões

Instrumentos/Anos		2016	2017	2018	2019	Biênio 2016 - 2017		Quadriênio 2016 - 2019	
PPA	1. Meta	33.466	33.746	34.016	35.768	67.212		136.996	
LDO	2. Meta	24.679	26.074	27.491	29.628	50.753	75,51%	107.872	78,74%
	3. Dotação Atualizada	29.539	30.430			59.969	89,22%	59.969	43,77%
LOA	4. Empenhado	24.180	25.595			49.775	74,06%	49.775	36,33%
	5. Diferença	(5.359)	(4.835)						
	6. Realização LOA (4/3)	81,86%	84,11%						
Resultados	7. Realização LDO (4/2)	97,98%	98,16%						
	8. Realização PPA (4/1)	72,25%	75,85%						

Fonte: Lei 16.860 de 28 de dezembro de 2015 (LOA- 2016) e Lei nº 17.063 de 21 de dezembro de 2016 (LOA 2017), Lei 16.672 de 03/08/15 (LDO 2016) e Lei nº 17.051 de 16 de dezembro de 2016 (LDO 2017) - Metas Anuais para 2017, 2018 e 2019; SIGEF: Relatório Comparativo PPA – Ano base 2017; SIGEF: Imprimir Execução Orçamentária. Consolidado Geral. Ano 2017. Dezembro (acumulado)

No que tange à compatibilidade entre a LOA e LDO verifica-se que os valores empenhados quando comparados aos projetados na LDO atingiram 97,98% e 98,16% das metas em 2016 e 2017 respectivamente. Quando comparados às dotações atualizadas, esses valores atingiram 81,86% e 84,11% do total fixado. Ou seja, a realização da despesa em 2016 foi de R$ 5,36 bilhões menor do que a prevista, e, em 2017 foi R$ 4,83 bilhões menor que a prevista.

As dotações orçamentárias atualizadas no biênio totalizaram R$ 59,97 bilhões, correspondendo a 89,22% do valor fixado nos dois primeiros anos do PPA. Quando comparadas as dotações autorizadas no biênio com as metas planificadas no PPA para o quadriênio, o Poder Executivo atingiu 43,77%.

As despesas realizadas (empenhadas) no biênio totalizaram R$ 49,78 bilhões, correspondendo a 74,06% do valor fixado nos dois primeiros anos do PPA. Se comparadas às metas planificadas no PPA para o quadriênio, o Poder Executivo atingiu 36,33%.

3.1.2 – Lei de Diretrizes Orçamentárias

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO é o instrumento de planejamento estatal que estabelece as principais diretrizes e metas da Administração Pública para um exercício financeiro, conectando o Plano Plurianual à Lei Orçamentária Anual – LOA e indicando os programas que serão prioritários na programação e execução orçamentária, de modo a atender aos anseios da sociedade.

Conforme previsto no art. 120, § 2°, da Constituição Estadual, a LDO arrolará as metas e prioridades da administração pública no exercício financeiro, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente; orientará a elaboração da LOA, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das instituições financeiras oficiais de fomento. De outro lado, a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF n° 101 de 2000, em seu art. 4º, prescreve que a LDO tratará sobre o equilíbrio entre a despesa e receita; os critérios e formas de limitação de empenho; normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

As Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017 constam da Lei Estadual nº 17.051, de 16 de dezembro de 2016, que definiu as metas e prioridades da Administração Estadual; a estrutura e organização dos orçamentos, as disposições sobre

alterações na legislação tributária do Estado; a política de aplicação das instituições financeiras oficiais de fomento; as disposições relativas às Políticas de Recursos Humanos, dentre outras.

3.1.2.1 – Análise das Exigências Previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal

No que diz respeito às exigências previstas na LRF contida nos arts. 4º, 5º, 8º 14, 16 e 45, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, para exercício de 2017, atendeu total ou parcialmente, conforme demonstrado no quadro 1.

Quadro 1 - Quesitos da Lei de Responsabilidade Fiscal. LDO 2017.

Exigências	Atendimento/ atendimento parcial	Evidência na Lei nº 17.051/2016
1. Regras que permitam o equilíbrio entre receitas e despesas (art. 4º, I, a).	Sim	Arts. 15, 16 parágrafo único, 17, 18 e 20.
2. Critérios e formas de limitação de empenho (art. 4º, I, b).	Sim	Art. 21, parágrafo único
3. Normas relativas ao controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos (art. 4º, I, e)	Parcial	Art. 13, 50
4. Condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas (art. 4º, I, f);	Sim	Art. 45, I, II, III, parágrafo único
5. Anexo de Metas Fiscais (art. 4º, § 1º e 2º)	Sim	Anexo de Metas Fiscais
6. Anexo de Riscos Fiscais (art. 4º, § 1º)	Sim	Anexo de Riscos Fiscais
7. Montante e forma de utilização da reserva de contingência (art. 5º, III)	Sim	Art. 19
8. Regras para a programação financeira e o cronograma de desembolso (art. 8º)	Sim	Art. 20
9. Condições para concessão ou ampliação da renúncia de receita (art. 14, caput)	Sim	Art. 33 e 44
10. Definição do que se considera despesa irrelevante (art. 16, § 3º)	Sim	Art. 49
11. Requisitos para a inclusão de novos projetos na LOA	Sim	Art. 5º

Fonte: Lei nº 17.051 de 16 de dezembro de 2016; Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em relação às exigências contidas no item “3”, observa-se que, no exercício em análise, a LDO não trouxe artigo que indique os mecanismos de controle de custos e nem a metodologia de avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos públicos estaduais. Em que pese ainda a LDO não referenciar dispositivo legal, o Estado para tentar enfrentar essa questão, em 2013, criou um Grupo de Trabalho de Custos[1] (GTCUSTOS) coordenado pela Diretoria de Contabilidade Geral - DCOG para calcular o custo do aluno em 30 escolas catarinenses. Em 2014 esse levantamento foi ampliado para 175 escolas. Em 2015, após a realização desses dois projetos experimentais de Apuração de Custos dos Serviços de Educação do Estado de Santa Catarina, foi dado início ao desenvolvimento de um sistema para apuração e controle de custos, com o propósito de “demonstrar o quanto de recursos públicos foram consumidos para produzir determinado bem ou serviço para a população, bem como oferecer mais subsídios para a melhoria do planejamento e da gestão governamental com vistas ao uso eficiente dos recursos públicos”[2]. Em 2016, as ações se concentraram na criação de uma ferramenta tecnológica capaz de integrar, em uma única base de dados, diversas informações constantes nos sistemas utilizados para a gestão do Estado. Com isso foram integradas as bases de dados de energia elétrica (Celesc); de água (CASAN e SAMAE); de recursos humanos (gastos com servidores e encargos); de informações penitenciárias (IPEN); de material de consumo (materiais de expediente, combustíveis e lubrificantes) e serviços (terceirizados e manutenções).

Em 2017, ao Grupo de Trabalho de Custos foram agregados os Contadores Fazendários das unidades gestoras do Poder Executivo para associarem os centros de custos dos órgãos do Estado. Para o melhor desempenho e organização das atividades relacionadas ao

[1] Decreto nº 1.365, de 1º de fevereiro de 2013.
[2] Balanço Geral do Estado. Prestação de Contas Anual 2016.

desenvolvimento, à implantação, à manutenção corretiva e evolutiva e à utilização do Sistema de Informações de Custos de Santa Catarina – SIC/SC foi criada a Coordenadoria do Sistema de Custos – COSIC, subordinada à DCOG.

No decorrer do ano houve a integração das informações contidas no Sistema de Gestão Educacional de Santa Catarina – SISGESC da Secretaria de Estado de Educação. Os dados físicos do sistema IPEN – Informações Penitenciárias da Secretaria de Justiça e Cidadania também foram integrados. Os processos de validação dos dados quantitativos desses sistemas foram iniciados a fim de propiciarem a formação do custo unitário.

No processo de validação da integração, são identificadas oportunidades de melhorias, que implementadas aumentam a confiabilidade dos dados, fortalecendo a característica do modelo de gestão de custos.

Os custos originados dos sistemas estruturantes estão sendo adicionados de forma gradual ao SICSC.

A implantação do modelo de custos na sua íntegra proporcionará benefícios ao Estado, como a organização estrutural dos órgãos, a integração de dados, a disponibilização de informações de custos em tempo real, a otimização de recursos, o aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão de desempenho, a qualidade e a transparência do gasto público.

Ainda existem poucos referenciais que podem servir de parâmetros e exemplos de boas práticas. O desafio de criar uma base unificada para todos os custos do Governo é um trabalho complexo e requer o engajamento de diversos atores e a criação de uma cultura para o controle e a gestão de custos.

No que tange a avaliação de programas o Decreto nº 1.324, de 31 de dezembro de 2012, instituiu o processo de acompanhamento físico e financeiro e de avaliação do Plano Plurianual. Referido processo tem por finalidades divulgar informações de interesse público; acompanhar e avaliar os produtos e os resultados alcançados pela ação governamental; qualificar os processos de elaboração e revisão do PPA, da LDO e da LOA; corrigir desvios de execução e melhorar a alocação dos recursos públicos e subsidiar a elaboração do Relatório de Prestação de Contas do Estado encaminhado anualmente à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e ao Tribunal de Contas do Estado.

De acordo com o art. 4º, o processo de acompanhamento físico e financeiro e de avaliação do PPA constitui-se de duas etapas. A primeira é o **acompanhamento** que consiste no monitoramento sistemático das metas física e financeira das subações constantes do PPA e da LOA. A segunda etapa é a **avaliação** que consiste na mensuração dos resultados obtidos por meio da execução dos programas e subações constantes no PPA.

Para instrumentalizar esse processo, o Estado de Santa Catarina desenvolveu o módulo de Acompanhamento Físico e Financeiro no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF, sistema informatizado de monitoramento dos produtos das subações constantes no PPA.

Desde 2012 a Diretoria de Planejamento Orçamentário - DIOR vem realizando treinamentos e capacitações às áreas de planejamento e orçamento para que estas possam desempenhar as atividades relacionadas ao monitoramento e avaliação de ações e programas governamentais. Anualmente a DIOR vem realizando revisões no PPA com vistas a aprimorar metas, objetivos e indicadores do plano para que sejam passíveis de serem monitorados e avaliados.

Para 2018 novas iniciativas estão em curso que propiciarão avaliar resultados, dentre elas a publicação do Portal de Acompanhamento Físico e Financeira no Portal da Transparência do Governo do Estado e a inclusão do ícone Indicadores PPA que demonstra a meta de cada programa de Governo a partir de 2018.

3.1.3 – Lei Orçamentária Anual

A legislação aplicada à execução orçamentária está disciplinada na Lei Federal nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000, além de observar a normatização efetuada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público - NBC TSP bem como o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. A citada legislação visa colaborar com o processo de elaboração e execução do orçamento quanto às receitas e despesas orçamentárias da Administração Pública.

O Orçamento Geral do Estado teve seus valores consignados na Lei nº 17.063, de 21 de dezembro de 2016, estimando as receitas e fixando as despesas em R$ 26 bilhões.

3.1.3.1 – Análise das Exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei nº 4.320/64

No que diz respeito às exigências previstas no art. 5º da Lei Complementar nº 101/00 e 2º da Lei nº 4.320/64, a LOA 2017 atendeu, atendeu de forma parcial ou não atendeu, conforme demonstrado no quadro 2.

Quadro 2 - Quesitos da Lei de Responsabilidade Fiscal. LOA 2017.

Exigências	Atendimento/ não atendimento	Evidência na Lei 17.063/2016
1. Demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes no Anexo de Metas Fiscais da LDO (art. 5º, I);	Não	
2. Demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado. (art. 5º, II);	Parcial	
3. Reserva de contingência a ser utilizada na forma definida na LDO (art. 5º, III);	Sim	Anexo Único
4. Despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão (art. 5º, §1º);	Sim	Anexo Único
5. Refinanciamento da dívida pública (art. 5º, § 2º);	Não se aplica	
6. Limite da atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada (art. 5º, § 3º).	Não se aplica	

Fonte: Lei nº 17.063, de 21 de dezembro de 2016
Nota 1
Demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia deve demonstrar qualquer uma das operações mencionadas no § 6º do art. 165 da CF que afetarão o montante da receita a ser arrecadada, por meio de demonstrativo que evidencie a ocorrência do impacto, em face da diminuição da receita. Relativamente às despesas, também, deverá evidenciar esses efeitos. Em casos dessa natureza, há necessidade de que elas venham acompanhadas de outros benefícios à comunidade, como a concessão de incentivos fiscais para que uma fábrica se instale na região onde deveriam ser cobrados os impostos. No entanto, mesmo deixando de recebê-los, justifica-se pela criação da fábrica, a qual abrirá vagas para um número determinado de empregos diretos e indiretos. Ou seja, é necessário demonstrar que essas ações sejam precedidas de outras que criaram benefícios à população, por meio de empregos diretos e outros serviços, e que venham a justificar a decisão tomada.

Com referência à exigência indicada no item “5”, informa-se que não houve, no exercício em referência, refinanciamento da dívida pública, não necessitando, assim, sua demonstração em separado

como demanda a LRF, o que implica no atendimento do item em análise.

Destaque-se que a exigência relativa ao item "6" não é aplicável ao estado de Santa Catarina uma vez que a dívida estadual é de natureza contratual e não mobiliária.

Por fim, constatou-se que as exigências contidas no artigo 2º da Lei nº 4.320/64 foram atendidas pela Lei nº 17.063/2016.

Quanto ao quesito 1 em resposta ao comunicado emitido pela Diretoria de Auditoria Geral, a Diretoria de Planejamento Orçamentário informou que para o exercício de 2018 elaborou Demonstrativo da Compatibilidade entre a LDO e LOA apresentando notas explicativas quanto as principais incompatibilidades na análise das estimativas das receitas e das despesas.

Quanto ao quesito 2 em resposta ao comunicado emitido pela Diretoria de Auditoria Geral, a Diretoria de Planejamento Orçamentário informou que referido demonstrativo é elaborado pela Diretoria de Administração Tributária e incorporado à Exposição de Motivos que acompanha o projeto de lei do orçamento anual (Exposição de Motivos nº 249/2016) páginas 12 a 23.

Ao longo de 2017, o Secretário de Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 207/SEF de 12 de junho de 2017 considerando a decisão proferida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina no parecer prévio para julgamento das contas do Governo do Estado relativas ao ano de 2016, determinou ao Diretor de Administração Tributária a realização de análise dos benefícios tributários concedidos pelo Estado de Santa Catarina, por setor econômico, observado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para apresentar relatório. Em dezembro de 2017, foi publicada a Portaria SEF nº 466/2017, na qual o Secretário de Estado da Fazenda, concedeu dilação de prazo de 90 (noventa) dias para apresentar o relatório previsto.

3.1.3.2 – Receitas

No decorrer deste tópico, será demonstrado o comportamento das Receitas realizadas (arrecadadas), identificando, quando possível e pertinente, os fenômenos econômicos e financeiros que, direta ou indiretamente, afetaram as finanças públicas estaduais, de forma consolidada.

Tabela 3 - Evolução da Receita Arrecadada por Categoria Econômica. R$ milhões

Ano	Receitas Corrente		Receitas de Capital		Total	
	Nominal	Real[1]	Nominal	Real*	Nominal	Real
2013	25.104	32.503	2.175	2.816	27.279	35.320
2014	27.386	33.277	1.904	2.314	29.290	35.590
2015	29.517	32.465	1.286	1.414	30.803	33.879
2016	31.388	32.268	1.377	1.416	32.765	33.684
2017	33.054	33.054	1.643	1.643	34.697	34.697

Fonte: Balanço Geral do Estado – BGE/2013-2016 (incluídas as receitas intraorçamentárias); SIGEF – Comparativo da receita orçada com a arrecadada. Ano base 2017. Dezembro.
Nota:
1 - Os valores foram atualizados pelo IPCA de 31.12.2017. Disponível em:< http://calculoexato.com.br/parprima.aspx?codMenu=FinanAtualizaIndice>

Ao se analisar as variações, em termos nominais, verifica-se que a receita total teve um crescimento, no período de cinco anos (2013-2017), de R$ 7,4 bilhões. Anualmente as receitas totais tiveram crescimentos sucessivos. No entanto, em termos reais, a receita total teve um decréscimo em relação a 2013 na ordem de R$ 623 milhões. Em 2015 a receita decresceu R$ 1,7 bilhão, quando comparada com o ano de 2014 e em 2016 teve novo decréscimo na ordem de 195 milhões quando comparada com o exercício anterior. Em 2017, o valor arrecadado quando comparado com o exercício de

2016 teve incremento na ordem de R$ 1 bilhão indicando uma reversão na tendência apontada.

A arrecadação tributária (ICMS, IPVA, ITCMD e taxas) do mês de dezembro foi a melhor do ano. O valor fechou em R$ 2,12 bilhões. Os melhores meses até então em termos de volume arrecadado tinham sido agosto e setembro. Em contraponto, os piores desempenhos foram em fevereiro e maio.

Considerando-se o cenário econômico adverso, o desempenho foi resultado de um grande esforço fiscal, com realização de 275 operações no ano com o objetivo de recuperar impostos sonegados e regularizar a situação das empresas. A Fazenda de Santa Catarina investiu em recursos tecnológicos para consolidar as atividades de inteligência fiscal e de controle.

A tabela 4 demonstra a comparação entre a Receita Prevista e a Arrecadada no Poder Executivo no ano de 2017.

Tabela 4 - Comparativo entre a Receita Prevista e a Arrecadada por categoria econômica. Ano 2017. R$ milhões

Categoria/Origem	Previsão Inicial (a)	Arrecadação Bruta (b)	% Realização (b/a)	% Participação
Receitas Correntes	**34.103**	**33.053**	**96,92**	**95,26**
Receitas Tributárias	23.555	23.041	97,82	66,41
Impostos	22.849	22.360	97,86	64,45
Taxas	706	681	96,46	1,96
Receitas de Contribuições	**1.817**	**2.338**	**128,67**	**6,74**
Receita Patrimonial	**891**	**769**	**86,31**	**2,22**
Receita Agropecuária	**1**	**1**	**100**	**0**
Receita Industrial	**4**	**3**	**75**	**0,01**
Receita de Serviços	**1.039**	**796**	**76,61**	**2,29**
Transferências Correntes	**5.837**	**4.971**	**85,16**	**14,33**
Transferências Intergovernamentais	5.147	4.591	89,2	13,23
Transferências de Instituições Privadas	546	322	58,97	0,93
Transferências de Pessoas	0	2	353,22	0,01
Transferências de Convênios	144	56	38,89	0,16
Outras Receitas Correntes	**959**	**1.134**	**118,25**	**3,27**
Multas e Juros de Mora	328	386	117,68	1,11
Indenizações e Restituições	128	181	141,41	0,52
Receita da Dívida Ativa	72	257	356,94	0,74
Receitas Diversas	431	310	71,93	0,89
Receitas de Capital	**1.398**	**1.643**	**117,53**	**4,74**
Operações de Crédito	1.249	1.572	125,86	4,53
Alienação de Bens	50	5	10	0,01
Amortização de Empréstimos	12	25	208,33	0,07
Transferências de Capital	51	36	70,59	0,1
Outras Receitas de Capital	36	5	13,89	0,01
Total	**35.501**	**34.696**	**97,73**	**100**

Fonte: SIGEF. Relatórios Contábeis Gerenciais. Comparativo da Receita Orçada com a Arrecada (incluídas as receitas intra-orçamentárias). Consolidado Geral. Ano Base 2017. Dezembro.

Da Previsão Inicial, em 2017, no montante de R$ 35,5 bilhões, o Estado arrecadou de receitas a cifra de R$ 34,69 bilhões atingindo a meta de 97,73%. Isso representou uma frustação no montante de R$ 807 milhões. No entanto, o valor arrecadado, se comparado ao exercício de 2016 apresentou um incremento nominal de R$ 1,9 bilhão.

Em 2017 as receitas correntes representaram cerca de 95,26% da arrecadação total, sendo as receitas tributárias e as transferências correntes aquelas que apresentaram maiores valores, correspondendo a 80,74% do total de recursos arrecadados no exercício.

Das receitas de capital, destaca-se a arrecadação oriunda das operações de crédito, no montante de R$ 1,57 bilhão,

correspondendo a 4,53% do total arrecadado das receitas, o que representou um percentual de realização na ordem de 126%.

3.1.3.3 – Despesas

A tabela 5 apresenta a evolução da despesa, em valores nominal e real, de forma consolidada no período de 2013 a 2017. Os valores foram atualizados pelo IPCA
- Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado mensalmente pelo IBGE.

Tabela 5 - Evolução da Despesa por Categoria Econômica. Período 2013 a 2017. R$ milhões

Ano	Despesas Correntes		Despesas de Capital		Total	
	Nominal	Real[1]	Nominal	Real	Nominal	Real
2013	15.811	20.471	2.866	3.711	18.677	24.182
2014	18.093	21.985	2.695	3.275	20.788	25.259
2015	19.882	21.868	2.629	2.892	22.511	24.759
2016	21.698	22.306	2.481	2.551	24.179	24.857
2017	23.075	23.075	2.520	2.520	25.595	25.595

Fonte: SIGEF. LOA. Quadros consolidados Orçamentos Fiscal e Seguridade. Ano base 2017; SIGEF. Imprimir Execução Orçamentária. Consolidado Geral. Ano base 2016 e 2017. Dezembro.
Nota:
1 - Os valores foram atualizados pelo IPCA de 31.12.2017. Disponível em:< http://calculoexato.com.br/parprima.aspx?codMenu=FinanAtualizaIndice

Ao se analisar as variações, em termos nominais, verifica-se que a despesa total teve um crescimento, no período de cinco anos (2013-2017), de R$ 6,9 bilhões. Em termos reais, a despesa total teve um acréscimo de R$ 1,4 bilhão no período. Isso em parte refletido pela diminuição das receitas e da crise ocorrida nesse período.

Em termos reais no ano de 2017, os valores das Despesas Correntes aumentaram em R$ 769 milhões se comparados com 2016. Em contrapartida, as despesas de capital nesse período foram reduzidas em R$ 31 milhões.

A tabela 6 apresenta a execução da despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social de forma consolidada no ano de 2017.

Tabela 6 - Despesa Autorizada x Despesa Executada. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Consolidado Geral. Ano 2017. R$ milhões

Categoria/Grupo	Dotação Atualizada (a)	Empenhado (b)	% (b/a)	% (b/c)
Despesas Correntes	**25.663**	**23.075**	**89,92**	**90,15**
Pessoal e Encargos Sociais	15.853	15.584	98,3	60,89
Juros e Encargos da Dívida	857	771	89,96	3,01
Outras Despesas Correntes	8.952	6.720	75,07	26,26
Despesas de Capital	**4.767**	**2.520**	**52,86**	**9,85**
Investimentos	3.901	1.915	49,09	7,48
Inversões Financeiras	188	69	36,9	0,27
Amortizações	679	536	78,94	2,09
Total	**30.430**	**25.595(c)**	**84,11**	**100**

Fonte: SIGEF. Imprimir Execução Orçamentária por Categoria Econômica. Consolidado Geral. Execução. Ano 2017. Dezembro.

O total de despesas executadas, frente à dotação consignada no orçamento, representou uma execução de 84,11%. Tal situação demonstra que cerca de 15,89% da dotação fixada no orçamento não foi de fato executada no exercício.

Em 2017, a execução do orçamento do Estado de Santa Catarina foi de 90,15% para despesas correntes e 9,85% para despesas de capital.

Observa-se que na primeira categoria, o destaque ficou para "Pessoal e Encargos Sociais" correspondendo a 60,89% do total dos gastos. Esse grupo também obteve a maior execução, a qual correspondeu a 98,30% da dotação orçamentária, patamar que pode ser justificado pelo caráter previsível e obrigatório desse tipo de despesa.

Na categoria Despesas de Capital, o destaque ficou para "Investimentos" cuja representatividade atingiu 7,48% no total empenhado, contudo, o nível de execução orçamentária ficou em 49,09% em relação à dotação autorizada. O grupo de despesa com menor nível de execução foi o de Inversões financeiras o que representou 36,90% frente a dotação orçamentária.

3.2 Execução Orçamentária no Poder Executivo

A despesa empenhada será o principal enfoque da análise da execução orçamentária, pois de acordo com a Lei nº 4.320/64 esse estágio da despesa corresponde ao ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento. Em outras palavras, é nessa fase que o empenho da despesa significa a intenção de compra ou contratação estabelecida entre o setor público e terceiros. Para o setor público, é uma obrigação futura a assumir, para o credor privado, é uma garantia equivalente a um pedido comercial.[3]

3.2.1 – Execução Orçamentária por Grupo de Natureza de Despesa no Poder Executivo

A tabela 7 apresenta as despesas empenhadas nos exercícios de 2016 e 2017, detalhadas por grupo de natureza de despesa e a correspondente variação entre os exercícios, permitindo observar qual grupo mais contribuiu para o aumento do gasto no âmbito do Poder Executivo

Tabela 7 - Execução Orçamentária por Grupo de Natureza de Despesa. Poder Executivo. Ano 2017. Valores Empenhados. R$ milhões.

Grupo de despesas	2016	2017	Variação	%
Despesas Correntes	**18.370**	**19.233**	**863**	**4,69%**
Pessoal e Encargos Sociais	12.252	12.795	542	4,43%
Juros e Encargos da Dívida	671	771	100	14,84%
Outras Despesas Correntes	5.447	5.667	220	4,05%
Despesas de Capital	**2.374**	**2.382**	**8**	**0,31%**
Investimentos	1.711	1.800	89	5,20%
Inversões Financeiras	53	46	-7	-12,93%
Amortização da Dívida	610	536	-75	-12,25%
Total	**20.745**	**21.614**	**870**	**4,19%**

Fonte: SIGEF. Imprimir Execução Orçamentária por Grupo de natureza de Despesa. Poder Executivo. Dez 2017 (acumulado).

A elevação no total da despesa empenhada ocorrida no período analisado foi de R$ 870 milhões, representando 4,19%.

Esse pequeno acréscimo foi fortemente impactado pela variação negativa ocorrida no item de "Amortização da Dívida", que teve queda no período de R$ 75 milhões, representando 12,25%, seguida das Inversões Financeiras, que tiveram redução de R$ 7 milhões.

De outro lado, as despesas com Juros e Encargos da Dívida tiveram acréscimo de 14,84%, representando em termos nominais o valor de R$ 100 milhões seguidas dos itens "Pessoal e Encargos Sociais" e "Outras Despesas Correntes" com acréscimo de 4,43% e 4,05% respectivamente.

3.2.2 – Execução Orçamentária por Modalidade de Aplicação no Poder Executivo

A tabela 8 apresenta a execução da despesa segundo as formas de execução, ou seja, direta ou indireta, com base nas modalidades de aplicação.

[3] Comentários à lei nº 4.320/Flávio da Cruz...|et al.|. São Paulo: Atlas, 1999.

Tabela 8 - Execução Orçamentária por Modalidade de Aplicação. Poder Executivo. Ano 2017. Valores Empenhados. R$ milhões.

Modalidade de aplicação	2016	2017	Variação	%	Represent 2017
Direta	**19.346**	**20.233**	**887**	**4,58**	**93,61**
Aplicações Diretas	18.060	18.917	857	4,74	87,52
Aplicação Direta Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	1.286	1.316	30	2,35	6,09
Descentralizada	**1.398**	**1.381**	**-17**	**-1,22**	**6,39**
Transferências a União	0	2	2	100	0,01
Execução Orçamentária Delegada à União	2	5	3	174,3	0,02
Transferências a Municípios	308	221	-87	-28,12	1,02
Transferências a Municípios Fundo a Fundo	177	146	-31	-17,42	0,68
Execução Orçamentária Delegada aos Municípios	94	112	17	18,52	0,52
Transferência a Inst. Priv. s/ Fins Lucrativos	796	845	50	6,22	3,91
Transferência a Inst. Privadas c/ Fins Lucrativos	21	49	28	132,05	0,23
Total	**20.745**	**21.614**	**870**	**4,19**	**100**

Fonte: SIGEF. Imprimir Execução Orçamentária por Modalidade de Aplicação. Poder Executivo. Dez 2017 (acumulado)

A tabela acima apresenta a execução da despesa segundo as formas de execução, ou seja, direta ou indireta, com base nas modalidades de aplicação. O maior montante de recursos despendidos em 2017 foi executado diretamente, totalizando R$ 20,23 bilhões, ou seja, 93,61% do total da despesa executada.

A execução das despesas, realizada de forma descentralizada, correspondeu a cerca de R$ 1,38 bilhão (6,39% do total da despesa executada). Desse montante os recursos executados foram concentrados prioritariamente nas transferências destinadas a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (61,19% - R$ 845 milhões), Transferências a Municípios (16% - R$ 221 milhões) e Transferências a Municípios - Fundo a Fundo (10,57% - R$ 146 milhões), totalizando 87,76%.

Em comparação ao mesmo período do exercício anterior as aplicações de forma descentralizadas ficaram reduzidas em R$ 17 milhões, enquanto que as de forma centralizada (direta) aumentaram em R$ 887 milhões.

3.2.3 – Despesas por Função

A classificação funcional segrega as dotações orçamentárias em funções e subfunções, buscando responder basicamente à indagação "em que" área de ação governamental a despesa foi realizada. A função pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público se relaciona com a missão institucional do órgão, como por exemplo a cultura, a educação, a saúde, a defesa dentre outras.

A tabela 9 demonstra, em ordem decrescente, os valores empenhados em cada função, a fim de demonstrar em qual área de governo as ações foram priorizadas.

Tabela 9 - Despesa por Função. Poder Executivo. Valores Empenhados. Ano 2017. R$ milhões.

Função	2016	2017	Variação	%	Represent 2017
Previdência Social	5.231	5.538	308	5,88	25,62
Educação	3.347	3.432	85	2,54	15,88
Saúde	3.011	3.127	117	3,87	14,47
Segurança Pública	2.614	2.694	80	3,05	12,46
Administração	1.851	1.864	13	0,68	8,62
Transporte	1.225	1.317	91	7,47	6,09
Encargos Especiais	1.280	1.302	22	1,74	6,03
Direitos da Cidadania	816	897	81	9,87	4,15
Agricultura	629	674	46	7,26	3,12
Essencial à Justiça	203	182	-20	-10,04	0,84
Gestão Ambiental	119	133	14	11,71	0,61
Comércio e Serviços	66	118	52	79,21	0,55
Assistência Social	101	102	1	0,75	0,47
Demais Funções[1]	251	233	-18	-7,24	1,08
Total	**20.745**	**21.614**	**870**	**4,19**	**100**

Fonte: SIGEF. Imprimir Execução Orçamentária por Função. Poder Executivo. Dez 2017 (acumulado)
Nota:

1 - Demais Funções: Comunicações, Ciência e Tecnologia, Desporto e Lazer, Cultura, Habitação, Trabalho, Relações Exteriores, Legislativa, Saneamento, Energia e Urbanismo tiveram representatividade inferior a 0,5% do valor empenhado no ano de 2017.

Constata-se que a função mais representativa é a Previdência Social, seguida das funções Educação, Saúde, Segurança Pública, Administração, Transporte, Encargos Especiais, Direitos da Cidadania e Agricultura, funções essas que concentram grande parte das despesas obrigatórias do Poder Executivo. Essas nove funções representam 96,44% dos gastos públicos estaduais no ano de 2017.

As funções Comunicações, Ciência e Tecnologia, Desporto e Lazer, Cultura, Habitação, Trabalho, Relações Exteriores, Legislativa, Saneamento, Energia e Urbanismo tiveram representatividade inferior a 0,5% do valor empenhado no ano de 2017. No total tiveram representatividade de 1,08%. As funções Comunicações, Desporto e Lazer, Trabalho, Relações Exteriores e Urbanismo se somadas tiveram redução na ordem de R$ 25,54 milhões, quando comparadas ao exercício anterior. Em contrapartida as funções Ciência e Tecnologia, Cultura, Habitação, Legislativa, Saneamento e Energia tiveram acréscimo total na ordem de R$ 7,82 milhões em 2017 se comparadas com 2016.

A Previdência Social teve o maior volume de recursos alocados no exercício de 2017, cujo valor correspondeu a 25,62% do total de recursos empenhados no ano.

A Tabela 10 apresenta detalhadamente as ações alocadas nesta função.

Tabela 10 – Função Previdência Social. Valores Empenhados. Ano 2017. R$ milhões

Ações	2016	2017	Variação	%	Represent 2017
Encargos com inativos	4.159	4.432	273	6,56	80,03
Pensões	959	988	28	2,97	17,84
Pagamento de encargos	47	51	4	8,81	0,91
Administração de pessoal e encargos sociais	42	39	(3)	(6,62)	0,71
Sentenças judiciais	13	19	6	48,98	0,35
Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	7	7	0	1,88	0,13
Auxílio funeral	2	1	(1)	(28,32)	0,03
Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	0	0	0	68,66	0,01
Encargos com estagiários	0	0	0	62,36	0
Manutenção, aquisição e ampliação de imóvel	1	0	(1)	(93,78)	0
Contratação de serviços	0	0	0	0,84	0
Capacitação profissional dos agentes públicos	0	0	0	5,02	0
Total	**5.231**	**5.538**	**308**	**5,88**	**100**

Fonte: SIGEF
Nota: Os dados do SIGEF foram exportados para o *Qlikview* uma solução de *Business Intelligence* que auxilia a organização e análise de dos dados

Constata-se que a despesa relativa com Inativos apresentou um crescimento de 6,56% e correspondeu a 80,03% do valor total da função Previdência Social em 2017.

Considerando que o aumento ocorrido com Pessoal e Encargos foi de 4,43% (Tabela 7), resta demonstrado que a despesa com Inativos é o fator que vem ocasionando o maior impacto no crescimento dessa despesa no Poder executivo.

Cerca de 95% da despesa com inativos encontra-se concentrada em 10 Órgãos e Entidades conforme demonstrado na tabela 11.

Tabela 11 – Despesa com Inativos por Órgãos e Entidades. Valores Empenhados. Ano 2017. R$ milhões.

Órgãos e Entidades	Valor	%
1. Secretaria de Estado da Educação	1.679	37,89
2. Policia Militar do Estado de Santa Catarina	1.026	23,15
3. Secretaria de Estado da Fazenda	393	8,86
4. Fundo Estadual de Saúde	389	8,78
5. Secretaria de Estado da Segurança Pública	278	6,27
6. Departamento Estadual de Infraestrutura	126	2,83
7. Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina	124	2,8
8. Secretaria de Estado da Administração	67	1,51
9. Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	65	1,48
10. Fundação Catarinense de Educação Especial	59	1,32
11. Demais unidades	227	5,11
Total	**4.432**	**100**

Fonte: SIGEF
Nota: Os dados do SIGEF foram exportados para o *Qlikview* uma solução de *Business Intelligence* que auxilia a organização e análise de dos dados.

Constata-se que 82% da despesa com inativos foram realizadas por órgãos ou entidades da Educação (41%), Segurança (32%) e Saúde (9%), ou seja, áreas finalísticas do Poder Executivo.

3.2.4 – Execução dos Programas de Governo

O programa é o instrumento de organização da execução das atividades governamentais visando à concretização dos objetivos. Um programa deve ser constituído para dar solução a um problema demandado pela sociedade mediante um conjunto articulado de ações (projetos e/ou atividades) que assegurem sua execução.

De acordo com o PPA os 74 Programas Governamentais foram subdivididos em: **63 Temáticos**, aqueles que proporcionam bens ou serviços ofertados diretamente à sociedade e **11 de Gestão, Manutenção e de Serviços do Estado** que compreendem os programas relativos à gestão de pessoas, à gestão previdenciária, à gestão administrativa, fiscal e financeira, a gestão da dívida e ainda à comunicação.

Dentre os vários enfoques que podem ser aplicados na avaliação dos Programas de Governo esta análise visa aferir a capacidade do Estado de cumprir com o estabelecido em seu planejamento, sob o ponto de vista da execução dos recursos orçamentários fixados na LOA 2017.

As metas físicas não foram objeto desta análise, em virtude de divergências constatadas no tocante a adequação, controle e unidade de medida utilizada na mensuração do grau de execução de determinadas subações.

Impende destacar que estamos em tratativas com a área responsável para implementar os ajustes necessários a fim de viabilizar sua futura avaliação.

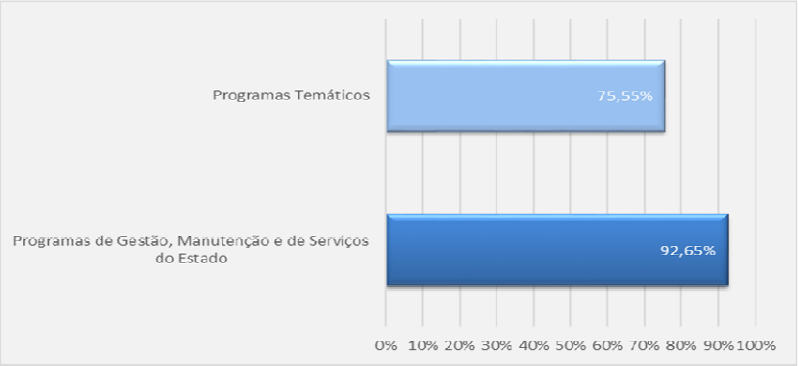
No exercício financeiro de 2017, o valor total empenhado nos Programas do Poder Executivo, foi de R$ 21,61 bilhões, montante esse que representou uma execução de 84,47% do valor total da dotação atualizada. Percebe-se que a execução do orçamento ficou em R$ 3,97 bilhões abaixo do previsto.

Tabela 12 – Execução por Tipo de Programas. Ano 2017.

Tipo de Progama	Dotação Atualizada (a)	Empenhado (b)	Represent (b/c)	Execução (b/a)
Programas de Gestão, Manutenção e de Serviços do Estado	13.347.293.272	12.366.043.479	57,21%	92 65%
Programas Temáticos	12.241.806.069	9.248.103.810	42,79%	75 55%
Total	**25.589.099.340**	**21.614.147.289 (c)**	**100,00%**	**84,47%**

Fonte: SIGEF

Gráfico 1 – Execução por Tipo de Programas. Em %. Ano 2017.



Fonte: SIGEF

Nota-se que os Programas de Gestão, Manutenção e de Serviços do Estado tiveram maior representatividade, respondendo por 57,21%, correspondentes a R$ 12,36 bilhões e apresentaram um índice de execução de 92,65%, enquanto os Programas Temáticos representaram 42,79%, correspondentes a R$ 9,24 bilhões e apresentaram um índice de execução de 75,55%.

Por meio dos resultados obtidos observa-se que houve um bom grau de execução orçamentária dos Programas estabelecidos pelo Governo, apesar das incertezas econômicas e políticas que rondaram o País e o Estado.

3.2.4.1 – Execução Financeira dos Programas de Governo

Neste item será apresentada a execução financeira dos programas de governo, que representa a capacidade da gestão em executar os programas de acordo com os valores estabelecidos na LOA.

A tabela 13 apresenta a dotação atualizada e o valor empenhado para cada programa, sua representatividade em relação ao valor total empenhado no exercício e o percentual de execução orçamentária, que representa a relação entre o valor empenhado e o valor da dotação atualizada, independentemente do Tipo.

A ordem de apresentação da tabela segue a sequência decrescente da representatividade dos Programas.

Tabela 13 - Execução Financeira por Programas. LOA 2017.

Cód. Prog	Programa	Dotação Atualizada (a)	Empenhado (b)	Execução (b/a)	Represent (b/c)
860	Gestão Previdenciária	5.455.805.442	5.440.703.574	99,72%	25,17%
850	Gestão de Pessoas	3.796.134.303	3.752.689.954	98,86%	17,36%
706	De Olho no Crime	2.049.248.177	2.008.216.009	98%	9,29%
625	Valorização dos Profissionais da Educação	2.068.446.266	1.999.560.865	96,67%	9,25%
900	Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.406.164.572	1.724.692.174	71,68%	7,98%
990	Encargos Especiais	1.531.603.574	1.302.359.028	85,03%	6,03%
430	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	1.537.251.308	1.230.754.473	80,06%	5,69%
610	Educação Básica com Qualidade e Equidade	848.917.668	551.640.156	64,98%	2,55%
101	Acelera Santa Catarina	1.107.875.140	465.126.082	41,98%	2,15%
705	Segurança Cidadã	393.352.506	384.810.721	97,83%	1,78%
110	Construção de Rodovias	600.385.188	382.896.453	63,78%	1,77%
140	Reabilitação e Aumento de Capacidade de Rodovias	352.826.985	240.215.829	68,08%	1,11%
707	Suporte Institucional Integrado	279.987.460	225.033.151	80,37%	1,04%
740	Gestão do Sistema Prisional e Socioeducativo	241.441.905	186.093.012	77,08%	0,86%
400	Gestão do SUS	199.471.023	182.308.179	91,4%	0,84%

Cód. Prog	Programa	Dotação Atualizada (a)	Empenhado (b)	Execução (b/a)	Represent (b/c)
100	Caminhos do Desenvolvimento	244.246.580	144.083.666	58,99%	0,67%
105	Mobilidade Urbana	214.621.639	107.785.199	50,22%	0,50%
440	Assistência Farmacêutica	111.535.040	105.453.270	94,55%	0,49%
623	Gestão Democrática da Educação	110.000.000	103.191.861	93,81%	0,48%
627	Acesso à Educação Superior	174.478.993	100.948.091	57,86%	0,47%
750	Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	170.342.577	85.741.182	50,33%	0,40%
640	Promoção do Turismo Catarinense	93.101.641	71.008.635	76,27%	0,33%
730	Prevenção e Preparação para Desastres	176.980.378	66.134.142	37,37%	0,31%
420	Atenção Básica	80.712.167	64.840.276	80,34%	0,30%
810	Comunicação do Poder Executivo	62.269.535	60.302.151	96,84%	0,28%
830	Gestão Fiscal e Financeira	50.649.415	42.155.160	83,23%	0,20%
870	Pensões Especiais	39.955.207	39.954.270	100%	0,18%
310	Agronegócio Competitivo	48.713.349	37.563.798	77,11%	0,17%
630	Gestão do Ensino Superior	49.288.129	37.548.020	76,18%	0,17%
520	Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	76.700.744	37.491.497	48,88%	0,17%
510	Gestão do SUAS	49.205.487	36.915.731	75,02%	0,17%
760	Ressocialização dos Apenados e dos Adolescentes Infratores	47.133.626	36.185.719	76,77%	0,17%
230	CTI - Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação	81.089.225	35.779.580	44,12%	0,17%
130	Conservação e Segurança Rodoviária	61.558.504	33.144.042	53,84%	0,15%
320	Agricultura Familiar	52.845.046	32.048.712	60,65%	0,15%
342	Revitalização da Economia Catarinense - PREC	25.030.456	22.481.553	89,82%	0,10%
650	Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	31.394.678	21.402.535	68,17%	0,10%
335	Santa Catarina Rural	18.189.306	17.802.311	97,87%	0,08%
410	Vigilância em Saúde	40.425.227	17.800.274	44,03%	0,08%
200	Competitividade e Excelência Econômica	112.617.828	17.520.971	15,56%	0,08%
145	Elaboração de Projetos e Estudos de Infraestrutura	19.003.113	16.003.541	84,22%	0,07%

Cód. Prog	Programa	Dotação Atualizada (a)	Empenhado (b)	Execução (b/a)	Represent (b/c)
660	Pró-Cultura	22.829.733	15.608.307	68,37%	0,07%
315	Defesa Sanitária Agropecuária	18.329.457	11.832.174	64,55%	0,05%
150	Modernização Portuária	105.496.024	11.136.288	10,56%	0,05%
340	Desenvolvimento Ambiental Sustentável	21.498.596	10.928.469	50,83%	0,05%
120	Integração Logística	23.341.100	10.055.954	43,08%	0,05%
745	Fortalecendo Direitos	59.032.458	9.662.031	16,37%	0,04%
350	Gestão dos Recursos Hídricos	25.525.517	9.396.897	36,81%	0,04%
115	Gestão do Sistema de Transporte Intermunicipal de Pessoas	10.508.182	8.613.311	81,97%	0,04%
300	Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	10.373.847	7.085.331	68,3%	0,03%
735	Respostas aos Desastres e Recuperação	22.191.452	6.643.904	29,94%	0,03%
708	Valorização do Servidor - Segurança Pública	10.541.413	6.244.986	59,24%	0,03%
210	Estudos, Projetos e Informações Estratégicas	7.690.001	6.012.073	78,18%	0,03%
915	Gestão Estratégica - Ministério Público	4.835.610	4.835.610	100%	0,02%
731	Gestão de Riscos e Redução de Desastres	10.697.872	4.535.900	42,4%	0,02%
530	Pró-Emprego e Renda	66.221.410	4.355.007	6,58%	0,02%
346	Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável	10.794.077	3.872.417	35,88%	0,02%
211	Metrologia e Qualidade de Produtos e Serviços	3.600.000	3.320.691	92,24%	0,02%
348	Gestão Ambiental Estratégica	13.490.998	3.310.353	24,54%	0,02%
626	Redução das Desigualdades e Valorização da Diversidade	11.400.000	1.838.718	16,13%	0,01%
540	Nova Casa	7.830.706	1.832.126	23,4%	0,01%
910	Gestão Administrativa - Ministério Público	1.443.202	1.443.202	100%	0,01%
920	Gestão Administrativa - Poder Legislativo	1.387.237	1.387.237	100%	0,01%
950	Defesa dos Interesses Sociais	5.308.000	666.010	12,55%	0,00%
825	Formação de Gestores Públicos	478.927	351.650	73,42%	0,00%
212	Promoção Comercial e Cooperação Internacional	285.277	264.596	92,75%	0,00%
360	Abastecimento de Água	170.485	170.035	99,74%	0,00%

Cód. Prog	Programa	Dotação Atualizada (a)	Empenhado (b)	Execução (b/a)	Represent (b/c)
550	Comer Bem SC	1.182.711	139.761	11,82%	0,00%
925	Modernização do Processo Legislativo	102.000	102.000	100%	0,00%
615	Gestão do Ensino Profissional	42.882	42.426	98,94%	0,00%
208	Planejamento Estratégico de Desenvolvimento e Gestão de Informações	30.972	30.972	100%	0,00%
209	Crescendo Juntos - Programa de Desenvolvimento e Redução das Desigualdades Regionais	28.106	28.106	100%	0,00%
204	Missões, Recepções e Eventos Internacionais	9.823	9.823	100%	0,00%
855	Saúde Ocupacional	1.401.858	5.080	0,36%	0,00%
999	Reserva de Contingência	0	0	-	-
	Total	**25.589.099.340**	**21.614.147.289 (c)**	**84,47%**	**100,00%**

Fonte: SIGEF

Nota:

1 - A Reserva de Contingência não apresentou execução. De acordo com o art. 5º, III, b da LRF a Reserva de Contingência se prestaria ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

O resultado da relação entre os valores empenhados e as dotações orçamentárias atualizadas dos Programas foram consolidados e classificados em faixas de execução e são apresentados na tabela 14.

Tabela 14 – Resultado da Execução Orçamentária Consolidado. Ano 2017.

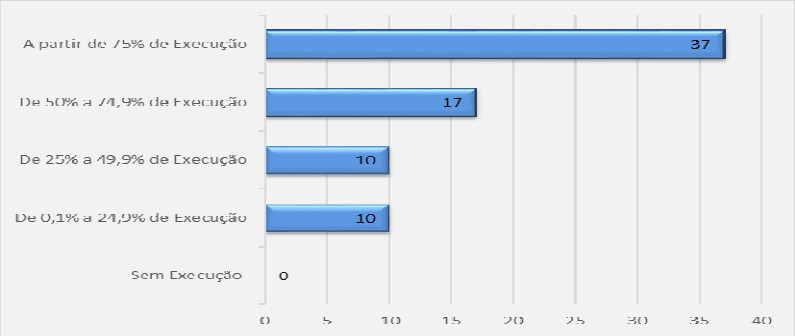
Grau de Execução Orçamentária (Realizado X Previsto)	Quantidade de Programas (a)	Represent (a/b)
Sem Execução	-	-
De 0,1% a 24,9% de Execução	10	13,51%
De 25% a 49,9% de Execução	10	13,51%
De 50% a 74,9% de Execução	17	22,97%
A partir de 75% de Execução	37	50,00%
Total	**74 (b)**	**100,00%**

Fonte: SIGEF

Observa-se que 10 programas obtiveram um grau de execução orçamentária entre 0,1% e 24,9%, enquanto 10 executaram de 25% a 49,9%, 17 executaram entre 50% a 74,9% e 37 executaram acima de 75%.

Ao todo 54 dos 74 programas, 73% do total, executaram acima de 50% do orçamento, sendo a maior parte (37) acima de 75%.

Gráfico 2 - Resultado da Execução Orçamentária Consolidado. Ano 2017.



Fonte: SIGEF

3.2.4.1 – Execução Financeira dos Programas mais representativos

Nesta análise será realizada a avaliação da eficácia financeira dos Programas mais representativos financeiramente.

Assim, dos 74 Programas estabelecidos pelo PPA 07 responderam por 80,78% em relação ao valor total empenhado no exercício.

Tabela 15 – Execução Financeira dos Programas mais Representativos. Ano 2017.

Cód Prog	Programa	Dotação Atualizada (a)	Empenhado (b)	Represent (b/c)	Execução (b/a)
860	Gestão Previdenciária	5.455.805.442	5.440.703.574	25,17%	99,72%
850	Gestão de Pessoas	3.796.134.303	3.752.689.954	17,36%	98,86%
706	De Olho no Crime	2.049.248.177	2.008.216.009	9,29%	98%
625	Valorização dos Profissionais da Educação	2.068.446.266	1.999.560.865	9,25%	96,67%
900	Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.406.164.572	1.724.692.174	7,98%	71,68%
990	Encargos Especiais	1.531.603.574	1.302.359.028	6,03%	85,03%
430	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	1.537.251.308	1.230.754.473	5,69%	80,06%
	Subtotal	**18.844.653.641**	**17.458.976.075**	**80,78%**	**92,65%**
	Demais Programas	6.744.445.699	4.155.171.213	19,22%	61,61%
	Total	**25.589.099.340**	**21.614.147.289 (c)**	**100%**	**84,47%**

Fonte: SIGEF

Os resultados da execução orçamentária desses Programas estão consolidados e classificados na tabela 16.

Tabela 16 – Resultado da Execução Orçamentária. Programas mais Representativos Financeiramente. Ano 2017.

Grau de Execução Orçamentária (Realizado X Previsto)	Quantidade de Programas (a)	Represent (a/b)
Sem Execução	-	-
De 0,1% a 24,9% de Execução	-	-
De 25% a 49,9% de Execução	-	-
De 50% a 74,9% de Execução	1	14,29%
A partir de 75% de Execução	6	85,71%
Total	**7 (b)**	**100,00%**

Fonte: SIGEF

Observa-se que dos 07 programas relevantes apenas 01 apresentou execução orçamentária entre 50% a 74,9%, os demais 06, que representam 85,71%, executaram acima de 75% do orçamento. O demais Programas representam 19,22% do orçamento e tiveram execução de 61,61%.

3.2.4.3 – Eficácia Financeira das Subações Priorizadas – Por Programa

De acordo com o art. 4º, § 1º, da Lei nº 17.051/2016, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2017, as prioridades da Administração Pública Estadual terão precedência na alocação dos recursos no Projeto da Lei Orçamentária Anual, atendidas, primeiramente, as despesas com as obrigações constitucionais e legais, as despesas básicas referenciadas no parágrafo único do art. 17 da mesma lei e as despesas de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, não se constituindo, todavia, em limites para a programação das despesas.

Esta avaliação tem por objetivo apresentar a eficácia financeira das subações priorizadas na LDO, com exceção das pertencentes aos Programas de investimentos das empresas não dependentes, de acordo com seus respectivos Programas. Salienta-se que dentro de um Programa nem todas as subações podem ter sido priorizadas. Para o exercício de 2017 foram priorizadas 71 subações atinentes a 11 Programas.

Destaca-se que nenhum dos Programas priorizados figuraram como mais representativos no item 1.1.2.4.2, que elenca os que tiveram melhor execução financeira.

A tabela 17 apresenta as subações priorizadas agrupadas por Programas e classificados pelo valor empenhado.

Tabela 17 – Subações priorizadas agrupadas por Programas. Ano 2017.

Cód Prog	Programa	Dotação Inicial (a)	Dotação Atualizada (b)	Variação (b-a)	Empenhado (c)	Execução (c/b)
101	Acelera Santa Catarina	295.235.068	672.478.875	377.243.807	305.314.709	45,4%
140	Reabilitação e Aumento de Capacidade de Rodovias	151.800.000	335.203.930	183.403.930	237.403.643	70,82%
110	Construção de Rodovias	256.593.376	374.923.029	118.329.653	230.262.759	61,42%
100	Caminhos do Desenvolvimento	102.765.169	186.389.733	83.624.564	109.283.564	58,63%
105	Mobilidade Urbana	84.300.000	123.161.241	38.861.241	72.560.416	58,91%
750	Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	34.214.978	114.614.409	80.399.431	52.360.648	45,68%
610	Educação Básica com Qualidade	67.137.279	142.845.300	75.708.021	50.672.901	35,47%
730	Prevenção e Preparação para Desastres	93.823.600	143.149.670	49.326.070	48.847.346	34,12%
630	Gestão do Ensino Superior	21.100.000	18.675.260	-2.424.740	13.884.043	74,34%
625	Valorização dos Profissionais da Educação	13.400.000	16.497.349	3.097.349	4.166.233	25,25%
900	Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.000.000	1.098.809	98.809	744.216	67,73%
	Subtotal	**1.121.369.470**	**2.129.037.605**	**1.007.668.135**	**1.125.500.477**	**52,86%**
	Demais Subações	21.343.331.861	23.460.061.735	2.116.729.874	20.488.646.812	87,33%
	Total	**22.464.701.331**	**25.589.099.340**	**3.124.398.009**	**21.614.147.289**	**84,47%**

Fonte: SIGEF

Os resultados da execução orçamentária das subações priorizadas estão consolidadas por Programa e classificados na tabela 18.

Tabela 18 – Resultado da Execução Orçamentária das subações priorizadas na LDO consolidadas por Programas. Ano 2017.

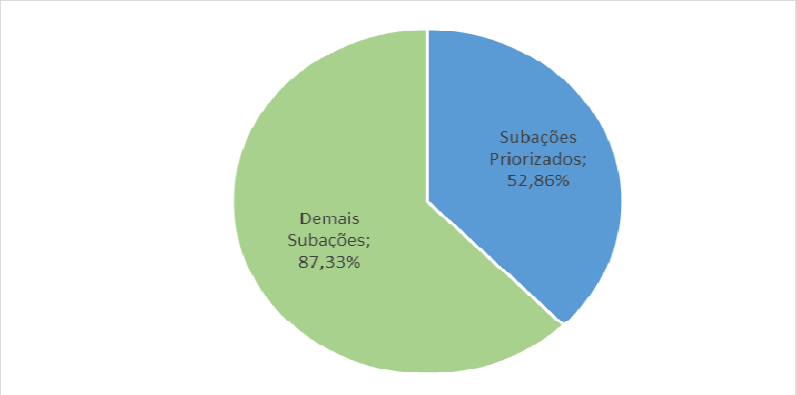
Grau de Execução Orçamentária (Realizado X Previsto)	Quantidade de Programas (a)	Represent (a/b)
Sem Execução	0	0%
De 0,1% a 24,9% de Execução	0	0%
De 25% a 49,9% de Execução	5	45,45%
De 50% a 74,9% de Execução	6	54,55%
A partir de 75% de Execução	0	0%
Total	**11 (b)**	**100%**

Fonte: SIGEF

Ao analisar as subações priorizadas consolidadas em programas, observamos que 05 apresentaram execução orçamentária entre 25% a 49,9% e os demais 06 executaram entre 50% a 74,9%.

Conforme dados da tabela 17, observa-se, ainda, que as subações priorizadas executaram 52,86% da dotação atualizada, que corresponde ao valor de R$ 1,12 bilhão, enquanto as demais 87,33%, que corresponde a R$ 20,48 bilhões.

Gráfico 3 – Execução Orçamentária das subações constantes dos Programas de Governo. Em %. Ano 2017.



Fonte: SIGEF

A seguir será realizada a análise dos 11 Programas subdivididos nas subações priorizadas classificadas pelo valor empenhado.

Programa: Acelera Santa Catarina

Código do Programa: 101

O objetivo do Programa é incrementar a estrutura de atendimento às necessidades da sociedade e melhorar a qualidade de vida e a competitividade das empresas catarinenses.

Tabela 19 – Execução Orçamentária das subações priorizadas no Programa: Acelera Santa Catarina. Ano 2017.

Cód. Subação	Subação	Dotação Inicial (a)	Dotação Atualizada (b)	Variação (b-a)	Empenhado (c)	Execução (c/b)
9367	Reabilitação da ponte Hercílio Luz em Florianópolis	110.000.000	206.391.465	96.391.465	120.467.146	58,37%
1954	Reabilit/aum capac da SC-135/453, trecho Videira - Tangará - Ibicaré - Luzerna - Joaçaba - BR-282	20.000.000	68.410.038	48.410.038	55.350.631	80,91%
12843	Revitalização da rede física nas UES - lote II - FEDUC - SED	13.989.995	142.594.180	128.604.185	35.875.286	25,16%
1302	AP - Pavimentação da SC-370, trecho Urubici - Serra do Corvo Branco - Aiurê - Grão Pará	37.000.000	75.352.033	38.352.033	34.434.967	45,7%
1450	Conclusão implant/supervisão via Expressa Sul e acessos, incl ao aeroporto H Luz em Fpolis	36.000.000	64.755.032	28.755.032	30.005.907	46,34%
12586	Equipar as unidades assistenciais da Secretaria de Estado da Saúde	20.152.811	30.848.850	10.696.039	12.908.235	41,87%
12606	Construção e ampliação de instalações físicas municípios - SSP	18.489.029	29.549.174	11.060.145	8.099.074	27,41%
12605	Modernização e integração da tecnologia da informação e comunicação - SSP	13.655.918	20.573.291	6.917.373	5.268.624	25,61%
12191	Ampliação e readequação do Hospital Hans Dieter Schmidt - Joinville	5.000.000	9.161.262	4.161.262	2.605.971	28,45%
12738	Implantação de centros regionais de trabalho, emprego e renda - FECEP	1.000.000	1.600.000	600.000	192.128	12,01%
6661	Pavimentação do trecho entroncamento BR-280 (p/ Araquari) - Rio do Morro - Joinville	2.000.000	2.097.643	97.643	97.643	4,65%
12620	Gerenciamento do programa de financiamento BNDES - Acelera SC	100.000	9.098	-90.902	9.098	100%
12541	Construção do presídio feminino de Tubarão	8.113.298	10.000.000	1.886.702	-	-
3811	AP - Construção do Instituto de Cardiologia na região da Grande Florianópolis	5.000.000	5.000.000	-	-	-
12601	Renovação da frota e equipamentos de socorro, resgate e salvamento - SSP/CBMSC	3.096.106	3.096.106	-	-	-
12603	Ampliação do projeto de vídeo monitoramento - Bem-Te-Vi - SSP	137.911	137.911	-	-	-
12739	Implantação de rede de equipamentos públicos de apoio a produção, abastec consumo alimentos - FECEP	1.000.000	2.402.793	1.402.793	-	-
13257	Reformar e readequar o Hospital Regional Homero de Miranda Gomes de São José	500.000	500.000	-	-	-
	Total	**295.235.068**	**672.478.876**	**377.243.808**	**305.314.709**	**45,40%**

Fonte: SIGEF

O resultado das subações priorizadas neste Programa estão consolidados e classificados na tabela 20.

Tabela 20 – Resultado da Execução Orçamentária das subações priorizadas no Programa Acelera Santa Catarina. Ano 2017.

Grau de Execução Orçamentária (Realizado X Previsto)	Quantidade de Subações (a)	Represent (a/b)
Sem Execução	6	33,33%
De 0,1% a 24,9% de Execução	2	11,11%
De 25% a 49,9% de Execução	7	38,89%
De 50% a 74,9% de Execução	1	5,56%
A partir de 75% de Execução	2	11,11%
Total	**18 (b)**	**100,00%**

Fonte: SIGEF

Observa-se que 06 subações ficaram sem execução orçamentária, sendo que a 3811 - Construção do Instituto de Cardiologia na região da Grande Florianópolis era prioridade definida em Audiência Pública, 02 ficaram entre 0,1% a 24,9% de execução, 07 ficaram entre 25% a 49,9% de execução, 01 ficou entre 50% a 74,9% de execução e outras 02 subações ficaram acima de 75% de execução.

Salienta-se que algumas subações sofreram suplementação de recursos, no entanto, o valor da dotação inicial sequer foi totalmente empenhado.

Programa: Construção de Rodovias

Código do Programa: 110

O objetivo do Programa é construir, implantar e pavimentar obras rodoviárias de forma a propiciar melhores condições de conforto e trafegabilidade aos seus usuários.

Tabela 21 – Execução Orçamentária das subações priorizadas no Programa Construção de Rodovias. Ano 2017.

Cód. Subação	Subação	Dotação Inicial (a)	Dotação Atualizada (b)	Variação (b-a)	Empenhado (c)	Execução (c/b)
335	AP - Pavimentação da SC-477, trecho Papanduva - entr. SC-114 - Itaió - entr. SC-112 - Dr. Pedrinho	80.300.000	152.938.285	72.638.285	129.485.145	84,66%
8575	Apoio ao sistema viário estadual - SIE	92.292.257	126.853.432	34.561.175	51.504.619	40,6%
8781	AP - Pavimentação da SC-120, trecho Curitibanos - BR-282 (p/ São José do Cerrito)	35.000.000	58.838.354	23.838.354	33.377.546	56,73%
321	Gerenciamento dos Programas BID	4.151.119	9.213.959	5.062.840	8.477.670	92,01%
12640	Gerenciamento do programa de financiamento BB - Caminhos Estratégicos - SIE	4.800.000	10.600.000	5.800.000	5.452.705	51,44%
842	Pavimentação da SC-161, trecho Romelândia - Anchieta e acesso à sede Ouro - BID-VI	500.000	1.326.521	826.521	1.312.596	98,95%
1296	Pavimentação da SC-114 Caminho das Neves, trecho São Joaquim - Divisa SC/RS	2.500.000	2.560.550	60.550	560.550	21,89%
910	Pavimentação da SC-290, trecho Praia Grande - Divisa SC/RS - BID-VI	28.000.000	8.091.927	-19.908.073	91.927	1,14%
333	Pavimentação trecho Vila da Glória - Jaca/Itapoá	9.000.000	4.500.000	-4.500.000	-	-
1227	AP - Pavimentação do acesso BR-101 - trecho acesso Norte via Barbacena - Praia do Mar Grosso-Laguna	50.000	-	-50.000	-	-
	Total	**256.593.376**	**374.923.029**	**118.329.653**	**230.262.759**	**61,42%**

Fonte: SIGEF
Nota:
1 – A subação 12640 originalmente era do Programa 120 – Integração Logística, por meio de informação obtida junto à DIOR, a referida subação sofreu alteração durante a revisão do PPA (30/09/2017). No entanto, a LDO já havia sido encaminhada à ALESC (15/04/2017).

O resultado das subações priorizadas neste Programa estão consolidados e classificados na tabela 22.

Tabela 22 – Resultado da Execução Orçamentária das subações priorizadas no Programa Construção de Rodovias. Ano 2017.

Grau de Execução Orçamentária (Realizado X Previsto)	Quantidade de Subações (a)	Represent (a/b)
Sem Execução	2	20,00%
De 0,1% a 24,9% de Execução	2	20,00%
De 25% a 49,9% de Execução	1	10,00%
De 50% a 74,9% de Execução	2	20,00%
A partir de 75% de Execução	3	30,00%
Total	**10 (b)**	**100,00%**

Fonte: SIGEF

Observa-se que 02 subações ficaram sem execução orçamentária, sendo que a 1227 - Pavimentação do acesso BR 101 era prioridade definida em Audiência Pública, 02 ficaram entre 0,1% a 24,9% de execução, a 910 - Pavimentação da SC 290 sofreu redução de quase 29% no orçamento e mesmo assim executou apenas 1,14% de sua dotação, 01 ficou entre 25% a 49,9% de execução, 02 ficaram entre 50% a 74,9% de execução, e outras 03 ficaram a partir de 75% de execução, sendo que a 335 - Pavimentação da SC 477 era prioridade definida em Audiência Pública.

Programa: Reabilitação e Aumento de Capacidade de Rodovias

Código do Programa: 140

O objetivo do programa é aumentar a capacidade e reabilitar rodovias visando melhorar as condições de segurança e de trafegabilidade nas rodovias do Estado, reduzindo desta forma os custos de transporte.

Tabela 23 – Execução Orçamentária das subações priorizadas no Programa Reabilitação e Aumento de Capacidade de Rodovias. Ano 2017.

Cód. Subação	Subação	Dotação Inicial (a)	Dotação Atualizada (b)	Variação (b-a)	Empenhado (c)	Execução (c/b)
2255	Reabilitação/aumento de capacidade da SC-486, trecho BR-101 - Brusque	40.000.000	78.817.121	38.817.121	69.519.094	88,2%
11220	AP - Reabilitação da SC-114, trecho Otacílio Costa - entroncamento BR-282 (p/ Lages)	23.000.000	65.727.077	42.727.077	49.245.102	74,92%
1991	Reabilitação da SC-157, trecho São Lourenço do Oeste - Formosa do Sul - BR-282	8.000.000	34.752.335	26.752.335	26.752.315	76,98%
2302	AP - Reabilitação da SC-110/390, trecho São Joaquim - Cruzeiro - Alto Serra do Rio do Rastro	12.000.000	34.703.461	22.703.461	22.480.778	64,78%
1617	AP - Reabilitação/aumento de capacidade da SC-418, trecho São Bento do Sul - Fragosos - Divisa SC/PR	10.000.000	22.145.415	12.145.415	16.435.404	74,22%
2002	AP - Reabilitação/aum cap SC-283, tr BR-153 -Concórdia- Seara-Chapecó - S Carlos - Palmitos - Mondaí	10.000.000	25.463.292	15.463.292	13.948.878	54,78%
2287	Reabilitação da SC-110 trecho Ituporanga - entroncamento SC-281 (p/ Imbuia)	3.000.000	11.079.833	8.079.833	9.816.123	88,59%
1977	Reabilitação da SC-114, trecho Painel - Rio Lavatudo - São Joaquim - BID-VI	5.000.000	11.481.409	6.481.409	9.439.695	82,22%
1724	Reabilitação da SC-110, trecho Jaraguá do Sul - Pomerode	3.000.000	9.236.108	6.236.108	8.812.883	95,42%
12443	Reabilitação da SC-114, trecho Lages - Painel	2.000.000	6.542.206	4.542.206	4.434.096	67,78%
3548	Reabilitação e aumento de capacidade de rodovias - obras e supervisão - DEINFRA	11.800.000	12.533.717	733.717	3.256.740	25,98%
2183	Reabilitação da SC-414, trecho Luíz Alves - BR-470	10.000.000	10.000.000	0	2.540.577	25,41%
1605	Reabilitação/aumento de capacidade/melhorias/superv Rod SC-400/401/402/403/404/405 e 406 em Fpolis	14.000.000	12.721.957	-1.278.043	721.957	5,67%
	Total	**151.800.000**	**335.203.930**	**183.403.930**	**237.403.643**	**70,82%**

Fonte: SIGEF

O resultado das subações priorizadas neste Programa estão consolidados e classificados na tabela 24.

Tabela 24 – Resultado da Execução Orçamentária das subações priorizadas no Programa: Reabilitação e Aumento de Capacidade de Rodovias. Ano 2017.

Grau de Execução Orçamentária (Realizado X Previsto)	Quantidade de Subações (a)	Represent (a/b)
Sem Execução	0	0,00%
De 0,1% a 24,9% de Execução	1	7,69%
De 25% a 49,9% de Execução	2	15,38%
De 50% a 74,9% de Execução	4	30,77%
A partir de 75% de Execução	6	46,15%
Total	**13 (b)**	**100,00%**

Fonte: SIGEF

Observa-se que nenhuma subação ficou sem execução orçamentária, 01 ficou entre 0,1% a 24,9% de execução, a subação 1605 - Reabilitação/aumento de capacidade/melhorias de diversas rodovias sofreu redução de 9,13% da dotação inicial e, ainda assim, executou apenas 5,67% da dotação atualizada, demonstrando possível descompasso entre o planejamento e a execução. Outras 02 ficaram entre 25% a 49,9% de execução. 04 ficaram entre 50% a 74,9% de execução, sendo que a 2302 - Reabilitação da SC 110/390, 1617 - SC 418 e a 2002 - SC 283 eram prioridades definidas em Audiência Pública, e outras 06 ficaram a partir de 75% de execução.

Programa: Caminhos do Desenvolvimento

Código do Programa: 100

O objetivo do Programa é promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental através da melhoria e adequação da infraestrutura de transporte rodoviário, melhoria da mobilidade urbana, ampliação e melhoria do sistema penitenciário e melhoria da infraestrutura de saúde e realização de obra.

Tabela 25 – Execução Orçamentária das subações priorizadas no Programa Caminhos do Desenvolvimento. Ano 2017.

Cód. Subação	Subação	Dotação Inicial (a)	Dotação Atualizada (b)	Variação (b-a)	Empenhado (c)	Execução (c/b)
12639	Adequação e melhoria da infraestrutura aquaviária dos portos e hidrovias - SIE	70.800.000	98.994.211	28.194.211	64.333.133	64,99%
1980	Reabilitação da SC-390, trecho BR-116 - Campo Belo do Sul	8.000.000	21.606.638	13.606.638	14.211.902	65,78%
12415	Captação, armazenagem e uso da água na agricultura - FDR	629.673	13.874.788	13.245.115	9.687.641	69,82%
12842	Revitalização da rede física nas UES - lote I - FEDUC - SED	4.628.371	28.657.580	24.029.209	7.427.064	25,92%
119	Revitalização de rodovias - obras e supervisão - DEINFRA	4.207.125	10.525.509	6.318.384	6.504.027	61,79%
2009	Reabilitação da SC-355, trecho Jaborá - BR-153 - BID-VI	8.000.000	5.978.478	-2.021.522	3.967.491	66,36%
12492	Elaboração de projetos arquitetônicos e complementares para hospitais	700.000	2.200.000	1.500.000	1.540.048	70,%
12490	Construção do centro cirúrgico e UTI do CEPON	2.000.000	3.517.185	1.517.185	1.467.624	41,73%
12412	Gerenciamento do programa de financiamento BNDES - Caminhos do Desenvolvimento - SIE	300.000	535.343	235.343	144.632	27,02%
12578	Ampliação e readequação do Hospital Governador Celso Ramos	3.000.000	-	-3.000.000	-	-
12635	Aquisição de equipamentos para o centro cirúrgico, UTI e centro de material esterilizado - CEPON	500.000	500.000	-	-	-
	Total	**102.765.169**	**186.389.733**	**83.624.564**	**109.283.564**	**58,63%**

Fonte: SIGEF

Nota:

1 – A subação 12639 originalmente era do Programa 150 –Modernização Portuária, por meio de informação obtida junto à DIOR, a referida subação sofreu alteração durante a revisão do PPA (30/09/2017). No entanto, a LDO já havia sido encaminhada à ALESC (15/04/2017).

O resultado das subações priorizadas neste Programa estão consolidados e classificados na tabela 26.

Tabela 26 – Resultado da Execução Orçamentária das subações priorizadas no Programa Caminhos do Desenvolvimento. Ano 2017.

Grau de Execução Orçamentária (Realizado X Previsto)	Quantidade de Programas (a)	Represent (a/b)
Sem Execução	2	18,18%
De 0,1% a 24,9% de Execução	-	-
De 25% a 49,9% de Execução	3	27,27%
De 50% a 74,9% de Execução	6	54,55%
A partir de 75% de Execução	-	-
Total	**11 (b)**	**100,00%**

Fonte: SIGEF

Observa-se que 02 subações ficaram sem execução orçamentária, 03 ficaram entre 25% a 49,9% de execução, as subações 12490 - Construção do CC e UTI do CEPON e Gerenciamento do programa de financiamento BNDES apresentavam dotação inicial superior ao valor empenhado e, ainda assim, receberam aporte de recursos. 06 ficaram entre 50% a 74,9% de execução, a subação 12639 - Adequação e melhoria da infraestrutura aquaviária também apresentava dotação inicial superior ao valor empenhado e também recebeu aporte de recursos. Não houve execução acima de 75% de execução.

Programa: Mobilidade Urbana

Código do Programa: 105

O objetivo do Programa é conservar, construir, implantar e pavimentar, além de demais ações necessárias para promover a integração dos diversos modos de transporte, considerando a demanda e as características das cidades.

Tabela 27 – Execução Orçamentária das subações priorizadas no Programa Mobilidade Urbana. Ano 2017.

Cód. Subação	Subação	Vlr Dotação Inicial (a)	Vlr Dotação Atualizada (b)	Variação (b-a)	Vlr Empenhado (c)	Execução (c/b)
11166	Implantação da Via Rápida, trecho Criciúma - BR-101 - BID-VI	36.800.000	65.899.737	29.099.737	57.988.881	88,%
12672	Implantação do contorno de Tubarão, trecho entroncamento BR-101 - entroncamento SC-370	19.000.000	29.260.663	10.260.663	14.571.535	49,8%
10121	Implantação e requalificação dos eixos estruturais Sist Integrado Transp Coletivo Joinville - BNDES	3.000.000	3.000.842	842	-	-
12932	Implantação do acesso norte de Blumenau - Vila Itoupava - SIE	25.500.000	25.000.000	-500.000	-	-
	Total	**84.300.000**	**123.161.241**	**38.861.241**	**72.560.416**	**58,91%**

Fonte: SIGEF

O resultado das subações priorizadas neste Programa estão consolidados e classificados na tabela 28.

Tabela 28 – Resultado da Execução Orçamentária das subações priorizadas no Programa Mobilidade Urbana. Ano 2017.

Grau de Execução Orçamentária (Realizado X Previsto)	Quantidade de Programas (a)	Represent (a/b)
Sem Execução	2	50,00%
De 0,1% a 24,9% de Execução	0	0,00%
De 25% a 49,9% de Execução	1	25,00%
De 50% a 74,9% de Execução	0	0,00%
A partir de 75% de Execução	1	25,00%
Total	**4 (b)**	**100,00%**

Fonte: SIGEF

Observa-se que 02 subações ficaram sem execução orçamentária, sendo que a 10121 - Implantação e requalificação dos eixos estruturais do Sist. Integrado Transp. Coletivo Joinville recebeu aporte de dotação orçamentária. 01 ficou entre 25% a 49,9% e 01 ficou a partir de 75% de execução.

Programa: Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo

Código do Programa: 750

O objetivo do Programa é prover as unidades prisionais e socioeducativas de condições físicas e estruturais adequadas ao seu funcionamento e ampliar a capacidade de vagas.

Tabela 30 – Execução Orçamentária das subações priorizadas no Programa Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo. Ano 2017.

Cód. Subação	Subação	Dotação Inicial (a)	Dotação Atualizada (b)	Variação (b-a)	Empenhado (c)	Execução (c/b)
10924	Construção, reforma e ampliação de unidades do sistema prisional e socioeducativo	19.918.092	97.211.688	77.293.596	43.123.485	44,36%
12556	Construção do centro de atendimento socioeducativo (CASE) de Criciúma	3.500.000	13.105.835	9.605.835	9.237.162	70,48%
12540	AP - Construção do presídio regional de Araranguá	9.796.886	4.296.886	-5.500.000	-	-
12545	Construção do semiaberto da penitenciária da região de Blumenau	500.000	-	-500.000	-	-
12550	Ampliação do semiaberto da penitenciária industrial de Joinville	500.000	-	-500.000	-	-
	Total	**34.214.978**	**114.614.409**	**80.399.431**	**52.360.647**	**45,68%**

Fonte: SIGEF

O resultado das subações priorizadas neste Programa estão consolidados e classificados na tabela 31.

Tabela 31 – Resultado da Execução Orçamentária das subações priorizadas no Programa Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo. Ano 2017.

Grau de Execução Orçamentária (Realizado X Previsto)	Quantidade de Programas (a)	Represent (a/b)
Sem Execução	3	60,00%
De 0,1% a 24,9% de Execução	0	0,00%
De 25% a 49,9% de Execução	1	20,00%
De 50% a 74,9% de Execução	1	20,00%
A partir de 75% de Execução	0	0,00%
Total	**5 (b)**	**100,00%**

Fonte: SIGEF

Observa-se que 03 subações ficaram sem execução orçamentária, sendo que a 12540 - Construção do presídio regional de Araranguá era uma prioridade definida em Audiência Pública. 01 ficou entre 25% a 49,9% de execução, 01 ficou entre 50% a 74,9% de execução e não houve execução acima de 75% de execução.

Programa: Educação Básica de Qualidade

Código do Programa: 610

O objetivo do Programa é oferecer educação básica com qualidade e equidade para todos os cidadãos catarinenses, assegurando o direito à aprendizagem neste nível de ensino, em idade adequada, promovendo a melhoria dos indicadores educacionais da rede estadual.

Tabela 29 – Execução Orçamentária das subações priorizadas no Programa Execução Básica de Qualidade. Ano 2017.

Cód. Subação	Subação	Dotação Inicial (a)	Dotação Atualizada (b)	Variação (b-a)	Empenhado (c)	Execução (c/b)
11490	AP - Construção, ampliação ou reforma de unidades escolares - rede física - educação básica	48.562.417	116.117.349	67.554.932	42.744.190	36,81%
12482	Manutenção e reforma das escolas de educação básica	18.574.862	26.727.951	8.153.089	7.928.711	29,66%
	Total	**67.137.279**	**142.845.300**	**75.708.021**	**50.672.901**	**35,47%**

Fonte: SIGEF

Neste programa foram priorizadas duas subações que ficaram entre 25% a 49,9% de execução, observa-se que a 12482 - Manutenção e Reforma das Escolas de Educação Básica recebeu aporte de recursos, sendo que a dotação inicial era superior ao valor empenhado.

Programa: Prevenção e Preparação para Desastres

Código do Programa: 730

O objetivo do Programa é prevenir danos e prejuízos provocados por desastres naturais e antropogênicos. Prevenir e/ou minimizar os efeitos de desastres, através da análise de risco, de implementação de medidas estruturais e não estruturais, como o sistema de monitoramento alerta e alarme, além de otimizar as ações preventivas.

Tabela 32 – Execução Orçamentária das subações priorizadas no Programa Prevenção e Preparação para Desastres. Ano 2017.

Cód. Subação	Subação	Vlr Dotação Inicial (a)	Vlr Dotação Atualizada (b)	Variação (b-a)	Vlr Empenhado (c)	Execução (c/b)
12027	Projetos e obras preventivas de alta complexidade nas Bacias Hidrográficas Catarinenses	93.823.600	143.149.670	49.326.070	48.847.346	34,12%
	Total	**93.823.600**	**143.149.670**	**49.326.070**	**48.847.346**	**34,12%**

Fonte: SIGEF

Neste programa foi priorizada apenas uma subação que ficou entre 25% a 49,9% de execução, também recebeu aporte de recursos, no entanto, sua dotação inicial era superior ao valor empenhado.

Programa: Gestão de Ensino Superior

Código Programa: 630

O objetivo do Programa é possibilitar a gestão e o desenvolvimento do ensino, pesquisa, extensão, ciência e tecnologia e administração do ensino superior no Estado.

Tabela 33 – Execução Orçamentária das subações priorizadas no Programa Gestão de Ensino Superior. Ano 2017.

Cód. Subação	Subação	Vlr Dotação Inicial (a)	Vlr Dotação Atualizada (b)	Variação (b-a)	Vlr Empenhado (c)	Execução (c/b)
5315	Aquisição, construção e reforma de bens imóveis - UDESC/Lages	4.750.000	4.741.192	-8.808	4.738.387	99,94%
5317	Aquisição, construção e reforma de bens imóveis - UDESC/Joinvlle	6.600.000	4.233.863	-2.366.137	3.852.284	90,99%
9111	Aquisição, construção e reforma de bens imóveis - UDESC/Balneário Camboriú	2.250.000	2.896.092	646.092	2.637.652	91,08%
12100	Expansão da UDESC para o município de Pinhalzinho	3.500.000	2.269.701	-1.230.299	2.269.701	100,%
12709	Ampliação e expansão do campus da UDESC - ADR - Ibirama	4.000.000	4.534.412	534.412	386.020	8,51%
	Total	**21.100.000**	**18.675.260**	**-2.424.740**	**13.884.043**	**74,34%**

Fonte: SIGEF

O resultado das subações priorizadas neste Programa estão consolidados e classificados na tabela 31.

Tabela 34 – Resultado da Execução Orçamentária das subações priorizadas no Programa Gestão de Ensino Superior. Ano 2017.

Grau de Execução Orçamentária (Realizado X Previsto)	Quantidade de Programas (a)	Represent (a/b)
Sem Execução	0	0,00%
De 0,1% a 24,9% de Execução	1	20,00%
De 25% a 49,9% de Execução	0	0,00%
De 50% a 74,9% de Execução	0	0,00%
A partir de 75% de Execução	4	80,00%
Total	**5 (b)**	**100,00%**

Fonte: SIGEF

Das 05 subações priorizadas observa-se que nenhuma ficou sem execução, 01 teve execução entre 0,1% a 24,9%, que foi a 12709 - Ampliação e expansão do campus UDESC – ADR Ibirama, que recebeu aporte de recursos, no entanto, a dotação inicial era superior ao valor empenhado, e 04 obtiveram grau de execução a partir de 75%, individualmente superiores a 90%.

Programa: Valorização dos Profissionais da Educação

Código do Programa: 625

O objetivo do Programa é valorizar os profissionais da educação básica e profissional, dando efetividade ao plano de carreira dos profissionais do magistério no que se refere ao estímulo para o exercício da docência por meio de remuneração, formação continuada e condições de trabalho adequadas.

Tabela 35 – Execução Orçamentária das subações priorizadas no Programa Valorização dos Profissionais da Educação. Ano 2017.

Cód. Subação	Subação	Vlr Dotação Inicial (a)	Vlr Dotação Atualizada (b)	Variação (b-a)	Vlr Empenhado (c)	Execução (c/b)
11557	Capacitação e formação de profissionais da educação básica	13.400.000	16.497.349	3.097.349	4.166.233	25,25%
	Total	**13.400.000**	**16.497.349**	**3.097.349**	**4.166.233**	**25,25%**

Fonte: SIGEF

Neste programa foi priorizada apenas uma subação que ficou entre 25% a 49,9% de execução. Observa-se que a subação recebeu aporte de recursos, porém, sua dotação inicial era superior ao valor empenhado.

Programa: Gestão Administrativa

Código do Programa: 900

O objetivo do Programa é gerir administrativa e financeiramente os órgãos do Poder Executivo do Estado.

Tabela 36 – Execução Orçamentária das subações priorizadas no Programa Gestão Administrativa. Ano 2017.

Cód. Subação	Subação	Vlr Dotação Inicial (a)	Vlr Dotação Atualizada (b)	Variação (b-a)	Vlr Empenhado (c)	Execução (c/b)
12516	Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação - DPE	1.000.000	1.098.809	98.809	744.216	67,73%
	Total	**1.000.000**	**1.098.809**	**98.809**	**744.216**	**67,73%**

Fonte: SIGEF

Neste programa foi priorizada apenas uma subação, que obteve grau de execução entre 50% a 74,9%. Observa-se que a subação recebeu aporte de recursos, porém, sua dotação inicial era superior ao valor empenhado.

Impende salientar que, créditos orçamentários ampliaram a dotação inicial de alguns programas. Contudo, esses Programas aparentemente não apresentavam necessidade de orçamento extra para execução, em alguns casos a dotação inicial era superior ao valor empenhado, a saber: Programa 105 – Mobilidade Urbana, 730 – Prevenção e Preparação para Desastres, 630 – Gestão do Ensino Superior, 625 – Valorização dos Profissionais da Educação e 900 – Gestão Administrativa – Poder Executivo.

Os exemplos apontados indicam um possível descompasso entre o planejado e o executado, além de provocar distorção no índice de execução financeira, já que se fosse mantida a dotação inicialmente prevista o desempenho poderia ser melhor avaliado.

Por meio da análise dos resultados percebe-se que há necessidade de ajustes no planejamento e na execução do orçamento dos Programas. Espera-se que nos próximos anos a faixa majoritária seja acima de 75% de execução.

3.2.4.4 – Aportes e Reduções de Recursos Orçamentários – Por Tipo de Programa

Outro enfoque dado por esta análise visa verificar o grau de assertividade da alocação de recursos por Programas, comparando a compatibilidade entre os valores orçados e realizados.

Permite verificar os programas que receberam aportes ou reduções em suas dotações iniciais, visando contribuir para que a elaboração das propostas orçamentárias reflita a realidade.

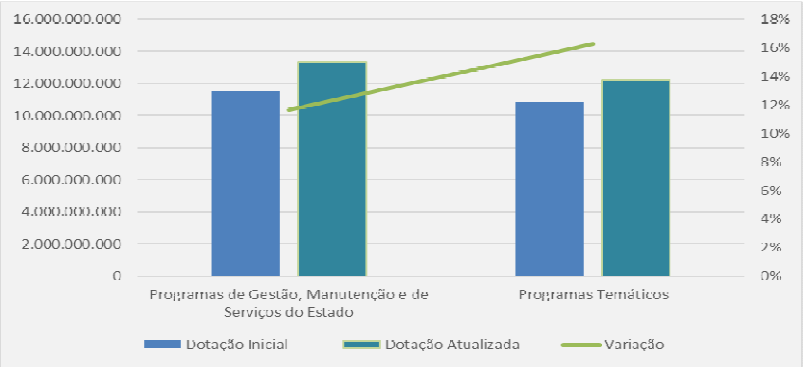
Tabela 37 – Variação por Tipo de Programa em Relação à Dotação Inicial. Ano 2017.

Tipo de Programa	(d)Dotação Inicial (a)	Dotação Atualizada (b)	(e)Aporte ou Redução (a-b)	Variação (e/d)
Programas de Gestão, Manutenção e de Serviços do Estado	11.574.887.388	13.347.293.272	1.351.992.126	11,68%
Programas Temáticos	10.889.813.943	12.241.806.069	1.772.405.884	16,28%
Total	**22.464.701.331**	**25.589.099.340**	**3.124.398.009**	**13,91%**

Fonte: SIGEF

Constata-se que em 2017 houve um aporte no orçamento no valor de R$ 3,12 bilhões, equivalente ao aumento de 13,91% em relação à dotação inicial.

Gráfico 4 - Variação por Tipo de Programa em Relação à Dotação Inicial. Ano 2017.



Fonte: SIGEF

Os Programas do tipo Gestão, Manutenção e de Serviços do Estado receberam um aporte de R$ 1,35 bilhão, equivalente ao acréscimo de 11,68% de sua dotação inicial, enquanto os Programas Temáticos tiveram um acréscimo no valor de R$ 1,77 bilhão, equivalente a 16,28% do valor inicialmente previsto.

3.2.4.5 – Aportes e Reduções dos Recursos Orçamentários – Por Programas

Para esta análise foram selecionados os Programas que sofreram maior variação orçamentária de aportes e reduções de recursos.

A tabela 38 apresenta os Programas que sofreram os maiores aportes ou reduções dos valores estipulados na LOA. Ressalta-se que a tabela completa se encontra no Anexo I.

Tabela 38 – Maiores Variações por Programa em Relação à Dotação Inicial. Ano 2017.

Cód Prog	Programa	Tipo Programa	Dotação inicial (a)	Dotação Atualizada (b)	(c) Aporte ou Redução (b-a)	Represent (c/d)
860	Gestão Previdenciária	Gestão e Manut	4.352.608.084	5.455.805.442	1.103.197.358	35,31%
101	Acelera Santa Catarina	Temático	522.602.929	1.107.875.140	585.272.211	18,73%
900	Gestão Administrativa - Poder Executivo	Gestão e Manut	2.024.363.210	2.406.164.572	381.801.362	12,22%
430	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	Temático	1.236.583.046	1.537.251.308	300.668.262	9,62%
610	Educação Básica com Qualidade e Equidade	Temático	660.045.163	848.917.668	188.872.505	6,05%
	Subtotal dos Maiores Aportes		**8.796.202.432**	**11.356.014.131**	**2.559.811.699**	**81,93%**
625	Valorização dos Profissionais da Educação	Temático	2.275.312.505	2.068.446.266	-206.866.239	-6,62%
627	Acesso à Educação Superior	Temático	330.470.732	174.478.993	-155.991.739	-4,99%
	Subtotal das Maiores Reduções		**2.605.783.237**	**2.242.925.258**	**-362.857.979**	**-11,61%**
	Demais Programas		11.062.715.662	11.990.159.951	927.444.289	29,68%
	Total		**22.464.701.331**	**25.589.099.340**	**3.124.398.009 (d)**	**100,00%**

Fonte: SIGEF

Constata-se que 05 Programas receberam aportes de recursos no valor total de R$ 2,55 bilhões, que representa mais de 80% do valor total do incremento.

O maior incremento ocorreu no Programa Gestão Previdenciária que ampliou a dotação orçamentária em R$ 1,10 bilhão, que corresponde a 35,31%. Em seguida o Programa Acelera Santa Catarina com aumento de R$ 585 milhões, que corresponde a 18,73%. O Programa Gestão Administrativa – Poder Executivo com aporte de R$ 381 milhões, que corresponde a 12,22%. O quarto maior incremento foi no Programa Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar no valor de R$ 300 milhões, que corresponde a 9,62%. Por fim, o Programa Educação Básica com Qualidade e Equidade no valor de R$ 188 milhões, correspondentes a 6,05%.

Em contrapartida existem 02 programas que sofreram reduções de recursos orçamentários inicialmente previstos na LOA. Foram os Programas Valorização dos Profissionais da Educação no valor de R$ 206 milhões, que corresponde a uma redução de 6,62% e Acesso à Educação Superior no valor de R$ 155 milhões, que representa uma redução de 4,99%.

3.2.4.5 – Variação da Dotação Inicial por Programas

A tabela 39 apresenta as variações ocorridas na Dotação Orçamentária Inicial dos 74 Programas de Governo. O critério de classificação foi o maior percentual de representatividade.

Tabela 39 – Programas de Governo que sofreram variação na dotação orçamentária inicial. Ano 2017.

Cód Prog	Programa	Dotação inicial (a)	Dotação Atualizada (b)	Aporte ou Redução (c)	Empenhado (d)	Represent (c/a)	Execução (d/b)
212	Promoção Comercial e Cooperação Internacional	68.000	285.277	217.277	264.596	319,53%	92,75%
825	Formação de Gestores Públicos	190.000	478.927	288.927	351.650	152,07%	73,42%
150	Modernização Portuária	41.877.195	105.496.024	63.618.829	11.136.288	151,92%	10,56%
140	Reabilitação e Aumento de Capacidade de Rodovias	164.520.000	352.826.985	188.306.985	240.215.829	114,46%	68,08%
101	Acelera Santa Catarina	522.602.929	1.107.875.140	585.272.211	465.126.082	111,99%	41,98%
100	Caminhos do Desenvolvimento	121.815.169	244.246.580	122.431.411	144.083.666	100,51%	58,99%
750	Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	85.035.832	170.342.577	85.306.745	85.741.182	100,32%	50,33%
708	Valorização do Servidor - Segurança Pública	5.463.118	10.541.413	5.078.295	6.244.986	92,96%	59,24%
660	Pró-Cultura	12.360.060	22.829.733	10.469.673	15.608.307	84,71%	68,37%
640	Promoção do Turismo Catarinense	52.255.960	93.101.641	40.845.681	71.008.635	78,16%	76,27%
340	Desenvolvimento Ambiental Sustentável	12.509.740	21.498.596	8.988.856	10.928.469	71,85%	50,83%
310	Agronegócio Competitivo	28.893.932	48.713.349	19.819.417	37.563.798	68,59%	77,11%
730	Prevenção e Preparação para Desastres	113.573.892	176.980.378	63.406.486	66.134.142	55,83%	37,37%
342	Revitalização da Economia Catarinense - PREC	16.650.000	25.030.456	8.380.456	22.481.553	50,33%	89,82%
740	Gestão do Sistema Prisional e Socioeducativo	174.494.106	241.441.905	66.947.799	186.093.012	38,37%	77,08%
346	Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável	8.040.000	10.794.077	2.754.077	3.872.417	34,25%	35,88%
105	Mobilidade Urbana	160.336.893	214.621.639	54.284.746	107.785.199	33,86%	50,22%
540	Nova Casa	5.863.594	7.830.706	1.967.112	1.832.126	33,55%	23,40%
315	Defesa Sanitária Agropecuária	13.740.486	18.329.457	4.588.971	11.832.174	33,40%	64,55%
610	Educação Básica com Qualidade e Equidade	660.045.163	848.917.668	188.872.505	551.640.156	28,62%	64,98%
860	Gestão Previdenciária	4.352.608.084	5.455.805.442	1.103.197.358	5.440.703.574	25,35%	99,72%
430	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	1.236.583.046	1.537.251.308	300.668.262	1.230.754.473	24,31%	80,06%
110	Construção de Rodovias	497.933.664	600.385.188	102.451.524	382.896.453	20,58%	63,78%
410	Vigilância em Saúde	33.584.779	40.425.227	6.840.448	17.800.274	20,37%	44,03%
900	Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.024.363.210	2.406.164.572	381.801.362	1.724.692.174	18,86%	71,68%
760	Ressocialização dos Apenados e dos Adolescentes Infratores	40.736.539	47.133.626	6.397.087	36.185.719	15,70%	76,77%
990	Encargos Especiais	1.374.500.000	1.531.603.574	157.103.574	1.302.359.028	11,43%	85,03%
745	Fortalecendo Direitos	53.754.922	59.032.458	5.277.536	9.662.031	9,82%	16,37%
707	Suporte Institucional Integrado	255.435.845	279.987.460	24.551.615	225.033.151	9,61%	80,37%
120	Integração Logística	22.050.000	23.341.100	1.291.100	10.055.954	5,86%	43,08%
705	Segurança Cidadã	378.538.878	393.352.506	14.813.628	384.810.721	3,91%	97,83%
850	Gestão de Pessoas	3.662.941.669	3.796.134.303	133.192.634	3.752.689.954	3,64%	98,86%
731	Gestão de Riscos e Redução de Desastres	10.402.180	10.697.872	295.692	4.535.900	2,84%	42,40%
420	Atenção Básica	78.566.291	80.712.167	2.145.876	64.840.276	2,73%	80,34%
706	De Olho no Crime	2.005.631.268	2.049.248.177	43.616.909	2.008.216.009	2,17%	98,00%
735	Respostas aos Desastres e Recuperação	22.190.000	22.191.452	1.452	6.643.904	0,01%	29,94%

(continuação)

Cód Prog	Programa	Dotação inicial (a)	Dotação Atualizada (b)	Aporte ou Redução (c)	Empenhado (d)	Represent (c/a)	Execução (d/b)
211	Metrologia e Qualidade de Produtos e Serviços	3.600.000	3.600.000	0	3.320.691	0,00%	92,24%
950	Defesa dos Interesses Sociais	5.308.000	5.308.000	0	666.010	0,00%	12,55%
650	Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	31.449.157	31.394.678	-54.479	21.402.535	-0,17%	68,17%
830	Gestão Fiscal e Financeira	51.045.424	50.649.415	-396.009	42.155.160	-0,78%	83,23%
623	Gestão Democrática da Educação	112.500.000	110.000.000	-2.500.000	103.191.861	-2,22%	93,81%
115	Gestão do Sistema de Transporte Intermunicipal de Pessoas	10.757.500	10.508.182	-249.318	8.613.311	-2,32%	81,97%
320	Agricultura Familiar	54.111.322	52.845.046	-1.266.276	32.048.712	-2,34%	60,65%
870	Pensões Especiais	41.530.999	39.955.207	-1.575.792	39.954.270	-3,79%	100,00%
810	Comunicação do Poder Executivo	65.959.224	62.269.535	-3.689.689	60.302.151	-5,59%	96,84%
630	Gestão do Ensino Superior	53.554.004	49.288.129	-4.265.875	37.548.020	-7,97%	76,18%
625	Valorização dos Profissionais da Educação	2.275.312.505	2.068.446.266	-206.866.239	1.999.560.865	-9,09%	96,67%
200	Competitividade e Excelência Econômica	124.000.000	112.617.828	-11.382.172	17.520.971	-9,18%	15,56%
440	Assistência Farmacêutica	123.447.786	111.535.040	-11.912.746	105.453.270	-9,65%	94,55%
520	Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	86.310.399	76.700.744	-9.609.655	37.491.497	-11,13%	48,88%
530	Pró-Emprego e Renda	81.528.093	66.221.410	-15.306.683	4.355.007	-18,77%	6,58%
400	Gestão do SUS	247.133.746	199.471.023	-47.662.723	182.308.179	-19,29%	91,40%
855	Saúde Ocupacional	1.748.778	1.401.858	-346.920	5.080	-19,84%	0,36%
130	Conservação e Segurança Rodoviária	80.767.102	61.558.504	-19.208.598	33.144.042	-23,78%	53,84%
350	Gestão dos Recursos Hídricos	33.590.000	25.525.517	-8.064.483	9.396.897	-24,01%	36,81%
300	Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	13.818.505	10.373.847	-3.444.658	7.085.331	-24,93%	68,30%
348	Gestão Ambiental Estratégica	21.970.000	13.490.998	-8.479.002	3.310.353	-38,59%	24,54%
510	Gestão do SUAS	81.076.637	49.205.487	-31.871.150	36.915.731	-39,31%	75,02%
210	Estudos, Projetos e Informações Estratégicas	12.700.000	7.690.001	-5.009.999	6.012.073	-39,45%	78,18%
626	Redução das Desigualdades e Valorização da Diversidade	18.950.000	11.400.000	-7.550.000	1.838.718	-39,84%	16,13%
627	Acesso à Educação Superior	330.470.732	174.478.993	-155.991.739	100.948.091	-47,20%	57,86%
335	Santa Catarina Rural	34.780.000	18.189.306	-16.590.694	17.802.311	-47,70%	97,87%
145	Elaboração de Projetos e Estudos de Infraestrutura	38.650.000	19.003.113	-19.646.887	16.003.541	-50,83%	84,22%
230	CTI - Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação	172.469.682	81.089.225	-91.380.457	35.779.580	-52,98%	44,12%
360	Abastecimento de Água	1.500.000	170.485	-1.329.515	170.035	-88,63%	99,74%
615	Gestão do Ensino Profissional	382.292	42.882	-339.410	42.426	-88,78%	98,94%
204	Missões, Recepções e Eventos Internacionais	197.000	9.823	-187.178	9.823	-95,01%	100,00%
209	Crescendo Juntos - Programa de Desenvolvimento e Redução das Desigualdades Regionais	1.137.000	28.106	-1.108.894	28.106	-97,53%	100,00%
208	Planejamento Estratégico de Desenvolvimento e Gestão de Informações	1.789.000	30.972	-1.758.028	30.972	-98,27%	100,00%
999	Reserva de Contingência	1.000.000	0	-1.000.000	0	-100%	-
910	Gestão Administrativa - Ministério Público	0	1.443.202	1.443.202	1.443.202	-	100,00%
920	Gestão Administrativa - Poder Legislativo	0	1.387.237	1.387.237	1.387.237	-	100,00%
925	Modernização do Processo Legislativo	0	102.000	102.000	102.000	-	100,00%
915	Gestão Estratégica - Ministério Público	0	4.835.610	4.835.610	4.835.610	-	100,00%
550	Comer Bem SC	0	1.182.711	1.182.711	139.761	-	11,82%
	Total	**22.464.701.331**	**25.589.099.340**	**3.124.398.009**	**21.614.147.289**	**13,91%**	**84,47%**

Fonte: SIGEF

Nota:

1 - De acordo com o art. 5º, III, b da LRF a Reserva de Contingência se prestaria ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

2 - Os programas 915 – Gestão Estratégica – Ministério Público; 910 – Gestão Administrativa – Ministério Público; 920 – Gestão Administrativa – Poder Legislativo e o 925 – Modernização do Processo Legislativo receberam aportes/ reduções por meio de descentralização de créditos orçamentários. O programa 550 – Comer Bem SC foi incluído no PPA pela Lei 17.050 de 16 de dezembro de 2016 e recebeu aportes iniciais por meio de abertura de créditos especiais e suplementares.

As informações da tabela acima foram consolidadas e apresentadas na tabela 40.

Tabela 40 – Resultado dos Programas que Sofreram Variação na Dotação Orçamentária Inicial. Ano 2017.

Situação em Relação à Dotação Inicial	Quantidade de Programas (a)	Represent (a/b)
Não previsto no Poder Executivo	5	6,76%
Aporte a partir de 100%	7	9,46%
Aporte de 50% a 99,9%	7	9,46%
Aporte de 0,1% a 49,9%	22	29,73%
Sem Aporte ou Redução	2	2,70%
Redução de 0,1% a 49,9%	24	32,43%
Redução de 50% a 99,9%	7	9,46%
Redução de 100%	0	0,00%
Total	**74 (b)**	**100%**

Fonte: SIGEF

Nota:

1 - Os Programas não previstos no Poder Executivo, a saber: 915 – Gestão Estratégica – Ministério Público; 910 – Gestão Administrativa – Ministério Público; 920 – Gestão Administrativa – Poder Legislativo e o 925 – Modernização do Processo Legislativo receberam aportes/ reduções por meio de descentralização de créditos orçamentários. O programa 550 – Comer Bem SC foi incluído no PPA pela Lei 17.050 de 16 de dezembro de 2016 e recebeu aportes iniciais por meio de abertura de créditos especiais e suplementares.

Na faixa de aporte a partir de 100% o Programa 212 – Promoção Comercial e Cooperação Internacional teve acréscimo de 319,53% em relação dotação inicial, o 825 – Formação de Gestores Públicos

teve aporte de 152,07% e o 150 – Modernização Portuária teve acréscimo de 151,92%, entretanto, teve execução orçamentária de 10,56%.

Dos Programas na faixa de aporte entre 50% a 99,9%, destacam-se o 730 – Prevenção e Preparação para Desastres, que teve aporte de 55,83%, entretanto, sua execução orçamentária foi de 37,37%.

Já na faixa de aporte de 0,1% a 49,9% destaca-se o Programa 540 – Casa Nova que teve aporte de 33,55% e execução de 23,40%.

Observa-se que apenas 02 Programas não receberam alteração em seu orçamento, o Programa 950 – Defesa dos Interesses Sociais e o 211 – Metrologia e Qualidade de Produtos e Serviços.

Além disso, 31 Programas, que correspondem a 41,33% do total, situaram-se nas faixas de redução entre 0,1% a 99,9%, destaca-se o Programa 855 – Saúde Ocupacional, que teve redução de 19,84% e executou apenas 0,36% de seu orçamento e os Programas 204 – Missões, Recepções e Eventos Internacionais, 209 - Crescendo Juntos e o 208 – Planejamento Estratégico de Desenvolvimento de Informações, que suplementaram a dotação inicial em quase 100% do seu valor.

Essas ocorrências sinalizam possível descompasso entre o planejamento e a execução e indicam a necessidade de se proceder a uma análise e revisão dos parâmetros utilizados para a fixação dos recursos na elaboração do orçamento.

3.3 Considerações Finais

A Diretoria de Auditoria Geral do Estado do Santa Catarina elaborou a análise dos orçamentos fiscal e da seguridade social de forma consolidada das Contas Anuais do Governo, e especificamente do Poder Executivo do exercício financeiro de 2017.

Cumpre salientar que a execução orçamentária da receita e despesa tomaram como parâmetro as informações consolidadas do Balanço Geral do Estado e de dados extraídos do SIGEF. O exame pormenorizado dos atos individuais dos dirigentes e responsáveis pela aplicação dos recursos públicos deve ser realizado por ocasião da análise das contas anuais de gestão.

Como fato notório, o Governo enfrentou uma crise em decorrência da recessão que assola o país e estados, impactando na sua gestão orçamentária e financeira com reflexos na execução de programas e ações prioritárias para corrigirem problemas que atingem a sociedade catarinense.

Como demonstrado na tabela 3, em termos nominais, as receitas totais tiveram crescimentos sucessivos. No entanto, em termos reais, a receita total arrecadada em 2017 foi menor que a de 2013 e 2014 em R$ 623 milhões e R$ 893 milhões respectivamente. Em relação a 2015 e 2016, a arrecadação de 2017 superou em R$ 818 milhões e 1,01 bilhão respectivamente, indicando uma reversão na tendência apontada.

Da previsão inicial, em 2017, no montante de R$ 35,5 bilhões, o Estado arrecadou a cifra de R$ 34,69 bilhões atingindo a meta de

97,73%. Isso representou uma frustação no montante de R$ 807 milhões (tabela 4).

Em termos reais, a despesa total teve um acréscimo nos últimos cinco anos de R$ 1,4 bilhão (tabela 5). Em 2017, as despesas correntes aumentaram em R$ 769 milhões se comparados com 2016. Em contrapartida, as despesas de capital nesse período foram reduzidas em R$ 31 milhões.

O total de despesas executadas, frente à dotação consignada no orçamento, representou uma execução de 84,11%. Tal situação demonstra que cerca de 15,89% da dotação fixada no orçamento não foi de fato executada no exercício. Os valores empenhados quando comparados aos projetados na LDO atingiram 98,16% das metas em 2017 (tabelas 2 e 6).

No que diz respeito às exigências previstas na LRF (Quadro 1), a LDO atendeu totalmente os quesitos exigidos, com exceção às exigências contidas no item 3, cuja lei atendeu de forma parcial, mas que o Estado vem paulatinamente tratando o tema para resolver esse quesito.

No que diz respeito às exigências previstas na LRF (Quadro 2), a LOA atendeu os quesitos exigidos, com exceção do quesito contido no item 1, apresentação da compatibilidade do orçamento com os objetivos e metas constantes no Anexo de Metas Fiscais. A DIAG apresentou no correr do exercício de 2017, modelo para ser adotado pela DIOR para o próximo exercício.

Quanto ao quesito 2, ao longo de 2017, a Secretaria de Estado da Fazenda está realizando a análise dos benefícios tributários concedidos pelo Estado de Santa Catarina, por setor econômico devendo apresentar relatório para o mês de março de 2018, prazo dilatado pela Portaria SEF nº 466 de dezembro de 2017.

Especificamente no Poder Executivo, o valor total das despesas empenhadas foi de R$ 21,61 bilhões. Em termos nominais, a despesa empenhada em 2017 foi maior em R$ 870 milhões, quando comparada ao ano de 2016, representando um aumento na ordem de 4,19% (tabela 7).

O maior montante de recursos despendidos em 2017 foi executado diretamente, totalizando R$ 20,23 bilhões, ou seja, 93,61% do total da despesa executada (tabela 8).

O maior gasto se deu na Previdência Social, seguida das funções Educação, Saúde, Segurança Pública, Administração, Transporte, Encargos Especiais, Direitos da Cidadania e Agricultura, funções essas que concentraram grande parte das despesas obrigatórias do Poder Executivo. Essas nove funções representaram 96,44% dos gastos públicos estaduais no ano de 2017 (tabela 9).

A despesa relativa com Inativos apresentou um crescimento de 6,56% e correspondeu a 80,03% do valor total da função Previdência Social em 2017 (tabela 10). As áreas mais representativas desse gasto foram realizadas por órgãos ou entidades da Educação (41%), Segurança (32%) e Saúde (9%), ou seja, áreas finalísticas do Poder Executivo (tabela 11).

No exercício financeiro de 2017, o valor total empenhado nos Programas do Poder Executivo, representou uma execução de 84,47% em relação a dotação atualizada (tabela 13).

Dos 74 programas estabelecidos na LOA, 07 concentraram o valor de R$ 17,45 bilhões correspondendo a 80,78% do valor total empenhado no exercício.

No exercício em análise foram priorizadas 71 subações atinentes a 11 Programas, não incluídas as subações pertencentes ao orçamento de investimentos das empresas não dependentes.

As subações priorizadas executaram 52,86% da dotação atualizada, que corresponde ao valor de R$ 1,12 bilhão, enquanto as demais 87,33%, que corresponde a R$ 20,48 bilhões (tabela 17).

Constatou-se que subações priorizadas em Audiências Públicas ficaram sem execução orçamentária, como a Construção do Instituto de Cardiologia na região da Grande Florianópolis, pertencente ao Programa Acelera Santa Catarina, a Pavimentação do acesso à BR 101 – trecho acesso Norte via Barbacema – Praia do Mar Grosso – Laguna, pertencente ao Programa Construção de Rodovias e a Construção do presídio Regional de Araranguá, pertencente ao Programa Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo.

A abertura de créditos orçamentários ampliou a dotação inicial de algumas subações, a exemplo da 12490 - Construção do CC e UTI do CEPON e 12412 - Gerenciamento do programa de financiamento BNDES, pertencente ao Programa Caminhos do Desenvolvimento. Contudo, a dotação inicial era superior ao valor efetivamente empenhado, demonstrando possível descompasso entre o planejamento e a execução.

Destaca-se que, as metas físicas não foram objeto desta análise, em virtude de divergências constatadas no tocante as medidas de mensuração utilizadas para aferir seu grau de execução. A DIAG está em tratativa com a área responsável para implementar os ajustes necessários a fim de viabilizar sua futura avaliação.

ANEXO I

Programas que sofreram aportes e/ou reduções de recursos financeiros

Cód Prog	Programa	Tipo Programa	Dotação inicial (a)	Dotação Atualizada (b)	(c) Aporte ou Redução (b-a)	Represent (c/d)
860		Gestão e Manut	4.352.608.084	5.455.805.442	1.103.197.358	35,31%
101	Acelera Santa Catarina	Temático	522.602.929	1.107.875.140	585.272.211	18,73%
900	Gestão Administrativa - Poder Executivo	Gestão e Manut	2.024.363.210	2.406.164.572	381.801.362	12,22%
430	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e	Temático	1.236.583.046	1.537.251.308	300.668.262	9,62%
610	Educação Básica com Qualidade e Equidade	Temático	660.045.163	848.917.668	188.872.505	6,05%
140	Reabilitação e Aumento de Capacidade de Rodovias	Temático	164.520.000	352.826.985	188.306.985	6,03%
990	Encargos Especiais	Gestão e Manut	1.374.500.000	1.531.603.574	157.103.574	5,03%
850	Gestão de Pessoas	Gestão e Manut	3.662.941.669	3.796.134.303	133.192.634	4,26%
100	Caminhos do Desenvolvimento	Temático	121.815.169	244.246.580	122.431.411	3,92%
110	Construção de Rodovias	Temático	497.933.664	600.385.188	102.451.524	3,28%
750	Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	Temático	85.035.832	170.342.577	85.306.745	2,73%
740	Gestão do Sistema Prisional e Socioeducativo	Temático	174.494.106	241.441.905	66.947.799	2,14%
150	Modernização Portuária	Temático	41.877.195	105.496.024	63.618.829	2,04%
730	Prevenção e Preparação para Desastres	Temático	113.573.892	176.980.378	63.406.486	2,03%
105	Mobilidade Urbana	Temático	160.336.893	214.621.639	54.284.746	1,74%
706	De Olho no Crime	Temático	2.005.631.268	2.049.248.177	43.616.909	1,40%
640	Promoção do Turismo Catarinense	Temático	52.255.960	93.101.641	40.845.681	1,31%
707	Suporte Institucional Integrado	Temático	255.435.845	279.987.460	24.551.615	0,79%
310	Agronegócio Competitivo	Temático	28.893.932	48.713.349	19.819.417	0,63%
705	Segurança Cidadã	Temático	378.538.878	393.352.506	14.813.628	0,47%
660	Pró-Cultura	Temático	12.360.060	22.829.733	10.469.673	0,34%
340	Desenvolvimento Ambiental Sustentável	Temático	12.509.740	21.498.596	8.988.856	0,29%
342	Revitalização da Economia Catarinense - PREC	Temático	16.650.000	25.030.456	8.380.456	0,27%
410	Vigilância em Saúde	Temático	33.584.779	40.425.227	6.840.448	0,22%
760	Ressocialização dos Apenados e dos Adolescentes Infratores	Temático	40.736.539	47.133.626	6.397.087	0,20%
745	Fortalecendo Direitos	Temático	53.754.922	59.032.458	5.277.536	0,17%
708	Valorização do Servidor - Segurança Pública	Temático	5.463.118	10.541.413	5.078.295	0,16%
915	Gestão Estratégica - Ministério Público	Temático	0	4.835.610	4.835.610	0,15%
315	Defesa Sanitária Agropecuária	Temático	13.740.486	18.329.457	4.588.971	0,15%
346	Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável	Temático	8.040.000	10.794.077	2.754.077	0,09%

(continuação)

Cód Prog	Programa	Tipo Programa	Dotação inicial (a)	Dotação Atualizada (b)	(c) Aporte ou Redução (b-a)	Represent (c/d)
420	Atenção Básica	Temático	78.566.291	80.712.167	2.145.876	0,07%
540	Nova Casa	Temático	5.863.594	7.830.706	1.967.112	0,06%
910	Gestão Administrativa - Ministério Público	Gestão e Manut	0	1.443.202	1.443.202	0,05%
920	Gestão Administrativa - Poder Legislativo	Gestão e Manut	0	1.387.237	1.387.237	0,04%
120	Integração Logística	Temático	22.050.000	23.341.100	1.291.100	0,04%
550	Comer Bem SC	Temático	0	1.182.711	1.182.711	0,04%
731	Gestão de Riscos e Redução de Desastres	Temático	10.402.180	10.697.872	295.692	0,01%
825	Formação de Gestores Públicos	Gestão e Manut	190.000	478.927	288.927	0,01%
212	Promoção Comercial e Cooperação Internacional	Temático	68.000	285.277	217.277	0,01%
925	Modernização do Processo Legislativo	Temático	0	102.000	102.000	0,00%
735	Respostas aos Desastres e Recuperação	Temático	22.190.000	22.191.452	1.452	0,00%
950	Defesa dos Interesses Sociais	Temático	5.308.000	5.308.000	0	0,00%
211	Metrologia e Qualidade de Produtos e Serviços	Temático	3.600.000	3.600.000	0	0,00%
650	Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	Temático	31.449.157	31.394.678	-54.479	0,00%
204	Missões, Recepções e Eventos Internacionais	Temático	197.000	9.823	-187.178	-0,01%
115	Gestão do Sistema de Transporte Intermunicipal de Pessoas	Temático	10.757.500	10.508.182	-249.318	-0,01%
615	Gestão do Ensino Profissional	Temático	382.292	42.882	-339.410	-0,01%
855	Saúde Ocupacional	Gestão e Manut	1.748.778	1.401.858	-346.920	-0,01%
830	Gestão Fiscal e Financeira	Gestão e Manut	51.045.424	50.649.415	-396.009	-0,01%
999	Reserva de Contingência	Temático	1.000.000	0	-1.000.000	-0,03%
209	Crescendo Juntos - Programa de Desenvolvimento e Redução das	Temático	1.137.000	28.106	-1.108.894	-0,04%
320	Agricultura Familiar	Temático	54.111.322	52.845.046	-1.266.276	-0,04%
360	Abastecimento de Água	Temático	1.500.000	170.485	-1.329.515	-0,04%
870	Pensões Especiais	Gestão e Manut	41.530.999	39.955.207	-1.575.792	-0,05%
208	Planejamento Estratégico de Desenvolvimento e Gestão de	Temático	1.789.000	30.972	-1.758.028	-0,06%
623	Gestão Democrática da Educação	Temático	112.500.000	110.000.000	-2.500.000	-0,08%
300	Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	Temático	13.818.505	10.373.847	-3.444.658	-0,11%
810	Comunicação do Poder Executivo	Gestão e Manut	65.959.224	62.269.535	-3.689.689	-0,12%
630	Gestão do Ensino Superior	Temático	53.554.004	49.288.129	-4.265.875	-0,14%

(continuação)

Cód Prog	Programa	Tipo Programa	Dotação inicial (a)	Dotação Atualizada (b)	(c) Aporte ou Redução (b-a)	Represent (c/d)
210	Estudos, Projetos e Informações Estratégicas	Temático	12.700.000	7.690.001	-5.009.999	-0,16%
626	Redução das Desigualdades e Valorização da Diversidade	Temático	18.950.000	11.400.000	-7.550.000	-0,24%
350	Gestão dos Recursos Hídricos	Temático	33.590.000	25.525.517	-8.064.483	-0,26%
348	Gestão Ambiental Estratégica	Temático	21.970.000	13.490.998	-8.479.002	-0,27%
520	Inclusão Social - Identificação e Eliminação de Barreiras	Temático	86.310.399	76.700.744	-9.609.655	-0,31%
200	Competitividade e Excelência Econômica	Temático	124.000.000	112.617.828	-11.382.172	-0,36%
440	Assistência Farmacêutica	Temático	123.447.786	111.535.040	-11.912.746	-0,38%
530	Pró-Emprego e Renda	Temático	81.528.093	66.221.410	-15.306.683	-0,49%
335	Santa Catarina Rural	Temático	34.780.000	18.189.306	-16.590.694	-0,53%
130	Conservação e Segurança Rodoviária	Temático	80.767.102	61.558.504	-19.208.598	-0,61%
145	Elaboração de Projetos e Estudos de Infraestrutura	Temático	38.650.000	19.003.113	-19.646.887	-0,63%
510	Gestão do SUAS	Temático	81.076.637	49.205.487	-31.871.150	-1,02%
400	Gestão do SUS	Temático	247.133.746	199.471.023	-47.662.723	-1,53%
230	CTI - Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação	Temático	172.469.682	81.089.225	-91.380.457	-2,92%
627	Acesso à Educação Superior	Temático	330.470.732	174.478.993	-155.991.739	-4,99%
625	Valorização dos Profissionais da Educação	Temático	2.275.312.505	2.068.446.266	-206.866.239	-6,62%
	Total		**22.464.701.331**	**25.589.099.340**	**3.124.398.009 (d)**	**100,00%**

4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA DIRETORIA DE AUDITORIA GERAL

A Diretoria de Auditoria Geral – DIAG, da Secretaria de Estado da Fazenda – SEF, no cumprimento do dever de prestar contas, apresenta o presente capítulo com o intuito de divulgar as principais atividades desenvolvidas no decorrer do exercício financeiro de 2017.

No segundo semestre de 2015, a DIAG iniciou a elaboração da avaliação estratégica das suas atividades. Os resultados desta avaliação permitiram sugerir aspectos para a missão, a visão e os valores para a Auditoria e identificar as ações consideradas mais importantes e nas quais devem ser concentrados os esforços nos próximos anos pelos Auditores Internos do Poder Executivo de Santa Catarina.

Como resultado direto desta avaliação, a Diretoria fixou as diretrizes estratégicas que nortearam as ações no ano de 2017, quais sejam:

1. Otimização e Correção dos Recursos Públicos
2. Transparência e Combate à Corrupção
3. Controle Interno
4. Auditoria Cidadã
5. Especialistas em áreas finalísticas
6. Melhoria do desempenho da Auditoria Interna

Apresenta-se a seguir as atividades desenvolvidas para cada uma das diretrizes estratégicas.

4.1 – OTIMIZAÇÃO E CORREÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS

A comprovação da legalidade da aplicação dos recursos públicos e a avaliação dos resultados alcançados pelos órgãos e entidades são funções do sistema de controle interno definidas pela Constituição Federal. Exercendo suas funções, a DIAG objetiva, com esta diretriz, contribuir para que os recursos sejam aplicados de forma correta e otimizada, visando maximizar o resultado econômico e financeiro e a satisfação da sociedade.

4.1.1 AUDITORIAS E INSPEÇÕES

a) Auditoria de Conformidade

- Auditoria na Secretaria de Estado da Fazenda – (Relatório de Auditoria nº 001/17) - o objetivo da auditoria foi verificar, na forma estabelecida pela legislação, se a Gerência de Gestão de Pessoas (GEPES/SEF) possui o devido controle e guarda das Declarações de Bens, Direitos, Valores e Rendas dos servidores. Para testar a qualidade da informação encaminhada pelo servidor, fez-se o confronto das informações constantes de declarações de bens com a base de dados do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC) e da Prefeitura Municipal de Florianópolis (IPTU), com vistas à realização do levantamento da evolução patrimonial de servidores e seus dependentes cadastrados na folha de pagamento, para fins de apuração do valor do Imposto de Renda Retido na Fonte

(IRRF), e ao exame de sua compatibilização com os recursos e as disponibilidades declarados. A principal conclusão do trabalho foi a constatação da necessidade de aperfeiçoamento das técnicas e ferramentas de auditoria sobre essa matéria, como a utilização de software específico para realizar o cruzamento dos dados e fazer as análises, a exemplo de práticas já adotadas pelo Município de São Paulo;

- FESPORTE - Relatório de Auditoria nº 003/17 - Relatório de Reanálise do Relatório nº 0001/2016, referente à verificação de conformidade dos adiantamentos para pagamento de Diárias e Despesas de Arbitragem. Das 31 restrições apontadas no Relatório Preliminar, 03 foram consideradas sanadas, 12 foram mantidas, porém não ensejaram dano ao erário e demandam monitoramento pela DIAG, e 16 foram mantidas, ensejando providências administrativas pela FESPORTE, tendo em vista possível dano ao erário no valor de **R$ 230.669,26**;

- Auditoria nas Gerências de Gestão de Pessoas - GEPES da Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP e da Fundação do Meio Ambiente - FATMA: continuidade da execução do Programa de Auditoria nº 005/2016, que tem por objetivo verificar, na forma estabelecida pela legislação, o cumprimento de rotinas e procedimentos praticados no que diz respeito a concessões e controle de licenças, afastamentos, disposições, restituição ao erário e outras situações afetas a servidores estaduais na SSP e na FATMA (cuja soma das folhas de pagamento com encargos, anualizadas , ultrapassa R$ 1 bilhão), com vistas a comprovar a regularidade nos atos praticados e a eficiência nos controles utilizados no âmbito da gestão de pessoas. Foram emitidos os Relatórios de Auditoria nº 04/2017 (FATMA) e 05/2017 (SSP);

- Auditoria para apuração de irregularidades apontadas pelo responsável pelo controle interno da ADR de Itajaí: Foi expedida a Informação nº 105/17 com recomendações de adoção de diversas medidas para correção do controle do estoque, realização de lançamentos para ajuste entre o estoque físico e o registrado no Sistema de Materiais e Estoque, ciência acerca das constatações de não atendimento das necessidades das unidades escolares, bem como, recomendação para realização de planejamento para contratações com o objetivo de fazer cessar o uso indevido do Cartão de Pagamento do Estado (CPESC). Durante a realização da auditoria foram identificados indícios de fraude em procedimentos de contratações de fornecedores, sobrepreço, contratações antieconômicas, direcionamento de licitações e de procedimento de dispensa, fuga do procedimento licitatório, desfalque de bens, bens em estoque vencidos, contratação acima das necessidades, falta de planejamento das aquisições, não atendimento às unidades escolares, diversas falhas no controle dos bens depositados em almoxarifado, erros nos lançamentos de entrada e de saída de bens no Sistema de Material e Estoque, não atendimento das recomendações expedidas pela DIAG acerca da instauração de tomada de contas especial (autos nº SEF 8896/2016).

Benefícios não financeiros: melhoria nos procedimentos e processos
Benefícios financeiros: economia potencial de R$ 230.669 (FESPORTE)

b) Auditoria Operacional

- Auditoria operacional para avaliação de afastamentos decorrentes de licenças para tratamento de saúde na SES: Emitido o Relatório de Auditoria Operacional nº 007/2017, no qual apontou-se como principal causa do altos índices de absenteísmo, a inexistência de cuidado adequado com a saúde ocupacional dos servidores públicos em exercício nas unidades hospitalares geridas diretamente pelo Estado, que se pode creditar, em grande parte, à ausência, na prática, de uma política de Estado que atue de forma preventiva nas causas do adoecimento desses servidores. Por fim, como forma de contribuir para a reversão desse quadro, recomendou-se a observância das diretrizes e normas contidas na Lei nº 14.609, de 07/01/2009, que instituiu o Programa Estadual de Saúde Ocupacional do Servidor Público, bem como, do Decreto nº 2.709/2009, que instituiu o Manual de Saúde Ocupacional do Servidor Público;

- Auditoria operacional para avaliação do fluxo dos processos de concessão de aposentadoria: em andamento a execução da Ordem de Serviço nº 001/17 - objetiva avaliar o processo de concessão de aposentadoria a partir do requerimento pelo servidor até a compensação previdenciária. Estima-se que o Poder Executivo desembolse em 2017 aproximadamente R$ 8 milhões com códigos de proventos, tais como, abono de permanência, férias e triênios, com servidores afastados aguardando aposentadoria há mais de 60 dias.

- Auditoria operacional para avaliação das rotinas de pessoal na SJC: em andamento a execução da Ordem de Serviço nº 05/17 – o trabalho tem como objetivo verificar o cumprimento de rotinas e procedimentos praticados no que diz respeito ao registro de frequência, restituição ao erário e outras situações afetas a servidores estaduais na Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SJC, com vistas a comprovar a regularidade nos atos praticados e a eficiência nos controles utilizados no âmbito de gestão de pessoas. (SEF 16102/2017).

Benefícios não-financeiros: melhoria nos procedimentos e processos

c) Auditoria de Acompanhamento

- Monitoramento da folha de pagamento

Visando identificar incorreções na folha de pagamento antes do seu processamento definitivo e promover a eficiência nos processos de trabalho do sistema administrativo de gestão de pessoas, o monitoramento mensal da prévia da folha de pagamento tem por foco a atuação preventiva e é efetuado sobre o total de contracheques existentes nas bases de dados dos sistemas informatizados de recursos humanos em cada período analisado.

A seleção dos casos passíveis de análise nesse monitoramento é feita por meio da utilização de rotinas e técnicas de auditoria. O Quadro 1 apresenta o quantitativo de contracheques analisados e o respectivo valor total da remuneração bruta para cada mês, referente aos casos estudados.

Quadro 1. Contracheques analisados e respectivo montante em R$ - ano de 2017

Período	Contracheques analisados	Montante em R$
Primeiro trimestre 2017	1.132	18.432.045,04
Segundo trimestre 2017	746	14.506.323,81
Terceiro trimestre 2017	719	14.310.150,46
Quarto trimestre 2017	459	10.687.036,57
Total do ano de 2017	**3.056**	**57.935.555,88**

Como visto no quadro acima, no ano de 2017 foram avaliados 3.056 contracheques, cuja remuneração bruta total correspondeu a **R$ 57.935.555,88**. A variação na quantidade de ocorrências analisadas em cada trimestre deve-se aos resultados da aplicação das técnicas para a seleção da amostra a ser trabalhada. A título de exemplificação dos fatos apurados, destacam-se no ano de 2017 as seguintes ocorrências:

- SISOBI – Sistema de Controle de Óbitos: realizando o cruzamento dos dados do sistema SISOBI (do Ministério da Previdência) com os dados da prévia das folhas de pagamento, evitou-se o pagamento, nas folhas de janeiro a dezembro de 2017, de **R$ 2.261.390,63** a servidores e pensionistas já falecidos. Gize-se a necessidade de ressarcimento ao Erário de aproximadamente **R$ 664.202,31** (créditos a ressarcir), referentes a pagamentos indevidos após os óbitos. Na projeção de 12 meses, o Estado deixará de desembolsar a quantia de **R$ 9.045.562,52** (desembolso evitado);
- Ajuda de custo: detectou-se pagamento referente a ajuda de custo sem o respectivo lançamento de movimentação no SIGRH na Polícia Militar. O fato ocorreu em razão da grande quantidade de policiais movimentados para as atividades de segurança da temporada de veraneio coincidindo com a migração do SIRH para o SIGRH e com o fechamento de folha antecipado em decorrência do recesso de final de ano;
- Horas de sobreaviso e horas-plantão – foram identificados casos de servidores da Secretaria de Estado da Saúde que realizaram HP e sobreaviso em períodos nos quais tiveram usufruto parcial de férias na mesma quantidade de meses sem o gozo de férias. No 1º trimestre foram pagos **R$ 247.947,93** de horas sobreaviso para 79 matrículas, que mesmo no usufruto de férias de 15 dias perceberam integralmente por 200 horas de sobreaviso, ou seja, não tiveram nenhuma redução. Assim, entende-se que ao menos **R$ 123.973,96** foram pagos a maior e poderiam ter sido economizados nos 3 primeiros meses de 2017 (economia potencial). Desse modo, existe uma possibilidade concreta de economia de despesas com as horas de sobreaviso se forem tomadas medidas administrativas para controle da efetiva execução e o não pagamento integral de 200 horas nos meses em que o servidor usufruir de férias parceladas. Sugere-se a parametrização do SIGRH para não permitir o pagamento de mais de 100 horas de sobreaviso referentes ao mês em que o servidor usufruiu de férias parceladas;
- Acumulação de remuneração acima do teto constitucional: a Informação nº 001/2017 versou sobre a existência de três casos nos quais servidores públicos estaduais perceberam proventos de aposentadoria cumulados com vencimentos de cargo em

comissão puro que, somados, ultrapassaram o teto constitucional remuneratório. Na projeção anualizada, o Estado desembolsou indevidamente **R$ 434.594,52** no exercício anterior, sendo recomendado à SEA o imediato ajuste na parametrização do SIGRH, no sentido de ser observado o disposto no art. 40, § 11, da Constituição Federal, de maneira a ser implantado o abate-teto sobre a remuneração do vínculo que gerou o excesso e o levantamento de todos os pagamentos irregulares com as mesmas características dos casos analisados porventura existentes, efetuados desde a data da emissão do Parecer PGE nº 003/2013, visando ao ressarcimento ao erário por parte dos servidores beneficiados com valores em desacordo com a Constituição. Considerando a recente decisão do STF em 27/04/2017, que apreciando o tema 377 de repercussão geral fixou o entendimento que "Nos casos autorizados constitucionalmente de acumulação de cargos, empregos e funções, a incidência do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal pressupõe consideração de cada um dos vínculos formalizados, afastada a observância do teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público", entende-se que o resultado financeiro da Informação DIAG nº 001/2017 configura-se em economia potencial, aguardando-se a publicação do Acórdão que poderá esclarecer se os valores devem ou não ser ressarcidos ao erário, conforme a abrangência da decisão;

- Ressarcimento de valores relativos a abono de permanência: a Informação nº 011/2017 defendeu a necessidade de restituição de valores pagos a título de abono de permanência em virtude de se tratarem de valores recebidos em razão de erro operacional da Administração, hipótese na qual o Parecer nº 145/2014 da Procuradoria Geral do Estado recomenda a devolução. O valor estimado a ser ressarcido para o caso analisado na mencionada Informação é de **R$ 15.686,43** (créditos a ressarcir), considerado o período assinalado na Informação (22 de fevereiro de 2012 a 22 de julho de 2014).

- Ajuda de custo: para a matrícula 0210396-6-01, a GEPES/SSP implantou o valor equivalente a 100% do respectivo subsídio (R$ 22.601,22), embora tratar-se de servidor com 2 (dois) dependentes cadastrados no SIGRH, consoante o art. 192, II, do Estatuto (Lei nº 6.843/86), estabelecer 75%. Todavia, em face do alerta da GAPES/SEF, o valor foi tempestivamente corrigido e reduzido para R$ 16.950,92, gerando uma economia de **R$ 5.650,30**.

- Pagamento indevido de remuneração integral: nos meses de abril e maio, identificou-se inconsistência para 6 (seis) servidores das Secretarias de Justiça e Cidadania (SJC) e da Educação (SED), uma vez que consta nos dados funcionais do SIGRH que haviam sido dispensados a pedido no decorrer de um mês, fazendo jus apenas à remuneração proporcional aos dias trabalhados. Contudo foi pago indevidamente a remuneração integral aos mesmos, tendo a ressarcir **aproximadamente R$ 11.000,00**;

- Aumento expressivo da rubrica 01-1014 (RETRIBUICAO POR PRODUTIVIDADE MEDICA - ART 6 LEI 16160/2013): em razão do aumento de 25,01% no valor total despendido em maio de 2017 (R$ 5.019.076,21) com a rubrica, comparado ao mês anterior, solicitou-se à Secretaria de Estado da Saúde que apresentasse informações complementares no sentido de esclarecer as causas do referido incremento, visto que as informações apresentadas pela Gerência de Avaliação e

Controle de Gestão de Pessoas dessa Diretoria, por meio do Relatório de Justificativas – Inclusões/Alterações na Folha de Pagamento referentes ao mês de 05/2017, estão limitadas à fundamentação legal para o pagamento;

- Identificação de saldo a ressarcir por servidor devido à remuneração recebida de forma acumulada indevidamente: A Informação nº 0046/2017 apontou a necessidade de devolução pelo servidor da SEF, matrícula 184.923-9-01, do montante de **R$ 13.784,49**, tendo em vista o recebimento de remuneração acumulada indevidamente;
- Identificação de valores recebidos indevidamente por servidor: A Informação nº 0053/17 reiterou o apontado na Informação 0020/2017, que o servidor da SJC, de matricula 384.127-8-01, recebeu remuneração indevidamente em diversos meses no período de 18/03/2014 a 31/03/2017, considerando que foram contabilizadas faltas cadastradas em todos os dias daquele período, atingindo o montante de **aproximadamente R$ 45.000,00**, a ser ressarcido aos cofres públicos;
- Pagamento indevido de verbas remuneratórias: identificadas inconsistências pontuais na folha que geraram o pagamento indevido de verbas remuneratórias para servidores/militares das Secretarias de Justiça e Cidadania (SJC), Secretaria de Educação (SED), Secretaria de Saúde (SES), Agência de Desenvolvimento Regional de Lages – (ADR-Lages), Corpo de Bombeiros Militar (CBMSC) e Policia Militar (PMSC). Dentre as inconsistências destaca-se situações como duplicidades no pagamento de rescisão de 13º salário, inclusões de exonerações/licenciamentos 'ex-officio" após o processamento da folha definitiva, duplicidades no pagamento de subsídio, IRESA e gratificação de férias na PM. Os valores a ressarcir somam **aproximadamente R$ 90 mil**;
- Acumulação indevida de vantagem remuneratória com subsídio: identificada acumulação indevida de vantagem remuneratória com subsídio, no âmbito da SEF. Matéria levada à ciência da SEA/SC para providências. Comunicação de Auditoria nº 104/2017.
- Pagamento indevido de verbas remuneratórias: no mês de novembro identificou-se uma inconsistência na folha de pagamento da PMSC que gerou o pagamento em duplicidade da rubrica 01-0492-01 – Indenização de produtividade, no valor de **R$ 692,76**, para a matrícula nº 925310-6-01. Uma vez notificada por e-mail, a PMSC procedeu o ajuste, descontando o valor no contracheque do servidor no próprio mês de 11/2017.

Benefícios financeiros: desembolso evitado de R$ 9.046.254,32 (ano), créditos a ressarcir de R$ 839.671,81 e economia potencial de R$ 558.568,00; Benefícios não-financeiros: melhoria nos procedimentos e processos, melhoria na organização administrativa e salvaguarda do patrimônio público

- Aperfeiçoamento do processo de monitoramento da folha de pagamento

No ano de 2017 foi iniciado um projeto de aperfeiçoamento do processo de monitoramento da folha de pagamento.

O principal objetivo é mitigar a ocorrência de falhas que levem a ineficiências e pagamentos indevidos durante o processo de

confecção da folha de pagamento, diminuindo o tempo entre a identificação de um problema e a realização de uma ação corretiva.

Uma importante inovação está no crescimento da participação dos órgãos. A partir da implementação da nova metodologia proposta, a Auditoria Interna atuará no desenvolvimento de trilhas de auditoria, ao passo que a unidade gestora da folha de pagamento ficará responsável pela verificação das possíveis inconsistências identificadas. Cabe destacar que a Auditoria Interna também realizará o monitoramento dos trabalhos feitos pelos órgãos.

Propôs-se à PMSC, e foi imediatamente aceita, a realização de um piloto para testar a nova forma de execução do monitoramento da folha em razão de sua recente migração do SIRH para o SIGRH, fato que originou inconsistências e o consequente pagamento incorreto de algumas rubricas. Em linhas gerais, esse piloto contém as seguintes etapas:

a) A Auditoria Interna faz o levantamento dos principais riscos enfrentados pelo órgão a partir de entrevista com os responsáveis pela confecção da folha de pagamento;

b) A partir desse mapeamento, são customizadas trilhas de auditoria para monitorar os principais riscos identificados pelos gestores;

c) Periodicamente, a Auditoria Interna executa as trilhas com vistas à identificação dos casos e informa a PMSC para que esta realize os ajustes necessários;

d) A partir do recebimento da comunicação de auditoria, a PMSC verifica os casos assinalados, toma as medidas necessárias para correção e prevenção de novas ocorrências e informa à Auditoria Interna.

É importante salientar que tais etapas devem ser cumpridas para cada órgão aderente ao novo monitoramento, ou seja, todos receberão tratamento individualizado e os trabalhos da Auditoria Interna estarão centrados nas necessidades apontadas pelos órgãos.

4.1.2 - ASSESSORAMENTO

a) Assessorias

- Atos de Licenças sem Remuneração editados em desacordo com a nova legislação: Com o advento da LC nº 662/15, faz-se necessário que o servidor faça a opção no sentido de ficar expressamente definido se durante o período de seu afastamento ele fará ou não o recolhimento mensal das contribuições previdenciárias, parcela do servidor e a parte patronal, a fim de possibilitar a contagem do período afastado unicamente para fins de aposentadoria. Verificada a publicação de atos omissos quanto à opção supramencionada na SED, PMSC e CBMSC, recomendou-se a adoção de providências para a prevenção de futuras ocorrências e a correção dos atos publicados em discordância com o novo regramento (Informações DIAG nº 27, 28 e 29/17).

No segundo trimestre de 2017, PMSC e CBMSC informaram que novas medidas foram efetivadas para prevenir novos acontecimentos de mesma espécie, bem como os procedimentos com vistas à correção de atos publicados foram realizados.

- Defensoria Dativa e Audiência de Custódia: Foram realizadas simulações com a OAB para tratar de pagamentos da defensoria dativa relativo a um novo aditivo a ser assinado em 2017, compreendendo certidões não pagas e emitidas até o fim da

vigência da lei 155/1997. Em fevereiro de 2017 foi realizada simulação a qual totalizou valor de aproximadamente R$ 2 milhões aos defensores dativos. A efetividade do pagamento depende ainda da assinatura do novo aditivo.

Em relação às Audiências de Custódia, com a publicação da Lei Complementar 684 de 2016 os pagamentos das certidões de Audiências de Custódia passaram a ser responsabilidade da Defensoria Pública do Estado. No primeiro trimestre de 2017 foi realizada inspeção das certidões para pagamento relativo ao mês de dezembro de 2016. No segundo trimestre de 2017 foi realizada inspeção das certidões enviadas pelo Grupo de Monitoramento do Tribunal de Justiça nos meses de janeiro até abril de 2017 selecionando-se, para pagamento, apenas as certidões cujas audiências foram realizadas até 20 de dezembro de 2016.

- Estudo sobre a concessão de jetons no Executivo Estadual:
Foi emitida a Informação DIAG n° 063/2017, acerca da gratificação por participação em reuniões - jetons, dos conselhos existentes no Poder Executivo estadual, da repercussão financeira nos últimos três anos, bem como, das normas que regem a matéria (SEF 9467/2017). Destacam-se da conclusão da Informação recomendações, tais como, a desvinculação da base de cálculo do "jeton" do salário mínimo, nos casos em que ocorre; a realização dos pagamentos exclusivamente pelo SIGRH e a publicação das atividades dos conselhos por meio de sites oficiais. Destaca-se que no ano de 2016 foram pagos a título de “jetons” R$ 11.190.028,24, tanto pelo SIGEF como pelo SIGRH.

- Informações preliminares acerca da compensação previdenciária:
Foi emitida a Informação DIAG n° 097/2017, acerca dos procedimentos e dos valores relativos à compensação previdenciária do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Santa Catarina com o Regime Geral de Previdência Social, mantido pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS (SEF 14253/2017). Destaca-se como conclusão da Informação a existência de aproximadamente R$ 92 milhões que o Estado teria a receber de compensação previdenciária, relativo ao período de 1988 a 1999.

- Construção de Crítica no SIGRH para Gerenciar o Cadastro das Designações dos Responsáveis pelas Delegacias de Polícia:
Acompanhamento junto ao Coordenador do Sistema Informatizado de Gestão Pessoas da SEA para criação de funcionalidade, destinada ao registro das Designações dos Responsáveis pelas Delegacias no âmbito da Polícia Civil.
- Implantação da cobrança e recolhimento da contribuição previdenciária dos servidores adidos e vinculados a regime próprio de previdência social (RPPS): Desde o exercício de 2015, a Gerência de Auditoria de Pessoal vem reiterando à SEA, (autos SEF 21030/2015), sobre a obrigatoriedade do recolhimento da contribuição previdenciária, tanto do segurado quanto a patronal, naqueles casos em que o servidor adido está vinculado a RPPS e recebe sua remuneração no órgão de destino do Poder Executivo Estadual. A primeira ocorrência de regularização se deu apenas no mês de agosto de 2017, matrícula 389.783-4-04 (SEF). A regularização dos demais casos, segundo à SEA, depende de atualização da situação cadastral, fato esse que a GAPES/SEF estará monitorando.

- Monitoramento da frota oficial

As ações foram focadas no monitoramento (acompanhamento e cobrança) da implementação, pelos órgãos/entidades estaduais, das regras constantes do Decreto nº 312/11, que trata da atualização cadastral de veículos e

equipamentos oficiais no Estado, bem como do Decreto nº 660/11, que dispõe sobre aquisição e locação de veículos oficiais no Estado, especialmente visando reduzir as inconsistências verificadas nos sistemas DETRANNET e PAT.

Nos últimos trimestres as inconsistências nesses sistemas são apresentadas nesse quadro:

QUADRO DE INCONSISTÊNCIAS
DETRANNET x PAT / DETRANET / PAT

INCONSISTÊNCIA	dez/16	mar/17	jun/17	set/17	dez/17
DETRANNET X PAT	191	189	333	285	234
DETRANNET	141	162	186	174	138
PAT	148	70	72	89	55
TOTAL	**480**	**421**	**591**	**548**	**427**

Fonte: Sistema SC Multimídia

O apontamento DETRANNET X PAT retrata o número de inconsistências existentes entre os Sistemas DetranNet e Patrimônio, que podem, por exemplo, decorrer de divergências entre placas, chassis ou CNPJs. Verifica-se que houve um decréscimo aumento em relação ao período anterior (dez/2016), variando de 191 para 234 veículos com inconsistências.

O apontamento DETRANNET indica o quantitativo de veículos dos órgãos e entidades que não estão registrados no Sistema de Patrimônio do Estado (PAT). Verifica-se que houve um decréscimo de 3 veículos em relação ao período anterior (dez/2016).

O apontamento PAT mostra o número de veículos dos órgãos e entidades que estão registrados no Sistema de Patrimônio, porém não figuram nos cadastros do DETRAN em nome do Estado. Como se pode observar, ocorreu, comparativamente ao anterior (dez/2016), um decréscimo das restrições de 148 para 55 veículos no mês de dezembro de 2017.

Registra-se, ainda, que as atividades desenvolvidas pelo GED - Veículos têm contribuído decisivamente para reduzir o estoque de veículos oficiais inservíveis.

O GED – Veículos, além de apoio e esclarecimento às dúvidas oriundas dos órgãos/entidades, promove reuniões constantes e responde a inúmeras consultas relativas ao tema, além de monitorar permanentemente o saneamento das restrições e inconsistências da frota de veículos oficiais constantes do Portal do Gestor Público Estadual.

No dia 29 de novembro de 2017, foi publicado o Decreto nº 1.382/2017, que "Dispõe sobre os procedimentos de registro, controle e regularidade dos veículos oficiais e equipamentos dos órgãos da Administração Direta, dos fundos e das entidades autárquicas e fundacionais do Poder Executivo estadual", que fortalecerá a gestão e o controle interno sobre a Frota de Veículos do Governo do Estado.

- Recomendações expedidas ao Secretários de Estado da Fazenda e da Educação, por meio da Informação nº 0154/2017: Recomenda a revisão da Instrução Normativa Conjunta nº 2/2017 que regulamenta o uso do Cartão de Pagamento do Estado (CPESC) para utilização das unidades escolares da Rede Estadual de Ensino. Em

decorrência do desenvolvimento dos trabalhos de auditoria especial realizados na ADR de Itajaí foi constatada fuga ao procedimento licitatório e utilização indevida do CPESC em despesas que deveriam ser licitadas, bem como, aumento significativo dos custos de aquisição de itens colhidos por amostragem entre 82% a 286% em relação aos preços constantes em ata de registro de preços realizado pela SEA para atendimento da região do vale do Rio Itajaí, sendo a mediana dos preços calculada em 134%, indicando que as unidades escolares poderiam ter sido supridas com o dobro dos materiais adquiridos por meio do CPESC sem que isso representasse aumento de despesa para a Administração estadual.

- Contribuição para o desenvolvimento de um sistema de registros de preços compartilhado entre estado e municípios para a aquisição de medicamentos e materiais de saúde: A DIAG representou a Secretaria de Estado da Fazenda em iniciativa que envolveu o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, Federação Catarinense de Municípios – FECAM e Secretaria de Estado de Saúde, com o objetivo de implementar um sistema de registro de preços único, compartilhado entre o Estado de Santa Catarina e os Municípios Catarinenses. Após o julgamento pelo TCE/SC de consulta formulada pela FECAM sinalizando a viabilidade da proposta, a DIAG contribuiu elaborando minutas para decretos estadual e municipais, bem como de acordo de cooperação a ser celebrado entre o Estado de Santa Catarina, pela Secretaria de Estado da Saúde, e a FECAM.

Benefícios não-financeiros: melhoria nos controles internos, melhoria dos procedimentos e processos e salvaguarda do patrimônio público

b) Pareceres

- Ressarcimento – Parecer nº 001/2017: Manifestação a respeito do ressarcimento de despesa do convênio nº 0924/2015 firmado entre a JUCESC e Associação Comercial de Joinville.

c) Consolidação e análise de dados

- Relatório gerencial consolidado dos gastos com pessoal: A DIAG realiza rotina mensal de acompanhamento, apresentando uma visão geral e gerencial acerca dos gastos de pessoal e encargos sociais da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Empresas Estatais Dependentes. A Informação que sintetiza a avaliação gerencial busca relacionar os principais proventos e descontos em folha de pagamento, com visões por unidades gestoras e por código de proventos e descontos obrigatórios, por meio de comparações entre o período atual e o anterior, elucidando as maiores variações ocorridas. Utiliza-se de registros do SIGEF e Sistemas de Gestão de Pessoas (SIRH, SIGRH, etc) consolidando todos os gastos envolvidos com a área de pessoal, como folha de pagamento e encargos sociais (parcelas patronal e do servidor), pensões, plano de saúde, indenizações e sentenças judiciais, etc.

Foi realizada, ainda, avaliação da evolução do déficit previdenciário no período entre 2009 a 2016 (Informação 059/17) com proposições para redução do déficit e Informação sobre a possibilidade de revisão da tributação previdenciária para os casos em que o servidor percebe mais de uma fonte de recursos do Estado (Informação 037/17)

- Avaliação gerencial mensal do custeio do Poder Executivo: A DIAG elabora mensalmente Informação específica sobre despesas de custeio, tomando por base os registros no SIGEF, segundo os órgãos

do Poder Executivo, a fim de identificar as principais variações em relação ao mês anterior e comparativos entre o acumulado dos exercícios atual e anterior. O objetivo das Informações é subsidiar trabalhos das outras gerências e da própria DIAG na definição de trabalhos e investigações junto aos órgãos e entidades quanto às variações de elementos e subelementos de despesas, fontes de recursos, credores e etc. Foi realizado, ainda, um estudo anual comparado do custeio de 2016 relativo a 2015 e 2014 (Informação 031/17) com as mesmas finalidades das informações mensais de custeio.

- Avaliação gerencial mensal das transferências Voluntárias do Poder Executivo: A DIAG analisa, mensalmente, por meio da elaboração de Informação, as Transferências Voluntárias, tomado por base os registros no SIGEF no módulo de Transferências e Execução Orçamentária, com o objetivo de identificar as principais variações em relação ao mês anterior e comparativamente ao acumulado dos exercícios atual e anterior. O objetivo da Informação é subsidiar trabalhos da GERAN na definição de trabalhos e na busca e investigação quanto às variações relevantes e incomuns considerando elementos e subelementos de despesas, fontes de recursos, credores etc.

- Análise da Execução da Despesa do Estado: A DIAG realiza monitoramento e análise das despesas do poder executivo. Esta atividade visa analisar a execução da despesa orçamentária em relação à arrecadação, à inflação do período e à variação da despesa em relação ao mesmo período do ano anterior, em nível de categoria econômica, grupos de natureza de despesa, órgãos/entidades e análise detalhada daquelas que apresentaram as maiores variações. Esta análise objetiva sugerir o direcionamento das ações da DIAG para contribuir para a melhoria da gestão do poder executivo.

- Avaliação da execução dos Programas de Governo do Poder Executivo: no 1º trimestre de 2017 foi realizada a Avaliação da execução dos Programas de Governo do Poder Executivo, com base no planejamento estabelecido na LOA de 2016. Esta análise visa avaliar, sob o prisma da estrutura funcional-programática, o grau de adequação dos programas estabelecidos na lei orçamentária do exercício de 2016, comparando as ações planejadas e os valores das respectivas dotações iniciais estabelecidas para as mesmas, com as ações efetivamente realizadas, evidenciando a despesa realizada e os percentuais de execução, por função (área de atuação governamental), programas, e detalhando aquelas mais relevantes e representativas.

Esta análise tem como objetivo fornecer subsídios para a priorização dos trabalhos da DIAG, contribuir para eventuais melhorias na elaboração do planejamento do poder executivo e ainda, em atenção ao disposto na Constituição Estadual em seu art. 62. A Informação DIAG 010/17 forneceu subsídios para o Relatório anexo à Prestação de Contas do Governo do Estado.

- Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo que acompanha a prestação de contas anual do governo do Estado: No 4º trimestre de 2017 foi concluída a minuta do Relatório de Controle Interno para contemplar os dados de 2017 visando atender às demandas do TCE-SC, em relação à avaliação da execução dos orçamentos Fiscal e da Seguridade social com indicação das metas financeiras. Em relação às metas físicas, após extração de dados no BI para validação verificaram-se inconsistências que foram levadas a conhecimento da DIOR.

Benefícios não-financeiros: fornecimento de informações gerenciais e estratégicas

d) Proposta ou análise de ato normativo

- Regulamentação da Lei Federal nº 13.019/14: foi editado o Decreto nº 1.196, de 21/06/17, que regulamenta em âmbito estadual a Lei Federal nº 13.019/14, que estabeleceu o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil;

- Decreto de adiantamento: Em conjunto com a Secretaria da Casa Civil e a Diretoria de Contabilidade Geral foi elaborada minuta de decreto consolidando em um mesmo normativo as regras de adiantamento e de utilização do Cartão de Pagamento do Estado de Santa Catarina – CPSC, que culminou com a publicação do Decreto 1.322, de 05 de outubro de 2017;

- Informação nº 044/17: que tratou da Minuta de Instrução Normativa Conjunta SEF – SED para uso do CPESC;

- Informação DIAG nº 076/2017: acerca da minuta de Instrução Normativa SEF/UDESC nº 001/2017, que "Regulamenta o uso do Cartão de Pagamentos do Estado de Santa Catarina (CPESC) no âmbito da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC". (UDESC 3906/2017);

- Informação DIAG nº 101/17: Manifestação acerca da minuta de Instrução Normativa que Regulamenta o uso do Cartão de Pagamento do Estado de Santa Catarina (CPESC) no âmbito da UDESC. Por solicitação da COJUR/SEF foi emitida manifestação sobre expedição de Instrução Normativa que autoriza gastos no montante de R$ 2.304.000,00 ao ano, contendo diversas recomendações de alteração do texto na Instrução Normativa com vistas a mitigar o risco de fuga ao procedimento licitatório e contratações antieconômicas decorrentes da perda do ganho auferido com a economia de escala e da falta de disputa entre as empresas.

- Estatuto Jurídico da Empresa Pública: Foram instalados os Grupos de Trabalho para regulamentação da Lei Federal nº 13.303/16 e do Decreto Estadual nº 1.007/16, de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública. Dos 7 grupos de trabalho, dois são coordenados por Auditores Internos, a saber: GT de Riscos, Controle e Auditoria, e GT Licitações e Contratos. Fruto dos trabalhos desenvolvidos no decurso do exercício, foram disponibilizados os seguintes Modelos de Referência que integrarão Instrução Normativa Conjunta das Secretarias da Fazenda e da Casa Civil, a saber: Boas Práticas de Controle Interno; Gestão de Riscos e Compliance; Auditoria Interna; Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário; Regimento Interno do Comitê de Elegibilidade; Código de Conduta e Integridade e, por fim, Regulamento de Licitações e Contratos.

- Proposta de Decreto: Estudo, elaboração e encaminhamento à COJUR/SEF da proposta de Decreto que "Dispõe sobre o procedimento simplificado de apuração de responsabilidade pelo extravio ou dano a bem móvel de pequeno valor, no âmbito dos órgãos e entidades autárquicas e fundacionais do Poder Executivo Estadual."

- Análise sobre Projeto de Lei Complementar nº 0017.5/2016: em atendimento à solicitação da Diretoria de Assuntos Legislativos da Secretaria de Estado da Casa Civil – DIAL/SCC, foi realizada análise do Projeto de Lei Complementar nº 0017.5/2016, que "Altera a Lei

Complementar nº 317, de 2015, que dispõe sobre a organização e o funcionamento da Procuradoria-Geral do Estado, o regime jurídico dos Procuradores do Estado e estabelece outras providências", especificamente acerca da criação e extinção de cargos nela previstos;

- Análise de minuta de Decreto que "regulamenta o processo de credenciamento do Docente Facilitador e fixa critérios para a concessão de honorários de hora-atividade e deslocamento em atuação na Fundação Escola de Governo". ENA 117/2017;

- Manifestação e análise de minuta de Decreto: relativo a isenção de CNDs de hospitais que atendam pelo SUS em parcerias celebradas com o Estado, o trabalho culminou na edição do Decreto 1.276, de 23 de agosto de 2017;

- Participação e proposição de melhorias no Decreto de encerramento do exercício: que culminou na publicação do Decreto 1.381, de 29 de novembro de 2017;

- Orientação Técnica nº 003/17: orienta órgãos e entidades da Administração Pública Estadual a respeito de preços de referência desonerados de ICMS.

Benefícios não-financeiros: atualização e aprimoramento de textos legais

e) Monitoramento das contas do Governador

A DIAG é responsável pela revisão anual da Resolução Grupo Gestor de Governo que trata da implementação e acompanhamento de ações com vistas ao saneamento ou mitigação de ressalvas e recomendações constantes de pareceres prévios emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE), sobre as Prestações de Contas do Governo (PCG).

Em 2016, foi editada a Resolução Grupo Gestor de Governo nº 005/2016/GGG, de 15 de junho de 2016. Compete ainda à DIAG providenciar a compilação das respostas, contendo as medidas tomadas ou justificativas apresentadas pelos responsáveis, com vistas à consolidação das contrarrazões ao projeto de Parecer Prévio do TCE sobre a PCG, objetivando o encaminhamento destas pelo Secretário de Estado da Fazenda ao Governador do Estado e ao TCE.

No ano de 2017, foi publicada a Portaria nº 208/SEF, de 12/06/2017, alterada pela Portaria nº 249/SEF, de 18/07/2017, constituindo Grupo de Trabalho (GT), composto pelos Diretores da Auditoria Geral, Contabilidade Geral, Tesouro do Estado e Planejamento Orçamentário para apresentar soluções para as ressalvas e recomendações das decisões proferidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina no parecer prévio para julgamento das contas do Governo do Estado relativas ao ano de 2016, com o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para apresentar o seu relatório.

Entre as diversas ações já realizadas, destaca-se a atuação da DIAG na elaboração da minuta de Relatório, a qual resultou na emissão de Ofício Circular GGG nº 001/2017, de 24 de agosto de 2017, a todos os órgãos e entidades do Poder Executivo, acerca da "Execução Financeira e Orçamentária em 2018: Necessidade de Corte de Gastos, Limitações da LRF e Obrigações Leiais impostas pela Lei Complementar federal nº 156/2016 (Plano de Auxílio aos Estados e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal)".

A equipe da DIAG que atua no Grupo de Trabalho (GT) elaborou Relatório, que foi submetido ao Secretário de Estado da Fazenda, a quem cabe deliberar pela implementação ou não das

propostas que apresentadas, nas quais se destacam a necessidade de realização de ações para: a) o cumprimento de limites constitucionais e legais; b) a normatização da execução orçamentária e financeira; c) a urgência em corrigir as deficiências no fluxo orçamentário e financeiro, já contemplando a proposta orçamentária de 2018 e necessidade de contenção de gastos; e d) a adoção de providências para cumprimento da meta de Resultado Primário (RP).

Benefícios não-financeiros: melhoria na organização administrativa

f) Resposta às consultas

Durante o ano de 2017, a DIAG respondeu a 1.864 consultas recebidas por e-mail ou por telefone, sendo 1.300 pela Gerência de Auditoria de Recursos Antecipados, 128 pela Gerência de Auditoria de Licitações e Contratos, 15 pela Gerência de Auditoria de Atos de Pessoal e 421 pela Gerência de Auditoria de Despesas de Custeio.

4.1.3 - TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Demonstra-se graficamente o quantitativo de Relatórios e Certificados de Auditoria em Tomada de Contas Especial emitidas.

Resumo dos Certificados de Auditoria em Processos de Tomada de Contas Especial:

Certificados de Auditoria em TCE´s	Exercício de 2014		Exercício de 2015		Exercício de 2016	
	Qde	R$	Qde	R$	Qde	R$
Regulares	1	36.000	1	5.500	1	9.500
Regulares com ressalvas	3	223.023	4	1.182.466	1	30.000
Irregulares (Retorno Potencial)	21	21.484.600	31	11.563.724	34	14.002.613
TOTAL	**25**	**21.743.624**	**36**	**12.751.690**	**36**	**14.042.113**

Os processos de TCE considerados irregulares, com possibilidade de retorno ao erário, assim são compostos, por tipo:

Tipos de Irregularidades	Exercício de 2015		Exercício de 2016		Exercício de 2017	
	Qde	R$	Qde	R$	Qde	R$
Prática de ato ilegal, ilegítimo e antieconômico	17	24.143.958	13	4.291.583	18	6.991.704
Irregularidades na aplicação de recursos	4	1.356.240	4	1.196.582	2	587.263
Omissão no dever de prestar contas	3	-	13	5.866.854	14	6.423.645
Desfalque ou desvio	1	117.419	1	140.371	-	-
TOTAL	**25**	**25.617.617**	**31**	**11.495.390**	**34**	**14.002.613**

Além disso, foram emitidas 11 Informações em Tomada de Contas Especial diligenciadas à origem, pendente de Relatório ou Certificados de Auditoria.

Retorno Econômico: retorno potencial de R$ 14.002.613

4.1.4 - ATIVIDADES INTERNAS

a) Gestão de Sistemas

- SC-REGULARIDADE – Monitoramento contínuo da Regularidade (CAUC)

A DIAG, por intermédio da Gerência de Auditoria de Despesas de Custeio, realiza o **monitoramento** diário das regularidades jurídica, fiscal, econômico-financeira e administrativa, e demais exigências legais dos órgãos, entidades, fundos e outros poderes do Estado de Santa Catarina por meio do Sistema SC Regularidade[4].

[4] O acompanhamento da regularidade tem por objetivo direto evitar que o Estado, por meio de qualquer de seus órgãos ou entidades, incida em inadimplência e, com isso, fique tolhido de receber recursos financeiros da União mediante transferências voluntárias. Também, de forma indireta, fomenta o controle interno dos órgãos ou entidades e, em consequência, resulta na redução das despesas públicas (p.ex., multas e notificações fiscais) e no incremento das receitas não tributárias (p.ex. obtenção de novos convênios da União). O Sistema SC Regularidade possibilita verificar e gerenciar se os órgãos e entidades estão cumprindo o Decreto nº 851, de 23 de novembro de 2007, objetivando a adoção de medidas pró-ativas para saneamento das irregularidades antes que as mesmas figurem no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC), do Governo Federal.

Em decorrência deste trabalho, o Estado permaneceu liberado para recebimento dos seguintes valores, decorrentes de operações de crédito:

Período	Operações Internas	Operações Externas	Total R$
Exercício de 2014	1.617.947.959,50	125.479.743,21	1.679.491.296,74
Exercício de 2015	927.934.456,28	218.960.631,72	1.146.895.088,00
Exercício de 2016	1.037.465.146,04	216.415.464,74	1.253.880.610,78
Exercício de 2017	**1.330.542.078,72**	**241.722.309,19**	**1.572.264.387,91**

Fonte: Demonstrativo dos Recursos Ingressados no Tesouro Estadual decorrente de Operações de Crédito (Diretoria de Captação de Recursos e Dívida Pública) e Demonstrativo da Receita Orçamentária Arrecadada Mês a Mês (SIGEF)

No tocante a transferências voluntárias (convênios) o Estado recebeu da União os seguintes montantes:

Período	Despesas Correntes R$	Despesas de Capital R$	Total R$ (mil)
Exercício de 2015	53.435	37.030	90.465
Exercício de 2016	115.157	45.380	160.537
1º Trim/2017	15.803	16.094	31.897
2º Trim/2017	8.574	892	9.466
3º Trim/2017	20.055	423	20.478
4º Trim/2017	11.330	11.575	22.905
Acumulado 2017	**55.762**	28.984	84.746

Fonte: Demonstrativo dos Recursos Ingressados no Tesouro Estadual decorrente de Operações de Crédito (Diretoria de Captação de Recursos e Dívida Pública)

Benefícios não-financeiros: impactos financeiros e econômicos positivos e melhoria na organização administrativa

4.2 – TRANSPARÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO

A aplicação correta e de forma otimizada dos recursos públicos são objetivos dos trabalhos realizados pela DIAG. A corrupção retira dos cofres públicos recursos que poderiam ser aplicados para satisfazer as necessidades dos cidadãos. A transparência dos gastos públicos é um grande aliado no combate à corrupção, além de fomentar a participação da sociedade na validação da aplicação dos recursos, ao permitir que todos os cidadãos saibam onde os recursos estão sendo aplicados.

4.2.1 – AUDITORIAS E INSPEÇÕES

a) Auditoria de Conformidade

- Auditoria Especial na Secretaria de Estado da Saúde: em andamento execução do Programa de auditoria nº 003/2017 decorrente de denúncia sobre direcionamento de aquisições de materiais cirúrgicos oftalmológicos e contratação emergencial de clínica privada após término do prazo de vigência da ARP nº 101/2015, de março/2016;

- Relatório Conclusivo de Auditoria – empresa Aquinpel Suprimento para escritório - em apoio ao Procedimento Investigatório Criminal nº 06.2016.00001715-3 - Relatório de Auditoria nº 002/17 – Identificou-se a existência de não conformidades administrativas e tributárias da ordem de aproximadamente **R$ 474.764,14**, relativas à ausência de desoneração a órgãos e entidades pertencentes ao Poder Executivo Estadual, do montante relativo ao ICMS em operações isentas, conduta que configura inobservância do art. 66 c/c os arts. 69 e 70 da 8.666/93; e ausência de declaração de ICMS Substituição em operações sujeitas à tributação;

- Auditoria Especial em apoio ao Procedimento Investigatório Criminal nº 06.2016.22221715-3: Elaboração de Informação nº 99/2017 e reemissão do Relatório Conclusivo de Auditoria nº 008/2017. A empresa Aquinpel protocolou, em 07 de dezembro passado, requerimento solicitando o parcelamento do débito apurado no procedimento em epígrafe. O referido requerimento foi encaminhado para a COJUR/SEF para fins de análise (SEF 20721/2017).

- Quadro de Indicadores - QI Servidores em SC[5]

O estudo sobre o Quadro de Indicadores (QI) sobre servidores públicos federais e estaduais em Santa Catarina em conjunto com a CGU, iniciado em 2015. O projeto envolve a execução de 14 trilhas, 8 bases de dados estaduais e federais e mais de 150 mil servidores. Em 2016 foram iniciados os encaminhamentos para as ações corretivas e as investigativas. Durante o ano, foram elaborados e encaminhados relatórios para a SSP, SED, SJC SEA, DEINFRA, SST, IPREV e SES, com recomendações e ações a serem desenvolvidas no âmbito dos órgãos.

Após diversas análises dos resultados encaminhados aos órgãos decorrentes do primeiro estudo do QI Servidores, tem-se como resultado parcial, até o presente momento, o seguinte quadro:

[5] Trabalho realizado no âmbito do ODP. O ODP é fruto de projeto piloto, criado a partir de outubro de 2012, que visa à incorporação da filosofia de gestão da informação da despesa pública em dois Estados da Federação (SC e BA), por meio da transferência de conhecimento técnico para a montagem e operacionalização do modelo proposto pelo Observatório da Despesa Pública da CGU.

- Acúmulo de Cargos por Horário Incompatível – identificar servidores com soma da carga horária maior que 60 horas. Situação de 60 a 70 horas verificar cumprimento efetivo da carga horária. Acima de 70 horas, situação irregular.

Resultado atual: 21 casos confirmados. 12 casos encerrados, com 10 servidores solicitando exoneração de um dos cargos. 9 casos em análise.

Repercussão anual: R$ 382.025,00 em relação aos exonerados (desembolso evitado).

- Acúmulo de Cargos por Dedicação Exclusiva – identificar servidores que acumulam cargos e que tenham pelo menos 1 cargo com dedicação exclusiva.

Resultado atual: 1 caso confirmado. 1 caso encerrado, com servidor solicitando exoneração de um dos cargos.

Repercussão anual: R$ 51.960,00 (desembolso evitado).

- Acúmulo de Cargos por Incompatibilidade Geográfica – identificar servidores que tenham cargos em SC e em estados distintos.

Resultado atual: 7 casos confirmados. 6 casos encerrados com 6 servidores solicitando exoneração de um dos cargos. 1 caso em análise.

Repercussão anual: R$ 144.000,00 em relação aos exonerados (desembolso evitado).

- Acúmulo de cargos que ultrapassa teto – identificar servidores que na soma dos cargos o valor ultrapassa o teto constitucional. Por força constitucional, situação está sendo tratada em âmbito federal.

Resultado atual: 18 casos identificados. 10 casos em estudo, pois são servidores da Secretaria de Estado da Saúde e recebem parcela considerável com indenizatória, que não se limita ao teto constitucional. 4 casos confirmados.

Repercussão anual: R$ 622.466,89 acima do teto para os casos confirmados. (desembolso evitado).

- Acúmulo de cargos que violam a Constituição – identificar servidores que acumulam cargos com violação à regra constitucional.

Resultado atual: 19 casos identificados. 5 casos não confirmados. 14 casos confirmados com 7 servidores solicitando exoneração de um dos cargos. 7 casos em análise.

Repercussão anual: R$ 402.523,00 em relação aos exonerados (desembolso evitado).

- Servidores que receberam Bolsa Família – identificar servidores públicos estaduais que receberam verba do programa Bolsa Família.

Resultado atual: De acordo com o MDSA, foi encaminhado à CAIXA, em 20/02/2017, o comando de bloqueio para 164 servidores estaduais de um total de 197 famílias apontadas com impropriedades. 33 servidores (17%) ainda não tiveram tratamento.

Repercussão anual: R$ 330.000,00 (desembolso evitado pela União).

- Servidor é sócio gerente – identificar servidores que são sócios gerentes de empresas em contradição com a norma vigente.

Resultado atual: 4 casos identificados. 1 não confirmado. 3 confirmados e que estão em análise nos órgãos.

Para todos os achados acima, a repercussão anual não diferencia o cargo federal ou estadual.

Iniciou-se o segundo estudo sobre o QI servidores públicos federais e estaduais em Santa Catarina, com a definição e aprimoramento das trilhas que serão executadas, agora com a participação de outros estados que formam a rede ODP.

Em julho foram encaminhados os dados dos servidores estaduais para a CGU para cruzamento com as bases federais e de outros estados.

Em outubro foi disponibilizado pela CGU os resultados dos cruzamentos realizados para análise e validação das informações geradas, pertinentes ao ano de 2016.

Benefícios financeiros: desembolso evitado de R$ 1.932.974 (ano)*
Benefícios não-financeiros: melhoria nos procedimentos e processos, melhoria nos controles e salvaguarda do patrimônio público

*Não diferenciado desembolso evitado pelo Estado e União

- Quadro de Indicadores - QI Compras

Em dezembro de 2016 foi iniciando os trabalhos de automatização do Quadro de Indicadores (QI) sobre Compras efetuadas pelo Estado, com escopo abrangendo os anos de 2015 e 2016. O Estudo de Compras traz análises dos anos de 2015 e 2016 através de 10 trilhas gerenciais e de auditoria, e está em fase final de validação dos resultados e geração do relatório.

Benefícios não-financeiros: salvaguarda do patrimônio público

b) Inspeções

- Aeroporto de Jaguaruna - Denúncia: em face do Relatório de Inspeção nº 003/2017, que apurou denúncia encaminhada por cidadão, na qual se relatou eventual violação da Concorrência SIE nº 033/2012 e do Contrato SIE nº 023/2013, cujo objeto referiu-se à contratação de empresa para a prestação de serviço de administração, operação, manutenção e exploração comercial e industrial do Aeroporto Regional Sul, situado em Jaguaruna (SC), por parte da Secretaria de Estado da Infraestrutura (SIE), a DIAG, solicitou, por meio do Ofício SEF/DIAG nº 0464/2017, de 30 de agosto de 2017, o encaminhamento, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, de cópias de documentos ou a apresentação de justificativas pelo não envio, visando o encerramento da apuração da denúncia. Em face de ausência de atendimento integral ao termos do Ofício supra referido, procedeu-se a análise conclusiva da denúncia por meio da Informação nº 0159/2017.

4.2.2 - ASSESSORAMENTO

a) Assessoria

- Transparência das informações referentes ao pagamento de jetons e diárias aos membros de conselhos estaduais: A DIAG encaminhou os Ofícios 578/2017 e 579/2017 à Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC e Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP, respectivamente, além da Comunicação Interna 627/2017 ao Gabinete do Secretário de Estado Fazenda, orientando a respeito dos procedimentos necessários à implementação do pagamento de jetons por meio do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH, em atendimento ao Despacho do Exmo. Sr.

Secretário de Estado da Administração, na Informação nº 3320/2017 da GEREF/SEA (autos SEF 11582/2017), acatando recomendação emanada desta Diretoria de Auditoria Geral, na conclusão da Informação DIAG nº 0073/2017.

- Expansão do ODP para outros Estados

Em fevereiro o ODP.SantaCatarina apresentou seu projeto do QI Compras automatizado no I Seminário de Estudos de Compras, realizado pela CGU em Brasília, para os estados que aderiram ao ODP.Estadual, fortalecendo a rede de ODP.Estaduais, que já se encontra com 13 estados conveniados.

Em junho o ODP.SantaCatarina apresentou seu projeto do QI Compras automatizado finalizado no II Seminário de Estudos de Compras, realizado pela CGU em Brasília e o projeto do Portal ODP que está sendo desenvolvido para os estados que aderiram ao ODP.

- Expansão do ODP para os Municípios

O ODP.SantaCatarina iniciou seu projeto de expansão da rede ODP para cinco municípios catarinenses, denominado de ODP.municipal,. Os municípios participantes são Rio do Sul, Chapecó, Gaspar, Camboriú e Itajaí. Em outubro foram finalizadas a estruturação física e de pessoal do ODP pelos municípios e em novembro ocorreu a capacitação dos integrantes dos ODP municipais efetuada pelo ODP.Santa Catarina e CIASC nas instalações da ENA. No primeiro semestre de 2018 será realizado o estudo de compras municipais, com a coordenação e assessoramento do ODP estadual, através da base de dados do Sfinge, cedida pelo TCE para os estudos.

- Portal da Rede Nacional do ODP

No planejamento estratégico da Rede ODP realizado ao longo do segundo semestre, através de videoconferências e uma reunião presencial em Brasília no início de novembro, ficou definido que o ODP.SantaCatarina será o responsável pela hospedagem das bases de dados dos integrantes da Rede ODP, que abrange todas as unidades do ODP nos estados, município e Tribunais de Contas do Brasil, além do próprio ODP.CGU, através do Portal da Rede ODP, com auxílio técnico do CIASC, através de acordo de cooperação técnica a ser elaborado, com previsão de publicação do portal para fins de março de 2018.

Com as bases de dados federais hospedadas em SC, como a base da Receita Federal e do CAGED, o Estado poderá usufruir de informações que hoje são de difícil disponibilização, e aprimorar os trabalhos de controle em todos os órgãos.

Benefícios não-financeiros: fornecimento de subsídios para outros órgãos de controles

- Bloqueio no SIGEF:

A DIAG realiza bloqueio no SIGEF das entidades e das pessoas físicas impedidas de receber transferências do Estado, assim declaradas por determinação do Tribunal de Contas, ou por determinação do Gestor do Órgão repassador, ou mesmo por decisão judicial. Trata-se de medida acautelatória que visa impedir que novos recursos sejam repassados para inadimplentes.

Os bloqueios e desbloqueios podem ser assim resumidos:

BLOQUEIOS				
Descrição	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**
Decisões do TCE	84	52	65	301
Decisões Judiciais	13	8	-	279
Det. de órgão	-	-	-	3
Total	**97**	**60**	**65**	**583**

DESBLOQUEIOS				
Descrição	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**
Decisões do TCE	8	1	4	1
Decisões Judiciais	-	-	1	-
Det. de órgão	**2**	-	-	2
Total	**10**	**1**	**5**	**3**

Benefícios não-financeiros: redução do sentimento de impunidade e salvaguarda do patrimônio público

b) Proposta ou análise de ato normativo

- Decreto Anticorrupção: com a contribuição da DIAG, foi editado o Decreto nº 1.106, de 31 de março de 2017, que regulamenta, no âmbito do Poder Executivo estadual, a Lei Federal Nº 12.846, de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providencias;

- Normatização do compartilhamento de bases de dados: Com vistas a melhorar a governança de dados, permitindo atuar sobre o conjunto de políticas, processos, pessoas e tecnologias, aprimorando a eficiência dos processos de gestão e da qualidade dos dados a fim de promover eficiência operacional, bem como garantir a confiabilidade das informações que suportam a tomada de decisão, foi instituído grupo de trabalho envolvendo a DIAG e a DIAT, pela SEF, SSP, CIASC, MPE, TCE e TJ para definir a normatização do compartilhamento de bases de dados entre os entes públicos estaduais.

A DIAG participou da reunião de criação de grupo para normatização da disponibilização da base de dados entre os órgãos públicos, com participação da DIAT, CIASC, SSP e MPE. O grupo fez reuniões em abril, maio e junho, para adequar o Decreto Federal nº 8.789, de 29 de junho de 2016, aos interesses do Estado e em consonância com o projeto do Governo de criação de um Conselho Gestor de Governança de TIC. O Decreto aguarda análise do Grupo Gestor do Governo para sua publicação;

- Entrega eletrônica de declaração de bens, direitos e valores: Conforme previsto no item 1.2.9 do Plano Anual de Auditoria/2017, foi dado continuidade aos trabalhos para elaboração de proposta de implementação de entrega eletrônica da declaração de bens, direitos e valores por meio de sistema informatizado. O Termo de Cooperação entre o Estado e a Prefeitura Municipal de São Paulo,

para cessão do Sistema Informatizado de Registro de Bens dos Agentes Públicos (SISPATRI), e o Acordo de Cooperação sobre o desenvolvimento Conjunto de Ações que possam contribuir para prevenção e o combate à corrupção, para a promoção da transparência e da ética pública já foram firmados pelo Estado estando em plena validade. O Sistema já foi disponibilizado ao Estado de Santa Catarina e iniciaram-se as tratativas para customização do sistema junto ao CIASC. A minuta de Decreto que dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação, pelos agentes públicos estaduais, de declaração de bens e valores para a posse e exercício de mandatos, cargos, funções ou empregos nos órgãos da Administração Direta e Indireta, foi elaborada pela GAPES/DIAG e validada pela SEA.

c) Capacitação de órgãos e/ou entidades

- Programa Qualifica:

Por intermédio da Fundação Escola de Governo – ENA, o ODP.SantaCatarina foi convidado a participar do Programa Qualifica, que é formado por 12 instituições parceiras (MPSC, TCE/SC, TER/SC, ALESC, UVESC, FECAM, UDESC, OAB/SC, IBGE, BB, CRA/SC e ENA), para disseminar boas práticas através da palestra: O Observatório da Despesa Pública – ODP na Busca de Excelência para a Gestão Municipal.

A apresentação do ODP em eventos do Programa Qualifica destina-se a prefeitos, vereadores, servidores municipais e pessoas das regiões em que são realizados os eventos. As apresentações visam suprir a necessidade do público em conhecer projetos e instrumentos analíticos que facilitam e qualificam o desempenho da gestão, auxiliando os gestores no melhor uso dos recursos públicos, como forma de fortalecer o Sistema de Controle Interno, e promovendo a transparência para o cidadão das ações da Auditoria Geral.

As apresentações ocorreram em Florianópolis, na Assembleia Legislativa, em Chapecó, Jaraguá do Sul, Itapema e Rio do Sul nos meses de maio e junho, e em Lages e Joinville nos meses de julho e setembro.

A convite da organização do evento, o ODP foi apresentado na II Semana Acadêmica de Administração Pública da UDESC.

4.2.3 – ATIVIDADES INTERNAS

a) Gestão de sistemas

- Módulo de Transferências do SIGEF - Transferências Voluntárias Repassadas

A DIAG é idealizadora e gestora do Portal SC-Transferências (www.sctransferencias.sc.gov.br) e do Módulo de Transferências, Transferência Registro e Instrumentos não Financeiros.

O Portal consolida todas as informações relacionadas às transferências voluntárias realizadas pelo Estado e é direcionado a dois públicos: **cidadãos** e **proponentes**[6].

Números do módulo de transferência – 2014 a 2017

[6] Para os cidadãos o Portal oportuniza consultas relativas às transferências de recursos à órgãos e entidades públicas, entidades privadas sem fins lucrativos, pessoas físicas e consórcios públicos. Para os proponentes o Portal é o meio de comunicação com o Concedente (Estado), por meio do qual ele realiza seu cadastro, envia propostas, realiza a prestação de contas, consulta as informações das propostas enviadas e dos instrumentos celebrados, entre outras ações.

	2014	2015	2016	2017
Cadastros aprovados	429	276	163	135
Cadastros em análise	1.323	1.481	1.549	4.694
Programas transf. cadastradas	2.154	760	1.751	725
Propostas recebidas	3.421	1.797	2.121	1171
Transferências geradas	2.367	560	1.577	630
Transferências alteradas	2.045	1.627	1.674	2750
Prestação de Contas Parcial (recebidas)	3.534	2.716	3.810	4520
Prestação de Contas Final (recebidas)	1.791	1.388	1.097	1114
Transferência Registro Cadastrada	782	870	602	777

No ano de 2017, em relação à evolução do módulo, destacam-se as atividades de atualização de 7 manuais disponíveis no Portal SCtransferências; realização de treinamentos na SOL, em prefeituras municipais e ADRs, com a capacitação de aproximadamente 500 pessoas; homologação do novo Portal SCtransferências; homologação final da consulta às Propostas realizadas pelos proponentes e atualização da ferramenta de Consulta às Transferências com as alterações introduzidas pela Lei nº 13.019/2014; homologação do RCM que introduziu no Módulo de Transferências do SIGEF os instrumentos Termo de Fomento e Termo de Colaboração, previstos na Lei n.º 13.019, de 2014; celebração de convênio com a Caixa Econômica Federal para integrar a Certidão de Regularidade do FGTS ao Módulo de Transferências por meio do aplicativo CRF - Consulta Múltipla; além de diversas evoluções nas funcionalidades do Módulo.

Destaca-se, ainda, a apresentação no mês de julho, do modelo de controle das transferências voluntárias do Estado de Santa Catarina no Seminário de Qualificação de Lideranças Municipais promovido pela Assembleia Legislativa.

Foram ainda realizadas 545 demandas no Módulo do SIGEF (no ano de 2014 foram 770 demandas, 462 em 2015 e 426 em 2016). Tais demandas são intervenções sistêmicas necessárias para correções dos módulos de Transferência, Transferência Registro e Situação Credor do SIGEF, decorrentes de inconsistências que inviabilizam o prosseguimento do fluxo legal a ser cumprido para a realização de transferências voluntárias de recursos do Estado. As demandas também são o meio pelo qual se solicitam relatórios e informações técnicas a serem prestadas pelo CIASC ou pela empresa contratada para manutenção e desenvolvimento do SIGEF.

A DIAG analisa os pedidos de prorrogação de prazo das prestações de contas de convênios regidos pelo Decreto 307/03, lançando e controlando as postergações no SIGEF, conforme o caso. Os pedidos de prorrogação de prazo realizados pelo gestor são acompanhados dos respectivos pareceres jurídicos, fundamentando a necessidade de alteração dos prazos e de documentos de suporte. Em 2017 a DIAG realizou 2 prorrogações.

A Diretoria realizou neste ano 74 exceções no SIGEF, que são intervenções sistêmicas necessárias para liberações de proponentes de transferências voluntárias de recursos do Estado, decorrentes de verificações de adimplências dispensadas ou suspensas por determinações judiciais, legislações específicas ou de correções do

sistema SIGEF não possíveis de serem realizadas por meio de demandas.

A DIAG realizou ações de monitoramento com relação ao módulo, destacando-se a Informação DIAG nº 42/17, na qual foram identificadas transferências relativas a obras incorretamente classificadas no Módulo de Transferências do SIGEF como serviço; e foi feito levantamento de Prestações de Contas omissas posteriores a implantação do Módulo de Transferências. O valor envolvido chegou a aproximadamente R$ 34 milhões de reais. O trabalho foi sintetizado na Informação DIAG nº 61/17 e os órgãos responsáveis notificados para tomarem providências.

No ano de 2017 foi realizado levantamento para mensurar o total economizado em função do Convênio de Cooperação Técnica nº 001/2012, firmado com o Banco do Brasil – BB, que estabeleceu a abertura automática de contas de convênios e congêneres e isenção de tarifas dessas contas. Em relação às isenções de tarifas, segue abaixo a estimativa de desembolso evitado:

VALORES ECONOMIZADOS - ISENÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

ANOS	NÚMERO DE PAGAMENTOS CADASTRADO NO MÓDULO DE TRANSFERÊNCIAS	ESTIMATIVA DE ECONOMIA COM TRANSFERÊNCIAS ELETRÔNICAS
2012	355	3.337,00
2013	19.843	186.524,20
2014	57.021	535.997,40
2015	34.797	327.091,80
2016	43.830	412.002,00
2017	28.119	264.318,60
TOTAL	**183.913**	**1.792.271,00**[7]

VALORES ECONOMIZADOS - ISENÇÃO DE TARIFA DE MANUTENÇÃO DE CONTAS CORRENTE

TRANSFERÊNCIA	INÍCIO EXECUÇÃO	TÉRMINO EXECUÇÃO	INSTRUMENTO	MESES
2012TR000324	28/11/12	31/12/14	Convênio	26
2012TR000547	19/12/12	31/07/13	Convênio	8
2013TR000001	20/01/13	21/05/13	Contrato Apoio Financeiro	5
2013TR000021	26/01/13	29/05/13	Contrato Apoio Financeiro	5
2013TR000085	28/01/13	29/05/13	Contrato Apoio Financeiro	5
2013TR000088	05/02/13	15/05/13	Contrato Apoio Financeiro	4
2013TR000163	12/02/13	20/04/13	Contrato Apoio Financeiro	3
(...)	(...)	(...)	(...)	
(...)	(...)	(...)	(...)	
TOTAL				151.017
TOTAL				**7.090.248,15**

[7] Critério Utilizado: levantamento do número de pagamentos cadastrados no Módulo de Transferência (representam todos os TED, DOC, transferência entre banco e Ordem Bancárias) desde 2012. Como não é possível identificar as quantidades por tipo de transferência realizada, multiplicamos o número total de transferência pelo custo de uma transferência eletrônica (R$ 9,40).
OBS: esse levantamento não considera as transferências eletrônicas das contas abertas no Transferência Registro (Instrumentos: Termo de fomento e Colaboração das APAEs, Termo de Outorga – Fapesc e Subvenção Econômica – Fapesc), pois o sistema não possui o número de pagamentos realizados. No entanto, essas contas também são isentas de tarifas

VALORES[8]		

A partir dos valores apresentados, calcula-se que o Estado deixou de desembolsar a quantia de **R$ 8.882.519,15** no período de 2012 a 2017 com a isenção das taxas concedida pelo Banco do Brasil.

Benefícios não-financeiros: melhoria nos procedimentos e processos de trabalho e melhoria da transparência e controle social
Benefícios financeiros: Desembolso evitado R$ 8.882.519,15

– DART

O DART SCtransferências - *Demonstrativo de Atendimento dos Requisitos para Transferências Voluntárias*, consolida as verificações de regularidades exigidas pela legislação aplicável à transferência de recursos estaduais por meio de convênios e contrato de apoio financeiro. Por meio dele o interessado poderá, a qualquer momento verificar se está comprovando ao Estado o atendimento dos requisitos legais exigidos, além de serem informados das possibilidades de regularização em caso de inadimplências.

[8] Critério Utilizado: levantamento do período de vigência (em meses) de todas as transferências cadastradas no Módulo de Transferência e Transferência Registro, que possuem isenção com base no Convênio de Cooperação Técnica nº 001/12 celebrado entre o Estado e o Banco de Brasil, desde 2012. Chegou-se ao número de 151.017 meses. Esse número foi multiplicado pelo custo de manutenção de uma conta corrente pessoa jurídica R$ 46,95.

No ano de 2017, o DART apresentou 12.392 visitantes únicos (usuários), os quais realizaram 80.593 visitas ao sistema (sessões) e navegaram por 280.008 de suas páginas. Segue abaixo números de acessos ao DART nos últimos anos:

Período	Sessões	Usuários	Visualizações de Página
Acumulado 2015	94.002	18.942	361.458
Acumulado 2016	98.144	13.993	362.669
Acumulado 2017	80.593	12.392	280.008
Acumulado TOTAL	316.867	53.833	1.177.301

Benefícios não-financeiros: melhoria nos procedimentos e processos de trabalho e melhoria da transparência e controle social

4.2.4 – OUTROS

a) Cadastro Nacionais de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e de Empresas Punidas (CNEP)

A responsabilização de empresas é mais uma arma no combate à corrupção, permitindo a punição, em outras esferas além da judicial, de pessoas jurídicas que corrompam agentes públicos, fraudem licitações e contratos ou dificultem atividade de investigação ou fiscalização de órgãos públicos, entre outras irregularidades. No âmbito do Poder Executivo Estadual, a DIAG é responsável pelo registro das informações acerca das sanções

administrativas aplicadas a licitantes e contratantes no sistema integrado de registro do CEIS/CNEP, desenvolvido e gerenciado pela Controladoria Geral da União.

Em 2017, 27 pessoas físicas e jurídicas foram registradas no Sistema Integrado do CEIS/CNEP.

Benefícios não-financeiros: fornecimento de subsídios para outros órgãos de controles, redução do sentimento de impunidade e salvaguarda do patrimônio público

b) Ouvidoria

A DIAG é responsável pela Ouvidoria Setorial da Secretaria da Fazenda, encaminhando dentro da Pasta todos os atendimentos que são enviados pela Ouvidoria Geral do Estado com solicitações de diversas naturezas, tais como: denúncias, sugestões, elogios, reclamações e pedidos de informações variados.

No ano de 2017, foram respondidos 889 atendimentos pela Ouvidoria Setorial da Secretaria da Fazenda, sendo 119 denúncias, 406 pedidos de informação, 106 reclamações, 239 solicitações, 10 elogios e 9 sugestões.

Benefícios não-financeiros: melhoria da transparência e controle social

c) Relacionamento com o Ministério Público

Por requisição do Ministério Público foram feitos levantamentos e prestadas informações e/ou solicitados documentos e providências aos órgãos responsáveis relativos a 169 (cento e sessenta e nove) processos de transferências a dezenas de entidades. Além disso foram encaminhados documentos relativos a convênios celebrados com 12 entidades: Associação Brotar e Crescer, Instituto Lagoa Social, Conselho Comunitário do Saco dos Limões, Associação dos Profissionais do Esporte, Associação Cronista, Poetas e Constestos Catarinense e Associação dos Artistas Plásticos de SC, Associação Atlética Campo D'uma, APAE de Paulo Lopes, Asilo Dom Bosco, a Associação Colônia de Pescadores Z-13, a Associação Zimbatrilha de Motoqueiros e Enduro e a Associação Cultural e Comunitária Nova Brasília de Comunicações.

Foram prestadas, ainda, informações e enviados documentos relativos a convênios celebrados pelo Estado com o município de Ipira e com o Município de Painel.

Além disso, foi encaminhada ao MP a Informação nº 106/2017 visando à mútua colaboração quanto à apuração de fatos pertinentes ao Inquérito Civil nº 06.2015.00006316-5, relativos a indícios de fraude em diversos procedimentos de contratações na SDR de Itajaí.

4.3 CONTROLE INTERNO

Até o final do ano de 2015 as atividades relativas especificamente ao Controle Interno eram desenvolvidas pelo GED Controle Interno, composto por 3 Auditores. Por se tratar de importante atividade dentro das competências da Diretoria de

Auditoria Geral e em face da crescente demanda e desafios que a DIAG precisa responder, iniciou-se em 2016 a estruturação de uma Gerência de Auditoria e Controle cujo objetivo é, em síntese, fortalecer, dar efetividade e eficácia ao Sistema de Controle Interno do Estado de SC.

Há proposta de alteração da denominação e do conteúdo regimental da Gerência de Auditoria de Despesas de Custeio - GEAUD, para Gerência de Auditoria e Coordenação de Ações de Controle - GECAC, em razão das novas configurações dispostas às gerências da DIAG, a partir de julho de 2016, cabendo à GECAC, atuar, exclusivamente, nas atividades voltadas ao controle, visando ao fortalecimento do Sistema de Controle Interno estadual. Tal alteração depende de alteração no Regimento Interno da SEF, ainda em fase de finalização.

4.3.1 – AUDITORIAS E INSPEÇÕES

a) Inspeções

- Diagnóstico do controle interno: Finalizando as atividades de inspeções nas Unidades de Controle Interno localizadas na Grande Florianópolis foram visitadas, no mês de janeiro/2017, as Unidades de Controle Interno da Secretaria de Segurança Pública e do IMETRO (Relatórios de Inspeção nº 001 e 002/17). Nessas unidades foram mapeadas o perfil do servidor responsável, avaliadas as estruturas oferecidas às Unidades e as atividades desenvolvidas até o momento. Dentre as situações relevantes encontradas, estão a ausência de programa de trabalho; de monitoramento da receita; de acompanhamento e de controle dos prazos de abertura e instauração de providências administrativas e tomadas de contas especiais. Entre os aspectos positivos destaca-se: análise de prestação de contas; análise de atos de admissão, análise de despesas de custeio; análise de procedimentos licitatórios, busca de aperfeiçoamento profissional e por fim atuação tempestiva em relação aos atos e fatos que possam causar dano ao patrimônio público

- Inspeções gestão de material de consumo:

Foram realizadas Inspeções nos seguintes órgãos/entidades:

Órgão/entidade	Materialidade
Secretaria de Estado do Planejamento – SPG	204.000,00
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Sustentável - SDS	140.000,00
Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina – IPREV	262.000,00
Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC	239.000,00

As análises abordaram as atividades de compra, armazenagem, distribuição para consumo, pagamento e pontos de controle.
Os Relatórios de Inspeção apontaram irregularidades, deficiências de controle ou ausência de boas práticas, como: diferenças entre os relatórios do SME e o inventário físico; registro intempestivo no SME; ausência de controle sobre o acesso ao almoxarifado; ausência de portaria de designação do almoxarife; almoxarife terceirizado; falta de treinamento dos responsáveis pelo almoxarifado; ausência de requisições de material, entre outras.

4.3.2 – ASSESSORAMENTO

a) Assessoria

- Avaliação das compensações devidas do Termo de Acordo e Compensação com a Brasil Telecom S.A: a Informação DIAG nº 0088/2017 elenca razões para o arquivamento definitivo dos autos SEF 602/2007 que contêm diversas informações que procuraram mitigar, conhecer e, se fosse o caso, cobrar eventuais resíduos financeiros elencados nos trabalhos desenvolvidos pela Comissão designada para avaliar compensações derivadas do Termo de Acordo e Compensação assinado entre o Governo do Estado de Santa Catarina e a Empresa Brasil Telecom S. A. Ao final, comprovando-se algumas situações até então duvidosas, concluiu-se que foram exitosos os trabalhos da Comissão, que em seus exames possibilitou o retorno de cerca de 6% dos valores envolvidos na operação (R$ 39,7 milhões) e, considerando inexigíveis ou incobráveis, 0,06% deste total.

- Gerenciamento de riscos nos processos da Gerência de Gestão de Pessoas da SST: Tendo por objetivo assessorar os gestores na detecção de riscos materiais nas atividades desenvolvidas, foi proposto um trabalho de gerenciamento de riscos na Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST. Para a realização do projeto piloto na SST, uma das iniciativas pioneiras na Administração Pública Estadual, foram selecionados 3 (três) processos de trabalho da área de gestão de pessoas, sobre os quais foram aplicadas as técnicas de detecção, análise e implementação de controles, a saber:

- Ressarcimento ao Erário de valores recebidos indevidamente pelo servidor;
- Posse em cargo comissionado e;
- Aposentadoria por tempo de contribuição.

Conforme relatado na Informação DIAG nº 0093/17, de 15/08/2017, inicialmente houve a necessidade do mapeamento dos processos supracitados que a seguir foram submetidos a uma análise para identificação dos riscos e definição dos pontos de controle, culminando com a elaboração de um plano de ação onde foram estabelecidas as atividades e os responsáveis pela execução.

b) Capacitação de órgão e entidades

- Capacitação dos servidores em exercício nos setoriais e seccionais de controle interno para utilização do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH (Perfil Controle Interno): Com o objetivo de aprimorar o controle da folha de pagamento dos servidores, evitar erros e pagamentos indevidos, a Diretoria de Auditoria Geral – DIAG/SEF, por meio de sua Gerência de Auditoria de Pessoal – GAPES, em parceria com a Fundação Escola de Governo – ENA e Secretaria de Estado da Administração, iniciou a capacitação dos servidores que desempenham atividades nas Unidades de Controle Interno dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual. Uma vez capacitados, referidos servidores terão acesso e passarão a utilizar as informações disponíveis no Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH) nas suas atividades de controle na área de pessoal e monitoramento da folha de pagamento. Na primeira etapa, realizada em novembro de 2017, foram capacitados os servidores em exercício nas Unidades de Controle Interno das Secretarias de Estado da Educação - SED;

Justiça e Cidadania - SJC; Planejamento - SPG; Turismo, Cultura e Esporte - SOL, da Secretaria Executiva de Articulação Nacional - SAN e do Instituto de Metrologia de Santa Catarina - IMETRO.

- Curso Controle Interno – ENA: Por intermédio da Fundação Escola de Governo – ENA, a DIAG/GEAUD foi convidada, na condição de núcleo técnico do Sistema Administrativo de Controle Interno do Executivo Estadual, a participar na elaboração da ementa do curso "Controle Interno e Compliance" e na ministração de parte de seu conteúdo. O contexto proposto pela DIAG versou sobre controle interno com foco para gestão de riscos e compliance.

- Seminário Auditoria, Controle Interno e Gestão de Riscos: Melhores Práticas para Governança no Setor Público: a DIAG, em parceria com o SINDIAUDITORIA, organizou e realizou, nos dias 31 de agosto e 1 de setembro, seminário que reuniu cerca de 170 servidores, gestores públicos e especialista para abordar conceitos e aplicações práticas.

c) Proposta ou análise de ato normativo

- Elaboração da IN SEF nº 001, de 2018: que trata da uniformização dos atos e procedimentos adicionais a serem observados pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Administrativo de Controle Interno do Poder Executivo Estadual por ocasião da prestação de contas anual junto ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. (Processo SEF 28.846/2017)
- Orientação Técnica 001/2017: elaboração e publicação de OT que orienta os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual a respeito das sanções administrativas aplicáveis a licitantes e contratadas.
- Orientação Técnica nº 002/17: Orienta os órgãos, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes do Poder Executivo Estadual acerca do Planejamento Anual das Atividades de Controle Interno para o ano de 2017.

d) Pareceres

- Pareceres sobre o Relatório de Controle Interno das Setoriais e Setoriais Regionais acerca da Prestação de Contas da Gestão: Durante os meses de janeiro a março de 2017 foi desenvolvido o modelo e emitidos 116 Pareceres sobre os Relatórios de Controle Interno emitidos pelas Secretarias, Agências de Desenvolvimento Regional, Fundos, bem como Autarquias e Fundações Públicas estaduais. A emissão deste PARECER, documento de responsabilidade do Órgão Central de Controle Interno do Poder Executivo, visa dar cumprimento à IN SEF nº 02, de 12 de dezembro de 2016, conforme requisitos contidos na IN N. TC-020/2015, que dispõe sobre os documentos que compõe a prestação de contas anual dos gestores.

4.3.3 – ATIVIDADES INTERNAS

a) Estudos e pesquisas

- Informação DIAG nº 039/2017: contém o resultado das análises das visitas e dos questionários formulados às unidades de controle interno das Secretarias, Fundos e ADR's em relação à sua estrutura, funcionamento e perfil de seus componentes.

Benefícios não-financeiros: melhoria nos controles internos e melhoria dos procedimentos e processos

4.4 – AUDITORIA CIDADÃ

O projeto Auditoria Cidadã compreende trabalhos de auditoria, sob a forma de inspeção, cujo objetivo é aferir, sob a ótica do cidadão, se o serviço público satisfaz às suas necessidades, atendendo aos princípios que regem os serviços públicos em geral.

4.4.1 – AUDITORIAS E INSPEÇÕES

a) Inspeções

- Operação Merenda Escolar II – Região Norte: Elaboração e entrega do Relatório de Inspeção nº 004/17 à SED com reunião com os gestores, apresentando as principais evidências constatadas nas amostras selecionadas na Região Norte do Estado. Foram visitadas 48 escolas, com vistas a avaliar, na rede pública estadual de ensino, se a alimentação escolar está sendo regularmente oferecida aos alunos, satisfazendo os requisitos de quantidade e variedade, bem como se a manipulação e o armazenamento dos alimentos estão adequados, se os alunos estão satisfeitos com a merenda escolar fornecida e os motivos da não adesão por parte de alguns alunos;

- Monitoramento de Operações: Foram realizadas atividades de monitoramentos das Operações Merenda Escolar e Transferências, realizadas no ano de 2016, alimentando a matriz de monitoramento, solicitando informações e acompanhando as providências tomadas pelos gestores em face das recomendações apresentadas.

No tocante a Operação Transferência, constatado indícios de prejuízo ao Erário, foi elaborada em conjunto com a GERAN a Informação DIAG nº 084/17, visando apurar eventuais irregularidades referente a recurso repassado à Comunidade Evangélica Luterana de Jaraguá do Sul.

Entrega da matriz de monitoramento para SED da Primeira Operação da Merenda Escolar para conhecimento.

- Operação de Avaliação do Programa UNIEDU: Foram realizadas as ações no programa UNIEDU, que concede bolsas de ensino e pesquisa a alunos universitários em situação de carência, conforme art. 170 e 171 da Constituição do Estado de Santa Catarina.
Foram realizadas duas visitas "piloto" nas Universidades Cesusc e Unisul para validação dos questionários elaborados, bem como realizados grupos focais com as equipes técnicas dessas Instituições de Ensino para formulação dos quesitos mais importantes.
Entre os períodos de 26/09/17 a 06/11/2017, 8.303 acadêmicos e 113 representantes de 38 Instituições de Ensino Superior (IES) responderam, por meio do Google Formulário, um questionário sobre o programa UNIEDU, com o objetivo de avaliar a percepção dos acadêmicos matriculados em cursos de graduação sobre a efetividade deste benefício, bem como fomentar maior transparência, participação e controle social sobre os recursos públicos destinados a essa finalidade.
Em razão desse levantamento, foram elaboradas 32 Informações da DIAG, específicas para cada uma das IES, relatando de forma suscinta os principais resultados. Também, foi produzida a Informação DIAG Nº 0156/2017, apresentando uma visão consolidada acerca da análise do questionário respondido, que foi remetido à Secretaria de Estado da Educação e ao Secretário de Estado da Fazenda.

4.5 – ESPECIALISTAS EM ÁREAS FINALÍSTICAS

A execução desta diretriz consiste em especializar grupos de Auditores em áreas de atuação do Estado onde estejam concentrados grandes volumes de recursos, de forma que a

Auditoria possa ser mais efetiva no uso de suas ações preventivas, colaborando com mais ênfase na otimização do gasto público. É, portanto, o início de um trabalho de escopo amplo, mas alinhado com o objetivo da Diretoria de atuar de forma seletiva e sistêmica em áreas de maior risco e relevância.

4.5.1 – AUDITORIAS E INSPEÇÕES

a) Auditoria Operacional

- Plano de Gestão da Saúde

O Plano de Gestão da Saúde - PGS foi instituído pela Lei nº 16.160, de 07 de novembro de 2013, tem por objetivo a melhoria estrutural dos serviços de saúde pública e é composto por três programas, a saber: Programa de Estímulo à Produtividade e à Atividade Médica (PRÓ-ATIVIDADE), Programa Estadual Permanente de Mutirões de Procedimentos Clínicos e Cirúrgicos Eletivos (PRÓ-MUTIRÃO), e Programa de Profissionalização da Gestão Hospitalar (PRÓ-GESTÃO).

A Auditoria Operacional teve como objetivo a verificação do desempenho da implantação do Plano de Gestão da Saúde – PGS, no que tange aos aspectos legais, operacionais e como ferramenta de melhoria do atendimento ao cidadão.

No início do ano de 2017 foi apresentado o relatório da auditoria aos Secretários de Estado da Fazenda, da Saúde e da Administração. Na continuação dos trabalhos, enquanto tramita o anteprojeto de lei apresentado para adequar o acompanhamento e revisão das metas, está sendo elaborado plano de ação em conjunto com grupo técnico da SES para aprimorar o PGS.

- Organizações Sociais gestoras de unidades hospitalares:

Iniciada a fase de execução da Auditoria Operacional (Programa de Auditoria nº 0004/2017), que tem por objeto verificar se o atual modelo contratual utilizado pelo Estado para a contratação de Organizações Sociais na área da saúde atende às dimensões de economicidade, eficiência, eficácia, efetividade em comparação com o modelo de gestão direta.

Entender e comparar os dois modelos de gestão, propondo alternativas viáveis de serem implementadas, é fundamental para uma melhor efetividade nas demandas propostas pelas políticas públicas de saúde. Ressalta-se que o orçamento da SES para o ano de 2017 é de R$ 3,2 Bilhões e que, a rede hospitalar com administração direta pelo Estado é composta por 13 unidades hospitalares a um custo anual de R$ 1 Bilhão, e a rede administrada por Organizações Sociais somam 6 unidades hospitalares ao custo contratual anual de R$ 351.584.196,00. Inclui-se, ainda, o SAMU, administrado por OS, com um custo contratual anual de R$ 113.321.916,00. Portanto, o desembolso do Estado para o ano de 2017 com OS, mediante os 7 contratos de gestão, totaliza R$ 464.906.112,00.

- Contratação de Engenharia Consultiva para Gerenciamento e Supervisão de Obras:

No final de 2017 foi concluída a Auditoria Operacional que teve por objetivo avaliar, sob os aspectos da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade, o desempenho da contratação dos serviços de engenharia consultiva para o gerenciamento e para supervisão de obras rodoviárias. Foi elaborada e discutida a Matriz de Achados, primeiramente no âmbito da DIAG e após, foi apresentada aos órgãos auditados, SIE e DEINFRA, por meio de

reunião realizada com o Secretário e Presidente e seus Diretores. Após os painéis de discussão da Matriz de Achados, foi elaborado e aprovado o Relatório de Auditoria nº 011/2017, em sede preliminar, já encaminhado aos auditados para manifestação e posterior emissão do Relatório Final.

- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB): Auditoria de Acompanhamento visando a avaliação para verificar o custo per capita dos alunos na rede estadual de ensino em comparação com os valores estimados anualmente pelo MEC, os quais servem de base para eventual complementação do FUNDEB por parte da União. Inicialmente, está sendo contextualizado os principais pontos atinentes à gestão do FUNDEB para apresentar estatísticas preliminares que evidenciem possíveis distorções e limitações vinculadas ao referido Fundo, de modo a prevenir gargalos nos processos ou procedimentos e/ou propor melhorias relacionadas à gestão do FUNDEB.

4.5.2 – ASSESSORAMENTO

a) Assessoria

- Análise da dívida da saúde apresentada pelo Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina – COSEMS SC:

Por solicitação do Exmo. Sr. Governador do Estado, foi feita análise dos números apresentados pelo Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina – COSEMS SC acerca da dívida da Secretaria de Estado da Saúde – SES com os municípios catarinenses. Foi emitida a Informação n° 158/2017.

O COSEMS apresentou o valor da dívida, referente aos programas Assistência Farmacêutica e Atenção Básica e ao incentivo financeiro destinado a consultas e exames de média e alta complexidade previsto na Lei Estadual nº 16.159/2013, em R$ 139.057.129,64. Foi concluído que, em tese, a dívida é de R$ 44.773.697,96; podendo chegar a R$ 74.247.177,96 no caso de a SES comprovar que a LRF foi atendida.

Benefícios não-financeiros: melhoria nos controles internos e melhoria dos procedimentos e processos de trabalho

4.6 – MELHORIA DO DESEMPENHO DA AUDITORIA INTERNA

Esta diretriz de melhoria do desempenho foi definida com o intuito de que fossem destinados esforços no sentido de aprimorar a gestão interna da diretoria e o apoio às gerências finalísticas.

4.6.1 - ASSESSORAMENTO

a) Parametrização/ desenvolvimento de sistemas e/ou trilhas

- Desenvolvimento do Portal ODP:

Com as licenças Qlik instaladas em julho, iniciou-se os trabalhos de execução de serviços de arquitetura de dados, design de informações, instalação, configuração e parametrização de segurança do ambiente necessários para publicação do Portal ODP

Em 30 de outubro foi entregue pela contratada a estruturação do Portal ODP-SC, que servirá de Portal para o ODP (Parte Aberta ao público) e para a DIAG, gestores e controles internos dos órgãos (Parte Restrita), com informações sobre compras, execução financeira, contratos, obras e gestão de pessoas, além de trilhas resultantes dos trabalhos do ODP, como forma de fortalecer o Sistema de Controle Interno do Estado.

Em novembro e dezembro foram alimentados os dados do Portal e definido os gráficos, tabelas, textos, fotos, documentos integrantes do ambiente. Este trabalho de refinamento das informações do Portal e revisão dos valores e dados disponibilizados será finalizado no primeiro bimestre de 2018 para posterior publicação.

- Projeto de *Business Inteligence* – BI

O Consórcio apresentou plano de atividades, prevendo a entrega dos artefatos em 18 de Julho de 2017.

O prazo previsto para entrega dos artefatos não foi cumprido em função da baixa produtividade apresentada pelo consórcio em razão da ausência da consultora Melissa Ferrer, que foi transferida para outro projeto da empresa. Com isto houve demora para o prosseguimento de atividades e posteriormente, retrabalho no repasse de informações a outros consultores.

No 4º trimestre de 2017 foram realizadas reuniões com a empresa a fim de solucionar a baixa qualidade dos artefatos entregues e pendências de algumas demandas.

O consórcio efetuou uma força tarefa para atender as últimas demandas ainda pendentes de implementação e entregou o projeto BI, em novembro de 2017, entretanto, a SEF vem tendo dificuldade para colocar o projeto em ambiente de produção em razão do pouco espaço em "Storage".

Na GAPES houve dificuldade em homologar os painéis visto que o ambiente de homologação não possuí capacidade para carregar os dados da folha. O consórcio salientou que os problemas manifestados pelos auditores serão resolvidos quando da migração das bases de dados para o ambiente de produção, situação que depende de melhoria de infraestrutura por parte da Secretaria da Fazenda.

Benefícios não-financeiros: melhoria nos procedimentos e processos de trabalho e fornecimento de informações gerenciais e estratégicas

b) Assessoria

- Participação no CONACI (Concelho Nacional de Controle Interno)

As atividades desenvolvidas em razão do Conaci estão fortemente marcadas pelo intercâmbio de conhecimentos, práticas e informações, possibilitando um trabalho conjunto para a formulação, implementação e avaliação de políticas nacionais de auditoria, controle e gestão. Além de discutir, conhecer e trocar experiências, o Conaci tem como propósito principal promover a

necessária integração entre todos os órgãos centrais dos sistemas de controles internos de Estados e Municípios-sede de capitais, beneficiando a sociedade, o Estado e o país.

O Conselho mantém parceria com o Banco Mundial com vistas ao fortalecimento dos sistemas de controles internos em nosso país. Santa Catarina participa como membro coordenador do grupo de trabalho "Legislação", acompanhado pela Ouvidoria Geral do Estado de São Paulo, Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, Controladoria-Geral do Estado do Amapá e Auditoria-Geral do Estado da Bahia.

Estão em andamento ações para atendimento ao objetivo de disponibilização dos normativos referentes a sistemas de controles internos no site do Conaci. Com este objetivo, foi dado continuidade à pesquisa para consolidar a legislação vigente dos sistemas de controles internos dos membros e realizada a publicação no site do Conselho dos normativos recebidos.

No primeiro semestre, foi dada continuidade às ações desenvolvidas pelos grupos de trabalho Banco Mundial e Marco Regulatório do Terceiro Setor, doa quais a DIAG também participa, que visam, respectivamente, promover a qualificação da atuação dos sistemas de controle interno em nosso país e ofertar um modelo básico de regulamentação da Lei Federal nº 13.019/2016.

No segundo trimestre foram realizadas Reuniões Técnicas em Porto Velho e em Brasília, com participação de auditores da DIAG representando o Estado de Santa Catarina.

Nos dias 4 e 5 de outubro, com o objetivo principal de proporcionar a interação, o aprendizado e a difusão de inovações, realizou-se em Manaus o XIII Encontro Nacional do Controle Interno e a 24ª Reunião Técnica do Conaci, eventos nos quais Santa Catarina foi representada pela Diag. Durante as palestras proferidas por autoridades e profissionais de destaque no cenário nacional, destacou-se a importância da contribuição do Controle Interno para a melhoria da Governança no Setor Público Brasileiro, bem como a relevância da Gestão de Riscos e Avaliação de Controles Internos para a obtenção de excelência da Governança e consequente melhoria dos resultados no Setor Público.

Por fim, juntamente com a 25ª Reunião Técnica do Conaci, nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro foi realizado em São Paulo o seminário "Gestão de Riscos e Controle Interno como Instrumentos de Governança". O evento contou com apresentações realizadas por representantes do Banco Mundial, Controladoria-Geral do Distrito Federal, Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e SEF/Diag, que apresentou a palestra "A Importância da Gestão de Riscos para a Melhoria da Governança".

- Participação no GEFIN:

Institucionalmente o GEFIN se apresenta como sendo um dos principais órgãos de assessoramento do Conselho Nacional de Política Fazendária, o CONFAZ. Congrega um grupo eminentemente técnico, inicialmente integrado por gestores e assessores do setor financeiro dos Estados e do Distrito Federal, mas que de forma muito rápida e por tratar de questões comuns a todos em nível nacional, acabou trazendo ao grupo, responsáveis por diversos outros setores, envolvendo hoje, por meio de diversos grupos, atividades de planejamento, contabilidade e controle.

Tem por objetivo a busca do equilíbrio fiscal das contas públicas, a troca de informações, a unificação dos procedimentos, a disseminação das boas práticas e o seu constante aperfeiçoamento.

Dois auditores participam dos grupos de qualidade do gasto, reformulado no evento acontecido nos dias 16 e 17 de março, e regularidade fiscal.

Participaram, ainda, da 52º Reunião Ordinária do GEFIN, que ocorreu em Porto Velho-RO nos dias 19, 20 e 21 de junho de 2017, onde foram tratados os seguintes assuntos:

- Emenda Constitucional nº 95;
- Implementação da LC nº 156/2016;
- Andamento da PEC 212 - Precatórios;
- Portaria Interministerial nº 424/2016;
- Processo de Convergência das Normas Bras. de Contabilidade;
- Informações sobre o PROFISCO II e MD-GEFIS e
- Parceria Banco Mundial com o Brasil.

Benefícios não-financeiros: aprimoramento do relacionamento e a troca de informações entre órgãos

4.6.2 – ATIVIDADES INTERNAS

a) Gestão de sistemas

Sofware de Gestão das Atividades de Auditoria

No ano de 2014 foi adquirido o sistema de gestão de atividades de auditoria "AAF" – Audit Automation Facilities. O Sistema de Gestão em Auditoria Interna.

No ano de 2017 todas as gerências utilizaram o sistema para a realização de auditorias, inspeções, análise de Tomada de Contas Especial, assessorias e pareceres.

Benefícios não-financeiros: melhoria na organização administrativa

c) Capacitação dos auditores

No ano de 2017, os Auditores participarem de 64 cursos de capacitação, totalizando 4.813 horas de treinamento, sendo 2.935 horas em cursos presenciais e 1.878 em cursos à distância.

Destacam-se os cursos de Gestão e Análise de Riscos Estratégica em conformidade com a ISO 31000, Gestão de Risco de Fraude, Gerenciamento de Riscos na Prática e o Seminário Auditoria, Controle Interno e Gestão de Riscos: melhores práticas para governança no setor público, este último promovido pela DIAG.

4.6.3 – OUTROS

a) Participação das reuniões da Rede de Controle: A DIAG participa das reuniões mensais da Rede de Controle, que neste ano estão sendo realizadas na Procuradoria Geral da União. As reuniões buscam, primordialmente, ampliar e aprimorar as parcerias entre os

diversos entes e órgãos públicos e o compartilhamento de informações, documentos e experiências entre seus membros, com o objetivo de combater a corrupção, incentivar e fortalecer o controle social, fiscalizar a gestão pública. Alguns participantes: TCU, CGU, MPF, DPF, CEF, DENASUS, TCE-SC, DIAG, ALESC, CREA-SC, CRC.

Benefícios não-financeiros: aprimoramento do relacionamento e a troca de informações entre órgãos

b) Digitalização do arquivo da DIAG**:** Visando atender a Instrução Normativa nº 2/SEA de 15/06/2011, que orienta quanto aos procedimentos relativos à utilização do Protocolo Eletrônico – SGPe, digitalização de documentos e documentação digital, no mês de agosto de 2015 a Diretoria iniciou as atividades de digitalização, prevista no âmbito do Contrato n°003/2015 SEF/Núcleo Básico Tecnologia da Informação Ltda., utilizando os recursos oriundos do Fundo de Esforço Fiscal – PROFISCO.

As atividades de digitalização dos processos e documentos do arquivo da DIAG foram realizadas exclusivamente pela equipe da diretoria, composta por um servidor do governo do Estado e dois terceirizados.

No ano de 2017 deu-se continuidade as atividades de digitalização, classificação e nomeação dos documentos em suporte eletrônico e renomeação de documentos na rede da Diag e guarda física dos mesmos.

No mês de fevereiro foram concluídos os testes no ambiente de homologação do SGPe para a utilização do Navegador de Documentos do Sistema de Gestão de Protocolo Eletrônico – SGPe, e no mês de março foram realizadas as primeiras importações para o Navegador de Documentos e processos cadastrados no ambiente em produção.

No 4º trimestre os processos arquivados na Diag foram importados em lote para o Navegador de Documentos do Sistema de Gestão de Protocolo Eletrônico – SGPe, mas devido solicitação da coordenação do SGPe, não foram publicados e disponibilizados para consulta com a tecnologia OCR até que empresa resolva os problemas de perfil acesso no Navegador de Documentos.

5. CONSOLIDAÇÃO DOS RESULTADOS DECORRENTES DAS AÇÕES DA DIAG

A seguir apresenta-se a consolidação dos resultados financeiros obtidos a partir dos trabalhos da Auditoria:

5.1 – BENEFÍCIOS FINANCEIROS EFETIVOS: RETORNO FINANCEIRO VIABILIZADO, DESEMBOLSO EVITADO E CRÉDITOS A RESSARCIR

a) SISOB: evitado o pagamento de **R$ 2.261.390,63** a servidores e pensionistas já falecidos, mediante o cruzamento dos dados do sistema SISOBI (do Ministério da Previdência) com os dados da prévia das folhas de pagamento. Gize-se a necessidade de ressarcimento ao

Erário de aproximadamente **R$ 664.202,31** (créditos a ressarcir), referentes a pagamentos indevidos após os óbitos. Na projeção de doze meses, o Estado deixará de desembolsar a quantia de **R$ R$ 9.045.562,52** (desembolso evitado) – item 4.1.1, c, deste Relatório;

b) Ressarcimento de valores relativos a abono de permanência – Informação nº 011/2017 - necessidade de restituição de valores pagos a título de abono de permanência em virtude de se tratarem de valores recebidos em razão de erro operacional da Administração no valor estimado de **R$ 15.686,43** (créditos a ressarcir), considerado o período assinalado na Informação (22 de fevereiro de 2012 a 22 de julho de 2014) – item 4.1.1, c, deste Relatório;

c) Ajuda de custo – foi implantado para 1 servidor da SSP o valor equivalente a 100% do respectivo subsídio (R$ 22.601,22), embora trata-se de servidor com 2 dependentes cadastrados no SIGRH, consoante o art. 192, II, do Estatuto (Lei nº 6.843/86), estabelecer 75%. Todavia, em face do alerta da GAPES/SEF, o valor foi tempestivamente corrigido e reduzido para R$ 16.950,92, gerando uma economia de **R$ 5.650,30** (desembolso evitado) – item 4.1.1, c, deste Relatório;

d) Pagamento indevido de remuneração integral – nos meses de abril e maio, identificou-se inconsistência para 6 (seis) servidores das Secretarias de Justiça e Cidadania (SJC) e da Educação (SED), uma vez que consta nos dados funcionais do SIGRH que haviam sido dispensados a pedido no decorrer de um mês, fazendo jus apenas à remuneração proporcional aos dias trabalhados. Contudo foi pago indevidamente a remuneração integral aos mesmos, tendo a ressarcir aproximadamente **R$ 11 mil** (créditos a ressarcir) – item 4.1.1, c, deste Relatório;

e) Saldo a ressarcir por servidor, devido à remuneração recebida de forma acumulada indevidamente – a Informação nº 0046/2017 apontou a necessidade de devolução de servidor da SEF do montante de **R$ 13.784,49**, tendo em vista o recebimento de remuneração acumulada indevidamente (créditos a ressarcir) – item 4.1.1, c, deste Relatório;

f) Identificação de valores recebidos indevidamente por servidor – A Informação nº 0053/17, que 1 servidor da SJC recebeu remuneração indevidamente em diversos meses no período de 2014 e 2017, considerando que foram contabilizadas faltas cadastradas em todos os dias daquele período, atingindo o montante de aproximadamente **R$ 45.000,00**, a ser ressarcido aos cofres públicos (créditos a ressarcir) – item 4.1.1, c, deste Relatório;

g) Verbas remuneratórias – identificação de inconsistências pontuais na folha que geraram o pagamento indevido de verbas remuneratórias para servidores/militares das Secretarias de Justiça e Cidadania (SJC), Secretaria de Educação (SED), Secretaria de Saúde (SES), Agência de Desenvolvimento Regional de Lages – (ADR-Lages), Corpo de Bombeiros Militar (CBMSC) e Policia Militar (PMSC). Dentre as inconsistências destaca-se situações como duplicidades no pagamento de rescisão de 13º salário, inclusões de exonerações/licenciamentos ‘ex-officio” após o processamento da folha definitiva, duplicidades no pagamento de subsídio, IRESA e gratificação de férias na PM.

Os valores de créditos a ressarcir somam aproximadamente **R$ 90 mil -** item 4.1.1, c, deste Relatório;

h) Pagamento indevido de verbas remuneratórias: identificada inconsistência na folha de pagamento da PMSC que gerou o pagamento em duplicidade de Indenização de produtividade, no valor de **R$ 692,76**. Notificada por e-mail, a PMSC procedeu o ajuste, descontando o valor no contracheque do servidor no próprio mês de 11/2017– item 4.1.1, c, deste Relatório;

i) QI Servidores - a execução de 14 trilhas, 8 bases de dados estaduais e federais e mais de 150 mil servidores tem como resultado parcial um desembolso evitado de **R$ 1.932.974** decorrente de exonerações de servidores estaduais e federais por acúmulo de cargos por horário incompatível, acúmulo de cargos por dedicação exclusiva, acúmulo de cargos por incompatibilidade geográfica, acúmulo de cargos que ultrapassa teto, acúmulo de cargos que violam a Constituição, entre outros - item 4.2.1, a deste Relatório;

j) Isenções de tarifas – Convênio de Cooperação Técnica nº 001/12 com Banco do Brasil: estima-se que houve um desembolso evitado na ordem de **R$ 8.882.519** em decorrência da isenção de tarifas de manutenção de contas correntes e de transferência eletrônicas (TED e DOC) entre 2012 e 2017 das contas correntes abertas em nome de terceiros para recebimento de transferências voluntárias, além de outros benefícios, como a abertura massificada de contas correntes e encerramento automático dessas contas.

Apresenta-se a seguir tabela contendo os benefícios decorrentes dos trabalhos da DIAG desde 2011:

	Retorno financeiro viabilizado R$	Desembolso evitado R$ (12 meses)	Crédito a ressarcir R$	Total R$
Acum/2011	317.448,17	14.069.149,86	3.945.175,82	18.331.773,85
Acum/2012	1.737.588,31	29.664.001,02	8.264.556,40	39.666.145,73
Acum/2013	4.629.138,60	21.214.839,34	8.417.456,41	34.261.434,35
Acum/2014	1.361.342,21	26.893.373,41	717.555,06	28.972.270,68
Acum/2015	2.078.235,19	14.671.887,87	2.300.932,16	19.051.055,22
Acum/2016	**-**	**8.414.860,30**	**9.814.628,70**	**18.229.489,00**
1º trim 2017	**-**	**3.895.902,52**	**186.970,66**	**4.082.873,18**
2º trim 2017	**-**	**2.152.289,30**	**190.863,75**	**2.343.153,05**
3º trim 2017	**-**	**3.008.055,00**	**315.233,00**	**3.323.288,00**
4º trim 2017		**10.811.150,76**	**146.604,00**	**10.957.754,76**
ACUMULADO 2017		**19.867.397,58**	**839.671,41**	**20.707.068,99**

5.2 – BENEFÍCIOS FINANCEIROS POTENCIAIS

a) **FESPORTE - (Relatório de Auditoria nº 003/17)** - verificação de conformidade dos adiantamentos para pagamento de Diárias e Despesas de Arbitragem. Das 31 restrições apontadas no Relatório Preliminar, 03 foram consideradas sanadas, 28 foram mantidas, sendo que 16 destas ensejam providências administrativas pela FESPORTE, tendo em vista possível dano ao erário no valor potencial de retorno de **R$**

230.669,26 (Relatório de Auditoria nº 003/17) – item 4.1.1, a, deste Relatório;

b) Horas de sobreaviso e horas-plantão – identificados servidores da Secretaria de Estado da Saúde que realizaram HP e sobreaviso em períodos nos quais tiveram usufruto parcial de férias na mesma quantidade de meses sem o gozo de férias. Foram pagos R$ 247.947,93 de horas sobreaviso para 79 matrículas, que mesmo no usufruto de férias de 15 dias perceberam integralmente por 200 horas de sobreaviso, havendo pagamento a maior de **R$ 123.973,96** (economia potencial) – item 4.1.1, c, deste Relatório;

c) Acumulação de remuneração acima do teto constitucional – Informação nº 001/2017 - existência de 3 casos nos quais servidores públicos estaduais perceberam proventos de aposentadoria cumulados com vencimentos de cargo em comissão puro que, somados, ultrapassaram o teto constitucional remuneratório. Na projeção anualizada, o Estado desembolsou indevidamente **R$ 434.594,52** (economia potencial) no exercício anterior, sendo recomendado à SEA o imediato ajuste na parametrização do SIGRH – item 4.1.1, c, deste Relatório;

d) Irregularidades em Tomada de Contas Especial (TCE): possibilidades de retorno relativo a julgamentos em TCE cujos Certificados de Auditoria apontaram irregularidades, no montante de **R$ 14.002.613** – item 4.1.3;

Apresenta-se a seguir tabela contendo as economias potenciais apuradas em decorrência dos trabalhos da DIAG desde 2013:

Período	Ação	Retorno Potencial Milhões R$
2013	Acumulado	73,95
2014	Acumulado	10,98
2015	Acumulado	146,57
2016	Acumulado	19,53
1º Trim/17	FESPORTE - diárias e passagens	0,23
1º Trim/17	Sobreaviso e HP nas férias	0,12
1º Trim/17	Remuneração acima do teto	0,43
1º Trim/17	TOMADA DE CONTAS ESPECIAL 1º Trim/17	2,07
2º Trim/17	TOMADA DE CONTAS ESPECIAL 2º Trim/17	1,14
3º Trim/17	TOMADA DE CONTAS ESPECIAL 3º Trim/17	7,45
4º Trim/17	TOMADA DE CONTAS ESPECIAL 4º Trim/17	3,34
Acumulado de 2017	-	14,79
Acumulado de 2013 a 2017	**TOTAL ACUMULADO**	**265,83**

Florianópolis, 19 de fevereiro de 2017.

Augusto Puhl Piazza
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL

Rodrigo Stigger Dutra
GERENTE DE AUDITORIA DE PESSOAL

Cícero Alessandro Teixeira Barbosa
GERENTE DE AUDITORIA DE DESPESAS DE CUSTEIO

Clóvis Renato Squio
GERENTE DE AUDITORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Cesar Fernando Cavalli
GERENTE DE AUDITORIA DE RECURSOS ANTECIPADOS

Marco Antonio Barbosa Lopes
GERENTE DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS E APOIO À GESTÃO

Diretoria de

CONTABILIDADE GERAL

Relatório de Atividades 2017

1. DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL

A Constituição brasileira determina que a administração pública, em todas as esferas, tenha um Sistema Administrativo de Controle Interno (arts.70,71 e 74). Seu principal propósito do sistema é garantir a **responsabilidade pública** (*accountability*[1]), ou seja, a aplicação correta e eficaz dos recursos públicos e a transparência na prestação de contas sobre o uso desse dinheiro.

No Governo de Santa Catarina, a Secretaria da Fazenda é o órgão central do Sistema Administrativo de Controle Interno. Os núcleos técnicos são a Diretoria de Contabilidade Geral (DCOG) e a Diretoria de Auditoria Geral (DIAG).

Cabem à DCOG a coordenação e a normatização dos serviços de contabilidade do Estado. Entre as atribuições da Diretoria, destacam-se:

- ✓ **produção de informações estratégicas para a tomada de decisão dos gestores e para o controle social, e *accountability;***
- ✓ **conformidade contábil dos registros gerados da execução orçamentária, financeira e patrimonial; e**
- ✓ **orientação do controle interno contábil dos órgãos e das entidades do Poder Executivo.**

A produção de informações relevantes tanto para a gestão governamental quanto para a *accountability* é feita principalmente por meio dos seguintes instrumentos legais, exigidos pela Constituição e pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

- **Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e Relatório de Gestão Fiscal (RGF)** – demonstrativos contábeis da execução das receitas e verificação do cumprimento dos limites de pessoal, dívida, operações de crédito, disponibilidade de caixa e restos apagar, entre outros.

[1] *Accountability* é um termo que remete à obrigação, à transparência de membros de órgão de prestar contas aos seus representados. Pode ser entendido também como responsabilização.

- **Balanço Geral do Estado** – prestação de contas anual do Governador, composta de relatórios, demonstrativos contábeis e informações sobre o contexto administrativo, social, econômico, financeiro e patrimonial do Estado.

- **Portal da Transparência do Poder Executivo Estadual** (www.transparencia.sc.gov.br) – canal oficial de divulgação das informações da gestão pública, principalmente dados relacionados à arrecadação do Estado e aos gastos do Poder Executivo.

Para que sejam disponibilizadas informações úteis e estratégicas, são necessários **sistemas tecnológicos de gestão de dados**. Dessa forma, a DCOG gerencia as demandas de evoluções e manutenções dos seguintes sistemas, implementando mecanismos de controles e conformidade das informações:

- ✓ **Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)** – permite a gestão orçamentária e financeira, bem como os controles de contratos e da dívida pública do Estado de Santa Catarina;
- ✓ **Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas (SICOP)** – controla a execução das obras do Estado; e
- ✓ **Sistema de Custos de Santa Catarina (SICSC)** – em desenvolvimento, permitirá o conhecimento do custo dos serviços públicos.

Para atuar em todas essas frentes e planejar as suas atividades, a DCOG definiu o seu planejamento estratégico com as seguintes diretrizes:

- **Missão: subsidiar a tomada de decisão com informações úteis e estratégicas em prol de uma gestão pública responsável, transparente e efetiva, zelando pela qualidade do gasto público, pela sustentabilidade das finanças e pela promoção do controle social.**
- **Visão: ser reconhecida, nacional e internacionalmente, pela excelência na gestão de informações úteis e estratégicas para a tomada de decisão e para a promoção do controle social.**
- **Valores: ética, inovação, excelência, transparência, conhecimento, comprometimento, motivação, respeito e compromisso social.**

1.1 ESTRUTURA DA DCOG

A estrutura central da DCOG é composta por uma assessoria, cinco gerências e três coordenadorias:

- ✓ Assessoria de Contabilidade Geral

- ✓ Gerência de Contabilidade Centralizada (GECOC);
- ✓ Gerência de Contabilidade Financeira (GECOF);
- ✓ Gerência de Estudos e Normatização Contábil (GENOC);
- ✓ Gerência de Sistema de Gestão Fiscal (GESIF); e
- ✓ Gerência de Informações Contábeis e Transparência da Gestão Pública (GEINC);

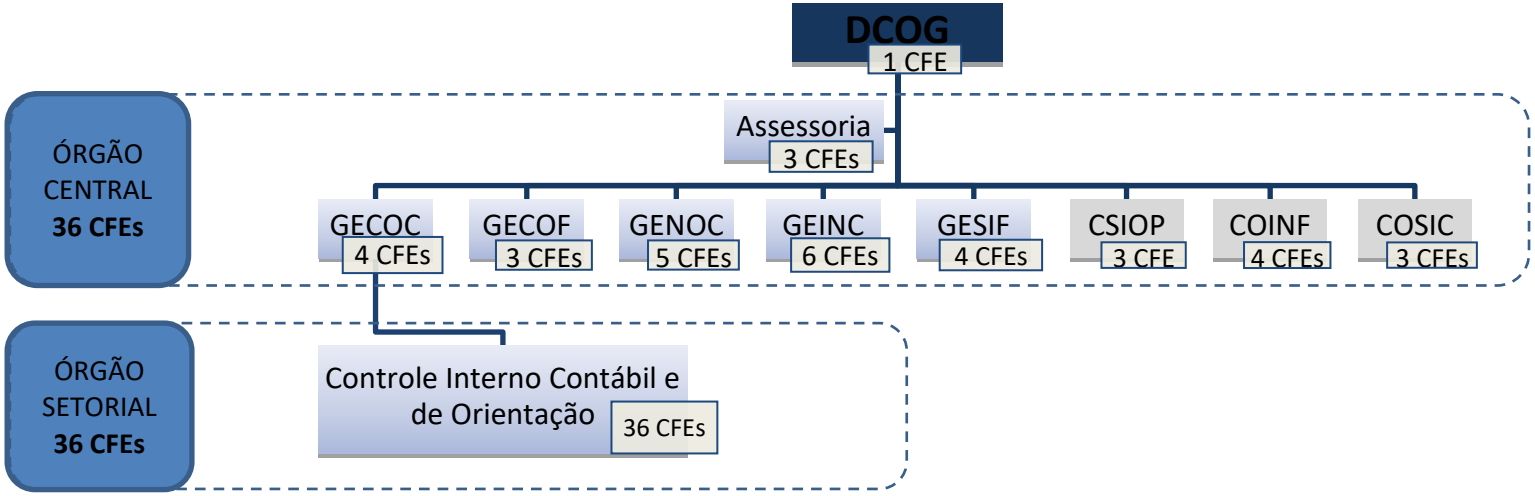
- ✓ Coordenadoria do Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas (CSIOP);
- ✓ Coordenadoria de Informações da Gestão Fiscal (COINF); e
- ✓ Coordenadoria do Sistema de Informações de Custos de Santa Catarina (COSIC).

A DCOG encerrou 2017 com 82 servidores e colaboradores:

- **72 Contadores da Fazenda Estadual** (CFE)
- 1 servidor comissionado
- 2 servidores de outros órgãos
- 5 colaboradores terceirizados
- 2 estagiários

Os contadores da Fazenda Estadual também são responsáveis pela conformidade dos registros contábeis de **124 Unidades Gestoras (UGs)** dos órgãos setoriais, setoriais regionais ou seccionais sistêmicos do Poder Executivo Estadual. São 36 profissionais, dos quais cinco em cargos comissionados. Esses contadores estão diariamente em contato com os gestores desses órgãos, atuando na orientação prévia e gerando informações para a tomada de decisão.

Distribuição dos Contadores da Fazenda Estadual em 2017



Fonte: DCOG/Assessoria

1.2 CAPACITAÇÕES E EVENTOS

A contabilidade aplicada ao setor público é dinâmica e exige constante aperfeiçoamento e atualização profissional dos contadores da Fazenda Estadual. A DCOG estimula a participação de seus contadores em seminários, congressos, palestras e capacitações com enfoque técnico e em gestão.

TIPO	EVENTO	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES
SEMINÁRIOS, CONGRESSOS E WORKSHOPS	I Congresso Internacional de Desempenho no Setor Público	2
	Workshops da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Aplicada ao Setor Público – Estrutura Conceitual	71
	IV Foro de Contadurías Gubernamentales de América Latina – FOCAL Panamá	2
	IV Seminário Brasileiro de Contabilidade e Custos Aplicados ao Setor Público	3
	IX SECOFEM – Seminário Contábil e Fiscal para Estados e Municípios	5
	XXX Convenção de Contabilidade do Estado de Santa Catarina – CONTESC	14
CAPACITAÇÕES EM GESTÃO	Liderança, Comunicação Eficaz e Oratória	2
	Moderação de Processos Participativos	1
	Big Data: Gestão Pública na Sociedade do Conhecimento	7
	Design Thinking	4
CAPACITAÇÕES TÉCNICAS	Excel Avançado	7
	Fiscalização Eficiente de Contratos Administrativos: Custos X Benefícios	1
	Os Principais Aspectos do MROSC – Lei nº13.019/2014	1
	Word: Ferramentas Avançadas	6

Fonte: GENOC, Assessoria e PROFISCO

2. ATIVIDADES DA DCOG EM 2017

2.1 NORMAS, ORIENTAÇÕES TÉCNICAS E INFORMAÇÕES

Como núcleo técnico do Sistema Administrativo de Controle Interno, cabe à Diretoria normatizar (por meio da legislação estadual) e orientar (por meio de notas técnicas, informações e manuais) os procedimentos relacionados aos serviços de contabilidade do Estado.

O Decreto nº 2.398/14 dispõe, entre outros, de dois instrumentos que disciplinam a forma de orientação dos procedimentos contábeis aplicáveis aos órgãos e às entidades da administração pública estadual:

- ✓ **Notas Técnicas de Procedimentos Contábeis (NTPC)**: emitidas para orientar os órgãos e as entidades na aplicação dos procedimentos e das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP);

- ✓ **Informações Técnicas Contábeis (ITC)**: emitidas quando algum órgão demandar o entendimento da DCOG em casos concretos, desde que não haja manifestação anterior aplicável.

Em 2017, foram emitidas pela DCOG:

- **6 NTPCs**
- **22 ITCs**
- **50 Informações**

Objetivo: sanar dúvidas enviadas pelas diversas estruturas do Poder Executivo, demais Poderes e municípios.

Entre os diversos assuntos normatizados pela DCOG em 2017, os mais relevantes foram os que se seguem.

- **Novo Ementário da Receita:** atendendo ao disposto na Portaria Interministerial SOF/STN nº 05/2015, a Gerência de Contabilidade Centralizada (GECOC/DCOG) fez a estruturação da nova codificação da receita orçamentária, válida a partir do exercício de 2018 para todos os entes da Federação. A classificação orçamentária por natureza da receita visa identificar a origem do recurso, conforme o fato gerador, ou seja, aquilo que ocasionou o ingresso da receita nos cofres públicos. A principal mudança trazida pela Portaria está no registro das deduções de receita, que não serão mais contabilizadas nos códigos que iniciam com o dígito nove (9.x.x.x.xx.xx.xx). Dessa forma, uma mesma codificação de natureza de receita irá registrar tanto a arrecadação de receita como a sua dedução.

- **Desvinculação de Receitas Estaduais (DRE):** a desvinculação de receita, prevista na Constituição Federal após a revisão do art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, por meio da Emenda Constitucional n° 93/2016, foi regulamentada no Estado pelo Decreto nº 1.215/2017 e pela Portaria SEF nº 251/2017. As novas normas desvinculam 30% das receitas arrecadadas pelos órgãos e pelas entidades da administração pública discriminadas no Anexo Único da Portaria. Assim, para melhor controle dos recursos desvinculados, foram implementadas alterações nos registros da receita orçamentária no SIGEF, permitindo a aplicação da Portaria.

- **Utilização dos Recursos de Depósitos Judiciais:** a Emenda Constitucional nº 94/2016 possibilitou a utilização dos recursos de depósitos de terceiros à disposição da justiça para pagamentos de precatórios. No Estado, a Lei nº 706/2017 dispôs sobre a transferência de depósitos judiciais exclusivamente para o pagamento de precatórios devidos pelo Estado de Santa Catarina e seus municípios. Em dezembro de 2017, o Tribunal de Justiça recebeu recursos relativos aos depósitos judiciais de terceiros, mediante transferência para a conta de precatório, no montante de R$ 509.167.194,21. O registro da receita orçamentária foi realizado no Tesouro do Estado como Outras Operações de Crédito Internas(conta 4.2.1.1.9.01 - Depósitos Judiciais de Terceiros - EC nº 94/2016), na fonte de recurso 0.195. A execução da despesa com precatórios ocorreu nessa mesma fonte recurso no Tribunal de Justiça, como determinaa Constituição Federal.

- **Registro dos valores da conta pecúlio:** é o registro do depósito bancário feito em favor do preso pela remuneração de seu trabalho, conforme previsto no art. 29 da Lei de Execuções Penais (Lei Federal nº 7.210/1984). O pecúlio prisional no Estado é tratado na Lei Complementar Estadual nº 529/2011, que aprova o Regimento Interno dos Estabelecimentos Penais do Estado de Santa Catarina. Em 2017, foi emitida a ITC nº 12/2017, relativa ao registro contábil como Depósitos de Diversas Origens (DDO) pelos Fundos Penitenciários, em atendimento ao determinado pela Corte de Contas Estadual.

- **Contabilização da Dívida – Doações Celesc ao Fundo Social:** realização dos registros contábeis decorrentes da publicação da Lei Estadual nº 17.053/2016. A lei estabeleceu o reconhecimento da dívida no Poder Executivo e o direito a receber dos poderes, órgãos estaduais, municípios e Fundeb em virtude das doações feitas pela Celesc ao Fundo Social em 2015 e 2016.

- **Férias por competência:** parametrização para a extração dos dados do Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH) com o objetivo de promover o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação das férias pelo regime de competência (*accrual basis*). Houve o reconhecimento de aproximadamente R$ 162 milhões nas obrigações do Poder Executivo em 2017. O trabalho foi realizado pelas Gerências de Estudos e Normatização Contábil (GENOC/DCOG) e de Contabilidade Centralizada (GECOC/DCOG), em parceria com a Diretoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da Secretaria de Estado da Administração (DGDP/SEA), cumprindo o cronograma previsto na Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015.

- **Obras em andamento e bens imóveis da administração direta do Estado:** a GENOC/DCOG coordenou os trabalhos de levantamento e revisão dos valores registrados no Imobilizado dos órgãos e das entidades do Poder Executivo Estadual, abrangendo obras em andamento e bens imóveis. Foram baixados os valores de imobilizados dos órgãos e das entidades que já estavam reconhecidos no Fundo Patrimonial do Estado (bens imóveis: terrenos, edificações e benfeitorias) e/ou no DEINFRA (bens de infraestrutura rodoviária) para evitar duplicidade de reconhecimento de ativos. Os ajustes foram realizados em contrapartida à conta “Ajuste de Exercícios Anteriores” ou por meio da reclassificação de ativos. As reavaliações de bens imóveis dos órgãos da administração direta do Poder Executivo Estadual vêm sendo realizadas desde 2011 pela Gerência de Bens Imóveis da Diretoria de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração

(GEIMO/DGPA/SEA). O reconhecimento dos bens de infraestrutura rodoviária do Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA) começou a ser feito em 2014.

- **Ativos de infraestrutura:** reconhecimento das rodovias não pavimentadas e atualização dos valores dos outros itens dos ativos de infraestrutura do Estado, tendo como base o estudo para sustentabilidade da conservação rodoviária. O reconhecimento das rodovias não pavimentadas ocasionou um impacto de R$ 1,795 bilhão no balanço patrimonial. As ações seguem o cronograma previsto na Instrução Normativa Conjunta SEF/Deinfra nº 001, de 19 de janeiro de 2015. Também foram reconhecidos os investimentos realizados desde 2014 nas barragens administradas pela Secretaria de Estado da Defesa Civil, concedidas pela União.

- **Supervisão e gerenciamento de obras:** foram finalizados os estudos acerca da correta classificação orçamentária para os contratos de consultoria de gerenciamento e supervisão de obras, limpeza de rodovias e terrenos e de manutenção de rodovias (tapa-buracos). O objetivo é uniformizar o entendimento e o registro da despesa no Estado de Santa Catarina. Hoje ainda se observa que os mesmos serviços, principalmente os relacionados ao gerenciamento e à supervisão de obras, ora são reconhecidos orçamentariamente como despesa corrente, ora como despesa de capital.

Para acompanhar as alterações promovidas pelas diversas normatizações do Governo Federal, bem como as alterações trazidas pelo processo de convergência aos padrões internacionais de contabilidade aplicada ao setor público, a DCOG participou dos principais fóruns de debate sobre o assunto:

- **Grupo Assessor da Área Pública do Conselho Federal de Contabilidade (GA/CFC);**
- **Grupo de Gestores das Finanças Estaduais (GEFIN), vinculado ao Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ); e**
- **Câmara Técnica de Normas Contábeis e Demonstrativos Fiscais da Federação (CTCONF), vinculada à Secretaria do Tesouro Nacional (STN).**

Santa Catarina é pioneira e referência na implantação dos procedimentos patrimoniais decorrentes do processo de convergência aos padrões internacionais. A DCOG foi convidada a compartilhar as suas experiências e boas práticas em conferências de grande relevância para a classe contábil:

- em junho, participou da 7° Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente, promovida pelo IBRACON, em São Paulo;
- em setembro, esteve presente no 4° Encontro Catarinense de Contadores e Controladores Públicos, promovido pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado, em Balneário Camboriú;
- em novembro, participou da 23ª Convenção dos Contabilistas do Espírito Santo, promovida pelo Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo, em Domingos Martins; e
- em novembro, também esteve presente na 5ª Semana de Práticas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, promovida pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado, em Florianópolis.

2.2 CONTROLE INTERNO CONTÁBIL

Cada vez mais, a sociedade exige dos gestores a aplicação eficiente e transparente dos recursos públicos. A Diretoria de Contabilidade Geral tem o papel fundamental de fomentar a *accountability* por meio de sua atuação no controle interno.

A atuação da DCOG no controle interno se dá principalmente sob o enfoque contábil, de forma preventiva. As orientações acerca de procedimentos orçamentários, financeiros, tributários e patrimoniais, bem como a certificação dos registros contábeis gerados pelo SIGEF e realizados pelos contadores da Fazenda Estadual em exercício nas unidades gestoras do Estado, compõem a atividade de **Conformidade Contábil**.

Prevista no Decreto Estadual nº 964/2016 e na Instrução Normativa SEF nº 001/2014, a conformidade contábil tem como base:

- os princípios e as normas contábeis aplicados ao setor público – NBC TSP;
- a tabela de eventos;
- o plano de contas do Estado de Santa Catarina; e
- a conformidade dos registros de gestão.

A periodicidade é mensal, em data definida pelo Calendário de Obrigações Contábeis e Tributárias da DCOG e faz parte do Módulo de Controle Interno do SIGEF.

Os procedimentos de conformidade contábil permitem verificar a integridade da escrituração contábil e a fidedignidade das informações contidas nas demonstrações contábeis. Dessa forma, garantem ao gestor público dispor de informações íntegras e corretas para a tomada de decisão.

A conformidade contábil está estruturada em sete tipos de controles: 1) equações contábeis; 2) ocorrência de contas com saldo invertido; 3) conformidade dos registros de gestão; 4) balancete mensal; 5) conciliação bancária; 6) obrigações acessórias; e 7) outras restrições. Cada um desses controles fornece ao responsável pelos serviços contábeis informações relevantes sobre a execução orçamentário-financeira e sobre a situação patrimonial da unidade gestora. Assim, possibilitam a anotação de registros sobre intercorrências que porventura possam vir a afetar os demonstrativos contábeis, resultando em uma conformidade contábil do período com ou sem restrição.

Os trabalhos de controle preventivo feitos pelos Contadores da Fazenda Estadual visam garantir a correta aplicação dos recursos públicos, a salvaguarda dos ativos de Santa Catarina e a disponibilização de informações orçamentárias, financeiras e patrimoniais íntegras e fidedignas, livres de erros. Só assim, cumprem a sua função de apoiar a tomada de decisão dos gestores do Estado, tendo a população catarinense como a sua grande beneficiária.

A DCOG, por meio da Gerência de Estudos e Normatização Contábil (GENOC), participa ativamente da **Rede de Controle da Gestão Pública**, composta por órgãos e entidades estaduais e federais que atuam no controle interno e externo da administração pública nas esferas federal, estadual e municipal.

Objetivos da Rede de Controle da Gestão Pública:

- promover maior integração entre esses órgãos e entidades;
- desenvolver ações direcionadas à fiscalização da gestão pública e ao diagnóstico e combate à corrupção;
- incentivar e fortalecer o controle social;
- facilitar o tráfego de informações e documentos; e
- promover o intercâmbio de experiências e a capacitação dos responsáveis pelo controle interno.

2.2.1 APOIO À GESTÃO PÚBLICA

A contabilidade e a administração estão diretamente ligadas. Há um ponto de intersecção entre as duas áreas: um dos papéis da contabilidade, o de apoio à gestão, une-se aos objetivos de eficiência e eficácia da administração. Em Santa Catarina, a DCOG apoia a gestão pública ao buscar processos mais eficientes e menos burocráticos, sem se desprender dos princípios de controle da coisa pública.

- **Cartão de Pagamentos do Estado de Santa Catarina (CPESC)**

O CPESC é uma ferramenta inovadora para uma prática antiga: o adiantamento previsto nas Leis Federais n° 4.320/1964 e 8.666/1993. Criado pelo Decreto nº 1.949/2013, o cartão começou a ser utilizado em 2014. O objetivo principal é permitir que unidades administrativas vinculadas a órgãos e entidades do Estado possam realizar despesas de pequeno vulto, extraordinárias ou urgentes com mais eficiência e transparência. Seu maior diferencial é o controle efetivo dos gastos, que podem ser acompanhados, em tempo real, no Portal da Transparência do Poder Executivo Estadual. Na modalidade tradicional de adiantamento, a individualização dos gastos é conhecida apenas após a prestação de contas.

Em 2017, a regulamentação do CPESC foi revisada na íntegra por meio do Decreto nº 1.322/2017, consolidando o Cartão como instrumento oficial de concessão de adiantamentos do Poder Executivo Estadual. O adiantamento tradicional foi restrito a situações específicas, adotando-se 2018 como o ano de transição.

O CPESC está implantado em escolas, hospitais, unidades prisionais e socioeducativas, unidades de fiscalização e administrativas do Estado, ou seja, que atendem diretamente ao cidadão catarinense. Em 2017, passaram a utilizar o CPESC:

- ✓ **a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação**: os postos do Sistema Nacional de Empregos (SINE);
- ✓ **a Secretaria de Estado da Educação (SED):** Programa de Descentralização e Enriquecimento da Nutrição Escolar (PRODENE).
- ✓ **a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC);** e
- ✓ **o Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA).**

- **Automatização do Tratamento Fora de Domicílio (TFD)**

A DCOG coordenou a revisão dos procedimentos de concessão de ajuda de custo para TFD, instrumento legal que visa garantir a pacientes portadores de doenças tratamento médico não existente no município ou estado de origem.O regime de adiantamento foi substituído pelo empenhamento em inscrição genérica (IG). A alteração promove maior transparência e melhor controle dos recursos, além de garantir mais eficiência na disponibilização da ajuda de custo aos cidadãos atendidos pelo programa.

- **Permissão de uso oneroso de imóveis estaduais**

A DCOG realizou estudos para revisão e posterior alteração da Lei Estadual nº 14.593/2008, que trata da cessão e da permissão de uso oneroso de espaços de imóveis estaduais. O anteprojeto surgiu da necessidade de adequar a norma catarinense à Lei Federal nº 13.019/2017 e de regulamentar a aplicação dos recursos vindos de concessões de imóveis do Estado. A revisão da legislação estadual pretende ampliar a possibilidade de concessões onerosas de espaços físicos de imóveis estaduais para atendimento à população nesses locais. O objetivo é possibilitar que esses recursos sejam aplicados diretamente nas áreas que efetuam as concessões de espaços físicos nos imóveis, como escolas, hospitais, centros de cultura, teatros, entre outros. Além disso, o anteprojeto prevê permissões onerosas temporárias para a realização de feiras, cursos de curta duração, eventos esportivos, artísticos, culturais e afins.

- **Extinção/fusão dos fundos da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável**

A DCOG fez um levantamento para averiguar a necessidade de fundos estaduais vinculados à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS). O objetivo foi promover a redução da estrutura administrativa e evitar o acúmulo de obrigações acessórias, otimizando assim os recursos públicos. Foi sugerida a extinção do Fundo Estadual de Saneamento (FESANE), do Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente (FEPEMA), do Fundo de Compensação Ambiental e Desenvolvimento (FCAD), do Fundo Estadual de Pagamento e Serviços Ambientais (FEPSA) e do Fundo Catarinense de Mudanças Climáticas (FMUC). Os fundos extintos teriam o seu controle pelo mecanismo de fonte/destinação de recursos.

- **Escrituração Fiscal Digital das Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf)**

Em 2017, começou a ser implantado no Estado a EFD-Reinf, um dos módulos do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) previsto para utilização de pessoas jurídicas e físicas. Trata-se de um complemento ao Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial). O objeto da EFD-Reinf é a escrituração de rendimentos pagos e retenções de imposto de renda, contribuição social do contribuinte (exceto aquelas relacionadas ao trabalho) e informações sobre a receita bruta para a apuração das contribuições previdenciárias substituídas. A EFD-Reinf junto com o eSocial substituirá as informações solicitadas em outras obrigações acessórias, tais como a GFIP, a DIRF, a RAIS e o CAGED. Sua obrigatoriedade para os órgãos e para as entidades públicas está prevista para maio de 2019. A DCOG fez um estudo do leiaute das informações e promoveu reuniões com técnicos da área de tecnologia da informação para análise dos impactos nos sistemas estruturantes do Estado.

2.3 INFORMAÇÕES GERENCIAIS E ESTRATÉGICAS

Um dos papéis mais importantes da contabilidade é gerenciar dados contábeis, transformando-os em informações estratégicas para a gestão das organizações. Na DCOG, a Coordenadoria de Informações da Gestão Fiscal (COINF) é a responsável pela análise dos dados produzidos diariamente pelos usuários do SIGEF.

Em 2017, foram elaborados mais de 100 relatórios para fins gerenciais, entre os quais se destacam:

- comparativo mensal do Gasto com Pessoal X Receita Corrente Líquida;
- evolução mensal das despesas computadas no mínimo constitucional com educação e saúde;
- resultado previdenciário;
- receita corrente líquida;
- apuração da receita líquida disponível para o repasse aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público,à Udesc e aos hospitais filantrópicos; e
- apuração da base de cálculo para pagamento do PASEP da administração direta.

Além desses relatórios, a COINF também elaborou os cálculos periciais para subsidiar a Procuradoria Geral do Estado nos processos das Letras Financeiras do Tesouro Estadual:

- Processo nº 0313002-90.2016.8.24.0023
  Autor(a): Inepar S/A Indústria e Construções
  Montante apurado: R$ 23.569.716,76

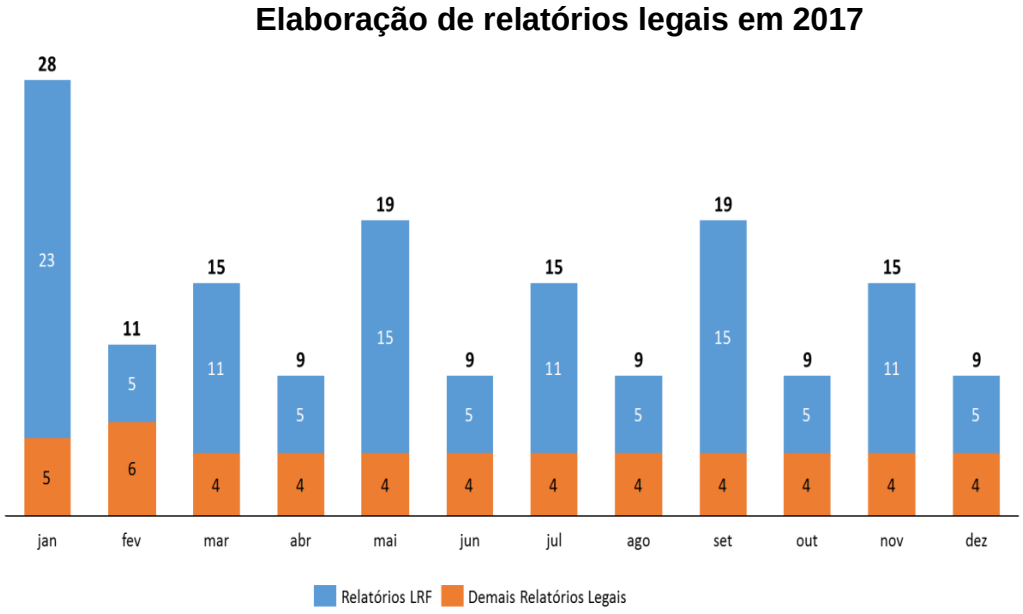
- Processo nº 0030084-38.2001.8.24.0023
  Autor(a): Bbva - Serviços e Negócios Ltda.
  Montante: R$ 5.217.722,85

2.3.1 RELATÓRIOS LRF

A Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) regulamentou a Constituição Federal no que tange à Tributação e ao Orçamento (Título VI). Em seu art. 48, estabeleceu como instrumentos de transparência da gestão fiscal:

- a prestação de contas do chefe do Poder Executivo;
- o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)
- e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), além das versões simplificadas desses documentos.

A COINF é a responsável pela elaboração e pela divulgação desses demonstrativos. Em 2017, foram elaborados **167 relatórios:**



Fonte: COINF/DCOG

Entre os diversos demonstrativos exigidos pela LRF, alguns têm periodicidade bimestral, quadrimestral ou anual.

Relatórios da LRF elaborados pela DCOG

Relatório	Demonstrativo	Periodicidade					
			1º quadri		2º quadri		3º quadri
		1º bim	2º bim	3º bim	4º bim	5º bim	6º bim
RREO	Balanço Orçamentário	X	X	X	X	X	X
RREO	Execução das Despesas por Função/Subfunção	X	X	X	X	X	X
RREO	Receita Corrente Líquida	X	X	X	X	X	X
RREO	Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS	X	X	X	X	X	X
RREO	Resultado Nominal	X	X	X	X	X	X
RREO	Resultado Primário	X	X	X	X	X	X
RREO	Restos a pagar por Poder e Órgão	X	X	X	X	X	X
RREO	Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	X	X	X	X	X	X
RREO	Parcerias Público-Privadas	X	X	X	X	X	X
RREO	Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	X	X	X	X	X	X
RREO	Simplificado do RREO	X	X	X	X	X	X
RREO	Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital						X
RREO	Projeção atuarial do RPPS						X
RREO	Receita de alienação de ativos e aplicação de recursos						X
RGF	Despesa com Pessoal		X		X		X
RGF	Dívida Consolidada		X		X		X
RGF	Garantias e Contragarantias de Valores		X		X		X
RGF	Operações de Crédito		X		X		X

Relatório	Demonstrativo	Periodicidade					
			1º quadri		2º quadri		3º quadri
		1º bim	2º bim	3º bim	4º bim	5º bim	6º bim
RGF	Simplificado do RGF		X		X		X
RGF	Disponibilidade de Caixa e dos Restos a pagar						X
RGF	RGF Consolidado						X

Fonte: COINF/DCOG

A Contabilidade também promove o estudo dos manuais editados pelo Governo Federal e faz a revisão contínua das metodologias de cálculo utilizadas para apurar cada indicador da LRF. Em 2017, destacaram-se os seguintes estudos:

- **Resultado Primário:** análise dos reiterados descumprimentos da meta de resultado primário constante na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado (LDO). Após o estudo, foram encaminhadas sugestões ao núcleo técnico de planejamento e orçamento destacando a necessidade de haver compatibilidade entre a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a meta estabelecida pela LDO.

- **Despesas com pessoal:** análise da execução orçamentária das despesas com a folha de pagamento dos servidores do Estado. Verificaram-se incompatibilidades entre as rubricas da folha e as naturezas de despesas a elas associadas, causando distorções na avaliação da despesa com pessoal. Após o levantamento, foram encaminhadas solicitações para as devidas correções aos núcleos técnicos de planejamento e orçamento, e de administração financeira, responsáveis pela manutenção dos cadastros nos sistemas que executam a folha de pagamento.

2.3.2 MATRIZ DE SALDOS CONTÁBEIS

A Diretoria de Contabilidade Geral é a responsável pela inserção das informações do Poder Executivo no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). A partir de janeiro de 2018, esse sistema será substituído

pela Matriz de Saldos Contábeis (MSC). Por isso, em março de 2017, a DCOG deu início ao desenvolvimento de funcionalidades específicas no módulo de Contabilidade do SIGEF para a extração dos dados contábeis em formato CSV e no leiaute exigido pela MSC.

Trata-se de uma estrutura padronizada de coleta de informações contábeis e fiscais dos entes da Federação. Sua finalidade é a elaboração das declarações do setor público brasileiro. Conforme definido na Nota Técnica nº 3/2013/CCONF/SUCON/STN/MF-DF, a MSC abrange os relatórios fiscais (RREO e RGF), as demonstrações contábeis (BO, BP, BF, DVP e DFC) e o QDCC (Balanço Anual). Essa estrutura reúne uma relação de contas contábeis e informações complementares, e será produzida a partir do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

A principal vantagem da utilização da Matriz de Saldos Contábeis é a possibilidade de elaboração automática das declarações que são enviadas à STN. Em vez de preenchê-las no site ou de elaborá-las e enviá-las uma a uma, o encaminhamento da MSC será suficiente para a elaboração de todas as declarações, de forma automática.

2.4 GESTÃO DE SISTEMAS

2.4.1 SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO FISCAL (SIGEF)

Em Santa Catarina, há uma série de instrumentos que ajudam a difundir e a fortalecer a *accountability.* Entre eles, destaca-se o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), sistema oficial de informações de planejamento, orçamento, finanças e controles do Estado. O SIGEF, gerido pela Gerência de Sistema de Gestão Fiscal (GESIF), responde pela gestão da dívida pública, de contratos e de transferências feitas às instituições privadas e públicas, tais como prefeituras.

Do SIGEF, são extraídos os dados orçamentários, financeiros e patrimoniais para compor as prestações de contas dos gestores catarinenses e as informações do Portal da Transparência do Poder Executivo.

SIGEF > 24 módulos integrados = 1.261 funcionalidades

Cada um dos módulos tem um gestor da área. A GESIF é responsável por coordenar as demandas evolutivas e corretivas do sistema. Para aprimorar os mecanismos de controle interno e de gestão, em 2017 foram realizadas ações de melhorias do SIGEF:

- **programação financeira e contabilidade:** melhorias no controle da Programação Financeira do Estado por meio do detalhamento por fonte de recursos, que proporcionará um controle mais analítico da aplicação dos recursos;

- **controle de alterações de dados da dívida:** melhorias para possibilitar o controle de alterações dos dados dos contratos e subcontratos por meio de justificativa de alteração, além de relatórios para subsidiar os gestores com informações dos limites de endividamento do Estado;

- **unidades administrativas:** alterações para implementação futura do conceito de Unidade Administrativa, que possibilitará o enxugamento das estruturas do Governo e um maior aproveitamento dos recursos humanos e materiais;

- **termo de ajustamento de conduta:** alterações para atender às novas definições do Termo de Ajustamento e Conduta celebrado entre o Ministério Público Federal, o Ministério da Transparência, a Controladoria-Geral da União e o Banco do Brasil. O instrumento jurídico alterou a forma de movimentação das contas com recursos federais nos repasses efetuados pelo Estado às prefeituras;

- **módulo de contratos:** disponibilização de acesso via web aos fornecedores que possuem contratos ativos no SIGEF. Atende a uma demanda antiga do Tribunal de Contas do Estado (TCE/SC) para maior transparência no que tange aos contratos de serviços terceirizados, que incluem serviços de segurança de prédios públicos, limpeza e apoio administrativo;

- **mudança do Framework:** evolução da tecnologia de Framework para melhorar a interatividade dos usuários com o sistema. Mudança do browser-padrão para Google Chrome, facilitando a usabilidade;

- **automatização para autorização de acesso aos usuários:** o processo passou a ser totalmente digital e mais seguro, com validação entre o SIGEF e o SIGRH. Com isso, foram eliminados os formulários de solicitações de acesso e sua respectiva armazenagem, resultando em segurança na informação, agilidade no cadastro e redução de custos.

2.4.2 SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE DE OBRAS PÚBLICAS (SICOP)

O Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas (SICOP) foi desenvolvido pelo Governo do Estado de Santa Catarina para o planejamento, a licitação, o cadastro, a gestão, o acompanhamento e o controle de obras. Desde 2015, a Diretoria de Contabilidade Geral, por meio da Coordenadoria do Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas (CSIOP), tornou-se responsável pela gestão do SICOP.

O objetivo do SICOP é ampliar o controle sobre os processos de obras públicas, além de propiciar informações transparentes aos gestores e à sociedade.

Em 2017, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- **Atendimento ao disposto na Resolução Grupo Gestor de Governo (GGG) nº 4, de 4 de maio de 2017:**
  a) termo de recebimento provisório: obrigatoriedade de inclusão do termo de recebimento provisório assinado para pagamento da última medição dos contratos;
  b) contratos de serviços contínuos: adequação no sistema para permitir a liberação de aditivos contratuais, nos termos do art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, diretamente pelo gestor do contrato sem análise do GGG; e
  c) paralisações de contratos: obrigatoriedade de inclusão da justificativa e do termo de paralisação assinado.

- **Ações para atender ao disposto na Lei Estadual nº 17.192, de 11 de julho de 2017** (obras paralisadas há mais de 90 dias):
  a) criação de um sistema de alerta aos gestores de contratos;
  b) criação de um local para armazenamento do relatório de paralisação no SICOP; e
  c) disponibilização do relatório no Portal da Transparência.

- **Adequações para atender aos contratos do DEINFRA**
  Para garantir a confiabilidade das informações dos contratos de obras do DEINFRA em sua migração para o SICOP, a CSIOP determinou a inclusão direta das informações no sistema, permitindo apenas a migração dos orçamentos e das medições. Durante 2017, foram feitas alterações nas telas do sistema para atender a particularidades dos contratos de obras e supervisão de obras rodoviárias, integrações entre o SICOP e os sistemas de medição e orçamentação do DEINFRA, e elaboração de ferramentas para migração dos contratos digitados no SICOP para os sistemas gerenciais do DEINFRA.

- **Cronograma de desembolso dos projetos:** desenvolvimento de funcionalidade que permite melhor controle e registro dos desembolsos efetuados no Programa Pacto por Santa Catarina.

2.4.3 CUSTOS NO SERVIÇO PÚBLICO

Presente há muito tempo na administração de entidades privadas, especialmente na indústria, a contabilidade de custos é ainda incipiente no setor público. A administração pública brasileira sempre enfatizou a execução orçamentária. Embora exista previsão legal subsidiando a temática de custos no País desde a década de 1960 (Lei nº 4.320/1964 e Decreto-Lei nº 200/67), a preocupação em desenvolver mecanismos voltados à gestão de custos dos serviços públicos é muito recente. Ela se deu especialmente após a entrada em vigor da Lei nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Desde então, diversos esforços têm sido feitos no sentido de se desenvolver uma metodologia de apuração de custos para fomentar uma gestão mais eficiente dos recursos e, ao mesmo tempo, ampliar o controle social por meio da transparência dos gastos, tema da Lei da Transparência (LC nº 131/2009).

Com a disponibilização de informações em portais de transparência, o setor público garantiu ao cidadão a possibilidade de acompanhar os gastos públicos. Espera-se assim que haja eficiência nos serviços públicos e a sua economicidade. No mesmo sentido, a construção de um sistema de custos como ferramenta gerencial torna-se indispensável para a adequada produção de informações úteis à gestão.

No Estado de Santa Catarina, a DCOG é responsável pela produção de informações de custos dos serviços públicos e manutenção da contabilidade de custos, conforme o Decreto nº 2.762/2009. Em 2013, foi criado um grupo de trabalho para, inicialmente, determinar o custo do aluno de 30 escolas estaduais, com base em informações de sistemas e também em dados alimentados fisicamente em planilhas pelos próprios contadores da Fazenda Estadual. No ano seguinte, o escopo desse projeto foi ampliado para 175 escolas estaduais com o intuito de subsidiar a Secretaria de Estado da Educação com informações de custos, principalmente comparativas, entre as escolas e as regiões do Estado. Os dados foram publicados no Balanço do Estado de 2015.

A dificuldade de coleta dos dados para análise de custos levou a DCOG, ainda em 2014, a planejar a criação de um Sistema de Custos do Estado de Santa Catarina (SICSC). Em 2015, foram feitos estudos e análises para projetar e desenvolver um sistema que atendesse a todos os órgãos do Estado. Desde então, o SICSC vem sendo desenvolvido pelo Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC), a empresa de tecnologia do Estado. O modelo de gestão de custos planejado para Santa Catarina pressupõe a existência de um sistema primário, responsável por armazenar dados e suportar estruturas cadastrais e tabelas de relacionamento, e também um sistema secundário, cujo objetivo é ser uma ferramenta de Business Intelligence (BI).

Em 2017, para melhor desempenho e organização das atividades relacionadas a desenvolvimento, implantação e manutenção corretiva e evolutiva do SICSC, foi criada a **Coordenadoria do Sistema de Informações de Custos de Santa Catarina (COSIC),** subordinada diretamente à DCOG. Essa estrutura aproveitou servidores dos quadros da DCOG que passaram a ter dedicação exclusiva na construção do modelo de gestão de custos para o Estado. Destacam-se a seguir algumas atividades relacionadas ao projeto de construção do SICSC desenvolvidas em 2017:

- **Desenvolvimento e evolução do repositório de base das informações do sistema de custos (sistema primário):** o repositório tem o objetivo de absorver, via integração, os dados dos sistemas estruturantes do Estado e criar os relacionamentos necessários às informações de custos. Em 2017, seguiu-se o desenvolvimento do repositório com a implementação do conceito de perfis de usuários. Também se implantou uma ferramenta para abertura dos valores de custos em faturas ou documentos que os compõem, além de ferramenta para estruturação das hierarquias de centros de custos, necessárias ao custeio pela visão institucional (entidades) e funcional (serviços).

- **Integrações com sistemas estruturantes utilizados no Estado:** para criar um sistema de custos totalmente automatizado e independente da interferência humana na realização dos cálculos, um dos requisitos é a obtenção dos dados via integrações de sistemas. O projeto do SICSC pretende buscar a integração com a totalidade dos sistemas informatizados utilizados nas operações das entidades do poder público estadual, obtendo assim informações financeiras e físicas. Seguindo essa linha, oito sistemas, que representam o consumo de serviços e produtos e/ou controlam dados quantitativos do Governo Estadual, já foram integrados ao SICSC. No segundo

semestre de 2017, foi viabilizada a integração com o Sistema de Gestão Educacional de Santa Catarina (SISGESC). Ainda com foco na atividade automatizada de custeio, em 2017, houve intenso trabalho no aperfeiçoamento da integração com o Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Humanos (SIGRH). O objetivo é que as informações obtidas através deintegrações sejam também validadas de forma automática, evitando o emprego de recursos humanos nessa atividade.

- **Estruturas das hierarquias de centros de custos das entidades estatais:** considerada essencial para o custeio das unidades administrativas e dos serviços públicos prestados, a construção das estruturas de centros de custos das entidades mereceu a dedicação da COSIC durante boa parte do ano de 2017. No mesmo escopo, destaca-se a associação dessas hierarquias de centros de custos às estruturas mantidas nos sistemas estruturantes e recebidas via integração de dados. Esse relacionamento é que permite associar a cada entidade e/ou centro de custo específico os dados recebidos por meio da integração.

- **Saídas de dados:** em 2017, o desenvolvimento do SICSC já permitiu a criação dos primeiros relatórios de custos, facilitando os trabalhos de validação e análises pela equipe de desenvolvimento. Outro trabalho de destaque foi a disponibilização dos dados do SICSC em formato acessível através de programas do tipo *business intelligence*. Esse trabalho constitui a base para a formatação e para a utilização de um aplicativo de relatórios dinâmicos (sistema secundário), constante do modelo de gestão de custos planejado.

2.5 TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

A transparência é um dos princípios adotados pela governança pública para propor práticas de controle e de acompanhamento da administração. Com as informações divulgadas de forma transparente, a sociedade aproxima-se do poder público, colaborando para um maior controle social e para a eficiência do Governo.

2.5.1 PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL

Em Santa Catarina, o Portal da Transparência do Poder Executivo Estadual (www.transparencia.sc.gov.br) é um instrumento de controle social e um importante meio para a promoção da transparência. A ferramenta possibilita ao cidadão o acompanhamento da gestão pública, com informações acerca da origem e da aplicação dos recursos públicos estaduais. Conta também com diversos relatórios, consultas e links de acesso que visam à divulgação de informações de interesse geral.

O Portal da Transparência é um instrumento de transparência ativa que apresenta com clareza as receitas e os gastos públicos, empoderando o cidadão para o controle social.

A principal fonte de dados do Portal é o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), que fornece a base informacional das consultas e também de diversos relatórios disponibilizados. Outros sistemas que alimentam a ferramenta são o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Humanos (SIGRH), o Sistema de Administração Tributária (SAT) e o Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas (SICOP). A extração de dados para o Portal ocorre de forma direta, ou seja, não há seleção e alteração de informações, o que confere credibilidade às pesquisas.

A Gerência de Informações Contábeis e Transparência da Gestão Pública (GEINC) faz a manutenção e o aperfeiçoamento do Portal da Transparência do Poder Executivo, conforme previsto no art. 3° do Decreto Estadual n° 913/2012. Desde o seu lançamento, em 8 de maio de 2012, foram realizadas melhorias para incluir dados por meio de consultas e de relatórios, ampliando a instrumentalização do controle social.

Em 21 de fevereiro de 2017, foi lançado o **novo Portal da Transparência do Poder Executivo Estadual.** O site é resultado de um trabalho desenvolvido desde 2015, sob a coordenação da DCOG em parceira com o Centro de Inovação e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC). Além da mudança tecnológica, necessária para o desenvolvimento das melhorias previstas, a forma com que os dados e as informações estão apresentados nessa nova versão trouxe a perspectiva de aproximar o cidadão do mundo das finanças públicas.

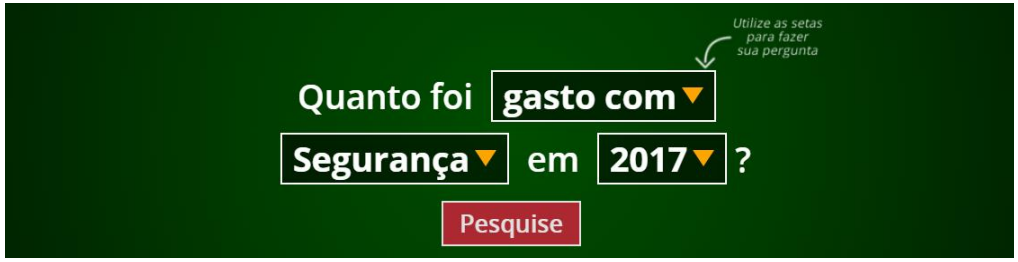
O novo Portal ganhou uma navegação mais dinâmica, a utilização de uma linguagem menos técnica e mais cidadã, além de elementos visuais que estimulam a leitura. Uma nova plataforma tecnológica foi pensada de modo que as informações fossem disponibilizadas conforme as necessidades dos usuários.

Para facilitar a busca de informações e ao mesmo tempo preservara similaridade com o Portal anterior, foi mantida a organização do conteúdo em quatro grandes áreas:

- **Receita** – consultas sobre as receitas arrecadadas pelo Estado, inclusive as transferências recebidas da União, além de relatórios e indicadores da receita.
- **Despesa** – consultas sobre as despesas realizadas pelo Poder Executivo para custear os serviços públicos, por exemplo, execução da despesa, remuneração e dados funcionais de servidores, diárias, contratos, licitações, fornecedores, etc.
- **Responsabilidade Fiscal** – apresenta a prestação de contas do Governo e os demonstrativos utilizados para o acompanhamento do cumprimento dos limites definidos em legislação. Além disso, traz informações como o extrato da conta única do Estado, o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA), entre outras.
- **Gestão Estadual** – apresenta vários links relacionados à gestão do Estado, como estrutura de Governo, Diário Oficial, SC e Você, etc. Esta área do Portal conta ainda com consultas dos bens móveis e imóveis, além de relatórios referentes ao patrimônio público, como é o caso de relatório de imóveis cedidos e de bens das empresas públicas dependentes.

Inovações do novo Portal

- **Pergunta Cidadã:** espaço interativo para o cidadão montar um questionamento específico e acessar os dados de maneira rápida e simples, com apresentação gráfica para melhor compreensão das informações. São 24 possibilidades diferentes para estruturar a pergunta: 18 para gastos e seis para arrecadação. Exemplos: Quanto foi gasto com publicidade e propaganda em 2017? Quanto foi arrecadado com transferências voluntárias da União em 2016?



- **Mapa da Transparência:** ferramenta para o cidadão acompanhar todas as obras contratadas pelo Poder Executivo. Cada obra é indicada por um ícone representando a área a que está vinculada (educação, saúde, transportes, segurança pública, agricultura, etc.). Também é possível navegar pelas obras no mapa e obter detalhes como valor contratado, edital de licitação, número do contrato, nome e CNPJ do contratado, data da ordem de serviço, estágio e fotos da obra.

- **Galeria das principais áreas de Governo:** acesso direto aos valores aplicados em educação, saúde, segurança, agricultura e transporte. A informação de cada área é detalhada em gráficos por ano ou mês a mês, contendo também a informação das principais despesas realizadas: Pessoal e Encargos Sociais, Manutenção dos Serviços e Investimentos. Assim, o Portal permite ao cidadão receber de forma rápida e direta informações relevantes sobre as despesas governamentais.

- **Ferramenta de pesquisa:** ferramenta criada para facilitar a busca por temas de interesse do usuário. O retorno da busca apresenta todos os termos referentes às consultas disponíveis no Portal, além do glossário com as palavras relacionadas.

- **Consultas detalhadas:** melhoria no formato e parâmetros para aprofundar a pesquisa da Receita e da Despesa Detalhada. O usuário poderá fazer análises detalhadas utilizando diversos filtros e totalizando por periodicidade (mês, bimestre, trimestre, quadrimestre, semestre e ano), por unidade gestora, entre outras opções. É possível também fazer inúmeros cruzamentos entre os filtros e os totalizadores.

- **Dados abertos:** o novo Portal dá início a um processo de disponibilização de bases de dados em formato aberto. Os dados são disponibilizados no formato CSV, permitindo livre utilização, consumo ou cruzamento, além da criação de aplicativos que demonstram novas formas de utilização e visualização desses dados. A exportação dos dados das pesquisas realizadas pelo usuário também segue o formato CSV.

- **Glossário, legislação e perguntas frequentes:** ferramentas que ajudam o usuário a entender melhor o universo da gestão pública. Para facilitar o entendimento dos resultados das consultas no Portal, é possível pesquisar o glossário completo ou utilizar o glossário interativo, que esclarece termos técnicos de forma instantânea. O acesso às informações foi mapeado para estar disponível em várias partes do Portal (tabelas, colunas, caixas de seleção).

- **Conteúdo acessado em poucos cliques:** as quatro grandes áreas do Portal (Receita, Despesa, Responsabilidade Fiscal e Gestão Estadual) foram disponibilizadas em forma de menu para facilitar o entendimento e a busca de informações pelos cidadãos. Cada área recebeu uma cor-padrão, de modo que fique mais intuitivo reconhecê-las.

Quando se clica no menu, as informações são apresentadas em uma única tela para facilitar a usabilidade. No momento em que o usuário estiver navegando em alguma consulta, o menu fica disponível na parte superior e liberado para acesso. Outra mudança importante foi a retirada do *captcha* nas consultas. A forma de consulta passou a ser instantânea, sem a necessidade de execução de um “consultar” na grande maioria das consultas reformuladas.

- **Busca de documentos:** o novo Portal da Transparência tornou mais fácil encontrar os documentos que baseiam as diversas etapas para execução das despesas públicas: empenhos, liquidações, preparações de pagamentos e ordens bancárias, além das retenções, se for o caso.

- **Patrimônio público:** outra novidade são as informações do patrimônio público, projetadas para serem exibidas na forma de consultas que relacionam os bens móveis e imóveis, além de relatórios das empresas dependentes.

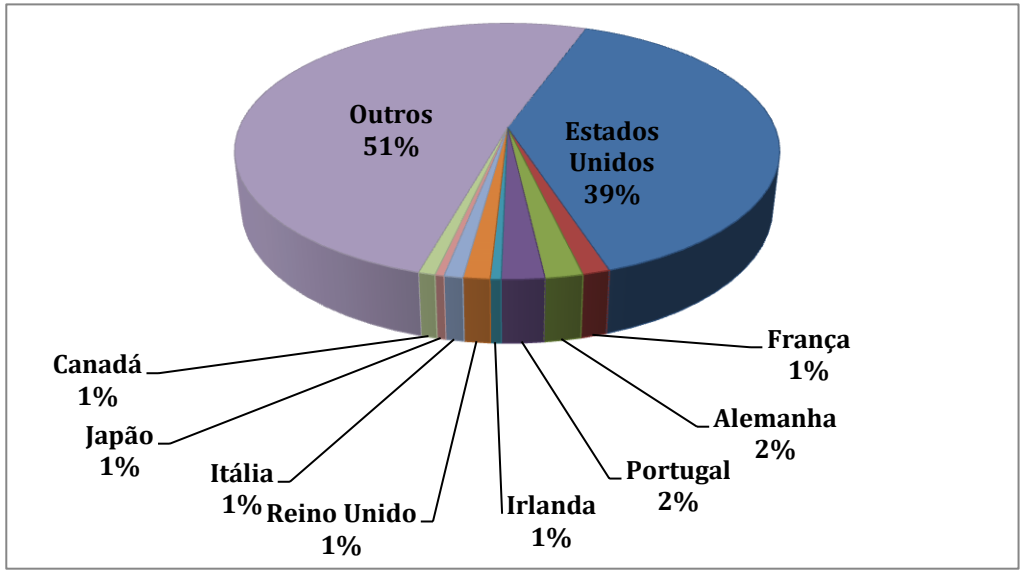
- **Nova consulta de dados funcionais e remuneração dos servidores:** a consulta Remuneração e Dados Funcionais dos Servidores, uma das mais acessadas pelos usuários, também foi reformulada. A intenção foi gerar informações sobre a quantidade dos servidores efetivos que fizeram parte da folha de pagamento do Poder Executivo Estadual, incluindo as empresas estatais dependentes (Epagri, Santur, COHABe CIDASC), além de dados dos inativos, comissionados, admitidos em caráter temporário e pensionistas. O Portal foi projetado para trazer dados estatísticos, como a faixa etária dos servidores ativos, em forma gráfica. Os dados funcionais dos servidores também foram estruturados para detalhar as informações.

Análises de desempenho do novo Portal

A gestão dos acessos ao novo Portal da Transparência é feita por meio da ferramenta Google Analytics. Confira os principais dados:

A quantidade de visitas ao Portal (visualizações por página) alcançou 2.366.973 em 2017. Dos acessos, 99% foram realizados no Brasil.

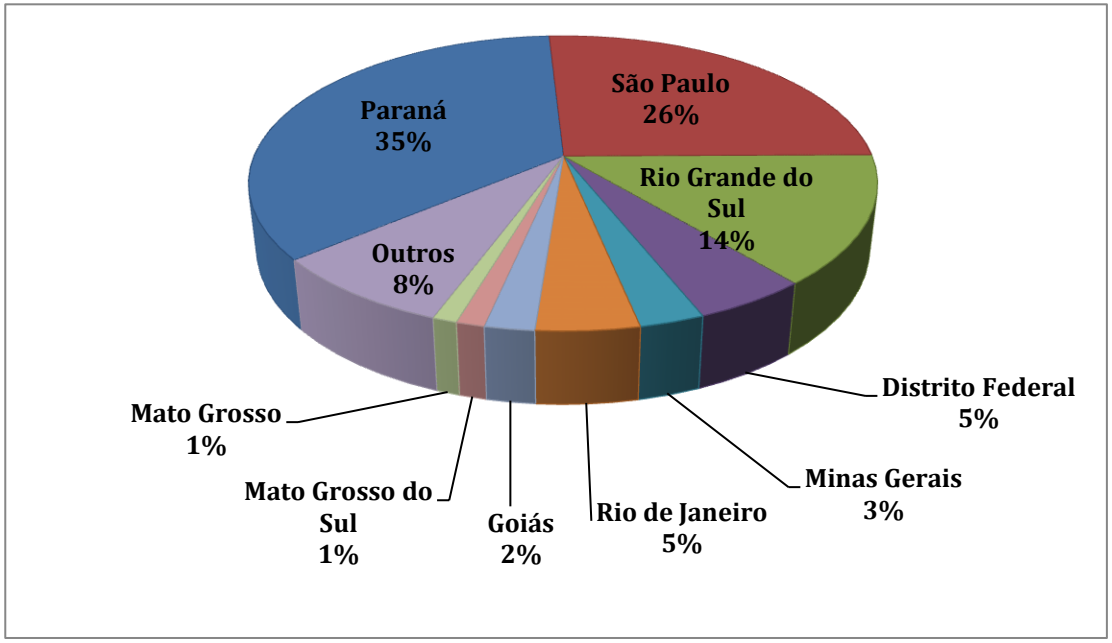
Acessos ao Portal da Transparência realizados fora do território nacional



Fonte: Google Analytics

No território nacional, Santa Catarina representa mais de 82% dos acessos.

Acessos ao Portal da Transparência realizados em outras unidades da Federação

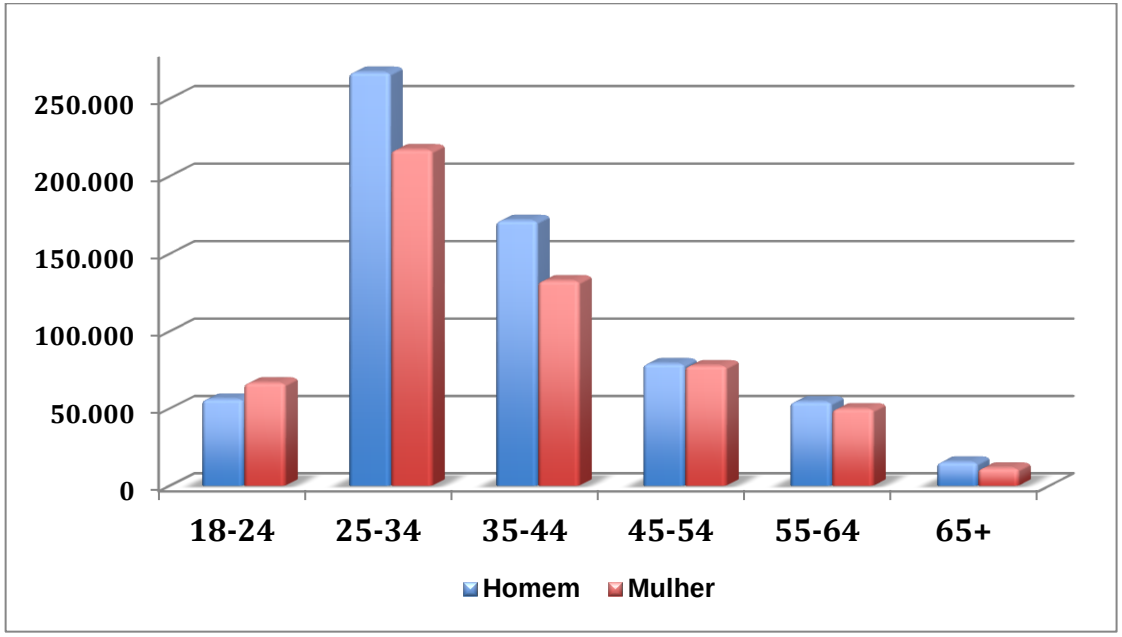


Fonte: Google Analytics

O perfil dos usuários (gênero e faixa etária) que acessam o Portal é composto, em sua maioria, por homens de 25 a 34 anos.

Essas análises são importantes para a criação de conteúdos cada vez mais focados no público assíduo do Portal, assim como para a identificação de mecanismos que atraiam também públicos diferentes, de outras faixas etárias e gêneros.

Número de acessos ao Portal da Transparência por faixa etária e gênero

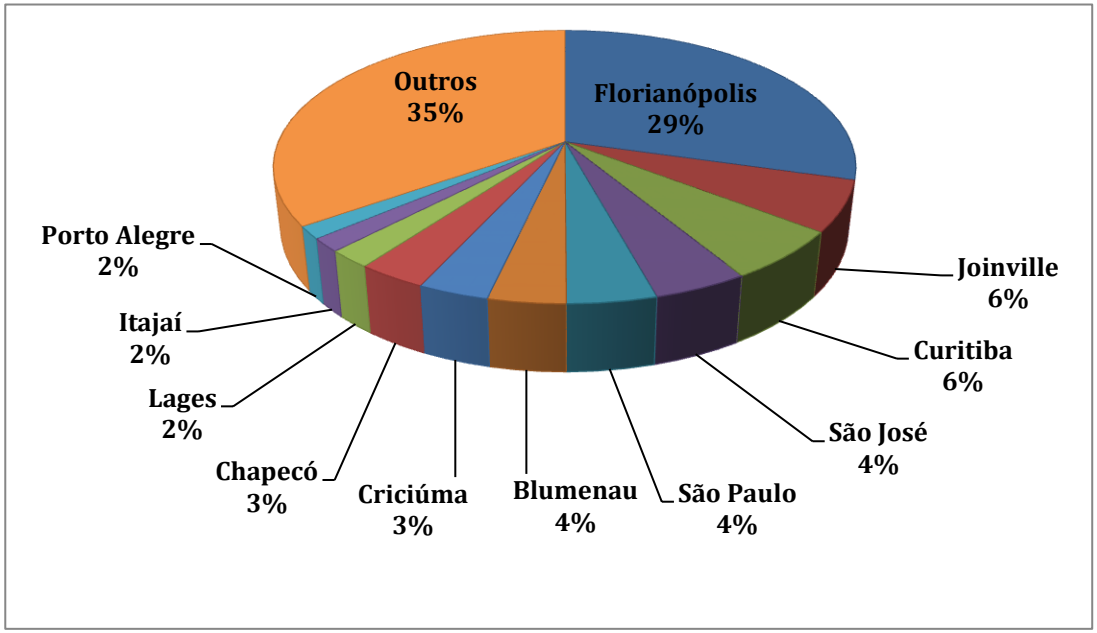


Fonte: Google Analytics

Em 2017, o Portal apresentou uma média de 25 mil novos usuários por mês, totalizando 300.316 novos usuários até dezembro.

A maior parte acessou o Portal a partir da cidade de Florianópolis, seguida por Joinville e Curitiba.

Quantidade de novos usuários que acessaram o Portal da Transparência por cidade

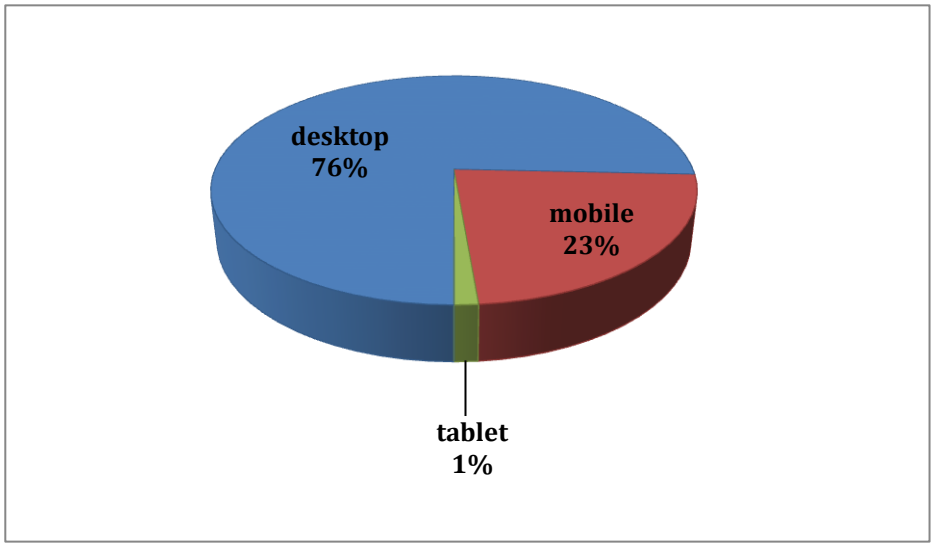


Fonte: Google Analytics

Com a tendência mundial da utilização de novas tecnologias portáteis, o novo Portal também primou pela responsividade, adaptando-se a smartphones e tablets tanto no sistema iOS quanto no sistema Android.

Verificou-se um número maior de consultas por meio desses dispositivos, representando 23,64% do total de acessos.

Acessos ao Portal da Transparência realizados por categoria de dispositivo



Fonte: Google Analytics

Atendimento ao público

A GEINC mantém uma estrutura para atendimento ao cidadão que busca informações e esclarecimentos, além de um canal para críticas, sugestões ou elogios relacionados ao Portal da Transparência. Também são atendidos pedidos de informações que tramitam pelo serviço de informações ao cidadão (e-SIC) bem como de demandas provenientes dos entes públicos estaduais. Em 2017, foram realizados mais de **250 atendimentos** através do "Fale Conosco" do Portal da Transparência e dos e-mails corporativos (transparencia@sef.sc.gov.br e geinc@sef.sc.gov.br), além dos atendimentos presenciais e por telefone não registrados.

Promoção da transparência

Em 2017, também foram realizadas outras ações para disseminar o conceito de transparência pública e controle social:

- artigo publicado no jornal Notícias do Dia, intitulado *Reclamação e autocrítica*, com o objetivo de estimular o cidadão a refletir sobre as reclamações que faz e participar mais ativamente do acompanhamento da gestão pública;
- artigo publicado no jornal Notícias do Dia, intitulado *O dever de todos*, ressaltando que o bom uso dos recursos públicos é dever de todos, inclusive daquele que utiliza os serviços públicos;
- artigo publicado no jornal Diário Catarinense, intitulado *Transparência mais que ativa*, destacando que a transparência não se resume à apresentação dos dados públicos num portal, e sim que os dados públicos sejam demonstrados de forma compreensível ao cidadão;
- apresentação das inovações do Portal à Associação Contas Abertas;
- workshops com jornalistas dos veículos de comunicação da Grande Florianópolis e assessores de imprensa do Governo, demonstrando as formas de pesquisas das receitas e dos gastos públicos no novo Portal da Transparência;
- entrevista sobre educação fiscal, transparência e controle social para o programa "Nas Entrelinhas", da Rádio Udesc durante a 3ª Semana de Educação Fiscal da Universidade do Estado de Santa Catarina;
- apresentação do painel *Transparência e Dados Abertos* no 9° Seminário Catarinense de Transparência e Controle Social;

- workshop *Como pesquisar dados públicos para as suas matérias*, realizado com jornalistas dos principais veículos de comunicação de Santa Catarina;
- apresentação do novo Portal da Transparência do Poder Executivo no VII Congresso Internacional de Contabilidade, Custos e Qualidade dos Gastos no Setor Público;
- apresentação do Portal para o corpo técnico do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; e
- apresentações do Portal em visitas técnicas recebidas de outros entes da Federação na DCOG.

Educação fiscal

A equipe da DCOG idealizou em 2017 um projeto de educação fiscal para sensibilizar a comunidade escolar sobre a importância de todos participarem na fiscalização da aplicação dos recursos públicos. O projeto tem como público-alvo alunos do 9º ano (faixa etária de 13 a 15 anos) e utiliza a comunicação teatral e musical para disseminar os seguintes conceitos: cidadania e protagonismo juvenil, impactos da corrupção no setor público, controle social, orçamento familiar x receitas e despesas públicas e Portal da Transparência. O roteiro teatral, incluindo duas músicas, foi apresentado ao grupo de Educação Fiscal do Estado, a alguns membros da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), e a professores do Instituto Estadual de Educação (IEE). O objetivo é firmar parcerias para viabilizar a execução da peça teatral e, assim, promover apresentações nas escolas da rede estadual de ensino.

Expansão do Portal da Transparência do Poder Executivo

- **Municípios –**em 2017 foram iniciadas tratativas com o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) para a disponibilização da metodologia do Portal da Transparência do Poder Executivo com a intenção de estendê-la aos municípios catarinenses.

- **Empresas Estatais –**o Portal da Transparência do Poder Executivo também será modelo para a transparência das empresas estatais do Governo do Estado de Santa Catarina. A decisão decorre de trabalhos que têm por objetivo a adequação à Lei Federal nº 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de

economia mista e de suas subsidiárias. Sua abrangência se estende a toda e qualquer empresa pública e sociedade de economia mista da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios que explore atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços. Até julho de 2018, todas as empresas devem promover as adaptações necessárias para o fiel cumprimento dos termos da Lei.

O Decreto Estadual nº 1.025/2017 criou diversos Grupos de Trabalho (GTs) para padronização dos procedimentos nas empresas. Entre eles, está o GT da Transparência, coordenado pela GEINC. No período de março a outubro de 2017, foram disseminados conhecimentos e realizados estudos objetivando sugerir padrões para a divulgação de informações e de requisitos tecnológicos a serem aplicados às empresas estatais de Santa Catarina. Nesse trabalho, o Portal da Transparência do Poder Executivo foi tido como referência nos padrões estruturados, de modo a propor uma forma uniforme da busca e entendimento das informações pelos cidadãos. O conhecimento gerado nesse projeto pode ser estendido às empresas, facilitando o entendimento e as definições realizadas.

Os trabalhos do GT foram desenvolvidos utilizando como metodologia principal a gestão de projetos. O projeto foi denominado “Padronização dos Portais da Transparência de Empresas do Estado de Santa Catarina” e dividido nas seguintes fases:

1 – Preparação: período destinado à coordenação do GT na preparação de uma proposta para o planejamento do trabalho, incluindo as metodologias previstas, as apresentações e os documentos a serem gerados.

2 – Diagnóstico: fase de conhecimento da situação de cada empresa em relação aos portais de transparência, infraestrutura de tecnologia de informação e informações disponibilizadas.

3 – Planejamento: período destinado ao planejamento das atividades do projeto, incluindo a definição do escopo, de modo a gerar um plano de ação prevendo as entregas do projeto.

4 – Desenvolvimento: fase para elaboração do plano de ação com base nas atividades relacionadas na Estrutura Analítica de Projeto (EAP), originando pequenas entregas.

5 – Encerramento: finalização do projeto e dos trabalhos do GT com a apresentação do produto consolidado na forma de um Relatório Final.

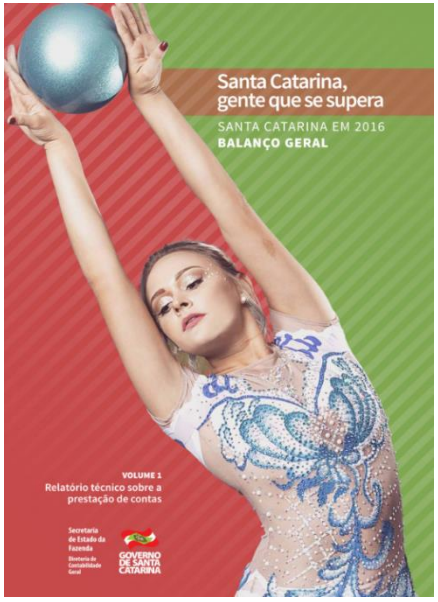
Além de atender ao objetivo principal, a troca de informações entre os membros do GT foi importante na busca constante de aprimoramento da transparência pública do Estado para as empresas.

2.5.2 BALANÇO GERAL DO ESTADO

O Balanço Geral do Estado é a publicação que faz a prestação de contas do Governo referente a um exercício (ano). É uma obrigatoriedade, já que por lei o Governador tem de apresentar um documento aos conselheiros do TCE para que eles analisem e julguem tecnicamente a gestão orçamentária e financeira do Estado, indicando a aprovação ou a rejeição das contas. No entanto, para a Diretoria de Contabilidade, o Balanço está longe de ser apenas uma obrigação legal.

Cada vez mais os esforços têm sido na direção de se fazer um Balanço Geral para que o cidadão catarinense, de forma individual ou coletiva, também seja capaz de julgar os atos do Governo, mesmo que não de modo técnico.

Nesse sentido, busca-se fazer uma publicação mais atrativa, com linguagem acessível, menos técnica, abordando de maneira resumida as informações sobre obras e ações realizadas pelas diferentes áreas do Estado. O objetivo é mostrar à sociedade como o Governo aplicou os recursos dos impostos e outras receitas, além de dar um panorama econômico catarinense em comparação ao cenário nacional.



Em 2016, o tema escolhido foi “Santa Catarina, gente que se supera”, uma referência aos obstáculos enfrentados no período de crise econômica. A publicação reuniu sete exemplos de perfis de cidadãos catarinenses que, assim como o Estado, superaram grandes desafios. Entre elas, a ginasta Jéssica Meier, de Timbó, capa do Balanço. Aos sete anos, ela fez um desenho de si mesma se apresentando nas Olimpíadas. Depois de muito esforço, dedicação e superação, a cena se materializou nos Jogos do Rio, em 2016. Como Jéssica, que realizou o sonho de ser uma atleta olímpica, o Estado de Santa Catarina encerrou o ano de2016 com a sensação de dever cumprido num cenário de caos na gestão pública.

O Balanço Geral do Estado 2016 foi composto por três volumes:

- **Volume 1** – Relatório Técnico sobre a Prestação de Contas de 2016 (263 páginas): reuniu informações sobre aspectos administrativos, sociais, econômicos e financeiros, além das demonstrações contábeis, suas respectivas notas explicativas e análises;
- **Volume 2** – Anexos do Balanço Geral do Estado (889 páginas): apresentou os anexos exigidos pela Lei Federal n° 4.320/64, observadas as alterações posteriores; os demonstrativos exigidos pela Instrução Normativa nº TC-0020/2015 e as demais normas legais e regulamentares pertinentes em vigor; o relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo; e o relatório da Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública;
- **Volume 3**– Relatório de Atividades do Governo do Estado de Santa Catarina (514 páginas): disponibilizou informações sobre o acompanhamento físico e financeiro de bens e serviços finalísticos, executados por meio de programas de Governo, apresentando os principais resultados e atividades realizadas pelos órgãos e pelas empresas de forma quantitativa e qualitativa.

Entre as inovações mais relevantes no Balanço Geral de 2016, destacam-se:

- **Volume 1:**
  - melhoria visual do Volume 1 com a inclusão de novos infográficos para destacar dados e informações de um modo mais amigável em cada capítulo. Como exemplo, destaca-se a elaboração da figura que demonstra de onde vieram e para onde foram os recursos de 2016 (páginas 121 e122);
  - reformulação da apresentação da estrutura do Balanço Patrimonial (BP), da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) e da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). Esses documentos passaram a ser consolidados excluindo-se as operações entre os órgãos e as entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, denominadas “intra”.
  - notas explicativas: com o objetivo de melhorar o entendimento e a análise das demonstrações contábeis, fortalecendo a transparência das informações e observando também o padrão internacional (IPSAS), incorporado a partir de 2015, as notas explicativas passaram por um processo de melhoria contínua. Em 2017, uma pesquisa acadêmica da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE)

apontou as notas explicativas de Santa Catarina como exemplo a ser seguido, com 94% de aderência às NBC TSP, ao MCASP e à literatura.

- **Volume 2:**
  - automatização de diversos relatórios por meio do SIGEF de acordo com padrões de impressão e padronização de leiaute, além da disponibilização para consulta diretamente no sistema;
  - incorporação de vários relatórios novos no Volume 2 para atendimento à Instrução Normativa nº TC-0020/2015, do Tribunal de Contas do Estado: Relatório de Desempenho da Arrecadação Tributária, Quadros de Pessoal com a quantidade e os valores da folha de Pagamento, Relatório da Diretoria de Contabilidade Geral como parte integrante do Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno, Comparativo Mensal entre a Programação e a Execução Financeira de Desembolso, entre outros.

- **Volume 3:**
  - inclusão de análises qualitativas das atividades dos Programas de Governo dos órgãos e das entidades estaduais, contribuindo para a sua análise física e financeira.

O Balanço Geral 2016 foi entregue à Subsecretaria de Contabilidade Pública da Secretaria do Tesouro Nacional, ao Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina, ao IBRACON e às universidades públicas e privadas para ser utilizado como insumo de pesquisas acadêmicas.

Balanço Geral de 2017

Algumas novidades foram incorporadas no Volume 1, ficando os Volumes 2 e 3 dentro da mesma estrutura para atendimento às exigências legais. A principal novidade está na estruturação do Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG), observando a NBC TSP Estrutura Conceitual. O objetivo é trazer novos elementos para contribuir com a prestação de contas, subsidiar a análise das finanças públicas do Estado e ampliar a compreensão por parte dos cidadãos.

Na Gestão Administrativa e Aspectos Econômicos, procurou-se evidenciar as ações que tiveram impactos nas finanças do Estado e outras em benefício da sociedade, como o tema transparência. Outro objetivo foi apresentar o cenário econômico, seus indicadores e principais dados em uma perspectiva nacional e estadual, de modo a comparar os dois cenários.

Com relação à Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial, foram realizadas mudanças na organização e inclusão de novos conteúdos para ampliar o foco patrimonial e financeiro, requeridos na NBC TSP Estrutura Conceitual. Os Indicadores Fiscais foram agrupados em um capítulo específico para abordar o tema.

Na reestruturação dos Aspectos Sociais, a mudança proposta no Balanço 2017 busca divulgar dados e informações que possibilitem ao cidadão fazer um retrato do desempenho das principais áreas de governo no ano. O capítulo traz a estrutura, tanto humana quanto física das secretarias e destaca as principais ações, os resultados, os indicadores e os reconhecimentos. A proposta é permitir ao leitor, ao longo de uma série dos futuros balanços, a análise da evolução de cada uma das grandes áreas do Governo.

As Demonstrações Contábeis mantiveram o padrão de 2016, seguindo as definições e normativas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). As Notas Explicativas continuam com o enfoque de trazer mais detalhes acerca de informações relacionadas às demonstrações contábeis, seguindo o padrão internacional (IPSAS), que aborda outras informações como o contexto operacional e a apresentação da estrutura do Estado (órgãos, entidades e empresas controladas pelo Estado).

Relatório da Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública - DICD

2017

RELATÓRIO DA DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA

1. INTRODUÇÃO

A Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública – DICD, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda, apresenta este relatório com o intuito de divulgar os dados relacionados à captação de recursos não tributários, ingressos decorrentes de operações de crédito, situação atual da dívida pública do Estado, monitoramento do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal - PAF, capacidade de endividamento do Estado, precatórios, riscos fiscais e passivos contingentes e controle de tributos e contribuições com a União.

A DICD está estruturada com 2 (duas) gerências: a Gerência de Captação de Recursos – GECAR e a Gerência da Dívida Pública – GEDIP.

2. CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Historicamente, a Secretaria da Fazenda vinha atuando somente na captação de recursos decorrentes de operações de crédito. Contudo, passou a fazer parte das atividades da Secretaria da Fazenda, com a criação da GECAR, o apoio aos órgãos e entidades do Estado para a captação de recursos não tributários.

2.1. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

2.1.1 Saldo Contratado a Captar

As operações de crédito já contratadas, com valores a captar, estão elencadas a seguir. O valor total a captar das operações internas é de R$ 284,722 milhões. Desse total 35,1% representam recursos a liberar do financiamento contratado em novembro/2013 com o Banco do Brasil. A diferença (64,9%) refere-se aos valores contratados com o BNDES. Já o valor total a captar das operações externas é de US$ 75,836 milhões, divididas em BID e CAF.

Tabela 01 – Detalhamento das Operações de Crédito Internas Contratadas - R$

Operação	Data do Contrato	Valor Contratado	Valor Captado			Valor a Captar
			Anos Anteriores	2017	TOTAL	
BNDES – Sistema de Transporte de Joinville [1]	15/12/2011	40.000.000	35.600.171	-	35.600.171	4.399.829
BNDES – Caminhos do Desenvolvimento [2]	21/11/2012	611.000.000	453.160.543	71.374.885	524.535.428	86.464.572
BNDES – Acelera Santa Catarina [3]	04/04/2013	3.000.000.000	2.856.141.653	50.000.000	2.906.141.653	93.858.347
BB - Pacto por Santa Catarina [4]	27/11/2013	2.000.000.000	1.200.000.000	700.000.000	1.900.000.000	100.000.000
TOTAL		5.651.000.000	4.544.902.368	821.374.885	5.366.277.252	284.722.747,77

NOTAS:

1 Ampliação e Modernização do Sistema Integrado de Transporte de Joinville por meio da implantação e requalificação de eixos estruturais de transporte, de melhorias em terminais de integração e da implantação de ciclovias, de medidas moderadoras de tráfego e do Museu do Transporte no Município de Joinville;

2 Investimentos em infraestrutura referente à logística e mobilidade regional, justiça e cidadania, educação, infraestrutura física, saúde e prevenção de desastres contra as secas;

3 Infraestrutura e Logística – Acelera SC –Investimentos em saúde, segurança pública, educação, justiça e cidadania, prevenção de desastres naturais, assistência social, trabalho e habitação, infraestrutura referente à logística e

mobilidade regional, saneamento básico e quitação integral da operação de crédito BNDES - CELESC/CRC;

4 Pacto por Santa Catarina– Investimentos nas áreas de infraestrutura rodoviária e portos marítimos, mobilidade urbana, defesa civil e prevenção das cheias, segurança pública, sistemas prisionais e socioeducativos, saúde e turismo.

Tabela 02 – Detalhamento das Operações de Crédito Externas Contratadas – US$

Operação	Data do	Valor	Valor Captado			Valor a Captar
			Anos Anteriores	2017	TOTAL	
BID VI – Rodovias [1]	09/01/2013	250.000.000	139.263.657	48.000.000	187.263.657	62.736.343
CAF - Provias [2]	26/08/2014	55.000.000	21.900.000	20.000.000	41.900.000	13.100.000
TOTAL		395.000.000	244.282.331	74.881.326	319.163.657	75.836.342,76

NOTAS:

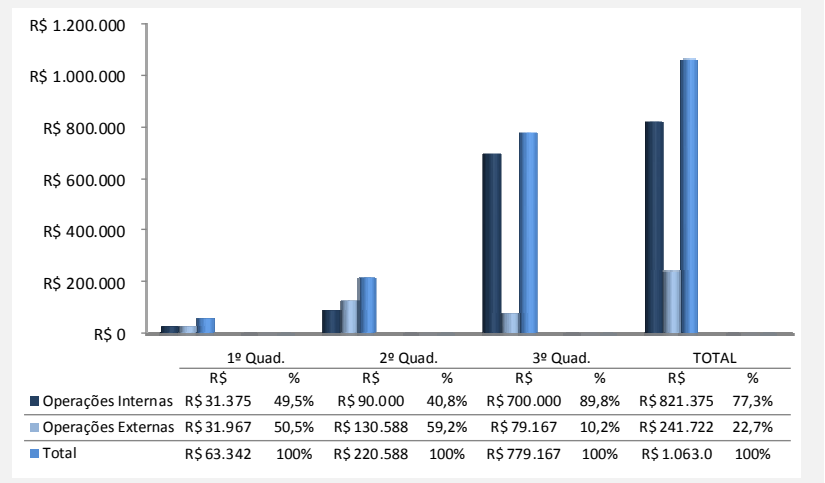
1 Programa de pavimentação e reabilitação de rodovias;

2 Programa de Integração Viária do Planalto Norte - pavimentação de 110,2 Km da rodovia SC-477.

2.1.2 Valores Captados no Exercício

O gráfico 01 mostra um comparativo do total de recursos liberados de Operações de Crédito Internas e Externas no ano de 2017. Observa-se que aproximadamente 77% do total de recursos liberados foram provenientes das Operações de Crédito Internas.

Gráfico 01 – Liberações de Recursos - Operações de Crédito - R$ mil



A Tabela 03 evidencia os valores liberados em 2017 por Programa. Do total desembolsado 65,9%, ou seja, R$ 700,000 milhões corresponde à liberação do contrato Pacto Por Santa Catarina com o Banco do Brasil.

Tabela 03 – Liberações de Recursos Operação de Crédito - por Programa - R$

Programas	Valor Realizado no 1º quadrimestre	Valor Realizado no 2º quadrimestre	Valor Realizado no 3º quadrimestre	Total
BNDES – Caminhos do Desenvolvimento	31.374.884,51	40.000.000,00	-	71.374.884,51
BNDES – Acelera Santa Catarina	-	50.000.000,00	-	50.000.000,00
BB - Pacto Por Santa Catarina	-	-	700.000.000,00	700.000.000,00
BIRD – Microbacias III	955.801,32	1.861.578,61	19.166.878,02	21.984.257,95
BID – Profisco	-	3.941.651,24	-	3.941.651,24
BID VI – Rodovias	31.011.400,00	88.831.500,00	31.650.000,00	151.492.900,00
CAF - Provias	-	35.953.500,00	28.350.000,00	64.303.500,00
TOTAL	63.342.085,83	220.588.229,85	779.166.878,02	1.063.097.193,70

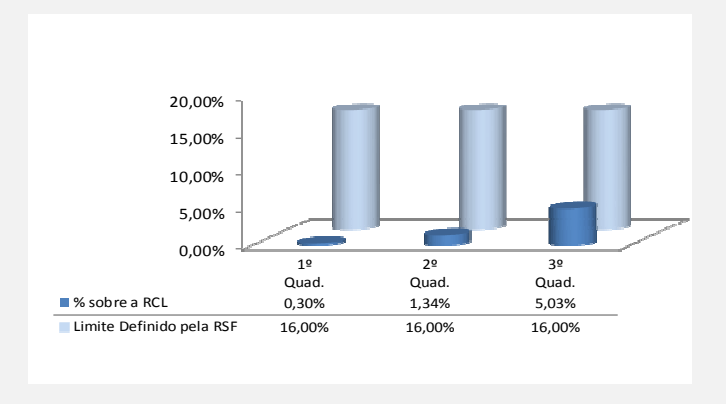
2.1.3 Limite Definido em Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito

O percentual das operações realizadas em um exercício financeiro em relação à Receita Corrente Líquida é apurado tomando por base a Receita Corrente Líquida no mês de referência e nos onze meses imediatamente anteriores (últimos 12 meses) e o total de operações de crédito interna e externa realizadas até o quadrimestre.

A Resolução do Senado Federal nº 43/2001, em seu inciso I do art. 7º, estabeleceu o limite de 16% da RCL. Conforme evidenciado no gráfico 02 ao término do 3º quadrimestre o percentual apurado para fins de apuração do cumprimento do limite atingiu **5,03%.**

Ressalta-se que as operações de crédito contratadas pelo Estado com a finalidade de financiar projetos de investimento para melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial (BNDES - PMAE SPED, BNDES – PMAE GESTÃO II, BNDES PEF II – Res. 3794 – FPE, BNDES – Caminhos do Desenvolvimento (Proinveste) e BID – Profisco), foram excluídas do cálculo do limite, conforme disposto no Art. 7º § 3º e §7º da RSF nº 43/2001.

Gráfico 02 – Montante Global das Operações realizadas no Exercício Financeiro



2.1.4 Investimentos com Fontes de Operações de Crédito

Ao se analisar o valor total das despesas liquidadas com investimentos (R$ 1.679.615.867,40), constata-se que em 2017 aproximadamente 60% (R$ 1.004.416.952,73) das despesas com investimentos foi realizada com fontes de recursos de operação de crédito.

Tabela 04 – Execução Orçamentária Investimentos - por Fonte - R$

Execução Orçamentária 2017 - Investimentos		
Fonte	**Valor Liquidado - R$**	**% Total**
Operações Crédito	1.004.416.952,73	59,80%
Rendimento de Operações Crédito	106.381.641,60	6,33%
Convênios	105.468.486,27	6,28%
Recursos Próprios	463.348.786,80	27,59%
Total	**1.679.615.867,40**	**100,00%**

Abaixo as despesas com investimentos por funções orçamentárias:

Tabela 05 – Execução Orçamentária Investimentos - por Função - R$

Execução Orçamentária 2017 - Investimentos - Despesas Liquidadas			
Função	Fontes Operação Crédito	Demais Fontes (*)	TOTAL
01 - Legislativa	-	4.344.140,38	4.344.140,38
02 - Judiciária	-	79.084.831,12	79.084.831,12
03 - Essencial à Justiça	-	25.236.981,42	25.236.981,42
04 - Administração	37.614.248,93	47.406.650,26	85.020.899,19
06 - Segurança Pública	19.828.146,86	35.141.756,62	54.969.903,48
07 - Relações Exteriores	-	-	-
08 - Assistência Social	2.045.929,64	10.015.551,03	12.061.480,67
09 - Previdência Social	-	27.330,75	27.330,75
10 - Saúde	114.716.367,65	33.129.650,20	147.846.017,85
11 - Trabalho	83.025,64	-	83.025,64
12 - Educação	36.167.094,77	85.239.344,85	121.406.439,62
13 - Cultura	-	5.683.211,35	5.683.211,35
14 - Direitos da Cidadania	23.239.693,95	49.857.162,42	73.096.856,37
15 - Urbanismo	-	45.333,34	45.333,34
16 - Habitação	-	166.521,47	166.521,47
17 - Saneamento	-	366.376,59	366.376,59
18 - Gestão Ambiental	43.218.614,11	7.692.369,86	50.910.983,97
19 - Ciência e Tecnologia	4.930.382,36	9.016.470,14	13.946.852,50
20 - Agricultura	8.869.496,44	29.683.557,92	38.553.054,36
22 - Indústria	-	-	-
23 - Comércio e Serviços	3.753.424,40	54.244.817,35	57.998.241,75
24 - Comunicações	-	38.115,60	38.115,60
25 - Energia	-	-	-
26 - Transporte	709.950.527,98	194.816.242,65	904.766.770,63
27 - Desporto e Lazer	-	3.962.499,35	3.962.499,35
28 - Encargos Especiais	-	-	-
Total	1.004.416.952,73	675.198.914,67	1.679.615.867,40

(*) **Demais Fontes**: Recursos do Tesouro (Recursos Ordinários, SEITEC, FUNDOSOCIAL, Superávit Financeiro, Remuneração de Disponibilidade Bancária, taxas), Recursos de Serviços, Alienação de Bens, Convênios.

Ao se analisar o valor total das despesas liquidadas com investimentos (R$ 1.679.615.867,40), constata-se que em 2017 aproximadamente 60% (R$ 1.004.416.952,73) das despesas com investimentos foi realizada com fontes de recursos de operação de crédito. Desse total, 70,68% corresponde aos investimentos realizados na função transporte, mais especificamente nas ampliações de capacidade de rodovias, bem como pavimentações, revitalizações, restaurações e obras em pontos críticos. Destacam-se também os investimentos nas funções Saúde (assistência hospitalar e ambulatorial e ampliações e readequações em hospitais - 11,42%), Gestão Ambiental (defesa civil – prevenção de desastres naturais - 4,30%), Administração (apoio a projetos municipais de investimento – Fundo Estadual de Apoio aos Municípios - FUNDAM – 3,74%) e Educação (construção, ampliação, reforma e manutenção de unidades escolares - 3,60%).

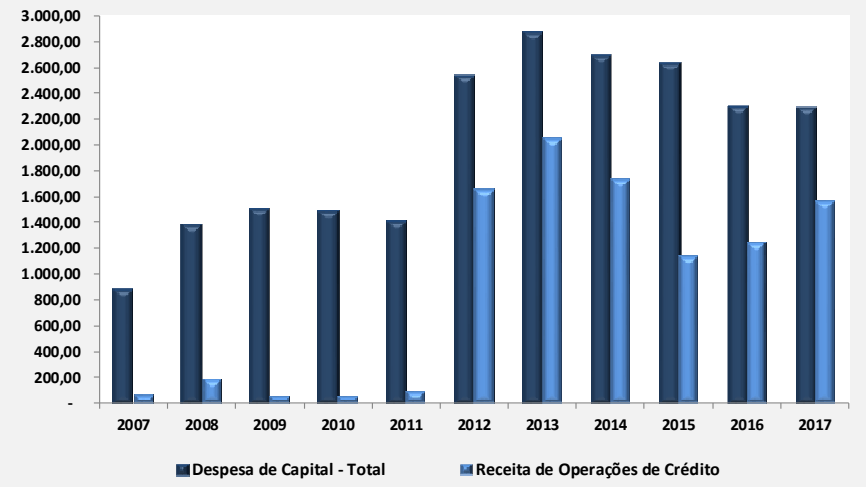
2.1.5 Regra de Ouro

A vedação para a realização de operações de crédito que excedam as despesas de capital denomina-se “Regra de Ouro”. Essa regra está contida no art. 167, III, da Constituição Federal, que assim estabelece: “é vedada a realização de operações de crédito que excedam as despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta”.

Segundo essa regra, não se deve recorrer a endividamento público para custear despesas correntes. Assim, se o ente público recorrer a endividamento, obrigatoriamente deve ser para adquirir ou construir (aquisição de equipamentos e materiais permanentes em geral ou para investimentos em escolas, postos de saúde, rodovias, etc.).

Nos últimos exercícios o comportamento das despesas de capital e as contratações de operações de crédito foi o seguinte:

Gráfico 03 – Regra de Ouro – Receita de Capital versus Despesa de Capital – 2007 a 2017 - R$ milhões



2.2. AVALIAÇÃO DO GRAU DE RISCO

É a avaliação, por meio de mecanismos específicos, que agências especializadas fazem da qualidade de crédito de uma empresa, um país, um título ou uma operação estruturada. O Estado contratou as agências Fitch Ratings Brasil Ltda. e Standard & Poor´s Rating Services para avaliação, atribuição, publicação e acompanhamento do grau de risco deste Estado.

Ano	Fitch Ratings		Standard & Poor´s	
	Escala Global	Escala Nacional	Escala Global	Escala Nacional
2012	BBB- / Estável	AA (bra) / Estável	BBB- / Estável	brAAA / Estável
2013	BBB- / Estável	AA (bra) / Estável	BBB- / Estável	brAAA / Estável
2014	BBB- / Estável	AA- (bra) / Estável	BBB- / Estável	brAAA / Estável
2015	BB+ / Negativa	AA (bra) / Estável	BB+ / Negativa	brAA+ / Negativa
2016	BB/ Negativa	AA - (bra) / Estável	BB / Negativa	brAA- / Negativa
2017	BB/ Negativa	AA - (bra) / Estável	BB / Negativa	brAA- / Negativa
2018			BB - / Estável	brAA- / Estável

2.2.1 Standard & Poor´s

Em 12 de abril de 2017 a Standard & Poor's Ratings Services reafirmou seus ratings 'BB' na escala global e 'brAA-' na escala nacional Brasil atribuídos ao Estado de Santa Catarina. A perspectiva dos ratings continuou negativa baseada ainda na tendência de enfraquecimento do marco institucional do país para estados e municípios.

Em 22 de maio de 2017 a Standard & Poor's Ratings Services colocou os ratings do Brasil em escala global e nacional em observação negativa. O fato refletiu o aumento das incertezas políticas no Brasil e a consequente capacidade do governo em continuar avançando nas medidas corretivas para reforçar as perspectivas de crescimento da economia. Como resultado a agência também colocou as classificações de ratings em escala global e nacional dos Estados de São Paulo e Santa Catarina e da cidade do Rio de Janeiro em observação negativa, dado que os ratings dos subnacionais não podem estar acima do soberano. A decisão da agência deve ser tomada no prazo de noventa dias.

Em 15 de agosto de 2017 a Standard & Poor's Ratings Services afirmou seus ratings na escala global ('BB') e na escala nacional Brasil ('brAA-') atribuídos ao Estado de Santa Catarina. No entanto, removeu as avaliações de " observação negativa" para "perspectiva negativa", seguindo a ação de modificação da avaliação do rating soberano. A observação ("CreditWatch") é um alerta de curto prazo para a classificação de risco e, no caso do Brasil, reflete aumento da incerteza relacionada aos eventos políticos recentes. A perspectiva ("Outlook") de um rating da S&P Global Ratings avalia a potencial direção, no médio prazo, de um rating de crédito (normalmente de seis meses a dois anos).

Em 11 de janeiro de 2018, a Standard & Poor's Ratings rebaixou o rating de crédito soberano de longo prazo em moeda estrangeira na escala global atribuído à República Federativa do Brasil de 'BB' para 'BB-', em razão do enfraquecimento da eficácia da classe política brasileira e da tempestividade na elaboração de políticas. A perspectiva é estável. Como os governos locais e regionais não podem ser avaliados acima do soberano, a Standard & Poor's Ratings também rebaixou os ratings em moeda estrangeira e local na escala global do estado de Santa Catarina de 'BB' para 'BB-'. Ao mesmo tempo, reafirmou o rating 'brAA-' na Escala Nacional Brasil atribuídos ao Estado. A perspectiva dos ratings é estável.

2.2.2 Fitch

Em 26 de outubro de 2017, a Fitch Ratings afirmou em 'BB' os IDRs (Issuer Default Ratings - Ratings de Probabilidade de Inadimplência do Emissor) do estado de Santa Catarina mantendo a perspectiva negativa do rating. Ao mesmo tempo afirmou o Rating Nacional de Longo Prazo de Santa Catarina em 'AA - (bra)', com Perspectiva Estável.

2.3. CAPTAÇÃO DE RECURSOS VOLUNTÁRIOS

As transferências voluntárias são os recursos financeiros repassados pela União aos Estados, Distrito Federal, Municípios e Entidades sem Fins Lucrativos em decorrência da celebração de convênios, contratos de repasse ou outros instrumentos similares, cuja finalidade é a realização de obras e/ou serviços de interesse comum.

Para obter estas transferências voluntárias o Estado deve conhecer os programas federais que vão sendo abertos no decorrer do exercício pelos Ministérios e Secretarias Federais. Para a celebração dos instrumentos é necessário ter bons diagnósticos que subsidiem bons projetos que podem diferenciar na seleção técnica e fazer a gestão destas propostas de trabalho encaminhadas.

A União operacionaliza estes convênios e contratos de repasse no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse da União (SICONV), que contempla desde a disponibilização dos programas federais até a prestação de contas.

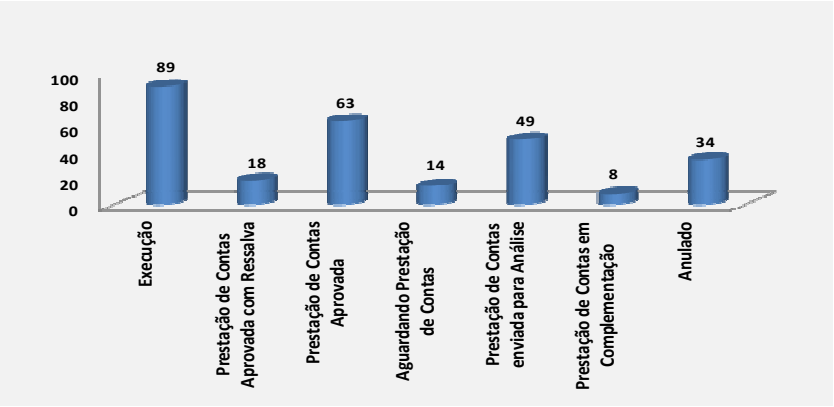
A DICD por meio da Gerência de Captação de Recursos (GECAR) disponibiliza para órgãos e entidades o ***"Catálogo de Programas Federais Abertos"*** com as informações quanto ao prazo para apresentação de propostas e planos de trabalho, órgão executor, descrição do programa e objetivos, os requisitos e os critérios de seleção.

Em 2017 o Estado de Santa Catarina, por intermédio de seus órgãos e entidades, enviou *51 planos* de trabalho para a União, sendo que desse total, *19 planos* de trabalho foram transformados em convênio.

2.3.1 CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

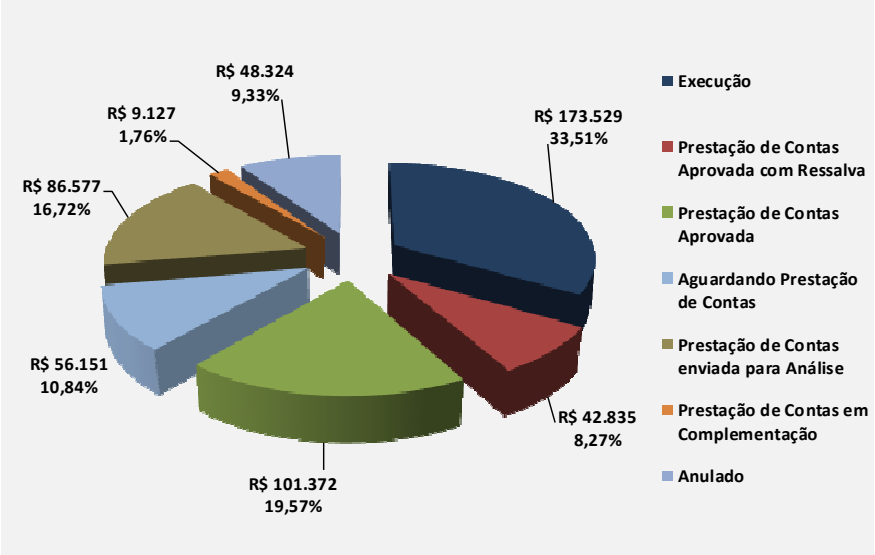
Desde a implantação Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse da União no ano de 2008 o Estado, considerando seus órgãos, entidades estaduais, empresas públicas e sociedades de economia, encaminhou ao SICONV 753 propostas. Deste total, ao final de 2017, 222 convênios e 53 contratos de repasse estavam em vigor, sendo que 23 convênios e 11 contratos de repasse foram anulados. O Gráfico 4 evidencia a quantidade de projetos por situação no SICONV no período de 2008 a 2017. Do total, 89 projetos (32,4%) estão em fase de execução e 186 projetos (67,6%) em outras fases de tramitação.

Gráfico 04 –Transferências Voluntárias - Situação dos Projetos



O gráfico 5 ilustra a distribuição deste valor por situação do projeto.

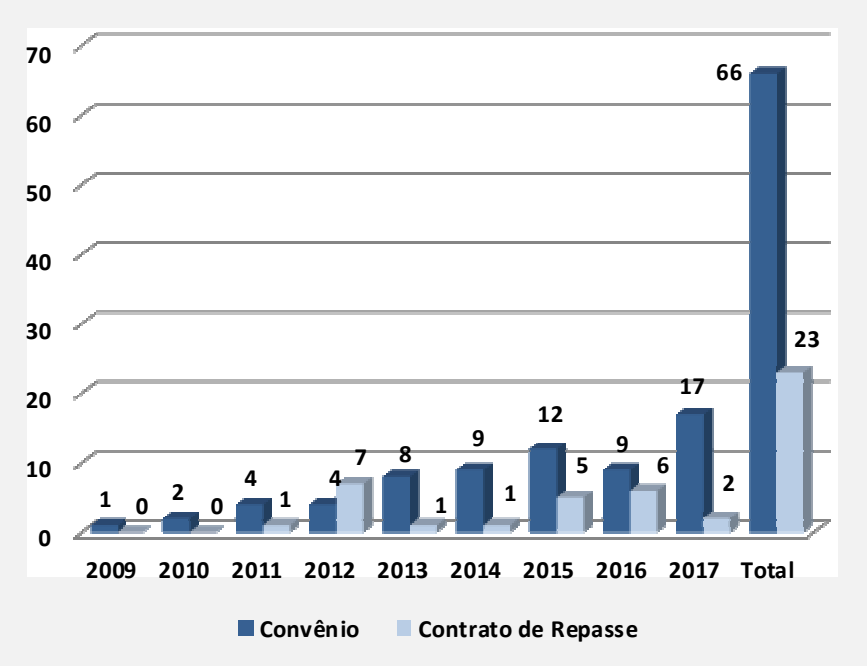
Gráfico 05 – Distribuição do Valor de Repasse de Transferências Voluntárias por Situação - R$ mil



Observam-se nos dados apresentados que os projetos que estão em execução representam 33,51% (R$ 173,53 milhões) do volume total contratado.

Do total de repasses voluntários, em execução, transferidos para órgãos, entidades estaduais, empresas públicas e sociedades de economia mista, 74,2% (66 projetos) foram celebrados como convênios e 25,8% (23 projetos) como contratos de repasse. A seguir estão discriminadas as quantidades de projetos por modalidade e ano de celebração.

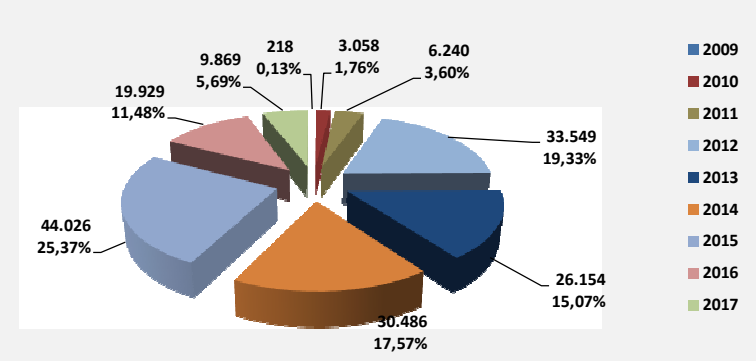
Gráfico 06 – Modalidade de Transferência Voluntária Projetos em Execução



Os dados a seguir detalham por ano da celebração da transferência voluntária a quantidade de projetos em execução, o valor global, o valor de repasse e os valores de contrapartidas dos projetos.

Gráfico 07 – Repasse de Transferências Voluntárias Contratos em Execução - R$ mil

Ano	Quantidade	Valor Global (R$ mil)	Valor Repasse (R$ mil)	Valor Contrapartida (R$ mil)
2009	1	272	218	54
2010	2	5.006	3.058	1.948
2011	6	8.068	6.240	1.827
2012	12	47.899	33.549	14.351
2013	9	34.568	26.154	8.413
2014	11	35.694	30.486	5.208
2015	14	47.492	44.026	3.466
2016	15	22.837	19.929	2.908
2017	19	13.596	9.869	3.726
Total	89	215.431	173.529	41.902



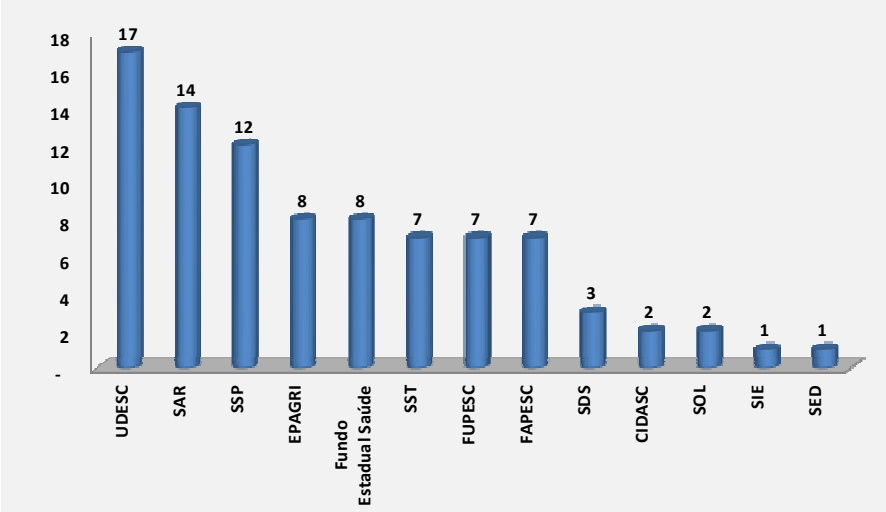
Pela leitura dos dados, pode-se destacar que a maior quantidade de contratos em execução e o maior volume de repasse estão concentrados nos convênios celebrados a partir de 2012. Isto se justifica pelo fato de que os demais convênios/contratos de repasse que estão em outras fases de tramitação, na sua maioria na análise de prestação de contas, foram celebrados entre os anos de 2009 a 2011.

Em 2013 e 2014 houve uma ligeira redução no número de convênios em execução e, também, do volume de transferência de recursos, quando comparado especialmente com o ano de 2012. Cabe destacar que em 2013 foram cadastradas 62 propostas no sistema SICONV, sendo que deste total apenas 31 propostas foram firmadas. Em 2014 o número de propostas cadastradas foi ainda menor, com um total de 31 propostas enviadas das quais apenas 18 foram firmadas.

Em 2015 houve um sensível aumento no número de propostas cadastradas, totalizando 50 propostas, sendo que 14 foram firmadas e estão em execução e outros três convênios encontram-se em fase de prestação de contas. Em 2016 foram encaminhadas 39 propostas, sendo que 15 foram firmadas e estão em execução e um único convênio está em fase de prestação de contas. Em 2017 foram encaminhadas 51 propostas, sendo que 19 foram firmadas e estão em execução.

Ainda com relação aos contratos em execução, o gráfico 8 ilustra a distribuição dos projetos por proponente. Pode-se observar, em termos de quantidade, que 66% dos projetos estão concentrados em cinco entidades: UDESC, Secretaria de Estado da Agricultura (SAR), Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP), Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) e o Fundo Estadual da Saúde.

Gráfico 08 – Contratos em Execução por Proponente 2008-2017



3 DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO

A dívida pública pode ser classificada como de curto ou de longo prazo. A dívida de curto prazo (ou circulante) decorre principalmente de obrigações com fornecedores de bens e serviços, do exercício (fornecedores a pagar) ou de saldos de exercícios anteriores (os denominados restos a pagar). Já a de longo prazo tem como principal origem os financiamentos contratados com organismos nacionais e internacionais e os parcelamentos tributários.

Conceitualmente, temos:

- **dívida flutuante:** compreende os restos a pagar, serviços da dívida a pagar, os depósitos de terceiros (cauções, fianças, consignações etc.) e os Empréstimos por Antecipação da Receita – ARO (também denominados de Débitos de Tesouraria);

- **dívida pública consolidada ou fundada**: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses;

- **operação de crédito**: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros;

- **concessão de garantia**: compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada;

3.1 SITUAÇÃO ATUAL DA DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Ao final do exercício de 2017 o Passivo a Total do Estado (de curto e de longo prazo) alcançou R$ 35.221.096.262,72. **Desse montante, a dívida referente a Empréstimos e Financiamentos representa 55,88%, com R$ 19.681.331.998,36.**

Tabela 06 – Composição do Passivo do Estado

Descrição	Dez 2016 - R$	Dez 2017 - R$
Passivo Circulante	10.321.214.622,18	11.634.536.591,85
Passivo Não-Circulante	23.446.481.985,24	23.586.559.670,87
Total	**33.767.696.607,42**	**35.221.096.262,72**

3.2 PASSIVO DE CURTO PRAZO

O **passivo de curto prazo**, ou circulante, é composto por débitos com fornecedores decorrentes de contratações de bens e serviços (Despesas Liquidadas a Pagar e Restos a Pagar), bem como de **obrigações decorrentes de depósitos de terceiros em que o Estado é mero depositário desses valores**, como as consignações descontadas em folha dos servidores e que terão que ser repassadas a quem de direito (seguros, sindicatos, associações, empréstimos consignados em folha etc.), as cauções vinculadas à contratação de obras, os depósitos judiciais em poder do Tribunal de Justiça e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiro.

Ao término do exercício de 2017, o passivo de curto prazo fechou com o saldo de R$ 11.634.536.591,85. Os maiores valores do passivo circulante, conforme evidenciado na Tabela 02, estão concentrados nas denominadas **Demais Obrigações a Curto Prazo (25,38%)**, onde estão contabilizados os **Valores Restituíveis** (R$ 5.901.392.604,30, equivalente a **63,53% das Demais Obrigações a Curto Prazo**), cujo principal desdobramento é a conta **Depósitos Judiciais** (R$ 5.479.248.454,70 **que corresponde a 92,85% do total dos Valores Restituíveis**).

Cabe enfatizar que os Depósitos de Diversas Origens (valores restituíveis, dentre eles os depósitos

judiciais e as consignações) possuem recursos em caixa em contrapartida com o registro no Passivo. Portanto, na essência não se trata de dívida, pois são passivos com lastro financeiro, onde o Estado é mero depositário dos recursos de terceiros, recursos esses que são vinculados ao respectivo passivo.

Ao término de 2017, a composição do passivo de curto prazo foi a seguinte:

Tabela 07 – Passivo de Curto Prazo 2016 - 2017

Passivo Circulante	Dez 2016 - R$	Dez 2017 - R$	Variação %
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist.	227.557.399,90	347.323.642,84	52,63%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	624.484.037,06	833.753.281,88	33,51%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	443.761.982,59	514.371.255,66	15,91%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	18.277.732,99	14.324.568,51	-21,63%
Provisões a Curto Prazo	628.053.455,23	635.060.970,48	1,12%
Demais Obrigações a Curto Prazo	8.379.080.014,41	9.289.702.872,48	10,87%
Total	10.321.214.622,18	11.634.536.591,85	12,72%

3.3 PASSIVO DE LONGO PRAZO

O saldo de Empréstimos e Financiamentos a longo prazo em 31 de dezembro de 2017 foi de **R$ 18.847.578.716,48**, o que representa 53,51% do passivo. Desse total, **R$ 18.843.094.827,33** corresponde ao valor referente a Empréstimos Internos e Externos, que representa a dívida contratual (operações de crédito) e **R$ 4.483.889,15** corresponde ao saldo da conta Financiamentos.

Ao término de 2017, a composição do passivo de longo prazo foi a seguinte:

Tabela 08 – Passivo de Longo Prazo 2016 - 2017

Passivo Não-Circulante	Dez 2016 - R$	Dez 2017 - R$	Variação %
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist.	797.981.376,20	650.491.078,64	-18,48%
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	18.838.624.566,44	18.847.578.716,48	0,05%
Fornecedores a Longo Prazo	1.446.314.905,78	1.599.762.002,72	10,61%
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	265.590.332,72	265.222.665,51	-0,14%
Provisões a Longo Prazo	755.819.768,59	70.812.707,33	-90,63%
Demais Obrigações a Longo Prazo	684.411.243,91	1.548.855.851,86	126,30%
Resultado Diferido	657.739.791,60	603.836.648,33	-8,20%
Total	23.446.481.985,24	23.586.559.670,87	0,60%

3.4 ESTOQUE DA DÍVIDA – EMPRÉSTIMOS

Em atendimento às normas contábeis ditadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, o Estado de Santa Catarina adotou o novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Entre as mudanças mais significativas está a segregação dos empréstimos entre **curto prazo e longo prazo**, como segue:

Tabela 09 – Empréstimos – Curto e Longo Prazo

Descrição	Dez 2016 - R$	% Total	Dez 2017 - R$	% Total
Empréstimos Internos	16.225.806.537,51	83,57%	16.430.503.699,54	83,85%
Curto Prazo	251.177.888,56	1,29%	355.851.385,80	1,82%
Longo Prazo	15.974.628.648,95	82,28%	16.074.652.313,74	82,03%
Empréstimos Externos	3.189.520.446,67	16,43%	3.165.349.452,88	16,15%
Curto Prazo	330.729.890,38	1,70%	396.906.939,29	2,03%
Longo Prazo	2.858.790.556,29	14,72%	2.768.442.513,59	14,13%
Total: Internos (+) Externos	19.415.326.984,18	100%	19.595.853.152,42	100%

Na tabela anterior, assim como nas demais tabelas deste relatório que apresentam dados de estoque e serviço da dívida, há uma diferença no item Empréstimos de R$ 11.140.769,79 em relação ao valor contábil referente ao contrato União 9.496/97, cuja liquidação ocorreu em dezembro de 2017 com pagamento no primeiro dia útil de 2018, como prevê o contrato. Essa diferença decorre de pratica contábil em que, no momento do empenho da despesa, a conta de passivo 2.1.2.1.0.00.00.00 Empréstimos a Curto Prazo – Interno que está como natureza patrimonial (P) passa a ter natureza financeira (F). Como somente constam na dívida consolidada passivos cuja natureza seja patrimonial (P), a tabela anterior apresenta o saldo com a dedução do referido valor.

Entre os empréstimos internos, a principal dívida decorre do Contrato 012/98/STN/COAFI (Lei federal nº 9.496/1997), que ao final do exercício de 2017 apresentou o saldo de R$ 9.619 milhões. No contrato original havia previsão de juros na ordem de 6% ao ano, aplicando-se ainda o IGP-DI como correção monetária. Com a assinatura do Nono Termo Aditivo ao Contrato 012/98/STN/COAFI em 28/04/2017, o contrato passa a adotar juros de 4% ao ano com correção monetária pelo IPCA, limitados à taxa Selic.

O saldo de cada empréstimo interno, somados curto prazo e longo prazo, e sua respectiva participação percentual em relação ao estoque total para os anos de 2016 e 2017 estão na tabela a seguir:

Tabela 10 – Empréstimos Internos

Empréstimos Internos	Dez 2016 - R$	% Total	Dez 2017 - R$	% Total
BB CAM. EST. PROD. PREV. DESAST. NAT.	1.199.563.960,57	7,39%	1.222.393.575,50	7,44%
BB PACTO POR SANTA CATARINA	1.218.464.960,66	7,51%	1.911.593.344,96	11,63%
BB PEF I	12.533.788,14	0,08%	6.059.123,09	0,04%
BNDES ACELERA SC	2.944.318.238,99	18,15%	3.028.206.127,98	18,43%
BNDES CAMINHOS DO DESENVOLV.	411.162.686,45	2,53%	455.783.043,45	2,77%
BNDES CASAN PAC	82.417.179,21	0,51%	70.652.580,74	0,43%
BNDES PEF II	34.489.248,78	0,21%	25.132.723,04	0,15%
BNDES PMAE SPED	3.079.554,47	0,02%	-	0,00%
BNDES PMAE GESTÃO	6.765.162,48	0,04%	4.836.759,88	0,03%
BNDES SIT JOINVILLE	25.489.497,12	0,16%	20.696.174,84	0,13%
CEF PNAF	2.178.011,30	0,01%	-	0,00%
UNIÃO DMLP	51.371.901,86	0,32%	52.206.576,37	0,32%
UNIÃO 9.496/97	10.216.427.108,17	62,96%	9.619.930.274,01	58,55%
UNIÃO 8.727/93	17.545.239,31	0,11%	13.013.395,68	0,08%
Total	**16.225.806.537,51**	**100%**	**16.430.503.699,54**	**100%**

Na composição das operações de crédito externas, **51,94%,** ou seja, **R$ 1.643 milhões** correspondem ao saldo devedor da operação de crédito junto ao ***Bank of America Merrill Lynch***, cujos recursos foram utilizados para a quitação do Resíduo da dívida decorrente da Lei Federal nº 9.496/1997 e para amortização extraordinária do principal, ao final do exercício de 2012. Assim, as operações de crédito externas passaram a representar **16,15%** do total das operações de crédito ao final do exercício de 2017.

O saldo de cada empréstimo externo, somados curto prazo e longo prazo, e sua respectiva participação percentual em relação ao estoque total para os anos de 2016 e 2017 estão na tabela a seguir:

Tabela 11 – Empréstimos Externos

Empréstimos Externos	Dez 2016 - R$	% Total	Dez 2017 - R$	% Total
BAML - REFINANC. RESÍDUO (US$)	1.868.209.208,80	58,57%	1.643.969.027,78	51,94%
BID 1390 - BID IV - RODOVIAS (US$)	202.623.043,53	6,35%	168.308.449,81	5,32%
BID 2171 - BID V (US$)	137.627.051,00	4,31%	132.273.783,67	4,18%
BID 2172 - PROFISCO (US$)	81.564.382,98	2,56%	79.325.818,23	2,51%
BID 2900 - BID VI - RODOVIAS (US$)	455.626.409,85	14,29%	622.557.197,75	19,67%
BIRD 4660 - MICROBACIA II (US$)	10.265.767,12	0,32%	-	0,00%
BIRD 7952 - SC RURAL (US$)	274.143.461,61	8,60%	299.540.240,85	9,46%
CAF - PIR I (US$)	87.619.822,98	2,75%	79.294.912,09	2,51%
CAF - PROVIAS (US$)	71.841.298,80	2,25%	140.080.022,70	4,43%
Total	**3.189.520.446,67**	**100%**	**3.165.349.452,88**	**100%**

3.5 ESTOQUE DA DÍVIDA POR CREDOR

Conforme a tabela a seguir, o estoque da dívida de Empréstimos é proveniente de oito credores. O credor com a maior participação percentual é a **União** com 49,42% do total. Isso se deve, principalmente, ao volume da dívida referente à Lei federal nº 9.496/97. A segunda maior participação é a do **BNDES** (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) que é credor de 18,40% do total. De todos os seis contratos de empréstimo junto ao BNDES, o de maior volume é o "BNDES - Acelera Santa Catarina". O **Banco do Brasil** é o terceiro principal credor com 16,02% do total. Em seguida, o ***Bank of America Merrill Lynch*** aparece como o quarto maior credor com 8,39% do total, em função do empréstimo para a quitação do resíduo da Lei federal nº 9.496/97. Todos os demais credores da dívida externa – **BID**, **BIRD** e **CAF** – representam, juntos, 7,76% do estoque da dívida referente a Empréstimos.

Tabela 12 – Estoque da Dívida por Credor

Credor	Dez 2016 - R$	% Total	Dez 2017 - R$	% Total
UNIÃO	10.285.344.249,34	52,98%	9.685.150.246,06	49,42%
BNDES - Bco. Nac. de Desenv. Econ. e Social	3.507.721.567,50	18,07%	3.605.307.409,93	18,40%
BB - Banco do Brasil	2.430.562.709,37	12,52%	3.140.046.043,55	16,02%
BAML - Bank of America Merrill Lynch	1.868.209.208,80	9,62%	1.643.969.027,78	8,39%
BID - Banco Interamericano de Desenv.	877.440.887,36	4,52%	1.002.465.249,46	5,12%
BIRD - Banco Mundial	284.409.228,73	1,46%	299.540.240,85	1,53%
CAF - Cooperação Andina de Fomento	159.461.121,78	0,82%	219.374.934,79	1,12%
CEF - Caixa Econômica Federal	2.178.011,30	0,01%	-	0,00%
Total	**19.415.326.984,18**	**100%**	**19.595.853.152,42**	**100%**

3.6 ESTOQUE DA DÍVIDA POR INDEXADOR

A dívida contratual do Estado de Santa Catarina é corrigida por quatro indexadores. A maior parte dela, 49,09%, concentra-se na dívida com a União referente à Lei nº 9.496/97 e é indexada pelo **IPCA** (passou de IGP-DI para IPCA com os efeitos das regras introduzidas pela LCF nº 148/2014 tratados no Item 2.14.2). Em seguida, o **dólar americano** aparece como indexador de 26,17% da dívida e engloba todas as operações externas de empréstimo mais três operações internas – DMPL; CEF PNAF; e BB Caminhos Estratégicos da Produção e Prevenção de Desastres Naturais. A **TJLP** é o indexador de 18,43% da dívida contratual e refere-se a todos os contratos de empréstimo junto ao BNDES mais o contrato BB PEF I. Na sequência dos indexadores, o **CDI** representa 6,24% da composição e é o fator de correção da operação com o Banco do Brasil – Pacto por Santa Catarina. Uma pequena parte da dívida, 0,07%, é indexada pela **TR** e diz respeito ao contrato com a União referente à Lei nº 8.727/93. A tabela a seguir resume essa composição e apresenta a evolução desde 2016:

Tabela 13 – Estoque da Dívida por Indexador

Descrição	Dez 2016 - R$	% Total	Dez 2017 - R$	% Total
IGPDI	10.216.427.108,17	52,62%	9.619.930.274,01	49,09%
DÓLAR (EUA)	4.461.535.320,49	22,98%	5.129.149.374,21	26,17%
TJLP	3.520.255.355,64	18,13%	3.611.366.533,02	18,43%
CDI	1.199.563.960,57	6,18%	1.222.393.575,50	6,24%
TR	17.545.239,31	0,09%	13.013.395,68	0,07%
Total	**19.415.326.984,18**	**100,00%**	**19.595.853.152,42**	**100,00%**

3.7 SERVIÇO DA DÍVIDA

O serviço da dívida referente a empréstimos é o valor que o estado desembolsa para honrar os contratos de empréstimos e é composto de juros, encargos, e amortização do principal. As duas tabelas a seguir apresentam os valores pagos de serviço da dívida contratual interna e externa nos anos de 2016 e 2017, e a participação percentual do serviço de cada contrato em relação ao serviço total.

Tabela 14 – Serviço da Dívida Interna

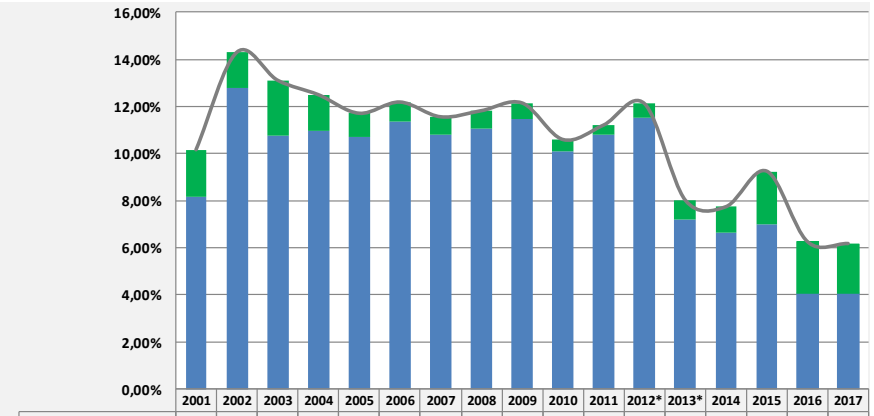
Empréstimos Internos	Dez 2016 - R$	% Total	Dez 2017 - R$	% Total
BB CAM. EST. PROD. PREV. DESAST. NAT.	64.604.901,58	7,73%	67.903.713,39	7,90%
BB PACTO POR SANTA CATARINA	148.270.567,20	17,74%	157.891.035,40	18,37%
BB PEF I	7.866.200,39	0,94%	7.390.494,79	0,86%
BNDES ACELERA SC	184.625.011,28	22,09%	196.176.152,38	22,83%
BNDES CAMINHOS DO DESENVOLV.	55.664.252,99	6,66%	63.931.678,29	7,44%
BNDES CASAN PAC	20.582.220,14	2,46%	19.665.220,65	2,29%
BNDES PEF II	12.275.870,92	1,47%	11.884.690,58	1,38%
BNDES PMAE GESTÃO	2.560.783,70	0,31%	2.439.048,35	0,28%
BNDES PMAE SPED	4.474.880,98	0,54%	3.183.746,25	0,37%
BNDES SIT JOINVILLE	7.126.326,65	0,85%	6.824.625,29	0,79%
CEF PNAF	4.982.426,82	0,60%	2.096.997,62	0,24%
UNIÃO DMLP	2.262.978,85	0,27%	2.289.087,81	0,27%
UNIÃO 9.496/97	314.134.738,68	37,58%	312.526.596,77	36,37%
UNIÃO 8.727/93	6.479.836,54	0,78%	5.097.706,68	0,59%
Total	**835.910.996,72**	**100%**	**859.300.794,25**	**100%**

Tabela 15 – Serviço da Dívida Externa

Empréstimos Externos	Dez 2016 - R$	% Total	Dez 2017 - R$	% Total
BAML - REFINANC. RESÍDUO (US$)	331.532.161,57	74,62%	341.203.338,73	76,73%
BID 1390 - BID IV - RODOVIAS (US$)	44.735.039,79	10,07%	42.433.428,77	9,54%
BID 2171 - BID V (US$)	10.713.901,24	2,41%	9.903.763,43	2,23%
BID 2172 - PROFISCO (US$)	7.329.029,19	1,65%	8.927.425,43	2,01%
BID 2900 - BID VI - RODOVIAS (US$)	10.305.272,56	2,32%	12.206.963,24	2,75%
BIRD 4660 - MICROBACIA II (US$)	21.349.222,86	4,81%	10.001.041,41	2,25%
BIRD 7952 - SC RURAL (US$)	3.149.553,42	0,71%	5.165.795,57	1,16%
CAF - PIR I (US$)	13.980.761,06	3,15%	12.241.727,86	2,75%
CAF - PROVIAS (US$)	1.202.673,29	0,27%	2.577.802,27	0,58%
Total	**444.297.614,98**	**100%**	**444.661.286,71**	**100%**

Comparando o valor total do serviço da dívida com a Receita Corrente Líquida (RCL) pode-se ter uma ideia de qual percentual da receita que é utilizado para quitar os compromissos com a dívida contratual. O Gráfico 01, a seguir, mostra essa relação Serviço da Dívida/RCL, distribuído entre serviço da dívida interna, externa e total. Entre os anos de 2000 e 2012 o estado comprometeu entre 10% e 14% de sua RCL com o serviço da dívida. Nos anos de 2002 e 2003 essa relação atingiu os maiores valores, com 14,3% e 13,1%, nessa ordem. Por outro lado, do ano de 2013 em diante essa relação ficou abaixo de 10%. Neste caso, a queda na relação serviço/RCL se deu, principalmente, em razão do refinanciamento das dívidas com a União (resíduo da Lei nº 9.496/97) e com o BNDES (CRC/Celesc). No ano de 2017, o valor da RCL apurado entre janeiro e dezembro foi de R$ 21.131.271.286,44. Já o desembolso com o serviço total da dívida correspondeu a 6,17% da RCL, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 09 - Histórico do Serviço da Dívida em relação à RCL (%) – 2001-2017



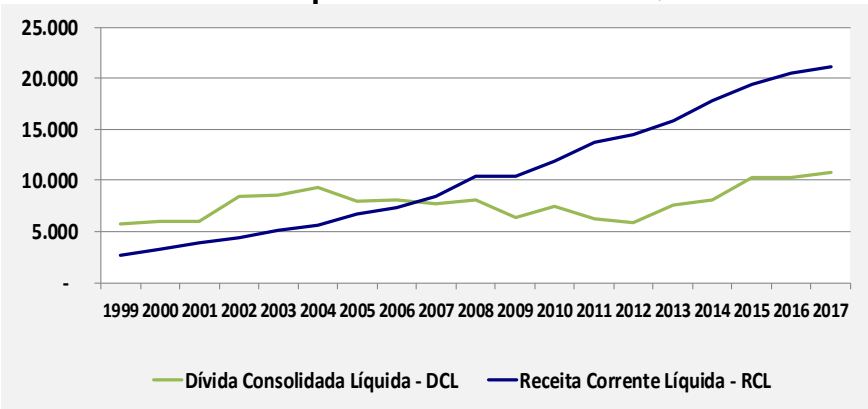
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012*	2013*	2014	2015	2016	2017
%SERV. EXT./RCL	1,98%	1,51%	2,35%	1,52%	1,01%	0,79%	0,73%	0,74%	0,70%	0,51%	0,40%	0,62%	0,81%	1,08%	2,26%	2,17%	2,10%
%SERV. INT./RCL	8,18%	12,79%	10,75%	10,97%	10,69%	11,38%	10,82%	11,07%	11,44%	10,08%	10,81%	11,49%	7,22%	6,65%	6,98%	4,08%	4,07%
%SERV. TOTAL/ RCL	10,15%	14,30%	13,10%	12,49%	11,70%	12,17%	11,55%	11,81%	12,14%	10,58%	11,20%	12,11%	8,02%	7,74%	9,25%	6,25%	6,17%

***Nota:** Para uma melhor comparação entre os anos da série, foram deduzidos os valores referentes ao refinanciamento do resíduo da dívida da com a União (Lei nº 9.496/97), no valor de R$ 1.478.126.976,41, no ano de 2012, e ao refinanciamento da dívida da CELESC, no valor de R$ 978.662.621,51, em 2013. Os valores utilizados para o cálculo da relação serviço da dívida/RCL no ano de 2017 são de janeiro a dezembro.

3.8 LIMITES DE ENDIVIDAMENTO

O Estado tem como limite de endividamento duas vezes a sua Receita Corrente Líquida (200%). Ao longo dos anos, o Estado reduziu a relação entre a Dívida Consolidada Líquida - **DCL** e a Receita Corrente Líquida - **RCL**. A tendência de redução ocorrida entre o exercício de 2006 até o exercício de 2012 esteve relacionada ao crescimento significativo da arrecadação do Estado nestes exercícios, acima dos índices de inflação e também a variação negativa do IGP-DI em 2009, fruto da crise econômica mundial. Esta relação, que **em 1999 apontava 211,16%** de comprometimento, **foi reduzida para 51,10%** ao final do exercício de 2017.

Gráfico 10 – Receita Corrente Líquida Versus Dívida Consolidada Líquida – 1999 a 2017 - R$ milhões

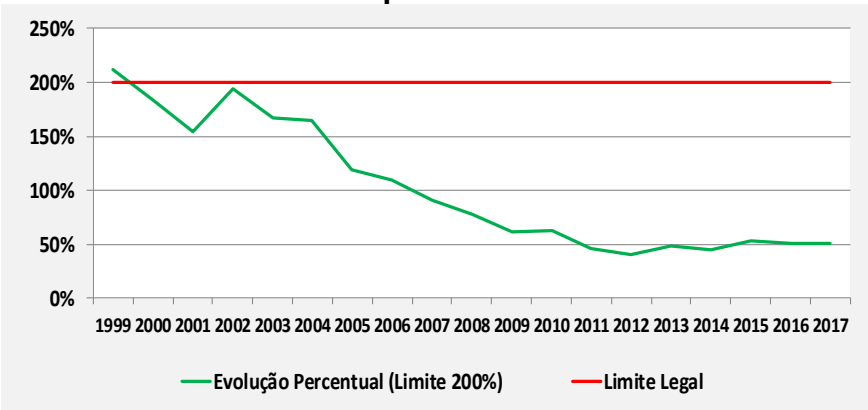


O limite de endividamento do Estado é acompanhado anualmente pelo Estado e pela Secretaria do Tesouro Nacional, levando-se em conta a curva decrescente dos níveis de endividamento.

No gráfico a seguir verifica-se a redução da relação da DCL – Dívida Consolidada Líquida/RCL – Receita

Corrente Líquida, bem inferior ao limite de 200% limitado pela Resolução n°40/2000, do Senado Federal.

Gráfico 11 – Receita Corrente Líquida Versus Dívida Consolidada Líquida – 1999 a 2017 - %



3.9 DÍVIDA "*INTRALIMITE*" E "*EXTRALIMITE*"

Para fins de pagamento, o montante é dividido em dívida **intralimite** e **extralimite**. Considera-se dívida intralimite aquela renegociada com a União, com pagamento mensal estipulado em **13% da Receita Líquida Real - RLR**, podendo gerar resíduos caso o montante decorrente do percentual de 13% não comporte o total da parcela mensal a ser quitada. Considera-se dívida extralimite aquela com pagamento não vinculado a Receita Líquida Real.

A RLR para o mês de pagamento é a média das RLRs mensais dos doze meses anteriores ao mês imediatamente anterior ao de apuração. Por exemplo, a RLR para pagamento em 01 de outubro de 2016 (apuração de setembro) levará em conta as RLRs mensais de outubro de 2015 a setembro de 2016.

Até dezembro de 2012, o serviço da dívida com a União que ultrapassasse o limite de 13% transformava-se em resíduo. A partir de dezembro de 2012, com o refinanciamento do resíduo da dívida referente à Lei nº 9.496/97, o percentual de comprometimento da RLR com o pagamento do serviço da dívida intralimite foi reduzido para cerca de 8%, com tendência declinante.

Assim, **a partir dessa data, não houve mais acúmulo de resíduo**, pois o Estado utiliza menos do que os 13% da RLR para o pagamento da dívida intralimite. **Por essa razão, este relatório não apresenta mais as tabelas de saldo e pagamento intralimite e extralimite** como vinha ocorrendo até o exercício de 2013.

3.10 DÍVIDA COM A UNIÃO – Lei Federal n°9.496/97

A tabela a seguir apresenta a síntese do contrato 012/98/STN/COAFI (Lei Federal nº 9.496/97) até o final do exercício de 2015, ou seja, já com o impacto da quitação do resíduo em 2012. Percebe-se que O **Estado contraiu de empréstimo (contrato inicial mais incorporações) R$ 5,42 bilhões, pagou até dezembro de 2017 R$ 13,54 bilhões e ainda fechou o exercício de 2017 com uma dívida de R$ 9,62 bilhões.**

Tabela 16 – Síntese do Contrato 012/98/STN/COAFI (LF nº 9.496/97) Posição em dezembro de 2017 - R$

Síntese do Contrato 012/98/STN/COAFI (Lei n°9.496/ 97):	R$
1) Contrato Inicial	1.552.400.375,83
2) Pagamento da Conta Gráfica	147.797.674,64
3) Incorporações ao contrato (BESC/IPESC/BESCRI/CVS/FUSESC)	4.013.582.734,18
4) Total Contratado = (1) – (2) + (3)	**5.418.185.435,37**
5) Correção (Atualização/IGP-DI + juros/6%)	**10.728.543.065,52**
6) Pagamentos Efetuados:	**13.538.319.260,50**
6.1) Amortização	5.731.039.602,08
6.1.1) Amortização Acumulada	4.272.490.438,12
6.1.2) Amortização Extraordinária em 27/12/2012	77.500.391,49
6.1.3) Amortização Total do Resíduo em 27/12/2012	1.381.048.772,47
6.2) Juros	7.788.328.811,06
6.2.1) Juros do resíduo	1.413.188.472,85
6.2.2) Juros do contrato	6.375.140.338,21
6.3) Encargos	18.950.847,36
7) Redução de Saldo a Pagar - LCF 148/14 - posição em 1º/07/2016	**480.772.943,20**
8) Saldo a Pagar = (2) + (4) + (5) – (6.1) – (6.2.1) – (7)	**9.619.930.274,01**

Recentemente tratou-se da alteração do indexador da dívida junto à União referente à Lei nº 9.496/97. A aprovação da Lei Complementar nº 148, em 25 de novembro de 2014, alterou artigos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, bem como alterou a Lei federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, fixando novos critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados, o Distrito Federal e Municípios.

As novas regras introduzidas pela Lei Complementar nº 148/2014, já com as alterações ditadas pela Lei Complementar nº 151, de 05 de agosto de 2015, autorizam o Governo Federal a modificar o indexador e a taxa de juros dos contratos firmados com base na Lei federal nº 9.496/97. As alterações legais permitem que sejam firmados aditivos aos contratos decorrentes da Lei federal nº 9.496/97 para a alteração do indexador atual, IGP-DI, para o IPCA, bem como dos juros atuais, de 6% ao ano no caso Catarinense, para 4% ao ano, sendo o somatório de ambos limitado à Selic. Essa regra deve ser aplicada com retroatividade de cálculo desde janeiro de 2013 (art. 2º da LC 148/2014). Além dessa mudança de indexador, o art. 3º da LC 148/2014 também autorizou a União a conceder descontos sobre os saldos devedores existentes em 1º de janeiro de 2013 dos referidos contratos, utilizando-se a variação acumulada da taxa Selic.

A Lei Complementar nº 148/2014 foi regulamentada pelo Decreto federal nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015. No entanto, houve divergência entre os cálculos realizados pelo Estado de Santa Catarina e pelo agente financeiro da União, Banco do Brasil (BB), para a concessão do desconto sobre os saldos devedores em 1º de janeiro de 2013, com respeito à metodologia de acumulação da taxa Selic. Em razão disso, o Estado ingressou com medida judicial que se materializou por meio do Mandado de Segurança - MS 34023 junto ao STF em desfavor da União.

O Supremo Tribunal Federal (STF) abriu prazo para que as partes firmassem acordo, o que ocorreu em reunião realizada em 20/06/2016 entre os representantes do Ministério da Fazenda e os governadores dos Estados da Federação. Em síntese, no dia 01/07/2016 o Plenário do STF, por maioria, resolveu questão de ordem no sentido de adaptar a liminar concedida na sessão do dia 27/04/2016

aos termos do acordo firmado entre os Estados e a União, até o julgamento final do MS 34023. Em 30/08/2016 foi aprovada pela Câmara dos Deputados Federais a Redação Final do PL nº 257/2016, e enviada em 31/08/2016 para apreciação do Senado Federal. No texto aprovado foram mantidas a condições celebradas no Acordo Federativo entre a União e os entes federados em 20/06/2016. O PL foi transformado na Lei Complementar 156/2016.

Entre os principais termos do acordo estão:

a) alongamento por 240 meses da dívida dos Estados com a União, contratada no âmbito da Lei Federal nº 9.496/97, sendo os meses adicionais acrescidos ao tempo original dos contratos, reconhecendo-se a forma de capitalização composta, nos termos definidos na própria lei. Como consequência disso, desaparece a possibilidade de pagamento da dívida fundamentada em limite de comprometimento de pagamento da Receita Líquida Real e acúmulo de resíduo;

b) carência para os meses de julho a dezembro de 2016 de 100% da prestação mensal devida; e,

c) carência linear regressiva ao longo dos meses de janeiro de 2017 a junho de 2018.

Importante destacar que os valores não pagos durante o período dos 18 meses de carência serão incorporados ao saldo devedor, não constituindo desconto ou perdão da dívida contratada com a União.

No artigo 2º do Decreto federal nº 8.616/2015 consta a exigência de assinatura de termo aditivo para a concessão dos benefícios concedidos na LCF nº 148/2014. Assim, em 22/12/2017 foi assinado o 12º termo aditivo ao Contrato 012/98/STN/COAFI. No entanto, durante todo o ano de 2017, mesmo sem a celebração desse termo aditivo, o Estado já vinha efetuando o pagamento das parcelas nos termos do acordo firmado, ou seja, usufruindo da redução percentual para o valor da parcela.

3.11 PARCELAMENTO TRIBUTÁRIO

3.11.1 Parcelamento Tributário – Lei Federal nº 11.941/2009 e Lei Federal n°12.810/2013

O parcelamento tributário previsto na Lei nº 11.941/2009 possibilitou ao Estado efetuar o parcelamento de débitos junto à Receita Federal do Brasil - RFB e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN em até 180 vezes com reduções dos valores de juros, de multas e de encargos legais. À época da consolidação dos débitos (junho e julho de 2011), o Estado obteve, uma **redução total da dívida de R$ 85,5 milhões** de uma dívida de 513,1 milhões e a regularidade fiscal dos órgãos e entidades do Estado. Aderiram ao parcelamento 20 órgãos e entidades da administração direta e indireta.

Dos órgãos que aderiram ao parcelamento da Lei nº 11.941/2009, a maioria já quitou seus débitos, tendo em vista que os valores eram menos representativos em relação ao todo.

Dentre os órgãos com parcelamento em andamento, a Secretaria de Estado da Educação (SED), a Secretaria de Estado da Saúde (SES) e o Fundo Estadual de Saúde (FES), migraram seus parcelamentos da Lei Federal nº 11.941/2009 para o parcelamento da Lei Federal nº 12.810/2013, que concedia benefícios fiscais e prazos maiores. Oportunamente foram incluídos novos débitos da Secretaria de Estado da Saúde - SES, avaliados pela PGE com remotas chances de êxito. O benefício fiscal apurado com a migração foi de **R$ 97.874.185,76**. Já o benefício fiscal total concedido por ambas a Leis foi de **R$ 203 milhões**.

A seguir os benefícios fiscais e prazos de cada Lei:

- ✓ **Lei nº 11.941/2009**: multa de mora e de ofício era de 60% e, dos juros de mora, de 25%, encargo legal, exclusive honorários advocatícios (100%). Prazo 180 vezes.
- ✓ **Lei nº 12.810/2013**: multa de mora e de ofício (100%), juros de mora (50%); Encargo Legal, inclusive honorários advocatícios, (100%). Prazo 240 vezes.

O pagamento das parcelas é feito por meio da retenção do FPE e atualizado mensalmente pela Taxa SELIC. Atualmente o Estado vem sofrendo retenção do FPE mensais de R$ 1.162.239,99.

Em julho de 2017, o Estado de Santa Catarina aderiu ao parcelamento de débitos previdenciários do Programa de Regularização Tributária dos Estados e Municípios (PREM), instituído pela Medida Provisória nº 778, de 16 de maio de 2017 (MP nº 778/17). A MP nº 778/17 foi convertida na Lei nº 13.485, de 02 de outubro de 2017. Inicialmente a MP nº 778/17, previa o desconto de:

a) 25% (vinte e cinco por cento) das multas de mora, de ofício e isoladas;

b) 80% (oitenta por cento) dos juros de mora.

Quando da sua conversão em Lei, o desconto para o pagamento das multas de mora, de ofício e isoladas foi ampliado para 40% (quarenta por cento).

Em dezembro de 2017, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) consolidou os valores referentes aos débitos que estavam na fase judicial (processo administrativo 11926.000307/2017-41, cadastro SISPAR nº 001.646.922). Com a consolidação, a PGFN informou que o valores total dos débitos parcelados é R$ 27.808.131,15, e o desconto obtido foi de R$ 13.681.098,36, restando o total de 14.127.032,79 a ser pago em 194 parcelas pelo Estado.

Os débitos junto à Receita Federal do Brasil ainda não foram consolidados, e desta forma não é possível saber exatamente o valor dos benefícios.

3.11.2 Parcelamento Tributário (PASEP) – MP Federal nº 574/2012 e Lei nº 12.810/2013

Em meados de agosto de 2012 a Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública - DICD iniciou trabalho para parcelamento de débitos referente ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, com redução de juros (25%), multa (60%) e encargos legais (100%), nos termos da Medida Provisória -

MP Federal nº 574, de 28 de junho de 2012, regulamentada pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 4/2012 e nº 5/2012.

Com o advento da Lei Federal nº 12.810/2013, cujos benefícios fiscais eram mais atrativos, conforme outrora mencionado, o Estado decidiu pela migração do parcelamento deferido da MP nº 574/2012 (PASEP) para o parcelamento da Lei Federal nº 12.810/2013 (PASEP), porém dos processos migrados, 2 (dois) foram indeferidos.

Assim, foi necessário que a Procuradoria Geral do Estado – PGE impetrasse Mandado de Segurança – MS (Nº 5016828-14.2013.404.7200/SC) para inclusão dos débitos no referido parcelamento, uma vez que a MP nº 574/2012 tratou a multa na sua forma genérica e não na sua espécie, na qual foi deferida liminar no MS 504.0601.09.2013.404.7000 (PR) em segunda instância, proferida no Agravo de Instrumento (AI) 5024359.23.2013.404.0000. A decisão foi confirmada em acórdão junto ao TRF4 Região. A União apresentou Embargos de Declaração em 03/12/2015, sendo o processo concluso para despacho em 16/12/2015.

Em valores estimados, **apurou-se uma redução de R$ 101 milhões de uma dívida de R$ 304 milhões**. O valor da parcela vem sendo atualizada pela Taxa Selic e paga mensalmente pelo Estado.

3.12 RESTOS A PAGAR

Já a dívida decorrente dos Restos a Pagar, que por longos anos foi o grande vilão na gestão orçamentária e financeira do Estado, a partir do exercício financeiro de 2003 teve o valor mantido sobre rigoroso controle, evitando a velha prática dos “orçamentos paralelos”.

A partir de 2003 foi implementada no Estado de Santa Catarina a prática de editar anualmente, por Decreto, *procedimentos a serem adotados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual, para o fechamento orçamentário, financeiro e contábil, mensal e anual, e para o empenhamento, à conta de Despesa de Exercício Anterior*, com vistas ao cumprimento das normas de Direito Financeiro estabelecidas na legislação federal e estadual de regência da matéria. Também anualmente, a Secretaria de Estado da Fazenda edita Portaria constituindo Comissão destinada a promover a avaliação dos empenhos que poderão ser inscritos em Restos a Pagar no exercício, nos termos estabelecidos na legislação vigente.

Em linhas gerais, somente se permite a inscrição em Restos a Pagar das despesas de competência do exercício financeiro, considerando-se como despesa liquidada aquela em que o serviço ou material contratado tenha sido prestado ou entregue e aceito pelo contratante; e não liquidada, mas de competência do exercício, aquela em que o serviço ou material contratado tenha sido prestado ou entregue e que se encontre, em 31 de dezembro de cada exercício financeiro, em fase de verificação do direito adquirido pelo credor.

Essa prática rompeu com o velho costume de empenhar todos os compromissos, independentemente de recursos disponíveis, gerando orçamentos concorrentes (ou paralelos) com o do exercício. Essas medidas surtiram efeito muito positivo no gerenciamento do estoque de **Restos a**

Pagar, que até **dezembro de 2017 representou 4,25% da receita total, com o montante de R$ 1.078 milhões**.

Conforme segue, o montante inscrito anualmente em Restos a Pagar, processados e não processados, em que pese o incremento em 2017, vem se mantendo sob controle, conforme série histórica de 2003 a 2017, a seguir demonstrada:

Tabela 17 – Restos a Pagar Inscritos - 2003-2017 - R$

Ano	1- Processados	2-Não Processados	3-Restos a Pagar	4-Receita Orçamentária	% (3/4)
2003	85.914.908,33	390.187.732,15	476.102.640,48	5.519.916.619,16	8,63%
2004	152.479.777,10	190.760.941,66	343.240.718,76	6.029.278.584,96	5,69%
2005	154.547.883,29	138.333.452,83	292.881.336,12	7.172.714.041,46	4,08%
2006	105.683.144,60	152.582.047,23	258.265.191,83	7.845.362.807,80	3,29%
2007	59.095.851,70	199.463.395,87	258.559.247,57	9.300.955.511,89	2,78%
2008	24.984.120,50	215.902.271,21	240.886.391,71	11.538.547.205,84	2,09%
2009	91.234.456,54	217.503.659,95	308.738.116,49	11.506.271.961,72	2,68%
2010	45.761.398,68	262.523.024,93	308.284.423,61	13.168.918.579,60	2,34%
2011	46.368.983,82	382.413.888,68	428.782.872,50	15.259.959.632,65	2,81%
2012	47.037.694,20	346.177.758,93	393.215.453,13	17.747.821.302,96	2,22%
2013	99.421.067,95	575.717.907,84	675.138.975,79	19.650.192.808,70	3,44%
2014	57.232.899,00	437.748.493,65	494.981.392,65	21.612.110.504,27	2,29%
2015	191.767.637,91	455.426.041,67	647.193.679,58	22.741.779.433,00	2,85%
2016	157.083.968,03	542.078.139,03	699.162.107,06	24.284.266.243,91	2,88%
2017	404.557.283,02	673.893.358,49	1.078.450.641,51	25.373.785.843,17	4,25%

A comissão constituída para a avaliação das despesas que podem ser inscritas em Restos a Pagar pode questionar os órgãos da administração direta e as entidades da administração indireta a respeito da regularidade de despesas empenhadas e que não tenham previsão de liquidação até 31 de janeiro do exercício seguinte, buscando evitar a inscrição de valores em restos a pagar não processados que venham a ser cancelados. É importante destacar que o cancelamento de Restos a Pagar referente ao exercício de 2017 ocorre, em grande parte, em 31/01/2018.

A seguir evolução dos cancelamentos:

Tabela 18 – Inscrição e Cancelamento de Restos a Pagar 2008-2017 - R$

Restos do Ano	Inscrição	Cancelamento	%Cancelado
Processados	**1.165.449.509,65**	**15.251.667,47**	**1,31%**
2008	24.984.120,50	1.627.355,69	**6,51%**
2009	91.234.456,54	2.168.721,16	**2,38%**
2010	45.761.398,68	672.440,49	**1,47%**
2011	46.368.983,82	1.393.923,35	**3,01%**
2012	47.037.694,20	2.674.252,98	**5,69%**
2013	99.421.067,95	4.532.657,68	**4,56%**
2014	57.232.899,00	1.057.164,76	**1,85%**
2015	191.767.637,91	654.037,75	**0,34%**
2016	157.083.968,03	470.284,72	**0,30%**
2017	404.557.283,02	828,89	**0,00%**
Não Processados	**4.109.384.544,38**	**1.894.031.990,71**	**46,09%**
2008	215.902.271,21	80.923.896,44	**37,48%**
2009	217.503.659,95	90.226.415,12	**41,48%**
2010	262.523.024,93	124.522.276,87	**47,43%**
2011	382.413.888,68	155.755.223,90	**40,73%**
2012	346.177.758,93	179.578.189,62	**51,87%**
2013	575.717.907,84	266.835.049,50	**46,35%**
2014	437.748.493,65	222.694.758,25	**50,87%**
2015	455.426.041,67	217.790.159,92	**47,82%**
2016	542.078.139,03	252.162.206,52	**46,52%**
2017	673.893.358,49	303.543.814,57	**45,04%**
Total	**5.274.834.054,03**	**1.909.283.658,18**	**36,20%**

Fonte: SIGEF - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal e Anexo VI do RGF.

3.13 PRECATÓRIOS

Precatórios consistem em requisições de pagamentos emitidos pelo Poder Judiciário, decorrentes de ações judiciais transitadas em julgado em que o Estado não obteve êxito, determinando que a Fazenda Pública (Federal, Estadual e Municipal) efetue a quitação do valor devido. O pagamento será executado pelo Tribunal de Justiça, de acordo com a ordem cronológica de requisição, ressalvadas as preferências definidas nos §§ 1º e 2º do art. 100 da CF (Emenda Constitucional - EC 62/2009 e EC Nº 94/2016).

A EC 62/2009 permitiu ao Estado aderir ao regime especial para pagamento parcelado do estoque de Precatórios (15 anos), que foi julgado parcialmente inconstitucional (ADIs 4.357 e 4.425). Na modulação, o prazo passou a ser de cinco anos a partir de 2016.

Com o advento da Lei complementar nº 151/2015, foi possível o Estado se utilizar de parcela dos depósitos judiciais em que era parte.

A EC Nº 99/17 permite que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, em 25 de março de 2015, se encontravam em mora no pagamento de seus precatórios quitem, até 31 de dezembro de 2024, seus débitos vencidos e os que vencerão dentro desse período.

Em 2013, por meio da Procuradoria Geral do Estado - PGE, o Estado ingressou com ação judicial apontando a existência de anatocismo nos cálculos exequendos dos precatórios referentes as Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (LFTSC) e obteve liminar favorável.

Nos últimos sete anos, o Estado repassou ao Tribunal de Justiça os seguintes valores destinados ao pagamento de precatório:

Tabela 19 – Repasse de Recursos ao TJSC - R$

Ano	Valor Considerado	Valor Contábil	Recursos do Tesouro Repassados	Depósitos Judiciais Utilizados
2010	37.501.411,10	37.501.411,10	33.751.269,99	3.750.141,11
2011	42.398.226,48	42.398.226,48	42.398.226,48	0,00
2012	44.097.199,20	44.097.199,20	44.097.199,20	0,00
2013	99.352.464,36	99.352.464,36	99.352.464,36	0,00
2014	131.293.443,70	131.293.443,70	33.000.000,00	98.293.443,70
2015	140.179.149,81	66.188.272,88	28.731.119,08	37.457.153,80
2016	0,00	102.148.792,60	78.134.865,26	24.013.927,34
2017	509.167.194,21	509.167.194,21	0,00	509.167.194,21
TOTAL	**1.003.989.088,86**	**1.032.147.004,53**	**359.465.144,37**	**672.681.860,16**

Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública – SEF.

O Estado finalizou 2017 com uma dívida de precatórios a pagar de **R$ 2.311.389.915,16**, ocorrendo um acréscimo de 0,74% em relação ao valor do ano anterior.

Do total da dívida, R$ 170.906.713,14 (7,39%) estão contabilizados como de origem pessoal, R$ 223.396.358,76 (9,67%) são de benefícios previdenciários e R$ 1.917.086.843,26 (82,94%) são de fornecedores.

Cabe mencionar que R$ 1.564.817.536,03, ou seja 67,70% dos precatórios com fornecedores são oriundos de processos judiciais envolvendo as Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina – LFTSC (Lei estadual nº 10.168/1996).

4 PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL DO ESTADO

O Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado de Santa Catarina - PAF é parte integrante do Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívida nº 12/98/STN/COAFI, de 31 de março de 1998, firmado com a União, no âmbito da Lei nº 9.496/97 e da Resolução do Senado Federal nº 070/98. O Programa dá cumprimento ao disposto no Contrato e seus aditivos posteriores.

Em 28 de dezembro de 2016 foi publicada a Lei Complementar federal nº 156 que unificou os conceitos do PAF com os adotados pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e alterou as suas metas. O Decreto nº 9.056 de 24 de maio de 2017 regulamentou o novo Programa de Ajuste Fiscal e a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 690, de 11 de agosto de 2017, estabeleceu os critérios a serem utilizados para o estabelecimento de metas ou compromissos e revisão do Programa e os critérios a serem utilizados para fins de avaliação do cumprimento das metas ou compromissos do Programa.

O novo Programa é elaborado com metas anuais e estimativas para 3 anos, sendo que a sua revisão deve ser obrigatoriamente anual. As informações são oriundas do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI) e os dados complementares enviados à STN via sistema para a avaliação do cumprimento de metas e a avaliação fiscal. A não revisão do PAF implica o descumprimento da totalidade das metas ou dos compromissos, e resultará nas penalidades previstas no parágrafo único do art. 26 da Medida Provisória nº 2.192-70, de 2001.

São seis as novas metas fixadas anualmente:

1 Dívida Consolidada (DC) / Receita Corrente Líquida (RCL);

2 Resultado Primário;

3 Despesa com Pessoal / Receita Corrente Líquida (RCL);

4 Receitas de Arrecadação Própria;

5 Gestão Pública;

6 Disponibilidade de Caixa.

As metas do PAF são monitoradas mensalmente, tanto pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, via Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios – COREM, como pela Secretaria da Fazenda, pela Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública e pela Diretoria do Tesouro.

Em outubro/2017, a STN disponibilizou o resultado da avaliação definitiva do Programa referente ao exercício de 2016 permanecendo configurada para o Estado a condição de adimplente quanto às metas e compromissos do Programa.

Em dezembro/2017 foi assinada a 14ª revisão do Programa, contemplando metas ou compromissos relativos ao exercício de 2017 e estimativas para os exercícios de 2018 e 2019. Na presente revisão foi estabelecido como espaço fiscal a contratar o montante de R$ 797.773.000,00.

O espaço fiscal concedido nesta revisão terá vigência até a próxima revisão do Programa e será deduzido conforme deferimento das operações de crédito pela Secretaria do Tesouro Nacional.

A seguir apresentamos as metas ou compromissos relativos ao exercício de 2017 e as estimativas para os exercícios de 2018 e 2019.

4.1 Meta 1 - Dívida Consolidada (DC) / Receita Corrente Líquida (RCL)

A meta 1 do Programa é não ultrapassar em 2017 a relação DC/RCL abaixo especificada. A relação considera o estoque das dívidas suportadas pelo Estado e os efeitos financeiros das operações de crédito em execução. A projeção considera ainda o espaço fiscal mencionado anteriormente.

Abaixo os valores da Dívida Consolidada e Receita Corrente Líquida, bem como a relação DC/RCL:

Tabela 20 – Meta 01 - Relação Dívida Consolidada/ Receita Corrente Líquida

ANO	2017	2018	2019
Dívida Consolidada (DC)	R$ 22.723 milhões	R$ 23.285 milhões	R$ 22.316 milhões
Receita Corrente Líquida (RCL)	R$ 21.102 milhões	R$ 22.782 milhões	R$ 24.168 milhões
Meta	107,68	102,21	92,34

4.2 Meta 2 – Resultado Primário

A meta 2 do Programa é superar o resultado primário previsto para o exercício de 2017, conforme abaixo especificado.

Tabela 21 – Meta 02 - Resultado Primário – R$ milhões

ANO	2017	2018	2019
META	-371	74	1570

4.3 Meta 3 – Despesas com Pessoal / Receita Corrente Líquida (RCL)

A meta 3 do Programa consiste em limitar as despesas com pessoal a 60% da receita corrente líquida (RCL) conforme definido no art. 19 inciso II da LRF.

No Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – Período de 2017 a 2019 (14ª Revisão), as projeções de comprometimento da RCL com despesas de pessoal foram estabelecidas em 59,98%, 57,01% e 55,09% em 2017, 2018 e 2019, respectivamente.

4.4 Meta 4 – Receita de Arrecadação Própria

Melhorar a geração de receita própria é meta permanente do Estado, para viabilizar suas funções fundamentais. Com vistas à obtenção dos valores programados de receitas de arrecadação própria para os próximos três anos, o Estado deverá manter o programa de modernização da administração tributária, melhorando seus processos de trabalho interno, sua relação com os “clientes” e o alinhamento à política governamental.

A meta pactuada para 2017 e as estimativas para 2018 e 2019 são as seguintes:

Tabela 22 – Meta 04 – Receita de Arrecadação Própria – R$ milhões

ANO	2017	2018	2019
META	14.091	15.380	16.300

4.5 Meta 5 – Gestão Pública

A Meta 5 do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal estabelece compromissos, quantitativos ou qualitativos, em termos de medidas ou reformas de natureza administrativa e patrimonial, que resultem em modernização, aumento da transparência e da capacidade de monitoramento de riscos fiscais, melhoria da qualidade do gasto, racionalização ou limitação de despesas e crescimento de receitas.

4.6 Meta 6 – Disponibilidade de Caixa

Consiste em alcançar em 2017 disponibilidade de caixa de recursos não-vinculados maior que o das obrigações financeiras.

5 RISCOS FISCAIS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em dezembro de 2016, o Estado de Santa Catarina implantou no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) as funcionalidades referentes aos Riscos Fiscais do Módulo de Precatórios e Riscos Fiscais, recadastrando os riscos existentes e cadastrando os riscos fiscais tributários. Encontra-se pendente ainda a integração deste módulo com o sistema de controle dos processos judiciais (PGENET) da Procuradoria Geral do Estado, que possibilitará o acompanhamento mais eficaz dos riscos, pois atualmente o processo de cadastramento e acompanhamento dos processos são realizados manualmente.

Até o término do exercício de 2017, a composição dos Riscos Fiscais contabilizados foi a seguinte:

Tabela 23 – Saldo Riscos Fiscais - R$

Riscos Fiscais	Em 31/12/2017
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	372.219.016,16
PROCESSOS JUDICIAIS ORIGINÁRIO	121.740.007,32
PROCESSOS JUDICIAIS EM EXECUÇÃO	11.245.168.423,31
Total	**11.739.127.446,79**

5.1 PRINCIPAIS RISCOS FISCAIS DO ESTADO

Os Riscos fiscais dividem-se em vários processos, sendo os mais significativos agrupados da seguinte forma:

Tabela 24 – Composição dos Riscos Fiscais - R$

Riscos Fiscais	Em 31/12/2016	Em 31/12/2017	Variação %
ESC - INVESC	6.184.204.003,18	6.222.771.453,98	0,62%
ESC - LFTSC	2.433.044.501,43	2.696.435.581,86	10,83%
ESC - CELESC	20.016.005,73	20.016.005,73	0,00%
ESC - DEBITOS DIVERSOS	471.302.498,83	449.260.732,93	-4,68%
DEINFRA	2.329.078.500,84	2.335.447.430,81	0,27%
EPAGRI	53.502.428,65	6.315.497,23	-88,20%
UDESC	12.704.275,55	8.825.744,25	-30,53%
SANTUR	152.828,31	55.000,00	-64,01%
Total	**11.504.005.042,52**	**11.739.127.446,79**	**2,04%**

Destaca-se o item Estado de Santa Catarina – Débitos Diversos, cujos valores não eram considerados como Riscos Fiscais até 2015 e estavam contabilizados em outras contas do passivo. Com a implantação das funcionalidades referentes aos Riscos Fiscais do Módulo de Precatórios e Riscos Fiscais no SIGEF estes valores passaram a ser classificados adequadamente a partir de 2016.

A seguir, a descrição dos principais riscos fiscais:

5.1.1 LFTSC

As LFTSC (Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina) foram emitidas em 1996, com amparo na Lei nº 10.168, de 11/07/1996, e custodiadas na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos Privados (CETIP), segregadas em quatro grupos (LTESCEA 001, LTESCEA 002, LTESCEA 003 e LTESCEA 004), nas quantidades de 52.152, 100.000, 150.000 e 250.000, vencíveis em 01/08/1998, 01/08/1999, 01/08/2000 e 01/05/2001, respectivamente. Foram retiradas de custódia (canceladas) 312.297 Letras.

As LFTSC eram movimentadas pelo Fundo de Liquidez da Dívida Pública do BESC e foram retiradas de custódia pela CETIP em 06/2000.

As LFTSC não foram pagas nos vencimentos, razão pela qual grande parte dos credores ingressaram com ações judiciais. Os títulos foram cancelados pelo TCESC e TJSC, todavia os credores mantiveram os litígios judiciais em esferas superiores.

O processo judicial referente às 35.578 Letras do Bando do Estado do Paraná S/A foi arquivado em 26/07/2007. Em síntese, das 552.152 letras, 312.297 foram canceladas; 118.661 viraram precatórios; 71.922 estão em processos em andamento; 35.578 o processo foi arquivado; e, 13.694 não localizamos ação judicial. Porém estão contabilizadas como Risco Fiscal 121.194 Letras no valor de R$ 2.614.769.860,71 ou seja, desconsiderando apenas as que foram canceladas e as que viraram precatórios que estão devidamente contabilizadas como precatórios.

5.1.2 INVESC

Santa Catarina Participação e Investimentos S.A. – INVESC é uma empresa que foi constituída em 30/10/95 por meio da Lei Estadual nº 9.940 de 19/10/95, com o objetivo de gerar recursos para alocação em investimentos públicos no território Catarinense. Os acionistas da INVESC são o Estado de SC, com 99,5% e a CODESC, com 0,5%.

Foram captados R$ 104.220.700,00, pela emissão de 10.000 debêntures em 01/11/95, remuneradas pela TJLP, acrescidos de juros de 14% a serem pagos anualmente. Os recursos foram transferidos para o Tesouro do Estado e aplicados em investimentos públicos. As referidas debêntures, vencidas em 31/10/00 e não resgatadas pela INVESC, estão sendo cobradas judicialmente. Por meio do Processo Judicial nº 023.00.005707-2 (PLANNER Corretora de Valores S.A. X INVESC), cuja ação encontra-se suspensa, haja vista os embargos à arrematação nº 023.10.019486-1, que está pendente do resultado final do Agravo de Instrumento nº 2012.081699-8, que questiona a assistência do Estado de Santa Catarina nos Embargos à Adjudicação. Em decisão do dia 17/12/2013 foi admitida a

assistência do Estado de Santa Catarina, deslocando-se a competência da Vara Cível para a Vara da Fazenda Pública.

A PLANNER Corretora de Valores S.A. é a representante legal dos debenturistas e a PREVI (Caixa de Previdência dos Funcionários do BB) é detentora de mais de 70% das debêntures.

Desde o vencimento das debêntures e a consequente ação na justiça pelo não pagamento, várias tentativas de negociação com os debenturistas foram realizadas, por enquanto sem sucesso.

Em 07/01/2013 o Ministério Público de Santa Catarina – MP/SC impetrou com Ação Civil Pública – ACP (nº 023.13.000661-3), por entender que os valores já repassados pela INVESC à corretora de valores na operação possuem origem irregular e que os dividendos pagos pela CELESC provem de alteração ilegal da titularidade das ações. Em 01/03/2013 foi deferida liminar bloqueando a quantia de R$ 51,9 milhões de três ex-diretores da INVESC e da corretora de valores PLANNER Corretora de Valores S.A.

Em 04/2013 os diretores conseguiram reverter parcialmente os valores bloqueados a título de natureza salarial/alimentar e a PLANNER Corretora de Valores S.A a liberação dos bens e valores indisponibilizados de sua propriedade.

Ação Civil de Improbidade Administrativa: em 26/11/2015 foi julgada improcedente a ação, com decisão fundamentada na prescrição do objeto, pois já havia transcorrido de cinco anos dos fatos e tratou do pedido de nulidade das debêntures e não de ressarcimento ao erário, o que seria imprescritível,

Em 13/05/2016 o Ministério Público agravou da decisão, que após apresentadas as contrarrazões pelas partes, exceto pela Planner, os autos foram remetidos ao Tribunal de Justiça em 12/07/2016, reativado e retornado ao Tribunal de Justiça em 26/01/2017.

O saldo referente à INVESC contabilizado como Risco Fiscal em 31/12/2017 é de R$ 6.222.771.453,98.

5.1.3 CELESC

Trata-se de levantamento de dívida que a CELESC cobra do Estado, relativa ao período de novembro de 1985 a dezembro de 2007, conforme PSEF 97521/043. Em 12/2010 foi reclassificado parte do valor registrado para o passivo pelo reconhecimento de dívida conforme protocolo de intenções ECP03/88, cláusula terceira, PSEF 97521/043, PSEF 93345/097, SEF 198457/098, SEF 64127/958, SEPF 64696/952, SEF 40207/2010 e PSEF 88046/095.

5.1.4 DEINFRA

Os riscos fiscais do DEINFRA são compostos por Ações Civis Públicas, dívida ativa, ações trabalhistas e ações comuns, neste, enquadram-se a demanda judicial referente à duplicação das rodovias SC 401, SC 402 e SC 403, de grande repercussão na mídia.

5.1.4.1 Duplicação da SC 401

O Saldo contabilizado como Risco Fiscal referente a duplicação da Rodovia SC 401, em 32.12.2016 é de R$ 89.868.986,44, que é a pendência judicial relacionada à

execução das obras e serviços de duplicação, conservação, restauração, manutenção, melhoramentos, operação, monitoramento e exploração das rodovias SC 401, SC 402 e SC 403.

Em síntese:

1. A ENGEPASA consagrou-se vencedora da licitação relacionada ao Edital n.º 61/93 e celebrou com o DER/SC, atual DEINFRA/SC, o Contrato de Concessão n.º 314/94, para a execução das obras e serviços de duplicação, conservação, restauração, manutenção, melhoramentos, operação, monitoramento e exploração das rodovias SC-401, SC-402 e SC-403;
2. O DER/SC figurou como cedente, a ENGEPASA como adjudicatária e a Linha Azul Auto Estrada S/A como Concessionária;
3. No contrato administrativo foram estabelecidos requisitos mínimos para o início da arrecadação do pedágio, os quais deveriam ser cumpridos no prazo de 24 meses, primeira fase do projeto, cujo termo inicial era a data de expedição da ordem de serviço 10/07/1995;
4. Em 07/08/1995, o BNDES concedeu crédito de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) à Linha Azul Auto Estrada S/A para a execução das mencionadas obras e serviços e, posteriormente, outros R$ 7.075.000,00 (sete milhões e setenta e cinco mil reais), por intermédio do BRDE e do BESC;
5. Como garantia dos referidos empréstimos foi oferecida parte da arrecadação com a cobrança futura de pedágio, conforme contratos celebrados entre as partes que, dentre outras obrigações estabeleceram não ser possível ao DER/SC modificar o projeto da obra sem a anuência do BNDES;
6. O prazo inicialmente estipulado no contrato de concessão não foi cumprido, tendo o DER/SC, por seu Conselho de Administração, editado as Resoluções nº 001/98 e 202/98, aprovando o Termo Aditivo de Prorrogação do Prazo, bem como a alteração dos requisitos mínimos para início da cobrança do pedágio;
7. Conforme versão da concessionária, em agosto de 1998, a SC-401 estava concluída, segundo as condições básicas previstas nas Resoluções do DER/SC e deveria ter sido iniciada a cobrança do pedágio;
8. No entanto, em 03/08/1998, a então deputada federal Ideli Salvati ajuizou a Ação Popular n.º 023.98.029853-1, distribuída à 1ª Vara da Fazenda Pública de Florianópolis, obtendo decisão liminar para impedir a cobrança do pedágio e, no mérito, a declaração de invalidade das Resoluções nº 001/98 e 202/98, por entender o magistrado que contrariaram a Lei 8.666/93, conforme sentença proferida em 30/08/1999;

9. Por força dessa ação popular, a cobrança do pedágio somente poderia ocorrer depois de executados os projetos originais, consoante previsto no edital e no contrato de concessão;

10. Em 04/11/1998, foi editada a Lei Estadual n.º 10.934, concedendo isenção da cobrança de pedágio para inúmeras categorias de veículos;

11. Com base nesses fatos, em 29/07/1999, as empresas adjudicatária e concessionária e as pessoas físicas garantidoras dos empréstimos obtidos junto ao BNDES, BRDE e BESC para a execução das obras na rodovia ajuizaram ação perante a Justiça Federal de Florianópolis (Processo n.º 99.00006341-4), pretendendo ver reconhecida (f. 20):

    a. a existência de vínculo jurídico de natureza associativa (com comunhão de interesses) entre as partes;

    b. a caracterização da existência de força maior ou outra causa a eles não imputável, a obstar a execução do contrato de concessão e os efeitos daí decorrentes, inclusive a impossibilidade superveniente da prestação dos autores nos contratos bancários de financiamento;

    c. a existência de dever jurídico de o BNDES arcar com as consequências de suas ações e omissões, relativamente à aprovação das modificações introduzidas nos projetos originais da SC/401;

    d. a inexigibilidade dos créditos do BNDES, do BRDE e do BESC, derivados dos contratos de abertura de crédito nº 95.2.115.3.1 e SC-7984, até que autorizada a arrecadação do pedágio;

    e. a presença dos pressupostos da responsabilização civil do DER/SC e do BNDES, por terem propiciado a ocorrência do evento que impossibilitou a cobrança do pedágio;

    f. a obrigação do DER/SC e BNDES (e seus agentes repassadores) a promoverem diretamente entre si a liquidação dos empréstimos retratados nos Contratos de Abertura de Crédito nº 95.2.115.3.1 e SC-7984, com a liberação dos autores das responsabilidades ali previstas;

    g. a obrigação dos réus deixarem de adotar qualquer conduta incompatível com as declarações antes pleiteadas.

A ENGEPASA requer o ressarcimento dos custos desembolsados na obra e os lucros cessantes pelo impedimento da cobrança do pedágio. Em maio/2011 o TRF da 4ª Região emitiu acórdão favorável ao Estado quanto aos lucros cessantes pela cobrança de pedágio pelo período de 15 (quinze) anos, que entendeu descabido o pedido da ENGEPASA, uma vez que o contrato não foi cumprido

integralmente. Desde 17/04/2015 o processo está concluso para julgamento do Ministro Herman Benjamin (Relator).

Quanto ao montante das Ações Civis Públicas (R$ 678.283.186,13), tratam-se de 34 processos judiciais.

5.1.5 UDESC

Trata-se de ações que tramitam na Vara da Fazenda Pública. Em geral são ações de repetição de indébito do ensino à distância, sendo na sua maioria pagos por meio de RPV. Os valores apresentados são estimativas informadas pelos Autores das ações, podendo vir a sofrer alterações para mais ou para menos de acordo com os termos da sentença judicial.

O Saldo contabilizado como Risco Fiscal em 31/12/2017 é de R$ 8.825.744,25.

5.1.6 EPAGRI

Trata-se de ações trabalhistas, cíveis e tributárias, registradas pela Epagri no mês de dezembro de 2015.

O Saldo contabilizado como Risco Fiscal em 31/12/2017 de R$ 6.315.497,23.

5.1.7 SANTUR

Quanto a SANTUR, tratam-se de ações trabalhistas, cíveis e tributárias, registradas pela Empresa Santa Catarina Turismo S.A. - SANTUR lançadas até dezembro de 2017.

O Saldo contabilizado como Risco Fiscal em 31/12/2017 é de R$ 55.000,00.

Florianópolis, 26 de fevereiro de 2017.

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
Diretor de Captação de Recursos e da Dívida Pública

ROSILENE ELLER
Assessora do Diretor da DICD

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
Gerente da Dívida Pública

SIMONE DE SOUZA BECKER
Gerente de Captação de Recursos

EQUIPE TÉCNICA:
Alexandre Studart Nogueira
Arleny Jaqueline Mangrich Pacheco
Carmen Lucia Massulini Acosta
Claudia Nunes
Gabriela Broering da Silva
Gisele de Jesus Varela
Glaucia Nunes
Iule Santos de Jesus
Luís Eduardo de Souza
Marcia Bradacz Lopes
Paulo Juliano Zanin Valentini
Samuel Schmidt Figueira dos Santos

17 DE
NOVEMBRO
DE 1889
ESTADO DE STA. CATARINA

Secretaria
de Estado da
Fazenda

Diretoria de
Contabilidade
Geral

GOVERNO
DE SANTA
CATARINA